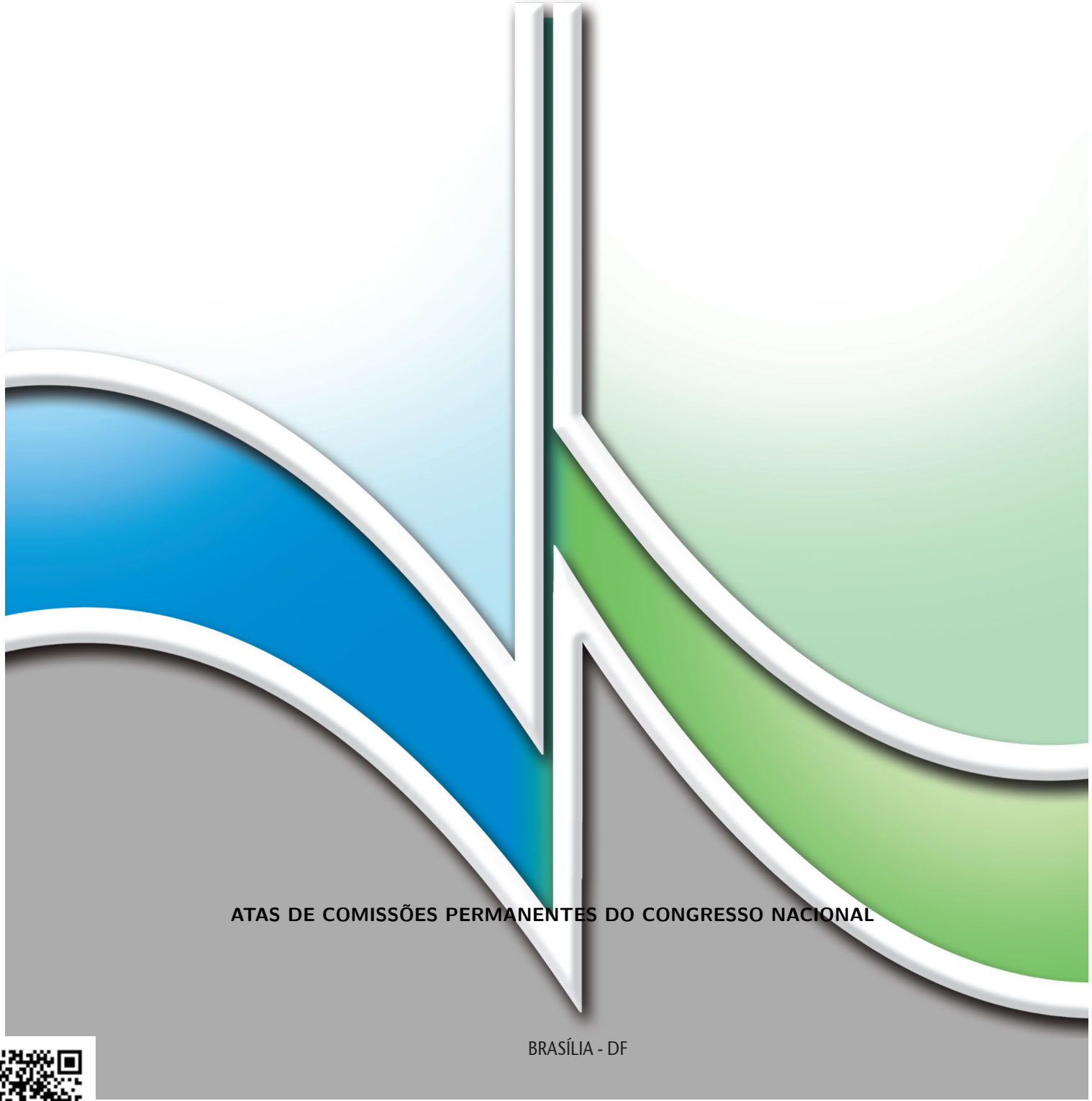
00100.094131/2018-59

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIII SUP. A AO Nº 23, QUINTA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 2018



ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Deputado JHC (PSB-AL)
3ª Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)
Presidente

Deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG)
1º Vice-Presidente

Deputado André Fufuca (PP-MA)
2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR-PR)
1º Secretário

Deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO)
2ª Secretária

Deputado JHC (PSB-AL)
3º Secretário

Deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Deputado Dagoberto (PDT-MS)
2º - Deputado César Halum (PRB-TO)
3º - Deputado Pedro Uczal (PT-SC)
4º - Deputado Carlos Manato (SD-ES)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO **(REPUBLICAÇÃO)**

Ata da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2017. 7

Ata da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 17 de agosto de 2017. 24

Ata da 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 24 de agosto de 2017. 78

Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de agosto de 2017. 134

Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2017. 171

Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de setembro de 2017. 200

Ata da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 28 de setembro de 2017. 230

Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 17 e 18 de outubro de 2017. 271

Ata da 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 19 de outubro de 2017. 289

Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2017. 320

Ata da 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 31 de outubro de 2017 (realizada em conjunto com as Comissões de Finanças e Tributação; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados; e de Assuntos Econômicos; e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, do Senado Federal). 338

Ata da 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 1º de novembro de 2017. 393

Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 7 e 8 de novembro 2017. 443

Ata da 7ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 8 de novembro de 2017. 474

Ata da 8ª Reunião Ordinária, realizada em 21 e 22 de novembro de 2017. 528

Ata da 8ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 28 de novembro de 2017. 625

Ata da 9ª Reunião Ordinária, realizada em 28 e 29 de novembro; e 4, 5 e 6 de dezembro de 2017. ... 687

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 9ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 29 de novembro de 2017. 1043

Ata da 10ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 30 de novembro de 2017. 1114

Ata da 11ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 12 de dezembro de 2017. 1168

Ata da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 12 e 13 de dezembro de 2017. 1258

Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 13 de março de 2018. 1393

Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de março de 2018. 1433

1.2 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 15ª Reunião, realizada em 12 de dezembro de 2017. 1462

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

- ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

.3ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 15/08/2017.....

.2ª Reunião de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 17/08/2017.....

.3ª Reunião de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 24/08/2017.....

.2ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 29/08/2017.....

.3ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 19/09/2017.....

.4ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 26/09/2017.....

.4ª Reunião de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 28/09/2017.....

.5ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 17 e 18/10/2017.....

.5ª Reunião de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 19/10/2017.....

.6ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 24/10/2017.....

.1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 31/10/2017.....

.6ª Reunião de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 01/11/2017.....

.7ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 07 e 08/11/2017.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

.7ª Reunião de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 08/11/2017.....

.8ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 21 e 22/11/2017.....

.8ª Reunião de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 28/11/2017.....

.9ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada nos dias 28 e 29/11/2017, e nos dias 04, 05 e 06/12/2017..... .....

.9ª Reunião de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 29/11/2017.....

.10ª Reunião de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 30/11/2017.....

.11ª Reunião de Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 12/12/2017.....

.10ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada nos dias 12 e 13/12/2017.....

.1ª Reunião de Audiência Pública, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 13/03/2018.....

.1ª Reunião Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, realizada em 27/03/2018.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2017.

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Domingos Sávio, Edio Lopes, Evandro Roman, Hugo Leal, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer e Zé Carlos; **- Senadores titulares**: Benedito de Lira, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Jorge Viana, Pedro Chaves, Valdir Raupp e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes**: Andre Moura, Carmen Zanotto, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Jorge Solla, Josi Nunes, Mandetta, Nelson Pellegrino, Pedro Fernandes, Professora Marcivania, Renato Andrade, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Roberto e Zeca Dirceu; e **- Senadores suplentes**: Eduardo Lopes e Hélio José. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Célio Silveira, Elmar Nascimento, Hugo Motta, Jaime Martins, Julio Lopes, Vander Loubet, Vitor Valim e Weverton Rocha; e **– Senadores:** Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira e Kátia Abreu. **ABERTURA:** às quinze horas e cinquenta e oito minutos, do dia quinze de agosto de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC). Logo após, o Presidente informou que em virtude da realização de Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, suspenderia os trabalhos por alguns minutos. Às 16h20min, o Presidente reiniciou a reunião e comunicou que o quórum para deliberação no Senado Federal não havia sido atingido, e enquanto aguardava, daria início à leitura das matérias. Em seguida, o Presidente passou a apreciação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 12 de julho de 2017. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura da ata e houve concordância. Em votação, a Ata foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 12 de julho a 15 de agosto de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. AVISO. O Presidente informou que seria realizada no dia 17 de agosto, quinta-feira, às 10h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, reunião de audiência pública com o Ministro de Estado da Saúde, Senhor Ricardo Barros, que prestaria esclarecimentos sobre o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012. E foram convidadas a Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais, do Senado Federal. **ORDEM DO DIA**: O Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, realizada em 15 de agosto, ficou acordada a apreciação dos **Relatórios** apresentados aos **Projetos de Lei de nºs 9, 11, 12 e 14/2017-CN** e o **Requerimento nº 2/2017-CMO**. Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar os Relatórios apresentados ao **Projeto de Lei nº 09/2017-CN** e ao **Projeto de Lei nº 14/2017-CN.** Autor: Senador Dário Berger (PMDB/SC), Presidente da CMO. A pedido do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, o Presidente incluiu as matérias na Pauta. EXTRAPAUTA**.** Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 09/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Cidadania, crédito especial no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fim que especifica." Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Foi apresentada 01 emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 01. O Relator apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda indicada pelo relator no seu voto. Não houve discussão. PAUTA. Item 02. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Defensoria Pública da União e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R$ 37.691.842,00 (trinta e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil, oitocentos e quarenta e dois reais), para os fins que especifica." Relatora: Deputada Carmen Zanotto. Foram apresentadas 20 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 07, 11, 14 e 15; pela aprovação das Emendas de nºs 01, 02, 09 e 10, e pela rejeição das demais emendas apresentadas. A Relatora apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pela relatora no seu voto. Não houve discussão. Item 04. Apreciação do **Requerimento nº 02/2017-CMO,** que "Requer a realização de audiência pública para debater o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE). Autor: Deputado Hildo Rocha. O autor apresentou o Requerimento. Não houve discussão. Item 01. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 38.619.878,00 (trinta e oito milhões, seiscentos e dezenove mil, oitocentos e setenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Senador Vicentinho Alves. Foram apresentadas 12 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da emenda de nº 03; e pela rejeição das demais emendas apresentadas. O Relator apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda indicada pelo relator no seu voto. Não houve discussão. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$164.600.000,00 (cento e sessenta e quatro milhões e seiscentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado João Fernando Coutinho. Não foi apresentada emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O autor apresentou o Relatório e a Complementação de Voto. Não houve discussão. Em prosseguimento, tendo sido atingido o *quórum* regimental para deliberação e concluída a apresentação dos **Relatórios** aos **Projetos de Lei de nºs 9, 11 e 12/2017-CN;** do **Relatório e da Complementação de Voto** ao **Projeto de Lei nº 14/2017-CN** e do **Requerimento nº 02/2017-CMO,** o Presidente os submeteu à apreciação do Plenário da Comissão para votação em bloco, e foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Deputado Bohn Gass (PT/RS) pronunciou-se sobre os vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018. O Presidente manifestou-se sobre o tema e informou que foi constituída Comissão para análise dos vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, que será presidida pelo Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG) e composta pelos Deputados Bohn Gass (PT/RS), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) e pelos Senadores Hélio José (PMDB/DF) e Pedro Chaves (PSC/MS). Em virtude da inexistência de acordo para deliberação, **deixou de ser apreciada** a seguinte matéria constante da Pauta: Item 03. Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2017-CN**, que "Altera a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017." Relator: Senador Valdir Raupp. Não foi apresentada emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias acordadas, constantes da pauta e extrapauta, o Presidente encerrou os trabalhos, às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dezessete horas e um minuto do dia 15 de agosto de 2017. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 15.08.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo quórum regimental, declaro iniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias em pauta.

Aproveito esta oportunidade para, imediatamente, em função da reunião de Líderes que está acontecendo aqui na sala de reuniões, suspender esta reunião por 30 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias em pauta.

Preliminarmente, comunico ao Plenário que ainda é necessária a presença de um Senador para completar o quórum. O Senador Acir Gurgacz está se dirigindo para cá e estará aqui em alguns minutos.

Eu quero fazer uma sugestão a V.Exas.: que nós iniciemos a discussão das matérias e a leitura dos relatórios, para, a partir do momento em que o quórum se estabelecer, deliberarmos. Com isso, agilizaremos o processo de apreciação dos projetos e ganharemos tempo. *(Pausa.)*

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 12 de julho de 2017, por ter sido distribuída antecipadamente.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação, a ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos por esta Comissão, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da CMO na Internet.

Lembro a todos que, na próxima quinta-feira, dia 17 de agosto, às 10h30min, haverá reunião de audiência pública para ouvir o Ministro da Saúde, Sr. Ricardo Barros. Repito: 17 de agosto, às 10h30min, quinta-feira, haverá audiência pública para ouvirmos o Ministro da Saúde, Sr. Ricardo Barros.

Ordem do Dia.

Passaremos, agora, à apreciação das matérias acordadas pelo Colegiado de Representantes de Lideranças Partidárias na Comissão Mista de Orçamento: PLNs 9/17, 11/17, 12/17 e 14/17, e o Requerimento nº 2/17. Os PLNs 9/17 e 14/17 foram inclusos na pauta a pedido do próprio colegiado.

Vamos, então, ao item 1.

Item 1. Projeto de Lei (CN) nº 9, de 2017, do Presidente da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Cidadania, crédito especial no valor de R$ 60.000.000,00, para o fim que especifica. Relator: Deputado Gonzaga Patriota. Voto: pela aprovação do projeto na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto a uma emenda apresentada, o Relator indicou pela inadmissibilidade.

Com a palavra o Relator da matéria, Deputado Gonzaga Patriota, para apresentar o relatório.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros desta importante Comissão, trata-se de projeto de lei muito importante, que teve origem em uma emenda da bancada de Pernambuco. O crédito proposto possibilitará a construção de unidades prisionais, visando à ressocialização de presos.

Passo à leitura do voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"II. Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva a alocação de programação nova, não prevista na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 13.414, de 10/01/2017).

Observa-se, ainda, que a proposta guarda conformidade com os diversos diplomas jurídicos de regência da matéria: Constituição Federal; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO-2017) e Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (Plano Plurianual Anual — PPA 2016-2020).

Encontram-se particularmente satisfeitas as disposições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, e do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Citados dispositivos constitucionais vedam: (i) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes; e (ii) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

Por seu turno, as prescrições constantes do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, foram obedecidas, pois os recursos indicados para fazer face à programação incluída são provenientes de anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II do Projeto.

As disposições pertinentes à LDO-2017, em especial as constantes de seu art. 44, restam cumpridas, considerando que o crédito:

- restringe-se a um único tipo de crédito adicional (especial) (§ 1º);

- contém, em exposição de motivos, justificativa referente à necessidade da nova dotação, indicando declaração do órgão solicitante de que a programação objeto do cancelamento proposto não sofrerá prejuízo na sua execução (§ 3º); e

- declara que as alterações decorrentes de sua abertura não afetam a obtenção do resultado primário fixado para 2017 (§ 4º).

No que se refere à compatibilidade da proposta com o PPA vigente, o crédito não contraria os dispositivos do Plano Plurianual 2016-2020.

Assim, as informações prestadas, ao lado da análise aqui exposta, indicam haver coerência dos termos do crédito especial em exame com as disposições da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

legislação orçamentária em vigor, bem assim denotam a correspondente adequação e compatibilidade com a LDO-2017 e com o PPA 2016-2020.

Quanto à única emenda apresentada, verifica-se que a proposição incorre nos desvios previstos pelos incisos II, alínea "a", e III, alínea "c", do art. 109 da Resolução 01/2006-CN (oferece como fonte de cancelamento compensatório programação que consta do projeto de lei apenas como cancelamento proposto, sem indicar, como compensação, a programação a ser cancelada no correspondente anexo de suplementação).

É o caso, portanto, de inadmissão da emenda 00001.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 9, de 2017-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito obrigado, Deputado Gonzaga Patriota. O voto do Relator é pela aprovação.

Enquanto aguardamos a presença de mais um Senador para deliberarmos, passo ao item 3 da pauta. Vou pular o item 2, porque o Relator é o Senador Vicentinho Alves, que não se encontra presente. Mas eu gostaria de designar um Relator *ad hoc* para que faça a leitura do parecer.

Item 3. Projeto de Lei (CN) nº 12, de 2017, do Presidente da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Defensoria Pública da União e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R$37.691.842,00, para os fins que especifica. Relatora: Deputada Carmen Zanotto, de Santa Catarina. Voto: pela aprovação do projeto de lei.

Com a palavra a Relatora, Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Sr. Presidente, nobre Senador do meu querido Estado de Santa Catarina Dário Berger.

Peço permissão para ir direto à análise do projeto, Sr. Presidente.

"II. Análise

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e preceitos legais pertinentes à matéria.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos V e VI, que vedam a abertura de crédito especial sem prévia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

autorização legal e sem indicação dos recursos correspondentes, bem como a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa. O projeto também atende o disposto no art. 166, § 14, III, da Constituição, que dispõe sobre o prazo para que o Poder Executivo encaminhe projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável, visando o atendimento da obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira de programações decorrentes de emendas individuais ao orçamento, nos termos do mesmo artigo, § 11. Atende ainda o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, pois não amplia os limites das despesas primárias no exercício.

Sob a ótica legal, também se encontram plenamente atendidas as disposições do art. 43 da Lei n 4.320, de 17 de março de 1964, e as previstas no Plano Plurianual vigente (PPA 2016-2019).

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto com as disposições constantes da LDO 2017, em especial quanto às prescrições do art. 44: restringe-se a um único tipo de crédito adicional e a exposição de motivos informa que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual.

Verificamos que os remanejamentos constantes do presente crédito decorrem de indicações constantes do Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária (SILOR), com fundamento no art. 166, § 14, II, da Constituição, e no art. 69, II, “a”, da LDO 2017, para solução de impedimentos à execução verificados em emendas individuais.

II.1 Análise das Emendas

O presente crédito, conforme mencionado, refere-se a remanejamento de dotações orçamentárias incluídas ou acrescidas em decorrência de emendas individuais, em atendimento às solicitações de seus autores, indicadas pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, conforme regulado pelo art. 166, § 14, incisos I a III da Constituição Federal.

Das 20 emendas apresentadas ao presente PLN de Crédito Especial, quatro delas, além de não tratar de programações relacionadas a indicações parlamentares dos autores, propõem suplementação de dotações já constantes da Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamentária para 2017, infringindo o art. 109, III, "b", da Resolução nº 01/2006-CN, razão pela qual as indico ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para serem declaradas inadmitidas.

Das 16 emendas remanescentes, 12 dizem respeito a programações não relacionadas às indicações parlamentares de seus autores. Eventual acolhimento de tais emendas prejudicaria a efetivação dos ajustes indicados para superação de impedimento de emendas individuais de outros Parlamentares, razão pela qual proponho rejeitar no mérito essas emendas.

Finalmente, quatro emendas (n°s 1, 2, 9 e 10) foram apresentadas visando exclusivamente a correção de indicações legislativas dos próprios autores das emendas, para superação de impedimentos técnicos à execução de suas respectivas emendas individuais impositivas. Por isso, entendo que há mérito e recomendamos a aprovação de tais emendas, listadas" conforme se segue: Emenda nº 1, do Deputado José Carlos Araújo; Emenda nº 2, do Deputado Zeca do PT; Emenda nº 9, do Deputado Carlos Marun; Emenda nº 10, do Deputado Miro Teixeira.

"III. Voto

Diante do exposto, manifestamo-nos pela:

1. Aprovação do Projeto de Lei nº 12, de 2017-CN, na forma do Substitutivo;

2. Aprovação das Emendas nºs 1, 2, 9 e 10, incorporadas ao Substitutivo;

3. Inadmissibilidade das Emendas nºs 7, 11, 14 e 15;

4. Rejeição das demais emendas."

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o Projeto de Lei nº 12, de 2017-CN, cuja Relatora é a Deputada Carmen Zanotto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, em votação. *(Pausa.)*

Encerrada a votação, deixo sobrestado o projeto de lei para que possamos votá-lo em seguida, enquanto aguardamos a presença de mais um Senador, que está a caminho.

Requerimento nº 2, de 2017, do Sr. Hildo Rocha, que requer a realização de audiência pública para debater o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste — PRDNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, que irá defender o requerimento.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, apresentamos esse requerimento tendo em vista que parte daquilo que o cidadão brasileiro paga de Imposto de Renda e de IPI é destinada aos Fundos de Desenvolvimento Regional, entre eles o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste — FDNE, que recebe o maior volume de receitas tributárias.

No entanto, nós percebemos que, nos últimos anos, não temos tido conhecimento mais nítido sobre a utilização desses recursos em investimentos no Nordeste. No passado, usou-se muito esse incentivo para desvio de recursos, que não foram utilizados no Nordeste brasileiro. Alguns escândalos nos alertaram a respeito do que ocorre com esses recursos constitucionais.

Em função disso, pelo desconhecimento que nós temos em relação à aplicação desses recursos no Nordeste, requeremos a realização da audiência pública, para que todos nós membros desta Comissão, tanto Senadores quanto Deputados, possamos saber como estão sendo investidos esses recursos, quais são as consequências, o que de bom já foi feito em prol do povo nordestino, principalmente nos últimos 10 anos, em que foram investidos esses recursos e qual foi o benefício direto à população nordestina.

Por isso nós solicitamos essa audiência pública, através de requerimento. E quero solicitar o apoio de todo os membros desta Comissão, dos Congressistas, porque nós nordestinos não temos informações pormenorizadas do que é feito com esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Cumprimento V.Exa..

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. *(Pausa.)*

Também deixo-o sobrestado para votação em seguida.

Partimos, então, para ao item 2, cujo Relator é o eminente Senador Vicentinho Alves.

Item 2. Projeto de Lei (CN) nº 11, de 2017, do Presidente da República, que abre aos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 38.619.878,00, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Senador Vicentinho Alves. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei.

Com a palavra o eminente Relator, Senador Vicentinho Alves, para apresentar seu relatório.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, eu vou direto à análise.

"II. Análise

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e preceitos legais pertinentes à matéria.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos V e VI, que vedam a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legal e sem indicação dos recursos correspondentes, bem como a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa. Também atende o projeto o disposto no art. 166, § 14, III, da Constituição, que dispõe sobre o prazo para que o Poder Executivo encaminhe projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável, visando o atendimento da obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira das programações decorrentes de emendas individuais ao orçamento, nos termos do mesmo artigo, § 11.

Sob a ótica legal, também se encontram plenamente atendidas as disposições do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as previstas no Plano Plurianual vigente (PPA 2016-2019).

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto com as disposições constantes da LDO 2017, em especial quanto às prescrições do art. 44. Restringe-se a um único tipo de crédito adicional e a exposição de motivos informa que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual.

Verificamos que os remanejamentos constantes do presente crédito decorrem de indicações constantes do Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária (SILOR), com fundamento no art. 166, § 14, II, da Constituição, e no art. 69, II, "a", da LDO 2017, para saneamento de impedimentos à execução verificados em emendas individuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II.1. Das Emendas Apresentadas

O presente crédito, conforme mencionado, refere-se a remanejamento de dotações orçamentárias incluídas ou acrescidas em decorrência de emendas individuais, em atendimento às solicitações de seus autores, indicadas pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, nos termos do art. 166, § 14, incisos I a III, da Constituição Federal.

Das 12 emendas apresentadas ao presente PLN de Crédito Suplementar, verificamos que nenhuma delas diz respeito a indicação legislativa de remanejamento de programações de emendas individuais impositivas do próprio autor.

A emenda nº 3 não indica programação para cancelamento de dotação para atender à suplementação proposta, razão pela qual opinamos pela sua inadmissibilidade, nos termos do art. 166, § 3º, III, da Constituição Federal, e art. 109, II, da Resolução nº 01/2006-CN.

As 11 emendas remanescentes dizem respeito a programações não relacionadas às indicações parlamentares dos seus autores. Eventual acolhimento de tais emendas prejudicaria os ajustes indicados para superação de impedimento de emendas individuais de outros parlamentares, razão pelo qual entendemos pelo não acolhimento de quaisquer dessas emendas.

III. Voto

Diante do exposto, indicamos:

1. aprovação do Projeto de Lei nº 11, de 2017-CN, na forma apresentada;

2. inadmissão da emenda de nº 3; e

3. rejeição das demais emendas.”

Este é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Cumprimento V.Exa. e lhe agradeço.

Está em discussão o Projeto de Lei nº 11, de 2017-CN, cujo Relator é o Senador Vicentinho Alves, que acaba de apresentar o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. *(Pausa.)*

Também fica sobrestado esse projeto, a fim de que aguardemos mais um Senador para deliberarmos sobre a matéria.

Passamos agora ao último item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Item 4. Projeto de Lei (CN) nº 14, de 2017, do Presidente da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 164.600.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado João Fernando Coutinho. O parecer é favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, para apresentar o seu relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Prezado Presidente, Senador Dário Berger; Prezado Relator-Geral do Orçamento, Deputado Cacá Leão; demais Deputados e Senadores aqui presentes, eu quero, antes de fazer o meu relatório, justificar a necessidade desse PLN, que trata da emenda de bancada de Pernambuco ao exercício fiscal de 2017. Esse PLN foi necessário tendo em vista um equívoco que ocorreu em relação à ação, mas mantêm-se os mesmos valores propostos originalmente no ano passado.

"I. Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 84, inciso XXIII, da Constituição de 1988, por meio da Mensagem nº 238, de 2017, submete à apreciação do Congresso Nacional Projeto de Lei autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 164.600.000,00 (cento e sessenta e quatro milhões e seiscentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

De acordo com Exposição de Motivos nº 133/2017 MP, de 9 de junho de 2017, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o crédito objetiva alterar a destinação dos recursos orçamentários provenientes da emenda da Bancada de Pernambuco, conforme solicitação constante do Ofício nº 04/2017, de 9 de março de 2017, enviado ao Ministro de Estado da Integração Nacional pelos Coordenadores da referida Bancada, visando à consecução da 1ª Etapa da Adutora do Agreste, de forma a fortalecer o combate à seca e fomentar o fornecimento de água no Estado de Pernambuco.

Como fontes de recursos, o crédito apresenta anulação de dotação orçamentária, oriunda de emenda de bancada estadual de execução obrigatória.

Aberto o prazo regimental, o Projeto não recebeu emendas.

II. Voto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ressalte-se que o presente projeto de lei de crédito adicional, conforme destacado na Exposição de Motivos EM nº 133/2017, do Ministério do Planejamento, de 9 de julho de 2017, que acompanha o referido projeto, refere-se à alteração da destinação dos recursos orçamentários da emenda impositiva da Bancada de Pernambuco nº 71180001, objeto do Ofício nº 04/2017, de 9 de março de 2017, enviado ao Ministro da Integração Nacional pelos coordenadores dessa bancada estadual.

Destaca-se no referido Ofício nº 04/2017 que o remanejamento solicitado tem por objetivo a ampliação da meta física contratual do empreendimento objeto da programação '18.544.2084.10F6.0026 — Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco'.

Tal ampliação permite que os Municípios de Custódia, Jataúba, Vertentes, Taquaritinga do Norte, Paranatama e Saloá também possam ser contemplados pela Integração com a Bacia do Rio São Francisco.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 14, de 2017-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo", que trata da ampliação da meta fiscal contratual para incluir esses seis Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa..

Já temos quórum.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O.k. Como já foi aberta a Ordem do Dia no plenário do Senado, nós temos que votar rapidamente. a minha sugestão é votarmos as matérias em bloco.

Em votação, com a concordância das Sras. e dos Srs. Parlamentares, os projetos de lei em bloco.

Item 1, Projeto de Lei nº 9/17; item 2: Projeto de Lei nº 11/17; item 3: Projeto de Lei nº 12/17; item 4: Projeto de Lei nº 14/17; e o Requerimento nº 2/17.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Igualmente, submeto à votação na representação do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com a aprovação dos projetos de lei permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, como encerramos a votação, eu queria só fazer um registro sobre o que nós construímos aqui em relação à LDO, votada ainda no primeiro semestre. Em vários pontos, houve consenso aqui, na votação, inclusive com a unanimidade desta Comissão, estando presentes as Lideranças da base do Governo Temer.

Nós lamentamos a atitude do Governo ao receber o que nós construímos para o bem do País, fruto de emendas que as bancadas apresentaram. Eu lembro que a da bancada do Nordeste, por exemplo — eu votei favoravelmente —, defendeu que não houvesse contingenciamento nos recursos para a transposição do Rio São Francisco.

Eu fiz uma defesa aqui, e V.Exa. e os demais Deputados e Senadores concordaram, no sentido de que não houvesse contingenciamento no Programa Mais Médicos, que é uma reivindicação da população brasileira; da mesma forma, que não fossem prejudicados os programas dos nossos agentes de saúde. Todos os Deputados e Senadores têm suas referências.

Defendemos ainda, para os programas de obras 50% conclusas, que não houvesse nenhuma dificuldade por parte do Governo para a conclusão dessas obras.

Programas do PAC; programas de combate à violência em relação à mulher; a COP 21, que firmou o Acordo de Paris, o qual trata dos temas internacionais nas questões da contenção, digamos assim, de poluentes do efeito estufa, também não deveriam ser prejudicados.

No tema do PNE — pasmem! —, o Governo vetou recursos e programas, aliás, programas dentro do PNE, como os programas nacionais de educação! Isso significa que as crianças de menor idade terão dificuldade de ver os seus programas atendidos para estarem em sala de aula. São as crianças do País, no tema da educação!

Portanto, Senador Dário Berger, são mais de 50 vetos apostos pelo Governo Temer!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E nós estamos propondo uma atitude. Esta Casa foi desrespeitada, esta Comissão foi desrespeitada, porque, na verdade, quando nós votamos, tínhamos a compreensão de que, havendo a presença das Lideranças do Governo, as matérias não seriam vetadas pelo Presidente Temer. Isso estava muito tranquilo para mim. Acredito que todos nós ficamos surpreendidos quando vieram os vetos, porque, se o Governo não tivesse concordado, não haveria por que nós construirmos aquele acordo de votação por unanimidade!

Era essa a situação, e sob a coordenação de V.Exa., elogiosa, no sentido de construir essa unidade para podermos fazer a votação.

Portanto, eu quero dizer aqui, pela Oposição, que nós discordamos frontalmente dessa atitude. No mérito, nós discordamos, mas também não concordamos com o método. Não é assim que o Executivo deve se relacionar com o Parlamento, nem com esta Comissão, nem com o Congresso Nacional. Esta não é uma Comissão só de uma Casa, não é uma Comissão só do Senado, não é uma Comissão só da Câmara dos Deputados. Esta é uma Comissão do Congresso Nacional que avalia os recursos. E estamos passando por um momento de grande dificuldade. O Governo está para anunciar o aumento das metas do déficit fiscal. Essas são atitudes com as quais nós também não concordamos — faremos o debate sobre esse ponto em outro momento.

Isso está no bojo da falta de interesse do Governo, da incompetência do Governo, da insensibilidade do Governo ou de um projeto equivocado do Governo ao vetar esses pontos importantes que dialogariam com programas sociais, com transparência, com atividades que poderiam levar novamente à geração de empregos neste País e ao desenvolvimento.

Há uma comissão já constituída na reunião que nós fizemos há pouco, sob a Presidência de V.Exa., e eu quero propor o seguinte: que esta Comissão não vote absolutamente nada antes que o Governo faça um gesto. E o Governo tem em suas mãos a grande possibilidade de fazer esse gesto. Qual é o gesto? Orientar a bancada do Governo na sessão do Congresso Nacional para que os vetos apostos pelo Governo sejam derrubados.

Eu quero repetir: como Oposição, nós lutaremos por isso. Esses vetos não são bons para o País; esses vetos não são bons na relação entres os Poderes; esses vetos não condizem com a necessidade que o País tem de se recuperar. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso, nós participaremos, sim, da comissão criada, para cobrar do Governo a razão desses vetos. E nós estamos orientando que não se vote absolutamente nada de interesse do Governo, até que ele faça um gesto para o País e para o Congresso Nacional. E o gesto está na mão dele. É o Governo que precisa tomar esta decisão: orientar, na questão da análise dos vetos na sessão do Congresso Nacional, que haja a derrubada dos vetos. Sem esse gesto mantêm-se a truculência, a autoridade, o autoritarismo e o não respeito ao País e a esta Comissão, que representa o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Bohn Gass, ouvi atentamente a manifestação de V.Exa. Como Presidente desta Comissão, preciso refletir sobre as questões que V.Exa. levanta e alguns outros pontos que eu acho relevantes, fundamentais e vitais para o desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão.

Em primeiro lugar, eu não quero acreditar que o Presidente Temer, que eu conheço bem, tenha participado, de forma objetiva, da elaboração desses vetos. Eu não posso acreditar nisso. Talvez isso possa ter passado pelo princípio da confiança e orientação dos seus técnicos — e me parece que já há uma disputa de poder entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Ministério da Fazenda —, subtraindo sobremaneira as prerrogativas, as atribuições do Parlamento brasileiro, que, ao final disso tudo, é quem dá a palavra derradeira em todas essas questões que o Governo implementa.

Em segundo lugar, quero concordar com V.Exa. quando diz que esses vetos, da forma como foram propostos, representam realmente um desrespeito por esta Comissão, sobretudo um desrespeito ao eminente Relator, competente, dedicado, que fez um brilhante trabalho à frente do relatório, desta Comissão e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é o Deputado Federal Marcus Pestana, com quem quero me congratular.

E evidentemente também eu, como Presidente da Comissão, de certa forma me senti desprestigiado, sobretudo por dirigir esses trabalhos e não propriamente por outro motivo. Tomei conhecimento desses vetos pela imprensa, e a arrogância e a prepotência — já mencionei isso na reunião de Líderes — são sintomas de governos fracassados. Não conheço nenhum governo arrogante e prepotente que tenha conseguido sobreviver durante muito tempo. Portanto, esse gesto, se não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

irresponsável, foi insensível. Não houve a sensibilidade necessária, uma vez que, se aprovassem a LDO com as emendas propostas pelos eminentes Deputados e Senadores desta Comissão, isso não implicaria praticamente nada em termos de recursos para o Governo Federal.

O Governo Federal, sim, tem que ter pulso firme. Se ele criar um item orçamentário e não tiver disponibilidade para enfrentar aquele desafio, que demonstre isso, que prove isso e que assuma essa atitude. O que ele não pode é, simplesmente, de forma prepotente e arrogante, como acabou acontecendo, fazer o veto horizontal da forma como ocorreu. Isso é inadmissível, isso é inaceitável.

Como Presidente desta Comissão, eu quero aqui concordar com o Deputado Bohn Gass sobre que essa não foi uma atitude digna de um governo democrático.

Dito isso, eu quero lembrar aos Srs. Parlamentares que, na quinta-feira, às 10h30min, nós teremos audiência pública, na qual ouviremos o Ministro da Saúde, Deputado Ricardo Barros, para darmos sequência aos nossos trabalhos de elaboração do relatório anual.

Também quero deixar público aos Parlamentares desta Comissão e à população brasileira em geral que foi constituída uma comissão de três Deputados e dois Senadores, para, em conjunto com o Líder do Governo, fazer uma avaliação dos vetos e propor uma solução alternativa que possa ser submetida à apreciação e avaliação dos membros desta Casa, o que nós esperamos que possa acontecer já nos próximos dias, haja vista a pressa que nós temos nessa situação. Com isso, espero que possamos corrigir grande parte dos vetos no decorrer dos entendimentos que possam ser construídos.

Agora agradeço a presença de todas as Deputadas, de todos os Deputados, de todas as Senadoras, de todos os Senadores, especialmente do Senador Benedito de Lira, que novamente salvou a nossa votação hoje — S.Exa. veio para cá às pressas. Quero agradecer ao Senador mais uma vez.

Declaro encerrada a presente reunião, lembrando a V.Exas., mais uma vez, a audiência pública de quinta-feira, às 10h30min, com o Ministro da Saúde, Sr. Ricardo Barros.

Está encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2017.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Dário Berger (PMDB/SC). A reunião foi convocada para ouvir o Senhor Ministro de Estado da Saúde, Sr. Ricardo Barros, para prestar esclarecimentos sobre o 1º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, referente ao período de janeiro a abril de 2017, em atendimento ao disposto *no art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012.* Foram convidadas a Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais, do Senado Federal. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Bilac Pinto, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Marcus Pestana, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Rubens Bueno e Toninho Wandscheer; **- Senadores titulares:** Dário Berger e Pedro Chaves; **- Deputados suplentes:** Danilo Forte, Gonzaga Patriota, Josi Nunes, Mandetta, Professora Marcivania e Raimundo Gomes de Matos. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Beto Salame, Darcísio Perondi, Dr. Sinval Malheiros, Franklin, Jones Martins, Toninho Pinheiro e Weliton Prado. **ABERTURA:** às dez horas e quarenta e sete minutos, o Presidente declarou iniciada a reunião e anunciou a composição da Mesa com o Senhor Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arionaldo Bonfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), Primeira Vice-Presidente da CMO e o Deputado Cacá Leão (PP/BA), Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente avisou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal,* o palestrante disporia de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permitisse. Ainda conforme o estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, com tolerância de mais 1 minuto concedida pelo Presidente, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. Foi anunciada a abertura da lista de inscrição para o debate. Logo após, o Presidente passou a palavra ao Ministro de Estado da Saúde, Sr. Ricardo Barros, que em atendimento ao disposto no *art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012,* apresentou o 1º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, referente ao período de janeiro a abril de 2017, fazendo uso de projetor de multimídia. Concluída a apresentação, o Presidente anunciou o início do debate e informou que concederia a palavra a todos os parlamentares inscritos, e somente ao final, o Ministro responderia aos interpeladores. Participaram do debate os Deputados Laura Carneiro (PMDB/RJ), Cacá Leão (PP/BA), Mandetta (DEM/MS), Toninho Pinheiro (PP/MG), Jones Martins (PMDB/RS), Beto Salame (PROS/PA), Josi Nunes (PMDB/TO), Darcísio Perondi (PMDB/RS) e o Senador Pedro Chaves (PSC/MS). Logo após, o Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate, teceu considerações sobre o tema e fez indagações ao Palestrante. Em sequência transferiu a palavra ao Ministro para proceder às respostas e fazer as considerações finais. Em seguida, o Ministro respondeu a todos os questionamentos e finalizou a exposição. **ENCERRAMENTO:** o Presidente encerrou a reunião, às treze horas e quinze minutos. Antes, porém, agradeceu o comparecimento do Ministro de Estado da Saúde, da sua equipe técnica, do Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, da Primeira Vice-Presidente da CMO, e dos demais parlamentares presentes. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidentexxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 17.08.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Declaro aberta e iniciada a 2ª Reunião de Audiência Pública de 2017 no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir S.Exa. o Deputado Federal e Ministro de Estado da Saúde, Sr. Ricardo Barros, de quem anuncio a presença, aqui ao meu lado direito. O objetivo é fazer a apresentação do Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Encontra-se conosco também à mesa, à nossa direita, o Sr. Arionaldo Bomfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde. Anuncio também a presença de Parlamentares que compõem esta Comissão Mista de Orçamento. Coloco em relevo a participação e a presença da Vice-Presidente desta Comissão, a Deputada Laura Carneiro. Também coloco em relevo a presença e a participação, sempre ativa, do Deputado Federal Cacá Leão, que é o Relator-Geral do Orçamento. E destaco ainda a participação dos demais Parlamentares que compõem esta Comissão.

Bem, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante, como de praxe, disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, não podendo — de preferência — ser aparteado, a não ser que, evidentemente, ele mesmo venha a permitir o aparte.

Conforme estipulado pelo art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo, como de costume, estritamente sobre o assunto da exposição do Ministro, no prazo de 5 minutos. Eu estabeleci, inclusive, na condição de Presidente, a tolerância, se necessário for, de mais 1 minuto. Portanto, se estiver terminando o tempo de 5 minutos do Parlamentar, mas ele não conseguir concluir o seu posicionamento, o seu pronunciamento, a sua manifestação, o tempo automaticamente será prorrogado por mais 1 minuto para a conclusão. Findo esse tempo, será esgotada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

toda a possibilidade de ele continuar usando da palavra. O interpelado terá, evidentemente, igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo, se for o caso, de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição encontra-se aberta e que os Srs. Parlamentares que desejarem indagar o nosso eminente Ministro da Saúde, Ricardo Barros, podem fazê-lo aqui da Mesa dos trabalhos. Informo ainda que o Ministro está à disposição e que a forma com que, a princípio, quero submeter à apreciação dos Srs. Parlamentares, que compõem esta douta Comissão, o andamento desta reunião é, inicialmente, o Ministro usar a palavra pelo tempo de 30 minutos. Evidentemente que o tempo que ele for usar poderá ter prorrogação também, assim como ocorre com os Parlamentares desta Casa — e S.Exa. também é Parlamentar. Na medida do possível, vamos flexibilizar a nossa audiência pública, inclusive porque acho bom que todos possamos tirar proveito necessário da capacidade e da inteligência do Ministro Ricardo Barros.

Portanto, eu acho que podemos dar início a esta reunião. Inicialmente, o Ministro fará a sua exposição. Depois, a nossa ideia, a nossa proposta é que todos os Parlamentares possam fazer a sua indagação, aqueles que desejarem utilizar da palavra. Ao final, o Ministro responde a todos os Parlamentares, para não ficarmos num jogo de vai-e-volta. Assim, até para otimizar os trabalhos, porque todos nós temos compromissos, o Ministro também tem compromissos, agilizaríamos os nossos trabalhos. Dito isso, damos continuidade à nossa reunião.

Passo a palavra, portanto, ao prezado e eminente Ministro Deputado Federal, que hoje desenvolve suas atividades à frente do Ministério da Saúde, Ricardo Barros.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Senador Dário Berger, Deputada Laura Carneiro, Deputado Cacá Leão, Deputado Júlio Lopes, Deputado Toninho Wandscheer, Deputados presentes, senhores técnicos da Comissão, assessores parlamentares, agentes comunitários de saúde aqui representados, nós estamos cumprindo o art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012, que determina que, a cada 4 meses, o Ministro da Saúde, assim como os Secretários Estaduais e os Secretários Municipais compareçam ao Legislativo para prestar contas da aplicação dos recursos da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Segue-se exibição de imagens.)

Como regra da nossa ação, nós temos empoderado os Municípios, que têm Plano Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Saúde — e o Secretário também vai à Câmara de Vereadores a cada 4 meses —, para que eles definam as políticas de saúde na medida em que o nosso País é um país continental, muito diferente entre os seus Municípios e, mesmo nos próprios Municípios, entre a sede e a área rural.

Garantido O orçamento crescente para a saúde, nós aumentamos, com a PEC do Teto, de 13,2% para 15% da receita corrente líquida, a obrigação impositiva de execução orçamentária da saúde.

O Orçamento 2017 está em 115 bilhões de reais, conforme a Lei Orçamentária. Para a execução atual, que está dentro da receita corrente que já aconteceu, estão previstos, na verdade, 760 bilhões de reais só para a ASPS. Depois, temos inativos da ANS, que são outros recursos, que correspondem a mais 10 bilhões de reais que estão no Orçamento. Dos 115 bilhões previstos na LOA, a receita tem caído, mas isso proporcionalmente é a execução compulsória da saúde sem prejuízo de executarmos outros recursos.

O Orçamento tem esta descrição das despesas de 2017: pessoal, encargos, outros custeios, Fundo Nacional de Saúde, ANVISA, FUNASA, FIOCRUZ, ANS, Grupo Hospitalar Conceição.

Os que não são ASPS, como já falei, são aqueles que basicamente correspondem a pagamento de inativos e ANS. Os recursos considerados ações de saúde estão também distribuídos desta forma que está aqui estabelecida.

As transferências para Estados e Municípios são transferências fundo a fundo, correspondentes a 65 bilhões de reais; Estados e DF, 20 bilhões de reais; Municípios, 44 bilhões de reais; transferência por convênios e também os não ASPS, despesas pagas até agora são 20 bilhões de reais.

Execução de restos a pagar. Temos 14 bilhões de reais de restos a pagar e estamos com 3 bilhões e 600 milhões de reais já pagos, sendo 298 cancelados. Portanto, restam 10 bilhões de reais de restos a pagar no Ministério da Saúde.

Oferta e produção dos serviços dos hospitais federais, GHC e institutos. Consta também da nossa obrigação prestar contas disso. Portanto, temos nos hospitais federais do Rio de Janeiro esse volume de procedimentos: internações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consultas, cirurgias, partos, exames ambulatoriais e outros procedimentos. No GHC, de Porto Alegre, também houve uma produção bem significativa. O INTO — Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, o Instituto de Cardiologia e o Instituto do Câncer também têm suas produções aqui estabelecidas.

Portanto, são recursos que nós repassamos. Na verdade, são hospitais da administração direta que são uma exceção ao sistema. O Governo Federal não deveria administrar nenhum serviço de saúde, mas eles são parceiros do SUS. Isso veio como uma herança que está sendo mantida. Alguns hospitais foram municipalizados, estadualizados, mas nós continuamos com aqueles que estão aí discriminados sob a gestão do Ministério da Saúde.

Execução das Emendas Parlamentares de 2017. Já pagamos, até agora, para as cadastradas, 3 bilhões e 870 milhões de reais, em 16 mil emendas, de um total de 6 bilhões e 400 milhões de reais.

Portanto, temos ainda emendas individuais a cadastrar, mas já pagamos também uma quantidade bastante significativa de emendas de 2014, 2015 e 2016, com as quais foram gastos 439 milhões de reais nas propostas que estavam tramitando no Ministério.

As emendas parlamentares impositivas deste ano somam 6,4 bilhões de reais. Nós já empenhamos 2,4 bilhões de reais. Portanto, fica claro para os senhores que o ritmo de execução orçamentária, que se encerrará em dezembro, está aquém da média. Nós deveríamos ter, se fossemos considerar que já superamos mais da metade do ano, mais da metade dos recursos empenhados, mas não os temos. Esse valor é empenhado igualmente para Governo e Oposição. São as emendas impositivas que nós temos que cumprir.

Sobre as auditorias realizadas nesse período, que também são relevantes, uma informação que deve ser transmitida: 416 auditorias foram realizadas, fiscalizações, verificação de termos de ajustamento e visitas técnicas. Portanto, nós temos feito esse trabalho. E, mais adiante, vou mostrar para vocês como nós atuamos, em especial na judicialização.

Eficiência da gestão até agora: 3 bilhões e 600 milhões de reais de economia, de eficiência na gestão. Ou seja, compramos, em comparação relativamente ao que foi comprado no ano passado, pelo valor de 3 bilhões e 600 milhões de reais a menos, de um volume total de 17 bilhões de reais em compras. Portanto, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

economia de 20% relativamente ao valor corrigido do ano passado. Para o valor corrigido do ano passado, nós tivemos uma economia de 20%.

Ampliação dos serviços de saúde em todo o Brasil. Reaplicamos esses 3 bilhões e 600 milhões de reais para todo o País, especialmente credenciando todos os serviços de Média e Alta Complexidade que estavam prontos até dezembro. Isso foi possível porque os senhores aprovaram aqui um crédito de 1 bilhão e 700 milhões de reais, o que nos permitiu pagar todos os empenhos de Média e Alta Complexidade. E este ano nós também publicamos e empenhamos todos os recursos da Atenção Básica que estavam tramitando no Ministério, independente de quem os havia proposto. Tudo que estava em ordem foi pago.

Aqui tenho um aplicativo onde eu controlo, contrato a contrato, a eficiência da gestão. Controlo isso pelo meu celular e a minha equipe também. A assistência farmacêutica é a maior despesa nossa, em termos de compra direta do Ministério, e corresponde a 11 bilhões de reais.

A economia gerada deve-se à transparência. Está aqui o *site* público que nós temos e que mostra tudo que compramos, de quem compramos e quanto pagamos. Qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, entra na Internet e sabe o que o Ministério compra, de quem compra e quanto paga.

Logo, tenho recebido sucessivamente fornecedores oferecendo medicamentos que nós temos comprado mais baratos. Por isso, estamos conseguindo esta economia tão grande. Entretanto, também revisamos contratos, também cortamos 300 cargos comissionados, enxugamos e desaparelhamos a máquina do Ministério da Saúde para gerar essa economia. E aplicamos tudo em mais ações de saúde: 2,5 bilhões em MAC, em Média e Alta Complexidade, e 1 bilhão na Atenção Básica.

Aí estão os serviços que foram credenciados na Média e Alta Complexidade. Habilitamos 162 UPAs, temos ainda 250 em obras, 548 funcionando e umas 170 prontas, mas fechadas, porque não havia capacidade de o gestor financiá-las. Por isso, nós mudamos o modelo de financiamento que era, antes, apenas Tipo 1, Tipo 2, Tipo 3 e flexibilizamos para que cada gestor possa fazer funcionar a UPA dentro daquilo que atende à composição dos demais serviços de saúde que ele já oferece à sua população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Evandro Roman, Deputado Remídio Monai, Deputado Beto Salame, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, obrigado pela presença.

Quanto à compra de ambulâncias, nós compramos 1.000 *vans*, 6.500 ambulâncias. Vamos passar o dinheiro para os Municípios comprarem. O Município compra ambulância, 4 por 4, compra aquele veículo de que precisa para atender a sua necessidade. Também compramos agora 1.500 novos veículos do SAMU, que se somam a outras compras que já tínhamos feito.

Então, nesse período de apenas 1 ano e 3 meses, nós renovaremos quase 60% da frota do SAMU, que vinha muito sucateada, tendo uma despesa muito grande para a manutenção, tirando a confiabilidade do serviço, porque ambulância quebrada não transporta doentes.

Novas habilitações foram feitas na atenção básica. Aí eu me refiro, em especial, aos agentes comunitários de saúde. Só no mês passado, mais 12 mil agentes comunitários de saúde foram habilitados pelo Ministério. Portanto, aumentamos mais 12 mil 138 novos agentes comunitários de saúde no sistema.

Por isso, fica claro o nosso interesse na estruturação da Atenção Básica, na valorização da categoria, na qualificação dos profissionais e no aumento da resolutividade do trabalho que eles praticam lá na ponta, nas Equipes de Saúde da Família.

Também colocamos mais 2.200 equipes de saúde bucal, 3.000 novas Equipes de Saúde da Família habilitadas, mostrando o nosso compromisso com a Atenção Básica. O nosso desafio é que 80% de todos os problemas de saúde sejam resolvidos na Atenção Básica. Por isso, investimos na estruturação e na qualificação dessa importante ação do Ministério da Saúde.

Compramos também 10 mil equipamentos de odontologia com raios X, que são para renovar todo o parque que está estabelecido e implantar novo serviço de odontologia. Um terço de todos os dentistas do Brasil trabalham para o SUS. É muito relevante a participação do SUS na atenção da saúde bucal.

Temos 1.158 serviços de saúde parados, prontos, acabados, equipados, que não estão funcionando. São 165 UPAs e 993 Unidades Básicas. Muitos hospitais também estão prontos, parados, sem funcionar, porque, com a crise, a economia enxugou, a arrecadação de Estados, Municípios e União diminuiu, e aquele planejamento anterior, Deputado Marcus Pestana, não pode ser efetivado. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós temos aí problemas, muitos Municípios com o teto de contratação de pessoal já no limite prudencial dos tribunais. Aí não há como funcionar essas unidades de saúde.

Deputado Mandetta, nós estamos também reestruturando a Atenção Básica, em especial. Há também UPA, Rede Cegonha, que são da alta e média complexidade, mas, basicamente, vejam que o grosso do recurso é Unidade de Atenção Básica. São 7 mil obras para estruturar a Atenção Básica lá na ponta, 2 bilhões e 200 milhões de reais.

Na FUNASA, cada real investido em saneamento economiza recursos na saúde, 4 reais na saúde. Então, dobramos o orçamento da FUNASA para ampliar o investimento em saneamento.

O Presidente Michel Temer, pessoalmente, lançou *Sexta-feira sem Mosquito,* uma campanha que nós fizemos para mobilizar e motivar o fim do expediente da sexta-feira, funcionários, alunos, para que cheguem a casa e eliminem os focos do mosquito.

Tivemos um resultado muito significativo: 86% dos casos de dengue reduzidos; 43% de redução em **chikungunya**, 94% de redução em zika. Com isso nós eliminamos a emergência de zika que estava estabelecida.

O Mais Médicos foi renovado. Eram 11 mil 400 cubanos, entre os 18 mil conveniados. Fizemos um acordo na renovação para reduzir para 7.400 cubanos ao final de 3 anos de convênio. Já aumentamos em 20% a participação de médicos brasileiros. Então, desses 18 mil, 4.600 já são médicos brasileiros, formados no Brasil com CRM dos Conselhos Regionais de Medicina.

Deputado Rubens Bueno, na Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, assumimos um compromisso de reduzir em 30% o consumo de bebidas açucaradas, de aumentar 18% o consumo de frutas e hortaliças e para cessar o crescimento da curva de obesidade.

Em todo o mundo, a curva de obesidade é crescente. Nós queremos estabilizá-las em 2019 com essas medidas. A principal delas é o Saúde na Escola. Nós estabelecemos uma portaria Interministerial com o Ministro da Educação, Mendonça Filho, e nas escolas vamos tratar da obesidade especificamente, vamos regularizar a caderneta vacinal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, faremos ampla cobertura vacinal com o apoio da educação. Vamos cuidar da saúde auditiva, da saúde visual, da saúde bocal, da orientação sexual e reprodutiva, de modo que nós possamos, com o auxílio da escola, melhorar muito a capilaridade das ações de saúde, Deputado Jonas, mas também vamos ajudar a escola, porque o aluno vai ter os óculos, vai ter o aparelho auditivo, vai estar mais apto para aprender o que se ensina na escola.

Ampliamos todas as faixas etárias de vacinação. Também pactuamos na tripartite, que tem o período da vacinação para o público alvo. Se acabar o período, todos terão o direito a utilizar as vacinas.

Não perderemos mais vacinas em postos de saúde, esperando que as pessoas do público alvo compareçam. Haverá a campanha de vacinação, quando ela acabar, liberaremos o uso da vacinação para toda a população indicada, para que se aproveitem os recursos. São 4 bilhões de reais por ano que nós investimos no Programa Nacional de Imunização. Incorporamos novos procedimentos e novos medicamentos.

O SUS paga quase 4.500 procedimentos incorporados a ele e paga 860 novos medicamentos. Há mais alguns medicamentos que foram incorporados e mais alguns procedimentos, como a ***escleroterapia***, que é a cirurgia das varizes realizada com espuma, e a cirurgia bariátrica por vídeo laparoscopia, que nós também incorporamos recentemente.

Temos economizado muito na compra de medicamentos para aumentar o acesso às pessoas. Então, veja bem. Em 2015, o Ministério comprou 24 mil tratamentos para hepatite. Em 2016, nós compramos 35 mil tratamentos para hepatite, com o mesmo dinheiro, sem correção. E, em 2017, nós compraremos a cura da hepatite. Então, 125 mil brasileiros que têm diagnóstico de hepatite serão tratados por grupos de fornecedores de medicamentos, mas nós já pagaremos quando vier o exame de que aquele cidadão está curado.

Então, fica na responsabilidade do fornecedor do medicamento o acompanhamento da regularidade do tratamento. Só este aumento de volume nos permitiu dobrar o preço, reduzir para menos da metade, ou seja, 60% de desconto nos tratamentos de hepatite C. De 6 mil e 900 dólares reduzimos para 3 mil dólares. Logo, nós estamos dobrando de 35 mil dólares para 125, mas de 35 para 80 mil não vai custar nada, porque isso ocorreu na redução do preço e na negociação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

volume. Portanto, com isso, nós estamos avançando no acesso e protegendo os cofres públicos, para que possamos cumprir todos os compromissos pontualmente, como o Ministério faz hoje com todos os seus compromissos.

Lamentavelmente, alguns Estados e alguns Municípios de gestão plena não repassam o dinheiro que nós pagamos para os prestadores e alguns Estados não repassam para os Municípios, mas nós, Ministério, estamos pagando pontualmente em dia todos os compromissos que nós assumimos.

Nós colocamos o Dolutegravir como o medicamento de primeira linha no tratamento dos portadores de HIV. É o medicamento mais moderno do mundo. É uma dose única diária, com poucos efeitos colaterais. Ele melhora muito a condição da pessoa que está se tratando. Ele zera a carga viral. Não se identifica mais o vírus no exame.

Fizemos isso porque desafiamos o fornecedor, que nos vendia a 19,25 reais cada comprimido em 2015, a assumir a liderança do tratamento sem impactar os cofres públicos. Então, ele deu 70% de desconto para ficar no preço do outro medicamento que era o de primeira linha e passou a ser o nosso medicamento de primeira linha no tratamento de HIV.

Quanto a essa questão, quero lembrar aos senhores que 800 mil pessoas estimativamente são portadoras do vírus HIV no Brasil. Entre elas, 260 mil sabem que estão infectadas, mas não se tratam e mais de 100 mil não sabem que estão infectadas. Então, estamos com 12 milhões de testes este ano para serem aplicados, para tentarmos identificar esses que não sabem e para criar um mecanismo para tratar os que sabem que têm o vírus, mas que, por constrangimento, não comparecem à unidade de saúde, a fim de que todos ali não saibam que ele é portador do vírus. É uma questão de foro íntimo. E já conversei com a Pastoral da AIDS para que nos apoie, dando apoio psicológico e espiritual para aquelas pessoas, na medida em que elas sejam identificadas, evidentemente.

Mas o prontuário eletrônico e a nova PNAB vão permitir que o cidadão se vincule a mais de uma unidade de saúde. Ele só se vinculava a uma porque o prontuário era físico, estava lá naquela unidade. Então, ele tinha que ir lá para o médico olhar o seu prontuário e fazer o encaminhamento. Agora, como o prontuário eletrônico está em todos os lugares, essa pessoa pode se vincular a qualquer unidade, perto do trabalho, perto de casa, longe do trabalho ou longe de casa, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ele puder buscar o medicamento sem ser identificado pela comunidade. Portanto, isso vai facilitar muito, na minha opinião, o acesso das pessoas aos tratamentos que são gratuitamente fornecidos pelo Governo e que têm eficácia muito grande.

O Soliris é o medicamento mais judicializado do Ministério da Saúde. Na última compra, eu consegui 29% de desconto, o que gerou uma economia de 220 milhões de reais ao ano. Só o Soliris agora, com o desconto, está consumindo 600 milhões de reais por ano. São 414 pessoas com liminar. Nós solicitamos uma investigação. A Polícia Federal já esteve lá e fez busca e apreensão na associação e no escritório de advocacia que detém 80% de todas as demandas desse medicamento. Como podem ver, só 362 pessoas foram localizadas e, portanto, há só essa diferença de 1,5 milhão de reais por ano por paciente. Imaginem quanta eficiência nós podemos ter no sistema. Além disso, metade desses que têm liminar não têm laudo que comprove a sua necessidade de tomar o medicamento.

Então, nós estamos trabalhando a judicialização de outra forma para que possamos reduzir os 7 bilhões de reais, que, no ano passado, foram consumidos em judicialização contra União, Estados e Municípios.

O Ministério da Saúde também fez uma cotação internacional e comprou asparaginase, que é um medicamento muito eficiente e muito antigo, cuja patente não existe mais, para o tratamento de câncer infantil. A respeito dessa aquisição, vocês assistiram a cinco matérias do *Fantástico* tentando desqualificar o produto chinês que nós compramos, mas todos os exames feitos pela Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ e pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde — INCQS demonstraram a eficiência e a eficácia do medicamento. E, assim, mediante esses estudos, esse produtor chinês vendeu por 7 milhões de reais esse lote de medicamento para 120 dias de consumo, contra 34 milhões de reais cobrados de outra empresa que vendia antes para o Ministério. Então, economizamos muitos recursos.

Evidentemente, há uma reação muito grande dessas empresas que estavam com o mercado na mão e o perderam. Surpreendentemente, a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, ao receber o laudo atestando a qualidade do medicamento, reconheceu a qualidade do produto chinês e confirmou a sua eficácia, mas nos recomendou comprar PEG-asparaginase, que é aquele produto que custa 4.000% mais caro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, realmente é incompreensível as pessoas não perceberem que a universalização do Sistema Único de Saúde — SUS é um grande desafio e só vai ser vencido se tivermos capacidade de adquirir medicamentos mais baratos e se tivermos eficiência na atenção em saúde básica e na assistência de média e alta complexidades para que possamos atender a todos.

Também aumentamos preços. A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos — CMED é o órgão que define o maior preço que pode ser praticado no Brasil. Então, os produtos que estavam com esse valor máximo abaixo do custo, como a penicilina, tiveram seus preços aumentados por uma medida provisória. Isso tornou possível que esses medicamentos antigos, eficientes e sem patente, como é o caso da penicilina, voltassem a ser fabricados. Nós já estávamos com uma epidemia de sífilis no Brasil por falta de abastecimento desse medicamento. Na verdade, era burocracia pura, porque o preço máximo estava impedindo o abastecimento do mercado.

Além disso, para os medicamentos mais caros da judicialização, propusemos a Parceria para o Desenvolvimento Produtivo — PDP, ou seja, encomenda tecnológica, que significa trazer esse medicamento para ser produzido no Brasil. O parceiro dá inicialmente 30% de desconto em relação ao preço internacional e, depois, reduz 5% ao ano, no período da PDP.

Nesse sentido, estamos tentando produzir no Brasil esses medicamentos que são mais judicializados, para que possamos reduzir preços e, eventualmente, incorporá-los ao SUS.

Resolvemos o problema das PDPs antigas, que já estavam há 4 anos na praça sem decisão, e os medicamentos já estão sendo produzidos. São 6 bilhões de reais de investimentos para a produção de biológicos — como Bevacizumabe, Trastuzumabe, Infliximabe —, além de 7.400 empregos no Brasil. Há muito tempo tentávamos iniciar a produção desses produtos aqui, mas, devido a disputas entre os concorrentes, não havíamos conseguido fazer.

Especializamos os laboratórios públicos, porque essa transferência é feita para um laboratório público de tecnologia. Então, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos — Bio-Manguinhos, o Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR e o Instituto Butantan, só esses três, ficaram com especialidade para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

biológicos. Dessa forma, conseguimos organizar o processo, porque cada um precisa ter uma fábrica, e a mesma fábrica faz vários biológicos.

Há também o acordo com o Conselho Nacional de Justiça — CNJ para reduzir a judicialização. Através do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde — PROADI-SUS, o Hospital Sírio-Libanês produziu um banco de dados, que está depositado no CNJ. Estamos aguardando a recondução do Dr. Arnaldo Hossepian, membro do CNJ indicado pelo Ministério Público, que será sabatinado no dia 23. Ele coordena a Câmara de Saúde do CNJ e fez esse acordo conosco e com a Ministra Cármen Lúcia.

Assim que ele for reconduzido, faremos uma solenidade de divulgação da plataforma, que está estabelecida e funcionando para a judicialização. Nessa plataforma, estão disponíveis núcleos de avaliação de novas tecnologias, onde profissionais de saúde ligados a universidades, funcionários públicos, podem aconselhar os magistrados a darem uma determinada decisão, favorável ou não, a um pedido judicial. Como o juiz não tem a obrigação de conhecer tecnicamente se aquele pedido é ou não adequado, ele terá, se quiser, a quem recorrer para tomar a sua decisão.

Fizemos o mapeamento de todos os doentes de câncer que precisam de radioterapia. Já havíamos comprado 80 equipamentos e, por meio de um aditivo contratual, compramos mais 20. Foi a maior compra de aparelhos de radioterapia do mundo.

Diante disso, fez-se a transferência de tecnologia para a manutenção dos equipamentos. A fábrica da Varian foi construída em Jundiaí e iniciará a produção no ano que vem. Portanto, a manutenção dos equipamentos de radioterapia — que hoje é cobrada por hora, em dólar, porque é preciso vir um técnico do exterior — será feita nacionalmente, com redução de custo muito significativa para os operadores de aparelhos de radioterapia.

Além disso, vamos instalar esses novos aparelhos mais perto das pessoas que necessitam deles, respeitando aquele georreferenciamento, a fim de que as pessoas viajem menos para serem atendidas no serviço de radioterapia.

Em 2016, foram registradas 125 milhões de consultas médicas. De acordo com um debate que já fizemos com o Conselho Federal de Medicina, os 67 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

médicos do SUS, que deveriam fazer 384 consultas por mês, estão fazendo 168 consultas por mês — ou seja, 43% da produção disponível.

Isso foi calculado baseando-se no fato de que um médico contratado por 40 horas tem que fazer 24 horas de consulta, 8 horas de procedimentos, 6 horas de visitas domiciliares e 2 horas de reunião de equipe. Nas 24 horas disponíveis para consultas, com duração de 15 minutos, como recomenda a Organização Mundial de Saúde, o potencial seria de 384 consultas. Portanto, mais do que o dobro de consultas podem ser feitas na atenção básica se conseguirmos — através da informatização por meio da implantação da biometria do usuário e do funcionário no prontuário eletrônico — fazer esses profissionais produzirem aquilo para o qual foram contratados no serviço público.

Fizemos um aplicativo que qualquer cidadão pode baixar em seu *smartphone* para acompanhar dados relativos à própria saúde. Trata-se de um prontuário eletrônico muito eficiente, que fica à mão do cidadão, disponível no seu celular. Fizemos uma pactuação na Comissão Tripartite — União, Estados e Municípios — e toda a operação de informatização do SUS agora vai se chamar DIGISUS.

No prontuário eletrônico, teremos todas as informações, inclusive, sobre o Programa Nacional de Imunizações. Hoje o Ministério da Saúde sabe quantas pessoas são vacinadas, mas não sabe quem. Agora vai haver a digital do usuário. Então, saberemos os que estão ou não cobertos pela imunização.

O Sistema Eletrônico de Informações — SEI já está implantado. Trata-se de uma política do Governo Michel Temer como um todo. No Ministério da Saúde, os processos novos são todos digitais, e os antigos estão sendo todos digitalizados. Em breve não teremos mais papéis tramitando no Ministério, o que aumentará muito a produtividade dos servidores e nos permitirá produzir mais serviços ou diminuir o número de pessoas no serviço administrativo, para que operem mais na ponta, cuidando de saúde.

O Sistema de Monitoramento de Obras — SISMOB também pode ser baixado no celular. Basta fotografar uma obra e mandar para o sistema. Isso ajuda a fiscalizar as obras. É possível, por exemplo, mandar uma mensagem informando o que está acontecendo, se a obra está paralisada ou qualquer coisa do gênero.

Como Ministro, eu decidi não fazer portarias do Ministério da Saúde, mas pactuar com União, Estados e Municípios as ações de saúde, porque quem as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

executa de fato são os outros entes. Então, não adianta o Ministério editar uma portaria sem combinar os serviços com quem vai, na prática, estabelecê-los. Então, tudo, daqui para frente, é pactuado.

Lemos a lei do SUS e estamos praticando o SUS Legal. Tudo o que está escrito estamos colocando na prática. Infelizmente, não se fazia o que estava escrito na lei. Então, agora estamos fazendo uma revisão de todos os normativos.

A lei fala em regionalização de saúde, em planejamento ascendente. O que é isso? Quem faz o orçamento da Saúde é o Município. Nós cofinanciamos a decisão do Município. Não é o Ministério que manda fazer. Isso acumulou 5,7 bilhões de reais, em dezembro, que ficaram parados nas contas de Estados e Municípios, porque o ente recebeu aquele dinheiro numa transferência específica. Não quer fazer aquela ação? Não precisa, mas também não pode gastar em outra coisa.

A nossa meta é informatizar 100% das Unidades Básicas de Saúde — UBSs, 50% financiadas pelo Município, 50% financiadas pelo Ministério. Abrimos credenciamento para empresas de informática — 300 ou 400, quantas quiserem —, irem às Prefeituras, instalarem computadores, instalarem aplicativos em *tablets* para os Agentes Comunitários de Saúde — ACSs, instalarem a conectividade, treinarem as pessoas, implantarem a biometria e garantirem o fluxo da informação. Pagaremos mensalmente por esse serviço. A Prefeitura que já tiver o seu sistema, como incentivo, receberá 50% do valor que for estabelecido por UBS nessa chamada de credenciamento público.

Todos os brasileiros terão prontuário eletrônico. Nessa informatização, nós vamos investir 1 bilhão e meio de reais por ano e vamos economizar 20 bilhões de reais por ano dos 240 bilhões de reais que Estados e União investem na saúde, porque não repetiremos exames, consultas e entrega de medicamentos. Só isso vai gerar uma economia de 20 bilhões de reais por ano. Hoje 82 milhões de brasileiros já têm prontuário eletrônico. Das 40 mil Unidades Básicas de Saúde, 27 mil ainda precisam ser informatizadas e serão objeto desse investimento que o Ministério está fazendo.

Os médicos terão que justificar a indicação de medicamentos fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais — RENAME. Essa foi uma pactuação que fizemos ainda em janeiro. Daí, consultamos o Conselho Federal de Medicina, que deu suas opiniões sobre esse receituário para medicamentos fora da RENAME.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quer dizer, toda vez que o médico for receitar um medicamento que não está disponível nessa relação do SUS, ele vai justificar por que cada medicamento disponível no SUS não atende ao seu paciente e vai receitar o outro medicamento.

Isso é feito porque há a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS — CONITEC, que analisa a necessidade de outros medicamentos estarem na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais. Esses relatórios que os médicos farão ajudarão a CONITEC a entender por que aquele medicamento precisa ser receitado e por que os outros não servem para aqueles casos específicos. Então, isso vai ajudar muito. É uma decisão que inicialmente vai funcionar para todos os médicos vinculados ao SUS, e nós pediremos ao Conselho Federal de Medicina que a incorpore a todos os médicos brasileiros.

As vacinas estão à disposição da população até o encerramento da campanha. Conforme disse, trata-se de uma pactuação e, quando encerrada a campanha, todo o público indicado para aquela vacina poderá ter acesso a ela.

Também é uma pactuação o S-CODES, que é um *software* que gerencia a judicialização de produtos da saúde pública do Estado de São Paulo, que nos cedeu os direitos. Todos os Municípios e Estados implantarão o S-CODES, e nós o teremos integradamente. Saberemos quem demanda contra o Estado, o Município e a União ao mesmo tempo, quem demanda contra vários Estados ao mesmo tempo, quais são os advogados, laboratórios e juízes que prevalecem na judicialização da saúde.

Com essa gestão, poderemos focar melhor a política de ampliação do acesso. A judicialização da saúde é um direito constitucional que as pessoas têm de buscar acesso à saúde, dentro daquele princípio da integralidade. Desses 7 bilhões de judicializações, uma parte é esse exercício do direito de acesso, outra parte é o interesse de banca de advogado e outra parte ainda é o interesse de fornecedor de medicamentos. Então, com essa gestão integrada, pretendemos minimizar essas partes.

União, Estados e Municípios também decidem por repasses mais eficientes. Já falei daqueles 5 bilhões de reais que estavam parados na conta. Então, agora vamos tentar simplificar. Hoje, à tarde, estarei no Tribunal de Contas da União, junto com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde — CONASEMS, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde — CONASS e o Ministro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Planejamento, para tentarmos simplificar as rubricas orçamentárias do orçamento da Saúde e ficar só com essas, que são as essenciais. Isso para que o Ministério da Saúde repasse aos Municípios dinheiro para custeio e investimento.

Quanto será repassado para custeio e quanto para investimento? O Plano Municipal de Saúde é que vai dizê-lo, de modo que a decisão de como se investe o dinheiro é dos Municípios, porque estes são muito diferentes em todos os lugares do Brasil.

Espero que eu consiga resolver isso hoje, se não, não teremos mais tempo de fazer para o orçamento do ano que vem, porque União, Estados e Municípios terão que mudar a formatação do orçamento diante da simplificação das rubricas orçamentárias que estou propondo. Isso foi pactuado na Comissão Tripartite, mas há ainda alguma resistência da área técnica, que precisamos superar no Ministério do Planejamento.

O Ministério da Saúde fará o repasse em parcela única. Quer dizer, assinando-se um convênio, o dinheiro irá de fundo a fundo e estará na conta. Quando o Prefeito abrir a licitação, a empresa saberá que o dinheiro está na conta e não vai colocar no preço da obra o risco da paralisação, o risco do atraso. E nós gestores teremos também o prazo da entrega definido, porque o dinheiro está na conta e o tempo para executar a obra começa a contar. Vamos colocar nos nossos orçamentos o custeio daquele serviço novo: ficou pronto, todo mundo já tem a previsão orçamentária para iniciar o serviço.

Também decidimos em Comissão Tripartite que o novo serviço de saúde não terá financiamento do SUS se não for previamente autorizado. O SUS hoje funciona por demanda do prestador.

Imaginem a situação: alguém resolve fazer um hospital ou comprar um equipamento. Então, ele compra e manda para ser habilitado e financiado pela União, pelo Estado ou pelo Município. Isso não é possível. Há regiões com serviços de saúde duplicados e há regiões vazias de atendimento. Agora vamos ter a visão do que precisa ser feito em cada região de saúde, para poder habilitar. E quem montar um serviço, cuja região já está atendida, tem liberdade de fazê-lo, mas fica com seu serviço para ser financiado, sem a obrigação dos demais entes.

O SUS já tem fila para cirurgias e exames. Publicamos uma portaria em que disponibilizamos 250 milhões de reais para cirurgias eletivas, e conseguimos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

todos os Estados organizassem a fila única. Todos os Municípios, todos os hospitais, todo mundo mandou sua demanda, e — como dizemos — "higienizamos" a fila: tiramos os duplicados e os que não precisavam mais. Ligamos para todo mundo. Quando se faz uma fila única, ela normalmente cai para 30%. Agora estamos avançando e aplicando esses recursos para diminuir as filas.

Pelo DIGISUS, cada um verá no seu telefone o seu lugar na fila para o exame, para a consulta, para a cirurgia, para poder acompanhar a evolução desse trabalho. A pessoa vai saber, de acordo com o seu discernimento, que atitude tomar em relação à espera, porque ela vai saber o tamanho da espera. É justo que o sistema informe a nossa disponibilidade para resolver os problemas.

Também pactuamos que 100% dos Municípios farão o Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* — LIRAa*,* que antes era opcional. Recebíamos as informações e colocávamos no mapa do Brasil, mas, como essa informação ficava pela metade, havia muito espaço em branco pelo meio e, evidentemente, isso não servia para a gestão.

O controle de assistência farmacêutica também foi pactuado. Todos os Municípios e Estados farão a instalação de um *software* que controla o estoque de medicamentos em toda a rede. Então, depois de integrarmos União, Estados e Municípios, saberemos tudo o que está sendo utilizado na rede e do que se está precisando. Não vai mais vencer medicamento em prateleira, não vai mais se comprar o que não é preciso.

Também fizemos o Banco de Preços em Saúde — BPS. Todas as compras públicas têm que ser informadas a esse Banco de Preços. Portanto, o gestor municipal, o estadual e/ou os filantrópicos podem entrar e ver o quanto estão pagando por determinado medicamento, por determinado insumo ou por determinado equipamento.

Isso serve para podermos cobrar melhor gestão dos recursos, porque vai haver um preço-referência e não se vai poder alegar ignorância: *"Ah, eu não sabia que esse medicamento custava metade do que eu estou pagando!"* O gestor vai saber, porque será obrigatório o acesso ao Banco de Preços em Saúde.

A Farmácia Popular — e há 34 mil delas credenciadas — também foi pactuada na Comissão Tripartite. As farmácias da rede própria, que eram 460, custavam anualmente 100 milhões de reais: 80 milhões de reais para aluguel e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

funcionários, e 20 milhões de reais para compra de medicamentos a serem distribuídos. Não havia sentido algum em se fazer um programa de assistência farmacêutica, em que 80% é custeio e só 20% é medicamento.

Então, incorporamos no piso das redes farmacêuticas de todos os Municípios um aumento de 8%. Pegamos esses 80 milhões de reais e passamos tudo para compra de medicamentos. É claro que o Prefeito que desejar mantém a sua farmácia aberta ou transfere a distribuição para a farmácia credenciada, que não custa nada, ou para suas unidades de saúde. Mais de 1.500 Municípios do Brasil não tinham nem a farmácia de rede própria, nem a farmácia da rede popular. Entregam na sua própria estrutura os medicamentos da assistência farmacêutica.

Por fim, este é o mandamento constitucional a que todos nós gestores públicos temos que obedecer. Eu trabalho com foco muito específico em publicidade e em eficiência. A publicidade a que me refiro é no sentido da transparência, como aquele *site* dos medicamentos. Tudo é pactuado na Comissão Tripartite, tudo é conversado.

Em 2015, o Conselho Nacional de Saúde determinou a revisão da Política Nacional de Atenção Básica — PNAB. Abrimos 2 anos de discussão e já estamos encerrando. Nós publicamos a PNAB no *site* da Comissão Tripartite para consulta pública e recebemos 6 mil novas contribuições. Nós íamos decidir hoje, na Comissão Tripartite — eu saí de lá para vir para cá —, mas adiamos para o final do mês para dar tempo de avaliar essas tantas contribuições que recebemos para melhorar a Política Nacional de Atenção Básica.

A PNAB diz que o cidadão só pode se vincular a uma unidade básica. Nós temos que reformular isso agora com o prontuário eletrônico. Não há mais sentido nisso. Há uma série de restrições na PNAB, como essas equipes às quais me referi. Nós só financiamos a equipe do Programa Saúde da Família se ela tiver aquela estrutura toda que está na portaria.

Se o Município tem uma equipe num distrito de 1.500 habitantes e não conta com todos aqueles profissionais, porque não precisa; o Ministério não reconhece aquele serviço e não ajuda a pagar, porque não é uma equipe completa. Por isso, ele não pode habilitar.

Então, estamos flexibilizando a PNAB para que possamos dar mais efetividade à atenção básica e pedimos a colaboração de todos para o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Publicaremos após uma nova reunião da Comissão Tripartite, consideradas as contribuições.

Nesse sentido, os senhores agentes comunitários que estão aqui representados têm um papel preponderante, porque esse é o modelo de estruturação da atenção básica que escolhemos. Os senhores são a linha de frente da atenção básica, e essa flexibilização também permite que tipos diferentes de equipes possam ser reconhecidos e financiados pelo Ministério.

Sr. Presidente, era isso que eu gostaria de inicialmente apresentar como pontos de referência para o debate, como cumprimento da legislação, no sentido da prestação de contas da aplicação dos recursos da Saúde.

Estou à disposição, então, para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Preliminarmente, agradeço ao Deputado Federal, hoje Ministro de Estado da Saúde, Ricardo Barros, que mais uma vez presta contas a esta Comissão.

Como pudemos perceber, posso afirmar com convicção que a modernização administrativa, a renovação de conceitos e também a atualização da legislação são pontos importantíssimos para a melhoria da gestão e, consequentemente, para a racionalização dos recursos, que são poucos, mas dá para fazer muito, como a gente pode perceber.

Atitudes como essa da farmácia básica, que V.Exa. tão bem explicitou, dão conta de que muitas vezes nós pecamos, inclusive, pela falta de comunicação. A impressão que dá é que nós estamos fechando todas as farmácias populares em todo o País, mas, como V.Exa. explicitou, como nós vamos manter uma farmácia popular, quando, na verdade, o custo de pessoal e de aluguel é infinitamente maior do que os produtos que são oferecidos à população? Na verdade, eu acho que dá para evoluir cada vez mais no sentido de que as próprias redes podem ter uma gôndola de produtos populares que poderiam atender à população. E assim vai.

Vou facultar a palavra aos eminentes Parlamentares que nos honram com a sua presença, que não são poucos — e há outros já passaram por aqui. Encontram-se inscritos, Senador Pedro Chaves, além de V.Exa., a Deputada Laura Carneiro e o Deputado Cacá Leão. Em seguida, eu ouço V.Exa. e também os demais Parlamentares que desejarem utilizar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Também estão presentes os Deputados Mandetta, Toninho, Jones, Pestana e Beto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Peço à nossa Vice-Presidência que faça a inscrição dos ilustres Parlamentares. Enquanto é feita a inscrição, eu concedo a palavra exatamente a V.Exa., Deputada Laura Carneiro, para debater com o nosso Ministro da Saúde.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu só sou a primeira porque tinha que haver alguém para abrir. *(Risos.)*

Bom, queria, primeiramente, agradecer a presença do Ministro nesta Comissão. Sr. Ministro, é uma honra tê-lo, de 4 em 4 meses, presente. Essa não era uma prática dos outros Ministros, e parabenizo a V.Exa. por isso.

Eu o parabenizo por, de alguma maneira, termos aumentado o orçamento de 13,2% para 15%, o que é uma grande vitória. Acho que o Mandetta — que, como eu, também participa da Comissão de Seguridade Social — sabe, assim como todos os Parlamentares aqui também sabem, da importância disso. Se possível, que cheguemos a 20%! É fácil reconhecer, a partir dos dados trazidos por V.Exa., a economia de gestão, a eficiência, a eficácia nesse sentido.

Quero parabenizá-lo pela questão da redução da obesidade. Nós aprovamos no Rio, quando Vereadora, um projeto que criou o Estatuto da Obesidade. Agora esta matéria está nesta Casa, já aprovada em duas Comissões. Temos noção exata da importância da redução da obesidade no Brasil. Esses índices são internacionalmente alarmantes.

Mas queria fazer alguns pedidos e algumas provocações, de leve, como sempre. Talvez eu não tenha conseguido acompanhá-lo — porque o documento chegou depois para nós, mortais, aqui —, mas me preocupa o senhor não ter falado, em nenhum momento, sobre a questão dos transplantes. E eu acho que esse é um tema muito importante neste País. As pessoas não têm noção da importância do transplante, de como isso salva vidas. Como nós podemos, de alguma maneira, não só mobilizar a população, mas, ao mesmo tempo, diminuir as enormes e assustadoras filas existentes?

Queria, ainda, levantar uma outra questão. Antes, quero parabenizá-lo pelas ações do Saúde na Escola. A Deputada Dorinha concorda comigo: a conjunção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esforços, junto com o Ministro da Educação, para que efetivamente a criança seja tratada na base é um tema da maior importância.

Entendi a sua posição, mas queria fazer uma provocaçãozinha, de leve, sobre o SUS Legal, no meu Estado, na minha cidade, especialmente, a cidade do Rio de Janeiro. Nós acompanhamos que, na gestão passada, a cobertura da atenção básica passou de 5%, Sr. Ministro, para 70% da rede no Rio de Janeiro.

E, neste momento, a discussão é sobre acabar, fechar as Clínicas da Família. Quando estávamos na iminência de completar o serviço, uma nova gestão se instala e, simplesmente — e esta não é a opinião do Prefeito, diga-se de passagem, mas da Secretaria, de maneira geral —, os números indicam que vão fechar as clínicas, acabar com a atenção básica ou diminuí-la consideravelmente.

Como esses recursos são repassados via União, a bancada do Rio — principalmente os Deputados da cidade do Rio de Janeiro — precisa da sua ajuda para que esses recursos sejam mantidos e que não haja nenhuma modificação na questão da atenção básica no Rio, porque isso seria um retrocesso enorme, e não me parece que esse seja o seu objetivo. Então, essa é a primeira questão, referente ao SUS Legal.

A segunda é a modificação na Política Nacional de Atenção Básica — PNAB. Preocupa-me, também, ainda na atenção básica, essa alteração das Clínicas da Família. A tendência do gestor, em cada um dos Municípios, é entender que aquela equipe na gestão da saúde da família não é a certa. Sr. Ministro, eu sei que talvez não seja economicamente o melhor, mas diminuir as equipes ou modificar a formulação das equipes da família eu não acho que seja a melhor solução.

Imagine V.Exa. uma cidade como o Rio de Janeiro. Como é muito difícil o atendimento em uma comunidade, por conta da questão do tráfico, vamos decidir que, ao invés de quatro, vamos ter dois agentes comunitários na equipe. Ou, então, ao invés de termos um médico, vamos deixar só os agentes — não precisamos de médico. E assim por diante.

Eu tenho muito, muito medo...

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Não é isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu sei. Mas eu estou dizendo dentro do que V.Sa. falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu tenho muito medo de como isso vai funcionar. Tenho muito medo da questão da PNAB, muito medo. Eu não consigo acreditar em mudanças naquilo que está dando certo. Pelo menos no Rio de Janeiro isso está dando certo. Eu não posso dizer sobre as outras Unidades da Federação, mas, no Rio de Janeiro, o sistema de saúde da família tem dado certo — e bem certo! Então, eu tenho medo das mudanças naquilo que dá certo.

Gostaria de saber de V.Sa. qual é a proposta para a modificação da PNAB, para que possamos entender.

Agradeço pela habilitação dos 12 mil novos agentes comunitários e pela construção de mais UPAs no País. Eu acho que esse é o caminho que nós devemos perseguir.

Não posso falar mais, porque senão vou apanhar do meu Presidente.

Agradeço a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Federal Cacá Leão.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Bom dia, Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão.

Queria cumprimentar o querido Ministro da Saúde, o Deputado Federal Ricardo Barros; a Deputada Laura Carneiro, Vice-Presidente desta Comissão; Os Senadores, as Senadoras, os Deputados e as Deputadas aqui presentes.

Gostaria de dizer, Ministro, que é uma alegria tê-lo novamente nesta Comissão. V.Exa. já ocupou, em 2015, o posto que ocupo. Tenho no relatório de V.Exa. um espelho importante para traçar o Orçamento para 2018.

Parabenizo V.Exa. pela eficiência implantada no Ministério da Saúde. A velocidade de V.Exa. às vezes assusta um pouco, mas eu acho que o Brasil já está colhendo os ganhos da eficiência da sua gestão. Existem alguns mitos que precisam ser desfeitos ao longo desse processo. E acho que o trabalho de V.Exa. já está desfazendo alguns desses mitos.

Vou focar a minha fala na parte orçamentária da apresentação de V.Exa. Entendo e penso exatamente como V.Exa. raciocinou. Eu acho que nós precisamos, principalmente na área da saúde, diminuir muito a burocracia. Há rubricas orçamentárias excessivas na área da saúde. Eu acho que o modelo que V.Exa. está levando ao Ministério do Planejamento é de fundamental importância, dando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

transparência e, principalmente, agilidade para que o recurso chegue à ponta, chegue aos Municípios, chegue para beneficiar a vida do cidadão.

Nós teremos uma missão muito árdua ao longo deste ano, nesta Comissão. Nós não podemos tapar o sol com a peneira. Nós sabemos que será um ano de cobertor curto e de Orçamento difícil e apertado, mas esta Comissão e seu Presidente e este Relator entendem a importância dos recursos da saúde do nosso Brasil. Tenho certeza absoluta que em 2018 os recursos do Ministério da Saúde serão maiores do que foram em 2017. Isso será de fundamental importância para que venhamos a resolver os problemas do nosso País.

A minha fala é no sentido de apoiar V.Exa. e trabalhar essa questão no Ministério do Planejamento, para que o Orçamento do dia 31 de agosto já venha com essas rubricas diminuídas e nós consigamos agilizar este processo.

Mais uma vez, parabenizo V.Exa. pelo trabalho à frente desta pasta. Tenho certeza absoluta de que os frutos que estão sendo plantados agora abastecerão gerações e gerações da nossa população.

Parabéns mais uma vez pelo trabalho de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Também agradeço a V.Exa., Deputado Federal Cacá Leão.

O próximo orador inscrito é, nada mais, nada menos, que o meu querido e distinto amigo Senador Pedro Chaves, a quem concedo a palavra.

O SR. SENADOR PEDRO CHAVES - Senador Dário Berger, Presidente da Comissão Mista de Orçamento; meu caríssimo amigo — permita-me chamá-lo assim — Ministro de Estado da Saúde, Ricardo Barros; demais Senadores e Deputados, bom-dia.

Inicialmente agradeço publicamente ao Ministro da Saúde. Sempre que vou àquele Ministério, S.Exa., de forma muito solícita, aberta, alegre e feliz, tem nos atendido de forma muito tranquila, atendendo os Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul de forma muito republicana. Isso realmente é muito motivador para nós.

Sempre digo aos meus amigos que gosto muito de ir ao Ministério da Saúde, onde sou muito bem atendido, com celeridade e pontualidade. Eu gostaria que esse fosse um exemplo para todos os demais Ministérios. Faço um voto de louvor ao Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A minha questão é bem simples. A transferência de recursos a Estados e Municípios na área da saúde, por meio de seis blocos temáticos de financiamentos estanques, tem provocado certo engessamento na aplicação dos recursos pelos gestores locais e gerado alguma ineficiência. No cenário atual de rescisão fiscal que temos vivido, torna-se ainda mais importante o aprimoramento da gestão de recursos da saúde.

Pergunto: de que forma o Ministério da Saúde tem atacado para a melhoria da eficiência dos recursos a Estados e Municípios, a fim de dar mais agilidade na destinação dos recursos transferidos? De que forma essa busca pela eficiência pode contribuir para a melhoria dos resultados das políticas de saúde?

Era isso que tinha a tratar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa. Vamos dar continuidade à nossa lista de oradores inscritos.

Com a palavra o Deputado Mandetta.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Bom dia a todos, Senador Dário Berger, nosso Relator-Geral, Ministro Ricardo Barros, Deputada Laura Carneiro e Ari. É sempre bom ter a presença do Ari, que tem a memória dos planejamentos e do dinheiro em saúde há muitos anos.

Sr. Ministro, o momento é logicamente muito difícil para todos. Entrando já na pergunta do Senador Pedro Chaves e também no comentário da Deputada Laura Carneiro, vou tratar dessa flexibilização em dois blocos, um de custeio e um de investimento.

Embora nosso sistema tenha 25 anos, para a saúde, isso é um grão de areia. Essa foi uma fase que chamamos de estruturante, para começar a organizar a estratégia. No caso do Saúde da Família, trata-se de uma estratégia que tem em torno de 15 anos, e alguns princípios foram colocados.

Quando comparamos custeio e investimento, verificamos que há uma assimetria muito grande de gestores. No Brasil há vários brasis. Temos que colocar alguns princípios. Por exemplo, no critério do atendimento à saúde, pode-se rapidamente desfinanciar um bloco como vigilância, que é um bloco que não tem apelo, e é profundamente necessário.

Alguns princípios, com certeza, devem estar contidos nessa nova portaria. Depois, na Comissão de Seguridade, seria merecido um debate exclusivo sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

flexibilização da PNAB — Política Nacional de Atenção Básica, para podermos ajudar. A metade dos cabelos brancos do Deputado Marcus Pestana, um economista em saúde, veio dos 8 anos dele em Minas; o resto veio daqui. Então, peço muita atenção com essa questão da PNAB.

Não vou fazer nenhum outro comentário, só esse macro acerca do risco da flexibilização absoluta, num país tão assimétrico em capacidade de gestão e em realidades de gestão local.

O segundo ponto, Ministro, é sobre os agentes comunitários de saúde. Aproveito para registrar a presença dos agentes nesta Comissão, representados pela Sra. Ilda Correia, da CONACS — Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, com quem fizemos um encontro grande ontem. E vimos debatendo muito sobre essa categoria e a sua importância dentro do sistema. Fizemos um grande trabalho de colocar primeiro quais são os afazeres e, nesses afazeres, concluímos que capacitação seria a pedra chave para que técnicos de saúde comunitária pudessem trabalhar efetivamente na atenção básica, fazendo a promoção de saúde muito mais equipados para tal.

Para isso, Ministro, também ontem, fizemos uma discussão sobre um problema histórico dos agentes. Quando da votação do piso dessa categoria — V.Exa. era Parlamentar e votou favorável a isso, já tive o cuidado de ver, enfim, ajudou a construir esse piso —, a Presidente anterior vetou os reajustes. O que era uma conquista — o piso de 1.014 reais — passou a ser um problema, porque eles ficaram imobilizados.

Na época, calculamos que o piso seria mais ou menos um salário mínimo e meio, mas há 4 anos não há nenhum reajuste desse piso. Mais 1 ano ou 2 anos o salário mínimo passará o piso, que virou teto.

Foi votado ontem o relatório da PEC. Sabemos da questão orçamentária, mas eu gostaria, depois, Sr. Ministro, que V.Exa. pudesse dar um olhar bem diferenciado, junto com esta Comissão, para nos ajudar a desatar esse grande nó.

Ministro, vou aguardar a remessa da peça orçamentária. Sou desta Comissão Mista de Orçamento, escalado pelo meu partido, e somente vou me dedicar ao capítulo *Da Seguridade Social*, especificamente à sessão *Da Saúde*. E aqui, Senador Dário Berger, coloco-me à disposição de V.Exa. Então, Ari, vou esperar com muita atenção a vinda dos números.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu estive conversando sobre Terapia Renal Substitutiva. A ANVISA fez a portaria mandando trocar as linhas; o filtro, não. A troca do filtro é o que justifica trocar a linha. O filtro é praticamente o dobro. Se fizermos a troca da linha e do filtro, não tem ampliação. E a curva é ascendente no número de envelhecimento e renais dependentes de hemodiálise. Então, vai ter gente que vai ficar fora, e vai haver óbito por insuficiência renal.

No que diz respeito às cirurgias — e eu vi ali a habilitação —, a tabela SUS, lá na ponta, ainda é a referência.

No meu Estado há um programa de saúde que se chama Caravana da Saúde, ou Mutirão da Saúde, mais conhecido como "Mentirão da Saúde", porque fazem um circo: levam o atendimento médico à população e vão embora. Mas a doença continua. Realizam cirurgias eletivas através de caravanas. No entanto, o imobilismo da rede pública no Estado está muito complicado.

Então, nós precisamos discutir o valor desses procedimentos. De alguma maneira, precisamos trabalhar nessa questão. Não dá mais para vivermos no papel e no Power Point uma saúde que efetivamente não é a saúde que está acontecendo lá na ponta. Há uma assimetria muito grande entre o que vivemos aqui e o que a população experimenta e, principalmente, entre o que vivemos aqui e o que os trabalhadores de saúde estão experimentando.

Portanto, peço a V.Exa. especial atenção à categoria dos agentes comunitários de saúde, para sairmos desse impasse.

No que se refere à tabela SUS e às dívidas das filantrópicas, o Deputado Toninho Pinheiro conduziu a apresentação de um recurso para fazer o endividamento das filantrópicas, que é o projeto que veio do Senado. Nós não mudamos nada e votamos o projeto, para que elas possam ter acesso a uma linha de crédito mais barata. Mas isso não resolve o problema também, porque o endividamento ocorre em função do subfinanciamento e da subgestão. Então, nós também precisamos avançar na correção desses problemas.

Eu vou esperar a peça orçamentária e dialogar com os técnicos e com a equipe do Ministério, através do Ari.

Eu me coloco à disposição do Ministério e da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Cumprimento o Deputado Mandetta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Posso perceber que V.Exa., além de ter conhecimento da área, deve ser médico. É médico? *(Pausa.)* É médico. Acertei.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu sou médico e estou Deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeitamente. Parabéns a V.Exa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Toninho Pinheiro.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - Bom dia a todos.

Eu quero dizer que o Ministro Ricardo Barros é tudo aquilo que o Brasil precisa e deseja: é honesto, é competente, é muito trabalhador.

Mas gostaria de destacar que, hoje, no que se refere à questão da saúde no Brasil, muito já foi feito, mas ainda se pode fazer muito mais.

É importante destacar a presença aqui dos agentes comunitários de saúde, pessoas valorosas. Eu defendo o aumento no vencimento de todos os agentes comunitários de saúde do Brasil. E esse aumento não sairia do bolso das Prefeituras, mas do Governo Federal.

Nós temos que valorizar os nossos companheiros, os trabalhadores profissionais, começando pelo mais simples: os agentes comunitários de saúde, os serviçais, os enfermeiros e, principalmente, os médicos. Os médicos merecem nossa atenção especial. Segundo a Bíblia, nós temos que ser diferentes com eles. Aos médicos, o nosso respeito e a nossa consideração.

Quero dizer também que se hoje o Ministério da Saúde ainda está de pé, é graças à boa gestão do Ministro Ricardo Barros, que conseguiu fazer milagre. O Brasil passa por uma grande crise política e financeira e, com isso, tem tido muita dificuldade, mas, graças à honestidade, à competência e à sabedoria que Deus lhe concedeu, o Ministro está conseguindo fazer muito mais com os mesmos recursos. Considero importante dizer isso.

Nós temos que mostrar para o Brasil que, quando se tem dificuldades na área da saúde, na tabela do SUS, em vários setores, em vários procedimentos, carece-se também de gestão e de recursos financeiros.

Agora, nós temos que dizer para todo mundo, sem maltratar ninguém, que esta situação que nós vivemos no Brasil neste momento tem sua razão de ser: de 2003 até antes da chegada do Presidente Temer ao Governo Federal, foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desviados 140 bilhões da área da saúde. Esse dinheiro estava empenhado e saiu do sistema! Note-se que 140 bilhões de reais é muito dinheiro. Por isso, fez falta no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Ministério da Saúde, no Brasil inteiro! Isso tem que ser mencionado. A verdade tem que ser dita, doa a quem doer.

Além de desviar 140 bilhões de reais, houve atraso no pagamento de emendas parlamentares, de 2 a 3 anos, pelos Presidentes do passado. Emenda parlamentar não é dinheiro destinado ao Parlamentar, é dinheiro da saúde para salvar vidas. E essa pouca-vergonha aconteceu. Mas hoje esse procedimento não existe mais no Governo Federal. Temos que dizer isso, para que haja condição de levar atendimento médico à população.

Os agentes de saúde não recebem salário há 5 anos, e nós temos que mostrar por que isso aconteceu e o caminho para resolver o problema. Não podemos ficar enrolando, não! Eles merecem e têm que ter o recurso financeiro. É preciso mostrar a toda a população o que foi passado. Ações supérfluas foram priorizadas em Governos anteriores, mas não priorizaram a saúde. Nós somos seres humanos, não conseguimos fazer milagres. Quem faz milagre é Deus! Graças a Deus, nós temos hoje um Ministro que está fazendo um bom trabalho, assim como há outras pessoas maravilhosas, como os Deputados Marcus Pestana, Darcísio Perondi, Mandetta e outros mais.

Nesse aspecto, merece destaque a aprovação do projeto que veio do Senado. E agradeço ao Senado Federal, em especial ao Senador José Serra, que o fez chegar a todos nós, Deputados. Esse projeto, que uniu todos os Deputados, nasceu na dificuldade, no sofrimento das instituições filantrópicas do Brasil, como as Santas Casas e os hospitais, que, às vezes, conseguem fazer um atendimento até 50% mais barato que o próprio hospital público. No entanto, essas instituições ficaram endividadas. Por quê? Porque foram desviados do Governo Federal 140 bilhões de reais da área da saúde, recursos que estavam empenhados, mas foram desviados. E quem os desviou, quando teve uma doença gravíssima, foi atendido da melhor maneira possível. Todos os que desviaram recursos da saúde foram atendidos com o maior conforto. Graças a Deus, eles foram curados, mas desejo que todo pobre no Brasil tenha assegurado o mesmo tratamento que eles tiveram.

Por isso, luto com toda firmeza e coragem. Doa a quem doer. Eu tenho que falar a verdade. Eu não tenho medo de falar a verdade. É importante destacar: é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preciso valorizar a atual administração, que tem feito mais do que pode. Para nós, atores, é importante lutarmos para que a economia no Brasil melhore. E, com uma economia sólida, nós podemos garantir um orçamento justo para a área da saúde. Hoje, o Governo Federal investe 100 bilhões do seu orçamento em saúde, e as Prefeituras e os Estados investem 130 bilhões. Se observarmos quem tem mais dinheiro, veremos que o Governo Federal tem mais recursos, mas investe menos.

Portanto, temos que mudar isso e lutar pela melhoria da economia — e vai melhorar —, e que os governantes saibam que salvar vidas é o mais importante.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Cumprimento o Deputado Toninho Pinheiro pela manifestação.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Jones Martins.

O SR. DEPUTADO JONES MARTINS - Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Dário Berger. Quero cumprimentar o Deputado Cacá Leão, que é o nosso Relator, o meu amigo Ari, do Ministério da Saúde, e, evidentemente, o Ministro Ricardo Barros.

Ministro, eu vou dizer uma trivialidade, que talvez seja importante para a introdução da minha manifestação. Nós temos o melhor sistema de saúde do mundo. Não há país no mundo, com mais de 200 milhões de habitantes, que ofereça tudo para todos, de forma integral e gratuita, como nós oferecemos.

A nossa Constituição garante saúde plena a todos, mas não garante, no entanto, os recursos para financiar essa generosidade toda. Então, nós vivemos um contrassenso típico brasileiro. Temos um grande sistema, que é a conquista de muitos brasileiros que foram à luta, que, por diversos anos, conseguiram, na evolução do debate, incluir em nossa Constituição o melhor sistema do mundo.

Cada vez que falamos de saúde, nós sempre vamos estar secando gelo. Sempre teremos uma necessidade ou outra a mais. E, na condição de quem já foi Secretário Municipal de Saúde, não tenho dúvida de que o grande passo que podemos dar para qualificar o nosso sistema é valorizar a atenção básica de forma genérica, evidentemente com a participação do agente comunitário de saúde, do agente de endemia, assegurando a valorização profissional, o plano de carreira, salários dignos e com produção. Muitas vezes, o desafio do Secretário, que está na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ponta, é criar essa conectividade para que a produção também seja o resultado do trabalho de cada dia.

Com isso, quero cumprimentá-lo, Ministro, e dizer da sua desenvoltura no Ministério da Saúde. Eu circulo pelo Ministério, seja como servidor, seja como quem esteve na Secretaria de Saúde, na outra ponta, por muitos anos, acompanho o debate sobre o fortalecimento do SUS participando de muitas e muitas conferências. E o Sistema Único de Saúde, por ser uma coisa tão bonita, às vezes, passa a ser poético. Nós vivemos num mundo de utopias muitas vezes, e V.Exa. está trazendo um mundo de realidade. A sua gestão no SUS está trazendo oxigenação a todo o sistema, muitas vezes mal compreendido, mas está oxigenando todo o sistema. V.Exa. não está inventando, não está trazendo grandes programas, não está trazendo programas espalhafatosos, midiáticos, mas está cumprindo a lei e a Constituição, principalmente quanto ao princípio constitucional da eficiência, que é fazer mais com menos, dar mais efetividade, dar mais racionalidade ao nosso sistema.

E vou dar aqui um depoimento pessoal sobre a questão da farmácia, Deputado Dário. Nós tínhamos, em Gravataí, uma farmácia do Programa Farmácia Popular que consumia 10 mil reais por mês, com oferta de meia dúzia de medicamentos e com três funcionários. Eu propus o fechamento da farmácia, Ministro, em 2013, e a resposta que me deram foi a seguinte: *"Não se preocupe, porque isso aqui é recurso federal".* É recurso federal, mas é recurso público.

Vim a Brasília para tentar fechar a farmácia, mas me mandaram para um prédio enorme, com pouquíssimas pessoas lá dentro. Eu fui recebido por um burocrata, que me aconselhou a não fechar a farmácia. Eu disse: *"Mas estou tentando devolver esses 10 mil reais por mês para que a União economize"*. E, em relação aos vinte e poucos itens de medicamentos fornecidos pela farmácia, a rede privada iria fornecê-los. A população não teria prejuízo. Pelo contrário, haveria economia. E saí de Brasília convencido de que não podia fechar a farmácia.

Então, quando V.Exa. toca em pontos importantes como esse e há uma reação mentirosa, podemos até presumir de onde vem essa reação. Quero cumprimentá-lo também por isso. V.Exa. tem colocado o dedo em assuntos polêmicos, importantes, com conflitos de interesse, seja na assistência farmacêutica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seja na vigilância de saúde, seja na atenção básica, na média complexidade, e tem obtido vitórias importantes do ponto de vista da economicidade de recursos públicos.

Portanto, cumprimento-o pela eficiência e quero ouvi-lo um pouco sobre essa estratégia de redução de seis para dois blocos de financiamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Cumprimento o Deputado Jones Martins pela manifestação e pelo conhecimento que tem do Sistema Único de Saúde.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o Deputado Beto Salame.

O SR. DEPUTADO BETO SALAME - Bom dia a todos! Saúdo o Ministro, o Presidente da Comissão, o Senador Dário Berger, o meu amigo Deputado Cacá Leão.

O que eu queria falar já foi tratado aqui rapidamente, embora eu ache o assunto da utilização das verbas da saúde em duas caixinhas de fundamental importância. Mas não podemos cair no equívoco de acreditar que somente a total flexibilização na utilização desse dinheiro vai resolver o problema. Não podemos, lá na frente, depois sofrer com uma liberdade ampla e irrestrita na utilização desses recursos e permitir que gestores mal-intencionados utilizem esses recursos de maneira indevida. Então, temos que encontrar um ponto de equilíbrio.

Sugiro ao Ministro Ricardo Barros que façamos um debate sobre esse ponto de equilíbrio com os Deputados e os Senadores. Eu acho que a Comissão de Seguridade Social pode exercer um papel importante nessa direção — e o Deputado Mandetta deu essa sugestão —, para não darmos marcha a ré nem perdermos a oportunidade de destinar um maior número de recursos para a área da saúde.

Parabenizo sobremaneira o Ministro Ricardo Barros pela mudança na gestão do Ministério da Saúde, colocando o dedo na ferida, como diz o ditado popular. Tenho certeza de que V.Exa. tem sofrido pressão de toda ordem, ao longo desses meses, da indústria de medicamentos. À medida que se tornam públicos os números, torna-se pública a possibilidade de concorrência entre fornecedores e, com isso, atacam-se alguns *lobbies* poderosos. E V.Exa. teve a coragem de fazer isso.

Então, para nós, é motivo de muita alegria estar aqui na Comissão participando deste debate e fazendo esse reconhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por fim, destaco a importância de trazer aqui o debate sobre as UPAs, que V.Exa. conseguiu desmistificar. Eu sou um defensor das UPAs. Temos ouvido, ao longo dos anos, dos gestores e dos Prefeitos que a UPA é um problema. Ninguém quer ser responsável por elas, porque as acha muito caras. E tenho o conhecimento de que, na gestão do Ministro Ricardo Barros, ele conseguiu flexibilizar a utilização dos recursos das UPAs, possibilitando alternativas para o gestor. Então, peço ao Ministro que nos informe quais ações estão sendo desenvolvidas nesse sentido e também quais são os próximos passos para flexibilizar a utilização dos recursos nos programas do Ministério da Saúde.

Parabéns, Ministro Ricardo Barros!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Beto Salame pela sua manifestação e pela presença nesta audiência pública.

Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, a Deputada Josi Nunes. Em seguida, falará o Deputado Darcísio Perondi. Depois, encerraremos as concessões a oradores inscritos para manifestação junto ao Ministro.

A SRA. DEPUTADA JOSI NUNES - Quero cumprimentar o Sr. Presidente, o Ministro Ricardo Barros e todos os que fazem parte desta Mesa.

Primeiro, quero agradecer todo o apoio que nós temos recebido do Ministro em Tocantins, nosso Estado. Nós teremos, no próximo ano, uma unidade do Hospital de Câncer de Barretos. A implantação desse processo só foi possível com uma colaboração muito grande do Ministro e do Governo do Estado. Ontem estivemos com um médico, e nesta tarde estivemos com toda a bancada de Tocantins, exatamente para viabilizar essa questão da obra. Quero agradecer ao Ministro esse trabalho que tem sido feito no Estado.

Quero cumprimentar, de uma forma muito especial, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias que estão aqui presentes. Eles têm feito todo um trabalho ao longo de muitos e muitos anos nesta Casa.

Tivemos avanços importantes. Ontem, na Comissão que trabalha a questão da remuneração e que prevê o reajuste salarial desses agentes, nós tivemos a aprovação de uma matéria muito importante, e agora estamos trabalhando para que essa matéria vá ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Queremos reforçar a importância da atenção básica. E, dentro da atenção básica, temos que valorizar esses profissionais, que cumprem uma missão muito importante no aspecto preventivo.

Quero parabenizar essa categoria porque tem feito todo um movimento nesta Casa de forma muito respeitosa. Foi por isso que conseguiu o apoio, a atenção e o respeito desta Casa.

Permita-me, Sr. Presidente, cumprimentar todos em nome da Ilda, que é Presidente do CONACS — Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, e do Ronaldo e do Florisvaldo, representantes da associação de agentes do Estado de Tocantins.

Eu estive há pouco com representantes de um hospital importante de Tocantins, o Hospital Dom Orione, que possui uma maternidade. O Sr. Osvair, Superintendente Executivo, e o Pe. Jarbas, Diretor-Presidente, pediram nossa colaboração para que o Hospital possa funcionar melhor. Nós vamos colaborar apresentando emendas nesse sentido.

É importante esse trabalho com relação à saúde, porque a saúde é estratégica para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Nós temos problemas complexos em muitas e muitas áreas. Então, é preciso valorizar os profissionais da saúde e é preciso melhorar a gestão — a questão da gestão eu acho que é fundamental. Todas essas ferramentas têm que ser trabalhadas e orientadas para os Estados e Municípios através de um direcionamento do Ministério.

É importante que nós nos debrucemos mais, mais e mais sobre esse tema, valorizando todos os aspectos, buscando soluções e amenizando o sofrimento do nosso povo, da nossa gente que nos procura para resolver alguma questão de saúde.

Parabenizo o Ministro e agradeço-lhe todo o trabalho que tem feito de apoio ao nosso Estado de Tocantins.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a participação da Deputada Josi Nunes.

Também quero me solidarizar com os agentes comunitários de saúde. Eu fui Prefeito durante 16 anos consecutivos, Ministro, e a minha história durante o período

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em que exerci essa atividade tanto em São José quanto em Florianópolis se confunde com as histórias dos agentes comunitários de saúde. Pude participar ativamente da evolução da carreira, que se iniciou a partir de uma relação de trabalho bastante precária.

Pelo trabalho e pela relevância que exercem hoje, evidentemente, precisamos olhar com mais carinho para esse grupo de servidores públicos municipais que exercem um papel extremamente estratégico no desenvolvimento da saúde, principalmente nas áreas mais carentes do nosso País.

Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi e, depois, vou finalizar as concessões aos oradores inscritos.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Parabéns! Eu estou contente de ver que um Parlamentar da Região Sul é o Presidente desta Comissão. Ao longo de 20 anos, vi que V.Exa. foi um dos raros Parlamentares dessa Região a presidir os trabalhos desta Comissão. Eu não sabia e fiquei contente. E, para equilibrar, a Comissão conta também com a juventude do Deputado Cacá Leão.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Que é do Nordeste.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Do Nordeste *(riso)*, para equilibrar. Isso é bom, vai equilibrar. E conta também com a inquietude e a inteligência da Laura Carneiro, do Sudoeste.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O que eu gostei é que S.Exa. não disse a idade, ficou no meio.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Então, ficou um trio consistente, para quem está aqui há 23 anos.

Eu não me lembro: o Ministério continua repassando um salário mínimo por agente ou é quase um salário mínimo?

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - São 1.014 reais.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Hã? *(Pausa.)* São 1.014 reais. Então, continua o mesmo problema: a desconsideração maior dos Prefeitos. Não de todos, mas da maioria — da maioria. Diminuem a internação, diminuem o custo, e os agentes recebem 1.014 reais. Repassam isso e não enxergam a importância do agente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto à existência de agentes bons ou ruins, esclareço que a maioria trabalha e que é preciso haver capacitação, sim. Isso depende da Prefeitura.

Existe uma montanha de Prefeitos que recebem as caixinhas, que, agora, o Ministro está enfrentando. Na minha cidade, por exemplo, sempre há 1 milhão, 1,5 milhão, 2 milhões de reais das caixinhas, e a Prefeitura não gasta. E isso se repete. O meu Município é um Município médio, considerando-se os pequenos, médios e grandes. Os Prefeitos continuam não valorizando o agente, como pessoa e como profissional, e também continuam não valorizando a atividade. É impressionante isso, Sr. Ministro! E uns até querem entregar. Mas a democracia é isso, o que mais vamos fazer?

Então, é bom que os agentes continuem aqui — não é, Ricardo? —, que venham para cá e que avancem sempre. Vão avançar; vamos nos preparar porque vão avançar. Começaram pela maior de todas as lutas, a luta para serem inseridos na Constituição, e depois continuaram juntos. Juntos vocês são fortes, mas também devem se juntar à Confederação Nacional dos Municípios, à Associação Nacional dos Prefeitos e aos Conselhos Estaduais de Saúde, para ver o que está acontecendo.

Parabéns, Ministro! V.Exa. é uma surpresa na gestão. Nós o conhecemos há 23 anos. V.Exa. é engenheiro e possui visão de gestão. Seu time e os técnicos antigos do Ministério reconhecem que V.Exa. botou gestão no Ministério. Não acerta em tudo, mas botou gestão. Começou por diminuir as caixinhas e fazer uma economia impressionante. Botou ordem na casa, fez com que o Ministério deixasse de ser um aparelho de partidos. O próprio Conselho Nacional de Saúde, que é partidário, também foi colocado no seu devido lugar. V.Exa. tem conhecimento de orçamento, então dialoga com firmeza com a área financeira e tem muita segurança a respeito dos números. Essa é uma riqueza verdadeira da sua gestão, mas poucos a enxergam. Continue nessa caminhada!

Tenho uma dúvida. Eu não ouvi a sua palestra, não pude chegar antes. O Ministério manda recurso para os hospitais filantrópicos, mas muitos deles se queixam porque o Governador ou o Prefeito segura o recurso e demora 2, 3 meses para repassá-lo. Isso é grave. Eu não sei se nós não reagimos a isso na condição de Parlamentares porque há Prefeitos que nos apoiam. O Ministério Público se acovarda, e Prefeitos — não são todos — ficam 2, 3 ou 4 meses com o recurso. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é apropriação indébita! Não sei o que podemos fazer ou o que o Ministério pode fazer nessa situação.

Parabéns, Ministro! Cobre posição desta Comissão e do Parlamento para que botem a saúde como prioridade — isso também deve ser feito com a educação. Nós deixamos no teto de gastos uma escada para aumentar os recursos da saúde e da educação, mas isso só vai ocorrer se nós Parlamentares, Senadores e Deputados, fecharmos com o Ministro Ricardo. Se nós não fecharmos com ele, não vamos aumentar o que vem, porque ninguém enxergou, na proposta do teto, que deixamos uma escada. Temos um piso, mas deixamos uma escada. Então, essa é a oportunidade de, neste primeiro orçamento em que vamos ter influência direta, botarmos essas áreas como prioridade.

Cumprimento também o Ariovaldo, que é imortal. *(Risos.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dário Berger) - Meu prezado correligionário e Líder Darcísio Perondi, agradeço a V.Exa. pela manifestação e pela participação nesta audiência pública.

Vou dar continuidade aos nossos trabalhos. Na condição de Presidente, não quero fazer perguntas, mas gostaria de deixar registrada uma pequena, breve, rápida e urgentíssima reflexão sobre alguns temas que me chamam e sempre me chamaram atenção.

Em primeiro lugar, quero dizer que a saúde deve ser a prioridade da prioridade de todos os Governos, porque não tem como não se estabelecer a saúde como uma prioridade, haja vista tudo da nossa existência depende, evidentemente, do nosso bem-estar. As pessoas querem viver mais, Ministro, e querem viver melhor. Para isso, nós precisamos criar uma logística própria, uma estrutura tal em que nós possamos atender às pessoas em tempo em real. Se assim não fizermos, quando formos atendê-las talvez seja tarde demais, porque a doença não espera, ela progride, muitas vezes de forma sistemática.

Esse tema nos apaixona. V.Exa. é engenheiro e gestor. Impressionaram-me muito sua participação na Secretária de Saúde e, sobretudo, seu desempenho nesses poucos meses à frente dessa importante pasta — na minha opinião, o mais importante Ministério — do Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós não podemos ser tratados como números, nós não somos números. Na verdade, nós somos humanos. Nós não podemos ser tratados como uma portaria, como um papel, como uma caneta. Na verdade, a vida representa muito mais do que isso. Nesse sentido é que eu quero defender as minhas colocações.

A primeira delas diz respeito às UPAs. Eu convivi, na prática, com a eficiência de Unidade de Pronto Atendimento 24 horas. Quero fazer um pequeno histórico dizendo que, no meu tempo, Deputado Darcísio Perondi, nós já tivemos como prioridade no Brasil o atendimento básico de saúde, porque nem sequer tínhamos isso. Com a implantação do SUS, a evolução da saúde começou pelo atendimento básico. A partir do momento em que nós começamos a fornecer razoavelmente a atenção básica, surgiu a necessidade de se trabalhar com as especialidades. Com as especialidades, surgiram as policlínicas. Com as policlínicas e com especialidades, começamos a nos deparar com a média e alta complexidade. Aí implantamos gradativamente as Unidades de Pronto Atendimento. Evidentemente, estamos ampliando substancialmente a questão da alta e da média complexidade, que representa um avanço sistêmico e fundamental.

Quero corroborar a tese defendida pelo Deputado Jones Martins de que o Sistema Único de Saúde é o mais amplo e o maior sistema de saúde do mundo, já que universalizamos o sistema. Evidentemente, ainda há críticas em termos de desempenho. No decorrer desta manifestação breve, vou falar a respeito disso.

Eu tenho um dado específico com relação às UPAs. Quando fui Prefeito, eu implantei duas UPAs e deixei uma concluída, só que a concluída até hoje não foi implantada. Nós sabemos por que não foi implantada, e eu acho que são dispensáveis os comentários. Isso ocorreu em função do custo, em função da divergência de participação do Governo Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal e talvez até em função da regionalização, porque as UPAS, em determinados locais, não atendem apenas a um Município, atendem inclusive a uma região metropolitana.

Deputado Jones, segundo o levantamento que fiz sobre essas UPAs, de cada 100 pessoas que eram atendidas à época, 97 saíam da UPA com seu problema resolvido. Apenas 3 de 100 pessoas — ou seja, 3% — precisavam ser encaminhadas para atendimentos complementares, para novas investigações e para consultas mais especializadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V.Exa. é engenheiro. Eu não sou engenheiro, mas sou matemático. Com números, não há discussão. O sistema é rápido e atende à população de maneira bastante eficiente.

O que acontecia de pior? As pessoas não queriam mais ir às unidades de saúde, já queriam ir direto às UPAs. Tivemos que desmistificar essa cultura — os agentes comunitários de saúde tiveram participação efetiva nisso —, para que essa cadeia, que tem desde o atendimento básico até o de alta complexidade, não sofresse uma interrupção.

Sei que V.Exa. está preocupado com isso, mas um olhar com carinho para as Unidades de Pronto Atendimento 24 horas representa a resolução de problemas estruturais da saúde pública. O que percebemos nos hospitais são grandes elefantes entrincheirados pelo corporativismo, pelo clientelismo, pela burocracia, e as coisas acabam não avançando.

Outra questão — já discutimos sobre isso em outra oportunidade — são as cirurgias eletivas. Nada dói mais num cidadão, quando este precisa fazer uma cirurgia de catarata, uma cirurgia de hérnia, seja qual for, ter que ficar sistematicamente na fila de espera. Temos que resolver a questão das cirurgias eletivas. Um dia vamos resolvê-la e, quem sabe, priorizaremos isso de maneira ainda mais ampla e despertaremos a consciência nos Municípios e nos Estados para que cada um faça a sua parte.

Quando fui Prefeito, fiz um mutirão, credenciei uma maternidade, e os médicos também se comprometeram à época. Fizemos 3 mil, 4 mil, 5 mil cirurgias eletivas e zeramos as cirurgias eletivas de Florianópolis, com a participação de médicos que se comprometeram, à época, a fazer a cirurgia pelo valor da tabela do SUS.

Na verdade, isso é bastante injusto, mas estou falando para demonstrar aqui também que existem médicos e médicos. Existe muita gente boa, que efetivamente merece esse registro.

Outra questão grave que enfrentamos é a da cirurgia propriamente dita. Hoje um cidadão que precisa de uma cirurgia que não seja eletiva, que seja relativamente emergencial ou que seja emergencial está numa situação difícil. Esse cidadão tem que penar e esperar na fila por um longo prazo. Apesar disso, percebo que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ministério da Saúde avança na publicidade, na simplificação e na distribuição de recursos para avançar nessa questão.

A tabela do SUS é um assunto recorrente que precisávamos discutir.

Uma questão importante, fundamental, é a das entidades filantrópicas, porque sem elas teríamos muita dificuldade de atender à população brasileira. Precisamos encontrar efetivamente uma forma de apoiar essas entidades. O atendimento em algumas Santas Casas chega a 80%, a 90% do SUS. Essa é uma alavanca importante para o atendimento da nossa população.

Queria me manifestar sobre esses pontos e concluir aqui.

Retorno agora a palavra ao eminente Ministro Ricardo Barros, para que S.Exa. possa responder às perguntas que foram feitas pelos Deputados, Deputadas e Senadores desta Comissão Mista de Orçamento.

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Obrigado, Presidente Dário Berger.

Para responder à Deputada Laura Carneiro, que é a primeira inscrita, peço para colocarem no telão a primeira apresentação, que se refere ao financiamento da saúde: 50% devem ser da União, 25% dos Estados e 25% dos Municípios.

(Segue-se exibição de imagens.)

Há 10 anos, a União financiava 50% das despesas de saúde. Ao longo do tempo, foi se afastando do financiamento das ações de saúde. Hoje, os Municípios avançaram no financiamento, e a União diminuiu a sua participação. Essa é a situação.

Quanto à Política Nacional de Atenção Básica — PNAB, temos 750 mil profissionais de saúde hoje no sistema. São 67 mil médicos, 69 mil enfermeiros, 260 mil agentes comunitários e 40 mil equipes de saúde da família. O recurso para atenção básica é crescente e permanente.

Em 2016 — aqui estão as consultas, já apresentei esse eslaide — houve 43% de eficiência nas consultas.

A PNAB procura fortalecer a atenção básica através da informatização e da biometria, garantindo a composição dos profissionais no sentido de que o horário de cada profissional esteja em conformidade com o da equipe, para oferecermos o conjunto da assistência necessária. Como estamos falando de atenção básica, no caso de hospitais, para se fazer uma cirurgia, precisa-se de um conjunto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

profissionais que têm que estar lá no mesmo horário. Não adianta cada um fazer a sua escala, porque não resolveremos o problema.

A consulta pública foi feita. Houve mais de 6 mil contribuições. Essa foi a terceira revisão da PNAB. O Conselho Nacional de Saúde, em 2015, estabeleceu o prazo de 2 anos para que concluíssemos essa revisão. Estamos cumprindo essa determinação do CNS.

A Estratégia Saúde da Família não será substituída.

Assim como foi explicado aqui no que diz respeito à Farmácia Popular, Senador Dário, o que nós estamos fazendo é absolutamente correto, mas a desinformação supera a verdade. Na questão dos agentes comunitários de saúde — ACSs ocorre a mesma coisa. Há muita gente publicando coisas que não têm nada a ver com o que nós estamos fazendo. Não teríamos credenciado mais 12 mil ACSs se não entendêssemos a importância do seu trabalho. Mas se produz uma desinformação até para fazer mobilização dentro dos interesses corporativos, que são legítimos, de cada articulação sindical.

O nosso assunto é com a saúde. Não é com cada corporação da saúde; é com o conjunto do atendimento que deve ser dado. Então, é nesse sentido que nós estamos avançando.

Nós estamos propondo nesta PNAB que os agentes comunitários de saúde ou agentes de combate às endemias, quando chegarem a uma residência, dentro daquele princípio do aumento da resolutividade, façam todo o trabalho de atenção. Se houver necessidade, na área da saúde, de um atendimento para o qual o profissional não esteja qualificado, ele vai chamar o profissional na unidade básica. Na área do agente de endemias, se for necessário um atendimento de manuseio de produtos químicos ou de outras coisas, ***vai chamar uma pessoa devidamente qualificada e paramentada. Mas ampliaríamos o acesso por meio da visita de um agente que veria todas as necessidades da residência. Isso não seria feito da forma específica como ocorre hoje.***

Qualificação dos profissionais para que possam fazer o atendimento integral. Qual é a minha proposta? A proposta — que não é minha, é da PNAB, que já estava lá antes de eu chegar — é que aumentemos a resolutividade do trabalho dos agentes comunitários das equipes do Saúde da Família, para que eles possam acompanhar o doente crônico de forma mais adequada, medindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

glicemia e pressão, e tomem providências que garantam que o estado de saúde desse paciente não vai se agravar e imprimir custos maiores ao sistema. Um cuidado mais efetivo e mais eficaz é o que propõe a nova PNAB. Otimização de recursos humanos.

Integração com outras áreas da vigilância. Nós estamos propondo uma visão global. Quando o agente for a uma casa, verá todos os problemas na área de saúde. Esta é a forma que se está propondo: cada agente será um agente integral na visão da saúde.

O gestor terá mais liberdade para definir a composição dos profissionais, e a consulta pública tem muitas contribuições nesse sentido, inclusive sobre as atribuições dos ACSs.

Hoje, uma equipe de ACSs tem no mínimo 1 médico, 1 enfermeiro, 1 auxiliar de enfermagem e 6 agentes comunitários — podendo chegar a 12 — para o atendimento de uma população específica. Território. O que nós estamos dizendo é que existem localidades onde as pessoas vivem que não atingem essa população específica. Então, ou você põe o excesso de recursos humanos lá, para completar a equipe, para poder ser reconhecido, ou você reconhece o que é necessário para a população que vive naquela localidade. O Prefeito põe o necessário, e nós reconhecemos a equipe, que não é a ideal, completa, porque, quando se fala nesse modelo de população, você está pensando que é uma cidade, mas, às vezes, não é uma cidade, é um distrito que não tem aquela população, que não precisa daquele recurso humano, que não é reconhecido pelo Ministério, que não é financiado pelo Ministério. Nós estamos propondo um avanço: participarmos mais do financiamento da saúde.

Então, essa é a revisão da política. Os núcleos poderão apoiar outras equipes, que não sejam equipes da Saúde da Família, mas que existem hoje no sistema e que poderão ter também o suporte do NASF — Núcleo de Apoio à Saúde da Família.

As coisas estão muito engessadas. Nós queremos dar mais autonomia ao gestor que está lá na ponta com um problema para ser resolvido e que tem que flexibilizar a solução.

Vamos também definir o gerente da Unidade Básica de Saúde. Hoje, geralmente quando a enfermeira assume a gerência, a unidade fica sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

enfermeira, porque ela fica fazendo funções administrativas. Então, se o gerente escolhido pelo gestor for uma enfermeira, vai haver outra enfermeira para fazer essa atividade. Nós vamos ter, nas 40 mil UBS, gerentes que serão qualificados pela UNA-SUS especificamente para serem gestores da unidade. Então, o gerente só vai ser escolhido, pela sua qualificação, para aquela atividade de gestor de unidade — não de enfermeiro ou de outra atividade para a qual ele foi contratado — e passará a exercer a gerência na unidade. Qualquer um pode exercer a gerência, mas, no momento em que ele passar a ser gerente, outro será deslocado para substituir a sua função técnica dentro da equipe.

O usuário poderá ser atendido em mais de uma Unidade Básica. Eu já falei isso. Hoje ele só pode se vincular a uma unidade. Por causa do prontuário eletrônico, ele pode se vincular a várias unidades.

E há a obrigatoriedade do uso do prontuário eletrônico na UBS. Então, o investimento nosso é muito grande. Os agentes receberão tablets ou smartphones, e, na visita que fizerem às residências, eles já vão anotar os dados, digitalizá-los. Se houver conectividade, já vão transmiti-los; se não houver, quando eles chegarem à Unidade Básica, a transmissão será feita automaticamente. Ele não tem que digitar, não vai perder a ficha, não vai errar a digitação do que estava na ficha. Tudo vai ser simplificado, mais produtivo e mais eficiente.

Este é o desafio da informatização, que não é o caso aqui.

Esta é a nossa proposta para os Agentes Comunitários de Saúde. Não tenho, como se tenta propor, nenhuma restrição aos Agentes Comunitários de Saúde. Eu entendo a coisa sindical de criar o conflito para poder mobilizar. Então, mentem, mentem, mentem, para que as pessoas venham a se mobilizar contra uma coisa que não foi proposta.

Então, eu estou sendo bem claro nas minhas ações. Não estou acostumado a ter minhas declarações distorcidas. Esta aqui é a proposta que nós fizemos, a apresentação que nós fizemos da PNAB. Eu estou repetindo para vocês.

A liderança do movimento está aqui presente. Eles já foram recebidos ontem no Ministério numa reunião com a nossa equipe técnica, e eu tratarei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

portanto, da pauta de vocês como eu sempre tenho tratado, no sentido de buscar os avanços possíveis dentro das restrições orçamentárias.

A Deputada Laura Carneiro falou também dos transplantes...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Vocês foram ao auditório e foram atendidos lá pelo Beto Salame, que é o responsável pela atenção básica...

(Não identificado) - Não, não.

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Eu fui informado que sim. Vocês estavam lá. Eu pedi que fossem levados ao auditório para serem atendidos. Desculpem-me. Eu fui informado que foram atendidos. Vou confirmar com a minha assessoria, porque eu estava fora do Ministério naquele momento.

Foram feitos 1.159 transplantes, Deputada Laura Carneiro. Noventa e cinco por cento dos transplantes são financiados pelo SUS, e o Presidente Michel Temer determinou que a Força Aérea Brasileira — FAB transportasse os órgãos, e isso aumentou muito o aproveitamento dos órgãos para transplantes. Como medida objetiva, há em tramitação um decreto que trata de morte cerebral que, sendo editado, está na Casa Civil já há algum tempo, facilitará muito a disponibilidade de mais órgãos para transplantes. Então, estamos caminhando nessa direção.

Estamos fazendo o SUS Legal.

Com relação ao Rio de Janeiro, eu tenho ido muito lá. Nós temos tido um debate muito forte no que diz respeito à gestão dos hospitais federais, e isso já melhorou muito. Nós temos um nível de eficiência muito maior. Vamos especializando os hospitais.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Aquela questão dos nomes...

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Foi anunciado que iria acabar a Clínica da Família, mas depois voltaram atrás. Nesse caso, não sei. A autonomia é com o gestor.

Quando vocês falam: *"Nós passamos dinheiro para o Município, e o Município não repassa"*, nós somos entes autônomos da Federação. Os agentes estão propondo, por exemplo, um piso nacional de salários. Na PEC, estão propondo que isso seja pago pela União. Por quê? Porque, senão, lá na ponta, nós estaremos impondo a outro ente da Federação uma despesa que contraria o Pacto Federativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No texto, como está colocado, é preciso encontrar dotação orçamentária na ordem de 3 bilhões de reais para fazer o financiamento dessa nova política, que será na faixa de 2 a 3 bilhões de reais. Nós temos ainda que fazer essa conta, porque alguns Municípios, como vocês sabem, têm piso, mas não têm teto.

Então, alguns Municípios já pagam valores maiores para os Agentes Comunitários de Saúde, e essa política nacional definida aqui tem que se articular com o plano de cargos e salários da prefeitura, porque, dentro da equipe que está disposta, é preciso haver uma articulação da remuneração dos membros para que isso possa gerar mais conforto e eficiência para o grupo que trabalha na equipe de Saúde da Família.

V.Exa., Deputado Laura Carneiro, falou da PNAB, que eu já apresentei. No Brasil, 3.800 Municípios têm menos de 20 mil habitantes. Mais de 2 mil têm menos de 10 mil habitantes. Então, essa conta das equipes não conversa com o mundo real lá na ponta.

Por isso estamos propondo poder financiar esses Municípios dentro do que é razoável dispor de equipe de recursos humanos da saúde para a população que vive naquela comunidade. É isso. Não estamos querendo desmontar, quebrar nada nem diminuir nada. Queremos financiar mais, e a regra hoje não nos permite financiar. Se não mudarmos a regra, não poderemos financiar essas equipes que estão em aglomerados de populações menores.

O controle social é muito útil nesse processo, nós sabemos disso, tanto que estou dando autonomia aos Municípios, por meio do Conselho Municipal de Saúde e do Plano Municipal de Saúde, com a presença do Vereador e do Secretário de Saúde na Câmara Municipal a cada 4 meses.

Então, eu gostaria de deixar claro que nós estamos sempre abertos para o diálogo. A convite do Deputado Mandetta, estarei na Comissão de Seguridade, para fazer um debate específico sobre a PNAB, que envolve a questão também dos Agentes Comunitários de Saúde. Eu já fui à Comissão, já fui à Comissão do Senado, estou aqui na Comissão Mista de Orçamento. Esta aqui é minha Casa. Eu adoro participar do debate, trocar ideias, porque aprendo com isso. Não sou do ramo, então, quanto mais eu debato, mais eu aprendo sobre saúde.

Deputado Cacá Leão, se V. Exa. e também o Senador Dário Berger quiserem nos acompanhar à reunião do TCU, estejam à vontade. Nós falaremos de como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estruturar o Orçamento do ano que vem. Vamos lá para tratar dessa simplificação dos blocos. Hoje nós temos, no Orçamento da União, 92 ações referentes à Saúde — 92 rubricas diferentes. Então, por isso, só na Secretaria de Atenção à Saúde, que é essa que trata do assunto aqui da Atenção Básica, há 43 ações orçamentárias diferentes. Eu estou propondo simplificar isso, para o gestor ter mais flexibilidade. O Presidente já foi Prefeito, eu já fui Prefeito, então, sabemos da necessidade de poder aplicar recurso naquilo que, naquele momento, é mais necessário para a população.

Senador Pedro Chaves, amanhã, a Santa Casa de Campo Grande fará 100 anos. Haverá uma bela solenidade lá. Eu, infelizmente, não vou poder ir, porque vou acompanhar um Ministro em outro compromisso. Mas a nossa equipe estará lá festejando 100 anos da Santa Casa de Campo Grande, que tem dado um exemplo de gestão também. O Deputado Mandetta vai lá participar da festa. Eu, infelizmente, não vou poder ir.

Em relação à transferência de recursos e ao engessamento que o Senador citou, a eficiência e os resultados estão aqui apresentados. Nós insistiremos nesse modelo de eficiência e resultado. Então, a proposta da nova PNAB — novas atribuições para ACSs, mais qualificação, resolutividade — vem nessa relação custo/benefício. Investimos e queremos o melhor resultado possível. Assim, se pudermos qualificar melhor essa ação, teremos melhores resultados para a população e buscaremos esse avanço.

O Deputado Mandetta falou da flexibilização dos blocos, da vigilância. Sua preocupação é que o Prefeito decida reduzir os recursos da vigilância, sendo da sua autonomia a distribuição, no bloco custeio, de cada uma das áreas. É uma preocupação que eu considero justa, mas eu acho que nós temos que pensar também eventualmente em excepcionalizar alguma área, mas...

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Talvez se devesse considerar percentuais mínimos de investimento, não em forma de bloco, como é hoje, mas percentuais mínimos, porque, quando muda o gestor, o cara quer fazer política, não é, Ministro?

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Eu acho que é justa essa sua preocupação, então, vamos pensar numa equação para isso.

A PNAB já apresentei aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto aos ACSs, e V.Exa. falou em técnicos, é isso mesmo o que estamos pensando: que eles se qualifiquem para terem maior capacidade de resolver os problemas. Estamos caminhando na mesma direção.

Quanto à terapia renal, sobre a qual V.Exa. falou, já fizemos um realinhamento dos custos da hemodiálise. Prorrogamos por 6 meses a portaria da substituição das linhas e estamos fazendo um esforço muito grande para poder avaliar o impacto disso no processo, mas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Estão me dizendo aqui que a reunião de ontem foi com os Agentes Comunitários de Saúde, representados pelo SINASCE — Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias no Estado do Ceará. Foram eles que estiveram no Ministério.

Eu gostaria que nós aqui pensássemos sobre o seguinte: o Ministério tem que pagar 100% de um procedimento ou esse procedimento tem que ser pago desta forma: 50% pela União, 25% pelo Estado e 25% pelo Município? Assim é como está concebido pelo SUS: 50%, 25%, 25%.

Por que nós pagamos 100% da hemodiálise? Por que nós pagamos 100% da radioterapia? Por que nós pagamos 100% de outros procedimentos e não pagamos de todos? O Ministério não tem que financiar toda a saúde. Existe a aplicação mínima do recurso da saúde do Município, que é 15% do Orçamento, e há a do Estado, que é 12%. Então, a composição do financiamento da saúde é que tem que ser dita. Assim, quando todos falam que temos que rever a Tabela SUS, isso é verdade, pois há coisas na Tabela SUS que estão há muitos anos sem reajuste. Mas aí vêm os incentivos, a Rede Cegonha, a Rede de Urgência e Emergência, que pagam o dobro por um procedimento; uns recebem, e outros, não.

Então, infelizmente, construímos uma colcha de retalhos do financiamento, mas 70% do que pagamos de custeio são referentes às Redes, a incentivos — não se trata da simples Tabela SUS. O Deputado Jones Martins sabe bem disso. Então, no conjunto do financiamento, não é a Tabela SUS, defasada, que financia a saúde, não. Em muitos casos, nós pagamos 100% do procedimento.

Vamos falar, por exemplo, de uma Rede de Urgência e Emergência, cuja diária da UTI custa 800 reais — custa 400 reais, se não estiver na Rede. Quanto custa uma diária de UTI? Vamos dizer que custe 1.200 reais. Só a União, por meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Ministério da Saúde, está pagando dois terços do valor. Agora, existe gestor que paga 1.800 reais ou 2 mil reais a diária. Eu não posso fazer nada. Há UPA Porte III cuja diária de UTI custa 1 milhão de reais, e nós pagamos 500 reais; há UPA Porte III cuja diária custa 1 milhão e 800 mil reais. O gestor montou o modelo e é da autonomia de cada um. Cada um sabe como pode avançar, qual a política salarial, porque nós vivemos em um País que é uma Federação, e cada Município tem a sua política salarial própria. E aqueles que estão subordinados à gestão do Prefeito têm que se enquadrar naquele modelo, para não haver um conflito.

Essa é uma questão que eu coloquei para a minha equipe debater quando eu recebi de novo o pessoal da Nefrologia pedindo para incluir no valor o preço da troca das linhas e o preço do filtro. E aí eu me pergunto: *"Mas nós temos que pagar 100% do procedimento?"* Então, essa é a questão que tem que se colocada.

Por isso eu estou pensando em tudo, porque sou obrigado a pensar em tudo. Não estou lá para pegar o que veio e continuar fazendo igual. Nós estamos repensando as coisas e por isso estamos conseguindo avançar. Fiz essa mesma pergunta lá na Comissão Intergestores Tripartite hoje. Nós vamos deliberar ou debater sobre isso na próxima reunião.

Quanto à consultoria aos filantrópicos, informo que todos os filantrópicos têm o direito de pedir consultoria para o Ministério. Nós dispomos de consultoria gratuita de hospitais de excelência, a exemplo do Sírio Libanês e do Beneficência Portuguesa. Então, quem tiver uma filantrópica pode pedir essa consultoria.

O melhor investimento que eu posso fazer em uma filantrópica é ensiná-la a gastar bem o dinheiro de que dispõe. Entre as filantrópicas, existem aquelas excelentemente bem administradas, e há outras com muito déficit. E o financiamento delas é o mesmo — tabela do SUS e CEBAS —, sendo 60% do SUS e 40% de convênio ou particular. É o modelo que está estabelecido. Uns se dão bem com isso; outros não. Então, qualificar a gestão é uma questão que também ficou estabelecida.

Como V.Exa. falou, uma coisa é o Power Point, o papel, outra coisa é a realidade da saúde. Então, Deputado Mandetta, eu estou aqui demonstrando com clareza qual é o nosso financiamento. Há coisas prontas e fechadas.

A minha apresentação não é só de coisas boas, mas sobre a realidade do sistema. Citei, inclusive, que apenas metade das consultas pelas quais pagamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estão sendo realizadas; que 30% das pessoas não comparecem à consulta agendada — essa é a média nacional —; que 50% dos exames de laboratório nem sequer são retirados, então não estão servindo para informação. Ninguém, nem o médico, olha o exame. O laboratório faz o exame, publica o resultado, mas ninguém vai atrás. Esses são desperdícios que nós temos que enfrentar.

Eu tenho feito uma apresentação do que é a realidade do nosso modelo e, evidentemente, dos avanços que estamos implementando. E não tenho qualquer preocupação com o debate. Quando V.Exa. marcar, eu estarei na Comissão de Seguridade, onde faremos um debate sobre a Política Nacional de Atenção Básica — PNAB, porque temos realmente que avançar nas condições de financiamento do setor.

Quero deixar claro a V.Exa. que não estamos diminuindo as equipes do Saúde da Família, mas tentando pagar equipes que não necessitam ser do tamanho mínimo estabelecido, porque a população que elas atendem não tem volume de pessoas que requeira aquela quantidade de pessoal.

O Deputado Toninho Pinheiro falou sobre a gestão dos médicos, dos ACS e também dos atrasados. Nós pagamos milhões de reais em emendas de 2012, 2013, 2014 e 2015 que estavam acumuladas. Tudo está em dia no Ministério. Nós pagamos 100% dos nossos compromissos em dia. Mas temos que entender que há um esquema federativo, portanto, os Estados e os Municípios têm que colocar a parte que lhes cabe.

O Deputado Jones Martins falou sobre um contrassenso, fazendo analogia com “enxugar gelo”. Deputado Jones, é claro que, com as novas tecnologias, que custam mais caro, precisaremos sempre de mais dinheiro. Por que sou o único Ministro que assumiu o Ministério e não disse que precisava de mais dinheiro ou que correria atrás de mais dinheiro? É porque fui Prefeito, sou Deputado, acompanho a política e sei que estamos gastando mal o dinheiro que temos. E estou provando com a minha gestão que existe espaço para fazermos muito mais com o que já temos. E pediremos mais dinheiro, Deputado Perondi, quando fizermos a lição de casa.

Eu canso de mandar gestor de Santa Casa voltar e fazer a lição de casa. Ele chega ao gabinete, e eu pergunto: *“Qual é o seu custo por leito por ano? Quantos funcionários por leito você tem? Qual é o giro de leitos? Qual é a taxa de*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

permanência?" Se ele me responder essas quatro perguntas, eu já sei se eu posso ajudá-lo, porque avalio se ele é um bom gestor dos recursos, ou se o mando voltar para a casa, arrumar as contas e depois retornar. Se ele não for um bom gestor, não adianta ajudá-lo, pois dali a 6 meses ele estará de novo no Ministério, com pires na mão, dizendo: *"Estou afogado".* Então, eu faço uma coisa muito pragmática. E é isso o que temos que fazer mesmo. Vamos continuar "enxugando gelo"? Claro, porque as demandas são muito amplas na área de saúde. Mas, primeiro, vamos fazer a lição de casa.

Sobre a questão do Farmácia Popular e da redução dos blocos, como V.Exa. falou, já a debatemos aqui.

O Deputado Beto Salame também falou em garantir os avanços e falou dos *lobbies*. Neste ponto, Deputado Beto Salame, quero fazer um agradecimento ao Presidente Temer, porque todas as vezes que digo: *"Olha, Presidente, quero mexer nesta área. A economia gerada vai ser esta, e os interesses são estes"*, ele nunca me pediu para adiar ou para não fazer.

Então, enfrentamos, sim, resistências. Quem deixou de faturar 3 bilhões e 600 milhões de reais em 1 ano está satisfeito? Não está, não é? No ano passado, ele vendeu por 100, agora vendeu por 80 e, daqui a pouco, vai vender por 60. E este, como não está satisfeito, reage, planta nota na imprensa, patrocina a desinformação.

Eu, realmente, agradeço ao Presidente, porque S.Exa. me permite enfrentar essas reações. De vez em quando tem um monte de gente lá na frente do Ministério: uma hora é índio; outra hora é médico, ACS e outros se manifestando. E nós temos a possibilidade de propor a política certa, aquela que é boa para o usuário do SUS e para a população, e não aquela que favorece determinados interesses e segmentos que participam realmente da execução dos serviços de saúde.

Quanto à flexibilização das UPAs, vou explicar o seguinte a V.Exas.: as UPAs são um programa de governo. O Brasil devia ter 500 UPAs, Deputado Perondi. V.Exa. se lembra, Deputado Jones Martins, que no programa se estabeleceu que, com 500 UPAs, o País estaria atendido? Só que os Prefeitos chegam ao Ministério e pedem: *"Deem uma UPA para mim também?"* Resultado: hoje temos 1.300 UPAs. Foi por isso que flexibilizamos o custeio, porque, assim como ocorre com as equipes de ACS, que, em determinada comunidade de 500 pessoas, não é preciso ter toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estrutura preconizada pela PNAB —, com as UPAs ocorre o mesmo, porque há uma aqui e outra ali, com redução do número de atendidos sob a responsabilidade das UPAs. Então também temos que diminuir a estrutura disponível. Quando o número de UPAs saiu de 500 para 1.300, desestruturou-se o que estava planejado. E temos que reconhecer que a realidade nos impõe diminuir também o custo das UPAs, para que elas funcionem. Se colocarmos em todas o que estava previsto, vai sobrar estrutura, e não haverá gente para ser atendida, porque aquela população a ser atendida por uma única UPA, no quantitativo de 200 mil pessoas, foi distribuída para várias UPAs. Portanto, deve ser repartida a estrutura disponível ao funcionamento das UPAs.

Deputado Beto Salame, esse foi o modelo que, na prática, transformou-se em outra questão.

A Deputada Josi Nunes, na semana que vem, vai inaugurar o Hospital Geral do Tocantins. Eu estive lá e vi a lona provisória que fizeram. Depois de 4 anos, a lona ainda estava lá; transformou-se em ambulatório, e não conseguiam mais se desfazer dela. Fomos lá e resolvemos o problema. Agora vão ser inaugurados mais uns andares, e a lona provisória foi desativada, pois se tratava de uma situação indefensável para a saúde aquela provisoriedade estabelecida.

A Deputada também falou sobre os ACS e ACEs. Concordo com S.Exa. e reconheço a importância deles no sistema de saúde.

O Ronaldo e o Florisval, pessoas que a Deputada citou, são lideranças de vocês?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Não? Entendi errado, então.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Como é seu nome?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Ilda Angélica. Estou à sua disposição para o diálogo, Ilda.

O Deputado Darcísio Perondi falou sobre os ACS de novo, falou das caixinhas, às quais já nos referimos, e dos filantrópicos que não recebem.

É verdade, Deputado Perondi. Infelizmente, é verdade. Hoje, mandei uma assessora nossa para o Estado de Mato Grosso, porque os quatro grandes hospitais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

filantrópicos da Capital, Cuiabá, estão ameaçando fechar amanhã, porque os recursos repassados não chegaram até eles, e eles não têm mais capacidade de endividamento para prosseguir.

Eu recebi quase toda a bancada de Mato Grosso. Todos estavam no auditório, e eu disse a eles que estamos pagando pontualmente em dia as nossas obrigações. E mandei alguém para lá, para ver se conseguimos conciliar essa questão.

Finalmente, o Senador Dário Berger, nosso Presidente, a quem agradeço a oportunidade deste diálogo e debate, falou dos ACS. Quero dizer a S.Exa. que também fui Prefeito, mas sou do tempo do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde — SUDs, anterior ao SUS. Eu fui Prefeito de Maringá em 1989. Sou muito antigo. Mas nós implementamos esse modelo de saúde da família.

O Senador falou sobre a prioridade da saúde, que é uma questão que, realmente, deve ser estabelecida. Mas hoje a política é a seguinte: 15% da receita corrente líquida. Todas as emendas apresentadas aqui ocupam espaço dentro dos 15%, certo? Essas emendas não acrescem recursos para a saúde.

Então, a V.Exa., Presidente desta Comissão, e ao Deputado Cacá Leão, o Relator, devo dizer que, diferentemente do que acontece em todas as demais áreas do Orçamento, nas quais, quando se aprova uma emenda, há acréscimo de recursos, na área da saúde, quando se aprova uma emenda, não se acresce o volume de recursos, apenas carimbam-se os recursos disponíveis. Portanto, quanto mais emendas eu tenho, menos liberdade eu tenho para decidir onde aplicar os recursos e atender as necessidades que se apresentam, porque fica para a bancada ou para o Parlamentar que apresentou a emenda a destinação dos recursos, e não para o gestor.

Esse é um desafio para o qual devemos olhar, para melhor entendê-lo. Não há recursos porque eles estão carimbados pela decisão de quem aprovou a emenda.

Quanto às UPAs, eu também as considero um modelo muito importante. Eu já falei com o Deputado Mandetta e com outros médicos sobre o assunto. Aliás, Deputado Mandetta, estarei no Conselho Regional de Medicina de São Paulo na terça-feira, apesar de ter tirado férias na semana, para visitar minha base. Estou há muito tempo sem visitar os Municípios que represento, então tirei férias para andar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por 80 cidades esta semana, visitando minhas bases, senão não consigo me eleger na próxima eleição. E eu tenho que tirar férias para isso, senão vão dizer que estou usando a máquina do Ministério para fazer política. Vou ficar uma semana fora, mas vamos avançar nesse debate, Deputado Mandetta.

Eu já havia marcado, então vou ao Conselho Regional de Medicina de São Paulo falar de novo sobre essa questão da presença do médico durante 4 horas na unidade básica. O fato de as pessoas irem direto para a UPA, como V.Exa. falou, Senador, ocorre porque elas sabem que, se forem à unidade básica, não encontrarão o médico lá. Elas vão à UPA ou ao hospital porque sabem que há medico lá. Mas isso desestrutura todo o sistema. Então, a falta do profissional médico no horário para o qual ele foi contratado faz, por exemplo, com que a equipe do Saúde da Família, que tem enfermeiro, auxiliar, ACS, fique sem o principal, que é o médico. A saúde só se faz com os profissionais da área. E o médico é o principal elemento de resolução dos problemas. Se há 18 pessoas numa unidade básica, mas o médico não está lá, toda aquela mão de obra fica ociosa. Então, vou lá discutir novamente aquela frase que eu falei, usando uma figura de linguagem. Vamos até lá discutir, conversar. Mas senti deles boa vontade. Aliás, nenhum médico até hoje falou: *"Não, nós queremos bater ponto"*. O que precisamos é de remuneração adequada para que ele possa dispor daquele tempo na unidade de saúde.

Finalmente, falou-se das eletivas. Estamos com um orçamento de 250 milhões de reais para cirurgias eletivas em andamento em todo o Brasil.

A tabela SUS, como já expliquei, é um *mix* de financiamento. Em alguns casos, estamos pagando 100% do procedimento. Então, a tabela, que deveria estabelecer 50%, permite-nos pagar 100%. Portanto, ela tem seus avanços e seus retrocessos. Mas não conseguimos arrumar tudo de uma só vez, porque o modelo já está andando desse jeito.

E as filantrópicas, que respondem por mais de 50% dos atendimentos do SUS, são muito eficientes, se comparadas à administração direta do poder público. Nesse sentido, estive ontem lá no congresso das filantrópicas, eles estiveram com o Presidente Temer também, e o Governo vai enviar um projeto de lei para resolver um problema de prazo. E passou pelo Plenário uma proposta de financiamento. Trata-se de um REFIS de dívidas de filantrópicas. Elas devem 20 bilhões de reais a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bancos, ao Governo — basicamente, impostos — e a fornecedores. Então, queremos regularizar isso para garantir melhor atendimento à população.

Portanto, conversem com a turma do CONACS, porque eles foram atendidos e fizeram um amplo debate com nossa equipe, em nome dos agentes comunitários.

Estou à disposição para o diálogo e irei à Comissão de Seguridade Social para o debate exclusivamente sobre a PNAB.

Era o que eu tinha a responder aos Srs. Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Pelo Regimento, ainda teríamos condições de fazer réplicas, mas acho que não há necessidade, em função do desempenho do Ministro Ricardo Barros.

Portanto, ao encerrar esta audiência pública, agradeço a participação objetiva ao Senador Pedro Chaves, ao Deputado Mandetta, ao Deputado Toninho Pinheiro, ao Deputado Jones Martins, ao Deputado Beto Salame, à Deputada Josi Nunes e ao Deputado Darcísio Perondi.

Agradeço, em especial, ao Ministro de Estado da Saúde, o Deputado Federal Ricardo Barros; ao Sr. Arionaldo Bomfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde; ao Sr. Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Cacá Leão; à Sra. Vice-Presidenta desta Comissão, a Deputada Laura Carneiro; aos demais Parlamentares; e às senhoras e aos senhores.

Está encerrada a reunião. *(Palmas.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2017.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência da Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), 1ª Vice-Presidente. Esta reunião foi convocada para discutir e debater os Cenários para o Desenvolvimento do Brasil, em especial os cenários de financiamento a longo prazo, bioeconomia, perspectivas até 2035, previdência, Saúde do Brasil em 2035, em atendimento ao **Requerimento nº 01/2017-CMO**, de autoria do Deputado Hugo Leal, aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 04.07.2017. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Bilac Pinto, Carlos Henrique Gaguim, Evandro Roman, Hugo Leal, Hugo Motta, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Professor Victório Galli e Rosangela Gomes; **- Senadores titulares:** Antonio Carlos Valadares e Pedro Chaves; **- Deputados suplentes:** Antônio Jácome, Carmen Zanotto, Edmar Arruda, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Josi Nunes, Pedro Fernandes, Professora Marcivania, Raimundo Gomes de Matos e Veneziano Vital do Rêgo. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Evair Vieira de Melo e Tenente Lúcio. **ABERTURA:** às dez horas e dezoito minutos, a Presidente em exercício, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), declarou iniciada a reunião, anunciou a finalidade da audiência pública e informou a composição da Mesa com o Sr. Sérgio Abreu e Lima Florêncio, Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas; e Sr. Maurício Pinheiro Fleury Curado, Coordenador do Núcleo de Cenários e Estudos Prospectivos, ambos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Sr. Leandro Freitas Couto, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento – ASSECOR**;** e o Sr. Edson Bolfe, Coordenador de Inteligência Estratégica da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Em seguida, para melhor ordenamento dos trabalhos, a Presidente em exercício comunicou que os palestrantes disporiam, cada um, de 30 minutos, para fazerem a sua exposição, não podendo serem aparteados. Informou, também, que conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Logo após, foi aberta a lista de inscrições para o debate. O autor do **Requerimento n.º 01/2017-CMO**, Deputado Hugo Leal (PSB/RJ), recebeu a palavra e destacou a importância do tema que seria tratado na reunião. Em prosseguimento, foi iniciada a apresentação do tema pelos palestrantes, que fizeram uso de projetor de multimídia. Inicialmente, a Presidente em exercício concedeu a palavra ao Sr. Sérgio Abreu e Lima Florêncio, Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que introduziu o Tema "Construção de Cenários Prospectivos, Conceitos e Resultados" e o "Projeto Brasil 2035, Construindo hoje o país de amanhã". Em sequência, a palavra foi transferida ao Sr. Maurício Pinheiro Fleury Curado, Coordenador do Núcleo de Cenários e Estudos Prospectivos, do mesmo Instituto, que deu continuidade a apresentação, explicitando o tema com maior exatidão. Em seguida, a palavra foi facultada ao Sr. Leandro Freitas Couto, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento – ASSECOR, que abordou o mesmo tema. Por fim, fez uso da palavra o Sr. Edson Bolfe, Coordenador de Inteligência Estratégica da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que discorreu sobre o tema "Bioeconomia: Moldando o Futuro da Agricultura". Às 11h49min, a apresentação foi interrompida e a reunião foi suspensa por alguns minutos. Às 11h58min, os trabalhos foram reabertos e o Sr. Edson

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Bolfe deu continuidade a sua exposição. Encerrada a apresentação, às 12h21min, a Presidente em exercício passou a palavra aos Deputados Hugo Leal (PSB/RJ) e Pedro Fernandes (PTB/MA) que fizeram comentários sobre o tema em questão e interpelaram os expositores. Em seguida, os palestrantes, Sr. Maurício Pinheiro, representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Sr. Edson Bolfe, representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e o Sr. Leandro Freitas, representante da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento – ASSECOR, responderam aos questionamentos dos parlamentares. Foi assegurada a réplica ao Deputado Pedro Fernandes. Às 12h58min, o Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA), assumiu a direção dos trabalhos e concedeu a palavra ao Sr. Sérgio Abreu, representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que teceu considerações finais sobre o tema e encerrou a apresentação. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício, Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA), agradeceu o comparecimento dos Representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento – ASSECOR, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, bem como dos parlamentares presentes, e encerrou a reunião. Os trabalhos foram finalizados às treze horas e nove minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela 1ª Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputada Laura Carneiro, Primeira Vice-Presidente no exercício da Presidência. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 24.08.2017.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Declaro iniciada a 3ª Reunião de Audiência Pública de 2017 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião é resultado da aprovação do Requerimento nº 1, de 2017, de autoria do nobre Deputado Hugo Leal, e tem por finalidade discutir os cenários para o desenvolvimento do Brasil, em especial os cenários de financiamento a longo prazo, bioeconomia, perspectivas até 2035, previdência, saúde do Brasil em 2035.

Convido a compor a Mesa os senhores expositores desta manhã: Dr. Sérgio Abreu e Lima Florêncio, Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA *(pausa)*; Dr. Leandro Freitas Couto, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento — ASSECOR *(pausa)*; Dr. Edson Bolfe, Coordenador de Inteligência Estratégica da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, que veio representando o Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da EMBRAPA. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Primeiro, quero agradecer a presença dos nossos amigos hoje pela manhã.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, cada um dos senhores dispõe de 30 minutos inicialmente. É óbvio que não vamos cortar a fala de ninguém — nem que seja por educação —, mas não ultrapassem demais o tempo. *(Riso.)*

Conforme estipulado, depois os Parlamentares poderão interpelá-los e fazer as perguntas necessárias por 5 minutos. Aos senhores é facultada a réplica e a tréplica por mais 2 minutos. Mas acho que não chegaremos a isso, porque se trata de uma aula. Os alunos são bem-comportados.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sra. Presidente, posso quebrar um pouco o protocolo?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Pela ordem, tem a palavra o nobre Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Quero agradecer a presença dos nobres palestrantes e dizer qual é o motivo desta audiência pública. Hoje mesmo algumas pessoas me perguntaram: *"Hugo, o que aconteceu? Você vai discutir as perspectivas para o Brasil até 2035? Você não sabe nem o que vai acontecer amanhã! Você não sabe nem o que vai acontecer na semana que vem!"* É por isto: as pessoas não entenderam que, para terem um presente pelo menos com perspectivas, é preciso fazer o planejamento, gerar o futuro. Nosso presente já está comprometido. Nós temos que trabalhar a perspectiva do futuro.

Eu conheci este documento, Deputada Laura Carneiro, quando ele estava sendo gerado e depois, quando já estava consolidado, no lançamento feito no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Fiquei muito empolgado. Este local aqui, a Comissão Mista de Orçamento é o melhor local para discutir esse tema.

A ASSECOR — Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento trouxe essa preocupação exatamente com vistas a começarmos, ou pelo menos estimularmos, dentro da Comissão Mista de Orçamento, a discutir o Plano Plurianual e o Plano Decenal. Esta Comissão é a mais importante do Congresso Nacional, e as pessoas não têm infelizmente uma visão dessa natureza.

Então, acredito que podemos aqui contribuir, pelo menos, em termos de registro histórico, para que esse documento possa ser olhado, observado e, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

possível, lido pelos Parlamentares. A forma com que foi escrito é muito interessante, inclusive para as pessoas que não estão afetas à questão do planejamento. Isso é muito interessante.

Fiz essa justificativa, antes de se iniciarem a fala dos nossos convidados — sei que não é normal, não é regimental, Deputada — exatamente para firmar essa posição. Eu não imaginei que este Plenário estivesse diferente do que está agora, mas isso não me desanima, só me desaponta. Temos que reaprender a fazer essa análise.

Então, mais uma vez agradeço a V.Exa., que está presidindo os trabalhos. Já ouvi alguns, mas estou ansioso para ouvir essa formatação. Espero que possa ser um documento de referência, porque é cansativo — desculpe-me, mas só quero registrar — ficar discutindo o nosso resumo da Comissão, ficar discutindo a meta fiscal. É muito desgastante. Isso é importante? Sim, mas não é possível que o universo só gire em torno disso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu diria, nobre Deputado, que é muito triste só discutir a meta fiscal, mas V.Exa. trouxe para a Comissão a possibilidade de discutirmos o amanhã, o futuro. Sempre temos que construir algo para as próximas gerações. Já não seremos mais nós a receber as consequências das boas ações, mas, com certeza, os nossos filhos e netos as receberão.

Gostaria de chamar o Dr. Maurício Pinheiro Fleury Curado, Coordenador do Núcleo de Cenários e Estudos Prospectivos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, para acompanhar os trabalhos aqui conosco. *(Pausa.)*

Registro que o Deputado Celso Pansera está entre nós.

Vou começar pelo Dr. Sérgio Abreu, do IPEA. Com a palavra S.Sa.

O SR. SÉRGIO ABREU E LIMA FLORÊNCIO - Bom dia a todos. Gostaria de agradecer à Presidente da Comissão esse honroso convite para, nesta ocasião, apresentar o estudo intitulado *A Construção de Cenários Prospectivos para o Brasil em 2035.*

Vou enfatizar alguns aspectos básicos que nortearam a elaboração desse estudo. Não vou me aprofundar nos aspectos mais concretos porque tenho, ao meu lado, uma pessoa extremamente competente, muito mais do que eu, para fazê-lo. Então, vou apenas ressaltar que estudos prospectivos constituem um instrumento essencial de planejamento, que é utilizado por diversos países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Praticamente todos os países desenvolvidos de médio e grande porte desenvolvem estudos prospectivos. Por quê? Porque esse instrumento é fundamental para a elaboração do planejamento. Como ressaltou o nobre Deputado logo no início da nossa sessão, é importante que olhemos o País não só no curto prazo, mas também numa dimensão mais ampla.

Esse olhar mais amplo implica necessariamente não só ter uma visão impressionista do futuro, mas também adotar estudos que têm uma base metodológica, elaborados a partir de diversas metodologias existentes e que levam em consideração aspectos fundamentais para o País.

Esse instrumento de cenários prospectivos é utilizado não só por países, mas também por empresas. Grandes empresas internacionais desenvolvem essa modalidade de investigação nas suas atividades de planejamento. Shell, National Intelligence Council, France's Strategy e diversas outras instituições internacionais desenvolvem esses estudos.

No caso brasileiro, várias grandes empresas desenvolvem também esse tipo de estudo, inclusive a EMBRAPA, que está aqui representada. Nós temos um histórico de trabalhos com esse perfil. Um dos primeiros trabalhos desenvolvidos em matéria de cenários prospectivos foi o trabalho intitulado *Brasil 2020.*

Na verdade, esse trabalho cobria o final dos anos 90 até o ano 2020 e foi dirigido pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg, que, por circunstâncias da vida, foi meu chefe no Itamaraty durante 7 anos. Aprendi muito com ele, que foi um dos pioneiros desse tipo de estudo.

Posteriormente foi desenvolvido outro estudo, chamado *Brasil 3 tempos,* também a cargo da instância que hoje é a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Esse estudo cobria os períodos de 2007, 2015 e 2022, ou seja, terminava coincidindo com o ano de celebração do 2º Centenário da Independência. O atual estudo, que certamente será apresentado pelo Maurício com muito mais competência do que eu o faria, envolveu um grande número de instituições.

Participaram desse exercício 29 instituições. Entre elas, de forma não exaustiva, eu citaria apenas EMBRAPA, PETROBRAS, BNDES, Ministério da Defesa, ASSECOR e IPEA. Num certo sentido, o IPEA coordenou esse trabalho junto à ASSECOR. Houve 820 pessoas envolvidas nesse exercício. Então, o trabalho de cenários prospectivos contou com uma grande amplitude de instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ele teve quatro dimensões básicas: uma dimensão de política interna, uma dimensão econômica, uma dimensão territorial e uma dimensão social.

Como Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do IPEA, tive prazer em receber o Maurício, que desenvolveu os estudos com uma equipe. Agora ele fará uma apresentação da substância desses estudos.

Eu gostaria de agradecer as palavras iniciais do Deputado Hugo Leal a respeito da relevância desse exercício. Compartilho inteiramente a ideia de que exercícios dessa natureza são sempre relevantes, porque permitem uma visão mais prospectiva do País, e não apenas uma visão de curto prazo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu quero agradecer ao Dr. Sérgio as palavras.

Vou passar, então, a palavra ao Dr. Maurício, para que possa complementar a fala sobre o estudo.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Obrigado. Eu vou usar da palavra rapidamente. Cumprimento também o Deputado Hugo Leal, que conheço há mais de 10 anos. Agradeço a todos pela presença.

Muito bom dia a todos. O meu nome é Maurício Fleury Curado e eu trabalho no Núcleo de Cenários e Estudos Prospectivos do IPEA. Nós realizamos esse trabalho há cerca de 1 ano e meio, por mais de 1 ano. Foi um trabalho extensivo, bastante cansativo mesmo. Nós tivemos muitas oficinas e alguns seminários. Na verdade, mais de 800 pessoas estiveram envolvidas no projeto. O resultado disso é um produto do qual nos orgulhamos muito. Para pensarmos o futuro do nosso País, entendemos ser extremamente relevante encontrar caminhos para o desenvolvimento, além de identificar pontos que precisamos acompanhar com cuidado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Rapidamente, eu queria falar sobre prospectiva, área que se dispõe a estudar o futuro. Não se trata de projeção, modelagem ou análise de regressão, que os meus colegas economistas estão tão acostumados a fazer. Nós usamos muitos dados quantitativos, mas há uma hora em que é necessária a criatividade, a percepção, a imaginação e a sensibilidade humana para conseguirmos identificar o nosso futuro. Trabalhamos com métodos quantitativos para dar fundamento às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nossas percepções, mas não exclusivamente, porque precisamos considerar vários futuros.

Os estudos de futuro da prospectiva não têm a pretensão de dizer o que vai ser o futuro. Pelo contrário, nós temos certeza de que os cenários que desenharemos não se concretizarão daquela forma, mas eles servem como exercício para chamar a atenção sobre quais pontos precisam do nosso acompanhamento, precisam da nossa atenção. Então, o nosso objetivo não é acertar, mas sim influenciar uma decisão futura. Projeções, modelos, métodos quantitativos podem fazer parte, mas não são o cerne do cenário, do estudo prospectivo.

Como normalmente as pessoas não estão acostumadas à ideia, eu vou mostrar alguns organismos, algumas instituições, alguns países, para que os senhores e as senhoras possam ter ideia da importância desse tipo de trabalho. O Banco Mundial, o Fórum Econômico Mundial, a Organização do Tratado do Atlântico Norte — OTAN, a República Francesa, a NASA, a CIA, o Conselho Nacional de Inteligência dos Estados Unidos e grandes empresas, como IBM e SHELL, fazem estudos de futuro, fazem estudos prospectivos.

No Brasil, não temos tanta tradição nisso, mas esse instrumento é usado pelas Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica —, que precisam disso de uma maneira muito profunda, e por empresas bem consolidadas, que têm um papel relevante no nosso País, como EMBRAPA, PETROBRAS, BNDES, Banco do Brasil, Fiocruz.

Então, trata-se de uma metodologia que não está muito difundida. Mas quem trabalha seriamente, quem sabe que necessita montar um futuro para continuar existindo já trabalha com estudos de cenário.

Rapidamente trago uma descrição do que seria isso: a descrição coerente de uma cena futura e do encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da nossa situação atual para a situação futura. Então, não se trata apenas de imaginar uma cena, mas de imaginar como essa cena pode existir através de passos coerentes

Os cenários requerem uma visão de longo prazo, plural, eles são uma percepção qualitativa, não dá para se comparar um cenário com outro: *"Ah, esse cenário é o dois, esse aqui é o três". Esse é três vezes melhor.* São coisas distintas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os cenários são distintos. Eles não são comparáveis, mas precisam ser plausíveis, consistentes e coerentes internamente.

O que temos aqui é o nosso passado. Estamos nesse ponto. *(Mostra gráfico.)* A partir daqui temos infinitas possibilidades do nosso futuro. *(Mostra gráfico.)*

Nem todas essas infinitas possibilidades são possíveis. Há uma parte que é possível, que é realizável, e dela uma pequena parte nos é desejável. Quando imaginamos os cenários, eles podem ser de toda sorte e têm infinitas possibilidades.

Vou precisar falar sobre alguns conceitos rapidamente aos senhores, para que possamos ir adiante. Sobre outros não vou falar, porque acho que ficará muito pesado. Mas o conceito de semente de futuro, elaborado pela nossa coordenadora, é fundamental. O embaixador referiu-se a mim, mas, na verdade, esse trabalho foi coordenado pela Elaine Marcial, que é Doutora e Mestre em Ciência da Informação e que foi nossa chefe no estudo. Ela tocou o projeto o tempo todo.

Muito obrigado, Elaine.

Esse conceito é dela.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - É um prazer recebê-la na Comissão.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - As sementes do futuro são *"fatos ou sinais existentes no passado e no presente que sinalizam possibilidades de futuro"*.

O conceito de semente é muito adequado, porque, quando temos sementes em nossas mãos, não sabemos o que elas serão. As sementes podem ser mato, podem ser árvores frutíferas, podem ser plantas ornamentais. Não sabemos se as árvores frutíferas darão bons ou maus frutos, ou se não darão frutos, mas elas são o ponto de início para um futuro. A expressão *"sementes de futuro"* é uma alegoria muito adequada que usamos sempre.

Há vários tipos de sementes de futuro, mas não vou falar de todos eles. Porém, eu gostaria de falar particularmente de dois que são pilares para a construção dos cenários: as tendências de peso e as incertezas críticas.

As tendências não são o que normalmente pensamos: "*Ah, a tendência é que todo mundo vai poder usar cabelo comprido..."* Tendência é algo que já está consolidado, é algo palpável, verificável. O que podemos, por exemplo, colocar como tendência de peso é o envelhecimento da população. É algo que já existe. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conseguimos verificar. Como também precisamos justificar essa tendência, temos dados que podem comprovar a existência dela.

Tendências, como o envelhecimento da população, são relevantes. O aumento dos anos de escolaridade é relevante. E essas tendências servem para os cenários, porque vão ser o pano de fundo deles. Qualquer que seja o cenário que imaginemos no futuro, essas tendências vão estar presentes.

Não há como imaginarmos um futuro em que consigamos ver uma população que está morrendo mais jovem. Não. Em qualquer que seja o cenário — positivo, brilhante para o País, de dependência do País, de colapso — não interessa, a população estará mais envelhecida, além de questões ligadas à escassez energética e à água.

Essas questões estarão presentes em qualquer cenário. É muito importante que nós as levantemos, porque elas são o contexto. A Elaine Marcial disse que elas são o recheio, eu digo que elas são a conjuntura que nós vamos verificar em qualquer cenário.

Ao mesmo tempo, na verdade, as incertezas é que vão dar cor ao cenário. Se o pano de fundo, se a conjuntura vai ser a mesma para todos, existem perguntas que precisam ser respondidas para cada um dos cenários. As incertezas críticas mudarão o tipo de cenário. Dependendo do nosso arcabouço legal, normativo e tributário, o País vai estar em condições de fazer mais negócios, os custos de transação vão estar mais baixos e a economia vai ser mais dinamizada.

As incertezas, ao contrário das tendências, são perguntas. As tendências são movimentos: algo cresce, algo se mantém ou algo diminui. As incertezas são perguntas: como vai estar a taxa brasileira de investimentos daqui a 20 anos? Haverá condição de fazer negócios de maneira mais simples, efetiva e com menores custos daqui a 20 anos? A população vai estar educacionalmente preparada para os saltos tecnológicos? Haverá infraestrutura para garantir o desenvolvimento brasileiro? Então, as incertezas dão condição de fazer a mudança do cenário. Os cenários estão calcados nas incertezas e baseados nas tendências.

Michel Godet definiu o que são tendências de peso: são *"eventos cuja direção é suficientemente consolidada e visível para se admitir sua permanência no período consolidado e considerado"*. Nós trabalhamos com quatro dimensões, como falou o nosso diretor. Na dimensão econômica, uma tendência de peso é o aumento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

transações e dos serviços financeiros digitais. Essa tendência está consolidada, ela é verificada. Nós temos como comprová-la, e eu diria que ela é inescapável. É muito difícil mudar uma tendência. Então, cada vez mais haverá transações financeiras de maneira digital. Essa é uma tendência de peso.

Como eu falei, a incerteza é uma pergunta, é um questionamento. Então, não se sabe qual será o comportamento futuro dessas variáveis, elas apresentam um mundo de possibilidades. Mesmo assim, elas são de grande importância para o estudo do futuro.

A título de ilustração, eu elenquei uma incerteza para a dimensão econômica, já que estamos na CMO: a taxa de poupança interna atingirá pelo menos 25% do PIB? Essa é uma incerteza que vai fazer diferença no País. A taxa de investimento como percentual do PIB faz diferença, determinando o crescimento ou a falta do crescimento, a formação bruta de capital fixo, o investimento social na educação etc. Então, eu mostrei um exemplo de tendência e um exemplo de incerteza.

O projeto foi coordenado pelo IPEA e pela ASSECOR, e contou com 29 instituições parceiras — eu vou mostrar uma foto com as principais. A nossa equipe técnica era integrada por uma pesquisadora-doutora, que era a Elaine; dois técnicos mestres, que eram o Samuel, engenheiro mecatrônico, e eu; cinco pesquisadores bolsistas também com mestrado; e ainda tivemos ajuda de uma bolsista de Estatística.

Essas são algumas das instituições que participaram de quase todas as etapas. Eu preciso destacar o BNDES, a PREVI, a PETROBRAS, a ANATEL, o Museu do Amanhã, a USP, a UNESP, a EMBRAPA, a Marinha, o Exército, a Escola Superior de Guerra, o Ministério da Defesa e a FIOCRUZ. Essas instituições são sérias e levam a sério tanto a sustentação da sua vida como têm compromisso com o País. Tivemos oportunidade de caminhar junto com pessoas comprometidas.

Para trabalharmos com cenários, precisamos montar um sistema para delimitar o escopo do nosso trabalho. O nosso objeto era o desenvolvimento do Brasil. O nosso objetivo foi identificar elementos que subsidiassem a formulação de estratégias de desenvolvimento para o País num horizonte temporal de 20 anos, de 2016 a 2035.

O projeto começou em 2016, e nós publicamos o livro em junho deste ano. O Deputado Hugo Leal estava presente no lançamento do livro no Museu do Amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os destinatários são os dirigentes e empreendedores dos setores público e privado. Os cenários servem para subsidiar a tomada de decisão. Eles não são política pública, eles são subsídio para a tomada de decisão na formulação de política pública ou de decisão empresarial. A finalidade é a produção de subsídios que contribuam para a tomada de decisão e a formulação de estratégias de longo prazo.

Para que nós trabalhássemos o tempo todo com uma só visão, uma questão orientadora norteou todos os nossos trabalhos o tempo todo. Inclusive, imprimíamos essa pergunta e a colocávamos nas nossas oficinas, para lembrar ao pessoal o que era importante. A pergunta era: que caminho o Brasil poderá trilhar até 2035, para que tenhamos um País desenvolvido, com uma sociedade mais livre, justa e solidária em 2100?

Nós consideramos que, até 2035, o País não vai estar no nível de desenvolvimento que nós gostaríamos. Não há condição. Mas em 2100 é possível isso acontecer. Uma sociedade mais "livre, justa e solidária" é uma expressão que está na Constituição. Então, não estamos tirando coelho de cartola nenhuma, nós estamos nos reportando à nossa Constituição. Para isso, nós trabalhamos com quatro dimensões: social, político-institucional, territorial e econômica. Além disso, consideramos três dimensões transversais: água, meio ambiente, e ciência e tecnologia. Nós resolvemos separar água de meio ambiente, porque entendemos que água é uma questão tão séria e profunda que vale a pena ser separada. Aliás, essas três questões são chave. Todo mundo já introjetou ciência e tecnologia e meio ambiente. Mas sempre pensamos na água como pertencente ao escopo do meio ambiente, e nós entendemos que valia a pena pensar a água separadamente, porque o bicho vai pegar nessa questão.

Além disso, os nossos parceiros quiseram trabalhar temas específicos, que diziam respeito ao *métier* deles. Por isso, está incluído o financiamento de longo prazo, que foi proposto pelo BNDES. Foi feita uma megaoficina para trabalhar esse tema. A PETROBRAS trabalhou a energia. A EMBRAPA montou a parte de bioeconomia. A UNESP trabalhou a paz, defesa e segurança internacional. A ANATEL fez a parte de tecnologias de informação e comunicação. A PREVI fez uma oficina sobre previdência.

O trabalho envolveu 17 oficinas, 3 pesquisas, questionários e levantamentos junto a especialistas, com 880 participantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como eu falei, é preciso verificar as tendências. Nessas oficinas, nós levantamos 128 tendências, mas só conseguimos comprovar 60 delas. Nós achamos que muitas coisas são tendências, mas na verdade elas são mais um desejo do que uma tendência. Se dissermos que em 2035 vai haver carro elétrico em tudo que é lugar, esse é mais um desejo do que uma tendência. Na verdade, é um desejo. Não há dados que nos permitam dizer que, em 2035, a matriz de transporte urbano vai estar basicamente fundamentada em carros elétricos. Não temos condição de dizer isso.

Então, das 128 tendências, nós conseguimos justificar, comprovar e demonstrar 61. Dessas 61, nós identificamos quais tinham verdadeira motricidade, isto é, capacidade de levar outras, e chegamos a 18 megatendências.

O mesmo aconteceu com relação às incertezas. Nas oficinas, nós levantamos cerca de 230 incertezas, e conseguimos justificar apenas 66. Essas 66 passaram por pesquisas junto a especialistas, e nós conseguimos tirar delas 40 incertezas críticas e 17 incertezas-chave. O que são as incertezas-chave? São perguntas, questionamentos que, pela sua relevância e pelo seu grau de incerteza, merecem ser elencados. Algumas incertezas não são tão incertas. Então, é importante que não tenhamos resposta para a nossa pergunta. Se houver uma indicação, ela não faz tanta diferença na construção dos cenários.

Quem faz a mudança? Quem a realiza? O ser humano. Os fenômenos considerados pela pesquisa são variáveis, mas quem faz a mudança é o ser humano. Entre os nossos parceiros, nós levantamos quais os atores mais relevantes para a mudança no País. Inicialmente, havia 44 atores, e chegamos a 18 atores mais influentes. Eu posso lhes citar alguns. O Parlamento é um dos atores mais relevantes. O Presidente da República, no sistema presidencialista, o Ministro-Chefe da Casa Civil e o Ministro da Fazenda são também exemplos de atores que têm, de fato, grande relevância, grande poder de mudança.

Eu gostaria de falar rapidamente das 18 megatendências. Se eu ficar falando de uma por uma, vou levar a manhã inteira.

A manutenção das mudanças demográficas diz respeito ao envelhecimento da população, mas não apenas a isso. Significa também maior participação da mulher na população economicamente ativa e redução do tamanho das famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Haverá aumento dos anos de escolaridade da população. Nós não qualificamos essa assertiva, dizendo que assim a população vai estar mais preparada. Não sabemos. Não temos noção se a qualidade do ensino vai acompanhar esse aumento do número de anos de escolaridade. Mas as pessoas vão estar, formalmente, mais educadas.

A manutenção da transição epidemiológica diz respeito a gastos com saúde. Se antes as pessoas não se curavam e morriam, hoje em dia, elas têm muito mais condição de fazer tratamento e de ser cuidadas ao longo do tempo. Essa variável tem muita relevância, porque diz respeito a dois fatores: o envelhecimento da população e a capacidade de cuidar dessa população. A união desses dois fatores faz os gastos subirem muito mais do que nós imaginaríamos. A escala é geométrica. Não apenas haverá mais pessoas vivendo por mais tempo, como também durante esse tempo será gasto muito mais dinheiro para que elas vivam.

A manutenção dos altos níveis de criminalidade e a sensação de insegurança é outra tendência que foi verificada.

Outra é a continuidade da insuficiência de investimentos em infraestrutura social e econômica. Isso significa que, ainda que o Brasil fique forte economicamente, ainda que o País tenha condição de receber investimentos, o déficit na sua infraestrutura social e econômica é tal que não será possível garantir a supressão desse déficit até 2035.

Aumento da razão de dependência na população. A razão entre o número de pessoas não ativas — até 15 anos de idade e acima de 65 anos de idade — e o número de pessoas potencialmente ativas vai crescer. Isso é um problema, claro, para a Previdência.

Manutenção do *gap* tecnológico brasileiro em relação aos países desenvolvidos. Nós podemos investir em pesquisa e desenvolvimento, nós podemos correr atrás, mas até 2035 o Brasil não vai estar no nível dos países desenvolvidos em termos de ciência e tecnologia.

As *commodities* agrícolas e minerais brasileiras continuarão sendo itens importantes da nossa pauta exportadora. Isso não é um problema, isso é uma grande vantagem. Meus colegas que me perdoem, mas eu sempre falo que a maior potência agrícola do mundo são os Estados Unidos. Então, o fato de sermos um ator relevante, de primeira grandeza, na segurança alimentar mundial é um grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

benefício para o País, é uma coisa muito relevante, além de trazer divisas. O ideal é que não dependamos disso, porque, se o valor das *commodities* cai, todos sabem o impacto que isso pode trazer para a economia do Brasil.

As Tecnologias de Informação e Comunicação — TICs continuarão modificando o comportamento da sociedade.

Os serviços continuarão a ser o principal setor da economia.

A demanda por energia vai continuar crescendo, e haverá uma série de iniciativas de eficiência energética. Entretanto, isso não nos permite dizer que não haverá problemas de colapso energético. Não podemos afirmar isso.

A bioeconomia vai ser um vetor de robustecimento e de dinamização da economia nacional. Tudo que diz respeito a carbono está relacionado à bioeconomia. O Edson Bolfe talvez possa falar um pouco mais sobre isso. Então, biotecnologia, combustíveis renováveis, materiais novos, indústria de cosméticos, indústria farmacêutica, tudo isso é bioeconomia.

Também continuaremos verificando uma crescente financeirização da economia, com concentração bancária.

Haverá aumento das tensões nacionais e internacionais pelo uso e conservação de recursos naturais.

Haverá aumento da pressão sobre os recursos hídricos em seus usos múltiplos. A água é usada pela agricultura, pela indústria e pelas famílias. Dada a sua escassez, haverá aumento na tensão com relação a esse uso, para decidir quem vai ter direito de consumir água.

As desigualdades sociais e territoriais continuarão sendo reduzidas, mas elas permanecerão elevadas. A dívida social e o nível de desigualdade social no País são tais que, ainda que esse processo continue, a sociedade não será satisfatoriamente igualitária.

Haverá aumento da urbanização sem a devida atenção às questões ambientais.

A participação e a fiscalização social continuarão pressionando a gestão pública.

Essas são tendências que nós garantimos que vão estar lá. E essas oito tendências fazem o contexto, o pano de fundo, para que possamos imaginar os nossos cenários, até porque em qualquer cenário elas vão estar presentes. Essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

são as megatendências, mas, além delas, tantas outras também vão estar presentes.

Eu tenho outras tendências, mas não vou mencioná-las, senão vou passar a manhã inteira falando. A Amazônia Azul é uma questão fundamental, além do crescimento do mercado de produtos derivados da bioeconomia. O aumento da consciência sustentável é uma tendência também.

Aqui estão algumas questões mais internacionais da área de inteligência. A questão da intensificação das atividades ilícitas transnacionais é um problema que nós não sentimos. Na verdade, nós não pensamos muito nisso. Nós brasileiros não temos o costume de pensar em defesa, em segurança internacional, mas essas são questões palpitantes. Elas não são palpitantes no debate do dia a dia da nossa sociedade, mas são questões relevantes e vão ser cada vez mais relevantes.

Há também o protagonismo dos países emergentes no sistema internacional, e por aí vai.

Eu não vou falar aqui sobre as incertezas. Talvez o Leandro queira falar sobre isso. Essas são a incertezas que nós colocamos para a avaliação de especialistas. Nós mandamos um questionário para 4.500 especialistas de vários setores e tivemos um retorno bastante grande: foram mais de 600 respostas. E o que nós pudemos perceber foi o seguinte: talvez tenha havido, realmente, um pouco de contaminação com relação ao momento pelo qual nós estamos passando, e nós percebemos, então, as pessoas um pouco pessimistas.

Elas não conseguem ver muito educação de qualidade para todos, justiça social e qualidade de vida nos centros urbanos. Os únicos pontos que nós colocamos e que foram identificados como possíveis, de fato, de acontecerem, são a questão da segurança, a resiliência do nosso sistema energético e a bioeconomia como propulsora do crescimento econômico. Esses especialistas — e foram muitos — conseguem ver esses dois aspectos e afirmam que, sim, é possível que nós tenhamos isso.

Observem em todos esses outros eventos o nível de incerteza das pessoas. Ninguém sabe dizer se vai acontecer ou se não vai acontecer. Nós vamos diminuir as nossas desigualdades? Ninguém sabe. Nós vamos ter um sistema de planejamento? Ninguém sabe. Nós vamos ter uma estrutura legal e tributária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

adequada ao desenvolvimento? Ninguém sabe. E, ainda que ninguém saiba, o resultado abaixo de 50% indica que ninguém sabe, mas a maioria acha que não.

Nós elaboramos esses cenários com base em dois eixos ortogonais, e eu vou deixar para o Leandro falar sobre isso.

Esse cenário diz respeito basicamente ao fato de trabalharmos com a nossa economia tal como ela é, com os vetores tradicionais da economia: construção civil, petróleo, mas com uma preocupação com o resgate da dívida social. Então, o nome do cenário é Novo Pacto Social, mas ele está no quadrante da economia tradicional com o desenvolvimento social.

O cenário Vai Levando, infelizmente, é aquele em que ficamos tal como estamos. Então, nós temos a nossa dívida social, que eu chamo carinhosamente de barbárie social, junto com a nossa economia tal como ela está.

Aqui nós temos outro cenário, o Crescer é o Lema, de uma economia inovadora. Ou seja, há preocupação em se dar mais dinamismo à economia, mas o resgate da dívida social fica em segundo plano.

E, por fim, temos o cenário chamado Construção, no qual as coisas são tratadas concomitantemente. Isso significa crescimento menor no médio prazo, mas preparação para um futuro melhor para todos. Eu não vou falar dos cenários.

Essa é uma tabela que fizemos de comparação em cada cenário. Vou apenas dizer uma coisa que foi objeto de discussão entre nós, e graças a Deus eu venci. No cenário de maior crescimento, o Crescer é o Lema, a taxa de investimento em relação ao PIB é de 22% do PIB; no cenário Construção, que não é de tanto crescimento, essa taxa é 24%. Mas isso se dá porque temos que levar em consideração a formação bruta de capital fixo social.

Quando investimos em equipamentos de educação, não estamos garantindo maior produção, maior PIB — o PIB não vai crescer rápido —, mas estamos nos preparando para um crescimento de melhor qualidade lá na frente. E isso é investimento também. Talvez esse seja o aspecto mais curioso da nossa tabela comparativa.

Estou mostrando essa tabela a vocês, mas isso não está em lugar nenhum. Não colocamos isso no livro, não colocamos isso no sumário, não falamos sobre isso. Essa foi uma tabela de checagem, para nós mesmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por fim, temos as potencialidades. O nosso País tem potencialidades que precisamos aproveitar. Temos o bônus demográfico, que ainda não acabou. O Brasil tem mais uns 15 anos de bônus demográfico. Temos amplo mercado interno. O País tem uma demanda potencial ainda grande. Já temos uma demanda efetiva grande e ainda existe a demanda potencial. Temos recursos naturais abundantes: a nossa bioeconomia, a nossa Amazônia Azul, que é o oceano. E há outras potencialidades.

E temos também alguns riscos: a fragmentação social, a fragilização do sistema de seguridade social, o problema da nossa educação, o retorno político de longo prazo. É difícil para os políticos, de uma maneira geral, pensar no longuíssimo prazo, que não vai afetá-los. Essa é uma questão a que os Parlamentares precisam estar atentos. Eles precisam pensar não apenas no curto prazo, que diz respeito à vida deles, mas também no que o ato deles... Como eu disse a vocês, o Parlamento é um dos atores mais poderosos que há. O Parlamentar precisa ficar atento às decisões que afetarão o País no longo prazo. Essa é uma questão que é preciso ser levada muito em consideração.

Bom, outros riscos são a nossa taxa de juros, o nosso arcabouço legal e tributário, a nossa baixa poupança interna — historicamente, temos baixa poupança interna —, a nossa vulnerabilidade externa, a nossa dependência tecnologia. Todos esses são riscos que identificamos.

Eu ainda teria mais alguma coisa a dizer, mas vou ficar por aqui mesmo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Agradeço ao Dr. Maurício pela aula. Ao Dr. Sérgio eu já tinha agradecido.

Passo a palavra ao Leandro Freitas Couto, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento.

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - Primeiro, Deputada, eu gostaria de agradecer à Comissão o convite e de agradecer ao Deputado Hugo Leal, que esteve conosco no Museu do Amanhã, no lançamento do livro e do projeto. Ele já demonstrou ali, na conversa que tivemos, ser um homem preocupado com o planejamento, e isso para nós é uma questão muito importante.

Eu preciso me apresentar, obviamente. Eu sou Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Essa é uma carreira que completou 30 anos no dia 23 de julho de 2017 e que não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

regulamentação. Estamos lutando por isso. Já tivemos quase 2 mil cargos na carreira. Hoje, nós temos 750 cargos, dos quais 200 estão vagos. Tivemos recentemente um concurso que fez com que ingressassem na carreira quase 80 pessoas. Mas, no período entre o lançamento do edital e a posse das pessoas, aposentou-se mais gente do que isso. Então, o concurso não deu nem para reposição. Nós temos uma turma de 40 pessoas aprovados no concurso ainda para entrar. Nós estamos lutando para que isso aconteça e contamos com o apoio desta Casa para que consigamos fortalecer o planejamento no País, porque essa é a nossa preocupação.

Eu gostaria de fazer essa introdução para contar um pouco qual foi a história desse projeto.

Ainda em 2014, nós fizemos um curso, enquanto servidores de planejamento e orçamento, com a Elaine, que era a Coordenadora Técnica desse projeto. E nós apresentamos, Deputado, ao Ministério do Planejamento uma proposta pela qual o Ministério usaria cenários prospectivos para alimentar o seu planejamento de médio prazo, o Plano Plurianual. Não fomos bem-sucedidos nessa sugestão. O Ministério não quis.

Eu quero chamar a atenção dos senhores e das senhoras para o fato de que, entre essas instituições que o Maurício apresentou como partes do processo, o Ministério do Planejamento não aparece, não está. Nós estamos vivendo um período de fragilização do planejamento, e isso não é coisa deste Governo, é bom dizer. Isso vem de anos. Mas devo dizer que se intensificou, sim, neste Governo, com o fim, por exemplo, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Há agora uma assessoria econômica que faz as vezes daquele antigo órgão.

E há de se reconhecer que houve uma mudança brusca de Governo. Não quero fazer nenhum julgamento de valor com relação à direção que o Governo vem tomando, mas é de se estranhar que não tenha passado por esta Casa uma revisão robusta do Plano Plurianual. O Governo está retirando da sociedade e do Parlamento a oportunidade de opinar acerca das suas metas de médio prazo. Acho que o próprio Deputado falou sobre isso. Nós só discutimos meta fiscal. E as outras metas? E a integração das políticas públicas? Nós não discutimos mais isso.

Portanto, nossa carreira, que tem como missão trabalhar o planejamento e o orçamento, resolveu não se contentar com esse “não” do Governo, foi atrás e bateu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

à porta de várias instituições. E tivemos ampla receptividade em várias delas. O IPEA, então, constituiu essa equipe. A Elaine coordenou o projeto desde o início. A Elaine infelizmente hoje não está mais na equipe. E também, como houve uma reorientação no IPEA, precisamos rediscutir agora como vai ficar o projeto.

Como o Embaixador Sérgio disse, 29 instituições participaram desse projeto, discutindo as várias fases comentadas pelo Maurício: as tendências, as incertezas, etc. E isso deu um caldo para os quatro cenários que gostaríamos de apresentar agora. E aí, em seguida, eu tecerei alguns comentários sobre eles.

Por favor, Mauro, vamos passar os vídeos dos cenários prospectivos, que apresentam esses quatro cenários a que o Maurício se referiu. Nós fizemos um vídeo ilustrativo.

Eu queria dizer também, Deputada, que trouxemos alguns exemplares do livro e vários exemplares do sumário executivo, que têm uma leitura mais enxuta para as assessorias e para os Deputados que tiverem interesse. Vamos deixá-los à disposição da CMO, para que distribua entre os seus membros.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada.

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - Vamos dar uma olhadinha no cenário e, depois, farei os comentários.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Como eu sou parlamentarista, eu quero quatro. *(Risos.)*

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - A construção desses vídeos também foi uma ideia para deixar a comunicação do projeto um pouco mais fácil e mais atrativa. Poucas pessoas leem um livro de 200 a 300 páginas, mas conseguem ter acesso ao vídeo, que está disponível para todos no Youtube, na nossa página *brasil2100.com.br* — que é a página do projeto —, e na página da ASSECOR. Vamos deixar aqui também na CMO esse material.

Fazer isso pela ASSECOR, sem o apoio do Ministério do Planejamento, é também para nós motivo de grande orgulho. Nós conseguimos fazer isso. Na condição de representante da categoria — e até por conta disso —, eu não posso deixar de falar a respeito das medidas de Power Point que o Governo anunciou na terça-feira passada, sem nenhuma substância técnica, sem nos mostrar qualquer estudo, e que atacam o servidor público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para nós, enquanto servidores de carreira, que estivemos à frente desse projeto e tocamos isso, é um acinte ouvir isso do Governo, ouvir que não é preciso carreira, que não é preciso ter uma carreira especializada em planejamento e orçamento.

Bom, para um Governo que acha que não precisa planejamento, talvez isso faça sentido, mas, para o Estado brasileiro, eu tenho certeza de que não faz.

Eu gostaria de comentar alguns pontos desses cenários que chamam atenção. Primeiro, uma questão geral que aparece em todos eles é a de que é preciso superar essa divisão vigente na sociedade brasileira hoje.

Todos os cenários tratam desse assunto. No Cenário Vai Levando, esse ambiente de conflito permanece.

No Cenário Novo Pacto Social, nós só conseguimos dar um salto, quando esse ambiente chega a ser radicalizado. Há uma marcha por direitos, em 2019, e nós conseguiremos superar.

No Cenário Crescer é o Lema, isso não é superado, conseguimos um crescimento; esse crescimento vai, de certa forma adiando o conflito, mas ao final do período estamos prestes a um momento de guerra civil talvez.

Já no Cenário Construção, só conseguimos avançar porque houve um grande acordo nacional. Então, essa é uma base à qual temos de dar atenção, para evitar ou superar esse radicalismo, essa conflagração, para haver diálogos racionais e debates públicos decentes e não baseados apenas em Power Points vazios, para seguirmos, enfim, em direção à construção de um país um pouco mais decente.

E eu queria passar, então, informações sobre alguns setores, algumas áreas, para destacar alguns pontos naquelas quatro dimensões que o Maurício pontuou.

São quatro dimensões e eu gostaria de passar algumas questões que são chave para alcançarmos um cenário ou outro.

Primeiramente, do ponto de vista institucional, nós teremos um sistema de planejamento que alinhe curto, médio e longo prazos? Isso nos parece a chave. No Cenário Construção está claro que tivemos isso. Nos outros, como no Cenário Vai Levando, não há planejamento. Trata-se de um planejamento de curto prazo, para apagar incêndio.

Qual será o tamanho da reforma do sistema político brasileiro? Essa é outra questão que aparece. Houve reforma no Cenário Vai Levando, houve reforma em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

todos, mas o tamanho da reforma varia, a ponto de termos um cenário que tem um regime parlamentarista. Qual é a reforma política que vamos conseguir desenvolver até lá? E isso pode sim afetar o nosso futuro.

Nós teremos um arranjo federativo de maior cooperação? Os Estados e Municípios terão condições de desenvolver as políticas públicas sob sua responsabilidade? Haverá mais iniciativas de fragmentação territorial, criação de novos Estados, criação de novos Municípios, movimentos separatistas? Como isso vai evoluir nos próximos 20 anos?

Outra questão importante que aparece é a seguinte: como funcionará o Estado brasileiro em relação à burocracia, aos serviços públicos? O Governo vai passar mais responsabilidade para as entidades da sociedade civil ou o Governo ainda tentará desenvolver e terá condições de financiar a oferta dos serviços públicos? E como será o acesso a isso?

Por fim, uma questão que também aparece em vários cenários é a questão que nós encaixamos na discussão institucional: qual será o nível, como será a dedicação do Brasil à questão da integração sul-americana? Isso também é algo que varia de cenário a cenário e pode alterar de fato os rumos que podemos ter.

A outra dimensão é a territorial. Aí há algumas questões que se revelam como mais importantes. Do ponto de vista do meio ambiente, nós vamos ter um sistema de gestão hídrica eficiente? Hoje parece que há grandes falhas. Nós vivemos crises hídricas aqui, no Distrito Federal, por exemplo, e houve uma recentemente em São Paulo. Essas crises hídricas se repetem. Como vai ser o sistema de gestão dessas crises hídricas?

O Maurício falou sobre a grande tendência que é a exportação de *commodities* ou a manutenção das *commodities* na pauta exportadora brasileira, do ponto de vista do agronegócio. Nós temos outro reflexo que são as pressões do agronegócio sobre o meio ambiente e gestão do território. Então, isso pode ter algum impacto, e nós precisamos estar atentos a essas questões.

Outra coisa que o Maurício já comentou é com relação à infraestrutura urbana. Nós vamos ter uma infraestrutura urbana capaz de garantir a qualidade de vida nas nossas cidades? A questão da violência nas cidades parece que é uma questão importante. Nós temos uma tendência de manutenção dos altos índices de violência e uma incerteza específica com relação à população negra e jovem, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

hoje é vítima de um genocídio. Nós vamos conseguir segurar isso ou vamos conseguir atacar esse problema? E quanto às desigualdades regionais, em alguns cenários, há persistência e aprofundamento dos desequilíbrios regionais no País. Em outros, isso é de certa forma mais equilibrado.

Do ponto de vista da dimensão econômica, a grande questão é se vamos conseguir desenvolver uma economia inovadora ou vamos nos manter dependentes dos setores tradicionais. Em quais setores vamos apostar enquanto Estado, enquanto sociedade? Como o Maurício já apresentou, nós fazemos discussão sobre PIB, taxa de investimento, taxa de juros, mas há outras questões que são tão importantes quanto essas. Nós vamos conseguir implantar uma reforma tributária que diminua a regressividade do atual sistema? Como será o desenvolvimento dos nossos sistemas logístico e de energia? O Maurício já falou que isso é uma incerteza. Os investimentos vão ser suficientes nessa área? Nós apontamos uma incerteza, e há muitos que estão dizendo que não serão suficientes. Então, como vai se dar o desenvolvimento da infraestrutura no Brasil? Quais serão os setores mais destacados?

Nos vários cenários, nós destacamos alguns setores. Os senhores puderam perceber isso. A base industrial de defesa é um; a indústria de saúde é outra. Nós vimos a FIOCRUZ — Fundação Oswaldo Cruz, como um importante ator desse sistema, apareceu num dos cenários; a questão de fármacos, bioeconomia, TICs — Tecnologia da informação e Comunicação.

O Edson Bolfe vai falar um pouco da questão da bioeconomia e detalhá-la sob o ponto de vista da EMBRAPA, como é que se desenvolveu uma cena específica dentro do cenário para o setor.

E por fim, mas não menos importante, a preocupação é se o Brasil vai conseguir aproveitar as oportunidades no sistema internacional, que está em transição, e qual será a participação do Brasil no comércio internacional.

Então, são essas as grandes questões do ponto de vista da dimensão econômica que nós já logramos êxito em vários cenários e que, dependendo da resposta de cada uma delas, estaremos caminhando para uma direção ou outra.

E do ponto de vista social, há outras questões que se revelam importantes. A população terá acesso a serviços sociais de qualidade? Aquilo que eu falei com relação ao Estado, a importância da burocracia, se vai ser mais profissionalizado ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não, aqui, eu falo do ponto de vista do acesso. Qual a importância que o Estado brasileiro — ou os Governos — vai ter na oferta dos serviços? Vai passar isso para entidades, para Igrejas, como alguns cenários apresentam e como já acontece em alguns setores hoje? Vai ampliar esse processo? Então, a questão é como garantir que o acesso seja igual para todos.

A questão de direitos humanos e minorias é uma questão importante, principalmente do ponto de vista de violência. Alguns cenários apontam o recrudescimento, o fortalecimento de violência contra minorias. Estamos falando de LGBTs, população negra e mulheres também.

Sobre a qualidade da educação, o Maurício levantou aqui que há uma tendência que aumentemos os anos de estudo, mas, com relação à qualidade, isso não está claro.

E por fim o regime previdenciário. Como vai ser o regime previdenciário? Em um cenário, os senhores viram que ele chegou a falar em aposentadoria, salvo engano, com 68 anos; em outros, 65 anos. Então, nós vamos contando histórias que sejam coerentes com regimes previdenciários diferentes em cada um dos cenários. E isso vai nos levando para um ou para outro.

Além disso, foram apresentados alguns Cenários Cisnes Negros. Nesse tema o Maurício não tocou, eu vou só passar alguns exemplos de questões que não são previsíveis, mas que podem surgir e mudar bastante, de forma profunda, o rumo das coisas. Inclusive — e por que não? —, podem reverter algumas tendências de peso.

Então, quando falamos em haver uma pandemia ou uma epidemia muito forte, isso pode reverter a alguma tendência de peso, por exemplo, de envelhecimento da população. Um conflito mundial ou uma guerra civil nos Estados Unidos são questões difíceis de prever, porém, se acontecerem, mudam substancialmente o rumo das coisas que nós vínhamos prevendo.

Então, cito como exemplos algumas questões tais como: a cura da AIDS e/ou do câncer, que, se descoberta por cientistas brasileiros, pode nos colocar em outro patamar do ponto de vista de ciência e tecnologia; uma pandemia ou grave epidemia no Brasil; o protagonismo do setor privado para o desenvolvimento econômico; a uberização financeira; nova estrutura político-partidária; novo sistema de governo no Brasil — isso muda muita coisa; a fragmentação do sistema internacional; crise política e econômica nos Estados Unidos — imaginem os impactos disso; o fim da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

União Europeia e do MERCOSUL e guerras em proporções mundiais. Esses são alguns elementos para os quais nós alertamos as pessoas. Se acontecerem, muita coisa pode mudar. Enfim, não é impossível que isso aconteça.

Eu queria terminar por aqui, fortalecendo que esse projeto, esse produto é fruto de uma parceria — não me eximo de dizer — em que a ASSECOR teve sim uma participação importante, mas o IPEA teve uma participação fundamental. Foi a Elaine quem conduziu, e o Márcio Gimene, nosso Presidente anterior, foi quem idealizou o projeto. Ele está aqui presente também e precisa ser mencionado. Mas não só esses, havia e há ainda uma rede prospectiva no Brasil que é composta por pessoas e instituições que acreditam no planejamento de longo prazo. E nós estamos entre elas.

Eu gostaria de convidá-los, convidar a CMO e o Congresso Nacional a se somarem ao esforço de fortalecimento do planejamento, porque, do nosso ponto de vista, estamos vivendo um momento muito delicado no planejamento do Brasil. Precisamos estar atentos para isso, porque o planejamento ou um sistema de planejamento robusto não serve só a um governo ou a uma linha de pensamento econômico, ele serve ao Estado. E qualquer governo que entrar no Poder Executivo vai precisar de um sistema de planejamento e orçamento robustos. É por isso que nós estamos brigando.

Muito obrigado a todos e todas. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada, Leandro, pela participação hoje.

Agora passamos a palavra ao Dr. Edson Bolfe, Coordenador de Inteligência Estratégica da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.

V.Sa. dispõe de 30 minutos.

O SR. EDSON BOLFE - Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer à CMO pelo convite, na pessoa da Presidente da Mesa, a Deputada Laura Carneiro, e do nosso amigo Deputado Hugo Leal.

Agradeço também ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA por ter participado desse processo, que tem sequência agora com o Sérgio, mas que teve início na outra diretoria, com os colegas Maurício e Elaine, que convidaram a EMBRAPA a participar desta cena de bioeconomia; e à Associação Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento — ASSECOR pela possibilidade de participarmos de um projeto tão importante.

Inicialmente, eu gostaria de enfatizar que a EMBRAPA é o resultado de um planejamento estratégico. O primeiro ponto é esse. Ainda na década de 70, o Brasil importava mais alimento do que exportava. Havia um déficit nas décadas de 60 e 70. Na época, então, o Governo se organizou e fez o planejamento estratégico de uma empresa que poderia apoiar a agricultura nacionalmente. A EMBRAPA foi, portanto, o resultado desse planejamento estratégico de longo prazo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou falar da nossa cena vinculada a esse processo, a bioeconomia — o termo é um pouco recente aqui no Brasil, mas já bastante consolidado na Europa. A bioeconomia surge num contexto de necessidade de se aumentar a oferta de alimentos, em função do crescimento da população mundial.

Basicamente, a população mundial tem crescido e ainda estará numa taxa de crescimento até 2050, 2060, dependendo das condições. E a demanda por alimento, e alimento saudável, frente ao desenvolvimento sustentável dos países está pautada nesse aumento populacional.

Um detalhe no qual a EMBRAPA vem trabalhando em estudos nos chama a atenção. Como eu disse, a EMBRAPA foi resultado de um planejamento estratégico e continua fazendo seu planejamento estratégico. Nós trabalhamos com estudos específicos sobre áreas do setor agrícola e também vinculados à agroindústria — estamos cada vez mais próximos do setor produtivo —, e o resultado dessas ações está vinculado a esse tema de bioeconomia, por meio do qual nós analisamos todo o ambiente.

Hoje há demanda por alimento, energia e fibras, com atenção de todos os países cada vez mais para a questão ambiental. Basicamente, há duas importantes condições. O hemisfério sul como um todo teve, nos últimos 20 ou 30 anos, um crescimento econômico bastante elevado. Ao mesmo tempo, esse crescimento econômico mudou o padrão de consumo. O hemisfério sul tinha um padrão de consumo baseado em carboidratos — farinhas e grãos —, mas esse padrão de consumo, associado ao crescimento econômico, passou a ser vinculado à proteína animal: carnes, leite, iogurte, queijos, ovos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Isso por si só parece que não faz grande diferença em termos de produção agrícola, mas faz bastante, porque são necessários de 5 a 10 quilos de proteína vegetal para se produzir 1 quilo de proteína animal, ou seja, o maior consumo de proteína animal automaticamente demandou maior produção vegetal em grãos: soja, milho, trigo e outros. Resumidamente, esse é um contexto em que há uma demanda maior por produtos, o que tem uma relação com o meio ambiente e o seu desenvolvimento sustentável.

Daí vem a pergunta: o que consideramos bioeconomia? Basicamente, a bioeconomia é a adição de valor, por meio da transformação da biomassa, que envolve bioprodutos, ou seja, tudo que há em relação a recursos naturais: alimentos, fármacos, cosméticos, fibras, produtos industriais, bioenergia, etc.

No mundo, esse setor já se encontra bem estruturado. Na Europa, há estatísticas detalhadas sobre o tema. Hoje essa lógica de bioeconomia envolve aproximadamente 2 a 3 trilhões de euros por ano. Nos Estados Unidos, as estatísticas começam a ser organizadas, mas esse conceito chega em torno de 50 bilhões de dólares. No Brasil, nós ainda não temos um sistema de estatística específico da bioeconomia, mas a EMBRAPA está buscando organizar isso. Como exemplo, o setor da cana-de-açúcar, que envolve principalmente o etanol e faz parte da cadeia, gera 113 bilhões de reais por ano, o que envolve aproximadamente 1 milhão de empregos diretos e indiretos, só nesse setor da bioeconomia. E o Brasil, em função dos bioplásticos, biofármacos, biocosméticos e biofibras, tem condições de elevar muito o seu potencial até 2035.

Quando falamos em bioeconomia, falamos do processo envolvendo a biotecnologia, a genômica, a biologia sintética, a bioinformática, a engenharia genética — não vou detalhar o assunto em função do tempo —, que são áreas de convergências estratégicas, áreas de ponta em ciência e tecnologia. O Brasil já vem trabalhando nessas áreas, mas, se não houver mais investimento em relação a isso, nós não teremos um cenário de manutenção do País dentro dessa condição nos próximos anos.

Uma lógica que buscamos na bioeconomia é sair do padrão de economia linear, em que se tem o uso do recurso natural, com a produção, a distribuição, o consumo e o desperdício, para uma economia circular, com a produção, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

distribuição, o consumo e o retorno de parte para a economia, baseada principalmente nos recursos naturais da biodiversidade brasileira.

Poderíamos citar inúmeros exemplos de áreas em que o Brasil já vem trabalhando. Eu localizei aqui três ou quatro delas, apenas para exemplificar. Por exemplo, a cana-de-açúcar no processo de produção do etanol, que já está vinculado à segunda geração. Além do próprio processamento industrial vinculado ao etanol celulósico da segunda geração, a cana também serve para produzir ração animal, compostos químicos, biopolímeros e bioplásticos.

A EMBRAPA vem desenvolvendo parcerias. Uma delas é com a Universidade de Brasília — UnB. Trata-se de uma proteína do café que está bastante vinculada à morfina. Já existe também uma parceria com a EMBRAPA vinculada à proteína da soja, para fins de medicamentos específicos contra a AIDS. Então, esses são produtos, dentro desse processo de produção agrícola, que têm envolvimento e agregação de valor.

O sistema Integração Lavoura-Pecuária-Floresta faz parte desse conceito, em que, em uma mesma área agrícola, não se produz só uma safra ao ano, mas três safras ao ano. Nesse sistema, você produz soja, milho e outros tipos de grãos, também produz pasto para a pecuária e, ao mesmo tempo, ao longo dos anos, há a produção florestal. Isso tem crescido bastante, principalmente para atender a demanda de exportação vinculada a produtos com valor agregado. Esse conceito também envolve a marca Carne Carbono Neutro, que é a agricultura de baixo carbono. Então, toda essa demanda faz parte da bioeconomia.

Vou falar especificamente sobre as nossas cenas em bioeconomia. No início do ano passado, há um ano e pouquinho, durante o projeto, fizemos uma oficina específica — inclusive, o Dr. Maurício, presidente da EMBRAPA, esteve na abertura da oficina — para convidar empresas, associações, a academia, pesquisadores e diferentes entes do Estado a levantar as tendências e também as certezas desse setor para os próximos anos.

Basicamente foram discutidas cinco grandes áreas dentro da bioeconomia: marco regulatório e políticas públicas; investimentos em ciência e tecnologia, recursos humanos e infraestrutura; estratégia e investimentos empresariais; recursos naturais e meio ambiente; e mercados e tendências de consumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Só acrescento um detalhe à questão dos mercados: o consumidor hoje está mais empoderado. O consumidor está mais consciente da sua condição legal, mas também tem consciência ambiental. Hoje ele tem uma preocupação bastante forte com o bem-estar animal, com a nutrição relacionada à saúde. Então, tudo isso é abordado dentro desse aspecto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Dr. Edson, no plenário, nós estamos começando uma votação nominal. O Deputado Hugo até já foi votar, para depois me substituir, mas acho importante que ele participe de toda a audiência. O Deputado Pedro Fernandes e eu temos de votar também. Talvez o ideal fosse suspender esta reunião por 3 minutos, que é o tempo de votar e voltar.

Deputado Pedro, o que V.Exa. acha? Tenho medo de encerrar a votação. A votação já começou, mas não sei se o painel abriu. *(Pausa.)*

O SR. EDSON BOLFE - Deputada, fique à vontade para decidir. Eu estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Deputado Pedro, o que V.Exa. acha?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Para mim, tanto faz. Eu só queria aproveitar essa parada para dizer que, há uns 10 anos, eu estive na China. Em uma universidade de lá nós perguntamos o que eles conheciam do Brasil. Eles responderam: *"Ronaldinho Gaúcho e EMBRAPA*". *(Risos.)*

E isso não ocorreu só em um depoimento, mas em vários.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Dr. Edson, nós voltamos em 3 minutos.

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Está reaberta a sessão.

Devolvo a palavra, com as nossas escusas, ao Dr. Edson Bolfe.

O SR. EDSON BOLFE - Obrigado. Estamos aqui à disposição.

Retomando. Para entender um pouco desse ambiente da bioeconomia, dentro dos próximos cenários nós buscamos fazer essa cena específica focando em alguns atores. Como comentei, esse é um conceito que no Brasil está em evolução, porque o que fazemos é bioeconomia como uma forma geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Houve um evento específico envolvendo a bioeconomia, com atores do setor produtivo, com a academia, e lá tiramos algumas das tendências principais do setor para os próximos anos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui são destacadas as principais tendências, que estão em ordem não por importância, mas simplesmente por organização da informação. A primeira grande tendência é o aumento da pressão pelo uso dos recursos naturais no Brasil.

Com toda essa potência agrícola que o Brasil tem em termos de produção e exportação, 60% do País ainda se mantém dentro de uma condição natural, principalmente na Amazônia e no Cerrado. Alguns números destacam-se aqui. Quando nós falamos em agricultura de grão, que é aquela agricultura de larga escala, estamos falando de 7% do País. Então, tem que se tomar bastante cuidado com aquele discurso que muitas vezes vem de fora, de que o Brasil é um predador de recursos naturais, porque os interesses são diferentes daquela nossa soberania em termos de alimentação econômica.

Quando se fala em parte de floresta, que são as florestas plantadas — eucalipto, pinus, acácia-negra, que dão a celulose, o papel, esta nossa mesa e outros tantos materiais —, isso corresponde em torno de 1% da cobertura do País.

Quando se fala na parte dos hortifrútis, ou seja, toda essa questão das hortaliças, fruticultura, uva, maçã, manga, todo esse processo, isso corresponde em torno de 2%.

Então, se eu somar os 7% de agricultura de grãos, o 1% de floresta e os 2% de hortifrútis, chega-se aos 10% do País utilizados para agricultura, que é a base da bioeconomia.

Temos, sim, uma grande área de pecuária. Em torno de 20% do País são destinados à pecuária, que são os pastos. Essa parte de pastagem é uma base importante, e por isso a EMBRAPA faz todo um trabalho de parcerias para recuperar grande parte das pastagens que estão degradadas, pois em torno de 50% a 60% das pastagens estão com algum nível de degradação. Então, o objetivo é colocar essas pastagens dentro do setor produtivo, seja o agrícola ou o próprio pecuário e o florestal, e ir agregando.

Assim, somando toda a área agrícola, pecuária e florestal, nós chegamos a 30% do País. Outros 10% correspondem à parte da infraestrutura, indústria, áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

litorâneas e todo esse contexto, e os outros 60% — para completar os 100% — correspondem justamente a essas áreas ainda naturais, tanto do Cerrado como da Amazônia.

Esse é um dos principais aspectos em relação ao aumento da pressão, que vem pelo consumo, vem da parte externa.

A segunda grande tendência é o aumento de tecnologias que otimizam o uso da terra. O que é isso? O meu pai é agricultor. No passado, na Região Sul do País, o agricultor plantava uma safra e, no restante do ano, deixava a área em pousio. Hoje, com as tecnologias de plantio direto — e o Brasil é inovador em relação a isso —, em 60% das lavouras, na agricultura brasileira, plantam-se duas safras no mesmo ano, sem irrigação. É importante a questão da água. Nós temos condições de plantar duas safras no mesmo ano, no mesmo local, sem demandar por expansão em novas áreas florestais. Isso se chama intensificação agrícola, intensificação da produção. Hoje, esse é o grande diferencial do Brasil.

Estávamos conversando com o Embaixador no intervalo. Na década de 70, ele mesmo ouviu de um adido americano no Brasil: *"Esqueça-se de pesquisar soja no Brasil"*. Essa foi uma das dicas que o Governo recebeu. Mas foi justamente quando mais se pesquisou. E, ao longo desses últimos 40 anos, tivemos condição de ter esta produção: soja/milho, soja/algodão, soja/sorgo, com duas safras por ano.

Tem sido crescente o número de tecnologias que otimizam o uso da terra, e a integração entre lavoura, pecuária e floresta é um dos exemplos mais recentes. É aí que nós tendemos a ter mais potencial para os próximos anos. A ideia é não só investir em um processo de substituição, em que se planta uma safra, se colhe e se planta outra, mas plantar tudo junto. É lógico que isso não acontecerá em todo o Brasil. Mas poderá ser feito em grandes áreas. Já temos 11 milhões e meio de hectares nesse sistema. É um número bastante considerável.

Aumentou a pressão por regulamentação, por certificação, para a sustentabilidade. Temos que lembrar que já somos 200 milhões de habitantes. Acho que foi o Maurício que falou da questão do consumidor mais unitário. Cerca de 8 milhões de pessoas moram sozinhas no Brasil. Eu sou um exemplo: moro sozinho em Brasília, e não quero deixar de consumir um alimento de qualidade, seja ele de origem animal ou vegetal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há uma demanda por consumos mais sustentáveis, por exemplo, a miniaturização de alimentos, no caso de vegetais, melancia pequena, abóbora pequena. É difícil comprar uma melancia grande, e muita gente não gosta dela cortada. Todo esse processo gera agregação de valor. A melancia pequena, por exemplo, para o produtor, é muito mais bem paga que uma melancia grande. Portanto, são formas de agregar valor em cima da certificação, com sustentabilidade. Essa é uma tendência forte.

Há a questão das embalagens. Agora, nós estamos na fase dos ovos vendidos em embalagens com 6 unidades — já existem embalagens de 4 unidades. Antigamente, eram de 36 unidades. Eu lembro que, quando eu era pequeno, meu pai comprava os ovos, e eles quebravam no carro. Depois, passou para 24, 12, 10, 6. E, esses dias, no supermercado, em São Paulo, tive uma surpresa: embalagens com 4 ovos. São 4 ovos embalados — nós brincamos com isso. E aquele ovo embalado tem agregado muito à ciência e à tecnologia, baseado em sua produção, mas muito associado à questão orgânica também, a alimentos orgânicos, que não são, necessariamente, de origem vegetal. A ave, por exemplo, come esses alimentos para poder produzir.

Importante falar também da permanência petroquímica, que influencia investimentos na bioindústria. Ainda estamos na era do petróleo — ainda é uma tendência bastante forte. Existe, lógico, principalmente na Europa...

Foi apontada a questão dos carros elétricos. Se nós analisarmos as últimas patentes de hidrogênio disponíveis nas bases internacionais — e nós já fizemos essa análise também —, perceberemos que as grandes multinacionais de carro asiáticas é que estão guardando essas patentes. As multinacionais americanas não estão tão preocupadas neste momento, pelo menos não estão, entre aspas, “preocupadas”, em função ainda dessa base. As patentes estão vindo das indústrias de veículos da Ásia.

Outra grande tendência é o aumento do investimento em bioindústria. O Brasil tem, sim, tido certo investimento em indústria, ainda que tímido. Há essa lógica de se agregar mais valor pela bioindústria, principalmente vinculada a cosméticos. Não vou citar nomes, mas há, inclusive, lojas de algumas marcas nacionais na Europa, principalmente de produtos cosméticos, baseadas na bioindústria. Isso agrega muito valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Podemos pensar em uma escala mais local, com produtores de regiões específicas. Eu estava falando disso também no intervalo. Há pouco, tivemos agregação de valor através da certificação de origem do mel pantaneiro.

O Brasil possui hoje em torno de apenas 60 produtos registrados no INPI — Instituto Nacional da Propriedade Industrial com alguma forma de denominação de origem. Há 240, mais ou menos, na fila. Na França, são mais de 20 mil registros. É o outro extremo.

Isso tudo é agregação de valor e envolve a bioeconomia. Com isso, pode-se exportar não em vários contêineres, em navios, mas em um contêiner. Pode-se ter um contêiner de produto de valor agregado que equivaleria a um navio inteiro de algum produto não processado.

Há a questão do aumento da remediação ambiental de resíduos, que envolve legislação ambiental. É uma questão natural. Tanto na área de indústria quanto na área agrícola, isso tem crescido, principalmente influenciado pela questão da qualidade da água e do solo. Essa é uma preocupação bastante grande.

É importante observar o aumento das parcerias entre setor público e privado para investimentos em C&T. Ontem mesmo, discutimos na Casa ao lado, no Senado, a questão da ciência e tecnologia na área agrícola e a importância do investimento das empresas privadas. O Governo mantém, sim, salários, estrutura, investimento. Mas é importante que a iniciativa privada esteja cada vez mais presente.

Na China, para vocês terem ideia, 70% do recurso de investimento em ciência e tecnologia vêm da indústria privada, em parceria com o governo, que orienta, faz o planejamento das áreas. A indústria vai junto com o governo. Isso é bastante importante.

Atualmente, no Brasil, vivemos uma tendência: a insuficiência de investimentos em infraestrutura e tudo aquilo que vimos discutindo.

Neste eslaide, há algumas incertezas levantadas pelo grupo. Como o Maurício comentou, na metodologia, as incertezas são perguntas.

A primeira grande incerteza trabalhada na bioeconomia é esta: os acordos internacionais serão mais mandatórios ou se manterão como metas voluntárias? Isso envolve a questão ambiental e de protecionismo. O ambiente regulatório e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coordenação das políticas públicas criarão atratividade para a bioeconomia? Qual é a certeza ou incerteza relacionada a isso?

O suprimento de biomassa será suficiente e competitivo, viabilizando a bioeconomia? Essa é a parte produtiva. A bioeconomia substituirá significativamente o petróleo em termos de matéria-prima ou serão complementares?

Haverá uma estratégia de formação profissional para suprir a demanda do segmento? E, aí, abro um parêntese. Na educação brasileira — isso é apontado nos cenários gerais também —, no que se refere à área agrícola, tem havido cada vez mais cursos. Há, inclusive, os institutos federais. Existe, atualmente, uma rede bastante importante. Só que, na área da bioeconomia, não buscamos um perfil que seja especificamente de um engenheiro agrônomo ou florestal, de um zootecnista ou de um veterinário. Buscamos perfis de atuação mais complementares, com olhar social, econômico e de mercado, que sejam de interesse para aquele local. Então, isso independe da formação; depende, sim, do perfil.

Há pouco tempo, havia aquela máxima no meio rural: *"Se você não estudar, meu filho, você vai trabalhar aqui na roça"*. Hoje, o conceito é diferente: *"Se você quiser trabalhar aqui na roça, vai ter que estudar e voltar aqui"*. Hoje, é bastante diferenciado o perfil no meio rural, com toda essa transformação.

E, aí, vem a questão da transformação digital: são os drones, são as imagens de satélites. Hoje, para se manter no mercado agrícola, na área de bioeconomia, existe a demanda, sim, de muita ciência e tecnologia, de muito ensino. Daí que o papel do Congresso, falando especificamente da Câmara, é bastante importante nessa relação, nesse processo.

Este eslaide traz uma questão que já foi um pouco comentada: a relação entre as universidades e os institutos de ciência e tecnologia e empresas. A nova Lei das Estatais está sendo ainda digerida, vamos dizer assim, nas diferentes instituições. A grande certeza é: essa relação viabilizará mesmo uma inovação para a bioeconomia no futuro.

Outra grande incerteza: haverá investimentos públicos e privados? Como destacamos, não dependemos só de investimento público, mas também de um investimento privado adequado em ciência e tecnologia até 2035.

A maior oferta e demanda por biomassa pode garantir a sustentabilidade da bioeconomia? Haverá aceitação de novos produtos da bioeconomia com novas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tecnologias? Era essa a questão do produto que eu estava comentando. O mercado consumidor nacional — não esqueçamos que são 200 milhões de pessoas — está mais empoderado, conhece mais os seus direitos, tem condição de saber, por meio das redes sociais, se determinado produto foi ou não bem aceito anteriormente. Compra-se muito por isso.

E a última das principais incertezas: o Brasil terá competitividade nos produtos da bioeconomia de forma diversificada?

Praticamente todos conhecem as principais *commodities* de exportação do Brasil: soja, milho — que são os grãos —, carnes, tanto de frango quanto de bovinos e suínos, açúcar, café, suco de laranja, que é bastante importante. Mas, hoje, no País, se produzem mais de 300, 400 espécies diferentes.

Alguém que se depare com uma área plantada de gengibre, se perguntará: *"Por que se planta gengibre?"* A demanda pelo gengibre hoje é muito grande. Dei esse exemplo, mas poderia ter dado outros. O gengibre é usado tanto para fins medicinais quanto na alimentação. O consumo de gengibre no Brasil e no mundo tem crescido. Aí, pergunta-se: existe produção de gengibre em larga escala? Sim, existe. Falamos da pequena escala. Mas, para o produtor, é importante uma produção em uma área de cerca de 5, 10, 15 hectares de gengibre, porque há o foco.

Falamos do grão de bico. Hoje está sendo colhida a primeira área de grão de bico do entorno de Brasília — quase 900 hectares. Isso ocorre porque a Índia está crescendo como demandante. Lembramos que, até 2040, há previsão de a população da Índia passar a da China. A Índia é grande consumidora de lentilha, grão-de-bico, essas formas de cultura; e o Brasil se apresenta como uma nova tendência. Então, saímos um pouco da soja, do milho.

Na década de 70, o adido americano no Brasil não acreditava na soja. Mas, agora, o Brasil acredita no trigo tropical. A EMBRAPA acredita no trigo tropical. Então, já temos tropicalizado o trigo. Para quem não sabe, em Brasília, já há moinho de trigo, há plantação no entorno. A maioria do pão de Brasília já é produzida por trigo tropical do entorno.

Tudo isso agrega valor, passa a fazer parte do processo de bioeconomia; e há ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As cenas trabalhadas neste eslaide — vou entrar em detalhes a seguir — buscam questionar justamente isto: será que, em 2035, vamos ter condição de manter aquilo que não se acreditava há 30 anos, 40 anos? Essa é a lógica vinculada às incertezas. Talvez quem está lá atrás não consiga ver, mas isso está bem detalhado no livro.

Baseado em tudo isso, em todos os estudos, este eslaide mostra um resumo das cenas. O livro tem todo um capítulo vinculado a isso. São entre 20 a 30 páginas que falam de bioeconomia. Nós traçamos, para cada uma daquelas cenas gerais, um item, um sumário para bioeconomia.

A primeira cena é: *Vai Levando*. O Brasil continuou como grande produtor e exportador de *commodities*, porém a bioeconomia não se desenvolveu. Vamos ser o celeiro do mundo? Não que não seja importante ser o celeiro do mundo, mas queríamos estar mais na cozinha do mundo, vendendo produto já com valor agregado.

O segundo cenário abordado é: *Crescer é o Lema*. Houve grande contribuição da bioeconomia para a balança comercial, com aumento do valor adicionado e menor dependência de insumos importados. Houve melhora na infraestrutura de ciência e tecnologia, um aprendizado tecnológico profissional e ainda aumento da capacidade do aprender a fazer. Então, já se tem uma melhora no processo.

A cena seguinte é: *Novo Pacto Social*. Sem incentivos para inovação, não houve investimento público e privado em ciência e tecnologia adequado para a bioeconomia, apesar do desenvolvimento de áreas específicas, como a bioenergia. Até comentei a questão do etanol. Isso depende muito de política pública. Hoje mesmo, apesar de grande parte dos carros pós-2010 ser biocombustível, poucas pessoas abastecem com etanol. Existe essa relação. Também houve desenvolvimento de *clusters* em algumas áreas de agrobiodiversidade regional — é o caso dos cosméticos, setor que está bastante evoluído em relação a isso.

O último cenário é intitulado *Construção*. Houve queda na taxa de juros, o que atraiu a iniciativa privada, que passou a investir em projetos mais inovadores. Houve avanços nos marcos regulatórios e na desburocratização para o uso da biodiversidade. Como eu disse, no INPI, há 240 processos. O Brasil demora de 3 a 4 vezes mais do que outros países para fazer o processo de denominação de origem. Falo isso para termos uma noção lógica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ainda na cena da Construção, temos: avanços no marco regulatório e desburocratização para o uso da biodiversidade, sem penalizar cientistas — hoje há uma legislação bastante forte em relação a isso —, facilitando o trabalho dos diferentes atores, foram fundamentais para aumentar as pesquisas.

Neste final, eu queria destacar que o Brasil tem, sim, grande potencial para ser líder em bioeconomia em 2035, 2040. Isso ficou muito evidente nas cenas. A EMBRAPA vem trabalhando nisso e agregando valor em relação à sua condição. Existe não só a vontade da agricultura, mas principalmente da agroindústria associada a isso.

De forma geral, é necessário fortalecer a agricultura e a agroindústria para que, além de alimentos e fibras, produza cada vez mais bioenergia, biocombustíveis, bioplásticos, biorremédios, bioprodutos. Esse "bio" é que é importante para o fortalecimento da nossa produção.

Como mensagem final, o futuro é "bio", sim, e o Brasil não pode perder essa oportunidade. Assim como nós não perdemos a oportunidade na década de 70, nós não podemos perder a oportunidade nos próximos anos de estar bem colocados em 2040 ou 2050.

Com isso, agradeço e deixo registrada a informação do nosso sistema Agropensa. A atual gestão da EMBRAPA, comandada pelo Dr. Maurício, preocupada com isso, colocou em curso o sistema de inteligência estratégica na EMBRAPA, que se chama Agropensa, justamente para projetar o agro para o futuro.

Eu estou na coordenação desse processo. E lá buscamos fazer estudos e análises e traçar cenários em temas específicos, em áreas específicas, muitos deles em parceria — este tem parceria com o IPEA. Assim agregamos valor ao nosso trabalho e obtemos conhecimento das outras áreas, e não simplesmente da agricultura, que é o que mais se busca hoje.

Deixo à disposição de todos a página de acesso, que contém várias publicações, análises por cadeia, bases de dados nacionais e internacionais da agricultura. Tudo isso hoje está disponível ao público de forma geral.

Agradeço e fico à disposição para responder a alguma questão específica.

Obrigado. *(Palmas.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Muito obrigada, Dr. Edson, pelas referências, pelo que nós conseguimos depreender e apreender com sua exposição.

Agora passamos para a fase dos debates.

Convido para ser o primeiro orador o Deputado Hugo Leal, que é o autor do requerimento de realização desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores e convidados, eu já estou satisfeito.

Entendo que esse seria o objetivo principal da audiência. Sei que o nosso cenário hoje, uma quinta-feira, não é dos melhores. Também não imaginei que seria diferente, porque, quando se vai falar de futuro e de perspectiva, é difícil. As pessoas têm certa resistência a fazer discussão sobre o futuro, sobre perspectivas de médio e de longo prazos.

Eu fiquei satisfeito porque aqueles que nós temos a oportunidade de atingir vão ter acesso a tudo isso que aqui foi falado, uma vez que ficará gravado e registrado aqui na Casa, na Comissão Mista de Orçamento.

Peço tanto à *TV Câmara* quanto à *TV Senado* que produzam um programa específico sobre este debate, porque considero o tema tratado aqui muito rico. A população precisa conhecer um pouco mais esse assunto. Nós precisamos levar isso a outras esferas.

Eu poderia tecer aqui comentários sobre vários pontos e muitos elogios. Nós tivemos aqui a visão da EMBRAPA, mas poderíamos ter aqui a FIOCRUZ, o BNDES, que hoje é assunto, inclusive, na Medida Provisória nº 777, de 2017. A discussão sobre TJLP, TLP, sobre modificação dessas medidas, sobre os impactos que vão ser produzidos, deveria ser feita a médio e longo prazo, porque senão fica uma coisa muito restrita. E eu fico com imensa dificuldade de tomar as decisões aqui, exatamente porque estamos sempre no improviso, na análise superficial. Isso é muito desgastante, porque o País não faz o planejamento necessário e acaba improvisando nas políticas públicas e nas decisões tomadas.

E não é por acaso que nós chegamos a 796 medidas provisórias — e não foram editadas só por este Governo especificamente. Mais duas foram apresentadas hoje. Ou seja, dentro do que foi mencionado, é a “Uberização” do Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mandam um Uber para o Parlamento, para dizer que há uma medida provisória de tal ordem para analisarmos e votarmos. Assim não dá! Eu acho isso desmoralizante!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - E V.Exa. me permita dizer que isso ocorre porque, na época da Constituinte, quando o tema passou da Comissão de...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Comissão de Sistematização.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não, antes. Passou da Subcomissão para a Comissão de Sistematização e foi ao plenário. Quando se votou a reforma do Estado, quando se decidiu se o Brasil seria parlamentarista ou não, como a proposta era parlamentarista, estava lá a medida provisória.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim. E era lógico.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Tiraram o parlamentarismo e deixaram a medida provisória.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É, deixaram a medida provisória.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Isso é uma palhaçada! *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - A medida provisória, Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - É o mesmo medo que eu tenho hoje com o fato de haver três Comissões discutindo a mesma coisa, a reforma política. Cada uma escreve um pedaço, e não sei no que vai dar. Aliás, não vai dar em nada.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu não vou discutir reforma política, porque isso é um caso *a latere*, à parte, não é nosso. Mas vou aproveitar para dizer o seguinte: a lógica da medida provisória num Estado parlamentarista faz sentido.

A Constituição diz que a medida provisória poderá ser adotada em casos de urgência e relevância. Então, hoje tudo é urgente e relevante. Quer dizer, por não haver planejamento, tudo é urgente e relevante.

O que eu falo para V.Exa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Imagine que nós votamos hoje uma medida provisória urgente, mas que só vai viger a partir de janeiro de 2018! *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Isso, só a partir de janeiro de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Deputada Laura, é claro que todos os nossos convidados aqui e grande parte das pessoas que estão assistindo à reunião sabem muito bem das nossas mazelas, das nossas dificuldades.

No cenário de 2035, eles colocaram a foto do Plenário, mas eu acho que não vai ser esse Plenário, não. Vai haver a "Uberização" do Parlamento. O Planalto vai mandar um Uber com uma medida provisória, e o Parlamento vai votá-la.

Acho que poderemos avançar para outra questão que eu sempre defendi também, a democracia digital. Estamos num momento bastante razoável para fazer isso. Introduziríamos essa questão num debate desses aqui, nesse material, inclusive com a discussão sobre o papel do próprio Tribunal Superior Eleitoral, não só de realizar eleições, mas também de fazer consultas diretas à população. Nós temos sistema digital para isso.

Já apresentei requerimentos nesse sentido e defendi linhas dessa proposta, mas também não é o caso aqui, não. Faremos isso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Nem podemos. Eu recebi uma informação de que a Justiça Eleitoral custa 7,7 bilhões de reais. Imagine para quanto vai esse custo, se dermos a ela mais uma atribuição!

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não, eu não estou dando a ela uma nova atribuição. Veja: se estão colhendo dados biométricos da população, é sinal de que se pode fazer identificação biométrica. E essa identificação biométrica pode garantir uma consulta. Quando alguém recebe milhares de mensagens pelas redes sociais, não sabe se aquilo ali é *fake*, se vem de um perfil falso ou coisa nesse sentido. No momento em que se define o padrão de consulta à população, através dos dados biométricos do próprio Tribunal Superior Eleitoral, ele passa a ser não só um tribunal eleitoral, para gerir as eleições, mas também um tribunal de consulta pública, democrático. Acho que a lógica é muito mais essa do que nós ficarmos aqui defendendo... Mas eu vou deixar isso para os nossos cientistas e para o IPEA fazerem um estudo, porque acho que também é muito importante para nos aprimorarmos.

Sra. Presidente, eu tinha uma série de anotações, mas o meu papel hoje aqui é só de elogiar, de enaltecer o trabalho tanto do IPEA quando da ASSECOR, da EMBRAPA e de todos que desenvolveram essa pesquisa. Eu gostaria de ter aqui o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

BNDES, a FIOCRUZ, a Universidade de São Paulo — USP, enfim, todas as entidades que trabalharam nisso.

Eu tenho alguns pontos bem superficiais, bem tangenciais para comentar. Por exemplo, o Maurício fez um esforço aqui para compilar umas 50, 60 páginas num universo muito pequeno, muito restrito. Eu vou trazer dois temas que estão muito atuais. Quando V.Sa. falou sobre tendências de peso — eu li isso em incertezas críticas —, eu coloquei "meio de pagamento digital". No seu prefácio, que eu acho fantástico, o senhor fala de sistemas de evolução, de revolução e disruptivos. Onde o senhor inseriria hoje essa questão dos meios de pagamento? Como evolutivo, revolucionário ou disruptivo?

Como nós estamos aqui discutindo essas questões, vimos recentemente também a proposta de que a Casa da Moeda seria privatizada, alguma coisa nesse sentido, o que acho uma proposta completamente estapafúrdia — não sei quem defendeu isso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Ontem saiu a notícia de que 57 órgãos, dentre eles...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim, mas eu estou dizendo o seguinte: o conceito de moeda no mundo vai mudar. Isso é óbvio! É uma tendência. Isso está nítido. Eu só acho que, em vez de se privatizar a Casa da Moeda, tinha-se que transformá-la numa instituição de certificação digital, numa outra lógica, que observa o mundo. Tinha-se que aproveitar o conhecimento dela para outra linha, para dar um salto tecnológico. Eu perguntaria qual é a incerteza crítica para essa linha de raciocínio.

Uma coisa que preocupa é a questão do aumento da tendência à saúde. É uma preocupação positiva, mas, quanto mais se demanda saúde, mais se ampliam os cuidados.

Uma incerteza crítica e também uma pergunta ao Maurício é: o conflito que se estabelecia em torno do petróleo será semelhante ao conflito pela água?

Ao Leandro quero dizer que endosso suas palavras sobre a falta de planejamento, de perspectivas, que não é deste Governo. Quero deixar isso bem registrado, até porque o Ministro do Planejamento já vem de uma equipe anterior. Parece-me que se está perseverando nessa lógica. Não é a crítica pela crítica, mas, sim, uma constatação. Então, é uma preocupação que passa, e as pessoas vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deixando passar, achando que isso é normal, não planejam e improvisam. O improviso é melhor porque você é encoberto. É a mesma coisa na lógica da administração pública: quando se dispensa a licitação, é porque, obviamente, existem alguns outros benefícios, que não cabe aqui discutir. O improviso é melhor do que se fazer um planejamento, uma proposta, numa perspectiva maior de planejamento.

E, quanto aos cisnes negros — achei muito interessante essa imagem —, quando o senhor fala de catástrofes, até as catástrofes podem ser previstas, pelo menos do ponto de vista climático. E esse é um fortalecimento do planejamento.

Ao Bolfe, da EMBRAPA, não tenho absolutamente apontamento algum a fazer, assim como ao Embaixador Sérgio, que aqui representou muito bem o IPEA.

Bolfe, pontuo apenas uma questão sobre as duas safras. Eu sou um produto rural, vim de uma família de produtores — meu avô e meu bisavô era produtores rurais. Apesar de eu ser um Deputado do Rio de Janeiro, nasci no sul do Estado de Minas Gerais e tenho muito orgulho de ser um produto rural. Não sou da EMBRAPA; já sou uma coisa meio derivada. Mas eu ouvi muito, quando criança, quando jovem, que a terra tinha que ser plantada, precisava depois descansar, para depois voltar a ser plantada. Então, essa tecnologia para utilização mais rápida da terra pode trazer a desertificação? Como a tecnologia consegue contornar esse problema?

Sra. Presidente, não vou tomar mais tempo, mas quero mais uma vez manifestar a minha preocupação com as tendências.

E outra coisa, Sra. Presidente. Eu gostaria de fazer uma sugestão: o mínimo que esta Comissão poderia fazer era pegar esse material, ou talvez um resumo dele, e falar com os Relatores Setoriais, para ver o que poderíamos fazer sobre isso dentro das relatorias setoriais. Não dá para fazer com o Relator-Geral, mas dá para fazer pelo menos com os Relatores Setoriais. Seria para ver como eles poderiam receber alguma contribuição desse trabalho, numa perspectiva de longo prazo. Acho que, se nós fizermos isso, já será uma grande contribuição à Comissão Mista de Orçamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Deputado Hugo Leal, informo que todas as palestras já estão na nossa página da Comissão, com os dados. O livro será entregue ao Relator-Geral, é óbvio, ao Presidente e ao Deputado Pedro Fernandes, que também está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu só queria completar dizendo o seguinte: não é só o livro não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Todas as transparências também.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Acho que temos que fazer um esforço maior. Precisamos aproveitar esse conjunto de técnicos capacitados e fazer uma visita a cada um dos Relatores Setoriais — acho que em 3 ou 4 dias se resolve isso —, pelo menos para não dizer que não falei das flores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Que não tentou, não é? Está certo.

Tem a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Primeiramente, quero parabenizar o Deputado Hugo Leal pela iniciativa. Fiquei muito gratificado de participar desta reunião. Eu sou um otimista. Talvez até pela idade, eu analiso muito a história e acho que nós melhoramos muito.

Outro dia eu conversava com um irmão meu. Eu sou filho de uma mulher brasileira, que, com 32 anos, já tinha 12 filhos. E eu dizia a ele: *"Como nós crescemos, hein! Lembra-se de que nós tínhamos um banheiro, que era disputado? O horário de um era às 6h; o do outro, às 6h05min; o do outro, às 6h10min; o do outro, às 6h15min? E quem perdia seu horário ia para final da fila?"* E eu comecei a conferir o banheiro que cada um tem hoje.

É claro que esse modelo de desenvolvimento criou muita exclusão. Isso nós sabemos. Mas eu sou um otimista. Todo esse processo por que estamos passando não me surpreende, mas me revigora, pois nós estamos melhorando.

Quando eu falei do caso que aconteceu na China, eu me senti orgulhoso, como eu me senti orgulhoso, outro dia, ao visitar a EMBRAER. A EMBRAER nos dá orgulho! Mas nós nos especializamos em passar diariamente só as coisas ruins. O senhor apresentou um exemplo que figura bem: o Brasil ainda tem 60% das nossas matas conservadas. Nós temos muitas coisas boas!

Eu me surpreendi muito com uma conversa que eu tive com o Gleisson, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento. Eu o achei um baita de um profissional, achei que estão fazendo muitas coisas importantes, mas acho que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Governos do Brasil — não apenas esse que está aí — são caixinhas, não se falam entre si. Talvez para falar precisasse existir um planejamento estratégico.

Mas eu vejo com muito otimismo até a passagem da Esquerda pelo Governo. Era preciso que ela passasse até para podermos comparar. Eu acompanhei aqui todos esses Governos, vi o Fernando Henrique Cardoso, depois o Lula, depois a Dilma. Vi como trabalhávamos aqui no Governo do Lula, quando propôs a reforma da Previdência, a reforma trabalhista, a reforma tributária, e, quando saíram, ficaram exatamente contra aquilo que eles diziam que precisávamos mudar.

Por exemplo, eu estou aqui há 20 anos discutindo a reforma tributária. O Luiz Carlos Hauly está há mais tempo, está há 27 anos. Mas eu fico satisfeito porque nós entregamos agora — está na página da Comissão da Reforma Tributária — uma proposta de reforma tributária que eu acho que agora vai. É uma tendência forte. Embora haja uma incerteza, eu acho que é uma tendência forte. E eu convido todos a conhecerem essa reforma tributária. Eu acho que ela avançou bastante.

Uma coisa sobre a qual precisamos pensar — e aí eu convido o Dr. Leandro para pensarmos nisso — é a reforma do Estado. O Estado está muito grande, o corporativismo cresceu muito. Nós não conseguimos olhar a iniciativa privada como uma possibilidade de crescimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - De parceria.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Estamos crescendo muito o Estado e esquecendo de crescer a iniciativa privada, que tem um papel muito bom. Precisamos discutir isso.

Eu não estou dizendo que está errado ou que está certo. O que eu vejo é que, aonde eu vou, a turma só defendo o seu lado, e nós prestamos um péssimo serviço público. No hospital público, as pessoas estão seguras lá, porque passaram num concurso, e nos tratam mal como cidadãos. Existem exceções. Há pouco eu fiz um reconhecimento ao Hospital da Mulher, em São Luís do Maranhão, que presta um grande serviço. Chamou-me tanto a atenção que eu trouxe aqui, a Câmara dos Deputados reconheceu e lhe ofereceu um presente. Mas, na grande maioria, eu não sei o que está se passando. É salário? É falta de atenção? Sei lá! É uma série de coisas. Eu sei que a população não está sendo bem atendida em vários serviços públicos. Precisamos discutir esse Estado. Não sei se ele precisa crescer mais, se precisa diminuir. Mas precisa ser discutido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós precisamos discutir o papel da universidade. Eu vejo os ricos todos nas melhores universidades públicas e os pobres no FIES. Será que isso está certo? Essas são as minhas perguntas, que eu faço lá na Comissão de Educação. Enfim, existe uma série de coisas.

Eu acho que nós vamos melhorar muito, crescer muito, é com conhecimento, com tecnologia, com planejamento, para que haja inclusão. Eu não acredito que nós vamos combater a violência só com homens na rua e com o Exército. Não, muito pelo contrário, nós precisamos fechar essa fábrica de marginais que estão aí, pois essas crianças não têm oportunidades. Precisamos trabalhar nisso. Mas para trabalhar nisso, nós precisamos abrir mão de certas coisas.

Eu fui outro dia a uma palestra no Tribunal Eleitoral do meu Estado. Lá para o final, eu disse que imaginava que eles estivessem discutindo e quisessem me cobrar o meu auxílio-residência, que eu acho um absurdo! Vivemos num país onde se paga 1 salário mínimo ao cidadão, que tem que pagar residência, pagar transporte, pagar tudo, e aquele que ganha 30 mil tem direito a residência! Mas eles querem é o deles. Quer dizer, é esse contrato social que precisa mudar. Brasília não é o Brasil real.

Chegou um cidadão aqui, logo depois que o Eduardo Cunha anunciou o "Parlashopping". Os senhores estão lembrados disso? Não achei proposta dele exagerada, era só uma venda que já tem no Anexo IV, mas deram uma dimensão grande. Ele bateu, com toda a razão, e eu disse: *"eu vou lhe mostrar aqui o Tribunal Superior Eleitoral. Olhe esse palácio como é bonito! Eu vou lhe mostrar aqui a Procuradoria do Janot, para você ver o que é bonito!"*

Isso é diferente do Brasil real, do Brasil de casa de palha, do Brasil da enxada. Então, não tem dinheiro ou não tem prioridade? Tudo é feito com dinheiro.

Uma das coisas que eu tinha vontade de fazer era uma auditoria naquela construção da Procuradoria-Geral, que foi feita pelo Luiz Estevão. Ele fez aquele negócio lá em São Paulo, e eu acho que fez aqui. Mas, não, é intocável.

São essas coisas que nos chocam, a maneira como as prioridades não são tratadas neste País.

Mas eu quero parabenizá-los, até por uma coisa importante que eu achei na palavra do Leandro, porque acho que é assim que funciona: *"o Ministério não ajudou, mas nós fizemos."* Isto é importante: *"nós fizemos."*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu pertencia a uma empresa, e um dia eu fui falar com o Presidente: Presidente, precisamos contratar e criar aqui um setor de serviço social. Ele disse: *"Deus me livre! Isso vai criar é confusão, e eu não quero isso."*

Eu fui procurar umas assistentes sociais e conversei com elas. Depois, eu fui estudar e disse: *"olha, o perfil de vocês dentro da empresa não é de colaboração, é muito de peitar. Então, vamos fazer isso. Vamos fazer, não contratado como um serviço, mais um serviço social não oficial. Vamos fazer isso, embora ele não queira"*. Depois, ele terminou incorporando e prestou um grande serviço. Acho que é o grande papel do funcionário público.

Parabéns a todos! Eu me sinto hoje contemplado nesta quinta-feira. Eu já devia estar voando. Se não fosse a exigência de bater o ponto aqui, às 14 horas, eu já estaria lá no meu escritório, a uma hora dessas, recebendo as pessoas.

E gostei muito do Agro Pensar, vou pedir permissão aqui já para copiar. Vou colocar o Pedro Pensar, tá?

Obrigado a todos vocês e parabéns!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Adorei, Pedro. *(Risos.)*

Agora, eu vou fazer o seguinte...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Há só uma pergunta que eu queria fazer.

No meu Estado, eu falo muito da pecuária floresta. E a turma diz: *"E esses raios vão matar meus bois, Pedro Fernandes! Isso é mito, não é?"*

Depois...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu vou pedir agora a resposta principalmente do Dr. Maurício, que acho que foi o mais questionado, mas também Dr. Edson. E, logo depois das respostas, vou passar ao Dr. Sérgio e ao Dr. Leandro, para que eles possam fazer as considerações finais.

E, se possível, já o Maurício e o Edson fazem também as considerações finais, por um simples motivo: infelizmente, meu voo sai às 14 horas, e eu tenho medo de perder avião lá, da mesma maneira que o Deputado Hugo.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - O meu é só à meia-noite.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Mas você vai presidir a você mesmo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Só que nosso voo, se não for agora, é só às 19h30min, e não conseguiremos trabalhar no Estado ainda hoje.

Então, quem acha que é fácil... *(Risos.)*

Vamos lá, Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Obrigado, Deputada.

Com relação aos meios de pagamento, eu diria que talvez seja uma evolução, eu creio que é uma evolução, mas é também uma revolução, e ela tem um caráter disruptivo.

Com relação aos impactos, nós não temos muita noção, não. É algo muito novo e, pela sua própria natureza, tem uma capacidade de afetar toda a realidade que nós não tivemos condições de avaliar. Na verdade, em vários aspectos, não tivemos condições de açambarcar todos os aspectos que dizem respeito ao processo de desenvolvimento do País.

Uma coisa, por exemplo, que nós precisaríamos ter abordado, mas não tivemos condição, foi a questão do sistema jurídico, do sistema judiciário. É interessante, porque com todos esses problemas que estamos vivenciando agora, nós falamos do Executivo, do Legislativo, e não se fala nada do Judiciário. É o quê? É perfeito? É vestal? Está incólume?

Então, há vários aspectos que ficaram de fora do nosso estudo, nós não tivemos condição de abordar.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Lá tem muita flecha.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Eu gostaria de falar um pouco da questão da certificação digital. O senhor até mencionou a privatização da Casa da Moeda. E é interessante, porque o Brasil avançou muito nesse aspecto. Nós temos condição — o Estado brasileiro, o Poder Executivo Federal — de continuar capitaneando esse processo.

Nesse aspecto, eu considero a sua pergunta extremamente relevante, porque haveria plena condição, há plena condição de o Estado brasileiro capitanear esse processo. Eu não sei se é por meio da privatização da Casa da Moeda, mas nós criamos uma massa crítica com relação à certificação digital que está aí. E nós somos vanguarda para a maior parte do mundo nesse aspecto. Então, fica uma coisa meio anacrônica, um pouco paradoxal, até mesmo incoerente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sobre a certificação digital, hoje, a Serasa presta um grande serviço, dá de dez a zero nos Correios!

(Não identificado) - Quem começou a certificação? Foi o Brasil?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Não sei se foi a privatização, mas essa é a realidade. A Serasa está aí, dá de dez a zero.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Mas o fato é que tem condição, tem feito isso, tem condição de dar certificação digital a vários atores, do setor privado, inclusive.

É gozado, quando nós abrimos mão do que nós temos.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Isso é impressionante.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - É, eu acho muito esquisito mesmo.

Com relação ao conflito petróleo-água, nós não conseguimos chegar ao ponto de saber se vai ser tão complicado como o petróleo. Eu apostaria que provavelmente será mais grave, mesmo porque o petróleo é fundamental para a geração de energia. Eu coloco sempre que, ainda que ele possa poluir, enquanto tiver petróleo, nós vamos queimá-lo, porque é um meio de geração de energia muito barato. Agora, a água diz respeito à vida, então é uma coisa muito mais grave. Portanto, eu acredito que possa haver problemas muito mais profundos, conflitos muito mais graves com relação à agua em comparação com o petróleo.

Eu queria apenas levar uma informação, que eu entendo que é positiva, ao Deputado Pedro Fernandes, com relação ao tamanho do Estado. Na verdade, quando falamos em Estado, temos que identificar o que é Estado exatamente. Se nós formos colocar o Poder Executivo Federal, o Estado Federal, o nível estadual e o nível municipal, nós podemos dizer que o Estado brasileiro é grande, sim. Mas, quando falamos de Poder Executivo Federal, do Estado Federal, o Estado brasileiro é muito pequeno. Eu acho que se criou essa imagem de que o Estado brasileiro é grande, e não é verdade. Se compararmos o número de servidores públicos federais em relação à população, é muito pequeno comparado a países desenvolvidos. Bom, comparado a países subdesenvolvidos também.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Isso é interessante, se pegarmos, para mudar esse conceito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Números de servidores federais...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas você acha que, para um País que tem uma Justiça Federal, uma Justiça Trabalhista, uma Justiça Militar, uma Justiça Eleitoral, isso é pequeno?

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - O senhor está falando de Poder Judiciário.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Não, eu estou falando de Estado!

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Pois é, um aspecto do Estado.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas ninguém gosta de falar por quê? Tem medo do Janot, medo de quem?

O Ministro Marco Aurélio falava muito daqui. Eu disse: *"vai se candidatar para vir para cá, porque aqui não é indicação, como seu tio lhe indicou, seu primo".* Entendeu? Nós precisamos enfrentar esses vestais aí.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - É verdade.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas ninguém fala, têm medo da flecha do Janot.

Janot está saindo, entendeu?

Trinta e quantos Ministérios existem hoje?

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Mas o número de servidores públicos...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Você já viu o tamanho do Ministério da Educação?

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - É. Deputado...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - É um monstro!

Olhe, eu lutei aqui para passarmos as universidades para o Ministério de Ciência e Tecnologia e deixar o Ministério da Educação com o ensino fundamental e o ensino médio, porque hoje as universidades tomam conta do Ministério.

Aí, inventaram de colocar o Ministério de Comunicações no Ministério de Ciência e Tecnologia, não levaram as universidades.

Você acha pequeno o Ministério da Educação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Deputado, a estrutura do Poder Executivo Federal é extremamente pequena. Nós não temos servidores para fiscalização, não temos servidores para a formulação adequada de políticas públicas, para pensar o Estado...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Salvar a EMBRAPA... Até a China conhece a EMBRAPA. Mas não salve esse centralismo de Brasília, pelo amor de Deus!

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Tenho certeza de que o Bolfe vai também comparar...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Fica com 65% de impostos aqui para fazer tudo, para pagar diárias, para pagar avião para turma andar, rapaz. É um Estado grande.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Isso é outra coisa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu queria pedir ao Deputado Pedro que...

Não, não! Não é isso que vou pedir, não. O problema é que vou perder o avião. Se V.Exa. pode presidir...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não, ele não pode porque ele vai sair, por isso eu estou pedindo a V.Exa. para, se puder...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não é agora, não.

Desculpe, Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO PINHEIRO FLEURY CURADO - Obrigado, Deputada.

Eu já encerro por aqui.

O SR. EDSON BOLFE - Bom, respondendo às questões, na verdade, mitos nós temos em todas as áreas; temos mito na área industrial, na área de ciência e tecnologia como um todo e na área agrícola também. E a ciência e tecnologia é pródiga em derrubar os mitos.

Quando éramos crianças, que assistíamos àqueles filmes em que se falava num aparelho pequeno, que podia mandar alguma mensagem, pedir alguma coisa, aquilo era mito. Hoje, está aqui, o mundo está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, na área agrícola, a pesquisa, a EMBRAPA, os parceiros, as universidades e as organizações estaduais de pesquisa, que deveriam ser fortalecidas e, em alguns Estados, elas estão tendo o processo contrário, estão sendo fechadas, estão aí justamente para derrubar os mitos.

O que o Deputado Hugo comentou era uma realidade, sim, na década de 70 ou 80. Havia essa ideia de que usar o solo por muito tempo resultaria em desertificação ou qualquer coisa assim. Sim, porque, na década de 70, a agricultura brasileira veio cópia do Hemisfério Norte. No Hemisfério Norte, na metade do ano, é neve praticamente, é frio, e, na outra metade é que se teria condição de cultivar. E lá eles usavam ainda equipamentos que o Brasil importou. Na Revolução Verde, todos os equipamentos, o sistema de produção, as sementes, vieram do Hemisfério Norte. E lá eles tinham que resolver o solo para aquecê-lo, porque ele ficava 6 meses sob a neve e, na época em que começava a primavera, eles revolviam o solo para pegar a parte de baixo e jogar para cima, dar uma aquecida e plantar. Se se fizesse muito isso, o solo se degradaria, em função da chuva e tudo o mais. E o Brasil foi quebrando esses mitos através da ciência e tecnologia aplicada à pesquisa. É por isso que hoje nós temos o plantio direto, e praticamente toda a agricultura brasileira é de plantio direto.

O que é o plantio direto? Você colhe, e fica aquela palha, aquele resto de matéria orgânica. Nós não revolvemos mais o solo, já plantamos em cima daquela palha mesmo, que é a segunda safra, que é justamente a intensificação. E aquela palhada, aquela matéria orgânica serve de proteção. Primeiro, ela protege da chuva; segundo, ela não deixa ir erosão para os recursos hídricos, para os rios, e o terceiro, que eu acho o principal, ela protege os recursos naturais, que são as florestas.

Então essa diminuição das taxas de desmatamento no Brasil, em grande parte, sim, é devida à fiscalização dos Ministérios, tudo isso, e à conscientização. Mas a principal parcela é porque o Brasil está em um processo de intensificação, em que se conseguem produzir duas ou três safras naquele mesmo ambiente, sem precisar avançar em novas áreas de desflorestamento, ou seja, no Cerrado ou na Amazônia. Existe, sim, ainda algum desflorestamento, mas as taxas são muito baixas em relação ao todo. Então essa condição é que permitiu ao Brasil, ao mesmo tempo, ser uma potência agrícola e uma potência ambiental. É mais ou menos essa a lógica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E a integração lavoura-pecuária-floresta, respondendo ao nobre Deputado Pedro, era nessa mesma lógica. Pensava-se que existia uma concorrência entre determinadas espécies, e, na verdade, hoje, a ciência e a pesquisa agrícola veem que existe uma integração. Então, a floresta vai ser plantada em espaçamentos tais que protegem a pastagem, dão sombra ao animal. Aí vem a questão do bem-estar animal, que o faz produzir mais. E, quando você revolve essa parte de pastagem, você tem mais matéria orgânica para produzir grãos, soja ou milho.

Essa concorrência também existia, e agora a tecnologia está enfocando essas quebras de mitos ou paradigmas, vamos dizer assim, dentro da área agrícola.

Para finalizar, já agradecendo mais uma vez à CMO pelo convite, ficamos à disposição, na EMBRAPA, para aprofundar qualquer um desses assuntos específicos.

Lembramos que nós mantemos essa soberania na agricultura tanto produtiva como ambiental, e o grande desafio, no meio rural, é garantir uma soberania social e econômica para o País, para os próximos anos. E esse é o papel nosso, na EMBRAPA, como empresa pública.

Eu agradeço, mais uma vez, pela disponibilidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Muito obrigada.

Dr. Leandro, o senhor tem 2 minutos para as considerações finais.

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - Claro, Deputada. Não quero atrapalhar seu voo, sei que a senhora está preocupada.

Vou comentar rapidamente algumas observações do Deputado Hugo Leal em relação a consultas eleitorais pela Internet. Nós previmos isso nos cenários. A questão é a importância do tema que seria colocado à discussão da sociedade, com relação a catástrofes, epidemias, esses *e-mails* que ele comentou.

Quero lembrar que recentemente tivemos o caso do zika vírus, que teve um grande impacto. Nós estamos preparados para enfrentar um novo vírus que venha e tenha impactos fortes na sociedade? Não sei se estamos.

Agora, com relação à reforma do Estado, eu quero concordar com o senhor que é necessário, sim, um diálogo e um debate consistente sobre isso. Mas não é isso que o Governo está propondo. Sinceramente, não é isso. O Governo anterior ficou por 13 ou 14 anos e também não propôs nenhum processo de reforma do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós nos colocamos à disposição do Ministério do Planejamento para fazer esse tipo de discussão, e, até agora, nós não fomos recebidos nesse nível de diálogo. A proposta que está sendo feita não vem ao encontro do que acreditamos que seja eficiente, porque não há, Deputado, um sistema de gestão de recursos humanos sério para as carreiras de Estado. Não há.

O que me diferencia — eu que estou há 15 anos, no topo da carreira — de alguém que acabou de entrar? Nada. O que me diferencia é se eu tenho um cargo em comissão, só isso. E ficamos dependendo dos cargos em comissão.

Aqui está o Embaixador, e lá, sim, há uma carreira séria, em que vai aumentando a complexidade, o nível de responsabilidade, na medida em que se vai avançando na carreira da diplomacia. É um bom exemplo para aplicarmos ao restante.

Mas não foi esse debate que foi feito, foi um debate de: *"vamos ampliar 30 níveis, começa a receber 5 mil reais..."* Eu quero saber, por exemplo — pergunte ao Embaixador, depois, se ele concorda —, se um menino recém-formado em Contabilidade tem o mesmo nível de complexidade do que um diplomata que passou num concurso. Obviamente que não tem. Agora isto é bom senhor ter levantado, porque apareceu na nossa discussão, o nível de profissionalização do serviço público. Há uma tendência disso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Agora, o senhor imagine isso no Judiciário.

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - E deixe-me dizer, porque nem isso nós entendemos como uma tendência de profissionalização, porque, no âmbito dos Estados e dos Municípios, ainda há muito patrimonialismo, muito coronelismo.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Só um parêntese aqui, rapidinho.

Nós estamos fazendo a reforma da Previdência e discutindo, e no setor privado, aposentadoria média é 1.600 reais; no Poder Executivo, é 9 mil reais; no Poder Judiciário, é 22 mil reais; no Legislativo, é 29 mil reais, e, no Ministério Público, é 33 mil reais. Dá para ver como o Executivo está...

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - E só para complementar, com os militares também não se mexe, o que também é outro problema.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - E eu nem falei neles, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LEANDRO FREITAS COUTO - Pois é. Mas eu termino por aqui. Quero agradecer de novo.

Deputado Hugo, Deputada, Deputado Pedro, muito obrigado. Estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Muito obrigada, Leandro.

Peço ao Deputado Pedro que presida os trabalhos, porque é importante que ainda haja mais intervenções e, se possível, que as pessoas possam falar novamente.

Então eu vou convidar o Deputado Pedro Fernandes a assumir a Presidência, sob pena de eu perder o último avião possível hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra o Embaixador Sérgio Florêncio.

O SR. SÉRGIO ABREU E LIMA FLORÊNCIO - Agradeço à Deputada Laura Carneiro pela Presidência e por ter ficado até este momento e agradeço ao Deputado Pedro Fernandes por assumir a Presidência. Acredito que assim tenho um pouco mais de tempo para fazer uma reflexão que se concentra na apresentação do representante da EMBRAPA, Edson Bolfe, que teve grande impacto sobre diversas reflexões que sistematicamente faço a respeito do Brasil.

Por que houve esse impacto? Porque de certa forma o que ele apresentou desfaz certos mitos e certas simplificações a respeito do desenvolvimento brasileiro. Então eu queria me concentrar, em primeiro lugar, no que ele começou dizendo, que a EMBRAPA é um produto de uma visão de cenários prospectivos.

Como diplomata, eu sempre tive grande orgulho e sempre manifestei esse orgulho a respeito de algumas instituições brasileiras, como EMBRAPA, PETROBRAS, EMBRAER e FIOCRUZ.

Então eu gostaria de fazer com que a apresentação dele estimulasse algumas reflexões. A primeira delas é: o Brasil deve ser um Brasil agrícola ou um Brasil industrial? Esse foi um grande debate dos anos 40. De um lado, havia Eugênio Gudin, defendendo que o Brasil era o País do café; do outro lado, havia Roberto Simonsen, defendendo que o futuro do Brasil era a indústria.

Outro grande debate do Brasil era: o Brasil tem que ter um desenvolvimento para dentro, *hacia adentro*, como dizia a CEPAL, ou o Brasil tem que ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento para fora? E por que eu estou indo a Eugênio Gudin e a Roberto Simonsen? Porque a apresentação dele desfaz essas visões dicotômicas, que naquela época até faziam certo sentido, mas hoje não fazem mais, por quê? Porque a agricultura não é só agricultura e pecuária. A agricultura é agricultura, pecuária, tecnologia, inovação e criatividade. Então, esse primeiro elemento do binômio não pode ser visto como era visto nos anos 40 e 50.

A indústria também não pode ser vista como era vista nos anos 40 e 50, por quê? Porque de 1950 a 1980 o Brasil teve uma taxa de crescimento médio do PIB pouco acima de 7% ao ano. De 1980 a 2016, a taxa média de crescimento do PIB do Brasil foi um pouco acima de 2%. E por que isso? Não vou simplificar, há inúmeras razões. Eu vou dizer apenas duas que me parecem altamente relevantes. A primeira delas talvez seja a mais relevante, porque, no período de 1950 a 1980, o Brasil cresceu como? Cresceu graças à industrialização substitutiva de importações.

Isso teve o seu papel, assegurou o crescimento da indústria brasileira, assegurou a migração do Nordeste para São Paulo, a absorção dessa mão de obra, certa mobilidade que aconteceu — meu pai é produto disso, e várias outras pessoas. Então esse crescimento baseado na substituição de importações teve o seu papel e diversificou altamente a indústria brasileira, o que hoje nós vemos. Digamos que o Brasil é desses países que se industrializaram em todos os setores.

A partir de 1980, o que nós temos é um esgotamento desse modelo. Esgotamento por quê? Por causa do próprio mercado interno: a taxa de crescimento demográfico se reduziu, o mundo se globalizou. A partir daí, o que nós tivemos foi a necessidade de um crescimento industrial com mais produtividade, com um Estado capaz de dar uma infraestrutura mais eficiente.

O que nós vemos, ao longo dos últimos anos, de uma década e meia, é o fenômeno da desindustrialização brasileira. Essa desindustrialização decorre de quê? Ela decorre, em parte, da baixa produtividade da indústria brasileira. Então é preciso que a visão de desenvolvimento tenha esse foco de geração de maior produtividade, mas isso exige diversas medidas, investimento em infraestrutura, um Estado mais eficiente.

Um bom exemplo dessa trajetória ascendente em termos de produtividade é o setor agrícola, pecuário e de inovação nessa área, e por quê? Porque, a apresentação do Edson deixou muito claro, se o Brasil foi, e é, uma *success story*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em matéria de agricultura e pecuária, existe um grande desafio nesse setor. E qual é? O grande desafio para esse setor, que é altamente eficiente, é: será ele altamente eficiente no futuro?

Isso vai depender do que ele apresentou, ou seja, é a transformação de um modelo agroexportador do passado, da tradição brasileira, de um modelo industrial que foi eficiente no passado, mas que não é eficiente no presente, em um modelo de agricultura e pecuária com valor agregado. Esse é o grande desafio, por quê? Porque esse *boom* de *commodities* que nós tivemos no período de 2004 a 2008, quando o Brasil cresceu 4% ao ano, se desfez, e ele se desfará sistematicamente porque as *commodities* têm ciclos de expansão em termos de preço, de *boom* e de quedas.

O fundamental é que esse setor do Brasil, que foi tão importante no passado, para continuar a ser importante no futuro, vai depender de instituições como a EMBRAPA, de estímulos governamentais à produtividade, porque, na medida em que nós não agregamos valor a esses nossos produtos, nós estaremos sempre na condição de ter períodos de grande expansão, de grande crescimento econômico, como tivemos essa média de 4% ao ano nesse período de *boom* de *commodities*, e depois quedas.

Então eu acho que foi fundamental a apresentação do Edson, porque ele deixou muito claro que o fundamental é que o setor agrário, agrícola e pecuário do Brasil tenha condições de dar esse salto qualitativo para que não só agregue valor, mas seja mais eficiente, mais competitivo, e dessa forma faça com que a economia brasileira seja menos vulnerável a essas oscilações de preço de produtos primários, que são históricas e que sempre continuarão a acontecer.

Muito obrigado. Desculpe-me por falar demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado a todos. Eu quero agradecer e dizer que, no Estado brasileiro, quando vemos o IPEA, a EMBRAPA e o IBGE, ficamos satisfeitos por ter esses órgãos, que têm capacidade técnica, têm portfólio tecnológico, vamos dizer assim, para levar esse Brasil para a frente.

Quando eu falo do Estado brasileiro, não é sobre brigar por salário, número de pessoas. Eu acho que há muita gente fazendo a mesma coisa. Eu diria que temos que usar mais energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora, eu só queria fazer uma observação — olhe a minha ousadia de fazer uma observação ao Dr. Sérgio! Eu acho que a indústria brasileira caiu muito porque perdeu competitividade. Em 1980, a carga tributária na indústria brasileira era 16%, hoje está em mais de 30%. A nossa mão de obra, embora seja 1 salário mínimo até barato, tem um encargo muito grande, tem custo alto.

Por isso, eu aconselho — eu aconselho, não —, eu sugiro a todos que olhem a proposta que está no *site*, está em consulta pública, e deem sugestões. Eu acho que ali estamos acabando com 10 impostos, criando um IVA, algo como se faz na Europa.

A Europa decidiu taxar mais a renda do que o consumo. No consumo, uma pessoa que ganha mil reais paga 539 reais de imposto; já o consumo de quem ganha 30 mil cai para 26% de tributação. Então, quem paga mesmo o imposto é o menor.

Então nós estamos nessa luta, que é uma luta para a qual o Governo nem olha, que é a reforma tributária. O pessoal que está lá diz: *"vamos fazer uma costurazinha no PIS, na COFINS e não sei em quê"*. Agora, não, estão apresentando uma aí. Vamos ver se temos força política para levar isso em frente.

Então, agradeço ao Dr. Sérgio, ao Dr. Edson, ao Dr. Leandro e ao Dr. Maurício. Em outras Comissões, vou tentar trazê-los aqui para discutirmos.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2017.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Domingos Sávio, Edio Lopes, Evandro Roman, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vitor Valim e Zé Carlos; **- Senadores titulares**: Ataídes Oliveira, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Pedro Chaves, Valdir Raupp e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes**: Alan Rick, Andre Moura, Antônio Jácome, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Josi Nunes, Marcon, Nelson Pellegrino, Pedro Fernandes, Professora Marcivania, Raimundo Gomes de Matos, Veneziano Vital do Rêgo, Victor Mendes e Wellington Roberto; e **- Senadores suplentes**: José Medeiros e Raimundo Lira. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Evair Vieira de Melo e Raquel Muniz. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Célio Silveira, Elmar Nascimento, Hugo Leal, Hugo Motta, José Airton Cirilo, Orlando Silva, Rosangela Gomes, Vander Loubet e Weverton Rocha; e **– Senadores:** Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Jorge Viana e Kátia Abreu**. ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e um minutos, do dia vinte e nove de agosto de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que informou não haver *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, e anunciou que suspenderia os trabalhos. Às 15h08min, a reunião foi reiniciada pelo Presidente para permitir que senadores e deputados registrassem suas presenças, e em seguida foi suspensa, em virtude da realização da Ordem do Dia no Plenário do Congresso Nacional. Às 22h05min, os trabalhos foram reabertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que informou que a reunião do Congresso Nacional não havia sido encerrada, entretanto, havendo acordo, daria continuidade aos trabalhos apenas para a leitura do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 17/2017-CN,** e a sua deliberação ocorreria após o término da sessão do Congresso Nacional**.** Houve consenso, e foi dada continuidade a reunião. **ORDEM DO DIA.** Pauta. Item 01. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 17/2017-CN**, que "Altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017, e o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018." Relator: Deputado Marcus Pestana. Foram apresentadas 67 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição das emendas de nºs 01 a 67. O Relator apresentou o Relatório. Às 22h29min o Presidente anunciou o encerramento da sessão do Congresso Nacional e informou o recebimento de Requerimento de Inversão da Ordem dos Trabalhos. Em seguida, o Presidente passou a apreciação do Requerimento que "Requer, nos termos do *art. 151, do Regimento Comum*, combinado com o *art. 111, do Regimento Interno do Senado Federal*, a inversão da Ordem dos Trabalhos da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para deliberar na seguinte ordem: I. Ordem do dia; II. Leitura e discussão das atas das reuniões anteriores; III. Expediente. Autores: Deputados André Moura (PSC/SE), Marcus Pestana (PSDB/MG) e Cacá Leão (PP/BA). O Requerimento foi apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Encaminharam a votação da matéria, com parecer contrário o Deputado Bohn Gass (PT/RS) e com parecer favorável o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG). Às 22h41min, o Presidente anunciou a presença no plenário do Sr. Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde. Logo depois, em votação, o Requerimento foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Bohn Gass (PT/RS), Gonzaga Patriota (PSB/PE), Marcon (PT/RS), Nelson Pellegrino (PT/BA) e Zé Carlos (PT/MA). Em votação na representação do Senado Federal, o Requerimento foi **aprovado**. Em seguida, o Presidente retornou a apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 17/2017-CN.** Foi aberta a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Discutiram o Relatório os Deputados Nelson Pellegrino (PT/BA), Zé Carlos (PT/MA), Bohn Gass (PT/RS), Danilo Forte (PSB/CE), Hildo Rocha (PMDB/MA) e Domingos Sávio (PSDB/MG). Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 17 destaques. Em votação, o Relatório foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Bohn Gass (PT/RS) e Zé Carlos (PT/MA), ressalvados os destaques. Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado**, ressalvados os destaques**.** Apreciação dos 17 destaques. **1-** Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator. O Deputado Bohn Gass (PT/RS) manifestou-se contrário à votação em globo. Em votação, a proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, o Presidente concedeu a palavra ao Relator da matéria, Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG) para proferir o voto aos destaques. O Relator apresentou voto pela rejeição dos 17 destaques apresentados. Em seguida, manifestaram-se sobre o voto do Relator os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Andre Moura (PSC/SE), Danilo Forte (PSB/CE) e Laura Carneiro (PMDB/RJ). **2 -** Destaques com voto do Relator pela **rejeição:** 01 a 17. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Bohn Gass (PT/RS) e Hildo Rocha (PMDB/MA). Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43, do Regimento Comum*. Item 02. Apreciação do **Requerimento nº 03/2017-CMO,** que "Requer a realização de audiência pública para debater o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)". Autor: Deputado Danilo Forte. O autor apresentou o Requerimento e sugeriu que fosse atendido em conjunto com o **Requerimento nº 2/2017-CMO**, de autoria do Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), aprovado pela CMO na 3ª Reunião Extraordinária, em 15/08/2017, por tratar do mesmo tema. Discutiu a matéria o Deputado Hildo Rocha que apoiou a sugestão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Requerimento nº 04/2017-CMO.** Autor: Deputado Domingos Sávio. O Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Requerimento nº 04/2017-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública com o intuito de debater o déficit da previdência social brasileira e a reforma da previdência social". Autor: Deputado Domingos Sávio. O autor apresentou o Requerimento. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 23h35min, para apresentar matéria de sua autoria, o Presidente transferiu a direção dos trabalhos para a 1ª Vice-Presidente, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ). Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Requerimento nº 05/2017-CMO.** Autor: Senador Dário Berger. A Presidente em exercício, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Requerimento nº 05/2017-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para debater o processo de desestatização da Eletrobrás e os reflexos que a medida poderá trazer ao sistema elétrico do país". Autor: Senador Dário Berger (PMDB/SC). Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 23h37min, o Presidente reassumiu a condução dos trabalhos e passou para a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 3ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 15 de agosto de 2017; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 17 de agosto de 2017; e 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 24 de agosto de 2017. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE**. O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 15 a 29 de agosto de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias constantes da pauta e extrapauta, o Presidente encerrou os trabalhos, às vinte e três horas e trinta e nove minutos do dia vinte e nove de agosto de 2017. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger. Presidente. xxxx

entre a sessão do Congresso, a do Senado, a da Câmara e a reunião da Comissão Mista de Orçamento, para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Como nós não encontramos ainda esse caminho, eu prefiro, neste momento, em respeito aos Parlamentares, suspender mais uma vez a nossa reunião de hoje.

Então, a reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Declaro reiniciada a nossa 2ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da pauta.

Preliminarmente, informo que ainda não encerrou a sessão do Senado, mas nós podemos começar a discutir e a fazer os encaminhamentos, para, num breve espaço de tempo, se possível e se tivermos esse entendimento, podermos apreciar a nova meta estipulada pelo Governo Federal que altera de 139 para 159 bilhões de reais. O Líder do Governo ainda não chegou, mas deve estar chegando. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, por sugestão, penso que V.Exa. já poderia começar a ouvir o Relator, que já leria o seu voto, para adiantarmos os trabalhos, pois está todo mundo muito cansado. Todo mundo hoje saiu muito cedo dos seus Estados, sem contar o Relator. O ideal nunca é votar de madrugada, Presidente. Então, se pudéssemos votar rapidamente... começando pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Seja bem-vindo, Senador Medeiros!.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A Senadora Laura Carneiro...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deputada. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputada. Isso é um prenúncio. *(Riso.)*

Atendendo à sugestão da Deputada Laura Carneiro e considerando que nós não temos condições de deliberar ainda, Deputado Domingos Sávio, consulto V.Exas. se nós poderíamos partir direto para a discussão e para a apresentação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

relatório pelo Relator. E, depois então, nós faríamos toda aquela burocracia tradicional da Comissão.

Se houver concordância, eu passo de pronto a palavra ao Relator, para exarar o seu parecer. *(Pausa.)*

Havendo concordância, passo então a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Presidente Dário Berger, trata-se de um PLN focado na revisão da meta fiscal. A meta fiscal é um sinalizador da saúde das finanças públicas. Nós já acumulamos uma discussão — e não vou cansá-los —, durante a tramitação da LDO, sobre a verdadeira tragédia fiscal que o Brasil vem enfrentando. E essa é uma herança do Governo anterior. O quadro ainda não mostra uma reversão consistente. É preciso ter claro que esse é o coração da crise brasileira. Enquanto não conseguirmos reequilibrar as contas públicas, não haverá uma substantiva queda da taxa de juros, não haverá reanimação dos investimentos, não haverá criação de renda e emprego de forma sustentável para a população brasileira.

Portanto, este projeto tem um foco específico. E eu tentei, no meu relatório, não desfocar o objetivo central, que é a revisão desse vetor balizador da construção da peça orçamentária, uma revisão da previsão da LDO. Não é uma questão de disputa política de oposição ou situação, não é uma questão de opinião torcida ou desejo. A revisão da meta neste PLN simplesmente propõe traduzir, numa autorização legal, o raio-x da realidade. Meta é um objetivo que se persegue. É até estranha a terminologia. Nós tropeçamos um pouco nas palavras, porque meta é uma coisa que se deseja, que se persegue, que se luta para conquistar. Na vida pessoal, podemos querer ter como meta ir à Europa todo ano, trocar o carro todo ano, mas nunca se diz: *"Minha meta é ficar doente todo ano".* E parece contraditório dizer que a nossa meta é aumentar o déficit, é agravar a situação fiscal brasileira, que é o ponto central, é o calcanhar de aquiles!

A economia privada está começando a dar sinais substantivos de recuperação: aumento de venda de automóvel, agronegócio bombando, retomada do consumo de eletrodomésticos. Mas o desequilíbrio está no setor público.

Durante o debate sobre a LDO, eu disse que nós precisamos aprofundar essa discussão e o diagnóstico na sociedade e dentro do Congresso Nacional. Nós tivemos 2 anos seguidos de déficit nominal de 9% do PIB. Este ano, devemos fechar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em torno de 7% do PIB. E, como parâmetro comparativo, ofereci na discussão da LDO a informação de que a Comunidade Europeia, ao negociar a zona do euro, fixou em 3% o déficit nominal como parâmetro de fronteira superior ao aceitável, a partir do qual o país perde regalias, sofre punições e sanções. Nós tivemos, durante 2 anos seguidos, três vezes mais do que o parâmetro superior de balizamento do desempenho fiscal dos países da Comunidade Europeia. E vamos ter mais que o dobro este ano, com essa revisão da meta. Então, a situação é gravíssima.

Temos que reconhecer que toda meta orçamentária, financeira e de desempenho econômico tem parâmetros e pressupostos. Não é uma questão de opinião, desejo ou torcida. Alguns parâmetros, vetores e pressupostos que estavam previstos se frustraram.

Telegraficamente, para alinharmos esses conceitos, primeiro, ironicamente a inflação muito baixa tem um impacto negativo na expansão da receita. A expansão da receita, desde a época que fui Secretário de Planejamento de Minas Gerais, é PIB mais inflação mais um "deltazinho", que é o esforço de aprimoramento da máquina arrecadatória, sem falar em aumento da carga tributária. Pode-se combater a sonegação, melhorar a fiscalização, mas há sempre um "deltazinho", e o resto é PIB mais inflação. E a inflação caiu demais, muito abaixo da meta inflacionária. Esse é um dos elementos que fez frustrar a receita, porque o pressuposto de inflação era maior do que o que está se verificando na prática.

O segundo elemento é a retomada econômica, a saída da recessão ainda num ritmo muito lento. A própria crise política, as incertezas e a própria perda de confiança na economia nacional levam a uma letargia na retomada dos investimentos, a instabilidade política contribui para isso e a recuperação ainda é lenta. Teremos aí um crescimento do PIB de 0,4%, no ano que vem, talvez, até cheguemos a 3% ou 2,5%, mas o cenário poderia ser muito mais positivo.

Em terceiro lugar, Deputada Laura Carneiro, a repatriação foi uma frustração. A expectativa era a da entrada de recursos muito superior. Isso frustrou os Prefeitos, os Governadores e o Governo Federal.

Quarto e quinto elementos, o Congresso participou desse contexto. Então, nós temos que assumir isso. Por essa razão, é importante votarmos a meta, para que o orçamento chegue, na quinta-feira, com um quadro realista. E o Congresso não foi um sujeito passivo na formação desse novo quadro orçamentário fiscal. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tivemos uma contribuição substantiva ao introduzirmos mudanças radicais no REFIS e na reoneração. Então, o Congresso não é sujeito passivo nesse quadro; ele foi proativo no sentido de frustrar receitas que constavam do quadro de referência dos parâmetros que formavam a meta anterior de 139 bilhões para o orçamento fiscal e de Seguridade Social.

Além disso, algumas receitas extraordinárias foram frustradas pelo atraso de concessões e privatizações, que foram objeto inclusive de judicialização, ou a própria instabilidade política evitou que se formasse o clima adequado para tal. Se um investidor, num quadro de instabilidade política, depara-se com um contrato ou um investimento que vai se viabilizar em 15 ou 20 anos e ele não consegue enxergar o que vai acontecer nas próximas 2 semanas, ele não entra. Então, há um refreamento dos investimentos.

Então, foram esses seis fatores que eu descrevi aqui que levaram à revisão da meta.

Quando você tem uma situação gravíssima de desequilíbrio fiscal, só há quatro saídas. Uma delas é a venda de património para financiar o déficit corrente. O ideal é que, quando você vender o patrimônio, você saia para um ajuste patrimonial: você gera ou paga a dívida para abater/diminuir o serviço da dívida ou gera soluções, como a de capitalizar um fundo de previdência que gere... Mas, na circunstância atual, o nosso sistema previdenciário é deficitário, e a nossa dívida... Nós não temos superávit primário. Então, é uma forma de estancar o crescimento da dívida, mas não é um ajuste patrimonial. E a família sabe muito bem disso.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, está difícil manter a concentração. Estamos todos cansados. Eu também estou muito cansado. Viajei cedo, ontem foi um dia exaustivo, mas já estou caminhando para o final.

Então, o economista não esconde a simplicidade dos fatos econômicos. A família faz esse ajuste. Ela vende um terreninho, um carro, e, quando chega à geladeira, acende o sinal amarelo, porque não adianta vender a geladeira para comprar comida. E isso é o que está acontecendo. Há um programa de privatizações e concessões essencial para estancar o crescimento da dívida, mas essa saída não é sustentável no médio e longo prazos. Você não pode bancar um déficit corrente com venda de património. Você atenua, mas não resolve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A outra saída é o aumento de impostos. A família, quando está desajustada, manda o novo membro ao mercado de trabalho, ou alguém que já trabalha começa a fazer um bico para agregar renda adicional. No Governo, ocorre o aumento de tributo. E há uma resistência enorme, uma intolerância da sociedade brasileira. Recentemente ocorreu um aumento de tributos, e houve uma rejeição muito grande, já que a nossa carga tributária é muito alta para um País emergente.

A terceira possibilidade é a redução de despesas. No entanto, a estrutura de despesa dentro do orçamento público brasileiro é extremamente rígida. Nós vimos, na discussão da LDO, que mais de 90% das despesas são obrigatórias. A margem de manobra é mínima! Os gastos discricionários estão lá na margem, são 5% das despesas primárias. Então, a sociedade tem que tomar consciência disso, e o Congresso também toma decisões de mudar estruturalmente o quadro de despesas públicas. Para isso tem que haver arranjos estruturais, porque o corte de despesa também tem limite operacional. Nós temos que mudar a lógica da estrutura de despesa pública.

Está-se tentando fazer isso, mas tenhamos claro que, se não for feita a reforma da Previdência, não haverá saída sustentável em médio e longo prazos. Dentre as despesas primárias, benefícios sociais e previdência hoje levam 54%. Em 10 anos, se nada for feito, estarão comprometidos 82% da despesa primária. Vão sobrar 18% para educação, saúde, segurança, moradia, saneamento, ciência e tecnologia, cultura e tudo mais.

Isso é um desafio enorme, porque o corte, a tesoura na boca do caixa tem um limite claro. Já há vários órgãos — as Forças Armadas, a EMBRAPA, universidades — entrando numa situação de estrangulamento orçamentário grave.

A quarta saída, o aumento da dívida, também não é sustentável em longo prazo. Nós temos que pensar se isso é justo para as novas gerações. No desenvolvimento há embutido um pacto intergeracional. Nós estamos trocando gasto presente por dívida futura. Isso não é justo com os nossos filhos e nossos netos! As pessoas dizem "*deixe, não tem problema, vamos aumentar o déficit, vamos aumentar o endividamento*", mas alguém vai pagar essa conta. Isso vai inibir o crescimento do País para as gerações futuras.

O nosso quadro é muito grave! Quais são as consequências de não votarmos o ajuste? É realmente o Brasil ficar com esse voo de galinha, não ter uma taxa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

crescimento médio de 4% ao ano sustentável por décadas e ficar nesse *stop and go*, indo e vindo, sem apontar um cenário positivo para a economia brasileira.

Quais foram os critérios para eu rejeitar as emendas? Houve mais de 60 emendas, que fazem parte de duas famílias. Na primeira família está a maioria das emendas, que são para restituir texto vetado na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO. Eu acho que o momento para isso não é com esse PLN. Nós vamos ter chance futuramente. O Governo vai nos enviar um PLN revendo alguns vetos, proposição que chegará amanhã, segundo conversa que tive hoje com o Ministro Dyogo, ocasião em que nós vamos poder discutir esses vetos.

Alguns dispositivos que eu mesmo introduzi como Relator foram vetados, e nós vamos discuti-los. Alguns foram acolhidos na própria proposta do Executivo. Todas as emendas que versavam sobre restituição de texto vetado eu não acolhi, porque vai haver o momento próprio para discuti-las, quando analisarmos o PLN com esse foco específico.

A outra família contém poucas emendas, mas elas aumentam o gasto e interferem na própria meta, e eu acho que isso não é cabível nesse PLN. O momento para se discutirem essas poucas emendas que aumentam o gasto e o déficit projetado será na análise do Orçamento, porque nós temos que ter responsabilidade fiscal. Quem quiser discutir isso aponte a fonte e mostre que despesa vai ser cancelada para essa outra proposta tomar conta.

Então, eu não acolhi as emendas dessas duas famílias de inspirações, porque nós vamos ter dois outros momentos para discutir isso.

Qual é a consequência de não se votar a meta amanhã? É recepcionar na quinta-feira um Orçamento com bases falsas e sabidamente frágeis. Nós sabemos que isso não é uma coisa aleatória e que há toda uma memória de cálculo em que o Congresso não foi ator passivo, pois ele interferiu na formação desse quadro no REFIS e em algumas decisões. Então, nós temos responsabilidade também.

Isso é péssimo para o País, porque o Brasil está em crise. O mercado, a sociedade, os investidores, as agências de classificação de risco ficam de olho no Brasil, procurando saber se as instituições levam a sério ou não a questão fiscal, se têm consciência ou não da gravidade do quadro.

Então, se não votarmos, vai ser ruim não só para o Governo mas também para o Congresso, que é a casa do Orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A democracia nasceu na Inglaterra com duas peças fundamentais: a Constituição e o Orçamento. Essas duas peças na época limitavam o poder absoluto do rei. Havia o tesouro real, que deu lugar ao Tesouro Nacional, e a Constituição, que subordinou todos, inclusive o próprio rei. Essas são as duas peças legais fundadoras da democracia moderna.

Se recepcionarmos na quinta-feira um Orçamento de faz de conta, sendo que nós tivemos um papel na formação desse agravamento do quadro fiscal, certamente nós não contribuiremos com uma sinalização correta. Isso não é uma boa notícia. A notícia de um déficit de 139 bilhões de reais no orçamento fiscal e da Seguridade já era muito ruim. E isso se soma ao déficit dos Municípios e ao déficit das estatais e faz um déficit primário no setor público de 163 bilhões e 100 milhões de reais.

A situação é delicada. Por isso, temos que ter responsabilidade.

É nesse sentido, Sr. Presidente, o voto do Relator, o qual passo a ler.

"III - Voto do Relator

Diante das razões expostas, votamos pela rejeição das Emendas nºs 1 a 67 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 17, de 2017, do Congresso Nacional.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2017."

É esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Relator dessa matéria, o Deputado Marcus Pestana, e comunico que houve o encerramento da sessão do Congresso Nacional. Portanto, nós estamos aptos e habilitados para as deliberações.

Encontra-se sobre a mesa requerimento solicitando inversão da pauta.

Aliás, automaticamente, quando passamos a palavra ao Relator, nós acabamos já invertendo a pauta. Entretanto, para consolidar essa questão, subscrevem o Líder Andre Moura, o Relator Marcus Pestana e o Deputado Cacá Leão um requerimento que eu gostaria de submeter à apreciação desta Comissão e que requer, nos termos do art. 151 do Regimento Comum, a inversão da ordem dos trabalhos.

Sr. Presidente, requeiro, conforme art. 151 c/c art. 111, do Regimento Interno do Senado Federal, a inversão da ordem dos trabalhos da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para deliberar na seguinte ordem: 1) Ordem do Dia — que foi como nós começamos*; 2) Leitura, discussão e apreciação da Ata das reuniões anteriores; e 3) Expediente.*

Como eu falei, subscrevem os Deputados que eu mencionei.

Submeto à discussão o requerimento. *(Pausa)*

V.Exa. quer discutir o requerimento, Sr. Deputado? *(Pausa.)*

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, há um requerimento meu junto com o Deputado Hildo Rocha, em função da auditoria das contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE, para realização de uma audiência pública. Esse requerimento está sobre a mesa.

Esse requerimento, inclusive, é anterior a esse requerimento que V.Exa. colocou em discussão. Eu não vou criar dificuldade para a inversão da ordem, até porque acho que a meta fiscal é o primeiro ponto que tem que ser arguido.

Agora nós não podemos esquecer que nós temos esse requerimento sobre a mesa. E eu me predisponho, inclusive, a unificar o meu requerimento com o do Deputado Hildo Rocha, porque eu acho que a todos nós cabe a responsabilidade de fazer esse debate nesta audiência pública.

Nós poderíamos até aprovar por unanimidade, por aclamação posteriormente, a discussão da meta fiscal. Eu só não quero que a Mesa se abstenha de considerar esse requerimento, que está colocado pela urgência do fato.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, nós temos dois requerimentos de V.Exa.: um já estava na pauta, que é o da solicitação de audiência pública e que será apreciado no momento adequado, no item do Expediente, e há outro que V.Exa. apresentou, que é extrapauta e também poderá ser debatido, discutido e aprovado, se for o caso.

Quer discutir o requerimento, Deputado Bohn Gass? *(Pausa.)* É só para encaminhar?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu quero falar contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então vamos combinar, sempre que possível, o encaminhamento da seguinte forma: um Parlamentar encaminha a favor, outro, contra. Pode ser assim? *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass para encaminhar contra o requerimento.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Só uma pergunta: regimentalmente quem defende, primeiro, é quem fala a favor ou quem fala contra?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pode ser contra.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu só queria saber regimentalmente.

Sr. Presidente, eu quero lembrar V.Exas., saudando o nosso Presidente, os colegas Deputados e as colegas Deputadas, os Senadores e as Senadoras, que, na sessão passada, o que provocou inclusive uma reunião especial, chamada por V.Exa., foram os temas dos vetos da LDO.

O que aconteceu? Os vetos da LDO — um conjunto de temas — foram votados aqui numa sessão, porque todos nós imaginávamos que não haveria vetos por parte do Temer, por parte do Governo. Esses vetos, além de serem uma desconsideração do que nós construímos aqui, para que a LDO pudesse ser votada no primeiro semestre, feriram também temas fundamentais.

Nós estamos falando do Plano Nacional de Educação. Nós estamos falando de obras do PAC nos pequenos Municípios. Nós estamos falando da conclusão de serviços nos pequenos Municípios. Nós estamos falando dos programas de água do Nordeste, da transposição. Nós estamos falando do Mais Médicos, para que não houvesse contingenciamento. Nós estamos falando dos agentes de saúde.

Estávamos falando de um conjunto de temas e destaco inclusive um deles. Na Região Metropolitana de Porto Alegre temos a Estrada Caminho do Meio, que faz a ligação de Porto Alegre, por Alvorada, a Viamão.

Sr. Presidente, não há condições de...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Sr. Presidente.

Para dar sequência à defesa, sob os vários aspectos, houve um desrespeito, por parte do Temer, em relação aos conteúdos que nós apresentamos aqui e principalmente em relação ao ambiente que nós construímos nesta Comissão para aprovação dos projetos, o que levou à aprovação da LDO, que todos elogiaram, no primeiro semestre.

Eu estava falando de uma das medidas relacionadas à Estrada do Caminho do Meio, em Porto Alegre, que dialoga com mobilidade urbana, que é uma obra que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisa ser feita porque ocorrem desastres diários, engarrafamentos diários. Falei inclusive sobre isso com o Ministro Dyogo Oliveira, que esteve há poucos dias nesta Casa. Falei com o Relator. Eu sei que há um esforço de todos em aprovar esse projeto, o problema é que o Governo o vetou. Estando vetado, fica inviabilizado inclusive colocarmos recursos no Orçamento.

Pasmem: o que aconteceu? Nós reencaminhamos um conjunto de destaques para que possam ser apreciados. A inversão de pauta — e para isso quero chamar a atenção dos colegas Parlamentares — significa que nós não vamos mais falar, neste momento, desse tema. Ele ficará em segundo plano. O Governo tem uma prioridade. Qual é a prioridade? Aprovar a expansão do plano de metas, as metas do déficit fiscal que foram apresentadas.

Portanto, nós não podemos concordar em alterar esta pauta porque a nossa Comissão — o que nós votamos aqui — vai ser desrespeitada. Nesse sentido, apelo aos colegas para que mantenhamos a ordem. A ordem é exatamente para podermos falar dos vetos. O Governo Temer vetou aspectos importantíssimos, eu repito, ou dos Mais Médicos, ou do Plano Nacional de Educação, ou de obras importantes, ou de algum aspecto que interesse a todos os Deputados.

Houve consenso aqui de que as emendas que os Parlamentares fariam para os pequenos Municípios seriam de 100 mil reais. Com 100 mil reais, poderíamos atender a um Prefeito que precisasse de reforma em uma escola, de uma atividade num hospital, de um equipamento no Município, quando a obra fosse de engenharia inclusive. Entretanto, isso foi vetado. Mas nós temos uma cobrança a fazer, e o Governo nos deve uma resposta. O Governo comprometeu-se a nos mandar um projeto de lei, um PLN para corrigir esses aspectos. Nós não recebemos isso ainda oficialmente.

Peço respeito à nossa Comissão, respeito a este Parlamento. Trata-se aqui de uma Comissão Mista de Senadores e de Deputados, mas Parlamentares estão sendo desrespeitados pelo Governo Temer. Portanto, eu faço exatamente esta justificativa para que nós apreciemos, em primeiro lugar, os projetos dos vetos sobre a LDO. Se não, na pressa e na ânsia que o Governo tem de aumentar a meta fiscal, porque este é o debate que nós faremos na pauta seguinte, nós estaremos concordando com o desrespeito em relação ao nosso Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Este é o encaminhamento que quero fazer: que não aceitemos a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Para falar a favor da inversão de pauta, concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, primeiro eu quero iniciar até concordando com alguns aspectos da fala do Deputado Bohn Gass no sentido de que nós teremos, sim, que nos debruçar sobre os vetos da LDO e buscar recuperar não só esse aspecto que ele mencionou, que acredito poderá ser objeto da construção de um entendimento, mas também de outros aspectos que o Relator acabou de dizer, inclusive nas suas considerações gerais sobre o relatório. Ele disse que não acolheu emendas dessa natureza porque já havia um compromisso — e foi isso que o Ministro Dyogo veio aqui fazer — de enviar um projeto de lei que recuperasse algumas emendas, até porque, obviamente, além daquilo que o Governo mandar, nós teremos, com a nossa liberdade natural, de apresentar e lutar por outras emendas.

Na verdade, Deputado Bohn Gass, eu não posso concordar é com a tese de não invertermos a ordem, porque aí talvez tenha havido um mal-entendido da sua parte. Na verdade, o primeiro item da Ordem do Dia é justamente o projeto de lei que trata da meta fiscal.

Nós não estamos invertendo a ordem no sentido de trazer, primeiro, a discussão do projeto da meta fiscal em prejuízo de qualquer outro debate. Na verdade, o que fizemos, ao aprovar agora este requerimento, foi apenas dar um caráter formal ao que já ocorreu; ou seja, o Deputado Pestana fazer a manifestação do seu parecer, o que é próprio da Ordem do Dia.

Para o bem da verdade, Deputado Bohn Gass, se nós não aprovarmos o requerimento, sabe qual será o efeito prático? O Deputado Pestana terá que fazer de novo o que ele já fez. Seria uma tortura para todos nós, para quem está acompanhando. É algo desnecessário, improdutivo. Seria dizer: *"Vamos começar abrindo a palavra pela ordem para as manifestações as mais diversas"*. Em seguida, o Presidente entraria na Ordem do Dia, que começaria com o Deputado Pestana fazendo o seu relatório, porque esse é o primeiro item da Ordem do Dia.

Portanto, eu já concluo, Presidente, nem vou usar o tempo todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Permita-me V.Exa. só 1 minutinho? É para anunciar a presença do Deputado e Ministro da Saúde Ricardo Barros. Seja bem-vindo.

Vou restabelecer o tempo de V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Presidente, eu fico extremamente feliz que a minha fala tenha sido interrompida por uma visita tão ilustre. Eu não tenho dúvida de que o nosso grande colega Ricardo Barros veio aqui se assegurar de que nós vamos ampliar o orçamento da saúde, porque eu não vi guerreiro maior, nesta Comissão de Orçamento, do que o Deputado Ricardo Barros, no período em que eu tive o privilégio de ser discípulo dele nesta Comissão. Ele é autor da Resolução nº 1, profundo conhecedor da Comissão de Orçamento. Não vi aqui guerreiro maior pelas causas da saúde e outras causas em geral que atendam ao interesse público.

Concluo fazendo um apelo ao Deputado Bohn Gass e aos demais colegas: vamos aprovar esse requerimento de inversão, que é apenas uma formalidade, para dizer que já se iniciou a Ordem do Dia e, com a Ordem do Dia iniciada, está validado o parecer do Deputado Pestana e, ainda assim, será aberta a discussão. Agora, na discussão, o Deputado Bohn Gass e os demais poderão ainda reiterar a sua opinião sobre esse relatório, para, na sequência, nós o votarmos.

Faço esse apelo porque eu acredito que esta Comissão, sob a Presidência de V.Exa., Senador Dário Berger, tem sido muito promissora na construção de entendimento. Creio eu que, votada essa nova meta, partiremos para a construção de entendimentos nos outros projetos e especialmente na construção de um orçamento mais adequado para o País, em que oposição e base do Governo se entendam no que é de interesse do País, que deve ser, sem dúvida, o que vai nortear a Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço ao Deputado Domingos Sávio e consulto V.Exas. se posso colocar em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Está em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Nelson Pellegrino, Bohn Gass, Gonzaga Patriota, Zé Carlos e Marcon.

Está em votação também, em seguida, na representação do Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, então, o requerimento de inversão de pauta.

O item 1, como V.Exas. já sabem, é o Projeto de Lei nº 17, de 2017, que já coloquei em votação no Senado.

O voto do Relator, o Deputado Marcus Pestana, é conhecido: pela aprovação do projeto e rejeição das emendas.

Como já passei a palavra ao Relator, que já apresentou o seu relatório, está em discussão, então, e está em aberto o prazo para apresentação de destaque.

Estão inscritos para discutir o Deputado Nelson Pellegrino e, em seguida, os Deputados Marcon, Zé Carlos e Bohn Gass, e a lista de inscrição continua em aberto para discussão.

Com a palavra pela ordem o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Estou me inscrevendo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vamos tentar seguir a sequência das inscrições e parar com as concessões da palavra pela ordem. Senão, não acabamos esta votação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, tenho uma pergunta. O Deputado Danilo Forte é do PSB, que é de oposição ao Governo. Ele vai se inscrever...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O PSB não é da Oposição?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa crise existencial... O PSB é da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra, para iniciar os debates, ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não é 1 minuto, não. O tempo para discussão é de 5 minutos. Que negócio é esse de 1 minuto?!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Se nós buscarmos um entendimento, o tempo poderá ser de 3 minutos. V.Exas. sabem que, regimentalmente, é de 5 minutos. Então, se insistirem...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas nós vamos ter o prazer de ouvir o Deputado Nelson Pellegrino. S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Enquanto não houver governabilidade, não posso começar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, eu me dirijo, com todo o respeito, ao Deputado Marcus Pestana, que já foi Secretário de Planejamento de Minas Gerais, que lidou com orçamento, que sabe que falar de Governo anterior é um problema.

Por exemplo, o que se comenta em Minas Gerais é que os Governos Anastasia e Aécio Neves deixaram uma dívida de 1 bilhão de reais, uma pedalada de 1 bilhão de reais.

Esse discurso de que os problemas fiscais que o Brasil vive neste momento são oriundos do Governo da Presidente Dilma Rousseff, com todo o respeito, Deputado, não é verdadeiro. A Presidente Dilma Rousseff, em seu Governo, tinha uma previsão de déficit de 70 bilhões de reais. E mandou para esta Casa um pacote de medidas capazes de equilibrar o Orçamento Fiscal, que previa a criação da CPMF e a revisão de incentivos fiscais.

Foi equivocada a concessão de alguns desses incentivos; a de outros foi correta, porque, quando aconteceu, existia possibilidade fiscal para isso, numa política anticíclica. Mas depois veio a crise econômica, que se aprofundou. O Governo Federal, então, reviu os incentivos fiscais e encaminhou para esta Casa essa revisão, até aprovada depois, diga-se de passagem. Mas as pauta-bombas comandadas pela Oposição, juntamente com a obstrução às medidas propostas pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff, impediram o equilíbrio fiscal.

E este Governo que está aí atualmente, que veio com o discurso de que iria promover o equilíbrio fiscal, fez esse déficit saltar de 70 para 160 bilhões de reais, levando o País a essa situação de crise fiscal em que se encontra. Se a Presidente pedalou, como se dizia, eu não sei o que está fazendo o Governo Michel Temer. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a Presidente Dilma andava de bicicleta, este Governo está andando de motocicleta, porque o déficit saltou para 160 bilhões de reais.

Recentemente, o Ministro Dyogo esteve nesta Comissão e falou na possibilidade de um déficit de 140 bilhões de reais. Com esse pacote de medidas, se pretendia uma redução de cerca de 40 bilhões.

Quero registrar minha manifestação contrária à posição do Governo do Presidente Michel Temer, que faz coro com discurso do passado de que problema de déficit se resolve com privatizações e com entrega de patrimônio público.

O Governo Fernando Henrique Cardoso foi o que mais privatizou e deixou a dívida pública incontrolável no final do seu Governo. O Governo do Presidente Lula não privatizou e reduziu a dívida pública ao menor patamar, chegando a quase 30% a relação dívida/PIB. Hoje se chegou a 80% na relação dívida/PIB. Então, está errada essa visão de privatizar para cobrir rombo de custeio. É um crime de lesa-pátria vender a nossa ELETROBRAS, a nossa Companhia Hidrelétrica do São Francisco — CHESF, qualquer que seja o parque hidrelétrico. Na Europa agora, os países estão reestatizando setores estratégicos, inclusive nas áreas de saneamento e energia, porque chegaram à conclusão de que esses setores são estratégicos para estarem sob o controle do Estado. É um equívoco essa política, que só vai aprofundar o problema.

O problema fiscal do Brasil, hoje, é de arrecadação, de recessão, de falta de atividade econômica. Essa é a questão fundamental. Essa política será incapaz de resolver os nossos problemas. O Governo prometeu superávit este ano e crescimento positivo, mas não o terá este ano, não haverá superávit neste ano nem no ano que vem, porque é um equívoco da política econômica, infelizmente, deste Governo.

Há soluções que não sejam privatizar ou fazer o que este Governo está fazendo. A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira — CPMF, com uma alíquota calibrada, poderia ser uma solução. Só a CPMF poderia dar uma arrecadação de 40 bilhões de reais. A taxação sobre dividendos nas empresas poderia também gerar uma receita de mais de 50 bilhões de reais. Portanto, somos contra essa visão fiscalista da reforma da Previdência. Além disso, há outras medidas do ponto de vista de rever inclusive alguns incentivos dados, mas este Governo não tem compromisso com isso. A agenda deste Governo, pelo contrário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

joga nas costas do povo, dos aposentados e trabalhadores esse processo de privatização. Portanto, somos contrários a essa proposta de alteração da meta fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O próximo inscrito é o Deputado Marcon, a quem concedo a palavra. *(Pausa.)*

Como S.Exa. não se encontra, tem a palavra o Deputado Zé Carlos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Sr. Presidente, o companheiro Nelson fez uma abordagem muito correta com relação ao enfoque que se dá para, neste momento, julgar uma alteração na meta fiscal, mas eu queria complementar a colocação do companheiro Nelson.

Na realidade, penso que, com responsabilidade, o fato atual que a conjuntura impõe é que esta Casa faça uma avaliação. Entretanto, dentre essas causas não podem ser colocado o enfoque que está, muito menos a política econômica. Se o Governo precisa fazer caixa, precisa arrecadar, os caminhos que o Governo toma não são os que, com certeza, a sociedade gostaria e necessitaria. Há caminhos muito mais assertivos, no nosso entendimento, que levariam a resultados muito melhores. O Deputado Nelson citou alguns.

Eu quero aqui aproveitar para lembrar esse veto que nós julgamos recentemente do Governo Temer de não aceitar uma auditoria na dívida fiscal. Esse veto que veio para cá e que nós julgamos é um dos caminhos que, com certeza, modificaria o resultado da arrecadação do Governo. No entanto, o Governo impõe à sociedade privatizações, retirada de direitos, para trazer para cá uma necessidade — que o Deputado Marcus Pestana muito bem justificou — do momento atual.

Portanto, as minhas considerações, Sr. Presidente, eram exatamente nesse sentido, porque os caminhos para o ajuste econômico de que o País precisa, os caminhos que seriam muito melhores e muito mais justos para a sociedade brasileira não seriam esses que o Governo está impondo ao povo brasileiro.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, toda vez que o Governo e todos os economistas que trabalham essa ideia do déficit fiscal insistem muito no tema fiscal é porque querem fazer caixa para algo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeiro ponto: o Governo cria um ambiente ao anunciar para a sociedade que há um furo muito grande nos recursos da União para justificar — isso está na peça orçamentária — que nenhum servidor terá sequer a reposição da inflação no ano que vem.

Srs. Deputados, o que nós estamos apreciando aqui é exatamente um ambiente de déficit fiscal para não se fazer reajuste. O que vem na proposta é não se fazer o reajuste da inflação para o servidor. O Governo quer dizer à sociedade que não haverá mais reajuste de salário mínimo. Já cortou 10 reais por salário; ou seja, em 12 meses, com o 13º, essa medida significa 130 reais a menos no salário do ano que vem para cada trabalhador aposentado.

Então, esse ambiente de déficit fiscal é isso. O Governo cria esse ambiente para dizer que os programas sociais e o salário mínimo não vão ter mais nada.

Segundo ponto: o Governo Temer quer criar o ambiente da gastança. Vejam a contradição. Criticava-se a Presidente Dilma — e quanto se falava contra a Presidente Dilma, que agora está sendo absolvida no TCU em relação à Pasadena! — alegando que ela fazia gastança.

É claro! Havia gastança para que o trabalhador pudesse fazer faculdade, havia gastança para que as pessoas pudessem construir suas casas, havia gastança para haver reajuste do salário mínimo acima da inflação, havia gastança para que o trabalhador pudesse fazer uma compra boa ao adquirir seu rancho. Essa foi a gastança que a Presidente Dilma fez.

Agora, qual é a gastança que o Temer está fazendo? Renúncia fiscal para grandes proprietários, grandes fazendeiros; REFIS para banqueiros; ou então liberação de recursos para que Deputados votem contra denúncias, para que ele não responda pelos crimes que cometeu!

Essa gastança que se vê aqui é para quê? É para que na época da eleição, no ano que vem, ou para quando vier uma nova denúncia, se tenha novamente justificativa para ter dinheiro para comprar e subornar votos internos desta Casa, ou para permitir um ambiente de equilíbrio ou tentativa de equilíbrio para o ano que vem, no sentido de poder disputar uma eleição? É para comprar voto? Esse é o ambiente que está se criando?

O terceiro aspecto é o de que não há dinheiro, então nós precisamos aumentar impostos. O que nós estamos votando aqui é para que haja um ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de aumento de impostos. Com o *diesel* já aconteceu, com a gasolina já aconteceu. É com isso que nós não concordamos. Nós não concordamos com esse ambiente de aumento de impostos. Sempre foi pregado que não poderia haver aumento de impostos, e o Governo está aumentando impostos.

E, mais do que isso, busca-se uma justificativa para fazer as privatizações. De fato, o Brasil está em liquidação. São 57 os setores que têm concessão ou que foram privatizados, e eles só pioram os serviços, aumentam as tarifas e entregam a nossa economia para que o capital estrangeiro venha disputá-la aqui. É lamentável esta situação!

A economia, diferentemente do que o Relator afirmou, diferentemente do que se disse quando o Ministro veio aqui, não está dando sinais de recuperação. Onde há sinais de recuperação? Nenhum setor tem sinal de recuperação. Quando eu questionei o Ministro, ele disse: *"Não, mas a inflação está caindo"*. A inflação está caindo, porque o povo não está comprando. Foi por isso que a inflação caiu.

Na verdade, não há sinal de retomada. Quer se criar um ambiente para, exatamente, fazer a gastança desnecessária que o Governo quer fazer, justificar seus aumentos de impostos e não haver ajuda para o desenvolvimento do País — que foi o ponto que nós votamos em relação ao BNDES, à TJLP e a tantos outros temas. O ambiente de recuperação, de segurança e estabilidade não acontece.

Para encerrar, Presidente, os dados são alarmantes. O Governo não está se preocupando, de fato, em recuperar a economia, senão traria medidas de incremento produtivo, mencionadas aqui pelo Nelson Pellegrino, pelo Zé Carlos. Se o País não investe produtivamente no consumo e na geração de empregos, não há condições de recuperar a economia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O próximo orador é o Deputado Danilo Forte, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Em primeiro lugar, quem trouxe a ideia de aumentar impostos foi o Deputado Nelson Pellegrino. Então, Deputado Bohn Gass, tem que haver um acordo para que haja um entendimento da forma abarcada.

Eu acho que o que nós estamos fazendo aqui hoje é apenas a constatação de uma dificuldade que nós estamos vivendo e dando ao País uma credibilidade que é necessária para a retomada de qualquer possibilidade de atividade econômica mais forte, que é o que todos nós desejamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E se todos nós desejamos isso, e temos que aprender com os erros do passado, o que nós não podemos querer de novo no nosso País é aumentar a insolvência econômica. Aumentar a insolvência econômica é continuar na irresponsabilidade fiscal e financeira.

Para retomar a responsabilidade fiscal e financeira, neste momento, a revisão da meta não aumenta nada, não tira nada. Apenas dá equilíbrio e credibilidade para que a equipe econômica possa trabalhar o futuro.

Os compromissos com relação ao futuro só poderão ser cumpridos se houver uma arrecadação capaz de dar lastro para que o Governo possa, aí sim, pensar em aumento de salário, de investimentos, porque, na situação atual, a realidade dos fatos é exatamente o que nos impede de ter esses avanços.

Então, pela credibilidade e consistência, eu parabenizo o Deputado Marcus Pestana pela feitura do relatório que está sendo apresentado e discutido neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Danilo Forte.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V.Exa., o Relator Marcus Pestana, as Sras. e os Srs. Senadores, as Sras. e os Srs. Deputados.

Quero lamentar que, no dia de hoje, o Congresso manteve o veto ao cheque da reforma aos moradores da zona rural do nosso País. Infelizmente, os Deputados derrubaram o veto, mas os Senadores não se fizeram presentes para impedir essa derrubada. Esse veto traz um grande prejuízo principalmente aos habitantes da zona rural dos Municípios brasileiros. Lá no meu Estado, o Maranhão, o maior déficit habitacional acontece na zona rural. Eu fui Secretário das Cidades durante o Governo da Governadora Roseana Sarney e sei das necessidades do nosso Estado.

Quero lembrar aqui que as contas da Presidente Dilma foram rejeitadas pelo TCU. Inclusive, eu quero pedir, Sr. Presidente, a V.Exa. que paute essas contas da Presidente Dilma, porque é obrigação nossa aqui fazer o julgamento. O parecer do TCU, já há 2 anos, foi pela rejeição. Então, nós temos que fazer esse julgamento aqui, primeiro na CMO, depois no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu não sei por que não entrou em pauta. É uma pauta importante, é algo sério. E fica esse discurso aí de alguns dizendo que a Presidente Dilma está sendo inocentada pelo TCU. Na verdade, ela foi condenada pelo TCU em relação às contas em que ela "pedalou". Na questão de Pasadena não encontraram provas contra ela, mas isso não significa que as contas gerais dela, de 2 anos, não tenham sido rejeitadas. O parecer prévio do Tribunal de Contas da União rejeitou as contas dela, e, por isso, ela foi cassada.

É bom que esta Comissão exerça o seu papel, que é, também, o de julgar o parecer do Tribunal de Contas da União. Por isso, eu queria que V.Exa. colocasse esse tema em votação.

Com relação à questão das metas fiscais, o que está acontecendo é que as receitas foram frustradas. A arrecadação de tributos no Brasil diminuiu, foi menor do que se esperava. Além de a arrecadação ter sido menor neste ano do que foi no ano passado em alguns tributos, nós tivemos uma frustração na repatriação. Imaginava-se, no ano passado, que se iria recolher o mesmo tanto que se recolheu em 2016, mas frustrou-se a expectativa e recolheu-se apenas 15%.

Também o REFIS não foi ainda aprovado no Congresso Nacional. Enquanto não for aprovado, os empresários que querem fazer o parcelamento da dívida ficam esperando.

Por isso, foram frustradas as receitas da União.

Nós não estamos mudando a meta fiscal por irresponsabilidade, mas para atender as necessidades dos órgãos públicos federais, que precisam desses recursos.

Aqui está o Ministro da Saúde, Ricardo Barros. Eu tenho certeza de que ele espera ansiosamente que isso seja aprovado, para que ele possa honrar os compromissos com vacinas — temos que vacinar as crianças —; com pagamentos de laboratórios que fazem exames; com cirurgias a serem feitas; com o atendimento do SAMU. Não se vai jogar dinheiro fora, diferentemente do que estão dizendo.

Portanto, eu quero parabenizar o Deputado Marcus Pestana pela belíssima Relatoria que fez em relação à mudança da meta fiscal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Domingos Sávio, a quem concedo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu serei breve. Apenas quero cumprimentar o Relator, Deputado Marcus Pestana, os demais colegas.

Ao analisar esse quadro, que o Deputado Pestana ilustrou muito bem, ele disse que ninguém pode ter como meta adoecer. Como é que o País pode ter como meta fechar o ano com um déficit da ordem de 161 bilhões? E isso é déficit primário, depois ainda vêm os juros da dívida. Então, é claro que nós temos sim que aprovar, porque é real, é o que está calculado. E é bem melhor trabalhar com a verdade do que iludir os brasileiros e iludir a si mesmo, até para que se tenha como objetivo superar essa dificuldade.

Mas aí eu faço um alerta. Há um requerimento meu sobre a mesa, que, se for possível, gostaria que o aprovássemos ainda hoje, de uma audiência sobre a realidade da Previdência pública. Por que eu associo com isso? Porque, segundo os dados... E notem que o Tribunal de Contas fez uma auditoria em razão de requerimento de minha autoria. Por isso, eu peço audiência com o Tribunal de Contas, com o Ministro do Planejamento para discutir a Previdência.

O que isso tem a ver com este projeto que nós estamos votando agora em que se estabelece uma nova meta fiscal negativa de déficit primário de161 bilhões? Tem a ver que, dentro dessa meta, 220 bilhões são débito da Previdência. Equivale a dizer que se não tivesse déficit de Previdência, se a Previdência no Brasil fosse equilibrada, nós fecharíamos o ano com um superávit primário de 60 bilhões a mais, sem aumentar nenhum centavo de imposto, para investir mais em saúde, educação e segurança pública.

Já pararam para pensar nisso? Já pararam para pensar nisso os servidores cujo aumento para o ano que vem já está praticamente abolido? Já pararam para pensar os milhões de brasileiros que estão desesperados com a falta de segurança pública e com a saúde em um caos? Não dá para ignorar isso! Não dá para dizer também que, com isso, tem que aprovar o projeto da reforma da Previdência do jeito que veio. Mas tem que enfrentar o problema, isso tem. É inadiável!

Por isso, Presidente, eu não só votarei a favor do projeto que nos coloca a realidade, para que a enfrentemos, mudemos e melhoremos. Ao mudar essa realidade, nós vamos mudar a qualidade de vida do brasileiro. Devemos enfrentar esse desafio de fazer com que o dinheiro que o brasileiro gasta para pagar imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

chegue lá para melhorar a saúde, a segurança, a vida dele. E não seja usado sempre para tapar o buraco sem fundo que se tornou a dívida pública brasileira, o déficit público.

Portanto, eu acho importante que façamos a audiência pública para discutir qual foi, de fato, a auditoria que o Tribunal de Contas fez para a Previdência. Eu estou convidando o SINDIFISCO para vir conversar, olho no olho. Está dizendo que não tem déficit? Então, vai dizer qual é a conta.

Ministro do Tribunal Vital do Rêgo, responsável pela auditoria, traga os números do Tribunal. Ministro do Planejamento, vamos colocar a verdade para o povo brasileiro. Nós não podemos brincar com essa estrutura que virou rede social: um fala uma mentira, outro fala outra mentira. E o Brasil vai viver o Brasil da mentira?

Nós temos que enfrentar e resolver de fato esse problema, para que a Previdência funcione bem para o trabalhador e para o aposentado, mas também para que ela não vire uma sangria sem fim a ponto de levar o País à falência absoluta.

Nós devemos aprovar sim, mas, na sequência, precisamos debater a Previdência pública. Precisamos, primeiro, cortar privilégios na Previdência pública; cobrar dos devedores da Previdência pública; mas também precisamos ter a coragem de enfrentar que não dá para aposentar uma pessoa com 45 anos de idade, sendo que ela terá a expectativa de vida de outros 45 anos, com aposentadoria integral, ou, às vezes, mais do que isso.

O que nós desejamos é longevidade. Nós não queremos, para resolver o problema da Previdência, que as pessoas vivam menos. Queremos que elas vivam mais. E a tendência é que um jovem que está começando hoje a trabalhar viva mais de 100 anos. O jovem que está começando hoje pode viver mais de 100 anos. Mas, com a regra atual, ele pode se aposentar aos 45 anos.

Eu quero apenas dizer que esta é uma realidade: com aposentadorias especiais, de 25 anos, alguém pode começar a trabalhar aos 18 e se aposentar com 43 anos. Se estiver começando hoje, vai ter uma expectativa de vida de até 100 anos. Que ótimo! Que maravilha! Mas ganhando o salário integral, qual é a Previdência que vai dar conta de pagar isso? Nós vamos legar para o futuro uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

falência para os aposentados, e isso seria uma irresponsabilidade nossa. Esse assunto tem que ser enfrentado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sras. e Srs. Parlamentares, encerramos a nossa lista de inscrição. A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados. Foram apresentados 17 destaques.

O relatório do PLN 17/17 está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário dos Deputados Bohn Gass, Pellegrino e Zé Carlos.

Em votação na representação do Senado Federal, ressalvados também os destaques.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos, então, agora à apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece que *"Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques".*

Assim sendo, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em bloco dos destaques por tipo de voto do Relator.

A proposta para votação em bloco dos destaques por tipo de voto do Relator está, então, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e Deputadas que concordam...

V.Exa. quer encaminhar?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu queria que V.Exa. informasse quais são os destaques. E não há acordo para nós votarmos em globo.

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - É isso que ele vai botar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agora já está em votação.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não há acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Só um minutinho. Tudo bem que não há acordo, mas há a grande maioria, e a maioria decide quanto a essa questão, e me parece que já se encerrou a discussão.

Então, volto a colocar em votação em globo na Câmara dos Deputados

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Essa eu já votei. Na Câmara dos Deputados, já foi...

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Depois eu apresento os destaques, pode ser? Os destaques estão todos aqui. Eu coloco o projeto em votação e apresento destaque por destaque, se for o caso.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Que destaque nós votamos?

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - É só em globo, só votação em globo

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Ninguém aprovou o destaque. Nós aprovamos só o encaminhamento da votação.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu tenho contrariedade a este encaminhamento. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Todos os destaques já se encontram com o Relator, cujo voto é pela rejeição, certo?

Então, concedo a palavra ao Relator para leitura e apreciação dos destaques.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Como eu expus na sustentação do meu relatório e do meu voto, existiam dois campos de destaques: um majoritário, que propunha o restabelecimento de texto vetado da LDO; o outro, com alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poucos destaques, propunha o aumento de gasto e o aumento da meta fiscal. Todos os destaques versam sobre recuperação de texto vetado na LDO.

Queria tranquilizar os membros da Oposição. Eu mesmo tenho questões a discutir, mas no momento próprio do PLN que vai chegar amanhã. Há, por exemplo, a questão de investimento em instituições filantrópicas, que é uma briga antiga, um atraso da visão da burocracia federal. Mas vamos enfrentar isso no momento certo. Agora o foco é na revisão da meta fiscal. Amanhã chega o PLN. O Presidente pode assumir o compromisso de, na semana que vem, convocar a CMO, e nós tratarmos da revisão.

Então, para que fique registrado, foram destacadas: a Emenda nº 36, que diz respeito gastos mínimos em ações e serviços públicos de; a Emenda nº 39, sobre o Plano Nacional de Educação — PNE; a Emenda nº 37, que diz respeito a indexador de correção de gastos com a educação; a Emenda nº 47, que restabelece a impossibilidade de contingenciamento do Mais Médicos; a Emenda nº 35, que realiza alteração de delegação de competência dos Ministros, que também é um veto da LDO; a Emenda nº 38, que diz respeito a impedimento de ordem técnica em emenda parlamentar; a Emenda nº 40, que diz respeito ao custo global de obras e serviços de engenharia; a Emenda nº 41, que diz respeito ao demonstrativo de investimentos em educação com metodologia e discriminação; a Emenda nº 42 e a Emenda nº 63, que dizem respeito, respectivamente, à distribuição de medicamentos e materiais para portadores de diabetes e ao fundo partidário; a Emenda nº 43, que restabelece procedimentos para transferências voluntárias; a Emenda nº 44 e a Emenda nº 62, que evitam contingenciamento ao Plano Brasil sem Miséria e ao PNE e acrescentam novas prioridades; a Emenda nº 45, que define obras e serviços de engenharia de pequeno valor; a Emenda nº 46, que identifica programas cuja denominação seja diversa daquela constante da Lei Orçamentária; a Emenda nº 48, que determina a publicação de memória de cálculo da receita corrente líquida; a Emenda nº 49, que impede a troca de indicador de resultado primário; e a Emenda nº 50, que diz respeito ao restabelecimento da prioridade para apoio a sistemas de transporte público coletivo e urbano.

Então, são esses os destaques. Todos estão restituindo o texto vetado na LDO. Nós teremos essa discussão no momento próprio. É nesse sentido que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

rejeito todos os destaques e proponho a manutenção do foco na revisão da meta fiscal e do texto original.

É esse o relatório sobre os destaques, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Já que sou signatário de boa parte dos destaques…

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, só para ajudar.

Ele está falando contra o Relator. Depois falará um a favor, e nós votaremos.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Isso.

Eu estou fazendo isso em nome da Comissão. Seria importante que todos os Parlamentares pudessem ter acesso a todos esses temas. Foi por isso que eu pedi que não fosse votado em globo antes. Seria importante todos nós nos posicionarmos aqui.

Nós, Deputados e Senadores que estamos aqui, votamos a favor desses requerimentos. O que eu destaquei aqui é que V.Exas. votaram a favor. Aí o Temer disse "não", e V.Exas. se ajoelharam frente a ele — dobradiça de coluna. V.Exas. se ajoelharam frente a uma intervenção do Temer. Isso é um desrespeito a esta Casa!

Aí V.Exas. vão dizer: *"Mas ele se comprometeu".* O Deputado Marcus Pestana disse agora: *"Ele se comprometeu a nos mandar".* Eu não tenho isso aqui para poder dizer e confiar. Sabem por quê? Porque, no Senado, quando decidiram rasgar a CLT, o Temer anunciou, por seus Líderes, que vetaria parte daquele estrago que fizeram com os trabalhadores do País, acabando com os direitos trabalhistas.

Ele se comprometeu a mais do que isso. Comprometeu-se a mandar uma medida provisória. Foram duas coisas que ele descumpriu. Primeiro, não vetou — sancionou por inteiro —; segundo, a medida provisória ainda não veio. Isso foi dito para os Senadores. Então eu estou agora aguardando que o Governo faça as correções com as quais se comprometeu.

Era por isso que eu queria votar primeiro, para eu ter certeza e segurança de que essas correções de fato pudessem ter sido feitas. Mas elas não vieram para nós. Elas não vieram. Então, o que eu fiz para garantir o trabalho que nós fizemos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O que eu fiz por respeito a esta Comissão? Eu apresentei destaques, para que estes pudessem ser apreciados.

Infelizmente, o nobre Relator impediu que nós tivéssemos aqui a garantia do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica — PLANAPO, da Estrada Caminho do Meio, do Mais Médicos e de todos esses projetos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nós teremos o momento certo de apreciar isso tudo.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - V.Exa. tem muito respeito ao nosso trabalho.

Quero, dentro do meu tempo, e ouvi V.Exa. atentamente, expressar aqui toda a minha desconformidade com esse aspecto, porque nesta Comissão estou repondo o que nós, Deputados e Senadores, votamos. É este o apelo que quero fazer a V.Exa. V.Exas. estão dando um cheque em branco de novo para o Governo Temer, que iria enviar ou vai enviar o PLN para cá, eu não sei, não tenho essa garantia. Então, precisamos ter o respeito desta Comissão com relação a esses temas que nós estamos trabalhando aqui.

Apelo, e insisto, para os colegas Parlamentares no sentido de que todos esses pontos, como o Plano Nacional de Educação, o PAC de obras, a possibilidade de destinar emendas dos Parlamentares aos pequenos Municípios no valor de 100 mil reais, o PLANAP, o Caminho do Meio, a obra de mobilidade em Porto Alegre, no caso Alvorada e Viamão, o Mais Médicos e tantos outros projetos, não sejam contingenciados.

Quanto aos assistentes de saúde, os Deputados fizeram fotos e abraçaram os agentes de saúde.

Nós votamos, e o projeto foi vetado, Deputados. Eu quero que isso seja reposto, apenas isso. Eu não compreendo exatamente por que V.Exas. não querem votar agora a favor e querem rejeitar as emendas que V.Exas. haviam votado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, na minha opinião, cabe razão ao Deputado Bohn Gass.

Acontece que o PLN do levantamento dos vetos da LDO ainda não chegou a esta Casa. Segundo as informações que tive hoje, o projeto vai chegar amanhã. Nós travamos, Senador Romero Jucá, Deputado Andre Moura, uma ampla discussão a respeito desse assunto, do grande entendimento que nós fizemos. É conhecido de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

todos os Parlamentares aqui que o Governo acabou vetando integralmente o entendimento a que nós chegamos. Por isso, nós construímos, juntamente com o Governo, a remessa do PLN para que pudéssemos levantar alguns vetos que geraram polêmica aqui na Comissão.

Quero dar toda razão a V.Exa., não no todo, mas em parte, porque realmente o que ficou combinado, o que ficou acertado tem que ser cumprido. Na verdade, esse é o grande empenhamento que eu me disponho, como Presidente desta Comissão, a fazer para que nós tenhamos um bom andamento da Comissão.

O Deputado Danilo Forte solicitou a palavra, como Líder, para contraditar. Se V.Exa. me permitir, Deputado, vou conceder a palavra ao Deputado Andre Moura, Líder do Governo, antes de conceder a palavra a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Andre Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - Sr. Presidente, o Deputado Danilo Forte pode fazer a contradita, só para contribuir com a fala de V.Exa.

Nós já conversamos hoje com o Ministro Dyogo Oliveira, do Ministério do Planejamento, que nos disse que, amanhã, será enviado o PLN para cá — o PLN que nós construímos —, naquilo que é possível o Governo rever com relação aos vetos. Então, amanhã, o PLN vai chegar a esta Comissão, logicamente, que dentro daquilo que for possível.

Não pudemos atender a tudo aquilo que foi vetado, mas, na atual conjuntura do País e da economia, o Governo fez o possível para rever alguns desses vetos. E, amanhã, nós teremos aqui o encaminhamento já garantido pelo Ministro do Planejamento, Ministro Dyogo Oliveira, só para contribuir com esta Comissão.

Em relação à questão da reforma trabalhista, que nem é tema desta discussão, mas só para contribuir, a medida provisória passa a vigorar a partir do dia 11 de novembro. A medida provisória tem urgência e relevância. Se a MP fosse editada agora...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa data, 11 de novembro, é muito simbólica.

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - Como vamos editar uma medida provisória, agora, que tem urgência e relevância, de uma reforma trabalhista que passa a vigorar no dia 11 de novembro? Não tem sentido, obviamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Não podemos operar uma lei que não existe ainda.

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - Exatamente. Nós não podemos operar uma lei que não existe ainda, que vai passar a existir a partir do dia 11 de novembro.

Mas só para contribuir nesses dois pontos, na certeza de que, amanhã, chegará aqui o PLN dos vetos da LDO. É um compromisso do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte, para contraditar. Depois, falará a Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, gostaria de dizer que a única Comissão que tem a responsabilidade com prazos constitucionais é a Comissão Mista de Orçamento. E como nós temos um prazo constitucional para a apresentação da proposta do orçamento da LOA no dia 31 de agosto, nós temos até essa data para ter a meta revisada e poder cumprir com serenidade e seriedade o compromisso com o Orçamento da União.

Diante disso, para não abrir vácuo, inclusive para depois não se tergiversar sobre a possibilidade de descumprimento de prazos constitucionais nem se criar nenhum parâmetro que possa fragilizar ainda mais a interpretação fiscal e financeira do País, nós precisamos votar a revisão da meta, cumprindo esse prazo tanto na CMO como no plenário da Casa, e ter o conforto, no dia 31, de ter uma LOA compatível com essa revisão de meta fiscal. É esse o princípio.

Não adianta misturar as coisas, porque há um compromisso, por parte da Liderança do Governo, de apresentação do PLN, e, como foi muito bem aqui colocado pelo Presidente da Comissão, não vai ser desrespeitado em momento algum, até pela fragilidade e necessidade que o próprio Governo tem de ter uma relação de confiança com a Comissão Mista de Orçamento.

Nada impõe a necessidade de criarmos embaraço para essa votação. Pelo contrário, conforme disse o Presidente da própria Comissão, precisamos dar celeridade a essa votação. E temos a segurança de que, neste momento, o Governo precisa muito mais da Comissão Mista de Orçamento do que a Comissão precisa do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, desculpe-me, eu normalmente pediria a V.Exa. para votar antes, mas tenho que fazer um resgate, porque não é justo. Todas as Lideranças nesta Comissão fizeram uma reunião com V.Exa. Todos os partidos estavam indignados; não foi só o PT. Ninguém aqui se dobrou a ninguém. Muito pelo contrário, todos se reuniram com V.Exa., com o Relator Cacá, com o Relator Marcus Pestana, para dizer que estavam insatisfeitos, porque não foi cumprido pelo Governo o acordo que foi feito nesta Comissão.

E, a partir disso, esteve aqui o Ministro Dyogo Oliveira, que ouviu de todos os Líderes partidários a mesma indignação. E o Líder Andre Moura se reuniu com V.Exa. e com os Relatores para encontrar uma solução, que foi encontrada no PLN.

Então, não é justo dizer que ninguém aqui se curvou. Nós somos Parlamentares iguais, e aqui ninguém se curva. As pessoas aqui têm decência. E nós vamos hoje votar a meta, porque é importante para o Brasil, e, amanhã, vamos brigar pela aprovação do PL para que não sejam aprovados os vetos do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou submeter à votação.

Em votação, em globo, os destaques, com o voto do Relator pela rejeição na Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Deputado...

(Manifestação no plenário: Já está em votação!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Só um minutinho, por favor.

Estou encaminhando da melhor forma possível, respeitando a manifestação de todos os Parlamentares que queiram se manifestar sobre o assunto, o que é justo, legítimo e, na medida do possível, terá sempre a minha concordância, para que possamos levar a bom termo a Comissão.

Não vai ser por causa da fala de mais um Parlamentar ou de menos um Parlamentar que vamos deixar de votar matérias tão relevantes e importantes como esta.

Então, tem a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, a propósito desta sua tolerância, eu queria fazer um apelo a V.Exa. para que conversasse com o Presidente da Congresso, o Senador Eunício Oliveira, porque S.Exa. está intolerante com a Câmara dos Deputados. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sei. *(Riso.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, em votação, em globo, os destaques, com o voto do Relator pela rejeição na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a rejeição dos destaques.

Os destaques foram rejeitados, então não serão apreciados no âmbito do Senado Federal.

Vamos ao segundo item da pauta.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A sessão não acabou, gente!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Peço aos Deputados que não saiam.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Temos apenas dois requerimentos, por aclamação. Podemos resolver isso em 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou colocar em deliberação o Item 2.

Requerimento nº 3, de 2017, do Sr. Danilo Forte, que requer a realização de audiência pública para debater o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE.

O autor é o Deputado Danilo Forte, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Cumprindo a responsabilidade que V.Exa. me outorgou de conduzir inclusive o processo de auditoria com relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, digo que é necessário que tenhamos melhor compreensão do próprio Fundo e de sua eficiência.

Diante disso, eu incorporo o requerimento do Deputado Hildo Rocha ao meu, para que possamos, por unanimidade, aprovar a realização dessa audiência pública, a fim de que todos tenhamos conhecimento dos investimentos que estão sendo feitos pelo FNE e também de que contribuamos para que o FNE possa expandir no Nordeste investimentos necessários para gerar emprego.

Portanto, solicito a todos os colegas apoio a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está em discussão o requerimento.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, nós temos um requerimento já aprovado nesse mesmo sentido, para ouvirmos o Superintendente da SUDENE, o Presidente do Banco do Nordeste e o Ministro da Integração Nacional. Queremos debater sobre os recursos que são destinados para o desenvolvimento do Nordeste e para a diminuição da desigualdade que lá existe. Esse requerimento já foi aprovado.

Portanto, quero sugerir que seja apreciado em conjunto com esse requerimento do Deputado Danilo Forte. Não precisamos fazer duas audiências, faremos uma só, a não ser que o Deputado queira incluir outras pessoas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu já concordei.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Já concordou? Então, vamos fazer uma só audiência. Assim está muito bom. Eu apoio a proposta do Deputado, porque é muito parecida com a nossa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Eu acredito que não há nenhum problema. O Deputado Danilo Forte já concordou. Cabe a V.Exas. indicarem os membros que comporão a Mesa dos debates.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há requerimento extrapautra, de autoria do Deputado Domingos Sávio.

Trata-se do Requerimento nº 4, de 2017, que requer realização de audiência pública com o intuito de debater o déficit da Previdência Social brasileira e a reforma da Previdência.

Fica deferida a inclusão na pauta.

Tem a palavra o autor do requerimento, o Deputado Domingos Sávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, o próprio Ministro do Planejamento compreendeu a necessidade e nos informou que foi feita auditoria no Tribunal de Contas. É fundamental que esta Comissão conheça o resultado da auditoria do Tribunal de Contas e qual é, de fato, a realidade da previdência pública no Brasil.

Conto com o apoio de todos para que essa audiência seja requerida não só por mim, mas por todos nós, de maneira suprapartidária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Aliás, os convidados expressam bem a amplitude e a magnitude que essa audiência vai proporcionar. Cumprimento V.Exa., Deputado

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O próximo requerimento é de minha autoria.

Então, passo a condução dos trabalhos à Deputada Laura Carneiro, Vice-Presidente, a fim de que submeta à votação esse requerimento de minha autoria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Requerimento nº 9, do Senador Dário Berger, que vou incluir na pauta.

Esse requerimento requer a realização de audiência pública para debater o processo de desestatização da ELETROBRAS e os reflexos que a medida poderá trazer ao sistema elétrico do País.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou submeter as atas à apreciação e à aprovação.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2017, da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 17 de agosto de 2017, da 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 24 de agosto de 2017.

As atas foram distribuídas antecipadamente. Caso haja alguma retificação a fazer, peço às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados, bem como às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovada a dispensa.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Submeto à votação no Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Ss. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Expediente.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos por esta Comissão, tendo em vista que as informações neles constantes se encontram publicadas na página da CMO na Internet.

Isso posto, agradecendo mais uma vez a todos os Parlamentares que compõem esta Comissão, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017.

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Domingos Sávio, Edio Lopes, Elmar Nascimento, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes e Toninho Wandscheer; **- Senadores titulares**: Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Dário Berger, Pedro Chaves e Valdir Raupp; **- Deputados suplentes**: Beto Rosado, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Jorge Solla, Josi Nunes, Lindomar Garçon, Mandetta, Misael Varella, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Wellington Roberto e Zeca Dirceu; e **- Senadores suplentes**: Eduardo Lopes, Hélio José e Lasier Martins. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Heitor Schuch e Luiz Lauro Filho. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Evandro Roman, Hugo Leal, Hugo Motta, Jaime Martins, Marcus Pestana, Rubens Bueno, Vander Loubet, Vitor Valim, Weverton Rocha e Zé Carlos; e **– Senadores:** Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Jorge Viana, Kátia Abreu e Vicentinho Alves. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, do dia dezenove de setembro de 2017, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC). **Decisão nº 01/2017-CMO:** O Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, realizada no dia 12 do corrente mês, esta Presidência foi provocada pelo Senador Antônio Carlos Valadares a se manifestar quanto aos quóruns de deliberação e de aprovação do nome do coordenador da bancada no âmbito da CMO e quanto a forma correta de computar os votos da bancada estadual: no conjunto de Deputados e Senadores, ou entre os membros do Senado e da Câmara, separadamente. No mesmo dia, o Senador em tela formalizou o pleito por meio do Of. 128/2017GSACAR. O Presidente destacou que o único instrumento normativo que reconhece a figura do coordenador de bancada estadual é a *Resolução nº 1, de 2006-CN*, entretanto, não define os procedimentos de sua eleição, não estabelece o quórum legitimo para sua escolha, apenas, determina o quórum de apresentação das emendas coletivas, o qual é de 3/4 dos deputados e 2/3 dos senadores. Fundamentados na Nota Técnica Conjunta n.º 1, de 2017, elaborada pelas consultorias de orçamento das Casas do Congresso Nacional, bem como, usando analogia aos procedimentos relativos a definição dos líderes das representações partidárias, como estabelecido no *art. 65, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal* e no *art. 9º, § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente **decidiu** que para atuar como coordenador de bancada estadual junto à CMO, o parlamentar tem que protocolar documento subscrito pela maioria absoluta dos membros de cada Casa, apurado separadamente. Discutiram a decisão os Deputados Pedro Fernandes (PTB/MA) e Edio Lopes (PR/RR). Em prosseguimento aos trabalhos, o Presidente passou a apreciação da Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de agosto de 2017. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura da ata e houve concordância. Não havendo *quórum* para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente adiou a votação da ata. EXPEDIENTE. O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 29 de agosto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a 19 setembro de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. Logo após, anunciou o novo membro da CMO, Senador Lasier Martins (PSD/RS). **ORDEM DO DIA.** Pauta. Item 01. Apreciação da **Proposta de Instrução Normativa Nº 1/2017-CMO,** que "Regula os procedimentos para apresentação de emendas aos projetos de lei orçamentária anual e de créditos adicionais durante a vigência do Novo Regime Fiscal." Autor: Deputado Cacá Leão. O Autor comunicou que foram apresentadas 3 emendas à Proposta de Instrução Normativa: Emenda nº 1 do Deputado Nilton Capixaba (PTB/RO), Emenda de nº 2 da Deputada Gorete Pereira (PR/CE) e a Emenda nº 3 do Deputado Edio Lopes (PR/RR). O Autor informou que acatou as três emendas e apresentou o novo texto. Discutiram a Proposta os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Pedro Fernandes (PTB/MA), Zeca Dirceu (PT/PR) e Edio Lopes (PR/RR). Tendo sido atingido o *quórum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente colocou em votação a ata da 2ª Reunião Ordinária, que foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, submeteu à votação a Proposta de Instrução Normativa que foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 18/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 232.807.540,00 (duzentos e trinta e dois milhões, oitocentos e sete mil, quinhentos e quarenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relatora: Deputada Carmen Zanotto. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. A Relatora apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Bohn Gass (PT/RS). Em votação, o Relatório foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Bohn Gass (PT/RS) e Zeca Dirceu (PT/PR). Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado** com voto contrário do Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Requerimento nº 06/2017-CMO.** Autor: Senador Dário Berger, Presidente da CMO. O Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Requerimento nº 06/2017-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para convidar o Secretário-Geral de Controle Externo do TCU, Sr. Cláudio Castelo Branco, para apresentar Relatório de Políticas e Programas de Governo". Autor: Senador Dário Berger. O Autor apresentou o Requerimento. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Autor informou que a reunião de audiência pública foi agendada para o dia 28/09/2017, quinta-feira, às 10 horas. Em prosseguimento, os Deputados João Arruda (PMDB/PR), Cacá Leão (PP/BA), Relator-Geral do Orçamento para 2018, Carmen Zanotto (PPS/SC), Bohn Gass (PT/RS) e Jorge Solla (PT/BA), pronunciaram-se sobre cortes no orçamento da união e foram favoráveis a vinda à CMO, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Senhor Dyogo Henrique de Oliveira, a fim de esclarecer e promover o debate sobre o tema. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias constantes da pauta e extrapauta, o Presidente encerrou os trabalhos, às dezesseis horas e dezesseis minutos do dia dezenove de setembro de 2017. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 19.09.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Na última reunião de Líderes, o Senador Antonio Carlos Valadares levantou uma questão de ordem. Vamos entender aquela intervenção que o Senador Valadares fez com relação à proporcionalidade do preenchimento das Comissões, por orientação da consultoria técnica da Comissão, vamos encaminhá-la como se fosse, e como é propriamente, uma questão de ordem.

Eu respondo à questão de ordem e atendo, vamos dizer assim, à proposição feita pelo Senador Antonio Carlos Valadares, sobre a qual já teve um amplo acordo na reunião de Líderes. Nós discutimos, efetivamente, apenas qual seria o arcabouço que nós daríamos a essa matéria. Chegamos à conclusão de que seria uma decisão a uma questão de ordem.

Passo, então, a relatar a Decisão da Presidência aos Srs. Parlamentares que compõem a Comissão Mista de Orçamento:

"Decisão

Na reunião do Colégio de Líderes realizada no dia 12 do corrente mês esta Presidência foi provocada pelo Senador Antonio Carlos Valadares a se manifestar quanto aos quóruns de deliberação e de aprovação do nome do coordenador da bancada no âmbito da CMO e quanto à forma correta de computar os votos da bancada estadual: no conjunto de Deputados e Senadores ou entre os membros do Senado e da Câmara, separadamente. No mesmo dia, o Senador em tela formalizou o pleito por meio do Ofício nº 128, de 2017.

Cabe destacar que o único instrumento normativo que reconhece a figura do coordenador de bancada estadual é a Resolução nº 1, de 2006-CN. Entretanto, além de não definir os procedimentos de sua eleição, ela não estabelece o quórum legítimo para sua escolha. Apenas determina o quórum de apresentação das emendas ao PLOA, o qual é de 3/4 dos Deputados e 2/3 dos Senadores.

Fundamentados na Nota Técnica Conjunta nº 1, de 2007, elaborada pelas consultorias de orçamento das Casas do Congresso Nacional, bem como usando analogia aos procedimentos relativos à definição dos Líderes das representações partidárias, como estabelecido no art. 65, § 5º, do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Federal e no art. 9º, § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, decidimos que, para atuar como coordenador de bancada estadual junto à CMO, o Parlamentar tem que protocolar documento subscrito pela maioria absoluta dos membros de cada Casa, apurado separadamente."

Volto a repetir a decisão:

"(..) decidimos que, para atuar como coordenador da bancada estadual, junto à Comissão Mista de Orçamento, o Parlamentar tem que protocolar documento subscrito pela maioria absoluta dos membros de cada Casa, apurado separadamente".

Então, pelo que percebo, não existia anteriormente essa proporcionalidade. O Líder da bancada estadual era indicado apenas pela Liderança do partido. Agora, precisa ter... Certo?

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - O coordenador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Desculpem-me. Antes, quando não havia quórum, utilizavam-se os 3/4 e os 2/3. Agora, nós vamos utilizar a maioria absoluta dos membros. E, com isso, fica muito mais representativa a participação dos Líderes que representam as bancadas.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, na Casa não há nada que trate de bancada. No ano passado, falei inclusive com alguns membros da Mesa Diretora da Casa que nós devíamos incluir no Regimento Interno algo que trouxesse a bancada. E não há. A bancada é algo que surgiu, e nós vamos engessar a bancada. Eu acho que, quando a bancada representa um Estado, tem que ser pelo número parlamentar e não separando as Casas. Deixe a Casa separada aqui internamente, onde há Regimento. Mas, na bancada estadual, eu acho que nós vamos engessar a bancada.

Veja bem, há Estados que têm 70 Deputados. Ele vai ficar preso a três Senadores, quer dizer, fica muito difícil chegar a um consenso de bancada. Eu acho que lá tem que ser eleição secreta, como foi feito lá no Maranhão. Nós escolhemos eleição secreta, e cada um tem o voto como Parlamentar, porque, senão, fica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

engessado. Isso é diferente. A bancada, em si, é a representação do Estado — não tem nada a ver com votação em separado.

Já temos a ditadura das Lideranças; agora vamos ter a ditadura do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu não entendo bem assim.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - É minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Na verdade — se é que eu posso responder ou tentar responder —, da forma como V.Exa. faz o encaminhamento, o Senado jamais terá capacidade de coordenação, em função de que esta Comissão é formada por 40 Deputados e 10 Senadores. O Senado, invariavelmente, jamais vai poder ser protagonista, ser coordenador de bancada em alguma das oportunidades.

É dentro desse contexto que essa decisão se apresenta. Mas vamos discutir a matéria para ver como nós podemos encaminhar.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Perdoe-me, tenho mais um argumento aqui. Eu acho que liderança não tem cota. Liderança é liderança. Se o Senador é Líder, ele conduz sua bancada, não há problema nenhum. Vamos fazer cota agora para Senador, para ser membro? Então, façam uma Liderança da Câmara e uma Liderança do Senado.

Eu acho que, para nós que vivemos isso no dia a dia — e eu já estou há 20 anos vivendo isso —, é muito complicado. Primeiro, para termos uma ideia, nós sempre reservamos emendas só para três Senadores. Já é demais.

É isso o que eu estou colocando aqui para os Srs. Deputados. Acho que nós devemos defender o nosso pirão na Câmara. Nós já temos uma ditadura de Líderes. Não sei se V.Exa. já percebeu isso, mas nós vivemos muito isso na Câmara. Por exemplo, estamos numa reunião, e o Líder nos chama.

Eu acho que quem ser Líder é Líder por natureza. Não é preciso cota para ser Líder. É assim que eu vejo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito.

Tem a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, não sei se ainda está em vigor, mas com relação a essa discussão do Senado, da forma como V.Exa. propôs, esse critério se estabeleceu ainda quando o já falecido Senador Antônio Carlos Magalhães estava no Senado. Foi ele, como Presidente do Senado, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estabeleceu a obrigatoriedade de haver a maioria do Senado assinando para eleição do coordenador.

Lembro-me de que houve um conflito de emendas com alguns Estados que colheram a maioria das assinaturas só dos Deputados, e essa questão foi discutida no âmbito do Senado e foi resolvida dessa forma. Isso se deu bastante tempo atrás, isso não é coisa nova.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, ela retornou à pauta de discussão entre Câmara e Senado.

Essa é a decisão da Mesa com relação à questão de ordem levantada pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião ordinária realizada no dia 29 de agosto de 2017, por ter sido distribuída antecipadamente.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Cacá Leão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Não há quórum para deliberar no Senado. Então, deliberamos a ata em seguida.

Passemos ao expediente.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos por esta Comissão, tendo em vista que os mesmos se encontram publicados na página da Comissão Mista de Orçamento na Internet.

Aproveito para fazer um apelo aos Senadores titulares e suplentes que compõem a Comissão Mista de Orçamento para que compareçam à reunião de hoje para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não temos quórum ainda no Senado para deliberação. Então, faço um apelo aos Senadores que compõem esta Comissão para que se dirijam até o plenário, a fim de darmos continuidade à reunião.

Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do texto final da Proposta de Instrução Normativa nº 01, de 2017, da CMO, que regula os procedimentos para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e seus créditos durante a vigência do Novo Regime Fiscal. O autor dessa matéria é o Deputado Cacá Leão.

Com a palavra o autor da matéria. *(Pausa.)*

Foi muito bem lembrado aqui pelo nosso Relator-Geral do Orçamento, Deputado Cacá Leão, que o novo integrante desta Comissão Mista de Orçamento, oriunda do Senado Federal, é o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador José Medeiros. S.Exa. assume na mesma condição do Senador José Medeiros, ou seja, como suplente.

Feito esse relato e dada essa informação, é com prazer que recebemos aqui o Senador Lasier Martins.

Como havia mencionado na Ordem do Dia, está em apreciação a Instrução Normativa nº 1, de 2017, que foi já amplamente discutida e debatida na reunião de Líderes, proposta pelo autor da matéria, o Deputado Cacá Leão, a quem eu passo a palavra para apresentar o seu texto final da proposta da instrução normativa.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, nobre Senador Dário Berger, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, na última terça-feira, na reunião do colegiado de Líderes desta Comissão, nós apresentamos uma instrução normativa para que fosse apreciada pelos membros desta Comissão. Sempre deixei claro que o intuito é agilizar ao máximo os nossos trabalhos.

Todos sabem que esse é o primeiro orçamento que está submetido à Emenda Constitucional nº 95, conhecida como PEC do Teto dos Gastos Públicos. Na verdade, o intento dessa instrução normativa é agilizar os nossos trabalhos ao longo dessa caminhada.

Abrimos um prazo até sexta-feira para que os nobres Deputados e Senadores apresentassem alguma sugestão ou alguma ideia de modificação do texto. Foram apresentadas três sugestões à Proposta de Instrução Normativa nº 1, de 2017, cujo objetivo é tornar o texto mais claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Deputado Nilton Capixaba, que propõe a alteração do art. 2º, de modo que fique claro que os limites individualizados são aplicáveis no âmbito do mesmo Poder, no caso de emenda à programação de órgãos do Executivo, ou no âmbito do mesmo órgão, nos demais casos.

Foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria da Deputada Gorete Pereira e do Deputado Edio Lopes, que têm por objetivo esclarecer que as restrições impostas pela instrução normativa só se aplicam às emendas que levem o Poder ou o órgão a extrapolar o limite individualizado.

Nós entendemos que essas sugestões são válidas e pertinentes. Preparamos um substitutivo à instrução normativa acolhendo todas as três sugestões que nos foram apresentadas pela Deputada Gorete Pereira, pelo Deputado Edio Lopes e pelo Deputado Nilton Capixaba.

Já foram distribuídas cópias para V.Exas., mas eu vou ler aqui o texto da Instrução Normativa nº 1, de 2017.

Instrução Normativa nº 01, de 2017

Regula os procedimentos para apresentação de emendas aos projetos de lei orçamentária anual e de créditos adicionais durante a vigência do Novo Regime Fiscal.

Considerando o disposto no art. 166 da Constituição Federal e no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

Considerando a competência prevista no art. 2º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional;

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa regula os procedimentos para a apresentação de emendas aos projetos de lei orçamentária anual e de créditos adicionais que proponham acréscimo de despesa primária sujeita ao Novo Regime Fiscal (NRF) de que trata a Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Art. 2º Nos termos do art. 146 da Resolução nº 01, de 2006-CN, serão inadmitidas emendas aos projetos de que trata o art. 1º quando cumulativamente:

I - propuserem acréscimo de despesas primárias sem observância do correspondente limite individualizado a que se refere o art. 107, incisos I a V, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e da compensação autorizada nos termos dos §§ 7º, 8º e 9º do mesmo artigo e da Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

II - não indicarem cancelamento compensatório de despesas primárias sujeitas ao NRF, no âmbito do mesmo Poder, no caso de emenda à programação de órgãos do Executivo, ou no âmbito do mesmo órgão, nos demais casos, não podendo incidir sobre despesas obrigatórias.

Art. 3º Os recursos primários derivados de emendas individuais ou de emendas de bancada de execução obrigatória inadmitidas, em razão do disposto no art. 2º, serão remanejados para outras emendas de execução obrigatória do mesmo autor.

§ 1º Os remanejamentos previstos no caput serão efetuados proporcionalmente ao valor das demais emendas de execução obrigatória, salvo indicação diversa do autor.

§ 2º O remanejamento de que trata o caput poderá resultar na aprovação de emenda com valor superior ao originalmente solicitado.

Art. 4º As solicitações de remanejamento de valores acolhidos entre emendas de um mesmo autor deverão observar os limites individualizados de despesas primárias de que trata a Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2017.

Deputado Cacá Leão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está aberta a discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, Senador Dário Berger; colegas Deputados; Relator, Deputado Cacá Leão; Srs. Senadores, vejam bem, essa é a típica matéria que não precisaria entrar em questão. Por que ela está entrando em questão? Porque o Temer enviou uma emenda constitucional, que se tornou a Emenda Constitucional nº 95, que trata do teto de gastos públicos. Se o Temer não tivesse enviado a emenda constitucional, não precisaríamos votá-la agora.

Como nós do PT, Deputado Zeca Dirceu, votamos? Nós votamos contra, porque esse regramento feito pelo Governo para limitar os gastos tem essas consequências objetivas e concretas que nós estamos discutindo agora, mas ele também tem um viés no conceito fiscalista, ou seja, quando aperta o orçamento, nós sabemos onde ele aperta.

Alguém tem dúvida de que, se o orçamento estiver apertado, vai haver teto de gastos e vai ser para o agricultor familiar que produz alimento? Alguém tem dúvida de que o aperto de gastos vai alcançar as faculdades? Hoje nós temos Frentes Parlamentares em Defesa das Universidades Federais e dos Institutos Federais Tecnológicos. Alguém tem dúvida de que eles vão deixar de receber recursos para a educação?

Senador, eu acabei de me pronunciar na tribuna da Câmara dos Deputados dizendo que nós estamos voltando ao Mapa da Fome. Em 1 ano e meio, 6 milhões de brasileiros voltaram de novo ao Mapa da Fome em razão dos cortes, e os cortes estão oficializados por um teto de gastos.

Então, este é o Governo Temer. Nós não podemos concordar com essa lógica. Por isso, nós votamos contrariamente à época, porque nós sabíamos que isso, primeiro, prejudicaria as pessoas e os programas mais necessitados do País. E, se esses programas não funcionam, obviamente haverá menor dinamicidade econômica, porque o segredo para sairmos da crise que o Brasil está enfrentando é investir em programas sociais e em consumo. No momento em que há um teto de gastos que congela salários, não haverá consumo. As pessoas não vão comprar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Qual é o grande problema hoje do comércio? Poucas pessoas estão comprando nas lojas. Se a loja não vende, a indústria não produz e, obviamente, o desemprego cresce. Na verdade, quanto a essa ideia do congelamento de salário e de programas, nós sabemos de que lado a corda vai estourar: do lado mais fraco, que é exatamente do lado da população.

Queremos debater aqui, Senador, e chamar a atenção para o fato de que isso é apenas uma consequência do grande equívoco da política do governo Temer.

Agora, nós somos forçados... Veja bem a situação em que nos encontramos: eu faço uma emenda parlamentar, Relator Cacá — é exatamente essa a ideia —, para ajudar o Município na área da saúde, no hospital, numa Unidade Básica de Saúde, mas daí o Ministério está no teto de gastos?

No caso específico, vamos pegar outro programa social, vamos pegar o tema de um equipamento, financiado através do Ministério da Agricultura, para ajudar um Município a apoiar empreendimentos na área da agricultura. Se o teto já está designado, eu não posso designar para o Município uma Patrulha Agrícola para ajudar o Município a desenvolver a produção agrícola — quer dizer, isso é um absurdo.

Os nossos programas, as nossas emendas parlamentares... Claro que há todo um debate que poderíamos fazer sobre a execução e sobre chegarmos um dia a não ter emenda parlamentar — tudo ser jogado para democraticamente o povo poder decidir para onde vai o recurso, com critérios diferenciados, o que seria mais republicano. Mas, enquanto existem as emendas, nós queremos alocá-las exatamente para lugares nos quais os Prefeitos, as comunidades, os Vereadores, os sindicatos, enfim, os grupos organizados precisam de orçamento para desenvolver programas nos Municípios. São esses que nós queremos atender.

E, por essa medida, nós vamos ser impedidos de repassar esse recurso. Nós estamos agora numa situação em que teremos de forçosamente alterar a instrução normativa para não perdermos os recursos que nós estaremos alocando nos Municípios, na verdade.

A origem, a raiz do problema está exatamente na proposição da emenda do teto dos gastos, no congelamento. E congelamento, repito, é exatamente a pior atitude que pode ser tomada, porque ela vai congelar... Não vai congelar recursos para pagar juros da dívida, não vai congelar recursos para fazer renúncias fiscais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não vai congelar recursos de outros programas — vai congelar recursos em obras que são fundamentais para o País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, eu iria conceder mais 1 minuto para V.Exa. terminar, e V.Exa. terminou exatamente quando fechou o cronômetro. Eu cumprimento V.Exa.

Está inscrito antes de V.Exa., Deputado Zeca Dirceu, o Deputado Pedro Fernandes, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, eu acho que essa PEC 95 vai fazer com que caiamos na realidade: discutir um orçamento não fictício.

Até então, por muito tempo, nós discutimos aqui orçamentos fictícios, ou seja, arranjavam-se sempre receitas para justificar algumas emendas. E parece que agora, com a PEC 95, esta Casa, especificamente esta Comissão, vai ter a oportunidade de discutir um orçamento limitado naturalmente a um teto e dentro das suas prioridades.

Eu acompanho aqui... Quero parabenizar o Deputado Cacá pela Instrução, com a qual concordo plenamente. Se você tiver de apresentar uma emenda, você tem de cancelar para poder atender aquela... Senão, você fica naquela ficção: sempre colocando emendas e mais emendas, a gente vendendo, e as coisas nunca acontecem.

Então, vou pelo fator favorável à Instrução. Eu acompanho a decisão do Sr. Relator. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra agora ao Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, eu queria complementar um pouco o que disse o meu companheiro de bancada, Bohn Gass, sobre a PEC do Teto dos Gastos Públicos e as decisões que nos cabem nesta reunião.

Do ponto de vista de equilíbrio fiscal, cada vez mais fica evidente que a PEC do Teto dos Gastos Públicos foi uma grande jogada de *marketing*: o rombo fiscal não só não diminuiu, como ele vem aumentando desde que, de forma equivocada, aprovamos aqui essa PEC do Teto dos Gastos Públicos. Ela serviu, sim, o Bohn Gass relata com propriedade, para fazer a retirada de investimentos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

determinados setores e transferir despesas, investimentos — na verdade, nem são investimentos, são despesas — a outros setores.

E quem perdeu nessa história toda? O trabalhador, a trabalhadora, os mais pobres, aqueles que dependem da educação, da saúde. Eu tenho visitado no Paraná e tenho recebido relatos pelo Brasil afora da situação, por exemplo, de inúmeras universidades federais. É deplorável a situação em que se encontra a capacidade de custeio das despesas básicas hoje das nossas universidades federais. É sofrível a situação das bolsas, das ações que havia de pesquisa, de extensão por parte das universidades, junto com os nossos jovens e com os nossos estudantes.

Eu acho que, a cada momento em que votações como essa forem feitas aqui, cabe, sim, a devida ponderação, a devida reflexão sobre o que ocorreu de lá para cá, as consequências que estamos tendo e o quão essa PEC do Teto dos Gastos Públicos de nada serviu para diminuir o rombo fiscal, mas sim serviu para apertar o orçamento, para tirar recursos e investimentos de áreas estratégicas e essenciais, como o são a saúde, a educação, a área social, a agricultura e tantas outras áreas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O próximo orador inscrito é o Deputado Edio Lopes, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós gostaríamos de iniciar, primeiro, elogiando a maneira como o Deputado Cacá Leão, Relator, vem demonstrando o seu trabalho nesta Comissão, principalmente ao acatar ideias que lhe são apresentadas quando essas ideias têm o objetivo de melhorar, de aclarar as regras pelas quais nós devemos nos pautar.

Na questão do teto de gastos, Sr. Presidente, é certo que talvez tenhamos que, no curso, fazer algumas alterações. Todavia, o Brasil não podia continuar mais como aquela dona de casa que gasta e gasta, mesmo sabendo que não terá como pagar com o salário da família no final do mês.

Então, o instituto do teto de gastos tem seus pontos positivos no sentido de buscarmos, mesmo que a duras penas, o equilíbrio fiscal do País. Lembro-me de que, quando eu era garoto no interior de São Paulo, nosso meio de comunicação era o rádio, e todos os dias nós ouvíamos no programa *A Voz do Brasil* que o Tesouro havia autorizado a emissão de mais tantos milhões de cruzeiros, cruzados, de não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sei o que mais. A emissão de moeda era feita assim como brincadeira para justamente ir cobrindo o déficit fiscal.

Há um momento em que nós começamos a tratar o orçamento da República de forma mais responsável. É comum se ouvir que o orçamento brasileiro é uma mera peça de ficção — e era 100% peça de ficção. Hoje nós já temos o instituto das emendas obrigatórias, que retirou os congressistas, especialmente as senhoras e os senhores Deputados de Oposição, de uma situação vexatória: às vezes, após legitimamente aprovarem suas emendas, fazerem todo um trabalho junto aos seus Prefeitos, trabalharem em projetos, gastarem com ações para preparar o recebimento da emenda, no dia 31 de dezembro os computadores do Governo pura e simplesmente deletavam tudo o que ali existia.

Ainda temos os cheques em branco: 4.320 é um deles, na LDO é outro, e nós devemos cada vez mais ir aprimorando essa situação até quem sabe um dia, Deputado Bilac, chegarmos ao que é o orçamento americano.

Lembro-me de uma palestra do didático ex-Ministro e ex-Parlamentar, Delfim Netto, em que ele fazia um resumo do que era a peça orçamentária nos Estados Unidos. Era o trabalho de uma comissão durante 1 ano: cada centavo era estudado, era discutido, localidades visitadas, obras visitadas, nada ali era feito por acaso e qualquer centavo de dólar que tivesse que ser remanejado, o Congresso tinha que deliberar.

No Brasil, não. No Brasil, nós fazíamos aqui uma peça orçamentária. Eu me lembro de que, às vezes, quando algum cacique deste Congresso precisava aprovar uma emenda extraordinária para o seu Estado, ele inventava uma receita qualquer, equilibrava as coisas e lá estava aprovada a emenda do Parlamentar.

Nós precisamos, sim, valorizar o instituto da PEC que estabeleceu o teto de gastos neste País. É certo que um doente que está todo quebrado não pode ter um tratamento com água com açúcar. Essa é a situação da peça orçamentária brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, a matéria continua em discussão.

Como não temos quórum para deliberar, vou encerrar a discussão. Acho que posso encerrar e, se for o caso, nós podermos reabri-la depois, se assim for necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E vou sobrestar até a chegada do Senador Hélio José — eu recebi a informação de que ele está chegando — e aí nós entramos em deliberação. Enquanto isso, passaremos ao Item 2 da nossa pauta, que é a apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 18, de 2017, do Sr. Presidente da República.

Vou retornar, então, para deliberar e prestar minhas justas e legítimas homenagens ao querido vizinho e amigo, o Senador Hélio José. Seja bem-vindo! Vou esperar V.Exa. registrar presença. Enquanto isso, vou reaver aqui a ata e submetê-la à deliberação no Senado, para aprovação, como fiz na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos ao Item 1. Instrução Normativa nº 1, de 2017, cuja discussão está encerrada.

Submeto, então, à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Igualmente faço na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos, então, ao Item 2 da pauta.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 18, de 2017, do Presidente da República, que abre ao orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de 232 milhões, 807 mil, 540 reais, para reforço das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária vigente. A Relatora é nada mais, nada menos do que a querida e estimada Deputada Carmen Zanotto, de Santa Catarina.

O voto da Relatora é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra à Relatora, Deputada Carmen Zanotto, para apresentar o seu relatório.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Sr. Presidente, nobre Senador Dário Berger, do nosso grande e querido Estado de Santa Catarina.

"I - Relatório.

Por intermédio da Mensagem nº 310 (na origem), de 24 de agosto de 2017, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 18, de 2017 - CN, que 'Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 232.807.540,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente', conforme a seguir demonstrado:

Ministério do Trabalho: R$55.807.540; Ministério do Desenvolvimento Agrário R$177.000.000.

A Exposição de Motivos nº 189/2017/MP, de 23 de agosto de 2017, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, destaca que, no âmbito do Ministério do Trabalho, especificamente no Fundo de Amparo ao Trabalhador, o crédito viabilizará o atendimento de despesas relativas à manutenção e ao desenvolvimento de funcionalidades de sistemas que dão suporte operacional para o pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e outras políticas de empregabilidade implementadas pelo órgão. Quanto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, possibilitará a execução de despesas relacionadas a serviços de informática, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social.

Em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e obedecendo às prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal, o crédito será viabilizado à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias.

A propósito do que dispõe o § 4º do art. 44 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 - LDO-2017, a Exposição de Motivos registra que, do ponto de vista fiscal, as modificações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício constante da referida lei, por se tratar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o montante dessas despesas, cuja execução fica condicionada aos valores de movimentação e empenho do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, conforme estabelecem o § 2º do art. 1º desse Decreto e o art. 59 da LDO-2017.

A Exposição de Motivos também destaca que a presente alteração orçamentária está de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, tendo em vista que não amplia os limites das despesas primárias estabelecidos para o corrente exercício.

Parte do crédito proposto está sendo aberto a órgão transformado pela Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017. A Exposição de Motivos posiciona-se no sentido de que a estrutura de órgãos e unidades orçamentárias constantes na Lei Orçamentária Anual não se altera em decorrência de modificações da reorganização administrativa. Para ratificar o posicionamento, registre-se que o art. 54 da LDO-2017, autoriza o Poder Executivo a 'utilizar, total ou parcialmente, as dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 e em créditos adicionais', sem condicionar à prévia transposição, remanejamento ou transferência dessas dotações.

II - Emendas.

Ao PLN nº 18, de 2017, como já foi dito pelo nosso nobre Presidente, não foram apresentadas emendas.

III - Voto.

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional - crédito suplementar - visto que objetiva exclusivamente o reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Verifica-se, igualmente, que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO-2017 e do Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019 — PPA 2016-2019 (Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016), e à sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2017 — LOA 2017 (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 18, de 2017 - CN, na forma encaminhada pelo Poder Executivo."

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Quero agradecer à Deputada Carmen Zanotto e parabenizá-la pela rapidez com que apresentou o seu relatório.

Está em discussão o relatório apresentado pela Deputada Carmen Zanotto.

Em discussão o relatório apresentado pela Deputada Carmen Zanotto.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, nós tivemos dois fatos novos nos últimos dias. O primeiro é que saiu a pesquisa da CNT em relação à aprovação do Governo, já jogando também para o ano que vem as perspectivas eleitorais.

Quero deixar registrado que não sou muito favorável a esses sistemas de pesquisas. Mas, de qualquer forma, elas mostram a não aceitação cada vez maior da sociedade e a sua não aprovação ao Governo Temer, um Governo que entrou pela porta dos fundos, ilegítimo, que não entrou pelo voto direto e que está tomando um conjunto de medidas que fazem com que a população tenha cada vez mais ojeriza ao seu Governo e às suas atitudes.

O segundo fato é o que o Janot, Procurador-Geral da República, fez na semana passada, ao encaminhar a segunda denúncia, que nós precisaremos apreciar nos próximos dias aqui. Na primeira denúncia, infelizmente já foi obstruída a Justiça, em outras palavras, porque se impediu que o Judiciário pudesse trabalhar.

Então, obstruiu-se a Justiça a partir daquela votação, na qual o Governo Temer teve maioria na Câmara, para não dar prosseguimento à admissibilidade da primeira denúncia, que se tratava de corrupção passiva.

Mas agora nós temos duas outras denúncias: de formação criminosa e de obstrução da Justiça. Esse é o tema do Governo. São esses os dois pontos básicos que estão na conjuntura neste momento.

E aí o Governo, que, como eu disse antes, está trabalhando fundamentalmente para pagar aos que patrocinaram o golpe e também aos que o defendem, apresenta alterações orçamentárias: a primeira com o congelamento do teto, que já votamos anteriormente, e a segunda com a suplementação orçamentária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria chamar a atenção de V.Exas. para esse tema, de que a nobre Relatora, a Deputada Carmen Zanotto, fez parecer favorável. Destaco que a suplementação é feita com o cancelamento de uma rubrica fundamental. Imaginem que, na agricultura de Santa Catarina, nós temos programas sociais de apoio à tecnologia de acesso à água para consumo humano e para a produção de alimentos na zona rural. Isso vale para Rondônia, para o Nordeste, para o Rio Grande do Sul, para São Paulo, para qualquer Estado do País.

O que vamos apreciar agora — quero chamar a atenção para isso — é o fato de o Governo ter diminuído o orçamento para todas as rubricas, nobre Senador, de todas as áreas, do PAA, da compra pública! Agora, nós estamos na luta pelo leite. Santa Catarina está apanhando, o Rio Grande do Sul está apanhando, Minas Gerais está apanhando. E por quê? Por conta do problema do leite. Tem leite que está sendo importado do Uruguai. Houve até o trancamento da fronteira em Jaguarão por parte da FETAG no Rio Grande do Sul. E o Governo não está fazendo a tal compra pública, porque estão sendo retirados recursos do PAA — Programa de Aquisição de Alimentos. Ao não fazer a compra, o Governo, obviamente, vai deixar o nosso agricultor ao léu, porque não há o tal enxugamento do leite, para que haja a reação do preço.

Pois bem, nas áreas rurais, esses agricultores precisam dos programas públicos. E eu quero chamar a atenção de V.Exas. para o que está sendo retirado. Se nós votarmos essa adequação orçamentária, estaremos cancelando 177 milhões de reais, nobres Senadores e nobres Deputados, que irão faltar nos Municípios, no interior, para dar acesso à água para o consumo humano: ou se faz tratamento de água ou se fazem poços ou encanamentos ou cisternas. O Nordeste tem um programa vigoroso de cisternas. Não acredito que nós aqui vamos concordar com a retirada de 177 milhões de reais de um programa tão importante!

Então, dentro do meu tempo, Sr. Presidente e nobre Relatora, eu vou encerrar a minha fala fazendo o meu protesto. Não é possível, repito, que se faça o cancelamento de 177 milhões de reais de um programa que trata exatamente de tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e para a produção de alimentos na zona rural.

Por isso, nós vamos votar contra essa medida, porque não podemos concordar que se retire verba de um programa tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam com o parecer da Relatora permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Zeca Dirceu e Bohn Gass.

Submeto à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer da Relatora permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Senador Antonio Carlos Valadares.

Há requerimento de inclusão de pauta.

Informo ao Plenário da Comissão Mista de Orçamento que há requerimento de autoria deste Senador, que requer a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 6, de 2017, de acordo com o art. 214, parágrafo único.

Então, na verdade, eu estou pedindo para incluir nesta pauta um requerimento de minha autoria, observado, evidentemente, o Regimento Interno do Senado Federal. E já opto pelo deferimento da proposta, mas, obviamente, ouvindo os demais membros que compõem esta augusta Comissão.

Deputado Bohn Gass, o requerimento requer a realização de audiência pública para convidar o Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União — TCU, que é o Sr. Cláudio Castello Branco, para apresentar relatório de políticas públicas e programas de Governo. O autor desta matéria é este Senador.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte, que também subscreveu este requerimento.

Submeto à discussão o requerimento extrapauta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

A audiência pública está agendada para o dia 28, quinta-feira, às 10 horas da manhã.

Não há mais matéria para deliberar.

Concedo a palavra ao Deputado João Arruda.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, eu só queria registrar uma preocupação.

Nós temos visto inúmeros cortes do Governo em áreas sociais importantes, como no Bolsa Família. Hoje, vimos uma notícia na imprensa de que haverá um grande corte no Bolsa Atleta, Programa do Ministério do Esporte, que visa a inclusão social e o fomento à prática esportiva.

Eu li a instrução normativa do Deputado Cacá Leão e acho que está excelente, está de bom tamanho. A preocupação de V.Exa. com relação às emendas é realmente importante, para que não extrapolemos o teto de gastos e para que todos participemos da construção do Orçamento. Entendi que foi dessa forma que ela foi construída.

Em relação ao contato com o Ministro do Planejamento, esta Comissão, de maneira planejada, deixou mais à frente, para que se prepare e converse com o Relator. Compreendo essa sensibilidade do Relator e de V.Exa., Sr. Presidente, mas eu estou preocupado porque, a cada dia, ouvimos uma notícia nova sobre o Orçamento. E, geralmente, o autor da notícia é o Ministro Dyogo. Eu estou ficando abismado com a possibilidade de o Ministro chegar à Comissão e não termos o que conversar com ele em razão dos cortes no Orçamento inteiro. Dessa forma, não teremos nenhuma participação na construção do Orçamento.

Então, será que não seria possível anteciparmos a vinda do Ministro Dyogo? Temos que considerar a importância desta Comissão, sobretudo com relação ao Ministro e ao trabalho que ele faz no Ministério do Planejamento. Quem sabe a vinda dele à Comissão não seria feita em dois momentos? Ele viria, antecipadamente, para prestar contas de tudo o que está dizendo na imprensa, antes de conversar com a Comissão de Orçamento; e viria, depois, em momento posterior ao aprofundamento do Orçamento, quando os Relatores Setoriais e os membros da Comissão puderem se debruçar no que ele disse. Isso seria feito, portanto, em duas audiências públicas, para debatermos o que ele já se propôs a fazer. E, depois de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um aprofundamento, de um estudo, faríamos outra audiência pública, no período de 1 mês.

Mas eu estou realmente preocupado, porque esta Comissão Mista de Orçamento passa a não existir, a não ter importância e relevância nenhuma na medida em que, a cada dia, há um anúncio novo do Ministro Dyogo com relação aos cortes no Orçamento.

Então, queria aproveitar a oportunidade para fazer esse registro.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu acho até oportuno o registro de V.Exa., Deputado João Arruda. Eu também, como Presidente desta Comissão, também tenho essa preocupação, porque a expectativa que depositam em nós, que somos membros da Comissão de Orçamento, é muito grande.

Na medida em que os fatos vão se sucedendo, nós vamos chegando à conclusão, bem elaborada e bem definida por V.Exa., de que talvez, em função da crise que nós estamos vivendo, tenhamos pouca margem para chegar inclusive a discutir o Orçamento. De repente, ele vai ser uma matéria praticamente carimbada.

Mas, com base na proposta de V.Exa., nós poderíamos encaminhar isto: ou convidando o Ministro ou requerendo o Ministro ou convocando o Ministro para vir aqui. É evidente que não há necessidade de nós o convocarmos. Podemos convidá-lo, e, certamente, ele virá aqui no momento que for importante e necessário para nós, conforme nosso interesse. Mas nós não formulamos esse convite antecipado. Estamos deixando para fazê-lo a partir do momento em que o Governo entregar a nova peça orçamentária, com base na nova meta do teto. Aí, então, nós arguiríamos o Ministro da forma como cada Parlamentar achar melhor.

Mas fica no ar esta expectativa: se nós o convidamos antecipadamente para vir aqui na próxima semana. Eu só não quero assumir o compromisso com V.Exa. de tomar alguma iniciativa que não tenha o acordo da maioria dos nossos Parlamentares, para que eu possa, efetivamente, dar encaminhamento.

Concedo a palavra ao Deputado Cacá Leão.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - A preocupação do Deputado João Arruda é bastante pertinente. Eu concordo quando V.Exa. fala realmente de novos fatos e acontecimentos que têm sido divulgados e propagados a todo o momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu tenho procurado dialogar com o Ministro Dyogo. Houve um atraso na retificação da peça orçamentária devido à aprovação da PEC do teto dos gastos públicos, que foi publicada só na última terça-feira ou quarta-feira, se não me falha a memória. Agora, vão ser corrigidos os números, através de medidas provisórias que serão enviadas ao Congresso Nacional.

No último diálogo que eu tive com o Ministro Dyogo, na quarta-feira da semana passada, discutimos exatamente esse tema que foi levantado aqui pelo nobre Deputado João Arruda. Do jeito que as coisas estão sendo ditas e estão chegando aqui, daqui a pouco, nós vamos apenas homologar a peça, o trabalho que veio do Governo. Eu acho que esse não é o intuito e o objetivo desta Comissão. Nós queremos, devemos e vamos contribuir com o Brasil. Acho que ninguém aqui tem entendimento diferente do momento econômico difícil pelo qual o nosso País está passando.

Então, é essa a mensagem que eu passei ao Ministro Dyogo na quarta-feira. O Governo ficou de complementar, inclusive até esta semana, a retificação orçamentária, assim que as medidas provisórias fossem enviadas ao Congresso, e também me garantiu que, até o dia 29, ela estará definitivamente completa na Casa e no colegiado.

Nós já deixamos, Sr. Presidente, como sugestão a data da semana seguinte. Ficou de V.Exa. marcar com ele se será na terça-feira, na quarta-feira ou na quinta-feira a audiência pública que está prevista no nosso cronograma.

Mas eu concordo com o Deputado João Arruda. Acho, inclusive, que nada impede um novo contato nosso. Podemos pedir, de repente, que ele venha explicar à Comissão quais são as medidas provisórias ou qual o modelo que o Governo está adotando para atingir os 30 bilhões da meta.

Então, é pertinente a indagação do Deputado João Arruda. Inclusive, acho que nós podemos, juntos, fazer essa indagação ao Ministro Dyogo, assim que terminar a reunião, ou amanhã pela manhã, se for da preferência de V.Exas.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Agradeço as palavras do Relator e do Sr. Presidente.

Estamos aqui porque sabemos da importância desta Comissão. O Ministro Dyogo já deu algumas demonstrações — e não vale repeti-las — com relação aos vetos que aconteceram no passado, em sinal de desrespeito a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto à construção da peça orçamentária, é prudente esperar que ela chegue aqui para discuti-la. Mas nós poderíamos, durante essa construção, fazer uma prévia e elencar alguns pontos polêmicos das declarações dadas pelo Ministro, sem, antes, manter contato com a Comissão ou sem fazer alguma coisa para substitui-la.

Sr. Presidente, V.Exa. cumpre um papel eficiente nesta Comissão de Orçamento. Inclusive, pode aqui até substituir o papel de Ministros, porque muitas vezes dá declarações sem que eles saibam que existem intenções de cortes nas suas Pastas.

Realmente, a sociedade, como um todo, questiona alguns pontos, como o corte no Bolsa Família, no Bolsa Atleta, e outros pontos polêmicos que têm sido anunciados pelo Ministro poderiam ser elencados por esta Comissão.

Eu posso ajudar V.Exa. nesse trabalho, juntamente com outros Parlamentares, para que o Ministro venha à Comissão debater esses pontos, abertamente, com todos os membros, assim como a construção da peça. Dessa forma, quando a Comissão receber essa peça, podemos estar mais preparados para estudar o assunto e depois, novamente, em uma nova audiência pública, tentar aprimorar, aperfeiçoar e influenciar naquilo que nós vamos aprovar futuramente. Enfim, vamos amadurecer realmente o debate.

Mas agradeço as palavras do Relator e do Presidente no sentido de fazermos, em respeito a esta Comissão, o bom debate com o Ministro do Planejamento. Não precisamos fazer esse debate através dos veículos de comunicação. Acho que todos aqui somos adultos e temos maturidade para fazer um bom debate, de maneira equilibrada, com muita harmonia. É disso que o Brasil precisa neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou entrar em contato com o Ministro. Para atender a sugestão de V.Exa., Deputado João Arruda, a audiência teria que ser realizada no dia 26 ou no dia 27, porque no dia 28 já temos uma audiência marcada com o TCU. Também poderíamos fazer duas, talvez, na quinta-feira. Enfim, entro em contato com V.Exa., posteriormente, para ver qual é o encaminhamento. Vamos ver se o Ministro tem disponibilidade de agenda, para conciliarmos essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, já me sinto contemplada, porque eu ia propor convite. Só fazemos a convocação efetivamente quando eles não atendem o convite. Então, que formalizemos o convite, porque V.Exa. já atendeu a demanda do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço à Deputada Carmen Zanotto.

Passo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Quero fazer dois registros, Sr. Presidente. O primeiro, nessa linha que os Deputados estão levantando, refere-se à questão dos cortes no Orçamento. No Orçamento que nos foi enviado, a área de ciência e tecnologia está com menos 76%, comparativamente ao Orçamento de 2015. Fiz esse comparativo porque o de 2015 é o último Orçamento da Presidenta Dilma completo e esse aqui é o primeiro Orçamento completo em que se aplica a PEC do Teto dos Gastos Públicos.

No Orçamento de 2018, há uma redução de 76% na área de ciência e tecnologia; na educação básica, menos 51%; nos recursos hídricos, que abrange saneamento e outras áreas das águas, menos 91/%; na prevenção à violência, o grande tema hoje na segurança do País, menos 81%; na segurança alimentar, que abrange temas em que acabamos trabalhando, porque estamos colocando o Brasil de volta ao Mapa da Fome, menos 95%; na ATER — Assistência Técnica e Extensão Rural menos 78%; e no PAA — Programa de Aquisição de Alimentos, pasmem, menos 99%, porque passou de 300 milhões de reais para 750 mil reais, menos de 1 milhão de reais. Por isso, os agricultores do leite estão muito prejudicados e estão recebendo menos pelo preço do leite.

Concordo com o encaminhamento de V.Exa. no sentido de que façamos o debate com o Ministro do Planejamento, para podermos abarcar todos esses temas, porque eles são de várias áreas. Temos que focar quem coordena isso por parte do Governo.

O segundo registro diz respeito ao fato de nós estarmos aguardando a nova proposta orçamentária de 2018, com o aumento do déficit fiscal. Na sessão que fizemos aqui, o alto comando do Governo estava todo aqui nos pressionando. Estávamos fazendo obstrução, e ele veio com todo o *staff* — não é, Deputado Jorge

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Solla? — para forçar a votação. O Governo venceu as obstruções e votou o novo regime do déficit fiscal, porque o Governo tinha pressa de apresentar para nós o orçamento. Cadê a pressa? Faz dias que nós já votamos, e o Governo não enviou ainda a proposta orçamentária. Nós não sabemos as alterações.

Então, o Governo pressionou para nós votarmos com agilidade, e agora nós não temos a nova peça. A cada dia os Parlamentares manifestam preocupação — e o Deputado acabou de apresentar — com os cortes no Ministério, em outro programa, dificuldade em outros. Como eu citei aqui, em média houve 70% a 80% de redução nos orçamentos. Então, eu acho que de fato há uma coisa errada aí. Por que essa pressa? Se o Governo tivesse pressa, ele enviaria para cá um projeto real.

Eu acredito que o Governo realmente esteja muito preocupado é com a nova denúncia sobre organização criminosa, obstrução da Justiça, ou com a economia que não reage com os programas de congelamentos que o Governo está apresentando. Não há como reagir, Deputado Edinho Bez. O segredo é o consumo. Se não há consumo, se o comércio não vende, a indústria não produz, não gera emprego. E congelamento de salário significa arrecadação a menos.

Então, nós estamos de fato numa situação em que o Governo tem que dar um sinal por onde nós vamos fazer a economia reagir. E não é fazendo esses cortes aqui, porque todas as áreas são importantes e geram empregabilidade, geram desenvolvimento, dão demandas para aquecer a economia.

Eu queria fazer esse registro, primeiro, concordando com o encaminhamento que V.Exa. fez, no sentido de que o Ministro venha para cá para nós podermos fazer esse debate. Segundo, não compreendemos por que o Governo teve pressa em votar outro dia a questão do aumento do déficit fiscal, se ele ainda não enviou a proposta para nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Bohn Gass, eu quero acreditar que os dados que V.Exa. apresenta são com base naquele relatório ou naquele projeto que, na verdade, está *stand by*, que sequer mereceu qualquer análise de nossa parte.

Eu quero crer — e torço por isso — que, com o aumento da meta de 139 para 159 bilhões de reais, esses cortes possam ser reduzidos substancialmente em áreas estratégicas do desenvolvimento social. Nós não podemos facilitar com relação a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso, porque esses cortes atingem, sobretudo, a população mais carente, mais pobre, que mais precisa.

De minha parte, seria muito triste ter que aqui dirigir os trabalhos de uma peça orçamentária que pudesse reduzir esses programas, esses direitos conquistados ao longo de muitas décadas. Então, fico, por enquanto, com essa crença de que esses números possam ser substancialmente alterados.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu me comprometo, nobre Presidente, assim que o Governo enviar a peça que estou aguardando, a atualizar ponto por ponto, para ver se houve diferença ou não nessa redução drástica. É sobre números reais que nós vamos falar. E V.Exa. já deixou esse entendimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeitamente. Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao eminente Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou, primeiro, compartilhar sua preocupação e expectativa de que nós possamos receber uma proposta orçamentária com um quadro muito melhor do que essa inicial, preliminar, digamos assim.

Nós estivemos na reunião da bancada da Bahia, Deputado Cacá Leão, que o Deputado Claudio Cajado marcou com o Ministro da Educação, e, nessa ocasião, ele se comprometeu que, se houvesse o aumento da meta fiscal, que estava para ser votado poucos dias depois, já teria a sinalização da execução de 100% do Orçamento deste ano para as universidades federais. O mesmo se aplicaria para o subsequente.

O quadro realmente é preocupante. Recentemente, o Conselho Nacional de Assistência Social se manifestou sobre a proposta orçamentária que foi apresentada ao Conselho para o próximo ano, em que há cortes draconianos em programas essenciais que dão suporte à vida das pessoas.

Ontem, eu participei, em Salvador, da reunião do Conselho Estadual de Saúde do Estado da Bahia, onde representantes do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde apresentaram também situações preliminares que, insisto, espero que sejam corrigidas, mas são preocupantes com relação ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

financiamento do próximo ano em áreas estratégicas, como atenção básica, vigilância à saúde e mesmo na atenção especializada.

Hoje, pela manhã, tivemos uma audiência pública aqui na Comissão de Seguridade Social, na qual tivemos uma discussão sobre a abordagem de pacientes com suficiência renal, hemodiálise e transplantes, medicamentos. Aponta-se para a necessidade de haver um aumento para o próximo ano. Caso isso não aconteça, comprometeria a assistência desses pacientes.

Sr. Presidente, já temos neste ano crises de abastecimento de medicamentos em áreas vitais. Hoje mesmo, eu recebi um documento da Associação Brasileira de Pacientes com mucopolissacaridose, que é uma doença grave.

A sobrevivência desses pacientes depende da garantia regular do abastecimento de medicamentos que estão faltando — não vão faltar, estão faltando — neste momento, medicamentos para dezenas de pacientes no Estado da Bahia. E em diversos outros Estados está comprometido o abastecimento.

Recentemente, e não sei se já conseguiram repor, tinham parado a realização de carga viral com pacientes com HIV e AIDS no Brasil, em vários Estados, também por desabastecimento.

Há vários medicamentos de alto custo que o Ministério da Saúde já não está conseguindo manter. Nós sabíamos que com a PEC dos gastos isso iria acontecer, mas confesso que mesmo eu, que sou ferrenho crítico, não imaginava que o impacto no primeiro ano seria tão drástico a comprometer ações tão importantes e tão vitais de políticas essenciais para a população brasileira.

O que está sinalizado para o ano que vem é realmente muito preocupante se nós não conseguirmos reverter esse quadro. Fico contente em saber que o Presidente da Comissão está também do nosso lado na defesa de preservar políticas assistenciais, como o Bolsa Família, a compra de produtos da pequena produção agrícola, o Sistema Único de Saúde, o Sistema de Assistência Social, as universidades públicas.

Além de tudo, é bom lembrar que, e às vezes nós nos esquecemos — e sou da área de saúde —, quando falamos de sistema de saúde, nós falamos de preservar, do ponto de vista das suas finalidades, o objetivo da assistência ao paciente, da prevenção, da promoção, da recuperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Destaco dados interessantes, Sr. Presidente. Nessa crise de desemprego, o setor saúde foi o único que não desempregou no Brasil. Conseguiu não só preservar os postos de trabalho como — enquanto todos os outros setores da economia estavam desempregando —, por incrível que pareça, aumentou o número de postos de trabalho.

Nesse cenário, essa é outra razão que nós não podemos permitir prejuízo ao SUS, ao SUAS, nem ao sistema de educação pública em nosso País.

Contamos com o apoio de todos os Parlamentares desta Comissão para que possamos nos empenhar, ao máximo, para preservar essas conquistas e esses direitos para nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concordo com V.Exa. com todas as preocupações que todos nós temos. Lamentavelmente, eu acho que nós chegamos ao fim de um ciclo em que o cenário não é dos melhores. Vamos torcer para que a economia possa reagir o mais rapidamente possível e que nós possamos, através do crescimento econômico, aumentar a nossa arrecadação e manter os programas mínimos essenciais ao bem-estar da população.

Não havendo mais oradores inscritos nem matéria a deliberar, agradeço, mais uma vez, a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 06 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Edio Lopes, Evandro Roman, Hugo Leal, Jaime Martins, João Fernando Coutinho, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Nilton Capixaba, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer e Vitor Valim; **- Senadores titulares**: Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Jorge Viana, Kátia Abreu e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes**: Andre Moura, Beto Rosado, Danilo Forte, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Josi Nunes, Mandetta, Marcon, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Roberto; e **- Senadores suplentes**: Cidinho Santos e Hélio José. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Evair Vieira de Melo, Raquel Muniz, Tenente Lúcio e Weliton Prado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Domingos Sávio, Elmar Nascimento, Hugo Motta, João Arruda, José Airton Cirilo, Maia Filho, Marcus Pestana, Orlando Silva, Rosangela Gomes, Vander Loubet, Weverton Rocha e Zé Carlos; e **– Senadores:** Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Pedro Chaves e Valdir Raupp. **ABERTURA:** às quinze horas, do dia vinte e seis de setembro de 2017, havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC). Inicialmente, o Presidente passou a apreciação da Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de setembro de 2017. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura da ata e houve concordância. Em votação, a Ata foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 19 a 26 de setembro de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. Logo após, o Presidente informou que havia *quórum* para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional. **ORDEM DO DIA**: Requerimento de inversão de pauta, nos termos do *art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federa*l, no sentido de apreciar inicialmente o item 02 - **Requerimento nº 07/2017-CMO.** Autor: Deputado Edio Lopes. Em votação, o Requerimento de Inversão de Pauta foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA. Item 02. **Requerimento nº 07/2017-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública com integrantes da Força Aérea Brasileira para debater sobre as necessidades orçamentárias do projeto do avião KC 390". Autor: Deputado Victor Mendes, subscrito pelo Deputado Edio Lopes. O Requerimento foi apresentado pelo Deputado Edio Lopes (PR/RR). Discutiu a matéria o Senador Vicentinho Alves (PR/TO). Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**.** Item 01. Conforme o disposto no *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação o **Relatório de Atividades nº 2/2017,** do **Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, que trata sobre "Diretrizes e orientações para análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, **Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas. Coordenador do CAE: Deputado Bilac Pinto (PR/MG). Membros do CAE: Deputados Toninho Wandscheer (PROS/PR), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Carmen Zanotto (PPS/SC), Jaime Martins (PSD/MG), Domingos Sávio (PSDB/MG), Zé Carlos (PT/MA), e os Senadores Cidinho Santos (PR/MT) e Benedito de Lira (PP/AL). O Relatório foi apresentado pelo Coordenador do CAE. Logo após, a palavra foi concedida ao Deputado Bohn Gass (PT/RS), que manifestou-se sobre o critério para inscrição das Prefeituras para aquisição de ambulâncias e vans, para diversos Municípios Brasileiros. Em seguida, fez uso da palavra o Deputado Andre Moura (PSC/SE), Líder do Governo no Congresso Nacional, que prestou esclarecimentos sobre o tema abordado. Em prosseguimento, discutiram o Relatório do CAE os Deputados Hildo Rocha (PMDB/MA), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Toninho Wandscheer (PROS/PR), Cacá Leão (PP/BA), e os Senadores Jorge Viana (PT/AC) e Kátia Abreu (PMDB/TO). O Coordenador do CAE respondeu aos questionamentos do Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) e do Senador Jorge Viana (PT/AC). Em votação, o Relatório de Atividade do CAE foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Requerimento nº 08/2017-CMO**. Autora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. O Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. EXTRAPAUTA. **Requerimento nº 08/2017-CMO,** que "Requer a realização de Audiência Pública para convidar o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Sr. Silvio de Sousa Pinheiro, para apresentar esclarecimentos acerca das obras inacabadas das creches." Autora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. A autora apresentou o Requerimento. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em continuação aos trabalhos, o Presidente cancelou a realização de Reunião Extraordinária, convocada para o dia 27 de setembro, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, em virtude da aprovação de todas as matérias constantes da pauta. AVISOS. O Presidente informou que será realizada no dia 28 de setembro, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, Reunião de Audiência Pública com o Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Senhor Cláudio Castello Branco, que apresentará Relatório de Políticas e Programas de Governo, em atendimento ao **Requerimento n.º 06/2017-CMO**, de autoria do Senador Dário Berger (PMDB/SC), aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 19.09.2017. Em seguida, o Presidente comunicou que será realizada no dia 02 de outubro, segunda-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, Palestra sobre a elaboração de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 - PLOA/2018. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias constantes da pauta e extrapauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrado os trabalhos, às dezesseis horas e quatorze minutos do dia 26 de setembro de 2017. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidente. xxxx

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

distribuída antecipadamente. Porém, caso haja alguma retificação, solicito aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação, em votação a ata na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação a ata na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos ao expediente.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos por esta Comissão, tendo em vista que essas informações já se encontram publicadas na página da Comissão Mista de Orçamento na Internet.

Há um requerimento de inversão de pauta. Solicito a V.Exas. que façamos a sua apreciação. Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados. Já há quórum na representação do Senado? *(Pausa.)*

A informação que me chega é que há quórum tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Então, prosseguiremos com a nossa reunião.

Informo ao Plenário que há um requerimento de inversão de pauta sobre a mesa, de acordo com o art. 175 do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco em votação o requerimento.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2. Requerimento nº 7, de 2017, do Sr. Victor Mendes, que requer realização de audiência pública com integrantes da Força Aérea Brasileira para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

debater sobre as necessidades orçamentárias do projeto do avião KC 390. Autor: Deputado Victor Mendes.

Com a palavra o autor do requerimento. *(Pausa.)*

Na ausência do Deputado Victor Mendes, defenderá o requerimento o Deputado Edio Lopes, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós queremos ser bastante breves, até porque a importância do assunto fala por si só.

Na EMBRAER, em Gavião Peixoto, em São Paulo, há a produção do avião militar de transporte, o KC 390, que é um ganho extraordinário de tecnologia nacional, de ousadia nacional, diria eu. O Brasil está fabricando um avião de transporte de uso militar, Sr. Presidente, e não mais do que cinco ou seis nações no mundo têm fabricação de aeronave similar.

Sr. Presidente, acontece que, em meados do ano que vem, se essa aeronave não estiver inteiramente produzida e também aprovada pelos critérios da ANAC, sofreremos um retrocesso de algum período bastante grande na produção final, além do fato de que teremos que fazer adaptações nessa aeronave que custarão alguns milhões de reais aos cofres da Nação.

Portanto, entendo ser de vital importância esta audiência pública para que as Sras. e os Srs. Parlamentares desta Comissão tenham a exata dimensão da importância desse tema no contexto nacional.

Por essa razão, nós solicitamos a aprovação do requerimento pelos demais membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Continua em discussão o requerimento, defendido pelo Deputado Edio Lopes. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira se manifestar, encerro a discussão e submeto o requerimento à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. quer falar sobre o requerimento?

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, esse requerimento de realização de audiência pública com integrantes da Força Aérea Brasileira para debater sobre as necessidades orçamentárias do projeto do avião KC 390 é de fundamental importância.

Eu votarei favoravelmente ao requerimento porque sei da importância desse programa da Força Aérea Brasileira e tenho contato direto com os seus membros. Todo esforço que pudermos fazer para viabilizarmos recursos para que esse programa não pare é importantíssimo. E aqui estarei dando a minha modesta contribuição, a fim de que possamos ter o KC 390 em pleno funcionamento, porque é um programa de nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço ao Senador Vicentinho Alves.

Como eu já havia posto requerimento em votação na representação da Câmara dos Deputados e não havia concluído na representação do Senado Federal, eu o faço agora.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao próximo item.

Item 1. Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE nº 2, de 2017, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de2017, sobre as diretrizes e orientações para a apresentação e análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2018, Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, em razão do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

O Coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas é o Deputado Bilac Pinto. Antes de passar a palavra ao Deputado Bilac Pinto, eu quero registrar que constituem o Comitê de Admissibilidade de Emendas, como Coordenador, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Bilac Pinto, e, como membros, a Deputada Laura Carneiro, a Deputada Carmen Zanotto, o Deputado Jaime Martins, o Deputado Domingos Sávio, o Deputado Zé Carlos, o Deputado Toninho Wandscheer, o Senador Benedito de Lira e o Senador Cidinho Santos.

Concedo a palavra ao Coordenador, o Deputado Bilac Pinto, para apresentar o seu relatório.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente desta Comissão, Senador Dário Berger, é um prazer muito grande estar aqui hoje, com meus pares, para fazer a leitura do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas à LOA de 2018. Quero agradecer também aos membros do CAE, já citados por V.Exa., que, de certa forma, deram grande contribuição para a formatação do meu relatório.

O Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, constituído com fundamento no art. 18, IV, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, tem por atribuição examinar a compatibilidade das emendas apresentadas com as normas constitucionais, legais e regimentais. Ele exerce, durante o processo orçamentário, na Comissão Mista de Orçamento, três funções básicas, e uma delas é a preventiva, que elabora o relatório com diretrizes e orientações a serem aprovadas pela Comissão Mista de Orçamento. O mesmo relatório preenche lacunas existentes no conjunto de normas de admissibilidade, permitindo atuação mais segura de Parlamentares, bancadas e Comissões, na apresentação de emendas.

Há também a função de saneamento das emendas e da solução das controvérsias, no ajuste de correção das emendas às normas vigentes, e também dá o parecer de admissibilidade, emitindo o relatório final com o parecer da mesma inadmissibilidade de emendas que descumpriram efetivamente as suas normas.

O relatório do CAE, com as diretrizes e orientações, deve ser aprovado antes do prazo de apresentação das emendas, entre os dias 1º e 20 de outubro, sendo que o mesmo relatório do CAE, ao seu final, deve ser aprovado pela Comissão Mista de Orçamento antes da votação do mérito da matéria com relação aos relatórios setoriais.

Sobre a minuta efetivamente apresentada a esta Comissão, foi feita a seguinte consideração: preservar as diretrizes e orientações consolidadas e aprovadas pela Comissão Mista de Orçamento em anos anteriores. Trata-se de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conjunto de regras que especifica os requisitos técnicos a serem observados pelas emendas. Vide quadro de síntese anexo.

Repercute também o impacto da Emenda Constitucional nº 95, que é o teto para cada Poder e órgão, na disciplina de apresentação e aprovação de emendas, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2017, da Comissão Mista de Orçamento; fixa o valor de emendas individuais para o Parlamentar, no valor de 14 milhões, 772 mil e 271 reais, calculados com base na EC 95, limita a apresentação de emendas de bancada estadual impositiva em até 162 milhões, 494 mil e 991 reais por bancada, valor distribuído em até duas emendas, cálculo que considera que todo o montante reservado pela PLDO de 2018, determinada pela LDO de 2018, seja destinada às emendas de bancada, que devem preferencialmente contemplar as programações do anexo da LDO de 2018.

Caso o parecer preliminar da PLOA de 2018 determine que uma parcela desses recursos seja destinada ao fundo de custeio das eleições, haverá uma redução proporcional no valor do atendimento.

Observado o art. 47 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional, apresentada emenda no exercício anterior, de 2017, para o atendimento de projeto que contemple obra, a bancada estadual deve repetir o procedimento neste exercício de 2018, salvo se não houver execução, ou se houver impedimento, ou se houver decisão unânime em contrário da bancada.

A Comissão Mista de Orçamento disponibilizará a relação das programações que, em princípio, devem ser repetidas. Os motivos da não apresentação das emendas requeridas deverão ser explicitados na ata da reunião em que a bancada tiver decidido sobre a apresentação de emendas.

Essa é a minha apresentação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, seguindo efetivamente o quadro anexo, Sr. Presidente, Senador Dário Berger, dos requisitos gerais das emendas individuais, de bancada e de Comissão; do seu objeto; da modalidade e das observações respectivas.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Bilac Pinto.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, e Sr. Relator, na verdade, esse é um regramento que se estabelece em função das emendas anuais orçamentárias.

Eu vou aproveitar o meu tempo para pedir a atenção dos colegas Senadores e dos colegas Deputados desta Comissão — inclusive está aqui o Líder do Governo. Na semana passada, eu já fiz a denúncia na Câmara dos Deputados de que estamos diante dessa possibilidade, que não quero que aconteça. Por isso, fiz o pedido de informações para o Ministério da Saúde.

Foi emitida uma portaria pelo Ministério da Saúde em relação ao tema das ambulâncias. Segundo essa portaria do Ministério da Saúde, serão 6.500 ambulâncias adquiridas pelos Municípios, 1.500 ambulâncias no estilo SAMU e mais mil *vans*. Isso consta da portaria e também de um informativo do Ministério da Saúde.

Eu fui procurado por prefeitos porque eles precisam fazer a apresentação do pedido. Mas o que rodou aqui nos corredores é que — pasmem, é isso o que eu quero trazer para cá — o pedido do prefeito precisaria, Senador, estar acompanhado do ofício de um político, de um Parlamentar. Esperem aí: não é possível nós voltarmos ao velho caudilhismo, quando o Parlamentar tinha que recorrer ao tal do QI, ao "quem indica".

Obviamente a orientação que os prefeitos teriam recebido é a de que deveriam procurar os Deputados da base do Governo, principalmente os que estariam votando contra a admissibilidade das denúncias de corrupção. A segunda denúncia agora é de crime de obstrução da Justiça e também de organização criminosa por parte do Governo Temer.

Pois bem, eu fiquei muito preocupado com isso por duas razões.

Em primeiro lugar, o dinheiro é republicano, é público. Paga imposto quem é a favor do Governo e quem faz oposição ao Governo. Estamos numa democracia, e não é possível que haja esse critério. Então, fui atrás disso. Quando liguei para o Ministério da Saúde, a orientação era a de que essas informações deveriam ser obtidas na Secretaria-Geral de Governo. Foi dito no Ministério da Saúde que as informações sobre procedimentos deveriam ser obtidas na Secretaria-Geral. É lá onde está a planilha de como vota um Deputado, de como vota outro Deputado, de como se comportam os partidos. Isso eu não aceito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu, imediatamente, fiz um pedido de informações, Senador — e queria trazer o tema a esta Comissão que trata do Orçamento, e nós estamos trabalhando recursos, isso tem a ver com a nossa matéria —, para saber exatamente, dentro da Lei de Acesso à Informação, como é o critério de inscrição dos Municípios, como o Ministério vai acompanhar e liberar as informações durante o processo de licitação, qual é o critério de descentralização e de alocação, para que tenhamos transparência sobre esse processo.

O que não posso admitir é a indução, a suspeição com que conduziram esses dois elementos. Falei com vários Deputados, e ninguém quer dizer que é. Mas, no fundo, vai ser isso. Então, há essa possibilidade de indicação para quem vota pela absolvição do Temer e não pela admissibilidade da denúncia.

Em segundo lugar, o que me causou estranheza de fato é que me disseram, no Ministério das Cidades — e disseram ao meu gabinete —, que as informações deveriam ser obtidas na Secretaria-Geral de Governo. É obvio que isso gera uma suspeição muito grande.

Então, eu quero fazer esse registro, porque aqui se trata do dinheiro público, de recursos importantes na área da saúde que vão para os Municípios. Todos os Municípios do interior de qualquer Estado deste País devem ser beneficiados de forma igualitária, isonômica, se os critérios forem preenchidos. É nesse sentido que quero fazer esse registro.

A partir de agora, o Governo tem um prazo para nos dar informações. E nós vamos acompanhar esse processo para que, de fato, o recurso público seja administrado de forma correta e transparente.

Queria fazer apenas esse registro dentro do meu tempo.

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Andre Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta CMO, quero responder ao nosso querido Deputado Bohn Gass.

Eu conversei com S.Exa. hoje sobre esse PLN, que deverá chegar até amanhã. Acima de tudo, o PLN é uma política do Governo para poder diminuir o problema que enfrenta hoje a maioria, senão a totalidade, dos Municípios brasileiros em função da falta de ambulâncias, de gabinetes odontológicos, de *vans* para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

locomoção de pacientes que precisam fazer tratamento fora do domicílio. Por exemplo, a distribuição de mil *vans.*

Quero dizer ao Deputado Bohn Gass que a distribuição seguirá o critério técnico adotado pelo Ministério da Saúde. Inclusive, o próprio Ministro da Saúde fez uma reunião há 15 dias, exatamente para discutir esses critérios. Os Municípios com até 20 mil habitantes terão direito a receber até uma ambulância; os Municípios de 20 mil até 50 mil habitantes terão direito a receber até duas ambulâncias; e assim sucessivamente.

Então, há todo um critério técnico que está sendo adotado pelo Ministério da Saúde não só na distribuição das ambulâncias, mas também dos gabinetes odontológicos para os postos de saúde, os gabinetes odontológicos móveis, para as *vans,* para o tratamento fora do domicílio. Então, adotando todo o critério técnico como deve ser e utilizando de maneira correta os recursos públicos.

Fique S.Exa. despreocupado com relação à questão da denúncia, como S.Exa. colocou, mesmo porque, do mesmo jeito que nós não precisamos, na primeira denúncia, de ambulâncias e de gabinetes odontológicos para poder derrotá-la, vamos derrotar essa segunda denúncia, visto que não há nenhum fato novo.

Tenha a certeza de que a distribuição será republicana, atendendo os critérios adotados e estabelecidos pelo Ministério da Saúde, tentando atender todos os Municípios, se possível for.

É lógico que são pouco mais de 6 mil ambulâncias. Os Municípios que têm até 20 mil habitantes vão receber uma ambulância, e os Municípios que têm entre 20 mil e 50 mil habitantes vão receber duas ambulâncias. Não será possível contemplar todos, mas a grande maioria dos Municípios brasileiros será contemplada nessa política de exatamente contribuir para a melhoria da qualidade do serviço público prestado na área de saúde pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a participação do Deputado Andre Moura, que é nosso Líder.

Eu queria só acrescentar algo ao que disse o Deputado Bohn Gass e dizer a todos os membros desta distinta Comissão que nós certamente vamos recepcionar o PLN que vai tratar desse assunto, sobretudo quanto à distribuição das ambulâncias e gabinetes odontológicos e coisa do gênero. Certamente, se os requisitos mínimos republicanos não estiverem contemplados e respeitados, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos todo o direito, inclusive o dever de, nesta Comissão, fazer as alterações necessárias, para que, de forma transparente e objetiva, nós possamos atender os Municípios brasileiros sem nenhuma distinção.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, Srs. Congressistas, Deputados e Senadores, aqui nós estamos analisando o relatório que diz respeito às diretrizes e orientações para apresentação de emendas, emendas individuais, emendas coletivas, de bancada e de Comissões. Ficaram algumas dúvidas que vou pedir ao Relator para dirimi-las. Uma delas está relacionada às emendas individuais, já que nós sabemos que há o teto de gasto. Se o Parlamentar quiser colocar numa ação recursos que ultrapassem o gasto do teto, o que vai acontecer? Por exemplo, no caso de pavimentação, dentro do Ministério das cidades.

Em relação às emendas de bancada impositiva, continuam duas, pelo que entendi. Agora, obrigatoriamente, tem que dar continuidade. No entanto, ficou uma dúvida. Uma parte fala que tem que ser aquelas que já foram iniciadas, com obras já iniciadas ou ações iniciadas, com emendas de bancada anteriormente, ou se pode ser modificado o direcionamento da emenda de bancada, até porque muitas delas já estão na LDO como prioridade, dentro do anexo de metas e prioridades do Governo, quando votamos a LDO.

Fica também aqui minha contestação no que diz respeito a essa questão das ambulâncias. Não há nenhum erro, não há nenhuma ilegalidade em um Parlamentar indicar para onde o Governo pode destinar determinado veículo de transporte de doentes. Não acho que isso seja nenhuma ilegalidade nem imoralidade, porque o Parlamentar é eleito pelo povo e vem para cá para representar o povo. Não há nenhum outro técnico do Ministério das Cidades que saiba mais da cidade onde somos votados do que nós que estamos lá permanentemente. Todo fim de semana eu ando nas cidades do Maranhão, eu sei as necessidades e converso com a população. Nós temos um diálogo permanente. Esse é o papel do legislador.

Não pode o técnico que está aqui em Brasília, sem conhecer o meu Estado, o Maranhão, saber qual é a realidade de cada Município. Às vezes, determinado Município recebeu uma ambulância do Governo do Estado que não esteja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisando dela. Não é em função do tamanho dele que o Município deve receber. Não é assim que funciona, não é dessa forma.

Os Senadores e os Deputados são eleitos justamente para trazer essas informações das suas bases até o Governo Federal. Nós somos legisladores, sim, somos fiscais do Executivo, sim, mas nós também somos agentes políticos, e não há nenhum impedimento para que façamos essa indicação.

O que não pode acontecer é como acontecia no passado. Por exemplo, o Ministério da Educação fez sem ouvir os políticos, inventou umas creches que estão abandonadas, que eram creches que deveriam ser feitas em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Paraná, que têm um clima diferente do Nordeste. No Estado do Maranhão quase todos os Municípios têm o esqueleto de uma creche. Não terminaram e desviaram os recursos. Isso é que é errado, como foi errada a questão, naquela época, dos sanguessugas, ou seja, os Deputados que recebiam propinas para destinar emendas para ambulâncias.

Quando eu assumi o meu mandato de Deputado, eu falei com o Marcelo Castro, com o Ministro anterior, que não havia como punir a população por erro de alguns Parlamentares, de alguns técnicos de Ministérios. Isso era uma verdadeira punição aos inocentes, porque, Sr. Presidente, você pode muito bem destinar emenda para comprar um carro para servir ao PSF — Programa Saúde da Família, que é o mesmo veículo. Você pode destinar emenda para comprar um veículo, um ônibus, e transformar esse ônibus em um ambulatório, em um consultório odontológico. E não pode ambulância? Por quê? Se é a mesma coisa, é um veículo. É uma incoerência muito grande e uma punição não aos culpados, mas uma punição aos inocentes.

Portanto, eu fiquei com essas dúvidas Deputado Bilac Pinto e gostaria que V.Exa. me esclarecesse para eu poder votar com a certeza de que estou votando certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu só queria alertar V.Exas. para o fato de que a Ordem do Dia será iniciada na Câmara dos Deputados. Então, se nós pudéssemos agilizar um pouco os nossos trabalhos, seria importante e interessante.

O Deputado Hildo Rocha fez uma indagação ao Relator, o Senador Jorge Viana. Então, passo a palavra para S.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR JORGE VIANA - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado Bilac Pinto pelo relatório. Nós estamos vivendo um momento muito delicado, porque as Prefeituras — e nós estamos falando de 5.570 Prefeituras — dependem hoje e passaram a depender, em razão dessa crise econômica e dessa crise política, de emendas para tocar algum investimento nos Municípios. Isso não é diferente, certamente, nos outros Estados. No meu Estado, ocorre 100% disso: são 22 Municípios, 22 prefeitos, da Capital ao interior, e todos, quando vêm a Brasília, vêm procurando encaminhar alguma emenda, porque é a única fonte ou é a fonte possível nesses tempos.

Então, a discussão de regras de que estamos tratando hoje aqui é da maior importância. Não é pouca coisa 14 milhões e 700 mil reais para cada Parlamentar, mas nós temos que lembrar que a metade vai para o segmento da saúde. Essa regra está mantida, não é, Deputado? E temos duas emendas coletivas que também são impositivas. Mas essas duas não estão vinculadas à saúde. Obrigatoriamente não, né? Isso é importante também esclarecermos.

Mas nós estamos diante de uma situação também em que a ideia de financiamento eleitoral ou financiamento partidário que nós estamos debatendo lá no Senado está tendo vínculo com emendas também — pelo menos, há propostas objetivas nesse sentido —, que são as únicas fontes das Prefeituras. Hoje mesmo está havendo uma reunião na tentativa de chegar a um entendimento nesse sentido.

Eu queria aqui apenas, se pudéssemos, detalhar um pouco mais. Não houve nenhuma discussão sobre pensarmos para frente, já que essa crise econômica não vai arrefecer agora, de termos pelo menos mais uma emenda de bancada impositiva. Estou falando não para agora, porque as regras estão definidas, nós as aprovamos. Mas eu acho que nós vamos ter que trabalhar alguma coisa nesse sentido.

Agora, queria uma explicação do nosso Relator, e, se possível, do Presidente ou de quem tiver essa informação. Nós estamos fazendo um vínculo de liberação de emendas com obras em andamento e inacabadas. É algo complexo, porque uma obra pode, às vezes, estar paralisada, e pode ter havido uma razão ou outra. Eu queria que o Relator, se pudesse, explicasse um pouquinho mais — ou nós debatêssemos um pouquinho mais — como vai ser isso, para que fique bem claro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Presidente Dário Berger, sob pena de termos mais um complicador nessa fonte de recursos, que é a única, volto a dizer, que as Prefeituras têm.

Eu estou aqui trazendo uma opinião de que nós devemos pensar em construir, para o próximo período, quem sabe, mais uma emenda coletiva impositiva. Então, se fosse possível, eu queria uma explicação maior sobre como fica a questão da obrigatoriedade de trabalharmos com isso ou do vínculo que devemos ter com obras em andamento e obras inacabadas.

Esse é o meu questionamento, que faço, se possível, ao Relator também.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, é um prazer muito grande esclarecer aqui as indagações do Deputado Hildo Rocha e do Senador Jorge Viana.

Tomo a liberdade de dizer, no que se refere aos conceitos e aos critérios, que a Comissão sempre tem a prerrogativa e a autonomia de fazer modificações.

No Comitê de Admissibilidade, para 2018, nós deixamos bem claro no item 6 que, observado o art. 47 da Resolução nº 1, de 2006, apresentada uma emenda no exercício anterior, a LOA de 2017, a bancada estadual deve repetir, neste exercício, na LOA de 2018, a emenda no projeto que contemple obra, salvo se houver execução, ou se houver impedimento, ou se houver decisão em contrário da bancada.

A Comissão Mista de Orçamento disponibilizará a relação das programações que, em princípio, devem ser repetidas. Os motivos da não apresentação das emendas requeridas deverão ser explicitados na ata da reunião em que a bancada tiver decidido sobre a apresentação de emendas.

No que se refere efetivamente à utilização das emendas de bancada, elas são de livre escolha efetivamente das bancadas.

No que se refere também ao valor fixado nas emendas individuais por Parlamentar, no valor de 14 milhões, 772 mil e 271 reais, a observação foi feita, e foi calculado pela Comissão que 50% desses recursos devem ser obrigatoriamente destinados à área da saúde.

Eu creio que, com isso, posso estar contribuindo e esclarecendo a indagação do Senador Jorge Viana e do Deputado Hildo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Indago se o Senador Jorge Viana ficou satisfeito e se o Deputado Hildo Rocha também ficou. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

De qualquer sorte, a qualquer tempo, nós podemos voltar a discutir esse tema. Por que as obras estão inacabadas? Porque há vários fatores que podem influenciar numa obra que não teve a sua continuidade sistêmica. Caso a obra esteja embargada, esteja *sub judice*, certamente nós vamos perder o recurso se o colocarmos para isso.

Continua em discussão. Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

Aliás, registro com muito prazer a presença da Senadora Kátia Abreu, distinta amiga e correligionária, que honra muito o Parlamento brasileiro.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Muito obrigada, Sr. Presidente. É um prazer estar aqui, nesta Comissão presidida por V.Exa.

Eu queria apenas fazer uma consideração ao Relator sobre essas obras inacabadas. O cidadão que assiste, às vezes, à matéria na televisão pensa que isso se dá por falta de pagamento, ou porque não houve recurso, ou porque o recurso acabou.

Na verdade — e não posso afirmar categoricamente — praticamente 90% das obras estão com problema na Justiça. Então, não dá para colocar recurso por isso. Eu destaco aqui dezenas e dezenas de creches abandonadas. No meu Estado, são dezenas, no Brasil, podem ser centenas de creches que estão abandonadas. A licitação foi realizada em âmbito nacional, e essas empresas, não sei o que aconteceu, faliram.

Agora, o que dá mais prejuízo? Devemos deixar essa obra se deteriorar, esperando indefinidamente uma solução que não haverá, enquanto são necessárias vagas no Brasil? Todos nós sabemos disto: empresa quebrada é empresa quebrada. Nós sabemos como funciona.

Como nós poderíamos continuar essa obra? O processo segue, o cidadão pode ser condenado e preso, pode receber a sua punição, com o gestor junto. Mas é preciso que obra seja concluída, porque algumas dessas creches estão 70% ou 50% prontas. E é uma judiação deixar como está. Eu estou aqui destacando isso porque é conhecida a situação no meu Estado, onde há várias e várias creches abandonadas.

Então, como nós poderíamos agir com racionalidade e inteligência, aproveitando o dinheiro público e considerando a questão social, que é premente, e separando isso do caso de polícia? Deve se considerar, a utilidade social e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preservação do recurso público, que está se deteriorando, e deixar o caso de polícia à parte. O que poderia ser feito para isso ser superado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, Senadora, eu vou passar a palavra para a Vice-Presidente Laura Carneiro. Mas, instigado pela manifestação de V.Exa. e do Senador Jorge Viana, eu já vou solicitar aqui ao Comitê de Obras Inacabadas que faça, o mais rapidamente possível, um levantamento estratégico do que efetivamente nós precisamos saber a respeito dessas obras inacabadas, se isso ocorre em decorrência de A, de B ou de C.

De posse dessa informação, ainda teremos tempo suficiente para corrigir rumos, se for o caso, com relação às dotações orçamentárias que dizem respeito a essas obras.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Permita-me, Sr. Presidente: do ponto de vista jurídico, não sei como proceder, mas poderia haver um acordo com o TCU e o Ministério Público Federal em relação a isso tudo, para que se desse prosseguimento, mesmo porque grande parte desses casos em que as obras foram iniciadas e abandonadas os gestores não são os mesmos.

No Tocantins, há 139 Municípios e, na última eleição, foram eleitos 105 novos gestores. Então, eu creio que não sejam os mesmos gestores, e acho que isso facilitaria esse tipo de acordo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Permita-me um aparte, Presidente.

Na questão específica das creches, Senadora Kátia, eu estive no FNDE e estive com o Ministro discutindo. O problema é que havia uma empresa que fazia as creches, que não tinham uma construção comum: eram uns tais bloquetes, uns quadrados, enfim, uns pré-moldado que simplesmente se inventaram para aquele projeto. Mas a única empresa que fazia isso quebrou. Então, não dá para completar uma coisa que só ela fazia. Entendeu?

O projeto das creches foi uma loucura tão grande que não era uma creche comum, que qualquer empresa pudesse fazer. Só uma empresa fazia isso, empresa essa que faliu. Então, ninguém mais faz. É por isso que as obras todas de creches estão inacabadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Hildo, o Senador Jorge Viana já está aguardando há algum tempo. Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. SENADOR JORGE VIANA - Sr. Presidente, eu vejo que a Senadora Kátia ajudou a aclarar um pouco mais, mesmo tendo sido contemplada pela posição do Relator. Acho que a iniciativa de S.Exa. é importante.

Vejam, esse é um assunto muito complexo, que envolve regras que, às vezes, estão vindo seja do Judiciário, seja dos órgãos de controle, como TCU e Tribunais de Contas. Mas nós sabemos também — nós que já fomos gestores públicos — que se definem critérios, pelo menos para se entender em que situação cada obra dessa inacabada se encaixa. Há algumas que, realmente, vão ficar por muito tempo inacabadas, mas há outras que podem ser resolvidas. E podemos, inclusive, ser parte da solução. É nesse sentido que acho que a sugestão de S.Exa. é muito boa. Alguns Ministérios já têm critérios definidos de como lidar com isso. Eu mesmo vou acompanhando, às vezes, Prefeitos e o FNDE nessas obras. Por vezes, consta lá que a obra está paralisada, mas se fizer isso ou aquilo vai andar.

E podemos assim agir para separar as obras que podem ter seguimento das outras que estão em situação muito mais grave. E digo isso porque tem todo tipo de situação, como a Senadora Kátia Abreu falou, desde empresa que abandonou e não está dando conta de cumprir a problema de licenciamento, ação na justiça. São situações que, às vezes, fogem ao controle do Executivo.

E nós teríamos que, naquilo que cabe ao Executivo e ao Legislativo, separar. Mas não é nem para começar de novo. De fato, se fizermos consultas, a própria Comissão pode encontrar critérios já estabelecidos por alguns ministérios que lidam corriqueiramente com isso, para que a Comissão também dê um tratamento diferente, mesmo em se tratando de obras inacabadas para não termos aí um prejuízo para um Município ou para um Estado, por conta de um critério que nós tentamos abarcar o Brasil inteiro com ele. É impossível e, ao mesmo tempo, não dá nem para fazer por Estado.

Mas, se estabelecermos critérios, a partir do que são essas obras e dependendo da situação, pode ser que facilite. Estou falando em hipótese, mas não tenho dúvida de que algum caminho mais tranquilo nós possamos encontrar para fazer um melhor aproveitamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Volto a repetir: a única fonte segura que nós temos hoje para muito dos Municípios são as emendas. Daí a importância de, com zelo, com cuidado, trabalharmos essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu penso que é muito oportuna, importante e pertinente a preocupação dos Senadores Jorge Viana e Kátia Abreu. E eu penso que esta Comissão Mista de Orçamento pode e deve ser protagonista, tentando encaminhamentos para a solução desses problemas.

Esse assunto é bem levantado aqui e me causa bastante entusiasmo no sentido de fazer todo o esforço necessário para dirimir algumas dúvidas que suscitem sobre essas matérias. Espero que possamos fazer um *checklist* dessas obras inacabadas e ver de que maneira podemos, enquanto Comissão Mista de Orçamento, uma das mais importantes do Congresso Nacional, buscar os encaminhamentos necessários junto aos órgãos responsáveis por essas obras que, porventura, continuem inacabadas.

Concedo, primeiro, a palavra para o Deputado Hildo Rocha. Em seguida, falarão a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, o Deputado Toninho Wandscheer e o Deputado Bilac Pinto, porque, talvez, o assunto possa ser decorrente do relatório de S.Exa.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, quero parabenizar a Senadora por trazer essa preocupação, que é de todos nós, em relação a essas obras inacabadas, principalmente obras financiadas com recursos do FNDE.

O que eu percebo é que os dirigentes do FNDE têm interesse mais em financiar obras novas do que mesmo em concluir as já em execução. Então, nós nos preocupamos com esse tema e o colocamos na LDO. O nosso Relator, o Deputado Marcus Pestana, aceitou, foi colocado, mas parece que foi vetado pelo Presidente. Estou me referindo à previsão de que, prioritariamente, os recursos do FNDE seriam utilizados na conclusão de obras, porque vários Estados possuem várias obras inacabadas.

Temos até que trabalhar para derrubar esse veto, pois ainda não foi apreciado. Esses vetos ainda não foram apreciados! Não sei como isso pode acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esta é a Casa que tem que criar regras. Nós entendemos, em nome do povo brasileiro, que a prioridade é cumprir as obras que já estão iniciadas, até porque os recursos públicos estão sendo jogados fora. São milhões e milhões jogados fora. Não me refiro só a creches, mas a escolas, a ginásios poliesportivos, que são anexos de escolas, etc.

E o FNDE tem recurso próprio. Quando pagamos a Previdência estamos destinando os recursos para o FNDE, assim como para lá vão recursos do salário-educação, dos jogos de loteria, enfim, boa parte do dinheiro vai para o FNDE. Portanto, o FNDE é um órgão que tem muito dinheiro, recurso. Mas é preciso otimizar esses recursos.

Com relação à pergunta que fiz ao nobre Deputado Bilac, eu lerei o que diz o seu relatório:

> *69. Em decorrência do Novo Regime Fiscal, e em obediência à Instrução Normativa nº 01, de 2017, serão inadmitidas emendas ao PLOA 2018 que, cumulativamente:*
>
> *I - propuserem acréscimo de despesas primárias sem observância do correspondente limite individualizado a que se refere o art. 107, incisos I a V, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADTC, e da compensação autorizada nos termos dos §§ 7º, 8º e 9º do mesmo artigo e da LDO; e*
>
> *II - não indicarem cancelamento compensatório de despesas primárias sujeitas ao NRF, no âmbito do mesmo Poder, no caso de emenda à programação de órgãos do Executivo, ou no âmbito do mesmo órgão, nos demais casos, não podendo incidir sobre despesas obrigatórias.*

Vai acontecer que, quando o Parlamentar fizer a sua indicação, como disse o Senador que terminou de falar, ele vai atender aos pedidos da base. Suponhamos que, de repente, a base vá pedir que sejam adquiridos instrumentos para uma banda musical, por exemplo. O Parlamentar vai pôr isso. Mas como ele vai saber que estouraram as despesas, visto que outros vão fazer indicações também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Isso é meio complicado. Quero saber qual é a saída. Eu, como Relator Setorial da Área de Desenvolvimento Urbano, vou ter dificuldade para arrumar isso. Essa é a minha preocupação.

Eu sei que o Senador está certo. Agora, foi criado um imbróglio, que não sei como vai ser resolvido.

A Consultoria da Comissão vai dar um jeito nisso. Mas é bom que os Deputados e Senadores saibam dessa dificuldade que vai ser criada na frente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sem dúvida.

Srs. Parlamentares, eu queria fazer uma proposta a V.Exas.: como estamos na iminência de o Senado Federal iniciar a Ordem do Dia, poderíamos votar o projeto e continuar discutindo a matéria. Seria algo um tanto inusitado, mas que acho que é bem possível.

Se V.Exas. concordarem, nós votamos e continuamos discutindo a matéria. De acordo?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta: como há convocação de reunião para amanhã, ela está vinculada ao tema de hoje, à conclusão da agenda de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sim, estrategicamente foi assim que eu planejei. Se nós não conseguirmos concluir os trabalhos hoje, concluiremos amanhã. Na hipótese de votarmos e concluirmos o trabalho hoje, a reunião de amanhã cairá.

Havendo concordância, encerro a discussão e coloco a matéria em votação.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam com o relatório do Deputado Bilac Pinto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto a matéria à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Continuamos a discussão.Está com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, quero falar apenas sobre esse assunto específico das creches, Sr. Presidente.

A minha sugestão é que se faça um convite ao Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, porque não existe só esse caso da metodologia inovadora que a Deputada Laura Carneiro nos relatou como exemplo, em que, no caso, a empresa quebrou.

Há também creches inacabadas mesmo tendo sido usada a metodologia anterior, e os prefeitos que estão lá têm problemas com os órgãos de fiscalização. Às vezes, já se passou uma gestão toda, e não foi terminada a creche. Há casos em que faltam 15% para conclusão da obra, mas os equipamentos já passaram a se deteriorar e a sumir.

Eu sugeriria que, no caso específico, como o número é muito alto, o Presidente do FNDE seja convidado. Os órgãos de controle estão tentando estabelecer uma separação: quem tem que responder vai responder; e deve se arrumar um jeito para encerrar o contrato de convênio anterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Srs. Parlamentares, consulto V.Exas. para saber se nós podemos receber este requerimento verbal de convite ao Presidente do FNDE, como propõe a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Se todos concordarem, o requerimento fica aprovado. Então, no âmbito da Comissão, entraremos em contato com o Presidente para verificar a data em que ele poderá vir aqui e explicar isso para nós.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Se todo mundo subscrever o requerimento da Dorinha, podemos, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Se for necessário, o Presidente do FNDE já tem um estudo bem avançado em relação à situação das creches. Talvez também o TCU já tenha portarias para finalizar o encaminhamento. Eu acho que isso poderia ajudar muito, porque há problemas desse tipo no Brasil inteiro.

Tenho certeza de que o Presidente Silvio virá a esta Comissão com prazer. Nós faremos o que for possível para terminar essas obras. É uma judiação ver crianças estudando em casebres, enquanto essas obras estão lá, inacabadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Defiro, então, a inclusão, na pauta, do requerimento proposto pela Professora Dorinha Seabra Rezende e o submeto à aprovação, primeiro na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Da mesma forma, submeto à aprovação do Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento para convite ao Presidente do FNDE.

Concedo a palavra ao Deputado Toninho Wandscheer.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, nós estamos falando de emendas de vários tipos. Mas as emendas de bancada e as individuais não são propostas para resolver problemas de obras inacabadas, a não ser que uma bancada deseje e assim queira fazê-lo.

Então, na minha opinião, nós não estamos falando aqui das emendas de bancadas nem das individuais. É claro que, se a bancada definir uma emenda para uma determinada obra que precisa de mais recursos, a bancada deverá, sem dúvida alguma, propor uma emenda para completá-la. Isso faz parte.

Mas é preciso que fique bem claro que o que nós estamos discutindo aqui não leva em consideração as emendas de bancadas nem as individuais. Essas emendas não são colocadas para executar obras inacabadas. Elas são realmente para atender interesses dos Municípios que vêm, sem dúvida alguma, através dos Deputados e dos Senadores também.

Quero deixar isso claro, senão fica aquela dúvida de que os Deputados e os Senadores terão que colocar emendas de bancada para atender obras que já estão inacabadas. E não é essa a discussão aqui. E esse caso também não atingirá as individuais, que têm que ser colocadas para atender interesses dos Municípios.

Para as obras inacabadas, tem que ser levado em consideração, por exemplo, o veto do Presidente, pois nós colocamos que o FNDE não poderia começar novas obras sem terminar aquelas inacabadas. Eu acho que nós temos que derrubar o veto, porque cabe, sim, ao gestor de cada Ministério cuidar do seu órgão e das novas obras que estão sendo colocadas sem se terminarem as antigas e inacabadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas isso não cabe a nós Deputados, com nossas emendas, cujo valor não é grande coisa, é pouco para um Brasil tão grande e para tanta necessidade que os Municípios têm.

Eu só queria também colocar — o Deputado Bohn Gass não está aqui agora — que foi descontingenciado dos Deputados, das suas emendas individuais, 1 milhão e 200 mil reais, que vão poder ser readequados conforme aquilo que já foi colocado anteriormente.

Então, eu creio que as emendas individuais produzem, sem dúvida alguma, algo muito importante no Município. Elas não podem ser colocadas também para se executarem obras inacabadas, porque não é essa a proposta para o uso dessas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa.

Eu quero aproveitar, antes de passar a palavra ao Deputado Cacá Leão, que é o nosso Relator-Geral do Orçamento, para fazer um breve comentário a respeito das emendas individuais dos Parlamentares.

Deputado Bilac Pinto, eu ouço, até com certa indignação, em determinados momentos, que essas emendas são dos Deputados ou dos Senadores. Quero deixar claro que eu não tenho emenda nenhuma, que eu, como Senador, não tenho emenda nenhuma. Todas as minhas emendas ou vão para o Governo do Estado, ou para os Municípios, ou para os hospitais, ou para as unidades básicas de saúde.

É importante que nós esclareçamos à opinião pública que essas emendas não vão para o Senador lá no Município de Xaxim, por exemplo, no oeste catarinense, e que o Senador vai lá e pega a emenda dele. Não, a emenda vai para o Município.

Eu sei que eu não precisaria fazer isso, mas, por uma obrigação intrínseca, pessoal, por não me conformar muitas vezes com insinuações sobre essas emendas parlamentares, preciso dizer que elas se destinam ao desenvolvimento regional dos Municípios. E que bom, graças a Deus que, apesar de um momento de crise como este, ainda tenhamos um mínimo de emendas a distribuir! Por isso, eu queria fazer esse breve comentário.

Agora passo a palavra ao Deputado Cacá Leão.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Nobre Presidente, Senador Dário Berger, inicialmente, quero parabenizar a iniciativa da Deputada Professora Dorinha de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apresentar requerimento para trazermos o Presidente do FNDE, o Sílvio Pinheiro, do partido da Deputada e do meu Estado, a Bahia, aliás, um gestor muito competente e que tem conseguido destravar, para esta Comissão, muita coisa no órgão.

Esse não é um problema simples. Os Parlamentares que me antecederam já levantaram algumas questões. Temos que corrigir um erro de metodologia, de modelo. O mesmo modelo da creche para o Município de São Paulo é o da creche do Município de Formosa do Rio Preto, do Município de Catolândia, no Estado da Bahia, que tem 4 mil habitantes. Então, eu acho que existe um erro de concepção.

Além de tudo, há a questão da empresa, que passa por dificuldades financeiras e, parece-me, quebrou, e há a questão das creches que foram feitas através da administração direta dos Municípios. Muitos recursos, praticamente 100% deles, que foram repassados para os Municípios não foram suficientes para concluir as obras.

Também há a discussão que já foi levantada: a questão das emendas parlamentares que são impositivas, que o Deputado tem o direito de colocar no Município para a finalidade que ele, o prefeito ou a liderança política desejarem. Então, não dá para impor uma vontade ou um desejo para concluir determinado obra.

Ainda existe uma questão legal. Muitas dessas obras que estão sendo fiscalizadas pelo Ministério Público, que estão em auditoria têm recursos, mas não podem receber novos recursos federais.

Portanto, eu acho que a discussão é bastante pertinente. Tenho certeza de que a vinda do Presidente do FNDE a esta Comissão será bastante esclarecedora. Já tive oportunidade de conversar com ele algumas vezes sobre esse tema. Inclusive, depois de ele ter chegado ao FNDE, já baixou algumas portarias, já tentou quebrar essa burocracia para algumas creches cujo problema não era muito grave, para que retomassem as obras, algumas das quais já foram até retomadas.

Acho que é de grande valia a vinda do tema à Comissão, porque é um assunto bastante delicado. Apesar de haver teto no caso da educação, não dá para querermos aqui impor ao Deputado que ele coloque sua emenda individual ou a emenda impositiva de bancada para destinar recursos para terminar uma obra do FNDE ou qualquer outra que seja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na Bahia, há um caso que é emblemático, da BR-135, onde o IBAMA até hoje não deu licença para conclusão de quatro trechos da obra. Passaram-se vários anos, e o valor da obra já está defasado. Quando o IBAMA autorizar essa conclusão, vamos ter dificuldade com o custo da obra, com o valor para concluí-la, porque o tempo fez com que os recursos se desvalorizassem.

Então, eu acho que temos que tratar o tema das obras inacabadas com bastante cuidado. Não dá para engessar o Orçamento da União com determinados temas. Mas acredito que também é preciso fazer o possível para encontrar um caminho para resolver esses problemas.

O intuito da minha fala foi de contribuir e também de parabenizar a iniciativa desta Comissão, em especial da Deputada Professora Dorinha, com relação ao convite ao Presidente do FNDE, o Sílvio Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Vamos para o fim da nossa reunião.

Consulto o Deputado Bilac Pinto se quer fazer algum esclarecimento, embora eu acredite que o relatório de S.Exa. foi tão bem apresentado que prescinde de maiores explicações. Além do mais, depois as dúvidas foram suscitadas e esclarecidas.

Antes de passar a palavra à Senadora Kátia Abreu, aproveito a oportunidade para cumprimentar o Deputado Bilac Pinto pelo relatório e também os membros do Comitê de Admissibilidade de Emendas, composto pela Deputada Laura Carneiro, pela Deputada Carmen Zanotto, pelo Deputado Jaime Martins, pelo Deputado Domingos Sávio, pelo Deputado Zé Carlos, pelo Deputado Toninho Wandscheer, pelo Senador Benedito de Lira e pelo Senador Cidinho Santos

Deputado Bilac Pinto, faço um agradecimento especial a V.Exa. pela presteza e pela dedicação ao elaborar o relatório no tempo certo e ideal da nossa Comissão.

Muito obrigado.

Passo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Sr. Presidente, eu gostaria, se fosse possível, que pedissem ao Presidente do FNDE que trouxesse um relatório de todas as creches do Brasil, com a situação delas em cada Município, em cada Estado, para ser distribuído entre os Parlamentares, e termos uma noção de quanto custaria terminar essas obras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes de encerrar, eu gostaria de deixar aqui outra sugestão para reflexão na próxima reunião ou em outra oportunidade, pois não sei se ainda será possível.

Refiro-me a uma pesquisa que saiu ontem em relação ao tratamento de esgoto no Brasil. É uma coisa assustadora! No Brasil, o esgoto de 45% da população não recebe qualquer tratamento. No Rio de Janeiro, essa porcentagem chega a 70%.

Portanto, eu penso, Sr. Presidente, que, da mesma forma que as emendas individuais são vinculadas à saúde, talvez pudéssemos abrir emendas individuais para o esgotamento sanitário, como já falei com o Relator, que vai receber uma solicitação minha. Então, penso que também que uma das duas emendas individuais de todo País pudesse ser impositiva, obrigatória para o esgotamento sanitário.

Isto aqui é saúde, Sr. Presidente, isto é uma vergonha nacional. Não estamos aqui querendo achar culpados A, B, C ou D. Mas é um fato que temos que reverter. Então, se uma das duas emendas obrigatoriamente for para esse fim, eu acho que o Congresso Nacional dará uma grande contribuição ao nosso País, o que é nossa obrigação.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, só uma questão. Eu discordo da Deputada, porque o Paraná coloca sempre os recursos na educação, que também é área de grande importância. Se formos engessar e determinar onde vamos ter que colocar as emendas, pode ser que o nosso Estado não tenha interesse tão grande nisso, já que dispõe de grande quantidade de esgotos sanitários prontos.

O Paraná é um dos Estados que tem uma das maiores coberturas de esgotamento sanitário, devido ao bom trabalho que faz. Mas, na educação, nós temos que recuperar os institutos federais, que precisam ser reconstruídos. E há outras obras importantes na área da educação.

Então, só quero colocar o contraponto de que não devemos engessar as emendas, deixando que sejam liberadas de acordo com o interesse de cada Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeitamente.

Deputado Bilac Pinto, eu não sei se não seria interessante a flexibilização das emendas impositivas de bancada, cujo valor, evidentemente, permaneceria o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mesmo. E não seria nem razoável que eu defendesse outra coisa que não fosse a ampliação da emenda, ao invés da redução.

Mas, de repente, eu sugeriria que a emenda fosse flexibilizada e que nós pudéssemos investir em educação, em saúde, em saneamento, já que essa emenda tem um valor "x".

Por exemplo, no meu Estado, cerca de cem Municípios nem sequer têm projeto de saneamento básico. Até quero anunciar que vai ser uma luta de minha parte, para não dizer uma briga, para inserir recursos no Orçamento e para que o Governo possa financiar, pelo menos nessa primeira leva, a execução dos projetos.

Não adianta nós alocarmos recursos para resolver o problema do saneamento básico se não existirem os projetos. Mas dá para fazer isso em parceria com as companhias de saneamento locais ou com os institutos próprios de saneamento, e por aí vai. Mas o projeto é uma coisa importante, fundamental.

Então, eu estou imaginando que, se uma emenda de bancada de Santa Catarina pudesse ser mais flexível, poderíamos colocar aproximadamente 30 milhões ou 40 milhões de reais para saneamento básico, para desenvolver os projetos. E aí resolveríamos os projetos de todos os Municípios de Santa Catarina.

Essa é só uma sugestão, porque, com o tempo, nós temos que ir aprimorando as nossas ações de acordo com as necessidades da ponta. E acho que essa iniciativa seria uma iniciativa um tanto quanto interessante.

Deputado Toninho, V.Exa. deseja usar a palavra?

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Eu concordo plenamente com V.Exa. Sr. Presidente.

Eu acho que, se tivéssemos possibilidade de fazer até quatro emendas — poderia ser uma, duas ou três, dependendo do interesse de cada Estado —, seria fantástico. Não sei se para este momento ainda é possível, eu acho que não o é mais. Se não puder ser agora, eu acho que, para o ano que vem, seria importante essa mudança.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas eu acho que é interessante essa questão e vou fazer um pedido para a assessoria nesse sentido.

Nós estamos para apreciar o PLN dos vetos da Presidência da República. Quem sabe nós não voltamos a inserir a flexibilização nesse PLN que retornou para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cá? Então, eu quero fazer essa recomendação às nossas assessorias, para que possamos discutir e, evidentemente, colocar essa matéria à deliberação de V.Exas.

Isto posto, vamos para o encerramento, então.

Informo que, em virtude da aprovação de todas as matérias constantes da pauta, cancelo a reunião extraordinária prevista para amanhã, como já havia mencionado em resposta à questão de ordem feita pelo Deputado Bohn Gass.

Informo também que, na próxima quinta-feira, dia 28, às 10 horas, no Plenário 2, haverá reunião de audiência pública, com a presença do Dr. Cláudio Castello Branco, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, que apresentará a esta Comissão o relatório de políticas e programas do Governo.

Esse tema é importante, e eu gostaria que os Parlamentares desta Comissão estivessem presentes na audiência. Vou repetir: na próxima quinta-feira, dia 28, às 10 horas, no Plenário 2, haverá reunião de audiência pública, com a presença do Sr. Cláudio Castello Branco, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, que apresentará a esta Comissão o relatório de políticas e programas de Governo.

Além disso, eu gostaria de lembrar que, na segunda-feira, dia 2 de outubro, às 14h30min, no Plenário 2, haverá palestra sobre elaboração de emendas referentes à Lei Orçamentária Anual de 2018. Essa também é uma informação importante principalmente para as assessorias dos nossos Parlamentares.

Portanto, na segunda-feira, dia 2 de outubro, às 14h30min, no Plenário 2, haverá palestra sobre elaboração de emendas referentes à LOA de 2018. Esse tema é bem importante e interessante.

Concedo a palavra ao Deputado Toninho Wandscheer.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, não seria necessário que a votação do PLN ocorresse antes da elaboração das emendas? Não vai ter nenhuma influência?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Acredito que não, porque as emendas terão prazo.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Nós levantamos aqui a possibilidade de fazer quatro emendas. Eu vejo uma situação muito favorável para as bancadas fazerem dessa forma. Então, seria razoável se pudéssemos votar o PLN antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu acho que uma questão não exclui a outra.

Eu já fiz essa recomendação. O Relator é o Deputado Hugo Motta. Então, vamos pedir ao Relator e a sua assessoria para agilizar essa questão, porque seria importantíssimo não criar nenhum conflito ou confronto com essa nossa intenção, esse nosso desejo de desmembrar ou flexibilizar as emendas impositivas de bancada. Eu acho isso importantíssimo para os nossos Municípios. *(Pausa.)*

Alerta-me a assessoria que, se o projeto for votado depois, as bancadas também poderão fazer alteração depois e, em vez de marcar duas, poderão marcar quatro. Evidentemente, se houver aquiescência do Plenário, daremos continuidade ao que ficar efetivamente decidido.

Concedo a palavra ao Deputado Bilac Pinto.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, quero apenas colaborar com a sua colocação.

O Deputado Hugo Motta, Relator dessa matéria, ainda não entregou o relatório. Será que ele não poderia fazer uma alteração no prazo de entrega dessas emendas, evidentemente com a anuência do Plenário da Comissão Mista de Orçamento?

Peço que V.Exa. faça uma consulta sobre isso. Quem sabe assim nós estaremos colaborando para fazer as redefinições dos critérios da utilização dessas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. poderia repetir?

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - A assessoria do Partido da República está me alertando para o seguinte: que o Deputado Hugo Motta ainda não entregou o seu relatório.

Pergunto, considerando a sua iniciativa de reapresentação das emendas com destinações, se não poderíamos fazer alteração do prazo de entrega dessas emendas e, depois, fazer as redefinições das suas utilizações, conforme V.Exa. quer. *(Pausa.)*

O relatório ainda não foi entregue.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas ainda cabe emenda ao PLN? *(Pausa.)*

Não cabe mais emenda. Mas S.Exa. pode fazer uma emenda de Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - S.Exa., como Relator, pode fazer as emendas e, evidentemente, as modificações e submetê-las à apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Isso foi muito bem lembrado por V.Exa.

Eu transfiro essa incumbência à nossa assessoria. Depois eu gostaria de conversar com o Deputado Hugo Motta para pedir a S.Exa. que agilize essa questão.

Neste momento, agradeço a presença dos Parlamentares desta Comissão, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUARTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2017.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pelo Senador Dário Berger (PMDB/SC), Presidente da CMO e pelo Deputado Cacá Leão (PP/BA), Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018. Esta reunião foi convocada para ouvir o Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Senhor Cláudio Castello Branco, que apresentará Relatório de Políticas e Programas de Governo 2017, em atendimento ao **Requerimento n.º 06/2017-CMO**, de autoria do Senador Dário Berger (PMDB/SC), aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 19.09.2017. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Bilac Pinto, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Domingos Sávio, Evandro Roman, Hugo Leal, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer e Vitor Valim; **- Senador titular:** Dário Berger; **- Deputados suplentes:** Carmen Zanotto, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Josi Nunes e Raimundo Gomes de Matos. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Evair Vieira de Melo. **ABERTURA:** às dez horas e vinte minutos, o Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), declarou iniciada a reunião e convidou para tomarem assento à Mesa de trabalhos o Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Sr. Cláudio Castello Branco, o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, Deputado Cacá Leão (PP/BA), o Coordenador-Geral de Controle Externo de Resultados de Políticas e Programas Públicos, Sr. Marcelo Barros Gomes, e o Secretário de Macroavaliação Governamental, Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, ambos do Tribunal de Contas da União - TCU. Em seguida, o Presidente esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. E conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do mesmo diploma legal*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos. Logo após, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Sr. Cláudio Castello Branco, que apresentou o Relatório de Políticas e Programas de Governo 2017, fazendo uso de projetor de multimídia. Em seguida, complementando a exposição sobre o tema, fez uso da palavra o Coordenador-Geral de Controle Externo de Resultados de Políticas e Programas Públicos do TCU, Sr. Marcelo Barros. Encerrada a apresentação, o Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), como autor do Requerimento, teceu considerações gerais sobre o tema e o debate foi iniciado. Participaram do debate a Deputada Carmen Zanotto (PPS/SC) e os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Toninho Wandscheer (PROS/PR), Hildo Rocha (PMDB/MA) e Cacá Leão (PP/BA). Em seguida, o palestrante, Sr. Cláudio Castello Branco, auxiliado pelo Sr. Marcelo Barros, respondeu aos questionamentos dos parlamentares. E para finalizar, o Secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, complementou os esclarecimentos aos debatedores. Às 12h14min, o Deputado Cacá Leão (PP/BA) assumiu a direção dos trabalhos. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício, Deputado Cacá Leão (PP/BA), agradeceu o comparecimento do Secretário-Geral de Controle Externo do TCU, da sua equipe técnica e dos parlamentares presentes, e encerrou a reunião às doze horas e quinze minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 28.09.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Declaro iniciada a 4ª Reunião de Audiência Pública de 2017 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião é resultado da aprovação do Requerimento nº 6, de 2017, de minha própria autoria, com a finalidade de receber o Secretário-Geral do Tribunal de Contas da União, Sr. Cláudio Castello Branco, que apresentará a esta Comissão o *Relatório de Políticas e Programas de Governo 2017*.

Neste momento, convido a compor a Mesa o Dr. Cláudio Castello Branco, Secretário-Geral do Tribunal de Contas da União. *(Pausa.)* Seja bem-vindo!

Convido também o Sr. Marcelo Barros Gomes, Coordenador-Geral de Controle Externo de Resultados de Políticas e Programas Públicos do Tribunal de Contas da União. *(Pausa.)* Seja bem-vindo!

Convido ainda o Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União. *(Pausa.)* Seja bem-vindo!

De acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante costumeiramente dispõe de 20 minutos para sua exposição, evidentemente, prorrogáveis a juízo da Comissão. E, nesse momento, não é comum, não é normal, o aparte.

E, conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, obedecendo a um prazo de 3 minutos.

O interpelado também disporá de 3 minutos para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo também de 3 minutos. É vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo que a lista de inscrição está aberta. Portanto, os Parlamentares que desejem se inscrever poderão fazê-lo aqui com a nossa assessoria, que coordena comigo os trabalhos.

Dito isso, vamos à apresentação.

Concedo a palavra ao Sr. Cláudio Castello Branco, Secretário-Geral do Tribunal de Contas da União.

O SR. CLÁUDIO CASTELLO BRANCO - Bom dia. Cumprimento as autoridades presentes, na pessoa do Exmo. Senador Dário Berger.

Eu gostaria de agradecer muitíssimo a oportunidade concedida ao Tribunal de Contas da União, aos técnicos do Tribunal de Contas da União, para apresentar aos senhores um dos relatórios que nós consideramos mais relevantes para esta Casa: o relatório de avaliação das políticas públicas.

Há muito que nós queremos nos aproximar cada vez mais do Congresso Nacional. E o principal meio de comunicação que temos são os nossos relatórios, a principal porta de entrada é a CMO, e o meio mais importante é o Orçamento.

Este relatório visa especificamente atender a essa necessidade que temos desse vínculo permanente com o Congresso Nacional, no sentido de auxiliá-lo permanentemente.

Vou começar a nossa exposição apresentando para os senhores por que fazemos este relatório.

(Segue-se exibição de imagens.)

A própria Constituição Federal determina que façamos a fiscalização orçamentária e operacional. Então, estes dois termos: orçamentária e operacional são o foco principal deste relatório.

E, especificamente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, em seu art. 123, impõe ao Tribunal de Contas da União a entrega para os senhores de um quadro-resumo relativo à qualidade da implementação e ao alcance de metas e objetivos dos programas e ações governamentais, ou seja, um relatório sobre o que foi feito com o que foi aprovado nesta Casa; que resultado foi alcançado; o que foi implementado; e qual a qualidade disso. Esses são aspectos extremamente importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Este relatório traz para nós e para os senhores o resultado de políticas públicas e programas, para se saber se os objetivos estão sendo alcançados ou não.

Dados os motivos pelos quais fazemos este relatório, vamos pensar um pouco, vamos nos concentrar um pouco no ambiente em que nós nos encontramos agora no nosso País, na nossa Nação. Não é um ambiente bom.

Devido ao novo regime fiscal, a priorização de programas capazes de gerar os resultados esperados e a análise minuciosa do Orçamento se fazem extremamente necessárias. Nós temos uma retração econômica da ordem de 7%, nos últimos 2 anos, e um PIB decrescente. Tudo isso exige que a qualidade e os resultados dos programas sejam cada vez mais efetivos, mais eficientes, mais eficazes.

Para isso, tanto o Tribunal de Contas da União como esta Casa têm que trabalhar cada vez mais detidamente na peça orçamentária. Precisamos ter insumos, precisamos ter avaliações. Precisamos saber se está havendo um bom planejamento, uma boa coordenação, uma boa integração, um bom monitoramento dos resultados.

Tudo isso nos leva a diversos problemas em todas as áreas basicamente. O Tribunal tem a capacidade de fiscalizar toda e qualquer área pública. Isso é uma oportunidade e um grande risco. Tudo o que é feito na Nação nós podemos ver.

E a Nação hoje nos apresenta vários indicadores muito ruins. O País está no 55º lugar no *ranking* de logística, entre 106 países; é campeão mundial em homicídios; é o 81º em competitividade, entre 138 países; tem 27% de analfabetos funcionais; tem 11 das 25 cidades mais violentas do mundo — eu mesmo já fui assaltado e levei dois tiros, ou seja, já senti na pele o problema da nossa sociedade, no nosso dia a dia —; o País é o 55º em eficiência em saúde, entre 55 países; e tem 53% das organizações municipais em patamar inicial de governança. Isso é grave! Nós temos que fazer algo.

Em termos gerais, 8 em cada 10 brasileiros, ou seja, 80% da população brasileira, acredita que nós — aí tenho que dizer nós, já que não podemos culpar o só Executivo, porque somos todos parceiros na tentativa de obter resultados na aplicação da política pública — utilizamos mal os recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós não temos mais tempo. Nós falamos sempre em preparar o Brasil para os nossos filhos e nossos netos, mas nós temos que preparar o Brasil para nós agora, já, transformá-lo hoje!

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União, com o objetivo de aprimorar a administração pública e promover uma administração pública efetiva, ética, ágil, com entrega rápida, tem focado sua atividade em três pilares básicos: avaliar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos, o que tem a ver com o que nós estamos comentando; combater a fraude e a corrupção, que afetam diretamente o resultado das políticas e dos programas públicos; e, especificamente, avaliar o resultado final das políticas e programas públicos, para saber que metas foram atingidas e qual a qualidade dessas metas.

Como base temos a transparência e a conformidade com a lei e os regulamentos. Isso é básico. A transparência cura todos esses problemas, permite verificar a eficiência, combate fraudes e apresenta resultados.

Como construímos este relatório? Nós conversamos muito. Nós fizemos acordos de cooperação técnica entre o TCU e as Casas do Congresso, o que dá guarida a essa atividade, tranquilamente. Fizemos reuniões entre o Presidente do TCU e os Presidentes da Câmara e do Senado. E fizemos também reuniões com os Presidentes das Comissões Temáticas, oficinas de trabalho e reuniões técnicas com as Consultorias Legislativas e de Orçamento muito profícuas. Com o próprio Executivo nós tivemos reuniões também, para apresentar os resultados de trabalho.

Em que este relatório, após toda essa discussão, focou? Quais são as principais perguntas que queremos responder?

A primeira delas: quais são os problemas estruturantes da atuação estatal que impactam os resultados das políticas e programas públicos? Para responder a essa pergunta, nós juntamos, colimamos, 26 acórdãos recentemente tratados no Tribunal e que apresentam, sistematicamente, os problemas centrais de desgovernança, falta de gestão de riscos e assim por diante, falhas estruturais e estruturantes na execução do orçamento e na obtenção de resultado.

Uma segunda questão fulcral foi: quais são os principais problemas que afetam o alcance de resultados dos programas e ações fiscalizados? Nesse caso de ações fiscalizadas, nós selecionamos algumas ações mais recentes, num total de sete ações, sete trabalhos que apresentaram problemas específicos em áreas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foram pré-acordadas com os senhores: saúde, educação, segurança, finanças públicas, sistema prisional, infraestrutura — transporte público e mobilidade urbana —, previdência e produtividade.

Isso resultou na seleção dos sete programas que estão aqui apresentados: Portal Único do Comércio Exterior; Política de Telecomunicações; Ação de Implantação e Melhoria dos Sistemas Públicos de Resíduos Sólidos; Ações para Controle da Sífilis; Programa Bolsa Formação; Fundo de Financiamento Estudantil — FIES, no qual graves problemas foram vistos; Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional — PNASP. Esses foram os sete programas selecionados, especificamente.

Voltando, então, nós pegamos 26 trabalhos já realizados e que, sistematicamente, apresentavam os problemas mais comuns, mais recorrentes na administração pública no tocante à elaboração e ao resultado do Orçamento e sete com assuntos específicos, para ver se eles continuam acontecendo ou não.

Quais resultados encontramos? Antes de falar do resultado, volto um pouco ao contexto. Estamos falando aqui de 46% do PIB, ou seja, do nosso orçamento hoje. O gasto público é muito elevado. Cada vez mais temos que ter qualidade e proficiência com o orçamento, ter cuidado com a sua avaliação e com a celebração do seu resultado.

No que podemos focar esses valores? Em 655 bilhões de reais, que são as políticas públicas, que nós podemos tratar previamente, orientar a formulação, a elaboração e a avaliação do seu resultado. É muito dinheiro, é muita responsabilidade. É preciso cada vez mais fazer melhor o nosso trabalho: CMO, TCU, Poder Executivo e os outros Poderes também.

O que foi encontrado basicamente em termos gerais? Déficits institucionais de governança e gestão. Desde 2006, o tribunal tem batido no tema da governança e gestão, ineficiência. Sugere ineficiência no gasto e desperdício na aplicação dos recursos, desde a parte de ineficiência ou fraude; falha na estratégia do Estado, que apresenta ausência de um planejamento de longo prazo — até hoje não temos uma visão de 20, 30 ou 40 anos. Isso é essencial para uma nação, é essencial para medirmos os resultados e alcançá-los —; e a ausência generalizada de planos estratégicos institucionais. As instituições *per si* têm poucos planos que apresentam objetivos indicadores e metas a serem alcançados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por outro lado — aqui eu gostaria de ressaltar uma atividade extremamente importante do Tribunal de Contas da União —, nós não queremos somente consertar o que está errado, através de proposta de melhoria ou das punições que também fazemos de forma impecável, mas, paralelamente, ou até mesmo, principalmente, nesses casos, queremos pegar também as boas práticas, em que situações o orçamento, a execução orçamentária, os resultados, as transformações são exequíveis, são claras.

Trouxemos aqui alguns casos de boas práticas: Pernambuco tem um plano de longo prazo até 2035, Mato Grosso, até 2031 e o Ceará, até 2040. Ou seja, os Estados talvez já estejam à frente do Governo Federal. Isso é ótimo! Cria o que eu chamo de "ciúme construtivo": vamos vê-lo e vamos tentar praticar igual ou melhor.

Há algumas falhas ainda na estratégia do Estado, a fragilidade do PPA e a falta de uniformidade e padronização dos planos nacionais e setoriais.

Nós podemos contribuir muito. O PPA é uma peça, como dizem, um pouco de ficção. Ela ainda não deixa com clareza indicadores de efetividade, indicadores, objetivos, metas, resultados que devem ser alcançados. A comunicação entre os planos é muito difícil. Hoje nós temos parâmetros internacionais chamados de MTEF — Medium Term Expenditure Framework, pelo Banco Mundial, que criam planos de longo prazo e de médio prazo, que dizem como devem ser os critérios básicos. O nosso PPA pode ser aprimorado muito, as nossas elaborações orçamentárias podem ser mais bem elaboradas.

Vimos também que 67% dos Ministérios avaliados não possuem capacidade para acompanhar o desempenho e os resultados de seus programas. Isso é péssimo! Aprovamos o dinheiro. E aí? Aprovamos recursos, temos alguma meta a alcançar, às vezes não temos nem a meta a alcançar, mas nem medimos o resultado.

No mesmo tópico, está a ineficiência nos mecanismos de monitoramento e avaliação. Somente 33% produzem informações sobre o desempenho e os resultados. Isso é básico, o processo de *accountability*. Estamos tendo agora paralelamente a essa audiência pública um evento sobre governança alheia, o Seminário Internacional Governança e Democracia, no qual é tratada justamente a *accountability*, a transparência e a prestação de contas. Se não temos informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sobre desempenho e resultados, como vamos prestar contas, como vamos melhorar, vamos aprimorar?

Deficiência na articulação e na coordenação. Este aqui é um exemplo interessante que trouxemos. Ao mesmo tempo em que há uma política que promove o uso sem agrotóxicos, há outra política, outro programa que subsidia o uso do agrotóxico. Ao mesmo tempo, o Governo compete entre si com seus programas.

Vimos falhas também na gestão de riscos. Só 54% estariam no estágio de capacidade inicial da gestão de riscos. Cada vez mais nós temos que fazer a gestão de risco. A gestão de risco é não conseguimos entregar um resultado. O risco nós evitamos. O agente público mitiga ou aceita. Nós temos que mitigar o risco de não entregar um bom resultado. De todas as organizações 49% não têm essa gestão de risco, 109 organizações federais declararam que o processo de gestão de risco não está implantado. Essa foi uma avaliação em 7.700 organizações respondentes.

Há impropriedades também na governança do próprio orçamento e gestão de risco do orçamento — como havia comentado—, a capacidade dos órgãos de entregar, os riscos inerentes ao processo orçamentário. Dois itens são históricos: a superestimação da receita e a incrementalidade do Orçamento Federal. Por não haver todos esses elementos de gestão de risco, de uma boa avaliação, de uma boa planificação, nós aumentamos nosso orçamento ano a ano, simplesmente, para aumentar 10%. Agora as restrições são para não aumentar, mas de forma linear e a superestimação da receita. Sempre tivemos esse problema histórico.

Vimos também problemas de gestão e governança no Centro de Governo. O Centro do Governo aqui entendido como o Ministério do Planejamento, Casa Civil, Ministério da Fazenda, os órgãos centrais. Isso se reflete quase simetricamente nas políticas. Os problemas vistos no cérebro geram os problemas no corpo.

Então, se o Centro de Governo não consegue fazer as sinapses devidas no cérebro, as coordenações devidas, isso afeta toda a base, todos os programas decorrentes em todos os Ministérios. Existem casos de sucesso? Sim, mas a coordenação, a implementação é muito deficiente. Isso gera problemas nacionais crônicos.

Nós falamos de saúde, educação, segurança, há anos. Nós temos que parar com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Este quadro aqui apresenta os resultados, em termos percentuais, do que mais apareceu: deficiência no planejamento, na formulação, deficiência na articulação e coordenação, deficiência na gestão de governança financeira, deficiência na gestão de risco e controles internos, no monitoramento e avaliação, no desenvolvimento das competências específicas e da governança e gestão com as soluções de tecnologia de informação e de pessoas.

Há um fato interessante que agrava toda essa situação. Vimos que temos muito dinheiro. Na realidade, lidamos com muito dinheiro, 600 bilhões nas políticas. Por outro lado, não temos um controle efetivo, uma execução orçamentária boa, desde a sua formulação até o resultado final, e, embora os gastos tenham sido crescentes, o nosso IDH não conseguiu aumentar. Ou seja, continuamos gastando mal. Lembram-se daqueles 8 de 10 que reclamam? Daqui a pouco vão chegar de 10 em 10, porque o IDH é o que dá o nosso sentimento de cidadão. O nosso Índice de Desenvolvimento Humano é muito baixo, embora a nossa carga tributária seja muito elevada.

Por fim, quase terminando, o que nós deliberamos? Nós fixamos um prazo de 60 dias para a manifestação acerca das possibilidades de ações já empreendidas para tratar das ocorrências apontadas no relatório. Ou seja, o Poder Executivo, em 60 dias nós apontamos várias deficiências. E o que vocês já fizeram em 60 dias? O que já foi feito nessas áreas para corrigir isso?

Recomendamos a elaboração de um plano de ação que contemple essa medida para o aprimoramento das atividades-chave dos Estados, notadamente no arcabouço de planejamento e orçamento, na capacidade de articulação, monitoramento e avaliação da coerência do conjunto de programas e ações governamentais.

Essas duas medidas, embora simples, em tese, são extremamente relevantes e motivam o Executivo. Olha, eu já estou fazendo isso e pretendo fazer mais.

Uma clareza muito grande que nós temos que ter é que a missão essencial do Tribunal de Contas da União é aprimorar, não é punir. Então, o que nós queremos é que todos esses problemas acabem, que a maioria desses processos seja realmente implementada, gerando, assim, as entregas, suprindo as necessidades do cidadão e transformando o nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que propomos, em composição com os senhores? Realizar audiências públicas com a participação do Congresso, do centro de governo e do TCU. Ou seja, dessas informações que solicitamos, o que já foi feito? O que se pretende fazer para sanar todos esses problemas? Essas medidas que estão sendo adotadas são suficientes? Que essas medidas sejam apresentadas aqui em conjunto, com a CMO capitaneando, e o TCU e o Poder Executivo dialogando. Dessa maneira, estamos construindo, sim, estamos melhorando o nosso orçamento, estamos transformando o nosso País.

Quero convocar os responsáveis pelos programas e ações analisados, especialmente aqueles sete que nós pontuamos, para prestarem contas e apresentarem as medidas saneadoras dos problemas, ou seja, com um foco geral com o centro de Governo — Casa Civil, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda — e outro nos problemas específicos que avaliamos.

É essencial que haja uma agenda conjunta com o TCU, com o acompanhamento sistemático da adoção das medidas propostas.

Não basta só o diálogo, não bastam só os acórdãos do Tribunal. Precisamos também de alterações legislativas para permitir o aprimoramento da governança de gestão. Elas podem ser colocadas na LDO ou em outros instrumentos.

A gestão de risco surgiu há pouco na administração pública, e isso já é feito lá fora há muito tempo. Nós não temos mais legislação específica, nós temos portarias para tratar disso. Em breve, talvez, sairá um decreto sobre a governança e sobre a governança do Orçamento também. Precisamos de leis, precisamos de coisas mais perenes que permitam a toda a Nação tratar destes assuntos: induzir a administração pública federal à definição de utilização de indicadores e metas. Eu cito aqui um instrumento, também americano, o Government Performance and Results Act — GPRA e o GPRA Modernization Act — GPRAMA, que identifica claramente responsáveis, objetivos e indicadores de metas.

Se nós não damos transparência do que vai ser feito, como poderemos cobrar, como a sociedade poderá cobrar? Se não há um objetivo claro do que será feito, isso gera e permite a fraude e a corrupção.

E, algo muito interessante está relacionado às alocações orçamentárias e ao desempenho dos programas. Quem está conseguindo fazer bem deve ser priorizado; quem não está tem que descobrir o porquê e melhorar o seu processo. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recebimento desse recurso pode ser condicionado à melhoria desse processo, ao alcance dos resultados.

Pretendemos para o futuro — numa visão de futuro, mas num futuro, espero, não longínquo, e uma ação é para bem breve — tomar a iniciativa de entregar este relatório aqui ao Congresso Nacional todo ano, e que, cada vez mais, ele tenha qualidade para subsidiar os senhores na elaboração da peça orçamentária.

Monitoramento sistêmico dos acórdãos citados no relatório: isso pode ser uma ação de controle integrada. O controle externo é uma atividade precípua do Congresso Nacional, pode e deve ser feita em conjunto com o Tribunal de Contas da União.

É preciso firmar parcerias com o Congresso Nacional e os órgãos do Poder Executivo também, centro do Governo e órgãos setoriais, para que possamos claramente mudar a nossa situação.

Esperamos, então, entregar um produto capaz de apoiar o Congresso Nacional nas suas decisões de alocação de recursos orçamentários e no acompanhamento, principalmente, dos resultados, do alcance das metas, para que possamos, hoje, e não mais para os nossos filhos ou os nossos netos, ou também para eles, mas principalmente agora já transformar nossa realidade em todas as áreas públicas. Que esses recursos, que são muito altos, muito caros — nossa carga tributária é extremamente alta, nosso resultado é muito baixo —, possam realmente transformar nossa realidade.

Muito obrigado. Conto com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Eu, preliminarmente, já agradeço a exposição feita por V.Sa., que, de maneira objetiva, sucinta e eficaz deu-nos informações importantes e pertinentes quanto ao Brasil que nós vivemos hoje e, sobretudo, à questão da gestão, que oportunamente voltaremos a discutir. Talvez eu possa formular algum questionamento para ampliar um pouco o debate.

Eu também gostaria de ouvir o Dr. Marcelo Barros Gomes, que é o Coordenador-Geral de Controle Externo e de Resultados de Políticas e Programas Públicos do Tribunal de Contas da União.

Assim sendo, concedo-lhe a palavra.

O SR. MARCELO BARROS GOMES - Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A exposição de nosso Secretário-Geral foi bastante abrangente e suficiente para que possamos dar prosseguimento aos principais entendimentos dos Ministros reunidos ontem no Tribunal de Contas da União, que formulam pela primeira vez um instrumento de utilidade para o processo orçamentário do Congresso Nacional. Então, nós inauguramos hoje uma nova fase da governança, Senador, entre o próprio Tribunal e o Congresso Nacional. Este é um momento — os Ministros reconheceram isso ontem — muito significativo nesta nova fase.

Conforme diz esse documento — e fomos orientados pelo Congresso a apresentar esse estudo —, se, por um lado, o Tribunal realiza um parecer prévio das contas governamentais de um período que passou, olhando para trás, para que o Congresso as julgue, por outro, neste momento, o Congresso pede ao TCU que mostre como vamos olhar para frente.

Nesse sentido, o que esse documento traz, nessa primeira versão encaminhada ao Congresso, são questões estruturantes, como bem foi ressaltado, que, se não forem tratadas de forma pertinente, haverá uma perenização dos problemas em cada política, em cada programa, em cada ação governamental. Em outras palavras, o que está se desenhando é que, do ponto de vista da apreciação política do Orçamento, hoje temos uma peça bastante técnica para darmos solução sistêmica, abrangente e generalizada principalmente nas ações do centro de Governo.

Se por um lado alguns Estados subnacionais avançaram realmente na elaboração de um plano de longo prazo melhor, uma estruturação de centros de Governo com mais capacidade para acompanhar políticas e programas, esses entes subnacionais também não podem prosperar se no âmbito federal essas políticas não estiverem bem desenhadas. Então, nós temos que construir de fato, com a liderança do Congresso Nacional, um plano de longo prazo para o País.

Além disso, este plano deve trazer as prioridades governamentais que deverão ser explicitados pelo cento de Governo para que nós alcancemos sinergia entre os diversos programas e políticas, para que os resultados ocorram.

Um achado muito relevante da equipe de auditoria foi que 70% das ações do Plano Plurianual — PPA estão segmentadas em Ministérios específicos, ou seja, não há um plano que oriente a ação articulada dos Ministérios. Se 70% das ações estão confinadas a um Ministério, esse Ministério está praticamente condenado a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sozinho ter que levar aquela política. E mais: os planos não dizem quais são as metas a serem alcançadas anualmente. Então, não é possível o Congresso fazer esse acompanhamento do Executivo. Isso é ruim para todos, para o próprio centro de Governo, que não consegue avaliar como a descentralização, ou a desconcentração dos recursos, ao saírem do centro do Governo, dos sistemas de planejamento, e a aprovação orçamentária vão ser acompanhados mais especificamente pelo centro e na condução dos Ministérios. Então, é como se cada ente tivesse dinheiro para ser aplicado e ele não tivesse que demonstrar como e quais resultados alcançar e a que custo.

Não é por menor motivo que, apesar da alta carga tributária, que agora não vai mais ser crescente... Nos últimos 15 anos, como mostra o relatório, houve um acréscimo significativo da nossa carga tributária. Somos a maior carga da América Latina, com exceção de Cuba. Não temos uma carga tributária muito maior do que países da OCDE, mas ela é comporta por países com alto desenvolvimento. E isso não veio acompanhado por uma melhoria, nem nas políticas setoriais, correspondentes a esse recolhimento do dinheiro da sociedade — do cidadão e das empresas —, nem com relação à melhoria do ambiente de negócios.

Então, é esta a proposta do Tribunal: que uma nova governança se estabeleça entre o Tribunal de Contas da União, em apoio à liderança do Congresso Nacional para essa reformulação político-institucional nos sistemas de planos, orçamentos e capacidades institucionais para condução dos gastos públicos. Ao serem implementados pelo Executivo, o Tribunal propõe, juntamente com várias áreas aqui do Congresso com que firmamos essa parceria, a melhoria do alcance dos resultados das políticas públicas pelo Executivo.

As propostas de encaminhamento, de ontem, pelos Ministros do Tribunal nos colocam à disposição para realizarmos essas transformações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Ouvidos os nossos expositores, eu quero aproveitar esta oportunidade para também fazer alguns registros e algumas considerações acerca especificamente da nossa audiência, mas também tentar fazer uma análise conjuntural de como nós estamos hoje e da responsabilidade que tem esta Comissão, sobretudo numa época

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em que o País enfrenta seguramente a maior crise de toda a sua história republicana. Isso é muito preocupante, é muito grave.

Eu percebo, muitas vezes, a angústia dos nossos Parlamentares que compõem esta Comissão no sentido de elaborarmos uma peça orçamentária que possa sobretudo atender aos interesses dos brasileiros e das brasileiras.

As dificuldades se ampliaram na medida em que há algumas variáveis que foram acrescidas e que precisam ser observadas, como, por exemplo, aquela tradicional PEC dos gastos. Sinceramente, eu votei, na primeira vez, a favor, e, na segunda vez, contra.

Em minha opinião, aquela PEC representa um exemplo esdrúxulo de um país sem rumo, sem autoridade e sem autonomia para desenvolver as suas atividades, ao ponto de nós termos que fazer uma emenda à Constituição para estabelecer que os governos não podem gastar mais do que arrecadam, para dar uma satisfação aos entes econômicos nacionais e internacionais de que daqui para frente a irresponsabilidade fiscal vai ser diferente.

Mas, na verdade — Deputado Domingos Sávio, seja bem-vindo —, os governos não podem gastar mais do que arrecadam. Eu não posso, o senhor não pode, ninguém pode fazer isso. Isso é intrínseco à existência humana. Mas nós chegamos ao fundo do poço e tivemos que criar mecanismos de certa forma até inconsequentes, para dar essa demonstração ao mercado e para dizer que um ministro, um governador e um prefeito não podem gastar mais do que arrecadam.

Sinceramente, Secretário, eu tenho dificuldade para entender essa lógica, porque, se o senhor é meu Ministro, se o senhor é meu Secretário, o senhor tem um orçamento e tem que cumprir o orçamento. Invariavelmente vemos no Brasil que ninguém cumpre nada. Fica este Brasil burocrático, onde as coisas não avançam como deveriam avançar.

Porém, em primeiro lugar, essa nova governança merece de nossa parte, o nosso aplauso. Em segundo lugar, há a esperança de que nós possamos efetivamente transformar as governanças em governanças de resultados, que é em síntese o que interessa.

Não há nenhuma dúvida de que o modelo de gestão existente hoje no Brasil não atende mais aos interesses da sociedade brasileira. Ele virou burocrático, não atinge os objetivos, é caro, é ineficiente ao ponto de a sociedade brasileira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

demonstrar um misto de indignação e revolta com os serviços que são oferecidos à população.

A impressão que eu tenho, talvez a certeza, é de que a carga tributária é alta e os serviços oferecidos são de péssima qualidade. Então, nós estamos vivendo um momento em que o sistema atual faliu, mofou. Não há mais como nós continuarmos dessa forma.

O problema maior é que nós não estamos conseguindo encontrar rapidamente um novo modelo que possa tirar este País desta crise que nós estamos vivendo, com mais de 14 milhões de desempregados, milhões de subempregados e milhões de brasileiros que ganham salário mínimo, o que reflete um País desigual, um País das diferenças sociais.

Isso é inadmissível e inaceitável, na medida em que o Brasil tem uma diversidade muito forte. Nós não temos aqui grandes problemas ambientais, catástrofes e outras coisas mais. Nós temos uma equipe ou cérebros privilegiados que podem efetivamente mudar essa triste realidade que nós estamos vivendo, mas nós precisamos de um plano estratégico de salvação nacional de médio e de longo prazo para que a sociedade possa saber efetivamente o que vai acontecer em curto prazo, em médio prazo e também aos filhos e netos, como o senhor acabou de estabelecer.

Eu tenho muita preocupação com essa questão de resultado. Eu fui gestor municipal. Eu sou da iniciativa privada. Então, eu tenho a experiência do setor privado e do setor público. Na verdade, durante toda a minha vida, eu procurei implantar no setor público uma gestão de resultados.

Eu não vou aqui relatar o que significa isso, mas significa que todos nós vivemos de resultados. O setor privado vive de resultado. O setor público vive de resultado. No setor privado, o resultado é o lucro das empresas. Evidentemente, com lucro e com desenvolvimento empresarial, vêm os recursos, impostos, etc.

O resultado do setor público é a redução das diferenças sociais, das desigualdades, das políticas públicas de inclusão que possam efetivamente mudar essa triste realidade que nós estamos vivendo no Brasil. O quadro é ainda extremamente desolador, e milhões e milhões de pessoas vivem com muita dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Percebemos que essa transição é necessária e oportuna. Eu acredito no Brasil. Eu acho que o Brasil já enfrentou outras crises e as superou e vai superar esta também. Nós precisávamos passar por essa faxina. Outros países mais antigos passaram por isso também. Por isso, certamente, hoje apresentam resultados mais amplos e mais significativos, com redução das diferenças e das desigualdades. Chegou a vez de o Brasil passar por essa transição.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas, em minha opinião, tem uma função preponderante no futuro da gestão pública. Sobretudo, eu queria fazer aqui uma solicitação e um pedido para que nós olhássemos os gestores públicos com o princípio da confiança e não da desconfiança.

Hoje, no Brasil, o gestor público, seja ele um Prefeito de uma pequena cidade, é sistematicamente observado pelo princípio da desconfiança. Isso é muito ruim para o Brasil, para os entes federados, para os Municípios brasileiros, porque, em primeiro lugar, baixa muito a autoestima do gestor, dificulta muito a renovação política e não traz resultados objetivos.

Sistematicamente, os órgãos de controle são muito radicais e taxativos: *"Não pode. Não deve. Não tem jeito".* A minha opinião com relação a isso é que os órgãos de controle têm que ser mais cooperativos, inclusive muito mais complacentes na forma de executar quando não existem indícios de improbidade administrativa ou de desvio de recursos, porque a burocracia é tão grande, as etapas são tão imensas para se chegar à conclusão de um pequeno projeto e as punições são tão são severas, que muitos gestores públicos preferem não fazer a correr o risco de fazer. E aí a gestão pública fica cada vez mais ineficiente. E nós temos por meta ou por objetivo fiscalizar ou avançar em cima daqueles que estão dando certo, que estão fazendo, que estão executando.

Há experiência nesse sentido e há um sentimento que eu queria transmitir aqui. Não tenho o conhecimento do Tribunal de Contas da União, com o qual eu tive muito pouco envolvimento, mas no tribunal estadual percebo, sim, esse desejo do controle e do relatório. Muitas vezes se observa o relatório de algumas auditorias que chega a ser absurdo tratando de certas minúcias. A gestão privada já é difícil no Brasil hoje, em função do emaranhado da legislação, da burocracia, da fiscalização, da insegurança jurídica, etc. e tal, imaginem o setor público. Por isso que nós estamos vivendo o que estamos vivendo hoje na administração pública. Por isso que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós estamos vivendo essa falta de renovação política. Por isso que nós estamos percebendo essa criminalização da política, o que é muito ruim, porque, se nós vamos resolver o problema da política numa democracia, se nós vamos resolver o problema do Brasil dentro de uma democracia, não há outro caminho, a não ser através da política. Então, seria interessante que pudéssemos inverter essa lógica, e, evidentemente, quando os Tribunais, os órgãos de controle e o Ministério Público identificassem então qualquer indício de desvio de recurso de improbidade administrativa, de desvio de comportamento etc. e tal, que agissem de maneira objetiva, buscando a sua punição.

Hoje, Deputado Domingos Sávio, o que é improbidade administrativa? O promotor público acha que determinada obra ou determinado serviço não deveria ser daquela forma, um juiz aceita que se investigue e está configurada a improbidade administrativa, a ação civil pública. Da ação civil pública resta uma ação penal. E o que é pior, o cidadão brasileiro, os Prefeitos e os gestores públicos estão todos com inúmeros inquéritos e com inúmeras ações de improbidade administrativa. Isso leva anos, 10 anos, não sei quantos anos, aliás, as ações de improbidade administrativa são imprescritíveis. Então, ou a ação é arquivada, ou a pessoa é condenada. Certamente muitos vão morrer e não terão julgadas as suas ações administrativas. Virou uma fábrica de ações que efetivamente desestimulam muito a administração pública de uma maneira geral.

Eu percebo que nós ampliamos o nosso quórum. Eu queria dizer que está aberta a lista de inscrição. A Deputada Carmen Zanotto, que é de Santa Catarina, está inscrita, e o Deputado Domingos Sávio também está inscrito.

Eu só queria concluir. Eu estou usando a palavra com esperança e expectativa na companhia dos prezados e distintos amigos. Eu queria ainda terminar a minha manifestação dizendo o seguinte: se nós pegarmos a execução orçamentária de 2016, do Governo Federal, em relação à qual não é preciso ter nenhuma inteligência mediana para perceber onde efetivamente nós precisamos mexer. A primeira delas são os juros exorbitantes que nós estamos pagando e que consomem a riqueza nacional. Não quero entrar nesse mérito, porque os Estados Unidos têm uma dívida pública enorme. Mas o problema não é o tamanho da dívida, o problema é o tamanho dos juros e do custo dessa dívida. E o problema da dívida no Brasil é que você se endivida e continua aumentando o rombo do Brasil. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Estados Unidos, quando o Presidente Obama assumiu, eu lembro bem, aumentaram a dívida com relação ao PIB, mas investiram em infraestrutura para dinamizar a economia, investiram em empresas norte-americanas que estavam falidas, compraram as ações dessas empresas, revitalizaram as empresas e depois venderam as ações, como é o caso da GM. No Brasil, na verdade, nós emprestamos dinheiro para comprar frigorífico, para fechar, para virar sócio do Governo e para depois ir preso. Então, realmente é desolador o quadro. Infelizmente, a situação é essa que nós temos para o momento, além da Previdência.

Então, se nós analisarmos que, no ano passado, nós pagamos 500 bilhões de juros da dívida e investimos em educação e saúde 120 bilhões. Assim, não haverá dinheiro mesmo para educar as nossas crianças que representam a esperança viva de um futuro melhor. Essa é a realidade. A encontrar esse modelo talvez o próprio Tribunal possa nos ajudar, ajudar o Brasil, ajudar o Presidente da República, ajudar o futuro Presidente, para que nós tenhamos um projeto dentro dessa nova governança que se apresenta, que eu acho que é muito salutar, muito oportuna e muito necessária. Por isso, quero parabenizar o Tribunal de Contas por essa iniciativa.

Dito isso, eu concedo a palavra à primeira oradora inscrita, que é nada mais nada menos do que a minha querida colega de Santa Catarina, a Deputada Carmen Zanotto, da Serra Catarinense, da cidade de Lages.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, nobre Presidente, Senador Dário Berger.

Saúdo nossos convidados e justifico o meu atraso, que se deu em virtude da correria que existe na Casa — temos que participar de outras Comissões.

Eu queria reforçar uma afirmativa com relação à importância do controle externo na gestão pública, mas também queria destacar um pouquinho o que o Senador Dário Berger nos traz.

É comum ouvirmos dos gestores e dos ex-gestores que não dá mais para assumir a responsabilidade de uma gestão pública frente a alguns exageros. Então, acho que o equilíbrio é fundamental. A leitura de que o gestor, por ser um administrador público, vai desviar ou vai fazer malversação dos recursos públicos não pode ser generalizada, como estamos vendo País afora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu dizia, quando era Secretária, que preferia responder por um documento a responder por uma vida que eu poderia ter salvado e não o fiz em virtude da falta de um procedimento. Mas eu lhe confesso, Dr. Cláudio, que não tenho mais a coragem de dizer isso. E, se eu voltar a ser gestora, talvez nunca repita isso. Percebemos que não dá para ser assim. As regras são rígidas, e até explicar que aquele procedimento foi por causa de uma urgência é um pouco complexo.

Nós temos a Lei de Licitações. E esta Casa tem responsabilidades, nobre Senador, com relação à Lei nº 8.666, de 1993 — precisamos modernizá-la. Não há lógica em se ter, como limite de compra direta, aproximadamente 10 mil reais, valor que não tem reajuste por anos a fio. O que se compra hoje, numa gestão pública, numa emergência, com 10 mil reais? Nada! A responsabilidade é nossa.

O que nós precisamos e o que estamos esperando para alterar a Lei de Licitações? Se o gestor compra por um pouco mais ou se comprou dois itens naquele ano, ele responde por ter comprado indevidamente. Ele responde por não ter cumprido o processo e os ritos licitatórios da compra sem licitação. Há um limite financeiro para esses gastos.

Como sou da área da saúde, estou absolutamente preocupada com esse assunto. Ontem, inclusive, participei, em São Paulo, do 4º Congresso Brasileiro Todos Juntos contra o Câncer, como Presidente da Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer. O tema desse Congresso foi *Judicialização na Saúde*. Eu sei que os Tribunais de Contas dos Estados estão debruçados em cima disso, e o Tribunal de Contas da União também tem essa preocupação.

Ontem houve perguntas de participantes do Congresso sobre esse assunto. Eles perguntaram de quem era a responsabilidade, de quem era a culpa. A culpa é do prescritor, do médico que prescreveu aquele medicamento ou aquele procedimento? A culpa é do paciente e de seus familiares? A culpa é do gestor? A culpa é de quem? Para mim, não existe culpado. A culpa não é do gestor municipal, nem do estadual, nem da União, nem do médico prescritor, nem da indústria farmacêutica.

Temos uma Constituição que garante a saúde como direito de todos e dever do Estado, mediante políticas públicas, mas temos o limite orçamentário. Quando há um volume de ações judiciais, há o desequilíbrio do orçamento do conjunto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Municípios, dos Estados e da União. Por outro lado, temos, por parte dos gestores e da União, a falta da revisão dos protocolos clínicos que determinam a inclusão de novas substâncias, de novos medicamentos e de novas modalidades terapêuticas. E, quando não se padroniza, compra-se mais caro. Quando se compra por ação judicial, compra-se para um ou dois pacientes. Consequentemente, as compras isoladas são mais caras do que as compras coletivas e programadas.

Essa é a realidade que estamos vivendo hoje em todas as áreas, especialmente na oncologia. Lamentavelmente, há ações judiciais de procedimentos que já estão definidos, mas que os gestores não conseguem cumprir, em virtude das limitações. Os gestores da saúde são um pouco, para não dizer muito, reféns dos gestores da Pasta de finanças, porque são os Secretários de Fazenda que determinam a liberação de recursos para a área da saúde.

Eu estou apresentando uma proposta para que haja a liberação mensal de 1/12 do valor total a ser repassado anualmente, porque é comum os recursos serem liberados no final do ano. O gestor da saúde fica patinando durante o ano todo e, no final do ano, tem que dar conta de liberar os pagamentos. Aí ele não consegue cumprir a ordem cronológica, não consegue fazer o seu planejamento, porque a Fazenda limita. Então, estão definidos os limites, mas não está definida a forma de repasses. Estamos trabalhando com a obrigatoriedade de serem mensais os repasses para o conjunto dos Municípios e dos Estados.

Na União isso é um pouco mais regular, mas nos Estados não. Literalmente, para os Secretários de Saúde de muitos Estados brasileiros, inclusive do meu, de Santa Catarina, nobre Senador Dário Berger — V.Exa. também acompanhou, como Prefeito tanto de São José quanto de Florianópolis, no período de gestão em que eu estava como adjunta e, depois, como Secretária — a coisa está um pouco mais complicada. A Fazenda tem judiado um pouco mais da saúde hoje. Então, fica difícil fazer programação. E isso desorganiza o orçamento, tanto que temos um limite constitucional. Temos as obrigações dos programas, que vão desde a atenção básica até a alta complexidade, e temos um conjunto de ações judiciais que não dá para não atender. Eu não posso dizer que o magistrado está equivocado, não posso dizer que o advogado não poderia ter entrado com aquela ação ou que o paciente não tem direito; muito pelo contrário, nós estamos lidando com vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu digo, em qualquer lugar, que, se ocorresse conosco, se precisássemos de um procedimento que soubéssemos que iria melhorar nossa qualidade de vida ou que nos daria a expectativa de manutenção da nossa vida, nós iríamos onde fosse possível e, para isso, iríamos recorrer. Aquele que é muito rico recorre aos recursos próprios; aquele que não é — e eu não sou, quero declarar que sou enfermeira — busca os meios jurídicos que garantam aquilo que a Constituição assegura a ele e que ele não está tendo. Eu sei que o Tribunal de Contas tem um trabalho intenso em relação a isso.

Eu digo minha lei porque fui a primeira a apresentar. Eu e a Deputada Flávia somos as autoras da lei de 60 dias. Essa lei é fruto de um relatório do Tribunal de Contas da União, que apontou que, nos Estados brasileiros, demorava até 24 meses para que um paciente tivesse acesso a um procedimento para o tratamento de câncer. Nós propusemos, inicialmente, o prazo de 30 dias, mas, depois, negociamos o prazo de 60 dias com o Ministério da Saúde. Esta lei está em vigor desde 2012, mas ainda temos uma grande lacuna.

Vamos punir os gestores, nobre Senador Dário, colegas Deputados, porque eles não conseguiram instalar o seu equipamento de radioterapia e com isso atender os rincões deste País e os Estados importantes que não têm ainda esse equipamento? Os processos são necessários, mas seus entraves judiam demais do gestor municipal, do gestor estadual, do Ministério da Saúde. E a minha pergunta seria: como garantir a boa aplicação do recurso público sem toda a burocracia que vivemos hoje?

Há momento em que eu penso que gerar dificuldades serve para vender facilidades. O excesso de burocracia pode estar nos levando ao desestímulo dos gestores, que são excelentes, mas não querem mais responder. Isso vale para todos os setores, não só para área da saúde. E leva também, muitas vezes, à compra por preços mais caros, porque é feita a primeira, a segunda, a terceira licitação, são apresentados recursos, recursos e recursos, e, como a obra, o serviço precisa ser feito, acaba-se pagando mais caro, pois é preciso apelar para outros mecanismos.

Queria que os senhores pudessem falar um pouquinho para nós sobre esse tema.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou propor aos nobres Parlamentares que nos honram com a presença que eles sejam ouvidos primeiro. Se houver concordância, já concederei a palavra ao brilhante colega Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, prezado Senador Dário Berger. Essas palavras são generosidade de V.Exa. Esteja certo de que nós temos em comum o compromisso com o nosso País. Eu tenho sido testemunha do empenho de V.Exa. nesta Comissão. Portanto, posso registrar que podemos nos orgulhar do Senador da República Dário Berger. E as suas palavras iniciais são prova disso. V.Exa. fez uma análise austera, responsável, mas ao mesmo tempo muito sensata sobre esse papel tão importante dos Tribunais de Contas, tanto da União como dos Estados, de exercerem mecanismos de controle, de prevenção e mesmo de punição, ressaltando que devem fazê-lo também à luz de uma relação de respeito, promovendo processos educativos, de orientação.

Eu vou me permitir, talvez até em homenagem ao mineiro que é uma referência para nós não só na literatura, mas de forma humanística, citar Guimarães Rosa. Dizia ele que quem desconfia evolui, torna-se mais sábio de alguma forma. É um pouco curioso isso, mas é o jeito dele. Mineiro é desconfiado. O problema é que no Brasil, dentro da área pública, passou-se da desconfiança para a acusação e, às vezes, até para a criminalização precipitada, sem nenhuma análise, sem um julgamento. E aí é importante nós termos um debate franco não só com os Tribunais, com os técnicos, mas principalmente com o Ministério Público, uma instituição tão importante, que eu sempre defendo.

Lembro-me de que, quando eu era Deputado Estadual, o Procurador-Geral do Estado falava comigo de uma forma simpática e amiga. Eu era o Líder do MP na Assembleia e, sempre que havia um debate mais acirrado, nunca deixava de trazer a minha palavra: *"Olha, o Ministério Público é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, o guardião da nossa Constituição".* Mas muitos se arvoraram em estar acima da lei, até por conta daquela história de que o hábito do cachimbo deixa a boca torta, por ter nas suas atribuições a missão de extrema relevância de ser o órgão acusador, passando a entender que já se deve iniciar acusando e, mais do que isso, criminalizando, o que é uma coisa insana, insensata. Assistimos a cada absurdo do Ministério Público, que acusa e criminaliza de maneira generalizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas eu quero me ater aos Tribunais de Contas, numa reflexão sobre a importância de que haja, sim, a desconfiança. Não é a desconfiança que criminaliza, não; é a que analisa, a que procura saber; é a que, ao estabelecer a dúvida, busca o conhecimento. É nesse sentido que Guimarães Rosa dizia, buscando a simplicidade do sertanejo como referência de vivência, de experiência de vida: *"Eu desconfio porque quero saber. Eu desconfio porque quero entender. Eu desconfio porque quero me posicionar do lado certo, para que tome a decisão certa".*

E aí vamos aos dados que nos foram trazidos, que são gravíssimos. Mais que desconfiar, constatamos que vivemos uma situação de calamidade na gestão pública no Brasil, com consequências desastrosas na vida de cada cidadão, que, por não ter a possibilidade de fazer uma análise mais profunda, simplesmente diz assim: *"Eu estou revoltado com a política e com os governantes, e os gastos públicos são uma indecência".* E ele tem razão! O Tribunal de Contas está demonstrando isso.

Há dados aqui assustadores: 67% dos Ministérios avaliados não possuem capacidade para acompanhar o desempenho de resultado dos seus programas — 67%, constatação do Ministério Público. Isto é algo assustador: 67% não acompanham, não têm capacidade, *expertise* ou vontade, nem implantam mecanismos de controle, de prevenção, para avaliar o grau de eficiência do dinheiro que é usado.

Há dados que demonstram que o povo está sentindo lá na ponta a falta de segurança pública. Logo que eu entrei aqui, Senador, eu apresentei uma PEC para que nós discutíssemos a regulamentação de um artigo da Constituição que trata do Sistema Nacional de Segurança Pública.

O Brasil não tem um Sistema Nacional de Segurança Pública organizado. Ele está previsto na Constituição, mas não existe no País. Estão lá as Polícias Civil e Militar de Minas Gerais com uma ação; a de Goiás, na divisa, com outra; a de São Paulo, com outra; a do Paraná, com outra. Elas não dialogam, não planejam de forma sistemática e não têm eficiência para combater o tráfico de drogas e todo o caos que se instalou no Brasil. Resultado: quase 60 mil homicídios são cometidos por ano, dado do Tribunal de Contas. Esta é uma referência para nós pensarmos e agirmos rápido: são 59.627 vidas, só no ano passado. Acho que não há nenhuma guerra no planeta matando tanta gente como está se matando no Brasil. E é ano após ano! Um negócio assustador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há uma proposta de emenda à Constituição que não é minha, eu fui o autor da iniciativa. Colhi, Senador, quase 300 assinaturas em 2 ou 3 dias. E não foi pão-durismo, não. Eu sempre contrato, por meio de uma frente parlamentar, essas pessoas que nos assessoram e ficam colhendo assinatura. Mas, para uma matéria dessa natureza, fiz questão de colher pessoalmente.

Uns Deputados assinaram ávidos! Quase 300! Pensei em não colher de todo mundo, porque eu queria ter a autoria da PEC e cobrar o andamento dela. E até hoje não se montou nem a Comissão Especial. Essa PEC discute não só a criação do Sistema Nacional de Segurança Pública, mas um teto de pelo menos 5% dos recursos públicos. Aplica-se 0,8% das receitas. E não é o Governo atual. Aí eu vou fazer uma menção para que possamos fazer um pacto republicano e enfrentar o problema. É um tal de apontar o dedo: *"Ah, a culpa é do Governo que está aí, golpista!"* A conversa é essa.

Nós estamos falando aqui de ineficiência na gestão pública. O Tribunal de Contas prestou um grande serviço ao Brasil, quando demonstrou aquilo que ficou até parecendo ser algo muito leve, a pedalada, mas nós estávamos falando de bilhões e bilhões de reais, objeto de uma verdadeira fraude contábil, com o uso do dinheiro público sem a devida autorização legislativa, decretos sem o devido respaldo legislativo e constitucional, saques no BNDES, na Caixa Econômica, no Banco do Brasil, afrontando a Constituição.

Eu estou falando de bilhões. Discuti isso nesta Comissão, era membro dela, com o Ministro Joaquim Levy, do Governo anterior. Ele admitiu e nos deu um documento que dizia que, só de rombo na Caixa Econômica, BNDES e Banco do Brasil, eram 57 bilhões utilizados sem autorização legislativa. Mais do que isso: ao arrepio da Constituição, porque não se pode tomar dinheiro público em bancos públicos. A União não pode fazer isso. Ela quebra todos os bancos públicos, obviamente. É um absoluto descontrole orçamentário.

O déficit estrondoso não começou agora, não, pelo contrário: agora é que se está começando a estabelecer uma política de equilíbrio, que estamos longe de alcançar. Os juros a que o Senador Dário acabou de se referir consomem quase meio trilhão das receitas, do imposto que o povo brasileiro paga, valor que teria que ir para a saúde e para a educação. É quase meio trilhão!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E o curioso é que os apoiadores do Governo anterior ainda diziam: *"Tem que se fazer uma auditoria da dívida. Tem que isso, tem que aquilo".* E foram 13 anos, com o juro aumentando! Chegou ao final próximo de 14%, mais do que o dobro da inflação daquele período. Agora nós vemos uma tendência de redução, mas ainda longe do ideal.

É claro que é diferente a dívida pública do Brasil da dívida pública americana ou da japonesa, que chega a ter juro negativo, abaixo da inflação. O sujeito paga para o Governo guardar o dinheiro dele, tamanha a confiança: *"Você vai guardar para mim 1.000 dólares e pode me devolver, daqui a 10 anos, 990 dólares, que estou satisfeito"*. Aqui no Brasil não é assim.

No Brasil, curiosamente, paga-se uma fortuna para depois emprestar para os ladrões da Pátria a juros subsidiados. Aprovamos a TJLP agora, há poucos dias, e foi uma grita geral daqueles que protagonizaram essa desordem orçamentária, esse caos orçamentário, essa corrupção institucionalizada.

Eu não vou ficar apontando o dedo para o passado, não, porque o problema continua. Mas tivemos problemas no passado! Não me venham com essa história de querer voltar para o passado, porque lá é que estava bom. Não é possível! Dizer que o brasileiro tem memória curta eu já acho um desrespeito, mas dizer que o brasileiro não se lembra do estelionato eleitoral que sofreu, quando disseram que a gasolina iria abaixar, que a energia elétrica iria abaixar, que o pleno emprego iria imperar, que o desenvolvimento iria chegar e que nós éramos uma potência?! Passou a eleição, e nós assistimos a um quase filme de terror: o desemprego disparou, a inflação cresceu, descobriu-se o petrolão e a roubalheira dos fundos de pensão, que foram destruídos, e um rombo no BNDES. Então, foi um caos lá atrás.

E se resolveu? Ainda não! Temos um desafio enorme pela frente. Eu fico muito à vontade porque apoiei medidas no Governo do PT. Discuti aqui com o Ministro Joaquim Levy. Aliás, a Senadora Rose de Freitas disse publicamente, está gravado: *"Deputado Domingos Sávio, V.Exa. está aqui como Líder da Oposição, e está nos ajudando mais do que a base do Governo"*.

Naquela época, eu era da Oposição. Lembro-me do Projeto de Lei nº 34, de 2014, que era para regularizar o déficit fiscal. Isso aconteceu na última semana do ano legislativo, em dezembro, lá pelo dia 20. Eu estava operado do joelho, usando muleta, no plenário do Congresso, debatendo com o Senador Renan, na época

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Presidente do Congresso, sobre a gravidade em que o Brasil estava mergulhando, déficit público atrás de déficit público. E mesmo assim estava sendo apresentada uma mudança de meta fiscal na última semana do ano, praticamente. A meta fiscal era uma — naquela época, era algo em torno de 30 bilhões de reais —, e demonstrava-se que ela seria mudada para 30 bilhões de reais negativos, a mais, no déficit daquele ano.

Senador, eu vou concluir, mas queria deixar esta análise crítica e dizer que o problema é gravíssimo. Ele vem do passado, continua existindo e requer mais planejamento e mais controle por parte dos Ministérios. A minha defesa do princípio da desconfiança é nesse sentido, porque a desconfiança serve para se ter controle: *"Está errado. Estou desconfiado. Explique-me"*. Essa é a minha missão, e eu entendo que também seja esta a missão do Tribunal de Contas: pedir detalhes, informes, justificativas e principalmente planejamento.

Eu quero deixar apenas uma pergunta. Nós haveremos de ter uma audiência pública — assim espero e quero já pedir ao Presidente para planejarmos isso para outubro — com o Ministro da Previdência Social, com um dos nossos Ministros do Tribunal de Contas e elementos do Tribunal de Contas, com representantes da sociedade civil, trabalhadores, entidades de classe, para discutirmos a Previdência pública?

Outra vergonha para o Brasil, para os partidos políticos, para os representantes políticos, para os representantes sindicais é essa discussão absolutamente passional, irresponsável, em que se coloca, de um lado, a existência do problema e a necessidade de uma reforma; e, do outro lado, em vez de se discutir a reforma, vêm pessoas, inclusive auditores fiscais, profissionais de carreira de Estado, dizerem pura e simplesmente: *"Não há déficit nenhum. Há superávit. Está sobrando dinheiro. Ele está é mal administrado".*

Entra nessa discussão algo que eu já havia dito ao Governo, inclusive a elementos do Tribunal de Contas: falta o mínimo de boa vontade e de eficiência para explicar ao povo brasileiro, com clareza, o que é a realidade da Previdência. A Previdência não é patrimônio de Governo nenhum, nem de partido nenhum. A Previdência é um patrimônio dos trabalhadores e, especialmente, dos aposentados. Nós temos o dever de informar, e eles têm o direito de saber qual é a realidade. E quem deveria ser o maior interessado nisso é o aposentado! Mas a desinformação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a má-fé política são enormes. Espalha-se por aí: *"Este Governo quer acabar com a Previdência. Este Governo quer roubar dos aposentados".* Como mudou o Governo, é um tal de dizer que são golpistas, sem analisar o assunto.

Eu encontro o aposentado, que me diz assim: *"Você não vai votar com a reforma da Previdência, não é?"* E eu falo: *"Mas qual é a sua preocupação? Você já está aposentado, não se vai tirar nada de você. Nunca se discutiu isso".*

A reforma, obviamente, se der mais liquidez, dará segurança, garantia ao aposentado de que ele vai receber a Previdência em dia, coisa que já não acontece no Rio de Janeiro. Inventaram lá um desconto de 30% em cima do salário do aposentado, sob o pretexto de que tem que se contribuir mais, porque, senão, não há fluxo de caixa. *"Mas me disseram que, se aprovarem a Previdência, a situação vai piorar para nós todos*." A pessoa ganha 1 salário mínimo e está apavorada.

Irresponsáveis, antipatriotas que não amam este País, só amam o poder e a possibilidade de voltar ao poder, saem destruindo a possibilidade de um debate sério. E o Governo, ineficiente, omisso, irresponsável com uma matéria dessa grandeza, nunca veio a público trazer de maneira clara e, obviamente, com uma boa estratégia de comunicação qual é a realidade.

É necessário tratar, primeiro, de duas questões elementares. A reforma da Previdência tem que possuir mecanismos muito claros para acabar com os privilégios, para acabar com qualquer aposentadoria milionária, seja de Deputado, seja de promotor público, seja de juiz, seja de funcionário público do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. E são eles os que mais gritam, fazem pose de coitadinhos. Ganham 30 mil reais, pretendem se aposentar com 30 mil reais e conseguem mobilizar uma categoria inteira. A questão da Previdência, de fato, pelas informações que tenho, se não for enfrentada, sem dúvida poderá colocar os aposentados, num futuro próximo, em situação lastimável, e o País como um tudo.

Queria saber como o Tribunal de Contas está enfrentando a questão. Inclusive, eu não vi aqui uma exposição muito clara com relação a isso. Eu preciso de clareza. Pedi uma auditoria ao Presidente do Tribunal de Contas, por escrito. Há um rumor de que ela foi feita, mas nunca foi publicada, nunca chegou aqui. Precisamos de uma auditoria minuciosa, que deixe claro de quem são os salários milionários, para acabar com eles; quem deve e quais as ações que estão sendo feitas para cobrar; por que o Judiciário está sendo tão moroso. Eu fui informado que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a Previdência cobra permanentemente. Cobra, mas não recebe, principalmente dos grandes.

Então, senhores, eu gostaria que vocês nos ajudassem a ter um planejamento mais claro com relação à Previdência e com relação à melhoria dos investimentos em segurança pública. Aqui se falou na gravidade da segurança pública, mas é preciso dar mais clareza. O povo brasileiro precisa saber a míngua, o pouquinho que é investido em segurança pública, quase nada, e o Governo Federal finge que não é com ele. O Governo Federal tem que realmente investir mais.

Desculpe-me, Sr. Presidente, se estiver me excedendo, mas é preciso que isso fique bem claro às autoridades que estão presentes. Têm o desplante, até em debates presidenciais, de dizer: *"Segurança pública é obrigação do Estado"*. Qual é o imbecil que conseguiu enxergar isso na Constituição brasileira? É o Estado enquanto estrutura de proteção da sociedade como um todo. Não é o Estado, ente federado, de maneira isolada, que é responsável por segurança pública, não. Não está dito em lugar nenhum lá na Constituição que é o Estado ente federado. O Estado ente federado tem algumas obrigações. *"A maioria dos crimes são crimes federais. A maioria dessas mortes estão ligadas a crime federal",* chegam a dizer isso. Se for feita uma pesquisa entre os Deputados Federais, é capaz de eles dizerem: *"A segurança pública é problema do Estado"*. Por isso a União investe 0,8%, e todo mundo fica calado.

Tem que se investir mais em segurança pública, porque não é possível se assistir a 60 mil mortes de pessoas assassinadas por ano e não se fazer nada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu havia liberado o tempo das falas e, sobretudo, feito uma autoliberação, liberado o tempo para mim mesmo. *(Riso.)* Evidentemente também o farei em relação aos nobres Deputados e aos demais oradores.

O próximo orador é o Deputado Toninho Wandscheer. Depois, nós ouviremos o Deputado Hildo Rocha.

Tem a palavra o Deputado Toninho Wandscheer.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, Dr. Cláudio, Secretário-Geral de Controle Externo, Dr. Marcelo Gomes e Deputado Cacá Leão, que está ali firme, olhando sério para cá, eu não pude vir antes porque, como os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Deputados têm várias atividades, eu estava em um Ministério resolvendo questões dos Municípios, que é uma das atividades parlamentares.

Eu me atenho à constatação de que oito em cada dez brasileiros acreditam que os recursos públicos são mal utilizados. Não vamos falar de roubo, de desvio, porque não nos compete isso agora. Eu fui Prefeito, tenho uma experiência na gestão pública e creio que esse é o ponto que o Brasil tem que melhorar

Eu tenho dito, tenho certeza de que é verdade, que o problema do nosso País são os políticos, e a solução para o País também são os políticos. Por que digo isso? Quem anda pelo Brasil e conhece as Prefeituras sabe a dificuldade que existe hoje de uma gestão bem colocada numa cidade do interior. O grande problema é que elegemos Prefeitos — a democracia é boa por causa disso, ela permite isso — que não têm condições de contratar uma equipe técnica para ajudar a governar. Isso traz situações muito difíceis. Há Prefeitos que, infelizmente, não sabem nem por que foram eleitos; e há outros que sabem tudo e muito mais.

O Brasil tem mais de 5 mil Prefeituras. E a aplicação dos recursos, inclusive o daqui, ocorre lá no Município. O gestor municipal é que tem que conhecer, tem que saber como fazer.

Vamos lá à Unidade de Pronto Atendimento — UPA, à desgraça da UPA. Falo assim porque, quando era Prefeito, ofereceram-me uma UPA, e eu disse: *"Não quero UPA. Não preciso de UPA aqui no meu Município".* E perguntaram: *"Por quê?"* Respondi: *"Porque eu já tenho um prédio com pronto-atendimento, o que já é suficiente".* Quando eu saí, o Prefeito que entrou pegou a UPA. Por quê? Porque seria construída uma UPA na cidade, e politicamente isso era interessante para ele. No entanto, a UPA ficou fechada depois de construída, e se gastou um dinheiro desnecessariamente. Esses são os recursos mal utilizados.

Hoje, para utilizarem a UPA, eles usam o prédio do pronto-atendimento, que nós tínhamos para outra finalidade, para a Secretaria Municipal de Saúde. Do contrário, teriam que ter dois prédios para fazer a mesma coisa. Isso é desperdício de dinheiro público. É algo incrível!

Vamos à creche. Todo mundo sabe que a Constituição diz que todas as crianças têm que estar na creche. Mas nós sabemos que não há dinheiro para colocar todas as crianças na creche. Aí, fizemos um programa nacional, e sobrou para os Municípios. No meu Município, ainda há creches que não estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

funcionando. Começaram há 7 ou 8 anos e até agora estão lá com o recurso paralisado.

Nós discutimos isso na Comissão de Orçamentos, porque, infelizmente, não sei como, em vez de se fazer a licitação lá no Município, para ser construída lá no Município, para quem precisava, licitaram em Brasília, para todo o País. E o Tribunal de Contas deve estar sabendo das dificuldades de recursos no Brasil inteiro por conta dessas creches.

O grande problema que eu vejo em nosso País é que nós viemos de uma política antiga em que o Prefeito que assumia a Prefeitura virava dono do Município. Ele fazia o que queria! E essa cultura tem que mudar. Sem dúvida, esses oito em cada dez brasileiros que acreditam que os recursos públicos são mal utilizados deveriam estar cobrando dos Prefeitos, porque é lá que isso está acontecendo. Infelizmente, hoje é que a nossa população está acordando, porque é ela a maior fiscalizadora.

Se nós olharmos o Tribunal de Contas — desculpem-me, vou falar uma coisa que é a opinião de muitos brasileiros e também a minha aqui —, não dá para dizer que todos aqueles que estão no Tribunal são sérios, assim como não se pode dizer que todos que estão nesta Casa são sérios.

Temos visto a situação do Rio de Janeiro. O povo está de olho.

Eu até sugiro ao Tribunal de Contas que incentive, não sei se é possível ou não, através da mídia, o povo a fiscalizar mais, de modo que entenda que o maior fiscal não é o Tribunal de Contas da União, mas, sim, aquele que usa o serviço público, que sabe que o serviço está mal feito. É o povo que faz com que as coisas aconteçam.

Na minha opinião, vamos dizer assim, o grande problema que nós temos no Brasil é a capacidade de cada Prefeito: uns são muito bons, são pessoas competentes, que fazem gestões realmente muito honestas e sérias; outros fazem gestões honestas e sérias, mas não com a mesma capacidade. Quando nós temos como gestor municipal alguém que não tem conhecimento... Nós temos no Brasil pescadores Prefeitos, pedreiros Prefeitos. Não tenho nada contra pescador ou pedreiro Prefeito, mas o fato é que ele chega à Prefeitura e não tem condições de contratar uma equipe técnica capaz, porque o recurso que ele tem na mão não lhe dá condição de fazer isso. Assim, ele fica com dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Hoje, no Paraná, não sei é no Brasil todo, não dá mais para contratar terceirizado para ajudar na gestão. A equipe toda tem que ser formada por servidor público. Assim, ele não tem como fazer isso.

Na minha cidade, um advogado, um procurador está ganhando 26 mil reais por mês. Na minha empresa, eu pago 7 mil, 8 mil reais. Hoje está muito desigual o que o poder público paga e o que a iniciativa privada está pagando. Na minha opinião, essa é uma questão que precisa ser readequada. Mas não se pode abaixar o salário dele, e o salário vai aumentar cada vez mais.

Eu creio que seria importante o Governo reavaliar os valores que são pagos para determinados cargos públicos. Tem que se olhar quanto a iniciativa privada está pagando. E como mudar isso? Eu não sei. Quem sabe estipular um novo patamar para quem vai começar, porque, no meu entendimento, não se pode mudar a situação de quem já está lá. Mas nós temos que rever isso, porque, senão, vamos ter problemas sérios.

Outra coisa: estamos tentando aprovar o aumento de salário para os agentes comunitários de saúde. Não tenho nada contra essa classe, são pessoas fantásticas. Mas quem vai pagar o aumento? É o Prefeito, lá na ponta. Ele não vai ter condição de pagar porque extrapola o índice dele no Município. Então, nós Deputados Federais, daqui a pouco, para ficar bem com uma determinada classe, vamos criar salário para o Prefeito pagar. Isso é difícil.

Nós temos um projeto em tramitação na Casa — espero que ele seja aprovado, pois já faz 2 anos que foi votada a urgência dele —, o PL 251, que dispõe que o recurso do Governo Federal que vai para o Município não entre como despesa pessoal do Município. É um projeto importante para os Municípios do Brasil, mas não conseguimos votá-lo até agora. Espero que possamos fazê-lo, porque os Municípios estão hoje quase todos com o índice de pessoal estourado. E o Tribunal de Contas não dá a certidão. Isso faz com que o Município não possa buscar dinheiro lá fora nem aqui.

É importante acharmos uma forma — eu vou encerrar — de esses oito de cada dez brasileiros que vêm que os recursos estão mal aplicados serem auxiliadores dos Tribunais de Contas. Por isso é importante não desestimular os brasileiros a fazer política. Isso é fazer política. Eles levantaram essas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Devemos realmente fazer uma política mais atual e mais correta, de modo que os recursos, que são escassos, sejam bem aplicados.

Peço ao Secretário que, se possível, o Tribunal de Contas levante essa questão nacionalmente. O Tribunal de Contas é o olho do cidadão de cada Município deste País, e não apenas acusando os desvios de recursos, mas demonstrando a má aplicação deles. Eu acho que é muito maior o problema da má aplicação do que o do desvio. Às vezes, o problema só é constatado quando há desvio, mas há recursos investidos que trazem prejuízos muito maiores à Nação, e isso não é analisado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito obrigado, Senador Dário Berger. Cumprimento V.Exa. e o parabenizo pela audiência pública que está sendo realizada para apresentação do relatório do TCU em relação às políticas e aos programas de Governo.

Estava na Comissão Geral, no Plenário Ulysses Guimarães, que trata da reforma tributária. Como somos Presidente da Comissão Especial que trata da reforma tributária aqui na Câmara, tínhamos que acompanhar a sessão. Estamos nos revezando lá e cá. Ainda vou voltar para o plenário, onde estão mais de 30 convidados debatendo este assunto.

Eu li o resumo do relatório, e um dos itens que me chamou a atenção e que o TCU considera como uma grande falha é a questão do planejamento. De fato, esse é um dos grandes problemas que nós temos não apenas no ente União, mas também nos demais entes.

Quando se constrói o PPA, o que eu tenho percebido nas três esferas — em âmbito municipal, fui Prefeito, Vereador e Presidente de Câmara; em âmbito estadual, fui Secretário de Estado por três vezes; e em âmbito federal, Deputado Federal —, nas subentidades nacionais, é que se deseja colocar tudo o que se quer no PPA, a construção da escola, a educação em tempo integral no ensino médio, e, na verdade, não se prioriza. Como há tudo no PPA, cada Governo que entra, como é o caso agora, diz o que pretende fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu estou acompanhando o Programa Água para Todos, um programa importante de abastecimento de água, e me parece que ele já veio sem dotação. Como é que pode? Isso é fundamental! Sem água não existe vida.

Existem diversas comunidades, principalmente lá no Nordeste e no Norte, que precisam de um sistema de abastecimento de água. É necessário perfurar um poço de 150 metros de profundidade, buscar água naquela distância e fazer um sistema de reservação e distribuição de água. Isso custa muito? Não! É barato. Só que não vai haver mais. Mas está no PPA. Se houvesse um planejamento — aqui devemos nos penitenciar, porque é nossa culpa não acompanhar a execução do PPA. Deveríamos ter um sistema de acompanhamento do PPA, mas não temos, e acredito que o TCU também não tenha.

Esse é um dos nossos grandes problemas. Precisamos construir um PPA realmente dentro daquilo do que podemos gastar, do tamanho do Estado que nós queremos, porque isso impacta lá na arrecadação de tributos. Estamos discutindo tributos no plenário, assunto que tem muito a ver com o que estamos falando aqui, porque cada vez temos que arrecadar mais, e isso se traduz em falta de condições de o empresariado pagar os tributos. Dessa forma, todo o ano se cria um programa de refinanciamento de dívidas, que é o REFIS. Por que o REFIS só existe aqui e não em outros países? Porque estoura a capacidade de pagamento do contribuinte. É por isso que existe o REFIS, senão não precisaria haver

Estamos discutindo uma reengenharia do nosso sistema porque ele foi remendado várias vezes. Há 50 anos ele era o melhor. Foi copiado por outros países da América. Em 1967 — já faz 50 anos — Otávio Bulhões fez esse sistema, que foi o primeiro Imposto Sobre Valor Agregado — IVA, porque havia imposto sobre querosene, sobre o sal, etc., eram vários impostos, e ele criou o ICMS e o IPI. Aí, criaram-se impostos sobre impostos no decorrer dos anos na mesma base. Bem, isso não importa.

Mas, com relação a esse assunto, acho que o Tribunal de Contas da União tem um papel fundamental nesse processo. Ele possui técnicos de grande nível. Eu conheço o TCU. Ele pode ajudar muito na execução de programas de grande importância. É lógico que tudo parte do planejamento, e aí se seguem a direção, a execução e o controle. O controle é para corrigir o que está errado. É por isso que eles estão se apresentando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tanto está errado que ando no Maranhão e vejo — já disse isso várias vezes e vou continuar dizendo enquanto não houver uma solução —, como disse o Toninho, que existem várias obras que utilizam com recursos do Governo Federal que estão inacabadas. Todos os Municípios do Estado têm verdadeiros cemitérios de obras inacabadas. Há construção de creches iniciada há 11 anos, e as obras continuam inacabadas.

Eu levo os Prefeitos ao FNDE, que possui recursos do salário-educação oriundos do povo brasileiro, ou seja, do trabalhador, e dizem que não tem como resolver o problema porque o TCU nunca deu uma solução, ou seja, jogam a culpa no TCU. É isso o que ocorre. A população já pagou o imposto, de 40% a 90%, e o dinheiro está lá sem nenhuma utilidade, um elefante branco.

Vou dar o exemplo de uma cidade lá do Maranhão chamada Buriticupu. O Município foi contemplado com ginásios de quadras cobertas para seis escolas. O Prefeito, na época, roubou o dinheiro de todas as seis e saiu. O que aconteceu com ele? Nada. Ele levou 100% do dinheiro destinado à construção de quatro creches. Sacou o dinheiro, porque o FNDE cometeu o erro de pagar os 100%. Isso não existe! O meu questionamento é: onde estava o TCU nesse momento? Sabe o que aconteceu com esse gestor? Nada! Isso serve de exemplo para a continuação das falcatruas, porque não existe punição! Qual foi o resultado disso? O novo Prefeito foi chamado, eu o trouxe ao FNDE, que disse: *"Você não tem direito nem a reivindicar novos benefícios para o seu Município. Primeiro você pega o dinheiro do Município e conclua o que o Prefeito levou"*.

Os Municípios todos estão com todas as contas estouradas, como o Deputado Toninho acabou de dizer aqui. A maior parte da população nem pediu essas creches nem não foi ouvida, para que se soubesse se aquele modelo de creche era o de que ela necessitava ou se o Município tinha condições de gerir aquilo ali. Está lá o cemitério. E o Município, em vez de fazer algo novo, para acessar novamente o Plano de Ações Articuladas — PAR, ele tem que concluir a obra com recursos municipais.

Aí fica aquele pingue-pongue: o Município não consegue resolver e vem para o FNDE, que joga de volta para ele. Aí fica naquele vai e volta, do mesmo jeito. Isso já tem 11 anos e tem que ter solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria saber — até perguntei ao senhor ali — qual solução o TCU vai dar em relação a isso. Já está na LDO, traduzindo a legislação para um português mais simples, que o recurso do FNDE tem que ser usado prioritariamente para a conclusão de obras, porque o Município não tem como resolver isso.

O FNDE arrecada 140 bilhões de reais por ano. Por que construir novas creches se não foram concluídas as que já existem? Isso não tem lógica, não tem fundamento. Esse é um questionamento que eu quero lhe fazer.

Outro questionamento. Eu tenho notícias de que o TCU está fazendo auditoria da dívida pública. Não sei se o senhor é conhecedor disso, se isso é da sua área. Mas eu queria saber a que ponto anda essa auditoria e quando será concluída.

Quero cumprimentar aqui o nosso grande Relator, o Deputado Cacá Leão, sempre presente na Comissão.

Muito obrigado Sr. Presidente, e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Com a palavra o Deputado Toninho Wandscheer.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, é só um minutinho.

A respeito da fala do Deputado Hildo, quero dizer que tenho acompanhado isso. Pergunto: quando o prefeito anterior não executa uma obra, o prefeito que assume pode entrar com uma ação contra ele e transferir-lhe uma conta especial, para que ele possa responder, e não a Prefeitura? Isso é correto?

O SR. CLÁUDIO CASTELLO BRANCO - A responsabilização é dessa pessoa.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Aí a Prefeitura fica liberada para continuar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou conceder a palavra ao nosso Relator-Geral. Com essa última inscrição, encerraremos o debate e ouviremos, então, o nosso expositor.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, queria cumprimentar o Cláudio Castello Branco, o Marcelo, o Leonardo, a Deputada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Carmen Zanotto e todos os Srs. Deputados aqui presentes. Agradeço a todos pela participação.

Acho que o entra e sai de Deputados e a nossa ausência aqui já foram justificados por todos os colegas. Vivemos hoje, apesar de ser uma quinta-feira, um dia bastante agitado no Congresso Nacional: a Comissão de Constituição e Justiça está funcionando, o Plenário da Câmara está funcionando, o Senado também está debatendo um assunto importante para o Brasil.

Minhas palavras são no tom de agradecer e de reafirmar a parceria da Comissão Mista de Orçamento com o Tribunal de Contas da União. Desde que o Senador Dário Berger assumiu a Presidência desta Comissão e eu fui indicado como Relator, sempre colocamos para todos os membros o nosso entendimento de trabalhar em parceria com o TCU e fazer com que ele se aproximasse cada vez mais dos nossos trabalhos.

Temos diversas dúvidas. Acho que tudo que foi levantado aqui pelos nossos colegas, todos os questionamentos que foram feitos são realmente um eco do que ouvimos nos quatro cantos desta Casa. Temos, muitas vezes, dificuldades de entendimento e em relação aos formatos utilizados pelos Tribunais de Contas.

Eu acho que o Deputado Hildo Rocha foi muito feliz quando questionou a questão das obras paralisadas, principalmente do FNDE. É um problema que atinge o Brasil inteiro, porque é dinheiro público jogado fora, desperdiçado, e não conseguimos enxergar uma solução em curto prazo. Tem que haver urgentemente uma ingerência.

Acho também que o TCU precisa se aproximar mais dos processos licitatórios, da formatação das licitações, para que não haja confusões como de vez em quando tem acontecido. Com relação ao Estado da Bahia mesmo, nos últimos 30 dias, a bancada da Bahia, que é composta por 39 Deputados, esteve algumas vezes no TCU, para tratar da BR-415, que liga o Município de Ilhéus a Itabuna, sobre a qual há uma dificuldade, uma confusão de interpretação na questão licitatória. Trata-se de uma obra importantíssima para o Estado da Bahia, mas que está parada por uma dificuldade de entendimento entre o Governo e o Tribunal de Contas da União.

Então, nesse sentido, agradecemos e nos colocamos à disposição para trabalhar junto com o TCU e fortalecer cada vez mais essa parceria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao Dr. Cláudio Castello Branco, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

O SR. CLÁUDIO CASTELLO BRANCO - Muito obrigado, Senador. Serei bem breve.

Inicialmente, gostaria de mencionar as palavras do Senador quanto à confiança no gestor. Defendo claramente, veementemente, o respeito total ao gestor. Entraram agora no TCU 40 auditores novos. E, na palestra que fiz, a primeira coisa que falei foi sobre o respeito ao gestor. Logicamente deve haver um foco de punição naquele que comete delitos graves, mas deve haver outro foco na melhoria dos processos e principalmente no respeito ao gestor.

Por quê? Dos dez mandamentos do gestor, o primeiro mandamento é "*Não faça*", em virtude do que foi comentado: os imbróglios administrativos e a dificuldade orçamentária. Isso é péssimo! Então, os auditores, respeitando o gestor, têm que fomentar a melhoria dos processos, para que consigamos realmente resultados.

Hoje o gestor basicamente apaga incêndio ou atende a órgão de controle e fiscalização. Isso tem que mudar — e tem que mudar com a parceria nossa. Quem faz é o gestor, não é o auditor. Então, temos que promover o gestor para que ele faça realmente e entregue resultados.

Quanto ao item apresentado pela Deputada Carmen Zanotto, queria esclarecer que fizemos um trabalho bem recente e que eu gostaria de ter a oportunidade de apresentar à Deputada ou à CMO. Trata-se do o Acórdão nº 1.787, de 16 de agosto de 2017, bem recente, sobre a judicialização na saúde. Esse acórdão tem vários itens bem interessantes, várias propostas muito construtivas. E eu gostaria de ter a oportunidade de apresentá-lo aqui à CMO ou à Deputada.

Quanto ao questionamento do Deputado Domingos Sávio, registro que nós tratamos da parte de segurança pública. E eu gostaria de passar às mãos do Deputado um relatório recente nosso, um resumo sobre a governança de segurança pública, o Acórdão nº 811, de 2017, que trata de vários assuntos referentes à segurança, inclusive da falta do Plano Nacional de Segurança Pública.

A segurança pública só funciona se houver integração entre as Polícia Federal e as polícias estaduais e municipais. Então, esse trabalho pega todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

níveis — Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal —, abarca todos os elementos e faz propostas construtivas. Vou passá-lo às mãos do Deputado, para conhecimento.

Da mesma forma, podemos vir apresentar este trabalho do Acórdão 811, de 2017, que também é recente.

Quanto à Previdência, nós temos também um trabalho recente. Foi a primeira demanda que o nosso Presidente fez este ano. Você tem o número do acórdão, Marcelo?

O SR. MARCELO BARROS GOMES - O acórdão é muito recente, é deste ano de 2017. Estamos pegando o número aqui.

O SR. CLÁUDIO CASTELLO BRANCO - Eu não tenho o número dele. Mas também nos prontificamos a apresentá-lo aos senhores.

Basicamente o que constatamos lá? Que há déficit. Nós não estamos mais falando que não há déficit, pois há déficit. Porém, há outros problemas cuja solução pode contribuir para a diminuição do déficit. Entre eles, o tema da desoneração tem que ser tratado: o que, quando e como. A má gestão dessa área da Previdência também é real. Todos esses problemas de que falamos aqui são de má gestão, mas podem ser minimizados. E há fraude também. Então, a solução de todos esses problemas pode diminuir o déficit existente, pois ele existe.

Antes de responder ao Deputado Toninho, eu gostaria de agradecer as perguntas de todos os Parlamentares. Sob o aspecto do controle social, o Tribunal tem uma linha de treinamento muito forte. Só no ano de 2016, nós treinamos 50 mil gestores de Municípios. No último trabalho que fizemos, alcançamos 7.700 instituições, dentre as quais 5.000 são da área municipal e estadual.

Embora Estados e Municípios não sejam nossa responsabilidade premente, nós temos um foco muito grande nesses entes, pois são eles que fazem a mudança transformadora de que precisamos, a mudança política, e trazem os resultados necessários.

Voltando à área da Previdência, é o Acórdão nº 1.295 que aponta a existência de déficit e a necessidade de propostas de melhoria, para que não ocorram os problemas que pensamos que podem acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu gostaria só de dizer que, quanto a esses acordos todos, nós teríamos muita honra de vir aqui apresentar os resultados aos senhores da CMO ou especificamente a cada Parlamentar, através da nossa assessoria parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Faltou falar sobre o FNDE.

O SR. CLÁUDIO CASTELLO BRANCO - Perdão! Faltou falar sobre a dívida pública e também sobre o FNDE.

Complementando, então, nós tivemos uma reunião recentemente, na semana passada, com o Presidente do FNDE, com foco na continuação e no término dessas obras. Se não me engano, são 700 milhões de reais de recursos ainda envolvidos. Parece que 200 milhões de reais são de obras que podem terminar rapidamente. Quanto às outras, nós estamos viabilizando com o FNDE uma forma jurídica viável para que as creches sejam terminadas. Há um interesse muito grande do nosso Presidente e da nossa instituição que isso seja feito.

Por favor, Léo.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ - Obrigado.

Deputado Hildo, V.Exa. perguntou sobre os trabalhos da dívida. Tem se falado de uma auditoria da dívida, mas, na verdade, existem algumas auditorias em andamento sobre a dívida pública, as quais vão terminar em sequência: uma em setembro, uma em outubro e uma em novembro. Então, são três auditorias diferentes.

A primeira, que vai terminar agora em setembro, está analisando os empréstimos feitos pelo Tesouro ao BNDES e a regularidade daquelas operações. Foi emprestada alguma coisa próxima de 500 bilhões de reais em títulos com emissão direta ao BNDES.

A regularidade dessa operação está sendo analisada, se ela foi adequada do ponto de vista da execução orçamentária, do planejamento orçamentário, da submissão do Executivo ao Parlamento. Esse é um ponto que está sendo analisado e é bastante relevante, porque, falando em números originais, só ele representa quase 500 bilhões de reais na dívida pública.

Existe outra auditoria que se relaciona com a dívida pública e que tem a ver com as garantias concedidas pela União aos empréstimos dos Estados. Houve situações em que, eventualmente, os Estados não tinham boas condições para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

receber empréstimos e, mesmo assim, a União concedeu a garantia, o que levou os Estados ou ajudou os Estados a entrar numa situação de degradação fiscal grave. No fim das contas, isso acaba impactando a União por força da renegociação.

E existe uma auditoria mais geral, que tem foco na transparência da gestão da dívida pública. Ou seja, ela não pretende exatamente pegar toda a dívida pública e auditá-la novamente. Não é esse o seu foco. Ela é uma auditoria operacional, que quer olhar exatamente como foi o processo de endividamento desde a LRF para cá, ou seja, quais foram os fatores econômicos, quais foram os fatores jurídicos que levaram a esse endividamento, para nós podermos passar essa informação.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Isso é de 2000 para cá, não é?

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ - Sim, exatamente. O corte foi a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ela nasceu de uma solicitação do Congresso Nacional, feita pelo Senador Alvaro Dias, que elencou sete quesitos, que foram aprovados pela Mesa. Nós vamos responder a esses sete quesitos.

Antes de encerrar, eu queria voltar só a uma questão levantada pela Deputada Carmen. Embora ela tenha falado da saúde, eu acho que a questão da disponibilidade de recursos, ou seja, da imprevisibilidade dos recursos acaba afetando a maior parte das políticas públicas.

Isso tem um pouco a ver com o papel do Orçamento. Nós imaginamos que, por ocasião do Orçamento, o Congresso vai deliberar quais políticas públicas serão financiadas ao longo do ano. Mas, infelizmente, nos últimos anos, não foi isso o que aconteceu. Esse relatório que nós trouxemos aqui aponta isso. Houve várias situações em que as receitas foram superestimadas, e isso acomodou uma série de despesas.

Então, a decisão alocativa, que seria do Congresso, passa a ser do Poder Executivo. E, ao longo do ano, durante a execução, quando a arrecadação não cumpre aquilo que se esperava — porque as receitas foram infladas —, o que vai acontecer é que o Executivo vai decidir o que tem que fazer à luz de uma meta fiscal. Com isso, ele vai segurar os recursos e vai liberá-los só eventualmente, no fim do ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Existe um problema que nasce exatamente dessa questão do papel do Orçamento. E nós imaginamos que agora, com a Emenda Constitucional de 1995, tenhamos caminhado ou pelo menos dado alguns passos para solucionar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cacá Leão) - Agradeço a apresentação de todos. Agradeço a presença do Cláudio Castello Branco, do Marcelo Barros Gomes, do Leonardo Rodrigues Albernaz. Agradeço aos técnicos do TCU que se fazem presentes. Agradeço aos membros e à equipe da Comissão Mista de Orçamento.

Quero pedir desculpas. O Senador Dário Berger teve que se retirar porque se iniciou o processo de votação nominal no Senado. Mas, como falei anteriormente, estamos à disposição e desejamos estreitar cada vez mais a relação não só entre a Comissão Mista de Orçamento e o TCU, mas também entre o Congresso Nacional e o TCU. Isso é importante para o País.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 17 E 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Aos dezessete e dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Domingos Sávio, Edio Lopes, Hugo Motta, Jaime Martins, João Arruda, Laudivio Carvalho, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer e Zé Carlos; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Dário Berger, Davi Alcolumbre e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes**: Andre Moura, Carlos Sampaio, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Delegado Francischini, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Jorge Solla, Misael Varella, Renato Andrade, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Roberto; e **- Senadores suplentes**: Cidinho Santos, Hélio José e Lúcia Vânia. Teve a ausência justificada o Senador Titular Valdir Raupp. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Evair Vieira de Melo e Raquel Muniz. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Bilac Pinto, Elmar Nascimento, Evandro Roman, Hugo Leal, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Laura Carneiro, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Vander Loubet, Vitor Valim e Weverton Rocha; e **– Senadores:** Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Jorge Viana, Kátia Abreu, Pedro Chaves. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, do dia dezessete de outubro de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que informou não haver *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, anunciou que suspenderia os trabalhos, e convocou a continuação da reunião ordinária para o dia seguinte, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 15h51min, do dia 18 de outubro, a Deputada Carmen Zanotto (PPS/SC), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1 de 2006, do Congresso Nacional,* reabriu e suspendeu os trabalhos. Às 17h05min, tendo sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, a reunião foi reiniciada pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC). Em seguida, o Presidente passou a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de setembro de 2017; e 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 28 de setembro de 2017. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **ORDEM DO DIA**: Pauta. Item 01. Apreciação das Sugestões de **Emendas** a serem apresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, **ao Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018"- **PLOA/2018,** de acordo com o disposto no *art. 44, da Resolução nº 1/2006-CN*. Relatora: Deputada Carmen Zanotto. O Presidente comunicou ao Plenário que foram apresentadas pelos membros da CMO 106 sugestões de Emendas desta Comissão ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN** - PLOA/2018**.** A Relatora informou que foram acordadas 04 sugestões de emendas de **Apropriação de Despesa** dos Senadores Valdir Raupp (PMDB/RO) e Lúcia Vânia (PSB/GO), e dos Deputados Wellington Roberto (PR/PB), Marcon (PT/RS), Zé Carlos (PT/MA) e Jorge Solla (PT/BA); e 04 sugestões de emendas de **Remanejamento de Despesa** dos Deputados Bohn Gass (PT/RS), Marcon (PT/RS), Hugo Leal (PSB/RS), Edio Lopes (PR/RR) e Josi Nunes (PMDB/TO). Em votação, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sugestões de emendas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e são a seguir relacionadas: EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: **Emenda nº 3 – CMO**, UO: 36211, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: FUNASA, Funcional: 10.512.2068.10GE.0001, Ação: Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). Valor: R$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais). **Emenda nº 5 – CMO**, UO: 20201, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: INCRA, Funcional: 21.631.2066.211B.0001, Ação: Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária. Valor: R$ 765.708.013,00 (setecentos e sessenta e cinco milhões, setecentos e oito mil e treze reais). **Emenda nº 7 – CMO**, UO: 53204, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: DNOCS, Funcional: 18.544.2084.140N.0001, Ação: Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas. Valor: R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). **Emenda nº 8 – CMO**, UO: 26101, Tipo: Apropriação - Inclusão, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: M. da Educação, Funcional: 12.364.2080.8282, Ação: Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior. Valor: R$ 1.500.000.000,00 (hum bilhão e quinhentos milhões de reais). EMENDAS DE REMANEJAMENTO DE DESPESA: **Emenda nº 1 – CMO**, UO: 26298, Tipo: Remanejamento - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: FNDE, Funcional: 12.368.2080.20RP.0001, Ação: Apoio à Infraestrutura para Educação Básica. Valor: R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). **Emenda nº 2 – CMO**, UO: 55101,Tipo: Remanejamento - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: M. do Des. Social – Adm. Dir., Funcional: 08.306.2069.2798.0001, Ação: Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Valor: R$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais). **Emenda nº 4 – CMO**, UO: 36901, Tipo: Remanejamento - Inclusão, Localidade: Região Norte, Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde, Funcional: 10.302.2015.4324, Ação: Atenção à Saúde das Populações Específicas da Região Amazônica. Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil – na Região Norte. Valor: R$ 14.790.000,00 (quatorze milhões, setecentos e noventa mil reais). **Emenda nº 6 – CMO**, UO: 20201, Tipo: Remanejamento - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: INCRA, Funcional: 21.363.2066.210T.0001, Ação: Promoção da Educação do Campo. Valor: R$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais). Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra aos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Zé Carlos (PT/MA), Bohn Gass (PT/RS) e Edio Lopes (PR/RR) que manifestaram-se favoráveis às sugestões selecionadas, parabenizaram a Relatora, e elogiaram o Presidente na condução dos trabalhos. O Deputado Bohn Gass (PT/RS) alertou sobre a necessidade de apreciação de matérias de teor orçamentário a serem enviadas pelo governo federal. Por fim, o Presidente transferiu a palavra a Deputada Carmen Zanotto que teceu agradecimentos e compartilhou o êxito de seu trabalho com os membros da Comissão. Em sequência, o Presidente comunicou que o prazo para apresentação de emendas à despesa e à receita, inclusive renúncia de receita, ao **Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018** – PLOA/2018, encerrará no dia 20 de outubro, sexta-feira, às 18 horas. E informou que será realizada no dia 19 de outubro, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, Reunião de Audiência Pública com o Representante da Aeronáutica, Brigadeiro do Ar, Senhor Marcio Bruno Bonotto, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – COPAG de Brasília-DF, para debater as necessidades orçamentárias do Projeto do Avião KC 390, em atendimento ao **Requerimento n.º 07/2017-CMO**, de autoria do Deputado Victor Mendes (PSD/MA), subscrito pelo Deputado Edio Lopes (PR/RR), aprovado na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 26.09.2017. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das sugestões de emendas à CMO, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrado os trabalhos, às dezessete horas e cinquenta e dois minutos do dia 18 de outubro de 2017. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Executiva Substituta, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 17.10.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Declaro iniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciação das matérias constantes da pauta.

Não havendo quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados nem na representação do Senado Federal, suspendo a presente reunião e convoco a sua continuação para amanhã, dia 18, quarta-feira, às 15 horas.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

Em 18.10.2017.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Carmen Zanotto) - Senhoras e senhores, declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Declaro também que nós estamos suspendendo esta reunião por 30 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação das matérias em pauta.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das seguintes atas por elas terem sido distribuídas anteriormente: ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de setembro de 2017; e ata da 4ª Reunião de audiência pública, realizada no dia 28 de setembro de 2017.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam as atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O mesmo eu faço na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam as atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Vamos à Ordem do Dia.

Apreciação das emendas a serem apresentadas pela Comissão à Lei Orçamentária de 2018, Projeto de Lei nº 20, de 2017 - CN.

Foram apresentadas 106 emendas pelos membros da Comissão Mista de Orçamento.

Passo, então, a palavra à Relatora, a Deputada Carmen Zanotto, para apresentar suas sugestões de emenda e possíveis discussões, se for o caso.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, nobre Senador Dário Berger, do meu Estado, colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, inicialmente eu quero agradecer a honra de relatar as emendas apresentadas na Comissão Mista de Orçamentos.

Informo aos colegas que houve 106 emendas apresentadas à nossa Comissão, mas temos apenas 4 emendas que poderão ser aprovadas e outras 4 de remanejamento.

O trabalho realizado a partir da apresentação das emendas e o acompanhamento das emendas que foram apresentadas nas Comissões Temáticas da Câmara e do Senado facilitaram, e muito, o trabalho da relatoria e o acordo construído com todos os pares para que pudéssemos estar aqui apresentando emendas que não foram contempladas, mas que são fundamentais para o processo orçamentário, especialmente para atendermos aos Municípios e às suas demandas.

Quero registrar que as emendas foram muito importantes, porém não temos espaço para contemplar todas que foram apresentadas. Por isso, sob a sua Presidência e o seu comando, construímos um acordo com os colegas. Faço aqui, então, a apresentação das primeiras quatro emendas.

Sr. Presidente, lembro que esta Comissão teve a sensibilidade de olhar para os nossos Municípios ao apresentar uma emenda da Fundação Nacional de Saúde — FUNASA, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Valdir Raupp. Eu me refiro à Emenda nº 1052206810GE0001, para implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em Municípios com população de até 50

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mil habitantes, exclusive regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico. São recursos de investimento que, conforme acordado, estaremos fechando os valores a partir do desenho da nossa peça orçamentária. Essa, então, é a primeira emenda ao nosso Orçamento.

A segunda emenda, Sr. Presidente, é do Deputado Wellington Roberto, para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, de nº 185442088140N0001, para recuperação e adequação de infraestruturas hídricas. Também são recursos de investimento.

A terceira emenda vai para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, de autoria do nobre Deputado Marcon, de nº 216312066211D0001, para obtenção de imóveis rurais para a criação de assentamentos da reforma agrária. Esta também é emenda para investimento.

Todas são absolutamente importantes. Não deixando a educação de fora, há a emenda do Deputado Jorge Solla para o Ministério da Educação, de nº 1236420808282, para estruturação e expansão de instituições federais de ensino superior — também são recursos de investimento —, para dar corpo, musculatura e desenvolvimento às universidades.

Eu peço só um segundo, nobre Senador, para verificar uma informação.

(Pausa prolongada.)

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, cometi um equívoco quando citei apenas o nome de um dos autores da emenda, e são dois autores. O Deputado Zé Carlos também é autor da emenda do INCRA. Essa emenda, portanto, é apresentada por dois autores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Há ainda as emendas de remanejamento, Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - A pedido da assessoria técnica, eu vou repetir a última emenda, que é a da educação.

Vocês não pegaram a da educação ou a do INCRA? *(Pausa.)*

Eu vou repetir para não haver nenhuma dúvida, mas não foi nenhuma emenda de remanejamento, porque não chegamos a elas.

Emenda do INCRA, dos nobres Deputados Marcon e Zé Carlos, de nº 216312066211B.0001, para obtenção de imóveis rurais para a criação de assentamentos da reforma agrária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou iniciar as emendas de remanejamento agora.

Emendas de remanejamento.

Foram apresentadas quatro emendas.

Emenda apresentada pelos Deputados Bohn Gass e Marcon, que são iguais, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Administração Direta, de nº 08306206927980001, para aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar, para promoção da segurança alimentar e nutricional e outras despesas correntes. É uma emenda de remanejamento com ajuste da fonte de cancelamento, conforme acordado.

Há duas emendas de remanejamento para as quais pedimos permissão, Sr. Presidente, a fim de também trabalharmos a questão da fonte de remanejamento. Elas são dos Deputados Edio Lopes e Hugo Leal, para o Fundo Nacional de Saúde, para atenção à saúde das populações específicas da Região Amazônica. É uma emenda de remanejamento com ajuste de fonte de cancelamento.

Emenda da Deputada Josi Nunes, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de nº 12368208020RP0001, para apoio à estruturação para a educação básica. Emenda de remanejamento que fica com a mesma observação da possibilidade de ajuste da fonte de cancelamento.

A última emenda de remanejamento é do Deputado Marcon, para o INCRA, de nº 213632066210T0001, para a promoção da educação no campo. Ela está corretíssima.

Essas são as emendas de remanejamento que foram apresentadas na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

As emendas sugeridas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Da mesma forma, submeto à aprovação da representação do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Cumprimento a Relatora pelo relatório, pela capacidade de síntese e pela competência e complacência que teve ao longo dessas amplas discussões, que terminaram. Concluímos com um entendimento bastante interessante, inclusive com a última sugestão da expansão do ensino superior, que, em minha opinião e na opinião do Deputado Domingos Sávio, do Deputado Toninho, do Deputado Bohn Gass, do Deputado Edio Lopes e também de V.Exa., sintetiza bem um sentimento que se tem hoje das universidades federais, que sofreram solução de continuidade em virtude da falta de recursos.

Agora, preocupados com isso, alocaremos um recurso importante para universidades, como o polo de Blumenau, por exemplo, que é uma preocupação grande de Santa Catarina, de Joinville, para que possa sair do papel e definitivamente ser implantado.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, em especial nossa colega Deputada Carmen Zanotto, a quem quero cumprimentar pelo brilhante relatório e principalmente pelo espírito democrático.

Quero cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente. A reunião preparatória que tivemos não é novidade para ninguém, é bom que o Brasil, aliás, saiba disso.

Esta é uma Comissão especial, uma Comissão que traz talvez a simbologia de ser a mais importante do Congresso, porque trata do dinheiro do povo brasileiro. Ela reúne Parlamentares da Câmara e do Senado e tem a missão extremamente importante de buscar não só definir a aplicação desses recursos públicos como fiscalizar a aplicação deles.

Então, o que fizemos hoje foi muito bem conduzido por V.Exa. Quero aqui fazer este registro, porque realizamos uma reunião preparatória absolutamente democrática. Senadores e Deputados das mais diversas correntes ideológicas e partidárias puderam se debruçar sobre centenas de propostas, mas havíamos que confluir para quatro temas. Os quatro temas que ganharam, eu diria por unanimidade, de fato encontram na sociedade brasileira também um clamor para que sejam atendidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É claro que alguém poderia aqui dizer de várias outras áreas que nos preocupam também, como a segurança pública, etc., mas elas já estão contempladas no Orçamento. São quatro itens que fortalecemos no Orçamento. É bom que a sociedade compreenda isso, porque, senão, fica parecendo que os outros itens, como cultura e segurança pública, não estão sendo contemplados. É claro que todos estão contemplados no Orçamento.

A nossa Comissão só podia trabalhar em quatro. Esses quatro itens indiscutivelmente foram frutos de consenso, tanto a questão da água no DNOCS, que é fundamental para alcançarmos principalmente regiões mais áridas, que hoje sofrem com ausência da água, até para beber; como a questão do saneamento na FUNASA, para tratarmos e recuperarmos os rios, a partir do tratamento do esgoto, da recuperação dos rios, dos córregos, do meio ambiente.

Igualmente, há uma preocupação com os assentamentos, com as comunidades que precisam ter o direito de acesso à terra. Aí o Orçamento estava fragilizado, com ausência de recursos específicos para a aquisição dessas terras. Não se pode ficar falando em reforma agrária o tempo todo se não se dispuser de recurso orçamentário para efetivamente fazer a reforma.

Por último, aquilo que talvez tenha inspirado um sentimento de maior confluência de ideias, o fortalecimento do ensino superior no Brasil, no momento em que as universidades padecem por uma carência orçamentária, tendo, inclusive, algumas obras paralisadas, com dívidas até no custeio.

Quero cumprimentar V.Exa., que foi um dos autores da iniciativa. Tive a felicidade de poder alertar para a necessidade de que esse item não ficasse fora. Tivemos o apoio unânime dos partidos presentes e da Relatora.

Portanto, há o fortalecimento das universidades do ensino público de nível superior, porque aí podemos tratar das universidades e até do ensino público de nível superior nos institutos federais. Enfim, a rubrica que trata do ensino público de nível superior sairá fortalecida da Comissão de Orçamento, o que, sem dúvida, é uma iniciativa que tem a marca da gestão de V.Exa. nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Cumprimento o Deputado Domingos Sávio, que certamente sintetizou o nosso esforço de horas de discussão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que culminou nesse entendimento, que é um reforço — é bom que fique bem explicitado.

Isso não significa que as outras áreas não foram contempladas. Todas foram, como a segurança, que é uma questão que está sempre muito contemplada nas Comissões, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados, e também outras questões.

Porém, a questão da FUNASA é extremamente importante, é fundamental para o desenvolvimento regional deste País, para o saneamento propriamente dito, que envolve saúde, envolve limpeza dos nossos córregos, dos nossos rios e vai atingir os Municípios de até 50 mil habitantes.

Deputado Toninho, para V.Exa. ter ideia, em Santa Catarina ainda há mais de cem Municípios que nem sequer têm projetos de coleta de resíduos e de saneamento básico. Se não há projeto, imagine saneamento básico propriamente dito. Santa Catarina é um Estado bastante avançado, mas a questão do saneamento básico é muito grave.

Fiquei muito feliz com a aprovação dessa emenda. Foi uma medida extremamente acertada, junto com o DNOCS, para levar água para o Nordeste, que está vivendo uma seca sem precedentes na sua história. A água é um bem essencial à vida, e temos que fazer todo esse esforço.

Também cito a questão do INCRA, com relação às desapropriações, que gera muita polêmica e, inclusive, opiniões divergentes. Estamos preocupados com esse tema e demonstramos isso aqui na Comissão.

O tema do ensino superior, então, nem se fala. Quero louvar a atitude em relação à expansão das universidades federais, que realmente foi importante. A ampliação delas é necessária, mas tudo tem que ser feito com certo equilíbrio fiscal, sob pena de incorrermos no problema que acabamos percebendo neste momento de não conseguirmos avançar por falta de recursos.

Agora, quem sabe, com essa iniciativa e com as iniciativas vindouras dos próximos orçamentos, possamos dar uma solução de continuidade a esse grave problema que está relacionado ao ensino superior em nosso País.

Com a palavra o Deputado Zé Carlos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, quero externar a grata constatação — é a primeira vez que participo da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamento — de ver um tema que é muito complexo, e poderia ser muito polêmico, que é escolher, de 106 emendas, 4 emendas de remanejamento e 4 emendas a serem apresentadas em nome da Comissão. Portanto, só o número das emendas apresentadas daria o tamanho da complexidade e de uma possível polêmica na escolha. No entanto, para a minha surpresa, talvez tenha sido a reunião mais tranquila, em que se conseguiu chegar a um consenso sem nenhuma polêmica.

Atribuo grande parte dessa situação à condução que V.Exa. vem dando em todas as reuniões desta Comissão, Senador Dário Berger. Por isso, aproveito a oportunidade para parabenizar V.Exa. por essa tranquilidade, esse espírito democrático e essa gentileza com que nos tem tratado nas reuniões. Talvez esse tenha sido o fator mais importante para que se chegasse a uma decisão tão complexa e importante sem nenhum trauma.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o trabalho da Deputada Carmen Zanotto, Relatora desse projeto, que também, com a sua característica de tentar contemplar e de falar baixinho, explicando para todo mundo o que está acontecendo, contribuiu para que se chegasse a um momento tão importante com tamanha facilidade.

Portanto, agradeço por uma emenda minha e do Deputado Marcon, de tamanha importância, que é a garantia de legalização de assentamentos da reforma agrária brasileira, tenha sido uma das 4 contempladas dentre as 106 apresentadas.

Parabéns a V.Exa.! Parabéns à Deputada Carmen Zanotto pelo trabalho realizado!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Parabéns a V.Exa., que participou ativamente e foi contemplado dentre as 106 propostas. V.Exa. foi vencedor, vamos dizer assim. Isso demonstra que a sua participação nesta Comissão tem sido marcada de grande sucesso e pleno êxito em defesa do seu Estado.

Agradeço as palavras de V.Exa. a minha pessoa. Quero expressar aqui profunda honra, consciente da grande responsabilidade que tenho, mas, se não existir a compreensão dos prezados e distintos amigos Parlamentares, não avançamos.

Percebo essa disposição e também percebo que a minha condução é no sentido de buscar o entendimento, que ele possa contemplar, se não a todos, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

menos a ampla maioria. Se isso acontecer, vamos continuar avançando sempre por meio do entendimento. Por isso, quero parabenizar V.Exa.

O Deputado Edio Lopes está pedindo a palavra, mas o Deputado Bohn Gass já está a postos. Então, peço licença para passar a palavra ao Deputado Bohn Gass. Em seguida, ouviremos o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Senador Dário Berger, também quero reconhecer o trabalho desta Comissão. Além de saudar V.Exa. pela coordenação, a Relatora, a Deputada Carmen Zanotto, e os colegas Deputados, porque todos fizeram um esforço, também ressalto o trabalho dos consultores, a assessoria e quem colaborou aqui.

E além desse reconhecimento que já foi feito, quero expressar uma preocupação, que também é desta Comissão, frente ao Governo. Nesta Comissão de Orçamento, Senador e colegas Deputados, ainda não recebemos as alterações da meta fiscal. O Governo aumentou a meta, mandou o orçamento para nós e não fez essa alteração.

Nesta Comissão eu questionei isso, e fizemos uma obstrução parcial para não aprovarmos a alteração de meta que o Governo estava propondo, porque é uma preocupação fiscalista, que prejudica a economia do País.

Nós fomos chamados à responsabilidade — vamos dizer assim —, porque o Governo precisava e tinha pressa em aprovar a tal da meta fiscal. Ele fez isso no Congresso Nacional, porque tinha pressa.

Qual é a pressa do Governo? Ele fez esta Comissão aprovar com rapidez a meta fiscal e ali em votação no Congresso Nacional e não mandou a peça. O Orçamento está aqui com 139 bilhões — os assessores podem me ajudar. A meta foi alterada para mais 20 bilhões. E nesses 20 bilhões, queremos que a agricultura familiar tenha recurso, que as compras públicas tenham recurso, que as universidades tenham recurso e que os programas sociais tenham recurso. Esperamos que os programas em todas as áreas de reforma agrária e importantes para este País, como os de ampliação na área da educação, o Minha Casa, Minha Vida e o Mais Médicos, possam estar incluídos. Mas nós não temos o envio da meta por parte do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesse sentido, Presidente, quero manifestar a V.Exa. que esta Comissão não está sendo respeitada pelo Governo. E eu sugiro a V.Exa. que tomemos uma atitude.

Vou ser solidário com o Relator de receita se ele fizer a adequação de acordo com o que foi aprovado, mesmo que o Governo não tenha mandado. A partir daí teremos a possibilidade de colocar as emendas que queremos, de dialogar com os setores, que hoje estão órfãos, a fim de desenvolvermos o País. Então, eu quero manifestar essa desconsideração por parte do Governo. Ele forçou uma aceleração na votação, forçou uma rapidez, e não mandou nada.

O Governo tem problemas internos, e todos sabem muito bem disso, porque a Comissão de Constituição e Justiça está apreciando a questão — o Presidente Temer tem que responder pelos crimes que cometeu, perante o STF. E o Presidente está dando um jeito de resolver a votação, resolver os votos dos Deputados, aí ele tem pressa. Como ele tem pressa, ele resolve. Mas, para resolver os problemas do País, que está precisando de recursos, ele não quer ter pressa. Não podemos aceitar isso. Esta Comissão está sendo desrespeitada.

Eu quero ser solidário, Presidente. Temos que tomar uma atitude em relação ao Governo, que está desrespeitando a Comissão.

Quero lembrar também que nós fizemos uma combinação em relação ao nosso projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, à época, que foi votada aqui por comum acordo. Lembro que foram efetivados vetos, por parte do Governo, que vieram com correções depois, solicitadas por nós parcialmente — não nos sentimos contemplados e queríamos derrubar os vetos —, mas era preciso um relatório interno aqui da Comissão. E esse relatório, ao que me consta, não foi feito ainda. Então, eu quero sugerir que apreciemos esta matéria, porque, se tivermos uma votação nos próximos dias, Senador, isso deverá ser levado a uma sessão no Congresso Nacional, e precisamos, primeiro, apreciar aqui. Queremos fazer o debate em cima desses pontos.

Eu queria fazer esses dois registros para o bom andamento dos trabalhos. Quando depende só de nós, fazemos bem, mas, quando depende do Governo Temer, a coisa não funciona. Eu quero fazer exatamente este registro.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu o cumprimento e registro que a participação de V.Exa. nos entendimentos foi extremamente importante. V.Exa. acabou sendo um grande vencedor, sugerindo emendas tanto para o INCRA quanto para a expansão do ensino superior. V.Exa. também conseguiu concordância da Comissão sobre a questão da FUNASA, em relação ao saneamento, algo com o qual não há como não concordar; e sobre a questão da água, através do DNOCS. Essas questões são emergenciais, e V.Exa. teve uma grande participação que culminou nesse importante entendimento.

Muito obrigado a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu ocupo este espaço e vou ser bastante breve, mas não poderia começá-lo sem que, antes, até por uma questão de justiça, fizesse aqui o reconhecimento à forma com que V.Exa., Senador Berger, tem conduzido esta Comissão.

Nós que temos participado ativamente dos trabalhos, tanto aqui no plenário quanto na sala da Presidência, nas tratativas que deverão nortear os trabalhos no Plenário, somos testemunhas, Sr. Presidente, da paciência com que V.Exa. tem ouvido e contemporizado os intermináveis pleitos que campeiam por esta Comissão.

Portanto, se esta Comissão hoje está levando o nosso trabalho a bom termo, devemos — e muito — ao espírito de comando com que V.Exa. tem norteado esta Comissão. Nós precisamos fazer este reconhecimento de público, Sr. Presidente.

Por último, quero dizer que, quanto à seleção ou às sugestões de emendas, eu creio que o trabalho feito pela nossa Relatora foi bastante importante, bastante criterioso. Nós vimos contemplar o Nordeste no que diz respeito ao DNOCS. Vimos contemplar o resto do País no que se refere à água. Também temos absoluta certeza de que a nossa Amazônia, Sr. Presidente, que é dois terços do território nacional, também será contemplada no que se refere à questão da saúde dos nossos ribeirinhos

A Marinha mantém um papel primordial, essencial, indispensável no atendimento àqueles ribeirinhos. Na imensidão da Amazônia, há rios dos quais a maioria dos brasileiros nem sequer ouviu falar. O Brasil pensa que os rios da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Amazônia são somente o Rio Solimões, o Rio Amazonas e o Rio Negro. Nós temos centenas, quem sabe milhares de rios, e só a Marinha às vezes consegue levar um médico, um dentista àquele ribeirinho que está ali como sentinela avançada do território nacional, naquela imensidão tão esquecida do Brasil.

Eu acho que o alcance destas emendas selecionadas contempla as mais diversas regiões deste País. Fica aqui o nosso reconhecimento. Tenho certeza de que a Deputada Relatora encontrou e encontrará o meio necessário para que essas situações sejam consolidadas no Orçamento que iremos votar muito em breve.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Saliento que a participação de V.Exa. também foi muito importante para a construção do entendimento.

V.Exa. sabe — eu não preciso exagerar na minha afirmação — que, se não é o mais assíduo, é um dos mais assíduos membros desta Comissão. E não é só assíduo, é atuante. Além de atuante, tem um papel preponderante na defesa do seu Estado.

As propostas que, percebo, vêm, vieram e vão vir de V.Exa. são sempre muito equilibradas, racionais, com o intuito de trazer, no fundo, a resolução para os problemas emergenciais e graves que nós enfrentamos em nosso País.

Então, eu quero agradecer. a participação de V.Exa. nesta Comissão e expressar o meu reconhecimento ao trabalho de V.Exa. Tenha a certeza de que temos ainda um longo caminho pela frente, na construção de uma peça orçamentária que possa ser a mais equilibrada possível. Então, muito obrigado a V.Exa.

E, para concluir os trabalhos, antes de passar a palavra a V.Exa., Deputada Carmen Zanotto, eu quero parabenizá-la pelo relatório, pela construção desse entendimento. O papel de V.Exa. foi preponderante e fundamental. O equilíbrio, a serenidade e o espírito democrático que demonstrou, dando acesso à ampla discussão, permitiu, ao final, chegarmos a um entendimento. Isso é mérito de V.Exa., a quem eu, mais uma vez cumprimento e transmito a minha admiração pelo seu trabalho e sua história de relevantes serviços prestados ao Estado de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, nobre Senador Dário, nosso Presidente.

Eu quero dividir essa vitória com o coletivo dos colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, através da Presidência de V.Exa., o que nos permitiu fazer com que um conjunto de 106 apresentações pudesse ser contemplado da melhor forma possível, exatamente pelo debate e pela construção, na busca do entendimento do que era o melhor para deliberarmos. Repito que todas as emendas apresentadas são importantes e estão na peça orçamentária.

Quero dizer ao Deputado Edio Lopes que vou um pouquinho mais longe com relação à fala de S.Exa. Eu sou enfermeira de formação, fui Secretária Municipal e Secretária de Estado de Santa Catarina e conheço a realidade da assistência à saúde da população ribeirinha, o trabalho feito pela Marinha do Brasil.

Senador, quando nós reclamamos, em Lages, de um tratamento fora de domicílio – TFD de 8 horas é por causa da necessidade de saída de um Município até a Capital do Estado, porque alguns serviços só estão lá. Mas Santa Catarina já tem o desenho das macrorregiões com praticamente todos os serviços da média e da alta complexidade. É só ir lá para ver como é realizado esse trabalho e o quanto ele é importante para essa população. É o único acesso às ações e serviços de saúde que a população tem.

Então, essa é a razão da defesa que está havendo nos últimos anos, tanto na Comissão de Seguridade Social e Família quanto aqui e em outras Comissões, para um olhar diferenciado para essa região, Senador. Com relação à diferença *per capita* entre os Estados brasileiros, nas ações e serviços de saúde da média e alta complexidade, eu espero que, um dia, essa luta não seja apenas do Sul — para equiparar o *per capita* de Santa Catarina com o do Paraná e do Rio Grande do Sul —, mas que seja uma luta do Brasil, para equiparar o *per capita* do Norte e do Nordeste com o do Sul ou Sudeste deste País.

Eu não consigo entender que, nas ações de serviços de saúde, haja brasileiros com valores monetários diferentes. Há Estados que ganham muito pouco para fazer as ações e serviços de saúde e Estados que, embora não estejam ganhando muito, vamos dizer assim, estão um pouco mais equilibrados no seu *per capita*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agora, quando nós nos debruçamos para olhar os valores *per capita*, Deputado Edio, eu quero lhe dizer que é muito triste. Quando falamos de tratamento fora de domicílio, não dá para comparar o custo de deslocamento de um catarinense ao de uma pessoa que vive, em especial, na Região Amazônica ou em outras regiões menos favorecidas deste País em termos de estruturas de saúde lá implantadas.

Então, Sr. Presidente, muito obrigada, mais uma vez, pela oportunidade que tive de ser Relatora. Agora, este não é o relatório da Deputada Carmen, este é o relatório da nossa Comissão Mista de Orçamento, presidida por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Eu que agradeço a V.Exa.

Partindo para o encerramento, eu só quero mencionar que nós homens públicos temos muitas responsabilidades. E quero destacar aqui que uma das mais sublimes missões que nós temos é lutar diariamente, incansavelmente, para reduzir as desigualdades sociais e as diferenças que ainda existem neste País.

O Deputado Edio Lopes, a quem eu quero parabenizar, é um defensor ferrenho desse conceito. Também parabenizo a Deputada Carmen, que foi Secretária de Estado. Eu fui Prefeito na época em que a Deputada Carmen foi Secretária de Estado. A nossa amizade, que vem de longa data, avançou muito no dia a dia, na tentativa de vencer as barreiras e os obstáculos que a vida nos impôs naquela oportunidade, eu dirigindo a Prefeitura de Florianópolis, e ela dirigindo os destinos da Secretaria de Estado de Educação. E, diga-se de passagem, nós temos muita saudade daquele tempo, a população tem muita saudade daquele tempo, quando nós implementamos já uma filosofia de gestão de resultados, que, certamente, é uma das razões que me trouxe para o Senado Federal.

Portanto, num país como o nosso, de dimensão continental, rico, próspero, de pessoas extremamente preparadas e inteligentes e com um desenvolvimento tecnológico e cientifico de causar inveja a muitos países do mundo inteiro, eu não posso me conformar que as diferenças sociais ainda tenham essa envergadura que estamos percebendo no dia a dia.

Então, o nosso trabalho se engrandece quando, efetivamente, nós temos essa responsabilidade em nossa consciência, porque essa não é uma questão só de retórica, mas uma questão de ações, de atitudes, que precisa ser enfrentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Espero que este nosso desabafo aqui possa ecoar nos ouvidos daquelas pessoas que têm ainda maior responsabilidade do que nós, porque de nada adianta vivermos num país onde somos separados por avenidas: de um lado, uma avenida altamente desenvolvida de forma urbanística, com qualidade de vida, e, de outro lado, uma avenida com pessoas completamente desassistidas e abandonadas ao longo da história.

É muito triste percebemos isso. Não é concebível que, em pleno século XXI, um país como o Brasil tenha que conviver com essas diferenças. E, lamentavelmente, em função da crise econômica que estamos vivendo, em vez de avançarmos, estamos reduzindo a capacidade de resolver esses problemas graves que estamos enfrentando.

Foi uma honra, digo mais uma vez, participar dos entendimentos desta Comissão.

Gostaria, para encerrar, de fazer um alerta quanto ao prazo das emendas à Lei Orçamentária Anual — LOA de 2018, quanto à despesa, à receita e, inclusive, à renúncia de receita, o qual findará agora, no dia 20 de outubro, portanto, na sexta-feira, às 18 horas. É bom que a assessoria dos membros desta Comissão fique atenta a essa questão.

Então, volto a repetir que as emendas à LOA vão se encerrar no dia 20, às 18 horas, portanto, na sexta-feira próxima agora.

Também gostaria de lembrar que amanhã, dia 19, às 10 horas da manhã, no Plenário 2, teremos uma audiência pública para debater sobre a necessidade orçamentária do projeto do avião KC-390, que é de interesse na Nação brasileira, mas também do Deputado Edio Lopes, que é um defensor do trabalho das Forças Armadas — o que eu também sou. Inclusive, em outra oportunidade, tomamos um café da manhã com as mais elevadas autoridades da Marinha, que puderam fazer um relato das dificuldades orçamentárias que enfrentam. E, evidentemente, nós, sensibilizados com essa questão, vamos fazer o possível para atender pelo menos as necessidades básicas dessa população.

Eu concedo a palavra ainda ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Uma vez mais agradeço a paciência de V.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Amanhã, inclusive, eu serei entrevistado no programa *Palavra Aberta*, da nossa *TV Câmara,* e o assunto é o KC-390, uma aeronave brasileira que coloca o Brasil dentro de um grupo muito seleto de nações. Apenas seis nações no mundo fabricam hoje um avião dessa envergadura. Então, isso, por si só, nos coloca no topo da tecnologia de aviação de transporte militar no mundo.

Ainda quero passar rapidamente pela questão da saúde da minha Amazônia, da nossa Amazônia. O Brasil nasceu virado para o Atlântico e continua virado para o Atlântico. Muita gente neste País acha que a Amazônia é um ônus, quando a Amazônia deveria ser o grande carro-chefe econômico desta Nação.

Ainda vemos irmãos nossos, Sr. Presidente, morrerem de hanseníase na Amazônia. A quantidade de pessoas com hanseníase na Amazônia é vergonhosa para o País. Eu até creio que o Governo camufla os dados, porque, em minha pequena Mucajaí, no interior da Amazônia, é difícil nós conhecermos uma família que não tenha um portador de hanseníase.

Os nossos índios morrem de beribéri.

Então, a saúde na Amazônia é um caso de escândalo para este País. E, quando nós aqui defendemos algumas migalhas, nós o fazemos pensando naquelas crianças que Monteiro Lobato descrevia e que morriam de amarelão. Na Amazônia, hoje, morrem crianças ribeirinhas de verminose.

Este é o Brasil dos contrastes. Mas nós encontramos pessoas com espírito de nacionalidade, como V.Exa., que não vê apenas o Sul deste País, onde uma ambulância pode servir a três Municípios. Em meu Município, existe uma vila com 4 mil habitantes e a 140 quilômetros de distância da sede. E o Ministro da Saúde diz que nós só podemos ter uma ambulância, porque o nosso Município tem menos de 20 mil habitantes. Este é o Brasil dos contrastes.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa. e o parabenizo, mais uma vez, pela mensagem que deixa aqui ao seu povo e ao Brasil.

Agradeço também aos nossos assessores, que contribuíram para que nós concluíssemos os nossos trabalhos.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUINTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pelo Deputado Cacá Leão (PP/BA), Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, no exercício da Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1 de 2006, do Congresso Nacional*. Esta reunião foi convocada para ouvir o Representante da Aeronáutica, Brigadeiro do Ar, Senhor Marcio Bruno Bonotto, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – COPAC – Brasília-DF, para debater as necessidades orçamentárias do Projeto do Avião KC-390, em atendimento ao **Requerimento n.º 07/2017-CMO**, de autoria do Deputado Victor Mendes (PSD/MA), subscrito pelo Deputado Edio Lopes (PR/RR), aprovado na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 26.09.2017. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Cacá Leão, Célio Silveira, Edio Lopes, Hugo Leal, Hugo Motta, Jaime Martins, Rubens Bueno e Vitor Valim; e **- Deputados suplentes:** Carmen Zanotto, Hildo Rocha e Pedro Fernandes. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Cabuçu Borges, Celso Pansera, Raquel Muniz e Weliton Prado. **ABERTURA:** às dez horas e dezessete minutos, o Presidente em exercício, Deputado Cacá Leão (PP/BA), declarou iniciada a reunião e convidou para tomarem assento à Mesa de trabalhos o Representante da Aeronáutica, Brigadeiro do Ar, Senhor Marcio Bruno Bonotto, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – COPAC – Brasília-DF, e o Relator Setorial da Área Temática XV – Defesa e Justiça, do PLOA/2018, Deputado Edio Lopes (PR/RR). Em seguida, o Presidente em exercício esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. E conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do mesmo diploma legal*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao palestrante. O Representante da Aeronáutica, Brigadeiro do Ar, Senhor Marcio Bruno Bonotto, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – COPAC – Brasília-DF, apresentou o Projeto do Avião KC-390, contendo a Origem do KC-390, Benefícios do Programa ao Brasil, Principais características do KC-390 e Situação Atual do Programa KC-390; e ao fim, relatou as necessidades orçamentárias atuais do Projeto, fazendo uso de projetor de multimídia. Encerrada a apresentação, o Relator Setorial da Área Temática XV – Defesa e Justiça, do PLOA/2018, Deputado Edio Lopes (PR/RR), abordou o tema enaltecendo o Projeto da Força Aérea Brasileira e fez questionamentos diversos ao expositor. Logo após, foi iniciado o debate, e de posse da palavra, o Deputado Celso Pansera (PMDB/RJ) manifestou-se em defesa do Projeto do KC-390. Em prosseguimento, o palestrante respondeu aos questionamentos do Relator Setorial do PLOA/2018. Foi assegurada réplica ao Deputado Edio Lopes (PR/RR). Em seguida, a palavra foi concedida à Deputada Raquel Muniz (PSC/MG), que teceu considerações elogiosas aos trabalhos desenvolvidos pela Aeronáutica, destacando o Projeto do KC-390. Houve ainda, questionamentos do Deputado Edio Lopes e da Deputada Raquel Muniz que foram respondidos pelo palestrante. Em sequência, o Presidente em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exercício passou a palavra ao Representante da Aeronáutica para concluir a exposição. Finalizando, o Brigadeiro do Ar, Senhor Marcio Bruno Bonotto, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate fez as considerações finais e apresentou seus agradecimentos. O Presidente em exercício, antes de encerrar os trabalhos, comunicou que o prazo para apresentação de emendas à despesa e à receita, inclusive renúncia de receita, ao **Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018** – PLOA/2018, encerraria no dia 20 de outubro, sexta-feira, às 18 horas. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício, Deputado Cacá Leão (PP/BA), agradeceu o comparecimento do Representante da Aeronáutica, da sua equipe técnica, bem como dos parlamentares presentes, e encerrou a reunião. Os trabalhos foram finalizados às onze horas e trinta e nove minutos. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária Executiva Substituta, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Cacá Leão, no exercício da Presidência. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 19.10.2017.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cacá Leão) - Declaro iniciada a 5ª Reunião de audiência pública de 2017 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião é resultado da aprovação do Requerimento nº 7, de 2017, de autoria do Deputado Edio Lopes, que é Relator Setorial da Área XV, de Defesa e Justiça, do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018.

O Requerimento nº 7 tem a finalidade de debater sobre as necessidades orçamentárias do projeto do avião KC-390.

Neste momento, convido para compor a Mesa o Deputado Edio Lopes, autor do requerimento, e o expositor Sr. Marcio Bruno Bonotto, Brigadeiro do Ar, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate — COPAC, de Brasília.

De acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para expor suas considerações, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

Conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos.

O interpelado também tem 3 minutos para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Concedo a palavra ao Sr. Brigadeiro do Ar Marcio Bruno Bonotto, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate — COPAC, de Brasília, Distrito Federal.

O SR. MARCIO BRUNO BONOTTO - Exmo. Sr. Deputado Cacá Leão, Presidente desta Comissão, Exmo. Sr. Deputado Edio Lopes, em cujas pessoas saúdo todos os Deputados, Senadores e convidados aqui presentes.

Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que é uma honra estar nesta Casa apresentando um projeto de Estado, o Projeto KC-390.

Antes de iniciar minha apresentação, gostaria também de agradecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado pela aprovação agora há pouco de uma emenda ao KC-390, na parte de sua aquisição, e também à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados pela aprovação de uma emenda do KC-X na sua parte de desenvolvimento.

Muito obrigado às duas Casas, às duas Comissões. É isso o que esperamos dos senhores: uma ajuda para que possamos levar o nosso País cada vez mais adiante.

Deputado Cacá Leão, se V.Exa. me permitir, vou fazer uma apresentação em pé. Antes de iniciar a apresentação, vou passar um pequeno filme motivacional, até porque este filme sumariza tudo o que eu vou dizer daqui em diante sobre como está o KC-390 hoje.

(Exibição de vídeo.)

O SR. MARCIO BRUNO BONOTTO - É importante mostrar isso porque o projeto tem um produto; é mensurável; as coisas estão acontecendo.

Essa é a campanha de ensaios que está acontecendo hoje, na área de Ensaios em Voo da EMBRAER, e são as atividades que foram realizadas, como, por exemplo, a parte de reabastecimento de voo, como extensão de mangueiras e contato seco; lançamento de cargas, tanto pela porta como pela rampa; salto de paraquedista livre, como os engajados, pela rampa, pelas portas; lançamento de cargas a baixa altura.

A aeronave já fez três viagens internacionais para demonstração dos seus conceitos junto a possíveis clientes; participou das duas grandes feiras de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aeronáutica, Farnborough Air Show e Le Bourget; participou do Sete de Setembro aqui no ano passado. Já fez ensaio de reabastecimento em voo sem transferência de combustível com aeronaves caças também da Força Aérea.

Tudo isso faz parte da campanha de certificação e de validação e comprovação dos requisitos.

Aqui nós temos uma aeronave que é levada ao extremo na fadiga, para ver se ela realmente aguenta a carga que vai ser proposta.

Os requisitos previam alguns carros de combate contra incêndio. Foram testados, realmente, se eles cabem dentro da aeronave.

Então, tudo isso faz parte do planejamento de desenvolvimento do projeto.

Também foi testada a parte de pouso em pista encharcada, em condições adversas, de água na pista.

A demonstração na feira de Le Bourget, em Paris.

Voos com potenciais Forças Aéreas.

Salto de paraquedistas tanto do Exército como da Força Aérea fazendo ensaio. Graças a isso, nós detectamos alguns probleminhas, que já foram sanados — e as campanhas de testes servem para isso: para que avaliemos todas as possibilidades, todos os limites da aeronave.

Saltos em grande altitude.

A parte de voo com visor de visão noturna, ou seja, essa imagem que se vê utilizando esses óculos, bem como saltos noturnos também de equipe de paraquedistas.

Esse é um produto do País, o nosso KC-390.

Na verdade, eu poderia parar minha apresentação aqui, porque o vídeo mostra o *status* exato do desenvolvimento da aeronave, que é bastante avançado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Basicamente, eu vou falar sobre a origem do projeto; os benefícios do programa para o País; as principais características da aeronave; e, depois, do cerne da questão, que foi o objeto da requisição desta Comissão, a situação atual do projeto, mormente no que diz respeito à parte de orçamento.

O projeto nasceu da necessidade que a Força Aérea tem de cumprir a sua missão, que é manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional com vistas à defesa da Pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu frisei bem o termo “integrar”.

Uma aeronave de transporte militar de grande porte é ferramenta indispensável para a integração do território nacional. Metade nosso território está na Região Amazônica, e ela é carente deste tipo de apoio.

Lembro também que são responsabilidade da Força Aérea 22 milhões de quilômetros quadrados, por acordos internacionais, na parte de controle; na parte de busca e salvamento, para a qual esse avião é uma peça fundamental em todo o Atlântico Sul; e também no nosso território nacional.

Como começou esse projeto? Para cumprir essa missão, nós tínhamos a aeronave C-130, já em estágio avançado de idade — a nossa frota está com uma média de 35 anos —, e nós identificamos que ela já estava com baixa disponibilidade e problemas logísticos devido a sua idade. O C-130 é um excelente avião e cumpriu com bastante louvor a missão aqui no País, mas já está cansado e está na hora de se aposentar.

Isso suscitou a necessidade de a Força Aérea buscar alternativas para substituir o C-130.

Baseado nisso, seguimos diretrizes e requisitos da própria Força Aérea que enquadram todas essas atividades:

- Transporte aéreo logístico, que serve para os pelotões de fronteira na Amazônia; serve para apoio a terremoto — No Equador, na Colômbia, no Haiti, nós participamos com essas aeronaves.

- Evacuação aeromédica. Lembram-se do acidente que houve com a Chapecoense? Uma aeronave C-130 cumpriu aquela missão de trazer os corpos e os sobreviventes.

- Combate a incêndio florestal, que hoje está na mídia. Todo dia nós vimos no *Jornal Nacional* incêndios em Portugal, na Itália, na Espanha, no Brasil. Aqui no Distrito Federal, quem mora em condomínio vira e mexe olha pelos muros e vê um incêndio chegando próximo à sua casa.

Nós fizemos um estudo de viabilidade em que identificamos que, nessa categoria, de 10 a 20 toneladas, existia o C-130J, que é a versão modernizada, cujo desenvolvimento, à época, ainda não havia sido terminado; e existia uma aeronave, o MRTA, de um consórcio entre a Rússia e a Índia, que à época estava no papel,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não tinha sido lançada. E nossa outra alternativa seria desenvolver uma aeronave própria.

Nesse estudo, nós chegamos à conclusão, baseados nas informações que existiam à época, de que, para o País, o custo da aquisição do C-130J seria em torno de 7% maior do que o do desenvolvimento e compra de um produto nacional. Isso, fora os outros benefícios — sociais, industriais, tecnológicos — que podem levar a até 12% de vantagem para a viabilidade para um projeto nacional.

Paralelamente a isso, a EMBRAER, visualizando esse interesse da Força Aérea, fez um estudo de mercado e identificou o seguinte: a frota mundial dessa categoria tem em torno de 2.800 aeronaves. Dessas, 1.600 têm acima de 25 anos. Se nós tirarmos a Rússia, os Estados Unidos e a Ucrânia, que têm uma indústria aeroespacial forte e jamais comprariam produtos que não fossem de seus países, esse número cai para cerca de mil aeronaves. E, num mercado que pode ser nosso — porque há países que participam do consórcio do Airbus, há países que já estão muito alinhados com os Estados Unidos no caso do C-130J —, nós vimos um potencial de 700 aeronaves a serem exportadas pelo País.

Levando em conta que consigamos abocanhar 50% desse mercado, ou seja, exportar 300 aeronaves, nós estamos falando de mais de 20 bilhões de dólares nos próximos 20 anos, fora o retorno de *royalties* e a nossa parte de impostos nos casos dessas vendas.

Então, nós fizemos um ensaio que verificou que, se nós vendermos 300 aeronaves, o Estado brasileiro vai receber, só de *royalties*, 2,3 bilhões de reais; pela parte de receita de impostos pela venda ao exterior, mais 2,4 bilhões de reais.

Ou seja, se nós alcançarmos o objetivo de vender essas 300 aeronaves, estaremos falando de receitas para o Estado brasileiro da ordem 5 bilhões de reais, a serem utilizados nos projetos prioritários da Nação, seja na área de segurança, na área de saúde ou na própria área de defesa, à discricionariedade desta Comissão e do Orçamento.

Baseado nisso, nós partimos para um projeto com uma tela em branco e colocamos todos os requisitos que a Força Aérea entendia como necessários para cumprir todas aquelas missões.

Com isso, nós podemos afirmar os seguintes pontos como grande diferencial do KC-390 em relação aos seus concorrentes:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Melhor mobilidade. Ele leva mais carga, com melhor desempenho, ou seja, mais rápido, mais alto.

- Projeto robusto. Há previsão para ele operar na Antártida, em pista de terra, pista de gelo, em condições de alta temperatura, em pista em elevada altitude, como foi demonstrado no *tour*.

- Maior flexibilidade. Ele cumpre uma gama de missões muito grande e muda a configuração da aeronave muito rápido. Então, ele pode, em uma noite, buscar sobreviventes de um terremoto ou prestar uma ajuda humanitária qualquer e, no dia seguinte, fazer um reabastecimento em voo para a Força Aérea. Da manhã para a tarde ele pode montar um *kit* e combater um incêndio. Essa flexibilidade também é um grande diferencial.

- Tecnologia no estado da arte. O que há de melhor na aviação do mundo está abarcado nessa aeronave. Com isso, você reduz a carga de trabalho das tripulações, pois muita coisa é automática.

- Mais fácil de manter. É previsto o ciclo de vida dele ser mais barato e propiciar uma maior disponibilidade da aeronave.

Baseado nisso, em 2009 foi assinado o acordo de desenvolvimento da aeronave, e nós partimos para achar parceiros para minimizar os custos.

Os parceiros que se apresentaram e efetivamente entraram no projeto foram a República Tcheca, o Governo de Portugal e a Argentina. As partes do avião que eles estão trabalhando são essas demonstradas na figura com código de cores, o que dá uma visão bastante genérica, bastante pictorial da participação desses países no KC-390.

Baseada nisso, a Força Aérea contratou 28 aeronaves no ano de 2014. Vou abrir um parêntese: na indústria de defesa, ninguém — ninguém! — compra um produto que, primeiro, não esteja certificado e, segundo, que o país de origem não tenha comprado. Então, esse contrato é muito importante. Sem esse contrato, ninguém na área de defesa contrataria a EMBRAER, independentemente do produto que ela tivesse.

Quais os benefícios do projeto?

Primeiro, ele é aderente à Estratégia Nacional de Defesa, porque ele privilegia a indústria nacional, ele vai ao encontro do que se preceitua no sentido de racionalização de meios, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na parte econômica, como eu falei, poderá gerar mais de 20 bilhões de dólares em exportação.

Na parte social, o projeto prevê a geração e manutenção de empregos de alto nível no nosso parque industrial.

Na parte tecnológica, gerará novas tecnologias, novas competências de engenharia que podem se desdobrar em novos produtos nessa área no futuro.

Quanto ao aspecto institucional, ele trará maior integração regional e capacidade de mobilização, pois, digo novamente, quase metade do País é uma região bastante erma, de florestas, de pistas pequenas, com os pelotões de fronteiras, e assim por diante.

Do ponto de vista estratégico, ele permitirá uma projeção global do nosso País em mais de 70 países ao redor do mundo, se as perspectivas de venda se concretizarem.

Então, o KC-390, como eu mostrei naquela foto inicial, abarca todas essas capacidades listadas nos requisitos da Força Aérea.

Com relação a empregos, há uma linha do tempo aqui embaixo, que vai de 2009 e vai até 2029, que mostra por exemplo, que, na fase inicial, havia 1.400 empregos diretos na EMBRAER, e, na parte de empregos indiretos, 7 mil, totalizando na cadeia produtiva mais de 8 mil empregos. Na fase atual, há mais de mil empregos diretos dentro da EMBRAER, 5 mil empregos indiretos, e a cadeia produtiva, em torno de 6 mil.

Esse é um valor agregado muito grande. Só no KC-390, a EMBRAER tem mil engenheiros trabalhando. Alguém consegue pensar nisso? São mil engenheiros trabalhando só nesse projeto!

Isso foi feito baseado no estudo da FGV. Não é elucubração nossa nem da própria empresa.

Quanto ao desenvolvimento tecnológico, nós fizemos mais de oito campanhas de ensaios de voo em túnel de vento na Europa, na Holanda, e lá todas as características aerodinâmicas da aeronave foram exploradas, de modo a minimizar os riscos e a probabilidade de ocorrerem problemas durante a campanha de ensaio em voo.

Cada sistema do avião é divido no que chamamos de RIG, que são bancadas de testes — alguns dos senhores tiveram oportunidade de ver isso quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estiveram na EMBRAER —, e cada sistema é testado exaustivamente para se perceberem possibilidades e probabilidades de falhas.

O Iron Bird é um avião em forma de ferro, e, nos sistemas que estão juntos aqui nessa foto inferior direita, repetem-se falhas, procuram-se problemas, de modo que o projeto as corrija antes que ele se transforme num produto.

E temos também um simulador de voo de engenharia.

Eu coloquei aqui essa foto de propósito para mostrar que a cabine do KC-390 foi feita baseada nas condições ergonômicas da população brasileira. Por exemplo: a capitã que está ali é piloto do C-130 da Força Aérea. Nós a colocamos sentada na cabine, e ela não conseguiu alcançar um determinado interruptor, porque a mulher brasileira tem determinada envergadura, determinado comprimento de braço. E o projeto foi sendo adaptado para atender a todas as demandas, tanto as do piloto quanto as da piloto. Isso é muito interessante. E o projeto foi modificado por conta disso. Ele foi aperfeiçoado.

Como eu disse antes, KC-390 — Tecnologia no Estado da Arte: última geração de sistemas aviônicos; ele foi desenvolvido para atender às regras mais modernas de tráfego aéreo do mundo. O comando de voo é totalmente eletrônico, é o que chamamos de *fly-by-wire*. Não existem mais cabos, nada! É tudo eletrônico.

A linha de montagem da EMBRAER, fruto desse projeto, é bastante automatizada. Antes eu treinava o funcionário a amassar lata. Hoje ele é treinado para saber operar um robô de alta tecnologia. Ou seja, é um *upgrade* na capacidade dos nossos técnicos.

Participação da indústria nacional: usinagem; estamparia; material composto, que é muito importante; montagem; tratamento de superfícies, e assim por diante. Isso, em todo o parque industrial aeroespacial, mormente o do interior do Estado de São Paulo.

Fruto dos nossos contratos para o KC-390, nós fizemos vários contratos de compensação da ordem de 1,2 bilhão de reais.

Então, as empresas que querem participar do projeto como fornecedora de motor, de trem de pouso, etc., se não forem brasileiras, terão que fazer uma compensação para com o Brasil, e essas compensações estão na ordem de 1,2 bilhão de reais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para quem não teve a oportunidade de ver, as dimensões do avião são as seguintes: 35 metros de largura, 35 metros de comprimento e quase 12 metros de altura. É o maior avião já projetado e fabricado no Brasil pela EMBRAER.

É um avião que voa mais rápido e mais alto e que leva mais carga do que o da concorrência.

Logo, se os preços são equivalentes, a única razão de essa aeronave não fazer sucesso no mercado mundial serão os fatores políticos, porque, tecnicamente falando, ela é muito competitiva.

Aqui é só um exemplo. Uma aeronave sediada em Manaus, no meio da selva amazônica, se tiver que fazer só um translado, com combustível extrabordo, ela sai de Manaus e chega à Antártida. Se ele estiver levando uma carga pequena, em torno de 14 toneladas, que é mais do que leva o Hércules para essa situação, ele sai de Manaus e chega à África. Esse é um fator muito importante de diferencial em relação aos seus concorrentes.

Como eu disse mais cedo, o avião foi projetado para mudar de missão muito rapidamente. De manhã, a aeronave pode estar fazendo reabastecimento em voo e, à tarde, combatendo incêndio. Em pouco tempo, posso reconfigurá-la para cumprir todas as missões sobre as quais já comentamos no início da apresentação.

Todo o desenvolvimento do projeto passa por três fases: concepção, viabilidade, definição, que já foram expostas por mim. As fases finais são: desenvolvimento e produção. E nelas existem ações orçamentárias e contratos específicos. Falarei sobre isso mais à frente.

Hoje nós estamos lá no final da fase de gerenciamento do projeto: ensaios e certificação. Ensaios para verificar, primeiramente, segurança e, segundo, se todos os requisitos exigidos estão sendo cumpridos. E certificação de modo a fazer com que a aeronave possa ser comercializada e utilizada pelos diversos clientes, inclusive pela Força Aérea Brasileira.

Hoje nós estamos no final do projeto. Está previsto para meados do ano que vem o término da certificação, e aqui está um tópico importante que deve ser tratado: a emenda vigente da ANAC que diz como deve ser feita uma certificação é de 2013, e a ela que estamos sujeitos. A nova emenda deu um prazo de 5 anos antes de se tornar obrigatória. Se nós não terminarmos a certificação até junho do ano que vem, quando a nova emenda passa a vigorar, teremos que planejar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

novamente muitas coisas, o que causará um atraso por quase 2 anos ao projeto e um acréscimo, só na parte de certificação, de 70 milhões de reais.

Para os senhores terem uma ideia, a EMBRAER pleiteou o reequilíbrio econômico-financeiro do projeto, por causa dos 2 anos de atraso que já ocorreram, da ordem de 1 bilhão de reais. Então, teoricamente, se nós aumentarmos mais 2 anos, novos pleitos poderão vir também, encarecendo o nosso desenvolvimento.

Outro fator é que, apesar de o contrato de desenvolvimento já estar no final, para eu terminar o desenvolvimento eu preciso de duas aeronaves, que vêm do contrato de aquisição. Por quê? Existem algumas características, como, por exemplo, para voar em espaço aéreo alto com baixa distância entre aeronaves, eu preciso ter quatro aviões do mesmo tipo para comprovar que é possível fazer isso. Só com os dois protótipos eu não consigo. Então, eu preciso de duas aeronaves, que vêm do contrato de série.

Na campanha de ensaios em voo nós temos dois protótipos, com configurações similares, e são previstas 2.400 horas de voo. Hoje nós já temos 1.400 horas de voo.

Ele tem mostrado altíssima disponibilidade, e os resultados dos ensaios estão aderentes aos objetivos do programa.

Para os senhores terem uma ideia, o C-130 hoje está dando uma disponibilidade em torno de 40%. O KC, que ainda é um protótipo, ou seja, ainda não teve todas as suas potencialidades exploradas, está dando uma média de 98% de disponibilidade. No World Tour que foi feito — vou mostrar em um eslaide mais à frente —, a disponibilidade foi de 10%, ou seja, não deu sequer uma pane. Considerando que é um protótipo, isso é uma coisa impressionante, e quem conhece o *métier* sabe disso.

Já fizemos lançamento de carga e paraquedistas, como nós vimos no filme, PQD, salto enganchado e salto livre; cargas; reabastecimento em voo; e fizemos toda a parte de produção, de modo que a primeira aeronave seja entregue para a Força Aérea Brasileira ainda no primeiro semestre do ano de 2018. Então, a Força Aérea começa operar o KC-390 a partir do meio do ano que vem.

Fizemos várias apresentações internacionais nos últimos 2 anos. Foram mais de 120 mil quilômetros voados com essa aeronave. Houve demonstrações na Europa, na África, no Oriente Médio, na Oceania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós estamos hoje com 94% do desenvolvimento concluído. Não podemos morrer na praia, o.k.?

Até agora, estão se confirmando todas as previsões teóricas, mas precisamos da ajuda dos senhores — e é por isso que estamos aqui — para ter o necessário aporte de recursos.

Aqui eu fiz uma exploração em curvas para os senhores entenderem como está o projeto na parte financeira. Talvez o principal da apresentação sejam esses gráficos.

Este gráfico apresenta o que foi planejado para o KC Desenvolvimento, é essa linha vermelha.

Essa linha azul é o replanejamento. Como nós não tivemos os recursos financeiros necessários durante o período, os senhores vejam que saltou de 2016 para 2018 o final do desenvolvimento, com o acréscimo de um bocado de dinheiro.

A realidade do nosso orçamento está representada por essa linha verde. Até meados de 2011, o orçamento acompanhou a demanda do projeto. Depois, começou a ficar abaixo.

Então, essa diferença entre a linha verde e a linha azul é o quanto nós estamos ficando atrás em relação ao que está contratado. O.k.?

Este gráfico tem o mesmo raciocínio, porém trata da parte de aquisição das 28 aeronaves.

Esse foi o planejamento e esse foi o replanejamento, ou seja, esticamos de 2025 para 2026, para abaixar um pouquinho o fluxo orçamentário, porque vimos que o País talvez não tenha como suportar uma curva tão alta como essa. Porém, a prática tem sido o representado por essa linha verde. Então, nós estamos muito defasados.

De novo, uma das razões de nós estarmos aqui é mostrar para os senhores como nós estamos em termos de orçamento.

Resumindo, esta tabela diz bem como está o projeto. Em 2017, a LOA era de 1 bilhão e 100 reais, e, na verdade, nós só tivemos disponibilizados 700 milhões de reais, devido tanto a cortes de emendas e tudo mais quanto a contingenciamento. Recebemos 63% do que seria o previsto. Está contingenciado até hoje.

Para o ano que vem, já baseados no rearranjo das curvas, diminuindo a curva da parte de aquisição, nós verificamos que necessitamos de 1,4 bilhão de reais. E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PLOA está até o presente momento nos demonstrando que serão 740 milhões de reais, 50% do necessário.

Portanto, eu reforço principalmente a parte do desenvolvimento. Nós precisamos terminar o desenvolvimento no meio do ano que vem, sob pena de incorrermos num acréscimo de custo muito alto e, pior, porque no caso de acréscimo de custo podemos recorrer e pode haver emenda e tal, de perdermos a janela de oportunidade do mercado, como os senhores vão ver a seguir.

Esta é a cadência de entrega de aeronaves, que foi replanejada. Era previsto receber quatro aeronaves por ano, em média, e baixamos para duas/três, para diminuir essa curva. E já estamos, fruto de auditoria do TCU, replanejando e tentando baixar para duas aeronaves por ano, a fim de atender à média histórica dos recursos que estamos recebendo.

É importante eu falar da viagem que ocorreu este ano a vários países demonstrando a aeronave. Foram mais de 18 países. A viagem foi muito produtiva.

A aeronave operou em altas temperaturas no deserto, em alta altitude. Nessa viagem, um potencial cliente disse: *"Eu quero ver se você pousa em cima daquela montanha"*. O pessoal disse: *"Vamos lá!"*, e o fizeram.

Agora, o que aconteceu aqui? Um país que iria comprar uma quantidade elevada de aeronaves, talvez por causa do atraso, da mudança de Presidente de país de Primeiro Mundo, que foi lá e abarcou um caminhão de bilhões de dólares para comprar produtos desse país... Aí eu pergunto para senhores: de quem ele vai comprar o produto? Tendo dinheiro, vai comprar do concorrente ou de nós?

Infelizmente, o mundo é assim. Ele não é branco; ele não é preto; ele é cinza — às vezes, cinza escuro. Mas isso faz parte. Nós estamos preparados para esse tipo de coisa.

Outros países estão muito interessados: *"Gostei, atende à minha necessidade, mas eu só compro depois que acabar o desenvolvimento, porque eu tenho que ter certeza de que você vai entregar o que você está me prometendo"*.

Isso tudo reforça o que eu já disse no início: nós precisamos terminar o desenvolvimento.

E outra coisa importante que eu vivo dizendo para a EMBRAER: vamos adiantar a entrega da aeronave da FAB. O mundo precisa ver a Força Aérea voando com esse avião, e não o piloto da EMBRAER, porque o piloto da EMBRAER é pago

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para fazer propaganda da aeronave; a Força Aérea, não. Se perguntarem para um piloto da Força Aérea se o avião é bom nisso ou é ruim naquilo, esse piloto fala, porque o nosso compromisso não é comercial.

Eu fiz questão de parar um pouquinho nesse eslaide — já estou terminando, Deputado — porque nós estamos perdendo oportunidades enormes por causa do atraso. Nós não podemos mais atrasar esse programa. Esse é um programa de Estado. A Força Aérea foi responsabilizada por tocar o programa, mas é um programa de Estado. Se nós não o observamos como programa de Estado, o potencial de não obtermos sucesso será muito grande.

Então, nós temos 28 aeronaves encomendadas pela Força Aérea.

Nós temos cinco já em processo adiantado para encomenda pela força aérea portuguesa. O Congresso português já autorizou a compra, porém estão negociando o contrato. Esperamos que até o final do ano tenhamos o contrato assinado para a venda de cinco aeronaves com opção de mais uma.

Agora, para terminar a minha apresentação, quero dizer que a concorrência está se movimentando. Não pensemos nós que só o brasileiro é esperto. O mundo está vendo. Nós entramos antes nisso. A EMBRAER, graças àquele estudo de mercado, percebeu antes dos concorrentes, ou dos potenciais concorrentes, as possibilidades, mas o resto do mundo percebeu também, e estão nos alcançando, porque estamos, entre aspas, num ritmo mais lento do que era planejado.

Observem ali: C-130XJ. Por que o "x"? Porque eles estão aumentando o tamanho do avião de modo a conseguir botar a mesma quantidade de carga do KC-390, sob pena de perder a concorrência por levar menos carga. Está certo?

Esse é o C-130XJ.

Eu peço que os senhores prestem atenção, nas imagens que eu vou passar agora, no *shape* do avião. Eu não vou tecer comentários. Só olhem o formato do avião.

Japão: Kawasaki C-2. Esse aqui é um avião japonês, já está no mercado também.

Bacana, não é? É a nova tendência mundial da moda esse tipo de *shape*, vamos dizer assim.

Ucrânia: Antonov 178. A Ucrânia nem estava nesse mercado. A EMBRAER ainda nem tinha levado o avião para as feiras, porque achou que não estava pronto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e, quando chegou lá, esse avião estava em exposição. Coincidência? Vejam o formato do avião.

Índia e Rússia: MTA. Isso aqui é montagem; é só um desenho. Esse aí estava já na época em que nós fizemos o estudo, mas até agora não decolou. Vejam o *shape*. Vejam as dimensões.

China: YUN 9. Vejam como ele é parecido com C-130.

Então, senhores, ninguém está parado. Hoje, nós não podemos perder nossa oportunidade. Nós estamos na frente, um pouquinho, mas o pessoal está vindo atrás, e com força.

Vejam essa imagem. Só havia o C-130J e o KC. Vejam como essa parte central já está cheia de concorrentes.

O pessoal está vindo. Não olhem os preços, porque isso aí está totalmente errado, mas a linha azul, que é a capacidade de carga. O A-400 está em outra categoria, mas, do 390 até o Antonov 178, estão todos brigando mais ou menos pela mesma fatia de mercado.

Então, senhores, nas minhas considerações finais — Deputado, desculpe-me se extrapolei um pouco o tempo —, vou sumarizar as coisas mais importantes que falei aqui, porque eu tenho que conscientizar os senhores sobre o que é importante nesse projeto.

Primeiro: janela de oportunidade no mercado. Essa é uma janela que se abriu em 2012 e vai se fechar em 2027. O.k.? Já falamos bastante sobre isso.

Os potenciais clientes estão aguardando a finalização do desenvolvimento.

Outra: os atrasos no desenvolvimento podem induzir esses potenciais clientes a optarem por outro que já esteja finalizado. Por quê? Porque alguns países não podem esperar. A própria Suécia, que é nossa parceira no FX, disse que não pode esperar, que precisa agora. Aí fez uma modernização menor no C-130 deles. Não estou dizendo que no futuro não possam ser um cliente, mas, no momento, nós os perdemos, porque eles não podem esperar. Eles vivem na região geopolítica meio complicada do Báltico e disseram que não podem esperar, pois precisavam ter esse avião.

Quanto à certificação da ANAC, como eu já falei, não podemos perdê-la até meados do ano que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ressalto ainda as receitas que podemos conseguir para a nossa Nação, tanto na parte de impostos de exportação quanto na parte de *royalties*. Nós estamos falando de 5 bilhões de reais.

Então, com isso, termino a minha apresentação.

Deputados, agradeço a oportunidade e a paciência de V.Exas.

Estou à disposição para responder qualquer pergunta que porventura seja feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cacá Leão) - Quero agradecer ao Brigadeiro Bonotto e aproveitar para reconhecer o trabalho da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica, do Coronel Carlos Alberto, um grande parceiro, que tem contribuído bastante para o debate e as discussões aqui nesta Comissão.

Passo a palavra agora ao nosso Relator Setorial, o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Queremos saudar o Presidente desta audiência pública, o Deputado Cacá Leão, e cumprimentar os Deputados presentes. Cumprimento também todos os membros da gloriosa Força Aérea presentes, especialmente o que acaba de fazer uma maravilhosa exposição sobre o KC-390.

Eu sou até suspeito quando, nesta Comissão, me coloco na defesa de projetos da área militar, como o KC-390. Faço isso com extremo senso de cumprimento de dever, como Parlamentar e como cidadão.

Ver o Brasil despontando em um mercado tão seleto, o qual não mais que meia dúzia de nações no mundo podem disputar, dá-nos a certeza de que este nosso Brasil tem potencialidades extraordinárias, que precisam ser mais bem avaliadas pelo Governo e — por que não? — por este Congresso Nacional, por esta Casa.

Nós tivemos a oportunidade de visitar a linha de montagem do KC-390 em Gavião Peixoto, no interior de São Paulo, e saímos de lá deslumbrados, saímos de lá encantados com o que vimos, com o grau de tecnologia, com o grau de desenvolvimento dessa aeronave, que eu poderia dizer que é quase 100% brasileira, principalmente na sua linha de desenvolvimento.

Eu tenho conversado muito com os integrantes desta Comissão. Não poderia ser diferente, porque coube a nós, com as nossas conhecidas e aceitas limitações, uma discussão mais profunda com o nosso Relator, que, graças a Deus, tem demonstrado uma sensibilidade extraordinária em relação a esses projetos, não só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os da Força Aérea, mas também os relativos ao desenvolvimento do submarino nuclear brasileiro, além de outros projetos do Exército.

Isso nos dá a certeza, Srs. Oficiais, membros da Força Aérea Brasileira aqui presentes, de que não faltarão, nesta Comissão Especial — em especial da parte deste Sub-Relator e, posso dizer também, do Relator-Geral, o Deputado Cacá Leão —, vontade e determinação para, ao finalizarmos o Orçamento de 2018, deixarmos assegurados os recursos mínimos necessários para que os senhores possam, em meados do ano que vem, ultrapassar esse gargalo da certificação imposta pela ANAC.

Então, fica aqui, uma vez mais, o nosso comprometimento em devolver esses recursos — devolver porque vimos aqui que, de 2011 para cá, o orçamento destinado a esses projetos, não só os da Força Aérea, mas todos os grandes projetos das três Armas, tem sofrido uma desaceleração no volume de recursos. Nós queremos repor, junto com o Deputado Cacá Leão, ainda que parcialmente, essa queda que ora se verifica.

Eu ouvi o senhor falar aqui algumas coisas sobre as quais quero fazer algumas perguntas. Se conseguirmos suplementar — aqui estamos trabalhando no terreno das hipóteses — esse orçamento na ordem de 600 milhões de reais, isso seria o necessário para vencermos esse pesadelo do meado do ano que vem, quando não só a Força Aérea, mas o Brasil como um todo perderiam uma grande oportunidade de mercado? Essa é a primeira pergunta. É tudo hipotético, porque nós ainda não temos a devida noção do que nos aguarda para finalizarmos a LOA do ano que vem.

Há alguns anos, eu tive a oportunidade de ir à Antártida. Lá pousamos com um Hércules. A pergunta é: só o avião Hércules consegue fazer aquele tipo de pouso lá ou outras aeronaves mais comuns poderiam fazê-lo? Na sua exposição, eu já vi que o KC fará isso até com sobra.

Além disso, eu gostaria de saber qual é o salário médio do pessoal que trabalha nesse projeto. Nós sabemos o quantitativo de empregos indiretos e diretos, mas é preciso que também saibamos o diferencial do pessoal que trabalha de forma mais direta nesse projeto. Eu acho que essa é uma informação importante para nós. Isso nos dará o argumento da qualificação do pessoal que desenvolve esse projeto e trabalha nele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O senhor comparou, ainda que um pouco rapidamente, o KC-390 com o americano Hércules C-130. Eu gostaria apenas de fixar melhor essas diferenças. Vou dizer por que estou sendo um pouco chato, um pouco detalhista: hoje vou participar da gravação do programa *Palavra Aberta*, da *TV Câmara*, e o tema debatido será este projeto do C-130. Eu não poderia ir para a nossa *TV Câmara* e prestar informações equivocadas ou que pudessem ser questionadas *a posteriori*.

Lá eu devo trabalhar muito com comparativos, até para justificar este investimento nacional. Eu gostaria que o senhor fizesse algumas comparações em relação a carga — nós já vimos aqui, ainda que rapidamente —, a autonomia de voo, a altitude. Eu gostaria de saber algumas informações simples, para a interpretação popular, com um comparativo entre as duas aeronaves.

Ouvi o senhor falar do estudo que fizeram sobre o desenvolvimento da aeronave custar em média 7% mais barato do que a aquisição do C-130. Então, eu gostaria que o senhor também pontuasse um pouco mais essa questão.

Por ora, a nossa intervenção pararia aqui.

Aproveito a oportunidade para homenagear todas as mulheres da Força Aérea Brasileira, na pessoa da Capitã Carla, um exemplo de mulher brasileira que desponta em todas as atividades, não só na área civil, mas agora também na militar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cacá Leão) - Eu agradeço ao Deputado Edio Lopes.

Aproveito para cumprimentar o Coronel Samir e, na sua pessoa, cumprimentar todos os membros da Aeronáutica que se fazem presentes aqui.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Celso Pansera. Após a fala dele, o Brigadeiro Bonotto poderá responder os questionamentos dos dois Parlamentares.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Obrigado, Deputado Cacá Leão e meu amigo Deputado Edio Lopes.

Brigadeiro Bonotto, é bom estar com o senhor novamente, com todos da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica e com todos da Aeronáutica que estão presentes.

Sr. Relator, eu quero aproveitar a oportunidade para falar, de forma mais global, sobre o problema orçamentário. Não faço parte desta Comissão, mas tenho atuado muito na Comissão de Ciência e Tecnologia, na qual aprovamos inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma das nossas emendas prioritárias da Comissão, também para a Aeronáutica, para desenvolvimento de satélite.

Por que eu falo isso? Eu acho que o maior argumento de defesa que nós temos é a janela de oportunidade. O Brasil já demonstrou que tem capacidade inventiva, capacidade de engenharia, capacidade de gestão de grandes empreendimentos que deram certo. A EMBRAER é um exemplo, a PETROBRAS é outro exemplo, e o agronegócio é um superexemplo.

O KC-390 é uma janela de oportunidade fundamental até para o Brasil se projetar como uma economia mais refinada, com produtos com maior valor agregado, que deem mais consistência para a nossa linha industrial, para a nossa produção industrial. O KC-390 nos dá a importante chance de abocanhar uma parte do mercado internacional. Com certeza, na sequência do KC-390, passaremos a ganhar também com a venda dos aviões bombardeiros e outros que irão derivar daí. Quando se consolida uma cadeia produtiva desse tipo, gera-se um conjunto de outras ações paralelas. Isso é importante.

Há também a produção de satélites, Relator. Até onde eu tenho conhecimento — isso é razoavelmente seguro —, com mais uma encomenda de satélite, em 2026 ou 2027 teremos outra cadeia produtiva consolidada, um ecossistema consolidado, o que colocará o Brasil, de forma geral, num patamar que hoje está a EMBRAER em relação a alguns nichos do mercado de avião. Nós podemos pensar também em pequenos satélites de baixa altitude. Essa é outra cadeia produtiva que precisa de investimento, que poderia, com mais uma encomenda, amadurecer. É um processo muito importante.

Há também os submarinos que estão sendo produzidos em Itaguaí — quatro a diesel e um a energia atômica. Nos próximos 5 ou 6 anos, se for mantido o nível de investimento na área, essa cadeia produtiva será consolidada e haverá outro campo importante para a indústria brasileira, inclusive com geração de emprego. Ainda vinculado à Marinha, há o Reator Multipropósito, para a produção de radiofármacos.

Por que eu falo isso? Nós viemos sofrendo em 2015, 2016 e 2017. Tudo aquilo que se pode arranjar de truque, de “tira daqui e põe ali” se esgotou. Não há mais como fazer isso. Então, o ano de 2018 é paradigmático para esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Coube ao Relator, o Deputado Cacá Leão, assim como aos Relatores Setoriais, a tarefa de resolver isso.

Recentemente, numa reunião com pesquisadores, reitores de universidades e com o Presidente Rodrigo Maia, eu disse que, se é lógico supor que haverá um déficit de 159 bilhões de reais, já consolidado na nova PLOA, que deve chegar nos próximos dias à Câmara, eu acho que nós podemos dialogar com a área econômica brasileira, para que se amplie, se for necessário, esse déficit e não percamos a janela de oportunidade, porque ela terá consequências depois. Nós reduzimos os recursos em 2015, 2016 e 2017. Se falharmos em 2018, os reflexos ocorrerão em 2028, 2038.

Quero parabenizá-los pelo projeto, pelo estado da arte que vi em nossa visita recente — o Deputado Edio Lopes estava presente — a Gavião Peixoto. Tudo aquilo nos enche de orgulho e nos diz que estamos no caminho certo.

Eu queria, neste momento, Sr. Relator, fazer essa reafirmação, para que V.Exa. olhe para essa área, para esse setor, com o olhar de quem está apostando no futuro do País e não só numa crise, que é conjuntural, que o Brasil começa superar e vai superar. Se fecharmos a janela de oportunidade, perderemos 1 década ou 1 década e meia em relação a alguns pontos importantes sobre os quais avançamos bastante.

Eu tenho de me retirar, porque vou participar de uma reunião na Presidência da CCJ e depois viajarei para o Rio de Janeiro.

Podem contar com o meu apoio. Tenho falado muito do KC-390, porque acho que é um caso de sucesso.

Parabéns, EMBRAER! Parabéns, nossa Força Aérea!

Com certeza, contaremos com a sensibilidade e a compreensão do Deputado Cacá Leão.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cacá Leão) - Agradeço a intervenção do Deputado Celso Pansera, nosso Ministro da Ciência e Tecnologia, que fez aqui uma explanação, com conhecimento de causa, sobre um brilhante trabalho.

Só viemos aqui para reafirmar o nosso compromisso.

Passo a palavra ao Brigadeiro Bonotto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. MARCIO BRUNO BONOTTO - Eu vou começar comentando o que o Deputado Celso Pansera falou, para aproveitar esses 30 segundos antes de S.Exa. sair, se o Deputado Edio Lopes me permitir.

Vou falar só sobre a parte dos satélites. Eu trabalhei nessa área de satélites, no ano passado, quando eu estava no Estado Maior da Aeronáutica. A área espacial, de maneira geral, é muito emblemática.

Há 15 anos, 20 anos, nós estávamos na frente da Índia, na frente da China. Hoje eles estão colocando gente no espaço, enquanto nós ainda estamos querendo lançar o Veículo Lançador de Satélites, exatamente por falta de recurso ou de uma visão, à época, do que isso poderia trazer para o País. A Argentina já passou na nossa frente e hoje destina vinte vezes mais dinheiro no orçamento à área espacial do que nós, principalmente nessa parte de satélites.

A Força Aérea está encampando agora um projeto chamado Programa Estratégico de Sistemas Espaciais — PESE, que vai exatamente ao encontro do que V.Exa. falou sobre os pequenos satélites. Realmente, nós precisamos colocar isso no mercado, ou melhor, no espaço, porque temos condições de atender vários Ministérios com satélite nosso. Se conseguíssemos nos unir e pegar todo o dinheiro que vai para essa área espacial, dos diversos Ministérios que nós temos que compram imagem, que compram informações lá fora, se fizéssemos tudo no País, eu arrisco dizer que sairia mais barato e ainda teríamos o nosso satélite.

Não quero segurar V.Exa., porque sei que está atrasado, mas quero só reforçar essa ideia. Com o A-29, foi a mesma coisa: pegou-se uma janela de oportunidade não planejada. Nós fizemos o avião para atender ao interesse da Força, só que havia uma janela de oportunidade no mercado ainda não identificada nem por nós mesmos.

Hoje, nós temos mais A-29 voando no exterior do que no Brasil. Toda semana aparece na imprensa a notícia de que foram vendidos mais tantas aeronaves. O próprio americano está na concorrência de que estamos participando e já comprou aeronaves nossas — o americano! Então, houve uma janela de oportunidade não prevista, que mostrou, quando entramos no *timing*, que há retorno, como aconteceu com o A-29.

Obrigado, Deputado, pela sua paciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Deputado Edio Lopes, vou tentar responder às perguntas, mas algumas fogem um pouquinho ao meu conhecimento, como, por exemplo, os salários da EMBRAER. Nós temos representante da EMBRAER aqui. Não podemos nem falar; senão podemos até mudar de emprego. *(Riso.)*

Brincadeiras à parte, com relação à suplementação de 600 milhões de reais, se o Orçamento do ano que vem só contemplar a suplementação de 600 milhões de reais, nós só terminamos o desenvolvimento, mas zeramos os pagamentos relativos à aquisição.

A curva da aquisição, aquela verde ali, está baixa daquele jeito — não sei se V.Exa. se recorda — para não deixar o desenvolvimento atrasar. Todo recurso que chegava para o projeto como um todo, nós usávamos para priorizar o desenvolvimento, tamanha é a importância que nós damos para a finalização desse desenvolvimento. Isso ocorreu em detrimento à aquisição das aeronaves. Por isso, aquela curva está muito baixa.

Então, respondendo diretamente a V.Exa., a necessidade total com suplementação ou com o orçamento em si seria de 1,4 bilhão de reais. Se os 600 milhões de reais forem suplementares ao que está na LOA, será atendida completamente a nossa necessidade.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Só me permita interrompê-lo, para o meu completo raciocínio. O senhor disse que, para o PLOA 2018, há uma necessidade de 1,4 bilhão de reais. Se a Comissão chegar a algo próximo a isso...

O SR. MARCIO BRUNO BONOTTO - Desculpe-me. Se eu entendi bem, o que consta na LOA são 700 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Setecentos e sessenta milhões de reais.

O SR. MARCIO BRUNO BONOTTO - Setecentos e cinquenta milhões ou algo parecido. Se vier só isso que consta lá, se não houver contingenciamento nem nada, praticamente eu só banco o contrato de desenvolvimento e alguma coisa na produção, mas não é suficiente nem para eu receber o avião.

Se vier o que está previsto no PLOA e mais uma suplementação de 600 milhões, isso atenderá com folga as nossas necessidades.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Inclusa a aquisição?

O SR. MARCIO BRUNO BONOTTO - Inclusa a aquisição.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. MARCIO BRUNO BONOTTO - V.Exa. falou da parte do pouso na Antártida. A Antártida tem várias pistas. Então, o pouso na Antártida não ocorre dessa forma em função do continente gelado, mas em função principalmente do tamanho da pista e da natureza do solo no qual se está pisando. Naquela pista que V.Exa. conheceu, que é da base chilena, praticamente só pousa o C-130. Há uma outra aeronave de menor porte que também consegue pousar lá. O KC também consegue.

No entanto, lá temos pistas enormes, em que pousam até aviões de grande porte. Há até aviões turísticos que saem de Punta Arenas e pousam numa pista mais para dentro da Antártida, com outra característica. Perto da base brasileira, naquela região, a pista é pequena e tem muito gelo e muitas rochas embaixo. V.Exa. viu isso lá. Eu não tive a mesma sorte. Quando eu estive lá, na primeira turma, o trem de pouso quebrou devido a essas rochas e eu acabei ficando em Punta Arenas.

Eu não sabia o salário médio da EMBRAER, mas os meus assessores trouxeram os números aqui para mim e vou passá-los a V.Exa. Depois podemos até dar uma refinada nos dados. Nos empregos diretos, o inicial é de 4 mil a 6 mil reais; no nível médio, é de 6 mil a 8 mil reais; no nível superior, é de 10 mil a 17 mil reais. Nos empregos indiretos, a média é de 6 mil reais. Vou passar às mãos de V.Exa. essa relação.

Com relação ao KC e ao C-130, outro dia eu tive a oportunidade de fazer uma exposição para vários jornalistas da imprensa internacional. Eles batem muito nessa pergunta do C-130 e do KC-390. Como brasileiros que somos, fazemos uma brincadeira descontraída dizendo o seguinte: *"É KC-390 porque são três C-130"*. É apenas uma maneira de brincar com os números, pois o C-130 é uma ótima aeronave. O C-130 foi o melhor da sua categoria desde a década de 50, quando foi projetado, até os dias de hoje. Exatamente por isso, ele serviu de *benchmark* para o KC-390.

Então, quando nós queríamos fazer o KC-390, íamos ao C-130 e falávamos: *"O que há no C-130 que eu posso melhorar?"* Assim foi feito o 390, que é melhor do que o C-130 não porque o C-130 é ruim, mas porque já foi feito para ser melhor do que o C-130. Essa é a explicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quando vamos colocar cargas dentro do C-130, vemos que o trem de pouso é estreito. Não sei se V.Exa. se lembra disso, mas dentro da aeronave há uma reentrância na parte central. Com aquilo lá, não se consegue botar um carro de combate no fundo da aeronave, não se consegue botar alguns tipos de *pallets* dentro da aeronave.

No projeto do KC-390, falou-se: *"Eu não posso ter isso aqui. Tem que ser reto"*. E assim foi feito. A altura do C-130 não permite que se coloque um helicóptero lá dentro. Então, o KC-390 é maior. Aonde eu quero chegar? Nós fizemos do C-130 o nosso modelo, por ser um ótimo avião. Assim fizemos o 390.

A lei natural da vida diz que você tem que superar o seu mestre. Isto é o que o 390 está fazendo: está superando o C-130. Isso não é demérito para o C-130, muito pelo contrário. Agradecemos a Lockheed Martin por ter feito um avião que nos permitiu visualizar as suas fraquezas e as suas virtudes e produzir uma aeronave melhor.

Eu passo os dados técnicos mais detalhados a V.Exa., mas basicamente são os seguintes: quanto à carga, o C-130 carrega até 19 toneladas, e o 390, de 23 a 26 toneladas, em função da configuração; quanto à autonomia, o C-130 chega a até 16 horas, e o 390 a até 11 horas. Parece ser uma desvantagem, mas não é, porque ele vai mais rápido. A distância que o C-130 vai percorrer em 16 horas o KC faz em menos de 11 horas de sua autonomia. Faz-se necessário esse esclarecimento. Quanto à altitude, o C-130 voa a 26 mil pés, o que corresponde a em torno de 8 mil a 9 mil metros de altitude. O KC voa a 36 mil pés. Então, ele vai lá para 11 mil metros ou 12 mil metros de altitude.

Esses são os principais dados, Deputado, mas eu posso preparar um *paper* com mais detalhes, para auxiliá-lo na apresentação. Podemos entregá-lo hoje ainda a V.Exa., no início da tarde, se for oportuno.

Sobre o estudo de viabilidade, é importante dizer que basicamente há uma coisa no mercado internacional chamada *make or buy*, que significa "ou você faz, ou você compra". Várias coisas foram levadas em consideração: projeção do preço da aeronave, quantidade para fazer a mesma missão.

Nós temos um estudo na Força Aérea que diz o seguinte: quantas aeronaves eu preciso para fazer um transporte, por exemplo, de uma brigada completa do Exército? O cálculo levou a algo entre 38 e 42 aviões, se é que eu me recordo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, entrou no estudo o custo de 40 aeronaves C-130J ao preço que, à época, era especulado como o da aeronave. Do mesmo jeito, em relação o KC-390, vimos o seguinte: com quantas aeronaves eu cumpro a mesma missão? Chegamos ao número de 28.

Então, temos aí mais uma informação: o número de 28 aeronaves não é aleatório. Por exemplo, nós raciocinamos que o transporte de uma brigada do Exército, que seria feito com umas 40 aeronaves C-130, poderia ser feito com 28 aeronaves 390, devido à capacidade de carga e à velocidade com que efetua seu voo. Vimos quanto isso custaria, a um preço estimado da época — temos que voltar ao cenário de 2008, quando foi feito o estudo —, e os números foram: pouco mais de 3 bilhões de reais para o desenvolvimento, pouco mais de 3 bilhões de reais para a produção, o que dava 6 bilhões de reais e alguma coisa. Já a compra dos C-130J daria 7 bilhões de reais e alguma coisa. Fazendo uma de regra de três simples, chegamos à conclusão de que sairia 7% mais barato.

Então, de uma maneira bastante geral e bastante clara — o estudo leva muito mais coisas em consideração —, esse foi o estudo de viabilidade. Eu arriscaria dizer mais: mesmo se fosse mais caro, acho que, como brasileiro, deveríamos ir para o desenvolvimento da nossa indústria.

Não sei se respondi todas as perguntas de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cacá Leão) - Devolvo a palavra ao Deputado Edio Lopes. *(Pausa.)*

Passo a palavra à Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Obrigada.

Sr. Presidente, Deputado Edio Lopes, Relator Setorial da Área XV, Defesa e Justiça, eu quero dar um depoimento. Na manhã de hoje, assim como acontece todos os dias aqui na Câmara, tivemos a presença da Aeronáutica. Acabei de realizar uma audiência em homenagem aos doadores de medula óssea. Lá estava a maravilhosa banda da Aeronáutica.

Na semana passada, no salão de entrada da Câmara, participei da abertura de uma exposição — ainda está lá — que conta a história da aviação desde o mineiro Santos Dumont até os dias atuais.

Além disso, estamos aqui, na principal Comissão desta Casa, com a presença do Brigadeiro do Ar Marcio Bruno Bonotto, Presidente da Comissão Coordenadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Programa Aeronave de Combate. Quero lhe agradecer a visita que recentemente fizemos ao Município de Gavião Peixoto, não só com Parlamentares da Casa, mas também com Senadores. Tivemos a oportunidade de ver de perto a materialização desse projeto que coloca o Brasil, mais uma vez, na frente na área da tecnologia.

O que me chamou a atenção — eu carrego a bandeira da educação, porque acho que a educação é o que transforma — foi a discussão que há hoje no País com relação à nossa história política, aos momentos que já vivemos. Eu vejo que vivemos um momento ímpar: essa interação da Aeronáutica com o privado, com a EMBRAER. Isso tem dado resultados importantes para o Brasil. Um deles é o KC-390.

Então, eu quero pedir sensibilidade aos Deputados desta importante Comissão, porque estivemos lá e verificamos que essa interação coloca o Brasil no *ranking* das principais potências mundiais com relação à produção de aeronaves.

Por trás disso, há um trabalho muito importante. Eu acompanho isso desde a Escola Preparatória de Cadetes do Ar — EPCAR, em Barbacena, até São José dos Campos. Tive a oportunidade de saber da história dessa junção da EMBRAER com a Aeronáutica. Hoje eles têm a capacidade de manter uma escola da EMBRAER trabalhando com crianças, que vão até a universidade — 80% desses estudantes que encerram o ensino médio vão para a universidade pública.

Esses estudantes não são abandonados quando chegam à universidade. Há o compromisso social, cumprido, de garantir que façam a universidade e de que tenham uma bolsa de custeio, mesmo os que estão na universidade pública.

Esse projeto do avião KC-390 é uma prova de que o Brasil está mesmo apostando nas Forças Armadas. A Aeronáutica é essa Força que estamos debatendo aqui agora. Podemos alavancar, sim, o País, trabalhando de maneira harmoniosa e conjunta.

Faço aqui o meu depoimento sobre essa visita, na qual fui recebida pelo Brigadeiro Marcio Bruno Bonotto e também pelo Brigadeiro Medeiros, que oportunizaram essa visita a nós, representantes do povo brasileiro na Câmara Federal.

Eu trago este depoimento para o nosso Relator e para o nosso Presidente, para termos sensibilidade nesta Comissão, a fim de que esse projeto possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

continuar, com a nossa participação, na condição de Parlamentares, com o poder que temos nesta Comissão.

Com certeza, o Brasil tem ganhado muito. Fica aqui o meu agradecimento à Aeronáutica por tudo o que tem feito ao longo desses anos, dando orgulho aos brasileiros e mostrando que nós podemos, com essa parceria, ser os melhores do mundo na aviação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cacá Leão) - Agradeço à Deputada Raquel Muniz.

Passo a palavra ao Brigadeiro Bonotto, para as suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu ainda gostaria de fazer algumas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cacá Leão) - Desculpe-me. Vou devolver a palavra ao Deputado Edio Lopes, para S.Exa. continuar os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O tema é bastante interessante, Sr. Presidente. Nós sabemos que o KC-390 é uma aeronave projetada e desenvolvida com a finalidade de operações militares, mas é de se imaginar que um projeto dessa envergadura deixará um legado ao mundo civil.

O senhor poderia fazer, ainda que de maneira superficial, alguns comentários sobre esse legado que a indústria civil, não só na aviação, mas também em outras áreas, poderia aproveitar desse projeto, que tem uma face muito voltada para a área militar?

O SR. MARCIO BRUNO BONOTTO - Vou tentar responder. É uma pergunta bastante complexa. O avião em si tem uma vertente civil também. Inclusive, existem empresas privadas que já se aproximaram da EMBRAER especulando a possibilidade de usar a aeronave para o transporte de cargas, o que temos singrando os nossos céus a todo momento. Então, diretamente, isso pode acontecer.

Mas sei que a pergunta do senhor foi um pouquinho mais profunda. Eu captei a sua mensagem. Na verdade, é o seguinte...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - É porque o civil, às vezes, tem dificuldade em entender gastos na área militar quando vê faltar a luva no hospital. Nós somos muito questionados por isso. *"Deputado, o senhor é Relator. O senhor está falando*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em milhões de reais para a área militar". Então, é preciso que tenhamos uma somatória de informações. Isso fará com que nós possamos contextualizar a necessidade de termos essa demanda na área militar.

Por exemplo, eu não sabia nem que existia uma cidade no interior de São Paulo que se chamava Gavião Peixoto até um dia desses. Eu achava que o avião dos senhores estava sendo desenvolvido lá em São José dos Campos. E a grande maioria do povo brasileiro nem sequer sabe que há um KC-390 voando nos céus do Brasil.

O SR. MARCIO BRUNO BONOTTO - Eu vou me permitir voltar um pouquinho no tempo para contar uma história que se enquadra nisso.

Quem conheceu São José dos Campos há 40 ou 50 anos sabe o que era São José dos Campos e o que é hoje. A EMBRAER, fazendo um paralelo com o que a Deputada Raquel falou, foi fruto de um projeto de educação. Um visionário, o Brigadeiro da FAB chamado Casimiro Montenegro, pensou o seguinte: *"O que eu tenho que fazer para criar um modelo de desdobramento de negócios? Eu tenho que, primeiro, focar em ensino, instrução".*

Então, ele mandou um monte de gente para o MIT, que era a mais conceituada universidade de Engenharia do mundo, nos Estados Unidos. Foi criado o Centro Técnico Aeroespacial, em São José dos Campos, com vários institutos: um instituto que pensava no futuro, um instituto que pensava no presente, um instituto que pensava na parte espacial, um instituto que pensava no ensino, que era o ITA. Criou-se, então, o ITA. Trouxemos professores do MIT. Os alunos do MIT, que eram uma parte de excelência do instituto, voltaram para cá. Qual foi o desdobramento disso? Aí eu vou chegar à resposta do senhor: foi a indústria. E foi criada a EMBRAER.

A EMBRAER era parte da Força Aérea Brasileira no início e foi progredindo até o momento em que as amarras do Estado a estavam impedindo de crescer mais. Foi nesse momento em que houve a privatização e tudo mais.

Porém, agora respondendo diretamente à pergunta do senhor, a EMBRAER não chegaria a lugar nenhum se não fossem os projetos militares. Por exemplo, o Projeto AMX, que é de um caça que nós temos até hoje, trouxe tecnologias para a EMBRAER que lhe possibilitaram entrar na família do ERJ-145, esse avião regional que voa pela Azul. O senhor pode vê-la no mundo todo. Quem viaja pelo mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acaba sempre dando de cara com uma aeronave dessas, um sucesso da EMBRAER. O grande *boom* da EMBRAER foi com a família do ERJ-145. A família do ERJ-145 não existiria se não fosse o Projeto AMX, que era um projeto militar.

Algumas coisas que o KC-390 está utilizando já se desdobraram para o E2, que é da nova família de jatos da EMBRAER, com altíssima tecnologia. Talvez isso seja o que existe de mais moderno no mundo em aviação comercial. Ele também foi lançado na última feira de Le Bourget. Agora, se não fosse o Projeto KC-390, principalmente na parte de comando de voo e tudo o mais, não existiria o E2. A área militar tem uma característica, fruto dos... Eu não digo nem militar. O Governo investe em coisas que a área privada não tem nem o capital nem a coragem de correr os riscos para atingir aquele objetivo. Se o empresário não conseguir atingir o seu objetivo, a empresa vai à falência. Então, é aí que o Estado tem que entrar. Faço um paralelo com o que disse o Deputado Celso Pansera a respeito de satélites.

Se formos esperar uma empresa privada querer explorar satélite no Brasil, isso não vai acontecer. O risco e o capital a serem envolvidos são muito grandes. Então, é preciso que haja a presença do Estado. Alguns setores necessitam da presença do Estado.

Então, o KC-390 já está desdobrando possibilidades na parte de aviação, dentro do E2, mas as tecnologias que estão lá dentro transbordam para outras áreas. Essa parte de produção — os senhores estiveram lá —, aqueles robôs, os eletrônicos e tudo o mais, vai para outras indústrias. Isso é transbordado.

Eu não sei se respondi exatamente à pergunta do senhor, mas...

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Permita-me, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cacá Leão) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Eu não sei se falaram mais cedo, mas eu estive lá. O KC-390, pela tecnologia desenvolvida, também pode descer em qualquer tipo de pista. Acho que o Brigadeiro Marcio pode explicar melhor. E ele também serve para prestar ajuda humanitária. Acho que é importante para o pessoal entender que esse é um avião que pode chegar a diversos locais atingidos por tragédias, desastres, com velocidade e rapidez. E há também a capacidade de pousar em pistas em que outros aviões não são capazes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. MARCIO BRUNO BONOTTO - A maioria das missões que o nosso C-130 faz, se botarmos na ponta do lápis, é de ajuda humanitária, levando carga para rincões do País, áreas que não são providas de assistência, mais do que em benefício, entre aspas, da própria Força Aérea. E o KC-390 tem essa vocação, nasce com essa vocação também. Ele faz o trabalho mais rápido, leva mais carga. Então, a disponibilidade é maior. Como eu falei, ele também desce no gelo. Eu acho que é um produto que tem muito a trazer para o País.

Desculpem-me a empolgação, mas é que sou muito empolgado com as coisas que dão certo neste País. O brasileiro precisa saber disso. Às vezes, o brasileiro não sabe que existe, como o senhor falou, a segunda ou a terceira maior pista de pouso do mundo em Gavião Peixoto, uma cidadezinha no interior do Estado de São Paulo. E o KC-390 nos traz orgulho. Em tempos turbulentos, é sempre bom ter orgulho de ser brasileiro. Eu, só estou justificando a minha empolgação aqui, Deputado.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cacá Leão) - Desculpe-me! Vou devolver a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O senhor deseja fazer mais algum questionamento ou está satisfeito? *(Pausa.)*

Deputada Raquel? *(Pausa.)*

Com a palavra o Brigadeiro Bonotto.

O SR. MARCIO BRUNO BONOTTO - Quero só agradecer, Deputado Cacá Leão, a oportunidade que a Força Aérea tem de vir a esta Casa. Eu entendo que estou falando aqui para o povo brasileiro. A Câmara dos Deputados é composta pelos representantes do povo brasileiro. E falo também para o Estado brasileiro, porque esta é uma Comissão Mista.

Então, eu me sinto muito orgulhoso de estar aqui nesta Casa, nesta Comissão específica. Sei que nós temos os nossos interesses ao aqui estar, ou seja, precisamos do Orçamento e viemos aqui pedir a ajuda dos senhores, mas também é muito bom podermos falar daquilo que fazemos, daquilo que nos orgulha, por sermos brasileiros e estarmos conseguindo executar as coisas.

Na verdade, o Projeto KC-390, assim como outros projetos da Força Aérea, tem entrega. No final do dia, nós vamos entregar. *"Está aqui o produto"*. Se um dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais à frente o Deputado cobrar, disser que botou dinheiro lá, diremos: *"Está aqui o produto. Ele está indo combater incêndio no Centro-Oeste, prestando ajuda humanitária no Haiti, ajudando as vítimas do terremoto no México".* Nós ainda vamos ter muito orgulho desse avião. E eu sei que os senhores ainda vão poder falar para os seus filhos e os seus netos: *"Eu ajudei nisso aí".*

Muito obrigado a esta Comissão. Estamos à disposição, a qualquer momento, para outro esclarecimento que se fizer necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cacá Leão) - Agradeço ao Brigadeiro Bonotto.

Quero aproveitar, nas minhas considerações finais, para reafirmar as palavras do Deputado Edio Lopes a respeito do nosso compromisso, do nosso respeito às Forças Armadas como um todo, e principalmente da importância do projeto do KC-390.

Empolga-me muito a fala do Sr. Brigadeiro. Eu gosto muito quando vejo as pessoas falarem sobre a sua vida, sobre o seu trabalho, principalmente com dedicação e amor. As suas palavras transmitem isso. E tenha certeza de que esse sentimento chega para nós aqui.

Eu, o Deputado Edio Lopes e todos os outros membros desta Comissão iremos fazer todo o esforço possível para atender aos pleitos da Força Aérea Brasileira.

Antes de finalizar os trabalhos, gostaria de alertar V.Exas. sobre o prazo de apresentação de emendas à LOA 2018 — à despesa, à receita, inclusive à renúncia de receita —, que findará no dia 20 de outubro, amanhã, sexta-feira, às 18 horas.

Agradeço o comparecimento do nosso convidado, o Brigadeiro Bonotto, bem como o de todos os membros da Força Aérea Brasileira.

A reunião está encerrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Edio Lopes, Evandro Roman, Hugo Leal, Hugo Motta, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Vitor Valim e Zé Carlos; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Valdir Raupp e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes**: Carmen Zanotto, Edmar Arruda, Gorete Pereira, Hildo Rocha, João Carlos Bacelar, Marcon, Pedro Fernandes, Veneziano Vital do Rêgo, Victor Mendes e Wellington Roberto; e **– Senadores suplentes**: Cidinho Santos e Hélio José. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Claudio Cajado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Célio Silveira, Domingos Sávio, Elmar Nascimento, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Marcus Pestana, Professor Victório Galli, Rosangela Gomes e Weverton Rocha; e **– Senadores:** Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Jorge Viana, Kátia Abreu e Pedro Chaves. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, do dia vinte e quatro de outubro de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que informou não haver *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e anunciou que suspenderia a reunião por alguns minutos. Às 15h40min, tendo sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente reabriu os trabalhos. Em seguida, o Presidente passou a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 5ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 17 e 18 de outubro de 2017; e 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 19 de outubro de 2017. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 26 de setembro a 24 de outubro de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. **ORDEM DO DIA**: O Presidente comunicou ao Plenário o recebimento do Ofício n.º 031/2017, do Gabinete do Deputado Sabino Castelo Branco, informando que o parlamentar encontra-se hospitalizado após ter sofrido um AVC e consulta, se nessas condições, o deputado poderá apresentar emendas ao Orçamento, caso não retorne as suas atividades parlamentares antes do encerramento do prazo. Diante do questionamento apresentado, e na falta de dispositivo regimental que trate do assunto, esta Presidência solicitou à Secretaria Geral da Mesa da Câmara dos Deputados um parecer jurídico que pudesse servir de base para uma tomada de decisão. A Secretaria Geral da Mesa, no entanto, limitou-se a informar que o parlamentar gozou dois períodos consecutivos de licença para tratamento de saúde, não praticou nenhum ato ou registrou presença perante a Câmara dos Deputados e nem protocolou novo pedido de afastamento. Pelas informações prestadas é possível inferir que o Deputado não esteja completamente restabelecido para exercer de forma natural a prerrogativa de apresentar emendas. Dessa forma, visando resguardar o direito do parlamentar, esta Presidência determinou que a Secretaria da Comissão recebesse as emendas elaboradas pelo respectivo Gabinete, com assinatura digital do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

deputado, para posterior validação pelo Plenário da CMO. A medida, no entanto, tem caráter provisório e carece de aprovação do Plenário, já que a situação aqui relatada não se encontra prevista no Regimento. E assim, submeteu à apreciação do Plenário. Em votação, a validação das emendas do Deputado Sabino Castelo Branco ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN** – PLOA/2018, foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA. Item 01. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 51.034.535,00 (cinquenta e um milhões, trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais), para o fim que especifica. "Relatora: Deputada Gorete Pereira. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. A relatora apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Marcon (PT/RS), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Wellington Roberto (PR/PB), Bilac Pinto (PR/MG) e Claudio Cajado (DEM/BA), Líder do Governo no Congresso Nacional. Houve acordo para retirada da matéria de pauta, com a concordância da relatora. Diante do acordo, o Presidente **retirou** a matéria da pauta. Item 02. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 58.594.866,00 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Senador Antonio Carlos Valadares. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2017-CN.** Autor: Senador Davi Alcolumbre. O Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. Apreciação do Requerimento para inversão de pauta, nos termos do *art. 34, parágrafo único, do Regimento Comum*, no sentido de apreciar inicialmente o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2017-CN.** Autor: Presidente da CMO, Senador Dário Berger (PMDB/SC). Em votação, o Requerimento de inversão foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 29/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal, crédito suplementar no valor de R$ 288.435.891,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Senador Davi Alcolumbre. Foram apresentadas 03 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição das emendas apresentadas. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão**.** Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em prosseguimento, o Presidente retornou aos itens da pauta. Item 03. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 13/2017-CN,** que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1.308/2017, referente a auditoria realizada nas obras do sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho/RO." Relator: Senador Lasier Martins. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o relator, foi designado o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, o Presidente solicitou ao Plenário **autorização** para votação em globo dos itens de nºs 4, 5 e 6 constantes da Pauta, referentes aos Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, relativos ao 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2015, cujo Relator é o Deputado Toninho Wandscheer, e o voto é pelo conhecimento e arquivamento das matérias. Em votação, a autorização foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 04. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 19/2015-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Lei 10.028/00, art. 5º, I, Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre de 2015". Relator: Deputado Toninho Wandscheer. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. Item 05.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2016-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 2º quadrimestre de 2015". Relator: Deputado Toninho Wandscheer. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. Item 06. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2016-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 3º quadrimestre de 2015". Relator: Deputado Toninho Wandscheer. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. O relator apresentou os Relatórios. Não houve discussão. Em votação em globo, os Relatórios apresentados aos **Avisos nºs 19/2015-CN, 11/2016-CN e 12/2016-CN**, foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 07. Apreciação do **Requerimento nº 9/2017-CMO,** que "Convida o Sr. Sérgio Sá Leitão, Ministro da Cultura, para debater a situação orçamentária do Ministério e o apoio ao Projeto de Lei nº 7.619/2017 que altera a Lei Rouanet". Autor: Deputado Domingos Sávio. Ausente o autor, o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), Líder do Governo no Congresso Nacional, informou que o Deputado Domingos Sávio solicitou a retirada do Requerimento. O Presidente deferiu a **retirada** da matéria de pauta. Finalizando, o Presidente informou que será realizada no dia 31 de outubro, terça-feira, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, Reunião Conjunta de Audiência Pública, com o Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Ilan Goldfajn, que apresentará avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referente ao 1º semestre do exercício de 2017, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. E anunciou que participarão, ainda, as seguintes Comissões: de Finanças e Tributação - CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS; e de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias constantes da pauta e extrapauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrado os trabalhos, às dezesseis horas e vinte minutos do dia 24 de outubro de 2017. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 24.10.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Declaro iniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciação das matérias que constam da pauta.

Como ainda não completamos o quórum necessário para deliberação nem na Câmara dos Deputados nem no Senado Federal, procedo, então, à suspensão da nossa reunião e convoco a sua continuação para daqui a 10 minutos.

A reunião não está suspensa ainda, por isso eu concedo a palavra a V.Exa., Deputada Laura Carneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, primeiro, é um prazer estar com V.Exa.

Segundo, eu não sei dizer se, em 10 minutos, nós vamos fazer essa mágica de conseguir quórum. Se não, V.Exa. pode, de repente, suspender a reunião e reabri-la por volta das 18 horas, quando não terá começado o outro plenário, mas terão terminadas as reuniões das Comissões. Ou, talvez, V.Exa. pode reabrir a reunião às 17 horas, quando terminam as outras Comissões.

Talvez o ideal fosse um dar um telefonema para os membros. Faltam só três votos na Câmara, não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Um na Câmara e um no Senado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Um na Câmara e um no Senado. Então, rapidamente podemos chegar a isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu quero suspender a reunião apenas por 10 minutos porque nós podemos começar a deliberar. Só não há quórum para votar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas há quórum para discutir eventualmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, eu imagino que, dentro de 10 minutos, consigamos o quórum necessário para que possamos limpar essa pauta, uma vez que as agendas dos Parlamentares, tanto Senadores como Deputados, estão amplamente cheias e concorridas.

Seria ótimo se nós limpássemos a pauta aqui, em função inclusive da sessão do Congresso Nacional de hoje, às 19 horas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu espero que hoje nós possamos votar e derrubar o veto da Presidência à questão do audiovisual, que é tão importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está suspensa a nossa reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias que constam da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente: ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 17 e 18 de outubro de 2017; e ata da 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 19 de outubro de 2017.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e Deputadas que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Da mesma forma, em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Expediente.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da Comissão Mista de Orçamento na Internet.

Comunico ao Plenário o recebimento do Ofício nº 31, de 2017, do gabinete do Deputado Sabino Castelo Branco, informando que o Parlamentar encontra-se hospitalizado após ter sofrido um AVC e consultando se, nessas condições, o Deputado poderá apresentar emendas ao Orçamento caso não retorne às suas atividades parlamentares antes do encerramento do prazo.

Diante do questionamento apresentado, e na falta de dispositivo regimental que trate do assunto, esta Presidência solicitou à Secretaria-Geral da Mesa um parecer jurídico que pudesse servir de base para uma tomada de decisão.

A Secretaria-Geral da Mesa, no entanto, limitou-se a informar que o Parlamentar gozou dois períodos consecutivos de licença para tratamento de saúde, não praticou nenhum ato ou registrou presença perante a Câmara dos Deputados, nem protocolou novo pedido de afastamento.

Pelas informações prestadas, é possível inferir que o Deputado não esteja completamente reestabelecido para exercer, de forma natural, a prerrogativa de apresentar as respectivas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Desta forma, visando resguardar o direito do Parlamentar, esta Presidência determinou à Secretaria da Comissão Mista de Orçamento que recebesse as emendas elaboradas pelo respectivo gabinete, com a assinatura digital do Deputado, para posterior validação do Plenário da Comissão.

A medida, no entanto, tem caráter provisório e carece de aprovação do Plenário, já que a situação aqui relatada não se encontra prevista no Regimento.

Assim, submeto a medida à apreciação do Plenário, inicialmente colocando-a em votação na representação da Câmara dos Deputados. Posteriormente, submeterei à aprovação no Senado Federal.

Em votação a validação e a aprovação das emendas do Deputado Sabino Castelo Branco na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Da mesma forma, submeto à aprovação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 15, de 2017-CN, do Presidente da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 51.034.535,00 para o fim que especifica. Relatora: Deputada Gorete Pereira. Voto: pela aprovação do projeto na forma proposta pelo Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Portanto, passo a palavra à eminente Deputada Gorete Pereira, para apresentar o seu relatório.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, eu vou direto ao voto:

"II - Voto do Relator

Analisando o projeto como um todo, verificamos que a presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a inserção de crédito orçamentário para o qual ainda não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

existe dotação específica na Lei Orçamentária Anual em vigor (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017).

Verificamos também que as fontes de recursos apresentam-se viáveis e que a proposição não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 — LDO 2017, e à Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2017 (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017).

Desse modo, do exame da proposição, constata-se que a iniciativa do Poder Executivo segue os princípios da boa técnica orçamentária e atende às normas constitucionais e legais pertinentes a matéria.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 15, de 2017-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Coloco em discussão o relatório.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, nobre Senador Dário Berger, nobre Relatora, colegas Deputados e colegas Senadores da nossa Comissão Mista de Orçamento, inicialmente quero fazer a manifestação de que, nesse Orçamento, nós estamos na linha dos congelamentos. A Emenda Constitucional nº 95, do Governo Temer, na verdade, faz um congelamento, portanto, só faz, orçamentariamente, a reprodução do Orçamento com a inflação, que é com base no IPCA.

Só que a tragédia que nós estamos vendo, nobre Relatora, não é de um congelamento, é de um derretimento, vamos dizer assim. Não se trata de congelamento, porque congelamento significa estar congelado. Então, o recurso congelado para a Assistência Técnica e Extensão Rural deveria ser do valor do recurso do ano passado, corrigido pelo IPCA. Foi isso que nós votamos, e esta é a Emenda Constitucional nº 95. Isso vale para todas as outras áreas. Estou dando só o exemplo da agricultura, porque quero me referir a ela.

Então, a minha primeira preocupação é com o derretimento. Eu vou manifestar uma segunda preocupação. Há menores valores orçamentários, e não um congelamento, pois há redução em áreas importantes. E, no caso específico do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PL 15, que nós estamos apreciando neste momento, há uma retirada de 11 milhões de reais, para compensar esse crédito.

Eu queria, colegas Deputados, chamar a atenção para esse aspecto. Eu, por exemplo, sou da Região Sul do País. Santa Catarina, Senador, está com o mesmo problema da produção do leite. Nós estamos dizendo que o Governo tem que impedir que haja uma importação forte do leite, mas, ao mesmo tempo, tem que fazer compra pública. Se ele não fizer compra pública, não vai enxugar o leite no mercado, e o preço vai continuar baixando.

O Governo diz que não tem dinheiro para colocar nessa rubrica. Só que agora, para fazer o remanejamento, ele está retirando 11 milhões de reais do financiamento para a agricultura familiar, por exemplo. Então, se o Governo pode nos mandar um projeto para alterar uma rubrica, retirando recursos, imagine como estão os agricultores, Deputado Cacá Leão, V.Exa. que está aguardando o Governo mandar o Orçamento com a nova meta fiscal. Senão V.Exa. nem poderá desenvolver um relatório que combine com o que nós já aprovamos no Congresso Nacional, inclusive com a nova meta fiscal. Imagine os agricultores da Bahia querendo fazer uma agroindústria ou financiando uma produção, quando nós estamos retirando 11 milhões de reais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF. Não é razoável! Não é razoável!

Então, eu quero, exatamente, fazer este debate e já orientar o nosso voto, que é contrário ao projeto. Nós não podemos mexer nessas áreas, que já sofreram um revés, já sofreram cortes. Não existem mais disponíveis os recursos que existiam nos outros anos para o agricultor. E agora ainda há essa retirada.

Alguém do Governo pode dizer: *"Não, mas esse recurso não ia ser utilizado".* Se ele não está sendo usado, então, há um problema. Se o agricultor não vai ao banco, talvez ele não tenha mais estímulo para plantar ou melhorar o seu plantel de leite, por exemplo. Se ele não faz uma lavoura, talvez lhe falte assistência técnica para orientá-lo como produzir.

Isso, para mim, não é argumento. Na verdade, se há um recurso disponibilizado, ele não pode ser retirado.

Eu também queria já antecipar uma opinião pública nossa. Nós vamos votar contra, essa vai ser a nossa orientação. E eu acho que, em relação a esses temas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador Dário Berger, Relator Cacá Leão, o Governo está desrespeitando esta Comissão ao não enviar a retificação em relação à meta fiscal.

Eu quero solicitar aqui aos colegas Deputados que nós não votemos nada, exceto aquele acordo, se nós pudermos construí-lo, em torno do que é diretamente impositivo frente às emendas dos Parlamentares e das nossas Comissões. Eu quero levantar esse tema, porque, nestes outros aqui, votarei contra. Não concordo com eles e acho que é um desrespeito do Governo não ter feito alteração, o que nos deixa numa situação de insegurança em relação a outros projetos.

Na semana passada, aqui na nossa Comissão mesmo, Senador — V.Exa. coordenou —, já votamos as emendas de Comissão. Quem nos garante que nós teremos espaço objetivo para contemplar essas votações? Eu não tenho segurança sobre isso. E eu quero ter essa segurança, senão não faz sentido nós fazermos um debate. Construímos, acho, uma síntese tão boa aqui, nas emendas votadas por unanimidade inclusive, num esforço feito por todos nós, com a colega Deputada Carmen Zanotto, nossa Relatora das emendas de Comissão. Mas, se não houver a alteração e a orientação do Governo, eu não sei se vamos conseguir contemplá-las.

Então, quero dizer que eu não votarei este projeto hoje. Até poderíamos retirar essa votação neste momento — é o meu primeiro pedido. E, se não for possível isso, Deputado Claudio Cajado, nós, obviamente, vamos votar contra.

Mas eu preferiria, no dia de hoje, não apreciar o projeto e remetê-lo de volta ao Governo, para que ele faça suplementação com recurso que saia de outro lugar, não da simbologia da agricultura familiar. Até podemos votar algum outro projeto por acordo. Mas estes aqui não têm nosso acordo para votação no dia de hoje.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O projeto continua em discussão.

Tem a palavra o Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, em primeiro lugar, este PL 15 que estamos discutindo, que retira recursos da agricultura neste momento que ela está vivendo, é uma tragédia. Por quê? Porque o consumo, devido à crise, reduziu, as pessoas gastam menos, compram menos. E quem está pagando por essa inflação baixa é o custo da agricultura neste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Podemos falar aqui do leite, podemos falar do preço do trigo, podemos falar do preço do arroz, da soja, do milho e do café, que são as culturas mais comuns no País, além da carne. E o Governo, em vez de incentivar, está retirando recursos desse setor, que deveria receber um impulso. Mas o Governo está fazendo o contrário. E ele faz isso porque a sua prioridade não é ajudar a agricultura, principalmente a agricultura familiar.

Hoje de manhã, antes de eu sair de casa, ouvindo a imprensa estadual, soube que, no Rio Grande do Sul, 20% dos produtores de leite já estão parando de produzir devido ao baixo preço do leite. O preço do litro de leite foi reduzido em 50 a 75 centavos em relação ao preço nesta mesma época do ano passado. Esse valor era uma parte, era a sobra dos agricultores, e a outra parte era para pagar o consumo. Agora, além de não terem sobra, eles têm prejuízo.

Então, essa é a minha argumentação para dizer que o meu voto é contrário a esse projeto.

Em segundo lugar, Presidente, a imprensa nacional está dizendo que o Governo virou um balcão de compra de votos. O volume de recursos liberados nos faz ter vergonha de estarmos aqui na Câmara Federal. Isso não é o Deputado Marcon que está falando, é a imprensa que está falando.

Na semana passada foi assim e, nesta semana, está liberado. Inclusive, ambulâncias são moeda de troca do Governo na compra de votos. E, mais, fala-se em bilhões e bilhões de reais que o Governo está gastando para comprar votos.

Isso está na imprensa. E esta Comissão deveria, no mínimo, tentar moralizar essas questões.

Então, eu vejo que temos que votar contra este projeto porque, em primeiro lugar, ele retira recursos de um setor muito importante, que está em crise e que precisa, que é a agricultura familiar. Em segundo lugar, há esta vergonheira que nós estamos vendo em âmbito nacional, de compra de Parlamentares para votarem a favor do Governo, para que o Presidente não seja afastado na votação que nós vamos fazer esta semana ou na semana que vem, no plenário.

Meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Continua em discussão.

Com a palavra a Deputada Gorete Pereira, Relatora da matéria. Em seguida, falará a Deputada Laura Carneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, se V.Exa. quiser pedir para retirar de pauta o projeto, eu não tenho nenhum problema quanto a isso.

Agora, eu não recebi nenhuma emenda, e os Deputados todos receberam. Outra coisa: nós estamos tirando do crédito da economia familiar, como ele diz, para o crédito rural, que tem o mesmo objetivo. É o mesmo objetivo!

Não foi apresentada nenhuma emenda ao projeto. Então, ele foi relatado como veio, porque não está tirando da economia familiar, como o Deputado diz. É um crédito rural, o que dá no mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bom o esclarecimento de V.Exa.

Passo a palavra agora à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu entendo as razões da Deputada Gorete Pereira, até porque o que ela diz é real, nenhum de nós apresentou emenda.

Mas, efetivamente, o corte se dá na Função Programática 20.608, que é de financiamento para a agricultura familiar. Esse crédito é englobado em outra rubrica, a 28.846, que diz: *"Dívida Contratual Interna decorrente da Equalização de Juros no Alongamento de Dívidas Originarias do Crédito Rural"*.

Isso não significa dizer que o agricultor, na ponta, receberá esse crédito. Esses recursos para a agricultura familiar hoje, por exemplo, seriam muito bem-vindos no norte e no nordeste fluminenses, que vivem uma seca indescritível, onde as famílias já não conseguem fazer mais nada e os prefeitos estão desesperados. Eu tenho certeza que, em cidades como Itaperuna, por exemplo, a rubrica de agricultura familiar seria absolutamente necessária.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que o Deputado Claudio Cajado, que hoje representa o Governo na Comissão, tenta fazer um acordo para que hoje possamos encontrar uma nova solução para a questão do crédito de equalização de juros, sem que, para isso, seja necessária a utilização de recursos da agricultura familiar.

Hoje votaríamos o Crédito 29, sobre a questão impositiva das emendas de bancada, e o crédito relatado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, que trata especificamente dos recursos de Pernambuco dentro do Ministério do Planejamento, pelo que me foi informado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Continua em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Deputado Wellington Roberto. Em seguida, falará o Deputado Claudio Cajado.

Deputado Wellington Roberto, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, nós conversamos aqui, entre os colegas da Comissão, e chegamos à conclusão para fazermos acordo com relação os PLNs 16 e 29.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Por que o PLN 16 não? Ele é um crédito suplementar.

O Relator é o Senador Valadares, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não, não é. Na verdade, eu estou explicando o que li.

Então, o acordo seria esse aí. Se quiserem votar contra... Nós vamos votar os PLNs 29 e 16.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Bilac Pinto.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, seria importante para os Parlamentares, Deputados e Senadores que estão aqui, que V.Exa. reiterasse, mais uma vez, aquilo que foi fruto e objeto desses acordos, para que possamos estar cientes na hora da votação.

É apenas uma observação. Por gentileza.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - O PLN 29 está no acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos ouvir o Líder do Governo, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - O eterno Líder, porque S.Exa. já foi da Oposição, mas era mais do Governo do que da Oposição.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu tenho que ouvir essas coisas mesmo!

Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Parlamentares que estão à mesa e os que integram a Comissão, nobres Deputadas Dorinha e Laura Carneiro, aqui presentes, eu penso que os Parlamentares que usaram da palavra já manifestaram aquilo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seria o consenso na Comissão, para podermos proceder à apreciação dos PLNs 16 e 29. Quanto ao PLN 15, ficaríamos para discutir na próxima semana.

Eu concordo com isso, apesar das informações prestadas pela Relatora Deputada Gorete Pereira de que não procede o que foi dito, que se está retirando recursos da agricultura familiar.

Portanto, não vamos manter a discussão neste momento. O Governo acorda com o sugerido, para podermos votar, em acordo com os demais partidos, os PLNs 16 e 29.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Esta é a Casa do entendimento, do acordo. E eu, preliminarmente, já consultei a Relatora, a Deputada Gorete Pereira, que não se opõe à retirada do PLN 15/17.

Portanto, está mantido o acordo, e seguiremos os nossos trabalhos com vistas ao entendimento, partindo, então, para o item 2.

Agradeço à Deputada Gorete Pereira pela experiência e gentileza, que prontamente atendeu à reivindicação e à solicitação da Comissão, para que pudéssemos seguir no acordo e no entendimento.

Vamos, então, ao próximo item.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 16, de 2017-CN, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 58.594.866,00, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Relator é o eminente e brilhante Senador Antonio Carlos Valadares. O voto é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não forem apresentadas emendas.

Concedo a palavra ao eminente Senador Carlos Valadares, para apresentar o seu relatório.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, passarei a ler apenas o voto para economizar tempo:

"Voto

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 16, de 2017-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo."

Esse é o nosso voto constante do parecer que foi distribuído a todos os Parlamentares desta Comissão e está sendo aprovado por acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Agradeço a V.Exa.

Submeto à discussão o relatório apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto-o à votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o projeto de lei, a matéria vai ao Congresso Nacional. *(Pausa.)*

Srs. Parlamentares, eu quero consultar V.Exas. se nós podemos fazer inversão da pauta, para apreciarmos agora o PLN 29.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Apoiado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, eu faço um requerimento verbal e submeto-o à aprovação de V.Exas. *(Pausa.)*

Havendo acordo, passo ao projeto de lei.

Item 8. Apreciação do Projeto de Lei nº 29, de 2017-CN, do Presidente da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo Federal, crédito suplementar no valor de R$ 288.435.891,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Relator é o prezado amigo e Senador Davi Alcolumbre. O voto do Senador Davi é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto foram apresentadas três emendas.

Com a palavra V.Exa., Senador Davi Alcolumbre, para apresentar o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Seguindo a orientação do Senador Antonio Carlos Valadares, eu vou direto ao voto, com a introdução já feita por V.Exa.:

"Voto

Em razão de todo o exposto, votamos pela rejeição das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 29, de 2017-CN, e pela sua aprovação na forma proposta pelo Poder Executivo."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está aberta a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, submeto o parecer à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e Deputadas que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Agora, dando continuidade à nossa reunião de hoje, há alguns avisos que gostaria de compartilhar com V.Exas.

Item 3. Aviso n° 13, de 2017-CN, do Tribunal de Contas, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.308, de 2017, referente a auditoria realizada nas obras do sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho, Rondônia. Relator: Senador Lasier Martins. Voto: pelo arquivamento da matéria.

Como o Senador Lasier Martins não se encontra presente, eu consulto o prezado Senador Antonio Carlos Valadares, sempre presente às frequentes reuniões da nossa Comissão, se poderia proceder à leitura do relatório que se encontra em discussão.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, é uma honra substituir o Senador Lasier. Eu farei a leitura com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Trata-se do Aviso nº 13, de 2017.

Como a matéria foi distribuída amplamente a todos os membros desta Comissão, e por economia processual, para que continuemos esta reunião com a apreciação de outros projetos, o voto do Senador Lasier é no sentido de que esta Comissão delibere pelo arquivamento do presente aviso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação também na representação do Senado Federal.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Encerrada a votação, o parecer vai à publicação, e o processo, ao arquivo.

Agora há três matérias idênticas. Solicitarei a permissão de V.Exas. para que possamos votá-las em globo.

Então, solicito ao Plenário autorização para votação em globo dos itens 4, 5 e 6, referentes a relatórios de gestão fiscal do Tribunal de Contas da União de 2015, cujo Relator é o Deputado Toninho Wandscheer, com voto pelo conhecimento e arquivamento das matérias. *(Pausa.)*

Com a palavra o Relator da matéria, Deputado Toninho Wandscheer.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, os avisos são referentes ao primeiro, segundo e terceiro quadrimestres de 2015. Como V.Exa. já falou, eles são idênticos, e o tema é o mesmo.

"Voto

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º, III, da Resolução nº 1, de 2006-CN, examinar e emitir parecer sobre as matérias e documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal de que tratam os artigos 70 a 72 e 166, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

(...)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No caso em apreciação, o Relatório do TCU, a análise por nós procedida considera atendidas as exigências da LRF.

Assim, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo" dos relatórios de gestão fiscal relativos aos primeiro, segundo e terceiro quadrimestres "do exercício de 2015 e demais documentos que compõem o processo, e determine o seu arquivamento."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Toninho Wandscheer.

Está em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Toninho Wandscheer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, submeto o relatório à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto o relatório à votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Conhecidas as matérias, os pareceres vão à publicação, e os processos, ao arquivo.

O último item da pauta, embora o Sr. Deputado não se encontre presente, eu penso que poderia submeter a V.Exas., porque é apenas um requerimento.

Pela ordem, tem a palavra S.Exa., o grande Líder Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, é o requerimento de autoria do Deputado Domingos Sávio? *(Pausa.)*

Eu pediria que V.Exa. o retirasse de pauta. O Deputado entrou em contato conosco e pediu que o requerimento fosse retirado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está retirado de pauta. Excelente!

Antes de encerrar a nossa reunião, aviso que, no dia 31 de outubro, na terça-feira próxima, às 15 horas, neste Plenário 2, ocorrerá audiência pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Serviços e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados.

Participarão ainda a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, do Senado Federal.

Nessa audiência, receberemos o Sr. Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil, que nos apresentará a avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao primeiro semestre de 2017, conforme estabelece o § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a tal famosa e conhecida Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, volto a insistir que, no dia 31, às 15 horas, vamos receber aqui o Presidente do Banco Central do Brasil para que ele faça uma apresentação e evidencie os impactos e o custo fiscal das operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao primeiro semestre de 2017, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, como já mencionei.

Amanhã não haverá matéria, portanto, não haverá reunião.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos. Muito obrigado de coração.

Declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2017, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - CDEICS; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR – CTFC, DO SENADO FEDERAL.

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional, Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal (CTFC/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Senhor Ilan Goldfajn, para discorrer sobre o tema: Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil - referentes ao 1º semestre do exercício de 2017, em atendimento ao estabelecido no *§ 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.* Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: **- Deputados**: Aelton Freitas, titular da CFT/CD; Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Antônio Jácome, suplente da CMO/CN; Bohn Gass, titular da CMO/CN; Cacá Leão, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Carlos Henrique Gaguim, titular da CMO/CN; Carmen Zanotto, suplente da CMO/CN; Covatti Filho, titular da CFT/CD e suplente da CDEICS/CD; Darcísio Perondi, suplente da CFT/CD; Domingos Sávio, titular da CMO/CN; Edmilson Rodrigues, titular da CFT/CD; Enio Verri, titular da CFT/CD e suplente da CDEICS/CD; Gonzaga Patriota, suplente da CMO/CN; Hildo Rocha, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Hugo Leal, titular da CMO/CN; Hugo Motta, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD; João Arruda, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD e titular da CFFC/CD; Julio Lopes, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Laudivio Carvalho, titular da CMO/CN; Mandetta, suplente da CMO/CN; Misael Varella, suplente da CMO/CN; Newton Cardoso Jr, suplente da CFT/CD; Pedro Fernandes, suplente da CMO/CN; Professor Victório Galli, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Raimundo Gomes de Matos, suplente da CMO/CN; Renato Andrade, suplente da CMO/CN; Rosangela Gomes, titular da CMO/CN; Toninho Wandscheer, titular da CMO/CN; Vitor Valim, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Wellington Roberto, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Wilson Filho, titular da CFFC/CD; e Zé Augusto Nalin, titular da CDEICS/CD; **– Senadores**: Antonio Carlos Valadares, titular da CMO/CN e Dário Berger, titular da CMO/CN e titular da CTFC/SF. Compareceram, ainda, os Deputados Claudio Cajado, Evair Vieira de Melo, e João Daniel, parlamentares não integrantes das Comissões participantes. **ABERTURA**: às quinze horas e vinte e quatro minutos, a reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Dário Berger (PMDB/SC). Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Senhor Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil, o Chefe da Assessoria Econômica daquele Banco, Sr. Fábio Araújo e o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Wilson Filho (PTB/PB). Em seguida, o Presidente informou que de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado *no artigo 398, inciso X do* referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Logo após, o Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate e passou a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil. Às quinze horas e vinte e oito minutos, o Senhor Ilan Goldfajn cumprimentou o Presidente da CMO, os presidentes das comissões participantes e os parlamentares presentes e informou que antes de abordar o tema da reunião, apresentaria Avaliação sobre as Condições Atuais e Prospectivas do Cenário Econômico Internacional e Nacional. E assim, o Presidente do BACEN dividiu a sua exposição em duas partes: 1ª - Avaliação sobre as Condições Atuais e Prospectivas do Cenário Econômico, onde teceu considerações sobre o cenário internacional; e abordou o cenário nacional, discorrendo sobre a "Queda da Inflação", "Redução das taxas de Juros", "Crédito", e "Recuperação da Atividade Econômica"; e em seguida apresentou a 2ª parte - Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil - referentes ao 1º semestre do exercício de 2017, fazendo uso de projetor de multimídia. Às quinze horas e cinquenta e quatro minutos, o Presidente do Banco Central do Brasil finalizou a sua exposição. Em sequência, o Presidente facultou o uso da palavra aos representantes das Comissões Participantes, e o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, da Câmara dos Deputados, Deputado Wilson Filho (PTB/PB), teceu comentários sobre o tema e fez questionamentos ao Palestrante. Logo após, o Presidente do BACEN respondeu a todos os questionamentos do Presidente da CFFC. Em prosseguimento, o Presidente anunciou o início do debate e propôs a divisão da lista de inscritos em grupos de três parlamentares, sendo concedido cinco minutos para cada debatedor, e após a exposição de cada grupo, a palavra retornaria ao Presidente do Banco Central do Brasil que responderia ao grupo de interpeladores. Em seguida, o Presidente deu início ao debate e concedeu a palavra ao primeiro grupo de participantes composto pelos Deputados Enio Verri (PT/PR), Hildo Rocha (PMDB/MA) e Mandetta (DEM/MS). Logo após, o Presidente encerrou o primeiro grupo e passou a palavra ao Presidente do BACEN que respondeu ao grupo de interpeladores. Foi assegurada réplica ao Deputado Enio Verri (PT/PR). Em sequência, o Presidente concedeu a palavra ao segundo grupo de debatedores, do qual participou o Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA). Interrompendo apresentação do segundo grupo, o Presidente comunicou que foi entregue à Secretaria da CMO, a Mensagem Modificativa nº 424, de 30/10/2017, da Presidência da República, que altera nos termos do art. 166, § 5º, da Constituição Federal, o **Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018" – PLOA/2018, encontrando-se publicada na página da CMO na internet. Em virtude do recebimento da referida Mensagem, o Presidente convocou Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, para aquele mesmo dia, 31/10/2017, após o término da Reunião Conjunta de Audiência Pública, na sala de Reuniões da Presidência da CMO, para discutir atualização do Cronograma do PLOA/2018 e procedimentos relativos à Mensagem Modificativa supracitada. Em continuidade ao segundo grupo de debatedores, o Presidente informou alteração na quantidade de participantes e concedeu a palavra ao Deputado João Arruda (PMDB/PR). Participaram, ainda, deste grupo os Deputados Alfredo Kaefer (PSDB/PR), Bohn Gass (PT/RS) e Darcísio Perondi (PMDB/RS). Encerrado o segundo grupo, o Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate, fez questionamentos sobre o tema, e passou a palavra ao Palestrante que prestou os devidos esclarecimentos. Foi assegurada réplica ao Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e ao Senador Dário Berger (PMDB/SC). Prosseguindo os trabalhos, o Presidente passou a palavra ao Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), que agradeceu a presença do Presidente do BACEN e de sua equipe técnica. Finalizando, o Presidente agradeceu o comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Ilan Goldfajn, da sua equipe técnica, do Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e dos demais parlamentares presentes. E informou que no dia 1º de novembro, às 11 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, haveria reunião de Audiência Pública com o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Senhor Dyogo Henrique de Oliveira**,** para prestar esclarecimentos acerca da Proposta Orçamentária Anual para 2018 - **Projeto de Lei nº 20/2017-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018", conforme *dispõe o art. 29 de Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. E por fim, passou a palavra ao Palestrante para proceder as considerações finais. O Presidente do Banco Central do Brasil concluiu a exposição agradecendo aos presentes e ao Presidente. **ENCERRAMENTO:** às dezoito horas e seis minutos, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, convocou Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, para o mesmo dia, 31/10/2017, na sala de Reuniões da Presidência da CMO. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 31.10.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Declaro iniciada a 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2017, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, a Comissão de Finanças e Tributação, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e, do Congresso Nacional, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será o seguinte:

> *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos respectivos balanços — referente ao primeiro semestre de 2017, conforme estabelece o § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal*.

Informo ainda que, além do Presidente do Banco Central do Brasil, o Dr. Ilan Goldfajn, também compõem a Mesa representantes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Anuncio também a presença do Dr. Fábio Araújo, Chefe da Assessoria Econômica da Presidência do o Banco Central do Brasil.

De acordo com o que estabelece o art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permita.

Conforme estipulado também pelo art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplicas e a tréplicas, se for o caso, pelo prazo de 2 minutos.

Quanto a essa questão dos prazos, Dr. Ilan, eu costumo ser mais flexível. Trinta segundos a mais ou 1 minuto a mais não vão fazer diferença para nós, e talvez esse tempo seja importante para a conclusão de um pensamento ou de uma proposta a ser analisada.

Informo aos Srs. Parlamentares que a lista de inscrição para o posterior debate já está aberta.

Isso esclarecido, eu passo a palavra, então, ao Presidente do Banco Central do Brasil, o Dr. Ilan Goldfajn, para fazer a sua exposição.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Muito obrigado.

É um prazer e uma honra estar aqui na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Eu queria cumprimentar o Exmo. Senador Dário Berger, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e os Presidentes das outras Comissões que fazem parte desta audiência pública.

Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, é uma honra comparecer ao Congresso Nacional e a esta Comissão Mista para discorrer sobre os objetivos e as metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal das operações do Banco Central do Brasil e os resultados demonstrados em seu balanço, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes de abordar os demonstrativos dos resultados do Banco Central, gostaria de aproveitar esta oportunidade para trazer minha avaliação sobre as condições, atuais e prospectivas, do cenário econômico.

A minha exposição vai ser dividida em duas partes. Na primeira parte, vou tratar do cenário econômico e, na segunda parte, dos resultados do Banco Central que a Lei nos obriga a apresentar neste momento. Usarei alguns eslaides. Há algumas cópias aí, para V.Exas. poderem acompanhar a exposição.

(Segue-se exibição de imagens.)

Sobre o cenário econômico, vou tratar, primeiro, do cenário internacional.

Nos últimos tempos, o cenário internacional, de forma geral, tem sido favorável a economias emergentes e ao Brasil. A atividade econômica mundial está melhorando. Estão sendo criados empregos nos principais países do mundo. Ao mesmo tempo, não vemos pressão em demasia com relação às condições financeiras das economias avançadas. O que quero dizer com isso? Os juros no mundo estão subindo, mas devagar. A economia global está crescendo, e os juros se mantêm relativamente baixos. Isso contribui para manter o apetite ao risco em relação às economias emergentes, o que proporciona um ambiente mais sereno no mercado de ativos brasileiros.

No ambiente doméstico, a nossa situação econômica apresentou avanços. Nesse sentido, há três fenômenos que tenho ressaltado e reitero em minha fala hoje: a redução da inflação, a queda das taxas de juros e a recuperação da economia brasileira.

Então, são três os fenômenos: redução da inflação, queda das taxas de juros e recuperação da economia brasileira. Vou começar com o primeiro: a queda da inflação.

A queda da inflação V.Exas. podem ver aqui no gráfico. No ano passado, nos meses de agosto a setembro de 2016, a inflação estava ainda em 9%. Em dezembro de 2015, estava em quase 11%: 10,7%. Onde está a inflação hoje? Em 12 meses, a inflação acumulada é de apenas 2,5%. Ao longo dos próximos meses, até dezembro, acredito que vá chegar a 3,2% e que, em dezembro de 2018, voltará a chegar a 4,3%. V.Exas. sabem que a meta do Banco Central é de 4,5%. Então, a perspectiva é a de que a inflação baixa de hoje, de 2,5%, devagarzinho volte para a meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas o mais importante é que a inflação saiu de quase 11% para 2,5%. E por qual razão a inflação caiu desse jeito? A razão foi a condução firme da política monetária, aliada à mudança na direção da política econômica. Isso foi decisivo para mitigar comportamentos defensivos, o que é normal quando há muita incerteza, para reduzir as expectativas de inflação e, com isso, colocar a inflação em trajetória de queda.

Acreditamos que a inflação não apresentaria essa mesma queda caso o Banco Central não atuasse de maneira firme para domar as expectativas inflacionárias, apoiado pela política econômica de forma geral. A dosagem da política monetária se mostrou, até o momento, adequada, com as atuais expectativas de crescimento para 2017 e 2018 maiores que as esperadas no final do ano passado.

Então, hoje esperamos um crescimento maior do que o que esperávamos 1 ano atrás. Portanto, a dosagem da política monetária tem conseguido derrubar a inflação e permitido o crescimento econômico.

O segundo fenômeno que eu quero mostrar aqui é o da taxa de juros. Uma vez que a inflação cai, o juro cai. Eu vou mostrar aqui para V.Exas. que a taxa SELIC, que estava em 14,25%, caiu para 7,5%. A última queda, de 0,75%, foi adotada na reunião do COPOM — Comitê de Política Monetária da semana passada, da quarta-feira. Em face da evolução do cenário básico, em linha com o esperado, e do estágio do ciclo de flexibilização, tornou-se adequada a redução da taxa básica de juros em 0,75%.

Para a próxima reunião do COPOM, caso o cenário básico evolua conforme o esperado, e em razão do estágio do ciclo de flexibilização, o Comitê vê, neste momento, como adequada uma redução moderada na magnitude da flexibilização monetária. O COPOM ressalta que o processo de flexibilização continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, de possíveis reavaliações da estimativa da extensão de ciclo e das projeções e expectativa de inflação.

Os membros do COPOM também avaliaram a extensão do ciclo e a conveniência de uma sinalização sobre os passos seguintes à próxima reunião. Houve consenso em manter liberdade de ação e adiar qualquer sinalização sobre as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

decisões futuras de política monetária, de forma a incorporar novas informações sobre a evolução do cenário básico e do balanço de riscos.

Então, essa foi a sinalização. Nós reduzimos a taxa SELIC em 7,5% e sinalizamos para a próxima reunião. Ao mesmo tempo, houve consenso em manter liberdade de ação para o ano que vem.

O cenário básico envolve riscos em dois lados.

Por um lado, a combinação de possíveis efeitos secundários do choque favorável nos preços de alimentos e da inflação de bens industriais em níveis correntes baixos e da possível propagação, por mecanismos inerciais, do nível baixo de inflação podem levar a produzir inflação abaixo do que imaginamos. Isso é risco positivo.

Existe o risco negativo. Qual é? Que haja frustração na economia em relação às reformas, aos ajustes necessários na economia, o que pode afetar prêmios de riscos e elevar a trajetória da inflação no futuro. Esse risco se intensifica no caso de reversão do corrente cenário externo favorável para economias emergentes.

A conjuntura econômica atual prescreve política monetária estimulativa, ou seja, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural.

De fato, no gráfico à direita, V.Exas. podem ver que a taxa de juros real, a taxa de juros acima da inflação, está no nível historicamente baixo de 3%. Em algumas medidas, chega inclusive a ser juro real de 2,5%, 2,7%. Aqui, nesta medida, está em 3%. Ou seja, nós temos um juro real na economia brasileira historicamente baixo. Esse valor é estimulativo.

Quando nós falamos que é estimulativo, queremos dizer que, neste momento, o juro está mais baixo, o que significa que, para a frente, precisamos que aquela que chamamos de taxa estrutural da economia venha a cair, para que essa taxa estimulativa não tenha que subir no futuro. Para garantir que essa taxa de juros real seja sustentável, é necessário continuar os esforços para reduzir a taxa estrutural, o que depende de perseverar no caminho dos ajustes e das reformas.

Agora eu vou falar um pouco do crédito e das taxas de juros do crédito. O que V.Exas. observam aí é o nosso Indicador de Custo de Crédito. O custo não é da taxa do Banco Central, da SELIC, mas do crédito na economia. Esse crédito é mais alto. V.Exas. podem ver que, para as empresas, o custo fica perto de 16%, dezesseis e pouquinho e que, para as famílias, o custo do crédito fica perto de 27%, 28%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essas taxas, como V.Exas. podem observar, já começaram a cair. O que nós observamos ao longo do tempo é que, primeiro, cai a taxa SELIC e, à medida que a economia se estabiliza, que as incertezas caem, as taxas bancárias começam a cair.

Eu vou mostrar para V.Exas. uma tabela com alguns dados.

O que aconteceu com a taxa SELIC? Em setembro de 2016, ela estava em 14,25% e caiu para 8,25%, em setembro de 2017 — e V.Exas. sabem que, em outubro, ela caiu mais ainda. De setembro a setembro, em 12 meses, a variação foi de 6 pontos percentuais.

Quando olhamos a taxa de juros da economia de forma geral, vemos que caiu 10,3%. Então, V.Exas. veem que a taxa da economia, a SELIC, cai 6%, e a taxa do crédito com recursos livres da economia caiu 10,3%. Ela caiu mais para as famílias, para as pessoas, do que para as empresas. Para as pessoas, caiu 14,8%, e, para as empresas, caiu 6,5%. Isso significa que o *spread*, ou seja, a diferença entre o custo de captação e o custo para as pessoas, para as empresas e para as famílias, caiu também. V.Exas. estão vendo que a queda do *spread* foi de 6,3% e que caiu mais para as famílias, para as pessoas, do que para as empresas. O que estamos dizendo é que o processo de queda dos juros da economia e do *spread* começou. Ainda há muito para avançar, mas o começo já está aí.

Finalmente, o que acontece com o volume de crédito? São os dados que vemos nas últimas três linhas. Primeiro, o saldo caiu 1,7% no ano. Quando V.Exas. olham o saldo das famílias, veem que é de 2,4%. Então, nos últimos 12 meses, o crédito para as pessoas já voltou a crescer.

Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Parlamentares, a redução da inflação, a ancoragem das expectativas, a queda nas taxas de juros e a melhoria nas condições no mercado de crédito têm propiciado a recuperação da economia. Após 2 anos de recessão, o conjunto recente dos indicadores de atividade econômica mostra sinais compatíveis com a recuperação gradual da economia brasileira. Houve crescimento de 1% no primeiro trimestre deste ano e, no segundo trimestre, um crescimento adicional de 0,2%. O consumo cresceu 1,4% no segundo trimestre. Foi o primeiro resultado positivo do consumo desde 2014.

Em sequência ao bom desempenho no primeiro semestre, dados mais recentes continuam apontando para uma recuperação gradual. Até agosto, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central mostra crescimento. A taxa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desemprego caiu para 12,4% — o dado saiu hoje —, após atingir o pico de 13,7%. Então, está começando a melhorar.

Além disso, na avaliação de analistas do mercado, as estimativas de crescimento do PIB — Produto Interno Bruto são de 0,7% para este ano e de 2,5% para o ano que vem.

Quando V.Exas. olham o PIB real, veem que já está começando a se recuperar. A estimativa é a de que continue a crescer em 2017 e em 2018. Então, nós estamos indo na direção correta.

O crescimento do consumo tem sido instrumental. Nós acreditamos que a rápida queda da inflação elevou o poder de compra da população e ajudou a explicar essa recuperação via consumo. Esse é um movimento calcado em bases mais sólidas do que no passado, pois se baseia no aumento permanente de renda e na redução do endividamento das famílias que ocorreu nos últimos 2 anos.

O ganho de poder de compra se evidencia claramente na parcela da população que recebe salário mínimo. Em setembro de 2016, depois de gastar todo o salário mínimo, incluindo a comprar de uma cesta básica, sobravam apenas 184 reais. V.Exas. sabem quanto sobrava em setembro deste ano? Sobravam 296 reais. Ou seja, é um aumento de 60% no valor que sobra depois do gasto com a compra da cesta básica. Para quem ganha salário mínimo, depois de gastar com a cesta básica, hoje sobram 50% a mais do que sobrava 1 ano atrás. Isso vem de quê? Da queda da inflação.

Agora, não basta o aumento de consumo. A retomada dos investimentos é o próximo passo esperado para gerarmos crescimento sustentável no médio e no longo prazos. Os esforços na área de infraestrutura e na privatização são alicerces importantes para o crescimento sustentável.

A queda da inflação, a redução dos juros e a recuperação da atividade são resultado da reorientação da política econômica do Governo e do trabalho do Banco Central.

Nesse ponto, gostaria de destacar a importância da qualidade do corpo técnico do Banco Central. A qualidade dos produtos e serviços do Banco Central é assegurada pela excelência dos seus servidores. O corpo funcional do Banco Central, que está entre as principais carreiras de Estado, executa serviços de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

enorme importância para a sociedade brasileira. Seu comprometimento tem-nos permitido alcançar nossos objetivos.

Seguindo a agenda de reformas, uma agenda pública do Banco Central, que nós colocamos no *site*, a chamada Agenda BC Mais, merece destaque. São esforços que buscam aumentar o que nós chamamos de cidadania financeira, aprimorar o arcabouço legal que rege a atuação do BC, aumentar a eficiência do sistema financeiro e reduzir o custo de crédito.

Vou dar alguns exemplos, recentes. Nós tivemos a ajuda do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Foram aprovadas por V.Exas. várias medidas. Vou citar algumas medidas aprovadas.

Por exemplo, foi aprovada a Lei nº 13.476, que permite que as instituições financeiras registrem, em ambientes eletrônicos, os ativos financeiros recebidos em garantia de operações de crédito. Então, V.Exas. permitiram que as garantias sejam mais materiais hoje, podendo ser registradas em meios eletrônicos.

Segundo exemplo: a Lei nº 13.483, que modernizou a taxa de remuneração do BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Essa lei vai permitir a queda da taxa de juros para todo mundo.

Terceiro exemplo: houve queda na taxa de juros dos cartões de crédito. Ainda há muito para cair, mas muita coisa foi feita. Limitamos o crédito rotativo para 1 mês só. Permitimos que um posto de gasolina ou outro tipo de estabelecimento tenha preço para pagamento em cartão e preço para pagamento em dinheiro. Isso ajudou na queda do preço. E permitimos também que todas as máquinas aceitem todos os cartões. Democratizamos.

Quarto exemplo: o Congresso aprovou medida disciplinar para o Sistema Financeiro Nacional, em plenário. Isso nos permite um controle maior sobre o Sistema Financeiro.

Quinto exemplo: o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2017, que foi aprovado no Senado Federal — e espero que esta Casa o receba nos próximos dias. Ou seja, o Senado Federal aprovou projeto sobre cadastros positivos de crédito, que está vindo para a Câmara dos Deputados. Então, essa é mais uma das reformas.

Do ponto de vista do Banco Central, o Sistema Financeiro está caminhando graças às medidas adotadas pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outro exemplo: o PL 314, de 2017, sobre o relacionamento entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, sobre o que se pode fazer com o dinheiro, sobre os lucros e os prejuízos do Banco Central. O projeto está para ser votado pela CAE — Comissão de Assuntos Econômicos.

Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Parlamentares, vou passar agora para a segunda parte da apresentação, a parte dos resultados.

O resultado do Banco Central, no primeiro semestre do ano, foi de 11,3 bilhões de reais, positivos.

Nós precisamos apresentar não só o resultado total, de 11 bilhões e 300 milhões de reais, mas também como ele foi composto. Então, nós começamos com o resultado dos chamados *swaps* cambiais. O que são *swaps* cambiais? São contratos em que o Banco Central compra dólares ou vende dólares, são contratos derivativos com o resto da sociedade, em que pode ganhar ou perder, se houver depreciação ou apreciação da taxa de câmbio.

O que aconteceu no primeiro semestre? Houve um ganho de 3 bilhões e 337 milhões de reais. Em relação às reservas internacionais, como no primeiro semestre houve uma apreciação e as reservas em dólares perderam valor em real, porque houve apreciação do real, houve prejuízo. Esse prejuízo, quando somado ao *swap* cambial, chega ao valor de 15 bilhões de reais, negativos — basicamente, pela apreciação do câmbio. É claro que, no terceiro trimestre, no mês de outubro, já observamos que o câmbio se deprecio um pouco, de volta.

Finalmente, o resultado do Banco Central foi de 11 bilhões e 272 milhões de reais, ou seja, de 11 bilhões e 300 milhões de reais. O que transferimos do Banco Central para o Tesouro foi a diferença do que se perdeu nas operações cambiais *versus* o que se obteve como resultado do Banco Central operacional, ou seja, 4 bilhões e 473 milhões de prejuízo.

No próximo eslaide, vamos ver quanto remuneramos os títulos do Governo e quanto remuneramos a conta do Tesouro no Banco Central. V.Exa. sabem que o Tesouro Nacional tem sua conta única no Banco Central e que ela é remunerada.

A primeira linha mostra que o Banco Central disponibilizou 49 bilhões e 980 milhões de reais para a conta única do Tesouro; em relação a reservas cambiais, o custo foram aqueles 19 bilhões de reais, e a rentabilidade da carteira de títulos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tesouro no Banco Central foi de 11,47%, muito próximo à média da taxa SELIC no primeiro semestre, que foi de 11,54%.

Queria alertar sobre o estoque de *swap* dos contratos do Banco Central. V.Exas. veem que esse estoque chegou a 115 bilhões de dólares. O nosso papel, nos últimos tempos, foi o de reduzir esse estoque, para termos menos *swaps* cambiais. Hoje o estoque de *swap* cambial é de 24 bilhões de dólares, um estoque que nos deixa confortáveis para deixar como está. Aumentar ou diminuir vai depender da política cambial.

Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Parlamentares, encerro as minhas considerações iniciais com as principais mensagens que eu gostaria de deixar registradas nesta audiência.

A economia brasileira vive um período de desinflação e recuperação econômica, fruto da reorientação da política econômica ocorrida no ano passado e da determinação da política monetária do Banco Central.

Esse cenário de recuperação se dá em um ambiente de flexibilização monetária que tem levado à queda das taxas de juros reais, atualmente em valores próximos aos mínimos históricos, como eu mostrei naquele gráfico.

Nesse sentido, quero ressaltar que a continuidade dos ajustes e reformas, em particular da reforma da Previdência Social, é importante para o equilíbrio da economia, com consequências favoráveis para a desinflação, para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia brasileira.

Coloco-me agora à disposição de V.Exas. para prestar as informações adicionais que considerarem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Os nossos agradecimentos ao Presidente do Banco Central do Brasil, o Sr. Ilan Goldfajn.

Facultarei a palavra aos representantes das Comissões envolvidas nesta audiência.

Como V.Exas. podem perceber, do meu lado esquerdo está o Deputado Wilson Filho, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, a quem agradeço a presença.

Iniciaremos os debates facultando a palavra a S.Exa. Em seguida, nós chamaremos os demais Parlamentares e entraremos no debate propriamente edito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Enio Verri já está inscrito. Vamos aguardar as próximas inscrições.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Deputado Mandetta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pois não, Deputado Mandetta.

Vamos dar continuidade à nossa reunião de hoje.

Com a palavra o Deputado Wilson Filho.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Dário Berger.

Boa tarde, Sr. Presidente Ilan Goldfajn e equipe do Banco Central.

Boa tarde, Srs. Parlamentares e assessoria presente.

É um prazer representar a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados nesta importante audiência pública.

Desculpem-me o atraso. O Presidente Ilan estava há pouco em audiência com o Ministro Henrique Meirelles, da Fazenda, a quem nós fizemos convite e que estará presente na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle na próxima quarta-feira, às 10 horas da manhã. É mais um Ministro que a Comissão recebe. Hoje pela manhã já recebemos o Ministro Blairo Maggi. Contando com o Ministro que recebemos hoje, já são 11 os Ministros que estiveram presentes à nossa Comissão. Até o final do mês de novembro, mais oito Ministros virão.

A nossa Comissão, Presidente Ilan, Presidente Dário, tem a função básica de fiscalizar qualquer tipo de atitude do Governo que envolva verba federal. A partir deste ano, esse vai ser o foco da nossa gestão, assim como o Tribunal de Contas da União — TCU, que é o principal parceiro da nossa Comissão, tem tomado ações de prevenção. E é muito importante saber que as ações do Banco Central, as ações que estão sendo debatidas no dia de hoje são para que o Orçamento em 2018 traga possibilidades de valorizar ainda mais os acertos da Pasta da Fazenda e do Banco Central e minimizar possíveis equívocos cometidos.

Senador Dário Berger, vou fazer aqui cinco questionamentos muito rápidos, para que possamos seguir com o nosso debate.

O primeiro. Analistas do mercado têm afirmado que a gestão da nova equipe do BACEN, capitaneada por V.Exa., Presidente Ilan, tem adquirido cada vez mais credibilidade. Segundo pesquisadores da Fundação Getulio Vargas — FGV, o BACEN teve que fazer movimentos prudentes e foi bem-sucedido em sua política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

monetária. Apesar da gestão bem-sucedida na política monetária, há que se reconhecer que o quadro recessivo enfrentado pela economia brasileira, entre o fim de 2014 e 2016, também contribuiu para a queda da inflação, ao se reduzir a demanda por serviços. Tivemos muitos casos no Brasil de descumprimento por inflação acima da meta. Caso aconteça o descumprimento por inflação abaixo da meta, como lidar com a influência em um processo de possível desaceleração da economia ou quadro recessivo? Que medidas o BACEN poderia tomar a respeito?

O segundo questionamento. A taxa SELIC, após o corte de 0,75 ponto percentual atingiu 7,5%, o menor patamar em mais de 4 anos. Além disso, o Comitê de Política Monetária — COPOM indica que o próximo corte será de meio ponto. Mesmo com as sucessivas quedas na SELIC, noticia-se que a taxa ainda deve atingir os 7%, mas analistas veem espaço para que ela recue até 6,5%. Qual é a posição do BACEN sobre a SELIC no prazo médio? Apesar dessa trajetória da queda da taxa básica, a imprensa noticia que, na prática, essa queda não é repassada ao consumidor final. Como o BACEN acompanha o impacto nas quedas das taxas de empréstimo no mercado e que ações pode tomar para que a diminuição de juros se reflita no crédito ofertado à população?

O terceiro questionamento. Informou-nos o Banco Central que, nessa última quarta-feira, o fluxo cambial do ano de 2017, até o dia 20 de outubro, ficou positivo em 8,758 bilhões de dólares. Em igual período do ano passado, o resultado era negativo em 13,230 bilhões de dólares. Quais os principais fatores que levaram a essa reversão e que benefícios podem ser esperados para a economia brasileira?

Quarto e penúltimo questionamento. As circunstâncias políticas em anos recentes refletiam-se em um aumento da cotação do dólar. No entanto, nos últimos meses, a variação da moeda norte-americana deveu-se mais a fatores externos, como a valorização global em função das especulações dos juros no mercado americano do que a instabilidade no cenário político brasileiro, com as denúncias contra o Presidente e o envolvimento de políticos nas investigações da Operação Lava-Jato. Como o BACEN atua para evitar que as variações políticas afetem mais seriamente o mercado de câmbio e como um eventual desequilíbrio fiscal decorrente da não aprovação de medidas impopulares de contenção de gastos afetaria a política cambial?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A última pergunta será feita do modo leigo, do modo mais leigo possível, Presidente Ilan. Nós aprovamos uma meta fiscal de 159 bilhões de reais, no Congresso Nacional, poucas semanas atrás. Porém, foi amplamente noticiado — o Banco Central noticiou — que o nosso País tem uma reserva internacional de 369 bilhões de dólares.

Eu ouço muito, na Comissão que presido e em alguns outros ambientes, uma pergunta que eu não consigo responder. Pode ser uma pergunta muito fácil de ser respondida por técnicos competentes como V.Exa., mas por mim não está sendo fácil respondê-la.

Por que não utilizar uma parte que corresponderia a cerca de 30% da nossa reserva internacional, que é cotada em 369 bilhões de dólares, para que nós pudéssemos igualar os cofres brasileiros, já que o nosso saldo negativo, o nosso déficit é de 159 bilhões de reais? Nós leigos não conseguiríamos fazer essa conta com rapidez, mas certamente não é tão difícil para quem está nessa sua função.

Essas são as cinco perguntas. E eu lhe entrego uma cópia, com as perguntas por escrito, Presidente Ilan.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Muito obrigado, Deputado Wilson Filho, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Como são cinco perguntas, eu vou responder todas as cinco já de cara.

Primeiramente, agradeço a questão da credibilidade que foi colocada. Isso é algo que nós temos que preservar continuamente.

A pergunta se refere à inflação, à possibilidade de a inflação ficar baixa. Mas aqui eu respondo que a nossa perspectiva, sob as hipóteses que são do mercado, é que a inflação este ano vai acabar chegando a 3,3%, que está dentro da margem da meta de inflação. Mesmo os analistas de mercado, que são até mais otimistas que nós, acham que vai ser 3,08%. Então, eu acho que está dentro dessa faixa.

Seria interessante colocar os eslaides de novo.

A questão é que, além de este ano a inflação ficar acima do nosso intervalo de confiança, para o ano que vem, nós vamos andar em direção à meta de 4,3%. Quando nós olhamos a inflação deste ano, vemos que uma parte da queda foi causada pela queda da inflação de alimentos. Então, se você tirar a inflação de alimentos...

(Segue-se exibição de imagens.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, os senhores estão vendo que dezembro de 2017 está com 3,2% e já caminha para 4,3%. Uma das razões do percentual de 3,2% é que houve uma queda muito forte nos preços dos alimentos, o que é bom. Só para dar uma ideia, no ano passado, a inflação de alimento foi de 10% — a inflação. Este ano a deflação foi de 5%. Quando nós excluímos essa queda, a inflação que não é de alimento foi de 4,3%, muito perto do nosso centro da meta.

Eu acredito que nós estamos caminhando bem com a inflação. A inflação está baixa; estamos reduzindo juros; tirando os alimentos, estamos quase na meta este ano; e a inflação, de uma forma geral, está caminhando para a meta para 2018. Então, eu acho que a coisa está, de certa forma, andando.

A segunda pergunta fala a respeito da queda da taxa SELIC para 7,5%. As expectativas dos analistas é que a taxa SELIC possa continuar caindo. A perspectiva é de uma queda adicional. Nós mesmos sinalizamos uma queda moderada para frente, se tudo correr como nós esperamos. Os senhores sabem que tudo depende da situação. Se tudo correr como nós imaginamos no cenário básico, nas projeções de inflação, na recuperação econômica, nós acreditamos que poderá haver uma queda adicional, além desses 7,5%.

Acreditamos que, no médio prazo, temos todas as condições para ter uma taxa de juros estrutural menor. No passado, nós já tivemos uma taxa real, que é aquela taxa acima da inflação, de quase 20%, lá na década de 80 a 90. Uma década depois, caiu para 10% acima da inflação. Ninguém mais lembra, mas era 10%. Nos últimos 5 anos, a média foi 5% de juros reais. E hoje se está com uma taxa de juros reais de 2,7%, 2,5%, 3%.

Então, nós hoje temos de fato — a pergunta é no médio prazo —, eu acredito, todas as condições de ter uma taxa de juros estrutural menor. Agora, nós precisamos fazer por onde: ajustes, inclusive ajustes fiscais; as reformas, inclusive a reforma da Previdência. Tudo isso vai ser importante para manter o juro menor ao longo do tempo.

Com respeito às taxas bancárias, como foi perguntado, a queda da SELIC em 1 ano foi de 6%, a queda da taxa de juros bancários foi de 10%. Poderia ser mais? Poderia. Nós vamos trabalhar para isso. A pergunta é em que nós estamos trabalhando. Nós estamos trabalhando em algumas áreas. Mas a verdade é que a queda da taxa bancária já está acontecendo, à medida que a taxa SELIC cai, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reboque vêm as taxas bancárias. Tudo vai depender, obviamente, da estabilidade, da incerteza. Se nós estabilizarmos a economia, se nós fizermos o ajuste — a última pergunta diz respeito às contas públicas —, se nós conseguirmos estabilizar as contas públicas, a taxa de juros vai continuar caindo na economia brasileira.

Sob o ponto de vista do que o Banco Central pode fazer, que foi a pergunta, nós primeiro tomamos medidas com respeito às taxas do cartão de crédito. Limitamos o rotativo a 1 mês, abrimos a concorrência para os cartões de crédito, vários cartões. Nós permitimos concorrência entre pagar em dinheiro e pagar em cartão. Tudo isso já entrou em funcionamento. O que mais? Toda vez que há garantia no sistema financeiro, as taxas caem. O Congresso aprovou as garantias eletrônicas. Isso deve ajudar. Quanto mais informação houver, mais concorrência haverá. Nós precisamos democratizar a informação no Brasil.

O Cadastro Positivo, tratado num projeto de lei que está vindo para a Câmara dos Deputados, moderniza e democratiza a informação. Todo mundo vai saber quem pagou e como pagou, não só as contas no banco, mas as contas de serviços, as utilidades públicas. Tudo isso vai fazer parte da informação e haverá um escore, um *ranking.* Esse *ranking* vai permitir que haja crédito para todo mundo. Várias dessas questões fazem parte da nossa agenda, que chamamos Agenda BC+.

A terceira pergunta se referia ao fluxo cambial, como foi negativo no passado e está sendo positivo neste ano. O importante não é só que haja essa mudança de negativo para positivo. O importante é que esse dinheiro que vem para o Brasil nos ajude a aumentar a taxa de investimento. Por enquanto, a taxa de investimento ainda não subiu como gostaríamos. A economia está se recuperando, o consumo já é positivo, só que, na sequência do consumo, a taxa de investimento tem que vir, e está começando a subir.

Para haver crescimento sustentável é necessário o aumento de consumo, mas também a taxa de investimento. O investimento que vem de fora nos ajuda, mas não significa que necessariamente haverá maior taxa de investimento. Porém, se fizermos esforços na infraestrutura e estabilizarmos a economia, vamos fazer com que o dinheiro que está vindo signifique também maiores investimentos.

A quarta pergunta, que foi a penúltima, falava da cotação do dólar, que antigamente era muito volátil e refletia muito as incertezas domésticas. Há uma observação de que talvez não tenha refletido tanto nesse último ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui há dois fenômenos. O primeiro é que nós estamos, como eu mencionei, com um cenário internacional favorável: o juro internacional ainda é baixo. Portanto, esses fluxos estão vindo para a economia brasileira porque há um desejo dos investidores de correr mais risco, saindo dos países avançados e investindo em países emergentes, inclusive no Brasil. Isso ajuda, mas não é a única coisa.

Nós hoje temos um balanço de pagamentos muito mais sólido. Vou apresentar os números. Qual é o déficit de conta corrente hoje, além da balança comercial, da balança de serviços, quando se junta tudo? Menos de 1%. O último número, se não me engano, é de 0,7% do PIB. Esse 0,7% é financiado com 4,5% do PIB em investimento direto, 0,7% contra 4,5%. Então, mesmo que o investimento direto diminua um pouco ou o déficit aumente um pouco, quando a economia se recuperar, de qualquer forma, o financiamento hoje é confortável.

O segundo fenômeno. Eu mostrei que o estoque de *swaps* cambiais hoje é de 24 bilhões, não é de 115 bilhões. Quando o câmbio se mexe, ele não afeta tanto o valor dos *swaps*. Então, é muito mais confortável.

E, finalmente, falo da questão das reservas internacionais. As reservas internacionais hoje são em torno de 20% do PIB, e esses 20% do PIB nos ajudam nesses momentos a manter calma, a manter relativamente estável a nossa cotação, a nossa economia, quando há maiores incertezas. Claro que não há um descolamento total das questões domésticas, da taxa de câmbio, etc. Não há, mas o cenário externo benigno, as reformas e ajustes que estão sendo feitos e que devem continuar sendo feitos, a nossa posição na balança de pagamento, tudo isso ajuda a estabilidade.

Finalmente, como eu falei de reservas internacionais de 20% do PIB, eu vou para a última pergunta, que é a seguinte: se nós temos 20% do PIB em reservas internacionais, por que não usar um pedaço para gastar? Aqui, infelizmente, este dinheiro não está disponível para nós, porque, ao contrário de outros países, nós acumulamos as reservas com dívida. Cada real significou um título público emitido. Não foi porque nós tínhamos um fundo soberano em que sobrava dólar e nós acumulamos. Nós esterilizamos a entrada de dólar com mais dívida. Se eu gastar as reservas, vai sobrar a dívida. Portanto, essas reservas não são facilmente utilizáveis.

O que poderia acontecer, em médio e longo prazo, é avaliarmos se o seguro que nós compramos, de 20% do PIB, é um seguro que nós queremos continuar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pagando futuramente. Não acho que discussão de seguro se faz num momento de sinistro, como agora. Lá na frente, daqui a algum tempo, nós podemos decidir se queremos ter menos reservas e abater dívidas. Para gastar, não há jeito, não há dinheiro para gastar. O que há é para abater da dívida, porque você se endividou; para acumular, você pode voltar atrás. Mas isso tem que ser feito depois, a médio e longo prazo, e não agora, no momento do sinistro. Quando você for repensar o pagamento, aí sim vale avaliar.

Essas foram as respostas às cinco perguntas.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Estando o Deputado Wilson Filho satisfeito com as respostas do Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, passamos então ao debate com as Sras. e os Srs. Parlamentares.

Antes de chamar os debatedores, quero propor, se existir concordância das senhoras e dos senhores, uma divisão da lista de inscritos. A cada três debatedores o Ministro teria a palavra para respondê-los. Como nós já temos seis inscritos, fica certinha a matemática. Lembro que o tempo será de 5 minutos e mais 1 minuto de tolerância, além do tempo para a réplica e a tréplica, se for o caso.

Passamos ao primeiro inscrito, que é o Deputado Enio Verri, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, Sras. e Srs. Parlamentares presentes, Presidente Ilan, eu vou fazer uma breve introdução, especialmente sobre a intervenção do Presidente Ilan, que é Ministro também. Vou tratar aqui dos dados que foram colocados.

Primeiro, eu gostaria, se fosse possível, que V.Exa. explicasse melhor esse cenário externo favorável. Essa minha pergunta se dá, porque a compreensão que tenho é que o resultado, por exemplo, da balança comercial — o Deputado Wilson Filho fez uma boa introdução sobre isso — não foi devido a uma política econômica expansiva, mas recessiva. O período de recessão fez com que nós deixássemos de comprar bens de produção do exterior. A verdade é essa. Por isso, importamos muito pouco, e o agronegócio sempre, felizmente, marcante na nossa economia, exportou muito, permitindo com isso o saldo da nossa balança. Isso foi muito mais por mérito da competência do agronegócio, dentro de um período recessivo, do que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de fato, de uma política que permitiu esse equilíbrio econômico que nós gostaríamos que existisse. Pelo menos é essa a leitura que faço.

V.Exa. também falou de algo que me fez lembrar de um fato, quando eu dirigi uma empresa. Há petistas que também dirigem empresas, Presidente. Eu dirigi uma empresa nos anos 80. Eu lembro que, em janeiro de 86, a inflação era de 80%, e eu descontava duplicatas a 100%. Portanto, aqui eu quero questionar sobre esse cálculo. Eu não entendo que era 20%, a taxa era 25% a mais, porque era 80% e eu paguei 100%. Vinte pontos percentuais é uma coisa, mas a taxa é 25%.

Usando esse critério de que não era 20%, mas 25%, então com os dados apresentados aqui eu gostaria de usar o mesmo critério. Ora, quando nós temos, por exemplo, que a taxa SELIC cai de 14,25% para 8,25%, de fato, são 6 pontos percentuais, mas a queda real disso chega aqui a quase 40%, de 14% para 8%. É alta, considero e respeito isso. Mas, ao mesmo tempo, a taxa de juros não cai na mesma proporção. De 6% para 10%, parece que a diferença é pequena, mas a taxa de juros das empresas e famílias no total ainda está muito mobilizada. Comparando 6% com 10%, dá uma aparência de que houve uma queda. Não houve, não. A queda da taxa de juro da SELIC foi muito maior. Talvez pelo monopólio do mercado financeiro, de como se comporta o mercado, a taxa é desproporcional. Eu acho que esse é um dado que valeria a pena analisar.

Outro aspecto que V.Exa. colocou também é sobre a taxa de desemprego. Segundo os dados apresentados ontem e hoje, a taxa de desemprego se reduz muito em cima do crescimento do setor informal da economia. E os dados do IPEA e do IBGE mostram que essa taxa também é fortemente puxada não só pela informalidade — o pouco de informal que teve —, mas também e de novo pelo agronegócio.

O agronegócio teve um papel fundamental nos serviços, na educação. E note que o emprego criado foi no interior, não foi nos grandes centros urbanos e industriais, provando que foi o agronegócio que motivou isso. Portanto, bate a minha tese de que a indústria não está crescendo nada, está muito lenta, não está gerando emprego de maneira nenhuma. E é ela que tem um papel, em minha opinião, fundamental para o desenvolvimento e recuperação econômica, até porque, como disse, o agronegócio está fazendo o seu papel. De novo acentuo que, com isso, o fim da TJLP só vai aprofundar essa situação, não melhora, não contribui para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há outro aspecto sobre a taxa do desemprego que me chama a atenção, se me permite. Os dados que têm sido apresentados é que o salário médio tem crescido. Segundo o que aprendi nos cursos de introdução à economia, quando vem a recessão, a crise, as empresas demitem a mão de obra não qualificada, porque essa elas podem recontratar depois em qualquer momento. Mas a mão de obra qualificada, aquela que o empresário contrata, paga pós-graduação, faz curso no SENAI, ganha mais, ele não demite. Como ele demite quem ganha pouco e fica empregado quem ganha mais, logo, na matemática, o salário médio sobe. Então, se os dados apontam que o salário médio está mais alto, parece-me que é muito mais o de quem fica e é mão de obra qualificada do que, de fato, um aumento do salário.

Para concluir, eu tenho mais algumas observações a fazer. São duas questões. As previsões do Banco Central, assim como as do Ministério da Fazenda, não têm batido muito. Há uma previsão de crescimento de taxa, e depois isso muda. Observa-se que não tem tido uma variação econômica tão grande. O que tem ocasionado essas diferenças de previsão e o que de fato acontece? Faço essa pergunta, embora eu saiba que economista não tem bola de cristal. Isso é importante dizer.

Há a questão também da utilização das reservas cambiais, muito bem colocada. É claro, eu concordo que não dá para se utilizar as reservas de uma vez só, porque seria um problema. Se se usa de uma vez só, cria-se um problema de câmbio na economia, é um caos. Mas elas podem ser uma fonte de financiamento, em longo prazo, junto ao setor produtivo, até o momento em que a TJLP foi destruída. Como V.Exa. veria esse tipo de ação?

Por fim, é uma opinião à parte. O modelo americano do Banco Central faz dele preocupado com a inflação e com a geração de emprego. O nosso Banco Central só se preocupa com a inflação e acaba permitindo com isso políticas que nem sempre aumentem a produção e contenham o momento recessivo, porque a preocupação passa a ser em conter a inflação. Nesse sentido, o Banco Central cumpre bem a sua tarefa, mas cria uma recessão num primeiro momento. Não seria interessante pensarmos o Banco Central, no papel como é nos Estados Unidos, ter duas missões: a geração de emprego e a questão da inflação?

Obrigado, Sr. Presidente. Rapidamente, era isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dário Berger) - Muito bem. Eu agradeço a V.Exa., Deputado.

Concedo a palavra ao próximo debatedor inscrito, o Deputado Hildo Rocha.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Presidente Dário Berger, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Srs. Deputadas, Dr. Ilan Goldfajn e seu assessor Fabio Araujo, registro os meus cumprimentos a todos.

Os resultados que o senhor nos traz aqui são bastante animadores. São dados que nos animam, mostram que a nossa economia volta, realmente, a crescer.

Lembro que, depois do período da ditadura militar, em 1989, ganhou as eleições o candidato a Presidente que prometeu acabar com o dragão da inflação e caçar os marajás. Todos se lembram disso. Os marajás eram os servidores públicos que recebiam acima da média dos demais servidores.

Os marajás não morreram, a inflação resiste, tem picos. Agora nós podemos perceber que ela, realmente, está dominada. Sem a inflação, como o V.Exa. mesmo terminou de dizer, e vou fazer isso até como pergunta, o poder de compra das pessoas assalariadas no Brasil aumentou, se não me engano, até 50%. Se não foi bem isso o que o V.Exa. disse, foi o que eu compreendi. Queria até que me corrigisse, se eu estiver errado.

Nós sabemos que o tributo mais perverso que existe para o trabalhador é a inflação. Não há outro que corroa mais o salário do trabalhador do que a inflação. Todos nós sabemos disso. Já é um grande avanço conseguir ter uma deflação e uma inflação baixa em nosso País.

Parabenizo V.Exa. e toda a equipe do Banco Central. Como V.Exa. disse, realmente são bons profissionais e muito preparados para desempenhar o seu papel em nosso País.

Eu quero fazer uma pergunta a V.Exa. Além da questão do poder de compra, de quanto foi o aumento do poder de compra das pessoas que recebem até três salários mínimos, eu queria também questionar, dentro desse quadro que V.Exa. apresentou, quando é que nós vamos voltar a ter o PIB de 2014. Eu vi, lá no gráfico, que o pico do nosso PIB — pelo menos nas datas apresentadas por V.Exa. — ocorreu em 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O grande Deputado Wilson Filho, que também é Presidente da Comissão de Fiscalização, da qual eu faço parte, trouxe alguns questionamentos interessantes. O Deputado Enio Verri, que é muito antenado com a nossa economia, também fez uma colocação, e eu transformo isso em mais uma pergunta, dentro do mesmo questionamento do Deputado Wilson.

Ora, a demanda foi aquecida em 1,2% de 2014 para cá — pela primeira vez, pelo que V.Exa. falou —, o poder de compra aumentou, houve um aumento de compra no mercado, e a inflação baixou. Qual foi o motivo disso? Por que houve a diminuição da inflação?

A outra pergunta que eu quero fazer a V.Exa. é se a PEC do teto dos gastos ajudou a diminuir a nossa taxa SELIC.

E a outra pergunta, para concluir, é a seguinte: caso não tivesse ocorrido essa denúncia do ex-Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, a nossa economia não estaria muito melhor, já chegando à casa dos 2%, com aumento do PIB este ano? A economia não estaria melhor do que o 0,7% previsto pelo FMI e também pelas demais autoridades econômicas do nosso País?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Hildo Rocha.

Concedo a palavra ao Deputado Mandetta.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Cumprimento o Dr. Ilan Goldfajn e a sua equipe do Banco Central.

Eu não sou economista, não sou afeito a perguntas feitas pela assessoria e gosto muito da vida como ela é, Presidente. Então, eu vou tentar repassar alguns questionamentos aqui — eu sempre leio a respeito disso, pois me interesso pelo tema — que sempre são repetitivos.

Quando eu soube da audiência pública, eu disse: preciso esclarecer as minhas dúvidas. A primeira delas é a seguinte: nós temos uma hiperconcentração bancária dentro do Brasil hoje, isso é responsável pelo apagão do crédito que nós estamos vendo? Essa pergunta é bem direta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segunda pergunta: falta concorrência bancária, Presidente? Até os fundos regionais, os fundos constitucionais, os bancos de desenvolvimento que tiveram alguma utilização nós não vemos mais como elementos.

Eu pergunto isso por conta também de algumas máximas que escuto. A nossa taxa de investimento é muito baixa, e a do setor público, então, é a mais baixa da história.

Crescimento por produção *versus* crescimento por consumo. Essas são as duas maneiras de se ver a economia. Quer dizer, nós queremos mais consumo, e temos artificialmente nos utilizado dessas políticas de consumo, principalmente nos governos petistas, nos levaram a algumas artificialidades dentro da economia. Agora, tendo passado por essa dura lição de PIB negativo, de recessão, uma das maiores recessões da história, nós vamos voltar para a mesma proposta de crescimento baseado no consumo? Ou nós temos, por parte do Banco Central, alguma perspectiva de começarmos a enxergar a produção como locomotiva deste País?

Além disso, quero tratar da questão das agências de risco — sei que esse não é o tema principal. Se esses números refletem algum tipo de percepção por parte das agências, até quando esse capital pirata continuará a se utilizar dessas classificações para fazer exploração basicamente andando atrás de capital, sem fazer aquilo que precisamos neste País em termos de produção?

Por último, quero fazer uma pergunta na condição de médico. Sr. Presidente, V.Exa. sabe que médico não sabe fazer conta. O último que tentou foi o Palocci. Vejam onde ele foi parar!

V.Sa. colocou, logo no começo, que nós tínhamos uma taxa de 14,25% para um IPCA de 10,7%. Se eu subtraio, chego a 3,55%. No outro quadro, temos uma inflação (IPCA) de 2,5% e uma taxa de 7,5%. Se subtrairmos 2,5% de 7,5%, teremos 5%, mas aqui na taxa real consta 3,07%. Eu não consegui compreender como é que 7,5% menos 2,5% são 3,07%. Essa é uma dúvida que eu tive.

Realmente, há quase um consenso de que o *spread* está muito alto e de que isso está favorecendo basicamente aqueles que estão pegando dinheiro por esse valor e estão dando em empréstimo a famílias — como estava naquele quadro ali — a uma taxa que é um escárnio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Dá vontade de pedir aos três maiores bancos brasileiros que deem um refresco para a população, porque ninguém está aguentando essa taxa artificialmente tão alta.

São essas as minhas questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Mandetta.

Agora vamos ouvir o Presidente do Banco Central, o Dr. Ilan Goldfajn, quanto às perguntas dos três Parlamentares que se manifestaram.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Os três Deputados fizeram ótimas perguntas. Eu vou começar a responder seguindo a ordem.

O Deputado Enio Verri fez ótimas perguntas. Vou começar respondendo sobre a questão do setor externo e a sua influência na nossa balança de pagamentos.

Foi levantado que uma parte do nosso superávit comercial ocorreu porque a economia estava retraída e, com isso, as importações caíram. Isso é verdade. Mas também é verdade que a exportação subiu. Também é verdade que o responsável por uma parte dessa exportação é o agronegócio, que, de fato, tem sido um setor que tem contribuído para a produção e, inclusive, no primeiro trimestre deste ano, foi o grande responsável pelo crescimento de quase 1%. Portanto, o agronegócio tem nos ajudado na produção e também no balanço de pagamentos.

Contudo, a exportação já está crescendo em outras áreas. Mais recentemente, a indústria começou a exportar. A nossa indústria exporta para o resto dos países da América Latina e já começou a ter dados positivos. A nossa importação e a nossa exportação também se beneficiaram de uma mudança de preço relativa de alguns anos. Há uns 5 anos, a nossa taxa de câmbio estava muito mais apreciada do que hoje. Então, isso também ajudou um pouco no equilíbrio.

Apesar de termos as questões internas, não podemos desprezar que finalmente o mundo voltou a crescer. Os Estados Unidos, países europeus e até o Japão voltaram a crescer. Isso estimula a nossa exportação.

Com certeza, o nosso balanço de pagamentos teve a contribuição, de fato, não só de uma demanda menor, com as importações do *agrobusiness*, do agronegócio, mas também da indústria, que recuperou recentemente a taxa de câmbio mais favorável, e do cenário internacional. Tudo isso contribui para que hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o nosso déficit em conta corrente seja muito baixo, pelo menos em relação ao investimento direto estrangeiro, que é quatro ou cinco vezes — ou até mais — maior do que o negócio.

Por exemplo, na indústria de transformação, nós tivemos um crescimento de quase 1% no ano. A produção teve uma participação do agronegócio, mas também teve uma participação da indústria, que já está começando a voltar. Poderia crescer mais? Eu acho que poderia, mas só agora estamos começando a sair de uma recessão que durou 2 anos: 2015 e 2016. Parece-me que só no final de 2016 terminou a recessão. Neste ano é que começamos a voltar.

A sua pergunta é em relação à taxa de juros e à proporção. De fato, a queda da SELIC de 14,25% para 7,5% é uma proporção maior, mas, sob o ponto de vista de quanto acabamos pagando, de fato, houve uma queda de 10% na taxa média para o consumidor e para a empresa, que é o que conta no bolso no final.

O ponto é que há um espaço para a queda de taxas bancárias ao longo do tempo. Acho que há espaço. Normalmente, o que acontece? Primeiro, cai a taxa SELIC em uma proporção maior e, depois, cai a taxa bancária. Isso acontece sempre. Na volta, também: a taxa SELIC sobe antes e, depois, vem a taxa bancária. Com as taxas caindo, nós precisamos de mais estabilidade e menos incerteza. É com esse objetivo que nós temos que trabalhar, além de considerarmos a agenda que eu coloquei aqui.

Foi colocado que a taxa de desemprego está caindo em função de novos empregos, alguns desses empregos por conta própria ou sem carteira assinada. Isso é verdade. Grande parte do crescimento tem a ver com isso. A recuperação funciona assim: sai da recessão e começa a criar emprego por conta própria.

Além disso, nós também já temos crescimento formal. Já estamos vendo isso no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — CAGED. Nós temos um crescimento numa proporção maior. Como eu disse, houve um crescimento de 1 milhão de empregos neste ano. Poderia ser 1 milhão só com carteira assinada? Poderia. Mas foram 1 milhão de novos empregos. Isso é o começo para podermos avançar. A partir desses 1 milhão de empregos, virão mais. Em 12 meses, houve a criação de 1,5 milhão de empregos. Em 2015 e 2016, nós *(ininteligível)* empregos. Então, é o primeiro passo. Acho que estamos indo na direção correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação ao salário médio, ao salário real, o poder de compra está crescendo, principalmente pela queda da inflação. O salário nominal está sendo reajustado a taxas menores. Pela rotatividade, na verdade...

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Presidente, permita-me. De acordo com a resposta de V.Sa. e em respeito a essa resposta, ressalto que só há uma questão. O Deputado Hildo Rocha a colocou. Esse percentual não é de 50%. Refiro-me ao aumento do poder aquisitivo.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Não, não é.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - A minha conta não bate. V.Exa. colocou que é um percentual alto, mas não há conta para justificar todo esse número.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Não, não. Agora eu entendi a dúvida.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Está bem.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Eu digo o seguinte: não é o poder de compra do salário, é o que sobrou no bolso depois. Quem ganha 1 salário mínimo compra a cesta básica. O que sobra no bolso? O que sobra no bolso aumentou 50%. É o que sobra, não é o poder de compra de todo o salário. Entendeu? Acho que temos que respeitar isto: sobram de 50% a 60% do salário mínimo.

Outro ponto: o salário médio. Foi apontado que o salário médio aumentou, porque sobrou gente com salário maior. Isso não é verdade. A rotatividade está reduzindo o salário nominal e está aumentando o salário real. Estão contratando gente com salários menores e, portanto, o salário médio da economia está caindo, em termos nominais, mas, devido à queda da inflação, o poder de compra está aumentando. Então, o salário médio da economia, em termos reais, aumentou.

O que chamamos de massa salarial? O emprego com salário. Essa combinação está subindo. É por isso que o consumo está subindo. Depois eu vou responder ao Deputado Mandetta sobre o consumo ser sustentável. É sustentável no sentido de que há mais poder de compra com mais emprego. Depois eu vou responder e vou apontar a diferença entre hoje e o passado. Há uma diferença importante.

De novo, veio a questão das reservas: *"Será que não dá para pegar um pouco e gastar?"* Não dá para usar o que não temos. Nós temos reserva comprada com título público. O nosso problema hoje é que precisamos colocar ordem nas contas públicas. Gastar quando tem que se colocar ordem nas contas públicas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vai funcionar. O que eu disse é que no futuro, em um momento de maior calmaria, poderemos pensar em abater a dívida pública com reserva. Assim dá para fazer. Mas não dá para gastar com isso, infelizmente.

Houve um questionamento sobre o que o Banco Central está fazendo em termos de inflação e geração de emprego. O nosso papel tem sido contribuir com uma atitude firme no começo, a fim de alcançarmos a meta. No Brasil, há sempre o hábito de mudar a meta: *"A meta é difícil. Por que não a mudamos?"* A primeira coisa que fizemos aqui foi dizer que não mudaríamos a meta — e dissemos isso quando a inflação estava em 10%. Há chance de chegarmos à meta. E foi isso que...

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Pelo menos, agora nós temos uma meta, Sr. Presidente. Antigamente, não tínhamos uma meta. Quando batêssemos a meta, dobraríamos a meta não estabelecida.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Já é um avanço.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Então, no momento, qual é o nosso papel? É continuar na trajetória das metas. Não basta só chegar. Quem já fez dieta sabe que a primeira coisa é perder peso, é chegar lá, depois tem que manter. O nosso papel agora é manter uma inflação baixa.

Em relação ao que o Deputado Hildo Rocha perguntou sobre o PIB de 2014, eu acho que nós vamos seguir um ritmo. Por exemplo, no ano que vem, os analistas dizem que haverá crescimento de 2,5%. Nós podemos tentar crescer mais do que isso. É possível, mas vamos considerar 2,5%. Eu acho que, nesse ritmo, chegaremos de forma relativamente rápida ao PIB de 2014.

Mas podemos ser mais rápidos se conseguirmos avançar em alguns pontos. Por exemplo, a PEC do Teto de Gastos ajudou a reduzir a taxa estrutural. A taxa de juros não cai desse jeito à toa. Isso tem a ver com as políticas. Por isso, eu digo que os ajustes e as reformas vão nos ajudar, se continuarmos avançando.

Por que a inflação caiu? Por causa dos ajustes e das reformas, mas também por causa de uma meta — por insistirmos nessa meta. Também é verdade que há uma economia com menos demanda. Ter mais oferta do que demanda também ajuda a inflação a cair. Só que aqui eu faço um alerta: nós tínhamos uma recessão há 2 anos, desde 2014. Qual foi a inflação de 2015? Foi 11%. Apesar da demanda da recessão, a inflação continua alta. Teve de haver alguma mudança para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recessão levasse à queda da inflação. Então, há sempre uma combinação: reformas, ajustes e direcionamento da meta.

O Deputado Mandetta me perguntou três questões diretas. A primeira se refere ao que tenho a dizer sobre a concentração bancária e o apagão do crédito. Eu mostrei aqui que, de fato, nós tivemos, nos anos de recessão, uma diminuição do crédito, que é uma atitude defensiva, pois há inadimplência. Nós estamos começando a criar o crédito. Para as famílias, para as pessoas, o crédito já está subindo; para as empresas, ainda não. Há uma diferença importante entre os dois.

Os bancos é que estão fornecendo esse crédito, porque o endividamento pessoal diminuiu nos últimos anos. Pagou-se muita dívida. O prazo de empréstimos pessoais é menor. Já estamos num outro ciclo. Por isso, o consumo está começando a voltar também.

A concentração bancária no Brasil é parecida com a da maioria dos países europeus — não com a dos Estados Unidos, que é diferente. Há quatro ou cinco bancos, em geral. O que nós temos que fazer é incentivar a concorrência. A concorrência sempre é boa.

Como é que nós fazemos isso? Primeiro, eu diria que temos que dar força aos pequenos e médios bancos. Qual é a política que, de fato, o Banco Central está fazendo? Hoje nós estamos segmentando o sistema em cinco grandes bancos. Logo depois, temos os médios e pequenos e as cooperativas. Estamos introduzindo uma simplificação maior e um custo regulatório menor para as cooperativas que já existiam e para os pequenos e médios. Para os grandes, estamos mantendo complexidade e custo maiores. Isso dá uma vantagem competitiva aos pequenos e médios. Estamos começando a fazer isso e vamos continuar. Este é o primeiro ponto.

Segundo ponto: no mundo, a competição vem das inovações, das mudanças. Por exemplo, temos as chamadas *fintechs*, firmas de tecnologia que estão entrando em todos os setores, inclusive no sistema bancário. Nós temos que dar força a essas novas tecnologias, porque são a força da concorrência. Hoje temos uma audiência pública para discutir sobre qual liberdade dar a essas empresas de tecnologia no sistema financeiro. Elas têm evoluído bastante no Brasil e no mundo. Nós temos que dar força a essas inovações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Terceiro ponto: quanto mais democrática for a informação, maior será a concorrência. Está vindo para a Câmara dos Deputados um projeto de lei que vai criar um cadastro para todos. Trata-se do chamado Cadastro Positivo, que não funcionou antes, mas que estamos tentando fazer funcionar agora.

Grandes empresas têm mais informações e têm muitos clientes. Nós temos que democratizar essa informação. Esse projeto fará isso. São essas medidas que nos ajudam a aumentar a concorrência.

A penúltima pergunta tem a ver com a taxa de investimento e a relação com o consumo. O Deputado questionou a diferença entre consumo e produção. Na realidade, para o consumo, também é necessária a produção. A diferença é que o consumo tem que vir depois do investimento.

Foi feita também uma pergunta importante sobre haver artificialidade agora como houve no passado.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - É bolha?

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Eu diria que não. Por que não? Porque agora o ganho do poder de compra não está sendo colocado por aumento de endividamento. O ganho do poder de compra é decorrente da queda da inflação. A menos que nós acreditemos que essa inflação vá voltar a subir para 10%, 11% — o Banco Central não vai deixar —, essa queda do poder de compra será permanente. A inflação caiu e não vai voltar a subir. Ela vai voltar a subir para a meta, para os 4,5%, porque hoje está em 2,5%; mas, para os 10%, ela não vai subir.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - O ano que vem é um ano muito tentador para medidas políticas, não é?

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Na minha opinião, esse não é um aumento artificial. No entanto, V.Exa. tem razão quando diz que ele tem que ser acompanhado de investimento, o que vem depois. Por enquanto, como nós temos capacidade ociosa, podemos voltar a produzir para satisfazer o consumo sem pressionar a inflação. Mas o investimento tem que voltar.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - No depósito compulsório, o percentual não mexe?

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - É uma pergunta adicional. Já faz parte da nossa agenda pensar no compulsório. Na agenda do Banco Central, que chamamos de Agenda BC+, a primeira coisa que fizemos foi eliminar alíquotas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

excedentes e prazos. Hoje ela está bem mais simplificada. O nosso objetivo, no médio e no longo prazo, é pensar no compulsório, para ele convergir para padrões internacionais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - São menores do que são hoje no Brasil. Eu não posso colocar exatamente os valores, porque já aprendi que, quando o Banco Central diz valores, isso vira manchete.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Só a metade.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Vamos andar para a frente. Estou falando isso no médio e longo prazo. Isso não é para amanhã.

Finalmente, vamos à pergunta sobre as agências de risco e sobre como elas se colocam. Isso leva tempo. As agências de risco nos tiraram o grau de investimento, que vai demorar a voltar. Se continuarmos na direção em que estamos, em breve vamos voltar. Porque eu digo em breve? Porque, no mercado financeiro, os indicadores já mostram um risco menor. Por exemplo, há um indicador chamado CDS, o antigo EMBI, que já caiu. Ainda não chegou ao que era antes, mas já houve uma queda significativa.

Finalmente, em relação à sua pergunta sobre as contas, a taxa SELIC de 14% conviveu não com 10%, mas com 14%, com uma expectativa de inflação de 6%, 7%, em 12 meses. Hoje em dia, como é que chegamos a 3%? Numa aplicação de 1 ano, o Tesouro vai pagar de 7% a 8%. Qual será a inflação para os próximos 12 meses? Será de 4,5%. O futuro é que guia as decisões. Passado é passado. O futuro é que vai dizer quem vai investir, como vai investir e quem vai captar dinheiro ou não.

Podemos ir para o próximo.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não havendo réplica, passemos a palavra aos demais Deputados inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

Em seguida, falarão os Deputados João Arruda, Domingos Sávio e Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Assim como o Deputado Mandetta — não sou médico, sou arquiteto —, eu ouço muito a minha assessoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vou tentar fazer algumas reflexões e colocar algumas questões sem cobrar do Banco Central aspectos da política global de desenvolvimento, que não são propriamente de sua competência. No entanto, não dá para deixar de fazer referência a algumas situações.

O Deputado Mandetta levantou uma questão, que já foi respondida: realmente, é muito significativo termos em apenas quatro instituições financeiras a concentração de 72,4% dos ativos financeiros, o que representa, segundo dados oficiais, uma concentração 42% maior do que havia nos anos 2000. Isso nega, de forma frontal, um princípio básico do próprio modo de produção capitalista. A concorrência fica inviabilizada.

Particularmente, em momentos de recessão, as instituições não aceitam reduzir a sua massa de lucro — não me refiro nem a prejuízos —, ainda que sejam massas muito significativas. Essa lógica, a meu ver, tem que ser superada.

Os Estados Unidos servem de exemplo para um milhão de coisas, como, por exemplo, o acesso a documentos oficiais. Aqui, a ditadura rasga, não oferece, ameaça, e fica por isso mesmo. Ocorre da mesma forma com as informações financeiras.

Noam Chomsky, um crítico norte-americano dissidente e, na minha avaliação, um dos intelectuais vivos mais brilhantes do planeta, diz que a democracia deve se espelhar nos Estados Unidos. O Bush determinou, através da CIA, a quebra de sigilos telefônicos. Ele foi denunciado e teve que se explicar. O coordenador de campanha e Ministro do Presidente Trump já se entregou hoje à Justiça norte-americana, porque foi comprovada a sua relação com Vladimir Putin, para *hackear* informações e favorecer Trump na disputa contra Hillary Clinton. Essas coisas nós não copiamos. Uma das coisas que não queremos copiar, apesar dos bancos poderosos norte-americanos, é o grau de regulação do sistema. Há um artigo lindo do Luiz Gonzaga Belluzzo que trata desse tema.

Então, creio que não há como pensar em desenvolvimento com esse grau de concentração. É bom que se diga que hoje grande parte dos ativos do próprio Banco do Brasil já está controlada por acionistas privados e a Caixa passa a ser alvo da privatização, o que seria um grande prejuízo.

Outra questão é a busca pelo controle da inflação. Nós temos hoje, segundo projeções oficiais, 3,06% de inflação, e a meta era de 4,5%. Na minha avaliação, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não se justifica aquela política do "cresce a inflação, aumentam os juros". Uma política recessiva sempre atinge os trabalhadores, as micro e pequenas empresas, aqueles que mais necessitam de apoio e de alguma política de Estado para sobreviver. Isso implica a mortalidade de empresas e a mortalidade humana dos filhos dos desempregados. A inflação está relativamente controlada, mesmo que as nossas argumentações sejam diferentes? Eu não consigo me emocionar com as falas dos Líderes do Governo, que dizem que está tudo bem e que a economia está melhorando.

Eu saí daqui e fui rapidamente a um ato em que foi demonstrado um corte, nos últimos 10 anos, de 29% dos recursos da área ambiental. Eu me sento com integrantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES, que representa todas as universidades federais, e todos reclamam de cortes, no último ano, de pelo menos 30%, alguns chegando a mais de 40%.

Se listarmos aqui instituição por instituição, inclusive na área da saúde, veremos que essa lei de controle de gastos está impondo uma situação de quebra da qualidade dos serviços públicos, com restrições às políticas sociais e, portanto, agravamento da crise social, o que realmente, no meu modo de ver, é uma irresponsabilidade.

Eu sei que o tempo é curto. Só não entendo muito por que as classes sociais... Na verdade, eu entendo: é o poder do capital financeiro e dessa lógica especulativa, que reprimarizou a nossa economia e não permite a reprimarização.

Na verdade, aprendemos que a economia tem três setores: primário, secundário e terciário. Hoje há um silêncio ensurdecedor. Os patinhos não fizeram *quá-quá*, não fizeram nenhum ruído quando se retirou a TJLP e se colocou a TLP, por exemplo. Eu não consigo entender isso, porque não há possibilidade de se falar em desenvolvimento sem que o setor produtivo se desenvolva.

E o pior: como não há planejamento, não há investimento nem no departamento I. Estamos vivendo um retrocesso. Ainda vamos ver as quedas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe — CEPAL e as substituições de importação, quando necessárias. Mas e a industrialização do Brasil? E o avanço em todos os departamentos da economia? Hoje o investimento no departamento produtor de bens de produção é zero. Andamos para trás. O departamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consumo de bens duráveis consegue se sustentar com os veículos de luxo e outros produtos restritos. Em relação ao departamento de bens de consumo, a fome está sendo agravada em grande medida, mesmo que haja uma interpretação de que, com a queda da renda, haverá um aumento do consumo. Pessoalmente, eu não consigo ver isso na prática. O valor da cesta básica, a meu ver, está assustando, assim como o do transporte. Agora, na tarifa de energia elétrica, haverá um aumento de 42,8%, referente à bandeira vermelha. Com tudo isso, realmente fica muito difícil pensar que a crise está sendo superada. São apenas reflexões.

Eu já concluo, Sr. Presidente, com uma questão apenas. Com todo o respeito, não é responsabilidade exclusiva do Presidente do Banco Central, mas creio que há um princípio constitucional que deve ser respeitado: o da transparência. Aqui já tivemos a CPI da Dívida Pública — eu não era Deputado. Recentemente, antes de V.Sa. assumir, tivemos a Subcomissão Permanente da Dívida Pública Brasileira, na Comissão de Finanças e Tributação.

Informações são pedidas, mas poucas coisas são fornecidas oficialmente. A informação que vem tanto da Receita quanto do Banco Central é que os dados estão no sistema. Há coisas que não se explicam. Por exemplo, por que a dívida cresce de forma espiralada se tantos sacrifícios sociais são impostos ao nosso povo?

Agora, apesar da CPI da Previdência, concluída na semana passada no Senado, que provou que não há déficit, o Governo insiste em dizer que há déficit. No entanto, não mexe nas grandes fortunas, não recoloca o que em 1998 foi retirado da cobrança sobre lucros e dividendos, enfim, não toca nos poderosos. Ter seis pessoas mais ricas com a renda equivalente a mais de 100 milhões de brasileiros é como se não fosse nada em termos de concentração de renda! Ter dois bancos privados dominando 50% dos ativos bancários é como se não fosse nada!

Então, por que informações não são fornecidas? Por que credores do nosso País não têm ativos que representam pelo menos 20% daquilo que dizem que o Estado brasileiro deve a eles? Quando se obtém alguma informação, é porque o império, apesar de ser império e de ter a tradição imperialista... Nos Estados Unidos, conseguem-se algumas informações, porque as instituições daqui atuam lá também. Aí ficamos sem saber como uma instituição que tem “x” bilhões de ativos pode dizer que o Brasil, o Estado brasileiro deve em títulos públicos algo em torno de três,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quatro vezes o seu ativo. Não há como explicar isso. Talvez, por essa razão, não haja transparência.

Essas são apenas algumas questões.

Agradeço a sua presença, bem como sua contribuição ao nosso debate democrático.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa.

Antes de conceder a palavra ao Deputado João Arruda, comunico que chegou, há poucos instantes, a mensagem modificativa da Lei Orçamentária Anual.

Chegou oficialmente então a mensagem modificativa. Nós já estamos tratando de colocá-la de imediato na página da CMO.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É uma boa notícia?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É uma boa notícia. Pelo menos, chegou.

Vamos verificar o conteúdo da mensagem. Convoco então os Srs. Líderes que compõem a Comissão Mista de Orçamento para uma reunião, na sala de reuniões, logo após o término da nossa audiência pública. Em função da mensagem modificativa que chegou, nós temos que discutir um pouco sobre o calendário e os procedimentos que teremos daqui para frente.

Feito esse aviso, eu concedo a palavra ao Deputado João Arruda.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, parabenizo V.Exa. pela audiência pública e agradeço a oportunidade.

Agradeço a presença do Presidente do Banco Central.

Quero fazer duas perguntas rápidas e objetivas. A primeira é sobre a poupança. Vem sendo reduzida a taxa de juros. Com a queda da taxa SELIC, a poupança vai ficar acima? Como isso vai funcionar?

Segunda pergunta. Eu gostei da posição do senhor sobre a valorização dos pequenos e médios bancos e das cooperativas. Nós, muitas vezes, ficamos nas mãos de meia dúzia de bancos no Brasil. O Deputado Edmilson fez referência aqui aos Estados Unidos, um país capitalista. Ele falou da força dos bancos. Eles são poderosos, mas não são tão poderosos para os americanos quanto são os bancos no Brasil para os brasileiros. Existe, no caso, exatamente um monopólio neste País. Aqui, poucos bancos fortes controlam tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há possibilidade de encararmos novo desafio no Brasil, com o crescimento das pequenas empresas? Eu fui Relator da matéria sobre o SIMPLES Nacional, no primeiro turno. Havia um dispositivo, formulado com a participação do então Ministro Afif Domingos, de criação de uma empresa simples de crédito. Tratava da possibilidade de empréstimo para empresas pequenas, com juros mais baixos, sem a fiscalização do Banco Central.

Muitos que criticam essa possibilidade dizem que isso é agiotagem. O Ministro Afif, que hoje é Presidente do SEBRAE, costuma combater esse discurso, dizendo que agiotagem são os juros altíssimos do cartão de crédito de alguns bancos. Seria possível às pequenas empresas com limite abaixo do enquadramento no SIMPLES ter uma linha de crédito. Teriam acesso a uma espécie de banco de bairro. Isso existe muito na forma de cooperativa, existe muito nos Estados Unidos e em outros países.

Dessa forma, pode haver mais investimentos, menos burocracia. Enfim, pode-se facilitar esse investimento.

Nós estamos discutindo agora o PLP 341/17. Trata-se de um avanço do SIMPLES que aprovamos em 2016 e que entrará em vigor — grande parte dos pontos — a partir do ano que vem. Obstáculos foram criados pelo Banco Central, pelo Ministério do Planejamento e pela Casa Civil, para que isso fosse retirado do projeto no segundo turno. Nós não conseguimos. Eu acho até que isso foi aprovado, e foi vetado. Eu não tenho certeza disso agora. Mas vamos tentar novamente, não desistimos.

Eu quero saber se essa nova postura do Banco Central e do senhor nos dá liberdade para dialogar e buscar uma solução para que consigamos aprovar, no novo projeto, esse dispositivo, que, na minha visão, vai ajudar muito a economia. Estamos falando de grande parte dos empregos do Brasil, que são gerados pelas pequenas empresas. Trata-se do comércio de bairro, da farmácia, do açougue, do restaurante. Eu queria saber de que forma poderemos conduzir isso com a Comissão que discute o PLP 341, referente ao novo SIMPLES Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havia um inscrito. Agora há mais um. Usando uma aritmética simples, chegamos à conclusão de que há dois inscritos: o Deputado Alfredo Kaefer e o Deputado Bohn Gass. O Deputado Darcísio Perondi acaba de chegar. Então, Ministro, há três inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Domingos Sávio é um dos inscritos, mas ele está ausente.

Ouviremos agora o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Cumprimento o Presidente da CMO, Senador Dário Berger; o Presidente do Banco Central e sua equipe aqui presente.

Eu tenho algumas questões para debater. Começo pela inflação. Algum tempo atrás, questionei o Presidente — não pude fazê-lo de maneira direta — sobre manchete do *Valor Econômico* que declarava a queda da inflação por instrumento de política monetária, etc. No meu entender, o maior componente da queda da inflação foi justamente a recessão por que passamos no País, que levou o poder de consumo muito para baixo. É evidente que isso, associado à política, também ajudou um pouco.

Eu sou, o tempo todo, desde que cheguei à Câmara, um crítico do que eu chamaria de tripé antiprodução: câmbio, juro e tributação. Nós vivemos isso de forma muito intensa. Houve apenas um pouco de melhora. Mas penso que nós poderíamos fazer muito em relação a isso.

Eu sempre fui crítico, lá atrás com muito mais intensidade, da nossa reserva cambial. Não consigo admitir que nós tenhamos emitido título público, nalgum momento a 14%, 15%, 17% da taxa SELIC, e colocado isso em uma conta de reserva. Nós somos um grande financiador do Banco Central americano, porque basicamente os títulos estão investidos com taxa do Tesouro americano. E rendem quanto? Alguém pode até me ajudar nisso. Rendem 0,5%, 1%? A taxa é absolutamente ínfima em relação à taxa SELIC, que nós pagamos aqui. Para quê? Para manter o *status* do País quanto a um *rating* soberano que nalgum momento despencou. Essa é mais uma razão para não mantermos mais essa reserva monstro que temos.

O Presidente acabou de dizer que ela serviria unicamente para liquidar de novo dívida pública. Eu concordo com isso. E nós vamos entrar numa outra camisa de força, aquela a que estamos submetidos, eu diria, desde que implantamos o real ou logo em seguida, quando optamos absolutamente pelo câmbio flutuante.

Eu entendo que, naquele momento, logo depois do Plano Real, até juro alto cabia, porque a inflação estava totalmente descontrolada. No vendaval, tudo é possível, tudo tem que ser feito. Mas, com o decorrer do tempo, economistas e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Banco Central insistiram nessa tese. Para conforto meu — deve estar gravada em algum lugar minha crítica a isso —, eu vi recentemente que até alguns dos próceres do próprio Plano Real aproximarem da minha tese as suas ideias. Eles mesmos criticam o que foi feito antes e dizem que já passou da hora de reduzirmos essas taxas de juros, que não cabem mais. A inflação é outra. É preciso haver juro real menor.

Aliás, o que os americanos fizeram na crise, Sr. Presidente? Baixaram o juro, para estimular a produção. Mais gente deixou de investir no mercado financeiro, e o dinheiro foi indo para o setor produtivo. No Japão e em alguns países da Ásia, o juro é negativo. O sujeito que tem dinheiro paga para o Banco Central guardar o dinheiro dele. E nós insistimos na tese do juro alto.

A modernidade nos permite ter acesso a *tablet*, por meio do qual li matérias, ontem ou anteontem, de jornais econômicos, que informaram que a dívida bruta alcança 73% do PIB. Então, por que não se fazer a repatriação? Mas nós voltamos a ser engessados. Se esse dinheiro voltar, se positivamente a nossa exportação aumentar, o que vai acontecer com o tal do dólar livre? Vai acontecer uma valorização do real, vão ser patrocinadas as importações, vão prejudicar as nossas exportações e assim por diante. Eu já discuti isso, Presidente, com alguns economistas.

Eu cito o exemplo da China. Tudo bem, ela tem uma poupança absurdamente maior que a nossa, mas a China e também o Chile, na década de 70, se tivessem patrocinado esse modelo de dólar flutuante, jamais teriam crescido como cresceram. A China jamais teria crescido se seu governo não tivesse sido o comprador e o vendedor da moeda, dizendo isto: *"Eu pago tanto na compra, eu pago tanto na venda"*. Só assim eles dominaram um truste grande por aí afora.

Quanto a nós, continuamos insistindo no dólar flutuante. Aconteceu o seguinte: prejuízo do Banco Central.

Hoje eu soube que o Senador está com um projeto na CAE, no qual é proposta a proibição da transferência do prejuízo, e também do lucro, evidentemente, do Banco Central para o Tesouro. Acho isso extremamente positivo, uma medida boa.

Eu li, esses dias, algo que me preocupou, Presidente. O Banco Central está procurando criar, em paralelo ao Fundo Garantidor de Crédito, um novo instrumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de proteção ao sistema financeiro. Soubemos, de sua autoria, agora há pouco, que cinco bancos são os que detêm mais de 70% do crédito. Ora, se o Banco Central está preocupado em criar um novo mecanismo de proteção para os grandes bancos, vem a pergunta: há alguma coisa por baixo do tapete que não sabemos em relação à solidez do nosso sistema financeiro?

A propósito, é público e notório que a Caixa hoje precisa de uma capitalização de 10 bilhões de reais. Ou isso vem do BNDES, ou vem do Fundo de Garantia, ou vem de algo parecido. Eu queria ouvir sua resposta a respeito disso.

O colega Deputado João Arruda disse que, no programa de microempresas, há um instrumento que eu acho extremamente importante. Eu trouxe isso para uma amplitude maior. Há algum tempo já, estou lutando — vou continuar desenvolvendo isso — para criar no sistema financeiro algo que possa aumentar a concorrência para as micro e pequenas empresas. Esse instrumento seria colocado também para as grandes organizações e instituições financeiras não bancárias.

Um empresário que tenha um atacado ou qualquer tipo de comércio, sendo dele o capital, pode vender como quiser para quem quiser o quanto quiser. Por que empresas que têm recurso próprio e não dependem de captação, não emitem debêntures, não emitem CDB e não colocam o mercado em risco não podem comercializar dinheiro como se comercializa qualquer produto, sem que estejam sob a regulação do Banco Central? É lógico que isso deve ser feito de maneira bem segura, não pode colocar em risco nenhum investidor.

Eu tentei colocar isso na MP da Leniência e, depois, no projeto, quando saiu, mas o Banco Central não gostou disso, como também não gostou da questão das microempresas. Sabemos que um dos patrocinadores do veto foi justamente o Banco Central, que não queria que isso fosse aprovado. Temos que ser claros: quem não quis que microempresa atuasse como instituição financeira não regulada pelo Banco Central foi o próprio Banco Central.

Última questão. Não sei até onde o Banco Central está por trás da resolução que foi baixada há poucos dias, a Resolução nº 4.604 — eu fui autor de uma audiência pública sobre o tema —, que engessa literalmente os RPPS, os Regimes Próprios de Previdência Social. Essa resolução está fazendo com que os Regimes Próprios de Previdência Social tenham que aplicar todo o seu disponível em títulos públicos. Tentei descobrir quem foi, de fato, o pai da criança, mas, enfim, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

resolução, e menciono o Conselho Monetário, o Banco Central. Essa medida vai causar um enorme transtorno para os pequenos institutos de previdência municipal, que já têm uma parte obrigatória em títulos públicos, mas têm flexibilidade, podem aplicar um pouco do recurso em outros investimentos.

Agora, Presidente, até por questão de obrigatoriedade, por conta da taxa SELIC de 7,5%, muitos desses fundos não vão conseguir, com aplicação no Banco Central, o seu cálculo atuarial. Eles precisam dispor de uma parte livremente, para poderem conseguir rendimento com mais folga, e estão literalmente engessados.

Esta é mais uma situação que interessa ao sistema financeiro. Nós tratamos, em 2009, do nefasto sistema que nós temos, Presidente. O Banco Central precisa convencer a Receita de que nós não podemos ser o único país que tem esta "jabuticaba": a existência, nas instituições financeiras, de um balanço contábil e de um balanço financeiro. Não é possível! Nós temos que ser como os outros países.

Isso permite que exista hoje, Presidente, um "colchão" de cerca de 60 bilhões de reais, maior volume de liquidez. Ajudaria, quanto ao Acordo de Basileia III — isso diz respeito à própria questão da Caixa e de alguns outros —, que não precisássemos ter os créditos presumidos por diferenças temporárias. Foi o que nós rezamos aqui em 2009, quando se implantou o Basileia III.

Sr. Presidente, eu teria mais a falar, mas, em respeito ao tempo, encerro por aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa.

Na verdade, eu costumo ser bastante tolerante, mas nem tanto assim, considerando-se a necessidade do Deputado Alfredo Kaefer. Eu vi que ele estava entusiasmado com o tema.

Eu quero fazer uma consulta. Há mais dois Deputados inscritos, e precisamos considerar o adiantado da hora. Todos nós temos compromissos. Por isso, pergunto ao Presidente do Banco Central se não poderíamos ouvir o Deputado Darcísio Perondi e o Deputado Bohn Gass e, depois, encerrar os nossos debates. Assim, ganharíamos tempo. *(Pausa.)*

Então, encerradas as inscrições, passo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, a Ordem do Dia começou. Será algo muito chato se eu tiver que sair sem ouvir a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu serei breve. Eu também peço desculpas. Precisamos acompanhar outras Comissões.

Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, nosso Presidente desta Comissão, colegas Deputados e Senadores, só vou insistir num ponto. Não há como haver recuperação no Brasil se não se investir no consumo. O povo precisa comprar, a atividade econômica precisa andar. Todos os sinais dados pelas políticas do Governo, no entanto, vão no sentido contrário. O Plano Safra Agrícola, por exemplo, ficou congelado para a agricultura familiar no País. O valor ficou sendo o mesmo do ano passado. Nós votamos a matéria sobre o salário mínimo. Havia uma expectativa, que foi reduzida, e mais uma vez agora, no sentido do estabelecimento de um salário menor.

Senador Dário, cada real a menos no salário significa menos consumo, menos vendas nas lojas. Se as lojas vendem menos, a indústria produz menos. Se a indústria produz menos, mais desemprego há.

Se olharmos o orçamento que está posto, por exemplo, para um setor que aquece a economia, o da habitação, veremos que está previsto menos investimento público. O investimento que se dá no País é fundamentalmente o das empresas que pegam dinheiro público para investir ou o próprio investimento público. Nós vemos que todos esses programas têm menos dinheiro. O Minha Casa, Minha Vida tem menos dinheiro. Se há menos dinheiro para o Minha Casa, Minha Vida, para programas habitacionais, isso significa que menos gente vai comprar cimento, menos gente vai comprar prego, menos gente vai comprar tijolo, vai haver menos pedreiro, vai haver menos mão de obra, vai haver menos atividade econômica.

A queda da inflação está sendo muito comemorada pelo Governo. Eu vejo o Governo comemorando: *"A inflação está caindo!"* Todos nós queremos que a inflação caia. Nós sabemos quem é o prejudicado quando a inflação está alta. Mas a razão de a inflação estar caindo, Deputado Edmilson — V.Exa. já fez essa reflexão —, é a redução do consumo. As pessoas estão comprando menos, o poder aquisitivo das pessoas é menor.

Esse é um assunto para o qual não vemos nenhuma expectativa de melhora. De onde está vindo esse anúncio do Governo de que está havendo alternativas econômicas? Esse é um tema que precisa ser considerado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente Dário, vamos tratar do Orçamento daqui a pouco. Fora do Orçamento, há o quê? Redução do consumo e aumento de impostos. E eu queria saber como o Governo consegue explicar que aumento do preço do *diesel* e da gasolina ajuda a desenvolver a economia do País.

O agricultor lá de Ijuí, da minha Santo Cristo, Deputado Perondi, ou de qualquer outro lugar do País vai produzir leite, e para ele e para toda a atividade econômica, em todos os setores, o preço da gasolina, do *diesel* é um fator que eleva o custo e diminui o consumo. Isso atinge as tarifas em geral, atinge também as pessoas que usam gás de cozinha, por exemplo.

E o que vemos? Vemos que não há, no Orçamento, nenhuma ligação com a ideia de recuperação econômica, de planos que façam voltar a atividade econômica.

Eu poderia me aprofundar em outros temas. Nós estamos neste momento nos desfazendo das empresas brasileiras, estamos entregando o nosso patrimônio para empresas de fora, estamos transferindo tecnologia, estamos abandonando a tecnologia brasileira, que também não dialoga com o nosso País. Mas nem vou tratar desse ponto. Vou tratar do ponto que vai ser o grande debate sobre o Orçamento. Esta é a Comissão de Orçamento.

O que nós vemos agora? O Governo finalmente mandou para esta Casa uma nova peça, depois que teve o seu processo de denúncia de corrupção há poucos dias arquivado. Aqui nós vemos então os 30 bilhões que dizem respeito à meta fiscal ampliada, que foi de 129 para 159. Quando fazemos uma análise, vemos de cara que a maior parte no aumento das despesas se referem a valores discricionários. Valores discricionários são aqueles que vão estar livres nos Ministérios, que não estão em programas de ciência e tecnologia, por exemplo, para investimento em ciência. Eles o estão tirando da EMBRAPA, do Programa Minha Casa, Minha Vida, de tantos outros programas. Trata-se de valores discricionários.

E nós sabemos como está sendo o jogo da política neste momento. O Ministro vai poder agradar os Parlamentares. Isso já foi dito várias vezes. Estarão apostando e votando para não se aprofundarem as investigações sobre os crimes e as denúncias de corrupção que foram feitas. Eles vão ser agraciados por meio dessas medidas discricionárias, que não são transparentes. Esse é um tema em que precisamos também nos aprofundar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou levantar apenas essas questões, em respeito ao tempo que V.Exa. me concedeu.

Estou preocupado, obviamente, porque não há nenhum sinal, fora esse da queda da inflação — isso aconteceu por outra razão —, de que a atividade econômica vai se desenvolver e se recuperar no próximo período. As políticas que o Governo Temer está fazendo não dialogam com isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi, nosso grande líder.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - De quanto tempo disponho?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Do tempo que V.Exa. precisar, de preferência 5 minutos, com possibilidade de prorrogação por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quero cumprimentar o Presidente do Banco Central e toda a sua equipe.

Desculpem-me, só pude chegar agora.

Antes do nosso Governo, havia recessão, e recessão severa, que levou a uma explosão do desemprego, uma explosão da inflação e dos juros. Havia recessão! As famílias estavam endividadas, e a inflação não baixava! Depois, o Presidente Ilan pode explicar melhor isso.

Quando os senhores levaram o Brasil a uma recessão, a inflação era de 10%, 11%, 12%, a taxa SELIC estava lá em cima, os juros estavam lá em cima, a inflação não caía, e o desemprego estava galopando. A tese dos senhores era a de que as famílias deveriam comprar, comprar, comprar, comprar. Elas se endividaram e pararam de comprar. Eu não sou economista, e V.Exa. também não é, mas é preciso dizer que isso também influenciou a questão.

É preciso dizer que agora o endividamento das famílias está caindo, a taxa SELIC, os juros estão caindo, a área de serviços despertou, a indústria despertou, as medidas firmes da área econômica, do Banco Central clarearam o dramático cenário macroeconômico do País. Então, dizer simplesmente que a inflação é de 2,7% é não enxergar.

Eu queria que o senhor nos ajudasse depois a entender melhor isso.

Aumentar o preço da gasolina não é aumentar imposto. Uma das razões da quebra da PETROBRAS, além da corrupção desenfreada e da desorganização administrativa absoluta, foi esta: a PETROBRAS, para segurar a inflação — e o Governo de antes não a segurava —, segurava o preço da gasolina e do óleo. Agora ele está livre. Aumenta-se o preço da gasolina e do óleo em uma semana, e se o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diminui na outra, dependendo do preço internacional do petróleo. É preciso enxergar um pouquinho mais adiante.

Sr. Presidente, a minha grande dúvida, a minha grande angústia está relacionada aos bancos. Eu ouvi aqui a sua exposição sobre o *spread*. Os banqueiros dizem que não baixam o *spread* porque existe muita insegurança. Olhe, nós estamos reformando o País. Veja a lista de reformas que nós já fizemos. Esta Casa as votou com coragem, com determinação, com estudo, com entrega! Há Deputados preocupados com a sua reeleição porque votaram a favor das reformas. Então, esta Casa corre risco. E os banqueiros não querem correr risco? Eu estou vendo aqui que eles estão captando dinheiro a 7,25% Eles baixaram o *spread* das empresas em 2,5 pontos, e o das famílias em 10,8. Isso tem reflexo na renda.

O que a Oposição não vê é que, com a queda da inflação, o dinheiro que o cidadão tem no bolso, que é pouco, começa a valer. Aumentou-se a renda. Pesquisas apontam que os mercados populares de São Paulo estão vendendo mais. A redução da inflação, portanto, está estimulando a economia.

Mas volto aos banqueiros. O que está acontecendo? O senhor já me disse uma vez: *"Nós estamos conversando com os banqueiros"*. Ora, mas estão conversando há 18 meses? Os banqueiros não querem. Eu digo isso para eles. Agora, nas discussões relativas à reforma da Previdência, à reforma trabalhista, à PEC dos Gastos, cansei de fazer almoços e reuniões com banqueiros, com consultores de bancos, e eles se queixam de que há muito risco. Mas como estão contribuindo com a Nação, meu caro Presidente? Baixaram o *spread* das empresas só em 2,5 pontos, e o das famílias, em 10,8. Sim, esse *spread* já está dando sinal no caso das famílias.

O que está acontecendo? É a concentração de bancos? É a voracidade? Ou não querem correr risco? Não sei se os bancos querem contribuir com esse trabalho gigantesco que o Congresso e o Executivo estão fazendo. Isso passa pelo Banco Central, eu acho. O Banco Central tem que enquadrar mais esse pessoal.

Então, qual é o futuro disso? É a concentração de bancos, que não permite? É a voracidade? É o Banco Central, que está leve demais? Ou é o nosso próprio Governo, que está leve demais com eles? Eu acho que não. Queria que o senhor falasse um pouco sobre isso.

Mas o País está melhorando, e é só ler. Quem diz que não está não lê os indicadores econômicos, não lê o que os jornalistas econômicos escrevem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É óbvio que a recuperação não vai ser rápida, porque o paciente estava muito grave. Mas nós saímos da recessão espetacularmente! O mundo inteiro está reconhecendo. O mundo inteiro quer investir aqui. E esse modelo de só o consumo — Deus me livre —, que não volte mais!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Nós encerramos, então, as inscrições com o Deputado Darcísio Perondi.

Antes de passar a palavra ao Presidente do Banco Central, eu queria, muito rapidamente, em 1 minuto ou em 1 minuto e meio, traçar aqui um pequeno diagnóstico.

Na verdade, quem traçou o diagnóstico foi V.Exa.: inflação abaixo da meta; juros, taxa SELIC caindo; oferta de crédito aumentando; desemprego diminuindo; e o dólar relativamente estável. São cenários, dados importantes, que demonstram a retomada de um novo momento da economia brasileira — não há dúvida!

No entanto, eu tenho uma dúvida, Deputado Bohn Gass, que não me deixa calar. Na simplicidade daquele cidadão mais humilde que está nos ouvindo, gostaria de fazer uma pergunta ao Ministro em relação aos juros do cartão de crédito, que chegaram a quase 500%. Não sei exatamente quanto está hoje, mas, certamente, é um juro exorbitante.

Eu queria saber, não sei se V.Exa. tem esse número — certamente tem —, quanto, efetivamente, o cartão de crédito representa no contexto geral da Nação. Parece-me que é muito pouco. Se for muito pouco, por que bancos públicos, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, não entram nesse contexto para forçarem os bancos privados a diminuir essa taxa do cartão de crédito, que, verdadeiramente, parece ser exagerada?

Outra questão que eu queria que o senhor me respondesse — se fosse possível, rapidamente, não precisa de muita explicação — relaciona-se à dívida pública propriamente dita, que gira em torno de 70% do PIB no Brasil. Nós achamos isso muito alto. Nos Estados Unidos, a dívida é muito superior à que nós temos aqui no Brasil. O problema é o custo dessa dívida para os Estados Unidos. O custo dessa dívida para os Estados Unidos gira em torno de 1%. No Japão, chegam a taxas negativas, de forma a incentivar as obras de infraestrutura para dinamizar a economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos buscar um exemplo bem próximo de nós: Portugal. Em Portugal hoje, depois das reformas realizadas, a taxa de juro gira em torno de 0,5%. E eu pergunto: por que, no Brasil, ainda há, embora tenha diminuído bastante, uma taxa SELIC de 7,5% e uma taxa de juro real de 3% ou 4%, quando, nesses países, a taxa de juros chega a zero por cento?

Seria muito importante termos o custo da dívida menor, o que poderia ser uma alavanca, na minha opinião, fundamental para a captação de recursos para investimentos em obras de infraestrutura. Isso geraria mais emprego, dinamizaria a economia, e por aí vai.

Essas seriam duas indagações que nós gostaríamos que o senhor acrescentasse a sua ampla lista de respostas, para que pudéssemos concluir a nossa audiência pública.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Muito obrigado pelas perguntas.

Eu vou tentar responder a todas as perguntas que recebi. Espero conseguir ser extensivo e não esquecer nenhuma.

Começo, seguindo a ordem, pela do Deputado Edmilson Rodrigues, que falava de algumas questões. Uma delas seria a concentração bancária, que eu já tinha respondido antes. Considero importante não a existência de quatro, de cinco bancos, sendo alguns públicos e outros privados; o importante é que haja competição.

Eu coloquei várias questões sobre como incentivar essa competição. Falamos do empoderamento dos pequenos e médios bancos; falamos do empoderamento das empresas de tecnologia; falamos das inovações, que, de certa forma, rompem os paradigmas; e falamos da democratização da informação.

Há um projeto recém-aprovado no Senado, que está vindo para a Câmara dos Deputados, que trata do Cadastro Positivo. Os Deputados que estão preocupados com a competição têm que, de certa forma, olhar com cuidado esse projeto. Se queremos os menores, temos que pensar em democratizar a informação.

Além disso, queria parabenizar tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados. Recentemente, o Congresso aprovou o projeto que dá ao Banco Central instrumentos punitivos que lhe permitam atuar no caso de qualquer irregularidade. Isso foi aprovado na semana passada e faz parte dos instrumentos que vão nos garantir supervisão e regulação, além de evitar quaisquer práticas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concorrenciais. Então, quero parabenizar a Câmara e o Senado e, para aqueles que estão preocupados com a competição, dizer que estamos indo no caminho certo com a questão do Cadastro Positivo.

Em relação à inflação, eu às vezes acho que há fatos. Um fato inegável é que a inflação caiu. Começa-se a questionar se a inflação caiu ou não caiu. A inflação caiu! E é uma coisa boa. Agora, ela caiu e não havia caído nos 2 anos de recessão.

Como eu estou respondendo a algumas indagações, vou até esclarecer um pouco o ponto final do pronunciamento do Deputado Perondi. O Deputado Perondi pergunta por que não caiu antes e agora caiu. Quando há recessão e uma incerteza futura em relação ao que vai acontecer com os preços, ninguém faz a redução.

Vou explicar: há uma empresa que está perdendo demanda, perdendo venda, não está vendendo, encontra-se no meio da recessão. Em vez de reduzir o preço para conseguir vender mais, ela tem medo de que o custo suba e ela venda com prejuízo. Só quando o futuro fica mais claro e há expectativa de que os custos não subam é que as empresas, que estão fixando preço, ficam confortáveis para reduzir o preço, porque a pior coisa é vender pouco com prejuízo.

Quando o futuro fica mais claro, os preços começam a cair. Essa é a grande diferença que eu queria colocar para o Deputado Edmilson Rodrigues e para o Deputado Bohn Gass. E nós temos que comemorar a queda da inflação. Ela não caiu só por causa da recessão, mas caiu também porque...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Seguindo o raciocínio do Senador Dário, por que vários países, como o Japão, enfrentaram décadas de crise com juros negativos, e nós, mesmo com o controle da inflação, não ousamos reduzir mais drasticamente a taxa SELIC?

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Vamos chegar a esse ponto dos juros.

Já vou, então, me dirigir à pergunta do Senador Dário Berger: *"Por que os juros não caem?"* Primeiro, os juros estão caindo. É fato! A expectativa dos analistas é de que os juros fechem, no fim do ano, à taxa menor do que a de hoje: 7,5%. Há uma expectativa de que seja a menor taxa de juros que já tivemos.

Nós podemos dizer que queremos um juro ainda menor, mas temos que reconhecer o fato de que hoje o juro nominal e o juro real estão nas mínimas históricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que não podemos fazer, e é uma resposta ao Deputado Edmilson Rodrigues, é não ter responsabilidade. Nós queremos reduzir a taxa de juros de forma sustentável, calcada numa inflação baixa e com responsabilidade. É o que chamamos de queda da taxa estrutural.

Um Estado que gasta 6% ao ano, acima da inflação, durante 10 anos, e cuja dívida chega a 70, comparado com países emergentes, como o nosso, possui uma dívida alta. Por isso, as agências de classificação dizem que o nosso País não conquistou o grau de investimento, porque elas comparam nossa dívida não com a do Japão ou com a dos Estados Unidos, mas comparam com a de outros países emergentes. Nós temos uma das dívidas mais altas. Nesse caso, o juro estrutural fica mais difícil. Agora, o juro estrutural está caindo, o juro nominal está caindo, e o juro real está caindo. Por quê? Porque estamos fazendo ajustes, reformas. Isso tem ajudado. É claro que, no momento de recessão, com a demanda menor do que a oferta, a inflação cai. Mas é preciso colocar as condições para que o poder de oferta e demanda leve à queda da inflação, que é o que fizemos neste momento.

O Deputado Edmilson Rodrigues falou a respeito da transparência. Eu não poderia deixar de concordar com isso. Transparência não tem partido. Nós somos a favor da transparência.

Toda a agenda do Banco Central está na Internet. V.Exa. pode ver, temos a Agenda BC+. Tudo o que nós fizemos está lá. Inclusive, várias perguntas que foram feitas aqui podem ser vistas lá. Qualquer pergunta feita a nós — como, por exemplo, o porquê de a dívida crescer —, é respondida. A dívida cresce porque há os fatores determinantes da dívida. Ela cresce porque gastamos de uma forma não sustentável durante muitos anos.

Quanto ao déficit da Previdência, o senhor menciona que não há. Claramente esse não é o papel direto do Banco Central, mas eu me sinto na obrigação de dizer que há fatos que não se submetem a opiniões. Há déficit, e nós temos que lidar com isso. Apesar de não ser algo diretamente ligado ao Banco Central, dado que houve essa afirmação, eu sou obrigado a dizer que há déficit, e nós temos que lidar com isso.

O Deputado João Arruda fez duas questões muito claras e muito específicas. O que vai acontecer com a poupança? A remuneração da poupança vai seguir a SELIC, a menos que a SELIC volte a subir. Nesse caso, a remuneração da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poupança vai ficar no valor de 6% ao ano. Ela só se iguala quando a SELIC cai abaixo de determinado valor. Aí ela começa a acompanhar. Isso não é algo nosso, é uma regra lá de trás, que dizia: *"Não queremos que a taxa da poupança limite a queda da SELIC"*. Então, quando a SELIC começa a cair, elas caem juntas.

V.Exa. mencionou que eu tenho dito que é importante empoderar os pequenos e médios e lembrou a questão das empresas de crédito. No final do ano passado, quando se discutiu o projeto do SIMPLES Nacional, falou-se sobre essa questão, e houve uma inserção que não foi conversada com o Banco Central, em que o colocava como supervisor. Então, houve um acordo para que esse item saísse e para negociarmos essa nova Empresa Simples de Crédito — ESC. Essa negociação foi feita. Isso foi acertado com o SEBRAE e outras organizações, e, de certa forma, já temos um acordo sobre isso.

Hoje nós temos algumas condições, e uma delas é que qualquer empresa que queira emprestar não pode se alavancar, não pode pedir emprestado para emprestar, porque dessa forma vira uma instituição financeira. Mas, se ela for emprestar o seu próprio capital, estamos de acordo. Também queremos informação a respeito disso. Não podemos ter um montante que se chame "sistema financeiro sombra", que ninguém vê. Então, algumas informações nós queremos saber, mas temos o entendimento de que, sob determinadas condições, poderia haver isso. Acho que é só uma questão de ver como isso está. No meu entendimento, acho que está pronto para sair. De fato, nós temos uma visão parecida em relação a isso.

O Deputado Alfredo Kaefer falou de algumas questões e, de novo, disse que a queda da inflação é devido à recessão. Já dissemos que isso não basta. E sobre a questão de que câmbio e juros são os culpados, quero dizer que, na verdade, o que se precisa para crescer é produtividade, eficiência, redução das distorções. Se nós trabalharmos para reduzirmos a dificuldade de fazer negócios, não só conseguiremos crescer mais, como ajustaremos a economia. O juro não é a causa, é a consequência. Se nós trabalhamos na causa, o resultado vem, como mostrei aqui.

Em relação às reservas internacionais, o Deputado Alfredo Kaefer citou que de fato entende que a reserva seja para abater a dívida. Por enquanto, a reserva é para garantir uma tranquilidade neste momento de transição. Depois vamos ver. Quando acabar o sinistro, nós veremos o que podemos fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Deputado mencionou a questão da China, que lá não é câmbio flutuante, e o fato de eles controlarem o câmbio. Não! O crescimento da China vem com muita educação, com muito investimento em infraestrutura, com muito esforço. É uma poupança de 50% do Produto Interno Bruto. Os senhores sabem qual é a nossa poupança? É de 14%, 13%. É uma diferença grande! Então o que faz a China crescer é muito investimento em educação e em infraestrutura e uma poupança forte.

O Deputado mencionou um projeto da Comissão de Assuntos Econômicos — CAE, que veio recentemente, o qual apoiamos. Desde que nós viemos, apoiamos uma mudança da relação Banco Central e Tesouro Nacional, maior transparência, menores fluxos de um lado para o outro, maior simetria. Então, acho que esse projeto merece toda a atenção tanto da CAE, do Senado Federal, quanto da Câmara dos Deputados.

O projeto de resolução que veio, na verdade, não tem a ver com a solidez do sistema agora. Ele é um compromisso do Brasil com o G-20. Depois da crise internacional de 2008, de 2009, houve um acordo no G-20. Naquela época, aconteceram problemas no sistema financeiro, e muito dinheiro do contribuinte foi usado nos Estados Unidos, foi usado na Alemanha, foi usado em vários lugares. Então, houve um acordo no G-20 para que se planejasse para o futuro, no caso de haver qualquer problema.

Não há problema nenhum neste momento. O nosso sistema financeiro é sólido, é bem capitalizado. Nós, inclusive, temos insistido no Basileia III, como V.Exa. mencionou. Isso envolve todos os bancos. V.Exa. mencionou um dos bancos, mas isso não muda. Todos eles estão sólidos hoje e têm que se adaptar ao Basileia III, que vai até 2019. É isso que nós estamos fazendo.

Agora, a resolução é: se houver um problema no futuro, como se resolve? E os princípios do G-20, que vieram também dos acordos, são para que o contribuinte seja defendido. Tem-se que organizar um fundo de resolução com os credores, com todo mundo, para que o contribuinte seja o último, não o primeiro.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - O FGC.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - O Fundo Garantidor de Créditos — FGC é uma parte dele. Acontece que, em nenhum lugar do mundo, os FGCs da vida têm recurso suficiente para tudo. Então, precisa-se do FGC, precisa-se dos credores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e, antes de todos eles, precisa-se do acionista. O acionista principal tem que ser o primeiro a aportar. É essa a questão.

Em relação à Resolução nº 4.604, de 2017, de fato ela não nasce no Banco Central. Ela vem do Ministério da Fazenda para o Conselho Monetário Nacional. Mas V.Exa. tem razão: a taxa de juros nominal caiu até um ponto que agora os fundos estão precisando procurar investimento. É isto que nós queremos, que todo mundo procure investimentos fora da dívida, para investir em outros lugares. Essa é a ideia.

V.Exa. menciona que os juros não caíram o suficiente, mas caíram o suficiente para gerar esse incentivo.

O balanço é uma questão com a Receita Federal, e eu não vou entrar nisso.

O Deputado Bohn Gass fala do investimento no consumo. Na verdade, temos que pensar no consumo e, depois, no investimento. O consumo cresceu 1,4% no segundo trimestre. Ele não crescia há vários trimestres, e voltou a crescer. Por quê? São alguns os motivos. O principal, na minha opinião, foi a queda da inflação, o aumento do poder de compra.

A segunda razão é que o endividamento das famílias caiu, e o crédito voltou para as famílias.

O terceiro, obviamente, são as questões pontuais do Governo, como o FGTS.

O consumo está começando a voltar, e acho que de forma permanente. Agora, concordo que o investimento tem que vir, e ele já está começando a voltar. Não há crescimento só baseado em consumo, mas em consumo e investimento, tem que ser a composição dos dois. Por isso, estamos em acordo.

Quanto à questão do aumento da gasolina, uma parte desse aumento é a recomposição de uma defasagem do passado por conta do congelamento que houve. Não adianta congelar! Nós aprendemos, no passado, que congelamento de preço não funciona e aprendemos de novo agora. A boa notícia é: isso passou! Lidar com o passado de congelamento já aconteceu. Uma parte da inflação de 11% foi de congelamento. Então, isso já ocorreu.

Falei da gasolina, da inflação e da recessão. A grande dúvida do Deputado Perondi é com relação a juros bancários.

Como V.Exa. mencionou, os *spreads* estão caindo. E nós queremos que caiam mais. Como vamos fazer isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Primeiro, percebe-se que, em geral, a taxa SELIC antecede os movimentos bancários. Quando a SELIC sobre, depois vai subir a taxa bancária; quando a SELIC cai, depois vem a queda. É claro que nós estamos trabalhando — o Governo está trabalhando — para reduzir as incertezas. Isso já está ajudando, não tenho dúvida nenhuma. Citamos a continuidade dos ajustes, das reformas. Por exemplo, a reforma da Previdência. Eu não tenho dúvida de que, se for possível passar a reforma da Previdência, a queda da taxa de juros estrutural vai ser significativa.

Finalmente, o Senador Dário Berger me fez perguntas muito claras sobre juros, cartão de crédito e a questão da dívida pública. À questão da dívida pública eu respondi, de certa forma. Os países avançados têm custo menor, e, por uma questão de crescimento, por uma questão de credibilidade, nós somos comparados aos países em desenvolvimento. Existe uma dívida maior, por isso o risco é maior, e os juros acabam sendo maiores. Deve-se reduzir a taxa de crescimento da dívida para reduzir os juros, e aí há um círculo virtuoso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Quanto é a taxa de juros na Rússia?

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - A taxa básica de juros na Rússia hoje, se eu não me engano, está em 7%, 8%. A cola aqui ao lado está dizendo 10%. Nós já passamos por baixo da Rússia e da Turquia, que estão com juros maiores. Então, é um pouco nessa linha.

Quanto ao cartão de crédito, nós tomamos algumas atitudes. Primeira, limitamos o rotativo ao mês. Isso reduziu o risco. Com a redução do risco, os juros, que eram de 15%, caíram para 10%. Anualizado, caiu pela metade. Pode continuar? Acho que pode continuar caindo. Mas nós temos que, o tempo todo, valorizar um pouco o caminho — estamos no caminho —, e a queda pela metade não pode ser desprezada.

Segunda, nós abrimos a competição na área dos cartões de crédito. Está entrando gente nova, não há mais limitação, paga-se com o cartão em várias máquinas que estão aí.

Terceira, nós fizemos uma competição em relação ao uso: cartão de crédito *versus* cartão de débito, *versus* dinheiro. Hoje em dia, pode haver preços diferentes. Antigamente, não podia. No posto de gasolina, hoje, é oferecido desconto no cartão de débito. Antigamente, se oferecia, era informalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, há todo um esforço para reduzir os juros do cartão de crédito. Nem todos os juros, obviamente, são rotativos, que é o mais caro; há o do parcelado. O parcelado, mesmo no cartão de crédito, é menor. Obviamente temos os juros parcelados diversos, aquele parcelado que não paga, e o resto paga para quem está parcelando sem juros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Por que o juro do Banco do Brasil, no cartão de crédito, é tão alto quanto o do setor privado? Não daria para intervir, fazer uma intervenção periódica?

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Nós não achamos que temos que usar os bancos públicos do jeito que foram usados no passado, porque isso não ajuda. No final, temos que tratar os bancos públicos como tratamos todos os bancos e em todos eles vamos trabalhar para aumentarmos a competição, tanto no banco público quanto no banco privado, e gerarmos as condições para que as taxas de juros caiam, tanto no banco público quanto no banco privado. Eu acho que utilizar banco público dessa forma, como um instrumento, não leva a resultados sustentáveis, leva a resultados de curto prazo, e no final acaba voltando. Temos que ser sustentáveis em relação a todos eles, inclusive aos bancos públicos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Três por cento do crédito de pessoa física. Por isso a taxa média da economia de juros, para a pessoa jurídica, é de 16% ao ano. Por isso, a média é uma parcela menor. Quando se olha para o outro lado, tem-se 27%. Essa é a média da taxa para a economia. Isso aqui é uma parte pequena, trata-se de algo muito mais elevado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Isso me lembra um pronunciamento que fiz da tribuna do Senado outro dia. Ministro, eu ofereci — sou um homem de poucos recursos — 1.000 reais ao Senador Elmano Férrer, que estava presidindo à sessão, pela metade da taxa de juros que estava sendo praticada naquele momento em âmbito nacional, que era de 448%. Ofereci a 200% e calculei quanto esse valor me renderia daqui a 10 anos. Não tenho mais os números, mas é um negócio assustador. Não há coisa mais rentável no Brasil do que emprestar dinheiro à taxa do cartão de crédito, em até 50%.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Hoje, com a limitação do rotativo a 30 dias, o máximo que se paga é 10% e não 400%, porque nós não deixamos virar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bola de neve. Se analisar os 10%, dá um valor alto. Mas o máximo que se paga por mês vão ser os 10%, porque ele não pode continuar nessa taxa depois.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Esclarecido.

No entanto, o Senador Elmano Férrer não topou a parada, acabou não querendo receber o empréstimo que ofereci a ele.

Para concluir, passo a palavra ao Deputado Cajado. Depois, faremos as despedidas ao Ministro do Banco Central.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, na condição de Líder do Governo na Comissão, queria agradecer a presença do Presidente do Banco Central, Dr. Ilan, e de seu assessor, Dr. Fábio, e dizer da nossa alegria pela clareza com que V.Exa. fez a exposição. V.Exa. nos brindou com uma inteligência acima da média e com informações absolutamente transparentes, precisas e verdadeiras.

Nós sabemos que é uma tarefa hercúlea do senhor; do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles; do Presidente da República, o próprio Michel Temer; e do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dr. Dyogo. É complexo controlar as finanças públicas, manter a responsabilidade dos gastos, acima de tudo manter a inflação na meta e o crescimento da economia com o rumo que se deseja. Inicialmente, esse crescimento já foi alcançado, já que viramos o viés de baixa, de depressão, de crescimento negativo. E isso nos dá esperança de que o País, do ponto de vista econômico, está no rumo correto.

Por isso, da nossa parte, ficamos agradecidos ao Presidente do Banco Central e a toda sua equipe. Desejo continuamente boa sorte e bons propósitos, como aqui foi demonstrado, a esse trabalho, em benefício do Brasil e dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Associo-me, então, ao Líder do Governo, o Deputado Cajado, nos agradecimentos a V.Exa., ao Dr. Fábio Araújo, Chefe da Assessoria Econômica, e a toda a equipe técnica.

Agradeço também ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Wilson Filho, que aqui esteve, e aos demais Parlamentares.

Antes de encerrar a presente sessão, eu gostaria de lembrar que, amanhã, neste plenário, às 11horas, será realizada audiência pública com o Ministro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, que prestará a esta Comissão esclarecimentos acerca da proposta de Lei Orçamentária para 2018, o Projeto de Lei nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, conforme dispõe o art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Quero convocar os Srs. Parlamentares que compõem esta Comissão Mista de Orçamento para, amanhã, às 11 horas, ouvirmos, assim como fizemos hoje com o Ministro Presidente do Banco Central, Dr. Ilan Goldfajn, o Ministro Dyogo Henrique de Oliveira.

Pergunto ao Ministro se ele gostaria de usar a palavra.

O SR. MINISTRO ILAN GOLDFAJN - Eu só gostaria de agradecer as perguntas, a atenção e as palavras finais.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Nós que agradecemos a V.Exa.

Iremos para uma reunião de Líderes na sala das Comissões.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SEXTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2017.

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram conduzidos pelo Senador Dário Berger (PMDB/SC), Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. A reunião foi convocada para ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Senhor Dyogo Henrique de Oliveira, que prestará esclarecimentos acerca da Proposta Orçamentária Anual para 2018, **Projeto de Lei nº 20/2017-CN**, que que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018", em atendimento ao *art. 29 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.* Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Bilac Pinto, Cacá Leão, Edio Lopes, Evandro Roman, Hugo Motta, João Arruda, Julio Lopes, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes e Toninho Wandscheer; **Senadores Titulares:** Ataídes Oliveira, Dário Berger e Pedro Chaves **- Deputados suplentes:** Carmen Zanotto, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, João Carlos Bacelar e Raimundo Gomes de Matos; e **Senadora Suplente**: Lúcia Vânia. **ABERTURA:** às onze horas e trinta e seis minutos, o Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), declarou iniciada a reunião. Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Senhor Dyogo Henrique de Oliveira; o Relator-Geral e o Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, respectivamente, Deputado Cacá Leão (PP/BA) e o Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO); e o Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr**.** George Alberto de Aguiar Soares. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente esclareceu que de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permitisse. E conforme o estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em seguida, o Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate e fez um comunicado sobre a Mensagem Modificativa que o Governo enviou ao Congresso Nacional no último dia 30, alterando o **Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 –** PLOA/2018, anteriormente encaminhado ao Legislativo. O Presidente informou que o Congresso Nacional aprovou, no dia 5 de setembro de 2017, alteração da meta de resultado primário para o exercício de 2018, o que possibilitou a ampliação de R$ 30 bilhões de despesas primárias no PLOA/2018, encaminhado ao Congresso no dia 31 de agosto. Além disso, o governo anunciou medidas e proposições legislativas que alteram os números do orçamento. Em virtude dessas modificações, aguardava-se o encaminhamento, pelo governo, da Mensagem Modificativa ao PLOA/2018, para antes do prazo de apresentação de emendas ao referido projeto, fixado no período de 1º ao dia 20 de outubro, o que não aconteceu. Apenas na segunda-feira, dia 30 de outubro, já encerrado o prazo regimental de apresentação de emendas, foi recebida a Mensagem Modificativa ao PLOA 2018. Os números mostram que as mudanças foram bastante significativas. Como a modificação da proposta orçamentária ocorreu após o prazo final para apresentação de emendas, o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias junto à CMO entendeu, em reunião realizada no dia 31/10, necessário facultar aos autores das emendas ao PLOA/2018, a possibilidade de promoverem ajustes nas emendas apresentadas, podendo inclusive incorporar aqueles já sugeridos pelo Comitê de Exame

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Admissibilidade de Emendas - CAE. O Presidente esclareceu que não se tratava, contudo, de reabertura do prazo de emendas ao PLOA/2018, pois este prazo está fixado na *Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*. O que se pretende é possibilitar a retificação e a correção de emendas apresentadas, estando legitimados a promover tais alterações apenas os autores que apresentaram emendas até o dia 20 de outubro de 2017, nos termos do *art. 141 da Resolução nº 1, de 2006-CN*. Nestes termos, aqueles que entenderem desnecessário efetuar ajustes não necessitarão reapresentar as emendas. Por outro lado, se a opção for a de modificar as emendas, deverão ser cumpridos os mesmos requisitos exigidos para apresentação de emendas ao PLOA/2018. Nesse sentido, no caso de emenda coletiva, deverá ser apresentada nova ata que reflita os ajustes solicitados. Dessa forma, o Presidente informou que a Secretaria da CMO fará a abertura do sistema de emendas para ajustes, no período de 3 a 9 de novembro de 2017, até as 19 horas, devendo o cronograma ao PLOA/2018 ser atualizado, nos termos de entendimento do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, para que se possa concluir tempestivamente a apreciação do PLOA/2018. Às onze horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente transferiu a palavra ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Senhor Dyogo Henrique de Oliveira, que cumprimentou o Presidente da CMO, os membros da Mesa e os parlamentares presentes e discorreu sobre o tema "Projeto de Lei Orçamentária para 2018", e "Alterações da Mensagem Modificativa nº 424, de 30/10/2017, da Presidência da República", que altera nos termos do art. 166, § 5º, da Constituição Federal, o **Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018" – PLOA/2018, fazendo uso de projetor de multimídia. Às doze horas e dezoito minutos, encerrada a apresentação do Ministro, o Presidente concedeu a palavra ao Relator-Geral da Proposta Orçamentária Anual para 2018, Deputado Cacá Leão (PP/BA), que fez considerações sobre o tema e apresentou diversos questionamentos ao Palestrante. Em seguida, o Presidente propôs a divisão da lista de inscritos para o debate em grupos de três parlamentares, sendo concedido cinco minutos para cada debatedor, e após a exposição de cada grupo, a palavra retornaria ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que responderia ao grupo de interpeladores. Antes de iniciar o debate, o Presidente concedeu a palavra ao Relator da Receita do **Projeto de Lei nº 20/2017-CN** – PLOA/2018, Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), que teceu comentários sobre o tema e fez indagações ao expositor. Logo após, o Presidente passou a palavra ao Ministro que respondeu ao Relator-Geral do Orçamento para 2018 e ao Relator da Receita. Em sequência, o Presidente deu início ao debate e concedeu a palavra ao primeiro grupo de participantes composto pelos Deputados Marcus Pestana (PSDB/MG), Edio Lopes (PR/RR) e Nilton Capixaba (PTB/RO). Encerrado o primeiro grupo, o Presidente passou a palavra ao Ministro que respondeu ao grupo de interpeladores. Foi assegurada réplica ao Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG). Iniciado o segundo grupo de debatedores, o Presidente informou alteração na quantidade de participantes e concedeu a palavra as Deputadas Rosangela Gomes (PRB/RJ) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), aos Deputados João Arruda (PMDB/PR) e João Carlos Bacelar (PR/BA), e a Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO). Encerrado o segundo grupo, o Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate, e passou a palavra ao Palestrante para proceder às respostas e as considerações finais. Foi assegurada réplica ao Deputado João Arruda (PMDB/PR). Finalizando, o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, respondeu aos questionamentos do último grupo de debatedores e, concluiu a exposição agradecendo aos parlamentares e ao Presidente. **ENCERRAMENTO:** às quatorze horas e sete minutos, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, do Secretário de Orçamento Federal, Sr. George Alberto de Aguiar Soares, da sua equipe técnica, e dos parlamentares presentes. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidente.** **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 01.11.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Declaro iniciada a 6ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir S.Exa. o Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dr. Dyogo Henrique de Oliveira, o qual já se encontra à mesa e prestará os esclarecimentos acerca da proposta da Lei Orçamentária para 2018, Projeto de Lei nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, conforme dispõe o art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Além do Ministro, encontra-se à mesa, o Dr. George Alberto de Aguiar Soares, Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

E também, ao meu lado esquerdo, sentará o Deputado Cacá Leão, Relator Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018.

Também estamos aguardando o Senador Ataídes Oliveira, Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018.

Para maior e melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante, como de praxe, a princípio, disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado se o mesmo assim o permitir.

Conforme estipulado também no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, como de costume, pelo prazo de 5 minutos, com a tolerância costumeira de mais 1 minuto, se for necessário, para concluir a sua pergunta, a sua interpelação.

E também há aquela questão da tréplica e da réplica, se for o caso, mas, sistematicamente, nós não temos usado essa premissa com frequência.

Eu informo preliminarmente que a lista de inscrição para o debate já se encontra aberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E, em seguida, passarei a palavra a S.Exa, o Ministro.

Antes, porém, gostaria de, ao iniciarmos nossa reunião de audiência pública, fazer um breve comunicado sobre a Mensagem Modificativa que o Governo enviou ao Congresso Nacional no último dia 30, alterando o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, anteriormente encaminhado ao Legislativo.

O Congresso Nacional aprovou, no dia 5 de setembro de 2017, a alteração da meta do resultado primário para o exercício de 2018, o que possibilitou a ampliação de 30 bilhões de despesas primárias no PLOA 2018 encaminhado ao Congresso Nacional no dia 31 de agosto. Além disso, o Governo anunciou medidas e proposições legislativas que alteram os números do Orçamento.

Em virtude dessas modificações, aguardava-se o encaminhamento pelo Governo da Mensagem Modificativa do PLOA 2018 para antes do prazo de apresentação de emendas fixadas para o período de 1º a 20 de outubro, o que efetivamente não aconteceu. Apenas nesta segunda-feira, dia 30 de outubro, já encerrado o prazo regimental para apresentação de emendas, foi recebida a Mensagem Modificativa do PLOA 2018.

Os números mostram que as mudanças foram bastante significativas. Como a modificação da proposta ocorreu após o prazo final para apresentação das emendas, o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias, junto à Comissão Mista de Orçamento, entendeu, em reunião realizada no dia 30 de outubro, necessário facultar aos autores a possibilidade de promoverem ajustes nas suas emendas apresentadas, podendo inclusive incorporar aquelas já sugeridas na Comissão de Assuntos Econômicos — CAE.

Solicito a atenção dos senhores membros da Comissão para este dado, porque se trata da reabertura sobre as adequações das emendas parlamentares, aquelas que já foram feitas, em função da alteração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018, que foi alterada também. E, como foi alterada a proposta, é muito lógico que nós façamos a reabertura do prazo para também, se for o caso e se for necessário, readequarmos as respectivas emendas.

Como eu disse, não se trata, contudo, de abertura de prazo de emendas, pois esse prazo está fixado na resolução. O que se pretende é possibilitar a retificação e a correção de emendas apresentadas, estando legitimados a promover tais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alterações apenas os autores que apresentaram emendas até o dia 20 de outubro de 2017, nos termos do art. 141 da Resolução nº 1, de 2006.

Nestes termos, aqueles que entenderem desnecessário efetuar os ajustes não necessitarão reapresentar as emendas. Por outro lado, se a opção for a de modificar as emendas, deverão ser cumpridos os mesmos requisitos exigidos para a apresentação das respectivas emendas. Nesse sentido, no caso de emenda coletiva, deverá ser apresentada a nova ata que reflita os ajustes solicitados.

Dessa forma, informo que a Secretaria da Comissão Mista de Orçamento fará a abertura do sistema de emendas para ajustes no período de 3 a 9 de novembro — é importante esta data. Repito: dessa forma, informo que a Secretaria da Comissão Mista de Orçamento fará a abertura do sistema de emendas para ajustes no período de 3 a 9 de novembro de 2017, até às 19 horas, devendo o cronograma ser atualizado nos termos do atendimento do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão — CRLP, para que se possa concluir tempestivamente a apreciação do PLOA 2018.

Não havendo dúvida quanto à cabal e determinada definição, passaremos agora à nossa audiência pública, que tem a honra de receber aqui o Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dr. Dyogo Henrique de Oliveira, a quem concedo a palavra para iniciarmos os nossos trabalhos.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Presidente Dário Berger, muito obrigado pela oportunidade, pelo convite.

Gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, o Deputado Cacá Leão, Relator-Geral do Orçamento 2018; o meu colega George Soares, Secretário do Orçamento Federal. E gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares presentes, as senhoras e os senhores, e também todos os presentes na galeria.

É sempre uma satisfação enorme participar da audiência na CMO, porque é também oportunidade para nós refletirmos um pouco sobre o Orçamento Federal e a aplicação dos recursos da população, que são carreados através dos impostos e distribuídos nos diversos órgãos do Governo Federal.

Antes de entrar propriamente no detalhamento do Orçamento, eu acho conveniente também fazer uma breve análise da situação econômica que nós estamos vivendo, tão logo consigam aqui fazer funcionar o computador. *(Riso.) (Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou falando enquanto vocês tentam consertar.

Bom, de início, é importante salientar que o Governo Federal vem implementando uma estratégia de política econômica muito clara, muito bem determinada, baseada em quatro elementos principais. O primeiro é o restabelecimento da credibilidade, da política econômica, da transparência, da confiança dos números, através de reformas estruturantes. E assim nós implementamos um conjunto já amplo de reformas nesses últimos 16 ou 17 meses, que ajudaram a recompor o funcionamento da economia brasileira.

Além das reformas estruturantes, temos implementado uma ampla agenda de aperfeiçoamento do marco regulatório nos mais diversos setores. A reforma mais importante nisso foi a mudança do marco regulatório do pré-sal, que inclusive trouxe para esse último leilão uma concorrência muito forte pelas áreas de petróleo no Brasil. Nós chegamos a ter áreas em que o lance das empresas deu 80% do óleo produzido para o Governo, além do pagamento do bônus de assinatura do último leilão.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como é que se fez isso? Simplesmente abrindo a competição para todas as empresas, tirando aquele monopólio que havia na PETROBRAS.

Vários outros setores... Ontem mesmo na Câmara foi lido o conjunto das medidas provisórias que tratam do marco regulatório do setor de mineração. E assim temos feito em várias áreas, trazendo maior competitividade, trazendo mais produtividade para a economia brasileira.

Na área da gestão pública, nós implementamos também uma ampla agenda de redução dos gastos, revisão da despesa pública, controle dos benefícios que são concedidos, verificação, redução de fraudes, todo um processo que tem resultado em economias relevantes para a população.

E temos implementado uma ampla agenda de concessões para viabilizar a retomada do investimento na área da infraestrutura, uma vez sabidamente tanto o Governo Federal quanto os Governos Estaduais e Municipais terão dificuldades, nos próximos anos, em elevar o seu nível de investimento em infraestrutura. Então, a saída é exatamente nós reforçarmos a participação do setor privado, tanto na implementação, na operação, quanto no financiamento dos projetos de infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E assim também aprovamos recentemente a mudança da Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP, que vai exatamente permitir que o setor privado financie os projetos de infraestrutura, permitindo uma alocação mais eficiente dos recursos do BNDES.

Temos atuado também com diversas medidas para melhorar o ambiente de negócios no Brasil, tentando trazer mais confiança, mais segurança jurídica, desburocratizando. O Ministério da Agricultura, por exemplo, fez um conjunto de mais de 150 medidas de desburocratização, incluída a área de comércio exterior, na qual eu acho que 50 medidas de simplificação do processo foram adotadas. E estamos trabalhando no Governo com o foco de facilitar abertura e fechamento de empresas no Brasil, além de uma série de outras medidas de redução da burocracia.

Essas são ações concretas que já foram realizadas e que resultam no dado do PIB: depois de 2 anos de profunda crise, quando nós chegamos a quase 5% de queda do PIB no segundo trimestre de 2016, nós tivemos, neste ano já, 2 trimestres consecutivos de crescimento. E, com certeza, teremos até o final do ano a continuidade desse processo, fechando o ano com a estimativa do mercado de 0,7%. Nós ainda estamos trabalhando com 0,5%, mas a projeção do mercado é de que o PIB cresça pelo menos 0,7% este ano, com tendência crescente para os anos subsequentes. O mercado já trabalha com uma projeção de 2,5% para 2018, embora nós tenhamos mantido a nossa projeção de 2%, estritamente a título de realizar projeções mais confiáveis para o Orçamento.

Esse processo de ajustamento da economia brasileira permitiu a queda da inflação, que é o maior mal que assola a renda do trabalhador. A queda da inflação aumenta o poder aquisitivo das famílias e, portanto, permite o aumento do consumo. E é o que nós já estamos percebendo hoje.

Matéria do *Jornal Hoje* dizia que o comércio espera que este seja o melhor Natal dos últimos 3 anos, porque a renda real do trabalhador está aumentando.

Com a queda da inflação e a redução das taxas básicas de juros, a taxa real de juros também vai caindo. Nós chegamos a ter uma taxa real de juros de quase 9% ao ano e já estamos indo para 3% ao ano de taxa de juro real projetada para frente. Na verdade, aqui, eu falo do juro que você pagaria se você tomasse um empréstimo hoje, o chamado juro real *ex ante*, que você pagaria para a frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse ambiente de melhora da renda, queda da inflação, redução das taxas básicas de juros cria também um ambiente de melhora das condições de crédito para as famílias. Então, nós que vínhamos tendo continuamente a queda do crédito para as famílias, começamos a ver o aumento da disponibilidade do crédito, porque as famílias estão menos endividadas, foram reduzindo o endividamento ao longo desses anos. A inadimplência está caindo consideravelmente. Há uma matéria de hoje também muito interessante: o Bradesco diz que a projeção deles é de que o próximo ano seja o melhor ano da história em termos de inadimplência. Então, esses são sinais claros de que as condições de renda e de crédito das famílias estão consideravelmente melhores do que nos anos passados.

Isso resulta no aumento do consumo, que começa a impactar, portanto, a indústria. E a produção da indústria já vem crescendo, depois de anos a fio de queda da produção. Finalmente, este ano nós vamos ter crescimento da produção industrial. Ainda não há um número definitivo, mas deve ficar entre 2,5% e 3% o crescimento da produção industrial este ano, comparado ao do ano passado.

Isso resulta naquilo que nós sempre buscamos: a geração de emprego e renda. Então, esse conjunto de indicadores leva ao que nós estamos vendo no mercado de trabalho: do ponto de vista de geração de contratos de carteira assinada, um crescimento de 208 mil postos de trabalho este ano; a taxa de desemprego, que tinha chegado a 13,7%, caiu para 12,4%, na última medição.

Então, é uma melhora considerável do mercado de trabalho também.

Quando nós comparamos a situação do Brasil hoje com a situação que o Governo recebeu em 2016, os números falam por si, não é preciso muitos argumentos: a inflação caiu de 9,3% para 2,5%; a taxa de juros SELIC caiu de 14,25% para 7,5%; a produção industrial, que estava caindo 9,6% no acumulado até maio daquele ano, já está crescendo 1,6%, no acumulado até setembro deste ano e, como eu disse, a projeção até o final ano é de algo em torno de 2,5% a 3%; a produção de veículos, que estava em pouco mais de 2 milhões e 100 mil veículos, já está ultrapassando o número de 2 milhões e 500 mil veículos; a produção de grãos, de 184 milhões de toneladas foi para 242 milhões de toneladas; o valor das empresas brasileiras, medido pela BOVESPA, subiu de 57.900 pontos para 75.900 pontos, uma valorização fortíssima; o PIB, que tinha caído 1,6%, no primeiro semestre de 2016, cresceu 0,9% no primeiro semestre de 2017; a nossa balança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comercial, que tinha 39 bilhões de dólares de saldo, passou para 62 bilhões de saldo; o resultado do conjunto das transações do Brasil com o exterior, chamadas transações correntes, que tinha um déficit de 1,6% do PIB, caiu para 0,6%; e os investimentos diretos no Brasil subiram de 79 bilhões de dólares para 83 bilhões de dólares.

Portanto, os números falam por si. O Governo tem conseguido recuperar a atividade econômica, recuperar a economia através de um processo bastante consolidado e bastante claro e objetivo de condução de uma política econômica focada na reestruturação das bases para o crescimento da economia brasileira.

Resta-nos, entretanto, um grande desafio na área fiscal, que é o desafio de restabelecer a saúde nas contas públicas. Um dos primeiros elementos desse desafio é o enorme engessamento do orçamento e a alocação de um percentual extremamente elevado para pagamento da Previdência. Comparando a evolução dos últimos anos, nós tínhamos, em 2010, menos de 50% para pagamento da Previdência. Este ano, nós já vamos para 57% e, o ano que vem, na proposta orçamentária, para 57,2%.

O conjunto das despesas obrigatórias no orçamento saltou de 88%, em 2010, para quase 96% do orçamento em 2018. Isso deixa o Governo Federal e esta Comissão também de mãos quase atadas. O espaço que nós temos para efetivamente alocar recursos no Orçamento é tão pequeno que basicamente só dá para manter o funcionamento dos órgãos, o custeio e parcos recursos para investimento. O investimento, por exemplo, no que nós chamamos de PAC, para 2018, está previsto em apenas 26 bilhões de reais, aproximadamente 2% do Orçamento.

Então se vê claramente — eu sempre ressalto isso aqui em diversas outras circunstâncias — que o nosso Orçamento está com uma distribuição, com uma composição muito equivocada e muito diferente daquilo que deveriam ser as prioridades do País. Para alterar isso nós teremos que enfrentar reformas dos diversos programas públicos do Governo, as quais têm sido feitas através de reavaliação dos gastos, reavaliação das características dos mais variados programas do Governo, da redução do custo de funcionamento da máquina, como nós fizemos com corte de cargos, com redução de Ministério, com transformação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cargo de livre provimento em cargos exclusivos para servidores qualificados e concursados, mas essa alteração passa claramente pela reforma da Previdência.

Se nós pudéssemos tirar uma foto do Orçamento, a foto seria mais ou menos essa que está aparecendo na tela.

Esse é um gráfico do tipo pizza. A maior parte da pizza é esse pedaço azul, o conjunto das despesas previdenciárias. A parte de pessoal ativo conta com 12%; as demais obrigatórias com 8%, e aí temos a distribuição do que resta nessas outras áreas.

Então, saúde, educação e PAC estão com espaços reduzidos, porque essa grande massa azul, que é o conjunto das despesas previdenciárias, está espremendo todo o restante do Orçamento e não deixa recurso para as outras áreas.

A Previdência é a maior despesa do Orçamento e quando a gente olha só o regime geral, a gente vê que há uma continuidade do processo de deterioração das contas da Previdência. O déficit para este ano é estimado em 184 bilhões de reais, crescendo, no ano que vem, para 192, 8 bilhões de reais.

Os parâmetros que nós utilizamos nesta Mensagem Modificativa foram revisados em relação àquilo que estava presente no projeto original. Basicamente, no caso do IPCA, as projeções para 2017 foram alteradas de 3,7% para 3,5%. As projeções para 2018 não foram alteradas, mantiveram-se em 4,2%.

O INPC, que é o índice utilizado para correção do salário mínimo, caiu de 3,5%, na projeção original para 2017, para 3,1%.

Aqui eu preciso fazer uma explicação para que não haja divulgação de informações erradas. Nós não estamos fixando o salário mínimo. Neste momento da proposta orçamentária, o que nós fazemos é uma projeção, porque o salário mínimo impacta a proposta orçamentária, impacta as despesas da Previdência e impacta as despesas do Benefício de Prestação Continuada — BPC também. Para isso, nós precisamos fazer essa projeção.

O salário mínimo é definido em lei. Existe uma lei que define a regra do salário mínimo. Segundo essa lei, o salário mínimo será corrigido pela inflação deste ano mais a taxa de crescimento do PIB no ano passado. Como a taxa de crescimento do PIB foi negativa no ano passado, ele conta zero. Portanto, para 2018, o salário mínimo será definido apenas pela inflação de 2017, que nós só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conheceremos em dezembro. Neste momento, nós ainda não temos o número efetivo, temos que aguardar até dezembro.

Essa projeção, então, compõe a peça orçamentária, mas não pode ser considerada como um valor definitivo, nem pode ser considerado que o Governo esteja reduzindo ou aumentando. Essas são projeções que vão sendo atualizadas ao longo do ano. O que de fato está acontecendo é que a inflação está caindo. E, havendo inflação menor, naturalmente haverá uma correção do salário mínimo correspondente.

A projeção de PIB não foi alterada — nós mantivemos o crescimento de 0,5% para este ano e 2% para o ano que vem. A projeção de taxa de câmbio também foi alterada, passando de 3,25 para 3,18 neste ano e de 3,38 para 3,29 em 2018.

A taxa SELIC, que é uma estimativa de mercado que nós usamos, passa de 8,25% em 2017 para 7,3% — explico que se trata da SELIC média — e de 8% para 7,25% em 2018.

Para a massa salarial, nós estamos estimando um crescimento maior agora do que o da proposta original. Para 2017, o crescimento da massa salarial passa de 4% para 4,7%, e, para 2018, o crescimento da massa salarial passa de 5,7% para 6%. Esse número é importante porque significa realmente que o mercado de trabalho está forte, está se recuperando de uma maneira muito relevante e considerável.

As metas utilizadas nessa proposta são aquelas que foram aprovadas, como já mencionou o Presidente em setembro, ou seja, uma meta para 2018 de 159 bilhões de reais de déficit para o Governo Central; de 3,5 bilhões de reais de déficit para as Estatais Federais; e de 1,2 bilhões de reais de superávit para os Estados e Municípios. Para 2019 e 2020, não houve alterações entre o que havia sido enviado anteriormente, ficando mantidos para o Governo Central 139 bilhões de reais em 2019 e 65 bilhões de reais de déficit em 2020. Para as Estatais, houve manutenção do déficit de 3,5 bilhões de reais em todos os anos. Para os Estados e Municípios, houve um crescimento do superávit para 4,7 bilhões de reais em 2019 e 16,6 bilhões de reais em 2020.

Do ponto de vista da composição da peça orçamentária, nós tivemos um crescimento da receita e também um crescimento da despesa, resultado das medidas de aumento do Imposto de Renda sobre os fundos exclusivos, aqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fundos fechados que são utilizados principalmente para a gestão de patrimônios elevados, e da alteração no reajuste dos servidores, que estava previsto para 2018 e que foi então adiado para 2019. Além disso, houve alteração da meta e alteração sobre a contribuição previdenciária dos servidores que ganham mais de 5 mil reais por mês, servidores que têm uma remuneração um pouco mais elevada.

Com essas medidas e com a atualização dos parâmetros e das estimativas, houve, portanto, um aumento da receita líquida da União no valor de 14,5 bilhões de reais. Houve um aumento da meta de 30 bilhões de reais. Portanto, a despesa total aumentou 44,5 bilhões de reais, sendo que a despesa com pessoal caiu 4,4 bilhões de reais, por conta do adiamento do reajuste, e os benefícios previdenciários caíram 1,9 bilhões de reais em relação à proposta anterior — esclareço que esses dados sempre se referem à proposta original. Essa redução se deveu basicamente à alteração da estimativa de salário mínimo, o que permitirá, portanto, um crescimento das despesas discricionárias no valor de 47 bilhões de reais em relação à proposta original. Isso resultará numa despesa discricionária de 112,6 bilhões de reais, quase 5,5 bilhões de reais menor do que a que estava prevista para 2017, reforçando, mais uma vez, aquela dificuldade de que falei: o crescimento das despesas obrigatórias vai comprimindo o espaço das despesas discricionárias.

Do ponto de vista dessas alterações que mencionei, os principais elementos que afetam essas alterações estão descritos nesta página: os fundos de investimento fechado, que já mencionei; a alíquota da Previdência; o projeto de reoneração da folha de pagamento, que está em tramitação; as receitas de concessão — houve uma alteração relevante, que foi a exclusão do Aeroporto de Congonhas, compensada pela reestimativa da receita com a privatização da ELETROBRAS —; e a atualização dos parâmetros, como eu já havia mencionado. Do lado da despesa, há a postergação do aumento, a inclusão de recursos para o ressarcimento da Lei Kandir, a Previdência, que eu já mencionei. A desoneração da folha impacta na redução também do ressarcimento ao RGPS, e há a atualização dos parâmetros, portanto, resultando nesse aumento de 47 bilhões de reais na despesa discricionária.

Este ano, pela primeira vez, o PLOA está sendo enviado já sob o regime do teto dos gastos. Então, é importante mencionar que o teto dos gastos para 2017 está estabelecido em 1 trilhão, 308 bilhões de reais e será reajustado em 3% para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2018. Pela regra do teto dos gastos, calcula-se a inflação até junho do ano e aplica para o Orçamento do ano seguinte. Por que junho? Porque a proposta orçamentária tem que ser enviada em agosto e, até junho, temos o número efetivamente transcorrido.

Então, com isso, o teto dos gastos para 2018 será de 1 trilhão, 347 bilhões de reais. Portanto, haverá um crescimento de 39 bilhões de reais no teto dos gastos. Se voltarmos um pouquinho à página daquela tabela mais detalhada, nós poderemos observar que, comparando 2017 com 2018, apenas a despesa com a Previdência sobe 36 bilhões de reais. Então, para deixar mais uma vez evidente a criticidade desse elemento, só o crescimento da Previdência consumiu praticamente todo o espaço de crescimento do teto dos gastos, deixando praticamente nada para as outras despesas.

Bom, detalhando aqui a formação do teto dos gastos, apenas para conferência dos valores, há um conjunto de despesas que são excluídas do teto dos gastos, mas que compõem a peça orçamentária. Então, do total da despesa primária de 1 trilhão e 600 bilhões de reais, 268 bilhões de reais não entram no teto dos gastos porque são as transferências de repartição de receita do FPE, do FPM, etc.; o Fundo Constitucional do Distrito Federal, que é de 13 bilhões de reais; a realização das eleições, 1 bilhão de reais; o complemento do FUNDEB, 14 bilhões de reais; e o aumento de capital de empresas estatais, 4 bilhões e 600 milhões de reais. Portanto, essas despesas totalizam 1 trilhão, 332 bilhões de reais, ficando 170 milhões de reais abaixo do teto dos gastos previsto para 2018.

Quando observamos o detalhamento por Poder, vemos que há uma autorização na emenda constitucional de que haja, durante os primeiros três anos, a compensação dos demais Poderes pela União. Esse limite de compensação seria de 3,2 bilhões de reais, mas os Poderes estão utilizando apenas 2,1 bilhões de reais.

É importante observar que, com as projeções para 2018, nós teremos uma continuidade do processo de redução das receitas do Governo Federal em relação ao PIB. Esse é um processo que tem estado presente desde 2010, quando chegamos a ter 23,7% do PIB de receita. E, para 2018, nós estamos com uma projeção de receita de 20,4% do PIB, portanto, dois pontos percentuais abaixo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

média histórica. Esse é um problema também que nós deveremos enfrentar no futuro próximo, inclusive através da reforma tributária.

Quando nós desagregamos apenas as receitas administradas, que, na verdade, são os impostos e as contribuições, nós vemos que há continuidade desse processo. Mas, na mensagem modificativa, nós pelo menos já tivemos a estabilização. Então, nós estamos projetando para 2018, em percentual do PIB, praticamente o mesmo montante de receita administrada que o previsto para 2017.

Bom, do lado das despesas, a proposta orçamentária para 2018 também prevê uma contenção do processo que nós tínhamos nos últimos anos de crescimento indeterminado e indefinido. Então, nós teremos em 2018 uma despesa projetada de 19,2% do PIB, o que será 0,4 ponto percentual abaixo do previsto para 2017. Isso vai exatamente no sentido da consolidação da solidificação das contas públicas que nós necessitamos fazer.

O que ainda preocupa, como eu já mencionei, é o crescimento continuado das despesas obrigatórias e a redução das despesas discricionárias. Quando nós abrimos aqui, nós percebemos que as despesas obrigatórias continuam no nível de 15,8% do PIB, e o ajuste que eu mencionei está sendo feito exatamente nas despesas discricionárias, que estão caindo de 3,7% do PIB este ano para 3,5% do PIB no próximo ano.

Em valores nominais, com relação ao conjunto das despesas discricionárias, neste gráfico, nós vemos que ele vai passar de 245 bilhões de reais este ano para 250 bilhões de reais no próximo ano.

Acho que já falei sobre estes gráficos do déficit da Previdência. Estão repetidos.

Com essas projeções, nós teremos continuidade do crescimento da dívida pública, que já está em mais de 75% do PIB este ano. Só para lembrar, era uma dívida de 51,5% do PIB em 2013, passou para 75% do PIB este ano e, com as projeções previstas no projeto de lei de orçamento deste ano, nós teremos essa dívida superando os 80% do PIB em 2019, mas numa trajetória mais suave do que aquela que nós tivemos nos últimos anos. Com isso, nós já podemos assegurar para o mercado, para os investidores, para os compradores de títulos da dívida pública brasileira, que, com essas ações que nós temos tomado, com as reformas que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos defendido, é possível conter a dívida pública, ainda que num patamar elevado de mais de 80% do PIB.

De toda sorte, isso já é também um resultado muito positivo porque, em determinado momento, Presidente, nós sequer poderíamos assegurar que a dívida pública estivesse controlada. Com as ações todas que nós temos feito, hoje nós temos a condição de dizer que o cenário básico das contas públicas brasileiras é de estabilização da dívida pública, a partir de 2020.

Assim também a dívida líquida teve crescimento: passou de 30% do PIB em 2013 para 52% do PIB este ano e se aproximará de 60% do PIB até 2020, mas também com uma trajetória suavizada e sinalizando um processo de estabilização da dívida.

Essas são, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, as informações iniciais que eu gostaria de trazer. Fico à disposição para o debate e para os questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Apresentamos nossos agradecimentos ao Ministro Dyogo.

Passamos agora, então, ao debate propriamente dito.

A lista de inscrições já está posta. Já temos inscritos os Deputados Marcus Pestana e Edio Lopes. Agora me pedem inscrição os Deputados Domingos Sávio e Júlio.

Eu vou inscrevê-los em seguida, mas, como de praxe, como costumeiramente nós adotamos esse princípio, o Relator-Geral tem precedência sobre os demais inscritos.

Com muito prazer, concedo a palavra ao Deputado Cacá Leão, Relator-Geral do Orçamento de 2018.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Presidente Dário Berger; querido Senador Ataídes Oliveira, Relator da Receita; Ministro Dyogo Oliveira; Sr. George, da SOF, companheiro de trabalho nestes últimos dias; Sras. e Srs. Senadores; Sras. e Srs. Deputados, todo o corpo de servidores que se faz presente nesta Comissão, todo o corpo técnico da Câmara e do Senado na Comissão Mista de Orçamento, Sr. Líder do Governo no Congresso, Deputado Andre Moura e senhores da imprensa, sintam-se todos cumprimentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro Dyogo, eu não posso iniciar as minhas palavras sem falar de dois pontos nevrálgicos para o andamento dos trabalhos desta Comissão.

O primeiro é referente aos vetos feitos pelo Governo na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Depois de muito tempo, nós conseguimos aprovar a LDO dentro do prazo, com um brilhante relatório do Deputado Marcus Pestana, que inclusive realizou seu trabalho muito mais se baseando na responsabilidade fiscal do que buscando jogar para a plateia ou qualquer outra situação. E aconteceram vetos que acabaram criando constrangimentos para o andamento dos trabalhos desta Comissão, porque as partes vetadas fizeram parte do texto acordado para aprovação no prazo regimental, conforme eu disse anteriormente, depois de muito tempo que isso não acontecia.

O segundo é quanto ao atraso da mensagem modificativa. Nós recebemos uma proposta de orçamento no dia 31 de agosto de 2017 e passamos praticamente 2 meses, até a segunda-feira, dia 30 de outubro, discutindo números que não existiam, coisas referentes, por exemplo — aí eu não posso deixar de citar — à assistência social e a outros tantos pontos que foram debatidos e discutidos aqui. E hoje nós vivemos algumas dificuldades.

Mas, graças a Deus, chegou a mensagem modificativa! Ela foi prometida para algumas sextas-feiras e, por ironia do destino, chegou numa segunda-feira. Mas chegou.

Este é o primeiro orçamento baseado na Emenda Constitucional 95. Eu costumo dizer por aí que se o Brasil tivesse tido responsabilidade fiscal no passado e se houvesse uma projeção de responsabilidade fiscal para o futuro, essa Emenda Constitucional não teria tido necessidade de existir.

Muito pior do que um arrocho orçamentário são os contingenciamentos que aconteceram ao longo do ano. Para o arrocho você se prepara, mas o contingenciamento chega de surpresa e coloca em maus lençóis, de saia justa, os órgãos do Governo e o andamento de diversas prioridades que foram alocadas no Orçamento do ano que está em curso.

Esta eu acho que é a nossa maior missão aqui nesta Comissão: trazer para a realidade fiscal do Brasil um orçamento que realmente condiga com a realidade e faça com que esses contingenciamentos não aconteçam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os números, graças a Deus, são positivos. O Governo é até mais comedido do que o mercado, nas expectativas que projeta para 2018. O Governo estima crescimento do PIB de 2%, enquanto o mercado já trabalha com uma taxa real de 2,5%. Então, eu acho que nós poderemos ter surpresas ainda mais positivas para o ano de 2018. Esperamos que realmente essa grande locomotiva que é o nosso País engrene de verdade e retome os rumos e os caminhos do crescimento.

Ministro, preparei aqui algumas perguntas para fazer a V.Exa. Queria que V.Exa. se debruçasse mais sobre alguns temas, inclusive muitos dos que já foram falados.

Quanto à questão do salário mínimo, V.Exa. já foi bastante claro. Eu não sinto nem a necessidade de tocar novamente nesse assunto. Nós temos sofrido diversos ataques, o Governo tem sofrido diversos ataques, e o que eu tenho dito é exatamente o que V.Exa. expôs para nós na sua apresentação, ou seja, que a projeção é baseada numa lei aprovada pelo Congresso Nacional. Então, os Deputados que vão à tribuna reclamar deveriam, ao contrário, trabalhar para modificar a lei.

Pelos números que nós temos para 2018, em 2019 o salário mínimo vai dar salto, porque nós teremos crescimento positivo e há uma projeção de aumento da taxa de inflação. Então, haverá essa compensação.

Mas, mesmo assim, os números da economia já nos favorecem. Nós já falamos, hoje, sobre a criação de quase 1 milhão de empregos, incluindo os informais, no ano de 2017. A tendência é que esse crescimento aumente ainda mais no ano de 2018. Há também uma previsão apresentada pelo comércio de termos o melhor Natal dos últimos anos. Isso já é um sinal eloquente de que a nossa economia está realmente melhorando, está se ativando e que o Brasil está começando a andar.

Ministro, nos últimos 5 anos, tem se observado o crescimento da participação das despesas primárias obrigatórias e das despesas financeiras do Governo Federal. Para 2018, restam apenas 5,8% do orçamento para as despesas discricionárias, o que demonstra que o orçamento tem ficado cada vez mais engessado. Considerando a vigência do novo regime fiscal, que estabeleceu o teto para despesas primárias e que várias despesas obrigatórias crescem, percentualmente, acima da correção do teto de despesas, a tendência é que haja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cada vez menos espaço para despesas discricionárias no orçamento federal. Mesmo nos casos das despesas discricionárias, não há tanta flexibilidade, pois os cortes podem comprometer o funcionamento dos órgãos. Essa situação é preocupante, pois deixa pouca margem não só para o Governo, mas também para o Congresso definir sobre a alocação dos recursos.

Dessa forma, pergunto a V.Exa. quais sãos as medidas a curto prazo que já estão sendo tomadas para tornar o orçamento federal mais flexível. Gostaria que V.Exa. detalhasse um pouco mais além do que foi feito na sua apresentação.

Há outro ponto ainda no contexto da rigidez orçamentária. Gostaria de expressar a dificuldade que teremos na apreciação da peça orçamentária para 2018, dada a programação de despesas até o teto de gastos pelo Poder Executivo. Enquanto, inicialmente, tínhamos uma folga de 42 bilhões de reais para alocação em despesas, agora temos uma folga de apenas 170 milhões de reais. Em outras palavras, para que possamos atender as emendas apresentadas, teremos que efetuar cortes no orçamento encaminhado, o que sempre traz muitas dificuldades ao Congresso. Nesse sentido, questiono quais fontes de recursos para atendimento das emendas V.Exa. indicaria para os cortes.

Destaco que mesmo essa pequena folga já está comprometida com o atendimento do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. A respeito dessa parcela, ficou acordado, durante a tramitação do projeto que criou esse Fundo, que o valor da redução da renúncia fiscal com a propaganda partidária seria destinada ao Fundo. Apesar disso, o Governo não encaminhou o valor correspondente a essa parcela na mensagem modificativa.

Diante disso, pergunto: por que o Governo não alocou no Fundo as despesas relativas à redução da renúncia fiscal com a propaganda partidária?

Tratando da questão dos investimentos públicos, observaram-se, em anos recentes, quedas acentuadas nos investimentos na economia brasileira, em especial nos investimentos públicos. No âmbito da União, por exemplo, os investimentos totais executados — pagamentos, incluídos os restos a pagar —, após alcançar 3,02% do PIB em 2010, foram reduzidos para apenas 1,81% do PIB ao final de 2016.

No PLOA encaminhado no dia 31 de agosto estão previstos 78,5 bilhões de reais, o que corresponde a 1,1% do PIB. A maior parte, contudo, diz respeito a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investimentos das estatais — 68,8 bilhões de reais. Excluída essa parcela, verifica-se que nos orçamentos fiscal e da seguridade constavam apenas 9,7 bilhões de reais para investimentos, contra 39,2 bilhões de reais constantes do PLOA 2017. A diferença é enorme: são 29,6 bilhões de reais a menos de investimentos.

Mesmo após a retificação do orçamento efetivada por meio da mensagem modificativa, os valores de investimentos estão aquém do que o nosso País necessita. Estão programados 29,7 bilhões de reais de investimentos nos orçamentos fiscal e da seguridade, ou seja, 9,5 bilhões de reais a menos que o PLOA 2017. Nesse contexto, pergunto: 1. Diante da escassez de recursos, quais foram os critérios utilizados para a priorização dos investimentos? 2. Quais empreendimentos ficaram prejudicados? 3. Por fim, como podemos reverter essa situação para incrementar os investimentos da economia brasileira?

Outro ponto citado aqui e que nós até já discutimos numa reunião, ontem, foi a alocação de 50% das emendas de bancada, que se tornariam impositivas para os gastos na saúde.

Como já discutimos, isso não fez parte da LDO, e, em reunião com os Líderes do Governo na Câmara, no Congresso e no Senado Federal, essa mensagem foi excluída. Já havia sido feita essa discussão durante a análise da mensagem enviada no dia 31 de agosto, e não houve essa correção na mensagem modificativa.

Por fim, a LDO 2018 fixa prazo de 15 dias para envio das informações complementares ao PLOA 2018. As informações que temos hoje no Congresso têm por base o orçamento encaminhado no dia 31 de agosto. Contudo, a peça orçamentária foi bastante modificada pela mensagem modificativa encaminhada nessa segunda-feira, dia 30 de outubro, tornando necessária a atualização dessas informações complementares. Dessa forma, pergunto: quando o Poder Executivo deverá encaminhar a atualização das informações complementares?

Agradeço, mais uma vez, a atenção. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos estabelecer ou reafirmar o entendimento sistemático desta Comissão. É o que proponho a V.Exas. Vamos continuar da mesma forma que sempre adotamos: ouviremos três Parlamentares, depois o Ministro responde aos três, e assim sucessivamente, dentro daqueles prazos que são conhecidos pelos membros da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Embora o Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Cacá Leão, tenha feito uma grande, decisiva e concreta exposição, com várias perguntas, eu consulto V.Exas. sobre se eu devo ouvir também o Relator Setorial da Receita, o meu distinto amigo e colega Senador Ataídes Oliveira, para depois, então, o Ministro responder. Em seguida, nós começaremos a inquirição por parte dos Parlamentares inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Eu agradeço, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o nosso Relator, o Deputado Cacá Leão; o nosso Presidente e amigo Dário Berger; o Ministro Dyogo, que sempre nos tem atendido com muita presteza, até mesmo nos fins de semana, quando eu ligo.

Eu tenho dito a V.Exa., Ministro — e agora eu quero fazê-lo em público —, que a equipe econômica do Presidente Michel Temer é uma das melhores que o nosso País já teve. Eu digo isso tranquilamente. A prova do que eu digo é que, mesmo diante desse *tsunami* que nós estamos vivendo, diante dessa crise política e até ética e moral, V.Exas. da equipe econômica conseguiram, com muita competência, equilíbrio e sabedoria, desvincular toda essa crise da área econômica, haja vista o crescimento do nosso País, com a consequente retomada da criação de empregos. Portanto, eu quero, neste momento, parabenizar V.Exa. pelo brilhante e competente trabalho que tem desempenhado.

Ministro, eu tenho muitas dúvidas.

Eu quero parabenizar também o Relator da LDO, o competente economista e querido amigo Deputado Marcus Pestana. Vejam onde foi cair essa relatoria, no exercício de 2017: na mão desse competente colega. É uma pena que esse Deputado, que é extremamente competente, tenha sido vencido pela articulação do poderoso Sistema S. *(Risos.)*

Eu também, Ministro, julgo-me, até certo ponto, competente para relatar a Receita, uma vez que a minha formação acadêmica é nas áreas de Contabilidade e Direito Tributário. Além disso, há 30 anos, administro empresas. Então, eu me sinto também, com toda modéstia, competente para relatar este projeto tão importante e desempenhar essa tarefa que nos foi dada pelo Presidente Dário Berger.

Ministro, é uma pena que essa mensagem modificativa tenha ocorrido um pouco tardiamente. Nós aqui temos um prazo a cumprir, e isso atrapalhou, evidentemente, o nosso trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O fato de eu estar presidindo a CPMI da JBS tem me tomado muito tempo e tenho falhado muito aqui com a Comissão Mista de Orçamento deste ano — peço, inclusive, as minhas escusas ao Presidente e ao Relator-Geral —, mas nós ainda temos tempo.

Eu participei de uma reunião muito rápida hoje com a equipe técnica que assessora esta Comissão, a equipe da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira — CONOF, que, é bom que se diga, é muito competente.

Eu tenho muitas perguntas, mas já vou pedir a V.Exa. que me receba na semana que vem, se possível, em seu gabinete, para que nós possamos, então, adiantar um pouco mais esse debate.

Ministro, eu, que sou otimista por natureza, vejo *a priori* — e digo *a priori* porque só agora nós recebemos essa mensagem definitiva — que a equipe econômica continua sendo um pouco conservadora para o exercício de 2018.

Essa amostra que os senhores já nos deram, neste ano de 2017, do crescimento da nossa economia e da retomada da criação de empregos, já me leva a imaginar, otimista que sou, que nós teremos crescimento significativo em 2018.

Eu percebi rapidamente que foi apresentada aqui uma estimativa de crescimento da receita em torno de 6% — se eu estiver errado, corrija-me, Ministro —, mas eu acredito que nós teremos um crescimento superior a esses 6%.

Hoje, inclusive, Ministro, conversei sobre essa nova meta de déficit fiscal de 159 bilhões de reais para 2018. Eu acredito que nós podemos ter um déficit abaixo desse valor, desde que não haja uma catástrofe no curso de crescimento da economia, com retomada do emprego.

O nosso grande problema é a Previdência, e V.Exa. tem dito, de forma muito clara, inclusive na imprensa, que se este Congresso Nacional não se debruçar em cima da reforma da Previdência, o Brasil vai quebrar. Isso é fato e não dá mais para esconder.

A retomada do emprego vai aumentar a receita da Previdência Social, que é a grande vilã, é o grande dragão desse nosso déficit fiscal. Então, eu espero que com a queda na taxa de juros, que hoje está em 7,5%, Deputado Pestana...

Ainda acredito que o que eu disse na tribuna em fevereiro de 2017, que nós chegaríamos ao final do ano com a taxa SELIC na ordem de 6,5%, venha a acontecer. Eu espero que o Governo derrube mais 0,5 ponto percentual nas duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

próximas reuniões do COPOM até dezembro, para fecharmos o ano com a SELIC em 6,5% e com isso pagar menos juros na dívida pública. Por outro lado, a inflação realmente está extremamente controlada, em 2,71%, e eu acredito que nós temos condições de chegar a 2,55% no final do ano. Diante desse quadro, Ministro, eu percebo que nós podemos ter um resultado superior a 6% de crescimento na receita para o exercício de 2018.

Mas eu quero deixar aqui outra pergunta, Ministro, para V.Exa. me responder, se puder. Trato disto preliminarmente, porque, repito, gostaria de ir ao seu gabinete para trocarmos muitas ideias.

Com essa decisão do Supremo Tribunal Federal de excluir o ICMS da base de cálculo da COFINS, nós podemos perder — e esse é o lado ruim da coisa —, mas, por outro lado, como experiente na área econômica, vindo da Contabilidade...

Então, Ministro, uma vez excluído o ICMS da base de cálculo da COFINS, nós podemos perder algo em torno de 40 bilhões de reais. E eu repito que é o correto. Não podemos tributar — e essa é uma afirmação minha, é um entendimento meu — um tributo. Então, nós vamos perder 40 bilhões de reais.

Eu gostaria de ouvir o que V.Exa. tem a dizer sobre essa possível perda de receita de 40 bilhões de reais.

Outra pergunta: essa emenda modificativa trouxe como novidade o aumento de dotação da capitalização de empresas da ordem de 1,45 bilhão de reais para 4,62 bilhões de reais, sendo que 1,65 bilhão de reais ficarão em reservas. Essa despesa não está subestimada em razão do teto, embora consuma espaço primário? Podemos ter mais informações sobre essa alteração?

Ministro, subvenções econômicas e subsídios devem cair muito pouco. Acredito que de 24,6 bilhões de reais, em 2017, cairão para 23,8 bilhões de reais em 2018, com a devolução de empréstimos do BNDES na ordem de 130 bilhões de reais. Não deveriam cair bem mais? Essa é a minha indagação *a priori*. Essa modificativa considerou a devolução dos 130 bilhões de reais do BNDES.

Há poucos minutos eu tive acesso a essa mensagem modificativa, Ministro. Mas, passando o olho aqui, como contador que fui há 30 anos, chamou-me a atenção o Quadro 4.1.

A primeira mensagem que nos foi enviada, dia 31 de agosto do corrente ano, previa uma receita de 3,536 trilhões de reais. Nesta, houve uma redução, e a receita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foi para 3,5 trilhões de reais. O.k. Eu vou analisar com muito carinho. Mas uma coisa que me chama a atenção é a rubrica Outras Receitas de Capital, Ministro, porque a primeira mensagem veio com 242 bilhões de reais e agora caiu para 157 bilhões de reais, uma diferença de aproximadamente 85 bilhões de reais. Isso me chamou muito a atenção. Se V.Exa. puder já falar alguma coisa sobre essa rubrica, eu fico satisfeito, senão, nós podemos depois, na semana seguinte, conversar um pouco mais sobre esse assunto.

Pois bem, Ministro, eu gostaria, ao vivo e em cores, de poder agendar um encontro com V.Exa. num dia da próxima semana, por exemplo, segunda-feira à tarde. V.Exa. poderia receber-me à tarde? Digo isso porque o Ministro tem me recebido aos domingos e aos sábados. Podemos marcar um encontro em vosso gabinete, na segunda-feira à tarde? É possível? *(Pausa.)*

Pois bem, Sr. Presidente, Sr. Relator, a princípio, era só essa a minha fala. E mais uma vez eu quero parabenizar o Ministro pelo trabalho que vem desenvolvendo diante desse grande Ministério do Planejamento.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra o Ministro Dyogo Oliveira.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Muito obrigado, Presidente.

Vou começar com as questões do Relator-Geral, o Deputado Cacá Leão.

Primeiro, as medidas que podem tornar o orçamento mais flexível são exatamente as medidas de redução das despesas obrigatórias, e o que nós temos feito nessa seara é principalmente a revisão de programas, como, por exemplo, o auxílio-doença.

Nós estamos revisando todas as pessoas que têm recebido auxílio-doença há mais de 2 anos, Deputado. Aproximadamente 1 milhão de pessoas estavam recebendo auxílio-doença há mais de 2 anos — 1 milhão de pessoas! Isso estava custando 20 bilhões de reais por ano. Com essa revisão, nós estimamos reduzir pelo menos de 7 bilhões a 8 bilhões de reais nessa despesa.

Temos também a revisão do BPC. Através de cruzamentos de bases de dados, já identificamos um número também muito elevado de pessoas que, aparentemente, não estão cumprindo todos os requisitos para receber esse benefício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Bolsa Família também tem sido objeto desse tipo de verificação.

Fizemos uma redução, um corte considerável nas despesas de subsídios. Acabamos com aqueles programas do BNDES por meio dos quais o Governo tinha que pagar para as grandes empresas fazerem seus projetos, aquelas coisas todas. Fomos reduzindo isso.

Essa medida do adiamento do reajuste, por exemplo, é uma medida que reduz a despesa com pessoal, que também é uma despesa obrigatória. Portanto, o Governo tem feito o seu dever de casa nesse sentido. Mas eu volto a insistir que a maior despesa obrigatória que nós temos é a da Previdência. Se nós não enfrentarmos isso, não há alternativas muito melhores para compor o orçamento.

A questão do fundo eleitoral não foi incorporada. Nós deixamos a reserva das emendas de bancada na peça orçamentária para ser alocada ao fundo.

Quanto às outras despesas, já havíamos falado sobre essa questão da aplicação dos 50% na saúde. Nós já até endereçamos uma alternativa para cumprir o que havia sido acordado. Quanto à questão da composição do fundo partidário, caberá à Comissão fazer a adequação da peça orçamentária.

O investimento, Deputado, de fato, como eu disse, vai ficar só o do Orçamento Fiscal e da Seguridade — não falamos das estatais, porque não houve alteração —, e ele aumenta consideravelmente nesta proposta. Ele saiu, se não me engano, de quase 2 bilhões de reais para 26 bilhões de reais.

Então, essa recomposição da mensagem modificativa está concentrada principalmente no investimento. E o que nós buscamos ali privilegiar são aquelas obras estruturantes para o País e que estão em andamento. Então, não há ali a previsão de valores para novas obras. Há um foco em concluir as obras que estão em andamento, evitando que as obras sejam paralisadas.

Quanto à questão que o senhor pergunta sobre as informações complementares, algumas já foram encaminhadas. A assessoria da Comissão tem tido contato continuado com a nossa equipe. Nós já viemos nesse período adiantando as informações. E, ao longo dos próximos dias, as informações que estão sendo solicitadas serão disponibilizadas para o trabalho da assessoria da Comissão.

O Senador Ataídes Oliveira pergunta sobre a retirada do ICMS da base de cálculo da COFINS. Nós não estamos considerando isso na proposta, uma vez que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

há uma decisão suspendendo a aplicação dessa exclusão. A AGU está tratando disso junto ao Supremo Tribunal Federal, e há a suspensão no momento da aplicação dessa decisão. Em virtude disso, nós mantivemos na proposta orçamentária a legislação conforme ela está sendo aplicada.

Isso, mais uma vez, Senador, reforça as estratégias que nós usamos de sermos um pouco conservadores na estimativa das receitas, de modo a contemplar também alguns riscos que podem frustrar a receita ao longo do ano.

É verdade também que, neste ano, em virtude do teto de gastos, uma ampliação da receita para além desses valores que já estão aí previstos não necessariamente implica ampliação do orçamento, uma vez que a despesa já está no limite do teto de gasto.

Quanto aos recursos para a capitalização de empresas que o senhor mencionou, nós temos ali, basicamente, a INFRAERO, porque, como ficou estabelecido dentro daquele modelo de concessão dos aeroportos, ela tem 49% das ações dos aeroportos concedidos e tem que acompanhar as empresas privadas na capitalização para o investimento nesses aeroportos. Então, nós colocamos recursos para isso.

Além disso, há a questão da Empresa Gerencial de Projetos Navais — EMGEPRON, ligada à Marinha, e que também tem uma previsão que basicamente é para que ela reconstrua a nossa frota de corvetas, porque o Brasil hoje não tem navio para defender a costa. Nós estamos completamente sem nenhum navio novo para proteger a nossa costa. Temos um conjunto, se eu não me engano, de 12 navios, dos quais 4 estão no final da vida útil. E nós ficaríamos com 8 corvetas para defender toda a costa brasileira. Então há previsão dessa capitalização da EMGEPRON, para que ela retome a construção dessas embarcações para defender a costa brasileira. E há uma parte de recursos que nós deixamos numa reserva também, que poderia, ao longo do ano, ser utilizada para capitalização das empresas estatais.

O senhor mencionou a questão da devolução dos recursos do BNDES. A proposta orçamentária efetivamente prevê a devolução desses recursos. Temos conversado sobre isso com o BNDES. Estamos ajustando as nossas projeções e as projeções do BNDES para termos, até o final da aprovação do projeto, uma definição sobre a devolução desses recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O fato é que eles são necessários para cumprir aquilo que nós chamamos de regra de ouro. A Constituição Federal brasileira traz uma regra que diz que nenhum ente da Federação pode emitir dívida ou tomar empréstimo além do seu investimento. Como nós temos um déficit muito elevado — e esse déficit não é devido a investimento, é devido à Previdência, portanto, ao custeio —, essa regra não está podendo ser cumprida plenamente neste ano nem no próximo ano. Estamos dependendo, portanto, da devolução desse dinheiro para que se cumpra a regra sem a necessidade de o Governo tomar empréstimo para pagar essas despesas além do volume de investimentos.

O senhor mencionou a questão da receita, mas eu alerto apenas que o senhor estava se referindo na verdade às receitas exatamente de emissão de dívidas. Aquelas outras receitas de capital, na verdade, são a emissão de dívida para pagamento de juros. O que aconteceu foi que as nossas projeções de pagamento de juros foram reduzidas. Portanto, há menor necessidade de emissão de dívida.

A propósito disso, este é mais um elemento importante do resultado da política econômica nesses últimos meses: a queda do custo médio de financiamento da dívida pública brasileira. O financiamento estava em mais de 15%, quando o Governo assumiu, agora está indo para 11%.

Nós reduzimos em 4% ao ano o custo de financiamento da dívida pública. Isso implica, Sr. Senador, aproximadamente 150 bilhões de reais a menos em pagamento de juros a cada ano, em virtude das ações corretas que o Governo vem tomando para sanear a economia brasileira.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Sr. Presidente, não quero ser chato com os amigos, mas o que vou falar é de extrema importância para a formatação do meu relatório. Eu gostaria de...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Mas falarei muito rapidamente.

Ministro, o Congresso Nacional e o Governo Federal estão a cometer um crime, ou melhor, uma anomalia fiscal e jurídica desde longa data, porque ainda não estão incorporados às suas receitas os tributos que são repassados às entidades do Sistema S. No ano passado, esse valor chegou a 21 bilhões de reais. Esse é um assunto realmente delicado. É uma anomalia fiscal, tributária e jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu quero fazer uma pergunta a V.Exa. Uma vez que este Plenário e este Congresso Nacional vierem a corrigir essas anomalias, é evidente que nós teremos aí uma receita. O Governo Federal terá uma receita, oriunda da DRU. Ela é obrigatória — entra e sai. Não haverá impacto. Mas nós vamos ter, Ministro, uma receita da DRU, que, segundo informações, nós poderíamos ter tão somente sobre a arrecadação do SEBRAE, da APEX e da ABDI, o que daria algo em torno de 1 bilhão e 300 milhões de reais.

Mas, na verdade, eu preciso que alguém me convença de que essa DRU não teria de ser estendida às demais entidades, o que traria uma receita de 7 a 8 bilhões de reais.

V.Exa. tem alguma coisa a dizer em relação a isso, Ministro? Pergunto porque eu pretendo fazer essa correção nesse meu relatório.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Eu estou satisfeito, Ministro.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Bom, eu vou fazer só a seguinte consideração, Senador: ao incluir essa receita, haverá a necessidade de incluir também a despesa com a transferência. Portanto, isso vai concorrer com as demais despesas — já apertadas — que nós temos.

Então, essa é uma consideração que eu acho que a Comissão deve levar com atenção para essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos partir para o Plenário.

Tem a palavra o Deputado Marcus Pestana. Em seguida, falarão os Deputados Edio Lopes e Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Dário Berger; o caro Ministro Dyogo Oliveira; o Secretário de Orçamento, Jorge Alberto; o prezado amigo e Relator do Orçamento de 2018, Deputado Cacá Leão; o Senador Ataídes Oliveira — eu vou propor aqui, por sugestão de um Senador, cuja identidade vou preservar para não ser indiscreto, a supressão da letra "s" do nome Ataídes em homenagem ao Sistema S. Ficaria só "Ataíde". Mas aí não pode suprimir a seriedade; pode suprimir o Sistema S.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, tenho só duas questões, mas antes gostaria de fazer uma breve reflexão: nós vivemos um momento muito especial da vida brasileira, tempos de cólera, que nos deixam um cenário muito nebuloso para 2018. E há um descolamento, que eu acho impressionante, entre a economia e a política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A política não tem um fim em si mesma. A humanidade criou um sistema político. Na medida em que ela foi ficando mais complexa, a divisão do trabalho foi crescendo, e ergueu-se um sistema de poder para tomar decisões coletivas. O sistema político deve ser um facilitador, para melhorar a vida das pessoas, e não um entrave, um obstáculo. É uma ferramenta de mudança social.

É impressionante que, num momento de plena turbulência política, a taxa de juros caia, a inflação caia, o desemprego caia, a confiança comece a ser retomada — o leilão do pré-sal mostrou isso —, e nós consigamos abordar a questão da Previdência e aprovar este pacote de medidas: regulamentação da terceirização, reforma trabalhista, teto de gastos, TLP, mudança do pré-sal, reestruturação do ensino médio, reestruturação do sistema elétrico. É um grande legado econômico, em meio a um turbilhão político.

Outro dia, num debate, um empresário me disse: *"O País está parado"*. Eu afirmei: *"Nada disso! O País não está parado, não. A política é que está gravemente afetada por uma doença crônica"*.

Eu acho que na política temos que ter consciência da gravidade do quadro fiscal, porque é aí que está o nosso calcanhar de Aquiles e o protagonismo da Previdência. Ou o sistema político toma consciência disso, ou nós seremos um grande Rio de Janeiro.

Outro dia, Vereadores, Prefeitos e Deputados Estaduais me instavam a ser candidato a Governador de Minas. Eu disse: *"Se não houver nenhuma chance de ganhar, eu topo; se houver, eu não quero"*. É uma armadilha, tal o estrangulamento fiscal dos Estados. E a situação do Governo Federal não é diferente. A única diferença é que o Governo Federal pode se financiar através da ampliação da dívida, o que é uma injustiça. Do ponto de vista geracional, é um pacto perverso. E o que me surpreende é a baixa consciência no Congresso e na sociedade.

Eu queria até ouvir o Ministro, saber o seu diagnóstico: por que há baixa consciência sobre a gravidade da situação fiscal? E isso tem a ver com a taxa de juros, com o ritmo de crescimento, com o tamanho do crédito e com o potencial de crescimento econômico.

Vou fazer minhas duas perguntas, porque o meu tempo já está acabando.

A primeira delas é sobre o Regime Geral de Previdência Social. Chamou minha atenção, Ministro, um gráfico apresentado, com dados sobre o regime do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

INSS, em que não constam os privilégios do setor público — não estão representados nem as Forças Armadas nem o funcionalismo público federal, estadual e municipal. *(Exibe gráfico.)* Eu acho que este gráfico, invertido, ficou melhor que o outro. Mas assustei-me com o déficit, que estava na faixa dos 35, 40, 42, 49, 56 bilhões de reais até 2014 — em 2014, era de 49 bilhões de reais — e, em 2015, saiu desse patamar e deu um salto para 85, 150, 184 bilhões de reais. Parece-me que houve algum fenômeno. A que se atribui esse salto? Houve algum erro de política econômica? Ocorreu algum problema para justificar essa explosão do déficit no Regime Geral de Previdência Social?

E a última questão, Presidente Dário Berger, é referente a algo que exige de nós um esforço pedagógico muito grande. No Brasil, há um foco muito grande no déficit primário. Isso foi uma coisa introduzida, que nasceu no Brasil com a negociação da moratória com o FMI, de 1979 a 1980. O mundo inteiro presta atenção no déficit nominal. Na Comunidade Europeia, pelo Tratado de Maastricht, a meta é baseada no déficit global, com todas as despesas e receitas, inclusive as financeiras.

Mas eu queria que o Ministro fizesse uma digressão, porque é importante para esta discussão. Aqui se pergunta o seguinte: por que não se cortam os juros? A conta dos juros é tão grande quanto à da Previdência. Então, Ministro, eu queria saber: juros é causa ou consequência?

V.Exa. mencionou que há uma economia com essa baixa dos juros de 50 bilhões de reais por ano. Mas as pessoas dizem assim: "*Precisamos de educação, saúde e segurança. Por que não se tiram os recursos necessários da dívida?*" As pessoas não percebem a relação entre o ovo e a galinha, não veem que, para diminuir a dívida e diminuir o serviço, tem-se que diminuir o déficit. Há um *trade-off* aí no raciocínio dessas pessoas. Então, esse dilema precisa ser melhor esclarecido, porque as grandes despesas do engessado Orçamento Geral da União são com juros e Previdência. O resto está ficando sufocado.

Impressionou-me muito, na Comissão da reforma da Previdência, um gráfico produzido pelo Ministério do Planejamento que mostrava que hoje, nos gastos primários — e isto está reafirmado naquele gráfico em forma de pizza —, as despesas com a Previdência e os benefícios sociais correspondem a 57% dos gastos. E, se nada for feito, em 10 anos eles corresponderão a 82%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos dizer à sociedade: orçamento é escolha, é aplicação alternativa de recursos escassos. Se nada for feito em relação à Previdência, vão sobrar 18% para educação, segurança, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente e tudo mais. É isso que o País quer?

Então, Sr. Ministro, objetivamente, esta é uma reflexão sobre a baixa consciência da gravidade das circunstâncias fiscais. Se não resolvermos isso, a atual retomada não vai ter fôlego.

Portanto, minhas perguntas são: quanto a esse gráfico da Previdência, o que houve para que ocorresse esse salto? E essa relação de juros-dívida com a despesa orçamentária?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sou eu que agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente; Sr. Relator; Sr. Ministro do Planejamento, Dyogo Henrique, não vamos esticar nossa fala tanto quanto fez o nosso Senador Ataídes Oliveira, que tem uma reconhecida desenvoltura nesta área.

Mas eu gostaria de entender, Sr. Ministro, quais foram os fatores que levaram a produção da agricultura brasileira a saltar, em 1 ano, de 184 milhões de toneladas de grãos para 242 milhões de toneladas. Houve um salto de um terço da produção nacional em 1 ano. Lembro-me que, ainda garoto, na época do Delfim, há 40 anos, comemorava-se a produção de 60 milhões, 80 milhões de toneladas de grãos por ano no Brasil. Então, eu gostaria de saber como o Governo encontrou esse número tão significativo. Oxalá haja uma explicação razoável para isso, que eu considero um fenômeno!

Outra questão, Sr. Ministro, é com relação à privatização da ELETROBRAS. No que se refere à privatização de empresas de energia elétrica, enquanto em alguns rincões do Brasil a iniciativa privada está ávida por investir, não é essa a realidade da ELETROBRAS.

A ELETROBRAS presta serviço hoje em regiões deste País em que a iniciativa privada certamente não vai arriscar o seu capital, a menos que haja um recuo na prestação do serviço que a ELETROBRAS hoje nos presta. Vou pegar como exemplo o meu Estado, Roraima: nós não somos interligados ao sistema nacional por uma pendenga com uma comunidade indígena que ocupa o trajeto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

futura linha de transmissão, pendenga esta que se arrasta há mais de 10 anos, por inércia e ineficiência do Governo, principalmente dos Governos passados. Mas o Governo atual repete os mesmos erros do Governo passado quanto a essa questão. Parece que mudou o Governo, mas não mudou o comportamento em relação a isso no meu Estado.

Em Roraima e na Amazônia como um todo, nós temos longínquas vilas, muitas vezes com apenas 100 famílias, que precisam de uma linha de transmissão caríssima, longa, para lhes fornecer energia. A possibilidade de a empresa privada ter um retorno do seu investimento é nula.

Sr. Ministro, somente em Roraima nós temos mais de 300 comunidades indígenas, que contam, em grande parte, com algumas horas de energia elétrica fornecida por pequenos motores geradores alimentados por óleo *diesel*. Na grande maioria dos casos, esse *diesel* é fornecido pela conta de compensação de combustível, pela ELETROBRAS.

Se o Governo já terá uma enorme dificuldade em levar adiante a privatização, por exemplo, da empresa de Minas Gerais, cujo movimento é mais aflorado, imagine V.Exa. a somatória do Norte com essas questões!

Portanto, para que nós possamos aceitar a proposta do Governo, é preciso que antes disso, Sr. Ministro, ele nos dê segurança em relação às regras em que se balizará essa privatização, sob pena de o Norte se somar à já visível resistência de outras regiões do Brasil, como Minas, por exemplo. E, aí, eu não estaria tão certo quanto V.Exa. da privatização da ELETROBRAS.

Então, eu coloco essas duas questões, de forma muito pontual. Uma delas tem mais o sentido didático de explicar como o Brasil conseguiu essa mágica extraordinária de, em apenas 1 ano, aumentar em um terço a produção de grãos, já que não temos o conhecimento de que tenha havido um alargamento na área de produção e muito menos de que a nossa gloriosa EMBRAPA tenha, de repente, descoberto uma nova tecnologia, sobretudo relativamente a sementes, que permitisse, da noite para o dia, tamanho avanço nessa produção.

Eram essas as minhas duas questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Nilton Capixaba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Cumprimento o Sr. Presidente da CMO, Senador Dário Berger; o nosso Relator, Deputado Cacá Leão; o nosso Ministro Dyogo Henrique de Oliveira; toda a Mesa; os colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Quero parabenizar a equipe econômica do Ministro Dyogo Henrique pelo trabalho diferenciado que tem feito pelo nosso País. V.Exas. têm superado a crise com seu trabalho e com sua união.

Eu sou Relator Setorial do Trabalho, Previdência e Assistência social, que são áreas ligadas a dois Ministérios muito importantes para o nosso País.

O Ministério do Desenvolvimento Social é o órgão que dá assistência às crianças, aos deficientes, aos idosos. Ele é responsável também pelo Programa de Aquisição de Alimentos — PAA, que compra os produtos da agricultura familiar. Tudo isso é muito importante para o Brasil.

Eu pediria a V.Exa., Ministro, que olhasse com muito carinho para isso aí, porque, como Relator, considero muito difícil fazer um relatório com cortes nas áreas de assistência à criança, ao deficiente, ao idoso, que são áreas importantes para o nosso País, e no programa de compra de produtos da agricultura familiar, que hoje cresce muito no nosso Brasil, principalmente no meu Estado, Rondônia, onde a agricultura familiar é muito forte. Então, eu gostaria que V.Exa. considerasse esse assunto com muito carinho, para que não haja esse corte, porque fica até difícil explicar como o Brasil, um País que produz tanto, pode sofrer corte na agricultura familiar.

A outra área de minha relatoria é relacionada ao Ministério do Trabalho, que oferece cursos de capacitação e apoia de várias outras formas o nosso trabalhador. Eu também não gostaria de fazer um relatório com cortes nessas áreas.

Então, eu gostaria, primeiramente, de parabenizá-lo e dizer que estou aberto para conversar. Eu já estive falando sobre esse assunto com V.Exa., com o Presidente Michel Temer, com o Presidente desta nossa Comissão, o Senador Dário Berger, e com o nosso Relator. Gostaria de conversar com V.Exa. no sentido de que mantenhamos o orçamento dessa área pelo menos do tamanho daquele do ano passado, para não termos de ficar nos explicando a toda hora para nossa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero parabenizá-lo, assim como a toda a nossa Comissão, e dizer que estamos juntos para trabalhar e fazer o melhor para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu acho que agora o Ministro pode responder — já ouvimos três Parlamentares.

Concedo a palavra ao Ministro Dyogo Henrique de Oliveira.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Obrigado, Presidente.

Eu vou seguir a ordem, até para a resposta não ficar muito longe da pergunta.

O Deputado Marcus Pestana foi fazendo as perguntas e já deixando as respostas mais ou menos insinuadas. *(Riso.)* A primeira coisa que o senhor pergunta efetivamente é sobre a questão da baixa consciência em relação à questão fiscal. Eu acho que, evidentemente, há o problema da aridez do tema. O tema é árido, não desperta emoções, mas nós precisamos ter essa consciência — e precisamos no plural: o Congresso, a sociedade como um todo e os agentes econômicos precisam ter mais consciência de quais são as decisões que nós estamos tomando.

Como o senhor falou muito bem, o Orçamento é o reflexo das decisões. Eu sempre pergunto nas minhas palestras: *"Quanto vocês acham que é a despesa da Previdência? Quanto vocês acham que é o investimento?"* Absolutamente ninguém jamais acerta os valores, porque, na cabeça das pessoas, gastamos numa proporção razoável em saúde, educação, investimento, infraestrutura e despesa com pessoal e Previdência. Mas, quando olhamos o Orçamento, vemos que não essa proporção não é razoável.

No Brasil, a despesa com a Previdência equivale a 57% do total, enquanto a média da OCDE é de menos de 25%. Nós estamos gastando mais do que o dobro da média dos outros países — países que são mais velhos, que têm uma população mais envelhecida, que têm um sistema previdenciário mais pesado. Repito: nós estamos gastando mais do que o dobro. Então, é muito proeminente o tamanho da distorção que o nosso sistema previdenciário está provocando.

O senhor fez uma pergunta muito importante: *"Por que isso aconteceu?"* Isso aconteceu por vários fatores positivos: primeiro, as pessoas estão vivendo mais; segundo, as pessoas estão ganhando mais; e, terceiro, as pessoas estão tendo empregos mais formais, pois o nosso mercado de trabalho foi se formalizando mais ao longo das últimas 2 décadas. Esse conjunto de fatores trouxe para dentro da Previdência uma quantidade de gente que estava fora dela. E agora elas estão se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aposentando, começando a receber sua aposentadoria — e vão ficar recebendo por 30 anos, 40 anos.

E o que é mais grave é que o nosso sistema privilegia quem ganha mais. Quando olhamos os dados, vemos que 64% das pessoas se aposentam ganhando salário mínimo. Essas pessoas se aposentam com uma idade média de sessenta e poucos anos. O restante, que ganha, em média, mais do que o dobro, aposenta-se com 55 anos, 57 anos. Há uma distorção do sistema: quem ganha mais se aposenta ganhando mais e com menos tempo; quem ganha menos se aposenta mais tarde e ganhando menos. Então, essas coisas todas precisam ser revistas.

O nosso sistema previdenciário tem que ter uma regra comum, igual. É isto que está na proposta: mesma idade, mesma regra de cálculo, mesmo tempo de trabalho para todo mundo, seja Parlamentar, seja servidor público, seja trabalhador da iniciativa privada. É evidente que há alguns cuidados que o próprio Parlamento inclui.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Ministro, a que se deve essa alteração da curva de 2015, 2016 e 2017 em relação à de 2014 e dos anos anteriores?

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Isso é devido ao momento em que esses fatores todos se confluem.

O interessante é que isso não se explica pelo lado da receita. Alguns tentaram explicar isso pelo lado da receita, dizendo: *"Olha, mas há a crise e tal"*. Mas o que se vê é que a receita continua crescendo; ela só não consegue acompanhar o crescimento da despesa. Portanto, a explicação está do lado da despesa.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - As desonerações também pesaram aí?

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Olha, as desonerações da folha, embora nós inclusive já tenhamos proposto o cancelamento delas, não estão nesta conta, porque esta conta aqui considera que a União paga à Previdência o valor da desoneração. Portanto, neste caso aqui, é como se não houvesse a desoneração. Esses números não incluem a desoneração.

Por isso, eu digo: a explicação está do lado da despesa. Há muito mais gente recebendo por muito mais tempo e ganhando mais. São fatores todos positivos. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que nós precisamos agora é organizar o sistema, para que ele seja saudável e consiga pagar às pessoas.

Como eu disse outro dia, o grande beneficiado dessa reforma é o aposentado. Sinceramente, se eu estivesse aposentado, eu estaria fazendo manifestações a favor da reforma, porque ela é a garantia de receber o meu benefício. A garantia de quem está aposentado é essa. Quem vai se aposentar também deveria estar defendendo isso, porque é a garantia de que quem se aposentar vai receber sua aposentadoria.

Quem está contra a reforma da Previdência está contra o aposentado, está contra o trabalhador, ao contrário do que se pensa. Essa verdade precisa ser enfrentada e comunicada. Será que as pessoas não estão vendo o que está acontecendo em vários Estados do País, que simplesmente não pagam?

O senhor também pergunta sobre a questão dos juros. Eu já mencionei que a queda do custo de financiamento da dívida é decorrente da saúde do País. É muito simples: imagine que você foi ao seu gerente, pegou um empréstimo, mas não o pagou. Aí você vai a ele e pede um segundo empréstimo, que você também não paga. Quando você pedir um terceiro empréstimo, ele vai virar para você e dizer assim: *"Tudo bem, mas este terceiro empréstimo já vai sair mais caro"*. E você diz: *"Tudo bem, eu aceito pagar mais"*. Se você pedir um quarto empréstimo, o gerente vai lhe dizer: *"Espere aí. Um quarto não dá! Agora já começou a ficar difícil. Você tem que pagar!"*

A conta pública, nesse sentido, não é muito diferente. O que o Governo está fazendo? Está pedindo empréstimo. Para quem? Para todo mundo, para o cidadão comum. São as pessoas que colocam dinheiro na caderneta de poupança, que colocam dinheiro em fundos de investimento que estão emprestando dinheiro para o Governo. Quando essas pessoas se aperceberem do risco, elas podem simplesmente dizer: *"Não, dê-me meu dinheiro de volta"*. Isso se chama, no jargão econômico, monetização da dívida. Qual é o impacto disso na economia? Inflação.

Então, os caminhos para a economia brasileira são bastante conhecidos: ou fazemos um ajuste, garantindo a continuidade do crescimento, dando sustentabilidade ao que está sendo feito, ou teremos um "voo de galinha" e, logo ali na frente, teremos um processo de monetização da dívida e a volta da inflação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ministro, eu só quero fazer uma pergunta em linguagem de arquibancada do Mineirão, de Atlético e Cruzeiro: o Ministro do Planejamento pode cortar despesa de juros e transferir esse recurso para educação, saúde e segurança, por exemplo, que é o discurso que, às vezes, ouvimos aqui?

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Essa é uma outra ilusão. Na verdade, a despesa com juros é uma despesa financeira da União e não se confunde com as despesas primárias, que são as despesas com os programas, por exemplo. A fonte para o pagamento dos juros é a emissão de dívidas; a fonte para as outras despesas é a coleção de tributos, contribuições e receitas patrimoniais. Portanto, são despesas que não se comunicam: uma não tem a ver com a outra.

Como eu disse, nós tivemos uma grande redução na despesa com juros. O Relator até mencionou: *"Olhe, mas aqui há uma redução"*. Há essa redução exatamente porque a despesa com juros do Governo está caindo. Mas isso não abre espaço para que nós tenhamos mais despesas nas outras áreas. As outras áreas estão contidas pelo nosso déficit — nós teremos 160 bilhões de reais de déficit.

O Deputado Edio Lopes pergunta, primeiro, sobre o crescimento da safra de grãos, que é algo muito positivo no Brasil. E é importante mencionar que o Ministro Blairo sempre me corrige quando eu uso esse número. Ele diz assim: *"Isso aí é uma parte pequena do negócio. Na verdade, você está deixando de falar de não sei quantos milhões de toneladas de cana-de-açúcar, de papel e celulose, de madeira"*. E aí ele cita vários outros produtos que não entram nessa conta porque não são grãos — aqui só se consideram os grãos.

A razão principal desse processo, Deputado, é a continuidade de uma política agrícola que o Brasil foi construindo ao longo dos anos, desde a época do Ministro Delfim. Isso tem a ver com financiamento, com o seguro agrícola, com a tecnologia, com o apoio da EMBRAPA, com o trabalho dos agricultores brasileiros, que são muito modernos em comparação com outros mundo afora. Então, há muita tecnologia, muita produtividade.

E é claro que, de um ano para o outro, houve uma variação climática favorável à safra. Mas isso aí não é por acaso, é resultado de trabalho conjunto do Governo e do setor privado, que permite que o Brasil tenha um dos setores agrícolas mais competitivos do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto à privatização da ELETROBRAS, que o senhor menciona, eu queria dizer primeiro, Deputado, que o que mantém a conexão daquelas pequenas comunidades lá no interior que utilizam geradores a *diesel* não é a ELETROBRAS. A ELETROBRAS faz aquilo não porque está gastando o dinheiro dela, mas porque está gastando o dinheiro da CDE, da CCC, como o senhor mesmo mencionou, no caso da compensação do combustível.

Então, aquele recurso está saindo da conta de todos os consumidores de energia do Brasil, e não da ELETROBRAS. Com ELETROBRAS ou sem ELETROBRAS, aquilo será mantido exatamente como está hoje — talvez melhor, porque o que nós temos hoje na ELETROBRAS é uma empresa deficitária e ineficiente. Em todos os Estados onde existem distribuidoras administradas pela ELETROBRAS, nós temos empresas quebradas, empresas cuja dívida tem valor amplamente superior ao valor delas próprias.

Portanto, a gestão da ELETROBRAS, em vez de melhorar a distribuição de energia em Roraima, em Rondônia, no Amazonas, etc., quebrou as empresas desses Estados, e hoje ela não tem nem condição de fazer os investimentos mínimos para mantê-las em funcionamento.

O que nós teremos, a partir da privatização da ELETROBRAS, é exatamente o oposto: voltaremos a ter uma empresa brasileira de capital nacional. E é importante dizer que a União não vai vender as suas ações da ELETROBRAS. Nós vamos segurar as nossas ações, vamos aumentar o capital da ELETROBRAS, ou seja, vamos trazer mais dinheiro para dentro da empresa, para que ela possa investir mais, voltar a investir, porque a ELETROBRAS não está investindo. Ela tomou prejuízos bilionários por conta de ações do Governo passado e passou a enfrentar dificuldades. Agora, simplesmente por anunciarmos a privatização, a empresa se valorizou 50% em 1 dia. De um dia para o outro, ela se valorizou 50%.

Então, não se trata de uma operação de salvamento do Governo, pelo contrário. O que nós precisamos é ter uma empresa brasileira com capacidade para ser uma grande investidora internacional. Os franceses, os chineses, os italianos estão investindo no Brasil. Como? Por meio de empresas que foram privatizadas, que voltaram a ter capacidade de investir e passaram a ser grandes no mundo.

A ELETROBRAS pode ser uma grande empresa no mundo, pode ser como a Vale. A Vale, depois que foi privatizada, passou a ser uma das maiores empresas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mundo! Quando era estatal, era uma pequena empresa brasileira que só dava prejuízo. Hoje, é uma das maiores do mundo. A ELETROBRAS pode cumprir o mesmo papel, ser uma das maiores investidoras de energia do mundo. Mas, para isso, nós vamos ter que fazer esse trabalho.

E, nesse processo, não só tudo o que ela faz hoje está garantido — ela não faz isso de graça, o Governo a paga para ela fazer — como também nós vamos ter a ampliação de recursos para a recuperação do Rio São Francisco, por exemplo, que hoje não podemos fazer. Estão incluídos na modelagem recursos vultosos para a recuperação do São Francisco.

O Deputado Nilton Capixaba pergunta sobre o trabalho e o desenvolvimento social. Eu lhe informo, Deputado, que nós incluímos agora, nessa proposta modificativa, 4,6 bilhões de reais a mais para o Ministério de Desenvolvimento Social e 120 milhões de reais a mais para o Ministério do Trabalho, o que garante que o Ministério do Trabalho tenha um orçamento praticamente igual ao deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Já melhorou um pouco a relatoria de V.Exa.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos avante, então. A próxima oradora inscrita é a Deputada Rosângela Gomes. Em seguida, estão inscritos a Deputada Professora Dorinha, o Deputado João Arruda e, para terminar a nossa lista, o Deputado João Bacelar.

O Deputado Wellington tinha feito uma permuta com as nobres Deputadas, mas, como ele não se encontra presente, passo a palavra à Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento o Deputado Cacá Leão; o Senador Ataídes Oliveira; o nosso Ministro Dyogo de Oliveira; o Secretário George Alberto; os demais Deputados, Deputadas e Senadores presentes neste Plenário.

Sr. Presidente Dário Berger, falava há pouco com a Deputada Dorinha de uma dificuldade que tenho: eu servi o povo do Rio de Janeiro com um Deputado chamado Gerson Bergher e, por isso, toda hora eu troco o seu nome.

Quero dizer da satisfação de ver a exposição do Ministro com relação ao PLOA 2018, poder tirar dúvidas e olhar os pilares que norteiam esse PLOA. Quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Ministro fala de reformas estruturantes, aperfeiçoamento do marco regulatório, melhoria do ambiente de negócios econômicos, gestão pública, concessões, PPAs, PPPs, ele fala, em síntese, do crescimento econômico.

Acho que foi o Senador Ataídes que falou da forma conservadora com que o Ministro olha para o crescimento do País, falando de um crescimento de apenas 5%, quando na verdade S.Exa. mesmo disse que o mercado aponta para um crescimento de 7%.

Ministro, vou ser bem objetiva e enfática e gostaria que V.Exa. atentasse bem para o meu apelo, porque estamos falando de um país que, além de quebrado, é subdesenvolvido, um país quebrado que tem uma necessidade urgente de ajustar as suas contas e de crescer, mas que, sobretudo, tem uma população massacrada e carente.

A primeira versão do PLOA que nós recebemos aqui contém um corte na assistência de 4 bilhões de reais. V.Exa. acaba de dizer ao Deputado que houve um aumento de pouco mais de 4%, mas, na verdade, houve um corte de 6,52%.

Nós estamos falando, Ministro, de um povo que está abaixo da linha da miséria, de um povo que tem um percentual muito grande no sistema prisional, de um povo que tem um número de pessoas com deficiência muito grande. Há quase 40 milhões de brasileiros na informalidade. Há uma taxa altíssima de desemprego no nosso País e uma enorme quantidade de crianças vulneráveis.

Nós estamos falando da prestação de serviços de assistência extremamente importantes, como o Bolsa Família, o CRAS, o CREAS. Estamos falando do esforço que esta Casa fez pela retomada do crescimento econômico, na qual acreditei e acredito, porque votei na primeira denúncia e na segunda denúncia em prol do crescimento econômico, da estabilidade e da segurança jurídica do País.

Mas não posso, Ministro, de maneira alguma, por um lado, colocar toda a minha força, toda a minha crença e, por outro lado, aceitar de forma passiva que a nossa assistência, que é o maior pilar da nossa sociedade hoje, sobretudo daquele segmento da população que está na miserabilidade ou abaixo da linha da pobreza, sofra um corte tão acentuado, de 4 bilhões de reais.

V.Exa. ou o Governo retornou os 2 bilhões de reais. Eu conversei com o Ministro Osmar Terra, e ele me garantiu que, quando o novo projeto do Orçamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

voltasse a esta Casa, seria acrescentado o que foi retirado, ou seja, esses quase 4 bilhões de reais.

Ministro, eu quero lhe dizer que nós recebemos aqui o Conselho Nacional de Assistência Social, que teve o trabalho enorme de elaborar todas as projeções para o ano de 2018. Mas, independentemente disso, eu quero falar sobretudo de uma população que é massacrada por todos os setores, por todos os lados.

Trata-se apenas de 2 bilhões de reais. Obviamente, isso é muito dinheiro para mim, mas não para um programa extremamente necessário à nossa população carente, desassistida, vitimada.

Eu queria pedir principalmente a esta Comissão e ao Senador Dário — eu o conheço há pouco tempo, mas já sei um pouco da sua intenção — que nós nos debruçássemos sobre essa questão, juntamente com o Deputado que é o Relator setorial dessa área, para corrigir isso. Seria uma vergonha, um desastre, uma coisa muito ruim para o nosso País que se tirassem mais 2 bilhões de reais dos principais eixos de assistência ao nosso povo, que é o dinheiro da assistência social do nosso País. Eu estou falando do Bolsa Família, do CRAS, do CREAS. Eu estou falando de mais de 5.570 Municípios que são assistidos pelo Sistema Único de Assistência Social — SUAS aqui no nosso País.

Era essa a minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão; o Senador Ataídes, meu colega de Tocantins; o nosso Relator, Deputado Cacá Leão; o Ministro Dyogo Oliveira, também colega de Tocantins.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - É bom que se diga isso. *(Riso.)*

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sim, é bom que se diga isso. Eu espero que ele se lembre do Tocantins.

Cumprimento ainda o Sr. Jorge Alberto, Secretário de Orçamento.

Na minha abordagem, Ministro, eu vou falar de algumas dificuldades.

Eu gostaria primeiro de lembrar que nós Parlamentares temos a obrigação de destinar metade das nossas emendas à saúde. Mas a dificuldade de colocar essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

emendas tem muito sido presente, muitas vezes pela questão operacional do Ministério da Saúde, muitas vezes pelas limitações existentes. Por exemplo, se um Município perdeu uma caminhonete há 4 anos — pode ser que o Prefeito nem seja mais o mesmo —, não se pode destinar uma caminhonete para um Município.

Inclusive, há tramitando aqui nesta Casa algumas PECs que tentam amarrar a destinação de recursos para a saúde, para a área social e para a educação. Eu sei que são áreas estratégicas e que nós poderíamos tentar ajudar. Eu sei também que a dificuldade para nós Parlamentares tem sido grande em relação à saúde. Além de os pequenos Municípios não quererem mais desses tipos de recursos, eles querem algumas coisas que não podem ser destinadas a eles. Por exemplo, a destinação de ambulância ainda continua proibida para os pequenos Municípios. Então, faço este alerta e gostaria de saber como fica essa situação.

Queria lembrar, Ministro, que no documento, a primeira versão que veio, o Programa de Aquisição de Alimentos, que, na verdade, faz uma diferença enorme para os Estados da Região Norte e Nordeste, os pequenos Estados mais pobres, veio com o valor de 750 mil reais. Nessa outra versão, ele veio com uma modificação de 172,5 milhões de reais, mas, ainda assim, é 50% menor do que o de 2017.

Além do mais, isso tem um impacto em relação ao pequeno produtor, que deixa de ter incentivo para continuar produzindo para vender para os programas de alimentação, como a alimentação escolar e em presídios, enfim, os vários programas presentes na área do desenvolvimento social.

Eu faço este apelo porque isso afeta e atinge os mais pobres, tanto o pequeno produtor quanto quem é beneficiário desses programas, inclusive o da merenda escolar.

Em relação à educação, que é a minha principal área de atuação, a minha principal bandeira, eu faço outro apelo e deixo uma preocupação. O Plano Nacional de Educação, que está para ser cumprido, foi aprovado e tem 10 anos de execução. Muitas das suas metas estão longe de serem atingidas, e isso não é uma coisa deste Governo, que começou a executá-lo, mas enfrenta dificuldades. Olhando o orçamento da educação de maneira bastante superficial, nota-se que as despesas discricionárias com educação caíram 30% nessa proposta apresentada, caíram de 27,9 bilhões de reais para 23,6 bilhões de reais. Quando olhamos a parte específica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de obras, nossa preocupação é em relação aos investimentos, que de 5,9 bilhões de reais caíram para 3,7 bilhões de reais.

Nós aprovamos aqui, Presidente, a vinda do Presidente do FNDE, para tratarmos das creches inacabadas, que são elefantes brancos e cujas obras estão paralisadas na maioria dos nossos Municípios. Sabemos que está sendo construída uma saída legal para isso, porque essas creches inacabadas têm, muitas vezes, relação com prefeitos que já deixaram o cargo há muito tempo, com problemas de organização financeira dos Municípios ou até dificuldades do ponto de vista de gestão. Mas as obras estão lá e precisam ser finalizadas. Houve dinheiro público investido e há crianças estudando embaixo de árvore ou em casinhas inadequadas.

Então, este apelo em relação ao investimento se dá por conta da minha preocupação com as obras de creches e instituições de ensino superior que estão paralisadas. Além disso, há um Plano de Ações Articuladas — PAR aberto para novas solicitações.

Eu sei que o Governo Federal vinha investindo muito mais do que o mínimo constitucional de 18%. Por vários anos houve um investimento de 22%, de 23%. Mas penso que esse ajuste para se chegar ao mínimo de 18% não pode ser feito de maneira tão abrupta. Estou vendo o Jorge mexer a cabeça, mas digo que estou trabalhando com os dados que recebi e com a preocupação que tenho em relação à questão da ponta, entendendo que a União tem um papel redistributivo e um regime de colaboração com Estados e Municípios.

A educação básica hoje abriga quase 50 milhões de alunos e é o que acreditamos que faz diferença na vida das pessoas no sentido de lhes dar chance de uma posição diferente na vida.

No mais, quero colocar-me à disposição. Sou Relatora da Área de Fazenda e Planejamento, a mesma de V.Exa., e, assim que possível, eu gostaria de conversar.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - A nossa Relatora poderia ter pedido por nós também, não é? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos aproveitar a Relatora Setorial para corrigir e ampliar os recursos para a educação.

V.Exa. encerrou, Relatora? *(Pausa.)* Cumprimento V.Exa.

Vou fazer uma proposta aqui. Nós ouviremos ainda a Senadora Lúcia Vânia e o Deputado João Carlos Bacelar. Quem sabe poderíamos ouvir todos e, então, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a capacidade de síntese que o Ministro tem, encerrar, porque já estamos com quase 2 horas, ou melhor, com quase 3 horas de audiência — já perdi até a noção do tempo da nossa audiência. Mas, de qualquer sorte, se houver concordância, nós procederemos assim.

Ouviremos agora, então, o Deputado João Arruda.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e também o nosso Relator e agradecer a oportunidade.

Antes que o Senador Ataídes Oliveira saia — eu até ia deixar isso mais para o final — quero falar sobre o Sistema S, porque também tenho uma posição muito forte sobre o debate que devemos travar aqui nesta Comissão sobre esse tema Já ameaçamos fazer esse debate em diversos momentos, mas nunca o fizemos. Quem sabe seja esta a hora, com a presença do Senador aqui.

Abusos são cometidos dentro do Sistema S. Não digo que isso seja regra geral, pois há nele setores que são muito eficientes, têm grande capacidade de qualificação dos pequenos empreendedores, como é o caso do SEBRAE'. Mas existem pontos do Sistema que precisam ser analisados, e isso poderia nos ajudar.

Eu sei que o alvo da sociedade hoje é a classe política. Mas, se esse alvo fosse o Sistema S, a sociedade verificaria que os abusos que nele são cometidos do ponto de vista de cargos, orçamento, verba de publicidade e campanhas são muito maiores.

Eu fui Relator do SIMPLES Nacional no primeiro turno. Vejo que os mesmos que aqui reivindicam o corte de gastos e o não aumento de impostos estavam brigando comigo por conta do aumento que eu queria colocar na tabela, que prejudicaria a contribuição patronal. Então, há falta de coerência também nessa questão.

Portanto, acho que esta Comissão poderia promover esse debate com consciência. Parabéns pela luta!

As minhas perguntas serão bem objetivas, Ministro Dyogo. V.Exa. diz que a coisa está boa, está bem encaminhada — e nós queremos acreditar que esteja —, mas proibiu o aumento dos salários dos servidores do Executivo. O mesmo não aconteceu com relação ao aumento dos salários servidores do Judiciário e do Legislativo. Se a coisa está tão boa, por que a proibição de aumento do salário dos servidores só do Executivo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sobre a priorização do Orçamento, nós não estamos prejudicando a economia e diminuindo o poder de compra com os cortes dos gastos sociais? Aí eu levo em consideração o Bolsa Família, o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social, o Bolsa Atleta. Enfim, eu sei que já foi feito um ajuste e uma grande economia. Mas esse dinheiro que foi economizado pelo Ministério não foi devolvido a ele, para que fizesse investimentos nessas áreas sociais que aumentam o poder de compra dos brasileiros e conseguem ajudar a economia.

V.Exa. mesmo reforçou aqui que a proposta do Governo é terminar as obras, que não vamos começar obra nova, vamos terminar o que se começou. Mas existem inúmeras obras que estão paradas e que não foram concluídas.

Eu falei aqui do Bolsa Atleta, mas posso falar, por exemplo, dos centros de iniciação desportiva. Em diversas localidades do Paraná, muitos deles estão pela metade ou tiveram concluídos apenas 10%. As empresas estão parando e têm que se desfazer dos trabalhadores, dos pedreiros. Como vamos tocar essas obras daqui para frente? Está tudo parado, a verdade é essa.

Não tenho aqui muita coisa para perguntar por conta da falta de informação do banco de dados, que recebemos somente ontem. Mas seria importante que o senhor fizesse essas considerações.

Sobre as emendas individuais, gostaria de saber se vai haver ajuste ou não no ano que vem, ou se vão ficar só em 11 milhões de reais ou dez milhões de reais e pouco para cada um.

Também queria perguntar sobre o Fundo Partidário, o Fundão, pois vi que alguém comentou sobre ele, no qual 30% é de renúncia das emendas de bancada e o restante é das receitas do programa eleitoral. Eu queria saber se isso está incluído na PEC do Teto ou se vai ficar de fora, porque, daí, vai concorrer com as despesas discricionárias.

Seriam esses os meus questionamentos e as minhas perguntas.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa. e concedo a palavra ao Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente Senador Dário Berger, Sr. Relator Cacá Leão, Sr. Ministro Dyogo Oliveira, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, primeiramente quero parabenizar a vinda do Ministro a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esta Comissão tão importante do Congresso Nacional, para discutir o presente e o futuro do País.

Sr. Ministro, uma das perguntas bem objetivas que eu queria fazer a V.Exa. é sobre a avaliação desse contingenciamento excessivo que está sendo feito no Ministério dos Transportes. Praticamente, o Ministério dos Transportes está inviabilizado não só na implantação, Deputado João Arruda, mas também na manutenção da malha rodoviária brasileira. Estive no Ministério ontem e fiquei boquiaberto, Senador Dário Berger, com o que ouvi dos técnicos sobre o excesso do corte e o contingenciamento.

Hoje um dos grandes gargalos da economia brasileira está exatamente, Deputado Cacá Leão, na logística de distribuição, na logística de escoamento dos nossos produtos, nos corredores de tráfego para exportação.

Pelo que ouvi, Ministro Dyogo, não temos recurso sequer para manter a nossa malha rodoviária. Digo isso como baiano, porque, no meu Estado — que é o Estado também do Relator Cacá Leão, a quem inclusive fiz um apelo hoje para que viéssemos a somar forças para tentar rever essa posição junto ao Presidente da República e junto a V.Exa. —, nós não temos recurso nem para manter a nossa malha rodoviária, que é a segunda maior do Brasil e só perde para o Estado de Minas Gerais. Hoje a situação é de total caos na malha rodoviária brasileira, especialmente no Estado da Bahia, que é muito grande.

Uma das prioridades do Ministro Maurício Quintella tem sido a duplicação da BR-101, exatamente onde a Bahia tem um hiato. A BR-101, até a divisa com o Espírito Santo, está duplicada e concedida em parte; depois, na Bahia, está praticamente isolada; quando pula para Sergipe — Estado do nobre Deputado Andre Moura, Líder do Governo no Congresso Nacional e que se encontra aqui, — está sendo duplicada, com toda a necessidade que o Estado de Sergipe tem; depois sobe para o Estado de Alagoas e o Estado de Pernambuco, onde também está sendo duplicada.

A Bahia só tem 3% de execução dos contratos firmados e contratados. Hoje há esse hiato no Estado, e não sabemos como vamos nos posicionar. Eu sei que, quando eu retornar à minha querida Bahia, a primeira pergunta que os prefeitos e as lideranças econômicas, empresariais e políticas vão fazer é: *"Deputado, como é que fica a Bahia? Será que agora, com a posição do Deputado Cacá Leão e com a*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

posição de V.Exa. na Comissão de Orçamento, vamos continuar deixando a BR-101 paralisada?"

Então, Ministro, uma das perguntas que faço a V.Exa. é a seguinte: como podemos rever esse contingenciamento excessivo que foi feito no Ministério dos Transportes? Não podemos deixar que a logística brasileira seja prejudicada, até porque o equilíbrio econômico da nossa balança de exportação depende da logística de transporte, que é a ferrovia e as rodovias, para o transporte de grãos e de minérios produzidos no nosso País, a riqueza mineral do nosso País. Então, tenho essa grande pergunta para V.Exa., que queria que fosse esclarecida aqui.

Também quero parabenizar o Governo pela não inclusão do Aeroporto de Congonhas nas concessões. Eu sempre fui muito crítico ao excesso de concessões de aeroportos brasileiros, até porque eu acho que o Estado tem que ser indutor do desenvolvimento.

A partir do momento, Deputado Cacá Leão, que pegamos o aeroporto mais rentável do País, que é o Aeroporto de Congonhas, e o colocamos num pacote de concessão, estamos criando um desequilíbrio, até porque o Governo precisa definir se vai manter a INFRAERO ou se vai conceder a INFRAERO.

Se o Governo mantiver a INFRAERO, será preciso que o Aeroporto de Congonhas seja analisado como um aeroporto de capitalização, de receita da empresa, para ela pagar os aeroportos mais deficitários e que não têm receita à altura dos de São Paulo.

Se o Governo decidir acabar com a INFRAERO, o Aeroporto de Congonhas também não poderá ser posto isoladamente, porque isso desequilibrará o bloco de concessões, Senador Dário Berger. Há um aeroporto deficitário lá em cima, no Norte, que precisa de um aeroporto superavitário para equilibrar o bloco de concessão.

Então, na minha visão como engenheiro e estudioso do setor de transporte brasileiro, o Aeroporto de Congonhas nunca poderia estar no pacote de concessões — com a INFRAERO ou sem a INFRAERO — em virtude dessas duas posições que coloquei aqui.

Então, quero parabenizar o Governo na figura do Ministro do Planejamento, o Dyogo Oliveira, pela retirada do Aeroporto de Congonhas do pacote de concessões no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradecemos ao Deputado Bacelar.

Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Sr. Ministro, que, juntamente com toda a equipe econômica, tem feito um trabalho digno de respeito de todos os brasileiros. A recuperação econômica do País traz, sem dúvida nenhuma, um momento de muita alegria para todos nós.

Mas, Sr. Ministro, eu gostaria de reforçar um pouco o que o Deputado Bacelar já disse em relação à recuperação de rodovias. Há aqui um projeto de lei suplementar que retira recursos da recuperação de rodovias deste ano. Eu acho isso muito ruim porque, até a vigência do Orçamento do próximo ano, estradas estarão em estado de calamidade.

Eu estive com V.Exa., para falar sobre a BR-153, e fiquei assustada quando soube da retirada de recursos para recuperação de estradas, principalmente do Estado de Goiás. Eu tentei, através de emendas, fazer essa recomposição.

Em relação ao Orçamento deste ano — é óbvio que eu ainda não tive acesso a tudo —, pude ver a área social. Acredito que V.Exa. fez um esforço enorme no sentido de fazer essa recomposição. E acho que essa área da assistência social, que conheço bastante, foi recomposta na medida do possível.

Eu tenho um reparo a fazer quanto à erradicação do trabalho infantil, pois acredito que o corte não é bom. Mas agora compete a esta Casa, na Comissão de Orçamento, fazer o ajuste necessário.

Acredito que a recomposição já nos deu grandes condições de fazer um bom trabalho. Esta Casa tem a responsabilidade de fazer alguns ajustes pontuais. É o que nós faremos, naturalmente levando em conta o teto de gastos, toda a preocupação da equipe ao fazer a recomposição.

Mas eu quero parabenizá-lo porque acredito que, pelo menos na área social, a recomposição foi equilibrada — como eu disse, com pequenos ajustes que terão que ser feitos.

No mais, quero agradecer a presença de V.Exa. e dizer da satisfação de ver o País no rumo certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço à distinta Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Educação, que nos honra com a sua presença aqui, ao indagar o nosso Ministro, a quem vou conceder a palavra.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu vou tentar sintetizar as perguntas.

A Deputada Rosangela, a Deputada Dorinha e o Deputado João Arruda mencionaram a questão dos programas sociais.

O que acontece? Nós fizemos uma recomposição muito importante na área social nesta Mensagem Modificativa. Basicamente, no Mistério do Desenvolvimento Social, no Ministério do Trabalho e na Secretaria Especial de Agricultura Familiar, houve uma boa recomposição.

Então, nas palavras da Senadora Lúcia Vânia, o Congresso, esta Comissão terá, a meu ver, um material bom para trabalhar. Mas esta é a nossa realidade agora. Nós temos que fazer escolhas.

Os Deputados João Carlos e João Arruda também mencionaram a parte da infraestrutura. Tem que haver um equilíbrio entre as diversas atividades do Governo, para o qual não há nenhuma atividade desnecessária. Uma rodovia, uma ferrovia, uma ponte, uma obra social, um programa de educação, tudo isso é importante e precisa ser feito.

Nós fizemos uma proposta que, ao nosso julgamento, está muito equilibrada com as dificuldades existentes, de que uma parte do Orçamento, que são as despesas obrigatórias, cresça o dobro do limite.

Se a Previdência cresce 6%, e, como o conjunto tem que crescer 3%, é evidente que a outra parte não vai poder crescer 3%. Há, portanto, uma parte que está comendo o orçamento das outras. Ela se chama Previdência.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Permite-me só 1 minuto, Sr. Presidente?

Qual é a prioridade do Governo? O Governo está deixando a desejar em diversas áreas e está focando — pelo menos, como diz publicamente — outras áreas. Eu acho que estamos dando tiro para todo lado, e não existe uma prioridade. Qual a prioridade do Governo? O que o Ministro do Planejamento pode nos dizer?

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - O que nós procuramos fazer, Deputado, foi manter o funcionamento dos programas sociais num nível bom. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós colocamos recursos suficientes para os programas sociais funcionarem nesse nível.

Além disso, na área de infraestrutura, mantivemos as obras em andamento, particularmente as mais importantes do Governo, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, as rodovias e ferrovias. Foi alocado recurso suficiente para manter as obras em andamento e evitar uma paralisação adicional. No Governo passado, foi lançada uma quantidade enorme de obras. Muitas começaram, mas não havia base orçamentária para isso. Então, hoje nós temos esse problema, que, aos poucos, vai sendo corrigido. Mas também não é possível, como disse a Deputada Dorinha, corrigir tudo da noite para o dia. Esse ajuste vai sendo feito ao longo do tempo.

O Deputado João Arruda mencionou algumas coisas que eu gostaria de particularizar. Quanto à questão do Legislativo e do Judiciário, a decisão é de cada Poder. Eles poderiam também ter a mesma atitude, o que pouparia recursos para todas as áreas finalísticas do Governo.

Qual é o problema do Governo no Executivo? Essa despesa extrapola o teto de gastos. Então, não é possível fazer nada. Eu tenho explicado isso. Não é que nós estejamos culpabilizando o servidor público pela crise fiscal. Houve um reajuste este ano, de 6% em média, e a inflação vai ser menos de 3%. Então, não vemos que seja uma grande crise adiarmos o reajuste do ano que vem, que seria de mais 6% para uma inflação prevista de 4% de novo.

Então, há possibilidade de adiamento do reajuste dos servidores. Estamos falando principalmente das carreiras de alta remuneração do Governo, que ganham acima de 15 mil reais por mês. Com o aumento que esses servidores tiveram este ano, acredito que podem ultrapassar o ano que vem sem sofrer grandes perdas.

O Legislativo e o Judiciário de fato poderiam acompanhar esse movimento, o que ajudaria enormemente o orçamento dos próprios Poderes, porque essa despesa sai, na verdade, do orçamento de cada Poder.

O senhor perguntou sobre a questão das emendas. Não há alteração entre a proposta original do PLOA e a da Mensagem Modificativa, porque a referência das emendas agora tem como base a inflação deste ano, que vai dar a base do ano que vem. Isso não mudou de lá para cá. Portanto, em relação à proposta original, o limite de emendas para o próximo ano é o mesmo na proposta modificativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Fundo Partidário nós já mencionamos. Ele será constituído com recursos das emendas e com eventual receita do cancelamento do benefício fiscal das empresas de comunicação. Mas isso deverá ser feito aqui na Comissão, recompondo esse orçamento.

O Deputado Bacelar pergunta sobre o contingenciamento, na verdade, não de 2018, mas de 2017, na área de transporte. Nós temos a expectativa, Deputado, de que, na próxima revisão bimestral, haja uma ampliação dos limites dos órgãos. Evidentemente, temos sempre buscado manter os recursos necessários para o Ministério dos Transportes. E ele também será contemplado nesse processo de descontingenciamento que estamos acreditando que ocorrerá, aliás, ainda este mês.

Então, pode haver alguma recomposição. Mas precisamos sempre dizer que a nossa capacidade é reduzida dadas as condições fiscais do País.

Já encerramos, Sr. Presidente? Há mais inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não.

O SR. MINISTRO DYOGO OLIVEIRA - Então, eu queria agradecer mais uma vez a todos os membros da Comissão pela participação e ao Presidente pela oportunidade desta audiência.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Vamos passar ao encerramento e aos agradecimentos.

Agradeço, de maneira especial, o comparecimento do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dr. Dyogo Oliveira. Também agradeço ao Dr. George Alberto de Aguiar Soares e a toda a equipe técnica do Ministério do Planejamento; ao Deputado Federal Cacá Leão, Relator-Geral do Orçamento; ao Senador Ataídes Oliveira, Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária de 2018; a todos os Parlamentares que participaram desta audiência pública; e aos nossos colaboradores e assessores.

Declaro encerrada a nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 07 E 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Aos sete e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Domingos Sávio, Edio Lopes, Elmar Nascimento, Evandro Roman, Hugo Motta, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Vitor Valim e Zé Carlos; **- Senadores titulares**: Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Dário Berger, Pedro Chaves, Valdir Raupp e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes**: Carmen Zanotto, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, João Carlos Bacelar, Marcon, Misael Varella, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Valtenir Pereira, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Roberto; e **– Senadores suplentes**: Cidinho Santos e Lúcia Vânia. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Claudio Cajado, Evair Vieira de Melo e Pastor Eurico. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Bilac Pinto, Célio Silveira, Hugo Leal, Jaime Martins, Julio Lopes, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Professor Victório Galli, Rubens Bueno e Weverton Rocha; e **– Senadores:** Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Jorge Viana e Kátia Abreu. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, do dia sete de novembro de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que informou não haver *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, e anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia seguinte, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 14h24min, do dia 08 de novembro, tendo sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente reabriu os trabalhos. Em seguida, o Presidente passou a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de outubro de 2017; 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 31 de outubro de 2017; e 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 1º de novembro de 2017. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 24 de outubro a 08 de novembro de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. **ORDEM DO DIA**: O Presidente comunicou ao Plenário que o Relator do **Projeto de Lei nº 13/2017-CN,** Senador Valdir Raupp, apresentou um novo Relatório com Substitutivo conforme acordado em 7.11.2017, na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Pauta. Item 01. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2017-CN**, que "Altera a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017." Relator: Senador Valdir Raupp. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. O Relator apresentou o Relatório. Logo após, o Presidente consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação deste novo Relatório, a despeito do previsto no *Art. 128 da Resolução nº 1/ 2006 do Congresso Nacional*, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 2 (dias) dias úteis após a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

distribuição. Em votação, a dispensa do prazo de 2 (dois) dias úteis para a votação do Relatório ao **Projeto de Lei nº 13/2017-CN**, nos termos do *Art. 128 da Resolução nº 1/2006-CN,* foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Deputado Bohn Gass (PT/RS) discutiu o Relatório ao **Projeto de Lei nº 13/2017-CN**. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 03. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), para os fins que especifica." Relatora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ausente a Relatora, foi designada a Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) como relatora *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 04. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e da Defensoria Pública da União, crédito suplementar no valor de R$ 36.262.712,00 (trinta e seis milhões, duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e doze reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Bohn Gass. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O Relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 05. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, da Justiça e Cidadania, do Desenvolvimento Social e Agrário e das Cidades, crédito especial no valor de R$ 330.073.110,00 (trezentos e trinta milhões, setenta e três mil, cento e dez reais), para os fins que especifica." Relator: Deputado Domingos Sávio. Foram apresentadas 09 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição das 9 emendas apresentadas. O Relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 51.034.535,00 (cinquenta e um milhões, trinta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais), para o fim que especifica." Relatora: Deputada Gorete Pereira. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. A Relatora apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Bohn Gass (PT/RS) e Claudio Cajado (DEM/BA). Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foi apresentado 01 destaque. Em votação, o Relatório foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Bohn Gass (PT/RS), ressalvado o destaque. Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado**, ressalvado o destaque**.** Apreciação do destaque apresentado. Destaque nº 01, do Deputado Bohn Gass (PT/RS). Voto da Relatora: pela **rejeição**. O autor apresentou o destaque. O Deputado Danilo Forte (PSB/CE) defendeu o destaque. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Bohn Gass (PT/RS) e Danilo Forte (PSB/CE). Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. Logo após, foi apresentado Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar **Sugestões de Emendas** a serem reapresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN** - PLOA/2018, de acordo com o disposto no *art. 44, da Resolução nº 1/2006-CN,* em virtude da Mensagem Modificativa enviada pelo Governo alterando a Proposta Orçamentária para 2018. Autora: Deputada Carmen Zanotto. A autora apresentou o Requerimento e o Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. Em seguida, o Presidente solicitou ao Plenário Autorização para votação em globo dos itens 6 e 7 constantes da Pauta, referentes aos Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da União, referentes ao 1º e 2º quadrimestres de 2016, cujo Relator é o Deputado Edmar Arruda, com voto pelo conhecimento e arquivamento das matérias. Em votação, a Autorização foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 06. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 4/2017-CN,** que "Encaminha cópia do Acórdão nº 199/2017-TCU-Plenário, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2016 (TC 023.916/2016-8)". Relator: Deputado Edmar Arruda. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. Item 07. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 5/2017-CN,** que "Encaminha cópia do Acórdão nº 198/2017-TCU-Plenário, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2016 (TC 021.374/2016-3)". Relator: Deputado Edmar Arruda. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. Ausente o Relator, foi designado o Deputado João Arruda (PMDB/PR) como relator *ad hoc,* que apresentou os Relatórios. Não houve discussão. Em votação em globo, os Relatórios apresentados aos **Avisos nºs 4/2017-CN e 5/2017-CN**, foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em prosseguimento, os Deputados Danilo Forte (PSB/CE), João Arruda (PMDB/PR) e Carmen Zanotto (PPS/SC) manifestaram-se sobre o **Projeto de Lei nº 33/2017-CN**. Item 08. Apreciação do **Requerimento nº 9/2017-CMO,** que "Convida o Sr. Sérgio Sá Leitão, Ministro da Cultura, para debater a situação orçamentária do Ministério e o apoio ao Projeto de Lei nº 7.619/2017 que altera a Lei Rouanet." Autor: Deputado Domingos Sávio. Ausente o autor, o Senador Dário Berger (PMDB/SC) subscreveu o Requerimento. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. **Sugestões de Emendas** a serem reapresentadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, **ao Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018"- **PLOA/2018,** de acordo com o disposto no *art. 44, da Resolução nº 1/2006-CN,* em virtude da Mensagem Modificativa enviada pelo Governo alterando a Proposta Orçamentária para 2018. Relatora: Deputada Carmen Zanotto. Na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 18.10.2017, a CMO aprovou sugestões de emendas a serem apresentadas por esta Comissão, ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN** – PLOA/2018. Em virtude da Mensagem Modificativa enviada pelo Governo alterando a Proposta Orçamentária para 2018, foi permitido aos autores de emendas ao PLOA/2018 promover adequações nas emendas apresentadas, no período de 03 a 09/11/2017. E esta Comissão decidiu substituir uma das sugestões aprovada anteriormente, do mesmo parlamentar, Deputado Bohn Gass (PT/RS). E nesta reunião, 7ª Reunião Ordinária, realizada em 08.11.2017, a Relatora apresentou a seguinte sugestão de emenda: Emenda nº 2 – CMO, UO: 55101, Tipo: Remanejamento - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento Social, Funcional: 08.511.2069.8948.0001, Ação: Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo humano e Produção de Alimentos na Zona Rural. Valor: R$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), em substituição à anteriormente aprovada. Em votação, a sugestão foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo mantidas as demais. A seguir são relacionadas todas as sugestões de emendas que serão reapresentadas pela CMO : EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: **Emenda nº 3 – CMO**, UO: 36211, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: FUNASA, Funcional: 10.512.2068.10GE.0001, Ação: Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). Valor: R$ 410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais). **Emenda nº 5 – CMO**, UO: 20201, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: INCRA, Funcional: 21.631.2066.211B.0001, Ação: Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária. Valor: R$ 765.708.013,00 (setecentos e sessenta e cinco milhões, setecentos e oito mil e treze reais). **Emenda nº 7 – CMO**, UO: 53204, Tipo: Apropriação - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: DNOCS, Funcional: 18.544.2084.140N.0001, Ação: Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas. Valor: R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de reais). **Emenda nº 8 – CMO**, UO: 26101, Tipo: Apropriação - Inclusão, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: M. da Educação, Funcional: 12.364.2080.8282, Ação: Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior. Valor: R$ 1.500.000.000,00 (hum bilhão e quinhentos milhões de reais). EMENDAS DE REMANEJAMENTO DE DESPESA: **Emenda nº 1 – CMO**, UO: 26298, Tipo: Remanejamento - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: FNDE, Funcional: 12.368.2080.20RP.0001, Ação: Apoio à Infraestrutura para Educação Básica. Valor: R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). **Emenda nº 2 – CMO**, UO: 55101, Tipo: Remanejamento - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: Ministério do Desenvolvimento Social, Funcional: 08.511.2069.8948.0001, Ação: Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo humano e Produção de Alimentos na Zona Rural. Valor: R$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais). **Emenda nº 4 – CMO**, UO: 36901, Tipo: Remanejamento - Inclusão, Localidade: Região Norte, Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde, Funcional: 10.302.2015.4324, Ação: Atenção à Saúde das Populações Específicas da Região Amazônica. Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil – na Região Norte. Valor: R$ 14.790.000,00 (quatorze milhões, setecentos e noventa mil reais). **Emenda nº 6 – CMO**, UO: 20201, Tipo: Remanejamento - Acréscimo, Localidade: Nacional, Unidade Orçamentária: INCRA, Funcional: 21.363.2066.210T.0001, Ação: Promoção da Educação do Campo. Valor: R$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais). Em continuação, o Deputado Valtenir Pereira (PSB/MT) fez comentários sobre o **Projeto de Lei nº 25/2017-CN.** Em sequência, o Presidente informou que seria realizada naquele dia, 08 de novembro, quarta-feira, após encerramento daquela reunião, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, Reunião de Audiência Pública com Representantes do Ministério da Integração Nacional, da SUDENE, do Banco do Nordeste e do Tribunal de Contas da União, para debater o "Plano de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE", em atendimento ao **Requerimento n.º 02/2017-CMO**, de autoria do Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 15.08.2017; e ao **Requerimento n.º 03/2017-CMO**, de autoria do Deputado Danilo Forte (PSB/CE), aprovado na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 29.08.2017. E comunicou que, em virtude da Mensagem Modificativa enviada pelo Governo alterando a Proposta Orçamentária para 2018, encontrava-se facultada aos autores de emendas ao PLOA/2018, a possibilidade de promover adequações em emendas individuais e coletivas, no período de 03 a 09/11/2017, até as 19 horas. Em seguida, o Deputado Bohn Gass (PT/RS) teceu comentários sobre o **Projeto de Lei nº 33/2017-CN.** Finalizando, o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), Representante da Liderança do Governo no Congresso Nacional na CMO, cumprimentou aos parlamentares presentes. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias constantes da pauta e extrapauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrado os trabalhos, às quinze horas e trinta e três minutos do dia 08 de novembro de 2017. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidente. xxx**xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Em 07.11.2017.

SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como não há quórum para deliberação, na representação do Senado Federal, suspendo a reunião e convoco sua continuação para o dia 8, quarta-feira próxima, às 14 horas, neste mesmo plenário.

Portanto, está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

Em 08.11.2017

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em que iremos apreciar as matérias da pauta.

Cabe-me, preliminarmente, esclarecer que hoje há um problema de áudio nos microfones tradicionais. Então, à medida que os Srs. Parlamentares forem se manifestando, um assessor levará um microfone móvel para que nós possamos nos manifestar. Certamente, isso dificulta um pouco, mas não será empecilho para nós fazermos a nossa reunião.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das seguintes atas, por terem sido distribuídas antecipadamente: ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de outubro; ata da 1ª Reunião de Audiência Pública Conjunta, realizada no dia 31 de outubro; ata da 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 1º de novembro.

Caso haja alguma retificação, solicito aos Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos por esta Comissão, tendo em vista que eles se encontram publicados na página da Comissão Mista de Orçamento na Internet.

Passamos à apreciação dos PLNs, projetos de lei do Congresso Nacional.

Item 1. Apreciação do relatório apresentado ao PLN 13/17, do Presidente da República, que altera a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017.

O Senador Valdir Raupp, que é o Relator, apresentou o relatório com um substitutivo, conforme acordado ontem na reunião de Líderes. O voto é pela sua aprovação, nos termos do substitutivo apresentado. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Portanto, tem a palavra o eminente Relator, o Senador Valdir Raupp, para apresentar o seu relatório.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, creio que este relatório já seja do conhecimento de V.Exas.

Então, diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2017, do Congresso Nacional, nos termos do seguinte substitutivo, com as emendas que se seguem, Sr. Presidente.

Nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação desse novo relatório, diante da sua distribuição prévia, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente pode ocorrer após o prazo de 2 dias.

Submeto à deliberação a dispensa do prazo de 2 dias úteis para votação do relatório ao Projeto de Lei nº 13, de 2017, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está em discussão o relatório apresentado pelo Senador Valdir Raupp.

Para discussão, tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, meu registro não levará 5 minutos.

Registro que se trata de uma alteração substancial do projeto que o Governo enviou para cá, em que ele estava pedindo discricionariedade, ou seja, liberdade para poder fazer o manejo de 100% dos recursos do PAC. Isso é inadmissível! Seria um Congresso Nacional totalmente deixado à deriva, à margem, sem exercer o seu poder. Nós é que aprovamos o Orçamento do Executivo, essa é a lei. Então, nós não poderíamos de forma alguma autorizar isso. Seria dar um cheque em branco para o Governo fazer as alterações que ele desejar. Não é assim que funciona uma sociedade republicana, onde existem as diferentes estruturas de poder.

Houve um acordo ontem na reunião que V.Exa. presidiu. Eu quero deixar esse registro, para que se compreenda por que nós estamos votando favoravelmente. Nós teríamos posicionamento contrário, mas já que este tema foi incorporado e houve compreensão de todos os colegas da Comissão nesse sentido, nós estamos votando favoravelmente ao relatório que o Senador Valdir Raupp apresentou. Peço que se faça esse registro, consignando-se em ata o motivo do nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa. a manifestação.

Realmente, isso foi objeto de uma ampla discussão na reunião de Líderes, em que ficou acordada a supressão dessa prerrogativa discricionária do Governo com relação às subvenções que poderiam acontecer através do PAC, e esse acordo foi acatado pelo Senador Valdir Raupp, a quem eu cumprimento e agradeço pelo relatório.

Está em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto o relatório à representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

Vamos ao item 2, cuja Relatora é a Deputada Gorete Pereira.

Eu consulto os eminentes Líderes e os membros desta Comissão se nós podemos pular para o item 3, enquanto aguardamos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Exato, exato.

Atendida minha solicitação, vamos ao item 3.

Item 3. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 22, de 2017, do Presidente da República, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de 270 mil reais, para os fins que especifica.

A Relatora é a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que não se encontra aqui. O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Solicito à Deputada Laura Carneiro que seja Relatora *ad hoc* dessa matéria.

Portanto, concedo a palavra a V.Exa., Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, trata-se do PLN 22/17, que abre ao Orçamento da Seguridade Social, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de 270 mil.

Se V.Exa. permitir, eu vou direto ao voto.

"Voto da Relatora.

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir categoria de programação na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017).

Observa- se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), na Lei nº13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 — LDO 2017), e na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (Plano Plurianual 2016-2019 — PPA 2016-2019).

Em face do exposto, por considerar que o projeto de crédito especial em exame não colide com os dispositivos constitucionais e legais relativos à alocação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de recursos, submeto a este Colegiado o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 2017-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo."

Sr. Presidente, eu apenas leio o relatório da nobre Deputada Professora Dorinha, que se debruçou sobre a matéria e fez esse parecer.

O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço à Deputada Laura Carneiro.

Coloco em discussão o relatório apresentado pela Deputada. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, submeto-o à votação.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Da mesma forma, submeto à votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Este projeto de lei vai ao Plenário do Congresso Nacional, assim como o primeiro projeto, que eu acabei não encaminhando.

O PLN 13/17 vai também ao Plenário do Congresso Nacional, Senador Valdir Raupp.

Vamos ao item 4. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 23, de 2017, do Presidente da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e da Defensoria Pública da União, crédito suplementar no valor de R$36.262.712,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. O Relator é o distinto e prezado Deputado Bohn Gass. O voto é pela aprovação da matéria, na forma proposta pelo Executivo. Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

Tem a palavra o Relator, o Deputado Bohn Gass, para apresentar o seu relatório.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Pois não, nobre Presidente, vou ler o relatório

"Por intermédio da Mensagem nº 383/2017, de 2017, o Exmo. Sr. Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

23/2017-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e da Defensoria Pública da União, crédito suplementar no valor de R$36.262.712,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Segundo a Exposição de Motivos nº 00219/2017 MP, de 6 de outubro de 2017, do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o crédito proposto possibilitará à Justiça Federal o atendimento de despesas com Auxílio-Funeral e Natalidade, Auxílio-Transporte, assim como despesas médicas e odontológicas dos servidores, e possibilitará à Defensoria Pública da União o pagamento de pessoal ativo do órgão.

A proposição será viabilizada à conta de anulação de dotações orçamentárias, inclusive de emendas de bancada estadual, de execução não obrigatória, e individual, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. O parágrafo 4º da exposição de motivos elenca os ofícios contendo autorizações dos autores das emendas cujas dotações estão sendo canceladas.

A exposição de motivos esclarece também, a propósito do que dispõe o art. 44, § 4º, da Lei nº 13.408, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 — LDO 2017, que as modificações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, constante da referida lei, tendo em vista que não modificam o montante das despesas primárias do Poder Judiciário e da Defensoria Pública da União consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo X do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017.

O documento destaca que a presente alteração orçamentária está de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, tendo em vista que não amplia os limites das despesas primárias estabelecidos para o corrente exercício.

E, por fim, ressalta que a solicitação foi formalizada pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que parte dos remanejamentos foi decidida com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

além da anuência dos Parlamentares e das bancadas para cancelamento de suas emendas.

Não foram apresentadas emendas (...).

Voto do Relator

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 44 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO 2017).

Em cumprimento ao art. 46 da LDO 2017, o Conselho Nacional de Justiça aprovou os créditos objetos dessa proposição, conforme parecer de mérito sobre Anteprojeto de Lei nº 0007324-75.2017.2.00.0000, de 26/09/2017.

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 23/17, na forma proposta pelo Poder Executivo."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Bohn Gass a apresentação do relatório, que coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão e o coloco em votação.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está em votação o mesmo relatório na representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tendo sido aprovado o projeto de lei, a matéria vai à apreciação do Congresso Nacional.

Item 5. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 28, de 2017, da Presidência da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Educação, da Justiça e Cidadania, do Desenvolvimento Social e Agrário e das Cidades, crédito especial no valor de R$330.073.110,00 para os fins que especifica. O Relator da matéria é o Deputado Domingos Sávio. O voto do Relator ao projeto de lei, na forma proposta pelo Executivo, é favorável. Às nove emendas apresentadas o Relator proferiu voto pela rejeição.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio para apresentar o seu relatório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Prezado Sr. Presidente Senador Dário Berger e colegas Parlamentares, peço-lhes licença para ir diretamente ao voto. O nosso relatório discorre sobre a natureza do projeto e as razões técnicas que nortearam o nosso voto, mas objetivamente o que interessa a todos é a conclusão do parecer. Fazendo apenas a leitura do voto, ganhamos tempo.

"Voto do Relator

Analisando o projeto, verifica-se que as fontes de recursos se apresentam viáveis e que a proposição não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017) e à Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (Lei Orçamentária Anual para 2017).

Destaca-se, no tocante aos efeitos de natureza fiscal do projeto, que se trata de inclusão de despesa primária compensada pela redução de despesa de mesma natureza, em igual montante, sem que haja, portanto, acréscimos líquidos no total da despesa primária autorizada no Orçamento.

Respeita-se, por conseguinte, o disposto no § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que veda a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária sujeita aos limites impostos pelo citado artigo.

Ademais, ressalta a mensagem ministerial que o crédito proposto será aberto parcialmente a órgão transformado pela Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017. Frisa-se que o art. 54 da LDO 2017 autoriza o Poder Executivo a 'utilizar, total ou parcialmente, as dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 e em créditos adicionais', sem condicionar à prévia transposição, remanejamento ou transferência dessas dotações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os eventuais ajustes do Plano Plurianual 2016-2019 (Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016) deverão ser realizados de acordo com o art. 15, *caput*, inciso I, da referida lei. ”

Aqui, Sr. Presidente, eu abro um parêntese, antes de mencionar a nossa decisão de rejeitar todas as nove emendas, manifestando que compreendi o mérito das nove emendas e pedindo a compreensão de Deputados e Deputadas que as apresentaram, para informar que a nossa decisão de rejeitar as nove emendas em momento algum se refere ao mérito, porque são todas elas meritórias. O problema é que essas emendas retirariam os recursos das fontes originárias, que são emendas impositivas individuais de Deputados e de bancada — no caso, das bancadas de São Paulo, da Paraíba e de Mato Grosso —, que tiveram, em alguns casos nas emendas individuais e em outros casos nas de bancada, prejuízo de ordem técnica na elaboração do Orçamento de 2017.

Este projeto tem tão somente o propósito de corrigir esse aspecto técnico, para que pudessem agora ser corrigidas as emendas de alguns Deputados que tiveram a infelicidade de apresentar algum erro formal e as emendas também prejudicadas das três bancadas dos valorosos Estados que mencionei — São Paulo, Paraíba e Mato Grosso. Se nós acolhêssemos as emendas, prejudicaríamos a iniciativa dos autores.

Por isso, “no tocante às emendas apresentadas à proposição, somos pela sua rejeição integral, tendo em vista que os cancelamentos apresentados” — para originar os novos créditos propostos nas emendas — “incidem em programações derivadas de emendas individuais e de bancada de execução obrigatória. Eventual acolhimento de emendas a este crédito especial resultaria, portanto, em violação da vontade expressa dos autores dessas proposições, desvirtuando, assim, a natureza impositiva dessas programações.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28/2017-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das nove emendas apresentadas”.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Domingos Sávio a apresentação do seu relatório, o qual submeto à discussão. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão do relatório e o coloco em votação.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está em votação o mesmo relatório na representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tendo sido aprovado o projeto de lei, a matéria vai à apreciação do Congresso Nacional, com os cumprimentos ao Deputado Domingos Sávio, que é o Relator.

Voltamos ao item 2 da pauta, que tem como Relatora a Deputada Gorete Pereira.

Item 2. Apreciação de relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 15, de 2017, do Presidente da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$51.034.535,00 para o fim que especifica. A Relatora é a Deputada Gorete Pereira. O voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Concedo a palavra à eminente Relatora, a Deputada Gorete Pereira, para apresentar o seu relatório.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Analisando o projeto como um todo, verificamos que a presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a inserção de crédito orçamentário para o qual ainda não existe dotação específica na Lei Orçamentária Anual em vigor (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017).

Verificamos também que as fontes de recursos se apresentam viáveis e que a proposição não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 — LDO-2017 e à Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2017 (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Desse modo, do exame da proposição, constata-se que a iniciativa do Poder Executivo segue os princípios da boa técnica orçamentária e atende às normas constitucionais e legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 15, de 2017, na forma proposta pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço à Deputada Gorete Pereira a apresentação do seu relatório.

Informo que foi recebido destaque, apresentado pelo Deputado Cohn Gás, ao PLN 15/17.

O relatório está em discussão, ressalvado o destaque.

Não havendo...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, ontem realizamos a reunião, coordenada por. V.Exa. que marcou outra para hoje, em função de três alterações da pauta de ontem. A primeira era sobre o PLN 13, que alterava o percentual para não excetuar o PAC da discricionariedade administrativa por parte do Governo. A segunda era a substituição da emenda de Comissão para o PLOA de 2018. Sob a coordenação da Deputada Carmen Zanotto, houve um esforço para não dobrarmos as indicações — esse que entrará depois. A nossa Comissão e outras duas Comissões apresentaram uma emenda ao Programa de Aquisição de Alimentos — PAA. Eu solicitei aos colegas que houvesse a inversão para um programa relacionado à água, a cisternas, que é um tema que a Comissão também havia trabalhado. A terceira alteração seria feita para não retirar do PLN 15 o valor de 11 milhões de reais referente ao remanejamento de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF, que é para o agricultor familiar produzir os alimentos do País. Então, nós não gostaríamos que isso acontecesse.

Eu gostaria de saber se o Governo aceitou a combinação que fizemos hoje e confirmou a aceitação desse destaque. Se esse destaque está incorporado, eu fico muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O destaque não está incorporado. A ideia é votar o projeto neste momento, ressalvado o destaque.

Colocarei o destaque em votação e apreciação em seguida, se V.Exa. estiver de acordo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, nós conversamos e aquiescemos na questão de retirar a emenda, que seria a terceira do PAA, sem comprometimento da continuidade do programa — isso fica claro —, apenas no intuito de agregarmos mais uma emenda em benefício das políticas públicas dos órgãos a que serão direcionados esses recursos. Então, nós concordamos com isso.

Concordamos também com a apresentação do destaque. Nós não concordaremos com um pedido de verificação, porém a votação será submetida a todos nós, e cada um se posiciona. Mas nós concordamos nessa questão.

Deputado Bohn Gass, com relação à Deputada Zanotto, também me parece que não há nenhum problema em fazermos esse acordo. Porém, praticamente será impossível proceder ao cancelamento, já que nós estamos finalizando a execução.

Então, já há formas de executar rapidamente os PLNs que estão aí. Se nós formos esperar, semana que vem teremos um recesso branco, e na terceira semana poderemos vir aqui abrir vistas etc. Então, efetivamente, não haveria sentido nenhum em manter o PLN.

Portanto, eu gostaria de fazer esse apelo para que nós pudéssemos aprovar o projeto, ressalvado o destaque. Num segundo momento, votaríamos os destaques e continuaríamos com a pauta que está prevista.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Cabe total razão ao nosso Líder, uma vez que, para proceder à devida alteração, teríamos que devolver o projeto de lei ao Governo Federal. Em função da nossa dificuldade temporal, certamente o projeto perderia sua eficácia, razão pela qual concordamos em fazer o destaque. O Líder do Governo concordou, todos os demais Líderes concordaram em fazer o destaque, que é justo e que será apreciado logo em seguida à apreciação do relatório expresso pela Deputada Gorete Pereira.

O relatório continua em discussão. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo mais quem queira discuti-lo, ele está em votação, ressalvado o destaque apresentado pelo Deputado Bohn Gass.

Portanto, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam com sua aprovação permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário do Deputado Bohn Gass.

Da mesma forma, submeto o relatório à votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com sua aprovação permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O autor do destaque é o Deputado Bohn Gass, que no Anexo I suprime dos Encargos Financeiros da União os recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda, cuja função programática é a dívida contratual interna decorrente da equalização dos juros do alongamento de dívidas originárias do crédito rural.

S.Exa. também procede ao respectivo cancelamento, no Anexo II, Órgão 74000 — Operações Oficiais de Crédito, na Unidade Operadora 74101, os recursos sob a supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, da função programática Financiamento para a Agricultura Familiar — PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001).

Esse é o destaque apresentado pelo Deputado Bohn Gass, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Presidente.

Com essa leitura, já dá para identificar claramente por que nós não concordamos com o que se propõe.

Veja bem, o Plano Safra da Agricultura Familiar já está congelado, e eu queria chamar a atenção dos colegas Deputados e Senadores para isso. A cada ano, houve uma elevação nos recursos destinados ao programa. Em 2003, eram 2,3 bilhões de reais; esse valor chegou a 28 bilhões ou 30 bilhões de reais. A cada ano, o aumento de recursos era equacionado com a criação de novos programas, como o Mais Alimentos, o Programa de Agroecologia, o programa da compra pública, o Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE, conhecido como Merenda Escolar, a Assistência Técnica e Extensão Rural. Enfim, havia um conjunto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

programas para estimular a agricultura familiar. O que está acontecendo? Neste ano, o Governo já congelou o valor e o juro — o juro para a área patronal caiu, mas para o agricultor familiar, não. Esse talvez seja um dos motivos por que o Governo está alegando agora que não vai ser buscado recurso igual. Por quê? Porque o Governo diminuiu a Assistência Técnica e Extensão Rural, porque o Governo diminuiu a pesquisa, porque o Governo não faz mais compra pública.

O Deputado Domingos Sávio é o Coordenador da nossa Subcomissão do Leite, na qual hoje pela manhã fizemos um debate sobre a necessidade de pensar o tema das importações, um dos elementos que cria a crise da nossa produção de leite, e também da falta da compra pública. Se não se enxuga o leite do mercado — eu estou insistindo nessa tese —, não há como o preço reagir.

O Governo está com 11 milhões de reais, mas o que se faz? Em vez de ajudar o agricultor de Santa Catarina, do Ceará e do Rio Grande do Sul, ele coloca esses 11 milhões para outra área de juros que ele pode resolver de outro jeito. Não é razoável tirar 11 milhões do agricultor familiar, do produtor de leite, do produtor de arroz, do produtor de frutas, do produtor de qualquer outro insumo. Eu não posso concordar com isso. Por isso eu estou lutando contra essa proposta. Insisto com os colegas Deputados e Senadores para que não permitamos que o Temer tire dinheiro da agricultura familiar. É o que estaremos fazendo se votarmos favoravelmente a essa matéria.

Senador, o argumento do Governo é de que não há tempo. Porém, para votar rapidamente o relatório para o Presidente se safar de uma denúncia, houve tempo. Votaram rapidamente, há poucos dias, a absolvição de Temer. Ontem, votamos rapidamente a Medida Provisória nº 793. Tinham pressa e conseguiram votá-la. Para conceder isenção de pagamentos na área da Previdência, tinham pressa. Nós votamos com pressa a meta fiscal, porque o Governo tinha vontade que isso fosse feito. Só que o Governo levou meses para nos mostrar depois a alteração da meta. Então, o Governo tem pressa quando lhe interessa. Quando não lhe interessa, cria dificuldades. Se o Governo quiser ajudar o agricultor familiar, ele tem condições de fazer alterações e de dar agilidade a isso. É só querer.

Eu preciso concluir dentro do meu tempo, mas, antes, digo que fico muito triste por dois motivos. Um deles é porque acordamos isso ontem. Para mim, o que está acordado é para ser cumprido. Quero me manifestar dizendo que ontem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estávamos em reunião, V.Exa. a presidiu, fizemos um acordo, e o Líder do Governo concordou em fazermos essa alteração. Eu estive pessoalmente com a Deputada Gorete hoje pela manhã, tenho certeza de que teríamos a concordância de S.Exa., mas o Governo infelizmente está impedindo, em primeiro lugar, a consolidação de um acordo que construímos ontem e, em segundo lugar — a minha maior tristeza —, está tirando do agricultor familiar. Aí não dá!

O Governo não precisaria ter esse símbolo de tirar do agricultor familiar, que produz comida e hoje está desaparecendo.

No caso do leite, só no Rio Grande do Sul, de 2 anos para cá, tivemos 20 mil famílias que deixaram de ser produtoras de leite. Essa também deve ser a realidade de Minas Gerais, do Paraná e de vários lugares.

Se tirarmos dinheiro, em um projeto de lei, do agricultor familiar, para onde vai este País? Vai-se quebrar a agricultura? Depois vamos votar projetos de segurança, sim. Temos que aumentar o número de presídios, temos que aumentar a segurança, pois a violência está aumentando nas cidades diariamente.

Vamos deixar o nosso agricultor na terra. Vamos deixá-lo lá produzindo alimento. Esse é o apelo que faço.

Então, eu peço a V.Exas. que aprovem a emenda que apresentei, senão esta Comissão estará se negando a ajudar o agricultor familiar do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu quero cumprimentar o Deputado Bohn Gass, que tem razão na manifestação que fez a respeito da supressão de recursos para a agricultura familiar. Concordo com V.Exa.

Sobre o destaque ao projeto de lei de crédito suplementar especial, apresentado pelo Deputado Bohn Gass, solicito à Relatora que se manifeste quanto à sua aprovação ou quanto à sua rejeição.

Portanto, passo a palavra à Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)*

Deputada Gorete, só um momento, pois o Deputado Danilo Forte havia pedido a palavra.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Pois não, Deputado, até porque S.Exa. é do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Na verdade, não há discussão sobre o destaque, mas eu acho que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, só vou fazer um apelo. Eu acho o seguinte: nós estamos num ano muito difícil, e sei do empenho e do compromisso da Deputada Gorete Pereira para com o produtor rural do Ceará, que já está pagando um preço muito caro em relação ao seguro Safra.

Como estamos no quinto ano consecutivo de seca, e o seguro Safra tem uma equação, que é um percentual sobre a queda da safra do ano anterior, então, se temos safra zero, o percentual sobre a queda também será zero. Isso fez com que 65 Municípios do Estado do Ceará perdessem inclusive o seguro Safra, o que já é prejuízo acumulado, além de todo o sofrimento de uma tragédia repetida que temos de seca no Nordeste.

E nós agora, com uma canetada, retirá-los de uma oportunidade de inclusão, como muito bem colocou o Deputado Bohn Gass, de atender aos micro e pequenos produtores rurais... A situação ficará muito ruim inclusive para a Deputada Gorete Pereira. Será uma situação até constrangedora para S.Exa., como Relatora dessa matéria.

Então, eu acho que seria salutar se S.Exa. fizesse essa inclusão ou achasse uma alternativa para convencer o Governo a garantir que os recursos cheguem ao pequeno produtor. Isso faria inclusive com que o trabalho da Deputada Gorete Pereira como Relatora fosse mais bem reconhecido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra a Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar o Deputado Danilo Forte por tudo que disse. S.Exa. tem total razão.

Nós estamos vivendo esse momento, nós temos várias reivindicações, como a do Deputado Bohn Gass, que também fez um destaque. Mas eu tenho que ser contrária à proposta, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, porque ela deveria ter vindo através de uma emenda. Quando eu fui relatar o projeto, houve um período para que fossem feitas emendas, e ninguém teve o cuidado de fazer uma emenda de supressão a essa matéria. Então, é inviável agora, neste momento, eu acatar um destaque. Eu não tenho onde me segurar, porque não foi feita uma emenda, não houve uma emenda ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que pode acontecer é o Líder do Governo, que já fez um compromisso nesse sentido, ver como vai suprir esse crédito depois, em outro PLN, em outras possibilidades.

Como nesse caso não foi feita emenda, eu tenho que relatar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Continua em discussão o destaque. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-lo, coloco-o em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que rejeitam o destaque permaneçam como se encontram. Aliás, vamos fazer o inverso. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque, com o voto contrário do Deputado Bohn Gass e do Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Como deve ser a orientação? Deve ser assim: quem é a favor se mantém assim, quem é contra...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Realmente, eu ia submeter a matéria a votos da seguinte maneira: quem concorda com o parecer da Deputada Gorete Pereira pela rejeição permaneça como se encontra; quem é a favor do destaque do Deputado Bohn Gass levante a mão. *(Pausa.)*

Então, rejeitado o destaque, com os votos contrários dos Deputados Bohn Gass e Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra, pela ordem, o líder Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, após o raciocínio da Deputada Gorete Pereira, eu queria dizer que ocorreu uma impossibilidade técnica de haver entendimento nesse destaque. Porém, reconheço o mérito do que foi dito pelos Deputados Bohn Gass e Danilo Forte.

De fato, nós deveríamos ter feito a execução mais celeremente, mas não houve tempo hábil. Como eu disse na minha fala inicial, nós gostaríamos de ter executado mais, porém a execução no ano passado foi de 12%, e a deste ano está em 13%. Então, feita a aprovação desse PLN, nós precisamos avançar na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

efetivação daquilo que é possível dentro da programação. Por isso, nós mantivemos o PLN do jeito que veio do Executivo.

Quero agradecer a compreensão de todos os colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em votação na representação do Senado Federal...

Ah! Já foi rejeitado. Então, não há necessidade de submetê-lo à votação novamente.

O projeto de lei vai, então, ao Congresso Nacional.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Antes do último item da nossa pauta, antes dos requerimentos, eu gostaria de pedir a V.Exa. que fosse feita a inclusão na pauta do novo relatório das emendas da Comissão Mista de Orçamento, a serem aprovadas na tarde de hoje, a partir da abertura de prazo para adequação das emendas ao nosso Orçamento, PLOA 2018, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A Deputada Carmen Zanotto apresenta requerimento solicitando inclusão de matéria na pauta, a ser apreciada no dia de hoje.

Informo ao Plenário que há requerimento da Deputada, que requereu a inclusão da apresentação de emenda, em virtude da Mensagem Modificativa ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018.

De acordo com o art. 214, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento vai à apreciação do Plenário. Por isso, defiro o presente requerimento.

Estão todos de acordo? *(Pausa.)*

Todos estão de acordo.

Vamos dar sequência aos itens da pauta.

Item 6. Aviso nº 4, de 2017, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 199/2017-TCU-Plenário, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu faço uma solicitação aos membros desta Comissão. Solicito ao Plenário autorização para votar em globo os itens 6 e 7, referentes aos Relatórios de Gestão Fiscal do TCU de 2016, cujo Relator é o Deputado Edmar Arruda, com o voto pelo conhecimento e arquivamento das matérias.

Como eu acabei de relatar o item 6, vou relatar agora o item 7, e deliberaremos em globo.

Item 7. Aviso nº 5, de 2017, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 198/2017-TCU-Plenário, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2016.

O Deputado Edmar Arruda não se encontra. Então, vamos solicitar ao Deputado João Arruda que faça a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Esse é o item 5, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não. São os itens 6 e 7.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Eu posso fazer isso, até porque o sobrenome é o mesmo, e isso facilita.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Por acaso V.Exas. são parentes?

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu até dei uma gaguejada aqui: *"Na ausência do Deputado Edmar Arruda, concedo a palavra ao seu irmão, o Deputado João Arruda"*. *(Risos.)* Mas não me senti à vontade para fazer isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Ele costuma roubar muito voto meu lá no Paraná.

O voto do Deputado Edmar Arruda é no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo dos Relatórios de Gestão Fiscal ora sob apreciação e dos demais documentos que compõem o processo, e que determine o seu arquivamento.

Esse é o voto do Deputado Edmar Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado João Arruda pelo seu relatório.

Está em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação na representação da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Conhecidas as matérias, os pareceres vão à publicação, e os processos vão para o Arquivo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, todos nós conhecemos — e o Brasil inteiro está acompanhando — a crise da saúde pública no País. Eu recebo todo dia inúmeros telefonemas de Prefeitos do Brasil inteiro tentando buscar uma saída, por meio de suplementação de custeio por parte do Ministério da Saúde, para minimizar o efeito nocivo da ausência de recursos para a saúde nos Municípios brasileiros. A Deputada Carmen Zanotto sabe muito bem disso.

Precisamos agilizar a votação do PLN 33, porque é exatamente o que dá suporte para que o Ministério da Saúde possa, ainda este ano, minimizar esse sofrimento, acolhendo essa demanda e viabilizando a transferência de recursos para os Municípios brasileiros.

Então, Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que priorize a votação do PLN 33, senão daqui a pouco vai acontecer exatamente aquilo que o Líder do Governo disse: *"Não vamos ter tempo hábil para votar a matéria aqui no Congresso e executar o Orçamento até dia 31 de dezembro."*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem lembrado por V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado João Arruda para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - É uma questão de ordem para contribuir. Eu estava numa audiência com o Ministro da Saúde Ricardo Barros, por isso eu me atrasei. S.Exa. falou da importância do PLN e disse que, neste momento, gostaria de mais tempo para debater o projeto.

Eu entendo a pressa do Deputado Danilo Forte, por conta da necessidade de se fazer essa suplementação, mas o próprio Ministro disse que não tem interesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em que o projeto seja votado hoje nem rapidamente, para que se faça uma discussão mais técnica em cima da suplementação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a preocupação de V.Exas. A situação é realmente preocupante.

Este é um projeto bastante robusto e suscita certas alterações, divergências etc. Eu devo decidir hoje ou amanhã quanto à sua relatoria. Certamente, após a próxima semana, nós deliberaremos sobre essa questão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O Deputado Bohn Gass também solicita a relatoria do projeto. Eu recebi 28 solicitações de relatoria desse projeto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. faz jus. V.Exa. faz jus.

O Governo também tem me pressionado, num bom sentido, em relação... Aliás, tem me solicitado, porque, sinceramente, não me submeto à pressão, a não ser que seja uma pressão republicana, o que é natural e normal. Mas eu estou procurando, como sempre fiz, chegar a um entendimento, para que possamos encaminhar essa matéria, assim como temos encaminhado as outras, dentro da mais perfeita normalidade e entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada.

Sr. Presidente, já que se falou de saúde, eu não poderia me furtar a manifestar minha opinião. O PLN 33 realmente é um projeto complexo, que trata em especial de recursos do item 8585, relacionado aos procedimentos de média e alta complexidade, para o conjunto de Municípios e Estados brasileiros. Esse PLN vai exigir de todos nós muito trabalho, em especial de quem for o seu Relator.

Então, quero dizer que nós, que defendemos o Sistema Único de Saúde, nesta Comissão em especial, vamos atuar muito para garantir mais recursos para a saúde. Lembro que, pela peça orçamentária, deveria haver 3% de reajuste, baseado na Emenda Constitucional nº 95, mas a inflação da saúde, em média, sempre gira em torno de 12% a 13%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu penso que estamos diante de uma das maiores entendidas em saúde na Comissão Mista de Orçamento, que é a Deputada Carmen Zanotto.

Ainda está sobre a mesa o item 8, que é o requerimento do Deputado Domingos Sávio. Embora S.Exa. não se encontre, eu subscrevo o requerimento, para que possamos aprová-lo, uma vez que se trata de convidar o Ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão para debater a situação orçamentária do Ministério e o apoio ao PL 7.619/17, que altera a Lei Rouanet.

Eu submeto à apreciação das Sras. e dos Srs. Parlamentares desta Comissão esse requerimento.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação tanto na representação da Câmara dos Deputados quando na do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que concordam com ele permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Deputado Domingos Sávio para convidar o Sr. Sérgio Sá Leitão, Ministro da Cultura, para debater a situação orçamentária e também o PL 7.619/17, que altera a Lei Rouanet.

Há sobre a mesa, extrapauta, apresentação de emenda a ser apresentada pela Comissão à Lei Orçamentária de 2018, em virtude da Mensagem Modificativa de 2017.

Foi sugerida uma emenda à Mensagem Modificativa, feita pelo Deputado Bohn Gass.

A sugestão da emenda está em discussão.

Passo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, eu consulto V.Exa. se eu preciso ler e repetir todas as emendas que já estavam aprovadas ou apenas as da substituição. Eu fui orientada pela equipe técnica a ler todas as emendas. Então, fica sob sua determinação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu acho que o Plenário é soberano para decidir sobre essa questão. Eu concordaria em abrir mão da leitura completa, mas evidentemente submeto aos demais colegas a proposta de suprimir a leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Só uma pergunta: a Comissão já havia aprovado *(inaudível).* Tendo sido aprovado *(inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Exatamente. Vamos acolher a voz da razão.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Perfeito. Vamos acolher.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não, sempre. Eu, sinceramente, tenho muito apreço e consideração pelo Deputado Bohn Gass, pelas suas argumentações. De minha parte, S.Exa. merece amplo e total respeito. Inclusive, colabora muito com os encaminhamentos dos nossos trabalhos aqui na Comissão, sendo sempre, evidentemente, um militante bastante incisivo em relação às questões que defende.

Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Conforme acordado e já relatado neste plenário, na tarde de hoje, sobre o prazo que foi aberto para revermos as propostas de emenda das Comissões, nós temos apenas uma alteração em relação às emendas da nossa Comissão Mista de Orçamento. Trata-se de uma emenda que foi apresentada pelo nobre Deputado Bohn Gass, aprovada na reunião anterior e que agora está sendo substituída por um bom motivo, Sr. Presidente.

Ela está sendo substituída porque já foi apresentada, a que nós já havíamos acolhido aqui na Comissão e em outras duas Comissões além da nossa. Então, nós estamos excluindo da nossa Comissão aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar para a promoção da segurança alimentar e nutricional; incluindo, na unidade orçamentária MDS, objeto 18.544.2084.140N.0001, apoio às tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos na zona rural — é um programa nacional —, no valor total de 235 milhões de reais. Isso com o cancelamento das seguintes sequenciais: 2678, de 30 milhões; 2679, de 15 milhões; 2681, de 10 milhões; 2699, de 110 milhões; 2706, de 10 milhões; 2707, de 10 milhões; 2740, de 50 milhões de reais. Essa foi a alteração nas emendas apresentadas pela nossa Comissão. Conforme acordado, tivemos apenas uma substituição de emenda.

Sr. Presidente, só um minuto. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pelo relatório que nos foi entregue, o item do programa tem o número equivocado: o número 2069, segurança alimentar e nutricional; 8948, apoio às tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos na zona rural.

Faço esta correção, nobre Presidente, e peço à equipe técnica, por favor, que faça essa correção na ata, para que ela tenha toda a precisão necessária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos solicitar à Assessoria que providencie a alteração.

Alguém gostaria de discutir essa questão? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a matéria.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Da mesma forma, submeto-a à votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Parabéns! Cumprimento mais uma vez a querida amiga, a Deputada Federal por Santa Catarina Carmen Zanotto, que destaco nesta Comissão não só por ser catarinense, mas também por ser uma grande amiga e uma das Deputadas mais especializadas na questão da saúde de Santa Catarina e do Brasil.

Concedo a palavra ao Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, eu queria fazer um registro aqui a respeito do PLN 25, de 83 milhões de reais, cujo Relator é o Senador Valadares, que apresenta uma suplementação para o Estado de Mato Grosso, em apoio à manutenção de unidade de saúde daquele Estado, no valor de R$12.406.698,00. Por que esse valor? Porque ele é coincidente com a Emenda nº 71120014, da bancada de Mato Grosso, que é para a DPU, de R$12.406.698,00.

Então, eu queria deixar um alerta à Comissão. Estive conversando com o Relator, e foram apresentadas várias emendas para retirar recurso desses 12 milhões para outros Estados. Isso significa que é uma emenda da bancada de Mato Grosso, embora seja uma suplementação. E por que uma suplementação? A DPU

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

— Defensoria Pública da União precisava de custeio e, como ela tinha rubrica de custeio... Eu estive na SOF — Secretaria de Orçamento Federal, e eles pediram à bancada de Mato Grosso: *"Deixem-nos remanejar esse recurso da emenda parlamentar para o custeio da Defensoria Pública da União, porque eles precisam do dinheiro já, e nós mandaremos uma suplementação para atendê-los no valor exato da emenda de bancada"*.

Então, eu quero fazer um apelo a esta Comissão no sentido de que, a partir do momento que o Senador Valadares apresentar o relatório, se houver qualquer tipo de emenda, que a derrubemos, porque se está retirando dinheiro que é do Estado de Mato Grosso! Então, não é uma suplementação qualquer. É um acordo que nós fizemos, no âmbito da SOF, para facilitar a questão burocrática, pois ele poderia mandar cancelar a nossa emenda, repor os 12,4 milhões e fazer uma suplementação para a Defensoria Pública da União. Eles fizeram esse acordo conosco! Então, esse dinheiro é de Mato Grosso!

E mais: esse valor de R$12.406.698,00 está indo para a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, para atender à média e à alta complexidade. A saúde no Estado de Mato Grosso passa por uma imensa dificuldade. Os hospitais estão fechando por falta de recursos e por falta de pagamento da parte do Governo do Estado de Mato Grosso. E esta emenda veio em boa hora para ajudar a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. Foi um acordo que fizemos com o Ministério da Saúde e com a Secretaria de Orçamento Federal.

Então, gostaria de deixar isso registrado para que, quando vier para a votação nesta Casa, possamos preservar esse valor na sua integralidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem lembrado por V.Exa., que cumprimento pelo alerta feito. E, assim que o relatório estiver disponível, será apreciado por esta Comissão.

Antes de encerrar a reunião, aviso que em seguida haverá reunião de audiência pública com representantes do Ministério da Integração Nacional, da SUDENE, do Banco do Nordeste e do Tribunal de Contas da União, para debater o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste e também o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aviso ainda que, em virtude da Mensagem Modificativa enviada pelo Governo alterando a proposta orçamentária para 2018, encontra-se facultada aos autores a possibilidade de promover adequações em emendas individuais e coletivas no período de 3 a 9 de novembro de 2017, até as 19 horas. Esclareço que, como o Governo enviou a peça orçamentária oficial ou definitiva e ela veio alterada em inúmeros itens, é muito justo e legítimo que se abra a possibilidade de promover as adequações de emendas tanto individuais quanto coletivas nesse período, que já estava aberto e estará aberto até amanhã, às 19 horas, para fazer as adequações que porventura as bancadas e os Parlamentares julgarem necessárias.

Não sei se o Deputado Bohn Gass deseja aproveitar a oportunidade para se manifestar. Solicito aos técnicos que agilizem o conserto dos nossos microfones.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, quero só fazer uma pergunta. V.Exa. falou do PLN 33, mas não foi falado das modificações que vieram para este PLN?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - A minha secretária do gabinete me chamou a atenção porque eu fiz emendas ao PLN 33, do qual eu pedi a relatoria, logo no início, e V.Exa. ainda está por definir isso, que está sob sua responsabilidade, obviamente.

Ela me informou, hoje pela manhã, que foram feitas, por parte do Governo, alterações no PLN 33. E, oportunamente, ao encontrar com V.Exa., queria solicitar que, em o Governo fazendo alterações, na mesma lógica da alteração em relação às emendas que estamos tendo prazo para alterar, também possamos ter no PLN 33 alteração de prazo, porque eu fiz emendas a ele.

Então, estou apenas solicitando a V.Exa. — e não precisa deferir isso agora — que reflita sobre a possibilidade de, em tendo havido alteração, que possa também haver prazo para podermos readequar as emendas, se assim for o desejo de algum Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem lembrado por V.Exa. Não vejo nenhum problema em reabrir o prazo para emendas ao PLN 33, desde que seja 1 dia ou 2 dias, no máximo. Então, vou pedir à nossa Assessoria que verifique a procedência dessa alteração. E, se for o caso, vou reabrir por 1 dia ou, no máximo, por 2 dias, a possibilidade de emendas para a readequação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Partindo para o encerramento da nossa reunião, agradeço às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, a todos, à nossa equipe técnica, ao Líder do Governo, o Deputado Claudio Cajado.

Antes, porém, concedo a palavra ao eminente Líder, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu queria reiterar o meu cumprimento a V.Exa. e ao Deputado Bohn Gass, pela Liderança do PT e pelo acordo feito. Praticamente limpamos a pauta. As matérias que estão para ser deliberadas ainda necessitam de indicação de Relator, o que V.Exa. deve fazer hoje.

Agradeço a compreensão de todos. E vamos à audiência pública! Mas eu queria deixar esse registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito obrigado também ao nosso líder, o Deputado Claudio Cajado.

Muito obrigado a todos.

Dou por encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA). Esta reunião que foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Ministério da Integração Nacional, da SUDENE, do Banco do Nordeste e do Tribunal de Contas da União, para debater o "Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE", em atendimento ao **Requerimento n.º 02/2017-CMO**, de autoria do Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 15.08.2017; e ao **Requerimento n.º 03/2017-CMO**, de autoria do Deputado Danilo Forte (PSB/CE), aprovado na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 29.08.2017. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Jaime Martins, Vitor Valim e Zé Carlos; **Senador Titular:** Dário Berger; e **- Deputados suplentes:** Danilo Forte, Hildo Rocha, Jorge Solla, Raimundo Gomes de Matos e Valtenir Pereira. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Guilherme Coelho, Júlio Cesar e Weliton Prado. **ABERTURA:** às quinze horas e quarenta e um minutos, o Presidente em exercício, Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), declarou iniciada a reunião. Tomaram assento à Mesa de trabalhos os Representantes do Ministério da Integração Nacional, Sra. Cilene de Jesus Dórea, Secretária de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, e o Sr. Carlos Henrique Rosa, Coordenador-Geral de Prospecção e Análise dos Fundos; o Superintendente da SUDENE, Sr. Marcelo José Almeida das Neves; o Presidente do Banco do Nordeste, Sr. Marcos Costa Holanda; e o Representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Márcio Fernando Sueth da Silva, Secretário de Controle Externo. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente em exercício informou que de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. O Presidente em exercício esclareceu que, sendo cinco expositores, seriam concedidos, a cada um, cinco minutos, para expor o tema, prorrogáveis a juízo da Comissão. E conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do mesmo diploma legal*, os parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate e foi iniciada a apresentação do tema pelos palestrantes, que fizeram uso de projetor de multimídia. Inicialmente, o Presidente em exercício concedeu a palavra à Secretária de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, Sra. Cilene de Jesus Dórea, que discorreu sobre o tema em apreço. Depois, fez uso da palavra o Superintendente da SUDENE, Sr. Marcelo José Almeida das Neves, que deu continuidade ao tema. Em sequência, o Presidente em exercício transferiu a palavra ao Presidente do Banco do Nordeste, Sr. Marcos Costa Holanda, que apresentou o tema, em conjunto com o Economista-Chefe daquele Banco, Sr. Luiz Alberto Esteves. E por fim, o Presidente em exercício facultou a palavra ao Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Sr. Márcio Fernando Sueth da Silva, que exibiu relatos de auditoria sobre o tema, levantados por aquela Corte. Encerrada a apresentação, o Presidente em exercício passou a palavra ao Deputado Danilo Forte (PSB/CE), autor do **Requerimento nº 3/2017-CMO**, que teceu considerações gerais sobre o tema e fez questionamentos aos expositores. Em seguida, o debate foi iniciado e o Presidente em exercício, transferiu a palavra ao Deputado Guilherme

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Coelho (PSB/PE), que abordou o tema e levantou questionamentos. Às 17h04min, o Deputado Danilo Forte (PSB/CE) assumiu a direção dos trabalhos e concedeu a palavra ao Deputado Júlio Cesar (PSD/PI), que discursou sobre o tema e fez indagações aos palestrantes. Em prosseguimento, a palavra foi facultada ao Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), autor do **Requerimento n.º 02/2017-CMO**, que comentou o tema e fez questionamentos aos expositores. Em sequência, o Presidente em exercício, convidou a Sra. Cilene de Jesus Dórea, Representante do Ministério da Integração Nacional, para responder aos debatedores e fazer as suas considerações finais. Às 17h31min, o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) reassumiu a condução da reunião e transferiu à palavra ao Superintendente da SUDENE, Sr. Marcelo José Almeida das Neves; ao Presidente do Banco do Nordeste, Sr. Marcos Costa Holanda; e ao Representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Márcio Fernando Sueth da Silva, Secretário de Controle Externo, para procederem às respostas aos parlamentares e fazerem as suas considerações finais. Foi assegurada réplica aos Deputados Hildo Rocha (PMDB/MA) e Júlio Cesar (PSD/PI). Finalizando, os Palestrantes prestaram os esclarecimentos solicitados, e concluíram a exposição. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício, Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), agradeceu o comparecimento dos Representantes do Ministério da Integração Nacional, do Superintendente da SUDENE, do Presidente do Banco do Nordeste; e do Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, bem como dos parlamentares presentes, e encerrou a reunião. Os trabalhos foram finalizados às dezoito horas e sete minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Hildo Rocha, no exercício da Presidência. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 08.11.2017.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Declaro iniciada a 7ª Reunião de Audiência Pública de 2017 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião é resultado da aprovação dos Requerimentos n° 2 e 3 de 2017, de minha autoria e de autoria do Deputado Danilo Forte, e tem por finalidade debater o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste — PRDNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE.

Convido para compor a mesa os senhores expositores: Sra. Cilene de Jesus Dórea, Secretária de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais e o Sr. Carlos Henrique Rosa, Coordenador-Geral de Prospecção e Análise dos Fundos, ambos representando o Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Helder Zahluth Barbalho.

Convido ainda o Sr. Marcelo José Almeida das Neves, Superintendente da SUDENE; o Sr. Marcos Costa Holanda, Presidente do Banco do Nordeste — BNB; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o Sr. Márcio Fernando Sueth da Silva, Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União — TCU. *(Pausa.)*

De acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para expor suas considerações, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Como dispomos de 5 expositores, serão concedidos 5 minutos a cada um para discorrer sobre o tema, prorrogáveis a juízo da Comissão.

Conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos.

O interpelado tem também 3 minutos para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 3 minutos, vedado ao orador interpelar qualquer um dos presentes.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Inicialmente, vou conceder a palavra à Sra. Cilene de Jesus Dórea, Secretária de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional.

A SRA. CILENE DE JESUS DÓREA - Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Hildo Rocha, que preside esta Comissão, e todos os Parlamentares aqui presentes.

Nós vamos fazer aqui uma exposição sobre as ações do Ministério da Integração Nacional no último exercício e ao fim vamos fazer aquilo que é o objetivo de todos que estão nesta Comissão: reclamar aumento do orçamento dos fundos de desenvolvimento. Sem isso, não há que se falar em Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, nem do Norte nem do Centro-Oeste.

O orçamento que está previsto no PLOA — Projeto de Lei Orçamentária Anual é realmente incompatível com as necessidades do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Nós vamos iniciar a apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Ministério da Integração Nacional administra hoje quatro instrumentos de financiamento: os fundos constitucionais de financiamento; os fundos de desenvolvimento; os fundos fiscais de investimentos; e os incentivos fiscais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

redução, reinvestimento e isenção do Imposto de Renda, com uma área de atuação no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Vamos ser breves nos números. Aqui, nós temos o desempenho desses fundos em setembro de 2017. Eu vou focar mais no FNE — Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, em razão do objetivo do trabalho de hoje.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, com orçamento de 14 bilhões 700 milhões de reais, aplicou 8 bilhões no exercício de 2017. O FDNE — Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, com orçamento de 1 bilhão e meio de reais, fez uma aplicação bastante baixa em comparação com a dos últimos anos. O FNO — Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, com orçamento de 4 bilhões 600 milhões de reais, aplicou 2 bilhões e 18 milhões de reais.

Essas são algumas ações que o Ministério da Integração Nacional vem apoiando. A principal delas é realmente a Lei nº 13.340, de 2016, que permitiu a renegociação das dívidas das operações rurais, auxiliando os produtores rurais afetados pela seca ou por enchentes. Eu acho que essa é uma ação das mais relevantes dos últimos anos apoiada pelo Ministério da Integração Nacional.

A aprovação da Resolução nº 4.591, de 2017, do Conselho Monetário Nacional — CMN, que permite a renegociação das dívidas rurais contratadas no período de 2012 a 2016, também é uma ação bastante relevante e merece ser aqui registrada.

A Portaria nº 452, de 2016, está mais voltada para o Fundo de Investimentos da Amazônia — FINAM e para o Fundo de Investimentos do Nordeste — FINOR, que estão em via de serem extintos agora no fim do exercício de 2017.

E uma das nossas ações, inclusive, é a proposta de prorrogação dos prazos de opção desses recursos, de dedução de parcela do Imposto de Renda em favor desses fundos, porque nós temos uma carteira ativa de cerca de 150 projetos e não temos recursos para garantir e assegurar a completa implantação deles. Então, mais para o fim, nós vamos ver ações que estão sendo adotadas pelo MI no intuito de manter uma sobrevida que seja desses fundos.

Outra ação é a modernização das condições de financiamento das operações a serem contratadas com recursos dos fundos constitucionais. Merece relevo ainda a inclusão da possibilidade de financiamento a estudantes, pendente ainda de conversão da medida provisória em lei, no caso é o FIES. Acredito que hoje deva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ser convertida em lei a Medida Provisória nº 785, de 2017, pela informação que temos está em fase de votação de hoje para amanhã.

Essa é uma das ações que merece relevo neste exercício de 2017. Sem dúvida, a possibilidade de aplicação de recursos no financiamento a estudantes é uma ação do Governo Federal que merece, a nosso ver, todo o prestígio.

Com relação aos fundos constitucionais, temos a seguinte previsão de aplicação de recursos para o exercício de 2017: 4,6 bilhões no Norte; 27.7 bilhões no Nordeste; e 10 bilhões no Centro-Oeste.

Com relação ao desempenho dos fundos constitucionais, observamos uma melhoria, com relação a 2016, embora ainda esteja aquém do que entendemos ser da necessidade das regiões — realmente precisamos reconhecer que está um pouco aquém do esperado. Atribuímos isso não à falta de necessidade de investimento de recursos na região, e, sim, à atual conjuntura econômica por que passa o País. Vemos certo decréscimo se compararmos a aplicação de 2017 a exercícios anteriores, mas atribuímos isso exatamente a esta crise econômica pela qual passa o País e não, repito, à falta de necessidade de aplicação de recursos na região.

Apresentamos aqui algumas perspectivas de trabalho para o exercício 2018. Neste final do ano de 2017, como disse, existem incentivos fiscais e fundos que estão em fase de encerramento legal. Estamos propondo a ampliação e a uniformização de incentivos. Já observamos que há alguns incentivos cujo encerramento está previsto para 2017 em uma região e, em outra, está previsto para 2018, sendo que, numa outra região, o encerramento do mesmo incentivo está previsto para 2073. Vejam só a discrepância que há. Vamos propor a uniformização do prazo de vigência da aplicação desses benefícios de incentivos fiscais.

Com relação à recriação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante — AFRMM, é algo que está ainda em fase de estudos. Trata-se de uma demanda muito forte que temos recebido, principalmente da área do Nordeste, através do Nordeste Forte, grupo que nos tem procurado e pleiteado a recriação desse incentivo. Estamos em fase de estudos para propor.

A ampliação do prazo de opção das pessoas jurídicas tem relação com aquele fundo a que me referi anteriormente. Trata-se do prazo mais apertado que temos, agora em dezembro. Estamos empenhados em tentar prorrogar esse prazo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sob pena mesmo de cerca de 150 empresas, entre o Norte e o Nordeste, não conseguirem implantar os projetos, conforme se propuseram a fazer. Isso atrai uma responsabilidade tremenda do Estado. Tenho ressaltado isso, porque envolve quebra de contrato. As empresas estão atuantes, estão funcionando e não têm a contrapartida do recurso necessário para fazer jus ao que a empresa já investiu.

Sobre a proposta de renegociação de dívidas com operações dos Fundos Constitucionais de Financiamento contratadas até o ano 2000, similar à Lei nº 13.340, o Ministério da Integração Nacional já se posicionou favoravelmente através da Secretaria de Fundos. Ela é também uma proposta do Nordeste Forte. Então, do ponto de vista legislativo é que se precisa desta ação mais presente para se tentar estender esses benefícios da Lei nº 13.340.

Embora não esteja aí, quero referir que também estamos estudando a possiblidade de extensão dos benefícios da Lei nº 13.340 para projetos industriais, mas isso demandaria uma justificativa, uma motivação adequada ao caso das indústrias. Esta é uma ação que depende muito mais desta Casa do que propriamente do Ministério da Integração Nacional.

Com relação à proposta sistemática de definição de taxas de juros com aplicação desse redutor através de uma medida provisória, há um estudo do Ministério da Fazenda que está em fase de criação, sobre o qual já nos manifestamos obviamente favoravelmente, porque isso realmente vem ao encontro dos objetivos do desenvolvimento regional e do êxito dos empreendimentos lá localizados.

Esses são mais dados numéricos que, diante da exiguidade do tempo que se tem aqui, prefiro passar.

Com relação ao orçamento do FDNE é importante que fique bem evidenciada a absoluta redução dos recursos destinados ao FDNE — Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. Como eu disse, estabelecer no PLOA — Projeto de Lei Orçamentária Anual 442 mil reais é realmente fazer de conta que haverá um Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. Não há política nacional ou regional de desenvolvimento que subsista, que sobreviva a um impacto desses. Vejam o decréscimo que houve de 2015 para 2018, sobretudo no que respeita ao FDCO — Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste que sabemos ter uma exigência de aplicação de recursos altíssima. Prever na PLOA 59 milhões em comparação com 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bilhão, 102 milhões, como estava em 2015, realmente é algo sério e que precisa ser repensado nesta Casa. Eu acho que o momento é oportuno para discutirmos e refletirmos sobre isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Agora concedo a palavra ao Sr. Marcelo José Almeida das Neves, Superintendente da SUDENE — Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

O SR. MARCELO JOSÉ ALMEIDA DAS NEVES - Boa tarde a todos.

Eu queria saudar o Deputado Hildo Rocha que preside a Mesa, saudar os demais componentes da Mesa, o Sr. Márcio Fernando, a Sra. Perpétua, a Dra. Cilene, o Sr. Carlos Rosa, o Deputado Guilherme Coelho e os demais Deputados presentes, representantes da Comissão. Quero saudar também o Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Marcos Holanda.

Nós recebemos o convite para participar desta audiência pública. Na verdade, dois requerimentos foram aprovados: o Requerimento nº 3, de 2017, que diz respeito ao FNE, e o Requerimento nº 2, de 2017, que diz respeito ao PRDNE — Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Esse também diz muito a nosso respeito. Dada a presença do Banco do Nordeste aqui, vamos focá-lo nessa parte.

Nós trouxemos uma apresentação que vou passar bem rapidamente. Na verdade, é uma apresentação mais institucional. Vamos falar um pouco como está a SUDENE atualmente. Inclusive, é motivo de muito questionamento e curiosidade: *"Como está a SUDENE?" "Como está o orçamento da SUDENE?" "O que a SUDENE tem feito?" "Quais são as atividades da SUDENE?"*

(Segue-se exibição de imagens.)

A lei atual que rege a SUDENE é de 2007. Portanto, a nova SUDENE tem apenas dez anos, desde que foi recriada. A SUDENE foi extinta em 2001 e foi criada a ADENE. Depois, em 2007, ela foi recriada através da Lei Complementar nº 125. A SUDENE é uma autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

A seguir, vê-se a imagem do prédio que todos conhecem, localizado no Nordeste. Ele é simbólico e, infelizmente, já não tinha condições de sediar as instalações da SUDENE. Depois de muita luta, conseguimos este ano, exatamente três meses atrás, nos mudarmos para novas instalações, economizando mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

50% do que gastávamos no prédio antigo e totalmente inadequado para as atuais atividades da SUDENE. Estamos localizados no Bairro de Boa Viagem, em Recife, em instalações modernas e reformuladas. Esta é a nova sede da SUDENE.

A linha do tempo vem desde a sua criação, em 1959. Antes disso, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste — GTDN. O Nordeste passava por uma forte crise e precisava realmente de um instrumento. O Presidente Juscelino Kubitschek, junto com o paraibano e grande economista Celso Furtado e tantos outros pensadores ilustres da época, teve a ideia de criar a SUDENE. Em 2001 houve a extinção da SUDENE.

A história da SUDENE é longa. Passaríamos aqui horas, Presidente, exatamente tratando desse assunto.

Em 2007 houve a criação da nova SUDENE, através da lei que mencionamos. Essa é a nossa área de atuação. São 1.990 Municípios, englobando todo o Nordeste, o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo. Há um detalhe especial. Na semana passada ou retrasada, a Câmara dos Deputados aprovou, e a matéria segue para o Senado, a inclusão de novos 84 Municípios na área de atuação da SUDENE: 81 em Minas Gerais e mais 3 Municípios no Estado do Espírito Santo. Então, são 9 Estados do Nordeste mais 2 Estados, quais sejam, Minas Gerais e Espírito Santo. Trata-se de cerca de 60 milhões de pessoas inseridas na área de atuação da SUDENE, com participação no PIB em torno de 14%, em uma área territorial de 30%. Há uma diferença muito grande do ponto de vista da participação no PIB e também de área territorial.

Estes são os instrumentos atuais de atuação da SUDENE: incentivos fiscais — a Dra. Cilene já os mencionou aqui —; o FNE, operado pelo Banco do Nordeste; o FDNE, que pode ser operado tanto pelo Banco do Nordeste, como também pela Caixa Econômica ou Banco do Brasil. O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste também tem dez anos de atuação e, nesse período, aplicou algo em torno de 10 bilhões, mais ou menos 1 bilhão ao ano.

A Dra. Cilene chamou a atenção para o orçamento desse fundo, que é o que chamamos de fundo próprio da SUDENE. Ele vem caindo ano a ano, mas nós lutamos e o recuperamos. Inclusive pedimos o apoio dos Deputados no sentido de recuperar o valor desse fundo, e para este ano estão previstos algo em torno de 440 milhões. No ano passado, o valor foi de 1,5 bilhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Temos também as ações orçamentárias — estas estão, infelizmente, extremamente contingenciadas — e os incentivos fiscais, que, como já foi colocado aqui, vencem no final de 2018. Esperamos que eles sejam renovados pelos próximos cinco anos.

Esse é um gráfico interessante e mostra exatamente quais são os principais desafios do Nordeste. O Nordeste tem uma diferença regional em relação às outras regiões. Incluímos ali todos os Estados da área de atuação da SUDENE, principalmente os do Nordeste. No Maranhão, por exemplo, a renda corresponde a 74% da renda média do Nordeste e 47% da renda média nacional. Então, a renda nacional é de 1.226 reais e a renda do Maranhão é de cerca de 600 reais. E a renda média do Nordeste é 63% da renda média nacional, ou seja, ainda estamos extremamente distantes do que seria uma situação de igualdade regional.

Esse é um dos desafios. Precisamos diminuir essa desigualdade — esta é a grande missão, e foi, digamos assim, o sonho do Celso Furtado e do Juscelino Kubitschek ao criarem a SUDENE.

Outro dado interessante: noventa e três por cento dos Municípios da área de atuação da SUDENE têm menos de 50 mil habitantes, ou seja, são pequenos Municípios. Boa parte se encontra no Semiárido, ou seja, representam 38% da população rural. O Semiárido é a grande área do Nordeste, é o maior semiárido habitado do Planeta Terra. Há mais de 25 milhões de pessoas morando numa área de semiárido, numa área que tem todo um problema de vulnerabilidade climática, social, onde se tem menos saúde, menos educação, saneamento, enfim, há uma série de outras questões. É para isso que temos que trabalhar e mudar.

Quais são as estratégias de desenvolvimento possíveis para os Municípios? Esta é outra questão.

A seguir, outro gráfico interessante, em relação à questão das regiões. Eu vou passar rapidamente, porque o nosso tempo já está esgotado. O Nordeste representa praticamente 28% da população e gera apenas 13,6% do PIB. A área da SUDENE tem um número um pouco maior.

Finalmente, vamos falar do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste — PRDNE. Esse é um instrumento de obrigação legal da SUDENE. Esse é um instrumento cobrado, a todo o momento, pelo Tribunal de Contas da União como uma ação da SUDENE e seria o grande plano estratégico para o desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Nordeste. Infelizmente, desde que a SUDENE foi criada, nós não fizemos essa tarefa. A SUDENE não fez essa tarefa.

Desde o ano passado, nós vimos tratando esse assunto e colocamos, já neste ano, o PRDNE na pauta, inclusive com uma ação concreta. Nós estaremos assinando acordo, no próximo dia 20, junto ao PNUD e à ONU, para a realização do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. É uma ação de longo prazo, que tem 10 milhões no Orçamento — mas tem zero do ponto de vista orçamentário, porque nós fomos contingenciados em 100%. Tínhamos 1 milhão para começar este ano e infelizmente não temos absolutamente nada agora no final do ano.

Este é um apelo que fazemos nesta Comissão, para que nos ajudem. Não chegamos a um lugar bom sem planejamento, e o Nordeste é uma prova disso. Nós estamos estagnados, estamos em uma situação extremamente difícil.

O Deputado Guilherme Coelho estava informando que o bônus de adimplência do Nordeste alguns anos atrás era 25% no Semiárido e caiu para 15%. O Nordeste tem perdido. Perdemos o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante. Precisamos de uma política totalmente diferenciada para uma região que realmente tem índice de desigualdade.

Esse é o *status* do PRDNE.

No próximo dia 20, como eu disse aqui, estaremos assinando o acordo com o PNUD. Já temos autorização da ABC — Agência Brasileira de Cooperação e do Ministério das Relações Exteriores. Vamos fazer isso exatamente em cima dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODS, do PNUD.

Esse é um formato da proposta: há os comitês, o diagnóstico, o grande diagnóstico. Sobre isso nós vamos ter que conversar muito com os Estados, com os demais órgãos de desenvolvimento regional. E a ideia seria que ele ficasse pronto no ano de 2018. Seria aprovado pelo CONDEL e viraria lei aqui na Câmara Federal, inclusive para obrigar, digamos assim, a aplicação das políticas públicas federais que dizem respeito à nossa área de atuação. Esperamos reverter essa questão orçamentária e fazer com que o PRDNE se desenvolva conforme também preceitua a lei.

Essas são algumas abordagens do PRDNE e assuntos que poderíamos deslanchar em outros momentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse é o Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD. Como eu falei, a assinatura dele está prevista para acontecer no dia 20 de novembro. Há necessidade de garantirmos 1,2 milhão de reais para este ano. Sobre o orçamento de 10 milhões até o ano de 2020, infelizmente, nós não temos ainda essa sinalização.

Esse é, em linhas gerais, mais ou menos, o *status* que temos em relação ao PRDNE.

Mais uma vez eu renovo o pedido de apoio desta Comissão, no sentido de nos ajudar na parte orçamentária, para que consigamos realizar essa nossa obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Muito obrigado, Sr. Marcelo José Almeida das Neves, Superintendente da SUDENE.

Concedo a palavra agora ao Sr. Marcos Costa Holanda, Presidente do Banco do Nordeste.

O SR. MARCOS COSTA HOLANDA - Obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Sobre a participação do Banco, eu vou passar a palavra ao nosso Economista-Chefe, Luiz Esteves, que vai fazer uma breve apresentação. Antes, porém, eu queria fazer uma breve colocação.

Eu acho que esse tema — uma nova discussão — é mais do que louvável. O próprio Superintendente Marcelo falou da necessidade de termos uma política de desenvolvimento regional mais forte, mais firme. Isso é fato.

Eu acho que os números que ele colocou são números bem antigos, são números tristemente antigos. Essa participação do Nordeste na renda brasileira, em torno de 40%, não é de hoje nem de ontem. Há mais de 50 anos não conseguimos reverter essa participação na renda. Dados mais recentes mostram que isso não mudou muito.

Eu costumo dizer que o Brasil, na verdade, não é um país pobre; o Brasil hoje é um país de renda média alta. Porém, o Brasil é um país muito desigual — essa é a realidade. E essa desigualdade certamente acontece, infelizmente e basicamente, por conta do Nordeste e um pouco por conta do Norte. Daí a importância de sempre termos, de um lado, a questão do planejamento e, do outro lado, instrumentos que realmente permitam que essa desigualdade, que esse desequilíbrio seja reduzido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E aqui não adianta imaginar que o Brasil vai ser diferente do resto do mundo. No mundo todo, desigualdades regionais mais fortes só foram corrigidas, minoradas, mitigadas com instrumentos e políticas realmente diferenciadas para regiões mais pobres, que mais sofrem. De forma que eu acho que o Brasil não vai ser diferente.

Então, o que nós vamos colocar na nossa apresentação muito rapidamente, de forma sintética, dentro dessa discussão do fortalecimento de uma política de desenvolvimento regional, é o aprimoramento e, de certa forma, até uma prestação de conta do grande instrumento de política regional que ainda existe no Brasil, que é o FNE. Os fundos constitucionais — no nosso caso, o FNE — são hoje praticamente os únicos instrumentos que têm o poder de realmente ajudar na redução desses desequilíbrios regionais.

O que nós queremos mostrar basicamente é a importância do FNE e o papel fundamental do Banco do Nordeste como o operador único do FNE. Nós estamos nos esforçando para trabalhar o FNE de forma cada vez melhor. Isso significa fazer o FNE dentro do que chamamos de quatros “Es” — um FNE cada vez mais eficiente, mais eficaz, mais efetivo e mais ético.

Então, o que nós vamos mostrar aqui fundamentalmente é esse esforço. E vamos mostrar que o Banco do Nordeste realmente vem cumprindo o seu papel, vem trabalhando o FNE com eficácia. O FNE contrata bem, de forma homogênea entre os Estados e os vários setores.

O FNE é eficiente, uma vez que o Banco do Nordeste tem sido cada vez mais eficiente no controle de suas despesas administrativas, despesa de pessoal. Com isso, torna-se cada vez mais produtivo e, dessa forma, desembolsa-se, contrata-se mais FNE com a mesma estrutura de gasto. No momento em que todo o setor público está envolvido numa grande eficiência, o Banco do Nordeste consegue fazer isso.

O FNE é efetivo, ele é capaz de, a partir de suas contratações, gerar emprego e renda naqueles Municípios que mais precisam. O FNE é feito hoje com muita ética. Nós temos tido um trabalho muito forte de conformidade e *compliance* para garantir que o FNE realmente seja praticado nos mais rigorosos *standards* de ética e de *compliance.*

Nós mostramos, então, que existe espaço para melhorar obviamente, mas eu acho que, fundamentalmente, o que se quer colocar aqui é o papel do FNE como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

instrumento de política regional e o papel do FNE nessa lógica de nós fortalecermos a capacidade das regiões menos favorecidas, para que elas procurem reverter, de forma mais efetiva, esse desequilíbrio, essa desigualdade.

Peço permissão ao Deputado para passar rapidamente a palavra ao nosso economista-chefe e pedir a ele, mais uma vez, um esforço de síntese, deixando para esclarecer depois alguma dúvida dos Deputados. Está certo, Luiz?

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES - Obrigado.

Boa tarde a todos.

Vou tentar fazer uma apresentação rápida, mostrando, mais ou menos, como o Banco tem trabalhado a estratégia de como administrar o FNE.

(Segue-se exibição de imagens.)

O primeiro ponto a esclarecer é o que nós conhecemos de redução de desigualdade, na literatura como um todo, o que reduz desigualdades, de fato, seja de países, seja de regiões.

A literatura é muito consolidada nisso. São basicamente três fatores: acumulação de capital, e aqui não é só acumulação de capital físico. Geralmente as pessoas associam capital físico a máquinas e equipamentos, mas não é só isso. Trata-se de acumulação de capital físico; acumulação de capital humano — as pessoas estudarem e terem qualificação; acumulação de capital social, que tem a ver com boas instituições e boas regras. Então, são esses três fatores de capital.

E existe o fator referente à inovação tecnológica. Para as economias convergirem para o mesmo nível de produtividade, para um mesmo nível de renda *per capita*, que é a diferença que se fala de 45% a 50%. Essa convergência só é possível — a história mostra isso — quando os países ou as regiões partilham as mesmas características de tudo isso ao mesmo tempo. Se você der capital e máquina e não houver educação, não vai viabilizar o negócio. Se há qualificação e não há máquina, a pessoa vai procurar oportunidade em outro lugar. Então, trata-se de dois pontos nodais: acumulação de capital e inovação.

Basicamente um grande *driver* com que nós temos trabalhado é o HUBINE — Hub de Inovação do Nordeste, que é uma forma de você compartilhar conhecimento tecnológico dentro da região, ou seja, tentar segurar os talentos e fazer com que permaneçam dentro do Banco. E nós temos o FNE Semente, para endereçar esse problema. Outro grande *driver* é o Fórum de Cidades Médias, que, no dia 23 e 24,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós começaremos a trabalhar, porque, no caso das cidades, a literatura começa cada vez... Vocês podem perceber que a ideia de cidade inteligente, *smart city*, mostra que as cidades são grandes *habitats* de difusão e produção de conhecimento tecnológico.

Então, essa é uma maneira pela qual o banco tenta lidar com todos esses *drivers* de ganho de produtividade para alcançar a redução de desigualdade. Não se trata somente da acumulação de capital físico — não se trata de compra de máquinas, equipamentos e edificações.

O segundo vetor é como lidar com isso, como lidar, em termos de gerenciamento dessa lógica, com o planejamento da alocação desses recursos. São os quatro "Es" que o Presidente comentou: eficácia, eficiência, efetividade e ética.

Sobre a eficácia, eu vou direto aos gráficos. Nós fazemos uma coisa no Banco que não é muito trivial. No mercado de crédito, não é muito simples fazer esse tipo de coisa. A linha azul é do Banco do Nordeste, a linha verde é do Banco do Brasil, mas ela está representando aqui qualquer banco comercial. A linha azul é um banco de desenvolvimento, a linha verde é um banco comercial.

Se vocês perceberem ali, a grande estabilidade que se faz com um banco de desenvolvimento. Independentemente de como você flutua preço, inflação, taxa de juros ou nível de atividade econômica, você vê uma grande estabilidade, uma não volatilidade da oferta de recurso. Isso gera uma grande estabilidade para quem quer fazer investimento.

Uma coisa que vocês podem perceber... O pessoal costuma nos comparar com o BNDES. Eu acho que é correto comparar com o BNDES, quando se está falando de banco de desenvolvimento. Agora, as nossas taxas são diferentes das do BNDES. Grande parte da discussão que tem sido feita aqui e no Ministério da Fazenda é que as taxas de juros... A TJLP não flutuava. De fato, ela não flutuava. Isso não é correto no caso dos fundos constitucionais. Ela acompanha as taxas de mercado, não é muito diferente das taxas de mercado e, por conta disso, aquela discussão de que compromete a política monetária, isso não serve para os fundos constitucionais.

Um terceiro ponto é que isso acontece muito com bancos comerciais e não acontece com bancos de desenvolvimento. Não é trivial ser feito esse movimento aqui. Quando começa a crise, vocês vão perceber que a curva vermelha — eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colocando o Banco do Brasil, mas é uma boa representação de todos os bancos — está caindo. Isso se dá pelo prazo. Quando uma economia entra em recessão, o que o banco faz? Ele reduz o prazo, porque assim ele reduz a inadimplência. Essa é a estratégia. Banco de desenvolvimento não consegue dar esse cavalo de pau — e nem pode! Então, ele não fica racionando crédito, seja por valores, seja por períodos.

Se você quer solucionar um problema de crise do banco, porque está aumentando a inadimplência, pode dar um cavalo de pau e reduzir o prazo, dando um prazo curto e lidando com o problema. Banco de desenvolvimento não pode fazer isso, pois trabalha com longo prazo. Essa é a prerrogativa do banco.

Outra coisa muito complicada que o Banco tem feito é colocar dinheiro em todos, todos, todos os Municípios da área de atuação do Banco. Isso não é trivial. A lógica dos bancos privados é alocar mais recurso onde há mais capacidade de fornecer garantias, e quem tem mais capacidade de fornecer garantias são as regiões ricas.

É muito difícil fazer esse exercício aqui. A linha azul representa as micro e pequenas empresas — MPEs. Vocês podem ver que ao longo do tempo a barra azul, que representa o Banco do Nordeste, não para de crescer, mostrando que é um banco cada vez mais focado em MPEs. Isso também é bastante complicado de ser feito, porque não são as MPEs que dão as melhores garantias, que dão os maiores lucros, mas são as que dão o maior desenvolvimento e geram mais emprego para a sociedade.

Aqui vemos outra coisa muito difícil de fazer, que é aplicar, nesses moldes, a representação da aplicação do FNE nos Estados e dar de crédito para cada Estado a representação que ele tem do PIB. Isso aqui é muito difícil de fazer. Se vocês forem olhar o mercado de crédito, perceberão que ele não funciona assim. Novamente, ele tende a discriminar, ou seja, tende a colocar mais recursos onde se gera maior capacidade de oferecer garantias, e onde há mais capacidade de se oferecer garantias é de fato nas regiões metropolitanas ou nas regiões do Sul e Sudeste do País.

Vou passar rapidamente esse tópico. Aqui temos algumas informações a respeito das despesas administrativas do Banco. Elas estão basicamente congeladas há 5 anos, e há 5 anos o volume de recursos a serem aplicados e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

número de operações estão aumentando, de forma que está havendo um nítido ganho de eficiência, independentemente da métrica que se queira usar.

Aqui vemos um comparativo do Banco do Nordeste com os mais importantes bancos de desenvolvimento do mundo. Se vocês olharem os dados, verão que nós não devemos nada a nenhum deles, que não ficamos atrás em nada, a não ser em tamanho, porque somos menores. Todo o resto do desempenho é exatamente igual.

Quanto à avaliação de impacto do FNE, eu vou direto ao resultado. Após 5 anos de financiamento, verifica-se que de cada 100 novos empregos, 44 foram criados por conta do FNE. Isso não é *crowding out*. *Crowding out* é quando se diz: *"Vocês fizeram, mas se fosse um banco privado poderia fazer"*. Não! O banco privado não poderia fazer, porque o contrafatual de um banco privado não é fazer aplicação como fazemos, investindo em micro e pequena empresa e em região pobre. Os bancos privados não fazem isso, não porque são maus, mas porque têm a lógica de buscar o máximo de rentabilidade, com maior retorno ou garantia do empréstimo.

As regiões que tiveram mais destaques em ganho de índice de eficiência foram as estagnadas.

Aqui vemos uma síntese de como é a política de ética do Banco, uma política que tem sido amplamente reconhecida e ganhado prêmios pelo que tem feito nessa área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Muito obrigado, Sr. Luiz Alberto Esteves.

Agradecemos também ao Sr. Marcos Costa Holanda, Presidente do Banco do Nordeste.

Finalmente, eu concedo a palavra ao Sr. Márcio Fernando Sueth da Silva, Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União — TCU.

O SR. MÁRCIO FERNANDO SUETH DA SILVA - Boa tarde.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. Deputado Hildo Rocha, por meio de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa. Cumprimento também os demais integrantes da Comissão e os Exmos. Srs. Deputados e Senadores aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes de mais nada, preciso dizer que é sempre uma honra e motivo de satisfação do Tribunal vir a uma das Comissões desta Casa e poder apresentar os resultados de seu trabalho.

Dado o pedido desta Comissão, montamos também uma apresentação, a ser mostrada da forma mais rápido possível, consolidando os principais trabalhos realizados pelo Tribunal referentes aos dois temas sugeridos no Ofício, que são o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE e o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste — PRDNE.

Rapidamente, vou dar uma visão geral da situação do Nordeste. O Nordeste, apesar de ter a segunda maior população e ocupar em torno de 20% do território nacional, apresenta níveis de desigualdades muito altos. Em termo de escolaridade e de saneamento básico, apresenta um dos piores índices entre as regiões.

Tratando propriamente da questão do FNE, destacamos as operações de crédito verificadas pelo Banco com recurso do Fundo. Até 2014, vemos uma tendência crescente muito forte, gerando em torno de 13 trilhões de reais. Atualizando os dados da auditoria realizada em 2015 e 2016, vemos que as operações de crédito são decrescentes, em torno de 11 bilhões de reais.

Com relação ao FNE, o Tribunal, nos últimos sete anos, teve em torno de 15 processos relacionados aos recursos do Fundo. O FNE é uma unidade jurisdicionada à nossa e presta contas anualmente ao Tribunal. Além do processo de contas realizado anualmente, houve representações, denúncias e auditorias realizadas no Fundo/BNB.

Destacando os principais processos entre esses mencionados anteriormente, podemos citar o TC 002.793/2009-0, de relatoria do Ministro Bruno Dantas. Na auditoria, detectou-se que aproximadamente 55 mil operações de crédito foram baixadas em prejuízo sem cobrança judicial. Isso retoma um montante a discutir dentro do processo em torno de 1 bilhão.

O TC 022.112/2007-0 é uma representação e discute também algo parecido. Talvez haja morosidade do Banco para realizar a cobrança judicial. Isso está sendo discutido no âmbito dos autos.

O TC 016.185/2012-9 é uma representação também de relatoria do Ministro Bruno Dantas. Pelo apontamento da própria Polícia Federal, houve operações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fraudulentas contratadas com recurso do FNE. A Polícia Federal aponta recursos nominais de 100 milhões de reais.

Por fim, temos o TCE 025.624/2010-5 que é uma Tomada de Preço Especial instaurada para apurar os valores a maior pagos ao BNB a título de *del credere* no valor de 800 milhões de reais. O *del credere* é uma taxa de risco em que o Banco compartilha o risco. Dependendo da metodologia de baixar ou não, o Banco deveria devolver parte desse recurso para o Fundo. Isso está sendo discutido também no âmbito dos autos e está sendo objeto de recurso. O processo está aberto.

Em relação ao FNE, podemos destacar que as principais questões tratadas no âmbito do Tribunal são as seguintes.

Primeiro, o cálculo das taxas de administração e do *del credere.* Essas duas taxas, de administração e *del credere,* giram em torno de 2,5 bilhões de receitas para o Banco.

Segundo, o aprovisionamento para devedores duvidosos. Existe uma divergência normativa em relação à contabilização disso, que é discutido pela equipe técnica do Tribunal e pelo Banco também sobre qual a melhor forma, com suas contrarrazões.

Terceiro, as renegociações das dívidas agrícolas — as quais impactam as receitas de administração e de risco. Também há a discussão de que o Banco fica renegociando as dívidas agrícolas. De modo contrário, se fossem baixadas, dariam prejuízo ao Banco também.

Quarto, a recuperação dos créditos baixados em prejuízo — custos administrativos. Então, é a questão de o Banco judicializar os créditos não inadimplentes.

Quinto, a devolução, pelo BNB, da sua parcela de risco nas operações baixadas em prejuízo — após 360 dias o Banco deve repor 50% dos créditos inadimplidos.

Em relação ao FNE, a equipe técnica do Tribunal abriu uma auditoria operacional para avaliar a efetividade dos riscos mapeados. Levando em consideração todos esses problemas ocorridos no Banco, o Tribunal iniciou uma nova auditoria, com cunho mais operacional de avaliação, para tentar verificar o cerne dos seguintes problemas: o alto custo de gerenciamento dos recursos do FNE por parte do BNB; os critérios para alocação dos recursos do FNE não levam em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consideração os indicadores da situação socioeconômica dos Municípios, que é um problema que constatamos em relação à própria política de desenvolvimento regional; a falta de medição de impacto das operações do FNE na geração de emprego e renda nos Municípios, entre outras variáveis; a sobra considerável de recursos do FNE nos últimos 12 anos.

Em relação a esse risco, vemos um excesso de disponibilidade do Banco nos últimos anos, e isso pode indicar alguns problemas. Talvez o Banco não esteja conseguindo disponibilizar realmente esses recursos para atender à sua finalidade ou outro problema operacional que vai ser verificado nessa auditoria em aberto.

Entrando na questão do desenvolvimento regional, o Brasil, de fato, evoluiu muito de 2000 para 2010, isso é notório. Mas, dado o contexto da crise fiscal, nós já vemos risco de alguns retrocessos, por isso o Tribunal, recentemente, promulgou dois acórdãos em relação ao tema. Iniciamos as auditorias em 2015, elas foram concluídas no final de 2016 e julgadas em 2017.

Pela própria auditoria, vemos como é feita a repartição das transferências obrigatórias e de outros tipos. Todos os recursos podem ensejar o desenvolvimento regional. Dentre elas, constam as transferências obrigatórias — FPE (Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal) e FPM (Fundo de Participação dos Municípios) —, as transferências voluntárias, as operações de créditos realizadas por bancos que administram recursos públicos, e a geração própria.

Vemos pelo gráfico que o Nordeste, em relação à média nacional, é mais dependente de recursos externos.

Nesse outro mapa, destaca-se onde estão os maiores níveis de dependência, que, no caso, se encontram na Região Nordeste.

Em relação aos achados de auditorias, falando na questão nacional, 88% dos recursos dos Municípios vêm de fora; 42% dos Municípios estão em situação fiscal fraca; 87% dos Municípios não geram nem 25% dos seus recursos; 40% dos Estados geram menos de 50% dos seus recursos; 44% dos Estados estão em situação fiscal fraca; 48% dos recursos dos Estados vêm de fora.

É bom ressaltar que auditoria, dada a possibilidade de...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO FERNANDO SUETH DA SILVA - É justamente isso, Sr. Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os dados de auditoria são de 2000 a 2014. Com certeza, agora, de 2015 a 2016, a situação deve-se agravar. É uma limitação da auditoria, dada a consolidação dos dados pelos agentes públicos.

A auditoria proporcionou também a possibilidade de mapear e realizar um painel com todas as fontes. Esse painel consolida mais de 11 trilhões de recursos, de 2000 a 2014. Ao clicar em cada célula do painel, é possível verificar os recursos por Estado, por Município, e o nível de dependência, da forma como foi exposta anteriormente.

Esse trabalho deu origem ao Acórdão nº 1.827, de 2017, com um recorte do desenvolvimento regional. É um novo tipo de relatório do Tribunal, um relatório sistêmico de fiscalização com análise e diagnóstico sobre determinada área de atuação ou função de Governo.

Em 2015, dando sequência à série de relatórios, o TCU aprovou a construção de relatório sistêmico sobre o tema: *Desenvolvimento — Recorte Nordeste.* É um relatório que trata de tema transversal e com recorte territorial. Nós fizemos o relatório do Norte e do Nordeste.

Para a realização desse trabalho, dessa auditoria, foram levantados 180 desafios com os gestores da região, com os técnicos do Tribunal de Contas em cada Estado, com o relatório de gestão e outras fontes de consulta. Esses desafios foram agrupados em objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU — os 17 objetivos, para facilitar o mapeamento da auditoria. Há muitos desafios a serem superados, quando se fala em desenvolvimento regional na Região Nordeste.

Em relação aos achados de auditoria, passo a ler o que nós podemos ressaltar.

> *Os recursos destinados à Região Nordeste promoveram discreta mudança de realidade nos níveis de desenvolvimento alcançados com baixa influência na redução das desigualdades regionais.*
>
> *Há forte dependência dos entes federativos subnacionais (Estados e Municípios) da Região Nordeste em relação aos recursos públicos federais.*
>
> *As desigualdades na distribuição das operações de crédito que se utilizam de recursos públicos, no período*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de 2000 a 2014, podem acentuar as desigualdades regionais.

O PPA 2016-2019 não disponibiliza a regionalização de indicadores, objetivos e metas de programas estratégicos para fins de desenvolvimento.

Há baixa articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos planos plurianuais de nível federal e de nível subnacional.

Há ausência do PRDNE formalmente aprovado por lei, concebido por meio de um processo de planejamento participativo de articulação eficaz, que compreenda programas, projetos e ações e defina metas para as políticas públicas federais consideradas relevantes para o desenvolvimento da região, conforme preconiza a Lei Complementar nº 125, de 2007.

A atuação não efetiva do Conselho Deliberativo da SUDENE — o Conselho Deliberativo da SUDENE é composto pelos Ministros da Fazenda, do Planejamento e da Integração Nacional, e pelos Governadores dos Estados do Nordeste — impacta a articulação federativa e setorial em prol do desenvolvimento da Região Nordeste.

Os sistemas de informação do Governo não permitem que se identifique de forma regionalizada a destinação de recursos para os entes federados para fins de transparência, monitoramento e avaliação.

Em síntese, tendo por base trabalhos realizados pelo TCU na avaliação da atuação governamental, conclui-se que o objetivo nacional de redução das desigualdades regionais, com especial atenção para a Região Nordeste, não vem sendo atingido, em virtude de problemas decorrentes da falta de atuação coordenada, sistêmica e com visão de longo prazo por parte dos órgãos governamentais. Faz-se necessária, portanto, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

criação de um locus legítimo de diálogo e de discussão que promova a proposição e a implementação de ações integradas capazes de gerar resultados efetivos e sustentáveis para a sociedade nordestina.

Na perspectiva do Tribunal de Contas, as ações a serem priorizadas em curto prazo seriam: planejamento das ações de forma sinérgica e sustentável entre a União e os Estados; fortalecimento da gestão, com foco na capacitação continuada; criação de fóruns e mecanismos de participação e integração entre agentes estatais e sociais; definição e avaliação da estratégia da infraestrutura sob as perspectivas de inovação e financiamento; aprimoramento da divulgação dos dados e informações públicas para transparência e controle social; monitoramento e avaliação dos resultados e impactos do financiamento regional.

Em nome do Tribunal de Contas da União, agradeço a oportunidade de expor o tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Muito obrigado, Sr. Márcio Fernando Sueth da Silva, Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. O relatório apresentado foi muito bom e bastante esclarecedor.

Agora, vamos dar início ao debate.

O Deputado Danilo Forte é autor do requerimento junto conosco. Eu fui autor de um requerimento e S.Exa., também, no mesmo sentido. Juntaram-se os dois requerimentos, tanto o do Deputado Hildo Rocha quanto o do Deputado Danilo Forte, e eles foram aprovados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Agora, estamos realizando esta audiência pública.

Já ouvimos os convidados. Vou passar a palavra ao Deputado Danilo Forte e peço que lhe passem o microfone. Nós estamos hoje com problema de microfone. Queimaram-se os microfones das mesas e nós estamos usando estes microfones móveis.

Eu perguntaria também ao Dr. Márcio Fernando Sueth da Silva se pode disponibilizar a sua apresentação, para que possamos distribuí-la aos membros da Comissão. E, como V.Sa. disse que podem ser acessados os dados pela Internet, clicando-se no mapa, eu pediria que nos dê o endereço para distribuir junto com os avulsos. Eu solicitaria à assessoria da Comissão que providencie uma cópia da apresentação do Tribunal de Contas da União a cada membro da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está com a palavra o Deputado Danilo Forte, do PSB do Ceará, pelo tempo regimental.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Estou sem partido agora. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Ah, V.Exa. está sem partido... Desculpe-me, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente Hildo Rocha, quero agradecer a presença de todos que compõem esta Mesa, na pessoa do Presidente do Banco do Nordeste, Prof. Marcos Holanda.

Por um lado, lamento pelo relato. Infelizmente, nós somos de uma região que padece de uma maior observação dentro do quadro federativo brasileiro e da busca de uma equidade, de um equilíbrio, no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Temos um terço da população brasileira e respondemos por menos de 14% da nossa produção de riqueza, em âmbito nacional.

E, para a busca desse equilíbrio, precisamos construir alternativas. Identificar os problemas é muito fácil. Fazer o diagnóstico com relação às dificuldades, como foi feito pela maioria dos apresentadores da Mesa, também já é uma constatação fática, porque a própria história se repete. Ano após ano, ouvimos as críticas, vemos as dificuldades, mas não encontramos uma luz, um caminho que possa dar uma constância, um vetor seguro de ampliação desse desenvolvimento do ponto de vista econômico e significativamente do ponto de vista social.

A iniciativa de fazer esta audiência pública, proposta por mim e pelo Deputado Hildo Rocha, é exatamente para ter essa base. Nós estamos fazendo inclusive um trabalho de auditoria com relação ao FNE, no período de 2011 até 2016, cuja relatoria coube a mim, mas não no sentido de exaltar ou de publicizar, em função vigorosa e fortalecida as dificuldades, pelo contrário, no sentido de apontar caminhos, respostas e encontrar soluções.

E, pelo que nós percebemos — aproveitando a presença aqui dos nossos amigos, o Deputado Júlio Cesar, que coordena a bancada do Nordeste, e o Deputado Fernando Coelho Filho, de Pernambuco, que estão sempre ao nosso lado no que diz respeito às questões nordestinas —, temos tido uma preocupação muito grande no sentido de buscar exatamente uma uniformidade. Não se trata de se criarem mais instrumentos, mas de se aproveitar o potencial que temos e, dentro desse potencial, apontar alternativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu fiz até alguns questionamentos que acho que são importantes para o nosso debate. O primeiro diz respeito à questão FINAM/FINOR, que foi aqui colocada pela Dra. Cilene.

Os projetos implantados geraram um passivo administrativo nessas empresas. Esse passivo virou uma bola de neve contábil que a União não pode retirar do seu Orçamento anualmente. Diante disso, vivemos uma ficção, porque sequer as empresas conseguem comprovar a sua implementação, visto que muitas vezes os projetos que foram apresentados ao longo do tempo foram superados tecnologicamente. E as empresas que implantaram — e muitas inclusive estão pagando a conta dos investimentos — não conseguem resolver a sua situação fiscal. Com isso, ficam impedidas também de expandir, de gerar novos negócios e de alcançar novos objetivos. Isso implica diminuição de oferta e de oportunidade de geração de emprego.

Então, o que é necessário para que, de fato, o Ministério da Integração resolva esse problema? É lógico que sabemos das relações intergovernamentais. Muitas vezes fica difícil fazer uma disputa interna, um embate, entre o Ministério da Educação, ou os órgãos que representam as instituições federais, e o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda. Mas precisamos resolver esse problema, que perdura há muito tempo. Essas empresas precisam de uma solução, até para que elas possam se arrumar, se organizar e voltar a investir.

Fizemos um levantamento — não foi, Deputado Júlio Cesar? — e registramos 1.100 empresas que estavam exatamente com esses problemas, que não poderiam inclusive buscar outros investimentos que permitiriam a geração de novas oportunidades.

Por outro lado, Prof. Marcos Holanda — com quem eu tive o prazer, na semana passada, de fazer um debate sobre o FNE, no próprio Banco do Nordeste, e fiquei encantado com os números que nos foram apresentados —, algumas questões dizem respeito ao próprio recurso. O próprio Tribunal de Contas já percebe claramente que há uma disponibilização de recursos. Porém, com toda essa conjuntura econômica pela qual o País está passando, de juros altos, com toda a insegurança política por que o País está atravessando e a falta de credibilidade para investimento de longo prazo, pergunto: quais são os caminhos que podemos encontrar para retomar essa atividade e não deixar esse vazio de haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disponibilidade de recurso e não ter como aplicá-lo? Por um lado, as empresas estão impedidas; por outro lado, um normativo legal nos impede adotar medidas mais afoitas, mais céleres no sentido de pulverizar o crédito.

Nós ainda percebemos, claramente, por parte dos órgãos de fiscalização, uma preocupação de que haja maior controle, e, se o foco é micro e pequena empresa, que gera mais empregos, existe também uma dificuldade maior de garantias com relação à micro e pequena empresa. Isso cria uma possibilidade maior de inadimplência. Quando se soma a isso uma equação de juro alto e toda uma insegurança política que o País atravessa, há dificuldade ainda maior da boa aplicação do recurso.

Então, a nossa preocupação é saber como podemos ajudar com essas alternativas, nos relatórios que estamos fazendo, e com o convencimento político que precisa ser feito dentro do Governo. E precisamos saber quais são os impactos das medidas atuais que o Governo está tomando.

Eu acho que a questão do FIES, no que diz respeito aos estudantes do Nordeste, pode até ser louvável do ponto de vista do investimento de longo prazo, mas há um impacto financeiro sobre o Fundo. E qual o tamanho desse impacto? Pode comprometer ou não, no futuro, maior oferta de recurso para investimento na geração de emprego?

Há também a questão dos juros, essa é uma questão que está aí colocada. Precisamos ver, nesse novo vetor de diminuição da taxa de juros no País, como podemos criar um ambiente de diferenciação, porque, na medida em que se têm resultados mais difíceis, na medida em existe uma luta muito grande...

Ressalto o esforço feito esta semana. O Deputado Júlio Cesar, a Deputada Gorete Pereira e eu estávamos juntos nesse esforço de levar a Câmara a analisar o PL 5.957/13, que é um projeto de lei que moderniza e amplifica o potencial das ZPEs — Zonas de Processamento de Exportação no Brasil. Com isso, teremos condições, inclusive nós lá do Ceará, de triplicar o potencial da ZPE do Estado do Ceará.

Então, precisamos criar mecanismos diferenciados para poder atrair esses investimentos. Devem ser mecanismos relativos à diferença nas taxas de juros, na medida em que a taxa de TLP já está sob a observância de diminuição pelo próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Governo Federal. No caso do Nordeste, esse diferencial poderia significar também uma diferenciação com relação às outras regiões do País.

Por último, ressalto duas questões que foram aqui mencionadas de maneira muito prudente pelo engenheiro *senior* do Banco. Refiro-me à possibilidade de um novo papel da infraestrutura, de o Banco estimular a infraestrutura. Sabemos que a infraestrutura, num primeiro momento, quando física, induz inclusive a geração de emprego, e há uma alavancagem muito forte principalmente do setor da construção civil e do setor de baixa renda.

Também temos uma característica muito forte voltada para o turismo — mas o turismo, fundamentalmente, requer segurança. Hoje, participamos de um debate aqui na Casa sobre o crescimento da violência no País, que precisa ser reduzida. E a infraestrutura também pode ser canalizada para algumas ações que digam respeito a projetos culturais, sejam da economia em geral, sejam especificamente do turismo, trazendo junto com o turismo um potencial de segurança.

Por último, pergunto ao representante do Tribunal de Contas da União: quando ele fala da efetividade dos fundos constitucionais de financiamento, a consideração também diz respeito às desigualdades regionais? Como pode ser visto isso do ponto de vista de facilitar uma maior pulverização de crédito — que é fundamental? Não se pode exigir mais dos desiguais; é preciso tratar os desiguais de forma desigual. Inclusive, isso é um princípio constitucional. E na medida em que nós temos uma região com deficiência quanto à geração econômica, não podemos ter o mesmo grau de exigência que nós temos com as grandes empresas que estão aí acolhidas pelas políticas públicas.

Inclusive, com as distorções nós estamos vendo no Brasil recente, em que se criou um ambiente de empresas nacionais, sabemos que essas são empresas seletivas que só fizeram aumentar o espaço da corrupção no Brasil. Os grandes grupos que foram priorizados pelo Governo são exatamente os que ocupam as manchetes dos jornais por desvio de recursos públicos. Agora percebemos claramente que serviram muito mais para diminuir a possibilidade de crescimento e desenvolvimento econômico e social do País. Houve um excesso de patrimonialismo, que é uma das raízes da política brasileira. E como podemos sair disso? Só há um remédio: pulverizar e democratizar o crédito, incentivar para que novas pessoas possam empreender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Empreender", no Brasil, não pode ser uma palavra pejorativa. Parece até que se criou um clima de hostilidade contra aquele que empreende, quando deveria ser o inverso. Em uma sociedade capitalista como a nossa, empreender tem que significar gerar crescimento econômico, gerar oferta de emprego, gerar desenvolvimento social.

E eu acho que precisamos fazer um debate aberto, um debate transparente sobre como as instituições, que são muitas no Brasil, podem se ajudar exatamente no principal, que é estabelecer uma política real de desenvolvimento econômico para o País.

Eu não acredito em desenvolvimento social, nem em garantias de avanço social, se não houver desenvolvimento econômico. E acho que nós no Nordeste precisamos disso para diminuir as desigualdades regionais aqui apresentadas pelos palestrantes, e também para gerar emprego para essa população, que é uma população boa e culturalmente engajada no Brasil. Os dois grandes polos culturais no Brasil são o gaúcho, no Sul do País, e o Nordeste brasileiro. Há um grau de irradiação que vai lá do Acre até o norte de Minas Gerais, incluindo parte significativa da Região Centro-Oeste, compreendendo mais de 60% da região física do Brasil. E para que esse sentimento de Nação seja incorporado, ele precisa de reconhecimento, e o reconhecimento passa necessariamente pela indução econômica.

Então eu acho que se nos prendermos a esses temas, vamos ter condições de fazer um relatório, Deputado Walter Ihoshi, para ajudar a diminuir essas deficiências na boa aplicação dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Obrigado, Deputado Danilo Forte, a quem convido a assumir a Presidência.

Passo palavra ao Deputado Guilherme Coelho — que foi Prefeito de Petrolina, um dos Municípios onde existe uma ação muito forte da SUDENE —, pelo tempo regimental.

O SR. DEPUTADO GUILHERME COELHO - Muito obrigado, meu caro Presidente Hildo Rocha. Gostaria de cumprimentar o meu colega, professor, Deputado Júlio César e o Deputado Danilo Forte, assim como todos os senhores da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, eu queria aqui dizer da minha admiração pelo Banco do Nordeste. Eu faço a seguinte comparação: se naquela região do Vale do São Francisco não tivesse o rio, não existiria a prosperidade que lá tem; mas, se tivesse o rio e não tivesse o Banco do Nordeste, também não existiria a prosperidade que lá tem.

Recentemente, fizemos um trabalho aqui muito grande, sob a liderança do Deputado Júlio Cesar, sobre a Lei nº 13.340, de 2016. E o Banco do Nordeste está lá, com todas as suas agências à disposição para receber os agricultores, em virtude dessa lei tão importante. Na pesquisa que foi feita, mais de 800 mil pessoas físicas e empresas estavam inabilitadas para operar no banco. Isso está sendo e vai continuar a ser fantástico para o Nordeste, para o banco, para o Governo e para que aquele produtor rural possa novamente bater às portas do banco e tomar novos empréstimos.

Eu estou numa Frente agora, junto com muitos Deputados do Nordeste, para que o Governo tenha a sensibilidade de ampliar o prazo dessa lei, tendo em vista os números que temos de contratos que foram refeitos, de negociações que foram feitas.

Depois, trabalhamos bastante junto ao Conselho Monetário Nacional, para que se editasse a Resolução nº 4.591, de 2017, que está em vigência e trata dos débitos de 2012 a 2016. Nós vamos pedir ao Governo que estenda mais esse prazo. Isso é importante para que o máximo de pessoas e agricultores possam usufruir disso.

E, há pouco, tivemos, meu caro Deputado Danilo, o REFIS geral, que prorroga débitos de impostos com o Governo Federal, reduzindo multas, juros e tudo mais. Eu estava aqui conversando com o Superintendente da SUDENE, o Dr. Marcelo, e peço a atenção de todos, porque quero conclamar uma Frente em prol disso. Houve uma decisão equivocada do Conselho Monetário Nacional, que, há 3 anos, reduz o bônus, de 25% para 15%, de quem paga em dia no Semiárido nordestino.

Ora, se a Lei nº 13.340, de 2016, dá até 95% de desconto para quem está atrasado e se o Conselho Monetário Nacional baixa a Resolução nº 4.591, de 2017, que diz que quem tem débito de 2012 a 2016 também terá prazo para pagar e carência, por que o percentual do bônus de quem paga em dia no Semiárido cai de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

25% para 15%? Essa decisão precisa ser revista. Vou procurar quem precisar e contar com a ajuda dos bancários do Nordeste para que possamos ter um equilíbrio, para que as empresas que estão pagando em dia tenham condições de ter um bônus, como já tinham, mas que foi tirado.

Mas eu quero agora me dirigir ao Presidente do Banco do Nordeste. Eu tenho o maior conceito do banco, mas, Presidente, eu venho daquela região que não é só aquele oásis da irrigação. O senhor esteve conosco lá, no lançamento da Lei nº 13.340, de 2016. E o senhor viu ali muitas e muitas pessoas que são do sequeiro, não são da irrigação. São pessoas que sofrem com a seca.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa., mesmo que V.Exa. já esteja realizando algo, que façamos mais. Refiro-me à desburocratização dos projetos do Banco do Nordeste.

Como começa um projeto, Sr. Presidente? É com um sonho. Um dia, a pessoa sonha que tem uma área de manga; outra sonha em ter uma área de uva ou de goiaba; outra sonha em fazer um barreiro, uma cerca, em plantar capim-búfalo em sua propriedade. Tudo isso começa com um sonho.

Depois do sonho, há o projeto. O cidadão vai a uma agência do BNB e entrega seu projeto. A agência o analisa e o manda para um lugar chamado ambiente, que geralmente é perto da Superintendência do seu Estado. De lá, vai a Fortaleza. Dependendo do valor, se for um valor um pouco mais alto, passa pelo COMAC — Comitê de Avaliação de Crédito. Em cada degrau desses, sempre há uma exigência, alguma coisinha que faz o projeto voltar à estaca zero. Depois, vai à Diretoria, que o aprova.

Nesses dias, eu fiquei impressionado, porque me disseram: *"Não, Deputado. Depois da Diretoria, o projeto tem que voltar para a CD." "Meu Deus, que danado é CD?" "CD é um tal controle de qualidade."* E eu disse: *"Mas já não está aprovado pela Diretoria? Quem é maior do que a Diretoria?" "Não, mas agora temos que saber se está tudo certinho e tudo o mais."*

Depois disso, vai-se ao cartório. A pessoa chega ao cartório e alguém lhe diz: *"Olha, você tem uma cédula hipotecária. Você tem que registrar nos Livros nºs 2 e 3." "Eu vim aqui para registrar nos Livros nºs 2 e 3."* Aí, a mulher do cartório diz: *"Não. Só precisa registrar no 1." "Desculpe-me! Agora eu não sei se é no 2 ou no 3."*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aí, a pessoa liga para o Banco e diz à mulher do cartório: *"Mas o Banco do Nordeste quer que seja nos Livros nºs 2 e 3."*

Recentemente, há uma tal de ata. O cidadão que tem mais de um projeto no banco faz uma ata de três projetos, registra a ata no cartório e a leva para o banco. *"Não. Espera aí, porque agora mudou a norma. Cada projeto é em uma ata."* Aí, o cidadão volta, porque cada projeto vai ter que ser numa ata. E, aí, meu amigo, o tempo vai passando.

Para quem tem um pouco de conhecimento, as coisas andam melhor, porque um gerente atende, um superintendente atende. E quem não tem? Quem não tem, Sr. Presidente e querido Deputado Danilo Forte, volta para o sonho que não vai acontecer. Quantos não são persistentes e deixam esse sonho no meio do caminho? É tanta declaração! É tanta coisa burocrática que a pessoa deixa seu sonho para trás! Quantos e quantos agricultores eu conheço que entraram com custeio de manga, de uva, de outra cultura, estão colhendo a cultura, mas o custeio não saiu? Quantas pessoas conhecemos que tomam dinheiro para fazer um galpão para o seu negócio, o galpão fica pronto, mas o dinheiro ainda não saiu? E, quando não sai, Cilene, não pense que foi por mágica, não. Esse empresário vai ao mercado, toma um dinheiro caro para poder bancar a sua obra ou bancar a sua agricultura até sair o dinheiro do banco.

Então, eu quero fazer um apelo ao senhor, que é professor, é um homem sensível e tem uma equipe extraordinária: vamos ver o que podemos desburocratizar. Isso é importante. Nós temos na região seca, no Semiárido, um índice de analfabetismo alto, índices de sonhos que se dispersam no meio do caminho.

Esta audiência está me dizendo que eu devo dizer isto aos senhores. Entenda isso, Sr. Presidente, como uma contribuição. Está aqui um Deputado que vem dessas origens e que quer contribuir.

Quero dizer também ao senhor: vamos simplificar. Muitas vezes, o produtor tem um limite de crédito. Ora, se ele tem um limite de crédito, o limite já foi dado. Se ele tem um novo projeto, a questão está automaticamente resolvida. Não! Ele deve começar tudo de novo, do zero. E tome tempo, e tome desgaste sem necessidade.

Mas eu queria falar aqui sobre as debêntures. Mas vou falar pouco, porque ninguém fala melhor sobre esse assunto do que o Deputado Júlio Cesar. Ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entende tanto quanto ele de debêntures. Essas debêntures precisam ser resolvidas. Quem tem o CEI — Certificado de Empreendimento Implantado, o.k. Mas, se não deu para fazer a adesão no tempo certo, nós ficamos a ver navios. O Deputado Júlio Cesar vai falar agora e vai explicar bem isso.

Outra coisa, para eu não esquecer, só para vocês terem uma ideia: nesses dias, a CODEVASF resolveu se desentender com o banco e, por 1 ano e meio, o agricultor não pôde dar seu lote como garantia nem para custeio nem para investimento. Vocês podem imaginar como vai ficar a agricultura se o agricultor não puder dar seu bem de garantia? Penso que isso foi resolvido.

Por último, meu caro Presidente, quero dizer que estive no Ministério das Cidades com o Dr. José Roberto Generoso, que é o Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. E o Presidente da República lançará amanhã o Programa Avançar Cidades — Saneamento. Na ocasião, eu vi a dificuldade do Ministério das Cidades para que as Prefeituras façam seus projetos de acordo com o Programa Avançar Cidades.

Eu não me contive e liguei ao Dr. Romildo Carneiro Rolim, Diretor Financeiro e de Crédito do Banco do Nordeste, que nos atendeu de imediato. Pedi a ele que falasse com o Dr. Generoso. Eu creio que essa pauta será fantástica, para que se faça uma cooperação técnica, um convênio, para que o Banco do Nordeste possa ser aquela instituição — e vai cobrar uma taxa para isso — que vai financiar as Prefeituras do Nordeste, para que estas possam fazer os seus projetos de saneamento, de iluminação, de asfaltamento e de calçamento, projetos que esse Programa Avançar Cidades contempla.

Então, para concluir a minha fala, quero dizer que estou numa torcida grande para que cheguemos ao final do ano e o Governo, o Conselho Monetário Nacional e o Ministério da Fazenda se sensibilizem e baixem esse juro do FNE — Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. A inflação, que tinha que cair, já caiu; os juros da SELIC já caíram. Agora, está faltando o Conselho Monetário Nacional baixar os juros, para que o nordestino possa ir à luta, prosperar e melhorar de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Muito obrigado, Deputado Guilherme Coelho, pelas sábias palavras.

Concedo a palavra, pelo tempo regimental, ao Deputado Júlio Cesar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente desta Comissão; colegas Parlamentares; senhores convidados, Dr. Marcos Holanda; Dr. Márcio, do TCU; Dr. Marcelo, da SUDENE; Cilene, com quem passamos duas horas ontem discutindo as debêntures; Carlos, meus cumprimentos.

Eu tenho acompanhado muito esse problema da desigualdade regional. Quando o Brasil teve auferida pela primeira vez sua renda *per capita* — isso há 74 anos —, o Nordeste tinha 17% dessa renda brasileira. Com todos os privilégios, que, como dizem, foram levados ao Nordeste, este tem 13.5%, 13.7% pontos percentuais, mas nunca atingiu 14 pontos percentuais.

Lembro-me muito bem, Sr. Presidente, de que, na Constituinte em 1988, criaram fundos constitucionais para as três regiões. Na época, o Nordeste tinha duas vezes mais os incentivos fiscais do que tem hoje a Zona Franca de Manaus. Duas vezes mais! São 200% do que tem hoje a Zona Franca de Manaus. O Nordeste hoje só tem 20%. Todos esses incentivos, sendo que alguns deles foram bloqueados, contingenciados pelo Governo, equivalem a 20%, e a Zona Franca está crescendo a cada ano. Houve já uma renúncia da Zona Franca de Manaus de aproximadamente 25 bilhões de reais, chegando até a 28 bilhões de reais. Esta cidade, a pretexto de preservação da floresta, recebeu muitos privilégios, enquanto o Nordeste os perdeu.

O que nós ganhamos? Os fundos constitucionais. O Nordeste tem 60%, ou seja, 1.8 pontos percentuais; o Norte tem 20% e o outro 20%. São 3 pontos percentuais. O que isso representa hoje? Cerca de 11 bilhões de reais de fundos. E a Zona Franca de Manaus, mesmo com a crise, tem 25 bilhões de reais, mesmo compensando.

Então, o que aconteceu com os fundos? Até a aplicação foi diminuindo do Sistema Financeiro Nacional, e os outros bancos foram recuando. E ficou o Banco do Nordeste. Tanto é que o Sr. Marcos, Presidente do Banco do Nordeste, disse que 50% da aplicação do Sistema Financeiro do Nordeste são do Banco do Nordeste e 50% são de outros bancos. Pelo menos, se eu não entendi mal, foi isso que eu ouvi aqui.

Em relação aos juros, todo o mundo já falou da taxa de juros. Nós estamos brigando muito aqui para baixar os juros. A taxa do Sistema Especial de Liquidação de Custódia — SELIC chegou a 14.25% e está a 7,5%. E disseram que vai cair para 7%. A inflação era cerca de 9%, agora está 2% e vai ficar abaixo de 2%. E os juros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não baixam. Nós estamos brigando no Conselho Monetário com o Ministro, e ele ficou de baixá-la, mas só para viger no ano que vem. Baixaria até dois pontos percentuais, porque há um critério de acordo com o problema da inversão da renda *per capita*. O Nordeste vai ter a maior diferença entre o Sul e o Sudeste.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE é uma ameaça permanente, Sr. Presidente Holanda, porque os outros bancos estão querendo também. E, agora aqui, com os nossos protestos, tiraram recursos do FNE para financiar o Fundo de Financiamento Estudantil — FIES. Evidentemente que isso é um financiamento. Nós apresentamos até uma emenda para evitar que isso aconteça, mas terminamos cedendo, porque é um financiamento. Mas já quiseram contingenciar cerca de 2 bilhões de reais dos fundos do Orçamento no ano passado. V.Exa. sabe muito bem disso. E eu protestei. Nós batemos o pé e conseguimos tirar esse valor desse contingenciamento.

Em relação às debêntures, eu me reuni ontem à tarde com a Dra. Cilene.

O Nordeste tem mais de 500 empresas que têm SEI — Sistema Eletrônico de Informações, conseguidos na vigência da medida provisória, em agosto de 2000, não foi, Doutora Cilene? Há 517 empresas que conseguiram o SEI, mas não conseguiram a conversão das debêntures em ações, por que? Porque ela só vigeu 90 dias ou 120 dias e não houve tempo de conversão. Então, é uma coisa para qual estamos trabalhando.

O estoque da dívida das debêntures do Norte é de 1 bilhão, 350 milhões; do Nordeste, mais de 10 bilhões. Mas o patrimônio hoje, corrigido, dá 28 bilhões. Nós estamos, inclusive, fazendo uma minuta de medida provisória — o Marcelo sabe —, temos ouvido muito a SUDENE, de conversão, de reabrir esse prazo, evidentemente com desconto, porque o Nordeste tem que ter um tratamento diferenciado, até pelas instabilidades climáticas.

Essa lei que o nosso Deputado falou, a de nº 13.340, nós estudamos durante 15 meses. Em 15 meses, estudamos todas as secas, todas as instabilidades climáticas. O problema da inadimplência nossa; o problema do risco do banco. O banco tem um risco de apenas 50% do FNE, o BASA também e o Banco do Brasil tem 100%, mas lá tem uma inadimplência de 1, e o Banco do Nordeste de 4, perto de 5. Isso tudo ocasionado pela instabilidade climática, que foi um dos motivos que nós trabalhamos para renegociar e convencer o Governo sobre a Lei nº 13.340, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também sobre a Resolução nº 4.591, que deve ser mudada, porque lá a faculdade é do banco, e nós queremos que a faculdade seja do agricultor e não do banco.

Era para prorrogar, como a Lei nº 13.340, em 10 anos, mas o banco diminuiu consideravelmente esse prazo. Outra coisa, botou só a área da SUDENE, Semiárido, com decreto de emergência, e reconhecido pelo Ministério da Integração. Isso limita muito, mas muito mesmo, a capacidade de renegociar, porque diminui o universo daqueles que estão abrangidos, diferentemente da Lei nº 13.340, que só no Nordeste tem 860 mil contratos, fora a DAU — Dívida Ativa da União, a Dívida Ativa que foi para todo o Brasil, e fora a Região Norte, que tem em torno de 400 mil contratos, que é o FNO.

Em relação à debênture Dell Credant, o representante do Tribunal de Contas fez uma auditoria e tem um acórdão aqui sobre arrecadação e não compartilhamento com Estados e Municípios, mais de 190 bilhões não foram... Eu tenho o acórdão do Tribunal, mas eu acho que o Tribunal cometeu um engano, porque botou os incentivos fiscais concedidos por lei e até pela Constituição, botou no todo. Eu sou um defensor dos Municípios, sou Presidente da Frente Municipalista, mas aquele acórdão para a União compensar os Estados e Municípios e os fundos regionais de 190 bilhões, aquilo eu achei uma ficção, eu acho que não tem como pagar.

Em relação à Dra. Cilene, eu já falei, essas debêntures nós estamos negociando, mas o senhor representante do Tribunal falou que o banco fez 55 mil operações de crédito; baixou, sem cobrar judicialmente. Para mim, foi uma surpresa. Eu sabia de algumas, mas achei 55 mil muito expressivas hoje.

O senhor falou que a taxa de administração é 2,5 bilhões do que entra por ano para o banco. É a taxa de administração com o del credere. Este ano já é de 2,8 bilhões, de exercícios anteriores. Já vi, inclusive, o relatório do banco.

Sr. Presidente, eu vi a taxa de administração da Caixa — estou com ela aqui. A Caixa administra o patrimônio de mais de 500 bilhões do Fundo de Garantia. A Caixa recebeu no ano passado 4,8 bilhões de remuneração por administrar mais de 500 bilhões do FGTS. O Banco do Nordeste está recebendo 2,8 bilhões, no presente exercício, para administrar o que entra. O patrimônio do Fundo hoje é em torno de 60 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Já deram baixa, Dr. Márcio, em mais de 8 bilhões de prejuízo até 2015. Isso está sendo recuperado, em parte, agora, com a Lei nº 13.340, de 2016. Naquilo que o banco está negociando está compensando essas baixas do ano 2016.

Além do mais, o senhor falou que os Estados têm 40% de dependência do FPE - Fundo de Participação dos Estados. Essa dependência é mais histórica, porque hoje é bem menor. No meu próprio Estado, o Piauí, que já teve uma dependência de 70%, esse número é muito menor do que em relação às suas receitas correntes líquidas.

Como bem disse meu colega, nós estamos trabalhando para renegociar e prorrogar essa Lei nº 13.340. Nós temos informações do banco de que 15% ou 16% do total dos agricultores aderiram. Até fiz um pedido ao próprio Presidente da República. Eu soube que ele — ou alguém em nome dele — ligou para o senhor, Dr. Marcos, pedindo que fizesse uma grande campanha institucional de divulgação da Lei nº 13.340, porque a adesão tem sido pequena até por falta de conhecimento e por dificuldade do banco. A demanda é muito grande e, às vezes, o banco tem uma grande dificuldade de interpretar a Lei nº 13.340.

Por fim, eu tenho aqui a evolução das aplicações de todos os bancos, nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. No BNDES, o Nordeste é a Região mais excluída. Eu quero lhe dizer que o BNDES é o Banco Nacional de Desenvolvimento do Sul e do Sudeste. O Nordeste, em 2004, ficou com 5%; em 2005, com 4,5%; em 2006, com 11%; em 2007, com 6%; em 2009, foi 17%, porque foi o ano em que o Governo concedeu 10 bilhões aos Governos Estaduais pela compensação de umas perdas dos Municípios e dos Estados pelo critério do Fundo de Participação, que é redistribuidor e compensador de renda, em que o Nordeste tem 52%. Aí, foi caindo, foi caindo e, em 2016, foi 8%; e, neste ano, para surpresa minha, estão previstos 17%.

Então, se nós não aumentarmos a aplicação desses recursos, que têm um grande subsídio do BNDES... Meu caro, Márcio, é uma coisa extraordinária, houve um ano em que o Tesouro pagou 25 bilhões, pela taxa SELIC, entre aquilo que é captado e aquilo que é emprestado, às vezes, pela metade da taxa SELIC - 15, 18, 10.

Agora, o BNDES está voltando. Já voltou 100 bilhões, já voltou mais 30 bilhões, e o Governo quer de volta mais 100 bilhões. Já chegou a ter 550 bilhões do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tesouro, fora os 200 bilhões do FAT. Tudo é dinheiro subsidiado, em que se paga uma diferença entre o encargo, quando ele capta, e aquilo que ele empresta. Então, eu quero que o TCU veja com muito interesse esse problema das taxas de juros em relação à SELIC, tendo como referência a inflação.

Eu tenho aqui que a inflação caiu de 9% para 2.54%; a produção... Eu tenho aqui a publicação. Inclusive, o Governo vai dar grande divulgação a esses indicadores econômicos do nosso País hoje, que têm melhorado muito. O que está faltando mesmo é aumentar o emprego, os investimentos e a credibilidade do Brasil, principalmente com os grandes investidores internacionais.

Eu teria outra coisa para falar, mas eu já falei demais. Eu queria ver esse acórdão do TCU, que mandou a União pagar 190 bilhões a Estados, a Municípios e aos Fundos Constitucionais.

Há uma guerra muito grande, Dr. Holanda, aqui no Governo e nesta Casa para tentar reduzir... Inclusive, eu tomei conhecimento, por meio de uma pessoa do Banco ontem, da redução da taxa de administração e o del credere. De 6 ou 7 bilhões, o Banco está ficando com 38% do que é alimentado por ano, e já houve ano em que chegou a 42%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Com a palavra agora ao último Deputado inscrito, Deputado Hildo Rocha, depois, será dada a palavra aos representantes das instituições para responder as indagações.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha, pelo tempo regimental.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito obrigado, Deputado Danilo Forte, que preside esta audiência pública. Cumprimento todos os convidados que aqui se encontram.

Quero falar, Sr. Presidente, da nossa preocupação com relação à extinção desses fundos. Quero saber da Sra. Cilene e do Sr. Carlos qual providência já foi tomada em relação a isso, porque esses fundos têm que ser prorrogados. E a iniciativa tem que partir do Executivo, porque eu entendo que não pode haver uma iniciativa do Legislativo na ampliação do prazo de existência de um fundo. Então, tem que vir do Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E nós já estamos no mês de novembro, e vai terminar o ano. A tramitação de um projeto de lei aqui demora muito, mesmo que seja do Executivo, a não ser que ele baixe uma medida provisória. Eu não sei se a criação desse fundo foi por lei complementar; se foi por lei complementar, nem pode medida provisória; se for por lei ordinária, pode ser feita uma medida provisória para evitar a extinção. Eu gostaria de saber quais providências já foram tomadas em relação a isso por parte do Ministério da Integração.

Eu fiquei preocupado com a diminuição do fundo de 2 bilhões para 442 milhões de reais em 2018. Tenho certeza de que essa é também uma preocupação do Deputado Danilo e do Deputado Guilherme. Eu me comprometo em trabalhar juntamente com o Relator, o Deputado Cacá Leão, para corrigir isso, até porque veio uma complementação agora e o Relator da Receita dever estar oferecendo o seu relatório, que, com certeza, vai criar condições de podermos acudir casos como esse.

Com relação ao pensamento de Celso Furtado — quero me dirigir ao Marcelo das Neves, Superintendente da SUDENE —, quando Celso Furtado pensou na criação de um órgão para desenvolver o Nordeste, o Presidente Juscelino Kubitschek aceitou essa ideia e criou essa que hoje é uma autarquia. Não sei se na época foi criada como autarquia, isso aconteceu em 1959. Portanto, faz 58 anos que existe a SUDENE.

Eu sei que a SUDENE tem feito um bom trabalho, alguns maranhenses já passaram por lá, inclusive. O que eu queria lhe perguntar é se V.Sa. poderia nos responder em que melhorou a vida do Nordeste com o trabalho da SUDENE.

Eu queria lhe perguntar ainda, já que o Nordeste é muito grande, são 9 Estados, o que mudou para o Maranhão, porque não tenho esse conhecimento. Eu tenho 57 anos de idade, trabalho com o povo há muitos anos e ando o meu Estado todo. Eu conheço os 217 Municípios do Maranhão. Fui Prefeito de uma cidade pequena, fui Vereador, fui Presidente de Câmara e fui Secretário de Estado, durante 6 anos, de duas Secretarias. Ando o Maranhão inteiro e não conheço os investimentos da SUDENE lá. Acho que falta até dar mais publicidade, botar placa, enviar informações para nós.

Eu gostaria de saber quais investimentos foram feitos, pelo menos na sua gestão — não sei quando V.Sa. entrou na SUDENE —, no período em que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui, de que tem conhecimento. Não precisa puxar isso muito de trás, não, porque eu sei que, muito de trás, nós vamos ver só o que o Tribunal de Contas encontrou, porque no Maranhão — não sei se em todos os Estados — houve muita fraude com relação à aplicação de recursos da SUDENE, recursos do fundo constitucional. É muito recurso. Se calcularmos os 3% — não é, Deputado Júlio? — do que se arrecada de Imposto de Renda e de IPI dos brasileiros para os fundos constitucionais, eu acho que, para desenvolver a Região Nordeste, já foi muito dinheiro: o que a Suíça ganha em 10 anos, mais ou menos, e investe nas políticas públicas.

V.Sa. disse algo interessante, que vai assinar um plano de desenvolvimento. Isso é muito bom. Eu o parabenizo pela ideia. Eu gostaria de saber de V.Sa. quantos planos a SUDENE fez durante esses 58 anos de existência e por que foi escolhido o PNUD. Não tenho nada contra o PNUD, apenas gostaria de saber qual o critério utilizado para a escolha.

E o Banco do Nordeste é um banco amigo, muito bom. Quando fui Prefeito, fizemos boas parcerias.

Gostaria de fazer uma questão em relação ao investimento direcionado justamente ao que foi citado pelo Deputado Danilo quando disse: *"Quem mais gera emprego no Brasil são as pequenas e microempresas"*. Eu sei que há o microcrédito, conheço o trabalho. O que eu queria saber é quanto por cento do que o Banco do Nordeste investiu, em 2016 e em 2017, no microcrédito e ao crédito foi destinado às pequenas e microempresas?

Quero parabenizar o Sr. Márcio Sueth, do Tribunal de Contas da União, pelo trabalho que tem sido feito em relação à auditoria desses fundos constitucionais.

Fiquei realmente assustado com os desvios que aconteceram. Eu fico até preocupado, sem saber se os desvios foram só esses, se não houve outros. Quero saber como anda essa questão, se já foi encaminhada para o Ministério Público Federal. Eu sei que, seguindo-se a tramitação, depois, a auditoria vai para o Ministério Público, que tem que denunciar.

E pergunto se já há algum pedido de ressarcimento do que foi desviado, para que retorne ao Tesouro Nacional.

Portanto, são apenas essas as colocações e essas as perguntas que eu quero fazer, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Danilo Forte) - Obrigado, Deputado Hildo Rocha. Eu o convido a retomar a Presidência dos trabalhos, como requerente desta audiência pública. Eu terei que me ausentar daqui a pouco.

Concedo a palavra a cada palestrante, para suas considerações finais, pelo tempo regimental de 5 minutos. Inicialmente, concedo a palavra à Profa. Dra. Cilene de Jesus Dórea.

A SRA. CILENE DE JESUS DÓREA - Respondendo à questão relativa à extinção dos fundos FINAM e FINOR e ao que o Ministério da Integração já fez, em termos de ações concretas, no sentido de permitir a prorrogação desses fundos, digo que estamos elaborando uma medida provisória. Considerando que a criação desses fundos se deu por lei, não haveria esse embaraço a que se referiu. Como não se trata de lei complementar, seria possível fazer isso. A relevância e a urgência justificam, inclusive, a adoção dessa medida.

É por esse formato que estamos propondo a prorrogação dos prazos, uma prorrogação de 5 anos. Entendemos que esse é um prazo razoável, que se concilia, inclusive, com a Lei Orçamentária. Há um dispositivo que impede a prorrogação de concessão de algum tipo de incentivo que exceda o prazo de 5 anos. A nossa proposta é essa.

Com relação às dívidas de debêntures, às quais se referiu o Deputado Júlio Cesar, digo que, realmente, isso é um problema que também temos que enfrentar em relação ao FINAM e ao FINOR. A Medida Provisória nº 2.058, editada em 23 de agosto de 2000, continha na época um prazo para que as empresas pudessem pleitear os benefícios dela. Como a edição da Medida Provisória nº 2.058 coincidiu com a extinção da SUDAM e da SUDENE, reputamos a esse fato a pouca divulgação que aquela medida provisória teve. Resultado: muitas das empresas que tinham o direito não o pleitearam no prazo, perderam esse direito de acesso a esses benefícios.

Hoje, considerando, por exemplo, a carteira do FINOR, a dívida que era de 10 milhões de reais — acabei de fazer um gráfico — está em 22 milhões. As empresas não têm condições de pagar isso. Muitas delas já quebraram, já nem existem mais; na verdade, existem só como carteira de títulos. Alguns dos empreendimentos propriamente ditos não existem mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Estamos estudando também a possibilidade de permitir a renegociação dessa dívida, mediante reabertura do prazo da medida provisória, para permitir que essas empresas pleiteiem essa renegociação. Estamos estudando a melhor maneira de fazer isso, porque nós não podemos perder de vista o fato de que a simples reabertura do prazo para que elas peçam a conversão não contemplará muitas das empresas, porque elas não têm a documentação necessária para se habilitar a um processo de conversão junto à Comissão de Valores Mobiliários, que exige a existência física e legal da empresa, do empreendimento. Talvez tenhamos que enveredar para um caminho de renegociação, de rebate de dívida ou de prorrogação. Estamos estudando isso.

Finalmente, com relação ao orçamento dos fundos, eu acredito que é uma ação que não escapa aos olhos do Ministério da Integração Nacional, mas é muito mais afeta à área das Superintendências. E só temos a reiterar o pedido a esta Casa de que volva o olhar para esse assunto, porque considerar o orçamento que está previsto no PLOA, hoje, de 450 milhões de reais para os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento do Nordeste e do Norte é assumir o risco de um resultado ainda menos favorável do que esses que nós mostramos aqui.

Acredito que abordei os três assuntos que se referem à minha alçada.

Eu fico à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Vamos passar a palavra agora ao Sr. Marcelo José Almeida das Neves, Superintendente da SUDENE, para responder aos questionamentos e fazer suas considerações finais.

O SR. MARCELO JOSÉ ALMEIDA DAS NEVES - Deputado, eu anotei aqui alguns questionamentos feitos por V.Exa. O primeiro é de uma amplitude muito maior e se refere aos 58 anos da SUDENE.

Chegamos há 1 ano e 2 meses à SUDENE. Desde então, nós temos rodado com o Programa Nordeste Forte, que a Dra. Cilene citou aqui mais cedo, para ouvir não só os 9 Estados do Nordeste que fazem parte da SUDENE, mas também Minas Gerais e Espírito Santo. Estamos fazendo isso junto com a CNI; com o Banco do Nordeste; com o BNDES; com a APEXBRASIL — Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, que inaugurou recentemente um escritório no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nordeste para atender à região, e outras entidades, como as Federações de Indústrias, que estão nos acompanhando.

Amanhã iremos a São Luís, no Maranhão. Faremos na Federação das Indústrias do Estado do Maranhão um evento com essas entidades que citei. É uma reaproximação, eu diria, da SUDENE com o Maranhão, como fizemos em Teresina, em Petrolina, em Recife, em Campina Grande, em Maceió e em Montes Claros. No próximo dia 17, estaremos em Salvador, na Bahia. Estivemos também no Rio Grande do Norte e no Ceará, em Fortaleza. Na verdade, só falta irmos ao Maranhão, ao Espírito Santo e à Bahia. Esses três vão ficar para o final do ano. Como eu disse, amanhã voaremos para São Luís, no Maranhão, para conversar.

A intenção desse evento é muito mais de aproximação com os Estados e com essas entidades, para apresentar os instrumentos de atuação da SUDENE, fortalecê-la como instituição, mostrar o que ela já fez pelo Nordeste e o que ela pode fazer, uma vez que tenha seus instrumentos de ação fortalecidos.

Eu tenho dito sempre — aliás, tenho repetido muito do que tenho ouvido — que, na verdade, a indústria nordestina existe por conta dos incentivos fiscais da SUDENE.

Vou dar o exemplo de uma grande indústria de calçados que há em Campina Grande. Eu estou dizendo isso porque foi o depoimento do Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. Por que uma indústria sai do interior de São Paulo e vai se instalar em Campina Grande, onde recentemente faltava água até para consumo humano? Por que uma empresa é atraída para se instalar numa região dessas? Não tenha dúvida de que foram os incentivos fiscais fornecidos pela SUDENE, que, como foi dito aqui, no passado eram muito maiores.

Deputado Júlio Cesar, a renúncia já chegou a 100%; hoje nós temos apenas 75%. Perdemos isso. Perdemos o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante. O senhor falou muito de renúncia na Zona Franca, de 28 bilhões de reais. A renúncia no frete da Marinha Mercante era de 200 milhões de reais. Isso não era nada para a União; infelizmente, ainda assim, nós o perdemos — vigorou até 2015.

O Nordeste de Celso Furtado, o Nordeste de 1959, participava com 4% no PIB, e chegamos a 17%. Andamos muito, melhoramos muito. Na SUDENE, nasceram políticas públicas que até hoje são adotadas em todo o Brasil. O atual SEBRAE nasceu na SUDENE — falo isso com muito orgulho —, nos núcleos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apoio aos pequenos negócios, antes mesmo do aparecimento do antigo Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa — CEBRAE.

O primeiro escritório do Banco Mundial no Brasil funcionou dentro da SUDENE, exatamente tratando da questão do desenvolvimento. As CEASAs foram programas criados dentro da SUDENE. Os centros industriais do Nordeste — aí eu falo da Bahia —, o Polo Petroquímico da Bahia, os centros industriais implantados em todo o Nordeste nasceram de projetos da SUDENE, além de uma série de outros financiamentos de empresas instaladas lá até hoje e que melhoraram muito a economia nordestina.

Mas ainda precisamos de mais: precisamos de mais investimento, precisamos de mais políticas públicas que venham a atuar na nossa região. E, nos últimos 10 ou 20 anos, infelizmente, não só a SUDENE, mas também a CODEVASF e o DNOCS, todas essas entidades perderam e muito: perderam orçamento, perderam estrutura, perderam todos aqueles elementos que exatamente davam as elas condições de fazerem um bom trabalho nas suas regiões.

Nós precisamos fortalecer essas entidades. Elas eram fortíssimas, fizeram muito pelo Nordeste, fizeram um trabalho fortíssimo de convivência com a seca, principalmente, numa área que tem um déficit hídrico muito grande, uma irregularidade de chuvas muito grande, afora o Maranhão e o Espírito Santo, onde temos também uma área de atuação. Mas o Maranhão também já discute colocar uma parte de seu território no Semiárido. Inclusive recebemos recursos para isso recentemente, e há uma discussão exatamente sobre uma parte do Maranhão ser abrangida pela região do Semiárido.

Precisamos pensar a região como um todo, e talvez o grande instrumento que tenhamos para isso seja o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Esse, sim, eu diria, é o grande plano estratégico de longo prazo, é o que faltou talvez à nossa região nos últimos anos. Isso é uma prerrogativa da SUDENE, mas, infelizmente, não foi feito, desde a sua recriação, como também foram deixadas de lado várias outras questões.

O CONDEL, apresentado aqui pelo representante do Tribunal de Contas da União, reuniu-se no ano passado, depois de 3 anos e meio sem se reunir. Nós já fizemos quatro reuniões e vamos fazer a próxima, se tudo der certo, no dia 23, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Fortaleza, no Banco do Nordeste. Estamos conversando com o Ministério — já estamos adiantados nisso —, para que possamos realizar essa reunião.

Esse tem sido o trabalho de recuperação, inclusive, da imagem institucional que a SUDENE tem feito.

Outra pergunta foi relativa aos incentivos, relativa ao PNUD. Na verdade, o PNUD é um órgão das Nações Unidas que tem atuação mundial, respeitabilidade e todo um *know-how*, digamos assim, do ponto de vista de desenvolvimento regional, de arranjos produtivos, de uma série de políticas que já foram aplicadas não só no Brasil, mas também em todo o mundo, com *cases* de sucesso. E o PNUD, inclusive, foi adotado pelo próprio Tribunal de Contas da União como metodologia de desenvolvimento regional. Essa foi a principal razão de nós adotarmos também a metodologia PNUD, para que nós possamos realizar o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste.

Nós já assinamos o contrato. Para isso, passamos pelo crivo da Agência Brasileira de Cooperação — ABC, um o órgão do Ministério das Relações Exteriores, e já temos o o.k. da Agência. O nosso acordo de cooperação técnica já está pronto. Vamos assiná-lo no próximo dia 20 de novembro com o PNUD. Nós tínhamos a intenção de começar esse plano ainda neste ano. Tínhamos um orçamento de um 1 milhão de reais ou pouco mais, para que pudéssemos dar início a isso ainda neste ano, mas, infelizmente, esse orçamento foi contingenciado. Estamos ainda lutando para reaver esse orçamento e podermos dar continuidade a esse projeto neste ano.

Em relação aos incentivos fiscais, toda a cadeia industrial do Maranhão — aliás, não toda, evidentemente; há alguns empreendimentos que não são incentivados —, ou todos os grandes projetos do Maranhão são incentivados. E nós vamos apresentar isso amanhã.

Eu pedi até ao nosso assessor que me passasse alguns dados aqui, e ele já me passou, em relação aos investimentos do Maranhão.

Eu vou citar alguns dados. Em 2016, foram 373,7 milhões de reais em investimentos, frutos de incentivos fiscais concedidos no Maranhão. Somente a Companhia Energética do Maranhão — CEMAR investiu 4,9 bilhões de reais, e isso foi incentivado pela SUDENE. Ainda em 2017, Parnaíba Gás, para geração de energia, recebeu 1,2 bilhão de reais em incentivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 2017, foram beneficiados com os nossos incentivos empreendimentos que alavancaram investimentos de 6,2 bilhões de reais, com destaque para a Companhia Energética do Maranhão.

O Maranhão, inclusive, tem tido uma conversa muito próxima com a SUDENE, no ponto de vista de investimentos no Porto de Itaqui. O Maranhão tem ali um projeto que foi abandonado pela PETROBRAS e que tem recebido, digamos assim, assédio de alguns grupos estrangeiros que querem investir ali. Já estiveram na SUDENE, conheceram as taxas e a forma de aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste — FDNE, e estamos conversando exatamente para poder viabilizar o investimento naquela região. Acho que...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Deputado Júlio Cesar, um momento que eu vou fazer aqui uma fala ainda com relação ao posicionamento do Sr. Marcelo José Almeida das Neves.

Eu entendi que a SUDENE operou esses anos todos sem um plano, sem um planejamento. Foi o que ficou claro aqui. Isso é um absurdo! Um órgão com estrutura e o tamanho da SUDENE atuou por 59 anos sem um planejamento, sem um plano! E olha que já foram para o Nordeste valores equivalentes a três vezes a dívida do nosso País, através da SUDENE. E o que vemos são coisas pontuais. No Maranhão, o investimento é na CEMAR, empresa de energia elétrica. Não que ela não seja importante. Ela é importante. Mas eu acho que ela poderia ir buscar financiamento em outros fundos que não os da SUDENE, assim como a Parnaíba Gás, que está fazendo prospecção de gás. Ela tem outras fontes para buscar financiamento.

Quantos empregos foram gerados com essa quantidade de recursos investidos nessas duas empresas? É um absurdo! Não existe uma indústria sendo financiada, apenas prestadoras de serviços. Como o Maranhão vai se desenvolver desse jeito? Sinceramente, não há critério técnico plausível para dizer que é mais importante investir numa empresa distribuidora de energia. E ela nem gera a energia, ela só distribui a energia. E também não transmite, porque não tem torre de transmissão. Trata-se apenas de uma distribuidora de energia.

Então, eu vejo que, sinceramente, é um investimento muito errado, porque ele não gera emprego. Os empregos já existiam quando ela era estatal. Ao ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

privatizada, ela ganhou eficiência, logicamente, teve uma eficácia maior, porque entrega energia de melhor qualidade, mas não houve geração de emprego. E a função da SUDENE é justamente promover a criação de empregos com os recursos investidos. E lá não houve aumento do número de empregados, porque eu conheço a CEMAR muito bem. Conheço como ela trabalha, como é feito o serviço deles no Maranhão.

Sinceramente, é uma decepção muito grande saber que os maiores investimentos da SUDENE no Maranhão vão para duas empresas fornecedoras de serviços, porque a CEMAR só é vendedora de serviços, ela não vende produtos. E a empresa de gás, a Parnaíba Gás, até agora tem produzido muito pouco, tem gerado muito pouco para o Estado Maranhão; pouco produz geração de emprego e não tem riqueza, não gera riqueza para o Estado Maranhão. Portanto, eu acho que esses investimentos realizados pela SUDENE no Estado do Maranhão são, sinceramente, decepcionantes e insuficientes para devolver o Estado. E as pequenas empresas do Maranhão, que são muitas, não são servidas pela SUDENE.

O SR. MARCELO JOSÉ ALMEIDA DAS NEVES - Só para complementar, eu citei os dois, Deputado, mas apenas citei alguns, não quer dizer que são os únicos, não. Segundo, energia é infraestrutura, e isso é prioridade, inclusive, para o desenvolvimento regional. E distribuir energia é o que atrai investimentos, porque nenhuma empresa vai se instalar no Maranhão se não houver energia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Mas o Maranhão não produz energia! Desculpe-me, por isso que estou lhe dizendo isso. A CEMAR não produz energia, a CEMAR não transmite energia. Ela só distribui.

O SR. MARCELO JOSÉ ALMEIDA DAS NEVES - Ela distribui. Mas a distribuição de energia é que é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Mas é distribuição de energia, pela madrugada! Se fosse para gerar nova energia, tudo bem, mas ela é só uma distribuidora. É como se fosse a Norte Gás Butano. Você está investindo na Norte Gás Butano.

Eu acredito que essa não seja a principal... Se V.Sa. levar isso à discussão amanhã, na Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, a FIEMA, e disser o que disse aqui, sinceramente, eles não vão concordar, não.

O Deputado Júlio Cesar está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Eu quero fazer só uma observação.

Dra. Cilene, aqui na *(ininteligível)* Região Norte, 4,6 bilhões de reais; Região Centro-Oeste, 10,1 bilhões de reais. E nós sabemos que esse fundo é igual para um e para outro. Para o Nordeste estão previstos 27 bilhões de reais. O Nordeste está mais ou menos dentro da proporcionalidade, que é de três vezes o valor do Centro-Oeste. O que houve com o Norte, que tem previsão de menos da metade do investimento no Centro-Oeste?

A SRA. CILENE DE JESUS DÓREA - Bom, eu preciso me situar nesses números. O senhor está se referindo aos Fundos Constitucionais?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Aplicação. Valores previstos para aplicar em 2017, na pág. 7.

Eu cheguei atrasado. Eu não assisti a sua exposição. Eu vi isso depois, quando me entregaram...

A SRA. CILENE DE JESUS DÓREA - Só um instante. *(Pausa.)*

É este mapa, não é?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - É.

A SRA. CILENE DE JESUS DÓREA - Está certo.

Fundos Constitucionais, valores previstos para 2017: 4,6 bilhões de reais para o Norte, 27 bilhões de reais para o Nordeste e 10 bilhões de reais para o Centro-Oeste. Por que essa diferença? Esses valores são calculados sobre o valor da arrecadação do IR e do IPI, na proporção de 1,8% para o Nordeste, 0,6% para o Centro-Oeste e 0,6% para o Norte.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Então, para o Centro-Oeste é o mesmo valor?

A SRA. CILENE DE JESUS DÓREA - Não. Neste mapa que eu tenho aqui, está...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. CILENE DE JESUS DÓREA - Sim, na proporção da divisão é, mas o que vai determinar o valor real que vai é o valor da arrecadação.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. CILENE DE JESUS DÓREA - Conforme a região.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - É nacional. A arrecadação é nacional. É o percentual em cima da arrecadação nacional.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - *(Ininteligível)* proporcionalidade entre o Centro-Oeste e o Nordeste está mais ou menos... O Nordeste tem o problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

daquela *(ininteligível)*. Mas, em relação ao Norte e em relação ao Centro-Oeste *(ininteligível).*

A SRA. CILENE DE JESUS DÓREA - Em primeiro lugar, vou ter que verificar e confirmar esses dados com o setor responsável, porque esses são os valores previstos. Eu não posso afirmar se de fato foi esse o valor repassado. Esses são os valores previstos para 2017. Teremos que verificar isso. Vou ficar lhe devendo uma resposta mais objetiva, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Está bem, Dra. Cilene.

O Dr. Marcelo quer fazer uso da palavra?

O SR. MARCELO JOSÉ ALMEIDA DAS NEVES - É só para citar um último detalhe. O Maranhão, diferentemente dos demais Estados, é atendido pela SUDAM e pela SUDENE, com as áreas definidas pelo Paralelo 40. Ou seja, há sobreposição, inclusive, de Superintendências. Assim, uma parte desses dados é da SUDAM, inclusive de investimentos, principalmente na área que pertence à Amazônia Legal, que é atendida pela SUDAM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Marcos Costa Holanda, Presidente do Banco do Nordeste.

O SR. MARCOS COSTA HOLANDA - Obrigado, Deputado Hildo.

Quero saudar o Deputado Júlio Cesar, o Deputado Guilherme Coelho e o Deputado Danilo Forte pela determinação e competência para defender as causas do Nordeste.

Em relação à questão da disponibilidade do FNE levantada pelo Deputado Danilo, o histórico do Banco do Nordeste sempre foi aplicar 100% dos recursos do FNE. Porém, nos últimos 2 anos, 2015 e 2016, as disponibilidades não aplicadas realmente aumentaram, mas isso não significa, por um lado, falta capacidade operacional ao Banco e, muito menos, por outro lado, que a região não precisa desse recurso.

O fato é que, nos últimos 2 anos, houve a maior recessão da história do País, e, no mesmo momento, os juros reais do FNE ficaram altos como nunca. Então, se a economia está em colapso e, ao mesmo tempo, os juros são muito altos, é normal que a demanda por crédito diminua. E o Banco, que tem o papel de tratar com muito zelo o recurso público, não pode emprestar a qualquer custo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas isso foi algo totalmente excepcional. Este ano a situação já está se revertendo. O Banco este ano vai contratar certamente no mínimo 30% a mais do que contratou ano passado. A recuperação já acontece. E o Banco tem tomado algumas medidas para acelerar a aplicação dos recursos.

Como o Deputado Danilo comentou, dentro do FNE Infraestrutura, nós já estamos aumentando bastante as aplicações em infraestrutura, financiando projetos ligados a energia renovável, água, mobilidade e, eventualmente, aeroportos que estão sendo privatizados no Nordeste.

Essa questão da disponibilidade realmente é uma coisa excepcional, é um ponto fora da curva, e muito rapidamente ela vai desaparecer, porque, primeiro, o Banco tem capacidade operacional de administrar o FNE; segundo, o Nordeste precisa muito de recursos. Então, isso vai acontecer de forma muito rápida.

Em cima disso, certamente há a questão da taxa de juros. Eu acho que, como o Deputado Júlio Cesar disse hoje, por exemplo, a SELIC está abaixo de algumas taxas que o FNE cobra. Certamente essa é uma situação que não vai perdurar. Existe toda uma movimentação, uma negociação que vai envolver a compatibilização das taxas de juros do FNE com a criação da TLP — Taxa de Longo Prazo ano que vem.

Muito provavelmente — nós estamos bem esperançosos quanto a isto —, ano que vem as taxas de juros do FNE serão muito competitivas em relação a essa sincronia com a TLP, garantindo aquilo que está na Constituição, ou seja, os fundos só devem existir se for para oferecer condições diferenciadas, senão não fazem sentido. Isso está sendo trabalhado muito fortemente, e eu acho que vai acontecer. Nós vamos aumentar as contratações já a partir deste ano e no ano que vem também. E ficará claro que essa baixa disponibilidade atual se deu basicamente em função de um contexto excepcional de conjuntura econômica com elevadas taxas de juros.

O Deputado Guilherme disse algo importante, e essa é uma chamada que eu sempre faço ao Banco, no sentido de que ele cada vez mais tem que estar de acordo com a demanda do cliente. É óbvio que há um pouco de ajuste fino entre burocracia e o que surge por conta de atendimento de conformidades, de normativos com os quais o Banco tem que operar, mas nós temos que ter a visão de que podemos sempre melhorar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Hoje mesmo, Deputado, nós aprovamos na Diretoria um passo a mais. Nós aprovamos hoje que os cadastros tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas poderão ser feitos, a partir do mês que vem, de forma digital. Então o cliente não vai precisar ir à agência para fazer cadastro, atualizar cadastro. Ele, na sua empresa, na sua residência, já fará isso de forma digital e depois chegará à agência já com o cadastro aprovado. Isso é para acelerar os processos. Temos que fazer isso. O cartão BNB é uma forma de nós também tentarmos acelerar o crédito. Temos para onde avançar e vamos avançar.

A parceria do Banco com o Avançar, um programa que vai ser lançado amanhã na Presidência da República, tem tudo a ver com o evento que nós vamos fazer no final do mês, o G20+20. Inclusive, a cidade de Petrolina é como se fosse a cidade que originou o conceito do G20. Nós vamos reunir representantes das 40 maiores cidades do Nordeste, em Fortaleza, nos dias 23 e 24.

Um dos convidados para essa reunião será exatamente o Ministério das Cidades. Nós vamos convidar os Ministérios que mais têm a ver com as cidades — o Ministério das Cidades, o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional —, exatamente para podermos mostrar essas cidades, o potencial que elas têm em termos de atração de investimentos e o apoio de que elas precisam de órgãos do Governo, dos bancos e dos investidores privados.

Eu acho que vai ser um evento muito importante. Eu tenho dito que, pela primeira vez, nós vamos mostrar um Nordeste que às vezes o próprio Nordeste não conhece: cidades com potencial econômico, com dinâmica econômica e que podem atrair muito fortemente investimentos privados. Nós vamos fazer isso com muita força, e isso vai acontecer.

O Deputado Júlio Cesar mostrou os números, e ele é imbatível em relação a números, então fica complicado... Mas o correto, e este é um número muito importante, é que 68% do crédito de longo prazo feito no Nordeste vêm do Banco do Nordeste. Não são 50%, não são 40%: são 68%. Se não fosse o Banco do Nordeste, não existiria crédito de longo prazo no Nordeste.

Se formos analisar o crédito rural, por incrível que pareça, o número é praticamente o mesmo: 67,3%. Ou seja, 67% do crédito rural ofertado no Nordeste vêm do Banco do Nordeste. Ofertar crédito rural numa região árida e em longo prazo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

somente um banco de desenvolvimento é capaz de fazer, e o Banco do Nordeste o faz de forma muito forte.

Há a lei, como o senhor mencionou. Amanhã nós já vamos começar uma campanha para melhor esclarecer e divulgar a lei de renegociação aos produtores rurais. Nós já renegociamos em torno de 150 mil operações. Queiram ou não, nós já temos 150 mil pequenos produtores rurais que agora estão quites com o Banco e já podem voltar a operar, a contratar. Isso envolve algo em torno de 5 bilhões de reais já renegociados. Mas estamos num esforço concentrado, determinado, para divulgar a lei, para agilizar essas renegociações. Estamos num trabalho de porta em porta. Nós temos lá os agentes de desenvolvimento que vão porta em porta: *"Olha, há a lei. Não pode perder a oportunidade. Vamos lá. Vamos renegociar".*

Temos coisas muito interessantes, como o envolvimento das prefeituras, dos sindicatos. Há prefeituras que estão inclusive apoiando os produtores rurais na hora de quitar ou de renegociar as dívidas. Então nós temos feito muito esforço com relação a essa lei e continuaremos a fazer. Já há bastante resultado, mas há muito a avançar.

A questão da taxa de administração do Banco realmente é interessante. Nós temos que ver que a taxa de administração do Banco hoje, na verdade, é em torno de 2,2% do patrimônio líquido do Fundo. Taxas de administração, tradicionalmente, são referenciadas em relação ao patrimônio líquido.

É óbvio que uma taxa de administração de um banco de desenvolvimento não pode ser igual, como alguns às vezes de forma rápida comparam, à taxa de administração de um fundo de investimento de um banco comercial. São coisas distintas, até porque na taxa de administração do banco existe a remuneração de um papel que um banco de desenvolvimento faz e que os outros não fazem.

O Banco do Nordeste custeia todo um apoio à pesquisa. O Banco tem o FUNDECI — Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, programa que financia inovação na universidade e nas empresas. O Banco tem iniciativa como o HUBINE, que é um centro para incentivar a inovação. Então a taxa de administração do Banco não é alta. Ela é compatível com o papel de um banco de desenvolvimento. Na verdade, ela vem caindo ano a ano, na medida em que o Banco do Nordeste tem ganhado eficiência, e não pode ser comparada simplesmente com o que entra de recurso novo. Ela tem que ser comparada com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

patrimônio líquido, uma taxa compatível, como é o *del credere*. Isso é uma coisa importante.

O Deputado Hildo falou sobre a importância das MPEs. O foco do Banco é a MPE. Há um número, Deputado, que eu acho importantíssimo. No ano passado, 63% das contratações do Banco foram para MPEs. Se se somar a média, dá 73%. Três quartos do que o Banco contratou foi com MPEs. Então o foco do Banco realmente são as MPEs. Nós queremos ser cada vez mais o banco das MPEs.

Nós não vamos abandonar os grandes empreendimentos, mas a nossa marca tem que ser de banco das MPEs. Nós temos sido muito fortes nisso. Temos criado linhas específicas para MPEs. Até o final do ano, nós vamos criar a MPE Digital, que será o apoio do Banco à MPE via digital. Isso é uma coisa muito forte para o Banco, como é forte o microcrédito.

Por meio do microcrédito, contratam-se no Banco, ao ano, atualmente, em torno de 10 bilhões de reais. É o maior programa de microcrédito da América Latina. O microcrédito do Banco faz 19 mil operações de crédito todo dia. Então, é muito grande.

Estamos com um programa de expansão em três Estados, e o Maranhão é um deles, porque vemos que temos potenciais importantes para expandir no Maranhão, na Bahia e em Pernambuco. E criamos — recentemente anunciamos isso em uma cerimônia no Planalto —, o Microcrédito Jovem, porque queremos expandir não somente o microcrédito. Tradicionalmente, 67% do microcrédito é tomado por mulheres, e queremos ampliar o crédito aos jovens. Eu acho que os jovens têm potencial, e nós vamos expandir isso muito para os jovens.

Temos uns programas interessantes. Por exemplo, vamos às escolas de ensino profissionalizante e anunciamos que, num sábado de manhã, vamos fazer a feira de microcrédito para aqueles jovens que estão concluindo o ensino médio e que, às vezes, querem empreender. Então, nós vamos criar um mecanismo para apoiar o microcrédito aos jovens. Essa é uma questão muito importante.

Hoje, praticamente metade das ações do Banco é ligada ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste —- FNE e metade ao microcrédito. E não queremos ser um banco que faz muita coisa, não. Queremos fazer só essas duas coisas, mas fazer benfeito essas duas coisas.

Eram esses os esclarecimento que queria dar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Muito obrigado. Agradeço as respostas ao Dr. Marcos Costa Holanda, Presidente Banco do Nordeste.

Finalmente, eu concedo a palavra ao Sr. Márcio Fernando Sueth da Silva, Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, para responder aos questionamentos e fazer as suas considerações finais.

O SR. MÁRCIO FERNANDO SUETH DA SILVA - Inicialmente faço uma pequena correção à minha exposição sobre aquele *link* que eu mencionei. Hoje, o *link* é acessado na nossa Intranet. O Tribunal está providenciando o acesso à sociedade como um todo, o acesso externo. Caso V.Exas. queiram consultá-lo hoje, eu posso acessar com a minha senha, e poderemos ver a situação por Estado ou Município. Mas, no próprio acórdão, o Tribunal determinou que o acesso fosse concedido à sociedade.

Com relação ao questionamento do Exmo. Sr. Deputado Danilo Forte sobre a pulverização dos fundos, sobre a melhor aplicação dos fundos, primeiro, é de se ressaltar que essa auditoria feita no Tribunal em todas as fontes de financiamento que possam ensejar desenvolvimento regional perpassa por transferências obrigatórias — FPE e FPM —, perpassa por todas as transferências voluntárias, os convênios que são realizados e outras transferências, e perpassa também por todas as operações de créditos realizadas com bancos que administram recursos públicos.

O FNE, fazendo justiça às observações — não deu para falar isso no exíguo tempo da apresentação —, foi um dos poucos fundos que teve uma correlação positiva. Ou seja, de 13 fontes de financiamento que foram analisadas — FNE, FCO, FNDE, FAT, FGTS, todos eles —, somente 5, salvo engano, tiveram correlação positiva, isto é, uma correlação que dá ensejo ao desenvolvimento regional. Então, mesmo que pequena, a fórmula utilizada provocou uma correlação positiva.

Na questão da pulverização, o TCU vem atacando na verdade algumas fragilidades do BNB, a fim de que, como órgão jurisdicionado nosso, melhore o seu processo de trabalho, como ocorre com todos os outros órgãos da administração pública. É natural que aconteçam determinações, recomendações e discussões dentro do processo.

Pelo nosso entendimento, o desenvolvimento regional só vai se dar por completo e de forma efetiva quando melhorarem realmente o planejamento e as ações coordenadas de todos os atores governamentais que devem atuar na questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do desenvolvimento regional, começando com o PPA, alinhado com o PRDNE, com metas e indicadores claros e objetivos. A partir daí, os órgãos gestores — SUDENE, BNB e outros — poderão cumprir o que foi planejado.

Em relação a alguns questionamentos do Exmo. Sr. Deputado Júlio Cesar, falo, primeiramente, sobre o acórdão de 190 bilhões de reais. Trata-se do Acórdão nº 713, de 2014, que tratou sobre renúncias de receitas. Quando o Governo Federal concede alguma renuncia para alguma área do setor financeiro, é claro que isso vai impactar no FPE e no FPM. O Tribunal levantou realmente esse montante e concluiu que ele gira realmente em torno disso, mas a recomendação, a determinação feita à Casa Civil foi no sentido de que ela verifique medidas de compensação para que Estados e Municípios sejam menos afetados.

Para ciência de V.Exa., esse acórdão sofreu recurso da União. O recurso foi aceito e está sendo analisado no âmbito do Tribunal. Assim que houver algum resultado, o Tribunal encaminhará o resultado do acórdão de mérito para esta Casa.

Em relação a taxa de administração e *del credere*, esse assunto já foi falado pelos colegas. Realmente, isso é algo que está no monitoramento do Tribunal. Está sendo discutida realmente a proporcionalidade em relação a essa questão, mas não há uma decisão de mérito ainda em relação a isso.

Em relação à dependência dos Estados, naquele eslaide que foi passado, quando foi falado em 40%, Deputado, isso se dá quando se juntam todos os montantes de recursos analisados, inclusive operação de crédito, não só o FPE e o FPM. Quando se soma todo o bolo de recursos federais que chegam ao Estado, inclusive operações de crédito e transferências voluntárias, verifica-se que 40% dos Estados têm esse grau de dependência de recursos externos.

O questionamento do Exmo. Sr. Deputado Hildo Rocha foi o seguinte: *"Quais as ações tomadas em relação aos desvios que foram citados em processos relativos ao Fundo?"* Normalmente, o Tribunal abre a Tomada de Contas Especial. Inclusive, um daqueles casos apontados pela Polícia Federal está em fase de citação. Os responsáveis estão sendo citados para que adentrem o processo com suas alegações de defesa. Provavelmente, o mérito desse processo deve sair após análise das alegações de defesa.

No caso do Ministério Público, normalmente, o Tribunal informa o Ministério Público quando há um acórdão de mérito. Quando há indícios de crime, encaminha-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se o processo para o Ministério Público, mas nada impede que um membro do Ministério Público tenha acesso a qualquer momento ao processo. É só pedir que o Tribunal concede acesso ao processo solicitado.

Eu acho que era isso.

O Tribunal agradece mais uma vez o convite e se coloca à disposição para novos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Algum Deputado quer fazer mais algum questionamento? *(Pausa.)* Não.

Quero agradecer à Sra. Cilene de Jesus Dórea, Secretária de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais; ao Sr. Carlos Henrique Rosa, Coordenador-Geral de Prospecção e Análise dos Fundos do Ministério da Integração Nacional; ao Sr. Marcelo José Almeida das Neves, Superintendente da SUDENE; ao Sr. Marcos Costa Holanda, Presidente do Banco do Nordeste; e também ao Sr. Márcio Fernando Sueth da Silva, Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União — TCU a presença e a colaboração para o esclarecimento desta Comissão de como estão sendo usados os fundos constitucionais, principalmente os do Nordeste.

A reunião foi bastante proveitosa. Agradecemos muito aos senhores a participação. Podem contar com os Parlamentares desta Comissão para que possamos aperfeiçoar cada vez mais o nosso Orçamento.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Aos vinte e um e vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenários 06 e 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Domingos Sávio, Evandro Roman, Hugo Motta, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Marcus Pestana, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vander Loubet e Vitor Valim; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Jorge Viana, Pedro Chaves, Valdir Raupp e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes**: Carmen Zanotto, Danilo Forte, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, Marcon, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Valtenir Pereira, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Roberto. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Claudio Cajado, Evair Vieira de Melo e Raquel Muniz. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Edio Lopes, Elmar Nascimento, Hugo Leal, Maia Filho, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Weverton Rocha e Zé Carlos; e a **Senadora:** Kátia Abreu. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, do dia vinte e um de novembro de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que anunciou a suspensão da reunião em virtude de estar ocorrendo reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Às 15h28min, o Presidente reiniciou os trabalhos, e após ter sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, passou a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 07 e 08 de novembro de 2017; e 7ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 08 de novembro de 2017. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das atas e houve concordância. Em votação, as Atas foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE. O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 08 a 21 de novembro de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. **ORDEM DO DIA**: Pauta. Item 01. Apreciação do **Relatório da Receita e Errata** apresentados ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017". (PLOA para 2018). Relator da Receita: Senador Ataídes de Oliveira. Foram apresentadas 10 emendas, sendo 05 à Receita, e 05 de Renúncia de Receita. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações propostas pelo Relator que constam da relação apresentada sob a forma de emendas aprovadas, sendo 17 emendas de Relator. Quanto às emendas apresentadas, indicou para inadmissibilidade as Emendas de Renúncia de Receita de nºs 2494.0026, 2885.0015, 2885.0016, 2887.0005 e 2887.0006; e às Emendas à Receita de nºs 2520.0020, 2520.0021, 2520.0022, 2520.0023 e 3063.0020. O Relator apresentou o **Relatório da Receita e a Errata**. Às 15h49min, a 1ª Vice-Presidente, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), assumiu a direção da reunião. O Deputado Wellington Roberto (PR/PB) indagou sobre a pauta da reunião e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente em exercício, Deputada Laura Carneiro, informou que em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordada a apreciação do **Relatório da Receita e Errata** apresentados ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN;** dos Relatórios apresentados aos **Projetos de Lei de nºs 24, 25 e 26/2017-CN** e Relatório apresentado ao **Ofício nº 1/2017-CN.** Em seguida, foi iniciada a discussão do **Relatório da Receita e da Errata,** e a palavra foi concedida ao Deputado Bohn Gass (PT/RS). Às 16h09min, o Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC) reassumiu a direção dos trabalhos. Em continuidade, discutiram a matéria os Deputados Jaime Martins (PSD/MG), Wellington Roberto (PR/PB) e a Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO). O Relator respondeu aos questionamentos dos parlamentares. Foi encerrada a discussão. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006*, do Congresso Nacional, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, quanto às emendas apresentadas e de Relator. Em votação, a dispensa da manifestação do CAE foi **aprovada,** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as Emendas de Renúncia de Receita de nºs 2494.0026, 2885.0015, 2885.0016, 2887.0004 e 2887.0005; e às Emendas à Receita de nºs 2520.0020, 2520.0021, 2520.0022, 2520.0023 e 3063.0020, indicadas pelo Relator no seu voto e na Errata. Em votação, o **Relatório da Receita e a Errata,** foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Após a aprovação da matéria, o Presidente e o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), Representante da Liderança do Governo no Congresso Nacional na CMO, teceram elogios ao Relator da Receita. E por fim, o Senador Ataídes Oliveira, Relator da Receita, discorre sobre o trabalho desenvolvido, fazendo agradecimentos. Em prosseguimento, estando ausente o relator do item 02, o Presidente anunciou o item seguinte. Item 03. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 25/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal, crédito suplementar no valor R$ 83.130.558,00 (oitenta e três milhões, cento e trinta mil, quinhentos e cinquenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Senador Antonio Carlos Valadares. Foram apresentadas 15 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado, com indicação pela **inadmissibilidade** da emenda de nº 12; pela **aprovação** da Emenda de nº 04 e pela **rejeição** das demais emendas apresentadas. O relator apresentou o Relatório**.** Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda indicada pelo relator no seu voto. Discutiu a matéria o Deputado Bohn Gass (PT/RS). Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, de Minas e Energia, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Desenvolvimento Social e Agrário e das Cidades, crédito especial no valor de R$ 59.034.574,00 (cinquenta e nove milhões, trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para os fins que especifica." Relator: Deputado João Arruda. Foram apresentadas 13 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei nos termos propostos pelo Poder Executivo, com indicação pela **inadmissibilidade** das emendas de nºs 04 e 05, e pela **rejeição** das emendas de nºs 01 a 03, e 06 a 13. Com o retorno do relator, Deputado João Arruda, o Relatório foi apresentado. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 04. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$ 348.074.677,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, setenta e quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica." Relatora:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputada Rosangela Gomes. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. A relatora apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, o Presidente informou que, em virtude do recebimento de Mensagem Modificativa ao **Projeto de Lei nº 34/2017-CN**, foi facultada aos parlamentares a possibilidade de apresentar emendas até as 12 horas do dia 22.11.2017, e o limite de emendas, por parlamentar, seria de 10 emendas. Item 06. Apreciação do Relatório apresentado ao **Ofício nº 1/2017-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, § 5º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao 1º semestre de 2016. Relator: Senador Pedro Chaves. Voto: pela aprovação da matéria, dando conhecimento à Comissão e posterior envio ao arquivo. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Concluída a votação das matérias acordadas, e após as manifestações dos Deputados Bohn Gass (PT/RS) e Claudio Cajado (DEM/BA) sobre a continuidade dos trabalhos, houve consenso e o Presidente declarou suspensa a reunião. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia seguinte, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 4 da Câmara dos Deputados. No dia 22 de novembro, às 14h53min, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC). Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 33/2017-CN**. Autor: Senador Davi Alcolumbre. O Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. O Deputado Bohn Gass (PT/RS) apresentou Questão de Ordem, que foi respondida pelo Presidente. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 33/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Justiça e Cidadania, da Saúde, dos Transportes, Portos e Aviação Civil, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional, do Turismo e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 6.315.656.601,00 (seis bilhões, trezentos e quinze milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e um reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Senador Davi Alcolumbre. Foram apresentadas 237 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma do Substitutivo apresentado, que contempla as alterações nos termos solicitados pelo Poder Executivo, com indicação pela **inadmissibilidade** das emendas de nºs 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 19, 20, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 74, 92, 139, 169, 197, 200, 210, 222 e 225; e pela **rejeição** das demais emendas apresentadas. O relator apresentou o Relatório**.** Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Discutiram a matéria os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Rosangela Gomes (PRB/RJ) e Marcon (PT/RS). Às 15h25min, a 1ª Vice-Presidente, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), assumiu a direção da reunião e encerrou a discussão. Foram apresentados 10 destaques. Em votação, o Relatório foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Bohn Gass (PT/RS), Marcon (PT/RS) e José Airton Cirilo (PT/CE), ressalvados os destaques. Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado**, ressalvados os destaques**.** Apreciação dos 10 destaques apresentados. Houve Proposta da Presidente em exercício para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator. Em votação, a Proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos destaques de números 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, do Deputado Bohn Gass (PT/RS). Voto do Relator: pela **rejeição**. O autor apresentou os destaques. Às 15h36min, o Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Bohn Gass (PT/RS), Jorge Solla (PT/BA), Nelson Pellegrino (PT/BA) e José Airton Cirilo (PT/CE). Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. O Deputado Jorge Solla (PT/BA) teceu comentários sobre a matéria aprovada. Em seguida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

foi apresentado Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Relatório Preliminar** com **Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN –** PLOA/2018. Autor: Deputado Cacá Leão. O Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório Preliminar** com **Emendas** apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018." (PLOA/2018). Relator-Geral: Senador Deputado Cacá Leão. Foram apresentadas 11 emendas. Voto: pela aprovação do **Relatório Preliminar** com **Emendas** na forma apresentada, na qual constam alterações decorrentes da **aprovação** das emendas de nºs 05, 08, 09, 10 e 11; pela **prejudicialidade** das emendas de nºs 1, 2 e 4, por seus objetos serem atendidos pela alíneas "a", "p", "i", do item 10.III; e pela **rejeição** das emendas de nºs 3, 6 e 7. O Relator-Geral apresentou o **Relatório Preliminar** com **Emendas**. Discutiram a matéria os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Jorge Solla (PT/BA) e Wellington Roberto (PR/PB). Foi encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 10 destaques. Em votação, o **Relatório Preliminar** com **Emendas** foi **aprovado**, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 10 destaques apresentados. Houve Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral. Em votação, a Proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos destaques de números 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO). Voto do Relator-Geral: pela **rejeição**. A autora apresentou os destaques. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Bohn Gass (PT/RS), Jorge Solla (PT/BA), Nelson Pellegrino (PT/BA), José Airton Cirilo (PT/CE) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO). Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. Em sequência, apreciação de Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar os Relatórios apresentados aos **Projetos de Lei nºs 27, 30 e 35/2017-CN.** Autores: Senador Pedro Chaves e as Deputada Laura Carneiro e Carmen Zanotto. O Presidente **deferiu** a inclusão das matérias na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 76.342.363,00 (setenta e seis milhões, trezentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e três reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Senador Pedro Chaves. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 30/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2017, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor de R$ 666.143.078,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, cento e quarenta e três mil, setenta e oito reais), e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas estatais no valor de R$ 179.062.342,00 (cento e setenta e nove milhões, sessenta e dois mil, trezentos e quarenta e dois reais), para os fins que especifica." Relator: Deputado Veneziano Vital do Rêgo. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ausente o relator, foi designada a Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) como relatora *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 35/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Cidadania, dos Transportes, Portos e Aviação Civil e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R$ 1.262.833.380,00 (hum bilhão, duzentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e trinta e três mil, trezentos e oitenta reais), para os fins que especifica." Relatora: Deputada Carmen Zanotto. Foram apresentadas 15 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei nos termos do Substitutivo apresentado, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

indicação pela **inadmissibilidade** das emendas de nºs 02, 03, 06 e 10, pela **aprovação parcial** das Emendas de nºs 01, 04, 05, 09, 12, 13, 14 e 15 e pela **rejeição** das emendas de nºs 07, 08 e 11. A relatora apresentou o Relatório e a Errata**.** Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pela relatora no seu voto. Discutiu a matéria o Deputado Bohn Gass (PT/RS), que sugeriu Requerimento de Informação ao Poder Executivo solicitando informações acerca da aplicação dos demais recursos vinculados provenientes dos recursos de royalties do petróleo de que trata a Lei nº 9.478/1997, já que não foram destinados recursos para todos os beneficiários da lei. Sugeriu-se que o Poder Executivo complemente as informações quanto a demonstração da utilização do superávit financeiro como fonte de recursos, uma vez que a mensagem do projeto de lei não trouxe as informações solicitadas pelo § 6º do art. 44 da Lei nº 13.408/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017. Houve concordância com o pedido de informação. Foi apresentado 01 destaque ao Projeto de Lei. Em votação, o Relatório e a Errata foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** ressalvado o destaque. Com a aprovação da Errata, houve alteração do voto às emendas de nºs 12, 14 e 15, que foram **rejeitadas**. O destaque nº 01, do Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA), foi **prejudicado** em virtude da ausência do autor. Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar os Relatórios apresentados aos **Projetos de Lei nºs 31, 32 e 34/2017-CN.** Autor: Deputado Wellington Roberto. O Presidente **deferiu** a inclusão das matérias na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 31/2017-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2017 crédito suplementar no valor total de R$ 8.480.320.523,00 (oito bilhões, quatrocentos e oitenta milhões, trezentos e vinte mil, quinhentos e vinte e três reais), em favor de diversas empresas estatais e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 15.278.975.941,00 (quinze bilhões, duzentos e setenta e oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e um reais), para os fins que especifica." Relator: Deputado Maia Filho. Foram apresentadas 05 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei nos termos propostos pelo Poder Executivo, com indicação pela **inadmissibilidade** das emendas de nºs 01 e 04, e pela **rejeição** das emendas de nºs 02, 03 e 05. Ausente o relator, foi designado o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Bohn Gass (PT/RS), José Airton Cirilo (PT/CE) e Claudio Cajado (DEM/BA). Em virtude da inexistência de acordo para deliberação da matéria, a apreciação foi **adiada**. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 32/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$10.524.058,00 (dez milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, cinquenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Maia Filho. Foram apresentadas 04 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela **rejeição** das emendas apresentadas. Ausente o relator, foi designado o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta. Item 05. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 15/2017-CN,** que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1348/2017-TCU-Plenário, que trata de Representação a respeito de possíveis irregularidades relacionadas aos processos licitatórios e à execução de contratos da Usina Termonuclear de Angra 3 (TC 021.542/2016-3)". Relator: Deputado Jaime Martins. Voto: pela manutenção do bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos Contratos GAC.T/AS-4500160692 e GAC.T/CT-4500146846 vinculados ao Programa de Trabalho 25.752.2033.5E88.0033/2016 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3, com 1.309 MW (RJ) – no Estado do Rio de Janeiro. Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 – RJ, da Unidade Orçamentária 32.204 Eletrobrás Termonuclear, com fundamento no art. 117, combinado com o § 4º do art. 121, ambos da Lei nº 13.242, de 2015 (LDO/2016). Ausente o relator, foi designado o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Não houve discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 34/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Agrário e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 4.511.886.489,00 (quatro bilhões, quinhentos e onze milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e nove reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Nilton Capixaba. Foram apresentadas 115 emendas. Em virtude da inexistência de acordo para deliberação da matéria, a apreciação foi **adiada**. ENCERRAMENTO: concluída a votação das matérias constantes da pauta e extrapauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrado os trabalhos, às dezessete horas e dezenove minutos do dia 22 de novembro de 2017. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 21.11.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação das matérias constantes da pauta.

Bem, apesar de já termos quórum para deliberar, os Líderes ainda se encontram numa reunião, que está prestes a terminar. Então, suspendo a reunião.

Retornaremos em seguida.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. São elas: ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 7 e 8 de novembro de 2017, e ata da 7ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 8 de novembro de 2017.

Caso haja alguma retificação a ser feita, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar...

Como alguns Deputados ainda não tinham feito o registro de presença, não era possível votar a ata. Então, alerta-me o Secretário Walbinson que agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

estamos prontos e aptos para submeter as atas a votação na representação do Senado Federal e na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação as atas na representação da Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Da mesma forma, em votação as atas na representação do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Expediente.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos por esta Comissão, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da Comissão Mista de Orçamento na Internet.

Ordem do Dia.

Item 1. Apreciação do Relatório de Receita nº 1, de 2017, apresentado ao Projeto de Lei nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018. O Relator, que já se encontra aqui ao meu lado, é o distinto amigo Senador Ataídes Oliveira.

O voto do Relator é pela aprovação do projeto de lei para o exercício financeiro de 2018, no que concerne às estimativas de receitas nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações propostas pelo Relator, que constam da relação apresentada, sob a forma de emendas aprovadas, sendo 17 emendas de Relator. Quanto às 10 emendas apresentadas, foram 5 de receita e 5 de renúncia de receita. O Relator indicou para inadmissibilidade as Emendas de Renúncia de Receita de nºs 24940026, 28850015, 28850016, 28870005 e 28870006; e as Emendas à Receita de nºs 25200020, 25200021, 25200022, 25200023 e 30630020.

Informo que o Senador Ataídes Oliveira apresentou a seguinte errata ao Relatório de Receita, referente a mudança na numeração das emendas:

Nos parágrafos 167 e 170 do relatório, onde se lê

'Emendas nº 28870005 e nº 28870006, da Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Marta Suplicy,' leia-se 'Emendas nº 28870004 e nº 28870005'.

Com a palavra, então, o Relator da matéria, o Senador Ataídes Oliveira, para apresentar o seu relatório.

V.Exa. tem a palavra, Senador.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os nossos colegas Senadores, Deputados e Deputadas e a minha colega tocantinense, a competente Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que sempre tem sempre prestado um bom serviço ao nosso Estado do Tocantins.

Sr. Presidente, a princípio, eu agradeço à equipe econômica do Congresso Nacional, que nos ajudou bastante na formatação deste relatório, e também à equipe econômica do Governo. Na verdade, nós fizemos algumas pequenas reparações técnicas. Tanto o PLOA, o PLN 20/2017 quanto a mensagem modificativa tinham algumas pequenas questões técnicas, que foram realmente sanadas por nós. Então, a princípio, agradeço a essas duas equipes: a nossa equipe técnica e a equipe econômica do Governo.

Quero agradecer, acima de tudo, ao Senador Dário Berger, meu amigo e Presidente desta grande Comissão, que me atribuiu essa honrosa tarefa de avaliar e relatar a receita da União para o exercício de 2018.

Agradeço ainda aos Deputados Roberto Britto, Weverton Rocha, Hildo Rocha, que está aqui conosco, Hugo Leal, José Airton Cirilo e Laudivio Carvalho e também ao Senador Acir Gurgacz, que integram o Comitê de Avaliação da Receita, além dos consultores, que eu já disse que nos ajudaram bastante.

Ressalte-se que este relatório foi elaborado sob a égide, evidentemente, do Novo Regime Fiscal, que visa controlar o crescimento do gasto público e contribuir para o ajuste estrutural das contas públicas.

Nesse contexto, a nossa avaliação da receita foi conduzida a partir de hipóteses plausíveis de comportamento das variáveis macroeconômicas e outros indicadores. "Entretanto, consideramos tímidos os parâmetros constantes da mensagem modificativa, em particular as hipóteses de crescimento do PIB e da massa salarial." Esse foi, Sr. Presidente, um dos grandes embates que eu tive com o Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós sabemos que a equipe técnica, principalmente a do Banco Central, Senador Valadares, é muito conservadora — o que eu respeito. Nesse PLOA, na mensagem modificativa, o Governo estava estimando um crescimento do PIB de apenas 2% para 2018. Eu não tenho dúvida de que, diante de todo o cenário, nós não iremos crescer menos de 3% em 2018. Então, tivemos várias reuniões e chegamos a uma conclusão, que é o que eu vou colocar aqui, Sr. Presidente.

"Entendemos que o crescimento previsto, de 2% do PIB em 2018, reflete a cautela do governo. De plano, a perspectiva de aceleração da atividade econômica no último trimestre deste ano permite-nos prognosticar um efeito estatístico positivo para 2018. Entendemos que os nossos gestores da política econômica envidarão todos os esforços necessários para uma retomada ainda mais robusta da produção, do emprego e da renda.

Estamos convictos de que o crescimento do nosso PIB em 2018 não será inferior a 2,5%" — ou seja, 0,5% acima da proposta do Governo — "e nisso apostamos. A hipótese básica que norteou nossos cálculos foi a de que a economia brasileira em 2018 crescerá a essa taxa, e de que a receita de tributos e contribuições reagirá rapidamente ao maior dinamismo da atividade econômica e dos negócios."

Esse 0,5% a mais deverá representar algo em torno de 5,6 bilhões de reais a mais na receita de 2018. É bom que se ressalte que esse superávit de receita, ou seja, essa receita a mais, não servirá para gastos, para as despesas primárias, principalmente porque estamos diante do controle de gasto da PEC 95. Mas, evidentemente, isso irá alterar o déficit primário para 2018. Eu não acredito que vai haver um rombo ou um déficit de 159 bilhões de reais em 2018, acredito que será menos. O Governo vai poder trabalhar com mais folga.

"Deixamos de prever crescimento ainda mais elevado por sermos cautelosos, tratando-se de ano de eleições. (...)" Repito: acho que cresceremos mais de 3% em 2018. Por ser um ano de eleições, é bom também que tenhamos um pouco mais de cautela. Isso pesou muito no meu relatório. Nossa certeza é de que o País crescerá, ratifico, mais de 3%.

"O Novo Regime Fiscal limita o gasto de despesas primárias, mas, ainda assim, não podemos nos furtar a reestimar o crescimento do PIB mais robusto. Essa arrecadação acima do valor do teto do gasto contribuirá, sem dúvidas, para uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

convergência mais rápida que o esperado da relação dívida/PIB, pois, dado esse limite, todo o excesso seria direcionado para melhorar o resultado fiscal."

Como eu disse há alguns minutos, isso vai abater o déficit primário de 2018.

"A nossa percepção de que, na mensagem modificativa, o crescimento está aquém do que o Brasil é capaz de alcançar é reforçada pelas previsões de mercado. Há 1 mês, já se prevê que o crescimento do PIB será maior do que 2%. Alguns analistas falam em até 4%."

Inclusive, o Ministro Henrique Meirelles ontem, em uma entrevista, disse que o PIB do nosso País deverá crescer algo em torno de 4%. Evidentemente, aí ele foi muito realista.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Foi otimista.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Foi otimista, mas vejo que também foi realista. Eu não descarto um crescimento da ordem de 4%, o que vou até justificar aqui no relatório.

"Acredito em uma recuperação rápida, pois a economia já está gerando empregos formais acima do esperado. No terceiro trimestre de 2017, 1,1 milhão de vagas de trabalho foram criadas, e — o mais importante — a indústria, setor cujo crescimento tem forte impacto na arrecadação de receitas administradas, cresceu 3,1% no mesmo trimestre, o ritmo mais forte em 4 anos.

(...)"

Aqui é bom dizer que, só de empregos de carteira assinada, segundo o CAGED, nós já estamos próximos de 300 mil empregos novos no País em 2017. Agora em setembro, houve 77 mil novos postos de trabalho.

"A confiança do empresariado voltou, e a retomada da capacidade instalada se dará de forma rápida, pois o custo do financiamento está relativamente baixo, com a meta da taxa SELIC (...).

(...)"

Eu acredito que, em 2018, vamos ter uma taxa de juros abaixo dos 7%. Evidentemente, isso irá fomentar o consumo. Dinheiro barato é igual a consumo; consumo é igual a produção; produção é igual a emprego; emprego é igual a distribuição de renda.

Outro item importante também é a inflação. Eu acredito que a inflação de 2018 não ultrapassará os 3%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também a capacidade produtiva das nossas empresas está ociosa. Os nossos empresários, nesta última década — e eu me incluo entre eles —, investiram muito em tecnologia e preparo das suas indústrias e empresas para o crescimento. Infelizmente, veio a crise, e essa capacidade produtiva ficou ociosa. Portanto, as nossas empresas estão prontas para crescer. Esse é um ponto que me leva ao otimismo e realismo de imaginar que nós cresceremos mais do que 3%. E volto a repetir: essa taxa de juro baixa, evidentemente, irá proporcionar a elevação do consumo.

Além disso, eu vejo, por exemplo, essa retomada do emprego — eu estou estimando algo em torno de 2 milhões de postos de trabalho em 2018. É claro que isso vai alavancar a receita da Previdência Social. E nós sabemos que a Previdência Social é o grande problema orçamentário do nosso País. O grande déficit realmente vem da Previdência Social. Então, este é outro ponto que eu coloco: ao retomarmos o emprego, melhorará, sem dúvida nenhuma, a receita da Previdência Social.

Também as dez maiores empresas chinesas querem investir no nosso País, principalmente na área de concessão de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Isso também me leva ao otimismo,

Ainda vejo agora essas concessões do pré-sal, por exemplo. Estive com o Ministro do Planejamento, que me falou de uma previsão de receita do pré-sal da ordem de 8 bilhões de reais para 2018.

E, por derradeiro, eu não poderia deixar de colocar que essa equipe econômica mostrou capacidade. Mesmo diante do quadro político que nós estamos vivendo, a equipe econômica conseguiu deslocar a economia da política. Então, eu vejo que a permanência dessa equipe econômica é outro fator que me leva, então, a estimar esses 2,5% e pensar em 3% para 2018.

"Nossa reestimativa de receitas alcançou um grupo restrito de itens que se mostram claramente sensíveis ao ritmo de crescimento. Ficou claro que o volume de importações tem refletido a melhoria dessas condições, seja devido ao ingresso maior de equipamentos para a renovação do parque produtivo, seja pela compra de bens intermediários na produção de artigos de consumo. Também acompanha de perto o avanço do PIB a produção manufatureira, incluindo, por sua importância na matriz industrial, o setor automobilístico, que tem destaque na grade de receitas tributárias. Foram afetadas ainda as previsões de receitas do Imposto de Renda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tanto sobre os lucros das empresas (IRPJ e CSLL), como sobre remessas desses lucros para o exterior, e sobre outros rendimentos.

A evolução do PIB influencia o desempenho, ainda, do crédito e das operações financeiras e, consequentemente, o IOF. Também talvez estejam em primeiro lugar os tributos sobre o faturamento, que são a COFINS e o PIS/PASEP, assim como a CIDE-Combustíveis. O impacto ainda se dá sobre remessas para o exterior no pagamento do uso de tecnologia.

Nossa hipótese também contempla a variação da massa salarial na mesma proporção do crescimento do produto." Estamos estimando aqui um crescimento da massa salarial de 4,5% a 6,18%. "São diretamente atingidas pela remuneração do trabalho as contribuições para o salário-educação e previdenciárias.

Por fim, mas não menos importante, há consequências positivas dos programas de concessões. Além de aumentar a receita e desincumbir o poder público, eles fomentarão o investimento e aquecerão a atividade econômica.

A boa notícia para todos como nós (...)"

Estão pedindo para eu pular. Realmente podemos saltar, sim.

"Nossas considerações foram levadas às autoridades do Poder Executivo e esses temas foram amplamente discutidos com o Sr. Ministro do Planejamento."

Eu tive duas reuniões longas com o Ministro do Planejamento e com toda a nossa equipe econômica aqui do Congresso Nacional.

"Agradecemos também às equipes técnicas dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, que esmiuçaram os dados da receita e trocaram informações produtivas com nossas consultorias, permitindo que este relatório fosse elaborado em tempo reduzido."

(A Sra. Presidenta faz soarem as campainhas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu pediria à assessoria que, por favor, permitisse que os Deputados que estão calados conseguissem ouvir o Relator.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Obrigado, Presidente.

Como resultado da nossa avaliação, a previsão da receita bruta e líquida das transferências constitucionais aumentará algo em torno de 5,6 bilhões de reais. Como eu disse antes, são 5,6 bilhões de reais. Aqui no relatório está 5,5 bilhões de reais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Espero que essa receita extra acelere a recuperação da situação fiscal do País em 2018. É bom que se diga que o propósito do Congresso Nacional, aqui no relatório proposto por mim, não é que esses 5,5 bilhões de reais sejam destinados para despesas, até porque a PEC 95 limita o gasto. Essa sobra, que eu acredito que não será de 5,5 bilhões de reais, mas muito superior — eu chego a dizer que podemos ter uma receita da ordem de 10 bilhões de reais a mais —, servirá tão somente para abater o déficit fiscal de 2018.

Foram apresentadas cinco emendas à receita e outras cinco de renúncia de receita, sendo também objeto de apreciação neste relatório.

Em que pese o mérito, as proposições foram inadmitidas por não evidenciarem erro ou omissão de estimativa da receita.

Não poderia deixar de falar sobre a necessidade de inclusão no Orçamento das receitas do Sistema S. Eu disse, quando da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tão bem relatada pelo competente Deputado Marcus Pestana, que eu iria introduzir aqui as receitas. Mas conversei com a equipe técnica e quero, então, justificar por que nós não estamos incluindo essas receitas aqui, por que eu não estou propondo aos senhores, neste relatório, tal inclusão. Aqui, então, eu justifico.

"É função constitucional do Poder Legislativo corrigir erros e omissões na proposta oriunda do Poder Executivo. Temos nos debruçado sobre a questão da inclusão no Orçamento das receitas arrecadas pela Receita Federal do Brasil — RFB", segundo a Lei nº 11.457, de 2007, "destinadas às entidades do Sistema S.

Esses serviços sociais autônomos, com personalidade jurídica de direito privado, recebem tributos instituídos pela União, classificados como Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico — CIDE ou de interesse das categorias profissionais ou econômicas. Tais tributos não se confundem com contribuições para a Seguridade Social e são arrecadados e repassados pela RFB ou arrecadados diretamente por algumas das entidades do Sistema." No caso, SESI e SENAI.

Sendo assim, "(...) a inclusão orçamentária das receitas do Sistema S não alteraria as formas atuais de gestão dos recursos líquidos dessas entidades. A inclusão pode ser defendida à luz do atual ordenamento jurídico da Receita. Ressentimo-nos, entretanto, da falta dos procedimentos e práticas que nos permitam fazê-lo nesta ocasião."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vale lembrar que “a LDO para 2018 não exclui expressamente as receitas em questão do orçamento fiscal, ao mesmo tempo em que determina normas adicionais de divulgação e transparência das informações relativas à arrecadação e à destinação dos tributos em apreço. Desse modo, os comandos dos art. 131 e 134 da Lei nº 13.473, de 2017,” — a Lei da Receita Federal — “associados à não inclusão dessas entidades no rol do art. 5º da mesma lei, amparam o entendimento de que as receitas (...).

A propósito, vale lembrar o caso dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, autarquias que também arrecadam contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas. Entretanto, tais receitas foram explicitamente excluídas da Lei Orçamentária pela LDO (...)

(...)

A previsão de repasses da RFB ao Sistema S, em 2018, em valores brutos, é de R$ 18,5 bilhões.” Mas, na verdade, foram 21 bilhões de reais. “A título de contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas, temos um subtotal estimado em R$ 14,4 bilhões, enquanto a previsão para tais repasses, a título de CIDE, é de R$ 4,1 bilhões.”

Quando se fala aqui de CIDE, está se falando sobre a Desvinculação de Receitas da União — DRU, desses 4,1 bilhões de reais em que incidiriam a DRU, a respeito dessas entidades que arrecadam através da CIDE, que são o SEBRAE, a APEX-Brasil e a ABDI.

“Sobre este último montante cabe cobrança da DRU estimada em torno de R$ 1,2 bilhão, que se converteria em receita da União.”

É importante colocar isso aqui: uma vez incluídas essas receitas do Sistema S, em especial do SEBRAE, da APEX Brasil e da ABDI, incide DRU. Segundo a nossa equipe técnica e de acordo por mim, isso geraria aos cofres públicos uma receita da ordem de 1,2 bilhão de reais.

“Desse modo, na mensagem modificativa, há omissão de receitas correspondente ao trânsito, pelo Tesouro Nacional, das contribuições do Sistema S, enquanto o erro de receita que se defende seja corrigido consiste na ausência de previsão dos recursos desvinculados.

(...)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os tributos em questão, cuja destinação final serão as entidades do Sistema S, serão arrecadados pela RFB, independentemente de constarem ou não do Orçamento federal. Contudo, a busca do realismo orçamentário conduz ao reconhecimento da necessidade de representação cada vez mais fiel dos atos e fatos pertinentes às atividades financeiras estatais.

(...)

Contudo, a atual legislação de despesa orçamentária não contempla o tratamento a ser conferido para aplicação dos recursos decorrentes das receitas do Sistema S. Note-se que a inclusão dessas receitas (e despesas) não afetaria necessariamente o resultado primário da União, exceto pela DRU." Seriam despesas obrigatórias, ou seja, entravam e saíam. "Já são cobradas tarifas por conta do recolhimento e da transferência das contribuições do Sistema S pela RFB."

O Governo, quando arrecada essas contribuições através da Receita Federal, cobra uma taxa de 3,5% por esse serviço prestado. É isso que eu estou tentando esclarecer aqui no relatório.

"A inclusão orçamentária das receitas do Sistema S demandaria a criação de ação específica para registrar, a título de despesas, os repasses pertinentes".

Se nós tivéssemos incluído isso na LDO, se tivéssemos feito essa inclusão, poderíamos, então, fazer constar do nosso relatório de despesa, salvo melhor juízo de V.Exas.

"Ademais, para evitar que a inclusão dos repasses em apreço no Orçamento interfira no teto da programação da despesa primária, caberia proceder-se à adequada revisão dos limites relativos ao Novo Regime Fiscal, que não se previu neste caso." Nós teríamos também que fazer uma alteração no Regime Fiscal. "A exemplo de recálculos anteriores, como quando da inclusão dos empréstimos líquidos do FIES, as despesas dos repasses ao Sistema S poderiam ser acrescidas à base da despesa primária em 2016, sujeita aos limites definidos pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, corrigido anualmente pelo IPCA." Estou só, mais uma vez, justificando.

"Por último, enfatizamos mais uma vez a necessidade de normas adequadas para lidar com o lado da despesa, de forma que a inclusão da receita dessas entidades possa se dar sem suscitar controvérsias no âmbito de seu tratamento orçamentário."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputados e Senadores, “ante o exposto, voto pela aprovação do projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações propostas pelo Relator, que constam da relação em anexo, sob a forma de emendas aprovadas.”

Eu continuo acreditando que nós iremos crescer mais de 3% no nosso Produto Interno Bruto, em 2018, e que teremos um acréscimo na receita acima de 5 bilhões.

Eu acredito que estou preparado para responder a qualquer pergunta dos nossos colegas, se assim julgarem necessário. Se, porventura, eu não conseguir responder, peço ajuda a essa competente equipe econômica, comandada — permitam-me o termo, Rafael, Márcia, que ali está, Pederiva, Cosentino e tantos outros — pela Dra. Ana Cláudia. Se eu não souber responder, a Dra. Ana Cláudia, que comanda essa equipe, nos ajudará.

Agradeço a todos. Agradeço à Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, V.Exa.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sra. Presidente, eu queria que a nobre Deputada esclarecesse o que, além do Relatório de Receita, vai se votar especificamente hoje, aqui na Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Estão na pauta, no dia de hoje, os PLN 24, 25 e 26, além do relatório do nobre Senador Ataídes Oliveira e de um aviso, matéria corriqueira para nós nesta Casa, o Aviso nº 15, que trata de irregularidades na execução da Usina Termonuclear de Angra 3. Isso foi acordado na reunião de Líderes, nobre Deputado.

Sabedores de que este é um momento difícil da Comissão, esperamos que, até amanhã, tenhamos o relatório do PLN 34 modificado e o relatório do PLN 33 apresentado, para que seja possível que os Srs. Deputados e Senadores opinem antes de votar no fim da tarde.

Tendo em vista a apresentação do Relatório de Receita e da errata pelo nobre Senador Ataídes, entramos, então, em discussão.

Tem a palavra para discutir o nobre Deputado Bohn Gass.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Presidenta, Deputada Laura.

Cumprimento o Relator Senador Ataídes, os colegas Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras.

Primeiro, Senador Ataídes, o Governo tem, reiteradamente, na presença tanto dos Ministros quanto do próprio Meirelles...

Aliás, se o Meirelles confiasse tanto no Brasil não iria deixar o seu dinheiro aplicado em paraísos fiscais. Ele poderia confiar mais. Quer que o povo brasileiro confie na economia brasileira, mas deixa o dinheirinho dele aplicado lá fora, o que eu acho que é um péssimo sinal para um Ministro do País.

(Não identificado) - Não é dinheirinho, não. É dinheirão.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - É dinheirão, não é? Não é dinheirinho, é dinheirão — os colegas estão me corrigindo aqui.

Se o Ministro confiasse mais no País, ele deixaria o dinheiro aqui, para crescer aqui. Mas, vindo esse exemplo lá de cima, como ele vai querer convencer os brasileiros desse jeito? Nós não temos esse problema porque não temos dinheiro para aplicar lá fora. O nosso vem da poupancinha do povo trabalhador. Como nós vamos confiar que o Brasil vai crescer se nem o Ministro do Temer está confiando nisso? Esse é um ato de desconfiança na economia brasileira.

Segundo lugar, quando V.Exa. reflete sobre o crescente consumo, o Governo reduziu em 14 reais a expectativa do salário mínimo, que iria para 979 reais. O salário ficou em 965 reais — baixou primeiro para 969 reais, diminuiu 10 reais de cada trabalhador, e baixou depois mais 4 reais, o que somados totalizam uma perda de 182 reais por ano.

Esses dias, Deputada Dorinha, eu até disse que esse valor por enquanto compram dois bujões de gás. Daqui a uns dias, se continuar aumentando, nem dois bujões se compram mais com esse valor. Isso é um rancho para o povo. Isso é um rancho. O Governo Temer está tirando a expectativa de consumo.

Se o Governo vem dizendo que a economia vai reagir e o PIB vai crescer por causa do consumo, em que ele está sinalizando que vai ter consumo, se o salário está desse jeito?

Terceiro fator: o Governo diz que vai aumentar o consumo. Ora, para aumentar consumo, tem que cortar despesas, mas o Governo está aumentando os custos das despesas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós estivermos hoje de manhã com os produtores de arroz do País. Eles estão muito revoltados e indignados, como também estão os produtores de leite, porque o Governo, além de não fazer compra pública, não dar um jeito na importação e dificultar o sistema de logística, aumentou a tarifa de energia elétrica. A cada dia que se liga a máquina da ordenhadeira ou a bomba para fazer irrigação, a luz está mais cara. O Governo Temer aumentou o preço da tarifa de energia.

Para fazer pastagem com o trator, a primeira coisa necessária é o *diesel*, mas, a cada semana, se não for a cada dia, aumenta-se o preço do *diesel*. Para se fazer transporte, é preciso usar gasolina, todos usam, mas se aumenta o preço da gasolina.

O Governo está fazendo a análise de que a economia vai se recuperar mas ele está dificultando a vida povo do ponto de vista do custo de cada um dos brasileiros. Não estou nem falando do preço do gás de cozinha, porque está realmente aumentando e passando de todos os limites.

As empresas chinesas vão vir para cá, sim, para substituir as empresas brasileiras. Então, nós estamos na expectativa de que as estatais chinesas venham acionar a economia brasileira, destruindo as estatais brasileiras?! Que raciocínio de crescimento é esse no País? Que desenvolvimento é esse?

Eu torço também, eu torço, ninguém aqui pode dizer que estamos contra o crescimento. Pelo contrário, nós queremos que o País cresça. Nós sabemos onde estoura se a economia não reage, mas em cima desses dados e dessa política de Governo, não! Assim, não há como ter expectativa de crescimento. Eu torço para que o crescimento aconteça.

Esse é o primeiro aspecto que temos que trabalhar para que o Governo tenha políticas de consumo, tenha política para diminuir os custos, valorize as empresas brasileiras, sem substituí-las por empresas multinacionais, sem conceder isenções e renúncias fiscais, o que também não colabora com o nosso Orçamento, nobre Presidente. Isso não colabora com o nosso Orçamento.

O segundo aspecto que eu quero abordar, nobres pares desta Comissão, é que esse eventual acréscimo que V.Exa. sinalizou de 5,6 bilhões, pelo fato de o crescimento do PIB de 2% estar sendo projetado para 2,5%, infelizmente, não pode ser colocado para melhorar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quando eu vi que aumentou 5 milhões, pensei que a sobra iria para o povo que precisa de programas de irrigação, de água, de cisternas, de assistência de saúde, do Bolsa Família, de assistência técnica rural e de programas em todas as áreas, como educação. Estão aqui hoje os professores de universidades reclamando em Comissões Gerais que estão sendo retirados recursos das universidades. Eles poderiam, então, ter acesso a esses recursos. Não, senhores! Não terão por uma razão só. Sabem qual é? Este Congresso votou uma proposta de emenda à Constituição, enviada pelo Executivo, a Emenda Constitucional nº 95, que congela os investimentos para todos esses setores.

Nós estamos aqui fazendo esforço para aumentar a receita, que não pode ser repassada aos programas que todos os Deputados e Senadores aqui defendem nas áreas de educação, saúde e segurança. Vai para onde? Para o primário, para o déficit fiscal, mas o Governo mantém 316 bilhões — eu tenho aqui os dados para o Orçamento, vamos discuti-los em outro momento —, repito que não são milhões, mas bilhões para pagamento de encargos e juros da dívida.

Essa é a nossa manifestação sobre este ponto, porque estamos aqui para apreciar o relatório da receita, mas eu não pude deixar de fazer essas considerações, porque nós temos que dialogar com o pé na realidade da vida. E o que eu tenho feito aqui é tratar dessa forma da vida do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Continua em discussão.

Consulto o Relator da receita sobre se gostaria de se manifestar a respeito. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Eu só queria um esclarecimento, Sr. Presidente, com relação à receita do Sistema S. Se eu compreendi bem, nobre Relator, V.Exa. está incluindo as receitas do Sistema S no Orçamento. Eu gostaria de um esclarecimento a respeito disso.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Não, não estamos incluindo. Ainda não estamos incluindo, porque a Emenda Constitucional nº 95 não nos deu a oportunidade de inclusão dessas receitas. Apesar de serem transferências obrigatórias e a LDO também não ter comtemplado, ficamos impossibilitados de incluí-las. Portanto, não estão incluídas no relatório.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Despesa? Vai continuar havendo o mesmo procedimento. A Receita arrecada e repassa para as entidades do Sistema S. Continua a mesma coisa.

O Deputado Bohn Gass colocou aqui de forma clara... Eu posso dizer o seguinte: essa receita a mais que estou estimando para 2018, que servirá para abater o déficit fiscal, ou seja, para a dívida...

Nós é que fabricamos as leis. Por que, então, não apresentamos uma proposta para que essa sobra de receita vá para a educação, conforme bem V.Exa. colocou? Eu coaduno com V.Exa. em relação a isso, mas precisamos de lei.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Sr. Relator, se não se incluírem as receitas do Sistema S no Orçamento, continuará a caixa-preta inacessível ao Tribunal de Contas e aos padrões de fiscalização que existem com relação às verbas que fazem parte do Orçamento, não é isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Mas nós estamos avançando, estamos avançando.

Eu sou um defensor incansável do Sistema S, mas eles não pensam assim. O Sistema S — SESI, SENAI, SEST, SENAT, SENAR, SESC, SENAC — tem prestado um grande serviço ao povo brasileiro, mas poderia melhorar ainda mais. Nós precisamos melhorar a transparência e a gratuidade do sistema.

Todo o mundo sabe disto no Congresso Nacional: eu tenho batido muito nas entidades para que nós possamos realmente aumentar essa gratuidade e dar mais transparência a esses 20 e tantos bilhões de reais. A coisa está indo passo a passo, e eu percebo que nós temos avançado muito.

Ultimamente, tenho conversado muito com o Presidente da CNI, Robson Andrade, e com os demais Presidentes das entidades, coisa que no passado não fazíamos e agora estamos fazendo. Por isso, acredito que logo, logo este Congresso Nacional irá realmente se debruçar de vez sobre essa questão.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Quem nasceu há 80 ou 100 anos, percebe que tudo continua, que estão as mesmas pessoas na direção do Sistema S. Esse é que é o problema.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - É verdade, é verdade, mas a coisa está melhorando. Anteriormente, eu falava sozinho. Agora, já estou ouvindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

manifestação de vários colegas e até mesmo do Presidente, ou seja, estamos no caminho certo e vamos fazer a correção.

Os Presidentes, com ressalva de alguns, a maioria deles, como o Presidente Robson Teixeira, estão muito preocupados em melhorar a gratuidade e dar mais transparência ao Sistema S, e eu acredito que isso acontecerá.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Como V.Exa. se referiu à nossa manifestação, vou acrescentar uma frase apenas.

Eu também queria votar favoravelmente à sua posição de transparência em relação ao Sistema S. Fiquei muito preocupado quando, há poucos dias, um dos delatores, o Renato Pereira, falou que o Sistema S teria sido usado para pagamento da campanha do pato, aquela campanha ocorrida quando a Dilma ainda estava na Presidência. Aquele movimento colaborou muito com o impedimento e afastamento dela.

Eu li essa matéria e, quando eu ouvi V.Exa. falar com muito vigor sobre a transparência em relação ao Sistema S, quis manifestar que também concordo que devemos ter um sistema muito transparente. Por isso, precisamos debater sobre isso. Se V.Exa. quiser aprofundar o tema, conte comigo.

Outro dia, V.Exa. proferiu o relatório, e eu atentamente fui ler. Acho que isso é fundamental em todos os sentidos, porque se trata de dinheiro público que vai para o Sistema S. Portanto, deve haver um gerenciamento que faça programas e sirva para a coletividade.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos.

Quero inicialmente parabenizar o Senador Ataídes Oliveira pelo relatório e a equipe técnica pela preocupação e a seriedade com que construiu o relatório.

Agora, na verdade, eu gostaria de falar muito mais para irmos nos acostumando à ideia de três situações específicas. Uma delas é em relação ao IPHAN, porque a Presidente do IPHAN já procurou vários Deputados e Senadores e o próprio Relator do Orçamento Geral para manifestar a sua preocupação com uma estrutura extremamente importante para a garantia do nosso patrimônio histórico e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cultural. O IPHAN tem apenas 580 servidores e mais da metade desse total vai se aposentar no próximo ano.

Na verdade, estou tentando construir alguma possibilidade de apoio em relação ao funcionamento do IPHAN. Um país que não garante apoio e não respeita a sua cultura e memória logicamente não tem história.

Há preocupação com o Orçamento da educação, porque a parte específica de folha de pessoal está consumindo o Orçamento da educação. A parte de investimento reduziu-se enormemente não só para as universidades, como também para a educação básica. À medida que existe um crescimento vegetativo da folha de pessoal sem trava de proteção, a parte de investimento e de custeio vai comprometer programas importantes.

A saúde indígena eu tenho acompanhado de perto no Estado do Tocantins, mas a realidade do restante do Brasil não é diferente. As aldeias têm falta de saneamento, de limpeza, falta de água.

Apesar de o nosso Estado, Senador, ter tanta água, os índios não têm água disponível, não têm água tratada, não têm água de natureza nenhuma, não têm saneamento básico, e a estrutura de saúde é extremamente precária, porque o Orçamento está cada vez mais comprometido.

São temas para os quais vou apresentar emendas, vou fazer esse trabalho, mas fico bastante preocupada com o fato de haver uma possibilidade de termos mais recursos e não podermos usá-los para as áreas necessitadas, como as dos exemplos que dei. Pode ser que outras áreas estejam tão ou mais comprometidas e precisam de um olhar diferente. Do ponto de vista histórico, esse problema não é uma situação deste Governo. Várias áreas relevantes não vêm tendo um respeito e uma atenção há muitos anos.

O IPHAN tem direito a ter no seu quadro mais mil servidores, mas só tem quinhentos e poucos e vai perder mais de trezentos. Como é que nós vamos manter o nosso patrimônio acompanhado, vigiado e controlado?

É um apelo que faço.

Toda a discussão da PEC 95 foi no sentido de que a responsabilidade seria transferida para o Congresso. Isso é limite, é mínimo. Quem vai decidir e definir é o Congresso. Está na nossa mão. O que nós vamos conseguir fazer?

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Deputada Professora Dorinha, V.Exa. está sempre preocupada com a área educacional. Agora, fez sua colocação a respeito do IPHAN, numa preocupação com a área cultural, e da saúde dos índios do nosso Estado de Tocantins.

O que V.Exa. colocou se refere a despesas. Portanto, não é assunto do meu relatório, mas sim do Relator-Geral, do nosso querido Relator Deputado Cacá, como também dos Relatores-Setoriais.

Eu acato a sugestão de V.Exa. e vou conversar com o nosso Relator, principalmente, sobre a causa indígena, sobre a saúde de nossos índios em Tocantins, sobre a saúde indígena.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Presumo que posso encerrar a discussão.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sobre o que a Deputada Dorinha disse, eu havia falado antes que acho que isso, de fato, uma preocupação que esta Comissão podia abraçar.

O nobre Relator disse que é preciso uma ação legislativa. Nós votamos. Este Congresso votou o congelamento. Veio a alteração constitucional. Todos nós estamos vendo agora o prejuízo que haverá. Estamos falando do primeiro orçamento sob a égide da Emenda Constitucional nº 95. Nós estamos falando, Deputada Dorinha, sobre o primeiro ano. Há mais 19 anos. Imaginem como vão ficar as escolas, a educação infantil... Vai ser assim.

Nós votamos contra essa proposta. Nós não queríamos a PEC do teto dos gastos. Eu sou amplamente favorável à alteração da Constituição. Se os colegas Senadores e Deputados concordarem, eu passarei a recolher a assinatura hoje para alterar essa Constituição. Parece que todos estão concordando com isso, porque estão vendo agora que o prejuízo será enorme. O índio não terá atendimento; o agricultor não terá atendimento; o estudante não terá atendimento.

Então, eu estou aguardando a manifestação de V.Exas. e, se os nobres Senadores e Deputados concordarem, começarei a recolher assinaturas para alterarmos essa proposta, porque, objetivamente, é isso: o Congresso disse: *"Sim, Temer, você pode cortar dos índios, da educação"*. É congelamento. E nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no primeiro ano ainda. Não estou fazendo a citação. Eu sei que V.Exa., Deputada Dorinha, participaria inclusive do recolhimento da assinatura. Eu só estou deixando este desafio aqui, para que possamos mudar a Constituição. Precisamos mudar. Não há como o País sustentar esse congelamento na parte dos cortes de recursos, pois vai sobrar para a população mais pobre.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Está encerrada a discussão.

Tendo em vista que o Comitê de Admissibilidade de Emendas não se manifestou quanto à apresentação de emendas de Relator, solicito autorização do Plenário para a votação do Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei Orçamentária para 2018, conforme estabelece o parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

A solicitação de autorização está em votação na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que concordam e aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto o Relatório da Receita à votação na representação do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que concordam e aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro então inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O Relatório da Receita e a errata estão em votação, portanto, na representação da Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que concordam e aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Da mesma forma, submeto a matéria à aprovação na representação do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

O Relatório da Receita e a errata apresentada ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 estão, portanto, aprovados.

Eu quero aqui, por dever de ofício, e por razão muito pessoal e própria, cumprimentar o Senador Ataídes Oliveira, a quem tive a honra de designar — não por vontade específica, mas por vontade desta Comissão e atendendo os mais rígidos preceitos regimentais — Relator da Receita.

Na verdade, nós pudemos observar a capacidade e o entusiasmo de S.Exa. com o futuro do Brasil. Empresário que é e destacado Senador, ele apresentou um Relatório da Receita de forma objetiva, sucinta e didática, o que evidentemente orgulha muito a nossa Comissão.

Portanto, eu quero parabenizar, cumprimentar e agradecer, porque eu sei que V.Exa. tem tido muitas atribuições no âmbito parlamentar, em especial a atribuição de dirigir a CPI da JBS, que lhe toma muito tempo.

Eu tenho consciência disso e, por tal razão, mais uma vez cumprimento V.Exa. pela distinção que nos proporcionou em fazer o relatório no tempo adequado.

Agradeço também aos demais membros desta Comissão pela aprovação do projeto de lei.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Em V.Exa. me lançando, eu já me sinto contemplado.

Sr. Presidente, a exemplo de V.Exa., quero parabenizar o Senador Ataídes Oliveira e dizer que o Governo sente-se extremamente satisfeito com o relatório de V.Exa., não apenas pelo realismo otimista, mas acima de tudo pela forma como V.Exa. trata o futuro do Brasil.

As expectativas no seu relatório expõem isso: o Brasil está no caminho certo e as medidas econômicas que estão sendo tomadas pelo Governo Temer estão surtindo efeito.

Nesta semana estamos vendo claramente os empregos que estão sendo criados, de forma oficial, no Brasil. E, mais do que isso: se votarmos a reforma da Previdência, os números que V.Exa. apresenta ficarão extremamente menores do que a expectativa que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, V.Exa. faz com brilhantismo o relatório que aprovamos, liberando o Relator Cacá Leão para apresentar amanhã o seu relatório preliminar.

E ainda mais, Senador: nós queremos aqui dizer que o senhor bem colocou em seu relatório esses recursos, mas eu queria frisar aqui a todos os membros da Comissão que o Relator-Geral, Deputado Cacá Leão, não poderá utilizar esses recursos que V.Exa. adiciona, exatamente porque se deverá formar um superávit, para se ter a segurança e a garantia de que o Governo cumprirá as suas metas.

Portanto, trata-se de um relatório real, efetivo, positivo, que está em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com as modernas práticas de administração do dinheiro público. Portanto, parabéns!

E mais uma vez agradeço também a compreensão dos Líderes da Comissão que fizeram o acordo para votarmos esse relatório e os PLN que estavam pautados, com especial agradecimento ao Deputado Bohn Gass e aos demais Líderes de partidos com assento nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA - Sr. Presidente, por derradeiro, então, quero agradecer a V.Exa. mais uma vez pela confiança depositada; agradecer também ao Relator-Geral, o Deputado Cacá Leão, e a todos os nossos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que ajudaram a aprovar esse relatório.

Deputado Claudio Cajado, é importante colocarmos que nós vamos ter eleições em 2018. Sabemos que esse tema da reforma da Previdência Social é delicadíssimo, principalmente quando o Parlamentar vai até a sua base, ao eleitor. É muito difícil. Agora, é uma questão sobre a qual nós temos que nos debruçar. Nós não temos mais alternativa. É responsabilidade deste Congresso Nacional fazer essa reforma previdenciária da forma que veio do Governo ou não.

Esse déficit estimado para o exercício de 2018, de 270 bilhões de reais, mesmo com a geração de 2 milhões de empregos, tal como estimados por mim para 2018, ainda é pouco significativo, Senador Valadares — este competente Senador da República —, diante do déficit. Nós sabemos dos privilégios que o nosso Regime Geral de Previdência hoje concede. Nós vamos ter que coibir, vamos ter que extirpar esses privilégios. Então, é um tema delicadíssimo. Isso pode nos custar muito caro, mas nós não podemos refutar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu estou falando do Regime Geral. Eu estou falando da Previdência e também dos RPPS. Nós vamos ter que nos debruçar também sobre o Regime Próprio de Previdência Social. Esse é outro grande buraco. Essa é outra bomba que vai explodir no Brasil. Nós temos hoje mais de 15 milhões de associados, de segurados no Regime Próprio de Previdência Social, os cálculos atuariais deixam um déficit de mais de 400 bilhões de reais. Não é? E não me refiro só aos cálculos atuariais; os RPPS deveriam ter algo em torno de 600 bilhões disponíveis em seus caixas, mas hoje os valores não ultrapassam 300 bilhões de reais. Esse é outro assunto que nós vamos ver.

Agora, esse tema da reforma da Previdência Social, não adianta, o Congresso Nacional vai ter que encarar isso de frente — evidentemente, haverá um debate, não é Sr. Presidente? — e levar a matéria aos plenários das duas Casas.

Agradeço a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, mais uma vez, os nossos agradecimentos ao Senador Ataídes Oliveira**.**

Item 2 da pauta. Trata-se de Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2017, cujo Relator é o Deputado João Arruda.

Como S.Exa. não se encontra presente, queria solicitar aos nobres membros desta Comissão a alteração da pauta e já passarmos ao item 2, em homenagem ao nosso estimado e distinto Senador Valadares, que se encontra presente para apresentar o relatório sobre o Projeto de Lei nº 25, da Presidência da República, que abre crédito ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União em favor de diversos órgãos do Executivo Federal, crédito no valor de R$83.130.558,00, para reforço de dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares, a quem concedo a palavra para apresentar o seu relatório.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Presidente, eu gostaria de fazer um registro: estarei ausente desta Comissão por um período, em virtude de uma licença que darei entrada amanhã no Senado Federal.

Também gostaria de registrar o meu agradecimento a todos aqueles que me acompanharam durante o trabalho que realizamos, inclusive exercendo a Presidência desta Comissão até que V.Exa. a assumisse de forma tão brilhante e efetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esta minha ausência será devidamente justificada amanhã no Senado Federal.

Presidente, a matéria foi distribuída a todos os Parlamentares. Pergunto a V.Exa. se eu sou obrigado a ler todo o relatório ou se poderei ler somente uma parte dele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. é o nosso professor.

Eu indago aos demais membros desta Comissão se permitiremos que o Senador Antonio Carlos Valadares sintetize a apresentação do seu relatório, o que imagino ser perfeitamente possível, uma vez que o texto já foi distribuído. *(Pausa.)*

Portanto, com a aquiescência dos nossos colegas, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, foram apresentadas diversas emendas a esse projeto que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo Federal, crédito suplementar no valor de R$83.130.558,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Infelizmente, devido a requisitos de ordem técnica, não pudemos atender todas as emendas.

O objetivo consignado na emenda que se volta para o Estado do Mato Grosso refere-se ao ajuste no conjunto das emendas de bancada do Estado em função do cancelamento de emenda de bancada no mesmo valor em outro crédito adicional. Portanto, a dotação deve ser mantida no substitutivo.

Optamos pela rejeição das emendas que propunham redução dessa dotação.

Recebemos, nesse particular, o Ofício nº 3, de 9 de novembro de 2017, do Senador Wellington Fagundes e do Deputado Valtenir Pereira, bem como cópias de ofícios da bancada do Mato Grosso, dirigidas ao Defensor Público-Geral Federal, ao Secretário de Orçamento Federal e ao Ministro da Saúde, que demonstram a necessidade de manutenção da dotação do PLN para o Estado. Os recursos serão destinados à Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá.

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 25, de 2017-CN, na forma do substitutivo apresentado, com as alterações promovidas pela aprovação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Emenda nº 4, além da inadmissão da Emenda nº 12 e da rejeição das demais emendas.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o parecer do Senador Antonio Carlos Valadares.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, quero fazer uma referência importante ao nosso Senador, que incluiu uma emenda que apresentamos em relação ao INCRA. Aliás, essa foi a única emenda aceita por S.Exa.

Portanto, quero agradecer ao Senador, porque ela tem a ver exatamente com a possibilidade de desenvolvimento de estruturas para os assentados. Acho que isso é muito importante. Eles estão lá produzindo, estão trabalhando com a terra, precisam de estímulo, e é importante que realoquemos esse recurso. V.Exa. incorporou essa emenda, e eu lhe agradeço, pela importância do tema.

Há necessidade de esses espaços terem atendimento produtivo; para isso, os assentamentos precisam de infraestrutura.

Quero apenas fazer esse registro, agradecendo e já antecipando o meu voto favorável.

Foram realocados 149 milhões e seiscentos e oitenta mil reais para o desenvolvimento de assentamentos rurais, repondo-se o valor que havia sido retirado anteriormente. Esse setor precisa do nosso empenho aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O parecer continua em discussão. *(Pausa.)*

Não mais havendo quem queira discutir, submeto-o à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto-o à votação na representação do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero aproveitar para cumprimentar o Senador Valadares, a quem quero expressar o meu reconhecimento por tudo o que representou, representa e representará para o Brasil, sobretudo para o Senado da República. Tenho por ele muito mais do que reconhecimento, mas, sim, admiração e apreço. Tive a honra de ser guindado a este cargo exatamente pelo nosso Senador Valadares, que reputo um dos Senadores mais atuantes e mais brilhantes que nós temos no Senado Federal.

Evidentemente, V.Exa. sabe dessa admiração que tenho. Certamente, mesmo que por um curto período, vai fazer falta aquela nossa convivência no plenário. E muitas vezes fiz consultas a V.Exa. a respeito de matérias importantes que nós apreciamos.

Então, desejo que V.Exa. tenha muito sucesso e retorne o mais rápido possível, porque V.Exa. deixa aberto um espaço importante nesta Comissão, que, certamente, não será preenchido de forma tão brilhante.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

V.Exa. pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pensei que V.Exa. tivesse pedido a palavra.

Dando sequência aos nossos trabalhos, vamos ao item 4. Aliás, iríamos passar pelo item 3, mas a nossa Vice-Presidente, a Deputada Laura Carneiro, dispõe-se a fazer a relatoria do referido item. Então, eu vou pedir que ela assim proceda. É o item 2, melhor dizendo, referente à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 24, de 2017, da Presidência da República, como todos sabem, que tem por objetivo o remanejamento orçamentário para diversas áreas, no valor de R$59.034.574,00, para os fins que especifica.

O Relator é o Deputado João Arruda, que não se encontra presente. Portanto, vai relatar a matéria a Vice-Presidente desta Comissão, a Deputada Laura Carneiro.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro, para ler o relatório.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, se V.Exa. e os demais membros me permitirem, tendo em vista que todos já receberam o relatório, eu gostaria de ir direto ao voto. *(Pausa.)*

Trata-se do voto do Deputado João Arruda, que só vou ler:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Voto do Relator

Analisando o projeto, verificamos que a presente proposição..."

Ah, o Deputado chegou! Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Chegou o Deputado João Arruda!

Sr. Relator, a Deputada tinha sido muito delicada e benevolente de, *ad hoc*, fazer a leitura do relatório de V.Exa., mas, com a sua chegada, concedo-lhe a palavra, para expressar o seu voto.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Leio a conclusão, Sr. Presidente:

"Diante do exposto, recomendamos que o Presidente declare a inadmissibilidade das Emendas nºs 00004 e 00005; votamos pela rejeição das Emendas nºs 00001 a 00003 e 00006 a 00013; e pela aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2017-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Assinado: Deputado João Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o parecer exarado pelo Deputado João Arruda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, coloco o parecer em votação.

Submeto o parecer à votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto o parecer à apreciação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4. Projeto de Lei (CN) nº 26, de 2017, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$348.074.677,00, para os fins que especifica. Relatora: Deputada Rosangela Gomes. Parecer: pela aprovação do projeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra a Relatora, a Deputada Rosangela Gomes, para apresentar o seu relatório.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, trata-se do parecer sobre o Projeto de Lei nº 26, de 2017, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$348.074.677,00.

Segundo a Mensagem nº 386, de 2017-CN, "o crédito proposto possibilitará aos órgãos envolvidos o atendimento de despesas com aquisição, construção e ampliação de edifícios.

A "solicitação foi formalizada pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as dotações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que parte dos remanejamentos foi decidida com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício, além da anuência dos Parlamentares e das bancadas para cancelamento de suas emendas.

(...) o Conselho Nacional de Justiça aprovou os créditos objeto dessa proposição (...).

Não foram apresentadas emendas à proposição dentro do prazo regimental.

É o relatório.

Voto da Relatora

A presente proposição acha-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de nova programação não prevista na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 44 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO/2017).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 26, de 2017-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

Sr. Presidente, eu ainda tive a grata satisfação de receber alguns presidentes de tribunais, que falaram da importância dessa regulamentação no aspecto da eficiência e da economia. Por exemplo, cito o caso do Tribunal de Barueri, que gasta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2 milhões de reais por mês em aluguel do edifício, num total, fechando o ano, de 30 milhões de reais.

Cito vários outros Estados. No Rio de Janeiro, o meu Estado, há a possibilidade de economizar também nas cidades de Volta Redonda, Barra Mansa, Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, de que sou oriunda, Campos de Goytacazes. O mesmo ocorre no Distrito Federal e nos Estados do Acre, do Ceará, de São Paulo, do Paraná, do Espírito Santo, de Mato Grosso, de Santa Catarina, Estado de V.Exa., do Rio Grande do Sul, do Tocantins, da Paraíba. Em todos faremos uma economia em termos de ampliação, construção e aquisição de vários edifícios-sedes de fóruns, cartórios eleitorais e tribunais.

Por essa razão, eu peço a este Plenário que acompanhe o nosso voto, porque certamente daremos aos funcionários de tribunais condições de prestar um serviço de eficiência com conforto e modernidade, como também beneficiaremos a população, que passará a receber um serviço com mais qualidade por parte do Poder Judiciário.

Assim, peço aos meus pares que, junto comigo, aprovem este PLN 26.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está em discussão o relatório apresentado pela Deputada Rosangela Gomes. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, submeto-o à votação.

Está em votação, portanto, na representação da Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto-o à votação na representação do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Considerando que a Ordem do Dia já foi iniciada na Câmara dos Deputados, parto, então, para o encerramento desta reunião.

Gostaria de informar que, em virtude do recebimento da mensagem modificativa do PLN 34/17, aquele que nós discutimos na reunião de Líderes, encontra-se facultada aos autores a possibilidade de apresentar emendas até o meio-dia de amanhã. O limite de emendas por Parlamentar é de dez emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. SENADOR PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, o ofício...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não foi feita a leitura. V.Exa. quer fazer a leitura? *(Pausa.)*

Há concordância, então, em que o Senador Pedro Chaves faça a leitura do ofício, que eu estou aqui com os assessores procurando. *(Pausa.)* Achamos.

V.Exa. tem a palavra.

Item 6. Relatório apresentado ao Ofício da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, que encaminha, em cumprimento à Lei nº 7.827, de 1989, art. 20, § 5º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste — CFO referente ao primeiro semestre de 2016. Relator: Senador Pedro Chaves. Voto pela aprovação da matéria.

Com a palavra V.Exa., Senador Pedro Chaves.

O SR. SENADOR PEDRO CHAVES - Eu já conversei com V.Exa. Posso ir direto ao voto? *(Pausa.)*

"2. Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação da matéria, dando conhecimento a esta Comissão dos documentos encaminhados por meio do Ofício (CN) nº 01/2017, que envia o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste — FCO referente ao primeiro semestre de 2016 e, ao final, o seu encaminhamento ao arquivo.

Sala da Comissão.

Senador Dário Berger

Presidente

Senador Pedro Chaves

Relator."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o parecer do Senador Pedro Chaves. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, está encerrada a discussão.

Submeto, portanto, à votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Da mesma forma, submeto à votação na representação do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns! Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

Concedo a palavra à Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente, agradeço ao Plenário que votou favorável à nossa propositura, mas também peço, sem prejuízo a esta Presidência e sem ferir diretamente o Regimento, se V.Exa. poderia acatar a nossa solicitação de tentar colocar o PLN 26 na Ordem do Dia do Congresso Nacional de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputada Rosangela, vamos fazer um esforço. A nossa intenção é limpar a pauta. Todos os PLN que forem entregues com relatório concluído farão parte da pauta da próxima quarta-feira, que é amanhã. Se for o caso, convocaremos uma reunião para quinta-feira ou, na pior das hipóteses, Deputado Claudio Cajado, nosso Líder, para a próxima terça-feira, ou para a próxima quarta-feira. Agora, desse prazo não podemos passar de maneira nenhuma.

Então, há um esforço desta Presidência de colocar os projetos em votação o mais rápido possível. Assim que eles forem concluídos, farão parte da pauta.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Obrigada, Sr. Presidente. Não esperava outra atitude de V.Exa. que não fosse esta. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Obrigado também.

Partiremos para o encerramento. Eu agradeço a compreensão de todos os Parlamentares.

Considerando que nós temos inúmeras matérias da pauta que não foram apreciadas durante o exercício desta Comissão nem neste momento, seria oportuno, interessante e necessário que declarássemos suspensa a sessão e convocássemos outra para amanhã, às 14 horas, para apreciar inclusive o relatório preliminar junto com os outros projetos que porventura estejam pendentes de aprovação.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, quero registrar que, na nossa reunião, decidimos que teríamos a sessão de hoje e uma nova sessão amanhã. Portanto, eu solicito o encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas isso só vai dificultar os nossos trabalhos, Excelência. Não vejo razão própria para que isso possa acontecer. Vamos convocar outra sessão para amanhã e vamos apreciar os relatórios. Com isso, aproveitaremos o quórum. V.Exa. mesmo levantou a questão da intempestividade da votação dos projetos, e eu tive o cuidado de me antecipar e solicitar ao Presidente do Congresso Nacional a prorrogação de 1 semana. Quer dizer, estou fazendo todo o esforço possível e necessário para que nós façamos isso. Isso facilitará os nossos trabalhos. Caso contrário, a minha maior preocupação é passar pelo vexame de não apreciar os PLN em tempo hábil aqui e que esses projetos de lei sejam avocados pelo Presidente do Congresso Nacional. Daí será aprovado, ou será discutido, ou será rejeitado, e será designado Relator em plenário, logo numa sessão do Congresso Nacional. Acredito que não seria de bom alvitre que assim procedêssemos.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - O meu entendimento era claro: nós acertamos que teríamos uma pauta para as votações da sessão do dia de hoje e teríamos uma nova sessão amanhã. Então, não é uma mesma sessão que terá continuidade amanhã. Há uma diferença.

Obviamente, Sr. Presidente, vexaminoso vai ser se o Governo não conseguir colocar a sua presença aqui. Isso será vexaminoso. Mas, da sua parte, não há nenhum problema porque nós já acordamos que haverá uma sessão hoje e uma sessão amanhã. Amanhã é quarta-feira, e as pessoas estarão aqui. Então, esse não é o problema. Se então não comparecerem, aí, haverá um problema; se não conseguirmos atingir o quórum, haverá um problema. Então, o problema não é suspender a sessão, o problema é outro: saber se o Governo conseguirá colocar a sua base aqui. Quando há interesse, o Governo consegue colocar.

Então, nesse sentido, eu quero insistir que, na nossa reunião, o meu entendimento foi claro. E eu não faria isso porque eu não quero criar nenhum constrangimento com V.Exa., eu não o faria se não fosse a compreensão desse acordo que nós fizemos. Nós temos uma sessão hoje e uma sessão amanhã. Não temos uma sessão que se estende para amanhã. Eu só queria registrar isso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Foi isso que nós acordamos? Eu, sinceramente, não me recordo de ter acordado que faríamos o encerramento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sessão e que haveria outra sessão. Na verdade, nós vamos fazer outra reunião de qualquer jeito, encerrando ou prorrogando esta.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu queria fazer um apelo ao Deputado Bohn Gass e digo o seguinte: o acordo feito foi de votarmos as matérias que estavam em pauta e o relatório de receitas para liberarmos o Relator a fim de apresentar o relatório preliminar amanhã. Discutiremos no Colégio de Líderes, antes da sessão, a pauta das extras, dos PLN cujos relatórios estão para ser apresentados.

Então, como nós vamos ter uma reunião amanhã, às 14 horas, eu apelo ao Deputado Bohn Gass que aceite a sugestão do Presidente de suspender, até porque nós vamos ter que fazer um acordo antes da sessão. Então, o importante não é, na minha análise, estar suspensa ou encerrada a reunião. O importante é fazermos o acordo amanhã, até porque eu já fui avisado de que temos sessão do Congresso amanhã, às 17 horas. Então, essa sessão congressual, amanhã, às 17 horas, vai nos fazer avançar às 14 horas para podermos limpar a pauta. De fato, o Presidente tem razão: será muito ruim se, independentemente da minha vontade ou de qualquer membro da Comissão, as matérias que estão sujeitas à nossa apreciação forem para o Plenário direto, mesmo não tendo sido votadas. Isso será uma depreciação a todos nós. Então...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Nós fechamos o acordo de uma nova reunião? Eu não me lembro disso, eu quero me lembrar desse acordo porque eu acho o seguinte: ninguém precisa fazer acordo. Nós não precisamos chegar a um entendimento nem a um acordo. Mas, se fizemos o acordo, que se cumpra o acordo. Eu sinceramente... O Deputado sabe o respeito que tenho por S.Exa., mas eu não me recordo de ter feito acordo quanto haver ou não o encerramento da reunião.

De certa forma, considerando que os Parlamentares, tanto os Senadores como os Deputados, estão presentes em Brasília, não vejo muita dificuldade também de encerrar ou de não encerrar. Eu só queria ter clareza quanto ao encaminhamento do encerramento ou não da sessão.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Isso. Explico para não deixar dúvida. O nosso relacionamento sempre vai ser nesse nível. Em nenhum momento, foi dito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que haverá sessão hoje, que haverá encerramento, não foi falado isso. Quando nós tratamos da pauta para a sessão de hoje e da pauta para a sessão de amanhã, obviamente, subtendi que hoje nós temos sessão e que amanhã haverá nova sessão, assim como a sessão da Câmara que ocorrerá hoje à noite e será encerrada hoje à noite e convocada amanhã nova sessão, mesmo que as matérias da pauta de hoje da sessão da Câmara ou do Senado — que também é assim — não sejam votadas.

A prática de nós suspendermos a sessão — todo mundo sabe — faz parte quando há acordo, findo o processo aqui. Mas eu estou dizendo, neste momento, que a minha compreensão acompanha a analogia que eu faço para as sessões do Senado e da Câmara dos Deputados, que é a mesma para cá. Nós não vencemos a pauta de hoje. Então, esses pontos não vencidos hoje ficam para a sessão de amanhã. Ao terminar hoje, abre-se nova sessão. Se há acordo, perfeito, mas, neste momento... Eu estou dizendo isso, essa é a minha interpretação.

Então, quero ser muito justo e muito sincero a respeito do que nós fazemos. Esta é a minha interpretação e, neste momento, eu não estou dando o acordo para esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Considerando, então, a manifestação do Deputado Bohn Gass...

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu queria fazer um apelo ao Deputado Bohn Gass para dizer o seguinte: está ocorrendo a Marcha dos Prefeitos aqui em Brasília. Da Bahia, vieram quase 400 Prefeitos. Hoje e amanhã, nós estaremos sobrecarregados com encontros e reuniões, idas a Ministérios e vindas de lá. Então, o fato de nós termos obrigatoriamente de fazer uma reunião do Colégio de Líderes, às 14 horas, tranquiliza o Deputado Bohn Gass em relação à questão do que será acordado para ser votado. O fato de o Presidente desejar manter a suspensão, suspender a sessão para amanhã, não prejudica, pelo contrário, nos ajuda a todos nós Parlamentares, inclusive, devido à presença dos Prefeitos. Agora mesmo, eu tenho vários Prefeitos me aguardando, eu vou ter que atendê-los com Vereadores e tudo mais.

Eu faço esse apelo. A decisão é de V.Exa., Sr. Presidente, e eu sei que V.Exa. não quer contrariar o Deputado Bohn Gass em sua posição, mas não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

prejuízo algum. Inclusive, ainda teremos outras reuniões hoje, e o Deputado Bohn Gass será convidado para participar dessas reuniões.

Então, pode confiar no Presidente que a suspensão não trará prejuízo nenhum a V.Exa. nem à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Se V.Exa. estiver de acordo, todos estaremos de acordo, e suspenderei a reunião. Pode ser, Deputado Bohn Gass? *(Pausa.)*

Consideramos, então, suspensa a reunião. Está suspensa a reunião. Convoco a reabertura para amanhã, dia 22 de novembro, às 14 horas, no Plenário nº 4.

Agradeço a presença a todos, em especial aos membros desta Comissão Mista de Orçamento.

Muito obrigado.

Em 22.11.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo ao Plenário que há requerimento para inclusão na pauta do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 33, de 2017. De acordo com o art. 214, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento vai à apreciação do Plenário. Por isso, defiro o presente requerimento.

Portanto, submeto a apreciação o relatório apresentado relativo ao PLN 33/17, da Presidência da República, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Justiça e Cidadania, da Saúde, dos Transportes, Portos e Aviação Civil, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional, do Turismo e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 6.315.656.601,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária em vigor.

O Relator dessa matéria é o Senador Davi Alcolumbre, e o voto é pela aprovação do projeto na forma de substitutivo apresentado, que contempla as alterações nos termos solicitados pelo Poder Executivo. Quanto às 237 emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentadas, o Relator indicou inadmissibilidade das Emendas nºs 3, 5, 14, 19, 20, 27, 28 ,29, 31, 32, 34 a 37, 39, 74, 92, 139, 169, 197, 200, 210, 222 e 225 e rejeição para as demais emendas.

V.Exa. pediu a palavra pela ordem, Deputado Bohn Gass?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu acho que aqui nós temos que trabalhar pelo Regimento. Esta observação que eu quero fazer eu já fiz em outros momentos. Seguindo um artigo regimental, o PLN 33 precisa ter publicação de 24 horas. A publicação não tem 24 horas, pois foi publicado ontem. Ela não tem 24 horas.

Eu peço à assessoria da Comissão que nos informe sobre isso, porque nós não podemos votar absolutamente nada que esteja fora do Regimento. Ele foi publicado no dia de ontem. Confirmem o horário da divulgação. Mesmo tendo sido publicado ontem, não completou as 48 horas.

Então, eu peço a V.Exa. apenas o cumprimento do Regimento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sr. Presidente, eu entendo a posição do Deputado Bohn Gass, pois efetivamente a matéria foi publicada ontem às 11 horas da noite. Mas também entendo que esta é uma Comissão que constrói acordos e relações.

Na verdade, inicialmente, nenhum de nós gostaria de ter que votar esta matéria tão açodadamente, na medida em que nenhuma emenda foi acolhida e que vale apenas o que veio do Governo.

Sr. Presidente, a situação é real. Qualquer um de nós que tenha ouvido basicamente o *Bom Dia Brasil*, que falou da saúde em todo o Brasil, sabe que, se nós não aprovarmos o PLN 33 neste momento, isso significará a falência e a paralisação absoluta de vários serviços do Governo.

E fala aqui quem votou a favor da manutenção da denúncia contra o Governo.

Portanto, essa não é uma questão do Governo A, B, C ou D, é uma questão do País.

Então, eu faço um apelo ao Deputado Bohn, por quem tenho o maior apreço. Já estive na posição em que ele está hoje. Nunca, nesta Comissão, deixamos de votar o essencial. O PLN 33 é essencial para o Brasil, não é essencial para o Governo. Se não o votarmos, o Brasil vai parar. Por isso, os Deputados de todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

partidos querem essa votação. E eu tenho certeza de que o Deputado Bohn Gass vai ter a sabedoria desse entendimento.

Efetivamente, esse relatório deveria ter sido apresentado antes. Perdemos tempo. Mas o que me assusta é que, se não o votarmos, nós estaremos paralisando por mais 1 semana o Governo, sem contar que esta Comissão será culpada, porque esta matéria vai ser avocada em plenário. E ainda passaremos pela vergonha de não ter votado uma matéria dessa importância nesta Comissão.

Eu faço esse apelo novamente ao Deputado Bohn. Se, por um lado, sabemos que regimentalmente ele tem toda a razão, por outro lado, o Regimento permite que nós, membros desta Comissão, possamos abrir mão desse prazo das 24 horas e votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Consulto o Deputado Bohn Gass se há concordância. *(Pausa.)*

Se não há concordância, respondo à questão de ordem levantada por V.Exa.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Peço à Deputada que faça uma síntese, por favor.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A síntese, Deputado Bohn Gass, é que esta matéria não é uma matéria para o Governo. Assim como V.Exa., votei a favor da continuidade da denúncia contra o Presidente Temer. Essa não é uma matéria de governo apenas. Essa é uma matéria que, se não for votada, o País para. V.Exa. assistiu hoje ao que está acontecendo nos hospitais de todo o Brasil.

Eu concordo com V.Exa. quando diz que não tem sido ideal a velocidade com que os relatórios têm sido apresentados a todos nós. Mas também digo que não há nenhuma emenda. Se não há nenhuma emenda, na verdade o relatório não deixa de ser o que já foi apresentado há muito mais tempo.

V.Exa. tem essa compreensão. Sei da importância que V.Exa. dá a esta Comissão e sei que V.Exa. não gostaria de que o Plenário votasse uma matéria que era nossa.

Então, faço um apelo a V.Exa. no sentido de que abra mão dessa matéria, visto que nenhuma emenda foi aprovada, e de que nós possamos votar a matéria sem prejuízo do prazo, sob pena de o Plenário fazê-lo, desmoralizando assim a nossa Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu quero fazer uma sugestão de pauta. Parece que V.Exa. quer encaminhar. Em primeiro lugar, seria a apreciação do relatório preliminar do nobre Relator do Orçamento. Em segundo lugar, entraria em pauta o PLN 33.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Primeiro, o PLN 33; em seguida, o relatório preliminar.

Eu respeito V.Exa. Aliás, tenho por V.Exa. admiração, consideração e apreço pela sua atuação retilínea na condução dos trabalhos desta Casa. E gosto até de fazer um enfrentamento, porque é um enfrentamento do bom debate. Por isso, quero responder a V.Exa. buscando socorro no Regimento Comum, no art. 128, que menciona *ipsis litteris* o seguinte:

> *Art. 128. A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 (três) dias úteis após a sua distribuição, nos casos do relatório do Relator-Geral — que não é o caso — do projeto de lei orçamentária anual, do relatório do projeto de lei de diretrizes orçamentárias — que não é o caso — e do relatório do projeto de lei do plano plurianual — que não é o caso —, e 2 (dois) dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria de seus membros.*

Então, se não houver concordância, eu submeterei esta questão à apreciação da maioria do Plenário desta Casa, e seguiremos em frente.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Temos a nossa interpretação sobre esse item do Regimento.

Diz claramente o art. 128:

Art. 128. (...) do relatório do projeto de lei do plano plurianual, e 2 (dois) dias úteis nos casos das demais proposições (...).

Esta é outra proposição. Então, são necessários 2 dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito. Mas eu gostaria que V.Exa. continuasse a leitura.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Continuando:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(...) salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sim. Se V.Exa. não concordar com o encaminhamento, conforme foi proposto inicialmente, evidentemente vou submeter essa questão ao Plenário, para que decida quanto ao andamento ou não da nossa sessão.

Bem, eu acho que essa questão está explícita aqui*: "(...) se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros (...)"*, está dispensado o prazo e nós podemos dar andamento aos nossos trabalhos.

Certamente, se eu colocar em votação, a maioria absoluta vai optar por prosseguirmos com a nossa sessão.

Nesse sentido, eu peço a V.Exa. compreensão para darmos continuidade ao nosso trabalho. Pode ser?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu já solicitei à assessoria que encaminhasse todos os nossos destaques para fazermos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Como eu já mencionei, o Relator é o Senador Davi Alcolumbre. Relembro que o voto é pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao nobre Relator, para que apresente o seu parecer.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar os membros desta Comissão e agradecer a confiança de V.Exa. ao me designar Relator desta matéria importante para o País, como muito bem disse a Deputada Laura Carneiro, que me antecedeu.

Quero cumprimentar também o Deputado Bohn Gass pela perseverança e pela resistência no que ele compreende como o certo no Regimento. Mas esta Comissão tem, sim, o poder de deliberar esta matéria apresentada por mim ontem, às 23 horas.

Quero também comunicar aos membros desta Comissão que recebi a designação para esta relatoria no dia 9. E, ainda assim, 4 dias depois, o Governo mandou um adendo, acrescentando alguns recursos para a área da saúde nesse orçamento. Portanto, na condição de Relator dessa matéria, tenho o prazo de pouco mais de 10 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesse sentido, dei celeridade, com ajuda da assessoria do nosso gabinete e também da Liderança, ao encaminhamento deste voto, para que eu pudesse rapidamente apresentá-lo ao Plenário da Comissão de Orçamento, haja vista que, ontem, já foi publicada a pauta na qual está prevista a votação desse PLN na reunião do Congresso que vai acontecer logo mais, às 17 horas.

Eu acho de bom-tom, para que esta Comissão possa sempre estar na esteira da liderança das votações no Congresso, que a gente possa votar esse PLN aqui na Comissão de Orçamento, a fim de que ele siga ao Plenário do Congresso Nacional, como previsto regimentalmente, ainda no dia de hoje.

Indago a V.Exa., Sr. Presidente, se já leu o teor desse PLN, mas antecipo que ele abre crédito em favor de 12 Ministérios: Saúde, Integração Nacional, Cidades, Agricultura, Turismo, Transportes, Esporte, Desenvolvimento Social, Justiça, Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia e Defesa.

Primeiramente, gostaríamos de destacar que o crédito proposto atende às normas de direito financeiro e de processo legislativo vigente. Além disso, também está de acordo com o novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

Gostaria também de comunicar que, na análise das emendas, identificamos, Sr. Presidente e membros desta Comissão, que um quantitativo considerável de emendas apresentadas — 237 emendas —, sendo 79 de recomposição e 158 para acréscimos, se somarmos todas as apresentadas, chegaremos a um montante de quase 8 bilhões de reais; portanto, um valor superior ao crédito apresentado no PLN pelo Governo a esta Comissão.

Nesse sentido, fizemos diversas indicações de cancelamento também das mesmas programações, com potencial — refiro-me a essas emendas a este PLN — de alterar completamente a intenção do crédito original.

Sobre esse ponto, penso ser importante lembrar que esse PLN tem o objetivo de atender várias situações específicas em determinadas unidades orçamentárias e que o exercício financeiro já se encontra bastante avançado, especialmente se pensarmos que eventuais alterações não planejadas pelas unidades certamente trarão grande dificuldade na prática na execução das despesas.

Além disso — e não menos importante —, diversos desses reforços de programações foram propostos para viabilizar contratos já realizados, mas que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

têm dotação suficiente para fechar o exercício, inclusive no caso de despesas obrigatórias, sujeitas ao gasto mínimo constitucional, como é o caso da saúde.

Por isso, entendo que promover alterações neste PLN poderia prejudicar sobremaneira a execução de importantes despesas para os nossos Estados e Municípios, razão pela qual sugiro a rejeição de todas as emendas inadmitidas.

Dessa forma, votamos pela inadmissão das Emendas nºs 003, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 019, 020, 027, 028, 029, 031, 032, 034, 035, 036, 037, 039, 074, 092, 139, 169, 197, 200, 210, 222 e 225, e pela rejeição, no mérito, das emendas admitidas apresentadas ao Projeto de Lei nº 33, de 2017-CN.

Dessa forma, somos pela aprovação da proposição legislativa em apreço na forma do substitutivo proposto, que contempla as alterações nos termos solicitados pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão. Senador Davi Alcolumbre, Relator.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, saudando a todos os colegas presentes, Senadores e Deputados, quero dizer que todos perceberam aqui a nossa resistência em relação ao PLN 33.

O Governo está fazendo, nesse PLN, remanejamentos orçamentários e retirando recursos — pasmem! — da educação, de programas da área da saúde, da Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Rodoviária Federal se incumbe da segurança no trânsito. A Polícia Federal ajuda a controlar a fronteira. A Polícia Federal ajuda a combater corrupção do combate à corrupção. E o Governo está retirando recursos dessas áreas com o PLN 33.

O Governo também está retirando recursos de obras da EMBRAPA, que é nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. E o Governo dela está retirando recursos para fazer remanejamentos.

E eu penso no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Santa Catarina, no Paraná, enfim, em todos os Estados dos meus colegas Deputados aqui: imaginem se recebermos de novo notícias da Rússia, por exemplo, sobre o bloqueio, a partir de 1º de dezembro, de vários frigoríficos, que não mais venderão para aquele país, pois temos problemas de inspeção sanitária em abatedouros e frigoríficos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A economia está quebrando, e o Governo retira dinheiro do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária — SUASA, da inspeção sanitária, que é uma agressão a quem produz.

E há obras realizadas em vários lugares. Eu poderia citar vários Estados, mas vou citar o Rio Grande do Sul, meu Estado. Somando o que está previsto no PLN 34, que será apreciado na sequência, serão retirados 153 milhões de importante obra: a segunda ponte sobre o Guaíba, em Porto Alegre, que é uma reivindicação histórica. Trata-se de uma obra que a Presidenta Dilma começou e que agora está diminuta. O Governo anuncia recursos, mas sem identificar a origem deles, e neste momento estão sendo retirados 153 milhões dessa obra.

Senador, eu falei a V.Exa. sobre um desejo antigo do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que é a integração da BR-285, da região de Vacaria, ligando aquela região turística de São José dos Ausentes, junto como os rincões, os cânions de Santa Catarina. Faltam apenas 8 quilômetros para concluir essa obra do lado do Rio Grande do Sul, e o Governo está tirando com o PLN 33.

Eu não posso dar aval a uma votação que vai retirar recursos de áreas tão importantes para fazer sabem o quê? Colocar 99 milhões de reais na Secretaria de Comunicação do Governo, como prioridade, para falar da reforma da Previdência; para, provavelmente, divulgar argumentos mentirosos de que a reforma da Previdência é necessária para a economia do Brasil, tirando dinheiro de quem está no Regime Geral da Previdência ou do trabalhador ou trabalhadora rural; ou para falar do programa de privatizações. Esses são os dois temas centrais em relação aos quais o Governo investe muito em propaganda. Não posso concordar com isso.

Então, na verdade, nós estamos nos esforçando desde o início. Eu pedi a relatoria no sentido de me debruçar, e me debrucei, efetivamente sobre o PLN 33, porque ele é ruim para a economia do País. Ele pode — aí está exatamente a nossa desconfiança —, ao retirar as dotações orçamentárias desses Ministérios, na verdade, colocar esses recursos sob o arbítrio dos Ministérios, na área discricionária dos Ministérios, para uso livre dentro dos Ministérios. Para agradar a quem? Aos Deputados que votaram que o Presidente não respondesse pelos seus crimes. Eu não posso aceitar isso.

Então, na verdade, nós estamos fazendo o debate sobre esse PLN 33, que é o mais importante a ser apreciado neste momento, dizendo que ele não é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na sequência — agora é o debate geral desse tema —, nós teremos vários destaques a apresentar, porque o nobre Relator não acatou as emendas que nós apresentamos. Eu apresentei emendas para que não faltasse dinheiro para a EMBRAPA fazer pesquisa agropecuária neste País, a fim de que a agricultura possa se desenvolver e gerar emprego e renda. Eu fiz um destaque para que a emenda fosse incorporada, para as obras não perderem dinheiro; para que a Polícia Federal tivesse recursos; para que pudéssemos ter essas emendas. Todas elas foram rechaçadas pelo nobre Relator, cumprindo fielmente a determinação do interesse do Governo.

Na próxima intervenção, farei um destaque sobre esse ponto, para terminar dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A matéria continua em discussão.

Tem a palavra a Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente, eu vou discutir, sim, porque eu estou nesta Comissão tão importante não só para a Câmara Federal, mas também para o País.

Esse recurso que o Senador acabou de relatar é um recurso extremamente importante. Obviamente que os problemas do nosso País não se deram em 1 ano. Ao longo de décadas, ao longo dos anos, o nosso País vem sendo mal gerido, mal gestado, até os dias de hoje. Não é de 1 ano para cá, infelizmente.

Então, o PRB vai voltar favoravelmente ao relatório do Senador Davi, até porque ele contém uma parcela extremamente significativa para a minha região, para o País, com relação à saúde.

A Deputada Laura bem colocou a questão dos hospitais federais, da saúde no País, que é vexaminosa. Há uma situação de genocídio no nosso País, que não vem dessa gestão. Isso é algo que já vem acontecendo erradamente ao longo dos anos. Então, nós não queremos também votar de forma fácil, tampouco fazer o discurso fácil, mas dizer que a matéria é importante, sim, para a saúde principalmente.

Eu posso citar aqui o Hospital da Posse, que recebe recurso do Governo Federal desde 2003, e não há aumento do repasse para esse hospital, que atende a mais de 5 milhões de habitantes da Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Apesar de ser um hospital conveniado com o Município de Nova Iguaçu, ele é um hospital federal e precisa que o valor do repasse seja reajustado. Nós estamos numa luta muito grande com o Governo Federal para que ele possa aumentar o valor do repasse para esse hospital. Quantas pessoas vêm de Japeri, de Paracambi, de Seropédica, de Itaguaí, que precisam utilizar aquele hospital! No final de semana agora, no feriado, na chuva, mais um ônibus virou, três pessoas morreram, e 24 foram parar nos hospitais. A Rodovia Presidente Dutra corta a nossa região, e o hospital atende a mais do que a sua capacidade normal. Sabemos do papel importante que o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços tem prestado a nossa sociedade, ajudando na retomada do crescimento econômico, estabilizando a nossa economia.

Então, nós iremos votar favoravelmente ao relatório, a esse remanejamento, sabendo — e dizendo — que os problemas que o Brasil enfrenta não são de hoje. Eles vieram ao longo dos anos.

Portanto, Sr. Presidente, eu encaminho o voto favorável pelo meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, colegas Deputados, com relação ao PLN 33, vejo que aquilo que o companheiro Bohn Gass colocou aqui é realidade.

As pessoas estrangeiras que chegam ao Brasil e assistem aos meios de comunicações acham que aqui não há problema. Quem está fazendo festa com dinheiro público neste País é a *Rede Globo*. É mentira sobre mentira, e este Governo está fazendo publicidade com dinheiro público.

Os nobres colegas Deputados, ao votarem favoravelmente a esse projeto, estarão liberando para a Presidência da República 99 milhões de reais para ela repassar mais recursos para a *Rede Globo*, para os *blogs*, para os jornais, para as revistas mentirem para o povo brasileiro. É isso que nós estamos avalizando aqui.

Outra questão é a reforma da Previdência, que trata os diferentes de forma igual. É isso que nós estamos dizendo aqui.

Outro ponto são os recursos para a saúde. Recursos para a saúde, todo mundo sabe como funcionam. Na última votação que houve aqui, os Deputados receberam um cheque em branco do Governo, do Ministério da Saúde, para liberar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recursos para suas bases. Será que o povo brasileiro tem dois valores? Um valor é o do povo brasileiro que tem os Deputados que disseram: *"Sim, Michel Temer, continue sua corrupção, continue fazendo o que você está fazendo".* O outro valor, que não é zero, é para quem não tem aqui essa relação.

Nós queremos que o povo brasileiro seja tratado de forma igual, independentemente de ter Parlamentar da base do Governo ou não. Esse dinheiro é destinado a pagar aos Deputados que votaram favoravelmente ao Michel Temer. É isso que está sendo feito com este PL. É claro que os Deputados que têm algo a receber vão votar a favor, vão pensar nas suas catedrais, vão pensar nas suas bases. É isso que está sendo feito aqui. Os nobres colegas Deputados que votaram contra a investigação desse Presidente da República vão defender este PL, e argumento eles têm.

Eu queria que todos os hospitais do Rio Grande do Sul tivessem o privilégio de receber uma ligação do Ministério da Saúde dizendo que o hospital X recebeu 1 milhão e meio de reais, o hospital Y recebeu tanto, e não só os hospitais que têm relação com os Deputados que votaram favoravelmente ao Michel Temer na última votação, em que ele deveria ter sido afastado. É isso que está sendo votado aqui nesta Comissão.

A outra questão de que quero tratar é sobre os controladores de velocidade no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Os contratos serão encerrados, e a violência no trânsito está aumentando. A empresa que tem esse controle vai desligar os aparelhos, porque já recebeu o aviso prévio do DNIT dizendo que não tem mais recursos para pagar os controladores de velocidade que existem no Brasil inteiro. Eu falei do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, porque é a mesma empresa que faz esse controle.

Eu poderia falar aqui dos 157 milhões de reais que poderão ser cortados da obra da Ponte do Guaíba, que é a entrada e a saída de Porto Alegre. Ela interliga a Região Sul ao restante do Brasil. Essa ponte está parada, porque não há mais recursos para ela, mas há recursos para comprar os Deputados, conforme disse a *Folha de S.Paulo*, ao afirmar que esse Governo Michel Temer, do PMDB, e seus aliados gastaram 30 bilhões de reais.

É por isso que nós estamos votando e dizendo "não" ao que querem fazer com o desenvolvimento, "não" ao que querem fazer com as obras públicas, "não" ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que querem fazer com a saúde do povo brasileiro. Nós não estamos discutindo aqui se vai para esse ou para aquele. Nós queremos que o povo brasileiro seja tratado de forma igual, e não conforme a força política que tem aqui, se é contra esse Governo ou a favor dele.

Então, Sra. Presidente Laura Carneiro, eu vou votar contra, porque, se o Governo tivesse pressa, não iria mandar ontem à noite, às escuras, sem ninguém saber, quando a Câmara já não funcionava mais, às 11 horas da noite, o pedido de que fosse votado o relatório desse projeto.

Por isso, eu vou votar contra. Se o Governo tivesse pressa, iria atender toda a população brasileira.

Eu vou dizer "não" a este PL, contra a retirada de recursos das obras do Rio Grande do Sul, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e outros. É isso que se está fazendo ao se votar favoravelmente a este PL.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não havendo mais quem queria discutir, declaro encerrada a discussão.

Foram apresentados dez destaques à matéria. Portanto, vamos à votação do PLN 33/17, ressalvados os destaques.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, registrando o voto contrário dos Srs. Deputados do PT: Deputados Nelson Pellegrino, Bohn Gass, Marcon e José Airton Cirilo.

Coloco agora a matéria em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, ressalvados os destaques.

Vamos à apreciação, portanto, dos destaques.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, regimentalmente, quantos Senadores precisam estar presentes?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Regimentalmente, o que vale é a lista de presença. Já temos os Senadores presentes. O mínimo é dez.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não há exigência presencial?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não. A exigência presencial existiria se alguém pedisse votação nominal. Como nenhum Senador pediu votação nominal, ela não ocorrerá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, vamos continuar.

Apreciação dos destaques.

Vamos passar a palavra ao Relator para que dê parecer sobre os destaques.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. SENADOR DAVI ALCOLUMBRE - Como já foi dado no meu parecer ao PLN 33/17, eu também rejeito todos os destaques apresentados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Todos os destaques foram rejeitados.

Vamos à apreciação dos destaques.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Gostaria de fazer um requerimento para votarmos em globo todos os destaques apresentados, sem prejuízo à discussão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece que não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques. Sendo assim, solicito autorização para proceder, conforme requerimento do Deputado Claudio Cajado, à votação em globo dos destaques. *(Pausa.)*

Há proposta para votação em globo por tipo de voto do Relator.

A matéria está em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Nesse caso, não cabe encaminhamento. Perdão. V.Exa. vai poder encaminhar os destaques, mas não o requerimento para votação em globo.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não há encaminhamento do requerimento?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - É. Infelizmente, Deputado, não é assim que o Regimento determina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO MARCON - Se for aprovado este destaque, não haverá discussão?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não. Vão se discutir todos os destaques, mas a votação será feita de uma vez só. Discutir, V.Exa. pode discutir à vontade.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra os votos do PT.

Coloco o requerimento em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora vamos votar em globo a matéria.

Vou passar a palavra ao Deputado Bohn Gass para, como autor dos destaques, encaminhá-los em globo.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Qual é o procedimento, já que a votação será feita em globo?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - V.Exa. vai falar sobre os dez destaques, sem problema nenhum. Todos os destaques foram rejeitados, portanto, haverá uma votação só. Por 5 minutos, pode falar sobre os seus dez destaques.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Essa é uma questão... Eu quero iniciar a fala, Sr. Presidente, fazendo este registro.

O Líder do Governo solicita a votação em globo. O Governo, mais uma vez, tem pressa de votar. Neste momento, o Governo deveria pensar o seguinte: *"Mas, espere aí, existe um item que está tirando crédito suplementar de 230 milhões para esportes educacionais, recreativos e para lazer e 205 milhões para o turismo".* Quando um Deputado apresenta um recurso para destacar isso, para poder haver turismo no País — todo o Nordeste e nas demais Regiões — para lazer, educação e área recreativa, o Governo deveria dizer: *"Vamos debater isso. Onde nós poderíamos conseguir recursos para colocar nessa área?"* Aí, em vez de o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se preocupar em resolver esse aspecto para ter um encaminhamento objetivo, o que o Governo faz? Pede para votar em globo, para não haver debate.

Aliás, eu gostaria que os representantes do Governo usassem a palavra e dissessem: *"Não está correto. Nós não temos de investir na Polícia Rodoviária Federal, ela precisa ficar sucateada. Os bandidos podem andar soltos. O contrabando pode continuar. Nós defendemos isso. Isso é bom para o País."* Eu gostaria que o Governo viesse dizer isso.

Eu gostaria que o Governo viesse aqui dizer: *"A EMBRAPA não precisa... A pesquisa... Deixem as multinacionais do veneno, deixem as empresas Monsanto, Baher, as transgênicas... As pesquisas que nós queremos para a EMBRAPA não precisam ser sustentáveis".* Eu queria que o Governo viesse dizer isso.

Defendam isso! O Governo não quer dinheiro na EMBRAPA! Defendam isso!

Ninguém se inscreve. Querem votar em globo.

Eu queria que o Governo viesse aqui e defendesse: *"Está certo o Governo. Podem suspender as obras na BR-472, entre Uruguaiana e Itaqui, onde há uma sinaleira no asfalto".* Lá, há uma ponte de uma via só, sendo asfalto nas duas vias, uma de cada lado, e temos de parar em uma sinaleira, numa BR, para poder continuar andando na estrada. E o Governo retira 7,6 milhões de reais dessa obra tão reivindicada por toda a população daquela região de Uruguaiana, vizinha da Argentina, importante para o MERCOSUL.

Aqui foi falado sobre a saúde. Eu queria que o Governo viesse aqui falar sobre isso. E aqui eu quero lembrar aqueles que estão dizendo que vão ajudar a saúde. Há poucos dias, a Presidenta Dilma abriu um processo, vencendo uma corporação que impedia que o Governo abrisse novos cursos de medicina. Trouxemos médicos do exterior, abrimos vários cursos de medicina no Brasil.

Agora, qual é a notícia dessa semana para quem quer defender a saúde? A notícia dessa semana, colegas Deputados e Senadores, é que, nos próximos 5 anos, não se abrirá nenhum curso novo de medicina, para o povo não ter mais médico. É disso que nós estamos falando.

Nós não queremos fazer alteração ou suplementação orçamentária, para beneficiar e agradar Parlamentares, agradar o seu Prefeito, o seu Município e fazer clientelismo e fisiologismo. Nós não concordamos com essa prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós estamos aqui cobrando do Governo para que o Governo diga por que ele está reduzindo recursos tão sensíveis em todas essas áreas que eu já citei. E o meu tempo agora, pelo fato de terem aprovado agora a discussão em globo, não me permite aprofundar nenhum tema, como em relação à SUASA, como eu disse antes, que nós estamos destacando. Eu não quero que a economia brasileira sofra retaliações como está sofrendo e como vai sofrer. Se não houver investimentos fortes no setor sanitário do País, a economia vai ter prejuízo.

O Governo não pode retirar recursos de áreas tão importantes. Eu quero ainda destacar, além das obras físicas que serão prejudicadas enormemente no País, os procedimentos de alta e média complexidade.

Pasmem, no PL 33/17-CN — eu não falei ainda a respeito —, sabem de onde o Governo está tirando recursos? Dos remédios! Não basta fechar as farmácias populares, ainda tira recursos de remédios! Isso está no PL 33/17-CN.

Eu não consigo entender que haja votação favorável, que alguém em sã consciência ache que está normal e possa dizer: *"Eu concordo que recortem recursos para remédios; eu concordo que recortem recursos da Polícia Federal; eu concordo que retirem recursos da saúde; eu concordo que retirem recursos do esporte; eu concordo que retirem recursos do turismo; eu concordo que retirem recursos do PAC; eu concordo que retirem recursos dos nossos hospitais".*

É um corte drástico! Esse é o PL 33/17-CN! *"Ah, vai colocar dinheiro para pagar a mídia"*. Ah, sim, as grandes redes de comunicação do País vão achar o máximo, porque vão ganhar muito dinheiro para transmitir de novo informações mentirosas, como o Governo tem feito, e tirar a aposentadoria do povo brasileiro.

Nós não podemos aceitar isso. Eu estou indignado, porque eu queria tratar de ponto por ponto. Gostaria que o Governo, através de suas Lideranças, estivesse aqui e defendesse: *"Eu acho certo tirar esses recursos dessas áreas"*.

Seria um bom debate. Esta Casa se chama Parlamento. E Parlamento é para se fazer o bom debate. No argumento temos a possibilidade convencer as pessoas. Se aqui não há debate, se ninguém faz a defesa, como se vai convencer?

Este é o debate. Lamentavelmente nós estamos nessa situação. É profundamente lamentável. Mas eu quero registrar que eu apresentei dez destaques para repor no Orçamento valores substanciais que tem a ver com a vida do povo brasileiro. Eu não estou falando de outra coisa, estou falando da soberania do povo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileiro, porque não quero que, de novo, venham os ingleses, como fizeram poucos dias atrás e diga: *"Temer, venda a PETROBRAS, entregue as suas empresas, porque a nossa Shell quer comprá-la".*

Nós estamos entregando nosso patrimônio para as empresas multinacionais fazerem aqui o pátio deles. Quando nós pensamos na nossa soberania, nos nossos investimentos, o Governo abre mão.

Eu tenho que manifestar essa indignação e dizer que votaremos obviamente contra o PL 33/17-CN, como já votamos. Queríamos apresentar esses destaques, mas, infelizmente, por esse processo, estão sendo inviabilizados de serem debatidos um a um.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O Deputado Jorge Solla solicitou a palavra. É para discutir os destaques? *(Pausa.)*

Infelizmente, para discutir os destaques, o Regimento Interno estabelece que só o autor faz a defesa dos destaques.

Considerando essa questão, eu vou submeter à votação, não havendo mais quem queira...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Pediria a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Os destaques são só do Deputado Bohn Gass.

Em votação em globo os destaques, com o voto do Relator, pela rejeição.

Portanto, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Rejeitados os destaques, evidentemente, com os votos contrários dos Deputados Bohn Gass, Jorge Solla, Nelson Pellegrino e José Airton Cirilo. *(Pausa.)*

Eu já passo a palavra a V.Exa. Quero só concluir.

Em votação na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Ah, não vai ao Senado. Perfeito.

Os destaques foram rejeitados e então não serão apreciados pelo Senado Federal.

Tem a palavra o Deputado Jorge Solla.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, apesar de os destaques já terem sido rejeitados — não sei nem se é de seu conhecimento —, esse PL 33/17-CN está retirando 500 milhões de reais do orçamento de medicamentos especializados.

O nosso Relator, o Deputado Cacá Leão, provavelmente também não sabe ainda, mas a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia teve que fazer uma compra de medicamentos imunossupressores, porque o Ministério da Saúde não os está entregando, e os pacientes transplantados não vivem se não tiverem os imunossupressores. Se V.Exa., Deputado Cacá, fizer contato com a SESAB e procurar o Superintendente de Assistência Farmacêutica, ele vai lhe informar que está havendo compra que não era feita antes, porque o Ministério da Saúde era o órgão que entregava.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, como é que, faltando imunossupressor para os pacientes transplantados no Brasil, retiram-se 500 milhões de reais da rubrica do órgão que compra esses medicamentos? Não consigo entender isso! Eu sei que os senhores defendem o Governo, mas eu gostaria, Sr. Presidente, que V.Exas. tivessem o mínimo de bom senso, para, pelo menos no PL 33, deixar de fora o orçamento de medicamentos especializados, que já estão faltando!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas, já foi votado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Estou dialogando com o Presidente, Deputado Cajado. Permita-me. Eu sei que V.Exa. também gosta de ter bom senso, gosta do bom diálogo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É matéria vencida.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu sei que a matéria está vencida. E V.Exas. podem ter toda a insensibilidade do mundo e me dizer isso. Mas, mesmo sabendo que não está havendo imunossupressor, mesmo sabendo que o transplantado vai morrer, mesmo sabendo que não é todo Estado que o está comprando, como a Bahia, Deputado Cajado, há muito Estado que não o está recebendo e nem comprando... Graças ao Governo do nosso Estado, graças ao nosso Governo, Cacá, os pacientes transplantados da Bahia não vão morrer, porque o Estado da Bahia está comprando o medicamento.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de apelar para o bom senso do Relator e de V.Exa. para que se debruçassem pelo menos sobre esse item do orçamento. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estou pedindo um único item, um único item! Não estou falando de investimento, nem de obra, nem de equipamento, nada disso. Estou falando de vidas, estou falando de pacientes, que, graças ao SUS, tiveram uma nova chance de viver e estão sem imunossupressores. E, sem imunossupressor, Sr. Presidente, eles morrem, eles perdem o transplante, Deputado Cajado!

Esta semana, fui à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia para conversar a respeito e a minha satisfação é que o nosso Governo está suprindo a lacuna, graças ao Governador Rui Costa, graças ao Secretário Fábio Vilas-Boas, graças ao Secretário da Fazenda Manoel Vitório, que liberou um orçamento extraordinário para isso, graças a todos eles. E, na contramão, do Governo golpista e corrupto de Michel Temer, que está retirando 500 milhões de reais de medicamentos especializados. E sabe para que, Presidente? V.Exa. sabe para onde irão esses 500 milhões? Para pagar as ambulâncias com as quais se comprometeram com a votação do afastamento de Temer. Os Deputados vieram com aquela história de comprar ambulância, porque havia acabado o dinheiro das emendas. E agora, como não têm como pagar as ambulâncias, estão retirando da vida de pacientes transplantados, estão retirando dinheiro dos imunossupressores.

Sr. Presidente, eu apelo para a sua sensibilidade. Eu sei que V.Exa. é um homem sensível à vida das pessoas. Também sei que o nosso Relator, nosso conterrâneo, o Deputado Cacá, é sensível à vida das pessoas. Então, peço a V.Exas. que não retirem dinheiro da saúde, não retirem dinheiro de medicamentos especializados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Há requerimento de inclusão de pauta que submeto à apreciação dos nobres membros deste plenário.

Informo ao Plenário que há requerimento do Deputado Cacá Leão, Relator-Geral da Lei Orçamentária da União de 2018, que requer a inclusão em pauta do relatório preliminar apresentado ao PLN 020/2017.

De acordo com o art. 214, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento vai à apreciação do Plenário. Por isso, defiro o presente requerimento.

Em apreciação o relatório preliminar, com emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 20, de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exercício financeiro de 2018. O Relator é o destacado Deputado Cacá Leão, que está à minha esquerda.

Foram apresentadas 11 emendas.

Com a palavra o Relator, para apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Agradeço, nobre Presidente, Senador Dário Berger. Aproveito a oportunidade para registrar a alegria que senti ao trabalhar com V.Exa. e a facilidade de trabalhar com V.Exa., um homem íntegro que nos tem ajudado muito com essa exemplar condução da Comissão Mista de Orçamentos.

Sr. Presidente, preciso estender também os cumprimentos e o agradecimento à equipe da Comissão Mista de Orçamentos, à equipe do meu partido e à minha assessoria pelo apreço que tiveram pela realização deste parecer preliminar, para o qual deveríamos ter tido cerca de 90 dias, Senador Davi Alcolumbre, para apresentá-lo. Mas, devido à peça modificativa do Governo, tivemos apenas 10 dias para fazer sua apresentação. Então, trabalhamos aos sábados, domingos e feriados para que este relatório estivesse pronto na data de hoje e pudéssemos cumprir o cronograma que foi aprovado no primeiro momento dos trabalhos desta Comissão.

"Parecer preliminar sobre o Projeto de Lei nº 20, de 2017, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018'.

Em atendimento ao disposto no art. 51 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submetemos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o parecer preliminar sobre o Projeto de Lei nº 20, de 2017, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018', encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem Presidencial nº 324, de 31 de agosto de 2017, em cumprimento ao disposto nos arts. 84, inciso XXIII, e 166, § 6º, da Constituição.

Nos termos do art. 52 da referida resolução, este parecer preliminar compõe-se de Parte Geral e Parte Especial. A Parte Geral apresenta a visão geral do projeto; examina o cenário macroeconômico e as metas fiscais consideradas em sua elaboração; trata da compatibilidade da proposta orçamentária com o PPA e as diretrizes orçamentárias; analisa as despesas previstas no projeto e cuida das obras com indícios de irregularidades graves. Vale ressaltar que o aprofundamento do trabalho de análise do PLOA 2018, por área temática, será efetuado oportunamente pelos Relatores Setoriais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Parte Especial define regras que deveriam orientar o processo de apreciação e alteração do Projeto de Lei Orçamentária no âmbito do Congresso Nacional, tais como critérios para apreciação de emendas individuais e coletivas; dotações passíveis de serem canceladas pelos Relatores Setoriais e Relator-Geral; vedações ao cancelamento de dotações; constituição, distribuição e utilização da reserva de recursos, competência dos Relatores, conteúdo dos Relatórios Setoriais e Geral.

Parte Especial

I - Da apreciação das emendas individuais e coletivas

3. Na análise das emendas, os Relatores poderão, em seus votos, propor ajustes de ordem técnica e legal necessários à correção de impropriedades que possam inviabilizar a execução das respectivas programações orçamentárias.

4. Os Relatores Setoriais devem realizar os ajustes necessários no orçamento de investimento em decorrência da aprovação de emenda destinada à constituição ou aumento de capital de empresa estatal não dependente, exceto a elaboração de correspondente emenda à receita a cargo da relatoria-geral.

5. É vedada a aprovação de emendas que contrariem disposições constitucionais legais e regulamentares, em especial as disposições deste parecer e as restrições estabelecidas no Relatório de Atividades do CAE.

I. Os Relatores observarão em seus relatórios os limites individualizados a que se refere o art. 107, inciso I a V, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, demonstrados na Mensagem que encaminhou o PLOA 2018, alterada pela Mensagem Modificativa.

6. É vedada a aprovação de emenda que destine recursos de orçamento fiscal e da seguridade social a empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

7. Constitui fonte de recursos para atendimento de emenda de apropriação, definida no art. 39 da Resolução nº 1, de 2006, o valor do cancelamento e de dotação.

II. Da reserva de recursos a que se refere o item 15 deste parecer.

III. Classificada como outras despesas correntes (GND3), investimento (GND4), inversões financeiras (GND5), observadas as disposições constantes da Seção III deste Parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Das emendas de Relator

8. É vedada a apresentação de emendas de Relator que incluam dotações em substitutivos novos ou aumentem dotações em subtítulos constantes do PLOA 2018, ressalvados os casos permitidos pela Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelos itens 9 e 10 deste Parecer.

9. As emendas de Relator, em conformidade com o art. 144, I e II, da Resolução nº 1 de 2006, destinam-se a:

I. Corrigir erros, omissões ou inadequações de ordem técnica ou legal verificada no PLOA 2018 ou no processo de emendamento em especial quanto à:

a. Revisão de valores em razão da alteração dos parâmetros econômicos;

b. Correção necessária ao cumprimento de mandamentos constitucionais e legais;

c. Adequação da classificação institucional, funcional e programática, bem como dos demais classificadores da despesa, inclusive para assegurar a comparabilidade de programações orçamentárias ao longo dos exercícios financeiros, com a devida fundamentação.

II. recompor dotações canceladas;

III. dar cumprimento ao disposto no art. 47, § 3°, II, da Resolução n°1, de 2006-CN;

IV. implementar decisões da CMO relativas a destaques aprovados."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, eu ia solicitar exatamente isso, mas acho que não é mais necessário — para que a assessoria pudesse solicitar à terceira fileira que desocupasse o espaço, para que os Parlamentares desta Comissão pudessem ocupá-los. Como já aconteceu, eu agradeço a atenção dos senhores e continuamos com o relatório preliminar — e, de preferência, com o silêncio costumeiro para o bom andamento do trabalho.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Continuo a leitura:

"10. Com fundamento no art. 144, III, da Resolução n° 1, de 2006-CN, fica o Relator-Geral autorizado a apresentar emendas para:

1. adequação de dotações em decorrência da avaliação realizada com base nos itens 39.1 e 39.111 deste parecer;

II. cancelamento de dotações, nos termos do art. 52, II, "b", da Resolução n° 1, de 2006-CN;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

III. alocação em programações que tenham caráter nacional e se destinem:

a. às programações classificadas como ações e serviços públicos de saúde;

b. ao saneamento básico;

c. ao apoio à política nacional de desenvolvimento urbano;

d. à garantia do cumprimento da missão constitucional de Defesa Nacional, em consonância com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, bem como à proteção, à ocupação e ao desenvolvimento de áreas localizadas nas faixas de fronteira, incluindo melhorias na infraestrutura local;

e. à preservação e salvaguarda do patrimônio cultural no âmbito do IPHAN;

f. ao atendimento ao disposto no art. 16-C da Lei n° 9.504, de 1997;

g. à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas pela Fundação Nacional do Índio;

h. à promoção do desenvolvimento regional e territorial, no Ministério da Integração Nacional;

i. à realização de investimentos de infraestrutura logística, social e urbana, inclusive no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento;

j. a realização de estudos, projetos e implantação de obras, operação e manutenção de infraestrutura hídrica;

k. à construção de aeroportos e aeródromos;

l. a ações de defesa civil;

m. a obras preventivas de desastres e de contenção de encostas;

n. à gestão de políticas públicas de juventude, no âmbito da Presidência da República;

o. ao fomento à pesquisa e ao desenvolvimento em ciência e tecnologia;

p. à expansão e ao funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior, Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, prestação de ensino nos colégios militares, e ao desenvolvimento da educação básica;

q. à implantação e requalificação de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano de passageiros e sistemas de transporte não motorizados;

r. ao desenvolvimento e promoção do turismo;

s. à implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer, e à ampliação e qualificação do acesso da população ao esporte e ao lazer;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

t. à defesa sanitária animal e vegetal, à pesquisa e inovação agropecuária, à assistência técnica e às ações de fomento ao setor agropecuário voltadas para a melhoria da qualidade e aumento da produção, inclusive com vistas ao aumento das exportações e ao cumprimento de acordos internacionais;

u. ao atendimento de despesas de que trata o ad. 107, § 6°, do ADCT, e ajuste do resultado primário;

v. a projetos de irrigação;

w. ao apoio à modernização das instituições de segurança pública e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública;

x. à reforma agrária e governança fundiária;

y. ao desenvolvimento da infraestrutura, ordenamento, monitoramento, controle e fiscalização das atividades aquícola e pesqueira;

z. à consolidação do Sistema Único de Assistência Social.

(...)

III - Das Vedações ao Cancelamento de Dotações no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

12. Ressalvados os casos decorrentes da correção de erro ou omissão de ordem técnica ou legal, é vedado aos Relatores propor cancelamento, ainda que parcial, de dotações consignadas para despesas:

I. com pessoal e encargos sociais (GND 1), com juros e encargos da dívida pública (GND 2) e com amortização da dívida pública (GND 6);

II. primárias obrigatórias (RP 1);

III. financeiras (RP 0) na unidade orçamentária 90000 – Reserva de Contingência;

IV. que devam ser executadas à conta de recursos oriundos de operações de crédito ou doações (fontes de recursos 43, 44, 46, 47, 48, 49, 94, 95 e 96), bem como das respectivas contrapartidas (identificador de uso – IU 1, 2, 3, 4 e 5);

V. classificadas na modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

VI. não decorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições;

VII. com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

13. É vedado aos Relatores setoriais o acolhimento de emenda à despesa primária com recursos decorrentes do cancelamento de dotações consignadas à despesa financeira (RP 0).

14. Os Relatores devem observar, em virtude de disposições constitucionais e legais, restrições relativas à utilização de fontes de recursos próprias ou vinculadas.

IV – Da Reserva de Recursos

15. A constituição da reserva de recursos e sua distribuição, nos termos dos arts. 56 e 57 da Resolução nº 1, de 2006-CN, estão demonstradas no Anexo II – Demonstrativo da Reserva de Recursos deste parecer.

16. A dotação inicial da reserva de recursos é de R$23.140.525.890 (vinte e três bilhões, cento e quarenta milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e noventa reais), oriundos de:

I. reserva de contingência, classificada como despesa primária discricionária (RP 2), constantes dos sequenciais 001620, 001621, 003011 e 003012 do PLOA 2018: R$13.162.094.311,00 (treze bilhões, cento e sessenta e dois milhões, noventa e quatro mil e trezentos e onze reais);

II. acréscimo líquido de receita, por reestimativa constante do relatório da receita, aprovado pela CMO, em 21/11/2017, de R$4.887.584.702,00 (quatro bilhões, oitocentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e dois reais);

III. cancelamento prévio de que trata o art. 52, II, “b”, da Resolução nº 1, de 2006-CN, de R$5.090.846.877 (cinco bilhões, noventa milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais), conforme Anexo II-A.

(...)

18. Do montante de que trata o item 16, são deduzidos R$20.140.525.890,00 (vinte bilhões, cento e quarenta milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e noventa reais), destinados ao atendimento de:

I. emendas individuais que destinem recursos para órgãos do Poder Executivo: R$ 8.768.259.275,00 (oito bilhões, setecentos e sessenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e cinco reais);

II. emendas de bancada estadual de execução obrigatória, conforme estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias para 2018 (LDO 2018), que destinem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

recursos para órgãos do Poder Executivo: R$3.071.155.338,00 (três bilhões, setenta e um milhões, cento e cinquenta e cinco mil, trezentos e trinta e oito reais);

III. emendas de Relator-Geral, a serem apresentadas nos termos dos itens 9 e 10 deste parecer: R$8.301.111.277,00 (oito bilhões, trezentos e um milhões, cento e onze mil, duzentos e setenta e sete reais), distribuídos na forma do Anexo II — Demonstrativo da Reserva de Recursos deste parecer.

18.1. As referências ao Poder Executivo nas disposições deste parecer preliminar não compreendem a Defensoria Pública da União.

18.2. O montante destinado ao atendimento das emendas referidas no item 18.I — emendas individuais — corresponde ao somatório dos valores nelas solicitados.

18.3. O montante destinado ao atendimento das emendas referidas no item 18.II — emendas de bancadas impositivas — corresponde a 70% da reserva de que trata o art. 12, § 3º, II, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017.

18.4. Caso o remanejamento entre emendas individuais do mesmo autor, realizado em conformidade com o art. 78 da Resolução nº 1/2006-CN, resultar em elevação do valor de atendimento de emenda de execução obrigatória destinada ao Poder Executivo, o acréscimo será deduzido do montante a que se refere o item 18.III.

19. O saldo da reserva de recursos, após dedução do valor indicado no item 18, corresponde a R$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) e será repartido nos termos do art. 57 da Resolução nº 1, de 2006-CN, conforme demonstrado a seguir:

I. 55%, equivalentes a R$1.650.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e cinquenta milhões de reais), distribuídos na razão direta do número de emendas coletivas apresentadas no âmbito de cada área temática, para o atendimento segundo critérios estabelecidos pelos relatores setoriais;

II. 25%, correspondentes a R$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), distribuídos pelas bancadas estaduais (...);

III. 20%, no valor de R$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), distribuídos entre as emendas de bancada e de comissão, conforme definições do Relator-Geral.

19.1. As disposições constantes dos itens 19.I a 19.III não se aplicam a emendas apresentadas ao PLOA 2018 que sejam de bancada estadual de execução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obrigatória ou coletiva de remanejamento, nem àquelas que destinem recursos a órgãos situados fora da abrangência do Poder Executivo.

(...)

V – Dos Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Passíveis de Utilização pelos Relatores Setoriais

22. Observadas as vedações e restrições estabelecidas nos itens 12 a 14, são passíveis de utilização, pelos Relatores setoriais, além dos recursos previstos no item 19.I deste parecer, recursos decorrentes do cancelamento de dotações relativas a despesas com investimentos (GND 4) e com inversões financeiras (GND 5) constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, respeitados os limites fixados no item 23.

23. Para cancelamento de dotações de que trata o item 22 deste parecer, devem ser observados, no conjunto de programações orçamentárias que compõem cada área temática:

I. limites globais de 20% do total programado em GND 4 e GND 5;

II. limite por subtítulo de 40%.

23.1. O limite previsto no item 23.II aplica-se aos cancelamentos necessários ao atendimento de emendas de remanejamento.

(...)

VI – Dos Recursos do Orçamento de Investimento Passíveis de Utilização pelos Relatores Setoriais

26. No acolhimento de emenda à despesa apresentada ao orçamento de investimento, são passíveis de utilização, pelos Relatores setoriais, recursos decorrentes do cancelamento de até 20% das dotações da respectiva unidade orçamentária, respeitado o limite de 40% por subtítulo.

26.1. O disposto no item 26 não se aplica ao caso em que o investimento deva ser suportado pelo aumento da participação da União no capital da empresa, situação em que a emenda será apresentada aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

VII – Dos Recursos Passíveis de Utilização pelo Relator-Geral e dos Ajustes Necessários

27. Além da possibilidade de utilização dos recursos previstos nos itens 18.III e 19.III deste parecer e no art. 66, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006-CN,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Relator-Geral pode cancelar até 4% do total das dotações consignadas para outras despesas correntes (GND 3) classificadas como despesas discricionárias (RP 2 e RP 3).

27.1. O Relator-geral pode ainda cancelar até 5% do total de dotações consignadas para investimentos — GND 4 — e inversões financeiras — GND 5—, para recompor cancelamentos de despesas do PLOA.

29. Cabe ao Relator-Geral proceder aos ajustes necessários:

I. à definição do conjunto de projetos que constará como despesas primárias discricionárias relativas ao PAC, em especial quanto às emendas aprovadas na forma do item 24.1;

II. à compatibilização das emendas às alterações constitucionais e legais que ocorram até a aprovação do relatório final pela CMO.

VIII — Do Atendimento de Emendas Coletivas

33. O atendimento global das emendas de bancada impositivas nos relatórios setoriais será de R$113.746.494,00 (cento e treze milhões, setecentos e quarenta e seis mil e quatrocentos e noventa e quatro reais por bancada, alocados proporcionalmente aos valores das emendas impositivas apresentadas.

35. As bancadas estaduais devem manifestar-se, nos termos do art. 68 da Resolução n° 1, de 2006-CN, em formulário próprio a ser entregue na Secretaria da CMO, acerca das alterações no atendimento de suas emendas e da destinação dos recursos de que trata o art. 57, I, da Resolução n° 1, de 2006-CN, no prazo de 1 dia, contado da disponibilização das informações de que trata o item 34 deste parecer.

35.1. No mesmo documento, a bancada poderá solicitar remanejamento entre suas emendas impositivas, vedada a ampliação do atendimento global dessas emendas, tendo em vista o disposto no art. 65, § 4º, da Lei n° 13.473, de 2017, combinado com o art. 16-C, II, da Lei nº 9.504, de 1997.

XI - Das Disposições Finais

41. Os Relatores devem apresentar pareceres aos destaques com a identificação do autor do destaque; efeito pretendido; número da emenda — quando for o caso —; códigos representativos das classificações institucional, funcional e programática; denominação da ação e do subtítulo; decisão; e valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

42. O remanejamento de valores entre emendas de um mesmo autor, previsto no art. 78 da Resolução n° 1, de 2006-CN, dependerá de terem sido apresentadas, em seu conjunto:

I. aos orçamentos fiscal e da seguridade social; ou

II. ao orçamento de investimento; e

III. respeitar os limites individualizados a que se refere o art. 107, incisos I a V, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

43. O atendimento de emenda de remanejamento depende do cancelamento de dotações do PLOA 2018 nela indicada, exceto a da reserva de contingência.

Voto

Em face do exposto, considerada a apresentação de 11 emendas, somos pela aprovação do parecer preliminar na forma ora apresentada, na qual constam alterações decorrentes da aprovação das Emendas nºs 5, 8, 9, 10 e 11; pela prejudicialidade das Emendas nºs 1, 2 e 4, por entendermos que seus objetos já podem ser atendidos pelas alíneas “a”, “p” e “i” do item 10.III; e pela rejeição das Emendas nºs 3, 6 e 7.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2017.

Deputado Cacá Leão

Relator-Geral”

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Nossos cumprimentos ao Deputado Cacá Leão, pela apresentação do seu relatório.

Está em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Cacá Leão.

Para iniciar a discussão, tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Sr. Presidente.

Nós tínhamos um acordo para votar hoje o Relatório-Geral, porque queríamos que todos os Relatores Setoriais do Orçamento pudessem trabalhar.

Eu quero dizer de público para os colegas Deputados que quase todas as Comissões votaram emendas importantes para serem incorporadas pelos Relatores Setoriais, que, a partir deste momento, a partir da apresentação do parecer preliminar pelo nobre Relator-Geral, vão poder trabalhar.

Eu tenho sido procurado por inúmeras entidades — acredito que também seja o caso dos colegas Deputados —, com demandas próprias ou de Municípios. Eu quero até registrar a presença nesta Comissão dos integrantes do DIEESE. Eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estavam aqui há pouco. Quero também conversar com o pessoal das demais entidades, universidades, centrais sindicais, como a CONTAG. Enfim, cada uma delas deve ter demandas a apresentar, na expectativa de que sejam incorporadas nos Relatórios Setoriais e também no Relatório-Geral.

Eu fiz duas emendas, nobre Presidente, nobre Relator e colegas Deputados.

O item 10 do parecer diz o seguinte: *"10. Com fundamento no art. 144, III, da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica o Relator-Geral autorizado a apresentar emendas para: (...)"*

Esse artigo do Regimento, claramente, tem o objetivo de atender as especificações dos pareceres preliminares. Só que, diferentemente do que aconteceu nos Orçamentos de outros anos, esse item 10 traz subitens I, II e III e letras a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y, z — faltaram letras no alfabeto para tanto.

O que eu quero dizer, o ponto para o qual eu quero chamar a atenção de V.Exas. — eu havia falado com o nobre Relator — é que, na verdade, esta Comissão está dando uma superautorização ao Relator, para que ele possa ter toda autonomia para trabalhar com os recursos. Eu quero saber o posicionamento dos partidos políticos acerca disso.

No nosso Governo, o Governo anterior, o PSDB e os Democratas foram muito rigorosos ao dizer que não se podia dar tanta liberdade para o Relator, que era necessário definir critérios.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É que naquela época tinha dinheiro suficiente, agora não tem dinheiro.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Há dinheiro para a Secretaria de Comunicação, para fazer propaganda e para um monte de outras coisas, meu querido Deputado Claudio Cajado; só não há dinheiro para os programas sociais que estão cortando.

O que eu quero saber é o seguinte: como é que os partidos vão se posicionar? Já que estamos em período de exceção no País, vamos abrir uma exceção para o Relator e dar a ele toda autonomia?

Depois, se voltar o outro Governo — porque as urnas e o povo vão responder, espero que haja urnas ainda, não sei o que se pode fazer em estado de exceção se faz; parece que o regime parlamentarista já quer se vingar também, porque está a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

postos aqui, talvez para impedir que o povo possa eleger seu Presidente —, com uma eleição democrática, havendo um novo Presidente, quando estaremos fora do período exceção, será que vão concordar em manter essa superautonomia para o Relator ou vai haver dois pesos e duas medidas?

Eu estou questionando aqui os outros partidos: como é que vão eles se posicionar? Porque eu gostaria de manter o que sempre foi o regramento da nossa Comissão, para não dar toda essa autonomia, para que haja mais restrição. Então, este é um ponto.

O segundo ponto que eu quero destacar aqui é que o nobre Relator fez um conjunto de supressões no orçamento — pasmem! E essa parte eu acho muito difícil e acho que não deveríamos aprova-la. Portanto, eu peço aos colegas que aprovem a emenda.

Não sei se V.Exa. acatou essa emenda aqui da supressão do item nº 10? Qual foi atendida? Qual é o item? Aqui, não está ainda identificado. É a emenda nº 8.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - É a que trata do Fundo Nacional de Assistência Social. Esta está acatada, Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu quero agradecer por V.Exa. tê-la acatado, porque havia ocorrido uma supressão — é importante que ela tenha sido acatada, nós estamos atentos quanto a isso — do Fundo Nacional de Assistência Social. Aqui são recursos da atenção básica, de programas sociais, enfim, há aqui inúmeros itens que retirariam recursos orçamentários, inclusive de combate à fome, do SUAS — Sistema Único de Assistência Social. Enfim, não me cabe aqui fazer outras colocações, mas só queria fazer o registro de que é importante que fosse cancelada essa retirada de recursos e que eles retornassem ao orçamento.

Então, eu agradeço também a atenção e a aceitação, porque inclusive estavam suprimindo recursos do Bolsa Família, que acho que é um programa em que não poderia haver supressão de recursos.

Então, nós estávamos atentos, fizemos a emenda, e esta emenda foi acatada. Eu agradeço a atenção para este ponto e questiono os demais partidos sobre se vão manter a superautonomia para o nobre Relator — refiro-me ao item nº 10 deste relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Continuamos com a discussão.

Tem a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Presidente.

Nós temos uma série de preocupações em relação a esse orçamento, mas obviamente não temos tempo para tratar de todas.

Eu queria aproveitar, Deputado Cacá, para me informar acerca de algumas emendas aprovadas em Comissões que eu acho que são prioritárias.

Na Comissão de Seguridade Social e Família, da qual eu faço parte, a Deputada Laura Carneiro também participou desta negociação, nós conseguimos, inclusive por consenso — não é, Deputada Laura Carneiro? —, definir quatro prioridades, sendo a primeira a recomposição do orçamento da proteção social básica do SUAS, que foi uma emenda que nós apresentamos de 1,5 bilhão, que foi aprovada na seguridade. A outra foi do PAA, para recompor o orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos. No SUS, foram aprovadas pela Comissão duas emendas, uma para recompor o orçamento do custeio... Está difícil, Presidente. O barulho... Eu acho que são questões prioritárias neste debate de orçamento; eu considero que sim. No SUS, nós conseguimos aprovar, também por unanimidade, na Comissão de Seguridade Social e Família, duas emendas, uma para recompor o orçamento do MAC, onde estão os serviços hospitalares, oncológicos, de assistência, urgência e emergência, e outra para investimentos na área de urgência e emergência, porque a frota do SAMU está sendo sucateada em vários Estados. Vários serviços de urgência estão precisando de atendimento. E na própria CMO, Presidente, nós aprovamos entre as emendas uma para recompor com 500 milhões de reais o orçamento das universidades federais para a conclusão de obras, investimentos prioritários.

Então, eu queria saber, nobre Relator, acerca dessas cinco emendas, como vai ser a condução que podemos dar, para tentar solicitar previamente o seu apoio, para que essas prioridades, aprovadas na Comissão de Seguridade Social, possam ser efetivadas no relatório.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Relator, quais emendas foram aprovadas na Comissão de Orçamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Quanto às emendas aprovadas na Comissão de Orçamento, temos que perguntar à Secretaria.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu estou perguntando...

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - No relatório preliminar?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sim.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - No relatório preliminar, foram acatadas as Emendas nºs 5, 8, 9, 10 e 11. Foram prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 4. E foram rejeitadas as Emendas nºs 3, 6 e 7. Foram apresentadas 11 emendas.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Na Comissão de Orçamento, quais foram acatadas no relatório preliminar?

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - É isso. O Deputado Jorge Solla, Deputado Wellington Roberto, trouxe uma discussão para este momento que é intempestiva. Na verdade, todo questionamento feito pelo Deputado Jorge Solla aqui consta a possibilidade de atender no parecer preliminar. Nós vamos ter a oportunidade de discutir o atendimento, a alocação de recursos no momento da discussão do PLOA, a partir do trabalho feito pelos Relatores Setoriais, que, mediante a aprovação deste relatório, será iniciada no dia de hoje.

Quanto ao questionamento feito pelo Deputado Bohn Gass, diferentemente do que foi dito aqui, talvez eu seja o Relator que tenha menos autonomia entre os dos últimos anos. Deputado Bohn Gass, gostaria muito de ter a oportunidade que teve, por exemplo, o Deputado do meu partido, hoje Ministro da Saúde, Ricardo Barros, quando relatou o PLOA no Governo da ex-Presidente Dilma Rousseff.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu acho que ele é o pai da Resolução nº 1, aí teve esse privilégio.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Pois é. Então, esse é o motivo da rejeição da emenda apresentada por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, está encerrada a discussão.

Vamos aos encaminhamentos.

Existem Parlamentares que queiram encaminhar?

Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro para encaminhar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu queria apenas — acho que em nome de vários Srs. Deputados — parabenizar o Deputado Cacá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Leão por esse trabalho. Eu diria que ele foi leão, na medida em que nos esquecemos... Mas, quando diz que é o mais prejudicado dos Relatores, ele tem absoluta razão. Ele constrói um relatório pela primeira vez sob a égide da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, portanto, com limitações reais no seu encaminhamento. Então, eu queria parabenizar o Deputado Cacá.

Deputado Solla, eu tenho certeza de que as nossas matérias serão verificadas e analisadas por cada um dos Relatores Setoriais, com a importância e com a relevância que elas têm, principalmente porque todos nós acompanhamos e vimos como chegou aqui o Orçamento inicialmente e como foi difícil chegar a uma proposta final, especialmente para a área de assistência.

Mas eu tenho certeza de que esta Comissão terá sabedoria, através de seus Sub-Relatores e, especialmente, do Deputado Cacá Leão, para que nós avancemos.

Então, quero apenas parabenizar V.Exa. pela eficiência e pela competência com que trouxe essa matéria hoje à votação.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu gostaria de fazer uma retificação: falou-se em leão. Leão é o pai dele; ele é leãozinho. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está em votação, então, o relatório preliminar apresentado pelo Deputado Cacá Leão, na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Foram apresentados 10 destaques.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto o relatório à votação na representação do Senado Federal, ressalvados evidentemente os destaques.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está aprovado, portanto, o relatório preliminar com as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 20, de 2017.

Vamos aos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, estabelece:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Art. 139.....

§ 2º Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques.

Assim sendo, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não. Eu só estou aprovando preliminarmente a deliberação em globo. V.Exa. quer usar a palavra?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Quero. Na verdade, eu acho que sou autora de todos os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu darei a palavra a V.Exa. no momento em que V.Exa. desejar. Entretanto, estou fazendo o encaminhamento para discussão e apresentação.

Já submeti à votação a proposta na representação da Câmara dos Deputados.

Faço isso agora na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Solicito ao Relator-Geral e Relator do relatório preliminar também que possa dar parecer aos destaques que se encontram sobre a mesa.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Com muita dor no coração, Sr. Presidente, eu rejeito os destaques apresentados pela nobre, querida e amiga Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Mas tenho certeza de que todos os pleitos feitos por V.Exa., Deputada Professora Dorinha, poderão ser recompostos tanto pelos Relatores Setoriais quanto por mim na apresentação do relatório, assim que ele for feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, com muita dor no coração, eu rejeito os dez destaques apresentados por V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas, Sr. Presidente, a política...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Rejeitados os destaques, eu concedo a palavra à autora, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom, com toda a dor, eu também vou falar.

Eu fiz um destaque sobre o SESAI — Secretaria Especial da Saúde Indígena e eu já havia manifestado essa preocupação. Eu sei que, no conjunto da saúde, isso pode ser enxergado.

Também tenho preocupação com o IPHAN, sobre a qual também tive oportunidade de falar ontem. Se não houver uma prioridade para o IPHAN, ele vai fechar as portas. Nós temos um enorme patrimônio histórico sem nenhuma condição de ser mantido em funcionamento.

Há a questão do ensino superior. Preocupo-me com as instituições federais. Nós tivemos uma comissão geral mostrando a grande dificuldade de manutenção dessas instituições. Eu faço ressalva inclusive aos hospitais universitários que são obras em andamento.

E queria fazer destaque e um apelo em relação a cortes realizados pelo Relator-Geral. O meu Destaque nº 1 é sobre um corte de 1 milhão e 80 mil reais, que foi feito para políticas de igualdade e enfrentamento da violência contra a mulher. Entendo que é uma área de extrema relevância. Temos mulheres assassinadas a cada hora no País, e o número não é pequeno. Já é uma área com orçamento extremamente reduzido e, infelizmente, ainda sofreu um corte.

Outra área que sofreu cortes é a de aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar, em relação ao aspecto do agricultor familiar e, de maneira especial, ao que é feito com esse alimento, destinado a programas para pessoas carentes. Houve um corte de quase 9 milhões de reais. É uma área que eu entendo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Seis e dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para nós, fica muito complicado um corte na área de aquisição de alimento da agricultura familiar, que sustenta programas de assistência social e programas que envolvem as comunidades de baixa renda.

E o outro foi o do IPHAN. O volume orçamentário já é insignificante e houve um corte de mais de 5 milhões de reais.

Os meus destaques foram com essa preocupação. E todos que somos Relatores Setoriais sabemos que temos pouco dinheiro. Quem tem dinheiro, quem é rico é o Deputado Leão; nós, não! *(Risos.)*

Então, faço um apelo para que haja esse olhar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Como é destaque, somente a autora pode discutir.

Então, eu vou colocar em votação em globo os destaques com voto do Relator pela rejeição.

Submeto-os à votação na representação Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Com voto contrário da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do Deputado Bohn Gass, do Deputado Jorge Solla, do Deputado Nelson Pellegrino e do Deputado José Airton Cirilo, os destaques foram rejeitados.

Não serão, então, apreciados na representação do Senado Federal.

Declaro prejudicados os destaques.

E declaro aprovado o parecer preliminar.

Cumprimento o prezado amigo Relator Cacá Leão.

Há sobre a mesa requerimento de inclusão na pauta dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 27, 30 e 35, de 2017.

De acordo com o art. 214, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento não vai à apreciação do Plenário.

Por isso, defiro o presente requerimento.

Pela ordem, tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Há necessidade de votação dos PLNs, porque, provavelmente, não teremos outra sessão do Congresso. Não votar hoje seria condenar a Comissão a não cumprir a sua função. Por isso, embora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

devêssemos estar todos no plenário, estamos votando essa matéria, para cumprir o que é função desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Eu também gostaria de fazer um apelo para deliberarmos sobre esses PLNs, uma vez que eu sou Relatora do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 35, de 2017, e nós temos urgência na deliberação, em razão de as estruturas públicas precisarem dar andamento a partir da aprovação na nossa Comissão e depois no Plenário do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu pediria a inclusão também do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 34, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos deixar o PLN 34 para o final, para ver se, no final, nós conseguimos incluí-lo.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, por favor. Até o meio-dia de hoje havia a possibilidade de nós apresentarmos emendas. Eu não pude apreciar, ver, inclusive, o conjunto das emendas, os relatórios que nos vieram. Não é possível! Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos dar continuidade à nossa reunião apreciando os requerimentos dos PLNs aprovados e, ao final, nós voltaremos a discutir sobre a possibilidade da inclusão do PLN 34 para aprovação ou para deliberação.

Vamos, então, à apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27, de 2017, da Presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 76.742.366,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. O Relator é o meu querido amigo Senador Pedro Chaves. O voto é pela aprovação do projeto de lei.

Concedo a palavra ao eminente Senador Pedro Chaves para apresentar o seu relatório. V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo à leitura do relatório.

"I. Relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por intermédio da Mensagem nº 392, de 2017-CN, o Excelentíssimo Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 27, de 2017-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$76.342.363,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Segundo Exposição de Motivos nº 226, de 9 de outubro de 2017, do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o crédito proposto possibilitará aos órgãos envolvidos o atendimento de despesas com construção, reforma e adaptação de edifícios, despesas com auxílio-moradia de seus agentes, despesas com assistência jurídica a pessoas carentes e despesas com o funcionamento de suas unidades."

Vou me permitir ir diretamente ao voto, Sr. Presidente.

"II. Voto do Relator

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante da Lei Orçamentária em vigor (Lei n° 13.414, de 10 de janeiro de 2017) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 44 da Lei n° 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO/17).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 27/17-CN, na forma proposta pelo Executivo."

O Senador Pedro Chaves é o Relator.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está em discussão o relatório do Projeto de Lei nº 27, de 2017. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto está aprovado. A matéria vai ao Congresso Nacional.

Parabenizo e cumprimento o Senador Pedro Chaves.

O SR. SENADOR PEDRO CHAVES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Peço ao Senador Pedro Chaves que permaneça aqui, porque nós precisamos de uma representação de pelo menos dois Senadores.

Está aqui o nosso ilustre... Há votação nominal lá, Excelência?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, está bom.

Vou submeter à deliberação deste Plenário o Projeto de Lei nº 30, de 2017, da Presidência da República, que abre crédito ao Orçamento de Investimentos para 2017, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor de R$666.143.078,00 e reduz o Orçamento de Investimentos de diversas empresas estatais no valor de R$179.062.342,00, para os fins que especifica.

O Relator é o Deputado Veneziano Vital do Rêgo.

O voto é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Executivo.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro, como Relatora *ad hoc*, para apresentar o parecer ao Projeto de Lei nº 30, de 2017.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Deputado Veneziano, que estava aqui até 5 minutos atrás, foi chamado ao gabinete em virtude da presença de Srs. Prefeitos de seu Estado. Por isso pediu-me que lesse o seu voto.

"Parecer ao PLN 30/17, da Presidência da República, que abre ao Orçamento de Investimento para 2017, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor de R$666.143.078,00, e reduz o orçamento de investimento de diversas empresas estatais no valor de R$179.062.342,00, para os fins que especfica."

Passo à leitura do voto.

"III. Voto do Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O projeto em exame é compatível com o Plano Plurianual em vigor, aprovado pela Lei nº 13.249, de 2016.

Quanto à conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, em vigor, as modificações da programação apresentadas neste crédito não contrariam as vedações expressas nessa lei.

Verifica-se também que a proposição não fere quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000, e que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Diante do que aqui foi relatado, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 30, de 2017, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo."

Assina o Deputado Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o projeto de lei. A matéria vai ao Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pois não.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, veja bem: há um questionamento aqui em relação ao PLN 34. Parece-me que até agora o texto não chegou ao plenário da Comissão, para que nós possamos, na verdade, refletir sobre ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há um questionamento do Deputado Jovair em relação a alguns cancelamentos.

Eu queria saber se vamos votar ou não esse PLN 34. Por mim, já que o Deputado Cajado solicitou que eu fosse Relator *ad hoc*, eu não faço questão de relatar. Mas colegas do PT estão dizendo que não houve tempo, na verdade, de ler o relatório do Deputado Nilton Capixaba, para poder apresentar alguma emenda ou coisa parecida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, esse PLN suscitou uma série de alterações, porque houve supressão de dotações orçamentárias de diversos Estados da Federação. Evidentemente, com a redução e a supressão dessas dotações, houve um conflito de interesses, razão pela qual o Deputado Nilton Capixaba, na sua essência democrática de procurar encontrar um caminho que pudesse ferir o mínimo possível os interesses dos Parlamentares envolvidos na supressão de dotação orçamentária, inclusive os Deputados de Santa Catarina. Mas ficou um impasse, a ponto de o Governo mesmo refazer o próprio projeto de lei, se eu não me engano, por duas ou três vezes.

Mas, na verdade, esses projetos de dotação orçamentária, de suplementação e de supressão, são meramente... Quando há supressão, essa dotação não vai mais ser utilizada no exercício vigente, embora haja matéria, e o Deputado Bohn Gass alerta para essa questão com muita propriedade. Embora exista esse alerta, de outro lado já existe a disposição do Governo, em função do exercício findo, de considerar que essas dotações não são mais necessárias para o término do exercício. Portanto, faz-se a suplementação para outras áreas dentro das mesmas características das dotações, para que os Ministérios sejam providos com a devida dotação orçamentária para o encerramento do exercício. Foi isso que aconteceu.

Evidentemente, como Presidente da Casa, eu ficaria satisfeito em não ficar com apenas esse PLN pendente. No entanto, eu me curvo à soberania desta Comissão, que terá autonomia para decidir quanto à inclusão ou não do PLN 34 na pauta. Mas antes do PLN 34, eu queria submeter à discussão e à votação o PLN 35, cuja inclusão já foi aprovada.

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 35, de 2017, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Cidadania, dos Transportes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portos e Aviação Civil, e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R$ 1.262.833.380,00 para os fins que específica.

A Relatora é a Deputada Carmen Zanotto. O voto é pela aprovação do projeto.

Tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto para apresentar o seu relatório.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, depois eu pedirei a palavra pela ordem.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Como o relatório já ficou disponível desde a última segunda-feira, eu peço permissão para ler apenas a parte final dele, que trata das emendas e do voto do Relator.

"Ao PLN foram apresentadas 15 emendas no prazo regimental.

Preliminarmente à análise do mérito, foram identificadas infrações a dispositivos legais aplicáveis à matéria na Emenda nº 00002, por não apresentar compensação para a recomposição proposta, conforme o art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964; na Emenda n° 00006, por incompatibilidade de fontes entre a recomposição e o cancelamento proposto; e nas Emendas nºs 00003 e 00010, por tratarem de acréscimo em dotação já constante do Orçamento, em desacordo com o disposto no art. 41 da Lei n° 4.320, de 1964, bem como em relação ao art. 109, inciso III, alínea "b", da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Dessa forma, tais emendas não foram analisadas quanto ao mérito.

Voto da Relatora.

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto ao mérito do projeto, entendemos que a alteração proposta contribui para o alcance dos objetivos traçados no Plano Plurianual 2016-2019 e para o ajuste da programação dentro da boa técnica orçamentária.

Em relação às emendas, foram analisadas, quanto ao mérito, as Emendas 00001, 00004, 00005, 000007, 00008, 00009, 00011, 00012, 00013, 00014 e 00015.

Em vista do mérito das propostas de alteração, em favor do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, optamos pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 00001 e 00005, no valor de R$ 1.500.000,00, e das Emendas nºs. 00004 e 00009, no valor de R$ 1.5000.000,00 cada uma, e da Emenda nº 00013, no valor de R$ 2.668.000,00, totalizando acréscimo de R$ 7.268.000,00, no âmbito do DNIT. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

favor do Ministério da Justiça e Cidadania, optamos pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 00012 e 00015, no valor de R$ 2.000.000,00 cada uma, e pelo acolhimento também parcial da Emenda nº 00014, no valor de R$ 4.000.000,00, totalizando acréscimo de R$ 8.000.000,00, no âmbito do FUNPEN.

Propomos também o acolhimento da proposta de modificação encaminhada pelo Poder Executivo, passando o valor do acréscimo para o total de R$ 1.294.333.380,00.

Conforme exposto, indicamos pela inadmissibilidade as Emendas nºs 00002, 00003, 00006 e 00010.

Assim sendo, somos pela aprovação do PLN nº 35, de 2017, do Congresso Nacional, na forma do Substitutivo ora apresentado, com aprovação parcial das Emendas nºs 00001, 00004, 00005, 00009, 00012, 00013, 00014 e 00015, e pela rejeição, no mérito, das Emendas nºs 00007, 00008 e 00011."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu preciso, tendo em vista a demanda que eu recebi do Ministério da Justiça antes da leitura deste relatório, fazer uma errata, compreendendo que o texto todo deste PLN supera a divergência que ocorreu no acolhimento de três emendas ao FUNPEN: Emendas nºs 00012, 000014 e 000015, que foram acolhidas parcialmente.

Segundo a equipe técnica do Ministério da Justiça, contrariando um pouco a nossa vontade — na verdade, contrariando muito, porque a nossa vontade era acolher essas emendas —, a Medida Provisória nº 781 não permite a liberação de recursos do FUNPEN para políticas socioeducativas. Com isso, mesmo considerando o apelo da Ministra Cármen Lúcia, eu — que tanto conheço o sistema carcerário brasileiro, as prisões brasileiras, assim como as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em conflito com a lei — acolhi a demanda do Ministério da Justiça para a rejeição das Emendas nºs 00012, 00014 e 00015. O Ministério não iria aplicar esses recursos, por não lhe ser permitido, conforme nós deliberamos nesta Casa através da Medida Provisória nº 781. Lembro que nós precisamos, além de resolver o sistema carcerário para adultos, resolver a questão das crianças e adolescentes em conflito com a lei, e fiz um apelo ao Ministério da Justiça nesse sentido.

Portanto, peço permissão aos nobres pares para ler a errata que apresento:

"Errata ao relatório apresentado ao PLN nº 35, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em virtude de informações recebidas por parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre a impossibilidade de execução das obras previstas nas Emendas nºs 00012, 00014 e 00015, e também em função da observação de erro material na grafia do Município objeto da Emenda nº 00001, apresentamos esta errata a fim de corrigir os termos do relatório apresentado conforme segue.

Item 1: alteração de voto às Emendas nºs 00012, 00014 e 00015, de 'aprovação parcial' para 'rejeição'.

Item 2: na programação do DNIT Transporte Terrestre, onde se lê 'Macajaí, no Estado de Roraima', leia-se 'Mucajaí, no Estado de Roraima'.

Sala das Comissões.

Deputada Carmen Zanotto, Relatora."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A matéria continua em discussão.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, nobre Relatora, colegas Deputados e Senadores, tenho duas observações e algumas sugestões.

A primeira: na justificativa do Governo há um detalhe importante, e nossa assessoria estava muito atenta a esse aspecto. Eu peço antecipadamente que a própria Comissão nos auxilie a fazer essa correção, para depois levá-la ao Congresso Nacional. No item 13 das justificativas do Governo, é dito o seguinte: *"Cabe mencionar que a proposição em tela envolve, concomitante, modificação de fontes de recursos constantes da Lei nº 13.414, de 2017, mediante a redução de recursos de diversas fontes (...)."* O Governo, para ter esse recurso, está anulando várias dotações orçamentárias. Mas o Governo está dizendo o seguinte: *" (...) e a incorporação de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016 (...)."*

Se o Governo faz essa observação da origem de recursos para esse remanejamento da incorporação de superávit financeiro apurado, ele precisaria — e foi para isso que a assessoria técnica nos chamou a atenção —, no corpo da apresentação da proposta, colocar *"de dotações orçamentárias anuladas",* que são usadas. E, na justificativa, o Governo coloca *"da incorporação do substrato financeiro".* Então, deveria constar isso, por uma questão de transparência, que é necessária para todos nós e para esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa é a primeira observação, e já tenho uma sugestão concreta: que essa redação seja aprovada, para que, na sessão do Congresso, a incorporação da citação da origem do dinheiro já esteja feita, porque nós achamos necessário que deva constar.

A assessoria está me chamando a atenção, porque a própria LDO também estabelece como obrigação essa citação do anexo de informações.

O segundo aspecto é que, frente à lei que está sendo citada e que está em vigor, que é a Lei nº 9.478, que versa sobre os recursos dos *royalties* que estão disponíveis para o uso da Marinha, a Marinha vai usar 15%. É exatamente esse o valor. Eu tenho conversado com a assessoria da Marinha, que nos visitou, e ela tem que ter seus projetos de desenvolvimento. Eu estou de acordo com isso. Agora, eles estão usando 15% desse valor dos *royalties.* A nossa dúvida é: onde estão sendo usados os demais recursos, os demais 85%, tanto para Municípios, Distrito Federal, Ciência e Tecnologia e Fundo Social?

Nesse sentido, acho que nós da Comissão deveríamos redigir um ofício — não sei para quem, se para o Planejamento ou para outro órgão —, para que solicitar todo o detalhamento das informações sobre a aplicação e o uso desses recursos. Talvez a própria Comissão possa solicitar essas informações, para que possamos trabalhar esse assunto. Parte dos recursos dos *royalties* está sendo usada para reforçar a participação da União no capital da Empresa Gerencial de Projetos Navais — EMGEPRON.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É o novo Sistema S agora?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não é Sistema S, o Senador Ataídes Oliveira não está aqui. *(Risos.)*

Aqui se trata de recursos de capital da União na EMGEPRON, que vai ter participação de tecnologia externa no País e vai participar da construção desses navios para a Marinha do Brasil.

É uma questão de transparência. Quero participar com essas duas sugestões a esse projeto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Deputado Bohn Gass, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, com relação à fonte, acho que nada nos impede de encaminhar um pedido de informações ao Executivo sobre os *royalties*. Acho que poderíamos deliberar para encaminhar esse pedido de informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com relação aos recursos, nós estamos tratando aqui de cancelamentos e de tronca de fontes. Então, eu acho que a pauta do superávit fica contemplada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa.

Atendendo a sugestão ou solicitação do Deputado Bohn Gass, solicito à nossa assessoria que expeça ofício solicitando informações acerca da destinação dos recursos, como S.Exa. solicitou. E tão logo elas cheguem, nós as distribuiremos aos membros desta Comissão.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Para precisar bem, no caso de superávit, a LDO obriga que todas essas informações venham no anexo de metas. Então, sugiro que façamos o requerimento para que isso nos seja enviado.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Isso, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Acho que estamos de acordo.

Tem a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, já que a Bahia hoje está predominando aqui — os Deputados Cacá Leão e Claudio Cajado também estão presentes —, eu quero informar que o Deputado João Bacelar tem um destaque em relação a esse PLN. Ele me ligou há pouco, dizendo que está chegando aqui. Eu quero ponderar a V.Exa. que espere um pouquinho para que ele possa fazer a defesa do destaque. Já foi dada entrada ao destaque, ele foi acolhido. S.Exa. quer fazer um *upgrade*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Wellington Roberto, o destaque chegou?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Não, o *upgrade* ainda não.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Presidente, eu gostaria de ter acolhido todas as emendas na integralidade, como foram apresentadas, mas é impossível. Nós iríamos desconfigurar o próprio PLN e comprometer as estruturas que já estavam sendo asseguradas por esse PLN. Por isso, nós as acolhemos parcialmente, garantindo, com isso, o início do processo, que comumente chamamos de abertura da janela para executar a ação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Peço a V.Exa., Deputado Wellington Roberto, que tenha compreensão.

Está encerrada a discussão do PLN nº 35.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Submeto o projeto à votação, com a errata, na representação da Câmara dos Deputados, ressalvado um destaque.

O Deputado Wellington Roberto retirou o destaque ou não?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, eu não o apresentei. O destaque é do Deputado João Carlos Bacelar, acatado parcialmente pela nobre Deputada.

S.Exa. queria um *upgrade*. Como o destaque do *upgrade* não chegou até o presente momento, vamos acatá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Como o Deputado não está presente, fica prejudicado o destaque.

Antes de submeter à votação o projeto com a errata, cumprimento a Relatora, a Deputada Carmen Zanotto.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto foi aprovado. A matéria será encaminhada ao Congresso Nacional.

Vamos ao outro requerimento.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Ficou registrado que há a concordância de se fazer o requerimento, conforme as exigências da LDO, e que as informações do anexo venham para nós com toda a transparência de que isso está incorporado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeitamente.

Eu próprio já fiz essa solicitação à nossa assessoria. Tão logo as informações cheguem, evidentemente terão preferência.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, apenas para informar que o nobre Deputado Maia Filho chegou para relatar os PLNs 31 e 32.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, V.Exa. poderia consultar o Plenário em relação ao *(ininteligível),* se há acordo ou não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou fazê-lo.

Encontra-se sobre a mesa requerimento para inclusão na pauta dos PLNs 31, 32 e 34.

De acordo com o art. 214, parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento não vai à apreciação do Plenário. Por isso, defiro o presente requerimento.

Vou submeter à discussão o relatório...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. pode esperar eu concluir?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas a maioria o incluiu.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - A maioria de onde?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O art. 214 permite que eu o inclua na pauta. Eu fiz o deferimento e por isso gostaria de limpar a pauta, uma vez que o relatório está concluído. Então, não há por que nós não apreciarmos essa matéria neste momento, a não ser por uma intransigência relativamente inconsequente, vamos dizer assim, da Oposição.

Mas eu ouço novamente o Deputado Bohn Gass com muito prazer.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, primeiro, gostaria até que essa fala de que “por uma intransigência”...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, retiro o termo “intransigência”, pois nunca houve intransigência entre nós dois.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado.

Veja bem, Presidente: eu não li, eu não li o relatório. Eu não conheço o relatório. Aqui vale uma questão como Parlamentar — este é um princípio que tenho: eu não posso votar algo que ainda não chegou às minhas mãos. Como é que nós vamos... Se hoje o Governo está mandando alterações e modificações a toda hora, é porque esta Comissão não se impõe respeito. Esta é a questão. Quando nós vamos votar, o Governo faz modificação. Aí, se um Senador não gostou, vai ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Governo, e o Governo faz uma modificação. Se o Deputado não gostou, há uma modificação. Esta Comissão não se respeita se nós atendermos isso.

Então, Presidente, eu quero apelar, não quero usar outras argumentações, eu quero apelar. Em respeito à nossa Comissão, eu não posso votar porque eu não conheci o relatório, ele não circulou entre nós. Dessa forma, eu não posso votar o que não circulou. Eu quero o relatório em mãos. Se ele não está aqui, não temos como levar adiante esta votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, eu faço um apelo a V.Exa.: vamos votar os PLNs 31 e 32 enquanto o relatório é disponibilizado. Nós vamos apresentar o relatório e as emendas à bancada do PT, ao Líder Bohn Gass, e S.Exa. vai analisá-los. Enquanto isso, vamos votar os PLNs 31 e 32.

E eu pediria a V.Exa. que designasse o Deputado Wellington Roberto para relatá-lo, já que o Deputado Mainha vai à posse do novo Ministro das Cidades, o Deputado Alexandre Baldy. S.Exa. gostaria que o Deputado Wellington Roberto fizesse...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Vejam o prestígio de Baldy! O Relator da Comissão de Orçamento saiu para ir à posse de Baldy!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Cedendo, vamos dizer assim, às argumentações preliminares do Deputado Bohn Gass, deixo sobrestado o PLN 34 e passo para o 31, do qual o Deputado Wellington Roberto será o Relator.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Vamos lá!

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 31, de 2017, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento de Investimento para 2017 crédito suplementar no valor de R$8.480.320,00, em favor de diversas empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$15.278.975.941,00 para os fins que se especifica.

Relator: Deputado Maia Filho.

Vou me ater ao voto, Sr. Presidente.

Voto do Relator.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular, no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO/17 e do PPA 2016/2019 e sua conformidade com a LOA/17.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comunicamos ao Presidente da Comissão a inadmissibilidade das seguintes emendas:

a - Emenda nº 0001 por contrariar a alínea "c" do inciso III do art. 109, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, ao propor anulação de dotação orçamentária constante do anexo de cancelamento, sem indicar como compensação a programação a ser cancelada no correspondente anexo de suplementação.

b - Emenda nº 0004, por contrariar o inciso I do art. 109, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, ao contemplar programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito em exame.

Não obstante o mérito e a relevância das proposições e com vista a evitar a descaracterização do crédito proposto, optamos pela rejeição das demais emendas apresentadas, a saber: Emendas nºs 00002, 00003, 00005.

Diante do exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 31, de 2017, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Executivo.

O Deputado Maia Filho é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Wellington Roberto.

Está em discussão o relatório.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. pede a palavra para discutir o relatório ou para uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - É sobre o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Presidente.

O que nos orienta é a Resolução nº 1, de 1970, do Congresso Nacional, o Regimento Comum. Na Seção II, diz o art. 134:

> *Art. 134. Os trabalhos da CMO somente serão iniciados com a presença mínima (...).*
>
> *Paragrafo único. No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no caput, o Presidente suspenderá ou*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

encerrará a reunião ex officio, ou por provocação de qualquer Parlamentar.

Então, este Parlamentar faz a provocação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. faz uma provocação fundamentada, mas eu vou ouvir ainda o Deputado José Airton Cirilo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sr. Presidente, além dessa questão de ordem que foi levantada aqui, há uma questão preliminar de que nós precisamos ter conhecimento das matérias que vão entrar na pauta. Os relatórios, muitas vezes, são apresentados em última hora, não temos o conhecimento prévio, o que prejudica o debate, a discussão.

Então, acrescentando-se isso a esta situação que nós estamos vivendo, além de não haver quórum na Casa, eu queria que V.Exa. distribuísse esse relatório, para que nós pudéssemos ter conhecimento das matérias que vão entrar na pauta da próxima reunião. É evidente que não temos mais quórum a esta altura do campeonato.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu estou fazendo um apelo ao Deputado Bohn Gass no intuito de valorizarmos esta Comissão e aproveitarmos a sessão congressual que ocorrerá logo mais.

O Deputado Wellington Roberto já leu o relatório do PLN 31, que diz respeito a instituições financeiras que precisam de reforço para continuar operando e a estatais que precisam de recursos para investimentos.

Portanto, eu queria fazer um apelo ao Deputado Bohn Gass no sentido de que concluíssemos pelo menos os PLNs 31 e 32. A partir daí, nós discutiríamos a questão regimental que S.Exa. levantou, que, efetivamente, se não houver acordo, procede.

Este é o apelo que eu queria fazer ao Deputado Bohn Gass: concluirmos a votação dos PLNs 31 e 32 e aproveitarmos a sessão do Congresso que vai se iniciar em poucos momentos. Se nós não os votarmos, eles vão direto para o Plenário. Já que o PLN 34 criou polêmica, eu pediria a S.Exa., então, que deixasse para levantar esta questão em relação ao 34. O Deputado Wellington Roberto concluiria a leitura do relatório, faríamos a votação e, em seguida, apreciaríamos o PLN 32.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu consulto o Deputado...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Inclusive, Presidente, só para tentar sensibilizar um pouco mais o Deputado Bohn Gass, o PLN 32 diz respeito à Justiça Federal de primeiro grau. É uma suplementação meritória. A Justiça Federal necessita desses recursos para continuar exercendo com galhardia as suas funções.

Então, eu penso que pode haver entendimento tanto em relação ao PLN 31, que diz respeito a algumas estatais, quanto em relação ao PLN 32, que diz respeito à Justiça Federal.

Vamos levantar esta questão, Deputado Bohn Gass, em relação ao PLN 34. Faço este apelo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu, evidentemente, consulto o Deputado Bohn Gass quanto ao aspecto levantado em função do Regimento.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, sobre os apelos, vejo justificativa do ponto de vista de mérito por exemplo. É certo que vão alocar recursos em alguma área importante, mas estão tirando recursos de outra área importante. Eu sei, por exemplo, que se está tirando das áreas de ciência e tecnologia.

Nós acabamos de receber agora isso aqui, entregaram-me agora, agora; então, eu não tenho condições de analisar. O primeiro aspecto é pelo método, o segundo é pelo conteúdo. Com certeza, estão retirando recursos de áreas importantes, até porque nós não votamos nada que esteja aqui no orçamento que não seja importante. Então, estão retirando recursos de algo importante.

Em terceiro lugar, nós estamos aqui para votar um projeto. Eu quero deixar isso bem claro aqui, até porque várias pessoas estão acompanhando, para que elas compreendam bem o nosso processo aqui. Nós viemos para votar um projeto, e eu falei isso no início, que era o parecer preliminar do Relator, para que as nossas comissões setoriais pudessem trabalhar. Seriam os relatórios setoriais.

Houve toda a polêmica em torno do PLN 33. Nós votamos, e, a partir daí, foram incluídos muitos projetos. Quem me garante que o Governo não estará mandando mais um projeto daqui a pouco e que V.Exa. não nos fará um apelo para nós o votarmos?

É bem assim. Daqui a pouco, daqui a 5 minutos, 15 minutos vão dizer: *"Há mais um". (Risos.) "Há mais um, há mais uma mensagem".*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não, não. Eu juro que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu quero dizer o seguinte à Comissão Mista do Orçamento: Senadores e Deputados, valorizem-se! O Governo está brincando conosco. Se ele faz modificações, é porque nós não nos valorizamos.

Então, eu quero pedir a V.Exa., Presidente, em nome desta Comissão, para valorizar esta Comissão, que convoque uma nova reunião na semana que vem. V.Exa. tem arbítrio para fazer isso.

Não é possível termos acordo em relação a um projeto que nós não estudamos, que veio de última hora. Portanto, solicito que o Regimento, neste momento, seja efetivamente respeitado.

E como sou um cidadão de primeira linhagem aqui nesta Comissão, eu sempre preciso me orientar por aqueles que usaram esses Regimentos aqui. Eu sei que o Deputado Cajado sempre foi um bom professor nessa parte. Portanto, reivindico que o parágrafo único do artigo citado anteriormente seja respeitado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Estou bebendo do próprio veneno! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Indago ao Deputado Cajado se deseja fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu quero, Presidente, para insistir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu espero que V.Exa. tenha argumentos suficientes para vencer os do Deputado Bohn Gass, que realmente são fortes e legítimos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu concordo e queria dizer o seguinte: Deputado Bohn Gass, o PLN 32 diz respeito a emendas individuais e a emendas de bancada do Mato Grosso, ou seja, a própria bancada está direcionando os recursos. Portanto, não nos cabe aqui interferir nesse processo. Se eles retiram recursos da ciência e tecnologia e colocam na agricultura, e agora querem tirar da agricultura para colocar em ciência e tecnologia, é uma decisão deles, entendeu? Então, eu penso que nós deixarmos de votá-lo na Comissão para ir direto ao Plenário, sem passar pela votação da nossa Comissão, é ruim.

Nós estamos procedendo à discussão. V.Exa. levantou grandes questões, contribuiu com o debate, elevou em muito o debate. Eu estava calado, querendo me expressar, ouvi inclusive o relatório do Deputado Cacá Leão, mas não teci elogios em relação a ele para tentarmos avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Peço a V.Exa. que dê essa contribuição a mais para votarmos apenas os PLNs 31 e 32. E, tudo bem, deixemos o PLN 34. Já que V.Exa. levantou essa questão, deixemos o PLN 34. Eu não sei. Ele deve ir direto ao Plenário, porque nós não vamos ter mais Comissão, a não ser que o Presidente da Comissão consiga com o Presidente do Senado nova Comissão do Congresso. Tirando esta semana, só teremos mais três.

Então, eu pediria a V.Exa., Deputado Bohn Gass, até porque o relatório do PLN 31 já foi lido, que votássemos o PLN 32, que diz respeito justamente à emenda de bancada do Mato Grosso e a emendas individuais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pela última vez, eu vou também fazer um apelo a V.Exa. Não há concordância? *(Pausa.)*

Então, peço desculpas ao Deputado Wellington Roberto, que fez, *ad hoc* e com muita gentileza, a leitura e a defesa do relatório.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu sou muito generoso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Houve entendimento?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não. Não é um entendimento. Eu só quero fazer uma consulta em relação ao PLN 32, porque aqui temos respeito aos acordos e construções das bancadas de cada Estado. Eu só pergunto à Consultoria se não há nenhum problema em relação a um tema que tire de uma área importante...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Exatamente. Eu não tive condições de ler. Eu tenho que ser transparente aqui. Eu não tive condições de ler. Eu não quero ser surpreendido depois de ter dado de acordo a um projeto que tem prejuízo. Se for vinculado a temas de emendas de bancadas e de Parlamentares, nesse sentido, este especificamente, Deputado Cajado, o PLN 32...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Só o PLN 32?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Só o PLN 32. Nós aceitaremos este, então, que tem a ver com esses aspectos, porque são construções de bancada, são trabalhos coletivos, e os Estado estão esperando. Nesse sentido, se não houver nenhum jabuti, só quero ter essa segurança aqui, nós aceitaremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito. Vamos consultar os nossos assessores para que dirimam essa dúvida que é extremamente oportuna e legítima. Então, sem o PLN 31 e o PLN 34, que já estão decididos; só o PLN 32.

Faço uma proposta a V.Exa., Deputado Bohn Gass: que o nosso ilustre Relator pudesse relatar o PLN 32, enquanto os assessores nos instruem, instruem V.Exa., quanto ao conteúdo deles, se merecem alguma alteração ou não.

Então, se há concordância, submeto à apreciação o relatório, que será lido pelo Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Passo à leitura, Sr. Presidente.

"Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 32, de 2017, do Congresso Nacional, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$10.524.058,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relator: Deputado Maia Filho."

Vou me ater ao voto, Sr. Presidente.

"II. Voto do Relator

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotação já constante na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 44 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO/17).

Em cumprimento ao art. 46 da LDO/17, o Conselho Nacional de Justiça aprovou os créditos em favor da Justiça Federal, conforme parecer de mérito sobre Anteprojeto de Lei nº 0002453-02.2017.2.00.0000, de 26 de setembro de 2017.

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto às emendas apresentadas, a Emenda nº 1 pretende modificar a suplementação para outra obra no âmbito da Justiça Federal. Já as demais Emendas (nºs 2, 3 e 4) pretendem alterar a destinação da dotação de saúde para outras Unidades da Federação. Considerando que o Conselho Nacional de Justiça já examinou e aprovou a solicitação dos créditos propostos para a Justiça Federal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

considerando que o crédito para o Ministério da Saúde decorre de cancelamento de emenda de bancada estadual, recomenda-se a rejeição de todas as emendas apresentadas.

Diante do exposto, votamos pela rejeição das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 32, de 2017, do Congresso Nacional, e pela sua aprovação na forma proposta pelo Poder Executivo."

Esse é o voto do Deputado Maia Filho, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mais uma vez, muito obrigado, Deputado Wellington Roberto.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Também vou submeter à votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há um aviso, apenas um aviso.

(Não identificado) - É aí que mora o perigo!

(Não identificado) - O Governo mandou algum projeto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não, não, não. É a apresentação do relatório do Aviso nº 15, de 2017, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.348, de 2017, do TCU-Plenário, que trata de representação a respeito de possíveis irregularidades relacionadas aos processos licitatórios e à execução de contratos da Usina Termonuclear de Angra 3.

Então, é apenas um aviso, é uma formalidade. Ele consta...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeitamente. Já estava na pauta, e ele tem como Relator o Deputado Jaime Martins.

Na ausência de S.Exa., solicito mais uma vez ao Deputado Wellington Roberto que faça a apresentação do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, é bom relatar que se trata de um aviso para o bem, e não para o mal.

"Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso do Congresso Nacional nº 15, de 2017, (...), que encaminha cópia do Acórdão nº 1.348, de 2017, do TCU-Plenário, que trata de representação a respeito de possíveis irregularidades relacionadas aos processos licitatórios e à execução de contratos da Usina Termonuclear de Angra 3 (...).

Relator: Deputado Jaime Martins."

O voto é no sentido de que se "mantenha o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos contratos (...) vinculados ao Programa de Trabalho 25.752.2033.5E88.0033/16 — Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3, com 1.309 MW (RJ) — no Estado do Rio de Janeiro, Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 — RJ, da Unidade Orçamentária 32.204 ELETROBRAS Termonuclear, com fundamento no art. 117, combinado com o § 4º do art. 121, ambos da Lei nº 13.242, de 2015 (LDO/16)."

Sr. Presidente, esse é o voto do Deputado Jaime Martins.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Wellington Roberto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o à votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto foi aprovado e vai ao Arquivo.

Pensei que se tratava de um Projeto de Lei do Congresso Nacional que ia à sessão do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Curvando-me aos argumentos sempre oportunos e legítimos do Deputado Bohn Gass, não incluo na pauta, então, os PLNs 34 e 31.

Consulto o Plenário se posso suspender esta reunião e convocar outra para amanhã. *(Pausa.)*

Não? Então, está bem.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA OITAVA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Hélio José (PROS/DF), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, e dos Deputados Vicentinho Júnior (PR/TO) e José Carlos Aleluia (DEM/BA). Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; e ainda, Representantes do Tribunal de Contas da União - TCU, para discutir os indícios de irregularidades graves (IGP) apontados pelo TCU, por meio do Acórdão nº 1.659/2017-TCU/Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos Órgãos supracitados, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2018, com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves, por solicitação do Senador Hélio José (PROS/DF), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, desta Comissão, em atendimento ao disposto no *§ 1º, do art. 121 da Lei nº 13.473, de 08/08/2017* (LDO/2018). Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Bilac Pinto, Carlos Henrique Gaguim, Domingos Sávio, Hugo Leal, Jaime Martins e Professora Dorinha Seabra Rezende; **Deputados suplentes:** Beto Rosado, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Josi Nunes, Raimundo Gomes de Matos e Valtenir Pereira; e **- Senador suplente:** Hélio José. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados José Carlos Aleluia, Júlio Cesar, Miguel Lombardi, Valmir Assunção e Vicentinho Júnior. **ABERTURA**: às nove horas e quarenta e três minutos, os trabalhos foram abertos pelo Senador Hélio José (PROS/DF), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional,* que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que seriam ouvidos os representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; e ainda, Representantes do Tribunal de Contas da União - TCU. Em seguida, para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente em exercício comunicou que os palestrantes disporiam, cada um, de 10 minutos, para exporem as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não deveriam ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas. Informou, também, que conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Logo após, foi aberta a lista de inscrição para o debate. Em prosseguimento, o Presidente em exercício convidou para comporem a Mesa o primeiro grupo, composto pelo Sr. Milton Carvalho Gomes, representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e pelo representante do Tribunal de Conta da União, Sr. Fábio Augusto de Amorim, Diretor da Secretaria de Infraestrutura Rodovia Aviação, para prestarem esclarecimentos sobre as seguintes obras: Construção da BR-040/RJ e Ampliação da BR-290/RS. Os palestrantes realizaram a apresentação fazendo uso de projetor de multimídia. O Sr. Fábio Augusto de Amorim indicou as irregularidades encontradas pelo TCU e o Sr. Milton Carvalho Gomes, da ANTT, pronunciou-se sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

as obras. Ás 10 horas, o Deputado Vicentinho Júnior (PR/TO) assumiu a direção dos trabalhos e deu continuidade a apresentação dos representantes do TCU e da ANTT. Em sequência, o Deputado Vicentinho Júnior apresentou questionamentos aos palestrantes, formulados pelo Senador Hélio José. O Deputado Hugo Leal (PSB/RJ) fez indagações e o representante do TCU, Sr. Fábio Augusto de Amorim respondeu aos parlamentares. Às 10h30min, o Senador Hélio José reassumiu a direção dos trabalhos. Foi assegurada réplica ao Deputado Hugo Leal, e os palestrantes prestaram os devidos esclarecimentos ao debatedor. O Senador Hélio José fez a última indagação que foi respondida pelo representante do TCU. Dando seguimento aos trabalhos, o Presidente em exercício finalizou o primeiro grupo e agradeceu a participação dos palestrantes. Foram convidados para comporem a Mesa o segundo grupo, composto pelo Sr. Mário Mondolfo, Diretor-Presidente da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, e pelo representante do Tribunal de Contas União, Sr. Fernando Graeff, Diretor da Secretaria de Infraestrutura Porto Ferrovia; para prestarem esclarecimentos sobre a Obra da Ferrovia Transnordestina. Os palestrantes realizaram a apresentação fazendo uso de projetor de multimídia. O Sr. Fernando Graeff informou sobre as irregularidades apontadas pelo TCU e o Sr. Mário Mondolfo relatou os procedimentos adotados pela VALEC relativos à obra. Após a exposição dos palestrantes, o Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) teceu considerações sobre a obra; o Senador Hélio José fez questionamentos aos representantes do TCU, VALEC e ANTT, e o Deputado Júlio Cesar (PSD/PI) apresentou questionamentos ao representante da VALEC. Em seguida, os palestrantes prestaram os devidos esclarecimentos aos parlamentares. O Presidente em exercício encerrou a apresentação do segundo grupo e agradeceu a participação dos expositores. Foram convidados para compor a Mesa o terceiro grupo, composto pelo Sr. Luiz Antônio Ehret Garcia, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; e pelo Representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Vladimi José Daniel de Assis, Diretor da Secretaria de Infraestrutura Rodovia Aviação, para prestarem esclarecimentos sobre as seguintes obras: Construção da BR-235/BA, e Adequação da Travessia Urbana de Juazeiro/BA, nas BR-235/407/BA no Município de Juazeiro – BA. Os palestrantes realizaram a apresentação fazendo uso de projetor de multimídia. O Sr. Vladimi José Daniel de Assis indicou as irregularidades encontradas pelo TCU e o Sr. Luiz Antônio Ehret Garcia pronunciou-se sobre as providências adotadas pelo DNIT para sanar as irregularidades apontadas nas obras. Em continuidade, fizeram uso da palavra os Deputados Valmir Assunção (PT/BA) e Gonzaga Patriota (PSB/PE), e o Prefeito de Juazeiro, Sr. Paulo Bonfim, que destacaram a importância da obra em Juazeiro/BA. Em sequência, o Presidente em exercício, Senador Hélio José, fez considerações sobre as obras e apresentou questionamentos aos representantes do DNIT e do TCU. Às 12h16min, o Deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA) assumiu a condução dos trabalhos e manifestou-se sobre as obras em análise. Logo após, os representantes do TCU, Sr. Vladimi José Daniel de Assis, e do DNIT, Sr. Luiz Antônio Ehret Garcia, prestaram os últimos esclarecimentos sobre as obras. O Presidente em exercício encerrou a apresentação do terceiro grupo e agradeceu a participação dos convidados. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício, Deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA), agradeceu o comparecimento dos representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; e ainda, dos representantes do Tribunal de Contas da União, bem como dos parlamentares presentes, e encerrou a reunião. Antes porém, comunicou a realização de Reunião de Audiência Pública, no dia 29 de novembro, quarta-feira, às 17 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, para ouvir os representantes do Tribunal de Contas da União, da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás, do Ministério da Integração Nacional e da Eletrobrás Eletronuclear; para discutir os indícios de irregularidades graves (IGP) apontados pelo TCU, por solicitação do Senador Hélio José (PROS/DF), Coordenador do COI. Os trabalhos foram finalizados às doze horas e quarenta e quatro minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Hélio José,** Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, **no exercício da Presidência**.**xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 28.11.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Quero dar um bom-dia a todos e declarar iniciada a 8ª Reunião de Audiência Pública do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, solicitado por mim, o Coordenador, Senador Hélio José.

Conforme a Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, no § 1º do art. 121 que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018, a Comissão Mista do Orçamento poderá realizar audiência pública com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves.

Por esse motivo, esta Comissão convocou esta audiência pública com a finalidade de ouvir representantes dos órgãos gestores e do Tribunal de Contas da União para discutir os indícios de irregularidades graves, IGP, apontados pelo Tribunal de Contas por meio do Acordão nº 1.659, de 2017, do TCU — Plenário, sob a responsabilidade de diversos órgãos e entidades.

Hoje, dia 28 de novembro, ouviremos os seguintes órgãos: Agência Nacional de Transportes Terrestres, cujo representante, o Sr. Milton Carvalho Gomes, eu gostaria de chamar para vir à Mesa; VALEC, cujo representante é o seu Presidente, Sr. Mário Mondolfo; e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, cujo representante é o Diretor de Infraestrutura Rodoviária, Sr. Luiz Antônio Ehret Garcia.

Como está o DNIT? Era para eu estar lá na audiência pública agora, mas tivemos que fazer esta outra audiência pública no mesmo horário. Hoje, quem está lá para discutir é o nosso diretor administrativo. Eu sou titular da Comissão também.

Há um representante do TCU que tratou com cada um dos convidados. O representante do TCU relativos à ANTT é o Sr. Fábio Amorim. O representante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

TCU relativo à VALEC é o Sr. Fernando Graeff. O representante do TCU relativo ao DNIT é o Sr. Vladimi.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que os palestrantes disporão, cada um, de 10 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devem ser paralisadas apesar dos indícios apontados pela Corte de contas.

Segundo o Art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto de exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Temos aqui já presença do nosso nobre Deputado Vicentinho, da nossa nobre Deputada Carmen Zanotto, de Santa Catarina, enfermeira igual à minha esposa. Faço as minhas homenagens às enfermeiras do Brasil.

Passo a palavra, imediatamente, ao representante da ANTT, Dr. Milton Carvalho Gomes. *(Pausa.)*

Pois não, Deputado Vicentinho.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO JÚNIOR - Sr. Presidente, desde o ano passado, quando esta Comissão começou os seus trabalhos, nós vimos acompanhando pontualmente uma das obras que faz parte do rol de obras que têm algum tipo de indício ou de dúvida a serem sanadas.

O BRT de Palmas, do Estado do Tocantins, na última reunião que tivemos com membros do TCU — um dos chefes de engenharia do TCU, salvo engano, é filho de Dianópolis, no meu Estado do Tocantins —, foi apontado como uma das obras em situação mais grave, em relação aos indícios que havia, no rol de obras com indícios no Brasil, rol que tem um número grande de obras.

O BRT de Palmas está na pauta desta sessão ou não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Não. Essa obra é pauta de quinta-feira. Nós teremos três audiências públicas: esta de hoje, outra de amanhã e a outra de quinta-feira. Na pauta de quinta-feira, essa obra será tratada.

Eu quero dizer rapidamente algumas palavras rápidas, antes de passar a palavra para o nobre representante da ANTT, nosso Procurador Federal Milton Carvalho Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mande um abraço para o Jorge Bastos.

Srs. Parlamentares, senhores convidados, em primeiro lugar, quero agradecer a todos a presença e dizer da nossa satisfação e honra de tê-los conosco ajudando-nos na nossa missão de avaliação das obras.

Antes de seguir com as etapas regimentais da audiência, queria dizer umas breves palavras de apresentação. Elas serão realmente muito breves, porque esta audiência e as demais desta semana são verdadeiras maratonas, e precisamos iniciar logo os trabalhos. Essas maratonas são reflexos da importância do trabalho que desenvolvemos aqui na Comissão de Orçamento verificando os indícios de problemas na condução de tantas obras e serviços. É um trabalho difícil e muitas vezes pouco compreendido, muito criticado, mas essencial para o País.

Quando falamos da possibilidade de bloqueio da execução de obras por meio do Orçamento, estamos falando de ação preventiva, para evitar que o prejuízo vire fato consumado; evitar que o País tenha que pagar por aquilo que não é devido e que depois fique anos a fio tentando recuperar essa perda; evitar que um projeto, um problema se transforme em um esqueleto inacabado ou cause um dano ambiental irreparável. Nós só fazemos isso quando comprovamos que esse prejuízo que estamos evitando agora é bem maior do que os enormes custos que tem uma paralisação.

São decisões difíceis, mas o histórico desses trabalhos mostra que muitos prejuízos foram evitados e que muitas mudanças positivas na gestão das obras públicas foram induzidas pelo rigor do Congresso Nacional na avaliação das obras. Nos casos em que o Congresso ou Executivo ignoram esses nossos avisos preventivos, o resultado foi de prejuízos milionários e escândalo de corrupção que ainda abalam a vida política e econômica de nosso País.

Dentro desse quadro, as audiências têm um papel central. É aqui que os principais pontos da fiscalização do TCU são apresentados e debatidos, os argumentos sobre os prejuízos da paralisação são apresentados, e as dúvidas dos Parlamentares são levantadas.

Existem casos em que as audiências chegam até a descobrir fatos novos que a própria fiscalização desconhecia. Por exemplo, no ano passado, nós detectamos em uma audiência que as garantias oferecidas à PETROBRAS pelas empreiteiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para coibir o prejuízo já comprovado não estavam sendo executadas como deveriam.

Nossa pauta hoje é inteiramente voltada aos transportes, o que é natural, porque, na área do Governo, depois do setor de energia, concentramos investimentos de maior valor.

Além dos apontamentos do TCU, como recomendações diretas de paralisação, nós pautamos também os resultados de fiscalização da aplicação dos recursos na Ferrovia Transnordestina em situações que têm um risco semelhante no que diz respeito a prejuízo aos cofres federais.

Nós pedimos aos senhores que apontem as questões principais. Quais são os indícios mais graves? Quais são os indícios que sugerem que estamos diante de prejuízos que podem ser irrecuperáveis? Se esses indícios na visão do gestor não representam irregularidades, quais são as razões para isso? Quais são as razões que existem eventualmente para que, mesmo com irregularidades, a obra continue? São perguntas importantes a serem respondidas aqui hoje.

Nós vamos formular também as próximas perguntas aos participantes sobre cada obra enfatizando as dúvidas e os pontos principais da deliberação no nosso Comitê. Enfim, temos muito esforço diante de nós hoje.

Eu reitero as nossas boas-vindas e os nossos agradecimentos aos representantes dos diversos órgãos governamentais aqui, do TCU e aos Parlamentares.

Vamos, então, dar início aos trabalhos.

Nobres Deputados Carmen e Vicentinho, o representante da ANTT — acho até que ambos, tanto o representante da VALEC quanto o do DNIT, podem concordar também — sugere que comecemos com os 10 minutos do TCU, para que ele aponte os problemas que o TCU verificou no IGP.

Eu, pelo menos, tenho perguntas a fazer. Então quero dar essas sugestões para ganharmos tempo. O TCU faz a fala dele, eu faço as perguntas que tenho, o Deputado Vicentinho faz as dele, a Deputada Carmen faz as dela e mais algum componente do COI que queira fazê-las. Assim o representante do órgão ou da empresa já vai poder estar municiado com as perguntas, com a exposição.

O que você acha, Mondolfo?

O SR. MÁRIO MONDOLFO - Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Então está aceita a sua sugestão.

Vamos passar a palavra ao Dr. Fábio Augusto de Amorim, representante do TCU, que fez todo um levantamento com relação à ANTT e as obras de construção da BR-040, no Rio de Janeiro; às obras de ampliação de capacidade da BR-290, no Rio Grande do Sul, incluindo tanto a VALEC quanto a ANTT, no que diz respeito à aplicação de recursos federais de várias origens na Ferrovia Transnordestina, relativamente aos Acórdãos nº 1.659, de 2017, nº 1.408, de 2017, e nº 67, de 2017, do TCU-Plenário.

Antes que V.Sa. inicie sua fala, eu gostaria de solicitar à Assessoria que verificasse a votação, porque é importante que eu vá votar no nosso representante do DNIT. À hora em que estiver aberta a votação, peço que o Deputado Vicentinho ou que a Deputada Carmen assuma os trabalhos.

V.Sa. tem a palavra por 10 minutos.

O SR. FÁBIO AUGUSTO DE AMORIM - Bom dia, Exmo. Sr. Senador Hélio José. Cumprimento os demais Parlamentares presentes e os membros da Mesa.

Nesta oportunidade, vou apresentar as considerações do Tribunal sobre dois empreendimentos rodoviários conduzidos e administrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres. O primeiro seria a obra de construção da BR-040, também conhecido como a nova subida da Serra, localizado no Município de Petrópolis e de Duque de Caxias. E o segundo empreendimento seriam as obras de ampliação de capacidade da BR-290, no Rio Grande do Sul, também conhecido como Free Way.

Iniciando pela BR-040, vale dizer que o empreendimento está dentro de um contrato de concessão de serviço público. Em que pese a particularidade desse contrato, houve aportes de recursos orçamentários da União para execução desse empreendimento. Por esse motivo, ele foi analisado pelo TCU, dentro do FISCOBRAS, que é o ciclo de fiscalizações do Tribunal.

Em linhas gerais...

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Sr. Fábio, peço desculpas pela interrupção. Seu tempo será reiniciado.

Eu gostaria de pedir ao Deputado Vicentinho que assuma os trabalhos para que eu possa ir à Comissão. O DNIT e o Governo precisam da minha presença lá na Comissão. Depois a palavra será concedida ao representante da VALEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho Júnior) - Podemos continuar.

O SR. FÁBIO AUGUSTO DE AMORIM - Obrigado.

O empreendimento totaliza hoje em torno de 1,4 bilhão de reais. Trata-se da construção de uma nova pista para a subida da Serra de Petrópolis. A pista tem cerca de 20 quilômetros, se não em engano.

A execução física do empreendimento encontra-se em 35% aproximadamente. A obra consta no quadro de bloqueio da Lei Orçamentária deste ano, 2017. Ela foi analisada pelo TCU, desde o ano passado, e o Tribunal indicou a necessidade de bloqueio de recursos, que foi acompanhado pelo Congresso Nacional neste ano.

O benefício estimado decorrente da fiscalização das irregularidades identificadas nesse empreendimento soma, desse 1,4 bilhão, cerca de 400 milhões de reais, o que ressalta a materialidade das irregularidades encontradas. Basicamente, são três os indícios de irregularidades que foram confirmadas pelo Tribunal e que constam como indicação de IGP ainda para este ano, uma vez que as medidas corretivas determinadas pelo TCU, até o momento, não foram cumpridas. Elas estão sendo analisadas ainda.

Eu vou explicar cada uma delas rapidamente com eslaides.

(Segue-se exibição de imagens.)

A primeira irregularidade, a sobreavaliação do valor do reequilíbrio econômico-financeiro no fluxo de caixa marginal, chamou bastante a atenção da equipe de auditoria logo no início dos trabalhos de fiscalização, porque a situação é bastante particular. Há o valor do empreendimento calculado em 1,02 bilhão de reais, ou seja, foi feito o orçamento e aprovado nesse valor, aproximadamente, mas o valor pactuado no termo aditivo entre a Agência e a concessionária foi de 1,4 bilhão de reais. Por que essa diferença entre o valor de um orçamento e o valor que a Agência aceitaria pagar pelo empreendimento, sendo que esse 1,02 bilhão seria, em tese, um orçamento de referência de uma eventual licitação? Essa diferença é o que representa essa irregularidade.

A segunda irregularidade é o sobrepreço no orçamento da obra. Foi analisado o orçamento do empreendimento, de 1,02 bilhão de reais, de acordo com o sistema de referência de custos federais, oportunidade em que encontramos um sobrepreço de 130 milhões, algo em torno de 12% do valor do orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

E a terceira irregularidade identificada pela equipe, com proposta de paralisação, diz respeito ao projeto. O projeto foi considerado pelo Tribunal deficiente; foi intitulado "projeto executivo", mas, como tal, ele apresentava uma série de problemas: não tinha os elementos necessários para a execução da obra; por meio dele não era possível fazer uma avaliação completa do orçamento, faltavam muitas informações; e apontamos também uma deficiência do projeto em relação às normas vigentes da ABNT, principalmente, em relação ao túnel da Serra de Petrópolis. Desde o ano passado, o Tribunal já vinha apontando esses problemas.

Basicamente houve duas deliberações do Tribunal: uma no começo do ano e outra em 9 de agosto. Até o momento, as medidas corretivas indicadas pelo Tribunal para saneamento dessas irregularidades não foram consideradas aceitas. Em agosto o Tribunal opinou pela manutenção da classificação de IGP para essas irregularidades. Na situação atual, nós temos uma manifestação da Agência de outubro deste ano. Está sendo analisado se as medidas corretivas para saneamento das irregularidades foram tomadas ou não. Nossa expectativa é concluir até o final deste ano.

Passemos ao próximo empreendimento, que seriam as obras de ampliação de capacidade da BR-290. Essa é uma fiscalização realizada e concluída neste ano de 2017. Ela foi escolhida justamente pela semelhança com a situação da BR-040: há também um contrato de concessão e por meio de um termo aditivo foi pactuada uma obra, dentro desse contrato de concessão. Por isso o Tribunal determinou que a equipe técnica realizasse essa fiscalização. São situações bastante semelhantes.

Neste caso específico dessa obra, o valor pago pela Agência até o momento é de 241 milhões de reais. A execução física desse empreendimento é de 88%. Em que pese a Agência considerar concluída a obra, existem algumas partes que não foram feitas, por problema de desapropriação. Então, ainda restariam, vamos dizer assim, alguns acessos a serem construídos. O benefício estimado da fiscalização realizada pelo Tribunal é de 90 milhões, que representam uma boa parte dos 241 milhões pagos para esse empreendimento. Este caso específico, consideramos como uma IGP, que seria uma proposta de irregularidade grave com recomendação de paralisação. Por quê? Porque não houve, até o momento, deliberação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ministro-Relator do processo ou do Plenário confirmando esses indícios. Então, trata-se, por enquanto, de uma proposta da unidade técnica.

As duas irregularidades são bastante semelhantes àquelas da BR-040, as duas primeiras. A primeira é um superfaturamento — nós chamamos de superfaturamento porque os valores já foram pagos no cálculo de remuneração das obras —, e a segunda, superfaturamento decorrente de preços excessivos.

Eu vou explicar cada uma delas rapidamente. A situação é bastante semelhante. No caso da BR-290, o orçamento do empreendimento é de algo em torno de 200 milhões de reais, que é um orçamento elaborado segundo critérios do sistema de custos do DNIT, aceito pela União. Em que pese o valor desse empreendimento, os valores pagos pela União por essas obras foram de 241 milhões, tudo com a mesma base de dados.

Como nós já tínhamos experiência no caso da BR-040, nós só fizemos uma reanálise para este caso específico e concluímos também pela existência dos mesmos indícios de irregularidades. Ou seja, como uma obra custa, neste caso específico, 200 milhões de reais, e a Agência aceita pagar por ela 240 milhões de reais. O que explica isso? Então esse achado de auditoria mostra as irregularidades decorrentes dessa diferença. Essa foi também uma obra pactuada por meio de termo aditivo contratual.

O segundo achado de auditoria, especificamente em relação ao orçamento dessa obra, dos 200 milhões de reais que eu apontei, algo em torno de 43 milhões de reais foram indicados como superfaturamento. Encontramos graves problemas também nesse orçamento, algo em torno de 21,5%.

Essa situação é bastante peculiar porque é o gerenciamento de uma obra por uma agência reguladora que, em tese, não teria *expertise* para fazer esse gerenciamento. Não é a prática da ANTT executar esse tipo de obra com recursos públicos. Normalmente as obras são pagas via tarifa pelos usuários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho Júnior) - Dr. Fábio, desculpe-me interrompê-lo. Só primando pela agilidade dos trabalhos, para terminar a sua fala, o senhor precisaria de mais quanto tempo?

O SR. FÁBIO AUGUSTO DE AMORIM - Um minuto no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho Júnior) - Está bom. Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. FÁBIO AUGUSTO DE AMORIM - Obrigado. Então, neste caso específico, não é *expertise* da ANTT, razão pela qual há de se debater sobre a utilização desse tipo de instrumento, ou seja, o pagamento de recursos pela União em contratos de concessão de rodovias.

A obra já está bastante adiantada. Por que nós estamos propondo o bloqueio de recursos? Porque existem algumas notas técnicas dentro da Agência defendendo a necessidade de haver mais pagamentos à concessionária. Então, por esse motivo, nós estamos propondo ao Tribunal, que ainda vai deliberar sobre o assunto, a proposta de paralisação.

Os documentos acerca dessa classificação foram encaminhados pela ANTT em novembro e estão sendo analisados pelo TCU atualmente.

Eu fico à disposição para eventuais dúvidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho Júnior) - Esta Comissão agradece muito pelos trabalhos desenvolvidos no intuito de tirar as dúvidas necessárias, doutor. E digo que o TCU é um órgão importantíssimo para trazer à luz do dia essas discussões a serem feitas sobre as obras de infraestrutura e, acima de tudo, sobre os investimentos públicos do Governo Federal nos quatro cantos do nosso País.

Agora, passo a palavra ao Dr. Milton Carvalho Gomes, representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT, pelo mesmo tempo de 10 minutos mais 1, se preciso for.

O SR. MILTON CARVALHO GOMES - Bom dia a todos.

Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, Sr. Presidente Vicentinho Júnior, componentes da Mesa; colegas aqui do Departamento de Infraestrutura; colega Fábio, do TCU, eu vou tratar dos dois casos de rodovias que o TCU apontou aqui. Coincidentemente, esses dois casos têm algo em comum: são os únicos casos em que, até hoje, houve um aporte de recursos federais em uma obra, em um contrato de concessão de rodovias. Essa particularidade foi muito ressaltada pelo Fábio aqui. E isso trouxe enormes dificuldades para a Agência ao lidar com essas características bem particulares.

Então, nós nos vimos diante de uma situação de desequilíbrio contratual, em um caso, por inclusão de obras não previstas no contrato original e, em outro caso, por uma previsão no contrato original de valores claramente insuficientes, em 1995.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, a Agência debruçou-se sobre isso, buscou soluções para promover o reequilíbrio. E a opção, nesses dois casos, do ente concedente, da União, foi a opção de fazer o reequilíbrio desses contratos por meio de aporte de recursos. Então, esses aportes foram feitos como forma de reequilíbrio desses contratos.

Ao tratar primeiro do caso da CONCEPA, que é a concessionária do Rio Grande do Sul, esse contrato foi encerrado e foi prorrogado, agora, por mais um ano, até que seja concluída a nova licitação. A ANTT considera que essas obras estão concluídas e já disponibilizadas ao público, aos usuários. Então, temos questionado isso no TCU, mas não houve decisão do Tribunal ainda. Mas temos levantado a questão sobre qual é a necessidade de se classificar como IGP uma obra que já está considerada como concluída e aberta ao tráfego. Esse é o primeiro ponto.

Como o Fábio disse, a CONCEPA não foi ainda analisada pelo Tribunal. Então, há apenas uma proposta da Unidade Técnica de classificação como IGP. E esse caso a gente tem discutido na Procuradoria, na AGU, junto com o Tribunal, para saber qual o melhor enquadramento dessa situação.

Em relação à CONCER — Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio, este é o caso mais complexo e, no ano passado, infelizmente, já estava aqui também, foi exposto e discutido. O caso é mais complexo porque a obra esta realmente paralisada, pendente de solução de como vai ser feito esse reequilíbrio, de como vai ser feita a retomada das obras.

No caso da CONCER, o TCU apontou três irregularidades: na avaliação do valor do reequilíbrio; no sobrepreço no orçamento da obra e nos projetos básicos executivos, desatualizados e deficientes.

O TCU apontou muitas dificuldades em analisar os projetos executivos e os orçamentos apresentados, que foram aprovados pela Agência em 2011 e que estavam em execução lá na obra. Solicitou, então, que a Agência refizesse esses projetos junto com a concessionária e apresentasse novos orçamentos, mais detalhados, que permitissem a adequação desses valores ao efetivo projeto que seria executado.

Este ano foi de muito esforço da Agência na obtenção desses projetos novos, detalhados, com os orçamentos. E, felizmente, a Agência protocolou isso junto ao TCU, em outubro deste ano, e estamos aguardando a análise do Tribunal, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

expectativa de que o IGP seja retirado e a gente possa tomar providências, junto com a União e com o Ministério, para a retomada dessas obras de alguma forma.

Então, consideramos que esse IGP já está numa situação bem avançada de atendimento do que o TCU exigiu. E, agora, a discussão é lá, internamente, no Tribunal, sobre o que falta ainda em sua análise, o que vão precisar para retirar essa classificação.

São esses os pontos que eu queria colocar aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho Júnior) - Agradecemos ao senhor, Dr. Milton.

Agora, vou passar às perguntas que o nosso Presidente, Senador Hélio José, deixou encaminhadas.

Antes, porém, quero fazer justiça a estes três órgãos que participam desta audiência pública. A ANTT é uma agência importantíssima na regulamentação do transporte nacional. O nosso DNIT, na pessoa do Dr. Luiz Antônio, a quem o Estado do Tocantins, que me enviou a esta Câmara Federal, é muito grato porque foi ele, na atual gestão do Dr. Valter Casimiro, do Dr. Luiz Antônio, que, com muito carinho e responsabilidade, retomaram obras importantíssimas não apenas para o Estado do Tocantins, mas para o País.

Houve o caso da BR 242, uma obra que faz o transbordo leste-oeste do País, que sai da Bahia e passa no nosso Estado do Tocantins, adentrando o Estado de Mato Grosso, de sua pessoa. A obra estava paralisada há 11 anos em Tocantins. Depois da espera de todas as questões técnicas, das questões orçamentárias e financeiras, nós, como bancada federal do Estado, reiniciamos uma obra tão importante.

Aqui também faço menção à Ponte de Xambioá, que é outra obra importantíssima, de ligação do Estado de Tocantins ao Pará, onde o nosso Presidente Michel Temer esteve dias atrás, com todas as bancadas do Pará, do Estado do Tocantins, com o Ministro da Integração, Helder Barbalho, com o Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Também se deu início a essa importante obra.

Então, quero deixar aqui claro que o DNIT é um órgão que respeita todas as orientações do TCU e que, depois de superadas, faz com que o País ande em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Digo isso como Estado do Tocantins, Dr. Luiz. Pode levar esses agradecimentos a toda equipe técnica, ao quadro técnico, aos concursados, às regionais. Aqui vejo o Dr. Amauri, que hoje está na Bahia, emprestado pelo Estado do Tocantins, porque por lá já passou e fez, em meu Estado também, um belíssimo trabalho.

Parabéns! Tenho certeza de que, na Bahia, faz o mesmo trabalho.

Menciono também a VALEC. Aqui ao lado está o Dr. Mário Mondolfo. Para a VALEC, há alguns questionamentos feitos outrora aqui pelo TCU, mas também tem sua importância no País. Levar aos olhos do cidadão brasileiro uma Ferrovia Norte-Sul, que hoje é uma realidade, implantada no eixo central do País, Dr. Mário, só a VALEC, com sua bravura e seu comprometimento com as causas sociais. Assim, deu conta de fazer e viabilizar uma importante obra, que é essa ferrovia. Também, com a nossa bancada da Bahia e do Estado do Tocantins, haverá a FIOL — Ferrovia de Integração Oeste-Leste, quando estiver, também como a Norte-Sul, implementada no nosso País.

Como disse agora há pouco em questão de ordem, em outros momentos, participamos aqui de outras audiências e vimos acórdãos do TCU no intuito de pedir a paralisação daquela obra, para que se traga à luz do dia todos os questionamentos feitos. Acórdãos foram feitos para que se respeitem o tempo, o prazo e o rito processual exigidos em uma licitação e quanto às etapas a serem superadas, Deputado Bilac, antes mesmo da licitação. Uma obra é questionada de todos os meios possíveis, técnicos, sociais, financeiros, orçamentários, por todos os envolvidos, menos pela Prefeitura da Capital Palmas, no meu Estado de Tocantins.

Aqui, eu vejo duas realidades. O TCU orienta na questão da Transnordestina, mas a VALEC nada mais é do que uma acionista dessa importante obra. Contudo, respeitando um acórdão, uma orientação do TCU para que essa obra seja paralisada até que se traga à luz do dia a questão de não se fazer os aportes financeiros, a VALEC interrompe a obra, aguarda, vai no intuito de trabalhar no sentido de solucionar todos os questionamentos para, logo depois, com a permissão e autorização do TCU, retomar as obras.

Eu vejo, na minha Capital Palmas, a Prefeitura, que, por meio de seu Prefeito, do seu Secretariado, tentam diminuir o trabalho, as orientações do TCU, do Ministério Público, discutindo como se isso fosse meramente algo político e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

técnico, teimando tocar à frente uma obra do BRT de Palmas, que, desde os impactados socialmente, que são as famílias que estão ao eixo dessa obra, aos órgãos que assim orientam — já há, inclusive, a Operação Nosotros da Polícia Federal, que discute a viabilidade, como foi feita toda essa questão. Eu vejo a Prefeitura de Palmas, infelizmente, teimando, em vez de respeitar as orientações de órgão importantíssimo como o TCU.

Então, peço aqui, mais uma vez, que o TCU olhe mais pontualmente a questão da obra do BRT de Palmas. O que vejo aqui, por meio dos órgãos envolvidos nesta audiência, não vejo em Palmas, Tocantins, ser feito, no quesito de respeito às orientações dadas e às determinações feitas pelo TCU naquela obra.

Assim, eu queria pedir ao senhor, aos nossos colegas técnicos da área, que não trazem questões políticas, porque não estão aqui para isso — como lá é colocado pela atual gestão. Mas que se olhe com bastante carinho e respeito a questão do Erário público.

Então, vou aqui às perguntas do nosso Senador Hélio José, Presidente desta audiência pública. S.Exa. faz a primeira pergunta ao nosso TCU: que tipo de reflexo poderia ter sobre os pagamentos contratuais que nós estamos examinando agora? As determinações do recente Acórdão nº 738/2017, que tratam exatamente da BR 040, tornaram ilegal tanto a prorrogação do contrato de concessão, no trecho pelo Termo Aditivo nº 12, quanto a inclusão posterior, pelo Termo Aditivo nº 14 dessas obras, sem previsão no PPA — Plano Plurianual, sem as exigências do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal e sem a comprovação da vantagem econômica para a administração, em comparação com a nova licitação.

Faz algum sentido prosseguir executando e pagando essas obras, quando o contrato está em uma situação de incerteza jurídica tão grande? Essa é a primeira pergunta.

Se o Dr. Fábio já quiser responder, para depois eu passar à segunda, que é para a ANTT, fique à vontade!

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, Deputado Vicentinho Júnior, bom dia, tudo bem com o senhor? Como vai V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho Júnior) - O Senhor está no céu.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Na mesma linha, quero aproveitar as presenças e complementar a pergunta do Senador Hélio José, Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Comissão. Agradeço a presença do Dr. Fábio Amorim; dos representantes da ANTT; da VALEC e do DNIT.

Eu fui autor de algumas representações no Tribunal de Contas da União relativas a esse projeto, a essa questão da BR040, tanto com relação à concessão quanto com relação à questão dessa obra.

O estágio atual em que se encontra... Inclusive, recentemente, há duas semanas, essa rodovia sofreu um afundamento, em decorrência, como já comprovado, de um túnel que estava sendo construído, e a obra foi abandonada durante um ano. Obviamente, houve o afundamento numa região de moradias. E nós estamos numa situação das piores possíveis. Ou seja, o pedágio está sendo cobrado, a obra da subida da Serra, que já havia sido iniciada, está parada, e nós temos prazo de concessão a vencer em 2021.

Então, para aproveitar a linha de raciocínio do Senador Hélio José, pergunto ao representante do TCU, Dr. Fábio Amorim, se hoje, no atual estágio, parece-me, com o Ministro Walton, houve apresentação de novo projeto por parte da concessionária, que foi avaliado pela ANTT, e está sendo também avaliado pelo Tribunal de Contas da União.

Qual seria a perspectiva, uma vez que nós estamos aqui com uma obra com grave irregularidade? Em princípio, não poderia aportar recursos públicos. Qual seria a perspectiva da retomada dessa obra, com a perspectiva também da concessão? Quer dizer, a concessão se encerra em 2021. O que estaria hoje em gestação, interiormente no Tribunal de Contas da União, para gerar essa perspectiva da retomada da obra e também da discussão sobre o processo de concessão? Parece-me que as duas vertentes estão muito ligadas. E, ao não receber recursos públicos, isso causa também um entrave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho Júnior) - Respeitando que reserva só fica na cadeira enquanto o titular não chega, passo aqui e agora a condução dos trabalhos ao Senador Hélio José.

Dr. Fábio, quero deixar aqui bem claro que esta Comissão fica muito à vontade ao receber a pergunta de um Deputado tão presente na discussão da infraestrutura rodoviária no País, que é o Deputado Hugo Leal. Fique à vontade para dar as devidas respostas às duas perguntas do nosso Presidente da audiência pública, Senador Hélio José, e do Deputado Federal Hugo Leal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Passo os trabalhos ao Senador Hélio José.

O SR. FÁBIO AUGUSTO DE AMORIM - Obrigado, Deputado.

Com relação ao mencionado Acórdão nº 738, este é decorrente de um primeiro processo de fiscalização feito pelo Tribunal, na oportunidade em que o Termo Aditivo firmado entre a ANTT e a CONCER foi assinado.

Decorrente desse trabalho de fiscalização, o Acórdão nº 738 apontou a determinação para que a ANTT anulasse uma das cláusulas desse Termo Aditivo, concernente à possibilidade de prorrogação do contrato de concessão, como forma de remunerar a execução das obras lá da subida da Serra, diante das diversas impossibilidades legais antieconômicas, avaliadas pelo Tribunal na oportunidade. Então, houve, sim, essa determinação para que não houvesse prorrogação.

Atualmente, a análise que o Tribunal está fazendo é mais relacionada não à prorrogação, e sim à possibilidade ou à eficiência do mecanismo do pagamento dessas obras com recursos públicos, de acordo com os termos que constam lá nesse Termo Aditivo contratual.

Como procurei ressaltar na minha apresentação, existe uma diferença de certa forma significativa entre o valor do empreendimento orçado e o valor pactuado entre a ANTT e a CONCER para execução dessas obras.

De acordo com os termos que ali estão, não é, do ponto de vista da eficiência dos recursos públicos, a melhor alternativa, na minha opinião, a continuidade daqueles termos ali dispostos.

Existe uma situação bastante problemática, ressaltada pelo Deputado Hugo Leal, que aí entra no meio dessa celeuma, que é o contrato de concessão, e este está próximo do fim.

Então, a remuneração dessa obra via aumento de tarifa fica inviável, porque não há tempo para fazer a amortização. A tarifa já está alta, é a mais alta entre as concessões federais. É inviável o aumento de tarifa.

De certa forma, acredito que a questão aqui da IGP trata de uma particularidade, que é o bloqueio ou não dos recursos orçamentários da LOA do ano que vem. Mas, ao mesmo tempo, é importante o Governo, desde já, iniciar as tratativas ou pensar na forma de dar continuidade a esse empreendimento da melhor maneira possível, dentro das disposições legais. Obviamente que obra paralisada é um problema. Só que a avaliação que o Tribunal fez e que o Congresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nacional fez são que, nos termos que estavam sendo pactuados entre a agência e a CONCER, realmente, o prosseguimento daquela obra naquelas condições é inviável.

Acho que cabe ao Governo as ações para poder destravar essa obra. Diante da situação, concordo com o Deputado Hugo Leal, a situação da concessão não é boa. Além da questão das obras, o Tribunal tem o processo específico que trata do estado de conservação dessa rodovia, de acordo com elementos trazidos pela própria ANTT naquele processo específico muito ruim. Então, é uma questão que merece ser refletida para se encontrar, realmente, a melhor forma de se fazer isso.

Provavelmente, não vai ser iniciativa do Tribunal a indicação da melhor forma de se fazer isso. A decisão disso cabe ao Governo. Porém, logicamente, isso vai ser avaliado de acordo com as regras legais.

Acredito que seja isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Quero cumprimentar todos que eu ainda não havia cumprimentado. Nosso nobre Deputado Raimundo Gomes pediu inscrição, assim como a Deputada Professora Dorinha.

Deixe-me só explicar a vocês: neste momento, estamos fazendo perguntas ao técnico do TCU. Em seguida, vamos fazer perguntas ao representante da ANTT, para concluirmos esta primeira etapa aqui.

Então, o Deputado Raimundo pediu inscrição.

O nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos, do Ceará, está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nobre Senador, é importante esta audiência pública, porque nós presidimos aqui na Casa uma Comissão Externa que acompanha as obras da Transnordestina. Há praticamente 2 anos, nós estamos lutando. Ao meu lado está aqui o Coordenador da bancada do Nordeste, Deputado Júlio Cesar, que vem fazendo o possível para que o Governo Federal dê um rumo àquela obra.

Existem inúmeros acórdãos, descumprimento de acordos feitos com a empresa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Deputado Raimundo, apenas para sua consideração, a Transnordestina vai ser a próxima aqui da VALEC, está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Se V.Exa. quiser passar direto para a ANTT e preservar essa da Transnordestina para a próxima...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Então, eu vou aguardar o da Transnordestina, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Aqui é sobre a ANTT. V.Exas., como eu também, estávamos todos ocupados de manhã cedo, eu estava lá e acabamos de votar para o Diretor do DNIT. Está tudo certo agora lá.

Estamos falando aqui sobre a ANTT: a BR-040, do Rio de Janeiro, e a BR-290, do Rio Grande do Sul. Essas duas obras foram indicadas pelo TCU com indícios de irregularidades, e são as duas obras relativas a este primeiro momento aqui.

Com a palavra a Professora Dorinha Seabra Rezende e, em seguida, ao Deputado Hugo.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia, Senador! Eu queria agradecer a presença de todos! Na verdade, o meu questionamento não é com relação a essas duas obras, era um questionamento em relação ao BRT de Palmas**,** que eu sei que está entre as obras para as quais, nesta semana, parece-me que haverá deliberação do TCU.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Na quinta-feira, Professora.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Então, na verdade, o meu questionamento pode aguardar até esse posicionamento. É uma preocupação em relação a isso, principalmente, e, ao ouvir o final da exposição Dr. Fábio, preocupam as inúmeras obras paralisadas.

E aí eu falo da educação. Inclusive, esta Comissão aprovou um requerimento para tratar das creches inacabadas espalhadas pelo nosso País. Elas não cumprem nenhum papel, elas não atendem a educação nem o recurso público e, muito menos, as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Correto, Professora.

Com a palavra o nosso Deputado Hugo Leal, do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Obrigado, Sr. Presidente. Na mesma linha, eu fiz a pergunta ao Sr. Fábio Amorim, e ele fez as colocações. Eu vou aproveitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para complementá-las trazendo o acórdão que estabeleceu como graves as irregularidades.

Nos itens 230, 231 e 232, o acórdão diz que se entendeu prematuro que a Unidade Técnica sugira a retirada da condição de IGP para esta irregularidade da subida da Serra. Esse entendimento baseia-se no fato de que não houve o ato administrativo com força suficiente para garantir que os valores apresentados na simulação serão efetivamente válidos para o contrato, ou seja, não houve a formalização necessária para assegurar que as condições previstas na simulação serão doravante obrigações contratuais.

E diz também que os itens 9.3.2 e 9.3.3 do referido acórdão não foram cumpridos pela ANTT, tendo em vista que não foi enviado o detalhamento do Projeto Executivo de forma a explicitar a compatibilidade dos quantitativos de serviços, de materiais e de produtividade previstos, nem foi oferecido o contraditório e a ampla defesa ao CONCER quanto às alterações realizadas por meio das décimas e décimas primeiras revisões extraordinárias.

Assim, a Unidade Técnica do Tribunal considerou que as medidas corretivas foram apenas parcialmente atendidas, e o Acórdão nº 1.701, de 2017, manteve a classificação de IGP.

Este pronunciamento foi feito depois de serem complementadas as informações. Foram aplicados os índices de regularidade grave, foram feitas complementações, e essas complementações não foram aceitas e os índices foram mantidos. A minha pergunta é: o que nós precisamos fazer? Qual é o atual estágio em que se encontra essa situação?

Hoje, parece-me, pela informação que obtive de forma ainda indireta, que foram apresentadas informações complementares com relação ao projeto executivo e com relação a esses outros índices das irregularidades. Isso hoje já foi complementado? É viável o próprio Tribunal retirar esta possibilidade de IGP? Essas são as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Essa pergunta é para a ANTT ou para o TCU?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Para ambos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Para ambos. O.k.!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu vou fazer as perguntas que eu tenho para a ANTT, para passarmos às conclusões. Em seguida, passaremos a palavra, quanto à Transnordestina, para a VALEC, que vai discutir o tema. Depois, Deputado Raimundo, será a Transnordestina.

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, está prevista para quinta-feira, às 14h30min, a discussão sobre o BRT/Palmas, com a presença do Ministério dos Transportes, do Ministério das Cidades e Ministério dos Esportes, pois teremos outros assuntos a serem debatidos. Um deles, que será debatido na quinta-feira, é exatamente a obra do BRT/Palmas. Então, repito: será na quinta-feira, às 14h30m, neste mesmo local. Mas, Professora, é importante a participação de V.Exa. aqui no geral, pois estamos vendo o geral do ANTT, da VALEC e do DNIT.

Vamos às perguntas que eu tenho para a ANTT, junto com as perguntas do nosso nobre Deputado Hugo Leal.

Diante do reconhecimento, por parte da própria agência, da pertinência das observações do TCU aqui discutidas e da recusa da concessionária em formalizar as correções do contrato, depois de mais de um ano de negociação, que outras maneiras existem de garantir o Tesouro contra esses prejuízos já reconhecidos, a não ser a continuidade do bloqueio da execução orçamentária para esse contrato? Essa pergunta é destinada à ANTT.

Estas outras duas já são cabíveis de serem feitas, para que possamos ir para a fase de conclusão.

No caso de obras de ampliação de capacidade da BR 290, do Rio Grande do Sul, embora a maior parte do contrato já esteja paga, existem ainda pleitos de correções monetárias e outros que criam a possibilidade eventual de pagamento durante o ano de 2018.

As irregularidades financeiras são iguais as da BR 040, e as de natureza técnica da obra são muito parecidas, agravadas pelo fato de a concessionária recusar-se a fornecer informações para a auditoria, e a ANTT não dispor de muitos dados do projeto, que seriam necessários para ela mesma acompanhar a obra. Pelo que nós entendemos, todas as fases da obra foram autorizadas pela ANTT, antes mesmo de ter aprovado a versão definitiva dos projetos.

Nossos questionamentos aqui à ANTT são de natureza estratégica: qual a razão de usar esse modelo, até mesmo sem entrar na questão gravíssima da fuga à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obrigatoriedade da licitação, levantada no Acórdão nº 738/2017, que já mencionei, pensando apenas na natureza econômica da decisão?

O relatório aponta que o custo direto e indireto da obra foi calculado em 192 milhões de reais, mas a ANTT combinou com a concessionária pagar 233 milhões pela mesma obra, e sem licitação.

Primeira pergunta: Que tipo de raciocínio técnico ou econômico permite defender essa escolha em lugar de licitar a obra em concorrência pública?

Segunda pergunta de natureza estratégica: a concessão da rodovia deveria encerrar-se em junho de 2017. Houve nova licitação ou foi mais uma vez prorrogada a concessão atual? Se foi prorrogada a concessão, foi incluída remuneração à concessionária pelas obras quando do cálculo do equilíbrio do contrato de período adicional?

Então, são essas duas perguntas de caráter estratégico. Eu passo a palavra, primeiro, à ANTT.

Concedo a palavra à ANTT para responder as minhas perguntas e as do nosso nobre Deputado Hugo Leal.

O SR. MILTON CARVALHO GOMES - Eu vou iniciar as respostas pelo questionamento do Deputado Hugo Leal. S.Exa. perguntou sobre o estado atual da situação no TCU e a possibilidade de ser retirada a classificação IGP.

Desde a data desse acórdão, que, se eu não me engano, foi em julho, a ANTT evoluiu, junto com a concessionária, na elaboração de novos projetos. Isto foi protocolado, os projetos e os orçamentos, de acordo com o que foi solicitado pelo TCU, em 23 de outubro último.

A posição da agência é aguardar a análise disso pelo TCU. E, em contato com o próprio Tribunal, fazer os ajustes que forem necessários, acolher as análises. Então, estamos nessa fase final com a expectativa realmente de que seja retirado o IGP.

A posição da agência, nesse caso. A concessão é uma concessão federal, então, o ente concedente aqui é a União. A ANTT tem um papel limitado de administrar essa concessão. Então, instrumentos que estejam fora da gestão do contrato de concessão, como soluções envolvendo outras formas de execução da obra, não estão no âmbito de decisão da agência, envolvem uma decisão da União. E, de acordo com as ferramentas que a gente tem do contrato de concessão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisamos esperar a análise do TCU para retirada de IGP, para avaliar a retomada da obra e de que forma isso vai ser reequilibrado.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, só para complementar a informação, porque foram dados 3 itens que confirmaram a classificação de irregularidade: sobre a avaliação do valor de reequilíbrio econômico-financeiro do fluxo de caixa marginal, com a subestimativa do Imposto de Renda e do CSSL. Esse, tudo bem, é um caso que pode ser feito através de uma equação.

Segundo, a questão dos projetos básicos e executivos desatualizados e deficientes, que estão sendo corrigidos.

Mas tem um caso aqui que é o mais grave: o sobrepreço no orçamento da obra que foi feita. Esse é o ponto crucial para o impacto que nós estamos discutindo.

Eu sou o maior interessado, porque ali é uma região onde tenho atuação permanente, e já faço esse discurso, há muitos anos, com relação a BR 040, que seja retomada a obra, mas com toda a pertinência e possibilidade possível, uma vez que a concessão vai se encerrar em 3 anos.

Tudo isso que V.Sa. colocou, Dr. Milton, eu acompanhei, até a entrega desse documento, dessa atualização da ANTT ao TCU. E vejo que podem ser superados pelo menos dois desses indícios de irregularidade. Mas um deles, que é o sobrepreço no orçamento da obra, eu ainda não sei como vai ser resolvido. Não sei como V.Sa. pode responder essa questão. Também deixo com o Dr. Fábio Amorim para que a responda.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MILTON CARVALHO GOMES - Só complementando em relação a esse ponto, no que toca ao orçamento da obra, nós entendemos que, com esse novo orçamento reformulado e detalhado, como o TCU pediu, isso vai ser superado. A próxima etapa, após a retirada do IGP, vai ser a avaliação do que foi efetivamente executado, para se abater do valor total da obra. Então, essa é a próxima etapa que a ANTT vai executar.

Em relação à Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S/A — CONCEPA, como eu havia dito, primeiro, é uma proposta ainda de IGP. Não é uma classificação que o Tribunal fez dessa obra como IGP.

A ANTT tem hoje somente uma obra classificada como IGP pelo TCU. E a agência considera essa obra como concluída e já aberta ao tráfego, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disponibilizada ao usuário. Não há definição de repasse de recursos ainda complementares em relação à CONCEPA. Pleitos existem internamente, mas ainda não foram analisados.

Com a apresentação pelo TCU de diversos indícios de irregularidades que encontraram, a agência instaurou um processo administrativo para apurá-los. Então, a gente está apurando isso. A concessionária já foi notificada. Se não me engano, já apresentou uma série de documentos em sua defesa. E vai ser analisado e concluído se houve pagamento a mais ou a menos. Então, só ao final desse processo contraditório, isso vai ser apurado dentro da análise que o TCU apontou.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Com a palavra o Fábio, para fazer a sua conclusão.

O SR. FÁBIO AUGUSTO DE AMORIM - Obrigado, Senador.

Só complementando a resposta dada pelo Milton com relação ao orçamento da obra, Deputado Hugo Leal, o novo orçamento foi encaminhado em outubro, se não me engano, e está sendo analisado pela Unidade Técnica, na expectativa de ainda este ano concluir essa análise e encaminhar para o Ministro Relator, para que o Tribunal delibere sobre a irregularidade ou não daquele orçamento e a consequência da retirada ou não da classificação de IGP. O mesmo ocorre para as outras duas irregularidades relacionadas ao projeto.

Então, o projeto está sendo analisado. Existe uma questão bastante sensível do túnel, que mereceu atenção da agência durante todo o ano e estamos analisando isso agora com relação ao cálculo do reequilíbrio pelos fluxos de caixa, que também é uma consequência. Mas a nossa expectativa é concluir essa análise e dar um encaminhamento sobre esse IGP.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Fábio, com a palavra para falar sobre a obra da BR-290, do Rio Grande do Sul.

O SR. FÁBIO AUGUSTO DE AMORIM - Com relação à BR-290, Sr. Senador, essa pergunta estratégica é bastante interessante.

Trata-se de obra relevante dentro do contrato de concessão. Não se trata de uma obra simples. Expomos na apresentação algo em torno de 240 milhões de reais, que foi o valor já pago por este empreendimento. Mas o valor do orçamento da obra é bastante inferior. Então, eu acho que é bastante pertinente essa reflexão de qual é a eficiência de se adotar esse tipo de modelo de um contrato de concessão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em vez de uma licitação, como determina a Lei nº 8.666. É uma reflexão que merece, sim, ser analisada, considerando algumas particularidades concernentes ao fato de que o projeto e o orçamento são elaborados pela própria concessionária. Existe uma assimetria de informações nesse sentido.

Como eu ressaltei na apresentação, não é *expertise* da agência fiscalizar uma obra, fiscalizar a aplicação de um recurso federal. O foco da fiscalização é na prestação e no desempenho do serviço público. Então, são situações diferentes, e as situações diferentes representam certamente uma das causas das diversas irregularidades constatadas. Então, acredito que seria um aspecto que merece ser refletido, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Muito obrigado, Dr. Fábio. Queria agradecer a V.Sa. Queria que o nosso nobre Dr. Fernando Graeff viesse trocar de lugar com o Fábio, aqui por gentileza. Obrigado também ao Milton, que pode continuar conosco aqui na mesa até ao final.

Vamos passar a palavra ao representante do TCU, também por 10 minutos, para que ele faça a apresentação relativa à questão da Transnordestina, relativa à questão da VALEC. Concedo a palavra ao Dr. Fernando Graeff.

Pois não, Dr. Fernando, fique à vontade. Na hora em que o Dr. Fernando estiver pronto, vocês comecem a contar o tempo.

O SR. FERNANDO GRAEFF - Bom dia a todos! Eu cumprimento os integrantes da Mesa, na pessoa do Senador Hélio José. Bom dia a todos os Parlamentares presentes! Vamos falar um pouco sobre este importante empreendimento para o País, principalmente para a Região Nordeste, que é a Ferrovia Transnordestina.

(Segue-se exibição de imagens)

Aqui não estamos tratando de uma fiscalização de obra propriamente dita, de uma questão de IGP, e sim de um empreendimento que tem uma participação muito vultosa do Orçamento Público, de recursos públicos. Desde 2016, o TCU tem feito diversos trabalhos nesse empreendimento. Por iniciativa da Comissão Externa de construção da nova Transnordestina, cujo coordenador é o Deputado Raimundo Gomes de Matos, aqui presente, foi encaminhada uma solicitação do Congresso Nacional ao TCU, pedindo-lhe que fiscalizasse diversos pontos referentes a esse empreendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Entre esses pontos, tal Comissão pediu que o TCU avaliasse a estrutura de governança desse empreendimento, a assimetria de informação que existe entre os diversos atores públicos e privados nesse empreendimento. Pediu que avaliasse o desvio de agenda nesse empreendimento, ou seja, o descompasso que existe entre o que está sendo gasto de recurso público e o andamento das obras.

O TCU autuou uma auditoria operacional para atender esses dois itens. Já foi julgado pelo Acórdão nº 1.408, de 2017. Hoje, o projeto está suspenso com pedido de reexame pela ANTT. Também foi solicitado que o Tribunal analisasse como a VALEC entrou no empreendimento, qual foi a análise de viabilidade que a VALEC fez para entrar como sócia desse empreendimento.

Também foi feita uma auditoria operacional, que já foi julgada pelo Acórdão nº 1.659, de 2017. Também foi solicitado que o Tribunal avaliasse a legalidade do contrato de concessão. Para isso, nós utilizamos um processo de controle externo que já havia sido autuado no Tribunal, era uma representação do Ministério Público junto ao TCU. Esse processo ainda não foi julgado no mérito, mas há uma cautelar nele impedindo que os entes públicos, os fundos e a VALEC se abstenham de aportar novos recursos na concessionária até que o Tribunal julgue esse processo.

E também foi analisada a questão dos TACs — Termos de Ajustamento de Condutas, que foram celebrados entre a concessionária e a ANTT. Também já foi julgado esse processo.

Bom, a construção do que se chama Nova Transnordestina, aquele "t" invertido ali *(aponta para mapa)*, começou lá em 2005, com a autorização da ANTT para a concessionária da antiga Malha Nordeste, com base numa cláusula contratual que permitia que ela construísse ramais. A ANTT autorizou a construção desse projeto. Na época, o custo estava estimado em 4,5 bilhões e a previsão de conclusão era até o ano de 2010.

A extensão é de 1.728 quilômetros. Uma parte é uma ferrovia *greenfield*: aquela parte que vai de Missão Velha, no Ceará, até Salgueiro, em Pernambuco, passando por Trindade, em Pernambuco, até Eliseu Martins, no Piauí. E também há a remodelação de trechos de Salgueiro até o Porto do Pecém e de Salgueiro até Suape.

Posteriormente, em 2013, foi assinado um acordo de investimentos e um acordo de acionistas, em que os fundos públicos, a VALEC, e o BNDES se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comprometeram a aportar recursos para a construção da Transnordestina. E também, em 2013, a ANTT autorizou a cisão da concessão e a cisão da concessionária.

Então, o que era um empreendimento único, a Malha Nordeste, passou a ser duas malhas distintas: a Malha I, cuja concessionária passou a ser a Ferrovia Transnordestina Logística — os sócios: a CSN e a Taquari Participações —, e a Malha II, cuja concessionária passou a ser a TLSA — os sócios são a CSN, a VALEC, o FDNE e o BNDES. Além disso, essa malha também conta com recursos públicos do FINOR e do FNE.

Em 2014, foi celebrado um novo contrato de concessão. Esse novo contrato de concessão é totalmente distinto do contrato original: são cláusulas diferentes, um equilíbrio econômico financeiro totalmente diferente, uma matriz de riscos totalmente diferente e com um prazo de concessão também diferente. Ele foi prorrogado por 30 anos, ou seja, quanto a essa parte chamada de Malha II, a Nova Transnordestina, a concessão iria até, no máximo, o ano de 2057, enquanto que a antiga Malha Nordeste, ou o que sobrou dela, iria até 2027.

Em 2014, a previsão para a conclusão da obra era janeiro de 2017 e o custo passou para 7,5 bilhões. Atualmente, nós temos notícia de que o custo atual da obra está em 13,2 bilhões — essa é uma informação trazida pelo GT que foi composto por órgãos do Governo para discutir a solução para esse empreendimento —, sendo que, desses 13,2 bilhões de reais, 6,4 bilhões, mais ou menos, segundo a concessionária, já foram investidos na ferrovia. Aliás, esses 3,2 bilhões de reais são de um orçamento também apresentado pela concessionária, que até hoje não foi validado pela ANTT nem pela VALEC, creio eu. Então, seriam necessários mais 6,8 bilhões de reais para concluir essa obra.

Este quadro mostra a composição dos recursos, dos aportes que os entes públicos estão fazendo ou fizeram na obra. É interessante notar que o FDNE tem um valor previsto de quase 4 bilhões de reais para ser aportado nessa obra, sendo que já aportou 3 bilhões de reais. Ou seja, quase 50% do custo da obra orçado em 2013 vêm do FDNE.

Também há de se ressaltar a participação da VALEC nesse empreendimento. Estava previsto que a VALEC iria aportar 237 milhões de reais, conforme o acordo de acionistas. Até 2016, ela já aportou mais de 1,1 bilhão de reais. Isso ocorreu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

porque, no acordo de acionistas da concessionária, existe uma cláusula que determina que ela deva substituir os fundos caso eles não aportem os recursos nos prazos acordados. Então, a VALEC fica como uma garantidora dos fundos e, até o momento, já aportou 1,1 bilhão de reais na concessão.

Em relação ao processo no qual está sendo discutida a legalidade do contrato de concessão, foram apontadas diversas irregularidades na construção da ferrovia. Está sendo discutida a inclusão daqueles trechos sem a licitação prévia. Foi verificado que não existem projetos básicos, projetos executivos, elementos e projetos necessários para a orçamentação da obra. Também há um indicativo de baixa qualidade nos serviços executados até o momento. A equação econômico-financeira foi completamente desconfigurada, tanto a da Malha I, a antiga Malha Nordeste, quanto a da própria Malha II, que é a Nova Transnordestina. Na verdade, não foi feito nenhum estudo que embasasse o novo contrato de concessão. Também existe a possibilidade de a prorrogação ter sido feita de forma indevida.

Diante disso, verificou-se a inexistência de um orçamento detalhado e aprovado por parte da ANTT. Não existe isso. A ANTT não tem um orçamento regulatório, não sabe qual é o custo dessa obra, quanto já se gastou e quanto se precisa gastar para concluir essa obra.

Também se verificou uma grande assimetria de informações entre os diversos entes, os fundos, a VALEC e a ANTT. Quanto aos fundos, cada um trabalha com um orçamento diferente: o FDNE, com orçamento de 9 bilhões de reais; e o FINOR, com 11 bilhões de reais. Já a ANTT, no último orçamento, que considera o mais viável, com 7,5 bilhões de reais. Então, existe uma grande assimetria de informação entre esses entes.

Além disso, também se configurou um descompasso entre o cronograma físico e o financeiro. De acordo com os dados apresentados pela ANTT, de um orçamento de 7,5 bilhões de reais, já foram gastos quase 6,3 bilhões de reais, ou seja, mais de 80% do valor originalmente previsto, sendo que o avanço físico das obras de infraestrutura, por exemplo, avançou 34% — já a concessionária afirma que avançou 41%.

Então, diante de todas essas incertezas, existe uma grande dúvida sobre a conclusão das obras do empreendimento no modelo em que se encontra hoje, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apoio nesse contrato de concessão, com apoio nesse arranjo jurídico complexo que foi feito desde 2005, quando foi autorizada a construção da Nova Transnordestina.

Fico à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradecido, Dr. Fernando.

Vamos passar a palavra Dr. Mário Mondolfo, para fazer sua apresentação. *(Pausa.)*

O SR. MÁRIO MONDOLFO - Bom dia a todos. Eu quero saudar o Exmo. Senador Hélio José, na pessoa de quem saúdo todos os presentes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como já mostrou o Fernando, do TCU, este é o mapa da Transnordestina. Só complementando o que ele falou, em verde está o que já foi executado; em azul, os locais onde já existem serviços executados, principalmente de terraplanagem; em amarelo, os trechos ainda virgens, que não foram mexidos; e em vermelho, um trecho na chegada ao Porto de Suape, onde existe modificação de traçado em função de algumas interferências locais.

Para vocês terem ideia, a obra como um todo tem de 1,7 mil quilômetros, dos quais já foram executados cerca de 50%, ou seja, pouco mais de 800 quilômetros, o que dá noção da importância de buscarmos uma solução para o empreendimento, porque é um esqueleto enorme no coração do Nordeste do País.

Outra coisa que eu gostaria de complementar é que todo o trecho é *greenfield*. Apesar de que, no início se pensava em utilizar trechos existentes, principalmente aqueles em direção a Pecém e em direção a Suape, a partir de Salgueiro, essa opção foi abandonada em determinado momento, e hoje toda a obra é *greenfield*. Essa é uma das razões também dos aumentos de custos que ocorreram.

Aqui está um pequeno resumo dos temas. No contexto histórico, como também já disse o Fernando, o marco principal da situação que vivemos hoje foi realmente setembro de 2013, quando houve a cisão da concessão em duas, com uma malha antiga e que está em operação, que é da Ferrovia Transnordestina Logística — FTL, e uma malha nova, a Malha II, para cuja execução foi constituída a Transnordestina Logística S.A. — TLSA, para o trecho de todo o empreendimento.

Outra coisa importante é a participação da VALEC no empreendimento. Inicialmente, em 2011, houve um decreto presidencial autorizando a abertura de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crédito de 164 milhões de reais da VALEC na Transnordestina, a qual se tornou, então, sócia do empreendimento. E, finalmente, em julho de 2013, o Ministério da Fazenda, com base nos pareceres da PGFN, aprovou a realização do acordo de acionistas, com a participação da VALEC. Então, a VALEC entrou no empreendimento como representante do Governo Federal.

O acordo de investimento é assinado pela VALEC, pelo FDNE, pela BNDESPAR e pela CSN. O limite de participação do bloco público é de 49,9% das ações ON, ou seja, ações ordinárias, que dão direito a voto. Com isso, a VALEC obteve a prerrogativa de indicar dois representantes no Conselho de Administração — que são a minoria logicamente, pois há outros sete representantes do acionista privado. Em algumas matérias, a VALEC tem a prerrogativa de dar anuência, principalmente nos 3 primeiros anos da concessão. E foi firmado um novo contrato de concessão em janeiro de 2014, que tem validade até 2057, para essa Malha II.

Aqui está um pequeno resumo do acordo de acionistas, com o cronograma de desembolso de cada ente. Nós podemos ver que, no caso da VALEC, estão computados aqueles primeiros 164 milhões de reais aportados em 2011 e outros recursos, 65 milhões de reais, integralizados em 2013. Aí cabe a pergunta: como a VALEC assumiu uma quantidade grande dentro da participação da empresa? Por causa de uma cláusula do acordo de acionistas, colocada pelas dificuldades operacionais de os fundos liberarem os recursos a tempo e a hora e também por conta de certos regulamentos dos fundos, visto que a data-base desse orçamento é abril de 2012, e os recursos eram aportados ao longo do tempo. Então, essa cláusula imputa à VALEC aportar recursos quando os fundos não o fizerem e também a correção monetária relativa aos aportes desses fundos e da própria VALEC, porque os aportes são sempre feitos na data-base de 2012.

Assim, a VALEC já aportou, em valores históricos, 1 bilhão e 124 milhões de reais. Desses, 237 milhões de reais foram iniciais, sendo 230 milhões de reais de principal e 7 milhões de reais de correção monetária. Substituindo o FINOR, a VALEC aportou 567 milhões de reais, dos quais 484 milhões de reais do principal e 82 milhões de reais de atualização monetária. E, quanto ao FDNE, somente houve aporte com relação à atualização monetária.

Aqui está um percentual dos recursos totais aportados. São cerca 6 bilhões e 400 milhões de reais já aportados no empreendimento. Desse total, 17% são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

relativos à VALEC. Em relação à participação acionária, hoje a VALEC detém 39,1% das ações, 71,59% das ações preferenciais e 6,6% das ações ON. A CSN, o parceiro privado, é acionista de 92,6% das ações ON, com direito a voto.

O capital social hoje é este. Está demonstrada aqui a participação de 39,1% da VALEC e a dos demais participantes: BNDESPAR, BNDES, FINAME, etc.

Este quadro mostra a divisão dos aportes com relação ao principal e à atualização monetária. Então, do total a aportar pelos entes VALEC, FINOR e FNDE, foram aportados 956 milhões de reais relativos ao principal e 332 milhões de reais relativos à correção monetária.

Auditorias do TCU, como o Fernando já falou, foram três. No primeiro, o Acórdão 67, de 2017, foi dada uma cautelar impedindo novos aportes do setor público no empreendimento. Há o Acórdão 1.408, de 2017, que é uma auditoria operacional na ANTT, e o Acórdão 1.659, de 2017, que é uma auditoria operacional na VALEC, em que são questionados alguns pontos relativos à governança do empreendimento.

Historicamente, a VALEC sempre se pautou como uma repassadora de recursos do Governo Federal, do Tesouro, para o empreendimento. E, com o advento da Lei nº 13.303, de 2016, a VALEC assumiu uma posição realmente de governança dentro do empreendimento, até por força legal.

Aqui são os pontos apontados pelo TCU, que estão ainda em fase de recurso. A VALEC fez alguns questionamentos com relação aos fatos apontados pelo TCU.

A VALEC tomou uma série de providências no sentido de governança nos últimos 2 anos ou 1,5 ano, criando um grupo de trabalho para coordenar suas ações o empreendimento. Nós sabemos que isso é incipiente ainda, porque a VALEC não tem estrutura para atender a tudo que é pedido na lei. Mas estamos caminhando no sentido de tentar atender a tudo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - O senhor acha que mais 2 minutos são suficientes?

O SR. MÁRIO MONDOLFO - Está ótimo. Estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Então, o senhor dispõe de mais 2 minutos.

O SR. MÁRIO MONDOLFO - Sobre a consequência da paralisação dos aportes neste momento, é importante dizer que nada impede a continuidade das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

obras, desde que haja aporte de recursos privados, até porque o acordo de acionistas é limitado a 7,5 bilhões de reais e diz que os custos adicionais a esse valor são de competência do setor privado.

Como disse o Fernando também, o grupo técnico de trabalho dos Ministérios dos Transportes e do Planejamento e da Casa Civil já tem dados que demonstram que o orçamento dessa obra deve chegar à ordem de 13,5 bilhões de reais. Portanto, esses aportes têm que ser feitos pelo ente privado ou por um parceiro que se consiga.

Certamente a paralisação dos aportes hoje vai ocasionar um grande ajuste na estrutura administrativa da Transnordestina. Isso pode, no limite, comprometer algumas ações que a própria empresa está fazendo no sentido, principalmente, de terminar o projeto da obra e fazer a busca de parceiros para finalizar o empreendimento.

Outra coisa também importante é que a empresa já está tendo que arcar com os custos de financiamentos tomados no passado. Então, hoje, além de não ter caixa, a empresa tem que pagar dívidas de financiamentos. Estão sendo feitas algumas renegociações com o BNDES, etc., mas ainda não há resultado. Isso tem uma consequência, que é o aumento da quantidade de operações de mútuo com partes relacionadas. Quer dizer, a CSN está fazendo empréstimos à concessionária, para que ela consiga operar. Isso é danoso porque começa a endividar bastante a empresa.

Acho que é isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Obrigado, Dr. Mário Mondolfo.

Passo a palavra imediatamente ao nosso nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nobre Senador Hélio José, integrantes desta Comissão, integrantes do TCU e Dr. Mário, o Presidente da VALEC, para nós nordestinos é triste ver o passar dos anos sem que se tenha uma proposta definitiva conclusa.

Realmente nós observamos o esforço que a VALEC tem feito desde o momento em que também aceitou participar deste empreendimento. Mas, muito além do problema da obra física, há inúmeros problemas sociais na região. Alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prefeitos até perderam as eleições em virtude de terem prometido que, com a Transnordestina, iria haver lá um porto C, que iria haver isso e aquilo. Vários equipamentos na área da educação e da saúde foram desestabilizados no momento em que foi feita a passagem. Cortaram determinados trechos da área rural dos Municípios, o que gerou muita instabilidade.

Além disso, existem também alguns problemas — não sei se o Dr. Mário sabe — de débitos em determinadas regiões dos Municípios, cuja economia ficou totalmente desequilibrada.

O fato é que, desde 2016, foi implementada nesta Casa a Comissão Externa que acompanha a obra da transposição. Em abril, foi feito um grupo interministerial composto pelo Ministério do Planejamento, pelo DNIT, pelo Ministério dos Transportes, pela Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos, pela CSN. Inclusive haverá reunião da Comissão, para que o Ministério do Planejamento, através do que foi normatizado, proponha uma alternativa. Havia sido dado a esse grupo interministerial um prazo de 90 dias, prorrogado por mais 90 dias, mas já se encerraram os 180 dias. Então, hoje, às 15 horas, no Plenário 6, nós retomaremos os trabalhos da Comissão para ver se o Governo apresenta uma solução para o que foi efetivamente pactuado através dessa portaria interministerial do Ministério do Planejamento.

Pelo que foi colocado pelo Tribunal, existem cinco ou seis acórdãos. A nossa ida à época ao TCU, de que tivemos um apoio bastante expressivo, foi no intuito de pedir que fosse feito um levantamento completo em todas as áreas envolvidas nesse processo. Em acórdãos anteriores, até se recomendou a caducidade, o que foi declarado. Mas não se tomou nenhuma providência.

Nós estivemos também com o Ministro Padilha. Após a reunião do dia de hoje, na Comissão, nós vamos ter uma nova audiência com S.Exa., e esse assunto automaticamente deve ir à Presidência da República, para que se tomem os devidos entendimentos.

Os Governadores do Nordeste também estão ansiosos por uma solução. São vários os empreendimentos. No nosso caso mais específico, o Porto do Pecém, quando foi pactuada a siderúrgica com o Estado do Ceará, estavam incluídas a água e a ferrovia. No momento, não há nem água nem ferrovia. *(Risos.)* Tanto é que, no último contato nosso com o Embaixador da Coreia, ficamos sabemos que várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

outras empresas que estavam previstas para se instalar na nossa ZPE do Ceará, que é uma das mais avançadas do Brasil, estão um pouco receosas em virtude de nós não termos concluído justamente a Transnordestina e a transposição das águas do São Francisco.

Então, eu creio que esta Comissão de Orçamento tem que, através do nosso coordenador desta reunião, o Senador Hélio José, apresentar uma alternativa.

Como o Dr. Mário disse, o Banco do Nordeste ou o próprio BNDES já buscam o ressarcimento dos primeiros empréstimos. Como essa equação vai fechar nos novos investimentos?

É de nosso conhecimento que alguns contatos para investimentos estão sendo feitos com italianos e chineses, para ver se fazem essa pactuação. Mas o grande problema é que não há, pelo menos até o momento, um traçado definitivo do custo físico-financeiro da obra, do quanto se precisa efetivamente. E nenhum investidor vai aportar recursos sem ter certa garantia. Além disso há vários acórdãos e TACs que precisam ser pactuados.

Então, eu acredito que, hoje à tarde, na nossa Comissão, nós vamos receber alguns detalhes a mais e poderemos contribuir também com o relatório de S.Exa. nesta Comissão de Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Muito obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos. Serão muito bem-vindas as contribuições da Comissão Externa.

Tenho a honra de compor com V.Exa. a Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura Nacional, que tem trabalhado muito pela infraestrutura nacional, em especial do Ceará. V.Exa. é sempre participativo.

A Transnordestina é um desejo do Brasil e de fundamental importância para essa Região Nordestina, tão produtora. É preciso que as obras, o Porto de Pecém e o Porto de Suape aconteçam.

Com certeza, as contribuições de V.Exa. serão muito importantes para o nosso relatório.

Eu queria fazer algumas perguntas, antes de passar a palavra para o Dr. Fernando e o Dr. Mário. Vamos lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse empreendimento é uma de nossas principais preocupações. Se nós entendemos bem, a obra tem mais de 10 anos de iniciada, está com apenas metade da execução e, ainda assim, não tem um projeto executivo adequado, capaz de ser aprovado pela ANTT. Não se sabe nem quanto ela vai custar. As estimativas de custo variam entre 7 e 11 bilhões de reais. A União entrou como acionista e financiadora de um projeto privado, mas não conhece a viabilidade e o retorno desse investimento, nem sequer tem poder de controle sobre o empreendimento, apesar de entrar com a maioria de seus recursos.

Tudo isso foi feito sem nenhuma licitação e sem nenhum estudo técnico, para embasar as decisões de participar e de investir. Enfatizo isso porque o TCU questionou formalmente todos os participantes do empreendimento, e nenhum deles conseguiu apresentar nenhum estudo ou nenhuma fundamentação. Esse foi o trabalho do TCU.

Vou formular as questões aos representantes dos órgãos gestores, mas peço ao Dr. Fernando, representante do TCU, que faça depois os comentários que sejam pertinentes a elas. Se algum outro representante de órgão gestor, ou do Ministério, ou BNDES estiver presente e quiser se manifestar também sobre elas, será muita bem-vinda a participação. Então, caso algum representante do Ministério dos Transportes ou do BNDES quiser se manifestar, não há problema.

Apresento as minhas questões a seguir.

Pergunto ao representante da ANTT, sobre a questão dessa obra da Transnordestina: qual é o grau de confiança que a agência tem na qualidade técnica do projeto hoje disponível e na credibilidade do cronograma apresentado para utilização dos recursos que venham ser aplicados na obra? Qual o cronograma hoje oficialmente proposto pela concessionária para conclusão e operação do empreendimento?

Agora pergunto ao Dr. Mário, da VALEC: qual é a confiança que a VALEC, como acionista, deposita na capacidade da concessionária em utilizar mais recursos que vierem a ser colocados no seu capital, para avançar a obra? Para responder a isso, favor indicar quais os estudos ou medidas concretas adotadas pela empresa para fazer essa avaliação.

Do ponto de vista da empresa, dentro das diferentes frentes de aplicação de seus recursos — Ferrovia Norte-Sul, Ferrovia Oeste-Leste, Ferrovia Transnordestina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

—, quais são as obras que representam destinação mais eficiente dos recursos orçamentários? Cada milhão de reais eventualmente destinado à Transnordestina encontraria melhor aplicação nas outras frentes de obra?

Peço que discorra sobre isso tanto do ponto de vista de execução da obra física quanto dos projetos de concessão como um todo, ou seja, considerando não só a conclusão das obras, como também a sua inserção num cronograma previsto de exploração direta ou concessão do trecho.

Então, essas seriam minhas perguntas à VALEC.

Queria perguntar ao nobre Deputado Júlio Cesar se, antes da resposta da ANTT e da VALEC, com as considerações do TCU, S.Exa. gostaria de fazer uso da palavra. Nós estamos discutindo a Transnordestina. Como eu sei que essa ferrovia passa pelo Piauí, então, concedo a palavra a S.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, não assisti às palestras dos expositores porque estava participando de uma reunião sobre o FUNRURAL. Mas tenho aqui a palestra do representante do TCU.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos informou-me que o valor original do projeto era de 4,5 bilhões de reais, e hoje já está em 13 bilhões de reais. Reformularam o projeto ou houve atualização financeira? Qual foi a causa do aumento nessa proporção, de 2010 para o dia de hoje? Esse é um dos questionamentos.

Quero saber também se foi aumentada também a extensão. Eu não tenho essa informação porque não assisti às palestras, fui até pegar cópia da palestra do Presidente da VALEC.

Em relação às pendências do TCU, nós temos interesse na retomada das obras. Essa estrada é de suma importância para os três Estados: Piauí, Ceará e Pernambuco. O Piauí tem uma reserva de minério, a segunda ou terceira maior reserva de minério do Brasil, que só será viabilizada se a Transnordestina estiver em funcionamento. E há autorização do antigo DNPM, que está sendo extinto, para a exploração de dois ou três lotes de bilhões de toneladas de minério.

Então, pergunto sobre as pendências do TCU — e não assisti à palestra —, se há alguma previsão de se liberar a continuidade da construção dessa obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com relação a esse problema de se pagar antes da conclusão da obra, como o empreendimento vai pagar, qual rendimento ele vai ter? Como isso vai funcionar se os bancos já estão cobrando o pagamento do financiamento passado?

E sobre o valor da obra, cada vez que assisto a uma palestra, ele é diferente e hoje já está em 13,2 bilhões de reais, segundo o Deputado Raimundo Gomes de Matos. Gostaria de saber o que houve, se foi só uma atualização monetária pela taxa SELIC, qual foi o indexador.

Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Muito obrigado, Deputado Júlio Cesar, do PSD do Piauí.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Seu antigo partido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Meu antigo partido, com muita honra.

Passo a palavra ao Dr. Milton Carvalho Gomes, representante da ANTT. Depois, falarão o Dr. Mário, da VALEC, e o Dr. Fernando, do TCU.

O SR. MILTON CARVALHO GOMES - Sr. Presidente, Senador Hélio José, em relação ao primeiro questionamento, queria expor a posição da Agência e como estão esses processos no TCU.

O Tribunal de Contas tem apurado diversas irregularidades, sob diversos aspectos, da obra da Transnordestina, envolvendo não só a ANTT. Acho que a ANTT é a menos afetada nesse contexto, porque ela não destina recursos ao empreendimento, ela é um órgão regulador disso.

Essa obra não está classificada como IGP, ainda não tem uma proposta de classificação de IGP. O que existe do processo no Tribunal de Contas é uma medida cautelar, então, não há julgamento definitivo, não há uma posição final do Tribunal. Trata-se de uma medida cautelar para suspensão dos repasses financeiros pelos acionistas públicos.

Em relação à ANTT, não há nenhuma limitação imposta pelo TCU, não há nenhuma determinação. O Tribunal colocou que os repasses de recursos devem ser interrompidos até que a concessionária apresente à Agência os projetos para serem aprovados.

A ANTT ainda não tem esses projetos. A concessionária apresentou uma série de documentos buscando suprir essa exigência, os quais, no entendimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agência, não foram suficientes. Então, não existe um projeto ainda, e a ANTT está aguardando isso.

Ao mesmo tempo, em função das cláusulas contratuais, o atraso tem gerado a aplicação de penalidades à concessionária. E, segundo a nossa cláusula contratual, a responsabilidade pelo financiamento da obra é integralmente da concessionária, salvo em relação aos aportes públicos, se a concessionária não der causa. Então, estamos apurando se a concessionária deu causa ao atraso dos repasses dos parceiros públicos.

A conclusão a que chegamos, em decisão definitiva e com recurso julgado pela Diretoria da Agência, é que a concessionária deu causa aos atrasos dos repasses. Então, as punições à concessionária estão sendo mantidas.

Essa é a posição da Agência no papel de reguladora. Os demais questionamentos vão ser mais bem respondidos pela VALEC.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Obrigado, Dr. Milton Carvalho Gomes, representante da ANTT.

Passo a palavra para o Dr. Mário Mondolfo, Diretor-Presidente da nossa querida VALEC.

O SR. MÁRIO MONDOLFO - Sr. Presidente, com relação aos recursos a serem aportados pela VALEC, não sei se ficou claro, mas a empresa já aportou todos os recursos previstos no acordo de acionistas.

Os aportes de recursos que a VALEC tem feito ao longo dos últimos anos são em substituição ao FINOR e ao FDNE. Então, a VALEC é obrigada os fundos só se eles derem causa a algum inadimplemento.

Sobre isso, os fundos informaram à VALEC que, na presente data, a concessionária privada é que está inadimplente com os fundos, ou seja, não apresentou documentos e não tem dados suficientes para liberação dos recursos dos fundos. Sendo assim, a VALEC fica desobrigada de fazer qualquer aporte no empreendimento, porque ela já aportou tudo o que deveria.

No que se refere à outra pergunta do Senador Hélio José, há pontos de vista diferentes sobre recursos que a VALEC aplica em outros empreendimentos. Nós esclarecemos que a VALEC é uma empresa 100% pública, com capital totalmente detido pela União. Pela própria lei, ela segue as diretrizes do Ministério dos Transportes e aplica seus recursos seguindo essas diretrizes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, se o Ministério dos Transportes passar para a VALEC a missão de investir mais na Ferrovia Norte-Sul, na FIOL ou na Transnordestina, será uma diretriz dada pelo próprio Ministério e ficará explícita na Lei Orçamentária.

Quero só complementar uma informação. Acho que a questão que fica mais latente em todos é sobre o rumo do empreendimento. Para definir esse posicionamento, foi instituído um grupo de trabalho interministerial composto pelo Ministério dos Transportes, com a VALEC, a ANTT e a própria Secretaria de Fomento, pelo Ministério do Planejamento e pela Casa Civil, principalmente, no caso, a PPI.

Foi elaborado um relatório, que já foi disponibilizado ao TCU e aqui à Casa, tanto que vai ser colocado em discussão.

Em linhas gerais, o relatório aponta todas as questões de demanda de carga, as questões de CAPEX e OPEX desse empreendimento. Traz praticamente uma revitalização do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental — EVTEA que foi efetuado, anos atrás, no âmbito dos Ministérios.

O relatório aponta basicamente três caminhos. O primeiro, que já está em andamento, como disse o Sr. Milton, é o início do processo administrativo de caducidade da concessão, em face de algumas irregularidades que foram apontadas.

O segundo é a viabilização de um novo parceiro privado pela concessionária. Como eu disse, tudo que for adicional aos 7,5 bilhões de reais até abril de 2012, logicamente corrigidos para o orçamento atual, deveria ser suportado pelo parceiro privado. Como ele não tem condições de fazer esse aporte, está em busca de um parceiro estratégico. Nesse sentido, temos a informação de que já existem alguns memorandos de entendimento, alguma coisa com chineses, italianos, etc.

O terceiro é a devolução da concessão através da lei que foi recentemente aprovada aqui na Casa.

Então, essas são as três vertentes apontadas pelo relatório do GT que vai ser discutido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Obrigado, Dr. Mário.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Graeff, do TCU.

O SR. FERNANDO GRAEFF - Sr. Presidente, respondendo ao Deputado Júlio Cesar, quanto às pendências do TCU, a concessão da cautelar para liberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos recursos não é uma garantia de que obra vá continuar. A continuidade da obra depende muito mais de um novo arranjo, de um novo estudo, de uma nova solução, do que propriamente permanecer da forma como está.

A cautelar baseia-se no risco de que o recurso não seja bem aplicado, porque não se sabe o custo da obra, não há projetos. A ANTT ainda não tem um projeto aprovado, como o Dr. Mário e o Dr. Milton disseram. Não se sabe o custo dessa obra.

Então, os trabalhos que o TCU fez já foram efetivos em relação à própria VALEC, como o próprio Dr. Mário falou, quanto às questões em que a concessionária está se reestruturando; e à própria ANTT, no momento em que ela passou a analisar os descumprimentos da concessionária em relação aos fundos. A concessionária simplesmente dizia que a obra estava atrasada porque os fundos públicos não aportaram recurso nela. Estamos vendo isso. O processo ainda está em andamento na ANTT, porque é responsabilidade da agência verificar quem deu causa a esse atraso. Não tenho uma informação oficial ainda, mas, pelo que nós sabemos e segundo o Dr. Milton disse, é a concessionária, que não vem aplicando a contento o recurso público. Então, não adianta ir recurso público para lá se não vai ser aplicado nas obras.

Portanto, isso depende muito mais de uma solução ampla. Tem que se achar uma nova forma, uma nova maneira de esse importante empreendimento ir para frente.

Nesse sentido, o Tribunal ainda não recebeu oficialmente o resultado do GT. Mas, com certeza, quando recebermos, vamos discutir essas soluções, vamos participar dessa discussão. Estamos abertos, estamos sempre conversando com a ANTT, com a VALEC, com o Ministério dos Transportes, enfim, com todos os entes responsáveis, para buscar a melhor solução possível, uma solução que seja de fato duradoura, para que, daqui a 4 ou 5 anos, não estejamos falando em nova prorrogação e novo valor de custo de obra, e a obra não termine.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradeço ao Dr. Fernando.

Passo a palavra imediatamente ao Dr. Vladimi Assis, representante do TCU, que exporá sobre as obras do DNIT que estão sendo estudadas pelo Tribunal neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. VLADIMI JOSÉ DANIEL DE ASSIS - Cumprimento o Exmo. Senador Hélio José, os Srs. Deputados e demais presentes.

Vou falar sobre as obras do DNIT, especificamente as obras de construção da BR-235 na Bahia e as obras de adequação da travessia urbana de Juazeiro.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiro falarei sobre as obras de construção da BR-235 na Bahia. O trecho a que nós estamos nos reportando sai de Juazeiro e vai até Pinhões, é um segmento de aproximadamente 75 quilômetros e tem um valor de cerca de 110 milhões de reais, segundo dados de 2013. A execução física está em torno de 89,5%, praticamente já terminando a obra.

Nesse empreendimento nós apontamos algumas irregularidades, e, dentre elas, duas foram tipificadas com recomendação de paralisação. A primeira irregularidade é um superfaturamento pela medição de serviços não executados: remoção de solo mole e execução de colchão de areia. Na nossa fiscalização, nós verificamos que, por uma falha de projeto, algum material de solo mole não estava bem caracterizado e, além disso, na execução da obra, que parte desse material poderia não ter sido retirado e que o material que foi colocado para substituir esse solo mole era diferente do que estava previsto em projeto.

Mesmo assim, o DNIT pagou pela execução completa do serviço, inclusive como se o material fosse aquele de qualidade especificada em projeto.

A segunda irregularidade é o superfaturamento por medição de pagamento de serviços desnecessários, substituição de subleito. Nesse caso, também por uma falha de projeto, foi prevista a execução de serviços que, conforme os normativos do DNIT, não seriam necessários. Embora esses serviços não fossem necessários, conforme os normativos do DNIT, eles foram medidos e pagos.

Diante disso, o Tribunal apontou essas duas irregularidades. O DNIT apresentou algumas manifestações preliminares, mas não conseguiu encontrar uma maneira de justificar esses dois pontos, e as irregularidades foram confirmadas.

Como medidas corretivas, foi especificado que o DNIT fizesse um estudo, para concluir se ainda existia solo mole no trecho e a quantidade de material que, de fato, tinha sido removido. Ou seja, o DNIT tinha que voltar no trecho e reavaliar aquela situação. Se fosse o caso, seria preciso refazer todo o serviço e, além disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

adotar algumas medidas administrativas para recuperar possíveis recursos pagos indevidamente.

Neste meio tempo, o DNIT apresentou a manifestação para o Tribunal, na qual ficou constatado que a empresa voltou ao trecho e refez o serviço no segmento especificado. De fato, o material utilizado não era o previsto em projeto, mas a empresa refez o serviço utilizando o material correto. Em função dessa análise, a unidade técnica do Tribunal recomendou reclassificar a obra como IGC, ou seja, a irregularidade continuou, mas não se recomendava a paralisação da obra.

Este processo ainda não foi julgado pelo Tribunal, mas a recomendação da unidade técnica é nesse sentido.

A segunda irregularidade diz respeito a realização, medição e pagamento de serviços desnecessários, que não estão em conformidade com os normativos do DNIT. Na manifestação preliminar do DNIT, os elementos apresentados não foram suficientes para modificar a avaliação e o entendimento da unidade técnica. O que restou como medida corretiva era que o DNIT adotasse procedimentos administrativos para reaver o dano.

Nessa manifestação do DNIT, os elementos apresentados foram analisados, mas não foram suficientes para alterar o entendimento do Tribunal pela reclassificação da IGP. Então, a IGP continua, e o processo também aguarda uma manifestação do Tribunal.

Resumindo, a primeira irregularidade em relação à BR-235 tem o entendimento da unidade técnica para ser reclassificada como IGC; e a segunda irregularidade tem mantida a classificação como IGP.

A segunda obra que eu vou abordar é a travessia urbana de Juazeiro. Nessa obra, o contrato é de 75 milhões de reais, segundo valores de 2014. E ela está bem no início, com apenas 14%.

Também duas irregularidades foram classificadas como IGP, a primeira sobre preços excessivos frente o mercado. Nessa situação, verificou-se um preço do insumo brita acima do que estava estabelecido no SICRO, bem como a inclusão, na planilha orçamentária, de um item de serviço em duplicidade.

A segunda irregularidade foi o sobrepreço decorrente de quantitativo inadequado. Nesse caso, por falha de projeto, foram quantificados, na planilha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

orçamentária, quantitativos de alguns serviços superiores ao que, de fato, o projeto estabelece.

Como medidas corretivas, o Tribunal estabeleceu que o DNIT teria que fazer aditivos contratuais, para eliminar a duplicidade do serviço que estava quantificado duas vezes; teria que reformar também o preço da brita, para colocá-lo de acordo com o SICRO. E, em relação ao segundo achado, que tratava de quantitativos inadequados, o DNIT também fazer uma revisão de projeto, de maneira a adequar esses quantitativos ao que, de fato, o projeto estabelece.

As manifestações dos interessados — no caso, o DNIT e as empresas — ainda não foram apresentadas ao Tribunal. Nós estamos aguardando o material que eles venham a apresentar, de maneira que possamos reavaliar essa questão e manter ou não essas irregularidades tipificadas como IGP.

Basicamente, era isso que tínhamos a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradeço ao Dr. Vladimi José Daniel de Assis.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Antônio Ehret Garcia.

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA - Bom dia, senhoras e senhores. Gostaria de cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, na pessoa do Exmo. Sr. Senador Hélio José, que preside esta reunião da Comissão.

Trago alguns esclarecimentos acerca dos apontamentos efetuados pelo Tribunal de Contas da União, que culminaram na indicação da paralização de duas obras, como colocado aqui pelo nosso colega Vladimi.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiramente gostaria de falar da importância da BR-235, que corta a região norte do Estado da Bahia de leste a oeste e tem uma situação interessante: ela está pavimentada no Estado de Sergipe; está com a pavimentação sendo efetuada no Estado do Piauí, onde há trechos até inaugurados; e está em pavimentação no Estado da Bahia, com alto grau de execução.

Essa é uma região muito promissora, uma região de produção, que se desenvolve e é populosa. Então, essa rodovia é um eixo de integração muito importante para o Nordeste brasileiro e, consequentemente, para o nosso País.

Como foi colocado também pelo Vladimi, do TCU, essa é uma obra que está com alto grau de execução, não só esse lote especificamente e que foi auditado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas os demais lotes que vêm de Sergipe em direção a Juazeiro. Falta para o lote em comento apenas 4 quilômetros para sua conclusão.

Aqui são fotos da obra. Já há trechos pavimentados, sinalizados e em pleno funcionamento, beneficiando diretamente milhares e milhares de brasileiros que moram naquela região e melhorando significativamente a qualidade de vida desses cidadãos.

Gostaria de destacar que, neste contrato específico, Senador Hélio José, nós estamos tratando de uma obra de mais de 70 quilômetros de extensão e que está com uma IGP que vai interromper sua continuidade, ficando apenas 4 quilômetros para trás. Nesses 4 quilômetros, há algumas extensões com sub-base e base lançadas, cujo serviço pode até se perder em decorrência da paralisação. Mais à frente vou retornar a este comentário.

Na questão da remoção do solo mole, o Dr. Vladimi já colocou, com bastante propriedade aqui, que o indício de irregularidade grave com indicação de paralisação foi esclarecido. Existe até uma manifestação da unidade técnica acerca da alteração de IGP para IGC, com continuidade. Nós fizemos estudos geotécnicos lá, refizemos as sondagens, juntamente com membros do Tribunal de Contas da União. Auditores do Tribunal foram lá e testemunharam o refazimento de todos os levantamentos.

Sobre a questão da estimativa real do serviço de terraplenagem e a questão do rebaixo, cabe aqui esclarecer sobre o nosso prazo para encaminhamento da nossa manifestação conclusiva. Na oportunidade em que nos foi encaminhado o relatório preliminar, tínhamos um prazo de 5 dias para manifestação. Em 5 dias não dá para trazer ao esclarecimento todos os fatos de forma conclusiva, por isso fizemos um esclarecimento também em caráter preliminar. E o nosso prazo para apresentação da manifestação conclusiva se encerra amanhã.

Para esse trecho, nós vamos fazer todo o diagrama de distribuição da massa, refazer toda a distribuição de terraplenagem e fazer toda revisão do projeto, para que possamos esclarecer e promover as medidas administrativas necessárias, caso se configure sobrepreço ou até superfaturamento no pagamento das medições.

Mas gostaria de aqui destacar que a importância de não se paralisar essa obra está no seu alto grau de execução, faltando apenas 4 quilômetros, com sub-base e base já lançadas. Ou seja, até essa questão da terraplenagem é uma etapa da execução da obra que está superada. Então, o prejuízo social e econômico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que a paralisação pode trazer para aquela região é muito significativo frente ao prejuízo que pode ocorrer com a conclusão desses 4 quilômetros restantes. Lembro que a maioria expressiva do apontamento feito pelo Tribunal se dá pelo total da obra, os 70 quilômetros que já foram executados e pagos à empresa.

Então, caso se configure a irregularidade, vai ter que se abrir uma tomada de contas especial, apurar a responsabilidade e cobrar isso nas vias corretas.

Portanto, pedimos que possamos concluir esse corredor e que a paralisação não ocorra nesse lote, porque vai prejudicar a funcionalidade da rodovia.

Quanto à questão do primeiro item, do solo mole, o Vladimi já apresentou e que já existe a indicação de mudar de IGP para IGC. E quanto à questão do achado 3.2, vamos proceder à revisão do projeto, para tomar as medidas administrativas cabíveis.

A segunda obra, a travessia urbana de Juazeiro, como o próprio nome diz, trata-se de uma obra urbana, que impacta diretamente na qualidade de vida dos munícipes, na dinâmica, na vida da cidade. Em toda travessia urbana, a interferência da rodovia é muito maior na vida das pessoas. Então, estamos tratando de questões até de mobilidade urbana dessa cidade importante do norte baiano. Essa travessia é o trecho final do corredor, que vai de Juazeiro até a divisa com o Estado de Sergipe.

Dentro da travessia urbana, há alguns trechos que já estão concluídos e devidamente sinalizados.

Eu estava confundindo aqui os dois processos e peço perdão pela confusão que fiz. É sobre esta obra que o prazo de manifestação do DNIT é amanhã, não sobre a obra anterior. Então, amanhã, na quarta-feira, vai concluir o prazo para apresentarmos as manifestações conclusivas sobre este processo. Quanto ao processo anterior, nós já nos manifestamos. Desculpe-me, Vladimi, pela minha falha.

Quanto aos apontamentos, nós vamos apresentar elementos comprobatórios. Por exemplo, no caso da brita, nós conseguimos reaver as notas fiscais, por meio das quais serão demonstrados os custos que estão sendo praticados pela empresa. Vamos juntar esses elementos e trazer os fatos, a fim de que o Tribunal possa julgar acerca da ocorrência ou não de um sobrepreço no serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto à questão da fabricação de escama de concreto armado, ressaltamos que esse item não foi medido, até porque não foi executado no âmbito deste contrato.

Vamos levar a questão das notas fiscais da brita e a revisão dos quantitativos dos serviços integrantes do orçamento básico, que vão compor um termo aditivo ou um novo projeto, até porque, em decorrência da pequena disponibilidade orçamentária para esse empreendimento, o contrato foi paralisado. E a empresa executora já apresentou um requerimento de rescisão desse contrato em função da paralisação por mais de 120 dias. Então, muito provavelmente esse contrato será rescindido, e será feita nova licitação, que englobará também as obras de arte especiais, que hoje são objeto à parte desse contrato, mas serão incorporadas no escopo do novo edital, para que a obra seja tocada de forma integrada.

Além de uma revisão dos quantitativos de serviço, a nossa proposta é fazer também uma reavaliação do dimensionamento das camadas estruturantes do pavimento, para que possamos elidir qualquer questionamento acerca dessa questão.

Como eu disse, foi pedida a rescisão do contrato. O DNIT está dando prosseguimento ao encerramento desse contrato. O remanescente será explicitado juntamente com as obras de arte especiais.

Portando, o que vimos pedir aqui, Senador Hélio José e demais representantes? Vimos pedir que a paralisação desse empreendimento não prospere, até por uma questão de burocracia. Se nós mantivermos essa inscrição no Anexo VI da Lei, para nós licitarmos o remanescente, vamos precisar de um decreto legislativo que autorize essa licitação.

O nosso diálogo com o Tribunal de Contas é um diálogo aberto, um diálogo franco. E, no caso de nova licitação, o próprio Tribunal terá à sua disposição ferramentas de gestão que vão garantir que esse projeto saia de acordo com as normas, com preço justo, com preço de mercado, e que a licitação tenha ampla competitividade.

Então, por esses motivos, Senador Hélio José, o DNIT vem hoje pedir que esta Comissão não prossiga com a paralisação dessas duas obras importantes para o Estado da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Acho que, na minha fala, acabei até antecipando alguns pontos que estão aqui colocados.

Agradeço a atenção e desejo a todos um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Muito obrigado, Dr. Luiz Antônio Ehret Garcia, Diretor do DNIT, pela exposição

Passo a palavra ao Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, Senador Hélio José, quero aqui saudar o Amauri, Superintendente do DNIT na Bahia, e o Prefeito de Juazeiro, que está aqui. Quero, com sua permissão, depois de minha intervenção, passar a palavra a ele, para que detalhe melhor essa obra.

Só tenho uma preocupação com relação a essa obra. Registro que se trata de uma obra importante para o Município de Juazeiro, porque milhares de caminhões passam pelo o centro da cidade. Acho que paralisar significa inviabilizar essa obra por um período muito longo, porque será preciso um decreto legislativo para retomar o processo de licitação. Isso é praticamente inviabilizá-la.

Acredito que, depois que o DNIT prestar todas as explicações necessárias, é possível que o Tribunal de Contas adeque essa questão e permita que se faça nova licitação, para que haja um processo contínuo até se concluir a obra, que é fundamental para o Município de Juazeiro, para a Bahia e até para Pernambuco, porque diz respeito a uma travessia importante para aquela região.

Então, o apelo que estamos fazendo aqui é justamente no sentido de que não se paralise a obra. Tenho um dado importante: essa obra é de 2014, quando o preço da brita era mais alto do que o atual, pelo número de obras que havia no País. Então, isso é até uma questão de compreensão.

Acho que é preciso adequar esses dois pontos, para que não haja a paralisação da obra, e que deve haver um processo de licitação que permita que se conclua essa obra fundamental para a Bahia e também para Pernambuco.

Quero passar a palavra ao Prefeito de Juazeiro, Paulo Bomfim, que tem um período curto de gestão e está em seu primeiro mandato, com o grande desafio dessa obra que é importante para a população e para a sua administração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Nobre Deputado Valmir Assunção, quero cumprimentar V.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É com muita satisfação que passo a palavra ao Dr. Paulo Bomfim, Prefeito de Juazeiro, uma cidade importante da divisa entre a Bahia e Pernambuco, marcada pelas cidades de Juazeiro e Petrolina.

O SR. PAULO BOMFIM - Bom dia, Sr. Senador. Obrigado pela oportunidade.

Bom dia, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Bom dia, Deputado Gonzaga Patriota, que é da cidade-irmã Petrolina e está passando aqui agora. Bom dia, Deputado Valmir Assunção, que é parceiro do nosso projeto e vem acompanhando a problemática que está acontecendo em nossa cidade.

Como foi dito há pouco, Senador, essas obras se iniciaram no ano de 2014. O senhor não imagina o desgaste que a nossa população vem sofrendo com a paralisação dessa obra. A primeira obra da BR-235, no trecho do Distrito de Pinhões a Juazeiro, está praticamente pronta, restam apenas 4 quilômetros, como foi dito aqui pelo representante do DNIT.

Eu tive oportunidade de acompanhar, passo a passo, todos esses momentos, inclusive quando a fiscalização esteve em Juazeiro, na nossa região. E todos viram, pelas fotos que foram mostradas aqui no painel, que realmente ali havia um brejo, um solo fértil com muita lama. Foi preciso todo um trabalho de recuperação desse trecho.

Eu vim aqui hoje pedir aos senhores atenção com o povo de juazeiro e região. Por quê? Porque hoje o CEASA de Juazeiro representa para o Nordeste o que o CEASA de São Paulo representa para o Brasil. O Mercado do Produtor de Juazeiro é o quarto entreposto com mais distribuição de alimentos no Nordeste. O Mercado do Produtor de Juazeiro está atrás apenas do mercado produtor de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Nós somos o quarto do País em distribuição de frutas e verduras.

Então, os senhores imaginem a quantidade de caminhões que passam ali por Juazeiro, para irem para Pernambuco, Piauí, Ceará, todos esses Estados do Nordeste, e para o Pará.

Essa obra, a segunda obra de duplicação do trecho urbano de Juazeiro, tem apenas 6 quilômetros e se inicia dentro do trecho urbano. Quando ela começou, nós tivemos que tirar toda a posteação. Os senhores imaginem o centro da cidade sem iluminação há 3 anos, imaginem o desgaste que não está tendo a nossa população, a nossa comunidade. O povo não compreende que a obra está paralisada por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

questões técnicas, ele acha que é a Prefeitura que não coloca iluminação no centro da cidade.

O senhor imagine que, da entrada da cidade à Ponte Presidente Dutra, nós tivemos que remover muitos postes, para que a obra acontecesse. Agora essa obra está paralisada, e o centro de Juazeiro está às escuras hoje. Há esse desgaste.

Então, eu gostaria de reiterar o pedido pela sensibilidade dos senhores. Essa obra, sem dúvida nenhuma, é a mais importante dos 139 anos que Juazeiro tem de emancipação política. Eu gostaria de poder contar com sensibilidade dos senhores para que não se paralise essa obra. Deixem que essa obra seja relicitada, como bem disse o camarada do DNIT, para que ela tenha continuidade, pela importância que tem não só para Juazeiro, mas para todo o Nordeste.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, quero falar algo, até porque o Deputado Patriota chegou aqui.

Ainda há um problema sério sobre a ponte que liga Petrolina a Juazeiro. Por exemplo, foi duplicada a parte de Petrolina, mas a parte de Juazeiro não foi duplicada. Agora estão fazendo a duplicação da Avenida Sete de Setembro, em Petrolina, e paralisam a nossa obra em Juazeiro.

Ainda há essa disputa dura, Deputado Patriota, que é importante levar em consideração. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Eu tenho muita sensibilidade com Juazeiro, até porque é a terra, se não me engado, de Ivete Sangalo. Juazeiro é uma cidade que tem dado muitas alegrias ao Brasil, com a produção de frutíferas — tanto Juazeiro quanto Petrolina.

Essa disputa é boa para ambos os lados, e temos que colaborar para que os dois lados sejam vitoriosos. Não é isso, Deputado Gonzaga?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Você quer falar ainda, Paulo?

O SR. PAULO BOMFIM - Eu só quero dizer que hoje Juazeiro está sendo motivo de chacota, Senador: acontece do lado de Petrolina uma duplicação, que foi iniciada agora, cuja ordem de serviço foi dada agora, enquanto a nossa obra está parada, com recurso na conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Juazeiro é terra também de João Gilberto, o pai da bossa nova, e de Daniel Alves, o nosso craque da Seleção Brasileira de Futebol.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Esse é mais um motivo para termos sensibilidade cidadã e fazermos as coisas andar.

Vamos ouvir o nobre Deputado Gonzaga Patriota, de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Cumprimento o meu querido Presidente, as Deputadas e os Deputados, o nosso querido Paulo, Prefeito de Juazeiro, o representante do DNIT.

Eu gostaria de ter chegado aqui mais cedo, mas estava em outra audiência pública. Queria falar aqui sobre a Transnordestina. Em 1987, eu fui autor do projeto de lei que depois se transformou na lei que criou a Transnordestina. Fui ferroviário por 11 anos e andava no trem. Também fui do DNER, porque saí da Rede Ferroviária Federal fui para a Polícia Rodoviária Federal, que era do DNER, hoje DNIT. Mas não pude chegar aqui para falar sobre essa ferrovia tão importante.

Dessa ferrovia, falta ainda o ramal de Parnamirim a Alagoinhas, ao porto de Salvador. Há o ramal de Eliseu Martins a Suape. Começou tudo em Salgueiro, a minha terra. De Salgueiro, ela foi para o Piauí; de Salgueiro, ela foi para Pecém; de Salgueiro, ela foi para Suape. E de Salgueiro, ela não foi para a Bahia, infelizmente. Mas vamos deixar isso para lá.

Eu quero me solidarizar aqui com o Prefeito de Juazeiro e também com o Deputado Valmir Assunção, porque conheço muito bem a duplicação da Presidente Dutra. Por meio de uma emenda minha e do Senador José Coelho, nós conseguimos, na época, 5 milhões de reais, e a obra começou. José Coelho, que era Suplente de Senador, estava como Senador. Quando Lula foi à Bahia, passando na Ponte Presidente Dutra, viu o lado de Petrolina todo pronto e o de Juazeiro apenas com duas saídas. Aí Lula disse: *"Fizeram aqui um picolé. Petrolina ficou com o picolé e vocês da Bahia ficaram com o pau"*.

Eu quero ajudar no que for possível, Paulo, tanto Juazeiro quanto Petrolina, porque elas formam uma cidade só. Vou deixar com o representante do DNIT esse nosso apoio. Inclusive, eu sou o Líder do meu partido, o PSB, aqui na Comissão, e no que dependerem de ajuda do meu partido, terão todo o meu apoio, como Líder que sou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria também fazer um pedido a V.Sa. O DNIT colocou placas de fiscalização eletrônica em todo o Brasil. Isso é muito importante. Mas, infelizmente, em razão do Código de Trânsito Brasileiro, que eu ajudei a fazer quando fui Secretário Nacional de Trânsito, no Governo de Itamar Franco, a fiscalização de rodovias cabe à Polícia Rodoviária Federal.

Eu queria ver se poderia haver um convênio, alguma coisa do DNIT com a Polícia Rodoviária Federal, para nós não perdermos tudo de multas que foram feitas e que poderão ser feitas com aquela sinalização eletrônica, que é muito importante para o trânsito nas rodovias federais. Mas o DNIT não tem competência de fazer isso, porque a fiscalização de trânsito nas rodovias federais cabe à Polícia Rodoviária Federal. Sabemos que seria muito bom se isso pudesse ser passado para a Polícia Rodoviária Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - O.k., nobre Deputado Gonzaga Patriota.

Eu quero fazer aqui as seguintes considerações sobre a construção da BR-235 na Bahia, do quilômetro 282 ao quilômetro 357. Há aqui duas questões pontuais, Deputado José Carlos Aleluia. Primeira: se foi removido do trecho todo o solo mole e colocada a drenagem de colchão de areia nos volumes necessários. Sem isso, todo o pavimento superior tem sua funcionalidade comprometida. Segunda: se todo o volume da retirada do subleito que a medição apontou foi realmente retirado. São controvérsias sustentadas pelo TCU a partir da observação física na obra.

Nossas perguntas são dirigidas ao DNIT, sendo bem-vindos também os comentários do TCU.

Quanto aos solos moles, o DNIT e a construtora informaram que iriam iniciar, ainda no mês de junho deste ano, um estudo geotécnico específico para levantar o que efetivamente foi feito. Pergunto: esse estudo já foi concluído e discutido no TCU? Quais as conclusões desse estudo?

Quanto à remoção de subleito, que já foi inclusive paga, nós não identificamos nos relatórios qualquer posição do DNIT ou da construtora no sentido de explicar o fato. Pergunto: qual é a posição do DNIT sobre o apontamento? Houve ou não a medição desnecessária da substituição do subleito? Que elementos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

permitem afirmar isso? Além disso, no caso da BR-235, qual é a execução financeira atual do contrato de obras?

Faço também uma consulta ao TCU, pois vejo que a recomendação de paralisação atinge os contratos de obras e de supervisão. Pergunto: propõe-se bloquear a supervisão no trecho apenas pelo fato de ser desnecessária quando da paralisação da obra ou existe algum outro motivo específico relacionado ao contrato de supervisão?

Nesta obra, o relatório mostra que o DNIT reconheceu parcialmente um problema, que é a duplicidade de custo no muro de escamas de concreto, mas não justificou os outros dois: o preço de brita superior ao do SICRO e os diversos tipos quantitativos injustificados no projeto. O ritmo da obra é lento, estando menos de 20% executada.

Nesse contexto, pergunto ao DNIT: o órgão concorda com as observações do TCU sobre esses dois problemas, o preço de brita e os quantitativos inadequados de projeto? Isso tudo é relativo à obra de travessia urbana em Juazeiro, as BRs-235 e 407/BA/DNIT. Que medidas foram adotadas para prevenir os prejuízos potenciais apontados pelo TCU e discutidos aqui?

Quero dizer que espero que as respostas, tanto do DNIT quanto do TCU, com as colaborações já feitas pelo Prefeito, pelo Deputado Wladimir, pelo Deputado Gonzaga, pelo Deputado Aleluia, que fará as suas daqui a pouco...

Aliás, quero convidar S.Exa. para assumir a Presidência da Comissão, quando poderá inclusive fazer uso da palavra como Presidente da Comissão, porque estou sendo chamado urgente no Senado e vou ter que me deslocar para lá. Mas, antes de sair daqui, quero deixar claro o meu desejo de conseguirmos dar vazão a essa obra, que está tão bem adiantada, que falta tão pouco e que tanta agonia tem trazido a uma cidade tão importante como Juazeiro, ao povo nordestino e brasileiro que merece todo o nosso apoio.

Eu dou meu apoio, como servidor público concursado que sou, ao trabalho que o TCU vem fazendo. O Luiz Antônio, Diretor do DNIT, também é servidor público concursado. Espero que cheguemos a um consenso que não traga prejuízo à Nação, às obras e ao trabalho. Então, são muito importantes as respostas a tudo o que foi questionado e também às perguntas que o nobre Deputado Aleluia vai fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu só gostaria que S.Exa. viesse presidir a Comissão, por favor, e fizesse as devidas perguntas. Deputado Aleluia, depois das suas perguntas como Presidente em exercício da Comissão, eu gostaria que V.Exa. passasse a palavra ao representante do DNIT e depois ao do TCU, para as considerações finais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Antes de V.Exa. se ausentar, gostaria de saber se colocaremos em votação, depois, para decidir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Não vai ser decidido aqui. Agora, não. Nós vamos fazer as audiências públicas e, posteriormente, colocaremos em votação. Está bem, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - O.k. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Então, peço por gentileza que o senhor assuma a Presidência da Comissão.

Eu quero agradecer ao Luiz Antônio, ao nobre Vladimi e ao nobre Deputado José Carlos Aleluia, que, depois de lhes conceder a palavra, fará a conclusão da reunião de hoje. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Ao assumir a Presidência, quero dizer que sempre tenho um relacionamento com o Senador Hélio de grande consideração. O Senador Hélio é engenheiro eletricista, assim como eu, e nos entendemos muito bem nas questões nacionais e temos trabalhado em projetos importantes.

Quero saudar aqui as presenças do Dr. Luiz Antônio, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT, e do Dr. Vladimi, Diretor do setor rodoviário do TCU.

Eu vim aqui como Deputado da Bahia, portanto, quero saudar a presença do meu companheiro baiano. Eu queria que ele permanecesse um pouco. Não sei se é do seu interesse a questão que vou abordar. Eu venho aqui praticamente interessado em resolver o problema da BR que liga Juazeiro ao Porto de Aracaju. É uma rodovia que representa um sonho que nós temos acalentado durante muito tempo. No trecho de Sergipe até a fronteira, do porto até a fronteira, a estrada está concluída, e a tenho usado em boas condições; da divisa de Sergipe até a minha querida Jeremoabo, 60% estão prontos e 40% com terraplanagem. Nesse trecho não há nenhum empecilho; essa importante obra está andando e deve ficar pronta em março. Essas informações foram-me passadas dadas agora pelo Amauri Lima, Diretor da Bahia, que também está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O trecho de Jeremoabo até Canché também está andando normalmente. Faltam 12 quilômetros para sua conclusão, e também deve ficar pronto em março do próximo ano, portanto, em condições de ser inaugurado pelo atual Governo, na gestão do Dr. Luiz Antônio. De Canché até Uauá já está o.k. Eu também tenho usado esse trecho, sou usuário frequente. Ontem estive com o Jorge Lobo, ex-Prefeito de Uauá, que almoçou na minha casa, e a reivindicação dele era que eu viesse aqui tratar desse assunto, porque é importante fazer a conexão completa. De Uauá a Pinhões, está o.k. também. De Pinhões a Juazeiro, há o problema de discussão técnica.

O Dr. Vladimi certamente é engenheiro, não é?

O SR. VLADIMI JOSÉ DANIEL DE ASSIS - Sou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Eu também sou, mas não sou engenheiro de solo.

O SR. VLADIMI JOSÉ DANIEL DE ASSIS - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Eu sou eletricista. Mas no meu tempo, quando estudei engenharia, estudávamos quase todo o curso de Engenharia Civil, e via resistência de materiais e tal. Eu trabalhei muito tempo como Presidente da CHESF, fui Diretor de Engenharia da CHESF. Eu sei da preocupação do TCU com relação ao solo no Semiárido. O solo no Semiárido surpreende muito. Quando eu assumi a Diretoria de Engenharia da CHESF, a cidade de Petrolândia, também uma área semiárida, estava com problemas graves de estrutura, e praticamente todos os prédios tiveram que ser refeitos. Lá havia um solo colapsível, que era muito pior.

Não sei se você já se defrontou com um solo colapsível, que tem um comportamento maravilhoso na ausência de água e tem um comportamento desastroso na presença de água. De modo que eu peço ao TCU que examine... Não estou dizendo que lá o solo é colapsível, mas o terreno pode ser massapê, embora esteja no Semiárido. É claro que essa obra não pode ficar toda parada, sem tráfego, por causa dos quilômetros que estão com problemas.

Então, eu vim à Comissão de Orçamento para que, junto com o DNIT e o TCU, nós pudéssemos resolver esses problemas e desbloquear a obra, para que ela seja concluída, porque é do interesse da Bahia, de Juazeiro, de Uauá, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Jeremoabo, enfim, de toda uma região para fazer escoar a sua produção. Na Bahia, nós temos as BRs-110, 116 e 324, que também vai naquele sentido, e tudo isso pode ser escoado, encurtando bastante o caminho para a produção de Juazeiro e de Petrolina, que são polos produtores de frutas, de açúcar, de álcool. Portanto, é importante concluirmos isso.

Não quero me alongar muito. Então, vou passar a palavra... não sei quem quer falar primeiro. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Vou deixar o Vladimi falar primeiro, porque ele é o fiscal. *(Risos)*

Com a palavra o Sr. Vladimi Assis.

O SR. VLADIMI JOSÉ DANIEL DE ASSIS - As questões que foram tratadas aqui dão um encaminhamento interessante para analisarmos as duas obras.

Primeiro, vamos falar do trecho entre Juazeiro e Pinhões. A questão técnica fundamental era a dúvida que nós, do TCU, tínhamos em relação à obra, em função da presença do solo mole. Como o estudo que havia sido feito não estava robusto, gerou uma dúvida: adianta terminar esse trecho de 4 quilômetros se não se sabe o que há embaixo? Será que a empresa executou o serviço conforme os normativos? Os elementos de que dispúnhamos não nos permitiam chegar a essa conclusão. Em razão disso, atacamos o problema nesses 4 quilômetros.

Em relação a esses 4 quilômetros, o DNIT voltou lá com a empresa e, de fato, os serviços não haviam sido feitos de acordo com o projeto, mas eles — o DNIT junto com a empresa — tomaram uma providência e refizeram o serviço. E, pelo que nos foi encaminhado das análises técnicas que foram feitas depois da reexecução do serviço, pelos elementos que chegaram para nossa análise, o serviço foi feito de acordo com o projeto. Ou seja, não existe mais dúvida técnica em relação àqueles 4 quilômetros. Inclusive, em relação a esses 4 quilômetros, havia uma cautelar do DNIT, dizendo: *"Não trabalhe nesse trecho enquanto essa questão técnica não for resolvida"*.

Em função desse refazimento de serviço e dos elementos técnicos que nos foram apresentados, na análise desse material, chegamos à conclusão de que não fazia mais sentido ter a cautelar, e liberou-se esse trecho. Claro que essa liberação está restrita ainda à unidade técnica; falta o Tribunal manifestar-se. Mas, se o trecho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foi liberado, qual é o problema? O problema não é mais esse trecho de 4 quilômetros. Esse trecho de 4 quilômetros, de acordo com a unidade técnica, pode ser perfeitamente concluído. A questão é o segundo achado, que permanece, sim, com o IGP. E o segundo achado trata da execução de um serviço desnecessário, que vou tentar explicar melhor, entrando numa questão técnica.

De maneira simplificada, existem três tipos de solo: aquele que você tem que trocar de toda forma, porque ele não funciona; aquele que você não precisa trocar, porque ele é bom; e aquele que fica no intermediário, ou seja, em determinadas situações, você precisa atuar e, em outras situações, não precisa atuar. No caso específico do trecho, a situação, conforme os normativos do DNIT, não necessitava uma atuação. Mas o que nós vemos é que o DNIT mediu e pagou pela execução desse serviço, e o IGP está em função justamente dessa questão.

Na manifestação que o DNIT nos apresentou, ele tentou justificar dizendo que não, que aquele material era importante. Mas, a nosso ver e de acordo exclusivamente com as normas do próprio DNIT, nós não acatamos essa justificativa, e permaneceu a irregularidade.

Agora, o colega do DNIT nos traz a informação de que estão revisando toda essa situação, estão revisando esse projeto. Essa é uma informação nova que não está no processo do Tribunal, e, em função dela, nós não podemos emitir uma opinião técnica agora, porque nós não temos esses elementos em mãos para avaliar. Fica difícil para nós aqui emitirmos uma opinião sobre se essa irregularidade deve permanecer ou não, porque nós não temos esse elemento técnico do DNIT para avaliar e analisar.

Ressalto que, embora a unidade técnica já tenha emitido a opinião de que a irregularidade deve permanecer, o processo ainda não foi julgado pelo Tribunal. Nada impede de o DNIT tentar apresentar no Tribunal esse material, para que se faça uma nova análise.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Sr. Vladimi, o Dr. Luiz está sugerindo responder essa pergunta, para, depois, o senhor dar seguimento.

O SR. VLADIMI JOSÉ DANIEL DE ASSIS - Pois não.

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Engenheiro tem que ser menos formal. O Deputado Valmir Assunção ficou, porque eu quero fazer um registro para a Bahia. V.Exa. é meu adversário, nós brigamos muito, mas eu fico muito satisfeito de vê-lo aqui ao meu lado, e eu ao seu lado também, pois estamos no mesmo lado: o do interesse da Bahia, Valmir. Fico muito satisfeito como político, eu me emociono. Foi por isso que eu pedi para V.Exa. ficar.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - As disputas ideológicas existem, irão existir, mas nós defendemos a Bahia, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Muito obrigado.

O SR. VLADIMI JOSÉ DANIEL DE ASSIS - Em síntese, a questão do solo e da qualidade técnica daqueles 4 quilômetros para a unidade técnica do Tribunal está equacionada, e a questão do serviço desnecessário, para nós, continua com o problema, embora vocês trazem a informação de que estão revendo esta questão. Mas nós não podemos emitir uma opinião agora, porque não temos esses elementos em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Com a palavra o Dr. Luiz. Qual é o seu nome de guerra?

O SR. LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA - Pode me chamar de Luiz Antônio.

Antes de adentrar a discussão técnica, eu queria fazer um esclarecimento, porque a pergunta do Senador Hélio José é muito oportuna, objetiva. Ele pergunta se nós concordamos ou discordamos com os apontamentos do Tribunal. Eu queria dizer que o DNIT trabalha de forma muito à vontade com o Tribunal. Não existe um confronto entre o DNIT e o Tribunal. O DNIT reconhece que, por uma falha no projeto de engenharia que originou essa contratação, não reunia elementos suficientes para comprovar a ocorrência do solo mole.

Então, nós reconhecemos que o Tribunal, por ter sido diligente, fez este apontamento em relatório: *"Olha, é temeroso isso aqui, porque vocês previram uma remoção de solo mole, uma substituição por outro material, sendo que o projeto não está trazendo elementos consistentes. Então, isso é um indício*". E o DNIT, por reconhecer essa preocupação do Tribunal, por ser diligente, por ter uma medida responsável, em nenhum momento foi contra esse achado. Ele foi a favor do esclarecimento do achado, tanto que retornamos a campo, convidamos também representantes do Tribunal e chegamos a um bom termo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho que a eficiência na administração pública é isto: cada um fazer o seu papel, mas, de forma a solucionar; e o DNIT reconhecer que existia uma falha no seu projeto que gerou ou suscitou uma dúvida, e, mediante a dúvida, o DNIT foi proativo ao ir lá e esclarecer essa dúvida. Então, é muito nobre da nossa parte vir aqui fazer essa... E, depois, o Tribunal reconheceu que o serviço foi feito de forma adequada. Claro que alguns ajustes têm que ser feitos, mas nós estamos sendo diligentes.

Quanto à questão da substituição do subleito do solo — e vamos chamar de solo intermediário, como colocou o Dr. Vladimi —, eu não estou aqui dizendo que o serviço é necessário ou desnecessário. Quando eu pedi que essa obra continuasse, não foi porque eu concordasse com algum pagamento indevido. Muito pelo contrário. Nós temos que ir à busca da verdade real, da verdade material. Essa é a nossa proposta para esta Comissão. Esse dano do rebaixo do subleito, do uso de caixas de empréstimo que não estavam previstas em projetos, caso se confirme, ele ocorreu, ele já ocorreu. Se ele se confirmar, ele já ocorreu! Não é a conclusão desses 4 quilômetros que vai ser determinante da ocorrência ou não desse dano. Nós reconhecemos também que o próprio Tribunal, diante dessa situação, tem que manter a IGP por conta de que está em obediência, em observância ao ordenamento normativo, ao ordenamento legal. Então, nós estamos aqui diante de uma situação *sui generis*. O Tribunal tem obrigação de manter a IGP, por ser uma irregularidade grave.

Como representante do DNIT, da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, à qual está subordinada a Coordenação-Geral de Construção, que é a área gestora desse contrato, eu venho assumir o compromisso de fazermos, com a empresa supervisora, um levantamento por completo, uma auditoria nesse trecho, e apresentar ao Tribunal algo conclusivo, até porque haverá mecanismos de controle, como uma tomada de contas especial, que irão verificar e fazer a apuração desse dano, e nós já estamos nos antecipando para ver se há ocorrência ou não. E, caso se confirme, nós vamos tomar as medidas administrativas cabíveis e necessárias, para reaver algum suposto superfaturamento.

O que viemos fazer aqui é apresentar um apelo mais social em relação aos 4 quilômetros: a conclusão dos 4 quilômetros, que é necessária para dar funcionalidade a essa obra. Mas não que nós discordemos de alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

posicionamentos do Tribunal. Nós caminhamos em conjunto para o devido esclarecimento técnico dos fatos. E, caso haja alguma coisa que não esteja de acordo, que não está conforme, o DNIT vai, sim, tomar as medidas necessárias, cabíveis, de forma enérgica, para reaver algum suposto sobrepreço ou superfaturamento. Por isso, não existe um confronto entre DNIT e TCU. Nós vamos trabalhar para o esclarecimento dos fatos e para tomar as medidas necessárias.

Nós viemos aqui trazer esse apelo a esta Comissão, que tem o poder de decidir ou não pela paralisação e fazer uma argumentação acerca da questão social, da questão da funcionalidade dessa obra, dessa rodovia, e da importância de concluirmos esses 4 quilômetros. Se a IGP for mantida, ela vai incidir sobre toda a obra, inclusive sobre esses 4 quilômetros, onde alguns serviços já foram executados, embora não concluídos, e existe o risco de serem perdidos, além de prejudicar a funcionalidade da rodovia. Mas nós temos o compromisso de fazer o necessário, de fazer o correto. Não temos compromisso com o erro de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Muito bom, Dr. Luiz Antônio.

Passo a palavra ao Dr. Vladimi.

O SR. VLADIMI JOSÉ DANIEL DE ASSIS - Veja que nós estamos praticamente concordando. Em relação aos 4 quilômetros, tecnicamente já está ajustado. O que falta apurarmos é, de fato, o valor do possível dano que ocorreu, em função de medição de serviços desnecessários, em função de utilização de caixas de empréstimos que não estavam previstas no projeto. Para resolver essa questão no âmbito do TCU e reclassificar essa irregularidade de IGP para uma outra classificação, para uma outra tipificação, temos dois caminhos, no caso do Tribunal.

Um deles é o de os senhores apresentarem esse estudo final demonstrando o valor do superfaturamento e, a partir daí, adotar providências para recuperar o dano ao Erário. Mas creio que os senhores não terão tempo de apresentar isso em 15 dias. No máximo, os senhores podem apresentar a iniciativa de adotar esse procedimento.

Em paralelo — e inclusive isso foi motivo de comunicação nos ofícios que o Tribunal encaminhou para o DNIT e para as empresas construtoras —, há a possibilidade de transformar essa irregularidade com indicação de paralisação numa irregularidade grave com indicação de retenção. Caso a empresa construtora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concorde, ela pode apresentar uma garantia em relação a esse valor que está em discussão e, a partir daí, o Tribunal faria uma reclassificação para a IGR e tiraria essa IGP. Mas isso depende da empresa construtora. Se ela apresentar essas garantias, é provável, é quase certo que o Tribunal venha a alterar essa situação, essa classificação. Mas, volto a dizer: isso foi motivo de comunicação no ofício para as empresas e para o DNIT, e os dois não levantaram essa possibilidade de aceitação. Creio que ainda está em tempo.

Volto a dizer: o Tribunal ainda não julgou. O que há é a opinião técnica da unidade técnica, que é uma avaliação exclusivamente técnica. E, na avaliação exclusivamente técnica, a primeira questão está resolvida, e a segunda não está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Eu fico muito satisfeito de ver que dois homens, duas pessoas exclusivamente técnicas estão com muita sensibilidade, o que é muito bom. Nenhum dos dois está muito rígido. Eu tenho absoluta certeza de que nós vamos encontrar um caminho.

Essa ideia da retenção é muito boa. Às vezes, a retenção é mais fácil do que a garantia. As empresas estão com muita dificuldade. O tribunal elevou o nível de exigência de garantia, com certa razão, porque certas garantias não tinham força suficiente para assegurar o recebimento por parte da União, na eventualidade do dano. Mas acho que vamos encontrar a solução, e a Comissão deverá, no meu entendimento — e não sei quem é o Relator deste caso, mas vou procurá-lo —, tomar uma decisão orientada pelo TCU, procurando estabelecer uma retomada da obra, para que se evite a não inauguração, mas, com todas as precauções que estão sendo estabelecidas.

Alguém tem mais alguma coisa a dizer?

O SR. VLADIMI JOSÉ DANIEL DE ASSIS - Nós temos outra questão, pois tratamos do trecho entre Juazeiro e Pinhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Certo.

O SR. VLADIMI JOSÉ DANIEL DE ASSIS - Agora, temos outra obra, que é a travessia urbana de Juazeiro mesmo, que seria um outro contrato. Em relação a esse outro contrato, também há duas irregularidades.

Nesse outro contrato, a situação é um pouco diferente, porque o contrato está bem no início. Esses serviços que estão sendo contestados não foram medidos, não foram executados ainda. O que temos é um projeto deficiente que está sustentando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma obra e o que queremos é que a obra seja de fato executada. Mas não adianta querer tocar a obra com um projeto deficiente, porque se começa a obra e, daqui a 6, 7 meses, ela para. Não adianta! O que se tem que fazer é refazer esse projeto por completo, de tal maneira que ele possa ser executado. A questão é essa.

O colega Luiz está nos dizendo que possivelmente o contrato vai ser rescindido. Em sendo rescindido esse contrato, a irregularidade apontada no Tribunal, para que se sustente, precisa ter um objeto, e o objeto é o contrato. Se esse contrato deixa de existir, deve ser encaminhada essa informação para o Tribunal. E, possivelmente, vamos analisar essa questão, mas, não tendo contrato, a irregularidade fica sem o objeto. O problema persiste, o problema persiste, mas a irregularidade fica sem objeto. E isso vai ser levado para o Tribunal decidir. Perfeito? E o que acontece? Em o problema persistindo, não basta o DNIT rescindir o contrato e fazer nova licitação com aquele mesmo projeto, porque o problema só será empurrado com a barriga.

Ainda há um outro problema, que é importante ser relatado: essa já é a segunda vez que essa obra é licitada com esse mesmo projeto. Na primeira obra, foram pagos canteiro de obra e mobilização, com o projeto deficiente. O canteiro de obra e a mobilização que foram pagos da primeira vez ficaram perdidos. Contrata-se pela segunda vez com esse mesmo projeto; paga-se novamente canteiro de obra e mobilização. E novamente se perde esse recurso.

Então, em relação à travessia de Juazeiro, essa questão que está sendo trazida da rescisão contratual pode ser um encaminhamento. Precisamos analisar com calma quando esses elementos chegarem ao Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Acho que estamos entendidos.

Eu tenho uma preocupação muito grande com a engenharia de projeto do Brasil. Essas RDCs... Eu sou do tempo da Lei nº 8.666 e da que a antecedeu, onde quem fazia o projeto não executava a obra, nem podia ser do mesmo grupo. Depois, criaram essas contratações sem projeto. No Brasil, virou moda contratar obras sem projeto. Eu sei que essa não é sem projeto. Mas conheço Juazeiro, sou votado em Juazeiro, nós somos votados em Juazeiro e sabemos da importância que tem o contorno de Juazeiro. É um problema urbanístico. E, embora seja engenheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eletricista, eu fui secretário de urbanismo. Estudei muito urbanismo para poder exercer o meu cargo. Então, é necessário fazer um projeto.

Eu acho que o caminho que o Dr. Luiz Antônio e o Dr. Vladimi Assis estão tomando é o mais correto: é preciso parar e fazer um projeto. A pressa não é essa. Não adianta querer encontrar uma solução para o contorno de Juazeiro com pressa. Nós queremos fazer a estrada e depois fazer um contorno decente. Não é Deputado Valmir? Então, acho que estamos entendidos em relação a isso.

Eu não esperava participar de um momento tão bom da reunião. As notas nos serão transmitidas e vou trabalhar para que o assunto seja resolvido e para que, de acordo com o DNIT e o Tribunal de Contas, possamos retomar o trecho dos 4 quilômetros entre Pinhões e Juazeiro, com as garantias de que a União precisa. E acredito que chegamos a um bom termo.

Não havendo mais nada a tratar, quero agradecer a presença do Sr. Vladimi Assis e dizer que me impressionou muito bem a forma como o senhor está vendo as coisas, porque, às vezes, pessoas que estão na posição como a sua começam a ser inflexíveis pela autoridade que o órgão detém. E o senhor está tendo uma posição extremamente dura, mas flexível. Fiquei também muito impressionado com a apresentação do Sr. Luiz Antônio, uma pessoa jovem. Está bem entregue.

Muito obrigado.

Dou por encerrada a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 28 E 29 DE NOVEMBRO E 04, 05 E 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Aos vinte e oito e vinte e nove dias do mês de novembro, e aos quatro, cinco e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Neste período foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Domingos Sávio, Edio Lopes, Elmar Nascimento, Evandro Roman, Hugo Leal, Hugo Motta, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Vitor Valim e Zé Carlos; **- Senadores titulares**: Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Jorge Viana, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Valdir Raupp e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes**: Andre Moura, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Edmar Arruda, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Jorge Solla, Josi Nunes, Marcon, Misael Varella, Nelson Pellegrino, Pedro Fernandes, Professora Marcivania, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade, Valtenir Pereira, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Roberto; **- Senadores suplentes**: Cidinho Santos, Eduardo Lopes, Hélio José e Lúcia Vânia. Teve a ausência justificada o Deputado Titular Laudivio Carvalho. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Cabo Sabino, Caio Narcio, Claudio Cajado, Paulão e Ricardo Izar. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Weverton Rocha; e a **Senadora:** Kátia Abreu. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, do dia vinte e oito de novembro de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC). Em seguida, o Presidente passou a apreciação da Ata da seguinte reunião: 8ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 21 e 22 de novembro de 2017. O Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura da ata e houve concordância. A apreciação foi adiada. EXPEDIENTE. O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 21 a 28 de novembro de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. **ORDEM DO DIA**: Pauta. Item 01. Conforme o disposto no *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário o **Relatório de Atividades** do **Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, **Nº 02/2017,** quanto à admissibilidade de emendas coletivas apresentadas ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN** (PLOA/2018). Relator: Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Coordenador do CAE: Deputado Bilac Pinto (PR/MG). Voto: propõe dentre as emendas de Bancada Estadual e de Comissão apresentadas ao PLOA 2018, sejam consideradas inadmitidas as emendas de nºs 7116.0011, 7116.0016, 7116.0017, 7116.0018, 7115.0008, 7115.0018, 7117.0010, 7117.0015, 7122.0014, 6011.0005, 5031.0002, 6001.0002, 5024.0004, 6007.0001, 6007.0002, 6007.0003 e 6007.0004. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes solicitados pelo CAE. O Coordenador do CAE apresentou o **Relatório.** Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria o Deputado Bohn Gass (PT/RS). A discussão foi encerrada e o prazo para apresentação de destaques. Foi apresentado 01 destaque. O destaque foi apresentado pelo autor, Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/ CE). O Coordenador do CAE fez considerações sobre o destaque. A apreciação da matéria foi **adiada**. Item 02. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 31/2017-CN**,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2017 crédito suplementar no valor total de R$ 8.480.320.523,00 (oito bilhões, quatrocentos e oitenta milhões, trezentos e vinte mil, quinhentos e vinte e três reais) em favor de diversas empresas estatais e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 15.278.975.941,00 (quinze bilhões, duzentos e setenta e oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e um reais), para os fins que especifica." Relator: Deputado Maia Filho. Foram apresentadas 05 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei nos termos propostos pelo Poder Executivo, com indicação pela **inadmissibilidade** das emendas de nºs 01 e 04, e pela **rejeição** das emendas de nºs 02, 03 e 05. Na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 22.11.2017, ausente o relator, foi designado o Deputado Wellington Roberto (PR/PB) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Bohn Gass (PT/RS), José Airton Cirilo (PT/CE) e Claudio Cajado (DEM/BA). Em virtude da inexistência de acordo para deliberação da matéria, a apreciação foi **adiada**. E nesta reunião, em 28.11. 2017, o Relator, Deputado Maia Filho (PP/PI), reapresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Discutiu a matéria o Deputado Bohn Gass (PT/RS). A apreciação da matéria foi **adiada**. Item 03. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 34/2017-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Agrário e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 4.511.886.489,00 (quatro bilhões, quinhentos e onze milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e nove reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Relator: Deputado Nilton Capixaba. Foram apresentadas 115 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo apresentado, com a modificação dos anexos proposta pelo Ofício nº 100/2017/MP, de 20 de novembro de 2017, e pela **inadmissibilidade** das Emendas de nºs 01 a 115. O relator apresentou o Relatório**.** Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. Discutiram a matéria os Deputados Zé Carlos (PT/MA), Vander Loubet (PT/MS), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Bohn Gass (PT/RS) e Pedro Fernandes (PTB/MA). Às 16h09min, tendo sido atingido o *quórum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, o Presidente submeteu a matéria ao Plenário. Em votação, o Relatório foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados**,** com votos contrários dos Deputados Bohn Gass (PT/RS) e Vander Loubet (PT/MS). Em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado**. Relativamente às matérias anteriormente discutidas, o Presidente submeteu ao Plenário a Ata da 8ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 21 e 22 de novembro de 2017. Em votação, a Ata foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, submeteu ao Plenário o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 31/2017-CN.** Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 04. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 36/2017-CN**, que "Altera a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017." Relatora: Deputada Laura Carneiro. Foi apresentada 01 emenda. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição da emenda apresentada. A relatora apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 05. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 37/2017-CN**, que "Altera a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017." Relatora: Deputada Laura Carneiro. Foram apresentadas 02 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela rejeição das emendas de nºs 01 e 02. A relatora apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Retornando ao item 01 da pauta, apreciação do **Relatório de Atividades** do **Comitê de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Admissibilidade de Emendas – CAE, **Nº 02/2017,** quanto à admissibilidade de emendas coletivas apresentadas ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN** (PLOA/2018). O Coordenador do CAE, Deputado Bilac Pinto (PR/MG), apresentou Adendo ao Relatório. O **Adendo** excluiu do rol das emendas inadmitidas as seguintes: 6011.0005, 6001.0002 e 7116.0011. Discutiram a matéria os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e o Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). A apreciação da matéria foi **adiada**. Às 16h48min, em virtude do início da Ordem do Dia nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente informou que suspenderia a reunião. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o dia seguinte, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. No dia 29 de novembro, às 14h42min, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que deu continuidade a apreciação do **Relatório de Atividades** do **Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, **Nº 02/2017,** quanto à admissibilidade de emendas coletivas apresentadas ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN** (PLOA/2018). Relator: Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Coordenador do CAE: Deputado Bilac Pinto (PR/MG). Voto: propõe dentre as emendas de Bancada Estadual e de Comissão apresentadas ao PLOA 2018, sejam consideradas inadmitidas as emendas de nºs 7116.0011, 7116.0016, 7116.0017, 7116.0018, 7115.0008, 7115.0018, 7117.0010, 7117.0015, 7122.0014, 6011.0005, 5031.0002, 6001.0002, 5024.0004, 6007.0001, 6007.0002, 6007.0003 e 6007.0004. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes solicitados pelo CAE**.** Discutiram o destaque apresentado os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Pedro Fernandes (PTB/MA), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e Claudio Cajado (DEM/BA). Em votação, o Relatório do CAE e o Adendo foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvado o destaque. O Destaque nº 01, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, com indicação para supressão das Emendas de nºs 6007.0001, 6007.0002, 6007.0003 e 6007.0004, constantes do anexo do Relatório apresentado pelo CAE, por falta de consenso, foi alterado por sugestão do Plenário, ficando excluído do Destaque a Emenda nº 6007.0003. Apreciação do destaque alterado. Destaque com voto do Coordenador do CAE pela **aprovação:** Destaque nº 01, do Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), à supressão das Emendas de nºs 6007.0001, 6007.0002 e 6007.0004, constantes do anexo do Relatório apresentado pelo CAE. Em votação, o destaque alterado foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**.** O Destaque aprovado excluiu do rol das emendas inadmitidas pelo CAE as seguintes: 6007.0001, 6007.0002 e 6007.0004. AVISO. O Presidente informou que os Relatórios Setoriais que serão apresentados ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN - PLOA 2018,** que **"**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018", deverão ser entregues à Secretaria da CMO, até o dia 01 de dezembro, sexta-feira, às 18 horas. E conforme acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, está prevista a votação dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas IV, VIII, IX, XII, XIV e XV, no dia 04 de dezembro, segunda-feira; e das Áreas Temáticas I, II, III, V, VI, VII, X, XI, XIII e XVI no dia 5 de dezembro, terça-feira. Em sequência, apreciação de Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2017-CN.** Autor: Deputado Laudivio Carvalho. O Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2017-CN**, que "Altera a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019." Relator: Deputado Laudivio Carvalho. Foram apresentadas 06 emendas. Voto: favorável ao Projeto de Lei, na forma proposta no Substitutivo apresentado, com as alterações decorrentes da aprovação das 6 emendas de Relator e da **aprovação** da Emenda nº 05; **aprovação parcial** das Emendas de nºs 01, 02, 03 e 04; e **rejeição** da Emenda nº 06. Ausente o Relator, foi designada a Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) como relatora *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Não houve discussão. Foi apresentado 01 destaque. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** ressalvado o destaque. Apreciação do destaque apresentado. Destaque nº 01, do Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Wellington Roberto (PR/PB), à Emenda nº 06, do Relator, Deputado Laudivio Carvalho (SD/MG). Voto da Relatora: pela **aprovação.** Em votação, a matéria objeto do destaque foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o Relatório apresentado ao **Aviso nº 21/2017-CN.** Autor: Deputado Hildo Rocha. O Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 21/2017-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2.008/2017-TCU-Plenário, que trata de relatório de auditoria relativa à construção do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos. (TC 007.991/2017-7)." Relator: Deputado Hildo Rocha. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento e determine o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira do Contrato 70/2016 vinculado ao Programa de Trabalho 10.572.2015.13DW.0033/2016 – Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no estado do Rio de Janeiro, da Unidade Orçamentária 36.201 Fundação Oswaldo Cruz, com fundamento no art. 121, combinado com o § 4º do art. 125, ambos da Lei nº 13.408, de 2016 (LDO/2017), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Jorge Solla (PT/BA), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Bohn Gass (PT/RS) e Marcus Pestana (PSDB/MG). Após as manifestações dos parlamentares e com a concordância do relator, Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), o Presidente suspendeu a discussão e a apreciação da matéria foi **adiada**. Em prosseguimento aos trabalhos, o Presidente informou que seria realizada no dia 07 de dezembro, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, Reunião de Audiência Pública com representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Tribunal de Contas da União, da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP, para debater o déficit da previdência social brasileira e a reforma da previdência social, em atendimento ao **Requerimento n.º 04/2017-CMO**, de autoria do Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), aprovado na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 29.08.2017. Manifestaram-se sobre os convidados da Reunião de Audiência Pública os Deputados Bohn Gass (PT/RS), Pedro Fernandes (PTB/MA), Domingos Sávio (PSDB/MG) e Marcus Pestana (PSDB/MG). Em seguida, Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o Relatório apresentado aos **Ofícios de nºs 06/2017-CN** e **09/2017-CN.** Autor: Deputado Pedro Fernandes. O Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. Por sugestão do Plenário, o Presidente anunciou a votação em globo dos itens 6, 7, 8 e 9 constantes da Pauta e a Extrapauta, referente ao Relatório apresentado aos **Ofícios de nºs 06/2017-CN** e **09/2017-CN.** Pauta. Item 06. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2017-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 460/2017-TCU-Plenário, referente à auditoria destinada a avaliar a implantação do corredor de transporte BRT (bus rapid transit) e o sistema inteligente de transporte (SIT) na região sul do Município de Palmas/TO (BRT Sul)." Relator: Deputado Domingos Sávio. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento e mantenha o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira do Edital 01/2015 e do Termo de compromisso nº 683171 no SIAFI (Termo de Compromisso 0444.024-63/2014) vinculados ao Programa de Trabalho 15.453.2048.10SS.0001/2016 – Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano Nacional Implantação do BRT de Palmas - TO, da Unidade orçamentária 56.101 Ministério das Cidades, com fundamento no art. 121, combinado com o parágrafo 4º do art. 125, ambos da Lei nº 13.408, de 2016 (LDO/2017). Item 07. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 18/2015-CN**, que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição de 1988, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 3º trimestre de 2015." Relator: Deputado Nilton Capixaba. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. Item 08. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 03/2016-CN**, que "Encaminha, nos termos do parágrafo 4º do art. 71 da Constituição de 1988, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2015." Relator: Deputado Nilton Capixaba. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. Item 09. Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 06/2017-CN**, que "Encaminha, Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, relativo ao quarto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trimestre de 2016, encaminhado nos termos do art. 10 da Lei 11.887/2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055/2009." Relator: Deputado Victor Mendes. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio ao arquivo. EXTRAPAUTA. Relatório apresentado ao **Ofício nº 06/2017-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao § 6º do art. 1º da Lei nº 11.948/2009, § 8º do art. 4º da Lei nº 12.096/2009, e ao § 3º do art. 2º da Lei nº 12.453/2011, o Relatório Gerencial do BNDES, referente ao 1º trimestre de 2017", e sobre o **Ofício nº 9/2017-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao § 6º do art. 1º da Lei nº 11.948/2009, ao § 8º do art. 1º da Lei nº 12.096/2009, e ao § 3º do art. 2º da Lei nº 12.453/2011, o Relatório Gerencial do BNDES, referente ao 2º trimestre de 2017." Relator: Deputado Pedro Fernandes. Voto: pelo conhecimento e arquivamento das matérias. O Deputado Pedro Fernandes apresentou o Relatório aos **Ofícios nº 06 e 09/2017-CN.** Não houve discussão. Em votação em globo, os Relatórios apresentados aos **Avisos nºs 11/2017-CN, 18/2015-CN, 03/2016-CN**, e **06/2017-CN**, e o Relatório aos **Ofícios de nºs 06/2017-CN** e **09/2017-CN,** foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, o Presidente anunciou que, seria realizada naquele mesmo dia, 29 de novembro, quarta-feira, às 17 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, Reunião de Audiência Pública, com a finalidade de ouvir representantes da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás, do Ministério da Integração Nacional, da Eletrobras Eletronuclear e do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves (IGP) apontados pelo TCU, por meio do Acórdão nº 1.659/2017-TCU/Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos órgãos supracitados, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2018, por solicitação do Senador Hélio José (PROS/DF), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, desta Comissão, em atendimento ao *§ 1º, do art. 121 da Lei nº 13.473/2017* (LDO/2018). Em prosseguimento, o Senador Hélio José (PROS/DF) manifestou interesse em participar da reunião de audiência pública, que debaterá a Previdência Social, e o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), autor do Requerimento que solicitou a realização da reunião, informou que o senador como membro da CMO terá tempo para fazer as suas exposições. Às 17h05min, concluída a votação das matérias acordadas, constantes da pauta e extrapauta, o Presidente anunciou que suspenderia a reunião. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para a próxima segunda-feira, às 20 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 20h28min, do dia 04 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC). Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 21/2017-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2.008/2017-TCU-Plenário, que trata de relatório de auditoria relativa à construção do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos. (TC 007.991/2017-7)." Relator: Deputado Hildo Rocha. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento e determine o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira do Contrato 70/2016 vinculado ao Programa de Trabalho 10.572.2015.13DW.0033/2016 – Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no estado do Rio de Janeiro, da Unidade Orçamentária 36.201 Fundação Oswaldo Cruz, com fundamento no art. 121, combinado com o § 4º do art. 125, ambos da Lei nº 13.408, de 2016 (LDO/2017), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O Presidente informou que de acordo com o disposto no a*rt. 122 da Resolução nº 01/2006, do Congresso Nacional*, a matéria foi encaminhada ao Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, tendo em vista que não foi deliberada até o último dia útil do mês de novembro. Em sequência, Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar os Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** PLOA/2018. Autor: Deputado Cacá Leão (PP/BA). O Presidente **deferiu** a inclusão das matérias na Pauta. Em seguida, o Presidente consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dos Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** PLOA/2018, com dispensa do prazo de 3 (dias) dias úteis após a sua distribuição, conforme previsto no *Art. 128 da Resolução nº 01/2006, do Congresso Nacional.* Em votação, a dispensa do prazo de 3 (três) dias úteis para a votação dos Relatórios Setoriais ao **Projeto de Lei nº**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

20/2017-CN, nos termos do a*rt. 128 da Resolução nº 1/2006-CN,* foi **aprovada** representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN** (PLOA 2018), que **"**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018". 9 - **Relatório Setorial da Área Temática IX – Minas e Energia.** Relator Setorial: Deputado Vander Loubet (PT/MS). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Zé Carlos (PT/MA) como relator *ad hoc,* para leitura do Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. A apreciação foi **adiada**. 4 - **Relatório Setorial da Área Temática IV – Integração Nacional.** Relator Setorial: Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA). O Relator Setorial apresentou o Relatório e a Complementação de Voto. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Valtenir Pereira (PSB/MT), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e Hildo Rocha (PMDB/MA). O Relator Setorial respondeu aos questionamentos dos parlamentares. A apreciação foi **adiada**. 15 - **Relatório Setorial da Área Temática XV – Defesa e Justiça.** Relator Setorial: Deputado Edio Lopes (PR/RR). O Relator Setorial apresentou o Relatório e a Complementação de Voto. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Toninho Wandscheer (PROS/PR), Valtenir Pereira (PSB/MT), Claudio Cajado (DEM/BA), Pedro Fernandes (PTB/MA), Carmen Zanotto (PPS/SC) e Nelson Pellegrino (PT/BA). O Relator Setorial respondeu aos questionamentos dos parlamentares. A apreciação foi **adiada**. 14 - **Relatório Setorial da Área Temática XIV – Trabalho, Previdência e Assistência Social.** Relator Setorial: Deputado Nilton Capixaba (PTB/RO). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria a Deputada Carmen Zanotto (PPS/SC). O Relator Setorial respondeu aos questionamentos da deputada. A apreciação foi **adiada**. 8 - **Relatório Setorial da Área Temática VIII – Ciência e Tecnologia e Comunicações.** Relator Setorial: Senador Jorge Viana (PT/AC). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Valtenir Pereira (PSB/MT) como relator *ad hoc,* para leitura do Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria a Senadora Lídice da Mata (PSB/BA) e as Deputadas Laura Carneiro (PMDB/RJ) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO). A apreciação foi **adiada**. 12 - **Relatório Setorial da Área Temática XII – Fazenda e Planejamento.** Relatora Setorial: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO). A Relatora Setorial apresentou o Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. A apreciação foi **adiada**. 13 - **Relatório Setorial da Área Temática XIII – Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas.** Relatora Setorial: Senadora Lídice da Mata (PSB/BA). A Relatora Setorial apresentou o Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. A apreciação foi **adiada**. 1 - **Relatório Setorial da Área Temática I – Transporte.** Relator Setorial: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). O Relator Setorial apresentou o Relatório e a Complementação de Voto. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria a Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO) e os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Laura Carneiro (PMDB/RJ) e Toninho Wandscheer (PROS/PR). O Relator Setorial respondeu aos questionamentos dos parlamentares. A apreciação foi **adiada**. 16 - **Relatório Setorial da Área Temática XVI – Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.** Relatora Setorial: Deputada Rosângela Gomes (PRB/RJ). Ausente a Relatora Setorial, foi designada a Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) como relatora *ad hoc,* para leitura do Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. A apreciação foi **adiada**. 7 - **Relatório Setorial da Área Temática VII – Turismo.** Relator Setorial: Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. A apreciação foi **adiada**. 5 - **Relatório Setorial da Área Temática V – Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.** Relator Setorial: Deputado Evandro Roman (PSD/PR). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. A apreciação foi **adiada**. 2 - **Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde.** Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Setorial: Deputado Júlio Lopes (PP/RJ). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Carmen Zanotto (PPS/SC) e Hildo Rocha (PMDB/MA). A apreciação foi **adiada**. 6 - **Relatório Setorial da Área Temática VI – Desenvolvimento Urbano.** Relator Setorial: Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a Matéria a Deputada Carmen Zanotto (PPS/SC). A apreciação foi **adiada**. Às 0h39min, do dia 05 de dezembro, o Presidente declarou suspensa a reunião. Antes, porém, convocou a continuação da reunião ordinária para o mesmo dia, terça-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 11h31min, do dia 05 de dezembro, a reunião foi reaberta pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que deu continuidade aos trabalhos. 10 - **Relatório Setorial da Área Temática X – Esporte.** Relator Setorial: Senador Vicentinho Alves (PR/TO). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. A apreciação foi **adiada**. 11 - **Relatório Setorial da Área Temática XI – Meio Ambiente.** Relator Setorial: Deputado João Fernando Coutinho (PSB/PE). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE) como relator *ad hoc,* para leitura do Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. A apreciação foi **adiada**. 3 - **Relatório Setorial da Área Temática III – Educação e Cultura.** Relator Setorial: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Misael Varella (DEM/MG) como relator *ad hoc,* para leitura do Relatório. Foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Cabo Sabino (PR/CE), Carmen Zanotto (PPS/SC), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Pedro Fernandes (PTB/MA), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Toninho Wandscheer (PROS/PR), Marcon (PT/RS), Valtenir Pereira (PSB/MT), Hugo Leal (PSB/RJ), Rubens Bueno (PPS/PR) e Caio Narcio (PSDB/MG). A apreciação foi **adiada**. Às 13h27min, concluída a apresentação dos Relatórios Setoriais, o Presidente informou que suspenderia a reunião para que os Relatores Setoriais analisassem os destaques apresentados. Antes, porém, convocou a continuação da reunião ordinária para o mesmo dia, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, para discussão dos destaques e votação dos Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** PLOA 2018. Às14h37min, do dia 05 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que encerrou o prazo para apresentação de destaques aos Relatórios Setoriais, relativos às 16 Áreas Temáticas, apresentados ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** PLOA 2018. Em seguida, o Presidente suspendeu a reunião, e convocou a sua continuação para o mesmo dia, 05 de dezembro, terça-feira, às 20 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, ou após o término da Ordem do Dia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em reuniões ordinárias, *conforme o disposto no art. 107, Parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal*. Às 20h39min, do dia 05 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que deu continuidade a apreciação das matérias. Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN** (PLOA 2018), que **"**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018".13 - **Relatório Setorial da Área Temática XIII – Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas.** Relatora Setorial: Senadora Lídice da Mata (PSB/BA). Foi apresentado 01 destaque. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** ressalvado o destaque. Apreciação do destaque. Destaque com voto da Relatora Setorial pela **rejeição:** Destaque nº 01, da Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), à emenda 7120.0016, da Bancada do Rio de Janeiro. (Autorizador Deputado Hugo Leal). Em votação, a matéria objeto do destaque foi **rejeitada** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 9 - **Relatório Setorial da Área Temática IX – Minas e Energia.** Relator Setorial: Deputado Vander Loubet (PT/MS). Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves. Nos termos do *art. 70 inciso II da*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Resolução nº 1/2006-CN, as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 8 - **Relatório Setorial da Área Temática VIII – Ciência e Tecnologia e Comunicações.** Relator Setorial: Senador Jorge Viana (PT/AC). Foi encerrada a discussão. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**.** 16 - **Relatório Setorial da Área Temática XVI – Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.** Relatora Setorial: Deputada Rosângela Gomes, (PRB/RJ). Foram apresentados 03 destaques, que foram retirados pela autora, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ). Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**.** 7 - **Relatório Setorial da Área Temática VII – Turismo.** Relator Setorial: Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG). Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**.** O Relator Setorial, Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), solicitou ao Relator-Geral do Orçamento para 2018, Deputado Cacá Leão (PP/BA), reforço de recursos orçamentários para o Tribunal Regional Eleitoral a fim de implementar o "voto impresso". 10 - **Relatório Setorial da Área Temática X – Esporte.** Relator Setorial: Senador Vicentinho Alves (PR/TO). Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**.** 1 - **Relatório Setorial da Área Temática I – Transporte.** Relator Setorial: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). Foi encerrada a discussão. Foram apresentados 24 destaques. Em votação, o Relatório Setorial e a Complementação de Voto foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1/2006-CN,* as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos 24 destaques. 1. Destaques solicitados para **votação em separado em globo: 13, 14, 15, 16 e 17,** do Deputado João Paulo Kleinübing (PSD/SC). 2. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, ressalvados os que foram solicitados para votação em separado. Em votação, a Proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3. Destaque com voto do Relator Setorial pela **aprovação parcial:** Destaque nº 23, do Deputado Altineu Côrtes (PR/RJ), à emenda 5024.0001, da Comissão de Viação e Transportes. Em votação, a matéria objeto do destaque foi **aprovada parcialmente** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 18,19, 20, 21, 22 e 24. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 5. Destaques para **votação em separado em globo: 13, 14, 15, 16 e 17.** Destaque nº 13, do Deputado João Paulo Kleinübing (PSD/SC), à emenda 7126.0005, da Bancada de Santa Catarina. Destaque nº 14, do Deputado João Paulo Kleinübing (PSD/SC), à emenda 7126.0006, da Bancada de Santa Catarina. Destaque nº 15, do Deputado João Paulo Kleinübing (PSD/SC), à emenda 7126.0007, da Bancada de Santa Catarina. Destaque nº 16, do Deputado João Paulo Kleinübing (PSD/SC), à emenda 7126.0008, da Bancada de Santa Catarina. Destaque nº 17, do Deputado João Paulo Kleinübing (PSD/SC), à emenda 7126.0009, da Bancada de Santa Catarina. Voto do Relator Setorial: pela **rejeição**. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 15 - **Relatório Setorial da Área Temática XV – Defesa e Justiça.** Relator Setorial: Deputado Edio Lopes (PR/RR). Foi encerrada a discussão. Foram apresentados 28 destaques. Em votação, o Relatório Setorial e a Complementação de Voto foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** ressalvados os destaques. Apreciação dos 28 destaques. 1. Destaques solicitados para **votação em separado em globo: 18, 19, 20, 21,22, 23 e 24.** Destaques nºs 18, 19 e 20, da Deputada Laura Carneiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(PMDB/RJ). Destaque nºs 21, 22, 23 e 24, do Deputado Capitão Augusto (PR/SP). 2. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, ressalvados os que foram solicitados para votação em separado. Em votação, a Proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 25, 26, 27 e 28. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 4. Destaques para **votação em separado em globo: 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24.** Destaque nº 18, da Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), à emenda nº 7120.0004, da Bancada do Rio de Janeiro. (Autorizador Deputado Hugo Leal). Destaque nº 19, da Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), à emenda nº 7120.0008, da Bancada do Rio de Janeiro. (Autorizador Deputado Hugo Leal). Destaque nº 20, da Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), à emenda nº 7120.0013, da Bancada do Rio de Janeiro. (Autorizador Deputado Hugo Leal). Destaque nº 21, do Deputado Capitão Augusto (PR/SP), à emenda nº 5001.0001, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Destaque nº 22, do Deputado Capitão Augusto (PR/SP), à emenda nº 5001.0002, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Destaque nº 23, do Deputado Capitão Augusto (PR/SP), à emenda nº 5001.0003, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Destaque nº 24, do Deputado Capitão Augusto (PR/SP), à emenda nº 5001.0004, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Voto do Relator Setorial: pela **rejeição**. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Hugo Leal (PSB/RJ) e Laura Carneiro (PMDB/RJ). Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 4 - **Relatório Setorial da Área Temática IV – Integração Nacional.** Relator Setorial: Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA). Foi encerrada a discussão. Foram apresentados 17 destaques. Em votação, o Relatório Setorial e a Complementação de Voto foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1/2006-CN,* as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos 17 destaques. 1. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** de 01 a 17. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Danilo Forte (PSB/CE), Célio Silveira (PSDB/GO), Hildo Rocha (PMDB/MA) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE). Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 5 - **Relatório Setorial da Área Temática V – Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.** Relator Setorial: Deputado Evandro Roman (PSD/PR). Foram apresentados 12 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** ressalvado os destaques. Apreciação dos 12 destaques. 1. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** de 01 a 12. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Bohn Gass (PT/RS). Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 6 - **Relatório Setorial da Área Temática VI – Desenvolvimento Urbano.** Relator Setorial: Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA). Foi encerrada a discussão. Foram apresentados 13 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Nos termos do *art. 70*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

inciso II da Resolução nº 1/2006-CN, as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos 13 destaques. 1. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** de 01 a 13. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 3 - **Relatório Setorial da Área Temática III – Educação e Cultura.** Relator Setorial: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Foi encerrada a discussão. Foram apresentados 39 destaques. O Relator *ad hoc*, Deputado Misael Varella (DEM/MG), apresentou Complementação de Voto ao Relatório Setorial. Discutiram a matéria os Deputados Caio Narcio (PSDB/MG), Bohn Gass (PT/RS), Danilo Forte (PSB/CE) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO). Em votação, o Relatório Setorial e a Complementação de Voto foram **aprovados** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário do Deputado Bohn Gass (PT/RS), ressalvados os destaques. Em votação, na representação do Senado Federal foram **aprovados**, ressalvados os destaques. Apreciação dos 39 destaques. 1. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** de 01 a 39. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário da Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ). Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. Às 0h37min, do dia 06 de dezembro, o Presidente destacou a presença, no plenário da CMO, do Senhor Ministro de Estado da Educação, José Mendonça Bezerra Filho, que cumprimentou os parlamentares e expressou satisfação em acompanhar a aprovação do Relatório Setorial da Educação e Cultura. 12 - **Relatório Setorial da Área Temática XII – Fazenda e Planejamento.** Relatora Setorial: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO). Foi apresentado 01 destaque. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** ressalvado o destaque. Apreciação do destaque. 1. Destaque com voto da Relatora Setorial pela **aprovação parcial:** Destaque nº 01, do Deputado Júlio Lopes (PP/RJ), à emenda 5017.0001, da Comissão de Finanças e Tributação. (Autorizador Deputado Covatti Filho). Em votação, a matéria objeto do destaque foi **aprovada parcialmente** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 11 - **Relatório Setorial da Área Temática XI – Meio Ambiente.** Relator Setorial: Deputado João Fernando Coutinho (PSB/PE). Foram apresentados 04 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**,** ressalvados os destaques. Apreciação dos 04 destaques. 1. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** de 01 a 04. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 14 - **Relatório Setorial da Área Temática XIV – Trabalho, Previdência e Assistência Social.** Relator Setorial: Deputado Nilton Capixaba (PTB/RO). Foi encerrada a discussão. Foram apresentados 07 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Apreciação dos 07 destaques. 1. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** de 01 a 07. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados com votos contrários das Deputadas Carmen Zanotto (PPS/SC) e Laura Carneiro (PMDB/RJ). Não foram apreciadas na representação do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 2 - **Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde.** Relator Setorial: Deputado Júlio Lopes (PP/RJ). Foi encerrada a discussão. Foram apresentados 27 destaques. O Relator Setorial apresentou Complementação de Voto. Em votação, o Relatório Setorial e a Complementação de Voto foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1/2006-CN,* as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos 27 destaques.1. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2. Destaques com voto do Relator Setorial pela **rejeição:** 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 16, 17, 18,19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. 3. Destaques de nºs 13, 14 e 15, da Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), foram **retirados** a pedido da autora. Logo após, o Relator Setorial, Deputado Júlio Lopes (PP/RJ), respondeu aos questionamentos do Deputado Caio Narcio (PSDB/MG). Por fim, o Relator-Geral do Orçamento para 2018, Deputado Cacá Leão (PP/BA), parabenizou a todos os Relatores Setoriais pelo brilhante trabalho realizado. Em prosseguimento, Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar Proposta de **Alteração nº 01** ao Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** PLOA/2018. Autor: Deputado Cacá Leão (PP/BA). O Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação de Proposta de **Alteração nº 1** ao Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** PLOA/2018, nos seguintes termos: *"**ALTERAÇÃO Nº 1".** Tendo em vista a aprovação dos relatórios setoriais pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, autorizando o relator-geral a realizar ajustes nas programações, a partir das indicações feitas pelos relatores setoriais, propomos alteração do Parecer Preliminar sobre o Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, PLOA 2018, aprovado nesta Comissão em 22/11/2017. Inclua-se na Parte Especial: 44 – Fica o Relator-Geral autorizado a: 44.1 realizar ajustes de programações afetas à reserva de contingência primária, subsídios e subvenções econômicas, Defesa, integralização de Cotas em Organismos Financeiros Internacionais e as demais indicadas pelos relatores setoriais. 44.2 – alocar os recursos de acordo com as indicações constantes dos relatórios setoriais aprovados pela CMO e autorizações do item 10.III."* O Relator-Geral apresentou a Alteração nº 1 ao Parecer Preliminar do PLOA/2018. Em votação, a **Alteração** foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, foi apresentado Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar Proposta de **Diretriz** à prestação de serviços à sociedade pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Autor: Deputado Júlio Lopes (PP/RJ). O Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório sobre "Necessidade de se estabelecer como diretriz em relação à prestação de serviços à sociedade pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de realização de cruzamento entre as informações do SUS e as constantes da base de identificação civil nacional, de que trata a Lei nº 13.444, de 11.5.2017." Relator: Deputado Júlio Lopes. O Relator apresentou a Diretriz. Discutiram a matéria as Deputadas Carmen Zanotto (PPS/SC) e Laura Carneiro (PMDB/RJ). Em votação, a **Diretriz** foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), representante da Liderança do Governo no Congresso Nacional na CMO, parabenizou os membros da CMO e os Relatores Setoriais pela conclusão dos trabalhos. Finalizando, o Presidente informou que houve alteração da data de realização da Audiência Pública, de 07 para o dia 12 de dezembro, terça-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Tribunal de Contas da União, da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP, para debater o déficit da previdência social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

brasileira e a reforma da previdência social, em atendimento ao **Requerimento n.º 04/2017-CMO**, de autoria do Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), aprovado na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 29.08.2017. **ENCERRAMENTO:** concluída a votação das matérias constantes da pauta e extrapauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrado os trabalhos, às duas horas e seis minutos do dia 06 de dezembro de 2017. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 28.11.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para a apreciação das matérias constantes da pauta.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata por ter sido distribuída antecipadamente.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

Coloco em apreciação, antecipadamente, a ata da 8ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 21 e 22 de novembro de 2017.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, submeto-a à votação na representação da Câmara do Deputados. *(Pausa.)* Informo que a votarei daqui a pouco.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos por esta Comissão, tendo em vista que os mesmos encontram-se publicados na página da CMO na Internet.

Senador Pedro Chaves, prazer em revê-lo.

Vamos então à Ordem do Dia.

Item 1 da pauta. Conforme disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, sobre o exame de admissibilidade das emendas apresentadas pelo PLN 20/17, Projeto de Lei Orçamentária para 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE. Coordenador do CAE: Deputado Bilac Pinto.

Voto: propõe, dentre as emendas de bancada estadual e de Comissão apresentadas, sejam consideradas inadmitidas as de nºs 71160011, 71160016, 71160017, 71160018, 71150008, 71150018, 71170010, 71170015, 71220014, 60110005, 50310002, 60010002, 50240004, 60070001, 60070002, 60070003 e 60070004. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes solicitados pelo Comitê.

Como o Deputado Bilac Pinto já se encontra aqui ao meu lado direito, eu passo, com muito prazer, a palavra ao Coordenador do CAE, o Deputado Bilac Pinto, para apresentar o seu relatório, que será submetido à discussão posteriormente.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, Srs. e Sras. Parlamentares, Deputados e Senadores, o relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas traz efetivamente a perspectiva única da admissibilidade.

"I. Relatório

Conforme o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

O exame de admissibilidade de emendas corresponde ao exame preliminar, anterior ao de mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição em tramitação na CMO que contrariar norma constitucional, legal ou regimental será inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade (arts. 15, XI, e 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN).

O Comitê, no uso de suas atribuições, levou em consideração o Relatório de Atividades - Diretrizes e Orientações disponibilizado no *site* da CMO, diretrizes que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

integram e preenchem as lacunas de modo a permitir uma interpretação sistemática do conjunto de normas de admissibilidade (Constituição Federal, Plano Plurianual, LDO, Resolução nº 1, de 2006-CN).

Além de orientar a elaboração de emendas quanto à sua admissibilidade, o Comitê exerceu seu papel de analisar as emendas apresentadas e sugerir soluções, sempre que possível, capazes de sanear os vícios que tornavam a emenda inadmissível.

Do exame preliminar de admissibilidade das 629 emendas coletivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária para o exercício de 2018, foi identificada, inicialmente, inadmissibilidade em 159 emendas. As inadmissibilidades foram devidamente comunicadas aos Coordenadores de Bancadas e Presidentes de Comissões Permanentes, acompanhadas de alternativas e sugestões de ajuste técnico, quando possível.

Diante do envio da mensagem modificativa do projeto de lei orçamentária pelo Poder Executivo, o Colégio de Líderes deliberou abrir prazo para ajustes nas emendas já apresentadas.

(...)

7. Os pedidos de correção pelos autores foram apresentados no sistema informatizado da CMO. Nesse esforço de saneamento, a maior parte dos pedidos foi considerada viável, uma vez que suplantaram as inconsistências técnicas e regimentais.

8. No final, encerrados os prazos de ajuste concedidos, e depois de intenso trabalho na busca de soluções saneadoras, reduziu-se consideravelmente o montante inicial de emendas coletivas com indicação pela inadmissibilidade, conforme mostra o anexo ao presente relatório.

9. A maior parte das emendas que restaram inadmitidas refere-se àquelas de remanejamento, o que é explicado pela dificuldade de se encontrar no PLOA 2018 fonte de cancelamento relativo à despesa localizada no mesmo Estado ou no Distrito Federal.

10. Da mesma forma, não encontramos solução técnica para um grupo de emendas apresentado por comissões, inadmitidas pelo fato de não ter sido identificada a correspondência entre o objeto da emenda e a competência temática regimental do respectivo órgão colegiado, exigência da Resolução nº 1/2006-CN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesse sentido, submetemos o presente relatório ao Plenário da Comissão a fim de permitir que o deslinde dessa questão seja compartilhado com os nobres pares.

11. No que se refere à necessidade de repetição das emendas de bancada estadual apresentadas ao Orçamento de 2017, este Comitê diligenciou no sentido de informar previamente quais emendas deveriam ser, em princípio, reapresentadas. Coube às respectivas bancadas estaduais alegar as exceções de que trata o art. 47. § 2°, da Resolução nº 1/2006-CN. Essa obrigação, no entanto, só existe se a execução física tiver alcançado 20% do total da obra, ou se identificado impedimento legal.

12. Nessa análise, levamos cm conta situação peculiar que decorre da aplicação da regra de repetição às emendas destinadas aos demais Poderes e órgãos sujeitos aos limites individualizados do Novo Regime Fiscal. Ocorre que as emendas para os demais Poderes e órgãos apresentadas em 2016 (LOA 2017) não indicaram recursos compensatórios no mesmo órgão, requisito de admissibilidade para todas as emendas, inclusive de Relator, a partir da aprovação pela CMO da Instrução Normativa nº I, de 19 ele setembro de 2017.

13. Portanto, nesse primeiro ano de vigência da IN nº I, de 2017, consideramos inaplicável o atendimento do art. 47. § 2° da Resolução nº 1/2006-CN, porque, se repetidas tais emendas em seu inteiro teor (acréscimos e cancelamentos), descumpririam a Instrução Normativa e, consequentemente, os limites individualizados fixados nos termos do ADCT.

14. O exame da admissibilidade das emendas individuais, como já ocorreu em anos anteriores, encontra-se delegado aos relatores setoriais, como consta do Relatório de Diretrizes e Orientações aprovado pela CMO. As propostas de parecer pela inadmissibilidade dessas emendas deverão constar dos respectivos Relatórios Setoriais, conforme art. 70, III, "c", da Resolução.

II-VOTO

15. Diante do exposto, propomos que, dentre as emendas de bancada estadual e de comissão apresentadas ao PLOA 2018, sejam consideradas inadmitidas apenas aquelas que integram o anexo ao presente Relatório. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes do CAE.

Este era o meu relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O relatório encontra-se em discussão, e o prazo para apresentação dos destaques está iniciado e será finalizado no término dessa discussão, conforme estabelecido no inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

Deputado Bohn Gass, V.Exa. quer discutir ou apresentar um destaque?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, Senador. Eu estive falando com o colega aqui, e não ouvi o seu encaminhamento. Então, estamos na discussão do PLN 20, após a apresentação do Relator. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Exato.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, não estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É isso.

Encerro a discussão.

Foi apresentado apenas um destaque. Posteriormente, eu submeto o destaque à discussão e à votação.

Está encerrado, então, o prazo para apresentação de destaques. Só há um destaque.

Com a palavra o Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nobres Senadores, estimados colegas, nós recebemos da Mesa do Senado, pelo Senador Eunício Oliveira, justamente um posicionamento sobre o qual apresentamos este destaque, através de três emendas: as de terminação 001, 002, 003 e 004.

A 001 tem relação com os recursos do Fundo Nacional de Direitos Difusos. Nós sabemos, através do trabalho desenvolvido pelo CADE, que visa aprimorar a defesa do consumidor e a agência em defesa da concorrência, que há uma previsão de 860 milhões de reais, e na emenda apresentada constava somente 25 milhões.

Então, queríamos propor a reconsideração, a revisão, desta emenda, para poder atender ao trabalho desenvolvido através do CADE, que é de suma importância para que nós efetivamente esse grande trabalho.

Vemos que várias fusões já aconteceram, e outras fusões estão prestes a acontecer. Observamos a fusão da Liquigás com a Ultragaz, a fusão do Itaú Unibanco com o Citibank, a fusão de empresas como a Ipiranga e a ALESAT. Então existe toda essa fonte de recurso, através dessas fusões, como também da própria arrecadação em relação a essas ações. Esta, justamente, é a Emenda nº 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Já a Emenda nº 2, neste encaminhamento que o Senador Eunício Oliveira, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, fez ao Senador Dário Berger através do Ofício nº 536, de 2017, nos solicita também a fazer destaque em relação às três outras emendas.

A outra emenda tem relação às questões hídricas do Nordeste brasileiro. Há um órgão, o DNOCS, que vem fazendo um trabalho para que nós possamos ter nossos perímetros irrigados, a piscicultura e várias adutoras, que precisam deste reforço orçamentário a fim de suprir esse *déficit* hídrico, até porque, no Nordeste, a transposição do Rio São Francisco não está plenamente conclusa para poder fazer essa complementação.

Em paralelo a esta emenda relativa ao DNOCS, a outra emenda tem relação com o trecho do Rio São Francisco que passa nos Municípios com menos de 50 mil habitantes. Foi feita o pacto, porque esses Municípios por onde passa o canal da transposição necessitariam ter tanto o esgotamento sanitário como o direito de ter seu abastecimento de água, haja vista a passagem do canal da transposição. Então, tem esse sentido esta outra emenda: a fim de que nós possamos ter esse pacto e a aquiescência em seu relatório.

Essas quatro emendas visam justamente a atender a essa delegação do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira, para nós apresentarmos este destaque a V.Exa.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, Deputado Raimundo Gomes de Matos, eu apenas gostaria de fazer um esclarecimento com relação à competência do Comitê de Admissibilidade de Emendas. Não cabe ao Comitê e a mim efetivamente, como seu Presidente, avaliar a utilização dos recursos dentro das áreas específicas, que, a meu ver, são áreas importantes, e cada um tem uma justificativa que nós efetivamente consideramos válida. Mas cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas fazer uma análise simplesmente técnica da possibilidade ou não de nós admitirmos, dentro do meu relatório, essas emendas.

Porém, eu até fiz uma exposição muito breve ao Presidente Dário Berger de que nós temos uma alternativa para que essas emendas e outras que constaram na inadmissibilidade serem aprovadas pelo Plenário da Comissão Mista de Orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cabe, por maioria, efetivamente, ao plenário, se assim concordar. Mesmo o CAE e eu tendo inadmitido, cabe a V.Exas. acatarem e admitirem essas emendas.

De uma forma muito aberta e transparente, eu dei o meu parecer pela inadmissibilidade, porém o Plenário tem a prerrogativa de modificar e acatá-las.

Eu acho que o Presidente, o Senador Dário Berger, poderá efetivamente encaminhar não só essas emendas que nos foram encaminhadas, mas outras, como as da Advocacia-Geral da União e do Ministério de Ciência e Tecnologia, que, no meu relatório, tecnicamente, não pude acatar. Porém, V.Exas. têm essa prerrogativa e autonomia para, por deliberação da sua maioria, acatá-las.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Assim sendo, nós compreendemos a parte técnica. O nosso Presidente, o Senador Dário Berger, poderá dar os devidos encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - No momento oportuno encaminharemos.

Não vou submeter à votação porque nós estamos dependendo ainda de quórum no Senado. Vou pedir ao Líder do Governo que intensifique os nossos contatos, para que nós possamos ter pelo menos o quórum mínimo aqui para deliberar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, enquanto isso, V.Exa. me permite usar a palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu gostaria de solicitar a retirada do PLN 21, extrapauta, que nós combinamos, no Colégio de Líderes, que votaríamos, em razão de alguns ajustes que pretendemos fazer junto ao Relator.

A Deputada Rosangela Gomes está aqui conosco. Nós demos conhecimento a S.Exa. do acordo que fizemos acerca de alguns relatórios setoriais para podermos votar na segunda-feira à noite. A Deputada Rosângela me informou que estará em viagem para presidir uma reunião importante no país amigo Portugal. Por isso eu pediria a V.Exa. que designasse, apenas para leitura do relatório, um Parlamentar, em anuência com a Deputada Rosangela Gomes, já que ela irá produzir o seu relatório e entregá-lo à Secretaria da Comissão. Poderemos votá-lo na segunda-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, eu informo a V.Exa. que já consultei a nobre Deputada Rosangela, que, em razão dessa missão importantíssima lá em Portugal, não estará conosco na segunda-feira. O relatório será dela, e apenas faremos a leitura em nome dela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, agradeço a preocupação e a gentileza do nosso Líder Deputado Claudio Cajado.

Sr. Presidente, nosso relatório já está realmente bem adiantado, finalizado, mas nós temos o suplente. O meu suplente é o Deputado Lindomar Garçon. Realmente não poderei estar aqui, porque eu sou a Presidente da Rede de Mulheres de Língua Portuguesa e segunda-feira estarei presidindo a sessão em Portugal, mas eu pedirei ao Deputado Lindomar Garçon para que ele possa estar aqui nos representando, lendo e trabalhando na questão da aprovação do nosso Relatório Setorial.

Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Líder, pela preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Aproveito para cumprimentar V.Exa. e desejar uma excelente reunião em Portugal. O seu suplente evidentemente a representará aqui na Comissão.

Muito obrigado, então, a V.Exa.

Então vamos partir para o item 2 da pauta.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 31, de 2017 que abre ao Orçamento de Investimento para 2017 crédito suplementar no valor de R$8.480.320.523,00 em favor de diversas empresas estatais e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$15.278.975.941,00, para os fins que especifica.

O Relator da matéria é o Deputado Maia Filho.

O voto do Relator é pela aprovação do projeto de lei na forma proposta pelo Executivo.

Quanto às cinco emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto de inadmissibilidade das Emendas de nºs 1 a 4 e rejeição das demais.

Com a palavra, portanto, o Relator da matéria, Deputado Maia Filho, para apresentar o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Sr. Presidente, trata-se do PLN que faz o remanejamento de recursos diversos estatais, atendendo às demandas e necessidades propostas pelo Poder Executivo.

Nós entendemos de atender e de aprovar o projeto de lei da forma que o Executivo encaminhou para esta Comissão, entendendo a necessidade e a urgência.

Gostaria de pedir a V.Exa. que fosse direto ao nosso voto, um voto objetivo.

"Do exame do projeto verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2017 e também do PPA 2016-2019, e à sua conformidade com a LOA 2017.

Comunicamos ao Presidente desta Comissão a inadmissibilidade das seguintes emendas: a) nº 00001, porque ela contraia a alínea "c" do inciso III do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006-CN, que propõe a anulação de dotação orçamentária constante do anexo de cancelamento, sem indicar como compensação a programação a ser cancelada no correspondente anexo de suplementação; e b) nº 4, por contrariar o inciso I do artigo 109 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ao contemplar programação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito em exame.

Não obstante o mérito e a relevância das proposições, e com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto, optamos pela rejeição das demais emendas apresentadas, a saber: as Emendas nº 00002, nº 00003 e a nº 00005.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 31, de 2017-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo".

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o projeto, Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 31 abre esse crédito suplementar no valor de 8 bilhões em favor de diversas empresas estatais e reduz do orçamento das estatais 15 bilhões.

Eu faço questão de ler este item, que é o nº 31 que está em discussão nesse momento. Isso dá uma diferença. Parece que se está alocando recurso, suplementando 8 milhões para as estatais. Então eu daria um sinal positivo. A economia está indo bem, está se alocando e suplementando o orçamento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estatais em 8 bilhões. Mas, quando se lê por inteiro atentamente o que estamos discutindo, vê-se que se está não só fazendo a suplementação mas também se está reduzindo o orçamento em 15 bilhões, ou seja, nesses 8 bilhões e nesses 15 bilhões, pegando os quebrados, há uma diferença de quase 7 bilhões que as estatais do Brasil vão ter a menos para gerenciar.

Tenho reiteradamente dito aqui que, quando o Ministro do Planejamento, o Ministro da Fazenda e os Líderes do Governo falam que a economia brasileira está em franca recuperação, não estão tratando a verdade do que está acontecendo no Brasil. Se a economia estivesse em franca recuperação, não teríamos uma redução de 7 bilhões do orçamento das estatais. É disto que estamos falando: 7 bilhões a menos nas estatais. Se a economia brasileira estivesse indo bem, as estatais teriam o seu orçamento ou a efetiva suplementação. E não têm.

Então, nobres Senadores e colegas Deputados, o Governo Temer, ao adotar políticas que tiram a possibilidade de investimentos porque estamos na égide do congelamento da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, está ferindo de morte a economia brasileira. O resultado concreto de que está ferindo de morte a economia brasileira é esse projeto de lei que o Governo mandou, que admite uma redução de 7 bilhões de reais no orçamento das estatais brasileiras.

Eu gostaria de ouvir os Líderes do Governo. Aliás, o Governo está tendo dificuldades. V.Exa. não encaminhou nenhuma votação ainda, porque a base do Governo não está aqui para votar! Se a base do Governo não está aqui para votar, ela não está aqui também para debater!

Então, quero saber por que o Governo está retirando 7 bilhões das estatais do Brasil. Onde está a Liderança do Governo para fazer essa defesa? O Governo não está aqui. Não votamos nada ainda, porque não há quórum para votar, para deliberar, mas apenas para discutir.

Então, a economia brasileira não vai bem, o Governo Temer não coloca recursos para investimento, os planos de investimento estão congelados, porque estamos sob a égide do congelamento. Aliás, quero retomar este tema aqui. Este é o primeiro ano do congelamento. Foi aprovado, no Congresso Nacional, por Senadores e Deputados, que serão 20 anos. E estamos tendo reflexos negativos para a economia brasileira no primeiro ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu retomo o tema aqui. Se V.Exas. concordarem, a partir da Comissão Mista de Orçamento, no Senado e na Câmara dos Deputados, podemos solicitar assinaturas aqui para termos uma emenda constitucional que recoloque a realidade de que o povo precisa, que não é o congelamento sobre os recursos no País.

Não há estímulo para o consumo. Esse é outro tema importante, porque o salário mínimo que votamos era de 937 reais e iria para 979 reais, mas vai ficar em 965 reais, 14 reais a menos, o que dá 182 reais por ano para cada trabalhador aposentado do Brasil.

Por último, quero tratar de outro ponto. Talvez o Governo goste de que as estatais estejam com prejuízo.

Sabe por que o Governo gosta de que as estatais deem prejuízo? Porque ele acha um grande motivo para privatizá-las. O Governo quer entregar as empresas. Ele diz que elas não são competentes, que estão com prejuízo. Então, vamos vender.

Então, talvez, faça sentido na lógica do Governo realmente apresentar negatividade, apresentar déficit das nossas empresas, que aqui está em 7 bilhões, para poder justificar a liquidação da PETROBRAS, a liquidação da ELETROBRÁS, a entrega das nossas empresas, já que aqui, como o *The Guardian* esses dias publicou, estamos nos rendendo aos interesses dos ingleses, aos interesses das petrolíferas do mundo, da Shell, da BP e de tantas outras que vêm aqui no pátio brasileiro disputar edital e levar o recurso que deveria ser das nossas empresas.

Então, nós precisamos fazer esse debate. Eu mais uma vez digo: base do Governo, venha aqui. Não há quórum, venha aqui para fazer este debate, porque eu não quero que as nossas empresas estatais tenham este prejuízo tampouco que sejam sucateadas para, amanhã, serem privatizadas, como é o interesse do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Foi só V.Exa. chamar e já apareceu o ilustre Senador Davi Alcolumbre. Certamente, os outros companheiros do Senado estão a caminho.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, está sobrestada a votação em razão da falta de quórum no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Apenas para informar à Comissão e a V.Exa., nós já estamos entrando em contato com os Senadores. Três Senadores já estão a caminho. Então, dentro de poucos minutos, no máximo mais 10 ou 15 minutos, nós teremos quórum no Senado.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, eu gostaria de ler o voto do PLN nº 34. Como sou Relator, eu tenho audiência agora, gostaria de falar já o voto. Gostaria de fazer uma inversão, se o Plenário e se o Sr. Presidente concordarem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou aceitar a exigência de V.Exa. Para mim é uma exigência, não é uma solicitação.

Então, passamos ao item 3, com concordância do Plenário.

Item 3. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 34, de 2017, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Agrário e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$4.511.886.489,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado Nilton Capixaba.

O voto é pela aprovação.

Então, tem a palavra V.Exa., como Relator da matéria, Deputado Nilton Capixaba, para apresentar o seu relatório.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, pela forma como chegou este PLN nº 34, houve muito questionamento de vários Parlamentares de vários Estados, de Senadores e de Deputados.

Abrimos uma ampla discussão com a Casa Civil e com o Ministério do Planejamento, e muita coisa foi revista. Um dos assuntos revistos foi o Programa Minha Casa Minha Vida, que retornou. O DNIT e os recursos para as BRs eram outra situação sobre a qual havia muito questionamento e foram revistos.

Na última reunião que eu tive na Casa Civil, na semana passada, com o Ministro do Planejamento e o Ministro da Casa Civil, que deixou muito claro que todas as obras em andamento que tiverem medição e que não estiverem contempladas neste PL serão por ele contempladas. Ele não vai deixar nenhuma obra em andamento sem pagamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E eu não acatei nenhuma emenda, porque o PL já foi revisto duas vezes e, nesse acordo, nessa conversa, qualquer obra que estiver em andamento e tiver medição terá o pagamento feito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Essa é uma informação importante que certamente vem ao encontro dos interesses de todos os Parlamentares que compõem esta Comissão Mista. Eu parabenizo V.Exa., porque esse foi o PLN que suscitou o maior problema na supressão, e houve uma pressão enorme dos Parlamentares. E V.Exa., de maneira sábia, prudente e equilibrada, soube buscar o entendimento. Por isso, quero parabenizá-lo.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Quando se tem um Presidente com toda essa capacidade, que é nosso professor, que acaba abrindo essa conversa e nos orientando sobre como lidar com essa situação, conseguimos chegar a essa situação. Acho que ficou razoável. Não digo ótimo, mas ficou razoável, porque acho que atende ao nosso Brasil, a todos os interesses e a todas as demandas dos Parlamentares.

O meu voto é favorável a este PL. E não foi acatada nenhuma emenda, porque já foram feitos esses reajustes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está em discussão.

Tem a palavra o Deputado Zé Carlos.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Sr. Presidente, estamos aqui obviamente avaliando o item 3: crédito suplementar de precisamente R$ 4.511.886.489,00.

O que se observa aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, é o perfil deste Governo. Ele abre um crédito suplementar, obviamente para despesas obrigatórias, retirando recursos da agricultura familiar e da educação. E, quando se faz uma análise da votação do relatório anterior de onde se retira dinheiro das estatais, fica muito claro para todos nós o que este Governo pretende fazer e o que está fazendo, sem dúvida para a sociedade brasileira.

Mas outra coisa que também nos chama a atenção, Sr. Presidente, é que se suplementam recursos de despesa obrigatória para a construção de um prédio da ANA. Quer dizer, no PLOA 2017, a construção de um prédio é despesa obrigatória, mas educação não é despesa obrigatória para o Governo!

Deixo esse registro, porque não podemos aceitar fatos como este, ou seja, que o Governo continue tratando dessa forma as estatais, a educação e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agricultura familiar e priorizando a construção de um prédio em detrimento dessas rubricas, que, com certeza, são muito mais importantes para a sociedade brasileira.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço as considerações de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Vander Loubet.

O SR. DEPUTADO VANDER LOUBET - Sr. Presidente, a este PLN 34 eu havia apresentado quatro emendas. Mais de 147 milhões de reais foram retirados das emendas de bancada do meu Estado. E o Senador Waldemir Moka, coordenador da nossa bancada e membro da Comissão, pediu-me que apresentássemos essas emendas para obras estruturantes na área do DNIT — Departamento de Infraestrutura do Ministério dos Transportes, e elas não foram aceitas, acatadas. Esse é um prejuízo muito grande para um Estado essencialmente agrícola, que tem um enorme potencial e que precisa desses investimentos e desses recursos.

Eu queria manifestar aqui o nosso descontentamento. Acho que é um prejuízo muito grande para um Estado novo como o nosso, que, para o senhor ter ideia, precisa de um anel viário na cidade de Três Lagoas, que é uma cidade estratégica, importante para a economia do Centro-Oeste e particularmente para a economia do nosso Estado. Vemos que este Governo não tem compromisso com os investimentos, principalmente com a questão da infraestrutura. Isso é uma pena, já que empregos deixam de ser gerados, pois se trata de recursos e investimentos em obras estratégicas para a economia, para o crescimento e o desenvolvimento de que o nosso Estado tanto necessita.

Manifesto o nosso descontentamento e o nosso repúdio, mostrando o quanto o nosso Estado está sendo desprestigiado por este Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Quero cumprimentar o Deputado Vander Loubet, com quem concordo. O Relator, o Deputado Nilton Capixaba, certamente também concorda com V.Exa. quanto ao fato de que essas suplementações e essas subtrações, digamos, de dotações orçamentárias que estavam previstas para serem executadas durante o ano de 2017 acabaram não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sendo executadas. E não há mais tempo hábil para executá-las. Então, não é um desprestígio para Santa Catarina, para o Paraná, para o Rio Grande do Sul, para São Paulo ou para qualquer Estado brasileiro. Mas é que, infelizmente, os recursos financeiros, nos anos de crise por que estamos passando, não foram suficientes para atender às dotações orçamentárias que foram agora suprimidas para fazer o devido remanejamento. Mas isso não invalida, de jeito algum, a indignação de V.Exa., que defende o seu Estado.

Do meu Estado também foram subtraídos recursos para a obra do Porto de Laguna, há tanto tempo esperada. Como a licitação não ficou pronta e a dotação não poderia ser implementada, o recurso acabou sendo susceptível de subtração para remanejamento para outras áreas que necessitam ser concluídas, fazendo frente a esse emaranhado de complementação para fechar o exercício de 2017.

Assim, de certa forma, quero apresentar a V.Exa. a minha solidariedade à sua fala, que é muito justa e muito legítima, oferecendo essa explicação. O correto seria aprovarmos aqui uma peça orçamentária que fosse praticamente toda impositiva. Nesse caso certamente não incorreríamos nesse tipo de subtração ou de suplementação de recursos, como efetivamente está ocorrendo. Então, quanto mais próximo da realidade for o Orçamento da União que vamos apresentar, mais próximos estaremos evidentemente, no final do ano que vem, da execução dessas matérias, que é o desejo de todos nós, sobretudo o de V.Exa.

Portanto, eu queria dar essa explicação, que certamente todos já conhecemos.

Passo a palavra ao Deputado Nilton Capixaba.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Quero só complementar, Sr. Presidente.

Na conversa que tive com o Ministro dos Transportes, no DNIT, verifiquei que eles estão buscando uma forma de liberar mais 1 bilhão de reais para essas obras que estão em andamento e que têm projeto concluído, para fazer o empenho. Pelo que eu vi, não vai haver perda. Esse processo transcorre como o nosso Presidente disse agora. Aquele recurso destinado à obra que não está em andamento, que não tem medição, que está parada ou que tem um recurso que não será usado, tendo em vista essa situação difícil por que está passando o Brasil, está sendo feita uma juntada dos recursos, puxando um pouquinho daqui e dali, para fazer isso que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

feito agora. Mas o compromisso deles é que não vai faltar recurso nem para o pagamento e nem para os empenhos que estão em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Essa informação é muito importante. E esse compromisso do Ministério do Planejamento também é muito importante, para que obras que estão em andamento — em detrimento das obras que tiveram algum tipo de problema na sua continuidade, seja por embargo, seja por problema ambiental, seja até por problema de licitação ou por falta de recursos, o que impediu o início da obra — tenham prioridade, pois elas precisam ser aceleradas. Assim, é necessário fazer as alterações das dotações orçamentárias e as suplementações para que isso possa acontecer efetivamente.

Continuando a discussão, concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nobres Senadores, com relação ao DNIT, a bancada do Estado do Ceará esteve com o Dr. Valter Silveira, que é o Diretor-Geral do DNIT, e tem essa visão, porque várias obras ficaram paralisadas em nosso Estado, há praticamente 3 ou 4 anos, que são justamente as do anel viário, que liga os Municípios da região metropolitana de Fortaleza. É claro que foram retomadas as obras da BR-116, da BR-020 e da BR-222, a partir da coordenação do Dr. Valter no DNIT, e que há também ainda alguns gargalos de restos a pagar de algumas empresas com relação a esses trechos. O fato é que muitas vezes, além de o Brasil ter déficit em seu planejamento, há também a necessidade de que aquilo que for planejado seja efetivamente executado. Nem sempre isso se deve à falta do recurso financeiro, mas à capacidade técnica e, acima de tudo, à capacidade gerencial de determinadas empresas.

Fazendo um paralelo com a questão das rodovias, ainda estamos com problema no trecho do Ceará com a transposição das águas do Rio São Francisco. A empresa ganhou o processo licitatório, mas o fato é que estava previsto que esse trecho estivesse concluso no final deste ano. Mas, em virtude da incapacidade técnica e financeira da empresa, houve certo atraso na execução dessas obras. O grande problema é sempre verificarmos a capacidade técnica daquelas empresas, pois por lá é claro que o processo é licitatório e dele todos podem participar, mas algumas delas não possuem capacidade técnica para executar certas obras, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

processo licitatório dá-se com bastante transparência, mas gera a questão da não execução do cronograma físico-financeiro.

Nós temos aqui na Casa uma Comissão de obras inacabadas, a comissão Obras do Governo Federal, que é presidida pelo Deputado Zé Silva e cujo relator é o Deputado Evair. Anteriormente, nós estávamos com 2 mil obras, muitas delas sem sequer ter o acervo das obras consideradas inacabadas, para que pudéssemos ter efetivamente essa parceria do orçamento e a execução orçamentária. Isso atrapalha muito, porque às vezes há empresas que têm capacidade de dar celeridade à obra, mas que não têm o cronograma físico-financeiro. Então, é condizente com esta Comissão termos a visão de sempre acompanhar essas obras, a fim de trabalhar nesse sentido. Ainda hoje, pela manhã, enquanto o Senador Hélio José aqui presidia a Comissão, nós conversamos sobre algumas BRs e a chamada Transnordestina, iniciada desde 2005 e que também está com vários problemas a serem resolvidos.

Então, acredito que, através de um orçamento mais real, ficará mais fácil até para nós Parlamentares defendermos alguns projetos nas nossas bases. A proposta é a população também ficar ciente da responsabilidade que nós temos como gestores estaduais e municipais, e também como gestor federal, na execução dos recursos orçamentários, principalmente os da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Acho que é muito oportuna e adequada a manifestação de V.Exa., para que possamos aprimorar cada vez mais métodos e procedimentos, de tal forma que nos aproximemos ao máximo da tão sonhada execução orçamentária, que é o que todos desejamos, senão a peça fica como se de ficção fosse, e continua sendo.

Nós fizemos um esforço na Comissão de Orçamento, Deputado Zé Carlos — cada um lutando pelo seu Estado, porque um Estado precisa concluir as obras de infraestrutura, o outro tem as obras do Rio São Francisco, o outro tem a questão dos portos e aeroportos, etc. e tal —, para contemplar o Governo com esses recursos. Daí, passaram-se 1, 2, 3 anos, e as coisas acabaram não acontecendo, e não só por falta de dotação orçamentária e por falta de recursos, mas também pela burocracia e insegurança jurídica. Acho que o Brasil precisa passar por uma grande reforma.

Nós precisamos nos reinventar no sentido de buscar o máximo de eficiência possível, que é o que todos desejamos e o que a população espera de nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, similarmente ao que os colegas disseram aqui, participei ontem de uma audiência pública das frentes parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, com o colega Deputado Afonso Hamm e o Deputado Estadual Zé Nunes, da região sul do Rio Grande do Sul, sobre a BR-116.

Praticamente, de recursos novos para 2018 para uma obra que está em andamento, haverá a emenda impositiva da bancada gaúcha dos Deputados e Senadores, que é de 82 milhões de reais. Mas, pelo valor faltante de 600 milhões de reais para concluir a obra, nós teremos praticamente 10 anos para concluir a obra, porque não há uma alocação de recursos efetivamente maior para essa obra. Então, eu só quero corroborar com os colegas que estavam aqui fazendo essa manifestação.

Mas, Sr. Presidente, especificamente sobre o PLN 34, nós não podemos aceitar — e já disse isso na reunião passada — que não conste a origem do recurso. Quando há recursos que são oriundos, nesses casos, do superávit financeiro, a exigência é constar da citação formal do projeto de lei a origem do recurso. E, neste momento, estamos tendo 2,5 bilhões de reais de incorporação do superávit do balanço patrimonial do exercício de 2016.

Então, eu preciso fazer esse registro de novo. Alguém pode dizer: *"Mas isso é apenas uma formalidade"*. Essa não é uma formalidade, mas é a origem e a transparência dos recursos. Se eles são do superávit orçamentário de 2016, isso tem que constar. E o Governo novamente está se negando a colocar isso. Aliás, isso é uma pendência que foi encaminhada para a sessão do Congresso. Nós não votamos este PLN. E eu aguardo que, de fato, com esse registro que fiz aqui, isso seja corrigido para aquela sessão anterior do Congresso.

O segundo aspecto — e os colegas, tanto o Deputado Zé Carlos como o Deputado Vander Loubet já fizeram referência a ele — é principalmente a obrigatoriedade. Nós temos aqui recursos obrigatórios para a construção de um prédio da Agência Nacional de Águas — ANA! Há a exigência orçamentária para a construção de um prédio! Na verdade, retiram-se recursos — e olhem a barbaridade! — da agricultura familiar, retiram-se recursos destinados à implantação de escolas para a educação infantil, retiram-se recursos da alfabetização e educação de jovens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e adultos, retiram-se recursos da capacitação e formação inicial e continuada da educação básica, retiram-se recursos da valorização da diversidade, promoção dos direitos humanos e inclusão do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário em valores que chegam ao total já mencionado aqui.

E qual é o problema disso aqui? Queria insistir nisso, porque, nesse período, estamos falando da reforma da Previdência. As pessoas estão apavoradas se o Temer agora, de fato, ainda vai "meter a faca" nos direitos previdenciários, como já meteu nos direitos trabalhistas. Agora todos vocês sabem que, quando o trabalhador não comparece ou perde uma ação judicial, ele vai ter que pagar mais do que ele ganha, porque não vai haver mais custas judiciais. Essa é a nova reforma trabalhista que nós votamos. Quanto ao trabalho intermitente, nem vou comentar, porque eu vou falar especificamente do tema da Previdência.

O Governo usou recursos que foram retirados da saúde, da educação, da agricultura para colocar na Secretaria de Comunicação, a fim de fazer propaganda para retirar direitos deste País, que são os direitos da Previdência, da aposentadoria. Ele está mentindo! Inclusive, há ações na Justiça para retirar do ar a propaganda enganosa que o Governo está fazendo em relação à Previdência. Como se não bastasse a retirada de recursos da educação, da saúde, da agricultura e de obras do País — são 100 milhões de reais que o Governo está colocando para fazer propaganda enganosa para mentir para o povo brasileiro que é necessário fazer a reforma da Previdência —, querem tirar o salário de aposentadoria do agricultor, do trabalhador do Regime Geral da Previdência Social, sem mexer nos altos salários, nos privilégios.

Na verdade, estamos debatendo a retirada de recursos de áreas importantes, que fazem com que uma criança fique fora da sala de aula, um agricultor não tenha crédito para produzir comida, a fim de se colocar esses recursos em propaganda enganosa e se fazer a reforma da Previdência.

Nós não podemos aceitar isso. E esse é o centro desse debate no PLN 34/17, que está em discussão neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, gostaria só de fazer um contraponto, porque o que se diz aqui está sendo levado para toda a sociedade brasileira.

Como eu sou um dos que vão votar a favor da Previdência, eu quero fazer uma colocação aqui: esta mesma Previdência de forma um pouco mais dura foi dita pelo Gabas — e eu tenho o vídeo — na época do Governo da Dilma Rousseff. O Lula tentou fazer essa reforma, mas fez uma menor. A Dilma tentou fazer uma reforma mais forte do que essa, mas não conseguiu. Então, temos de dizer à população brasileira que a reforma da Previdência é necessária.

Nós estamos aqui hoje na Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização vendo como o Orçamento é muito limitado para atender à saúde, à educação e à infraestrutura. E digo mais: as pessoas estão dizendo aqui que o que está trancando tudo é a PEC 95, que dá o teto. É verdade, ela limita o teto, mas nós assistimos, vimos e aprovamos aqui o relatório do Senador Ataídes Oliveira sobre as receitas. E nós vimos que S.Exa. procurou fazer um trabalho o mais sério possível. Trata-se de uma receita limitada, porque o Brasil não está crescendo. Precisamos crescer para poder gastar mais. Senão, para que a população tenha uma ideia, nós vamos gastar como se gasta no cartão de crédito e não vamos poder pagar essa conta no final do mês. E a coisa vai estourar.

Nós vivemos uma crise. O que nós temos de fazer aqui naturalmente — e eu dou razão aos Deputados — é dar prioridade àquilo que é mais prioritário. O Brasil vive de prioridades. Há prioridades na educação, na saúde, mas nós temos um Orçamento muito limitado.

Agora, a população brasileira tem que entender que ela precisa de serviço de saúde e de educação, e nós não podemos bancar isso só com financiamento, porque aí é uma festa, é uma bolha que nós vamos estourar mais na frente.

Eu quero fazer esse registro, porque, às vezes, as pessoas ficam batendo e batendo na mesma tecla aqui, fazendo uma propaganda — aí, sim, também enganosa —, dizendo que nós não precisamos dessa reforma.

Era esse o meu registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu penso que o registro é importante e até gostaria de acrescentar...

Nós já temos quórum para votar? *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Já temos quórum.

Então, vamos votar para não levantar polêmica a respeito desse assunto.

Mas, Deputado Pedro Fernandes e Deputado Claudio Cajado, o custo da Previdência, este ano, está estimado em 760 bilhões de reais.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Isso representa 19% do orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Como V.Exa. disse, 19% do Orçamento. Desses 770 bilhões de reais, 260 bilhões de reais são déficit. Desses 260 bilhões de reais, cerca de 60%, talvez um pouco mais, são o déficit da previdência privada, que gira em torno de 180 bilhões ou 190 bilhões de reais, que atende a 30 milhões de trabalhadores. Os outros 70 bilhões ou 80 bilhões de reais são o déficit da previdência do setor público, que está em torno de 77 bilhões ou 80 bilhões de reais.

Quando falamos em bilhões, em um país de dimensão continental como o nosso, Deputado Bilac Pinto, pouco conseguimos assimilar. Mas, se nós compararmos com o que vai ser investido em educação, em saúde, em segurança pública, em transportes, etc., vamos ver que a matemática não fecha; que, infelizmente, temos que encontrar uma solução para isso urgentemente, senão o Brasil vai quebrar, vai virar uma Grécia, como já aconteceu no passado. E estamos prestes a chegar ao ponto do Rio de Janeiro, que não tem mais dinheiro. Inclusive o Rio Grande do Sul, Deputado Bohn Gass, passa por eternas dificuldades ao longo desse período.

Pois muito bem, nós vamos gastar com previdência 770 bilhões de reais, esquecendo o déficit, e vamos investir em educação ou em saúde 120 bilhões de reais. Na verdade, é obrigado faltar dinheiro para os hospitais, é obrigado faltar dinheiro para as unidades de saúde, é obrigado faltar dinheiro para tratar os doentes com câncer, etc., e nós somos obrigados, não é uma questão... Eu não conheço o projeto da Previdência Social, mas acho que nós temos que nos debruçar sobre ele e encontrar efetivamente uma alternativa, porque esses 770 bilhões de reais representam 63% de todas as despesas do Governo — vejam só isso. Como eu disse, é uma matemática que não fecha. E nós temos que enfrentar isso da melhor maneira possível, desde que nós façamos justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu sempre defendi, já na reforma da Previdência anterior, Deputado Bohn Gass, o seguinte: quem ganha menos paga menos, quem ganha mais paga mais. Nós temos que fazer justiça. Se vier um projeto que faça justiça, que elimine privilégios, que faça com que possamos ter um projeto de Previdência Social de médio e de longo prazo e que possa eliminar a sangria que representa aos cofres públicos, evidentemente que terá o meu apoio.

Concedo a palavra novamente ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Quero falar só 1 minutinho, Sr. Presidente.

O problema dessa reforma é que nós não vamos resolver esse déficit — ele vai ficar aí por algum tempo. O que queremos evitar é que, daqui a 20 anos, deixemos de pagar o funcionário público, quer dizer, nós queremos moderar esse crescimento, pois, do jeito que vai, é um crescimento exponencial.

Só não vê quem não quer olhar. Se olharmos realmente as contas públicas sabendo que nós não podemos pagar... E pior do que isso, a dívida das Previdências dos Estados hoje é maior do que a dívida pública do Brasil. Os Estados estão quebrando. Como os Estados não têm a coragem política de fazer isso, o Congresso está dizendo, nesta reforma, que, se não o fizerem, vale a lei federal dentro de 6 meses.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu não sou da área econômica — minha formação é na área do magistério e trabalhei como agricultor familiar —, mas eu ouvi vários economistas e pessoas que entendem do caso dizerem o seguinte: *"Nós só temos condições de combater as desigualdades do País para acabar com as injustiças se nós tivermos impostos cobrados* — na linha do que V.Exas. dizem — *progressivamente".*

Hoje a taxa tributária é embutida no consumo. Se há um patrão e cem empregados, os empregados vão comprar um quilo de feijão cada, e o patrão vai comprar um quilo de feijão — ele, não, mas vai mandar a empregada dele comprar. O rico vai pagar sobre um quilo de feijão, e os cem vão pagar cem vezes mais, porque o imposto é indireto no País. Então, isso capta da renda direta mais de 32%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos 10% mais pobres, enquanto os 10% mais ricos pagam 21% de impostos sobre sua renda.

Eu me dediquei, junto com meu gabinete — vou acabar fazendo uma propaganda agora —, ao preparo da cartilha *Precisamos Falar sobre Impostos*. Eu lancei essa cartilha, Senador Dário Berger, na sexta-feira, em Porto Alegre. Nela, eu coloco explicações sobre esses temas, pois acho que tínhamos de fazer uma educação sobre tributação.

Não adianta reivindicarmos recursos para programas, estradas, infraestrutura, educação e saúde se nós não tratarmos desses temas. Então, quem anda de iate não paga imposto; quem compra helicóptero não paga imposto e quem compra uma moto paga imposto, para levar uma pizza ou uma comida.

Só do Orçamento, quando se trata de juros e encargos da dívida — estou falando de números de 2017, num gráfico que nós colocamos aqui —, são 339 bilhões de reais, sendo que, para toda área da assistência social, todos os programas, são 136 bilhões de reais, um terço do que vai para os banqueiros.

Eu tenho vários números colocados nessa cartilha.

O que eu proponho é que façamos um debate e, na discussão da reforma tributária aqui, que nós mexamos nisso de preferência. Você não vai fazer justiça social, primeiro porque os impostos são muito complicados; segundo, mal distribuídos; e terceiro, injustos. Que possamos cobrar o imposto onde é consumido o produto efetivamente

Eu queria também fazer uma observação sobre o que V.Exas. comentaram aqui a respeito da reforma da Previdência: o Governo fala que tem déficit, mas não passamos uma semana sem votar renúncias fiscais. Essas renúncias são recursos que não entram nos cofres públicos. A cada semana, votamos cortes em investimentos. Se não há investimento, não há produção, não há giro de dinheiro e, portanto, não há arrecadação para os cofres públicos. Então, temos que atacar por aí e não no congelamento de direitos e recursos.

Acho que essa é a inversão do debate que temos que fazer quando falamos da Previdência pública, senão vamos colaborar com o Governo ao passar a ideia errada de que o problema está no assalariado, está no agricultor familiar e não está nos altos salários, não está nas sonegações, não está nas desvinculações e não está nas desonerações ou nas renúncias fiscais que efetivamente são feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu quero cumprimentar o Deputado Pedro Fernandes pelas suas considerações sempre pertinentes e oportunas. Eu acho que isso retrata e revela uma realidade brasileira. Esse fator já se revelou no mundo inteiro, e aqueles que demoraram mais para corrigir essas distorções pagaram um preço muito alto. Então, eu acho que o Brasil também tem que ter pressa para resolver essas questões.

Mas, como eu falei para V.Exa., que seja justo, porque nós, enquanto seres humanos, temos mania de dizer mais ou menos o seguinte: *"Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço"*. Se a situação está bem para mim e eu sou um privilegiado, eu vou continuar defendendo os meus privilégios. Acontece que esses privilégios ampliaram-se tanto nos últimos anos que o Governo não tem mais caixa para pagar. O Governo ficou insolvente. O rombo é de 159 bilhões de reais e chegou ao ponto de termos que fazer uma PEC dos Gastos para dar um recado aos entes econômicos, tanto internacionais como nacionais, de que agora é para valer, de que não vamos gastar mais do que arrecadamos. Nós não vamos ser mais irresponsáveis no trato da questão fiscal e, assim, nós vamos ter que corrigir.

A questão da dívida é importante e fundamental. Entretanto, no ano que vem, vamos pagar muito menos dívida do que pagamos neste ano e no ano passado, porque a taxa SELIC foi reduzida. Com isso, a economia vai melhorando; com a economia melhorando, vão-se gerando empregos e a Previdência Social vai arrecadando mais. Enfim, precisamos criar um desenho.

Mas esse desenho, Deputado Bohn Gass, passa também por esses critérios que V.Exa. levanta e que precisam ser vistos pelo Governo previamente. Agora é hora de adquirir prédio para a Agência Nacional de Águas? Eu não sei se é hora. Certamente, se a decisão fosse minha, eu acharia que não seria a hora.

Eu acho que agora é hora de apertar o cinto, de convocar os Parlamentares, de propor um projeto de união nacional, de mostrar a realidade e as consequências disso se nós não tomarmos as providências necessárias em curto espaço de tempo. As consequências disso são desastrosas, e o presente já demonstra certa revolta, grande indignação da população, que quer resultados práticos. Nós precisamos corrigir isso o mais rápido possível.

Eu lembro que antigamente — eu, por exemplo, tenho 60 anos, embora não pareça, vamos ser sinceros; parece que tenho 70 anos — as pessoas com essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

idade eram velhas. Naquela época, a idade média de vida das pessoas era de 59 ou 60 anos; hoje é de 80 anos. No meu Estado, em que as pessoas têm a maior longevidade no País, chega a 80 anos a idade média. Evidentemente, não tem como se suportar uma previdência social dessa forma.

Eu quero só fazer esse registro — perdoem-me V.Exas. —, para encerrar a discussão e colocar em votação o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 34, de 2017.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Há quórum? São seis Senadores?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eles têm que estar presentes na sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos continuar, então.

Em votação o projeto na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Agora eu vou colocar em deliberação a ata, se V.Exas. o permitirem.

Em votação a ata na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Eu queria colocar em deliberação o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31, de 2017. Não houve destaque. Foi discutido, só falta ser votado.

Então, eu o submeto à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Falta a votação do relatório do CAE, de que estamos aguardando os destaques. Posteriormente o apreciaremos, então.

Permitam-me...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O PLN 31 foi o do Deputado Maia Filho.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Votamos agora.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não, o PLN 34 e o PLN 31. Ocorreu rapidinho a votação. Depois de encerradas as discussões, ocorre rapidinho, Senador Acir, a votação. Dá até um alívio! *(Riso.)*

Vou passar a palavra para o Deputado Bohn Gass, primeiro, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu estava exatamente fazendo a solicitação, porque na sala não tínhamos efetivamente a presença dos Senadores. Em relação ao PLN 34, eu quero que seja registrado o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Registrado o voto contrário do Deputado Bohn Gass e do Deputado Vander Loubet.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Se V.Exa. permitir, Sr. Presidente, a Deputada Laura Carneiro, que acabou de chegar, tem dois PLNs, e nós gostaríamos de prestigiar a nobre Parlamentar ouvindo dela, a Vice-Presidente da Comissão, os relatórios, enquanto nós esperamos os destaques do CAE.

Então, se V.Exa. puder sobrestar, enquanto chegam os destaques, a Deputada Laura Carneiro poderia ler os dois PLNs dela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bom, são dois momentos de alegria. Primeiro, o de receber a Deputada Laura Carneiro sorrindo, entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(Risos.) Este é um ponto importante a se registrar. E é bom sinal; é sinal de que as coisas estão indo bem.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em segundo lugar, Deputada Laura Carneiro, quero agradecer ao Senador Pedro Chaves, que tinha ficado encarregado de proceder à leitura e defender o Relatório de V.Exa. Então, muito obrigado, querido amigo Senador Pedro Chaves.

Vamos ao Item 4 da pauta.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 36, de 2017, que altera a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017. A Relatora da matéria é a Deputada Laura Carneiro. O voto é pela aprovação.

Com a palavra a Vice-Presidente desta Comissão, minha querida amiga Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, não é verdade que eu estou sempre... *(Riso.)* Normalmente, eu estou feliz. Às vezes, irritada. *(Riso.)* Feliz sempre, mas irritada na maioria das últimas vezes nesta Comissão. E é natural, Presidente. V.Exa. não quer que eu diga os motivos. Mas vamos lá.

Parecer ao PLN nº 36, de 2017, que altera a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017.

Passo à leitura do voto, Sr. Presidente, porque é um projeto muito simples.

"II. Voto da Relatora

A presente proposição não implicará acréscimos sobre as dotações orçamentárias destinadas ao atendimento das despesas totais com pessoal e encargos sociais, em 2017, tendo em vista que o impacto orçamentário decorrente da criação e do provimento dos referidos cargos em comissão será suprido pela redução parcial do limite financeiro relativo ao item 'I.5.1.1. Cargos e Funções vagos', do Anexo V da LOA-2017, no valor de R$ 252,0 mil, uma vez que esse limite não será integralmente utilizado (...)"

Na verdade, Sr. Presidente, esses recursos são necessários para a contratação de servidores, um servidor do Tribunal de Contas, um servidor da Secretaria de Fazenda do Estado determinado e um servidor da Fazenda Nacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

para o acompanhamento do Plano de Recuperação Fiscal. Isso vai começar no Estado do Rio de Janeiro, e é uma determinação da lei que aprovamos nesta Casa.

"Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto à emenda apresentada, que pretende adiar o início da vigência dessa proposição, recomendo sua rejeição, uma vez que ficaram evidenciadas a urgência e a relevância da aprovação desse projeto de lei.

Diante do exposto, voto pela rejeição da emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 36, de 2017-CN, e pela sua aprovação na forma proposta pelo Poder Executivo."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Em discussão o projeto de lei. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Item 5 da pauta.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 37, de 2017, que altera a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017. A Relatora é a Deputada Laura Carneiro. O voto é pela aprovação.

Com a palavra V.Exa., Deputada Laura Carneiro, para apresentar o seu relatório.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, trata-se de um relatório ao PLN nº 37, de 2017, que altera a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017.

Passo à leitura do voto, Sr. Presidente.

"II. Voto da Relatora

A presente proposição não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto às emendas apresentadas, a de nº 1 pretende suprimir os incisos VII e VIII do § 12 do art. 103 da LDO/2017, justificando que tais incisos já constam da lei e a de nº 2 pretende adiar o início da vigência dessa proposição.

De fato, os incisos VII e VIII já constam da lei; no entanto, foram reescritos para corrigir a pontuação e conjunção ao final de cada inciso (...)".

Então, na verdade, eles só foram reescritos por uma emenda quase redacional.

"Quanto à emenda de nº 2, a exposição de motivos justifica a urgência e a relevância da aprovação desse projeto de lei (...)"

Em função da relevância da aplicação do Programa de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, justifica-se a relevância da aprovação do projeto de lei e a rejeição das Emendas nº 1 e nº 2.

"Diante do exposto, voto pela rejeição das emendas nºs 1 e 2 apresentadas ao Projeto de Lei nº 37, de 2017-CN, e pela sua aprovação na forma proposta pelo Poder Executivo".

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o projeto de lei. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero aproveitar para cumprimentar V.Exa. pela eficiência e objetividade e dizer que tenho muito respeito e carinho por V.Exa.

Todos os momentos em que me encontrei com V.Exa. foram marcantes e brilhantes. Ressalto que, quando estão sobrepostos os interesses do Rio de Janeiro, percebo em V.Exa. uma leve transformação. Caso contrário, V.Exa. é doce, meiga, companheira, amiga e articuladora inclusive, para que possamos dar andamento às matérias aqui no âmbito da Comissão Mista de Orçamento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer ao Senador Pedro Chaves, que ia proceder à leitura dos relatórios, mas, especialmente, quero agradecer a V.Exa.

Outro dia eu brincava com o Deputado Leão dizendo que ele tinha sido um leão na elaboração do relatório preliminar. Eu sou uma carneira, mas, quando se trata do Rio de Janeiro, eu me transformo em uma leoa. *(Riso.)* Sempre!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

V.Exa. abusou da prerrogativa de elogiar a Deputada Laura Carneiro, e eu fiquei com ciúmes. Eu queria dizer, pela Liderança do Governo, que agradecemos, não apenas à Deputada Laura, mas também ao Colégio de Líderes, pelo acordo para podermos dar andamento à sessão de hoje, votando todos os PLN. Ficaremos com um para ser votado amanhã.

Peço ao Deputado Bohn Gass, se ele assim aquiescer, que nós mantivéssemos suspensa a sessão até amanhã, para otimizarmos os trabalhos, já que falta somente um único item, e amanhã, pela manhã, se V.Exa. achar conveniente, nós poderemos proceder à votação desse último item.

E agradeço, mais uma vez, o acordo que fizemos em relação aos PLN e aos relatórios setoriais.

Vou pedir, Sr. Presidente, ausência neste momento da sessão, porque o meu partido, o Democratas, está fazendo hoje a filiação de um número expressivo de Parlamentares, na presidência do partido. E, às 17 horas, eu tenho uma audiência com o Ministro Wagner Rosário, da CGU. Então, peço a todos que continuem na sessão, dentro do acordo que fizemos.

E agradeço, penhoradamente, o esforço de todos, especialmente o de V.Exa., que tem sido um grande Presidente, um baluarte e com competências muito maiores do que este que neste momento exerce a voz em nome do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou concordar com V.Exa., tamanha é a relevância e envergadura desta reunião. Agora eu me preocupo, porque o DEM está tomando forças. Quantos Deputados serão filiados, Deputado Cajado?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Entre 10 e 12.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Dez e doze? Nossa Senhora do Céu! Eu acho melhor não liberar V.Exa. para participar. *(Risos.)*

Antes de passar a palavra a V.Exa., Deputado Bohn Gass, eu quero agradecer também ao Deputado Cajado, que tem sido um parceiro liderando aqui o Governo. Aprendi a admirá-lo bastante no decorrer dessas nossas confusões aqui.

Senador Acir, V.Exa., que participou ativamente da Comissão de Orçamento, sabe muito bem do que estou dizendo. Ainda mais no momento que estamos vivendo, em que o cobertor é curto: ou se tampa a cabeça e se deixam os pés de fora; ou se tampam os pés, deixam a cabeça de fora. E, nessa situação, é difícil encontrarmos um denominador comum.

Como o entendimento tem sido a tônica desta Comissão, cujos trabalhos estamos encaminhando da melhor maneira possível, eu quero, como Presidente desta Comissão, o que muito me honra, dizer que sou apenas um agente e que, se não buscássemos esse entendimento, certamente os trabalhos não andariam com celeridade que têm andado.

Então, agradeço a todos indistintamente.

Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria um esclarecimento de V.Exa. não entendi bem se a proposta seria a de suspendermos todos os trabalhos para voltar amanhã ou se iríamos à conclusão do Item 20 da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A ideia é darmos continuidade, pois ainda temos mais alguns avisos, e deixar o Item 9 e o PLN 21, que é extrapauta e que ficaria apto para ser votado, então, amanhã, dada a suspensão que faríamos da reunião de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Para o item 21 não houve acordo de nossa parte, porque ele foi publicado apenas hoje e não se poderia votá-lo hoje. Ele fica para amanhã.

Mas, quanto ao Item 20, quero dialogar com o nosso nobre Relator. Quero votar favoravelmente ao relatório apresentado pelo Deputado Bilac Pinto, mas sem o destaque.

Se V.Exa. disse que vai manter e não aceitar o destaque proposto, eu fico tranquilo. Mas, se o voto de V.Exa. for pela admissibilidade do destaque, aí eu quero me manifestar.

É bom a gente colocar isso transparentemente aqui: todos nós tivemos — assim como hoje teve o Deputado Vander, eu tive e vários colegas tiveram — muita atenção de parte da comissão técnica. E eu queria parabenizar todos os integrantes do Comitê e da Consultoria, que ficam trabalhando em cima de critérios. Então, fui atrás das emendas que apresentei — em cima de critérios —, mas justificaram por A mais B que estavam inadmitidas. Então, temos confiança em nosso comitê técnico e na assessoria que está trabalhando nisso.

Neste caso, foram inadmitidas, Deputado Bilac Pinto e nobre Presidente Dário Berger, cinco emendas. E chegou até a mim a informação de que haveria uma solicitação por parte do Senador Eunício Oliveira em relação a algumas emendas. E digo isso porque estão elas apresentadas aqui como emendas de Comissão Diretora do Senado Federal. Bom, quando eu li *"Comissão Diretora do Senado Federal"*, então, pensei que seriam de interesse administrativo, gerencial, do conjunto do Senado. Mas fui verificar e constatei o seguinte: *"Comissão Diretora do Senado. Construção da barragem Fronteiras no Ceará"*. Depois: *"Recuperação e Adequação de Infraestrutura"*. Foi o que chegou para mim aqui, que é um recurso para o DENOCS. E, ainda, tem uma emenda da Mesa Diretora que trata da implantação e implementação de melhorias também de recursos de abastecimento.

Ora, por mais importantes que sejam essas propostas, as que apresentamos também são importantes. Talvez a origem do recurso que vai ser cortado para podermos equipará-las aqui tenha sido a razão da inadmissibilidade proposta pelo Comitê.

Então, Sr. Presidente, eu quero exatamente esse esclarecimento, porque, neste caso, quero reivindicar um posicionamento que foi o do nobre Deputado Bilac

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pinto até o momento, que foi o seguinte: dialogar com o comitê, que fez o parecer pela inadmissibilidade em cima de critérios técnicos. E é isso o que estamos votando.

Se houver um destaque sobre esse ponto, eu já quero antecipar meu voto contrário, porque aqui se trata de ferimento de uma regra que tem que ser igual para todos.

Então, agora, porque veio um pedido da Presidência do Senado, temos dois pesos e duas medidas em relação às emendas dos colegas Deputados. Reitero que todos nesta Comissão estão em grau de igualdade.

Nesse sentido, quero manifestar que não estou de acordo. Mas eu precisaria saber se, de fato, a informação que me chegou se confirma, porque nós temos um conjunto de obras que necessitam de recursos. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, tínhamos uma emenda da bancada gaúcha para a questão de investimentos lá na região, que tem a ver com a nossa querida região de Campos de Cima da Serra, mas foi inadmitida. E a referida emenda tem tudo a ver: turismo, acesso, infraestrutura. Enfim, trata-se de uma emenda da bancada gaúcha.

Então, neste momento, quero solicitar que hoje não apreciemos isso, para exatamente podermos verificar. Talvez mais de um Estado tenha esse interesse, porque o critério aqui tem que ser igual.

Essa é uma reivindicação que faço: nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, porque aí ferimos um regramento interno nosso, que vai além do aspecto regimental.

Portanto, eu apenas queria fazer essa manifestação de que não há acordo para que esse destaque seja aceito. Portanto, eu estava por votar favoravelmente. E eu quero, inclusive, pedir escusas por esta manifestação no sentido de antecipar um posicionamento, mas veio a informação até a mim e estou preocupado com o tema.

Estamos encaminhando nosso voto favorável ao parecer do Relator, Deputado Bilac Pinto. Mas, em havendo a admissibilidade desse destaque...

Eu já encaminhei destaques aqui que foram posteriormente inadmitidos, mas nós nos submetemos à apreciação do Comitê e da Consultoria. Fizemos um debate político sobre isso. Mas, neste caso, se há dois pesos e duas medidas, aí vamos radicalizar nossa posição pela objeção e não aceitaremos esse método.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, e Deputado Bohn Gass, eu reitero aqui o relatório do CAE, que foi muito bem estudado, analisado. E, quanto àquelas emendas que efetivamente puderam ser admitidas, assim nós fizemos.

E nós temos que basear nosso relatório efetivamente na qualidade técnica e jurídica daquilo que é de responsabilidade do CAE. Quanto à construção da barragem de Fronteiras no Estado do Ceará, no meu relatório, essa emenda foi inadmitida, como várias outras, a exemplo da que tratava da Advocacia-Geral da União; de outra do Ministério de Ciência e Tecnologia, para a promoção de pesquisa de tecnologias digitais; promoção de defesa da concorrência; algumas emendas da FUNASA sobre saneamento básico, enfim, todas essas além da que o senhor citou agora em sua argumentação, que trata da construção da barragem de Fronteiras no Estado do Ceará, para recuperação e adequação das infraestruturas hídricas.

Quer dizer, eu não me ative ao tema e nem ao objeto das emendas, mas à maneira como elas foram apresentadas.

Agora, eu deixei também muito claro tal razão no início da leitura do meu relatório e faço questão aqui, Sr. Presidente, de repetir:

"Conforme o art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de Lei Orçamentária Anual, de diretrizes orçamentárias e do Plano Plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO."

Então, o que estou querendo dizer aqui é que o Plenário da Comissão Mista de Orçamento tem a prerrogativa de deliberar e, inclusive, de vencer o meu relatório aqui apresentado, porque eu me ative efetivamente às normas técnicas da Comissão de Admissibilidade de Emendas — CAE. Agora, o Plenário é soberano. Então, cabe aos Parlamentares que aqui estão efetivamente acatar o meu relatório ou rejeitá-lo e aprovar as emendas que eu aqui não pude, em virtude de razões de ordem técnica, acatar em meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Chegamos a um impasse, pelo que estou percebendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu consulto V.Exas. sobre o seguinte: continuamos discutindo os destaques ao Projeto de Lei Orçamentária — PLOA? Aliás, trata-se de um destaque e quatro emendas. Precisamos nos debruçar sobre essa questão.

Nós ainda temos mais alguns avisos a dar. Era meu objetivo limpar a pauta, mas estou percebendo que podemos chegar a um impasse em relação a essa matéria, Deputado Cajado; daí essas outras matérias ficariam sobrestadas para a reunião seguinte.

Portanto, antes de ouvir V.Exa., quero ouvir de novo o Deputado Bilac Pinto, para esclarecimentos adicionais.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, chegou agora ao Comitê de Admissibilidade um adendo ao relatório, o qual faço questão de ler aqui:

"Prezados senhores, em virtude dos pedidos de ajuste efetuados após a publicação do relatório apresentado, mas durante as discussões, seguem as seguintes retificações:

- Excluir do anexo do rol das emendas inadmitidas as seguintes:

Emenda nº 60110005, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. O autor ajustou a emenda para a aquisição de equipamentos, materiais e serviços. Foi atendido o pedido do SISEL nº 227.

Emenda nº 600.10002, da Comissão de Infraestrutura do Senado. Manutenção de trecho rodoviário nacional. O autor pediu ajuste para a Ação 20VK001. Manutenção de trecho rodoviário na Região Norte, no Estado de Rondônia. O pedido foi considerado viável.

Emenda nº 711.60011. Implantação de obras de infraestrutura hídrica. O autor ajustou o título para o Sistema Integrado de Abastecimento do Cariri Ocidental, Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Cariri Ocidental. CISCO. SISEL nº 69."

Essas eram as últimas modificações. E faço aqui um adendo ao meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu queria inclusive dialogar com o Deputado Claudio Cajado e com os Senadores que aqui se encontram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há uma emenda do Paraná que foi inadmitida. Construção de trecho ferroviário no Estado do Paraná. DNIT. O valor é de 5 milhões. Nem é um valor muito grande, mas foi inadmitida.

Também há uma emenda para a Santa Casa de Campo Mourão foi inadmitida. E são emendas de bancada, da bancada do Paraná, que foram inadmitidas. E há emenda da bancada do Rio Grande do Sul que também foi inadmitida.

O que eu quero propor? Eu até proponho que, em função dos avisos, para os quais havíamos acordado anteriormente — e não vemos qualquer problema em fazer a votação em globo —, não temos nenhum problema com a questão dos avisos, que são mais formais e aqui podemos resolver isso. Mas esse ponto não.

Então, eu quero voltar a debater. E vou dar minha sugestão concreta: nós teremos reunião amanhã, e esse é um ponto que podemos concluir amanhã. E aí podemos olhar melhor essas votações. Eu quero me dedicar agora, porque eu só não o fiz em razão da confiança, inclusive, de que a própria consultoria tinha feito — e foi o que sempre defendemos.

Neste caso, eu quero ver melhor isso. E a minha sugestão concreta é no sentido de votar esse ponto amanhã; neste caso, haveria acordo para podermos votar os demais pontos no dia de hoje e deixar apenas este junto com o Item 21, que já está pautado para amanhã.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pela ordem, o Senador Acir tem preferência, porque vai usar a palavra pela primeira vez nesta reunião de hoje.

O SR. SENADOR ACIR GURGAZ - Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Bilac Pinto.

Eu entendo, Deputado Bohn Gass, que as modificações feitas foram só de adaptação. Foi o que sugeri aqui na questão da Comissão de Infraestrutura. Portanto, não tem nada a ver com aquele voto em separado que V.Exa. apresentou em relação ao Ceará. Foram só duas modificações localizadas que não trazem nenhum problema.

Então, eu entendo ser importante votarmos hoje e resolver de uma vez essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Só para dialogar: tem um destaque que V.Exa. fez referente à adequação da infraestrutura, mas tem outras quatro emendas que o nobre Relator apresentou e que serão votadas depois.

Sobre a vossa observação, estou de pleno acordo: tratam de readequação regimental aqui. Mas temos quatro outras emendas que estão para ser votadas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, vou fazer uma sugestão. O senhor disse que hoje estou zen. (*Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Seja a pacificadora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vou ser a pacificadora.

O nobre Relator apresentou uma complementação de relatório. Seria importante que, ao menos, o resto da Comissão tivesse ciência dessa complementação, que, embora pequena, ainda não foi divulgada da maneira regimental, que é a publicação em nosso *site*, imediatamente, desse tema. Isso fará com que a gente possa votar essa matéria amanhã, em função da complementação. E hoje V.Exa. passaria diretamente aos avisos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nobres Senadores e Deputados, queremos deixar bem claro que o nobre colega, Deputado Bilac Pinto, em seu relatório, foi bem incisivo, do ponto vista regimental, assim como todo o trabalho dos consultores, Deputado Bohn Gass — no sentido de orientar a questão de admissibilidade ou não de destaque ou emenda — foi feito de forma devida e regimental. O mesmo procedimento fez o nosso Presidente, o Senador Dário Berger. Quando nós apresentamos, S.Exa. disse que o Plenário iria se pronunciar. O nobre Relator, de antemão, não acolheu, e S.Exa. iria colocar ao Plenário. É isso o que está acontecendo.

Então, não houve de parte da Consultoria nem da Mesa atropelamento algum do processo nas nossas prerrogativas. É claro que, infelizmente, o Deputado Bohn Gass e sua assessoria não alertaram que, regimentalmente, caberia, sim, apresentar o destaque. Se S.Exa. tivesse apresentado o destaque, talvez, não estivesse com esse posicionamento contrário ao destaque solicitado pelo Senador Eunício Oliveira, da Presidência do Senado Federal. Com certeza, S.Exa. estaria defendendo seu destaque, e nós defenderíamos o nosso destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A minha compreensão é que, infelizmente, sua assessoria não o alertou que, regimentalmente, caberia o destaque. Não houve momento algum em que o Relator ou o nosso Presidente tenham colocado que era terminantemente proibido apresentar um destaque, ou que regimentalmente não cabia apresentar um destaque. Muito pelo contrário, todos estamos aqui, desde as 15 horas, atentos esperando o momento de apresentar e defender o destaque.

Então, queria que S.Exa. ponderasse ou, então, nosso Relator fizesse adequações, pedisse à nossa grande Deputada, que hoje está zen *(riso.),* para compatibilizar alguns outros interesses, alguém que pudesse garantir que S.Exa. também apresentasse.

Essa é minha observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - A minha questão é clara. Se o Comitê considerou questões técnicas inadmissíveis, este está sendo solicitado para dar admissibilidade. Eu quero, em relação a nossa emenda, que o Comitê resolva essa questão e dê admissibilidade. É simples assim!

Por que dar admissibilidade? O Comitê se reuniu e disse: *"Não tem admissibilidade".* E, aí, agora, ele vai dizer: *"Tem admissibilidade"*. Se o Comitê vai fazer isso, eu quero que seja para outros também.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Em momento nenhum, nós estamos colocando o Comitê. É uma prerrogativa do Plenário. É prerrogativa dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados. Em momento nenhum, nós podemos envolver a parte técnica na questão dos membros do Comitê também.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, não está correto!

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - É, como disse o nosso Presidente Dário, é nossa prerrogativa. Ano passado, esse procedimento aconteceu — e não sei se foi nessa hora —, mas, se formos buscar nos arquivos, veremos que ano passado ocorreu esse mesmo procedimento. E o Plenário foi soberano!

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Está correta essa afirmação. Então, é uma decisão, uma observação técnica do Comitê, pela admissibilidade. Politicamente, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comitê aqui vota, passando por cima da análise técnica do Comitê. Então, essa é uma decisão política. Assim, politicamente, eu sugiro que não apreciemos agora, para que se veja, como os demais pontos, e possam ser incluídos outros Estados. Aqui são emendas de bancadas iguaizinhas, iguaizinhas!

É exatamente isso, tem acordo. A observação do Deputado foi importante. São emendas iguaizinhas, iguaizinhas, dos outros Estados!

Então, eu quero que haja esta justiça em relação aos demais Estados, e os conteúdos, do ponto de vista da importância deles, são do mesmo valor e do mesmo peso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Encerradas as discussões, estabelecido o impasse, e considerando que a Ordem do Dia já se iniciou no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, eu suspendo a presente reunião e convoco outra reunião para amanhã, às 14 horas.

Muito obrigado a todos.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu quero solicitar que tenhamos essa sensibilidade, assim como teremos em relação à emenda que está proposta para atender a bancada do Ceará, em relação ao Rio Grande do Sul, ao Paraná e às demais que foram citados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas daí nós vamos ter que abrir prazo de emenda, abrir para destaque.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Então, eu vou fazer o destaque. Abra prazo para o destaque, e eu faço o destaque.

Eu vou pedir a nobre compreensão do Deputado Bilac Pinto para que seja sensível ao destaque que vou apresentar com a sua concordância.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Como V.Exa. já tem o apoio da Deputada Laura Carneiro, eu não tenho como não atender esse encaminhamento.

(A reunião é suspensa.)

Em 29.11.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias da pauta.

Ordem do Dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Retomaremos a discussão do item 1, apreciação do relatório do CAE.

Item 1. Conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE.

Sobre o exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2017, de Lei Orçamentária para 2018, informo o seguinte: autor, Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE; Coordenador do CAE, Deputado Bilac Pinto.

Informo ainda que, na reunião realizada ontem, dia 28, foram lidos pelo Coordenador, o Deputado Bilac Pinto, o relatório e o adendo do CAE. Foi aberta a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Em seguida, foi suspensa a reunião para deliberarmos a questão nesta data, portanto, nesta reunião, hoje.

Consulto V.Exas. sobre se vamos continuar discutindo. *(Pausa.)*

Então, eu coloco novamente em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Bilac Pinto.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Senador Dário Berger, nosso Presidente, quero primeiro fazer uma observação. Estou aqui desde as 14 horas, horário para o qual fomos convocados, e a sessão começou mais precisamente às 14h39min. Portanto, ela passou do prazo regimental.

Até falei com o nosso Presidente, mas faço essa observação para que ninguém fique dizendo que o Deputado Bohn Gass está complicando as coisas aqui. Eu só quero dizer que o prazo previsto no Regimento é de até meia hora. É o procedimento. E eu participei de várias sessões, em outros períodos, que foram encerradas às 14h31min, porque o procedimento é regimental, e não havia mais volta. Isso foi feito não só uma vez, inclusive em sessões em que seriam discutidas medidas provisórias importantíssimas. Eu me lembro de uma ocasião em que estávamos no Senado, precisávamos votar, era importante para o País, e, pelo fato de não ter havido quórum até as 14h30min, uma situação idêntica, a Oposição, que estava aguardando há 31 minutos, exigiu o cumprimento do Regimento.

Eu faço este registro, Sr. Presidente. V.Exa. já me fez sua ponderação antes do início das atividades. V.Exa. disse que, em função de visitas de Ministros, ao atender os Ministros, atrasou o início dos trabalhos, o horário do Regimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neste momento, então, faço apenas o registro. Não vou fazer disso uma questão de ordem, porque, obviamente, ela precisaria ser acatada, até pelo acordo no início das nossas atividades este ano, pelo registro que eu fiz, para que realmente haja o cumprimento, a não ser que haja acordo unânime, do qual todos participem.

Acho que é importante ter um grau de tolerância — e eu a tenho neste momento —, mesmo sabendo que os Ministérios não estão, nas funções dos programas que nós estamos debatendo aqui, do ponto de vista do Governo, dando as devidas atenções aos programas orçamentários dos Municípios. Mesmo assim, eu tenho essa compreensão, dado o apelo de V.Exa., Sr. Presidente, e a forma como tem conduzido os trabalhos, que considero exemplar para a nossa função aqui.

Em segundo lugar, sobre o item do PLN 20, que está em questão neste momento, registro que PLNs, os projetos de lei do Congresso Nacional, tinham que ter sido apreciados até o dia 20 de novembro. V.Exa. contatou com o Presidente do Congresso, que autorizou por 1 semana... Como Presidente, mesmo não tendo autoridade para passar por cima do Regimento, ele deu essa autorização. Então nós ainda estaremos, no curso desta semana...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Só para ajudar V.Exa., registro que o dia 20 se refere apenas aos de crédito. Os outros, orçamentário e avisos, não têm esse prazo definido do dia 20. Digo isso só para alertar V.Exa.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Agradeço. Então está superado também esse ponto.

O terceiro é sobre a observação que eu fiz no dia de ontem — e aqui quero agradecer aos colegas; o Deputado Bilac foi compreensivo, também, sobre isso, fez o relatório — no sentido de nós não votarmos, no dia de ontem, para podermos apreciar frente a contatos que eu queria fazer, porque tenho discordância, dificuldade de aceitar, neste momento, o destaque. É claro que nós vamos debater o destaque depois, mas eu não consigo aceitar que tenha, neste caso... O Relator colocou isso muito bem. O Comitê de Admissibilidade, junto com a Consultoria, junto com os técnicos, junto com os Parlamentares — a Deputada Laura também é integrante da comissão de admissibilidade, neste caso —, deu o parecer pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inadmissibilidade de várias emendas que foram apresentadas e agora nós temos um destaque sobre emendas inadmitidas.

Com esse tema, no meu entender, precisamos ter um cuidado maior, para não abrirmos o precedente de ter dois pesos e duas medidas. Eu já apresentei destaques por outras razões de inadmissibilidade, considerando que queria fazer esse debate aqui. Não tive êxito.

Aqui, uma maioria pode, sim, se constituir e, mesmo havendo parecer dos técnicos e do conjunto de Parlamentares que integram a Comissão pela inadmissibilidade, votar politicamente, contrariando as observações técnicas, neste caso.

Às vezes sou cauteloso em relação aos prazos para que, quando votarmos um tema, possamos ter observado todos os aspectos, para não precisarmos trazer tantos temas que nos obrigam, às vezes, a votar de forma díspar, dadas as interpretações regimentais aqui.

A sugestão que eu quero fazer é que esta Comissão não cometa contradição e remeta, então, para sessão no Congresso. Mas que isso não pese sobre nós, porque esse destaque pode perfeitamente ser feito, e a assessoria pode me ajudar aqui, em relação ao Congresso. Que não abramos mão nesta Comissão, onde temos tempo de analisar — é diferente de uma sessão do Congresso —, onde nós temos os requisitos postos, e o próprio Relator não admitiu exatamente por valorizar o trabalho dos colegas Deputados e da assessoria.

Então, em função disso, quero fazer essa observação — inclusive quero antecipar que no relatório nós temos um posicionamento favorável; eu já havia manifestado isso para o nobre Relator Deputado Bilac, ontem — e excluir do rol das emendas inadmitidas o destaque que se refere ao que destaquei ontem, ao que é da Mesa Diretora do Senado, e isso realmente eu gostaria que não fosse incorporado aqui.

Mas estou vendo aqui que colegas apresentaram também emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Não sei, Deputado, se a sua emenda é essa.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - A minha é da área de infraestrutura hídrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - É da infraestrutura hídrica, que é a 7116. O autor ajustou o título para o sistema integrado. Então, fez as correções devidas para estar no enquadramento da admissibilidade.

Eu queria destacar este aspecto: quanto ao que for adequado ao tema e for considerado admissível, nós temos acordo para fazer; quanto ao que não haja acordo, que politicamente constituamos uma maioria e votemos um tema que não tenha passado pelo crivo da admissibilidade.

Concluo a minha fala por uma simples razão. Eu fui atrás, Senador, da bancada gaúcha, porque havia uma inadmissibilidade em relação a São José dos Ausentes, àquela região, em relação à BR-285, e fui, Deputado Bilac Pinto, com a bancada do Paraná, que tinha duas consideradas inadmitidas. E eles foram atrás, foram falar com a equipe de consultoria e houve realmente a constatação dos erros, digamos, da comprovação, em relação a esse tema, e estavam contemplados em outras emendas. Nós do Rio Grande do Sul, por exemplo, nas nossas 17 prioridades, temos incluído São José dos Ausentes. E eu vou continuar lutando para que São José dos Ausentes permaneça no lugar correto para que tenha esse atendimento. O coordenador do Paraná, que é o Deputado Toninho, disse-me a mesma coisa.

Então, quanto a esses aspectos, eu fui atrás. Eles estão contemplados, a admissibilidade não foi corrigida, então não há por que incluir hoje. Eu não vou insistir aqui, porque eles estão em outro lugar.

Agora, quanto às demais que não estiverem nesse enquadramento, eu quero de fato pedir a compreensão de um critério que nos dê essa estabilidade para fazermos a argumentação. E, se houver a correção — os nobres colegas Deputados estão dizendo que foram passados e têm o crivo da admissibilidade —, como eu tenho aqui três emendas, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da Comissão de Infraestrutura, no Senado, para o Estado de Rondônia, e da implantação de obras de infraestrutura hídrica, não tenho por que me opor, porque preenchem os requisitos e os critérios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, companheiros da Comissão, na verdade o Deputado Bohn Gass citou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bem, eu faço parte da comissão, junto com o Deputado Bilac Pinto e outros Parlamentares desta Comissão. E talvez, naquele momento, não tivéssemos percebido a importância ou a complexidade para o Senado Federal ao não participar como, digamos, a entidade possível para apresentação de emendas.

Por isso, Deputado Bohn Gass, eu fiz o destaque. Eu, sinceramente, não me ative ao tema das emendas, mas à admissibilidade, no sentido de que o Senado Federal, através de sua Mesa Diretora, é, digamos, um órgão desta Casa também autorizado a apresentar as emendas.

Por isso, há tentativa de fazermos um acordo no sentido de aprovar esse destaque, e, se for necessário, nós podemos retirar a matéria em plenário. Mas, pelo menos na Comissão, não entender que a Comissão Diretora do Senado, a partir de um pedido do Presidente daquela Casa, do Presidente do Congresso Nacional, portanto... Não é uma coisa tão simples.

Eu vou ler o ofício que foi encaminhado agora pelo Senador Eunício Oliveira ao Presidente Dário:

> *Sr. Presidente, em resposta ao Ofício da Secretaria nº 33, no que tange à análise das emendas da Comissão Diretora do Senado Federal, trago algumas ponderações que considero relevantes.*
>
> *O relatório de análise técnica preliminar do Comitê da Comissão de Orçamento, de autoria do Deputado Bilac Pinto, conclui pela inadmissibilidade das emendas oferecidas pela Comissão Diretora do Senado Federal, por não as considerar no âmbito de sua competência regimental, art. 98 do Regimento Interno do Senado. Contudo, deve-se interpretar o Regimento Interno com o intuito de alcançar o fim maior, uma vez que a Comissão Diretora do Senado representa o próprio Senado Federal.*

Se não admitimos essa emenda, nós não estamos admitindo uma emenda do Senado Federal. Em última análise é isso.

> *Assim, cabe a esta Comissão, além de exercer a administração interna, orientar, dirigir os*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhos e representar esta Casa Legislativa quando necessário. E, por exercer um papel tão relevante que ultrapasse questões meramente administrativas, a Constituição Federal, no seu art. 58, § 1º, exige que seus membros sejam eleitos respeitando-se a proporcionalidade partidária.

Nesse sentido, em consonância com as competências regimentais previstas no art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, pode-se afirmar que as emendas apresentadas pela Comissão Diretora do Senado representam, na verdade, a própria vontade da instituição Senado Federal.

Cabe ressaltar que essa interpretação foi adotada pelo CAE no ano anterior, no PLOA 2017 isso já aconteceu, com relação às emendas da Comissão Diretora do Senado, que inicialmente tinham sido consideradas inadmitidas. Após análise mais atenta, foram aprovadas no parecer final da CMO, no dia 14/12, em anexo.

Nesse ofício ele pede, portanto, a reconsideração.

Eu não vou discutir o mérito das emendas, mas também não posso discordar de que o Senado Federal tem a sua absoluta importância, e não podemos, nesta Comissão, até porque é uma Comissão Mista, deixar de relevar um tema como esse.

Essa é uma matéria importante, e talvez o ideal fosse que nós já pudéssemos ter o acatamento a esse destaque desde logo, no sentido de autorizar a inclusão das emendas da lavra do nobre Presidente, enfim, da Comissão Diretora do Senado Federal. Como é que nós não o faríamos?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Permite-me um aparte, Deputada Laura?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É claro, meu amor.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não é questão de entender que o Senado não pode apresentar emendas; o Senado pode apresentar, a Comissão pode apresentar, cada Deputado e cada Senador pode apresentar. O problema é que tanto o Senado como nós temos que apresentar corretamente, e não fizeram isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se na votação anterior, no ano passado, não houve a correção de emendas, se deveriam ter sido admitidas, se ninguém fez a observação, azar. Agora nós estamos fazendo essa identificação. A questão não é que a origem ou o DNA de onde veio está errado. O Senado tem o direito de apresentar emendas, mas ele, como todos nós, tem que apresentá-las de acordo com os critérios. Por isso, ela foi inadmitida. Foi inadmitida inclusive com o seu parecer. V.Exas. não a aceitaram.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu comecei dizendo isso, Deputado Bohn Gass, inclusive com o meu parecer. Mas era importante ouvirmos a ponderação do Deputado Bilac, porque, efetivamente, há como se resolver; se não houvesse, eu não teria destacado e não teria pedido que todos tenhamos a compreensão desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou pedir o apoio de V.Exas. para tentar encaminhar. Se o encaminhamento proposto não estiver de acordo, evidentemente nós retomaremos a discussão do início. Mas me parece que há acordo quanto ao relatório e ao adendo.

Havendo acordo quanto ao relatório e ao adendo já defendido e já exarado pelo Relator Bilac Pinto, parece-me que nós estamos na fase do destaque das emendas, que é um assunto posterior ao relatório.

Então, eu queria encerrar a discussão quanto ao relatório propriamente dito e, depois, ressalvado o destaque ou os destaques e a emenda, nós retornaremos para encaminhar quanto à emenda e quanto ao destaque. Parece-me que é o encaminhamento mais adequado neste momento.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, permite-me fazer uma colocação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Pedro Fernandes, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, a emenda do Senado, lida pela Deputada Laura, foi inadmitida. A Deputada Laura apresenta argumentos fortes. Eu pergunto: se o Relator tivesse conhecimento desses argumentos, admitiria a emenda? Eu acho que, aí, ele pode fazer um voto complementar. Se ele não admitiu e continua não admitindo, eu acho que isso vai para voto. Aí, que prevaleça o resultado da Casa, porque todos têm direito! — até porque ele pode levar isso para o Plenário também, que é outra instância. Ele pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

levar a emenda para o Plenário. Agora, se o Relator pode fazer o voto complementar admitindo que esses argumentos da Deputada Laura o fariam admitir a emenda, eu acho que resolve o problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. deu uma bela contribuição.

Tem a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, quando nós apresentamos ontem esse destaque, pela mesma recomendação, no Senado Federal, com que a Deputada Laura está reforçando, hipotecando, apresentando o destaque, foi com a visão de que não estamos criando nenhuma regra nova. No ano passado, nesta mesma Casa, isso foi aprovado, foi acatado. É claro que, se o Relator já acatasse no seu próprio Relatório, isso passaria a ser um adendo, como já foi feito no item anterior.

No próprio ofício encaminhado pelo Senador Eunício Oliveira a V.Exa., Presidente, ele faz o embasamento com a parte dos artigos e parágrafos do Regimento, por não se tratar de excepcionalidade.

Então, queremos a compreensão do Deputado Bohn Gass nesse sentido. Tanto é, Presidente, que ontem, quando o Deputado Bohn Gass arguiu a questão desse destaque, V.Exa. até abriu o prazo para apresentar, porque ele, o Deputado Bohn Gass, colocou que havia emendas da bancada do seu Estado que tinham sido motivo de inadmissibilidade e que nós teríamos dois tratamentos diferentes: admitiríamos esse e a da bancada dele não seria admitida. Mas ele já está colocando que a emenda que ele iria apresentar foi admitida em outra instância, não é isso? Tanto é que, quando cheguei, eu indaguei: *"O Deputado Bohn Gass apresentou emenda?" "Não."* Ele não apresentou destaque, porque o destaque que ele apresentaria já foi contemplado em outro relatório. Então, não vejo qualquer tratamento desigual por parte do Plenário da Comissão, até porque a bancada representada pelo Deputado Bohn Gass também está sendo contemplada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu indago mais uma vez de V.Exas. se eu não posso votar o relatório, ressalvadas as emendas e o destaque, porque, aí, nós avançamos e continuamos discutindo o destaque.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, posso usar da palavra para colaborar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Para colaborar, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O próprio Relator ontem deixou claro que seu parecer e seu voto já estavam prontos e que deixaria as emendas e o destaque para deliberação do Plenário, porque ele não os acatou. Então, o encaminhamento de V.Exa. é justamente nesse sentido. Vamos votar o relatório do Deputado Bilac Pinto, ressalvados as emendas e os destaques, e posteriormente V.Exa. os coloca em votação e o Plenário decide.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É isso aí.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu apenas apelaria no sentido de que não houvesse nenhuma verificação, e o Plenário é quem decide. Caso seja rejeitado, tem-se uma segunda tentativa com o apoiamento no Plenário do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, tenho apenas uma indagação. Eu indago ao nosso Relator, o Deputado Bilac Pinto, se acataria o mesmo procedimento que fez ontem, um adendo, que foi apresentado após a leitura do relatório; se não é o caso de acatar, até para nós não protelarmos o debate, porque senão nós vamos aprovar o relatório e deixar o destaque para depois, vamos esticar o debate. Então, se ele acatasse isso num adendo, automaticamente votaríamos o relatório com os adendos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou tentar...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu preciso fazer uma ponderação, porque fui citado várias vezes. V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Evidentemente. Eu queria só fazer uma sugestão. Mas, neste caso, eu concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - E isso é apenas para dialogarmos, porque são elementos importantes que colocamos aqui, para compreendermos bem. O que nós estamos dizendo aqui é que a Mesa do Senado tem todo o direito de apresentar emenda. Porém, se foi admitida tecnicamente, ela pode ser por uma maioria derrubada politicamente, esse parecer técnico. Isso é do processo aqui, é o que está sendo proposto. Nós vamos ver como vamos fazer o processo de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O que eu não estou aceitando é a justificativa. Colegas Deputados do Ceará, vejam bem, esta é uma reivindicação. A Mesa Diretora do Senado faz a construção de barragens para o Estado do Ceará. O Rio Grande do Sul decidiu os seus interesses, assim como Santa Catarina, Paraná, São Paulo, pelas suas bancadas estaduais.

Agora, Presidente, V.Exa. vai privilegiar os trabalhos aqui para Santa Catarina? É claro que sua conduta não vai permitir isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu gostaria. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Mas não o fará. Se o fizer, será pelo colegiado aqui, que é composição plural desta Casa. O que eu estou alertando é o seguinte: a bancada do Ceará fez os projetos; agora a Mesa Diretora do Senado faz o projeto para o Ceará. Bom, ela está inadmitida, está errada. E nós vamos aceitar isso? Está errado! Está tão errado que o nobre Relator a rejeitou. Eu estou com o amparo do nobre Relator, eu estou com o amparo da Comissão na Casa.

O Presidente da Casa, então, agora vai dirigir os trabalhos para beneficiar o seu Estado? Mas em que República nós estamos? Isso é política, companheiros e companheiras. É disso que nós estamos falando.

Então, eu tentei argumentar tecnicamente, dizendo que nós não podemos cumprir. Bom, aí, vejo que já se estaria questionando que o Senado não tem direito de apresentar emenda. É óbvio que a Mesa Diretora do Senado pode apresentar, mas em benefício da República. O Ceará faz parte da República brasileira? É óbvio que faz. Mas ele tem uma bancada que o representa. E a bancada apresentou. Senão, minha bancada do Rio Grande do Sul, a da Bahia, a de todos os Estados, enfim, estarão em situação desconforme na disputa dos recursos públicos, que têm que ser distribuídos equitativamente com critérios pelo País. Esse é o debate que estou fazendo aqui.

Por isso eu não vou aceitar, de forma alguma, que nós demos anuência para esta Comissão, porque aqui eu represento um partido. Meu colega Deputado Zé Carlos está junto comigo, nós pensamos da mesma forma, conversamos sobre isso, nós não vamos dar anuência para que esta Comissão leve. E apelaria para V.Exa., Presidente, no sentido de que, na condução dos trabalhos, não fique, nesse período... Que tenhamos passado a Comissão, sobre um critério tão importante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu não sei se já coloco em votação o relatório ou se faço uma sugestão quanto à emenda. *(Pausa.)*

Eu vou, então, passar à votação.

Encerro a discussão do relatório, ressalvados os destaques.

Submeto à votação, na representação da Câmara dos Deputados, o relatório do Comitê de Admissibilidade e o adendo, ressalvados os destaques.

As Deputadas e os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Estão ressalvados os destaques, como eu tinha mencionado anteriormente.

Ato contínuo, em votação na representação do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O relatório do CAE foi então aprovado, conforme discutido e apresentado, ressalvados os destaques. Disso isso para que tudo fique bem explícito.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Antes de conceder a palavra a V.Exa., eu queria fazer uma sugestão com relação às emendas que geraram esse pequeno desentendimento aqui. Que tal se nós deixássemos essas emendas em análise?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, era exatamente o que eu ia falar. V.Exa. tirou daqui! Eu já estou até preocupado com essa simbiose... *(Risos.)* Deixemos sobrestada a emenda e os destaques em análise, exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deixamos em análise, não aportamos nenhum recurso a ela. E ela vai depois ao Congresso Nacional, onde poderá ser discutida, debatida, e aprovada, porque, se nós a inadmitirmos aqui, evidentemente que se encerra todo o procedimento e ela perde completamente seu efeito. Essa é uma medida que atende, vamos dizer assim, ambas as partes.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É uma medida que concilia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sim. Se ambas as partes concordarem, nós assim procederemos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu, como uma das autoras do destaque e entendendo as posições de cada um, digo que V.Exa. achou a melhor solução. V.Exa. não só concilia... Eu continuo na fase paz e amor. Portanto, Sr. Presidente, V.Exa. tem toda a razão.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Sr. Presidente, só para entender: a sugestão de V.Exa. é não examinar o destaque? No Plenário, o Presidente do Senado comanda de um jeito que nós não temos condição de interferir, e a CMO vai estar abrindo mão de uma prerrogativa dela, que é analisar a admissibilidade. Acho que temos que analisar. Inclusive, eu e meu companheiro estamos dispostos a obstruir esta questão se não houver um debate maior com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, essa medida, evidentemente, é uma proposta. Parece-me que ela preliminarmente...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, então vamos votar. Coloque-a em votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos votar?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O Plenário é soberano. Se passar, passou; se for rejeitada... Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas tenho uma preocupação com relação ao quórum estabelecido neste momento. Na hipótese de nós deixarmos a decisão em análise...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, queria fazer uma consulta à Mesa. Se for derrotada, ela vai ao Plenário.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, se votarmos, vamos ver o que o Plenário decide: se vai manter ou rejeitar. Agora, o pedido de verificação irá comprometer todo o trabalho da Comissão. Se alguns Parlamentares acham que devem proceder assim, vamos respeitar. Agora, isso é ruim, porque vai prejudicar a Comissão, vai prejudicar todo o projeto que fizemos, todo o acordo que nós fizemos, mas, paciência, vamos para frente. Se querem assim, vamos embora.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - Não prejudica nada, é só tirar. Se o Governo tirar, não prejudica nada. Aí nós não pedimos verificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Isso não é Governo. Isso foi proposto pelo Presidente do Senado e pode-se acatar ou não.

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - O Presidente não é o dono da Casa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sim, mas o parecer está contra. Se o Plenário aquiescer, prevalece; se não aquiescer, não prevalece.

Agora, tecnicamente falando, conforme informação da assessoria, nós temos que concluir o relatório. Então, temos que votar os destaques e as emendas para podermos concluir. Então, infelizmente nós temos que ultrapassar isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito. Então vamos votar.

Tem a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Peço a palavra para complementar: pelo que o Deputado Bohn Gass colocou, há a questão de uma emenda específica, de uma barragem. Mas não sei se o Deputado Bohn Gass leu efetivamente as emendas que foram apresentadas, os destaques. O CAE é do Ceará ou é nacional? Então, era bom o Deputado Bohn Gass ver para, quando argumentar, argumentar realmente com transparência, objetividade e com conhecimento.

No momento em que apresentamos um destaque em relação ao CAE, não estou falando do Estado do Ceará, estamos falando do Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Então é bom a assessoria do Deputado Bohn Gass orientá-lo melhor para ele poder se posicionar. Nos destaques apresentados está o Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Nós estávamos falando da admissibilidade e da revisão. O Deputado Bohn Gass só se ateve à questão de uma obra no Ceará. Pronto. Esse foi o discurso do Deputado Bohn Gass, para obstruir — *"Eu tiro a barragem das fronteiras e vamos apreciar os demais".* Quer dizer, tira-se a barragem de fronteira, para depois se experimentar algum outro modo, e mantêm as outras três emendas, Deputado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu tenho uma sugestão. Podíamos fazer o seguinte, a sugestão é mais ou menos esta: retiraríamos do destaque, Deputado Bohn Gass, se V.Exa. topar, a Emenda nº 6007003, da qual efetivamente V.Exa. estava falando, que trata especificamente...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Pronto! O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - ...da construção da barragem de fronteira no Estado do Ceará. Tiraríamos essa emenda...

O SR. DEPUTADO ELMAR NASCIMENTO - O problema não é a obra, é a forma.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, em relação à forma, o Senado tem direito; sobre isso nós já concordamos. Eu não estava discutindo o mérito. Desde o começo, o que falamos foi que o Senado tem direito a apresentar. A única discussão é: não pode ser uma emenda para um Estado determinado. Foi isso que conversamos aqui. A única emenda que há para um Estado determinado é essa. Se tirarmos essa emenda do destaque, acabaremos com a discussão. Tiraríamos a Emenda nº 003 do destaque — o destaque é meu, eu retiro a parte da Emenda nº 003. E as outras são gerais, para o Brasil inteiro, como são as emendas de todas as Comissões. Senão nós vamos dizer que as outras Comissões também não podem apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu acho que essa proposta é bem melhor que a minha, Deputada Laura Carneiro. V.Exa. ultimamente tem vindo inspirada e...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Desde ontem eu sou paz e amor, Presidente! *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Bohn Gass, considerando a retirada pela autora da Emenda nº 600700003, consulto V.Exa. sobre se nós podemos votar os outros destaques e as outras emendas, em função de que isso não implicaria um benefício específico a um ou outro Estado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, colegas Deputados, isso não resolve por inteiro a questão, mas minora sensivelmente, porque fere o principal critério. Nós nem falamos dos outros aspectos, mas falamos desse porque, de fato, dava essa saliência de algo que não consideramos republicano entre nós.

Então, eu consulto os colegas. Nesse caso, se houver unanimidade nessa construção, eu vou respeitar isso, vou respeitar que haja essa recolocação. Assim, da nossa parte não haveria objeção, para podermos trabalhar. Mas registro a importância de adotarmos esse critério. Quero salientar que, às vezes, a urgência e o açodamento da votação nos levam a essas situações. Se votarmos de acordo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Regimento, dentro dos prazos, todo mundo pode, no momento devido, fazer correções e alterações.

Gostaria de fazer essa observação para não vivermos situações em que precisemos agir dessa forma. Mas, havendo unanimidade, se retirado esse aspecto que dirige apenas o conjunto da Mesa Diretora do Senado e valoriza um Estado, obviamente, nós não faremos objeção. O Estado merece, viu, Deputado? Mas acho que não se pode fugir da regra que serve para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Está encerrada a discussão.

Há sobre a mesa destaque ao Projeto de Lei Orçamentária:

> *Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada: supressão de emendas constantes do anexo do relatório apresentado pelo Comitê.*

São destaques supressivos. Suprimem a Emenda nº 6007001, a Emenda nº 6007002 e a Emenda nº 6007004.

Tem a palavra o Coordenador do Comitê, o Deputado Bilac Pinto, para oferecer parecer.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, eu acato a decisão do Plenário, retirando do parecer as emendas que foram inadmitidas e mantendo as que estão no nosso destaque.

Esse é o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Proferido o parecer pelo Deputado Bilac Pinto, passa-se à votação.

Em votação o destaque, com o voto do Relator pela aprovação, na representação da Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto à votação o destaque na representação do Senado Federal.

As Deputadas e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovado.

O Relatório de Atividades do CAE foi aprovado. Também foi aprovado o destaque ao relatório do CAE, apresentado ao Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN.

Ficam inadmitidos os destaques que confrontam a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Eu os declaro prejudicados.

Está aprovado o Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O PLN 21 é o próximo? *(Pausa.)*

Bom, eu queria pedir à Mesa, a V.Exa. e à Secretaria da Comissão que fizessem um aviso, uma comunicação aos Relatores Setoriais responsáveis pelos relatórios que nós iremos votar na segunda-feira, conforme acordo feito pelo Colégio de Líderes no dia de ontem.

Eu tenho informação de que alguns Relatores estarão viajando na próxima semana, e isso irá prejudicar sensivelmente os trabalhos. O Relator-Geral, o Deputado Cacá Leão, diante do limite que foi estabelecido, diante do teto de gastos, precisa de um prazo maior para fazer uma composição ampla em seu relatório.

O Colégio de Líderes definiu que, na segunda-feira, a partir das 20 horas, a Comissão votaria o relatório da Área IV, Integração Nacional, cujo Relator é o Deputado Nelson Pellegrino; o relatório da Área VIII, Ciência e Tecnologia, cujo Relator é o Senador Jorge Viana; o relatório da Área IX, Minas e Energia, cujo Relator é o Deputado Vander Loubet; o relatório da Área XII, Fazenda e Planejamento, cuja Relatora é a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; o relatório da Área XIV, Trabalho, Previdência e Assistência Social, cujo Relator é o Deputado Nilton Capixaba; e o relatório da Área XV, Defesa e Justiça, cujo Relator é o Deputado Edio Lopes.

Seria conveniente informar a eles que devem apresentar seus relatórios até a sexta-feira, para que a Comissão tenha tempo de processá-los e esteja tudo pronto para a votação na segunda-feira. Eu já entrei em contato com todos eles, mas é conveniente que a própria Comissão oficialmente o faça, para que não sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comprometidos o acordo que foi feito no Colégio de Líderes e os procedimentos que nós adotaremos na segunda-feira e na terça-feira da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pelo que eu entendo, V.Exa. quer contribuir, quer colaborar para o andamento dos trabalhos, uma vez que serão votados 16 Relatórios Setoriais, o que certamente demandará um tempo expressivo.

A ideia do Líder Claudio Cajado é dividirmos essa tarefa de apreciação dos Relatórios Setoriais: votamos parte na segunda-feira, parte na terça-feira e, se assim for necessário, parte até na quarta-feira.

Agora, a preocupação da nossa assessoria nos dá conta de que as letras estão praticamente todas em vermelho. A expectativa não é boa com relação à apresentação desse relatório em tempo hábil.

De todo modo, solicito à Mesa que oficie todos os Relatores Setoriais, principalmente os que deverão apresentar relatório na segunda-feira, conforme acordo de Líderes feito em reunião recente, para que concluam o seu relatório no prazo.

Nós já nos antecipamos e marcamos uma reunião desta Comissão para a segunda-feira próxima, às 20 horas, para deliberarmos, então, sobre essas questões. Peço que me seja entregue a relação dos Relatórios Setoriais que estão previstos para serem analisados e votados na segunda-feira.

Eu pergunto ao Senador Wellington Roberto se quer utilizar a palavra. *(Pausa.)*

Deputado Cacá Leão, V.Exa. chegou na hora certa. *(Risos.)*

O Deputado Cacá será o responsável por transformar tudo que está vermelho em azul.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu queria... É sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, como fizemos um acordo e é de fundamental importância que nós discutamos e votemos os relatórios setoriais, eu quero dar uma sugestão. Como todos da Comissão estarão aqui, presumivelmente, eu sugiro, para garantirmos o quórum na segunda, que esta sessão seja suspensa até essa data. Assim, não teríamos comprometimento do quórum para votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Seria um esforço concentrado da Mesa da Comissão de Orçamento, na figura de V.Exa., como Presidente, junto aos Relatores. Eu falei com uns três Relatores que já vão apresentar seu relatório. A Mesa poderia enviar mensagem de texto aos outros quatro, deixando claro que há essa possibilidade.

A manutenção do quórum nos garantiria tempo hábil para discutir, porque, volto a repetir, com o limitador do teto de gastos que nós votamos, na verdade, é o Relator-Geral que vai fazer as acomodações. Deputado Wellington, os recursos para os relatórios setoriais já foram ofertados pelo Relator-Geral. Porém, diante das limitações, só mesmo o Relator-Geral fará a acomodação final. Daí a minha sugestão para colaborar com os andamentos dos trabalhos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, tenho uma preocupação. Não é justo, na medida em que não haverá ou pelo menos não há informação de que haverá sessão da Câmara, que os Deputados antecipem a sua volta se não houver relatório a ser votado.

É bom que os Relatores Setoriais digam a V.Exa. se estarão aptos a apresentar seus relatórios na segunda-feira, porque convocar os servidores e os Deputados e não acontecer nada é o fim do mundo. Não é justo. Deixaremos de fazer as nossas outras atividades para estar em Brasília. Não há problema. Até já mandei reservar o voo. Mas é necessário sabermos se vai haver relatório para ser lido.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Antes de passar a palavra a V.Exa., vou responder à Deputada Laura Carneiro.

Já está confirmada, para segunda-feira, a apreciação de quatro relatórios setoriais. O total preliminarmente acertado é de sete. Portanto, temos que intensificar os nossos esforços para que os outros três relatórios possam ser efetivamente apresentados em tempo hábil.

Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu sou cem por cento contrário ao que disse o nobre Deputado Claudio Cajado. Olhe o que o Líder do Governo está pedindo! É uma demonstração de que a base do Governo está diluída.

Deputado Claudio Cajado, se na votação mais importante do mês, o Orçamento, os Deputados da base do Governo não contribuírem com o quórum na segunda-feira, o Temer está mal.

Deputado Cajado, V.Exa. representa o Presidente aqui, é o Líder do Governo na nossa CMO, uma referência muito importante ao nobre colega. Solicitar a suspensão desta sessão, acreditando que os Deputados da base do Governo não vão prestigiar a votação do Orçamento é uma demonstração de fragilidade extraordinariamente grande.

Eu não posso acordar de forma alguma que nós suspendamos a sessão — e eu já fiz acordo ontem para a sessão de hoje. Eu acho correto que, para cada sessão, haja uma nova convocação. Os Deputados devem vir. Nós estamos sendo pagos pelo povo brasileiro para estar aqui trabalhando — e nós prorrogamos, suspendemos a sessão. É uma imagem péssima para esta Casa. É uma imagem péssima para esta Comissão. Nós devemos estar aqui. Quem não vem assume a consequência de não ter vindo. Não tem como fazer diferente. É o Orçamento.

Nossa bancada já definiu seus Relatores, que estarão aqui, Deputado Cajado, colaborando para que seja atingido o quórum para a votação da segunda-feira à noite. Nós fizemos um acordo, que não pode ser retirado, para antecipar a votação para a sessão de segunda-feira à noite. Nós definimos em calendário — V.Exa. é fiador da votação em que isso foi definido, V.Exa. a coordenou — que votaríamos os relatórios setoriais no dia 5. Inclusive, essa foi a proposta do nobre Deputado Cacá Leão. Mas, a pedido do Deputado Cajado, nós concordamos em votá-los na segunda-feira à noite. Não vimos dificuldade nisso. A nossa bancada estará aqui, representada pelos seus Relatores Setoriais.

Não podemos concordar em suspender a sessão. Na verdade, esse é um fracasso do Governo, e não desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - De qualquer forma, eu vou...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Se o Governo não tem quórum para segunda-feira à noite, que a votação seja na terça-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Encerrado esse assunto, informo ao Plenário que há sobre a mesa requerimento de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 21, de 2017-CN. De acordo com o art. 214, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, o presente requerimento não vai à apreciação do Plenário. Por isso, eu o defiro.

Submeto a V.Exas. a solicitação de inversão de pauta, para que votemos agora o Projeto de Lei nº 21, de 2017-CN. Eu não vejo objeção, porque os outros itens são apenas avisos do TCU e de outros órgãos, com relatórios prontos para apreciação da Comissão. *(Pausa.)*

Havendo concordância, submeto à discussão o PLN 21.

O meu prezado assessor me entrega os relatórios a conta-gotas. Em determinados momentos, Deputada Laura, isso requer uma maior agilidade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu vou direto ao ponto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos ao próximo item.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 21, de 2017-CN, do Presidente da República, que altera a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. Relator: Deputado Laudivio Carvalho.

O voto é favorável.

Eu solicito à Vice-Presidente desta Comissão, a Deputada Laura Carneiro, que apresente o relatório *ad hoc*.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Obrigada.

Passo a ler o parecer ao Projeto de Lei nº 21, de 2017-CN, que altera a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019. O Relator original é o Deputado Laudivio Carvalho.

Sr. Presidente, tendo em vista que todos já têm acesso ao relatório divulgado, vou direto ao voto.

“Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 21, de 2017-CN, na forma do substitutivo apresentado por esta Relatoria, que contempla as alterações decorrentes das emendas aprovadas”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Incluo no relatório a aprovação do Destaque nº 1, de autoria do nobre Deputado Wellington Roberto, apresentado por meio da Emenda nº 6 ao PPA. É apenas um ajuste.

É este o substitutivo ao Projeto de Lei nº 21, de 2017-CN:

"Art. 1º Os Anexos I e II à Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo a esta lei.

Art. 2º A Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art.15.....

d) Valor Global do Programa, em razão de alteração de fontes de financiamento com recursos extraorçarnentários; e,

IV - alterar o Anexo II — Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, em decorrência de criação, extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sr. Presidente, há o complemento do Destaque nº 1.

Esse é o relatório pela aprovação do projeto na forma do substitutivo, com a alteração feita pela Emenda nº 6.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Em votação.

O relatório ao Projeto de Lei nº 21, de 2017-CN está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só há um destaque.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - E a discussão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. quer discutir? Se V.Exa. quiser discutir, posso reabrir a discussão.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Desculpe-me, eu estava nada mais, nada menos que em conversa com o Líder do Governo.

Fica a seu critério, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. me parece estar imprensado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Estou entre três baianos aqui. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - O Deputado Bohn Gass é muito competente, mas sabe que já passou o prazo.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu respeito e farei o debate no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Isso. Haverá encaminhamento inclusive do destaque, quando poderemos voltar a discutir.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - V.Exas. compreenderam o motivo pelo qual eu perdi a minha inscrição. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Foi perfeitamente compreendido.

Em votação.

O relatório ao Projeto de Lei nº 21, de 2017-CN está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque.

Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto à votação na representação do Senado Federal o relatório ao Projeto de Lei nº 21, de 2017-CN, ressalvado o destaque.

O Senado está bem representado aqui pelos Senadores Pedro Chaves e Benedito de Lira, a quem agradeço o comparecimento e transmito a minha admiração de sempre.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, ressalvado o destaque.

Vamos à apreciação do destaque.

Encontra-se sobre a mesa destaque ao projeto de lei de crédito suplementar especial à emenda apresentada.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada: destaque para alteração do voto do Relator.

O autor do destaque é o Deputado Wellington Roberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu ia chamá-lo de Senador. Tenho cometido esse equívoco. V.Exa. já foi Senador, não foi?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Já. Estou com vontade de voltar. Se V.Exa. puder me ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Se eu pudesse fazer isso por decreto, faria. Mas infelizmente não tenho esse poder. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu sei disso, Sr. Presidente. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Trata-se de destaque à Emenda nº 6, que, segundo informações, faz apenas um ajuste para que possa ser executado no âmbito dos Ministérios. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeitamente.

Devolvo o destaque à Relatora para que possa emitir o seu parecer quanto à admissibilidade ou não da matéria.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu admito o destaque. Já havia dito isso no relatório inicial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Em votação o destaque com parecer favorável da Relatora na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto à votação na representação do Senado Federal o destaque.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Ha um requerimento sobre a mesa, Senador Benedito, para inclusão do Aviso nº 21, de 2017 na pauta, para ser apreciado após a Ordem do Dia. De acordo com o art. 214 do Regimento Interno do Senado Federal, o presente requerimento não vai à apreciação do Plenário. Por isso, eu o defiro.

Passa-se à apreciação do relatório do Aviso nº 21, de 2017-CN, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.008, de 2017-TCU-Plenário, que trata de relatório de auditoria relativa à construção do Novo Centro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Processamento Final de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos. (TC 007.991/2017-7). O Relator é o Deputado Hildo Rocha.

O voto é no sentido de que a Comissão tome conhecimento do aviso e determine o bloqueio da execução física orçamentária e financeira do contrato vinculado ao programa de trabalho.

Tem a palavra o Relator da matéria, o Deputado Hildo Rocha, para apresentar seu relatório.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, peço permissão a V.Exa. e aos demais membros desta Comissão para ir direto ao voto.

"Quanto às duas primeiras questões, não trazidas a título de recomendação de paralisação, reconheço que são temas da maior gravidade. Todavia, a sua própria complexidade e a necessidade de se estabelecer um contraditório mínimo de fatos e versões exigem que sejam sopesados os elementos atualizados carreados ao processo pelo TCU e pelos gestores, processo esse que somente será possibilitado por meio dos mecanismos de audiência pública e debate que a CMO desenvolve para a definição da LOA/2018."

Dentro de poucos instantes, ocorrerá audiência pública na Comissão com esse fim. Haverá um debate para que sejam definidos os recursos que serão alocados.

"Em razão do curto prazo para apresentação deste relatório, que antecede a conclusão do mencionado processo de investigação, não se afigura prudente prejulgar emergencialmente, a partir dos poucos elementos ora disponíveis, a necessidade de paralisação que foi afastada, também emergencialmente, pelo próprio TCU.

Diferente se mostra o caso do contrato com a Fundação de Apoio, para o qual sobressai a toda evidência a necessidade e a conveniência de suspensão. Primeiro, porque ele é contrário a todo o ordenamento de licitações e contratos e indutor de prejuízo líquido aos cofres públicos. Segundo, porque ele é inteiramente desnecessário ao empreendimento: a mera intermediação da FIOTEC não aporta ao projeto absolutamente nada que não possa ser realizado pela própria Fundação Oswaldo Cruz, representando mero desvio dos recursos públicos, quer para simples repasse aos verdadeiros fornecedores de bens e serviços, quer para remunerar de forma irregular uma organização privada pelo mero fato de ser intermediadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desses repasses. É desnecessário estender-se em considerações teóricas sobre a ilegalidade e antieconomicidade desse tipo de contrato, tema já frequente na doutrina e que foi inclusive dissecado no relatório apresentado a uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tema. Basta dizer que esse contrato, tal como foi concebido e é operado, é um obstáculo ao próprio empreendimento, sendo a sua supressão um favorecimento à sua conclusão.

Assim, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 21, de 2017-CN;

b) determine a suspensão da execução física, orçamentária e financeira do Contrato nº 70, de 2016, vinculado ao Programa de Trabalho 10.572.2015.13DW.0033/2016 — Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no Estado do Rio de Janeiro, da Unidade Orçamentária 36.201 Fundação Oswaldo Cruz, com fundamento no art. 121, combinado com o § 4º do art. 125, ambos da Lei nº 13.408, de 2016, LDO/2017, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo anexo."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão.

Tem a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Sr. Presidente.

Queria, logo de início, propor ao nobre Deputado Hildo Rocha que sustássemos qualquer decisão da Comissão até que possamos mergulhar um pouco mais no assunto, com a audiência pública que teremos.

Eu tenho ficado muito preocupado com algumas medidas que vêm sendo tomadas contra a FIOCRUZ. A Deputada Laura Carneiro acompanhou alguns debates a esse respeito na Comissão de Seguridade Social e Família.

Nós estamos falando, Deputado Hildo, de um dos maiores patrimônios de transferência tecnológica e do maior investimento de transferência tecnológica na área da saúde deste País.

Quando falamos de imunobiológicos, é importante lembrar, Sr. Presidente, Senador Dário Berger — não sei se V.Exa. sabe disso —, que o Brasil tem hoje o maior programa público e gratuito de vacinação do mundo. Isso só foi possível porque, há pouco mais de 1 década, nós começamos a incorporar tecnologia, especialmente em parceria com a FIOCRUZ, no Rio de Janeiro, e com o Instituto Butantan, em São Paulo. Houve outros apoios, mas foi por meio desses dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

grandes centros que nós conseguimos trazer tecnologia de outros países e passamos a produzir vacina.

Há 10 anos, não poderíamos imaginar que hoje o Brasil estaria distribuindo e aplicando gratuitamente em nossas jovens a vacina contra o câncer cervicouterino, o que só foi possível porque passamos a produzi-la aqui. Os preços da compra internacional seriam proibitivos.

A FIOCRUZ tem um grande patrimônio na produção de vacinas e de medicamentos — eu conheço esse patrimônio. Se há questionamentos, devem ser analisados mais profundamente. Já vimos este filme em várias instituições públicas, Deputado Hildo Rocha. A instituição não tem quadro para tocar todas as ações, porque não são feitos concursos, não são contratados servidores. Entre prejudicar um projeto importante e terceirizar para um quadro de uma fundação ou de outra instituição ações para viabilizar o acompanhamento, faz-se a opção pela terceirização.

Aí, vem o TCU e diz: *"A FIOCRUZ vem insistindo em usar a FIOTEC".* Ou ela usa a FIOTEC ou acaba o serviço, acaba o projeto. Esse é o dilema que grande parte dos gestores públicos do Brasil sofre. Não é só a FIOCRUZ. V.Exa. sabe disso. Governadores, Prefeitos, Secretários, muitas vezes, são instados a terceirizar a contratação de recursos humanos por falta de alternativa e para não assumir a responsabilidade de fechar um hospital, fechar uma escola, fechar um programa.

Então, eu acho que o assunto de que se está tratando merece, no mínimo, um detalhamento maior, um conhecimento mais cuidadoso. Como vamos ter uma audiência no final da tarde, queria reiterar, Sr. Presidente, o pedido ao Deputado Hildo Rocha para que posterguemos essa decisão e aprofundemos mais o debate.

Obrigado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nobre Presidente, eu queria, primeiro, agradecer ao Deputado Hildo Rocha, que, sabendo da importância e do significado da FIOCRUZ para o Rio de Janeiro e para todo o Brasil, se preocupou em modificar o texto proposto, falando em suspensão da execução, e não em bloqueio. Mesmo assim, esse contrato é muito caro para o Brasil — para a tecnologia e a saúde.

Então, eu queria seguir na linha do que disse o Deputado Solla. O relatório foi lido. Mas está marcada uma reunião às 17 horas em que discutiremos os avisos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

faremos uma audiência para tratar do assunto. Estão aí todos os técnicos da FIOCRUZ. Não faz nenhum sentido fazer uma audiência pública para discutir um projeto e votá-lo antes. Nós podíamos suspender a votação dessa matéria e das outras que serão discutidas na audiência pública.

O Deputado Hildo, sem as informações que serão dadas na audiência pública, apenas com as informações que conseguiu colher, e sabedor da importância de um projeto como o da FIOCRUZ, como Prefeito que foi, simplesmente já aceitou não bloquear essa ação, apenas suspendê-la.

Quem sabe, depois da audiência pública, com dados e ensinamentos novos, nós possamos avançar e pensar uma solução específica para a questão da FIOCRUZ, que não é uma questão do Rio de Janeiro, Sr. Presidente, mas de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Considerando, então, as manifestações muito justas e prudentes do Deputado Jorge Solla, corroboradas pela Deputada Laura Carneiro, e com a concordância do Relator, Deputado Hildo Rocha, eu suspendo a votação do relatório. Nós o apreciaremos nas próximas reuniões desta Comissão.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, eu fico preocupado. Nós podemos retirar a matéria de pauta — não há problema nenhum. Mas, mantendo-se as coisas como estão hoje, a Fundação Sousândrade fica com mais dificuldade. Em nosso relatório, no voto, adotamos apenas a recomendação de suspensão. Eu não vejo outra atitude que eu possa tomar que não essa.

Eu acho que, mesmo havendo a audiência pública, que é importantíssima — eu sou a favor de que haja audiências públicas... Eu não sei quando V.Exa. irá pautar novamente a matéria. Amanhã não haverá mais sessão deliberativa. Nesse caso, ficaria para a próxima semana, não é? Se os demais membros acharem melhor assim, podemos fazer isso. Mas eu, como Relator, não vejo alternativa. Eu estou no extremo.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas a audiência pública pode lhe auxiliar a reprovar essa recomendação do TCU. Considere a audiência pública, Deputado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Deputado Pedro Fernandes, eu o reconheço pela voz, porque é meu amigo querido, e nós reconhecemos os amigos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

queridos pela voz. O Presidente não está conseguindo identificá-lo. Está tentando localizá-lo com dificuldade. O Deputado Pedro Fernandes está escondidinho lá atrás.

Eu já li o acórdão do TCU. Nós sabemos que há realmente esse dilema, como disse o nosso querido Deputado Jorge Solla — e ele tem razão. Mas o que dificulta muitas vezes o serviço público são essas amarrações. O serviço público só pode fazer o que a lei autoriza, diferentemente da iniciativa privada, em que aquilo que não é proibido é permitido.

Nós sabemos que a questão da terceirização é muito complexa. Mas, mesmo que se terceirize o serviço, tem que haver um processo licitatório para sua contratação. O que o TCU está apontando como errado não é a contratação de uma empresa porque não foi feito concurso público para a Fundação Oswaldo Cruz. É a ausência de processo licitatório. O TCU alega que não houve processo licitatório, mas uma dispensa de licitação, o que não caberia, segundo entendimento do Tribunal de Contas da União. E esse entendimento do TCU relativo a essa questão da licitação não caberá a esta Comissão discutir, porque a Lei nº 8.666, de 1993, a Lei de Licitações, é clara ao dizer isso, e não podemos desfazer o que a lei diz — até que nós podemos, desde que seja dentro do processo legislativo, mudando o processo licitatório.

Então, o que nós estamos fazendo aqui é o extremo. Em vez de bloquear, nós estamos apenas suspendendo para que esse contrato não seja extinto, porque aí a Fundação Oswaldo Cruz pode fazer um processo de licitação, e, fazendo o processo de licitação, regulamentar a situação junto ao TCU. Eu não vejo alternativa.

Nós estamos terminando o ano, e essa matéria tem que ir para o Plenário. Nós vamos ter somente mais uma ou duas sessões de Plenário, no máximo. Nós sabemos que há muito veto para ser enfrentado adiante. Então, acho que o melhor para a Fundação seria aprovar agora. Mas, se quiserem, não há problema, mas também não me responsabilizo pelo resultado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu faço uma sugestão. Nós podemos encerrar a discussão e colocar em votação numa próxima reunião, que seria na segunda-feira ou na terça-feira, e aí atenderíamos tanto ao Deputado Hildo Rocha quanto ao Deputado Jorge Solla. Mas eu gostaria mesmo que pudéssemos buscar um entendimento, e eu conduziria de acordo com o entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ouço o Deputado Bohn Gass, com muito prazer.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Na minha observação aqui eu não estava considerando que haverá uma audiência pública daqui a pouco. Em função disso, Deputado Hildo Rocha, eu queria sua compreensão, até porque já havíamos falado sobre isso, e concordância de que, havendo essa audiência pública daqui a pouco, se ouça e se construa para podermos apreciar. Eu concordo em encerrar a discussão para podermos levar à votação.

Eu só perguntaria ao nobre Presidente e à Assessoria se o fato de encerrarmos a discussão não permite fazer alteração de algum destaque. Nesse sentido, se houver alguma construção na audiência pública de hoje... O TCU, pessoal, é um órgão auxiliar desta Casa. Às vezes colocamos o TCU como se estivesse acima desta Casa, hierarquicamente, mas o TCU é um órgão auxiliar desta Casa.

Então, ouviríamos os servidores, o que acho importante, e não concluiríamos a discussão, para que, regimentalmente, se pudesse acrescer alguma coisa, obviamente, construindo com o nobre Relator. É nesse sentido que eu queria propor o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito. Se se encerrar a discussão, evidentemente que se elimina qualquer possibilidade de um novo entendimento ou algo semelhante. Então, o correto e coerente seria suspendermos a discussão, se houver a concordância do Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, eu consulto se o Deputado Marcus Pestana também concorda.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Esse tema da fundação de apoio não é novo e teve forte impacto nas universidades brasileiras. Isso foi uma alternativa institucional ao engessamento burocrático da administração direta. Às vezes, para haver agilidade, principalmente do setor de desenvolvimento científico e tecnológico, é preciso quebrar algumas amarras.

Eu acho que o Brasil está recuando na discussão sobre reforma do Estado. O documento *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, de Bresser Pereira, de 1995, falava do espaço público não estatal. Nem tudo que é estatal é público, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

casos recentes provaram, nem tudo que é público é estatal, pois às vezes há apropriação privada do espaço público.

Isso remete também à discussão das OSCIPs, das organizações sociais e filantrópicas. Há um preconceito. Eu sou muito mais flexível, pois o importante é o bom uso dos recursos públicos e a forma de fiscalizar. Mas é preciso haver flexibilidade gerencial. Então, devemos ir devagar com essa discussão.

Só uma observação. O Deputado Pedro está sempre na última fileira, igual a aluno levado que faz bagunça. Os caxias sentam-se na primeira fila e o Deputado Pedro fica lá atrás só observando, espiando a cena.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas agora eu já estou me familiarizando também, Deputado Hildo, com a voz do Deputado Pedro Fernandes, e certamente vou conseguir localizá-lo, automaticamente, agora distribuído aqui na Comissão de Orçamento.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Presidente.

Eu concordo com a suspensão. Inclusive já conversei sobre isso com o Deputado Hildo. Ele já havia mudado de posição, de bloqueio para suspensão. Mas eu acho que esse debate com o TCU vai nos permitir analisar outras possibilidades que podem não ter sido colocas na mesa. E o Deputado Marcus Pestana, como já foi Secretário de Saúde e viveu esses dilemas, sabe o quanto a escolha entre fazer e deixar de fazer determinada ação na saúde — diferentemente de outras áreas em que se pode, como gestor, se dar ao luxo de não fazer — tem um impacto social muito grande, o que não pode ser menosprezado.

Lembro também as fundações de apoio, já que V.Exa. se lembrou das universidades. A maior parte dos problemas das fundações de apoio, Presidente, nas universidades federais, nós conseguimos solucionar somente quando foi criada a EBSERH. Graças à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, nós tivemos a possibilidade de um novo marco institucional para dar conta do desafio dos hospitais universitários federais. Infelizmente, nem todos foram abarcados, mas o caminho foi pavimentado e está bem adiantado.

Obviamente, a FIOCRUZ também vive esse dilema, e é preciso haver um olhar diferenciado com questões tão importantes.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim, nosso ex-Governador do Tocantins.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela forma como tem conduzido esta Comissão, com serenidade e tranquilidade. Este é o terceiro ano que participo desta Comissão, e V.Exa. está nota dez!

Sr. Presidente, queria registrar a presença de dois Prefeitos, o Prefeito Batatinha, de Cristalândia, e o Prefeito Dr. Ladir, de Nova Rosalândia, que estão acompanhando os trabalhos e vendo como as coisas acontecem nesta que é a Comissão mais importante desta Casa. Fiz questão de trazê-los para acompanhar o trabalho de V.Exa. e de nós Parlamentares.

Parabéns, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa. as certamente imerecidas homenagens. O meu trabalho é o resultado de um todo: da convergência, do entendimento, da integração e da responsabilidade que nós todos temos em construir uma peça orçamentária que possa representar, sobretudo, os interesses do Brasil.

Num momento em que a situação é de escassez de recursos, essa nossa responsabilidade se amplia, ainda mais, Deputado Gaguim, com a questão da PEC dos Gastos. Isso nos dificulta muito, porque pela primeira vez nós vamos elaborar um Orçamento observando essa questão.

Portanto, os desafios não são poucos, não são pequenos. E se nós não buscássemos o acordo, o entendimento para encaminhar questões tão relevantes, tão abrangentes para o atendimento dos nossos Estados, dos nossos Municípios, dos nossos bairros, das nossas ruas distribuídas por esse imenso Brasil, certamente nós não conseguiríamos avançar como estamos avançando.

Então, sou eu que agradeço a esta Comissão, a todos os membros, indistintamente, inclusive aos da Oposição, da Minoria, porque o debate é de alto nível, com consequências importantes para o encaminhamento das questões aqui levantadas.

Deputado Domingos Sávio, V.Exa. quer discutir essa questão ou posso encerrá-la?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É sobre esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu já passo a palavra para V.Exa. Antes, vou suspender a discussão do Aviso nº 21, de 2017, conforme ficou estabelecido em entendimento entre o Relator e os demais membros desta Comissão. Posteriormente, voltaremos a analisar essa questão.

Agora, sim, concedo a palavra, com muito prazer, ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Senador Dário Berger, eu quero me unir às palavras do prezado amigo e colega Deputado Gaguim e fazer aqui também o meu testemunho.

V.Exa. chegou a esta Comissão — e é bom recapitularmos isso, porque é natural da democracia — num ambiente um pouco tenso, em que a maioria dos partidos, inclusive o meu, não havia sequer indicado os membros para a CMO. E V.Exa. chegou com firmeza de propósitos, mas com muita serenidade, e realmente tem sido brilhante e tem dado o testemunho de uma postura de estadista, uma postura de colocar o interesse nacional acima de tudo. E, com isso, obviamente não poderia ser diferente, conseguiu o respeito e por que não dizer o apoio das diversas correntes. Aqui prevaleceu o interesse do País, e espero que seja assim até o último dia de trabalho deste ano legislativo — e o será, no que depender de nós —, pela brilhante condução de V.Exa.

Aprovamos matérias difíceis, vários PLNs de suplementação orçamentária; aprovamos mudanças na LDO do ano em curso; aprovamos a LDO do ano vindouro; e tenho muita convicção de que haveremos de aprovar o Orçamento. No que diz respeito à minha parte, a Sub-Relatoria do Turismo, nós estamos concluindo o nosso relatório ainda esta semana, para que tenhamos condições de cumprir o calendário.

Eu termino fazendo um apelo a V.Exa. Sei que a nossa assessoria, sempre muito atenciosa, já está cuidando disso, mas nós aprovamos um requerimento para fazer uma audiência pública em que possamos debater, do ponto de vista da CMO, do ponto de vista do Orçamento, a realidade da previdência pública do Brasil, tanto a previdência do Regime Próprio, que é a dos servidores, quanto a do Regime Geral, a de todos os trabalhadores brasileiros.

E por que discutir isso na Comissão Mista de Orçamento? Porque, sem dúvida, um dos maiores embates que existe é se há ou não há déficit na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Previdência, qual a real dívida a ser cobrada, quais os verdadeiros privilégios a serem combatidos. É preciso que nós tenhamos clareza quanto a isso, porque não pode haver duas verdades nesta matéria.

Eu tenho um compromisso comigo mesmo, em primeiro lugar, e com os meus eleitores de que só votarei a reforma da Previdência tendo conhecimento de uma auditoria que mostre a realidade desses números. E a auditoria já foi feita. Eu já fui ao Tribunal de Contas e já a conheço, mas eu quero que o Brasil a conheça e a debata com clareza.

O Ministro do Tribunal de Contas Vital do Rêgo manifestou um amplo desejo de vir aqui, o Ministro da Previdência manifestou o desejo de vir aqui, e eu não tenho dúvida de que a representação ligada aos servidores, como o SINDIFISCO ou quem for que conteste e que diga que não há déficit, venha aqui. Assim, faremos um debate que será bom para o Brasil, será bom para o cidadão que é hoje o contribuinte da Previdência e que amanhã pretende receber de volta aquilo que é direito seu, será bom para os aposentados, será fundamental para nós Parlamentares.

Nós não podemos votar a Previdência com uns, de um lado, dizendo que não há déficit, que não há necessidade de votar a reforma da Previdência, e outros, inclusive todos os Ministros, como os da Fazenda e da Previdência, do outro lado, trazendo números e dizendo: *"Há um déficit, nós estamos à beira de um abismo. Se não se fizer nada, será uma irresponsabilidade e, daqui a pouco, teremos que cortar na aposentadoria dos aposentados, pois não vai haver dinheiro para pagar"*. É essa a ameaça que estão nos colocando.

Agora, nós precisamos votar com segurança, votar o que for melhor para o Brasil. Eu não terei dúvida em votar para cortar privilégio, para garantir a cobrança de quem sonega ou de quem não está pagando. Mas eu não quero, de maneira alguma, sacrificar nem o aposentado nem o trabalhador, a não ser naquilo que for estritamente necessário, se comprovada, como já me disseram, a existência desse déficit.

Concluo, então, pedindo a V.Exa., ainda que com um pouco de sacrifício, que façamos, na semana que vem, essa audiência pública.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sugestão para V.Exa.: no dia 7, quinta-feira, às 10 horas da manhã, se V.Exa. concordar, já está marcado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Excelente!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos avisar as várias autoridades que serão nossos convidados. Se porventura eu não puder estar aqui, vou pedir a V.Exa. que conduza a audiência pública, o que me deixaria muito honrado. Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, eu acho que é muito importante o que o Deputado Domingos Sávio levantou, a ponto de nós já quase podermos pedir que o Governo suspenda o desejo de votar nos dias 6 e 7 a reforma da Previdência, antes que façamos o debate aqui. Já aproveitaríamos para dizer que, enquanto não debatermos esse tema, nós poderíamos suspender a votação na Câmara.

Não sei quem são todos os convidados para estarem na Mesa, mas eu só queria ter a possibilidade, Senador Dário Berger, de permitir que, durante a semana, nossa assessoria pudesse olhar os convidados. As Mesas sempre são compostas de forma que todos possam ser representados, com a maior parte de representação por parte do Parlamento. Então, durante a semana, vou pedir que a nossa assessoria contate a assessoria da Comissão para que tenhamos a possibilidade de uma Mesa plural, no sentido de que todos os elementos possam ser representados. Gostaria da autorização de V.Exa. sobre isso.

Hoje de manhã eu conversei com uma pessoa para compreender se é verdade ou não o que o Governo está fazendo. Várias vezes eu denunciei que ele está usando dinheiro público para fazer propaganda. Há uma propaganda de que os trabalhadores não vão ser prejudicados, que vai ser uma reforma enxuta.

Eu fui ver a situação de uma pessoa na transição, quando ela está para se aposentar. Uma mulher com 29 anos de contribuição ou um homem com 34 anos de contribuição, que completam a tabela do 95/85, que o Congresso acabou de aprovar há poucos dias, na transição da proposta anterior teriam mais 50% do tempo faltante. Então, se faltasse 1 ano, trabalhariam um ano e meio.

Sabem qual é o prêmio que o Temer está mandando agora? Se eu tinha 34 anos de contribuição, e, na proposta anterior, eu iria me aposentar daqui a um ano e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

meio, com 50% a mais, agora ele me deu um prêmio: eu vou ter que trabalhar até 40 anos de contribuição. Isso significa que não há transição nesse caso. Eu tenho que trabalhar, contribuindo, por 40 anos.

Então, no caso, eu estava para me aposentar daqui a um ano, com 34 anos de contribuição. Como eu tenho idade, vou chegar aos 95 — no caso da mulher, com 29 anos, para chegar aos 85, conforme a tabela —, eu teria um ano e meio para trabalhar e ter a aposentadoria cheia, completa. Agora não será mais assim. Eles mudaram a tabela, e eu vou ter que contribuir 40 anos. Não é mais a tabela 85/95, mas uma tabela que, tendo 25 anos trabalhados, corresponde a 70%, e ela vai gradativamente subindo até que eu chegue a 40 anos. Então, eu vou, forçosamente, trabalhar mais para ter a integralidade.

A mulher com 52 anos e o homem com 55 anos podem se aposentar antes, mas entram na tabela que tem um redutor que é praticamente pior que o fator previdenciário.

Então, nós não podemos concordar com isso. Eu estou de pleno acordo para fazermos esse debate aqui. Eu quero ajudar a indicar pessoas que possam fazer um debate amplo para não aprovarmos esta reforma contrária ao povo brasileiro, como, infelizmente, está posta aqui no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Bohn Gass, o requerimento foi aprovado com os seguintes convidados: Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (não tenho certeza se ele efetivamente virá ou se mandará alguém); Vital do Rêgo Filho, Ministro do Tribunal de Contas da União, que foi Senador neste Parlamento; Marcelo Caetano, Secretário de Previdência do Ministério da Fazenda; e Cláudio Márcio Oliveira Damasceno, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil — SINDIFISCO. Seriam esses os quatro convidados.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, se eu puder, eu sugiro o ex-Ministro Carlos Gabas, que era Ministro de confiança de Dilma Rousseff. Foi ele que apresentou uma medida mais dura do que a de Temer. Eu acho que ele faria um bom contraponto. O Ministro Gabas, do PT, que me convenceu a votar a favor da reforma da Previdência.

Então, se eu puder sugerir, eu indico o nome dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu tenho mais sugestões. Seria ótimo que o Gabas viesse. Eu estou de pleno acordo que o Gabas possa vir, mas acho que seria bom que a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil — ANFIP também viesse.

Houve uma CPI sobre a Previdência no Senado. Talvez o Relator ou o Presidente dela pudessem participar também. O Senado acabou de fazer essa CPI sobre o déficit da Previdência. Então, poderíamos sugerir a presença deles também.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Até a ANFIP já chegou à conclusão de que, em 2016, houve déficit no conceito de seguridade social.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O requerimento foi aprovado. Surgiu a possibilidade de ampliar essa discussão e ampliar, vamos dizer, a paridade dos seus membros. O Deputado Bohn Gass levanta essas questões. E aí eu indago a V.Exa., Deputado Domingos Sávio, que é o autor do requerimento...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu queria fazer algumas observações. Primeiro, concordando com o Deputado Bohn Gass, que disse que o tema é extremamente oportuno e que nós precisamos debatê-lo, quero dizer que o propósito do meu requerimento — dá para se perceber isso na sua justificação —, embora aqui seja um palco de debate político e ninguém vai cercear isso, não é estabelecer um debate acirrado, muito menos na Mesa, que nos leve a uma queda de braço entre quem pensa de um jeito e quem pensa de outro.

Qual é o nosso propósito com esse requerimento? Colocar a sustentação que um lado tem em relação aos números que apresenta e que o outro lado tem em relação aos números que apresenta. Nós estamos falando de contabilidade pública, nós estamos falando de informações de números já contabilizados. Nós não estamos falando de futurologia. Não há como haver duas verdades.

Com relação aos Senadores, eles são membros natos para participar. Não será uma audiência para se votar nada. Então, é claro que o Senador Paulo Paim é muito bem-vindo, eu diria até imprescindível, mas S.Exa. estará aqui como membro.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Deputado Domingos Sávio, eu concordo no sentido do resultado da Comissão. Mas, na verdade, dois Ministros do Governo estão sendo convidados, o Dyogo e o Marcelo, que é coordenador da reforma. E há um terceiro, que também é do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não, estão sendo convidados o Ministro Dyogo, o Ministro do Tribunal de Contas da União, que não é do Governo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isso, ele não é Governo, é imparcial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está sendo convidado também o Secretário de Previdência, que é imprescindível, o Marcelo Caetano.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ele é imprescindível.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Virá também o Cláudio Márcio Damasceno, Presidente do SINDIFISCO.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Então, o que eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O que nós não podemos, numa audiência pública, é ampliar muito o número de convidados, porque o debate perde a sua incandescência, fica muito difuso. Como nós temos convidados altamente qualificados que virão aqui, como o Ministro Vital do Rêgo, que é quem fez auditoria...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ele que fez a auditoria, foi o coordenador da auditoria do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Talvez, se o autor do requerimento concordasse com mais um integrante ou coisa nesse sentido...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu queria insistir não na questão do Parlamentar, porque os Senadores podem vir participar aqui. Tem razão o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É claro.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Mas, por exemplo, algum técnico... Na boa, os que estão aqui querem fazer a reforma, defendem a reforma e vão trabalhar para a reforma. Pelos números, o ângulo de anotação faz com que acabe se fortalecendo o argumento da reforma.

Eu queria insistir no convite à ANFIP, que é o pessoal da Receita Federal. Trata-se de técnicos da área da Previdência que têm dados fundamentados, que vivenciam isso o tempo todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vamos fazer um acordo de equilíbrio aqui? Eu quero o equilíbrio. Eu proponho um acordo.

Presidente, V.Exa. citou três nomes, não foi isso?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A ANFIP deveria participar. Isso seria bom até para eles fazerem uma autocrítica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Citei o Ministro Dyogo Oliveira; o Ministro Vital do Rêgo; o Marcelo Caetano, Secretário de Previdência; e o Cláudio Damasceno, do SINDIFISCO. São quatro pessoas, pelo que eu percebo, da mais alta qualificação. Eu acho que vai ser interessante essa audiência pública.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu não vejo...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É a ANFIP, não o SINDIFISCO. É a ANFIP.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É a ANFIP.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O SINDIFISCO já está convidado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Já está. Mas eu estou de acordo que tenhamos aqui também a ANFIP.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Substituímos, então, o SINDIFISCO pela ANFIP?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, devemos substituir, porque são entidades meio... Quem representa os fiscais da Previdência é a ANFIP. O SINDIFISCO mistura o pessoal da área tributária. Então, os especialistas que tiveram um protagonismo na discussão da reforma têm que explicar por que os dados de 2016 só vieram à tona depois que foi abortada a votação.

Então, eu acho importante a ANFIP estar aí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É isso que estou propondo. Estou concordando. Mas nós não vamos tirar o SINDIFISCO, que já está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos substituir.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou concordando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, a minha sugestão é atender a sugestão do Relator da LDO, o Deputado Marcus Pestana, que sugere a substituição do SINDIFISCO pela ANFIP. É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É a mesma coisa, é a mesma base, só que o SINDIFISCO é mais amplo, porque inclui o pessoal da área da Receita Federal *stricto sensu*, antes da unificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Ótimo! Da minha parte está bom assim. V.Exas. acham que está bom assim? *(Pausa.)*

Havendo acordo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito. Então, faremos a alteração e assim será encaminhado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu queria fazer uma sugestão. Agora vamos partir para a votação dos avisos. Na hora dos avisos, se não houver qualquer tipo de contestação, poderíamos votar os avisos em bloco, já que há consenso.

Presidente, eu queria fazer um último apelo ao Deputado Bohn Gass para que nós mantenhamos suspensa a sessão até segunda-feira, no intuito de podermos votar os relatórios setoriais. Então, Deputado Bohn Gass, como estamos chegando ao final dos trabalhos, eu faço esse apelo a V.Exa., que é uma pessoa absolutamente compreensível, acordada, competente e, acima de tudo, tenho certeza de que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vem um pedido aí, certamente. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Apelo a V.Exa., Deputado, que, por caridade, nos ajude a manter o quórum. Eu não me refiro aos Deputados, pois nós viremos fazer o debate. Eu fico preocupado com o quórum da Casa Alta.

Essas discussões beneficiam aqueles que estão interessados em debater os relatórios setoriais. Se for mantido o painel, suspendendo-se a sessão até segunda-feira, não se corre o risco de que inúmeros Deputados e Senadores compareçam e, eventualmente, falte quórum. Se viermos dos nossos Estados e não pudermos debater, será muito ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, eu queria fazer esse apelo a V.Exa. — e o faço com toda a veemência possível, para que V.Exa. compreenda e nos permita essa deferência.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu tenho sensibilidade quanto a esse tema, sim, mas eu queria fazer uma contraproposta, Deputado Claudio Cajado, com muita atenção, com muito respeito ao seu trabalho.

Eu acho que é importante termos um longo espaço para debate. O que de fato vai atrasar muito os trabalhos é a leitura dos relatórios. Como funciona? Faz-se a leitura, quem não leu vai ter acesso, vai haver o estudo que a assessoria prepara, haverá o debate e serão apresentados os destaques. É assim que funciona. Leva-se um tempo. É por isso que o Parlamentar que lê um parecer já pede: *"Posso ler só o voto?"* Geralmente, é assim que funciona. As pessoas se apropriam de outra forma do tempo que se gastaria com a parte do relatório.

Deputado Claudio Cajado, se nós avançássemos o máximo com a leitura dos relatórios setoriais na segunda à noite, para irmos direto ao debate na sessão de terça-feira, eu acredito que seria uma boa equação.

Eu consulto o Plenário se podemos fazer assim.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu vejo que não há efetividade nisso. Por quê? Quando nós lemos os relatórios e não os discutimos, não concluímos a nossa parte para que o Relator possa se debruçar sobre o Relatório Geral e a Comissão — a Secretaria da Comissão e os técnicos da Comissão — possa finalizar os trabalhos.

Deputado Bohn Gass, na segunda, os relatórios são os mais simples. Não há grandes debates. Na terça, sim, porque são os relatórios mais complexos. Eu sugeriria, inclusive, que na terça começássemos cedo e concluíssemos noite adentro. Na segunda, não há muita complexidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Queria só contribuir com V.Exa. Talvez V.Exa. não tenha entendido da mesma forma que eu o encaminhamento proposto pelo Deputado Bohn Gass. Vamos ver. O Deputado Bohn Gass concorda em manter o quórum, se não houver deliberação. Faríamos efetivamente a leitura, mas com o quórum já preestabelecido.

Eu estou conversando, parlando com o meu querido amigo Senador Pedro Chaves, que é um assíduo representante do Senado nesta Comissão. Ele me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alertou de que vai chegar por volta de 10h30min, 11 horas da noite. Ele tem essa dificuldade.

Eu acho que resolve perfeitamente o nosso problema se começarmos às 8 horas, 8h30min da noite, fazemos a leitura dos relatórios com o quórum já existente, e no decorrer da reunião nós alcançaremos o quórum necessário. Após a leitura, evidentemente, V.Exa. vai concordar conosco para deliberarmos, se assim for o caso. Foi assim que eu entendi.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Haverá deliberação na segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sim.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não. Eu propus que avançássemos o máximo na leitura na segunda-feira à noite, lendo a maior parte dos pareceres, e entrássemos no debate na terça-feira. Não faríamos a conclusão das votações.

Por que estou dizendo isso? Porque isso tem sido uma prática da nossa Comissão. Ontem, nós discutimos os PLNs 31, 34. Não pudemos votar por quê? Não havia quórum? O que V.Exa. fez? Deixamos todos eles prontos para fazer a apreciação. A diferença seria...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Deputado Bohn Gass, a discussão foi encerrada.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Isso. A diferença...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Porque é o seguinte: a leitura, por si só, é rápida. Ninguém vai ler o calhamaço todo, vai ler o resumo. A leitura, por si só, é rápida. O que demora é o debate de cada relatório. Se concluirmos os debates e deixássemos para fazer a votação na terça-feira, tudo bem. Mas tínhamos que ler o relatório, debatermos, encerrar a discussão e deixar para depois apenas a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Neste caso, a proposta de V.Exa. perde um pouco a sua essência. Ela fica relativamente inócua, porque nós podemos abrir a sessão com o quórum mínimo e começar a ler e a discutir as matérias. Nós só teríamos que ter o quórum qualificado para a votação. A proposta de V.Exa. tem boa intenção mas não contribui muito para a condução dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, ela contribui no sentido de nós avançarmos. V.Exas. vão observar quanto tempo nós vamos perder com a leitura. Nesse sentido, ela é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu concordo com a síntese feita por V.Exa.: seria aberta a sessão, passa-se para as leituras, e só haveria deliberação...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Discute-se, encerra-se e só se delibera se houver quórum.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Só delibera se houver quórum.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Está bom. Deixa tudo prontinho.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Se houver quórum na segunda-feira à noite haveria a possibilidade de votação.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O.k. Está bom.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Caso contrário, nós vamos fazer o pedido para verificação de quórum nesse sentido. Eu queria ter esse acordo para que não dissessem: *"Ah, mas não há quórum"*. Não! Efetivamente, se não houver quórum, já estaria acordado previamente que não efetivaríamos nenhuma votação, só a discussão.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Veja bem, o que foi acordado foi leitura e votação. Eu pedi para se manter o quórum. V.Exa. está agora dizendo...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu estou permitindo que haja quórum.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É isso. Eu entendi, mas está fazendo uma condicionante: de manter o quórum e não haver deliberação.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - É por isso que eu estou dizendo...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Tudo bem, não vamos radicalizar. Vamos aguardar a segunda-feira, não vamos nos antecipar.

Com o Deputado Bohn Gass, nós matamos um leão a cada minuto. *(Risos.)* Então, eu vou deixar esse leão para segunda-feira, no último minuto do dia.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Veja bem, isso é para valorizar a Casa. Nós não podemos deixar que, vindo o nobre Presidente e o Relator, este último consulte os votos da Câmara dos Deputados e não haja nenhum Deputado aqui do lado; depois, consulte os votos dos Senadores e não haja nenhum Senador do outro lado. Vai aprovar o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não vai aprovar.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não tem como!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Tudo bem. Fazemos a discussão e deixamos a deliberação para o caso de haver quórum. Se não houver, fica para terça-feira.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu estou concordando para termos o quórum para a sessão; senão, não é possível.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Está bem, concordamos também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu quero dizer que eu acho isso muito prudente. Não é possível que não tenhamos o mínimo necessário para deliberar as questões relacionadas aos relatórios setoriais. Eu não posso acreditar nessa hipótese, mas, se assim acontecer, serei o primeiro a não colocar em deliberação essas questões, porque acho que elas são extremamente importantes.

Nós não podemos correr o risco de colocar em cheque a credibilidade e a confiança que conquistamos ao longo de todo esse trabalho que estamos desempenhando e desenvolvendo.

Então, quanto a isso, V.Exa. fique absolutamente tranquilo, porque o entendimento não é com o Líder do Governo, é com esta Presidência. Sei que existe uma suspeição por conta da admiração que tenho por V.Exa.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Está ótimo. Nós temos avisos ou questões para votar ainda agora?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Temos.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Nós olhamos detalhadamente cada um deles, portanto, quero propor que possamos votá-los. Há sessão de debates em curso. Como não temos nenhuma divergência com eles, concordamos inclusive em votá-los em globo, para podermos ir ao plenário, porque há debates lá dos quais eu gostaria de participar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, se V.Exa. permitir eu gostaria de pagar um café para o Deputado Bohn Gass, para chegar ao plenário com todo o gás!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, vamos deliberar os avisos em globo.

Eu tenho que seguir o rito aqui.

Deputado Pedro Fernandes, embora eu quisesse resumir aqui e fazer a inclusão em bloco, eu vou ter que seguir um *script* pequeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Incluo na pauta, então, os Ofícios nºs 6 e 9, ambos de 2017.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, antes de eu ler o relatório, eu queria endossar as palavras elogiosas do Deputado Domingos Sávio a V.Exa., mas também acrescentar que V.Exa. teve sorte por não pegar o Deputado Domingos na Oposição. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não, mas V.Exa. está equivocado. No início...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu acompanhei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - No início, eu peguei...

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - A história do déficit de Dilma foi fantástica. Começou com 30 milhões de reais e terminou em zero.

E depois eu via o Deputado Domingos Sávio, no plenário, defendendo 129, já no outro Governo. *(Risos.)* Mas isso faz parte. Ele argumenta muito bem. Isso é bom.

Posso ler aqui?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou colocar em bloco aqui, Deputado Pedro Fernandes.

Item 6. Apreciação do Aviso nº 11, de 2017, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 460, de 2017.

Item 7. Apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 18, de 2015, do Tribunal de Contas da União, que encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal de 1988, relatório de atividades do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro trimestre de 2015.

Item 8. Apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 3, de 2016, do Tribunal de Contas da União, que encaminha, nos termos do § 4º art. 71 da Constituição Federal de 1988, o relatório de atividades do Tribunal de Contas da União referente ao quarto trimestre de 2015.

Item 9. Apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 6, de 2017, do Tribunal de Contas da União, sobre o relatório de desempenho do Fundo Soberano do Brasil relativo ao quarto trimestre de 2016, encaminhado nos termos do art. 10, da Lei nº 11.887, de 2008.

O último item é a apreciação do relatório aos Ofícios nº 6, de 2017, e nº 9, de 2017, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que encaminha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em cumprimento ao § 6º do art. 1º da Lei nº 11.948, de 2009, relatórios gerenciais do BNDES referentes respectivamente ao primeiro trimestre de 2017 e ao segundo trimestre de 2017.

Eu passo a palavra a V.Exa. para apresentar o relatório.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, vou pedir permissão a V.Exa. para ir direto ao voto. Antes, porém, quero fazer um registro extratextual para lamentar profundamente o tratamento que o BNDES está dando ao Nordeste. Está muito pouco. O BNDES precisa mudar a política de incentivo ao Nordeste. Aqui há aplicação de 6% dos recursos do Banco do Nordeste, mas não vou levar isso hoje em consideração. Nós vamos tratar de outros assuntos.

"Vale registrar a boa qualidade técnica do relatório trimestral referente ao primeiro trimestre de 2017, bem como o relatório trimestral referente ao segundo trimestre de 2017, que atendem às exigências do dispositivo legal.

Pelo exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Ofício nº 6, de 2017, do Congresso Nacional, bem como do Ofício nº 9, de 1017, do Congresso Nacional, e dê por cumprido o disposto no art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 2009, e determine o arquivamento do relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2017 e do relatório gerencial trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2017.

Sala da Comissão, 28 de novembro 2017.

Pedro Fernandes, Relator."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou colocar em votação.

Já estou dispensando a nossa assessoria da esquerda. Eu vou ficar só com a assessoria da direita, ou melhor, eu prefiro ficar com a da esquerda. Eu não sei, talvez com a de centro, então, para não criar nenhum conflito. *(Riso.)*

Eu vou submeter à discussão os avisos que mencionei no início, quando o Deputado Pedro Fernandes ficou encarregado da relatoria do processo do BNDES. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-los, submeto-os à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Da mesma forma, submeto-os à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os avisos, que serão encaminhados de acordo com o Regimento Interno desta Casa.

Limpamos totalmente a pauta. Os trabalhos foram esgotados.

Estamos preparadíssimos para recepcionar os relatórios setoriais.

Aproveito a oportunidade para convidar os membros desta Casa, tanto Deputadas e Deputados como Senadoras e Senadores, para que possam estar aqui na segunda-feira, às 20 horas. Nós assim procedemos, porque estamos chegando ao final de um exercício novamente, e as matérias em plenário se sucedem na sua importância. Além disso, não podemos deliberar aqui com matérias sendo deliberadas tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados.

É preciso encontrar uma forma alternativa para apreciarmos os relatórios setoriais. Chegamos à conclusão de que a melhor alternativa seria apreciarmos parte dos relatórios na segunda-feira, a partir das 20 horas, como já foi aqui mencionado, e apreciarmos os outros relatórios na terça-feira. Com isso, cumpriríamos mais uma etapa e estaríamos quase que totalmente dando vazão à nossa responsabilidade, entregando os relatórios setoriais ao Relator-Geral do Orçamento, para que ele possa elaborar o seu parecer e, assim, no dia 14, possamos votar o Relatório Final do Orçamento aqui na Comissão Mista de Orçamento e, evidentemente, encaminhar ao Congresso Nacional para homologação.

Carrego comigo o sonho de que possamos cumprir rigorosamente esse Regimento. Estaríamos dando uma demonstração, sobretudo, de competência, equilíbrio, serenidade, entendimento ao encaminhar, em tempo hábil, o Orçamento aprovado por esta Comissão. Isso não aconteceu ao longo da história desta Comissão, acima de tudo, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que há cerca de 15 anos é aprovada junto com o Orçamento propriamente dito. Então, não se precisa da Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque é ela quem baliza, vamos dizer assim, as questões essenciais que o Governo prioriza para efetivamente incluir no Orçamento. Na medida em que esta Comissão não aprecia, não discute e não vota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma etapa importante e fundamental do processo de elaboração do Orçamento fica extremamente prejudicada.

Então, nós já vencemos todas essas etapas e estamos vencendo todas aquelas que aparecem na nossa frente. Hoje vencemos mais uma: limpamos totalmente a pauta, não temos absolutamente nada para deliberar. Ficaram só os relatórios setoriais.

Por isso, quero agradecer muito ao Deputado Domingos Sávio e ao Deputado Pedro Fernandes, que ainda se encontram presentes na nossa reunião. Ao agradecer a S.Exas., agradeço a todos os Senadores e Senadoras, os titulares e os suplentes, e a todos os Deputados e Deputadas, os titulares e os suplentes.

Em nenhum momento, chegamos ao impasse de não buscar um entendimento, aliás, numa outra oportunidade, tivemos uma pequena dificuldade. Quando eu tive a oportunidade de usar a palavra, mencionei que eu acreditava que estávamos muito próximos de um entendimento, quando na verdade estávamos muito longe. Mas aquilo foi uma participação efetiva, para que os ânimos pudessem ser serenados e o equilíbrio pudesse voltar a todos nós. Em seguida, buscamos efetivamente um entendimento, coisa que aconteceu. E aqui nós estamos.

O Brasil está com dificuldades. Nós temos dificuldades de elaborar o Orçamento, claro que temos, porque as necessidades são muito maiores do que as possibilidades que temos de oferta aos nossos Estados e às nossas comunidades. Entretanto, estamos fazendo o possível para que possamos entregar ao Governo uma peça que seja real, uma peça que possa fazer frente, sobretudo, ao ano eleitoral que teremos no ano que vem.

Sempre que há uma nova eleição, Deputado Domingos Sávio e Deputado Pedro Fernandes, renovam-se as esperanças. Plantamos ali um novo horizonte, uma nova expectativa de reconstrução deste País. Que ele possa se reinventar, que possa ser reformado e que possamos nos orgulhar do nosso Brasil nos próximos anos e nas próximas décadas, pois eu tenho certeza de que o crescimento econômico vai voltar!

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Senador, nós estamos precisando de nomes. Credencie-se aí, pois precisamos de nomes que tenham esse entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Pedro Fernandes, nem para Governador eu quero ser candidato. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Olhe que a Presidência está precisando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não, não... *(Riso.)* Eu sei o meu tamanho.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Eu falo sério. Existem uns nomes aí que não dão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Outro dia eu até mencionei, Deputado Domingos Sávio, que nós precisamos de um candidato à Presidência da República que una. O nosso País hoje é um país dividido. Eu tenho a impressão de que todos nós — e acho que é verdade, posso mencionar isso com convicção — não estamos felizes. O povo brasileiro não está feliz. Eu até acredito que o povo brasileiro não esteja feliz com Temer. Agora, se nós colocarmos qualquer outro Presidente no lugar de Temer, certamente, no dia seguinte, não estaria feliz com outro Presidente também.

Nós estamos vivendo um período de intolerância, de insensatez, fruto, evidentemente, das mazelas que a vida nos proporcionou ao longo da história, e que está sendo corrigido. Sem dúvida, vamos avançar. Eu tenho a convicção de que vamos sair muito mais fortes do que somos hoje, porque o Brasil já passou por outras crises, e certamente essa não será a última. O mundo já passou por muitas crises e vai aprimorando seus métodos, seus procedimentos, seus encaminhamentos, suas relações.

Talvez nós tenhamos que nos debruçar aqui, Deputado Pedro Fernandes, sobre essa questão da democracia, esse presidencialismo de coalizão. Realmente, fica insustentável governar com esse número de partidos. Já fizemos a reforma, mas foi uma reforma relativamente pequena, considerando aquela que efetivamente deveria ser feita.

Não quero aqui me estender, mas dizer que uma sessão do Congresso Nacional, para mim, é uma tortura, porque discutimos, encaminhamos um projeto, ouvimos os mesmos discursos dos mesmos líderes com a mesma retórica, com o mesmo assunto, e as coisas não avançam. E a população que está nos assistindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pensa que não temos efetividade, que não existe eficiência, que não existe integração, que não existe entendimento.

O Parlamento é a Casa do entendimento. Alguns líderes, evidentemente, encaminham de uma forma, outros líderes encaminham de outra forma, e não havendo entendimento vota-se, que é um princípio básico da democracia. Aqui os encaminhamentos são infindáveis. Há trinta e tantos encaminhamentos, e as sessões do Congresso Nacional varam a meia-noite, vão à madrugada e dão o pior exemplo possível para o Brasil.

Sempre entendi, desde quando entrei na vida pública, como Vereador, 26 anos atrás, que o Brasil precisava de reformas. Depois, passados quase 30 anos, estamos a fazer as reformas. E as reformas feitas — a PEC do Teto dos Gastos Públicos, a reforma trabalhista, a própria terceirização e a reforma da Previdência, que vem agora —, se não foram perfeitas, foram importantes para a economia brasileira, que dá sinais de crescimento real. Nós podemos crescer, no próximo ano, 3%.

O Ministro Meirelles disse que podemos chegar a 4%. Não acredito que podemos chegar a isso, mas se crescermos 2% no ano que vem e prepararmos a eleição para o próximo Presidente, para que ele possa implementar um novo plano de governo para os próximos 4 anos, o alicerce estará feito, e nós teríamos cumprido com a nossa obrigação, evidentemente, muitas vezes a contragosto.

Mas o mundo passou por reformas. A França já passou por reformas estruturais e ficou anos num conflito existencial permanente. Os Estados Unidos também passaram por reformas. O maior exemplo que nós temos é o da Grécia, que retardou suas reformas e efetivamente foi à falência. Foi à falência mesmo. Chegou a pedir socorro a quem aparecesse na frente. E agora, depois de tudo isso, é que houve a necessidade de corrigir os privilégios e o corporativismo, tanto público quanto privado.

O corporativismo não é só público. Não podemos culpar só o corporativismo público, porque o corporativismo privado também faz parte dessa correção que precisa ser feita para eliminar esses privilégios, para que a União possa arrecadar mais recursos, declarar guerra ao desperdício e fazer com que as coisas possam acontecer.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - V.Exa. me permite?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - V.Exa. me esclareceu uma coisa, com a qual eu estava encucado, sobre essa sua capacidade de negociação. V.Exa. disse que foi Vereador, e a minha emenda é no sentido de que todos os políticos passem pelo cargo de Vereador, para aprender esse estilo de governar. Nós colocamos a Dilma e foi um fracasso. Eu defendi a Dilma aqui, mas ela não tinha esse trato. Então, deveríamos obrigar os candidatos à Presidência da República a passarem pela Casa Pequena, digamos assim, nos Municípios.

Quero parabenizá-lo por esse entendimento. V.Exa. aprendeu muito como Vereador. Eu também sofri muito como Vereador, Presidente! *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sou eu que aprendo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - E a minha emenda aqui é para que todos os Deputados só possam se candidatar se antes passarem por lá, para começarem a aprender o trato com o povo no dia a dia. O cara chega aqui já por cima e dá nisso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Interessante. Inclusive, eu sou da iniciativa privada e tenho uma consciência interessante a respeito do que é um administrador público e um administrador da iniciativa privada. Em síntese, há conceitos muito semelhantes, e uma diferença básica: na administração pública, para tudo o que o Executivo faz, precisa solicitar a aprovação do Congresso Nacional, formado por Deputados e Senadores, para sua execução.

Talvez tenha sido o grande defeito da Presidente Dilma essa falta de entendimento da necessidade do diálogo. Nem sempre podemos andar para frente, muitas vezes é preciso dar um passo atrás. Nem sempre se vence quando se aprova uma matéria. Pode-se vencer também quando não se aprova uma matéria, porque assim se aprende com os erros cometidos, com a forma de encaminhamento.

E essa vida é um eterno aprendizado. A cada dia que passa, aprendemos. Eu, cada vez mais, tenho aprendido muito aqui na Comissão Mista de Orçamento, uma Comissão importante. No início, eu havia relutado em assumi-la, mas como sou um homem destinado a esses desafios acabei assumindo-a e tenho muito prazer de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conhecer e conviver com pessoas tão ilustres e importantes como os membros desta Comissão. Muito obrigado. *(Palmas.)*

Concluindo, vou suspender a nossa reunião de hoje, convocando a próxima para o dia 4 de dezembro, às 20 horas, para deliberarmos sobre os relatórios setoriais. Lembro que o Deputado Domingos Sávio, na quinta-feira da próxima semana, dia 7, vai comandar aqui uma audiência pública da maior relevância, em que estarão presentes o Ministro do Planejamento; o Ministro Vital do Rêgo, do TCU; o representante da ANFIP; e o Sr. Marcelo Caetano, da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. Esse será um amplo e interessante debate para esclarecimento da reforma da Previdência que está vindo por aí.

Deputado Domingos Sávio, querido Deputado, um grande abraço para V.Exa. Muito obrigado pelo carinho e pelo apoio.

Antes de encerrar, lembro que, em seguida, neste plenário, daremos continuidade à solicitação do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, através de audiência pública, na qual serão ouvidos representantes do TCU e dos seguintes órgãos: Fundação Oswaldo Cruz, HEMOBRÁS, Ministério da Integração Nacional, ELETROBRAS, ELETRONUCLEAR.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sr. Presidente, nessa proposta do nosso nobre Deputado Domingos Sávio, eu queria apenas propor a inclusão do nome do Senador Paulo Paim, Presidente da CPI da Previdência, e do meu nome, como Relator da CPI da Previdência no Senado Federal, para participar dessa discussão da previdência pública que será feita na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu queria responder, Deputado Domingos Sávio, e, em seguida, V.Exa. responde.

Esse assunto, Senador Hélio José, nós discutimos no âmbito da Comissão e chegamos a uma conclusão simples. V.Exas., como membros do Congresso Nacional — Senado Federal e Câmara dos Deputados —, têm a palavra franca para se manifestar inclusive sem o tempo específico. Então, chegamos à conclusão, numa discussão entre os Deputados Bohn Gass, Jorge Solla, Domingos Sávio e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pedro Fernandes, de que nós faríamos o convite a quem mencionei, e V.Exa., como Relator da CPI da Previdência, teria assento na primeira carteira, junto com o Presidente Paulo Paim, para que pudesse enriquecer o debate a respeito dessa questão que eu acho extremamente importante. Inclusive fiz parte da CPI, e realmente há controvérsia com relação aos números da Previdência Social.

Deputado Domingos Sávio, esta será uma audiência extremamente interessante, da qual certamente participará o Senador Hélio José e também o Presidente da CPI, Senador Paulo Paim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Senador Dário Berger, com a sua permissão, quero apenas fazer coro com V.Exa. Eu já havia feito menção a isso e fico feliz de poder agora fazê-lo na presença do Senador Hélio José.

V.Exa., Senador Hélio José, e o Senador Paulo Paim são imprescindíveis. Obviamente, por serem membros do Congresso Nacional, não faz sentido convidá-los para dentro da sua própria Casa. A CMO é uma extensão dela, enquanto Comissão Mista do Congresso Nacional.

Pela experiência e pelo conhecimento que V.Exas. adquiriram trabalhando com a matéria, creio eu que o Presidente — que teve a generosidade de dizer que, se não estiver aqui, gostaria que eu presidisse a audiência — dará a V.Exas. o tempo que lhes for necessário, por tantas vezes quantas forem necessárias, para fazer as suas exposições e a defesa daquilo que acreditam ser o mais adequado e melhor para o País.

Outra coisa que eu mencionei é que, claro, aqui ninguém nunca vai cercear o debate político, porque esta é uma casa política, e o debate político é inerente à nossa vida parlamentar. Porém, o propósito primeiro da audiência pública é que nós tenhamos a oportunidade de colocar à frente de todos os Parlamentares e de todos os brasileiros a posição de algo que não pode ter duas verdades. Nós estamos falando de contabilidade pública. Pode haver uma interpretação de um jeito ou de outro, mas os números são absolutamente claros, e assim deve ser.

Portanto, nós teremos a exposição por parte das autoridades governamentais responsáveis pela pasta, dizendo quais são os números relativos à contabilidade pública.

A ANFIP, que tem proclamado entendimento diverso, terá a oportunidade de dizer quais números considera adequados; e o Tribunal de Contas, órgão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

responsável pela auditoria nas contas, mediará esse debate, trazendo a posição que tem com relação à auditoria que fez.

Portanto, antes mesmo de partirmos para um debate de natureza política e ideológica, nós teremos uma oportunidade ímpar de ter, de maneira bem transparente, a realidade dos números da Previdência — tanto a do regime público como a do regime privado —, que alcança 100% dos brasileiros. Com muita responsabilidade, interessa-nos, primeiro, ter essas informações para, depois, efetivamente votarmos com as nossas consciências aquilo que cada um julgar ser o melhor para o Brasil. V.Exa. será imprescindível.

Eu entendo — e houve consenso aqui, tanto de Deputados da base de Governo como de oposição — que esses convidados representam essa possibilidade de termos as informações. Depois, o debate será livre entre nós, Senadores e Deputados.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sr. Presidente, eu até concordo, em parte, com toda a argumentação de V.Exa. e a do meu amigo Deputado Domingos Sávio. Eu não tenho problema nenhum, como membro desta Comissão, como titular do COI, em não fazer parte da Mesa. Eu não tenho problema nenhum com isso.

Eu só acho que, numa casa como o Senado Federal, considerando o trabalho da CPI, que foi aprovado por unanimidade na Comissão, seria muito prudente que o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, fizesse um contraponto, porque lá nós ouvimos mais de 250 autoridades do País, todas as instituições. Nós fizemos o que o Governo deveria ter feito, mas não fez.

Então, sugiro que tenhamos representadas na mesa duas posições: ou a do Senador Paulo Paim ou a do Presidente da Pública Central do Servidor, que representa todos os servidores públicos, junto com a ANFIP, até para termos dois pontos favoráveis e dois contrários, porque o TCU tem, notadamente, uma posição totalmente contraditória às questões que colocamos na CPI.

O placar está 2 a 1, e eu acho que assim fica muito ruim. Então, para termos pelo menos um equilíbrio, sugiro que esteja à mesa ou o Senador Paulo Paim — seria o melhor para nós, pois está aqui representando a CPI, e até para prestigiar o Senado, que foi a casa que aprovou o projeto por unanimidade — ou a Pública Central do Servidor, representando todos os servidores públicos do País.

Era isso que eu queria sugerir para termos um acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está feita a sugestão. V.Exa. terá oportunidade de fazer os encaminhamentos na ocasião em que se instalar a audiência pública.

Vou suspender esta reunião, convocando outra para o dia 4 de dezembro de 2017, segunda-feira, às 20 horas.

Convido mais uma vez os Parlamentares, sejam eles Senadores ou Senadoras, sejam eles Deputados ou Deputadas, sejam eles suplentes ou titulares, para estarem aqui na segunda-feira, às 20 horas, a fim de iniciarmos a discussão, a deliberação e a votação dos relatórios setoriais, que são pré-requisitos para a elaboração do relatório final.

Declaro suspensa a nossa reunião.

(A reunião é suspensa.)

Em 04.12.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes da pauta.

Ordem do Dia.

De acordo com o art. 122 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Aviso nº 21, de 2017, do Tribunal de Contas da União, que trata de relatório de auditoria relativa à construção do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos, cujo Relator é o Deputado Hildo Rocha, foi encaminhado ao COI — Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, tendo em vista que não foi deliberado até o último dia do mês de novembro.

Quando isso acontece, a remessa é feita diretamente ao COI, e assim nós estamos procedendo. Faço esse comunicado aos Srs. Parlamentares, tanto aos Deputados e Deputadas quanto aos Senadores e Senadoras.

Informo ao Plenário que há requerimento para inclusão na pauta dos relatórios setoriais ao PLOA 2018. De acordo com o art. 214, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento não vai à apreciação do Plenário.

Defiro então o presente requerimento. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O art. 128 do Regimento Comum estabelece o seguinte:

> *Art. 128. A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 (três) dias úteis após a sua distribuição, nos casos do relatório do Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual, do relatório do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do relatório do projeto de lei do plano plurianual, e 2 (dois) dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros.*

Fiz a leitura do art. 128 para propor aos senhores membros da Comissão Mista a quebra do interstício. Se houver acordo do Plenário, é perfeitamente possível a deliberação pela dispensa dessa distribuição, como acabei de mencionar.

Havendo concordância do Plenário, delibero pela aprovação da eliminação do interstício previsto no referido art. 128. *(Pausa.)*

Vamos passar então à apreciação dos relatórios setoriais.

Srs. Relatores Setoriais, de ordem do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, informo que está convocada reunião para apreciação dos relatórios setoriais — eu nem precisaria fazer este comunicado, mas sigo orientação do Dr. Walbinson — no dia 4 de dezembro, segunda-feira, às 20 horas. Portanto, solicito de V.Exas. a entrega dos respectivos relatórios no dia 2.

Isso efetivamente aconteceu. Os relatórios entregues são das seguintes áreas temáticas: Integração Nacional; Ciência e Tecnologia e Comunicações; Minas e Energia; Fazenda e Planejamento; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Defesa e Justiça; Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.

Com a área da Integração Nacional, ficou o Deputado Nelson Pellegrino; com a da Ciência e Tecnologia e Comunicações, o Senador Jorge Viana; com a de Minas e Energia, o Deputado Vander Loubet; com a da Fazenda e Planejamento, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; com a de Trabalho, Previdência e Assistência Social, o Deputado Nilton Capixaba; com a de Defesa e Justiça, o Deputado Edio Lopes; com a da Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores, a Deputada Rosangela Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passa-se à matéria extrapauta, conforme deliberado. Relatório Setorial da Área Temática IX — Minas e Energia. Relator Setorial: Deputado Vander Loubet, do PT de Mato Grosso do Sul.

Eu solicito ao Deputado Zé Carlos que seja o Relator *ad hoc* da Área Temática Minas e Energia.

Deputado, V.Exa. tem a palavra para apresentar o relatório.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Senador Dário Berger, como V.Exa. mesmo frisou, trata-se do Relatório Setorial da Área Temática IX — Minas e Energia, elaborado pelo nosso Deputado Vander Loubet. Motivos fortes o impediram de estar aqui neste momento. Ele me pediu que fizesse a leitura, para não haver atraso em todos os trabalhos que temos neste final de ano.

Há a proposta do Poder Executivo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares. Este relatório foi distribuído a todos os Parlamentares que estão aqui. Então eu peço permissão aos Deputados e Senadores para fazer uma leitura mais sintética. Uma vez que se trata de um relatório extenso, trarei uma forma resumida, para que possamos ter a compreensão necessária para votá-lo.

"A Área Temática IX compreende a programação orçamentária do Ministério de Minas e Energia. Os recursos programados para a área temática estão representados na Tabela 1."

Essa tabela foi entregue aqui. Nela se mostra que, para a área fiscal e para a seguridade, serão aproximadamente 7 bilhões de reais; para investimentos, quase 60 bilhões de reais. O total é de R$66.968.861.313,00.

"O destaque do orçamento desta área temática é o volume de investimentos, notadamente das empresas estatais."

Srs. Deputados, Srs. Senadores, "foram apresentadas quatro emendas coletivas — todas de apropriação — ao orçamento fiscal de unidades orçamentárias do Ministério de Minas e Energia". Essas quatro emendas foram aceitas pelo Deputado Vander Loubet, por meio de seu relatório.

Com base no que consta neste relatório, o Deputado Vander Loubet propõe "a aprovação do Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, na parte relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática IX — Minas e Energia com as alterações propostas neste relatório decorrentes das emendas aprovadas por esta Relatoria" — as quatro emendas apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Sala da Comissão, em 30 de novembro de 2017.

Deputado Vander Loubet"

O Deputado propõe aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores que aprovem este relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Apresento meus agradecimentos ao Deputado Zé Carlos.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Não há quem queira discuti-lo.

Não vamos votar o relatório hoje, como combinado, mas vamos encerrar a discussão. Porém, está preservado o direito a apresentar destaque, conforme entendimento e acordo firmados no Colégio de Líderes. Vamos cumprir na íntegra o entendimento e o acordo.

Deputado Claudio Cajado, na ausência do Deputado Bohn Gass, que foi um interlocutor da Minoria e da Oposição com o qual buscamos um entendimento, consultamos o Deputado Zé Carlos e não há objeção quanto à leitura de todos os relatórios que porventura estejam aptos para tal, desde que preservados os destaques e a votação.

Encerra-se a discussão. Com isso nós podemos, graças a Deus, avançar bastante em relação a todos os relatórios, o que é interessante.

O Senador Valdir Raupp, meu prezado e distinto amigo — ele nasceu em Santa Catarina, então contamos, no mínimo, com quatro Senadores que representam Santa Catarina —, informou-me que gostaria de proceder à leitura do relatório da área de transportes hoje também.

Preservados os destaques e a votação, há acordo nesta Comissão, e com base nisso procederemos.

Deputado Cajado, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, a Liderança do Governo não obsta nenhum tipo de leitura, desde que o Plenário, considerando aqueles partidos que fizeram o acordo no Colégio de Líderes, também concorde. Se o Deputado Zé Carlos, do PT, falar em nome do Líder Bohn Gass e não apresentar objeção, o Governo também não se opõe a que os Relatores aqui presentes façam a leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Liderança do Governo agradece a presença dos Deputados e dos Senadores. Cinco Senadores e dezenas de Deputados estão aqui hoje, uma segunda-feira, excepcionalmente, para podermos avançar nos relatórios setoriais e deixar o Relator, o Deputado Cacá Leão, com mais tempo para promover os ajustes necessários.

Inclusive, Deputado Zé Carlos, se V.Exa. concordar, podemos avançar na leitura dos demais. Eu fiz um acordo com o Deputado Bohn Gass e com os Líderes dos partidos que têm assento no Colégio de Líderes, acordamos ler os sete. Mas, se todos os que ali concordaram com isso também aqui aquiescerem, o Governo não obstará, pelo contrário, até agradecerá.

O Senador Valdir Raupp é um deles, o Deputado Júlio Cesar é outro — está aqui presente — que gostaria de proceder à leitura. Outros Deputados também estão presentes querendo aproveitar o dia e exaurir a leitura. Não haveria comprometimento da discussão, com a oportunidade de concluir a apresentação dos destaques e a votação do relatório. Poderíamos fazer o debate sem problema algum.

Então, Sr. Presidente, pediria a V.Exa. que consultasse os Líderes dos partidos aqui. Se concordarem, o Governo não tem objeção alguma. Seria feita apenas a leitura, sem que haja a votação dos destaques e do relatório. Assim avançaríamos bastante hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu já havia feito a consulta.

Eu concedo a palavra ao Deputado Zé Carlos, só para confirmar então o que já havíamos estabelecido.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Já conversei aqui com o nosso companheiro do PT. Também não há, por parte do PT, objeção a esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Zé Carlos e também ao Deputado Nelson Pellegrino.

Concedo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa noite a todos.

Sr. Presidente, eu não gostaria que fosse lido hoje o relatório da área da educação, caso ele esteja nesse rol. É um relatório de 400 páginas. Eu me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

manifesto relativamente à educação. Quero conhecer o relatório. Essa é uma área muito extensa. Mesmo que o relatório da educação seja entregue e haja alguém para fazer a leitura, eu não gostaria que fosse lido hoje. Nós já estamos tendo imensa boa vontade no que se refere a apresentação de relatório sem que se respeitem os prazos nem nada. Quanto ao da educação, eu gostaria de fazer esse pedido a V.Exa.

Solicito que, na medida do possível, em relação a algumas áreas mais densas, não fosse encerrada a discussão. Eu digo a mesma coisa sobre a saúde, área social, porque nem conhecemos o texto ainda. Se o texto da educação foi entregue, isso foi feito agora. Eu acabei de recebê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A solicitação de V.Exa. será atendida, até por que está previsto que o relatório setorial da educação não seja efetivamente lido hoje. A preocupação de V.Exa. é legítima, é justa. É importante que tenhamos conhecimento dessa matéria. V.Exa. faz um alerta sobre um ponto a respeito do qual já estávamos fazendo um encaminhamento, no sentido de que a leitura do relatório setorial da educação fosse efetivamente feita amanhã.

Os prazos dos destaques irão até a apreciação e a leitura do último relatório. Como haverá relatório amanhã, os Srs. Parlamentares terão, de hoje até amanhã, até a leitura do último relatório, todo o tempo para apresentar os destaques.

Encerra-se a discussão aqui, mas eu, como V.Exa. tem percebido, jamais seria indelicado ao não abrir o debate a respeito de algum relatório, de alguma questão que porventura suscitasse interesse de membros desta Comissão. Portanto, eu acho que podemos seguir numa relação de confiança que acabamos estabelecendo ao longo dos encaminhamentos desta Comissão.

O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - A presença tem que ser marcada, mas parece que o sistema não está funcionando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não está funcionando o computador? O Parlamentar que não registrou presença pode registrá-la através do microfone. Isso facilitará o registro.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - O Deputado Valtenir está presente.

O SR. DEPUTADO VENEZIANO VITAL DO RÊGO - O Deputado Veneziano Vital está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nobre Senador, nós estamos nos posicionando, avalizados pelo PSDB, no sentido de também hipotecar solidariedade à proposta de V.Exa. Neste momento, é importante otimizarmos o tempo com a leitura dos relatórios setoriais, deixando aberto o prazo para apresentação de destaques. Isso vai fazer com que possamos otimizar o calendário que V.Exa., lado a lado com o nosso Relator-Geral, está propondo. Eu acredito que isso otimiza os resultados desta Comissão e do Plenário.

Então, o PSDB se posiciona favoravelmente à condução dos trabalhos por V.Exa. com referência à leitura desses relatórios que já estão aptos para ser lidos.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Presidente, gostaria de registrar a presença do Deputado Misael Varella, suplente do Deputado Elmar Nascimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Presidente, peço que seja registrada no painel a presença do Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está registrada também a presença do Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Está registrada a presença do Deputado Federal Valtenir Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputada Carmen, V.Exa. pode registrar presença... *(Pausa.)*

Ah, V.Exa. já registrou presença!

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Eu quero fazer uma ponderação. A leitura dos relatórios que forem entregues agora não ficaria impedida, mas não deveríamos encerrar a discussão desses relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Esse alerta já tinha sido passado a mim pelo Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Cacá Leão, que nos tem ajudado aqui na condução dos trabalhos. A discussão dessas matérias poderá ocorrer durante a apreciação dos destaques.

Como eu mencionei, a respeito de uma indagação da Professora Dorinha, é evidente que em nenhum momento deixei aqui de lhes conceder a palavra. Esta é uma Comissão. Nós temos que discutir mesmo, tirar as dúvidas, na medida do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

possível. Veja bem, se não houver pedido de discussão, considera-se a discussão encerrada. Caso contrário, nós reabriremos a discussão dos projetos que estamos apreciando aqui por meio de sua leitura.

Vamos ao próximo relatório, o Relatório Setorial da Área Temática IV — Integração Nacional. Relator Setorial: Deputado Nelson Pellegrino, do PT da Bahia.

Quanto ao prazo para apresentação de destaques, os esclarecimentos já foram dados aqui.

Passo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino, para que apresente o relatório setorial referente ao Ministério da Integração Nacional.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, vou fazer um resumo, considerando que o meu relatório já foi disponibilizado, na íntegra, aos membros da Comissão.

Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, este é o relatório setorial da Área Temática IV — Integração Nacional:

"1. Relatório

(...)

Por designação do Presidente desta Comissão, coube-me, na condição de Relator Setorial, apreciar a proposta orçamentária relativa à Área Temática IV, constituída do Ministério da Integração Nacional, com suas respectivas Unidades Orçamentárias."

A proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, em relação ao exercício de 2018, prevê 5,4 bilhões de reais para o Ministério da Integração Nacional. Esse valor é superior em R$ 1,1 bilhão relativamente à proposta orçamentária de 2017.

Esse aumento de recursos é observado, sobretudo, no âmbito da administração direta do Ministério da Integração Nacional, que teve uma elevação de 44,46% na sua proposta orçamentária de 2018, em relação à de 2017, totalizando R$ 1,1 bilhão.

Observamos que o principal gasto da Integração Nacional refere-se ao "grupo de investimentos, com dotação proposta de R$ 2,14 bilhões para 2018, representando 39,27% do total programado. Esse valor é 4,68% menor do que a proposta para 2017 e 46,82% menor que a despesa executada em 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Verificamos também que esse valor é 59,42% inferior ao montante autorizado até outubro de 2017".

Quanto ao grupo de investimentos, vale salientar que o ponto forte do Ministério da Integração é o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, que representa, na proposta para 2018, 94% do total investido, 2 bilhões de reais.

Das programações de investimento na área Integração, cinco programas consomem 99,5% dos recursos. São eles:

2084 - Recursos Hídricos;

2077 - Agropecuária Sustentável;

2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial;

2068 - Saneamento Básico;

2040 - Gestão de Riscos e de Desastres.

Desses programas, o Recursos Hídricos é responsável por 88% dos recursos de investimentos e totaliza 1,9 bilhão de reais.

Os investimentos em obras do projeto Integração do Rio São Francisco somam quase 50% dos recursos do programa Recursos Hídricos, 892 milhões de reais. Há ainda obras importantes no Nordeste brasileiro, tais como:

10CT - Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano (obra com irregularidades graves apontadas pelo TCU) — R$ 76,29 milhões;

12G7 - Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba (obra com irregularidades graves apontadas pelo TCU) — R$ 222,45 milhões;

10F6 - Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco — R$ 179,88 milhões;

152D - Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano — R$ 150,53 milhões.

Relativamente ao exercício de 2017, observa-se, na proposta para 2018, uma diminuição nos recursos para investimentos do Programa 2084 — Recursos Hídricos, tanto em relação à proposta (2,2%), quanto em relação ao autorizado (13,72%).

Especificamente em relação ao valor proposto para 2017, a diminuição mais significativa de recursos foi para as ações 12EP — Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste), que está 82% menor, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

queda de R$ 142 milhões; e 12G6 — Recuperação de Reservatórios Estratégicos para Integração do Rio São Francisco, que está 45% menor, com queda de R$ 54 milhões.

Dos Recursos Destinados à Irrigação.

No tocante aos recursos totais destinados à irrigação, o art. 42 do ADCT, alterado pela Emenda Constitucional nº 89, de 2015, estabelece a obrigatoriedade de aplicação, durante 40 anos, de 20% desses recursos na Região Centro-Oeste e 50% na Região Nordeste.

A análise da distribuição regional dos recursos de irrigação demonstra que o referido dispositivo constitucional foi atendido, pois a Região Centro-Oeste foi contemplada com 29,3% desse tipo de gasto, enquanto a Região Nordeste concentra 60,7% desses recursos.

Das Emendas Individuais e Coletivas.

Foram apresentadas 439 emendas à área de Integração Nacional: 370 individuais, 6 de Comissões do Senado Federal, 1 de Comissão Mista do Congresso Nacional, 2 de Comissões da Câmara e 60 de bancadas estaduais.

Da Atuação da Relatoria

No Setor IV, duas emendas foram consideradas inadmitidas pelo CAE:

i. A Emenda nº 6007.0003, de apropriação, da Comissão Diretora do Senado Federal, por contrariar o disposto nos artigos 43 a 45 da Resolução nº 1, de 2006 — CN;

ii. A Emenda nº 7116.0016, de remanejamento, da bancada da Paraíba, por não atender o disposto nos artigos 35, 45, 48 ou 147, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006 — CN.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Isso é uma discriminação com a Paraíba.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não foi só a Paraíba. A Mesa do Senado Federal também não foi contemplada, infelizmente. A Paraíba está muito bem contemplada no meu relatório, Deputado. Não se preocupe!

Nas demais emendas, procedi à análise dos pleitos e promovi as adequações necessárias nas emendas individuais, bem como nas coletivas, cujos pedidos de alteração estavam formalmente registrados pelos autores em sistema específico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desta CMO. Os ajustes foram realizados em conformidade com as regras regimentais vigentes e alinhados com as decisões e orientações prévias do CAE.

Para atendimento das emendas de Comissão e das bancadas estaduais não impositivas apresentadas no Setorial IV, recebemos da Reserva de Recursos o valor de R$ 164,7 milhões, previamente definido no parecer preliminar do Relator-Geral.

Além desses valores, o parecer preliminar, no item V.22, Parte Especial, permitiu o cancelamento de dotações consignadas em investimentos (GND 4) e em inversões financeiras (GND 5).

Na realização desses cortes, não utilizei a totalidade do limite global de cancelamentos permitidos. Preservei os investimentos de baixo valor, inferiores a R$ 1 milhão, constantes da proposta orçamentária, a fim de não prejudicar os já escassos recursos alocados pelo Poder Executivo. Em adição, mantive inalteradas as programações financiadas com recursos de aplicação de fonte vinculada. Na sequência, estabeleci um corte linear de 20% nas programações possíveis.

Desse modo, os recursos disponíveis para atendimento das emendas de bancadas e de Comissões totalizaram R$ 554,5 milhões.

No atendimento às emendas de apropriação não impositivas, priorizei solicitações pontuais condizentes com as competências desta área temática, direcionadas especialmente à ampliação da oferta de água, mediante a implantação de obras de infraestrutura hídrica, bem como ao fortalecimento de atividades produtivas voltadas ao desenvolvimento regional.

Além disso, atendi com maior ênfase as ações de revitalização da Bacia do Rio São Francisco e, também, as obras de integração do Rio São Francisco, tendo em vista que tais empreendimentos, considerados de forma complementar, são fundamentais para garantir a segurança hídrica das regiões beneficiadas.

Em relação às demais emendas de apropriação, procurei distribuir os recursos de forma mais isonômica, destinando R$ 3 milhões para as emendas de bancadas estaduais não impositivas e para as emendas de Comissões.

No tocante às emendas de remanejamento, procurei atender, sempre que possível, as demandas solicitadas, considerando as fontes de cancelamento propostas pelos autores. Nesses casos, também considerei os limites específicos aplicáveis a tal modalidade de emenda, bem como as diretrizes gerais de cortes e atendimentos implementadas neste relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É importante destacar que, no Setor IV, destinamos R$ 567,4 milhões para o atendimento de emendas impositivas de bancadas estaduais. Do total de recursos de emendas de bancadas estaduais impositivas apresentadas (cerca de R$ 3,1 bilhões) para todos os setoriais, 18,5% foram direcionados para a área de Integração Nacional, o que demonstra a importância do setor.

Quanto às emendas impositivas individuais de Deputados e Senadores, atendemos o valor de R$ 556 milhões.

Assim sendo, do total de recursos solicitados a este setorial por Comissões, bancadas e congressistas (cerca de R$ 8,7 bilhões), atendemos o total de R$ 1,7 bilhão, ou seja, ao final do ciclo setorial, adicionamos quase R$ 2 bilhões ao Ministério da Integração Nacional, aos R$ 5,4 bilhões da proposta do Poder Executivo, o que corresponde a um incremento de cerca de 31%.

Das Obras com Indícios de Irregularidades.

Conforme informações encaminhadas como subsídio à apreciação da Lei Orçamentária Anual de 2018, registro que o Anexo VI ao texto do PLOA 2018, Ofício 0010/2017-TCU/Coinfra, de 1º de agosto de 2017, apontou a Programação nº 18.544.2084.10CT.0027 (Canal do Sertão — Alagoas) no rol de empreendimentos com indício de irregularidade grave, com recomendação de retenção parcial de valores (Acórdão nº 2116/2016 — TCU/Plenário). Além dessa obra, por meio do Acórdão n° 2449/2017 — TCU/Plenário, acrescentou-se a este setorial a seguinte programação, também com indício de irregularidade grave, com recomendação de paralisação: Canal Adutor Vertente Litorânea, Paraíba, Funcional nº 18.544.2084.12G7.0025.

Ressaltamos que os referidos empreendimentos constam da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo. Esta Relatoria, em estrito cumprimento aos dispositivos regimentais, não adotou nenhuma providência específica quanto à obra. O exame dessa programação, portanto, deverá ser efetuado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI.

Voto do Relator

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018, no que concerne às Unidades Orçamentárias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

constantes da Área Temática IV, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sr. Presidente, depois que eu disponibilizei este voto, ainda surgiram emendas de bancadas que tivemos que acrescentar.

Então, eu quero fazer uma complementação de voto nos seguintes termos:

> *"Da Relatoria da Área Temática IV — Integração Nacional, sobre o Projeto de Lei nº 20, de 2007-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.*
>
> *Relator: Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA).*

Conforme cronograma fixado pela Comissão Mista de Orçamento, entreguei o relatório da Área Temática IV — Integração Nacional no dia 1º de dezembro de 2017, promovendo diligente análise de todas as emendas cadastradas até essa data.

Contudo, após a publicação deste relatório, tomei conhecimento da necessidade de transferência da Emenda nº 7108.0011, da bancada do Distrito Federal, da Área Temática I (Transporte) para a Área Temática IV (Integração Nacional). Destaco que a alteração foi solicitada pela bancada do Distrito Federal, mediante Solicitação nº 23 do Sistema Informatizado da CMO — SISEL e decorre de ajustes solicitados pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE.

Dessa forma, estou incorporando ao meu relatório a referida Emenda nº 7108.0011, da bancada do Distrito Federal, com parecer pela aprovação parcial, no valor de R$3.049.907,00, na Unidade Orçamentária nº 53.101 — Ministério da Integração Nacional, conforme item 1 a seguir, devendo os relatórios pertinentes a esta Área Temáttica refletir as alterações decorrentes deste parecer.

Além disso, aproveito para incluir ajuste requerido no âmbito do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE. Trata-se de alteração de subtítulo da Emenda de Remanejamento nº 60110005, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo — CDR, mediante Solicitação nº 107 do Sistema Informatizado da CMO — SISEL, conforme item 2 a seguir."

Em seguida, apresento a minha programação.

Este é o meu voto, com a respectiva complementação, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa. e submeto a matéria à discussão.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu queria esclarecer uma dúvida sobre uma preocupação que tenho com o meu Estado, o Tocantins. Eu gostaria de saber do Relator se há alguma ação ou algum tipo de financiamento que trate da transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.

Eu vou apresentar um destaque. A área da Integração Nacional é extremamente importante. A bancada do Tocantins fez uma emenda impositiva e nós vamos contemplar todos os 137 Municípios do meu Estado com maquinário.

Logicamente eu vou fazer o destaque. O Relator fez um bom atendimento, mas vou fazer esse apelo em relação à questão da emenda de bancada.

O meu questionamento principal é em relação à transposição: há alguma menção ou alguma ação específica?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputada, eu pedi que me trouxessem o relatório, mas, desde logo, já faço duas observações: as emendas impositivas apresentadas pela bancada foram incorporadas ao relatório. Em relação às emendas de bancada, quando não foi possível destinar o que foi pedido, destinamos pelo menos o valor mínimo de R$ 3 milhões — esse valor foi destinado a todas as emendas de bancada —, conforme já tinha sido disponibilizado pelo Relator-Geral no voto complementar.

Eu pedi que me trouxessem o relatório geral e vou analisar se há alguma ação específica em relação ao Rio Tocantins.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Obrigada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas já adianto que a emenda impositiva obrigatoriamente tem que ser incorporada ao relatório — e foi. As emendas de bancada apresentadas também foram incorporadas, com a dotação que dei a todas as emendas: pelo menos R$ 3 milhões.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Só para esclarecer, a impositiva está contemplada. Consta o valor de R$ 68 milhões e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

250 mil. Está aqui no texto. A minha dúvida era em relação a esta emenda. É outro tema. Logicamente vou fazer um destaque para tentar recompor o valor dessa emenda impositiva, mas já vi que ela está contemplada pelo Relator Setorial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. tem o prazo até a discussão da última Área Setorial. Então, podemos ficarmos bastante tranquilos.

Eu vou passar a palavra agora ao Deputado Valtenir Pereira. Em seguida, falarão o Deputado Raimundo Gomes de Matos e o Deputado Hildo Rocha.

Tem a palavra o Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, nobres pares, nós apresentamos uma emenda de bancada para o Estado de Mato Grosso, a fim de atender à Defesa Civil.

Todo ano, quando fortes chuvas caem nos 903 mil quilômetros quadrados do Estado de Mato Grosso, pontes são danificadas, bueiros e aterros se rompem, atoleiros se formam e comunidades acabam ficando isoladas. Isso prejudica muito o escoamento da safra e o transporte escolar.

Nós fizemos uma gestão junto a este Relator Setorial, o Deputado Nelson Pellegrino, que foi generoso com Mato Grosso. Ainda assim, vamos fazer um destaque pedindo uma recomposição, porque isso não é suficiente para atender à demanda do Estado de Mato Grosso.

Existia uma prática: o orçamento da Defesa Civil era elaborado através de medida provisória. No entanto, o Tribunal de Contas da União proibiu esse reforço orçamentário à Defesa Civil. Então, a previsão orçamentária tem que estar no Orçamento da União.

Hoje Mato Grosso tem mais de R$ 80 milhões aprovados para a Defesa Civil, para as pontes e os bueiros de concreto, mas ainda não houve empenho exatamente por falta da questão orçamentária. Então, eu farei um destaque.

Agradeço a boa vontade a este Relator Setorial, o Deputado Nelson Pellegrino, que nos atendeu muito bem, analisou o pleito e foi muito sensível. Nós vamos trabalhar com o Relator-Geral, para chegarmos ao patamar de recursos de que Mato Grosso está precisando.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Cumprimento V.Exa. e também o Deputado Nelson Pellegrino, que realmente se destaca como um dos Parlamentares mais brilhantes do Congresso Nacional.

Tem a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, quero saudar o nosso Deputado Nelson Pellegrino pelo seu trabalho, mas ressalto que me causou surpresa o tratamento que ele considerou isonômico, mas eu não estou considerando. Refiro-me ao cancelamento de R$ 105 milhões para o Estado do Ceará, para a transposição.

Nesse relatório, que eu li detalhadamente, nobres Senadores e Deputados, há o cancelamento de R$ 105 milhões da integração do Rio São Francisco com a Bacia do Rio Jaguaribe, no Estado do Ceará. Para a integração das bacias hidrográficas do Estado do Ceará, houve o cancelamento de R$ 24 milhões. Para a manutenção do projeto de integração do Rio São Francisco na Região Nordeste, houve o cancelamento de R$ 54 milhões.

Que forma isonômica é essa, se há um acréscimo não impositivo de R$ 238 milhões para a bancada da Bahia?! Eu vou apresentar um destaque. Nós da bancada vamos nos posicionar aqui na Comissão, porque é inadmissível um cancelamento tão expressivo.

Ainda ontem, domingo, eu estive no Estado do Ceará e vi que o Castanhão, uma bacia de 8 bilhões de metros cúbicos de água, está no volume morto. As indústrias da região metropolitana vão parar. Vai faltar água no Estado do Ceará!

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. me permite dialogar?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Eu estou concluindo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois não.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - V.Exa. terá o tempo que, com certeza, o nosso Senador irá conceder.

Está constando neste relatório: menos, menos, menos!

Foram feitas várias mobilizações suprapartidárias de bancada em relação à situação hídrica no Estado do Ceará. Só nesses três cancelamentos são mais de R$ 150 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu queria saber como seria justificável esse procedimento, se houve esse acréscimo de R$ 238 milhões para a Bahia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Posso falar, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

Primeiro, Deputado, se V.Exa. ler atentamente o meu relatório, vai ver que eu preservei todas as programações que estão abaixo de R$ 1 milhão. Eu não fiz cortes. Além disso, adotei um critério linear de 20% — inclusive, é o que a resolução me permite. Então, não foram cortados recursos só do Ceará, foram cortados de todos os Estados. Mas eu procurei fazer recomposições.

É importante lembrar a V.Exa. que a maior parte do Rio São Francisco passa pelo Estado da Bahia, com exceção de Minas Gerais, onde está a nascente do rio. É na Bahia que o rio precisa de ações; caso contrário, não vai nem haver rio para transpor para a Paraíba ou para o Ceará. A água que está chegando ao Ceará vai do São Francisco. Se não recuperarmos as matas ciliares e não tratarmos da região por onde passa a maior extensão do rio, que é o Estado da Bahia, não vai haver nem água para o Ceará.

É preciso fazer a recuperação do rio. Há a estimativa de que nós precisaríamos de cerca de R$ 800 milhões por ano, durante 10 anos, para efetivamente recuperarmos o rio e não faltar água para o Ceará.

Então, Deputado, o critério que eu utilizei foi isonômico: cortei 20%, que é o permitido.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Então, vamos cancelar as obras. O tratamento dado a Minas Gerais não foi esse, não!

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foram 20%. O corte foi linear. V.Exa. pode verificar. O corte foi linear.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - O nobre Relator, Deputado Cacá Leão, vai...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só não houve corte linear nas obras abaixo de R$ 1 milhão e nas obras de recuperação do Rio São Francisco, que resolvemos não comprometer. Fora isso, eu adotei um critério isonômico não só para a distribuição de recursos para emendas de bancada, mas também para alocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É evidente que nós demos um tratamento especial — infelizmente não vinha sendo dado — ao Rio São Francisco, cuja maior extensão passa pelo Estado da Bahia. Se não tratarmos do Rio São Francisco na Bahia, não haverá água para o Ceará, a Paraíba, ou seja, para o Nordeste acima.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - V.Exas. não deveriam nem ter começado. O Governo do PT não deveria nem ter começado a transposição, já que não foi feita a revitalização. Passaram 12 anos sem fazer a revitalização, 12 anos fazendo publicidade...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas eu vi muita gente do seu Estado comemorando a chegada da água! E vão comemorar cada vez mais!

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - ...sem ter a obra conclusa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se V.Exa. é contra o projeto, vá dizer isso no seu Estado! A população é a favor!

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nós vamos questionar esse procedimento com o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se V.Exa. é contra o projeto, vá ao seu Estado dizer que é contra! A população lá é a favor! Vá para a margem onde há a transposição dizer que é contra, não aqui!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Passo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, eu queria fazer um questionamento ao Relator, porque nós colocamos duas emendas impositivas de bancada para o Maranhão, destinadas à CODEVASF: uma para a saúde, outra para o Ministério da Integração. Eram R$ 90 milhões, mas aqui está constando só R$ 64 milhões.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Todas as emendas impositivas foram acatadas como vieram. Não houve cortes, até porque são impositivas. Elas foram incorporadas como vieram das bancadas.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Então, vamos pegar a ata e confrontar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para V.Exa. ter conhecimento, isso aconteceu inclusive na Bahia, com uma emenda impositiva. Se V.Exa. verificar, verá que, no ano passado, nós tivemos um corte de quase 40% das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

emendas impositivas. Neste ano, o parecer preliminar já adotou essa medida. As emendas já vieram com o corte. Então, isso não foi feito pelo Relator, foi feito pelo parecer preliminar. V.Exa. tem que estudar isso também.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas cortaram só de uma e não cortaram da outra?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O corte foi geral. O corte não feito pelo Relator, mas pelo relatório preliminar. Em compensação, ao contrário do ano passado, o que está lá é o número final. Pelo menos isso é o que está sendo apontado.

No ano passado, por exemplo, nós fizemos uma emenda de R$ 110 milhões para a saúde, mas o valor caiu para R$ 56 milhões. Uma outra emenda feita para o Ministério da Agricultura caiu para R$ 54 milhões. Neste ano, parece-me que o corte já foi feito e a emenda já está dimensionada com base no corte previsto.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Com relação ao tratamento dispensado à CODEVASF, eu vi aqui um corte muito grande. Eu queria saber se V.Exa. fez essa correção, até porque, na Bahia e em Pernambuco, a CODEVASF foi pioneira. Eu percebi que houve um corte muito grande.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, Deputado.

Eu volto a dizer o que disse ao Deputado Raimundo Gomes de Matos: o corte foi linear. O corte foi de 20% na programação geral em que não havia emendas abaixo de R$ 1 milhão. O dinheiro foi redistribuído. Inclusive, procuramos fortalecer as ações de revitalização tanto da CODEVASF quanto do DNOCS. Não houve corte acima de 20%.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - O DNOCS praticamente só funciona no Ceará.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não! O DNOCS funciona no Nordeste todo!

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Se V.Exa. for ver o desembolso do DNOCS...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O nome já diz: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É bonito o nome, mas, se V.Exa. for ver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O DNOCS funciona em todo o Semiárido.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Se V.Exa. for ver o desembolso do DNOCS, perceberá que quase 90% são para o Ceará. V.Exa. pode ver como foi neste ano e pode ver como foi no ano passado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado, aí o problema não é meu, o problema é de quem dirige o DNOCS.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - A CODEVASF está no Nordeste todo, atende o Nordeste todo e tem um trabalho de desenvolvimento. O DNOCS é só enrolação — não quero dizer outra palavra. Nós sabemos como funciona aquilo ali. Eu achei que o negócio ficou meio ruim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não vou entrar nesse mérito, Deputado. Não sou o gestor do DNOCS.

Eu apliquei o critério que eu disse. Havia um recurso destinado, um recurso consignado. Eu fiz o corte e procurei preservar os programas. Isso não ocorreu especificamente com programas do Estado do Ceará. Foi dessa forma também em outros Estados. Eu procurei preservá-los, não fazendo o corte conforme a resolução e o parecer preliminar, para não inviabilizar as ações.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - A sua ação é limitada ao relatório. A execução já é...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aí já não é mais problema meu. A execução é um problema no qual não posso me imiscuir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Continua em discussão. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão preliminar.

Deputado Nelson Pellegrino, nós poderemos voltar à discussão na apresentação dos destaques, conforme estabelecido.

Volto a alertar que fica aberto o prazo para apresentação dos destaques.

Vamos ao relatório setorial da Área Temática XV — Defesa e Justiça.

Com a palavra o Deputado Edio Lopes, para a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Obrigado, Sr. Presidente.

"Nos termos do art. 165, *caput* e § 5º, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, coube a esta Relatoria a missão de apreciar a proposta orçamentária da Área Temática XV — Defesa e Justiça, que abrange os programas de trabalho do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério dos Direitos Humanos, conforme consta do Anexo I do Parecer Preliminar aprovado por esta Comissão, e propor relatório setorial incorporando as emendas à despesa apresentadas às programações dos referidos órgãos.

Neste relatório, examinamos a execução orçamentária recente, conforme disposto no art. 70, inciso I, alínea *b*, da Resolução nº 1, de 2006-CN, e no item 38.I.b da Parte Especial do Parecer Preliminar. Ademais, fizemos constar outros aspectos obrigatórios definidos pelos normativos vigentes, a exemplo dos efeitos de créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos 4 meses do exercício de 2017."

Sr. Presidente, com a vênia de V.Exa. e dos ilustres pares, eu vou diretamente ao voto, a fim de ganharmos tempo para permitir a leitura do maior número de relatórios nesta noite.

"A par das restrições de recursos que esta Relatoria teve, é notório o fato de que muitos projetos importantes estão sendo comtemplados em valores muito inferiores ao ideal e, em alguns casos, inferiores até ao mínimo necessário.

Diante disso, apresentamos algumas sugestões ao Relator-Geral, para que avalie a possibilidade de recomposição das programações canceladas e de destinação de recursos adicionais às programações objeto das emendas coletivas, especialmente na suplementação das seguintes ações:

1) 8855 – Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública;

2) 123B – Desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X);

3) 14XJ – Aquisição do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-390);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

4) 14T5 – Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Fronteiras — SISFRON;

5) 14T4 – Implantação do Projeto Guarani;

6) 123G – Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares;

7) 123I – Construção de Submarinos Convencionais;

8) 123H – Construção de Submarino de Propulsão Nuclear."

Sr. Presidente, eu faço essa distinção dentro do meu relatório por entender que, dentro da limitação que nos fora imposta, não conseguimos avançar no mínimo necessário para atender esses projetos de vital importância para a segurança nacional. Por isso, estamos tomando a ousadia de propor ao ilustre Relator que olhe com carinho a melhoria desses orçamentos.

"Voto.

Preliminarmente à manifestação quanto ao mérito do projeto e das emendas, vale observar que a Emenda nº 71150008 foi considerada inadmitida pela CMO, conforme Relatório CAE aprovado na sessão de 29 de novembro de 2017. Portanto, não nos manifestaremos quanto ao seu mérito.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, na parte referente aos órgãos da Área Temática XV — Defesa e Justiça, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado em anexo, e pela rejeição da Emenda de Remanejamento nº 60110006."

Sr. Presidente, apresentamos uma complementação de voto ao relatório apresentado à Área Temática XV.

"Em virtude de observação de incorreção na codificação da programação objeto de emendas, propomos ajustes, sem alteração de objeto de programação ou de valores, conforme segue:

Item 1: Emenda 60090002.

Onde se lê 215J.7000, leia-se 215J.0001.

Item 2: Emenda 50200001.

Onde se lê 14T0.7000, leia-se 14T0.0001.

Item3: Emenda 18180007.

Onde se lê 20XK.3805, leia-se 20XK.7028.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Item 4: Emenda 71140012.

Onde se lê 156O.0031, leia-se 156O.7002.

Item 5: Emenda 71200008.

Onde se lê 20XN.0033, leia-se 20XN.7004.

Item 6: Emenda 50200001.

Onde se lê RP 2, leia-se RP 3.

Item 7: Emenda 60020001.

Onde se lê RP 2, leia-se RP 3.”

Este é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Edio Lopes.

Tem a palavra a Deputada Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Em relação ao relatório, eu sei que o Relator Setorial tem o seu limite, assim como o Relator-Geral, o Deputado Cacá Leão, em virtude das limitações orçamentárias, mas eu queria fazer um apelo em relação a duas áreas importantes.

Uma delas é a FUNAI, que está ligada à área da Justiça. No meu Estado, há uma presença muito forte das etnias indígenas. Infelizmente a FUNAI vem sendo extremamente fragilizada ano após ano. Não é uma coisa deste Governo, é uma ação em virtude de várias situações específicas do próprio Orçamento e até da pouca importância dada à FUNAI. O corte foi muito grande.

Em relação ao combate à violência contra a mulher, eu vou apresentar um destaque também. A Comissão faz um apelo, porque milhares de mulheres são violentadas e morrem a cada hora, e o orçamento destinado foi de R$ 100 mil, logicamente em função das limitações. Um país que tem os números que temos em relação à violência contra a mulher precisa fazer um esforço para melhorar essa estrutura.

Eu quero fazer uma pergunta sobre outra questão, Sr. Presidente. Por exemplo, para fazer um destaque para a recomposição do orçamento de ciência e tecnologia, eu preciso pegar a assinatura do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia? Para fazer um destaque para a bancada do meu Estado, eu preciso que o Coordenador-Geral da bancada o assine? Do ponto de vista regimental, basta ser membro da CMO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse é o questionamento que faço.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, se eu não fosse membro, eu precisaria; mas, como membro, eu não preciso. No entanto, o sistema está me pedindo isso. Estou aqui na Comissão para discutir o Orçamento. Não faz sentido se exigir que eu vá atrás de um Presidente de Comissão ou do Líder da minha bancada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não faz nenhum sentido, Sr. Presidente. Nunca foi assim! Como é que eu faço parte de uma bancada e não posso...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O art. 138, na Seção III, é específico com relação aos destaques e estabelece o seguinte:

Art. 138. No âmbito da CMO poderão ser apresentados destaques a requerimento de:

I - membro da CMO;

II - coordenador de Bancada Estadual ou membro da CMO por ele autorizado.

Não é preciso seguirmos com esse questionamento. Eu respondo a V.Exa.: como membro da Comissão, V.Exa. pode apresentar destaque. No entanto, quando se trata de destaque de bancada, é necessária a autorização do coordenador da bancada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

Nunca foi assim! Se faço parte da bancada e sou membro da CMO, como é que eu não posso apresentar um destaque? Não é verdade. Quem pode apresentar destaque? Primeiro, quem é membro da CMO; segundo, o coordenador que não seja da CMO, desde que se utilize de um Deputado da CMO.

Foi assim que eu interpretei. Só pode ser assim!

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, as emendas de bancada têm que ser apresentadas pelos coordenadores de bancada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É uma falta de respeito dizer que eu não posso, em nome da bancada do Rio de Janeiro, apresentar emenda. O que é isso?! Então, para que serve ser membro da CMO se eu não posso defender o meu Estado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso não existe. Isso não faz nenhum sentido. Vamos ser justos! As emendas de todos os Deputados são aprovadas automaticamente. Então, não é para isso que estamos aqui. Não se trata de emendas individuais, mas exatamente de emendas de bancada, de emendas de Comissão, que são as temáticas de cada um.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas o destaque ainda não está encerrado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não estou dizendo que o destaque está encerrado, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Como é emenda de bancada, o coordenador tem que...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não existe isso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sempre foi assim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, nunca foi assim. Eu fiquei 12 anos nesta Comissão, e nunca foi assim.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Mas há emendas que não são impositivas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Já que há certa divergência, eu vou ler novamente o art. 138 do Regimento Comum:

> *Art. 138. No âmbito da CMO poderão ser apresentados destaques a requerimento de:*
>
> *I - membro da CMO;*
>
> *II - coordenador de Bancada Estadual ou membro da CMO por ele autorizado.*

Quando se tratar de emenda de bancada, poderá apresentar destaque o coordenador da bancada estadual ou o membro da CMO por ele autorizado, ou seja, é só ter a autorização do coordenador da bancada, sem problema nenhum.

Na verdade, quem apresenta o destaque é o membro da Comissão Mista de Orçamento, mas com autorização do coordenador da bancada, o que é muito justo e legítimo, uma vez que, se a emenda é de bancada, o membro da CMO não teria, vamos dizer assim, autonomia para desfazer uma emenda de bancada, que foi amplamente discutida.

Vou passar a palavra ao Relator, o Deputado Edio Lopes.

Em seguida, falará o Deputado Toninho Wandscheer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, só a título de informação e esclarecimento, em especial à Deputada Professora Dorinha, registro que eu também fiquei sentido com relação ao meu relatório no que diz respeito à FUNAI. Nós acatamos o relatório do jeito que veio no PLOA.

Quanto ao etnodesenvolvimento, infelizmente não havia nenhuma emenda para o setor. Portanto, nós ficamos impossibilitados de apresentar qualquer emenda nesse sentido. Não fizemos nenhum corte nos recursos da FUNAI.

Quanto à questão da violência contra a mulher ou das políticas públicas com relação à mulher, a área não está afeta ao meu relatório, está vinculada ao relatório da Área Temática da Presidência.

São esses os esclarecimentos, Sr. Presidente.

Quero também dizer da enorme dificuldade que nós encontramos. Este setor recebeu 984 emendas, um recorde de emendas apresentadas. Nós tivemos um valor muito aquém do mínimo necessário para que pudéssemos contemplar razoavelmente toda a demanda. Todavia, não rejeitamos uma única emenda e colocamos os valores que nos foram permitidos, dada a estreiteza do Orçamento, que ora discutimos. Com isso, deixamos aberta a possibilidade de rediscussão com o Relator-Geral, no momento oportuno.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento.

Desculpe-me, Deputado Edio, mas a ação quanto à violência contra a mulher está no seu relatório. Eu fui Relatora Setorial e sei que V.Exa. tem um limite, mas devo esclarecer que há ação específica ligada à área da mulher.

Nós vamos fazer o destaque para a recomposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra o Deputado Toninho Wandscheer.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, deve-se esclarecer que nenhum Deputado pode alterar nenhuma emenda de bancada, a não ser que, em uma reunião com a bancada, isso seja decidido pela bancada. Isso não é retirar prerrogativa de membro da Comissão. O problema é que, às vezes, nós que coordenamos bancada temos dificuldade até de encontrar os Deputados para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, essa é uma prerrogativa da bancada, não é nem do coordenador da bancada. Temos que ter esse cuidado, senão podemos desestabilizar uma emenda. Agora mesmo estava aqui o Deputado Rubens Bueno, que queria que nós interviéssemos. Falei a ele que precisamos fazer uma reunião da bancada para tomar essas decisões; do contrário, não será possível alterar aquilo que foi decidido anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa. o esclarecimento.

Passo a palavra ao Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, eu quero apenas fazer um registro.

Realmente, a Resolução nº 1 é muito boa em vários aspectos, mas em alguns ela peca. Nós estamos em um processo legislativo, as bancadas se reúnem e incluem emendas. O.k. Então o *start*, o início, a provocação é realmente da coordenação da bancada. Agora, a partir daí, o processo legislativo deve se desenvolver livremente.

Eu concordo, a leitura está correta, a interpretação está correta: precisa-se mesmo da autorização do coordenador da bancada. Mas eu vejo uma incongruência nessa exigência, porque nós somos Parlamentares. Por exemplo, eu não vou fazer nenhuma emenda para prejudicar o meu Estado. Queremos fazer destaque para aumentar, para ampliar, para melhorar a *performance.*

Então, eu entendo que é importante depois discutirmos, debatermos, para melhorar essa resolução. Em alguns aspectos ela peca.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Quero dar só uma explicação. Eu não vou nem entrar no mérito de se é justo ou injusto, porém o objetivo foi: quando o coordenador, representando a bancada, apresentar as emendas, um destaque pode modificar todo o conjunto que a bancada decidiu. Então, o Deputado membro da CMO pode modificar o que o colegiado da bancada do Estado fez. É por isso que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coordenador precisa assinar, delegando atribuição para que o membro possa alterar a emenda.

Agora, qualquer membro da CMO que tenha, por exemplo, uma emenda de bancada de Comissão, sendo membro dessa Comissão, pode fazer o destaque; não membro não pode. Nesse caso a resolução é clara.

Então, se for o caso de alterar isso, a questão é outra, mas sempre foi assim, Deputada Laura. Eu afirmo a V.Exa. que sempre foi assim. Nas vezes em que tentei impor destaque, de 2007 para cá, sempre foi assim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu não posso afirmar se sempre foi assim porque estou chegando agora, mas me parece, Líder Cajado, que o inciso II é letra portuguesa: compete ao coordenador da bancada estadual ou membro da Comissão por ele autorizado. Eu concordo que evidentemente nenhum Parlamentar vai ser irresponsável de apresentar um destaque desfigurando uma emenda de bancada.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É possível.

Essa matéria está vencida, e acho que está esclarecida.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, na realidade, sempre foi assim depois de 2007, da Resolução nº 1. É preciso autorização do coordenador, até porque é praxe aqui o Relator-Geral se reunir depois com as bancadas e dividir a reserva técnica. Não sei se o nome é bem esse, reserva técnica, mas sempre há aquele saldozinho. Digo isso só para dirimir as dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Em que fase nós estamos mesmo? *(Pausa.)* Continua em discussão...

Eu vou passar a palavra primeiro à Deputada Laura Carneiro, que a está pedindo há algum tempo, e em seguida a V.Exa., Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, vou ser bem rápida. Queria dizer da minha preocupação — talvez o Deputado Edio possa nos ajudar — com os critérios que foram utilizados. Eu sou de duas das Comissões. A primeira trata da violência contra a mulher. A emenda foi acolhida em 100 mil reais, o que significa muito pouco quando diz respeito à violência em todo o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, não entendi bem qual foi o critério. Enquanto, pelo fortalecimento das instituições de segurança pública, o Ministério da Justiça recebeu 1 milhão, o Comando do Exército recebeu 60 milhões.

Eu não tenho nada contra o Comando do Exército, mas como...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Imagina! Eu só estou tentando entender qual foi o critério. Por que um recebe 60 e outro recebe 1? Outro recebe 30 mil reais. O apoio à modernização das instituições de segurança pública, que foi a emenda mais importante que nós votamos em relação à segurança pública, tem 70 mil reais. E a emenda que trata do monitoramento das fronteiras, que também é muito importante, tem 60. Eu só queria entender o critério.

Na bancada do Rio de Janeiro, a primeira emenda efetivamente, a que trata de modernização e equipamentos da área da Polícia Militar, é uma das nossas prioridades, mas eu fiquei impressionada com que só na área da... Também não entendi como foram compostos esses valores nas emendas de bancada do Rio.

Quero só entender o critério. Fora a emenda que trata da questão da violência contra a mulher, que não tem dinheiro nenhum, ou quase nada, quase zero, as outras têm até um dinheirinho. Só não sei bem que critério foi utilizado para a composição dos valores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Edio Lopes, vou fazer a V.Exa. a sugestão de nós ouvirmos também a Deputada Carmen. Como elas são legítimas representantes das mulheres, da defesa dos interesses das mulheres — a Secretaria de Políticas para as Mulheres está subordinada ao Ministério da Justiça —, quem sabe as dúvidas são semelhantes e V.Exa. pode responder às duas Parlamentares?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Só para que quem estiver nos acompanhando não tenha tantas dúvidas quanto nós temos neste momento, digo que a Secretaria de Política para as Mulheres saiu do Ministério da Justiça e está na Presidência da República. Então, as emendas devem estar no relatório da nossa colega Deputada Rosangela Gomes. Uma emenda nossa, da Comissão, bem destacada pela Deputada Dorinha, só foi acolhida parcialmente. Essa emenda é mais genérica e trata também da questão da violência, que foi indicada para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ministério da Justiça, em que pese não reduzir, não minimizar, o fato de ser apenas 100 mil reais.

Eu só fico mais tranquila porque as emendas da Comissão da Mulher e as que tratam da violência contra a mulher estão no relatório — vamos acompanhar para ver se ficaram assegurados os recursos necessários — da Deputada Rosangela Gomes. Elas se referem à Presidência, onde está hoje alocada a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - No relatório da Deputada Rosangela estão 10 milhões.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Primeiro, essa é uma questão matemática e uma questão de priorização. Essa é a triste realidade em que vivemos.

Calculadas as 984 emendas que nós recebemos pela margem que nos fora destinada pelo Relator, nós, de forma equânime, teríamos que destinar apenas 260 mil reais para cada emenda.

Então, nós adotamos rigorosamente um critério, Sr. Presidente: na área de segurança, principalmente na área do Ministério da Justiça — nossos assessores, e aqui eu destaco o brilhantíssimo trabalho feito pelo assessor da Comissão, Sr. Fidelis, entre outros companheiros —, nós fizemos, Deputado Cajado, um estudo, nos últimos 3 anos, de como se comportaram os orçamentos das diversas áreas. Uma área teve zero de orçamento executado no ano passado; outra área teve 20% de orçamento executado, outra, 50%. Nós adotamos o seguinte critério: essas áreas em que nos últimos 3 anos não houve orçamento executado e há uma margem significativa que poderia custear, por exemplo, outras políticas públicas, nós carregamos na tesoura, dentro de um *mix* daquilo que essas áreas têm demonstrado de capacidade de execução. Foi esse o critério que nós usamos. Na maioria das emendas, 1 milhão de reais. E aí nós fomos escalonando dentro daquilo que podíamos.

Quanto à questão da mulher, a Deputada Carmen é providencial no esclarecimento que faz. A emenda que nós relatamos, Sr. Presidente, veio da Comissão das Mulheres e foi colocada dentro de uma ação genérica, absolutamente genérica. Dentre tantas outras políticas que ali estão também está inserida a da mulher. Eu creio que a emenda, com o objetivo que estão apresentando aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deveria ter sido apresentada lá no relatório da Presidência. Aí, sim, teria essa especificidade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas foi, existem duas emendas, Deputado Edio, uma de 20 e uma de 10. Quer dizer, a Deputada Rosangela acatou uma de 20 milhões e uma de 10 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, então está resolvido.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Então está resolvido. Então, Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas ele não me respondeu o resto, não.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quando a Deputada Laura Carneiro questiona a minha decisão com relação aos projetos estratégicos, é preciso entendermos aqui que, no que concerne à defesa, nós temos projetos em andamento. São projetos que têm data marcada. Por exemplo, o avião de carga que o Brasil está desenvolvendo, está voando, tem um prazo que é março. Se em março nós não concluirmos esse projeto, além de termos um atraso de mais de 2 anos, o Brasil terá de gastar mais de 100 milhões de dólares por conta desse atraso. Então é uma questão de prioridade.

E nós Sub-Relatores e o Relator-Geral, em especial, temos que administrar aqui centavos dentro dessa ótica de prioridade da República.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É o KC-390.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Espera aí, gente, eu não estou falando disso.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Exato. KC-390.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas ninguém é contra o KC-390!

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Está pronto, está voando, está em fase final, e nós temos o prazo até março para terminar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, espera aí, eu não estou falando disso, eu estou falando do dinheiro que a Comissão de Segurança Pública destinou para a segurança pública do País. Eu não estou falando do KC-390, eu não estou falando disso, eu estou só perguntando por que foi colocado tudo no Exército e nada na segurança pública, com emenda de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não. A segurança pública tem neste orçamento muito mais do que ela costuma gastar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Exército não está garantindo a segurança pública lá no Rio de Janeiro, Deputada Laurinha?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O que acontece é o seguinte...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Exército está na rua lá no Rio de Janeiro garantindo a segurança pública.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O que acontece é o seguinte: a segurança pública não consegue gastar o seu orçamento. Não é culpa nossa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, o Exército está garantindo a segurança pública? Ah!

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É o Exército que está segurando a onda lá.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não é culpa nossa! A segurança pública não consegue gastar. V.Exa. pega o orçamento da Força de Segurança Nacional e veja o que eles gastaram nos últimos 2 anos: 20%, 30% do que tinham. Alguma coisa está errada aí, e nós não podemos continuar nessa linha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A gestão, não é? O que está errado é a gestão, porque quem libera o dinheiro não é o Ministro, é outro Ministério. Vamos ser justos. Quem contingencia também não é o Ministro da Pasta, é outro Ministério. Vamos ser justos. É questão de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu quero cumprimentar o Deputado Edio Lopes. E vamos encerrar essa discussão preliminar, lembrando que fica aberto, então, para a apresentação dos destaques até a votação da última setorial.

Vamos ao Relatório Setorial da Área Temática nº XIV — Trabalho, Previdência e Assistência Social. O Relator é o Deputado Nilton Capixaba.

Portanto, Deputado Nilton Capixaba, V.Exa. tem a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, nosso Relator, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu fiz um resumo do meu relatório, que passo a ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Trata-se da análise e da avaliação da programação orçamentária do Projeto de Lei nº 20, de 2017 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, referente à Área Temática XIV – Trabalho, Previdência e Assistência Social", que compreende a programação dos órgãos do Ministério do Trabalho e do Ministério do Desenvolvimento Social, incluindo os seus órgãos, entidades e fundos, e da unidade orçamentária Superintendência Nacional de Previdência Complementar, vinculada ao Ministério da Fazenda.

"O montante global alocado a esta Área Temática é de R$ 789,3 bilhões. O valor é significativamente relevante, pois representa 49,3% das despesas primárias da União. (...)

Salientamos, desde logo, que não foram identificadas obras com indícios de irregularidades na programação desta Área Temática, nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual deixamos de fazer menção a essa questão ao longo deste Relatório. (...)

Vale destacar que o valor do salário mínimo considerado na LOA de 2018 corresponde a R$ 965,00, refletindo um reajuste nominal de 3% em relação a 2017. Esse reajuste equivale ao percentual estimado para o INPC de 2016. (...)

Emendas.

No âmbito da Área Temática XIV, foram apresentadas 295 emendas, sendo 283 individuais e 12 coletivas (...). Dentre as emendas coletivas apresentadas, consta uma emenda de remanejamento.

Percebe-se que a maior parte das emendas, 79,0%, beneficia o Fundo Nacional de Assistência Social — FNAS, destinando-se ao atendimento das ações relativas à Estruturação das Redes de Serviços de Proteção Básica e Especial. (...)

As emendas individuais foram atendidas integralmente, segundo os valores solicitados. Os recursos necessários derivaram dos recursos administrados pelo Relator Geral, no montante de R$ 118,1 milhões. (...)

No que tange às emendas coletivas, vale destacar que, conforme o item 23 do Parecer Preliminar, esta Relatoria Setorial poderia realizar corte global de até 20% nas dotações consignadas a investimentos e inversões financeiras. No entanto, não consideramos adequado utilizar essa prerrogativa de corte, tendo em vista: a) os parcos recursos previstos para investimento — cerca de 2,6% das despesas primárias discricionárias da Área; b) a impossibilidade de cancelamento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inversões financeiras, por destinarem-se a cumprimento de despesa obrigatória no âmbito das transferências do FAT para o BNDES; e c) o inegável mérito dos gastos sociais que compõem a programação. Dessa forma, foram utilizados para o atendimento das emendas coletivas de apropriação somente os R$ 33,5 milhões que nos foram repassados pelo Relator Geral. A emenda coletiva de remanejamento foi atendida no valor de R$ 200 mil, cujos recursos advieram do cancelamento parcial proposto pelo autor no Sistema de Solicitações de Ajuste a Emendas – PLOA (SISEL), por meio da solicitação nº 187.

Os atendimentos das emendas coletivas firmaram-se no mérito das programações propostas pelos autores, nas prioridades apresentadas pelos Ministérios envolvidos e na análise de mérito, conveniência e oportunidade por parte desta Relatoria Setorial. (...)

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, relativamente à programação da Área Temática XIV — Trabalho, Previdência e Assistência Social, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas."

O meu voto foi pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o relatório apresentado pelo brilhante Deputado Nilton Capixaba.

Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, em que pese a alteração e a recomposição que aconteceu em especial no orçamento da área de assistência social, no Fundo Nacional de Assistência Social, na área de serviços, esse orçamento ainda está incipiente diante dos recursos de que nós precisamos. Então, eu já quero fazer a observação de que nós precisamos de mais recursos para a área de assistência social. Nós precisamos garantir o funcionamento dos CREAS e CRAS. Vamos apresentar destaque amanhã.

Eu queria registrar ainda a minha preocupação. O orçamento melhorou muito. Houve um movimento no País como um todo: em inúmeros Municípios, os profissionais da área de assistência social foram às ruas, preocupados com o orçamento que tinha sido apresentado. Ele foi retificado, melhorou, repito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

significativamente, mas ainda está longe de ser o que nós precisamos para avançar tanto no Programa Criança Feliz, quanto na questão dos CREAS e CRAS, que é basicamente a área de manutenção, sem esquecermos que não fazemos serviços sem termos investimentos. Então, precisamos enfrentar este Orçamento e buscar uma complementação, uma recomposição expressiva na área de assistência social.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Feito o registro, cumprimento V.Exa.

Não havendo mais quem queira discutir...

Com a palavra o Deputado Nilton Capixaba, Relator da Área Temática Trabalho, Previdência e Assistência Social.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Só para conhecimento dos Parlamentares, em relação ao PAA, programa da agricultura familiar, que tinha ficado com 750 mil reais, nós chegamos a quase 200 milhões de reais, quer dizer, conseguimos um aumento considerável. É claro que não o atendemos da forma que precisava.

Sobre o que a Deputada disse, em relação à criança, ao jovem, ao idoso, aos deficientes, conseguimos também um aumento considerável. E, para os cursos profissionalizantes, conseguimos também um aumento bastante significativo.

Eu acredito que demos uma melhorada no Orçamento. É claro que não atendemos a questão da forma que o Brasil precisa e necessita, mas conseguimos um avanço através do Ministro do Planejamento, que nos recebeu várias vezes. A Casa Civil também nos recebeu.

Eu disse ao Presidente Michel Temer que não poderia haver todos esses cortes na área social, o que ficava muito ruim para o Brasil — para nós aqui da Comissão, ficava muito ruim.

Conseguimos avançar. É claro que agora vai haver essas emendas. Vamos ver com o nosso Relator e o nosso Presidente se conseguimos melhorá-lo mais.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu é que agradeço a V.Exa.

Está encerrada a discussão.

Vamos, então, ao relatório setorial da Área Temática VIII — Ciência e Tecnologia e Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Relator Setorial é o Senador Jorge Viana.

Eu peço permissão aos membros da Comissão para designar o Deputado Valtenir Pereira, do PSB de Mato Grosso, para a leitura do relatório do Senador Jorge Viana.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, nobres pares, passo à leitura do relatório.

"Da Relatoria da Área Temática VIII – Ciência e Tecnologia e Comunicação sobre o Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.

Relator Setorial: Senador Jorge Viana.

I – Relatório

1 – Introdução

Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, o Exmo. Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 424, de 2017, o Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018 — PLOA 2018.

(...)

A restrição orçamentária adotada pela equipe econômica, que deliberadamente optou por cortes significativos no PLOA 2018 e praticamente desmonta setores estratégicos do Estado brasileiro, afeta a todas as áreas temáticas. Dada a sensibilidade do setor de Ciência e Tecnologia e Comunicações, onde a maturação da maioria dos projetos é de médio a longo prazo, os cortes representam a mais grave ameaça à continuidade de programas importantes, incluindo o aeroespacial brasileiro, além de afetar atividades de grande importância para o País, desde o monitoramento da Amazônia até a previsão do tempo e de desastres naturais, a manutenção das redes públicas de Internet, a hora legal, além da produção de radiofármacos, desenvolvimento de novos materiais e novas tecnologias na área de biocombustíveis, saúde e energia, entre outras.

O PLOA 2018 mostra a opção do Governo Federal em fazer o mais baixo investimento em pesquisa científica e tecnologia dos últimos 10 anos. A comunidade científica brasileira tem alertado para o desmonte da ciência brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em audiências públicas realizadas pelas Comissões de ambas as Casas do Congresso Nacional, os Presidentes da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich, e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, Helena Nader, alertaram para os riscos que os cortes no Orçamento representam para o setor. Davidovich comparou os efeitos do corte orçamentário aos de uma bomba atômica. Nader advertiu para o agravamento da crise no setor, que já passa por dificuldades com os cortes impostos ao Orçamento deste ano.

As despesas discricionárias do MCTIC sofreram redução de mais de 44% em relação ao ano anterior. A administração direta do Ministério, cujas despesas totalizaram R$ 1,138 bilhão, em 2017, recebeu no projeto atual uma previsão de R$ 640,1 milhões. Isso após o forte contingenciamento de mais de 40% no Orçamento de 2017 imposto em março deste ano.

Cientistas e gestores destacaram em audiências realizadas no Congresso os efeitos perversos da restrição imposta ao setor. Além do comprometimento de pesquisas em diversos setores, amplia-se a possibilidade de evasão de cientistas, engenheiros e recursos humanos qualificados do Brasil para outros países com melhor estrutura para o desenvolvimento da ciência.

Essa restrição se agrava em virtude do Novo Regime Fiscal, conhecido como Teto de Gastos, criado pela Emenda Constitucional nº 95, aprovada em dezembro de 2016, que restringe a evolução das despesas públicas ao índice de inflação do período anterior. Assim, para aumentar os investimentos federais em ciência e tecnologia, será necessário o remanejamento de outra área.

Todo esse quadro do setor de ciência e tecnologia prejudica gravemente o País e atrasará o desenvolvimento científico brasileiro pelos próximos anos. Os prejuízos não se limitam à pesquisa, mas atingirão o funcionamento de instituições e até mesmo o bem-estar da população. Isso se deve ao fato de que as instituições de ciência e tecnologia prestam serviços essenciais.

Uma dessas ameaças paira sobre a população do Estado do Rio de Janeiro. Por conta dos cortes orçamentários, a Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN não terá condições de manter o ciclo de produção de urânio que alimenta as duas usinas nucleares brasileiras, localizadas em Angra dos Reis, no Rio. Não haverá combustível para a geração de energia nas usinas em 2018. Isso porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ciclo de produção da pastilha de urânio tem prazo de 1 ano. Ou seja, no segundo semestre de 2018, as usinas nucleares de Angra serão desligadas.

Outras ameaças pairam sobre dois programas de ponta da ciência nacional: o novo acelerador de partículas Sirius e o Reator Multipropósito Brasileiro, destinado à pesquisa e fabricação de radiofármacos. Ambos terão seus recursos reduzidos em 33%. O dinheiro para o acelerador Sirius cairá de R$ 325,9 milhões este ano para R$ 218,4 milhões em 2018. A dotação para o reator sairá de R$ 107,9 milhões para R$ 72,3 milhões.

A média das reduções das despesas discricionárias dos 16 institutos federais de ciência e tecnologia para o ano que vem é de 40% em relação a 2017. No caso do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE, os cortes orçamentários para 2018 chegam a 44%. Essas dotações cairão de R$ 71,8 milhões, valor já considerado crítico este ano, para R$ 40,5 milhões.

Mais um caso de absurda gravidade é a do Supercomputador Santos Dumont, do Laboratório Nacional de Computação Científica — LNCC, que está a serviço de toda a comunidade científica brasileira e está instalado em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Em virtude da redução imposta no PLOA 2018, o supercomputador corre o risco de ter de ser desligado. O orçamento do laboratório em 2017 foi de R$ 16 milhões, e os cortes impostos pelo Governo Federal para 2018 chegam a 39%. Em 2018, o LNCC receberá R$ 9,7 milhões. Para se ter noção da gravidade, basta verificar que só com a conta de energia elétrica para a manutenção do supercomputador são gastos anualmente cerca de R$ 6 milhões. Apenas esse insumo absorverá mais de 60% da dotação discricionária do instituto.

A Agência Espacial Brasileira — AEB, que teve orçamento inicial em 2017 de R$ 284,6 milhões, terá no próximo R$ 172 milhões para realizar as suas despesas — menos 39%. Os dois novos satélites de monitoramento que deveriam ser lançados no final de 2018 devem sofrer atrasos no seu cronograma. É impossível fazer um programa no setor com um orçamento tão baixo. Para efeitos comparativos, a Argentina, que passa também por uma crise econômica, investe anualmente 1 bilhão de dólares em seu programa aeroespacial.

Até mesmo uma das mais importantes apostas do Governo brasileiro para a formação de futuros cientistas do País — a Olimpíada de Matemática —, realizada anualmente desde 1979 pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), corre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o risco de descontinuidade em 2018. Isso porque o IMPA contará com menos 39% em seu orçamento em relação a 2017. (...)

II – Voto do Relator

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 20, de 2017, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática VIII com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sala da Comissão Mista,

Senador Jorge Viana."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Valtenir Pereira, que fez a leitura *ad hoc* do Relatório Setorial da Área Temática Ciência, Tecnologia e Comunicações, cujo Relator é o Senador Jorge Viana.

Em discussão.

Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, há mais ou menos 1 mês, eu recebi, no meu gabinete no Rio, os membros da nossa empresa... *(Pausa.)* Gente, me deu um branco!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, foi a de Angra. Como é o nome? *(Pausa.)* ELETRONUCLEAR. É que eu estou com muita dor. Estou com dor de dente, Presidente.

Veio o Presidente da ELETRONUCLEAR, vieram os diretores. Nós conversamos com o Deputado Rodrigo Maia e com o Deputado Cacá Leão.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar um pouco sobre isso. Há um absoluto descaso com a questão da ciência e da tecnologia. V.Exa. imagine o seguinte: não ter recursos para que se possa — como disse bem o Relator, é algo que se faz a cada ano — produzir o urânio necessário para a utilização em Angra 1 e em Angra 2 significa dizer que o Rio de Janeiro para de ter energia no meio de 2018. E eu não consigo imaginar como é que um governo não pensou nisso. A nossa sorte é que o nosso Relator entendeu a problemática e vai, com certeza, a pedido do Deputado Rodrigo Maia inclusive, encontrar uma solução.

Mas até onde vai a irresponsabilidade dessa gestão? Como é que alguém não pensa que o País, que o Estado do Rio de Janeiro pode ficar sem energia? Qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é a responsabilidade nisso, Sr. Presidente? Esses números apresentados pelo Senador Jorge Viana são muito graves. Fortunas foram gastas para a composição de Angra 1 e de Angra 2, e simplesmente há o descaso absoluto de não colocar nenhum tostão na INB, portanto não se produzir o combustível necessário para as usinas.

É fechar Angra 1 e Angra 2 no meio de 2018, Sr. Presidente. Isso é muito grave, é muito sério!

Eu não consegui ler todo o relatório, mas imagino que o Relator provavelmente não tenha conseguido recompor completamente, embora tenha tentado. Mas tenho certeza de que o nobre Relator vai conseguir os recursos necessários para essa matéria, para recompor esse Orçamento.

Sr. Presidente, quero registrar o absoluto descaso com o setor de ciência e tecnologia e de comunicações deste País, sabedora de que esse é o futuro, e se não se investe no futuro de um país, é porque querem que ele seja simplesmente vendido, como estão pensando em vender todos os nossos ativos.

Era esse o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, realmente o relatório do Senador Jorge Viana é uma peça de denúncia da situação a que foi relegada a área de ciência e tecnologia no Orçamento da União.

É uma peça que denuncia a gravidade desse assunto, porque demonstra a insensibilidade do Governo em construir uma saída para a economia do País. Não é possível se imaginarem saídas para a economia, nos dias atuais, para um país com a potencialidade do Brasil, que não seja investindo em ciência e tecnologia.

Existem problemas imediatos, como os já destacados pela Deputada Laura Carneiro em relação ao seu Estado. O relatório não se reduz a isso. Ele destaca todos os grandes programas de desenvolvimento tecnológico que o Brasil tem hoje, e em alguns deles o nosso País estava à frente dos outros países da América Latina e passará a se colocar numa posição inferior a esses mesmos países.

Talvez esse relatório seja o mais grave desta Comissão, porque, independentemente da possibilidade existente de recomposição, certamente ele fará

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com que o Brasil ande para trás e entre num retrocesso profundo naquilo que diz respeito ao seu desenvolvimento científico, tecnológico e à sua inovação tecnológica.

Portanto, em minha opinião, esse relatório, apesar de todo o mérito do Senador Jorge Viana, que foi muito competente na sua tentativa de reerguer esse relatório, é uma denúncia, porque demonstra para o Brasil o que este Governo lhe está impondo do ponto de vista do retrocesso do conhecimento, da ciência e da tecnologia em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Feito o registro pela Senadora Lídice da Mata, consulto a Deputado Professora Dorinha Seabra Rezende se quer usar a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, eu, na verdade, tinha me inscrito, e V.Exa. se comprometeu a, na presença do Senador, possibilitar a discussão. Eu inclusive apresento um destaque. Quanto aos números e ao que foi relatado na Área Temática de Ciência e Tecnologia e Comunicações, acho que o corte é muito grave. Essa é a área de inovação, de pesquisa. Mas eu prefiro falar na presença do Senador Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou encerrar preliminarmente a discussão, agradecendo ao Deputado Valtenir Pereira por ter feito a leitura do relatório *ad hoc*.

Retomaremos essa discussão, inclusive com a apresentação de destaques, se for o caso, amanhã, com a presença do Relator da matéria, o Deputado Jorge Viana.

Partimos agora para o Relatório Setorial da Área Temática Fazenda e Planejamento, cuja relatora é a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do DEM de Tocantins.

A Deputada Professora Dorinha tem a palavra para apresentação do respectivo relatório.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Esclareço ao Deputado Hildo Rocha que nós tínhamos feito um acordo de apreciar na reunião de hoje, se não estou equivocado, em torno de sete áreas. Posteriormente, ampliamos a leitura para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ganharmos tempo e abrimos a possibilidade de destaque até a apresentação do último relatório setorial, que vai acontecer amanhã. Houve acordo aqui, inclusive com o Deputado Nelson Pellegrino e o Deputado Zé Carlos, para que nós pudéssemos continuar.

Entretanto, como os sete itens setoriais já estavam aprovados no acordo de Líderes, nós estamos seguindo rigorosamente esses sete itens e, depois, nós vamos incluir na pauta os outros relatórios cujos Relatores se encontram presentes.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, quero apenas repudiar esse acordo que foi feito sem que houvesse conversa com os demais membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Foi um acordo de Líderes — acordo de Líderes.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Fui convocado para estar hoje aqui, às 8 horas. A Câmara gastou 1.500 reais com o meu voo — poderia ter gastado apenas 600 reais —, porque V.Exa. fez essa convocação para hoje. Aqui estou. Estamos dando prejuízo ao Erário público, porque a informação que eu tinha era a de que seria lido aqui... Passaram-me esta pauta que está aqui. Fui à Presidência, estavam batendo papo, ninguém me disse nada, e agora já mudaram a pauta! Se V.Exa. fez a convocação para tratar dessa pauta, ela não poderia ter sido mudada! Vale a que está no sistema. Então, para ter mudado, deveriam ter acordado pelo menos comigo, porque eu estou inscrito aqui e estou só esperando. Pensei que alguém estivesse querendo sair, mas estou vendo que não. Teria que ter combinado, porque já são 10h20min, e eu tenho outros compromissos também. Acho que isso aqui está fora...

Há alguma contestação com relação a isso? Ontem eu botei o pessoal do meu gabinete para entregar isso.

V.Exa. sabe disso?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É claro! Porque fica complicado! Se eu soubesse que seria às 22 horas ou mais tarde, eu não teria gastado esse dinheiro todo, dando prejuízo à Câmara.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - E alguém está contra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou solicitar a compreensão de V.Exa., porque, na verdade, o prejuízo é insignificante se considerarmos a importância da relatoria de V.Exa., cujo tema é Desenvolvimento Urbano. Com toda a sinceridade, eu queria pedir a compreensão de V.Exa., uma vez que o tempo urge.

V.Exa. vai ler o relatório depois da Senadora Lídice da Mata. Porém, antes da Senadora, falará ainda a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Após V.Exa., será a vez da Deputada Laura Carneiro.

Então, eu vou propor aqui fazermos um sorteio. Quero pedir a V.Exa. que permaneça no plenário, para que possamos fazer a leitura de todo o relatório.

Pela ordem, vou passar a palavra primeiro ao...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu tinha feito um acordo para trabalhar a questão da reforma da Previdência às 22 horas. Estão me ligando aqui, e eu tenho que ir lá trabalhar isso, porque é importante que aprovemos essa reforma este ano ainda.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Senadora Lídice da Mata, se V.Exa. permitir, como mulher gentil, que um homem possa exercer, com a sua aquiescência, a prioridade, o Deputado poderia... *(Risos.)*

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Só não concordo com o motivo pelo qual S.Exa. pretende sair, porque não acho necessário reforma da Previdência nenhuma este ano. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Eu acho que isso é um boicote.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mude o motivo, Deputado Hildo.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas isso é um boicote à reforma da Previdência dentro da Comissão Mista de Orçamento, porque eu já tinha programado realmente discutir essa questão da reforma da Previdência.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas podemos fazer isso, então, tirando o motivo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Senador Valdir Raupp, já passo a palavra para V.Exa., porque a Senadora Lídice da Mata quer falar agora.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, não há problema para mim ceder o lugar para S.Exa. O Deputado Hildo pode ler o relatório antes de mim. Volto a dizer, não concordo, no entanto, com a motivação dele, mas paciência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cada um tem a própria motivação. Na hora da votação, veremos se vamos conseguir esses votos para a reforma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Agora, sim, tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Eu sou um homem de paz, de entendimento e de acordo, mas eu perguntei à Mesa, há meia hora, qual era a minha posição, e eu era o sétimo. Eu até dispensei um compromisso fora para ficar aqui, porque estava chegando muito rápido a minha vez. Mas agora parece que já mudou tudo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu era a próxima, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. é Vice-Presidente, e eu quero contar com V.Exa. até o tempo derradeiro e necessário para que possamos fazer a leitura de todos os relatórios.

Deputado Toninho Wandscheer tem a palavra.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, é só uma sugestão. Eu vou ficar aqui até o final da sessão. Se alguém tiver que sair e quiser que eu leia o relatório, pode me nomear *ad hoc*, porque me disponho a isso, e o faço com muito bom gosto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou fazer um apelo a V.Exas. Uma vez que o relatório já está disponibilizado desde sexta-feira na Internet, na página da Comissão Mista de Orçamento, que nós pudéssemos, na medida do possível, resumir a leitura do relatório, porque ainda teremos condições de discuti-lo amanhã, na quarta-feira e, se for necessário, na quinta-feira. E aí certamente todos os Parlamentares terão oportunidade de apresentar destaques, de fazer a leitura das matérias que mais lhes interessar. Com isso nós ganharíamos tempo e avançaríamos na leitura do relatório.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra, para apresentar o seu relatório.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu já teria terminado de ler se tivesse começado. O meu relatório só tem três páginas.

"Relatório da Área Temática XII, Fazenda e Planejamento, sobre o Projeto de Lei nº 20/2017-CN, que estima receita e fixa despesa da União (...).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I. Relatório

O Projeto de Lei nº 20/2017 (PLOA 2018), que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018' (Mensagem nº 324/2017, na origem), foi submetido ao Congresso Nacional, nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea 'b', combinado com o art. 84, XXIII, da Constituição Federal.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), Senador Dário Berger, coube-nos a relatoria setorial da proposta orçamentária relativa à Área Temática (Setor) XII, que (...) abrange o (...) Ministério da Fazenda e demais órgãos orçamentários vinculados (...) Encargos Financeiros da União (...) Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios (...) Operações Oficiais de Crédito e (...) Dívida Pública Federal, respectivamente, e o (...) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Cumpre mencionar que a Unidade Orçamentária (...) Superintendência Nacional de Previdência Complementar foi enquadrada na Área Temática XIV — Trabalho, Previdência e Assistência Social, conforme determinação do Parecer Preliminar.

I.1 Aspectos Gerais da Proposta do Poder Executivo

I.1.1 Alocações para 2018 no PLOA

O Setor XII abrange cerca de dois terços do orçamento total (...). No projeto encaminhado pelo Poder Executivo (...), os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social desse Setor totalizam créditos orçamentários de 2,193 bilhões de reais, enquanto o Orçamento de Investimento das estatais soma 6 bilhões de reais aproximadamente.

(...)

Cerca de 66,40% do total concentram-se" no Grupo de Natureza da Despesa "em *Amortização da Dívida*, que, somados a *Juros e Encargos da Dívida* (14,35%), abrangem 80,75% do Setor XII. Enquanto isso, *Outras Despesas Correntes*, *Investimentos e Inversões Financeiras* (...) representam", em conjunto, menos de 20%.

Consideradas apenas as despesas dos Grupos *Outras Despesas Correntes, Investimento e Inversões Financeiras*, é possível verificar que "cerca de 83% desses gastos consistem em programas não finalísticos, com destaque para *Operações*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica (...).

(...)

I.1.3 Execuções Orçamentária e Financeira Recentes"

As execuções orçamentária e financeira apuradas até o mês de novembro de 2017, para os órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, são compatíveis com aquelas observadas para os exercícios de 2015 e 2016.

"I.2 Emendas à Programação das Unidades da Área Temática

Ao Setor XII foram apresentadas 15 emendas de apropriação, não tendo sido apresentadas emendas de remanejamento." As emendas de apropriação compreendem 7 individuais, num total de 1 milhão e meio de reais, 7 coletivas, num total de 9,5 bilhões de reais. "Da Câmara dos Deputados, foram 4 emendas da Comissão de Finanças e Tributação — CFT e 1 emenda da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle — CFFC; do Senado Federal, foram 2 emendas da Comissão de Assuntos Econômicos — CAE e 1 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária — CRA.

Em razão do disposto pelo art. 65 da Resolução nº 1, 2006-CN, a Emenda 50170004, da CFT, foi excluída do Setor XII e ficou aos cuidados da Relatoria-Geral, tendo em vista o seu objeto" a saber: Reserva de contingência (...).

(...)

Cabe destacar que o Relator-Geral transferiu 1,826 bilhão de reais desta Área Temática para a Reserva de Recursos, nos termos da autorização constante no parecer preliminar, parte especial, item 16.III.

I.3 Análise de admissibilidade das emendas coletivas

Todas as emendas coletivas foram admitidas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas.

I.4 Recursos para o atendimento às emendas

(...)

Após minucioso exame das dotações das unidades orçamentárias desta Área Temática, esta relatoria (...) decidiu promover cancelamentos pontuais nas dotações destinadas a *Inversões Financeiras* (GND 5), buscando não prejudicar as já comprimidas programações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Dessa forma, os recursos utilizados para atendimento das emendas coletivas provieram do saldo da Reserva de Recursos, no montante de R$21.349.353,00, e dos cancelamentos pontuais, no valor de R$18.000.000,00, totalizando R$39.349.353,00.

I.5 Critérios para as decisões sobre as emendas

I.5.1 Emendas individuais

Todas as emendas individuais propostas nesta Área Temática têm por objetivo a adequação e modernização dos imóveis de uso especial da administração pública federal.

(...)

Considerando as disposições do Parecer Preliminar, esta relatoria recomenda a aprovação de todas as emendas individuais.

I.5.2 Emendas coletivas

No que se refere ao atendimento das emendas coletivas, diante das restrições orçamentárias e na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, mantivemo-nos disponíveis para ouvir os autores dessas emendas no sentido de ter ciência das mais prioritárias, tendo em vista que não se poderia atender a todas em níveis ideais. Procuramos também levar em consideração o mérito de cada emenda, sua abrangência, sua relevância, levando-se em conta também os recursos já disponíveis no Projeto de Lei Orçamentária de 2018.

(...)

Quanto ao parecer sobre as emendas coletivas, recomendamos a nossos pares a aprovação parcial das 7 (sete) emendas de Comissões.

(...)

I.9 Indicações à Relatoria-Geral

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento das emendas, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional. Assim sendo, considerando que os valores pretendidos pelas emendas coletivas estavam muito além das possibilidades desta Relatoria Setorial, procedeu-se a um atendimento que possibilitasse dar sequência à análise das proposições pela Relatoria Geral, para a qual indicamos, na medida de suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

possibilidades, que realize um atendimento mais apropriado e condizente com as reais necessidades das proposições apresentadas.

II - Voto do Relator

Em face do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 20/2017-CN, relativamente aos órgãos orçamentários afetos a este Setor XII, isto é, 25000-Ministério da Fazenda (MF), com exceção da Unidade Orçamentária 25206-Superintendência Nacional de Previdência Complementar, 47000-Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), 71000-Encargos Financeiros da União, 73000-Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, 74000-Operações Oficiais de Crédito e 75000-Dívida Pública Federal, com as alterações derivadas das emendas cuja aprovação total ou parcial estamos propondo, segundo discriminado nos anexos ao relatório" já entregue.

Em virtude das limitações orçamentárias, o que nós fizemos foi tentar manter as áreas específicas, e fiz a opção de não mexer em nenhuma das ações gerenciais e discricionárias dos órgãos. Nós mantivemos o que foi proposto pela União.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o relatório apresentado pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, está encerrada esta discussão preliminar.

Partimos, então, para o próximo relatório, que é o Relatório Setorial da Senadora Lídice da Mata.

O Deputado Hildo Rocha protestou e não ficou. Eu lhe concederia agora a palavra para a leitura do relatório. Em seguida, seria o Senador Valdir Raupp.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, e eu?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou passar a palavra para V.Exa. daqui a pouco, minha querida Vice-Presidente. Assim como V.Exa., eu também me encontro com dor de dente. Depois de uma certa idade, não sei se esse é um sinal do adiantado da hora.

A Senadora Lídice da Mata vem em substituição ao prezado e distinto Senador Antonio Carlos Valadares. Eu queria, inclusive, fazer essa distinção e, com a anuência do Senador Valdir Raupp, dou preferência à Senadora Lídice da Mata, a quem concedo a palavra para ler o relatório, cuja área temática é Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exa. tem a palavra.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, como V.Exa. solicitou que nós fizéssemos uma síntese do relatório, apesar de ele ser pequeno, nós vamos sintetizá-lo mais ainda, para podermos adiantar o trabalho.

"I. Relatório

1.1 Introdução

(...)

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Dário Berger, na forma estabelecida pelo art. 17 da Resolução nº 1, de 2006-CN, e de conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Parecer Preliminar, coube-nos examinar, no âmbito da Área Temática XIII — Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas, a programação orçamentária do seguinte órgão e respectivas unidades orçamentárias:

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Órgão 28000)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços — Administração Direta (28101); Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia — INMETRO (28202); Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI (28203); Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA (28233).

Na condução desta relatoria deparamo-nos com temas relevantes, que fazem parte do debate atual sobre os grandes problemas econômicos do País. Como nossa principal preocupação foi a de buscar alternativas e caminhos que conduzam o País à superação das atuais dificuldades, a maior ênfase do nosso trabalho esteve centrada em apontar e, na medida do possível, corrigir distorções da Proposta Orçamentária para 2018. Esse sentimento permeou a análise das emendas apresentadas no âmbito desta área temática e nos fez dar especial atenção àquelas ações que julgamos mais efetivas na promoção do desenvolvimento econômico e social.

1.2 Análise da Proposta Orçamentária da Área Temática XIII

Como anteriormente mencionado, esta Área Temática compreende, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. A execução orçamentária e os valores propostos para 2018 estão demonstrados na tabela a seguir".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pessoal e encargos sociais, 896,65 milhões de reais; outras despesas correntes, 1.447,34 bilhão de reais; investimentos, 53,94 milhões de reais; reserva de contingência, 447,93 milhões de reais; totalizando 2.845,86 bilhões de reais.

Sr. Presidente, passo, portanto, à leitura da atuação da relatoria setorial:

"1.5 Atuação da Relatoria Setorial

Junto a esta Área Temática, foi apresentado um total de 42 emendas de apropriação, não tendo sido apresentadas emendas de remanejamento.

As emendas de apropriação compreendem 35 emendas individuais e 7 coletivas, sendo 4 emendas de Comissões e 3 de bancadas estaduais.

1.5.1 Recursos para o atendimento das emendas

Segundo o que estabelece o item 23 da Parte Especial do Parecer Preliminar, no âmbito das Áreas Temáticas, esta Relatoria Setorial poderia realizar cancelamentos de dotações no limite global de 20% do total programado em investimentos (GND 4) e inversões financeiras (GND 5), sendo o limite máximo para cada subtítulo de 40% da dotação.

Após minucioso exame das dotações das unidades orçamentárias desta Área Temática, esta Relatoria decidiu não promover cancelamentos de qualquer natureza, buscando não prejudicar as já comprimidas programações de investimentos.

Os demais recursos utilizados provieram da revisão das estimativas de receitas orçamentárias para 2018.

1.5.2 Critérios de atendimento das emendas

1.5.2.1 Emendas individuais

As emendas individuais propostas nesta Área Temática têm por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como promoção do desenvolvimento industrial e fomento à inovação e tecnologias inovadoras.

Em alguns casos, observadas as normas legais e regimentais que regem a matéria, os pareceres das emendas requereram ajustes e correções, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua aprovação ou ulterior execução. Dessa forma, foram realizadas adequações de classificação funcional-programática, ação, subtítulo, GND e modalidade de aplicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assim, quando da análise dos dados apresentados, caso necessário, foram procedidos pequenos ajustes em parâmetros relativos à técnica orçamentária, de forma a tornar as emendas compatíveis com a programação estabelecida no Projeto da LOA e do Plano Plurianual, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do Orçamento e a execução orçamentária. Buscou-se, aí, sempre manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

Dado o exíguo tempo de que dispusemos, nem sempre foi possível contatar os gabinetes para informar acerca dos referidos ajustes. Sendo assim, recomenda-se que os autores verifiquem atentamente como se acham aprovadas as suas propostas, a fim de que possam tempestivamente provocar a revisão dos mesmos, caso não atendam à intenção parlamentar.

Considerando as disposições do Parecer Preliminar, esta Relatoria recomenda a aprovação de todas as emendas individuais.

1.5.2.2 Emendas coletivas

No que se refere ao atendimento das emendas coletivas, diante das restrições orçamentárias e na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, mantivemo-nos disponíveis para ouvir os autores dessas emendas no sentido de ter ciência das mais prioritárias, tendo em vista que não se poderia atender a todas em níveis ideais. Procuramos também levar em consideração as informações sobre o mérito de cada emenda, sua abrangência, sua relevância, levando-se em conta também os recursos já disponíveis no Projeto de Lei Orçamentária de 2018.

Considerando as aspirações que fundamentaram os pleitos das bancadas estaduais, esta Relatoria procurou ter em conta um conjunto de critérios de modo a buscar uma equilibrada distribuição dos recursos.

Como ocorreu com as emendas individuais, houve a necessidade de se promoverem ajustes nos subtítulos, assim como se efetivarem adequações de caráter estritamente técnico, para sanar conflitos constitucionais, legais e regimentais. Nesse caso, seguimos as orientações emanadas do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE desta Comissão, buscando sempre manter os objetivos pretendidos pelos autores em suas proposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os recursos disponíveis ficaram muito aquém do que seria preciso para se atender de modo razoável as numerosas e relevantes demandas. No entanto, apesar das dificuldades e da pequena disponibilidade de tempo para manter os necessários contatos com os agentes e setores interessados, esta Relatoria espera ter alcançado seus objetivos, realizando a distribuição mais justa e objetiva possível.

Quanto ao parecer sobre as emendas coletivas, recomendamos a nossos pares a aprovação parcial de três emendas de bancadas estaduais e de quatro emendas de Comissões.

Não foram apresentadas emendas de bancada de caráter prioritário.

Ressalte-se que, em estrito cumprimento aos termos do parecer preliminar aprovado por esta Comissão, não foram apresentadas emendas de Relator Setorial.

1.5.3 Obras com indícios de irregularidades

De acordo com o item 38, II, do parecer preliminar, os Relatores Setoriais deverão levar em consideração, para fins de alocação de recursos, as orientações emanadas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviço com indício de irregularidades Graves, devendo justificar a inclusão, acréscimo ou manutenção de dotação em subtítulo correspondente. Já de acordo com o item 38, III, do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão indicar, para votação em separado, os subtítulos que contenham contrato, convênio, parcela, trecho ou subtrecho em que foram identificados, de acordo com informações do Tribunal de Contas da União, indícios de regularidade.

De acordo com as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional, até o momento, na programação das unidades orçamentárias que integram esta Área Temática, não constam obras que sejam objeto de questionamento.

1.5.4 Indicações à Relatoria-Geral

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento das emendas, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional.

Assim sendo, considerando que os valores pretendidos pelas emendas coletivas estavam muito além das possibilidades desta Relatoria Setorial, procedeu-se a um atendimento que possibilitasse dar sequência à análise das proposições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pela Relatoria-Geral, para a qual indicamos, na medida de suas possibilidades, que realize um atendimento mais apropriado e condizente com as reais necessidades das proposições apresentadas.

II. Voto do Relator

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 20, de 2017 - CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta Área Temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas."

Sendo assim, Sr. Presidente, a despesa, pela aprovação parcial do grupo de autores, ficou da seguinte forma: nós acrescentamos ao valor apresentado anteriormente 34 milhões, 607 mil 759 reais. As emendas individuais apresentadas foram todas acolhidas, três emendas de bancada do Amapá e de Rondônia. Nós acrescentamos 5 milhões para cada uma das emendas de bancada do Rio de Janeiro e de Rondônia. As emendas da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, nas ações de Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior - Nacional e de Promoção de Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato - Nacional, no valor de 3 milhões, 349 mil reais. E a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, em duas ações: a Promoção do Desenvolvimento Industrial - Nacional e a Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato - Nacional.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Está em discussão o relatório apresentado pela Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro essa discussão preliminar.

Agradeço à Deputada Lídice... Agradeço à Senadora Lídice da Mata pela leitura do relatório. Desculpe-me, Senadora Lídice da Mata, foi um pequeno ato falho. Normalmente o ato falho é o contrário. Mas eu peço desculpas a V.Exa. e agradeço pela leitura do relatório.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, já fui Deputada Federal por duas vezes pelo meu Estado e, para mim, é uma honra ser chamada dessa maneira e participar desta Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito obrigado a V.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

Acho que foi o Deputado Edio Lopes quem disse que é problema da idade. Eu não sei se isso está me afetando também, espero que ainda não.

Senador Valdir Raupp, V.Exa. tem a palavra para relatar a Temática Transporte.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, eu não tive a honra de ser Deputado Federal, mas convivo com uma Deputada Federal há 23 anos, a Deputada Marinha Raupp.

Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral, Srs. Relatores Setoriais, Sras. e Srs. Parlamentares, por designação do Presidente desta Comissão, o nobre Senador Dário Berger, coube-me, na condição de Relator Setorial, apreciar a proposta orçamentária relativa à Área Temática I, constituída do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e suas respectivas unidades orçamentárias.

"I.3. Das Emendas Apresentadas"

Foram apresentadas 111 emendas à Área Temática I - Transportes, das quais 12 emendas individuais e 99 emendas coletivas. Dentre as coletivas, 78 foram emendas de apropriação e 9 de remanejamento, ambas de autoria das bancadas estaduais; e 7 de apropriação e 5 de remanejamento, propostas pelas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nenhuma emenda de Comissão Mista foi destinada a esta área temática.

Durante a elaboração deste relatório, a Emenda nº 71080011, de autoria da bancada do Distrito Federal, foi remetida para a Área Temática IV, por solicitação do autor, consignada no Sisel nº 23.

"I.3.2. Admissibilidade das Emendas"

Nos termos do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, o Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, desta Comissão Mista, manifestou-se pela inadmissibilidade das emendas coletivas de remanejamento a seguir numeradas, por apresentarem fonte incompatível para o cancelamento, Resolução nº 1, de 2006 - CN, arts. 38, *caput*, 45 e 48: Emendas Coletivas nºs 50240004, da Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados; 71150018, da bancada do Pará, por também não identificar de forma precisa o seu objeto, idem art. 47, 2º; 71160018, da bancada da Paraíba; 71170010, da bancada do Paraná; e 71220014, da bancada do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No concernente às emendas individuais, com fulcro no art. 70, III, letra “c", da Resolução nº 1, de 2006 - CN, realizamos a análise de admissibilidade das proposições apresentadas à programação desta Área Temática e concluímos por considerá-las admissíveis.

I.3.3. Dos Recursos Utilizados pelo Relator Setorial

Para contemplar total ou parcialmente os objetos das emendas apresentadas, utilizamo-nos de:

a) 4,99 milhões de reais, transferidos pelo Relator-Geral, para atendimento às emendas individuais, conforme item 25 do parecer preliminar, parte especial;

b) 757 milhões de reais, para atendimento das emendas coletivas de apropriação, inclusive das emendas impositivas de bancada estadual, oriundas da reserva de recursos, nos termos do item 26, I, do parecer preliminar;

c) 277,77 milhões de reais, para atendimento das emendas coletivas de apropriação, por cancelamento deste Relator Setorial, em dotações da GND 4, fontes não vinculadas 100 e 111 e com identificadores de resultados primários RP 2 e RP 3;

d) 26,87 milhões, para atendimento de emendas de remanejamento, no limite da autorização ao item 23, II, do parecer preliminar, parte especial, e não mais do que 5% dos sequenciais, com fonte compatível, indicados pelas Comissões Permanentes.

“I.3.4. Do Atendimento das Emendas”

As emendas individuais têm por característica carrear recursos bastantes para o seu atendimento integral, transferidos pelo Relator-Geral, nos termos aprovados por este colegiado no parecer preliminar.

As emendas de remanejamento de autoria das bancadas estaduais foram contempladas no limite de corte permitido pelo parecer preliminar, desde que proposto o cancelamento compensatório em sequencial válido.

A decisão decorre do fato de que a análise de oportunidade e conveniência fica restrita à representação da Unidade Federativa que propõe o corte contra si.

Em relação às emendas de remanejamento de Comissões Permanentes sobre as fontes indicadas, aplicou-se corte linear de 5% sobre as fontes indicadas, em conformidade com os ditames regimentais. Pelos recursos resultantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concorreram proporcionalmente as programações que porventura tenham apresentado fonte coincidente de cancelamento.

As emendas impositivas de bancada estadual foram atendidas com fonte própria, no total de 522,2 milhões, já descontados 30% para a formação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conforme a indicação das coordenações das bancadas.

As demais emendas coletivas de apropriação não amparadas pela prerrogativa de execução vinculante foram prestigiadas com os recursos de livre alocação transferidos pelo Relator-Geral e por corte setorial não superior a 5% por subtítulo, preservadas as programações da proposta do Poder Executivo que presumidamente tenham o condão de promover o desenvolvimento e a integração nacional.

"I.4.1. Obras e serviços com indícios de irregularidades graves"

Não compete a esta Relatoria se imiscuir, no mérito, da recomendação do TCU para paralisação das realizações ora elencadas, porquanto constitua competência exclusiva do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. E nos termos, pois, do art. 70, II, da Resolução nº 1, de 2006 - CN. Limitamo-nos à indicação, para votação em separado, dos seguintes subtítulos com proposição para paralisação:

1) 26.782.2087.12JP.0035 - Construção do Rodoanel de São Paulo - Trecho Norte;

2) 26.782.2087.14LV.2143 - Adequação da Travessia Urbana em Juazeiro - BRs 235/407/Bahia;

3) 26.782.2087.7F51.0029 - Obras de construção da BR-235/Bahia - quilômetro 282 a quilômetro 357,4.

Das três programações constantes da proposta do Poder Executivo do PLOA 2018, apenas o Rodoanel foi objeto de emenda parcialmente acatada por este Relator Setorial.

I.4.2. Créditos Adicionais Especiais em Tramitação

Em cumprimento ao disposto no art. 70, inciso I, "c", da Resolução nº 1, de 2006 - CN, e no item 38, I, "c", da parte especial do parecer preliminar do PLOA 2018, informamos que se encontra em tramitação, no último quadrimestre do exercício, o Projeto de Lei de Crédito Especial, PLN 35, que contempla a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

administração direta do Ministério dos Transportes com 180 milhões no Programa 2086 - Transporte Aquaviário; a VALEC, com 100 milhões, no Programa 2087 - Transporte Terrestre. Neste mesmo programa, contempla o DNIT, com 103,7 milhões; o Fundo Nacional de Aviação Civil, com 48,8 milhões, em 0909; em outros encargos especiais, com 88 milhões, no Programa 2017 - Aviação Civil.

Por oportuno, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, aproveito para apresentar Complementação de Voto.

Primeiro, a Emenda nº 7121007, onde se lê *"esfera orçamentária fiscal",* leia-se *"orçamento, investimentos das estatais",* com reflexo na Unidade Orçamentária 39101, de lotação fiscal, para participação da União no capital da Companhia Docas do Estado do Rio Grande do Norte — CODERN.

Do voto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018 no que concerne às unidades orçamentárias constantes da Área Temática I, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares**,** cumprimentando o Relator, o Senador Valdir Raupp, eu quero deixar registrado que o meu Estado de Goiás saiu altamente prejudicado nesse relatório.

Eu entendo o interesse do Senador Valdir Raupp em dar guarida ao seu Estado, um estado produtor, mas acho que ele exagerou um pouquinho, porque as emendas do Estado de Rondônia são de 84 milhões de reais, de 40 milhões de reais e de 4 milhões de reais; as emendas de Roraima são de 70 milhões de reais, de 10 milhões de reais, de 7 milhões de reais, de 2 milhões de reais, e assim vai; e, do Estado de Goiás, foram contempladas emendas no valor de 2 milhões de reais e de 706 mil reais.

O Estado de Goiás é um estado produtor, como o é também o Estado de Rondônia. Então, eu pediria a S.Exa., o Relator, que mantivesse o equilíbrio no relatório geral. Eu vou apresentar destaque a essas emendas, mas não poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estar no meu Estado com valor desses destinado às nossas emendas, uma vez que nós temos problemas seriíssimos de estradas e precisamos de um equilíbrio maior entre os recursos. Sabemos que os recursos são escassos, mas é preciso que haja certo equilíbrio na divisão desses recursos.

Portanto, eu apelo ao Sr. Relator-Geral para que tente equilibrar o relatório, porque não poderia aceitar que o meu Estado ficasse tão prejudicado como está no relatório parcial.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Devolvo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Com todo respeito à nobre Senadora Lúcia Vânia, uma Senadora aguerrida, determinada e que sempre tem defendido com unhas e dentes, como diz o ditado, o seu Estado de Goiás, o acréscimo no Orçamento de Rondônia foi dado mais em virtude das emendas impositivas.

Cada Estado tem duas emendas impositivas. Então, Goiás também poderia ter apresentado uma dessas emendas impositivas, pelo menos uma, para acrescer ao seu Orçamento. Os 84 milhões de reais acrescidos à Rondônia foi de uma emenda impositiva de 120 milhões de reais, que a bancada colocou, e ainda houve um corte de 30%, então restaram 84 milhões de reais. Repito, todos os Estados tiveram o mesmo direito de colocar as emendas impositivas.

Todos sabem que nós tivemos um limite muito pequeno de duzentos e poucos milhões de reais para quem teve mais, para poder distribuir entre as 27 Unidades da Federação.

Eu também faço o mesmo apelo, Senadora Lúcia Vânia, ao Relator-Geral, o Deputado Cacá Leão, para que depois possa fazer um equilíbrio nessa questão das emendas de bancada dos Estados. Repito, o nosso Orçamento ficou um pouquinho a mais que o do Estado de Goiás em virtude dessas emendas impositivas.

Ademais, eu tenho andado pelas estradas do Estado de Goiás, tenho ido daqui para Uberlândia, a caminho de São Paulo, à casa do meu sogro, daqui para Goiânia, de Goiânia até a divisa com Minas Gerais, e são Estados maravilhosos.

Em Rondônia há uma rodovia chamada “rodovia da morte”, a BR-364, para onde estão sendo carreados mais investimentos dessas emendas, inclusive da emenda impositiva da bancada. Morrem em média duas pessoas por dia nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

rodovia de Porto Velho até a divisa de Mato Grosso, dada a precariedade dessa rodovia. Lá, na Amazônia, o regime de chuva é de cinco a seis vezes por ano, e na rodovia trafegam 1.300 carretas por dia, transportando soja de Mato Grosso para o porto de Porto Velho. Não há como manter essa rodovia 100% conservada, ela sempre tem tido problema. Por isso, peço um pouco mais de investimento a essa rodovia.

E eu ainda vou pedir mais ao Relator-Geral depois, talvez sentando com ele amanhã. Segundo o DNIT, o que foi colocado para Rondônia ainda não será suficiente para a manutenção de todas as nossas rodovias.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, eu não vou debater com o Senador, mas não poderia deixar de lhe responder.

Goiás também tem uma rodovia que corta o Estado, como uma artéria, a BR-153, e todo fim de semana acontecessem quatro acidentes nessa rodovia.

Eu quero dizer que V.Exa. tem razão quando coloca a questão das emendas impositivas. Mas, além dos 84 milhões de reais das emendas impositivas, V.Exa. colocou 40 milhões de reais para Rondônia, para uma segunda estrada, e 4 milhões de reais para outra.

Quero mencionar o Estado de Roraima: uma de 70 milhões de reais, outra de 7 milhões de reais, de 2 milhões de reais, de 10 milhões de reais, de 10 milhões de reais, de 10 milhões de reais e mais 10 milhões de reais. É um desequilíbrio total! Impossível aceitarmos uma situação dessas.

Portanto, eu apelo ao Relator-Geral para que haja um equilíbrio nessa situação. Eu estarei aqui o tempo todo exigindo isso e defendendo o meu Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio. Em seguida, falará a Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, quero me dirigir ao nobre Senador Valdir Raupp, cumprimentando-o pelo seu trabalho, mas fazendo a ele um apelo.

Eu verifiquei que, dentre as emendas que o nobre Relator solicitou que fossem para votação em separado, consta também uma emenda da bancada de São Paulo, a Emenda nº 71250008. Essa emenda trata de garantir recurso para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

construção do trecho norte do Rodoanel de São Paulo. É uma emenda de originariamente 135 milhões, 21 mil e 522 reais.

Atualmente, o Relator já deu as devidas explicações sobre as adequações que foram necessárias serem feitas, com os limites que cada relatoria setorial teve.

Eu faço um apelo para que ela não fique em separada e que seja mantida no relatório setorial, por uma razão muito justa. A razão de mantê-la separada ou de não estar no relatório setorial seria o fato de que ela foi encaminhada dentro do relatório de obras com indício de irregularidades pelo Tribunal de Contas.

Eu faço parte do comitê que analisa essas obras, e essa obra especificamente, que já tem 80% da sua execução realizada, teve todas as explicações solicitadas pelo Tribunal de Contas atendidas e entregues ao Presidente do Comitê, o Senador Hélio José.

Com todas essas explicações, nós tivemos a informação de que o Senador Hélio José, que também apresentará seu relatório nesta semana, incluirá esses documentos que chegaram às mãos dele pelo Governo de São Paulo.

Eu recebi um apelo da bancada de São Paulo, na pessoa do Deputado Carlos Sampaio, que também é membro desta Comissão. Ele nos traz esse apelo, em nome do Governo de São Paulo, para que essa emenda de bancada seja preservada, porque se trata de uma obra que está adiantada e cujas explicações técnicas que dirimem qualquer dúvida foram devidamente apresentadas a esta Comissão.

Portanto, este é o apelo que faço ao Senador para que mantenha a Emenda nº 71250008, de iniciativa da bancada do Estado de São Paulo, atendendo ao pleito que me chegou por parte do Governo do Estado e dos Deputados da bancada.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sr. Presidente, diante de todas essas explicações e informações advindas do Comitê de Admissibilidade de Emendas, eu acolho o pleito à Emenda nº 71250008 para a construção do Rodoanel, no trecho norte de São Paulo. Essa é uma obra importante e que já está praticamente na fase de conclusão. É necessário deixar essa janela aberta no Orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Meus cumprimentos a V.Exa.

Consulto se a Deputada Laura Carneiro deseja utilizar a palavra. *(Pausa.)*

V.Exa. tem a palavra, Deputada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, na verdade, eu queria fazer um apelo.

Não vou discutir especificamente a questão da bancada de Roraima ou do Rio de Janeiro ou de Goiás, mas eu gostaria que, se fosse possível, a assessoria técnica fizesse um mapa depois dos relatórios, não do relatório geral, mas dos setoriais, porque fui verificar, por exemplo, o Deputado Julio Lopes é o Relator da saúde, e nós ficamos lá com o mesmo valorzinho máximo para cada emenda.

Disseram-me que, como temos duas emendas obrigatórias, impositivas, elas têm que ser no valor de 56 milhões de reais, que é o máximo. Eram de 115 milhões, mas, com 30%, ficaram em 114 milhões de reais.

Então, se tivéssemos um mapa de todas as bancadas — se o máximo são 56 milhões de reais —, não precisaríamos falar de uma ou de outra e eventualmente teríamos um limite para cada Estado crescer, nem que seja pela população.

É claro que cada Estado tem a sua dificuldade. Se eu fosse a Relatora, eu também ia querer colocar tudo no meu Estado, isso é natural, é humano, mas temos que ter certo equilíbrio, diria, tendo em vista que os problemas são enormes, pelo menos nessa fase setorial. Depois entram outras questões.

Eu estava olhando aqui — isso não tem nada a ver com o Senador, não, a bancada do Rio nem apresentou emenda nesse caso —, comparei o Estado do Rio de Janeiro com os outros Estados e fiquei até triste, porque o maior recurso é de manutenção de estrada, que tem para todo o Sudeste, depois há um dinheirinho lá, 6 milhões de reais para uma rodovia, e mais nada.

O Rio de Janeiro não tem nem estradas, nem é grande, não tem nenhum problema, nem população, isso uma coisa besta! Enfim, é interessante termos, como antigamente, esse relatório por Estado.

Sr. Presidente, eu estava aqui tentando entender o tal destaque. Já vou falar, porque a próxima serei eu mesma. O que acontece é que, até 2006, quando saí da Comissão — só voltei agora —, não existiam essas regras. A 001 é pós, foi depois que saí. Essa maluquice, essas proibições e outras coisas que fiquei sabendo são da 001.

Fiquei muito feliz, Sr. Presidente, e quero consignar isso. O Deputado Cacá Leão vai apresentar uma proposta de alteração da 001. Eu vou ser a primeira a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apoiá-lo e a aprovar isso, porque me senti hoje menos Deputada da bancada do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Cumprimento V.Exa. e cumprimento o Senador Valdir Raupp pelo relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Toninho Wandscheer.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, só quero fazer uma pergunta ao Senador. As obras que estão em andamento no Estado já estão contempladas no Orçamento?

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - A priorização do Orçamento originário do Ministério dos Transportes foi para contemplar as obras em andamento. Teria que se fazer um levantamento de quais obras, mas as obras em andamento tiveram prioridade no Orçamento.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Eu não encontrei aqui, mas vou procurar mais para ver se encontro. Para a BR-163, este ano, tentamos até realocar um recurso e só conseguimos aprovar o PLN agora. Então, a dificuldade depois é o remanejamento, que é muito difícil. Não encontrei isso no relatório. Qualquer coisa, faço um destaque amanhã.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - De repente ela já tem, porque há obras em andamento que já têm contrato. As obras que têm contrato, de repente, já têm até orçamento, não necessariamente tem que se colocar no Orçamento agora, porque ela já tem orçamento garantido.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Está bem! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Esclarecido? *(Pausa.)*

Está encerrada preliminarmente a discussão.

Passamos, então, às Áreas Temáticas XV e XVI - Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público da União, Defensoria Pública da União e Relações Exteriores.

A Relatora é a Deputada Laura Carneiro, *ad hoc*, porque substitui a Deputada Rosângela Gomes, também do Rio de Janeiro.

Portanto, V.Exa., Deputada, tem a palavra para apresentar o relatório.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Obrigada, Sr. Presidente.

É uma honra poder fazê-lo, mesmo que substituindo a Deputada Rosângela, porque o relatório é absolutamente claro, límpido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou fazer um resumo do parecer, Sr. Presidente — um resumo do resumo —, para apresentá-lo rapidamente.

Área Temática XVI - Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público da União, Defensoria Pública da União e Relações Exteriores. Compõe-se da programação orçamentária integral dos órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público da União, da Defensoria Pública da União e, no âmbito do Poder Executivo, das programações da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, do Gabinete da Vice-Presidência da República e da Advocacia-Geral da União. Portanto, esta é a Área Temática.

"I.2.4 - Emendas Apresentadas

Encerrado o prazo, foram totalizadas 91 emendas (...) das quais 15 coletivas e 76 individuais. Das coletivas, 5 foram apresentadas por bancadas estaduais e 10 por Comissões Permanentes.

(...)

No total, as emendas pretendem alocar R$ 1,06 bilhão em programações diversas. Desse montante, R$ 1,04 bilhão são referentes às emendas coletivas (representando 97,95% do total) e R$ 21,81 milhões referentes às emendas individuais (2,05% do total).

(...)

I.2.5 - Cancelamentos Prévios

O cancelamento feito previamente nos termos do item 16.III da Parte Especial do Parecer Preliminar, de acordo com o art. 52, II, "b", da Resolução nº 1/2006-CN, afetou diversas programações em diversos órgãos relacionados a esta Área Temática, alcançando o montante de R$371.400.022,00, como demonstra a Tabela 7."

Vamos agora à questão das emendas apresentadas.

"I.3.1.2 - Análise (...) das Emendas Individuais

A Relatoria-Geral repassou os valores necessários ao atendimento integral das emendas individuais, R$16.143.405,00. Foram apresentadas 76 emendas individuais (71 apresentadas neste setor e 5 apresentadas originalmente no setor VIII) no valor global (...) de R$21.813.405,00. Desse total, 28 emendas foram apresentadas para órgãos cujas despesas já se encontravam no limite estabelecido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, e foram atendidas com cancelamentos compensatórios no âmbito do mesmo órgão, no valor global de R$5.270.000,00, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2017 - CMO.

(...)

Quanto ao mérito, cada emenda cumpre o juízo de oportunidade e conveniência exercido pelos autores, não cabendo a esta Relatoria manifestar-se sobre o ponto. Portanto, com as ressalvas apontadas, foram acolhidas 75 emendas individuais, num valor total de R$21.413.405,00.

I.3.1.3 - Análise e Atendimento das Emendas Coletivas

(...)"

Antes, vou agradecer ao Relator.

"A Relatoria-Geral repassou R$36.598.891,00 para atender parcialmente às emendas coletivas. Para atendimento das emendas, esta Relatoria utilizou apenas os recursos transferidos pela Relatoria-Geral. Não efetuou qualquer cancelamento nas dotações constantes do projeto, embora estivesse autorizada pelo Parecer Preliminar.

Foram apresentadas 12 emendas coletivas (...). Uma delas, a de nº 50310002, foi inadmitida por esta Comissão após avaliação do CAE. Restaram, portanto, 11 emendas coletivas de apropriação. Como é sabido, não tínhamos fontes suficientes para aprovar integralmente todas as emendas. Diante da variedade dos objetivos propostos nas emendas, orientamo-nos basicamente pelo nosso julgamento do mérito e pela manifestação dos autores das emendas e dos órgãos beneficiários das programações contempladas.

Das 11 emendas coletivas de apropriação, 8 contemplam políticas públicas voltadas às mulheres. Destas, 5 pretendem acrescer recursos à ação 218B — Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e 3 à ação 14XS – Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca. Optamos por aprovar parcialmente as Emendas de nºs 50360001 e 60140002, com alocação de R$ 10 milhões e R$ 20 milhões, respectivamente. As demais emendas coletivas voltadas às políticas para as mulheres foram contempladas com valores simbólicos (R$ 100.000, em regra geral, e R$ 98.891, no caso específico da Emenda nº 71080012), para que se considerem aprovadas e possam ser objetos de suplementações pelo Relator-Geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As outras três emendas, que contemplam as ações 10TN — Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU, 20I5 — Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior e 2684 — Ações de Inteligência, foram aprovadas parcialmente, com R$ 2 milhões alocados a cada uma delas.

Desafortunadamente, não foi possível o atendimento pleno e integral nos valores solicitados (...), dada a insuficiência dos recursos à disposição desta relatoria.

(...)

I.4 - Indicações à Relatoria-Geral

Diante do exposto indicamos e solicitamos ao Relator-Geral contemplar as emendas coletivas de apropriação, cujo atendimento por nós realizado ficou muito aquém do previsto nas emendas.

II. Voto do Relator

Diante do exposto, votamos pela inadmissão da Emenda de Comissão de nº 50310002 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, na parte referente à Área Temática XVI - Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores, com as alterações propostas neste Relatório."

Assina a Deputada Rosangela Gomes.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa., Deputada Laura Carneiro.

Está em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão preliminar.

Passamos, então, ao próximo relatório. Relator: Domingos Sávio. Temática: Turismo.

Deputado Domingos Sávio, V.Exa. tem a palavra para apresentar seu relatório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, prometo que serei breve.

Com a colaboração que tivemos da assessoria, nós teremos oportunidade de apresentar uma síntese do nosso relatório em que destacaremos cada etapa, mas sem tomar tanto tempo dos colegas. Obviamente, há um relatório completo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cada gráfico e cada emenda, tanto individual como de bancada, absolutamente detalhada.

Passo, portanto, Sr. Presidente, ao "Relatório Setorial sobre o Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, que estima a receita e a fixa a despesa da União para o exercício de 2018, referente às unidades orçamentárias que integram o órgão Ministério do Turismo (54000).

I - Relatório

1. Introdução

Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2018'.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma estabelecida pelo art. 17 da Resolução nº 1, de 2006-CN, e de conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo parecer preliminar, coube-nos a honrosa missão de examinar, no âmbito da Área Temática VII - Turismo, a programação do seguinte órgão e respectivas unidades orçamentárias:

Ministério do Turismo (Órgão 54000)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Ministério do Turismo – Administração Direta (54101); EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo (54201).

(...)"

Passo à análise da proposta orçamentária da Área Temática VII - Turismo.

O item 2 deste relatório apresenta uma análise da proposta orçamentária da Área Temática VII, com as suas considerações iniciais, nos termos exigidos pelo parecer preliminar, quanto à verificação do atendimento das normas constitucionais e legais, do efeito da abertura de créditos especiais e extraordinários e da ausência de obras com indícios de irregularidades nessa área temática.

Portanto, está de acordo com o encaminhado pelo TCU ao Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Seguiremos diretamente para a leitura do item 3, Atuação da Relatoria Setorial, que consideramos mais relevante para a compreensão dos critérios que nortearam os trabalhos desta relatoria.

"3. Atuação da Relatoria Setorial

Junto a esta área temática, foi apresentado um total de 342 emendas de apropriação, não tendo sido apresentadas emendas de remanejamento." Aqui, obviamente, estou me referindo às emendas individuais, impositivas dos Srs. Deputados e Senadores.

As emendas de apropriação compreenderam 325 emendas individuais e 17 coletivas, sendo 12 emendas de bancadas estaduais e 5 de Comissões.

Não foram apresentadas emendas ao orçamento de investimento das empresas estatais.

3.1. Recursos para o atendimento das emendas.

Segundo o que estabelece o item 23, I, da Parte Especial do Parecer Preliminar, no âmbito das Áreas Temáticas, esta Relatoria Setorial poderia realizar cancelamentos em dotações consignadas a despesas com investimentos (GND 4) e com inversões financeiras (GND 5) até o limite global de 20% do programado, sendo o limite máximo para cada substituto de 40% da dotação.

Após minucioso exame das dotações das unidades orçamentárias desta Área Temática, esta Relatoria decidiu promover cancelamentos de forma pontual no montante de 30 milhões de reais, apenas 9,3% do total programado no GND 4, buscando, por um lado, atender de maneira minimamente adequada às justas demandas parlamentares e, por outro lado, não prejudicar as já comprimidas programações de investimentos do Ministério em análise.

Os demais recursos utilizados (51,8 milhões de reais) provieram do saldo da reserva de recursos da Relatoria Geral, distribuídos nos termos do item 19.1 do Parecer Preliminar."

Aqui eu destaco aos meus pares o cuidado que tivemos.

"3.2. Critérios de atendimento das emendas

3.2.1 Emendas individuais.

As emendas individuais propostas nesta Área Temática totalizaram 289,2 milhões de reais e tiveram por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como o apoio a projetos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

infraestrutura turística (256,2 milhões de reais), e a promoção de *marketing* do turismo com a realização de eventos (32,7 milhões de reais).”

Portanto, todas essas emendas foram contempladas integralmente.

“Em alguns casos, observadas as normas legais e regimentais que regem a matéria, os pareceres das emendas requereram ajustes e correções, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua aprovação ou ulterior execução. Dessa forma, foram realizadas adequações de classificação funcional-programática, ação, subtítulo, GND e modalidade de aplicação.

(...)

Considerando as disposições do Parecer Preliminar, esta Relatoria recomenda a aprovação de todas as emendas individuais.

3.2.2. Emendas coletivas.

No que se refere ao atendimento das emendas coletivas, diante das restrições orçamentárias e na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, mantivemo-nos disponíveis para ouvir os autores dessas emendas no sentido de ter ciência das mais prioritárias, tendo em vista que não se poderia atender a todas em níveis ideais.

(...)

Os recursos disponibilizados a partir do saldo de reserva de recursos da Relatoria Geral, nos termos do item 19.1 do Parecer Preliminar, foram integralmente destinados às emendas coletivas”. Ou seja, apenas esses 51,8 milhões de reais eram o montante de que esta Sub-Relatoria dispunha para atender às emendas.

Sr. Presidente, eu ouvi aqui alguns debates desta monta e destaco que nós adotamos um critério que consideramos o mais justo, o critério em que levamos em conta não só a população dos Estados, mas o inverso a alguns índices de desenvolvimento, para que pudéssemos contemplar melhor aqueles lugares mais carentes. Com critérios absolutamente técnicos, distribuirmos os 51,8 milhões de reais, sendo 15% deles disponibilizados para as emendas de Comissões. Seria um montante, portanto, de 7,75 milhões de reais, o que deu exatamente 1 milhão e 550 mil reais para cada uma das emendas de Comissão.

Como eu disse, as emendas por Estado, as de bancada, levaram em conta as questões de população e também os critérios de natureza social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

"Assim, esta Relatoria procurou ter em conta um conjunto de critérios de modo a buscar uma adequada distribuição dos recursos por Unidade da Federação. Dessa forma, para a alocação dos recursos às emendas das bancadas estaduais, levamos em consideração o inverso da renda *per capita*, a população a ser beneficiada, bem como o número de emendas apresentadas na Área Temática."

Com o propósito de atender às justas reivindicações que nos foram apresentadas por diversos Parlamentares, julgamos relevante e necessário proceder a um reforço na dotação "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística — Nacional".

Acrescentamos a esta rubrica um montante de 30 milhões de reais, buscando criar condições de disponibilidade orçamentária para atender a projetos relevantes, que vão desde demandas localizadas, como a necessidade de conclusão de obras, como o centro turístico e cultural de Perdigão, em Minas Gerais, até obras de grande alcance histórico, cultural e turístico, como a pavimentação de pequeno trecho de estrada vicinal ligando a BR-494 à fazenda do Pombal, local onde nasceu Tiradentes, o mártir da Inconfidência, no Município de São João del-Rei."

Lembro que esse local é um parque nacional, portanto, um patrimônio público.

"Nesse mesmo patamar de relevância, está o projeto de criação do centro cultural e turístico de Tiradentes, Memorial Tiradentes, que será possível com a recuperação e a adaptação de um casarão histórico pertencente àquele Município.

Destacamos também a necessidade de apoiar projetos dos circuitos turísticos, como o Circuito das Vertentes, o Circuito dos Diamantes, o Circuito dos Inconfidentes, assim como o projeto Caminho de São Tiago em Minas Gerais, entre outras demandas."

Temos como exemplo o Caminho de Santiago de Compostela, grande referência turística mundial. Aqui nós temos a possibilidade de desenvolver algo na mesma linha, fazendo com que o turismo seja também fonte de renda e de desenvolvimento.

Lembro que toda essa expectativa é em torno de apenas 30 milhões de suplementação. Mas esperamos que isso possa ser utilizado em todo o território nacional, porque a rubrica que destinamos é para aplicação em desenvolvimento turístico em todo o território nacional. É uma emenda da Comissão de Turismo, dando, portanto, um caráter amplo e democrático a essa destinação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

"Assim, quanto ao parecer sobre as emendas coletivas, recomendamos a nossos pares a aprovação parcial de 12 emendas de bancadas estaduais e de 5 emendas de Comissões."

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, lembro, portanto, que procuramos aprovar todas as emendas, deixando nem que seja uma janela de possibilidade para atendermos a esses sonhos, a essas aspirações legítimas dos diversos Estados.

Faço aqui ainda um apelo ao Relator-Geral para adequar estes 30 milhões de reais, a fim de que ele possa contemplar diversos projetos de âmbito nacional. Obviamente dentro do que preceitua a Resolução nº 1, tivemos que fazer adequações. Espero que o Relator-Geral possa complementar aquelas rubricas que tivemos de destinar com montantes reduzidos, para levantar esses 30 milhões de reais que estarão suplementando essas diversas demandas.

Como é regimentalmente permitido ao Relator, nós esperamos, para que o Ministério do Turismo e a Área Temática Turismo, que tem um orçamento modesto, não fique prejudicado, que o Relator-Geral possa fazer a adequação nesta monta.

Eu concluo, Sr. Presidente com as seguintes palavras.

"Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento das emendas e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com a sua importância".

Apesar disso, todas elas foram contempladas, evitando qualquer cancelamento de rubrica.

"Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 20, de 2017, do Congresso Nacional, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta Área Temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Sala da Comissão Mista, 4 de dezembro de 2017.

Deputado Domingos Sávio, Relator Setorial."

É este o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, está encerrada a discussão preliminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Este é o 10º relatório apreciado na noite de hoje. Vamos partir, agora, para o 11º. Vão ficar faltando apenas 5 relatórios. Estão chegando o Deputado Júlio Delgado, Relator da Área Temática Saúde, e o Deputado Hildo Rocha, Relator da Área Temática de Desenvolvimento Urbano.

Com muita honra, concedo a palavra ao Deputado Evandro Roman, do PSD do Paraná, Relator Setorial da Área Temática Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.

V.Exa. tem a palavra para a apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Sr. Senador Dário Berger, Deputado Cacá Leão, também Relator, eu vou falar de uma forma resumida, conforme foi o entendimento. Faço uma breve introdução e parto, diretamente, para as ações.

"(...) Por designação do Presidente da CMO, na forma do art. 15 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, recebemos a missão de examinar e relatar as peças orçamentárias concernentes à Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário do referido Projeto de Lei, compreendendo as matérias relativas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e suas unidades orçamentárias, assim como as programações a cargo da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vinculados à Presidência da República."

Vejam que eu não citei a questão da pesca, embora o título tenha sido mantido em relação a estas ações.

Para ser breve, passo às:

6.8. Recomendações à Relatoria-Geral.

Pela importância da atividade agropecuária para a economia, geração de divisas, criação de empregos e desenvolvimento social no País, indicamos ao Relator-Geral, nobre Deputado Cacá Leão, a necessidade de aporte de recursos em algumas demandas essenciais para garantir a continuidade de evolução desse setor:

a) concessão de subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural;

b) subvenção econômica nas aquisições do Governo Federal e na formação de estoques reguladores e estratégicos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

c) subvenção econômica para garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários;

d) apoio ao desenvolvimento e controle da agricultura orgânica;

e) assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar;

f) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar — PAA;

g) pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária.

As ações listadas são fundamentais para que os produtores rurais, especialmente os pequenos, médios e agricultores familiares, disponham de inovações tecnológicas, assistência técnica, estabilidade de renda e garantia de recursos para continuarem fazendo do setor agropecuário a força que impulsiona a economia brasileira.

Recomendamos, por fim, que, na medida do possível, sejam recompostas as dotações para custeio das atividades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de suas unidades orçamentárias, assim como das programações da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Uma avaliação do histórico das programações a cargo dessas instituições mostra que a proposta para 2018 já foi muito restritiva, o que leva à preocupação de que cortes adicionais comprometam seu bom funcionamento."

Eu gostaria só de frisar, antes de encerrar a leitura, que nós dispusemos de 85 milhões de reais. Dentro do trabalho, fizemos os cortes necessários. Fizemos o encaminhamento dentro das prioridades, principalmente por termos a certeza de que estas atividades iriam sair.

Deixamos uma janela aberta para quase todas as emendas de Comissão, bem como às emendas de bancada, para que pudessem receber os encaminhamentos, haja vista que, de acordo com os estudos feitos nos últimos 3 anos, nenhuma emenda de bancada foi liberada — refiro-me a emendas não impositivas.

Então, o trabalho que fizemos foi com ações exequíveis, levando em consideração que o Orçamento não fosse apenas uma ação fictícia. Agora, nós temos a Lei do Teto — Emenda Constitucional nº 95, de 2016 —, que nos dá a certeza, a garantia de que temos de trabalhar dentro de um orçamento que possa ser exequível, não o desperdiçando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"II - Voto do Relator

Do exposto, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2018, na forma do PLN nº 20, de 2017, do Congresso Nacional, relativa aos órgãos e unidades orçamentárias da Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário, encaminhada pelo Poder Executivo na Mensagem Presidencial nº 324, de 2017, na origem, com as alterações decorrentes das emendas cuja aprovação total ou parcial estamos propondo.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2017.

Deputado Federal Evandro Roman."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Submeto o relatório à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada preliminarmente a discussão.

Agradeço ao Deputado Evandro Roman e o cumprimento.

Partiremos agora para o relatório. Indago a V.Exas. quem chegou primeiro, por gentileza. *(Risos.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

Deputado Hildo Rocha, a minha assessoria colocou em pauta a Área Temática Saúde. Pode ser?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pode.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O Relator é o eminente Deputado Julio Lopes, a quem concedo a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eminente Senador Dário Berger, quero cumprimentá-lo pela Presidência desta Comissão, pela harmonia com que tem conduzido os trabalhos junto ao nosso Relator-Geral, Deputado Cacá Leão.

Sr. Presidente, eu fiz duras críticas outro dia, na semana passada, a um consultor nesta Casa que, a meu juízo, levou vários Deputados a um erro, a um entendimento equivocado sobre a Medida Provisória nº 795, DE 2017, em razão de ter feito um relatório, no meu entendimento, propositadamente equivocado sobre metodologia contábil a respeito dos prejuízos da PETROBRAS com o REPETRO.

Como fiz várias e contundentes críticas a esse servidor — que já em outras oportunidades me serviu muito bem e que serve a Casa muito bem, mas que, no caso, colocou a sua ideologia à frente do processo —, quero aqui citar o Consultor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mario Gurgel pela excelência do seu trabalho, pela isenção com que nos ajuda, pela forma absolutamente comprometida com que tem ajudado os vários Relatores da Área Temática Saúde que me antecederam. E certamente poderá ajudar os que me sucederão. Na realidade, sou aprendiz do Dr. Mario Gurgel, que me ajudou muito nessa relatoria.

Então, inicio aqui a leitura do relatório.

"Nos termos do art. 165, *caput* e § 5º, e do art. 84, XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Presidência da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 324, de 2017 (na origem), o Projeto de Lei nº 20, de 2017, do Congresso Nacional, que *'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018'*, compreendendo os orçamentos fiscal, da Seguridade Social e de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Por designação da Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube-nos a missão de relatar a proposta orçamentária relativa à Área Temática II — Saúde, que compreende a programação do Ministério da Saúde e respectivas unidades orçamentárias a ele vinculadas direta ou indiretamente.

(...)

4.2. Recursos mínimos a serem aplicados nas ASPS no PLOA de 2018.

(...)

Nesse cenário, o piso constitucional de saúde para 2018 pode ser estimado em 117,4 bilhões de reais, montante que corresponde ao piso previsto para 2017 no valor de 114 bilhões, equivalentes a 15% da Receita Corrente Líquida do ano corrente no valor de 760,2 bilhões, conforme informado no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, relativo ao quinto bimestre de 2017, corrigido em 3% referentes à variação do IPCA entre julho de 2016 e junho de 2017.

(...)

5.4. Recursos para atendimento de emendas.

No atendimento das emendas individuais e coletivas, foram mobilizados cerca de 6,3 bilhões de reais, dos quais 5,8 bilhões de reais advieram da Reserva de Contingência e 0,5 bilhão de reais, de remanejamento de investimentos passíveis de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

utilização pela Relatoria Setorial, nos termos do item V da Parte Especial do Parecer Preliminar.

Tais remanejamentos foram efetuados a partir do cancelamento seletivo de dotações nacionais, buscando preservar dotações afetas à Rede Cegonha, Saúde Indígena, sistemas de tecnologia de informação e comunicação para a saúde (e-Saúde), bem como programações estadualizadas e de institutos e hospitais.

5.5. Emendas Individuais.

No que diz respeito às emendas individuais, com exceção de nove, que foram consideradas retiradas pelos autores devido ao remanejamento integral do valor solicitado, todas as demais foram aprovadas, o que implicou a utilização de 4,8 bilhões de reais.

5.6. Emendas Coletivas (Distribuição — Anexo I)

Emendas de Bancada com Obrigatoriedade de Execução.

A Lei nº 13.473, de 2017 (LDO para 2018) garante a obrigatoriedade de execução de duas programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual, custeadas com recursos da reserva de que trata o inciso II do §3º do art. 12. No âmbito da saúde, houve treze emendas nessa situação, que receberam recursos específicos da ordem de 817,9 milhões de reais.

Demais Emendas Coletivas.

Para atender aos demais pleitos de apropriação das bancadas e Comissões, que totalizaram mais de 11,3 bilhões de reais, foram utilizados 644,5 milhões de reais. Mesmo diante da escassez de recursos, buscamos ouvir a todos que nos procuraram, sempre perseguindo o equilíbrio e a justiça nas alocações.

Para as emendas de Comissão, prevaleceu o critério de mérito na alocação dos recursos, sendo destinado um total de 63,3 milhões de reais. Quanto à distribuição, foi conferida preferência ao Fundo Nacional de Saúde, nas ações de estruturação de Unidades de Atenção Especializada e de Atenção Básica, apoio à manutenção de unidades de saúde, Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais e, no caso da FUNASA, à ação de sistemas públicos de esgotamento sanitário e de abastecimento de água.

Os recursos restantes, no montante de 581,3 milhões de reais, foram alocados às emendas de apropriação das bancadas estaduais, segundo critério técnico e de mérito, respectivamente na proporção de 60% e 40%, conforme Anexo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I. O critério técnico levou em consideração a média aritmética entre a população da Unidade da Federação, o inverso do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de cada Unidade da Federação e a quantidade de emendas apresentadas à Área Temática.

(...)

Quanto às emendas de remanejamento, tendo em vista proporem acréscimos a programações constantes do PLOA, procuramos dar acolhimento que não comprometesse as programações a serem canceladas. Dessa forma, foram atendidas conforme o quadro a seguir."

No quadro Cancelamentos Realizados para Atendimento das Emendas de Remanejamento, à Emenda nº 600600005, da Comissão de Assuntos Sociais — CAS, do GND 4, o valor solicitado foi de 4 milhões, 96 mil e 360 reais, e o valor atendido foi de 2 milhões de reais, havendo o acréscimo (1575) e cancelamento (1570).

Passo à Emenda nº 60110008, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo — CDR, GND 4.O valor solicitado foi de 20 milhões, o valor atendido foi de 5 milhões e 400 mil reais.

Passo à Emenda nº 50210005, da Comissão de Seguridade Social e Família — CSSF. O valor solicitado foi de 14 milhões, o valor atendido foi de 390 mil reais.

Passo à Emenda nº 60000005, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO. O valor solicitado foi de 14 milhões e 400 mil reais, o valor atendido foi de 390 mil reais.

"6.2. Outras Informações Obrigatórias conforme Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 70 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, registre-se que, no âmbito do Ministério da Saúde, há duas obras em relação às quais foram identificados indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação, conforme Acórdão nº 2.810, de 2016-TCU-Plenário.

Uma das programações refere-se à construção da fábrica de hemoderivados e biotecnologia, no Estado de Pernambuco, da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia — HEMOBRAS, unidade orçamentária 36215, funcional programática 10.303.2015.1H00.0026, (...), dotação prevista no Projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lei Orçamentária Anual — PLOA 2018 no montante de 181 milhões,126 mil e 730 reais.

A outra diz respeito à construção do centro de processamento final de imunobiológicos, no Estado do Rio de Janeiro, da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, unidade orçamentária 36201, funcional programática 10.572.2015.13DW.0033, dotação prevista no PLOA 2018 no montante de 100 milhões de reais. Não houve emendas para as respectivas programações.

O exame dessas programações, contudo, será efetuado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI.

(...)

7.1. Ajuste de Descritor de Ações.

Como apontado no item 2.6 deste relatório, alguns descritores de ações orçamentárias sofreram alterações na proposta para 2018. É o caso da nova ação 219A — Promoção da Atenção Básica em Saúde, que basicamente agregou duas ações existentes até 2017 (ação 8577— Piso de Atenção Básica Fixo e 20AD — Piso de Atenção Básica Variável — Saúde da Família) de caráter obrigatório nos termos da Lei nº 13.473, de 2017 — LDO para 2018 (Seção I do anexo III da LDO).

Especificamente em relação a tal ação, merece destaque o fato de o descritor não integrar a relação de despesas que constituem obrigações legais ou constitucionais da LDO. Dessa forma, consideramos oportuno efetuar ajuste a fim de adequar o descritor da citada ação (...).

8. Indicações ao Relator-Geral.

8.1. Informatização de Sistemas (Estratégia e-Saúde.)

A informatização dos sistemas é uma prioridade da gestão atual do Ministério da Saúde e mostra aderência às diretrizes e aos princípios do SUS e à política de governo eletrônico. A integração de ações e controles é essencial para permitir um adequado planejamento do setor e propiciar a ampliação do acesso e da qualidade da assistência prestada à população, mediante a melhor aplicação possível dos recursos públicos disponíveis.

No Brasil, grande parte da informação e da comunicação é desenvolvida nos Municípios, ou seja, no local mais próximo da vida das pessoas. Por isso, é fundamental que se estabeleçam princípios e estratégias que permitam a integração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e interoperabilidade dos sistemas existentes no País que registram as ocorrências e os agravos relacionados à situação de saúde do cidadão durante sua vida e efetivamente promovam o aumento da qualidade, da resolutividade e da humanização nos diversos aspectos da atenção à saúde, nas três esferas de governo e no setor privado, beneficiando pacientes, cidadãos, profissionais, gestores e organizações de saúde.

A Estratégia e-Saúde congrega um conjunto de ações que qualifica a gestão da saúde por meio eletrônico e vem mudando a maneira de se organizar e ofertar serviços de saúde em todo o Brasil. A partir da plataforma digital implantada, será possível obter informações sobre os serviços de saúde da cidade, acompanhar o histórico médico do paciente em todas as Unidades Básicas de Saúde — UBSs, os dados e os resultados de exames realizados, além de verificar em tempo real a disponibilidade de medicamentos e os registros de visitas de agentes de saúde, melhorando significativamente o atendimento ao cidadão.

Além disso, ressalta-se a importância de se viabilizar, integrado ao referido sistema, o cadastro de usuários com câncer e portadores de doenças raras, crônicas ou ligadas ao sangue. Essas doenças correspondem a quase 80% das despesas decorrentes de judicialização no âmbito do SUS. Essa integração possibilitaria o atendimento desses direitos com evidentes ganhos de eficiência e qualidade nos gastos públicos.

Ademais, a aprovação da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, instituiu a Identificação Civil Nacional — ICN com o objetivo de identificar o brasileiro em suas relações com a sociedade e os órgãos e entidades governamentais e privados.

Desse modo, considera-se de suma importância garantir a interoperacionalidade das informações do e-Saúde com a base de dados da ICN, a fim de aperfeiçoar ainda mais os processos de trabalho e gerar benefícios para a gestão da saúde no País, como a garantia de identificação unívoca do usuário e dos profissionais do SUS em todo o território nacional devido ao uso de dados biométricos, a disponibilidade de informações pessoais aos usuários do SUS, a garantia ao profissional de saúde da identidade segura do paciente, a geração de dados confiáveis para tomada de decisão no âmbito dos gestores e a maior possibilidade de detecção de ações fraudulentas no âmbito do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por fim, destaco a experiência inédita e inovadora da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais — FHEMIG, cujo êxito em seu modelo de gestão pode auxiliar no desenvolvimento do e-Saúde. Instituiu-se, entre outras medidas, instrumento de prestação de contas direta ao paciente sobre o atendimento a ele dispensado, incluindo custos, o que indubitavelmente insere o paciente/usuário no processo de gestão, contribuindo para sua compreensão da utilização dos recursos e da demonstração do tratamento e aprimorando a transparência e o controle dos gastos públicos.

Por todo o exposto, proponho que, a partir do desenvolvimento do e-Saúde, com a consequente integração dos prontuários e cadastros de usuários e profissionais de saúde, seja fixado como diretriz o cruzamento dos referidos dados com a base de Identificação Civil Nacional, garantindo assim a identificação segura do brasileiro em suas relações com órgãos e entidades governamentais.

Consideramos ainda essencial que tal modelo evolua no sentido da citada experiência mineira e venha a disponibilizar, especialmente ao usuário do sistema junto à rede privada complementar, a conta-paciente com informações individualizadas dos atendimentos, medicamentes, exames e custos relativos a cada usuário.

Assim, a fim de viabilizar o atendimento dessa relevante demanda, indico ao Relator-Geral acréscimo à Ação 20YN — Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde, e-Saúde, localizador “Nacional”, MA 90, GND 3 e 4, sequencial 001724, no valor de 100 milhões de reais.

8.2. Demandas específicas do Ministério da Saúde.

Por meio do Aviso nº 669/GM/MS, de 30 de novembro de 2017, Anexo V, o Ministério da Saúde informou a necessidade de implementar adequações na programação do órgão identificadas somente após o envio da proposta orçamentária ao Congresso Nacional. As alterações solicitadas dizem respeito a:

a) remanejamento de 51 milhões de reais

De: Programa 10.303.2015.4370.0001 (Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis — Nacional), UO 36901 (Fundo Nacional de Saúde), GND 3 e MA 90.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para: Programa 10.303.2015.2522.0001 (Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos — Nacional), UO 36201 (Fundação Oswaldo Cruz), GND 3 e MA 90.

b) inclusão de recursos na Ação 20YL — Estruturação de Academias da Saúde, localizador 0001 — Nacional, MA 90, GND 4. Essa ação, classificada como não ASPS, permite a implantação, ampliação, reforma e melhorias de espaços e equipamentos públicos para o desenvolvimento de práticas e atividades físicas e outras de promoção da saúde; mas não foi prevista no PLOA.

II - Voto do Relator

Diante de todo o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão Mista:

I - aprove o Projeto de Lei nº 20, de 2017, do Congresso Nacional, no que concerne às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e dos ajustes técnicos de que trata o item 7.1 deste relatório relativos à redação do descritor da ação "219A", e com a proposta para votação em separado, por apresentar indícios de irregularidades graves, conforme prescreve o art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, das programações 10.303.2015.1H00.0026 (Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia — HEMOBRAS no Estado de Pernambuco) e 10.572.2015.13DW.0033 (Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos — no Estado do Rio de Janeiro);

II - autorize o Relator-Geral a implementar as indicações constantes do item 8 deste relatório.

Sala de Comissões, em 4 de dezembro de 2017.

Deputado Julio Lopes, Relator Setorial."

Eram essas as minhas palavras, Senador Dário Berger e Relator-Geral Cacá Leão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão.

Com a palavra a brilhante Deputada catarinense Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, nobre Presidente desta Comissão, nosso querido Senador catarinense Dário Berger.

Cumprimento o nobre Deputado Julio Lopes, Relator Setorial da Área Temática Saúde, que é absolutamente sensível à população brasileira, e o nobre Relator-Geral, Deputado Cacá Leão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeiro, quero parabenizar o Relator Setorial pela indicação ao Relator-Geral do sistema de informação. Com certeza absoluta, quando aprimoramos os mecanismos de informatização da saúde, estamos aprimorando os mecanismos de gestão e de qualidade das ações de serviços de saúde.

Eu não posso me furtar a fazer alguns apontamentos sobre o que foi apresentado ao nosso Orçamento. Percebemos que parte do Orçamento tem um crescimento pífio. A assistência hospitalar e ambulatorial tem um crescimento, no comparativo entre 2017 e 2018, de apenas 3,8% quando a inflação na área da saúde é de 13,55%. Na atenção básica, o comparativo fica negativo, -2,45%. No suporte terapêutico, fica 0,6%.

É claro que alguns desses itens são compensados por emendas de bancada e emendas impositivas ao Orçamento. Por isso, temos que ter muito cuidado com o que estamos falando. Então, estou fazendo a observação de que parte deles é suprida agora, que 50% das emendas individuais obrigatoriamente têm que ser designadas para a área da saúde.

O mesmo acontece quando se trata do comparativo da estruturação de unidades de serviços de saúde, que fica com menos 82,6%, repito, porque as emendas vão compensar.

Mas, Sr. Presidente, nós precisamos lembrar sempre que na saúde temos que garantir orçamento financeiro e ampliação da oferta de serviço para a população.

Agora eu vou abordar um tema e posso ser absolutamente repetitiva nesta Comissão, nas nossas reuniões com a Presidência, no meu discurso e na minha defesa. Em relação ao item dos *per capita*, a diferença pelo relatório não é a mais acentuada, mas, quando nos debruçamos sobre o executado em 2017, de janeiro a novembro, e o executado e pago em 2016, de janeiro a novembro, as diferenças entre os Estados, em especial no item 8585, referentes à média e à alta complexidade, são absolutamente significantes. E não estou falando de Estados que não têm capacidade instalada; estou falando do comparativo de Estados que têm capacidade instalada.

Isso significa que no nosso Estado, por exemplo, nobre Senador Dário Berger, é mais difícil fazer um cateterismo ou um tratamento de câncer, porque o Estado não tem os respectivos recursos financeiros para cobrir esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

procedimentos, como outros Estados brasileiros têm, porque, historicamente, quando vieram as normas do Sistema Único de Saúde, os recursos ficaram em alguns Estados.

Posso demonstrar a diferença que há entre os três Estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Santa Catarina tem uma diferença *per capita* em relação a esses Estados. Isso acontece em outras regiões brasileiras, e nem se fala, então, se nós compararmos regiões do Norte e do Nordeste com as do Sul do País.

Por isso, vou propor uma indicação ao nobre Relator-Geral para buscar reduzir essas diferenças *per capita* tanto na média e na alta complexidade, quanto na atenção básica. Senão, nós não vamos conseguir garantir aquela assistência à saúde que nós queremos.

Eu apresentei um projeto de lei, e depois a Deputada Flávia Morais apresentou outro. Os nossos dois projetos de lei — o meu, de 2011, e o dela, de 2012 — foram apensados a um projeto de lei do Senador Osmar Dias que dispõe que nenhum paciente pode esperar mais do que 60 dias para iniciar o seu tratamento do câncer. Se nós não tivermos recursos para enfrentar e ampliar a média e a alta complexidade, não vamos ter recursos nem garantia do cumprimento legal de que todo paciente tem direito a entrar em tratamento em até 60 dias. E já estou falando de um tempo absolutamente longo para um paciente com câncer e seus familiares, porque quanto mais rápido se tem o diagnóstico de câncer e mais rápido se recebe o tratamento, melhor é o resultado.

Nós precisamos enfrentar essa triste realidade brasileira. Quando se analisam dados do Brasil, observa-se que na atenção básica os Estados do Norte e Nordeste têm um índice *per capita* melhor do que os Estados do Sul e Sudeste. No entanto, quando se analisam os dados dos tratamentos de média e da alta complexidade, percebemos os vazios assistenciais dessas Regiões. Não dá para suportar esses vazios existenciais e continuar com eles para o resto da vida.

Então, temos o desafio de reduzir as diferenças — esta Comissão; os gestores estaduais e municipais de saúde, para que garantam as estruturas; e o Ministério da Saúde. Quando as diferenças se ampliam, significa que uma parte da população brasileira tem acesso às ações e serviços de saúde mais rapidamente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que outra parte da população brasileira. E nós temos um sistema único que deve olhar para o coletivo.

Eu queria pontuar a minha preocupação quanto ao item medicamentos, porque, com o cofinanciamento, com o copagamento, a Farmácia Popular, no comparativo dos anos, está com o valor negativo de 4,8 bilhões de reais.

Quero também dizer que precisamos avançar. Eu sou defensora da saúde, sou defensora do Sistema Único de Saúde. Saúde se faz melhorando sempre a gestão. Mas temos que lembrar que a inflação da saúde não corresponde à inflação geral, não é medida pelo INPC. Por isso, os planos de saúde crescem, ou têm um reajuste anual, em média, de 13,5%. Deputada Dorinha, V.Exa., que também é dessa área, sabe que o plano de saúde não tem os valores corrigidos em menos do que 13,5%, em média. Por quê? Porque os insumos na saúde não seguem a inflação normal — nem medicamentos, nem materiais médico-hospitalares.

Como recebemos o relatório e acordamos em nos permitir ainda continuar o debate amanhã, em função de ele ter sido entregue agora à noite, e em virtude da importância de concluirmos todas as leituras na noite de hoje, para avançarmos amanhã na aprovação dos destaques, a fim de que o nosso Relator-Geral faça o seu relatório final, eu queria fazer só esses apontamentos na noite de hoje, para amanhã avançar um pouquinho mais.

Mas quero, desde já, fazer este apelo: tenhamos cuidado com a redução das desigualdades regionais, em especial, com as desigualdades *per capita* entre as Regiões deste País, e das desigualdades deste País como um todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra o Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, eu queria agradecer à Deputada Carmen Zanotto as sensatas, ponderadas e assertivas observações. Eu subscrevo todas as suas colocações, e quero ajudar nesse sentido. Só não avancei porque não era possível assim fazer, em função do caráter obrigatório, e de que isso é uma disposição do Relator-Geral. Mas assumo, no relatório, a sua indicação, e me somo a V.Exa. no sentido de que nós possamos tentar sugerir ao Relator-Geral que assim o faça. Acho, de fato, que minimizar as desigualdades é um dos objetivos desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Queria aqui também sugerir ao Presidente — já tive a oportunidade de conversar com o Presidente e com o Relator-Geral — que submetesse à avaliação de toda esta Comissão uma diretriz no sentido de avaliarmos a qualidade e a quantidade dos atendimentos. Nós estamos avançando muito na saúde, e hoje temos os mecanismos mais modernos de administração e acompanhamento de todo o processo orçamentário e de atendimento, mas o Brasil nunca fez um monitoramento da quantidade e da qualidade de atendimentos. Ao longo do tempo, temos sempre tratado, no Orçamento, do volume de procedimentos, mas nunca da qualidade do atendimento e do número de atendidos.

Portanto, como fiz aqui, sugiro que, a partir de hoje, por meio de uma diretriz da Comissão Mista de Orçamento, torne-se obrigatório o cruzamento do CPF e da identidade civil do servidor da saúde com os daquele que por ele foi atendido, a fim de que possamos finalmente quantificar o número de atendidos e a qualidade do atendimento que assim será decorrente.

Além disso, Sr. Presidente, sugiro que adotemos também um programa como o que foi concebido em Minas Gerais e que tem dado um resultado muito grande, o Conta Paciente, que garante transparência absoluta. Por meio desse programa, seria obrigatória a disponibilização na Internet da conta de cada atendimento público, para que aquele que for atendido cheque sua veracidade e faça um comentário acerca da qualidade desse atendimento.

Acho que esses procedimentos ajudarão imensamente a busca da qualidade por meio da verificação e do monitoramento da quantidade e da assertividade de todos os procedimentos na área de saúde.

Portanto, queria propor a V.Exa. que, ao final desta reunião, votássemos uma diretriz nesse sentido, para que o Relator-Geral, V.Exa. e todos os que estão aqui possamos subscrever essa diretriz, a fim de que, nos futuros Orçamentos da Nação, essas observações sejam feitas e aprimoradas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Cumprimento V.Exa. pelo relatório.

Realmente, esta é uma matéria importante e prioritária para todos os brasileiros, haja vista que a saúde talvez seja o patrimônio mais importante do ser humano. A saúde não pode esperar mesmo. Se nós não atendermos o paciente em tempo real, talvez quando formos atendê-lo seja tarde demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu também tenho uma paixão grande pelo SUS. Dizem especialistas que é o sistema mais sofisticado e moderno do mundo. Evidentemente, precisa de aprimoramento e, sobretudo, recursos e gestão. E a diretriz que V.Exa. sugere, eu preliminarmente imagino que ela pode trazer uma economia cujo valor talvez não consigamos mensurar neste exato momento, mas, certamente, a transparência necessária, obtida a partir do cruzamento de CPFs ou carteiras de identidade, de forma a identificar a pessoa que fez o procedimento e a pessoa que recebeu o procedimento, que é uma das premissas mais defendidas por V.Exa., a quem aproveito para cumprimentar, pode ser uma contribuição importante e fundamental para o desempenho da saúde pública no Brasil, com aprimoramento, sobretudo, do Sistema Único de Saúde.

Encerro a discussão.

Vou colocar em deliberação a aprovação dessa diretriz para que nós possamos, a partir daí, fazer os encaminhamentos necessários para que isso possa ser recomendado para implementarmos essa sugestão de V.Exa.

Eu quero cumprimentar ainda a Deputada Carmen Zanotto. Como nós pudemos observar, ela dá uma aula. O pronunciamento dela realmente é uma aula. Ela tem um conhecimento amplo. Eu tenho muito gosto de ver a Deputada Carmen Zanotto aqui, que é a única representante de Santa Catarina, além de mim.

Atuamos juntos em Santa Catarina, ela como Secretária de Estado da Saúde, e eu como Prefeito de Florianópolis. Éramos amigos e conhecidos já naquela época, mas essa gestão dela nos aproximou muito, Deputado Júlio Lopes.

Eu sou um defensor da gestão por resultados, e, sinceramente, com os números apresentados na saúde pública no período em que eu fui Prefeito, se pegarmos os dados do Ministério da Saúde, perceberemos que foi algo impressionante, com Unidades de Pronto Atendimento — UPAs, policlínicas, etc.

Acho que não devo fazer uma autopromoção aqui porque não é mais necessário, mas, das 60 unidades de saúde que havia em Florianópolis na época, 59 foram construídas, ampliadas ou reformadas. Portanto, só uma não recebeu atenção na minha gestão de 8 anos. É evidente que isso teve ajuda providencial da Deputada Carmen Zanotto, que era Secretária de Saúde. Nós fizemos, em 8 anos de Prefeitura, mais para a saúde do que todos os Governos anteriores de Florianópolis fizeram. E isso não ocorreu uma vez só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu me lembro bem de que havia cerca de 500 servidores na saúde, e, quando entreguei, no final do meu mandato, havia 2.500 servidores aproximadamente, evidentemente porque a rede aumentou. Fizemos as UPAs, as policlínicas e ampliamos substancialmente os serviços de atendimento — com médicos, etc. — em uma demonstração de que, quando se tem parceria e se tem capacidade de gestão, as coisas acontecem.

Pois, então, eu só quero relatar aqui o seguinte: no final do meu mandato, Deputado Claudio Cajado, eu deixei uma UPA que só não estava concluída porque desacelerei, na expectativa de que a próxima gestão pudesse inaugurá-la. Tratava-se de uma UPA Porte III. E qual não foi a minha surpresa? Até hoje a UPA não foi inaugurada.

Já pedi desculpas para o pessoal do continente, mas, se eu soubesse disso, em novembro ou dezembro do final do meu mandato, eu a teria inaugurado, mesmo que parcialmente, e aí essa UPA estaria efetivamente funcionando.

Mas há dezenas e centenas de UPAs espalhadas por este Brasil, que foram construídas e que não entraram em funcionamento em função do custo de manutenção. Em quanto deve estar o custo de uma UPA Porte III, Deputada Carmen? Em 1,5 milhão, 2 milhões de reais? Imagino que sejam esses os números. Eu não sou médico, mas sou amante da matemática, então, os números me acompanham.

Só mencionei isso para dizer que, durante a minha vida pública, eu sempre tive esta questão da saúde como a prioridade das prioridades. Não me recordo de ter declinado atenção que não fosse merecedora para que pudéssemos avançar.

V.Exa. tem uma responsabilidade grande, como Relator setorial. E agora, com a PEC dos Gastos, nós temos essa dificuldade. Mas a vida segue. A Deputada Carmen levanta uma série de questões que são preocupantes, mas a vida segue, e nós precisamos continuar avançando.

Eu quero, então, cumprimentar a Deputada Carmen Zanotto e o Deputado Julio Lopes pelo relatório, na esperança de que possamos dar a atenção devida e necessária a esta questão, sobretudo ao *per capita*, porque não posso entender que se pague, por um serviço igual ou semelhante, um valor “x” no Paraná e um valor “x” menos “y” no Amapá, como vem ocorrendo realmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O problema dessa questão é que realmente não se sabe a fórmula dessa tabela. É uma caixa preta essa tabela. O *per capita* agora é alimentado pelos procedimentos, mas, originariamente, não sabemos calcular, não temos base de cálculo para chegar a este diagnóstico. Então, de certa forma, essa questão precisa ser corrigida, porque, se nós não elevarmos o *per capita* dos Estados que hoje têm um *per capita* menor, certamente eles nunca vão ter a logística e a estrutura para atender a população.

Então, essas pessoas do Nordeste brasileiro, da própria Bahia, do meu querido Relator-Geral Cacá Leão, acabam sendo certamente transferidas da lá para fazer tratamento no Paraná, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, etc., porque realmente os Estados do Nordeste não têm a logística e a estrutura necessárias para realizarem o tratamento. Então, as pessoas certamente morrem muito mais nessas regiões do que morrem no Paraná, do que morrem no Rio Grande do Sul, do que morrem em São Paulo, pela dificuldade de infraestrutura para prestar o atendimento para essa população. Esse tema é recorrente, não é de hoje, já vem de muito tempo.

Outro dia eu fiz uma emenda cujo objetivo era chamar atenção para esse grave problema. Se nós resolvermos a questão do *per capita*, não precisaremos deixar recursos discricionariamente na mão do Ministro, vamos dizer assim, para que ele faça a gestão. Automaticamente, esses Estados já receberiam o recurso para investir nessa área prioritária.

Portanto, eu queria fazer esse comentário e pedir desculpas por ter me alongado. Eu só fiz isso porque o Deputado Hildo Rocha, quando chegou, disse que agora estava tranquilo. Mas eu me preocupo porque a tranquilidade dele tem um certo limite, e daqui a pouco ele pode não estar tão tranquilo assim.

Eu agradeço a V.Exa. e cumprimento-o mais uma vez.

Considero encerrada essa discussão.

V.Exa. ainda quer discutir, Deputada Carmen Zanotto?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Sr. Presidente.

Além do seu cuidado com relação à emenda apresentada, há uma outra preocupação, nobre Deputado Julio, porque não há previsão de reajuste de tabela, e, com isso, alguns procedimentos ficam absolutamente comprometidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nobre Relator, eu sei que é uma tarefa árdua quando o recurso financeiro é limitado, como aquela história do cobertor curto, em que se cobre uma parte e se passa frio na outra. Mas, enfim, precisamos buscar um caminho, porque a falta de reajuste da tabela também dificulta o acesso aos procedimentos.

Parabéns pela sua leitura tão intensa das diferenças *per capita*, quando apresentou a emenda para fazermos uma correção das distorções regionais. Acredito que vamos conseguir avançar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Julio Lopes e à Deputada Carmen Zanotto, e dou por encerrada essa discussão preliminar sobre o tema saúde.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Com relação ao tema da saúde, eu queria apenas fazer uma colocação. V.Exa. falou por 20 minutos, e a Deputada Carmen falou por mais uns 20 minutos, reclamando, com justa razão, que o Estado de V.Exas. — dos catarinos e catarinas — está com o *per capita* abaixo da média. Mas imaginem V.Exas. que o Maranhão está em 24º lugar. Então, eu deveria ter uns 80 minutos para falar a respeito do drama do Maranhão, que tem um dos menores gastos *per capita,* perdendo apenas para Estados que não têm tratamentos de câncer e, portanto, gastam muito menos que o Maranhão. O Maranhão tem uma população muito grande, de 7milhões de habitantes.

V.Exa. tem razão em tratar deste tema neste momento. Isso mostra que V.Exa. tem um cuidado grande com a população que o colocou aqui, o povo de Santa Catarina.

V.Exa. tem razão. Seria tão bom que a média fosse igual para todos, mas infelizmente nós não podemos concretizar esse desejo. Eu sei que o Deputado Julio Lopes fez o possível dentro do que cabia a ele como Relator Setorial da área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Na verdade, a nossa luta aqui com relação ao *per capita* é muito mais por Estados como o de V.Exa., o Maranhão, do que por Santa Catarina, porque a diferença da média de Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina não é muito grande. Mas, se nós levarmos em consideração os Estados do Nordeste e do Norte do País, aí nós chegamos à conclusão de que a diferença é muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu acho, enquanto homem público, que um dos maiores problemas que existe neste País são as diferenças sociais, as desigualdades. As diferenças estão inseridas em questões de políticas públicas, em que se privilegia um determinado setor do Brasil em detrimento de outro. Isso precisa ser corrigido um dia. Quando vamos corrigir não sei, mas é interessante que levantemos essas questões, porque sem a discussão certamente não avançaremos.

Não quero me alongar. Eu não imaginei que tivesse falado por 20 minutos, mas foram 20 minutos em defesa também do Maranhão. A V.Exa., como meu querido correligionário, quero pedir desculpas pelo avançado da hora em que nós já estamos.

Declaro encerrada a discussão preliminar do tema saúde, cujo Relator foi o Deputado Julio Lopes, e passo agora ao tema desenvolvimento urbano, cujo Relator é o eminente Deputado Hildo Rocha.

Passo a palavra a V.Exa. para a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito obrigado, Senador Dário Berger, Presidente da Comissão. V.Exa. está fazendo um grande trabalho à frente desta Comissão.

Imaginem os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estão nesta Comissão que vencemos praticamente um dia, porque, para amanhã, estão convocadas quatro sessões extraordinárias, com diferença de duas horas, e nós estamos esgotando, no dia de hoje, a leitura de tudo o que deveria ser feito hoje e amanhã. Então nós estamos ganhando um tempo muito grande. Isso é sinal de que os Srs. Deputados e Senadores estão realmente conscientes da importância dos seus trabalhos. Assim, quero cumprimentar a todos os Congressistas.

Por designação do Presidente desta Comissão, o Senador Dário Berger, coube-me, na condição de Relator Setorial, apreciar a proposta orçamentária relativa à Área Temática VI, que abrange o Ministério das Cidades e suas respectivas unidades orçamentárias.

Vamos passar à análise da proposta.

“Para 2018, a proposta orçamentária do Ministério das Cidades perfaz o total de R$ 10,1 bilhões. Em 2017, o valor proposto foi de 13,1 bilhões de reais. A despesa total proposta para 2018, na realidade, se aproxima do nível real de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

despesas constantes do PLOA 2008, que propôs R$ 9,7 bilhões em valores atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA.

Destaco que quedas acentuadas de recursos vêm sendo observadas desde o PLOA 2016. Isso se deve tanto ao quadro de restrição fiscal que acompanhou a recessão econômica deflagrada em 2015 como à instituição do novo regime de teto de gastos aprovado pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Para o Programa Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, o PLOA 2018 prevê R$ 5,2 bilhões, em contraste com os R$ 18,6 bilhões propostos para o programa no PLOA 2015.

É nesse contexto que passo a apresentar as emendas propostas para o Ministério das Cidades na atuação desta Relatoria.

Emendas apresentadas.

Foram apresentadas, nesta área temática, 658 emendas à despesa, todas de apropriação, assim distribuídas: 615 emendas individuais; 4 emendas de Comissão, todas da Câmara dos Deputados; 39 emendas de bancada estadual, das quais 7, impositivas.

Da atuação da relatoria.

Em face do atual contexto de restrição fiscal e da reiterada queda nos valores propostos pelo Executivo nos anos recentes, esta relatoria houve por bem adotar critério restritivo com a finalidade primordial de preservar as programações constantes do PLOA 2018.

Desse modo, os cortes efetuados foram concentrados em programação específica. Destaco que foi integralmente preservada de corte a programação atinente ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

Como resultado da aplicação desses critérios, esta Relatoria mobilizou R$ 122 milhões por meio de cancelamentos, para o atendimento das 36 emendas não impositivas, de autoria de Comissões Permanentes e das bancadas estaduais.

Para o atendimento desses pleitos, à exceção das emendas de autoria das bancadas do Maranhão (Emenda 71110011) e do Piauí (Emenda 71190010), que receberam R$ 10 milhões cada, promovi a distribuição dos recursos de forma isonômica, dado o inquestionável mérito das propostas, destinando R$ 3 milhões para cada uma das 34 demais emendas.

Voto do Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da Área Temática VI, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão.

O relatório está tão bem feito que nem implica discutirmos.

V.Exa. quer discutir, Deputada Carmen?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Peço que o prazo para nós apresentarmos os destaques não seja entre 10 horas e meio-dia, porque não vai dar tempo. Nós vamos precisar organizar isso amanhã pela manhã, então nós precisamos de um pouco de prazo para apresentar os destaques.

Como nós já cumprimos a tarefa da leitura e parte dos relatórios não terá mais discussão, porque ela já foi encerrada, seria importante nós termos um prazo maior.

Também, Sr. Presidente, não posso me furtar de destacar os elogios que o nobre Deputado Julio Lopes fez ao Sr. Mário Gurgel de Souza. Ele é exatamente assim na nossa Comissão de Seguridade Social e Família. Todas as vezes em que tive de me dirigir ao nobre Consultor Mário, obtive respostas prontas, rápidas e qualificadas, como o nobre Deputado Julio Lopes destacou aqui.

Então, quero agradecer ao Mário, representando a Consultoria, por todo o trabalho e presteza, em especial no setor da saúde. Obrigada, Mário.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Obrigado.

Eu queria apenas fazer uma observação. Se o prazo dos destaques ficar para a tarde, poderemos ter algum problema em concluir os relatórios individualmente. Como penso que V.Exa. manterá para 10 horas da manhã o reinício desta sessão, que ficará suspensa, para lermos os três relatórios remanescentes — Esporte, Meio Ambiente e Educação —, concluídos esses três, obviamente o prazo para os destaques seria encerrado, porque, senão, não poderíamos passar a votar cada relatório com os destaques e não concluiríamos nenhum.

Portanto, eu entendo a preocupação da Deputada Carmen Zanotto, mas me parece que nós vamos esbarrar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Mas ela está certa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu quero dizer que nós temos que manter o entendimento e o acordo que nós fizemos na reunião de Líderes e que ampliamos aqui em plenário para permitir a leitura dos relatórios. O prazo para apresentação de destaques se esgota na leitura e na discussão do último relatório setorial.

Então, nós temos reunião marcada para amanhã às 10 horas da manhã, com três relatórios ainda para serem lidos e discutidos — e certamente vamos ampliar a nossa base de discussão —, que são o da Educação e Cultura, o do Esporte e o do Meio Ambiente. Certamente esses três itens vão demandar um certo tempo.

Esgotada essa discussão, esgota-se também o prazo para apresentação de destaques. Os destaques serão inerentes às discussões que nós vamos fazer. Hoje, efetivamente discutimos pouco, conforme nós acordamos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, eu daria uma sugestão à Deputada Carmen Zanotto.

Os Relatores Setoriais não vão ter como acatar as emendas. Salvo engano, Relator Cacá Leão, não ficou nenhum valor para eles poderem recompor qualquer tipo de emenda. Então, os Relatores Setoriais vão rejeitar todos os destaques.

O que eu sugiro? Como a esperança é a última que morre, eu sugiro que V.Exa. apresente o destaque ao Relator-Geral, quando ele apresentar o relatório, porque a apresentação aos Setoriais é natimorta. Essa é a única possibilidade.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Deputado Claudio Cajado, a minha preocupação é que já é meia noite e meia, parte dos Parlamentares está aqui ainda, e toda a assessoria está aqui. Ao iniciarmos às 10 horas, por mais que tenhamos um quórum maior amanhã de manhã, serão só três relatórios.

Ficou acordado que, quanto aos relatórios que já haviam sido entregues, as discussões estariam encerradas, o que, claro, não vai impedir o Parlamentar de debater e retomar o relatório “a”, “b” ou “c", que já estariam com a discussão esgotada. É difícil de controlar isso. Então, a minha preocupação é com a qualidade.

Por mais que não haja espaço para se resolverem algumas questões, não dá para não indicarmos, porque, senão, ficaremos como irresponsáveis ao percebermos que algumas áreas ainda estão fragilizadas e precisam de destaques. Se isso não resolver, que pelo menos haja a indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A tarefa maior, com certeza absoluta, será do nobre Relator-Geral, o Deputado Cacá Leão, que vai ter que tentar adequar, na medida do possível, mesmo sem muita margem, num Orçamento absolutamente diferente do que os dos anos anteriores, que eram mais robustos, mas também mais fictícios, vamos dizer assim. Mas algumas coisas precisam ser contempladas.

Eu vou me considerar vencida a partir dos acordos que ocorreram, mas tenho uma preocupação com a qualidade daquilo que apresentaremos amanhã, tão logo se encerrem os debates. Se começarmos às 10 horas, no máximo às 12 horas estaremos com a tarefa de debates concluída.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou ajudar V.Exa. Vou determinar à sua assessoria que, amanhã, impreterivelmente às 10 horas da manhã, entregue todos os destaques a V.Exa. para que possa apresentá-los aqui na Comissão para deliberarmos.

Vamos partir para o encerramento, Deputado Claudio Cajado?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Vamos encerrar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu não tinha encerrado essa discussão?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então encerro a discussão preliminarmente, aguardando os destaques ao relatório de V.Exa. para amanhã. Se for o caso, voltaremos a discuti-lo em cima dos destaques. Essa foi uma forma de avançarmos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O relatório sobre a educação tem 400 páginas, e nem cópia dele temos ainda.

A Socorro disse que não vai imprimir cópia.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Estamos em contenção de orçamento. Vamos economizar papel.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos aproveitar, Deputado Julio, para prestar bastante atenção no relatório do Senador Davi Alcolumbre e nos preparar para fazer as perguntas necessárias.

Partiremos para o encerramento. Quero agradecer muito aos Relatores Setoriais; aos Deputados, às Deputadas, aos Senadores e às Senadoras desta Comissão; ao Líder Deputado Claudio Cajado, que contribui de maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

extremamente relevante para os bons encaminhamentos dos trabalhos; ao Deputado Cacá Leão, nosso Relator-Geral; ao Walbinson, o Secretário da Comissão; e à Socorro também, que está por aqui nos assessorando. A Socorro é a quem você pede socorro quando as coisas não estão funcionando.

Agradeço, enfim, a presença de todos. Muito obrigado mesmo, de coração.

Fica suspensa a nossa reunião de hoje, e eu convoco a próxima para amanhã, às 10 horas da manhã. Muito obrigado.

(Não identificado) - Não é hoje?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Desculpa! Não é para amanhã, é para hoje, às 10 horas da manhã.

Boa noite!

Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

Em 05.12.2017, às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Declaro reiniciada a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação das matérias constantes da pauta.

Vou aceitar as sugestões de V.Exa., Deputado Pedro Fernandes. Eu não sei se suspendo a reunião agora, com a previsão de retorno às 11 horas. *(Pausa.)*

Vamos suspender a reunião neste instante e retornaremos às 11 horas. Depois de reaberta, caso seja necessário, nós a suspenderemos novamente.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bom dia a todos. Vamos reabrir a nossa reunião.

Havendo número regimental, declaro reiniciada a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias que constam da pauta.

Ordem do Dia.

Na noite de ontem, segunda-feira, dia 4, por acordo com os membros da Comissão, foram lidos e discutidos relatórios e aberto o prazo para apresentação de destaques aos relatórios das seguintes áreas temáticas: Transporte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Sr. Presidente, desculpe-me interromper V.Exa., mas é bom fazê-lo logo no início para ordem do andamento dos trabalhos. Estávamos sem poder registrar presença, por isso, peço a V.Exa. que libere o sistema para que possamos registrá-la novamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O sistema está liberado para V.Exa. registrar a presença pelos meios eletrônicos.

Como eu mencionava, na noite de ontem, nós discutimos e aprovamos preliminarmente o relatório de 13 áreas temáticas e, por acordo, foi estabelecido o seguinte critério: ficaria em aberto o prazo, até a apreciação da última área temática, para apresentação dos destaques de todas essas áreas que eu vou mencionar em seguida.

Faltou ler e discutir o relatório das seguintes áreas: Educação e Cultura, Meio Ambiente e Esporte.

Ontem, nós tratamos das seguintes áreas temáticas: Transporte; Saúde; Integração Nacional; Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Urbano; Turismo; Ciência e Tecnologia e Comunicações; Fazenda e Planejamento; Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas. Restaram para hoje as áreas de Educação e Cultura, Meio Ambiente e Esporte.

Já se encontra presente aqui o Senador Vicentinho Alves, que é o Relator Setorial da Área Temática X — Esporte. S.Exa. já está preparado para fazer a leitura do parecer para depois iniciarmos a discussão da matéria.

Convido o Senador Vicentinho Alves para ocupar o seu lugar à mesa. Bem-vindo, Senador!

Passamos neste momento a apreciar o Relatório Setorial da Área Temática X — Esporte.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves para apresentar o seu relatório.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, como todos já têm acesso ao nosso relatório, solicito permissão para emitir o parecer em forma de resumo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Senador Vicentinho, considerando que o relatório já está disponibilizado na página da Internet, seria interessante que V.Exa. resumisse ou fosse direto ao voto. V.Exa. sabe melhor do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que eu como deverá apresentar o relatório — poderá ser de forma resumida, como aconteceu ontem.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - A introdução diz o seguinte:

"Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, temos a honrosa missão de analisar e relatar a proposta orçamentária da Área Temática X, correspondente ao órgão '51000 Ministério do Esporte'.

(...)

5. Da atuação da relatoria

5.1. Das emendas apresentadas

Foram apresentadas 487 (quatrocentos e oitenta e sete) emendas à programação da Área Temática X, sendo 478 (quatrocentos e setenta e oito) individuais e 9 (nove) coletivas. As bancadas estaduais apresentaram 4 (quatro) emendas de apropriação não impositivas; e as Comissões Permanentes, 5 (cinco). Nesta área temática, não foi apresentada emenda de remanejamento.

(...)

Cabe destacar que, apesar de o parecer preliminar autorizar remanejamentos de até 20% do total consignado aos investimentos (gnd 4) e às inversões financeiras (gnd 5), decidimos manter integralmente preservada a proposta orçamentária do Ministério do Esporte. Assim, para atender as emendas coletivas de apropriação, esta relatoria utilizou apenas os recursos transferidos pelo Relator-Geral, conforme previsto no item 19.1, da parte especial do mencionado parecer, no montante de R$ 27,4 milhões.

(...)

Todavia, em decorrência da escassez de recursos disponíveis, optamos por priorizar as emendas que contemplam ações de âmbito nacional e, dentre essas, a que tem maior alcance social em termos de benefício direto para a população, especialmente para a parcela mais vulnerável, no caso, a ação '20JP-Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social — Nacional'.

(...)

II - Voto do Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente ao órgão orçamentário integrante da Área Temática X — Esporte, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Nossos agradecimentos ao Senador Vicentinho Alves, que acabou de ler o relatório, o qual coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Volto a repetir que fica aberto o prazo para apresentação de destaques até deliberarmos quanto à última área temática — ainda temos que apreciar as áreas temáticas de Meio Ambiente e Educação e Cultura.

Está encerrada a discussão preliminar do relatório apresentado pelo Senador Vicentinho Alves, a quem agradeço pela leitura e cumprimento pelo relatório. Muito obrigado.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, eu é que agradeço a deferência de V.Exa. e dos colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras e particularmente o apoio do Deputado Carlos Henrique Gaguim, do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Obrigado, meu amigo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mais uma vez, agradeço ao Senador Vicentinho Alves e o cumprimento pelo seu relatório.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, eu também quero registrar meus agradecimentos a toda a Consultoria do Senado e da Câmara, bem como à nossa assessoria de gabinete por terem colaborado muito para o resultado deste relatório. Eu divido com todos eles os agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Quero fazer coro com o Senador Vicentinho e agradecer à nossa assessoria, à Assessoria da Câmara, à Assessoria do Senado, em particular aos membros desta Comissão, formada por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brilhantes e dedicados Parlamentares, tanto Deputados e Deputadas, como Senadores e Senadoras.

Vamos partir agora para a Área Temática XI, intitulada Meio Ambiente. O Relator Setorial é o Deputado João Fernando Coutinho, do PSB de Pernambuco, que designou o Deputado Gonzaga Patriota para fazer a leitura do relatório.

Portanto, com muito prazer, concedo a palavra ao Deputado Federal Gonzaga Patriota para apresentação do relatório da Área Temática XI - Meio Ambiente. S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, eminentes colegas Deputadas e Deputados, em razão de já ter sido divulgado ao máximo este Relatório Setorial da Área Temática XI - Meio Ambiente, pedi permissão para que pudesse fazer um resumo do relatório e depois do voto.

"Por designação do Presidente desta Comissão, Senador Dário Berger, coube-me, na condição de Relator Setorial, apreciar proposta orçamentária relativa à Área Temática XI, constituída do Ministério do Meio Ambiente, com suas respectivas Unidades Orçamentárias e Fundos."

Análise da proposta para 2018.

A Proposta Orçamentária do Ministério do Meio Ambiente perfaz um total de 3,5 bilhões de reais. Em 2017, o valor proposto foi de 3,8 bilhões de reais.

"Na proposta orçamentária para 2018, 47,4% dos recursos são direcionados ao IBAMA, 20,9% para o ICMBio, 12,2% para o Ministério do Meio Ambiente e 11,9% para a ANA, abrangendo 92,3% das dotações".

Relativamente à proposta de 2017, "A diminuição mais significativa ocorreu nas dotações propostas para 2018 do ICMBio, com redução de 41,5% (...)".

De outro lado, o acréscimo da proposta de 2018 em relação à de 2017 ocorreu no Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, com aumento de 150,9%.

Foram apresentadas a esta Área Temática 43 emendas, todas de apropriação, assim distribuídas: 32 emendas individuais, 9 emendas de Comissão e 2 emendas de bancada estadual.

"1.4 Da Atuação da Relatoria

(...)

Para atendimento das emendas (...) não impositivas apresentadas no setorial IV, destacou-se da Reserva de Recursos o valor de R$ 33,5 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(...)

Tendo em vista a precariedade de recursos destinados a investimentos nessa área temática, optei por não efetuar os cortes autorizados (...)" pelo parecer preliminar.

Além disso, busquei enfatizar "ação de prevenção e controle de incêndios florestais, objeto da emenda apresentada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, mediante a alocação de R$ 6,5 milhões.

Trata-se de temática prioritária, com consequências de gravidade incalculável para a sustentabilidade ambiental. Cito, como exemplo, as recentes queimadas que atingiram o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, caracterizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) como o maior incêndio da história dessa reserva ambiental e patrimônio natural da humanidade.

Em relação às demais solicitações apresentadas, não obstante o seu reconhecido mérito, procurei conferir tratamento isonômico, com a distribuição de R$ 2,7 milhões a cada pleito das Comissões e das bancadas estaduais, perfazendo o total de R$ 33,5 milhões às emendas coletivas."

(...)

2. Voto do Relator

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018, no que concerne às Unidades Orçamentárias constantes da Área Temática XI, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas."

Esse é o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Gonzaga Patriota, que acabou de proceder à leitura do Relatório Setorial cuja área temática é Meio Ambiente.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Lembro que se encontra aberto o prazo para apresentação de destaques até a análise da última área setorial, que, nesse caso, é Educação e Cultura, sobre a qual passamos a deliberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passamos, então, a analisar o Relatório Setorial da Área Temática III, cujo Relator Setorial é o Senador Davi Alcolumbre, que, nesta circunstância, encontra-se em Macapá, acompanhando a visita do Ministro Blairo Maggi.

Portanto, nós estamos designando, com muito prazer, o Deputado Misael Varella, do DEM de Minas Gerais, para fazer a leitura do relatório, a fim de que depois possamos colocá-lo em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Misael Varella para a apresentação do relatório referente a Educação e Cultura.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Bom dia, Sr. Presidente, Senador Dário Berger, e demais colegas aqui presentes. Com satisfação, vou fazer a leitura do relatório do colega Senador Davi Alcolumbre.

"I - Relatório

1 - Introdução

(...)

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, tenho a honrosa missão de analisar e relatar a proposta orçamentária da Área Temática III, composta pelos seguintes órgãos: 26000 - Ministério da Educação — MEC, e 42000 - Ministério da Cultura — MinC.

2. Análise da Proposta"

Resumidamente, podemos dizer que, conforme as diversas tabelas mostradas no presente relatório, na proposta apresentada pelo Poder Executivo para 2018, a soma do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social dos órgãos desta área temática alcançou a cifra de R$ 108,4 bilhões, o que representa acréscimo de R$ 0,2 bilhão em relação ao montante da proposta para 2017, variação de 0,2%.

Em relação ao Ministério da Educação, MEC, o PLOA 2018 destinou R$105,9 bilhões, que corresponde ao aumento de 0,3 bilhão, + 0,3% em relação à proposta de 2017.

Já os recursos destinados ao Ministério da Cultura, na proposta orçamentária para o exercício de 2018, diminuíram 0,1 bilhão, - 3,9% em comparação ao PLOA de 2017.

No Ministério da Educação, a majoração dos gastos entre os PLOAs de 2017 e 2018 verificam-se, principalmente, nas dotações relacionadas ao pagamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pessoal ativo e de contribuição à Previdência de servidores públicos, bem como de aposentadorias e pensões.

No tocante ao Ministério da Cultura, o decréscimo de recursos entre as propostas de 2017 e 2018 se concentra, sobretudo, em investimentos (redução de R$ 86,3 milhões, - 32,6%). As ações finalísticas do MinC, que integram o programa "2027 Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento", sofrem redução de R$ 111,1 milhões (- 10%).

"2.4 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB

(...) cabe a esta Relatoria Setorial verificar a compatibilidade da proposta orçamentária para 2018 com as normas constitucionais e legais. Nesse contexto, buscou-se verificar a aplicação de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino — MDE, bem como ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB.

2.4.1 - Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino — MDE

Por força do art. 110, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, no exercício de 2018, o desembolso mínimo em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino — MDE deve corresponder ao valor do limite mínimo aplicado em 2017, corrigido em 3,0% (variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no período de julho de 2016 a junho de 2017).

Tendo em vista que a aplicação mínima em MDE para 2017 ainda equivale a 18% da receita líquida de impostos e que o respectivo valor somente será conhecido após o encerramento do exercício, o PLOA 2018 estimou a aplicação mínima para o ano corrente em R$ 48,2 bilhões, com base na terceira avaliação bimestral de arrecadação. Aplicada a correção de 3,0% pelo IPCA, o mínimo previsto para 2018 deverá alcançar R$ 49,6 bilhões.

Pela primeira vez, a aplicação dos recursos em MDE está indicada na programação orçamentária pelo Identificador de Uso — IU 8" — recursos não destinados à contrapartida, para identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o arts. 70 e 71, da Lei nº 9.394, de 1996,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no âmbito do Ministério da Educação — "cujo montante chega a R$85,9 bilhões, ou seja, R$36,3 bilhões acima do mínimo constitucional, conforme demonstrado nos Quadros 8A, 8B e 8C do Volume I da proposta orçamentária encaminhados pela Mensagem Modificativa." Lembrem-se que antes se utilizava como marcador a fonte "112 - Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino".

"Dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, R$69 bilhões são oriundos da fonte '100 - Recursos Ordinários' (sendo necessários R$49,6 bilhões para o cumprimento da aplicação mínima em MDE); R$5,9 bilhões da fonte '113 - Contribuição do Salário-Educação'; R$4,7 bilhões, da fonte '108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde'; e R$ 6,3 bilhões, das demais fontes.

A proposta para 2018 aloca como despesas com MDE a integralidade da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (ação 0E36), no valor de R$14,1 bilhões, com o cuidado de considerar apenas 30% (R$ 4,2 bilhões) como vinculados ao cálculo da aplicação mínima com MDE, em cumprimento ao art. 60, inciso VIII, do ADCT.

(...)

2.4.2 - FUNDEB — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

O art. 11, inciso XIII, da LDO 2018 estabelece que o projeto de Lei Orçamentária discrimine, em categoria de programação específica, a dotação destinada à complementação da União ao FUNDEB.

Para essa finalidade, na proposta para 2018, foram consignados R$14,1 bilhões, alocados, em subtítulo nacional, sem demonstrar as unidades federativas a serem beneficiadas por esses recursos. Tradicionalmente era possível obter essa relação a partir da memória de cálculo integrante das informações complementares ao PLOA. Contudo, como a proposta orçamentária foi estruturada com base na LDO e nela não consta a necessidade de detalhar os Estados alcançados pela complementação, o Poder Executivo não encaminhou a discriminação dos beneficiados.

A Tabela XV mostra a composição dos recursos do fundo, definidos no art. 60, inciso II, do ADCT e no art. 3º da Lei nº 11.494, de 2007, Lei do FUNDEB, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

se constitui de 20% das receitas decorrentes de transferências de impostos da União a Estados, Distrito Federal e Municípios e das transferências de impostos de Estados a Municípios. Em conformidade com os incisos V e VII do art. 60 do ADCT, a União deve complementar, no mínimo, 10% (dez por cento) dos recursos do FUNDEB.

(...)

2.6 - Obras com indícios de irregularidades

(...) não se constata, nesta área temática, a existência de dotação em desacordo com orientações emanadas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI. Não há, portanto, providência a ser adotada por esta relatoria.

2.7 - Compatibilidade com normas constitucionais e legais

Em relação a esta Área Temática, a proposta encaminhada pelo Poder Executivo é compatível com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF).

Também se verifica a compatibilidade com a Constituição Federal, conforme item 2.4 deste Relatório, ressalvada a aplicação dos recursos decorrentes da arrecadação da contribuição do salário-educação (fonte 113). Nesse caso, parte da mencionada fonte de recursos foi utilizada no financiamento da ação 00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE), no valor de R$ 2.723,3 milhões.

(...)

Sugere-se, portanto, que o Relator-Geral analise a situação e considere a possibilidade de adoção de medida corretiva no sentido de alocar R$ 2,7 bilhões oriundos da contribuição do salário-educação no objeto de sua vinculação (...).

(...)

Também verificamos a compatibilidade desta Área Temática com a LDO para 2018.

Com relação ao Plano. Plurianual 2016-2019 (Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016), a proposta de Lei Orçamentária é compatível com diretrizes, objetivos e metas estipulados para a administração pública federal, ressalvada a meta de implementação do Custo Aluno Qualidade inicial, alinhada com a meta 20 do Plano Nacional de Educação.

(...)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O PPA estipula ainda metas de universalização de caráter nacional, alinhadas com as metas do Plano Nacional de Educação, a serem buscadas em comum com os demais entes federados (...).

(...)

2.7.1 - Plano Nacional de Educação

Para a área educacional, há ainda a necessidade de verificar a compatibilização desta Área Temática com as diretrizes, metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), política de Estado que orienta a ação de União, Estados, Distrito Federal e Municípios no exercício da competência comum pela oferta educacional de qualidade.

O PNE estabelece, em seu art. 10, que o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do Plano, a fim de viabilizar sua plena execução.

O Plano Nacional de Educação fixa expressamente para 2016 a universalização da educação infantil na pré-escola (meta 1) e do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos (meta 3). No entanto, por força do disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, deveria ser universalizada, até 2016, a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, o que contempla também a universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos (meta 2). Para 2016, estava prevista ainda a implantação do Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi (estratégia 20.6).

(...)

5 - Das emendas apresentadas

Foram apresentadas 1.177 (mil cento e setenta e sete) emendas à programação dos Ministérios que integram a Área Temática III, sendo 1.085 (mil e oitenta e cinco) individuais e 92 (noventa e duas) coletivas, incluindo nessas últimas 2 (duas) emendas de remanejamento. Após análise, uma emenda de remanejamento de Comissão foi rejeitada por este Relator. Assim, restaram aprovadas 1.176 (mil cento e setenta e seis) emendas, sendo 1.085 (mil e oitenta e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cinco) individuais e 91 (noventa e uma) coletivas. Ao MEC foram destinadas 891 emendas, e ao MinC, 285.

Dentre as emendas coletivas apresentadas, 77 (setenta e sete) foram de autoria das bancadas estaduais e 15 (quinze) das Comissões Permanentes, sendo 9 (nove) no âmbito da Câmara dos Deputados, 4 (quatro) do Senado Federal e 2 (duas) de Comissões Mistas do Congresso. Das emendas de bancada, 69 (sessenta e nove) foram de apropriação não impositivas e 7 (sete) impositivas. As emendas de remanejamento foram 2 (duas): uma de bancada e outra de Comissão.

(...)

5.1 - Dos recursos para o atendimento às emendas

Para atendimento das emendas individuais apresentadas nesta Área Temática III, foram utilizados os recursos destinados a essa finalidade, conforme disposto no item 18.I do parecer preliminar, parte especial. Já para atender as emendas coletivas de apropriação, esta relatoria utilizou os recursos transferidos pelo Relator Geral, conforme previsto nos itens 18.II e 19.I do mencionado parecer, sendo 312,4 milhões de reais para as emendas impositivas de bancada e 253,2 milhões de reais para as demais.

Com exceção da descentralização de 170,6 milhões de reais da unidade orçamentária "26101 – Ministério da Educação – Administração Direta" para as unidades federais de ensino, conforme mais adiante detalhado no item 6 deste relatório, resolvemos preservar integralmente as programações dos Ministérios da Educação e da Cultura. Esses 170,6 milhões de reais foram utilizados para atender as ações de expansão e reestruturação das universidades e dos institutos federais objeto de emendas coletivas de bancada não impositivas, conforme explicitado no supracitado item 6.

A quantidade e o valor das emendas coletivas e individuais de apropriação aprovadas estão demonstrados na Tabela XVIII (...).

5.2 - Dos critérios de atendimento das emendas

Todas as emendas individuais foram analisadas, ajustadas, quando necessário, e atendidas exatamente pelo valor solicitado. Também foram atendidas as solicitações de remanejamento de valores entre emendas de mesmo autor, conforme Tabela XVII anteriormente mencionada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Já as sete emendas indicadas pelas bancadas como de execução obrigatória, nos termos da LDO 2018, foram ajustadas e atendidas com recursos repassados em conformidade com o item 18.II do parecer preliminar, parte especial.

Quanto às demais emendas coletivas de apropriação das bancadas, diante da impossibilidade de conseguir aprová-las integralmente, decidimos distribuir os recursos de forma inversa e proporcional aos Índices de Desenvolvimento Humano — IDH das Unidades da Federação. Assim, aquelas com menor índice receberam uma parcela maior dos recursos, de modo a dar uma atenção especial à população que reside nas Unidades da Federação menos desenvolvidas.

Também procuramos, dentro do possível, valorizar as emendas de Comissões, pois essas, além de ter alcance nacional, reforçam importantes programas e ações que já se encontram em execução.

5.3 - Dos ajustes técnicos das emendas

Na elaboração dos respectivos pareceres, foi necessário efetuar ajustes em algumas emendas, seja para adequá-las às normas vigentes, seja para corrigir inadequações técnicas. De todo o modo, restou preservada a intenção manifestada pelos autores nas justificativas das proposições. Na maioria dos casos, contatamos os gabinetes dos senhores Parlamentares ou dos representantes das bancadas ou das Comissões que encaminharam solicitações de alteração por meio do sistema destinado a essa finalidade — Sistema de Solicitações de Ajuste a Emendas.

5.4 - Emendas de Relator

No âmbito desta Área Temática não foram apresentadas Emendas de Relator.

6 - Acordo para assegurar dotações específicas para a reestruturação e expansão das unidades federais de ensino

Ao analisar a proposta orçamentária do MEC, restou constatada, de forma inédita, a centralização na administração direta do MEC de quase a totalidade dos recursos destinados à reestruturação e expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica e das de ensino superior — ações “20RG Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional” e “8.282, Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior”.

Entendemos que diante da escassez de recursos, na elaboração do projeto da lei orçamentária, optou-se por priorizar a unidade central do sistema. No entanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não podemos deixar de reconhecer que essa concentração, na magnitude que foi feita, reduz substancialmente a capacidade de organização e planejamento das unidades de ensino, o que pode trazer prejuízos à continuidade dos investimentos.

Essa questão foi objeto de discussão nas várias reuniões em que estivemos com diversos dirigentes de institutos federais de educação profissional e tecnológica e de universidades federais. Ficou evidente a preocupação no sentido de encontrar uma solução para a falta de recursos em investimentos nas mencionadas instituições de ensino.

Desse modo, em atenção às reivindicações recebidas, e com o fundamental apoio do Relator-Geral, construímos um acordo para assegurar que cada unidade de ensino federal em comento tenha uma dotação específica para continuar o processo de reestruturação e expansão de suas instalações.

Assim, propõe-se redistribuir parte dos recursos alocados na administração direta do MEC 188,9 milhões de reais, correspondentes a 70% da dotação consignada à ação "20RG — Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional" e 453,3 milhões de reais, equivalentes a 75,1% da Ação "8.282 — Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior" às unidades orçamentárias das referidas instituições de ensino federal conforme demonstrado no Anexo I.

Devido às limitações constantes do parecer preliminar, esta Relatoria Setorial só pôde atender, nesta fase do processo, àquelas unidades de ensino que receberam emendas das respectivas bancadas. As demais unidades serão atendidas na fase do Relator-Geral.

Portanto, decidimos remanejar 123,7 milhões de reais da programação orçamentária "12.364.2080.8282.0001 — Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior — Nacional" da unidade orçamentária 26101 — Ministério da Educação — Administração Direta, para as universidades federais que receberam emendas no âmbito desta área temática e que não possuem subtítulo com destinação específica.

O detalhamento dos valores redistribuídos para as universidades, por esta Relatoria Setorial, encontra-se relacionado na Tabela XIX.

Do mesmo modo, remanejamos 46,9 milhões de reais da programação orçamentária "12.363.2080.20 RG — Expansão e Reestruturação de Instituições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Federais de Educação Profissional — Nacional", também da unidade orçamentária 26101 — Ministério da Educação — Administração Direta, para os institutos federais de educação profissional e tecnológica que receberam emendas no âmbito desta área temática.

O detalhamento dos valores redistribuídos para os institutos, por esta Relatoria Setorial, encontra-se relacionado na Tabela XX.

É importante salientar que, dessa maneira, o saldo final do atendimento às emendas de bancada relacionadas nas Tabelas XIX e XX resulta da soma do valor remanejado da administração direta do MEC com a parcela recebida pela emenda referente à distribuição dos recursos repassados a essa área temática pelo Relator-Geral para atendimento das emendas coletivas — item 19.1 do parecer preliminar.

Em relação ao critério de repartição dos recursos entre as unidades orçamentárias, optamos por utilizar como base a média histórica recente, ou seja, a média dos valores consignados nas propostas orçamentárias de 2016 e 2017 nas ações 20RG e 8282. Após calcular essa média, destinou-se o valor percentual que ela representava em relação ao total médio distribuído para as instituições em cada ação. Esse percentual foi aplicado para distribuir os recursos remanejados. Com isso, a redistribuição assegura que cada unidade orçamentária tenha, em média, a mesma participação relativa dos dois últimos anos.

Pelas razões expostas, e dada a importância das instituições federais de ensino superior, profissional e tecnológico para o desenvolvimento do País, esperamos que o acordo aqui descrito receba o apoio dos nobres pares. Convém anotar que, para implementá-lo, será necessário autorizar o Relator-Geral a efetuar o remanejamento dos recursos, conforme apresentado no Anexo I deste relatório.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, nosso voto é no sentido de que esta Comissão Mista:

I – aprove o Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente, relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática III — Educação e Cultura;

II – autorize o Relator-Geral a implementar as indicações constantes do item 6 e Anexo I deste Relatório.

Sala da Comissão Mista, 5 de dezembro de 2017.

Senador Davi Alcolumbre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Relator Setorial."

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Misael Varella, que relatou a Área Temática de Educação e Cultura.

Antes de qualquer coisa, aproveito para cumprimentar a Senadora Rose de Freitas, ex-Presidente desta Comissão, uma das especialistas nesta matéria e que muito nos honra com sua presença. Além do mais, ela é uma correligionária, uma amiga, uma Senadora extremamente dedicada e destacada do Senado Federal. Seja bem-vinda. Fique à vontade. Vou arrumar uma cadeira na mesa para V.Exa., Senadora Rose, futura Governadora do Espírito Santo, pois está com jeito de Governadora. *(Riso.)*

Muito bem. Vou colocar em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Misael Varella.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia, Sr. Presidente. Na verdade, eu queria saber como eu vou discutir um relatório de um tema importante como a educação se o Relator não está aqui e o Relator-Geral também não.

Eu tenho muitos questionamentos em relação ao relatório, que promove uma forte queda no investimento em educação e que causa problemas graves em termos de alocação.

Eu gostaria de falar do relatório e também fazer um apelo ao Relator *ad hoc* para que faça uma recomendação ao Relator-Geral. Eu, sinceramente, fiquei incomodada por ninguém ter prestado atenção no que foi dito sobre uma área importante dessas. Ninguém acompanhou. E nem os Relatores sequer estavam aqui, nem o Geral nem o Setorial.

Eu vou começar a pontuar, Sr. Presidente.

Ficamos fazendo um teatro e parece que não vamos chegar a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou solicitar a presença do Relator-Geral, porque nós poderemos, em comum acordo com o Relator *ad hoc*, de repente, receber algumas recomendações ou destaques que V.Exa. mencionar.

Então, eu vou pedir a V.Exa. que aguarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu passo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos e, em seguida, eu passarei a V.Exa., ao tempo em que o Relator-Geral retorna. Assim, nós ampliaremos a discussão. Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nobre Senador Dário, demais Senadores presentes nesta sessão, saúdo a nossa ex-Deputada Federal Rose de Freitas, que foi Relatora do Orçamento, e, como Senadora, também presidiu esta Comissão. A Deputada Rose é catedrática em Orçamento e sempre tem dado grandes contribuições. É uma alegria e uma satisfação tê-la neste debate, até porque, com certeza, V.Exa. vai contribuir com o relatório final deste Orçamento para 2018.

Nobre Senador, nós realmente queremos hipotecar solidariedade à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende pelo seu posicionamento sobre a necessidade de nós termos Relator.

A área educacional é crucial para o desenvolvimento do País. Os investimentos alocados para 2018, claro, não têm reflexo imediato como uma obra propriamente física, que tem reflexo visível. A educação é um investimento a médio e longo prazos. Há vários exemplos de países, como a Coreia do Sul, que investiu vários anos nessa área. Lá o ensino fundamental dura 9 anos.

Nós temos alguns destaques apresentados pela bancada do Estado do Ceará, cujo Coordenador é o Deputado Cabo Sabino, e também apresentamos destaques em alguns investimentos. O destaque da nossa bancada tem por objetivo atender a universidade federal, o Hospital das Clínicas, o ensino superior e também, de suma importância, os institutos federais.

Na Tabela XX, foi de suma importância o Relator remanejar os recursos do Grupo de Natureza de Despesa — GND 4, da administração direta, cerca de 46,9 milhões de reais, para dotações específicas para os institutos federais.

Isso é importante, até porque, se nós enxugarmos a administração direta, com certeza haverá recursos para investimento. Entretanto, o meu questionamento é na distribuição igualitária, sem desmerecer, é claro, os demais Estados.

Historicamente, o Estado do Ceará, em termos de profissionalização e de estrutura nos institutos federais, tem avançado e tido bastante resultado. Se hoje o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ceará tem uma siderúrgica, isso se dá porque os institutos federais já formaram recursos humanos para atender à demanda da siderúrgica.

Nesse caso, a dotação desse remanejamento foi igualitária. Se observarmos, foram atendidas as demandas através de 4 milhões de reais. Eu próprio, assim como alguns Parlamentares, estou colocando emenda individual de minha autoria para o instituto federal na cidade de Maranguape.

Nós temos aqui o material fornecido pelo instituto federal. Srs. Senadores e Deputados, são mais de 30 equipamentos que vêm contribuindo para o desenvolvimento em vários Municípios do Estado do Ceará, como Horizonte, Canindé, Crateús e Paracuru. Em muitos deles, a situação é como essa das fotos: obras paradas há 3 anos, 4 anos. Isso é Custo Brasil.

Já que o Relator está repassando para o Relator-Geral essa missão, queremos fazer uma redistribuição nesse remanejamento da dotação orçamentária e proporcionar uma proporcionalidade para aqueles Estados que possuem demandas como essa. Além de nossas emendas individuais, que nós poderíamos já estar alocando para outras áreas com saúde e infraestrutura, há necessidade, sim, de alocarmos para os Municípios.

Então, queremos que isso seja reestabelecido e que haja um acréscimo nesses destaques, a fim de que nós possamos, através dos institutos federais, contribuir para o desenvolvimento.

Por exemplo, lá em Tabuleiro do Norte há todo um potencial na área Metalmecânica. Enfim, existem várias áreas em que os institutos federais vêm atuando para que possamos ter, acima, esse curso — sem nos esquecermos do hospital universitário. Como médico, sei da importância da Faculdade de Medicina e do hospital universitário para o povo cearense, na formação e no atendimento médico.

Então, os nossos destaques — e também os da bancada — dão-se no sentido de que se faça o restabelecimento do pleiteado pelos nossos Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Sabino.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Permita-me, Sr. Presidente, apenas fazer um registro, como Coordenador da bancada do Ceará, e acompanhar o pleito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Deputado Raimundo Gomes de Matos nesse sentido. Nós apresentamos destaque para remanejamento exatamente nos valores apresentados.

A bancada do Ceará poderia muito bem ter apresentado emendas para obras do Estado do Ceará, mas achamos por bem que as emendas de bancada fossem para obras federais, para institutos federais, como é o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará — IFCE, inclusive o Hospital Universitário Walter Cantídio, que é o Hospital das Clínicas em nosso Estado.

Nós encaminhamos mais de 350 milhões, mas o que está ficando não dá 1% disso. Nós entendemos que temos um orçamento resumido, mas há possibilidade, nós acreditamos, de remanejamento de recursos de outra área para beneficiar os institutos federais. Nós temos mais de 36 *campi* do IFCE no Ceará, espalhados por 184 Municípios, em regiões que atendem um público muito forte de jovens que dependem dessa educação para assegurar seu futuro no mercado de trabalho.

Então, nós assegurarmos tão pouco significa termos um retrocesso na educação, na qualificação. E, acima de tudo, isso significa negar a esses jovens uma oportunidade no mercado de trabalho, que está a cada dia mais seletivo.

Peço ao Relator que use sua sensibilidade e busque junto ao Relator-Geral um melhor remanejamento dessas verbas para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, conforme a bancada cearense solicitou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A bancada de V.Exa. vai apresentar o destaque?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Já foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, voltaremos a discutir esta matéria com a presença do Relator-Geral. Aliás, o Relator-Geral, Deputado Cacá Leão, encontra-se na sala de reunião desta Comissão atendendo as Forças Armadas. E ele me relatou aqui que, tão logo se desvencilhe dessa responsabilidade, voltará à Comissão, como sempre esteve em todas as discussões. Ontem ele esteve aqui do início ao fim da análise de todos os relatórios setoriais. Portanto, quero só dar esse esclarecimento a V.Exas.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. que já determinasse — embora nada tenha a ver com a discussão — o prazo de até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

14h para a apresentação de destaques. Ao mesmo tempo, peço que V.Exa. — terminada essa fase de leitura de relatórios e encerramento das discussões — permita a realização de uma reunião na sua sala para discutirmos procedimentos, para que sejam possíveis alguns ajustes que se fazem necessários, em virtude de alguns dados técnicos que nós recebemos.

Se V.Exa. puder marcar essa reunião, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Faremos, então, uma reunião de Líderes por volta de 14h. *(Pausa.)*

A proposta de V.Exa. é a de suspendermos a reunião agora?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A sugestão é que, terminada esta fase — ou seja, estamos discutindo o último relatório e deve ser encerrada a discussão —, V.Exa. suspenda a reunião. Aí vamos para a reunião de Líderes e, enquanto isso, até às 14h, estariam sendo apresentados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Aceito a sugestão de V.Exa.

Tão logo concluamos a discussão da última área temática, que é Educação e Cultura, já convido as lideranças desta Comissão para uma reunião em nossa sala.

Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Primeiro, bom dia às senhoras e aos senhores.

Eu queria, Sr. Presidente, fazer uma observação e um pedido — e gostaria que isso constasse em ata. O pedido é que, para o próximo ano, os demais membros das Comissões Temáticas, se forem membros desta Comissão, possam apresentar destaques de Comissão. E por quê? O que está acontecendo para apresentarmos destaques? Estamos tendo que localizar os Presidentes de Comissão ou algum outro colega Deputado ou Deputada que presidam uma Comissão para que eles apresentem destaque. Como hoje é terça-feira, alguns ainda não estão em Brasília; outros estão compreendendo essa necessidade e autorizando, por telefone, essa apresentação — como foi o caso do Deputado Hiran Gonçalves, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família. Mas outros não estão compreendendo essa metodologia, e nós estamos com dificuldade de apresentar os destaques, por falta, na Casa, por ser hoje terça-feira, de membros das Mesas das Comissões Temáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, isso é muito complexo. Acho que temos que estudar uma alteração do Regimento, para que possamos garantir a apresentação dos destaques aos relatórios setoriais, conforme vieram as emendas das Comissões Temáticas.

Outra observação, Sr. Presidente: quero falar sobre o relatório da Educação. Também vamos apresentar destaques, porque nos preocupa a situação dos hospitais de ensino — e aqui cito de novo o caso de Santa Catarina, como fiz ontem à noite. Lá em Santa Catarina já houve todo o processo seletivo para a contratação de recursos humanos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares — EBSERH.

Pasmem, nobre Presidente desta Comissão, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Senadores e Senadoras: aquilo que estava proibido por lei, que era manter os contratos pelas fundações, não está sendo observado. Estão esses contratos tendo que ser renovados, porque não há previsão orçamentária para que a Universidade Federal de Santa Catarina possa chamar os selecionados pela EBSERH.

Então, de novo, estão tendo que autorizar a renovação desses contratos pelas fundações, por absoluta falta de orçamento para que a gente mantenha os hospitais universitários.

Impossível pensarmos que, de uma hora para outra, possam sair 160 servidores do Hospital Universitário de Santa Catarina, porque não se pode mais contratar pela fundação e não há previsão para a contratação pela EBSERH.

Então, o relatório da Educação é preocupante também no sentido de manutenção dos hospitais universitários. E, se não estou equivocada, só há um hospital universitário, o do Rio de Janeiro, do Fundão, que não aderiu. Se esta é a política definida pelo Governo por lei, que definiu que a contratação tem que ser feita pela EBSERH, temos que dar estrutura para a manutenção desses hospitais, que são estratégicos para a maioria absoluta dos Estados brasileiros.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu queria registrar a dificuldade da bancada do Rio de Janeiro, de maneira geral.

Na área de educação nós apresentamos oito emendas. A bancada priorizou a área, tendo em vista a questão vivenciada pelas nossas universidades e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

especialmente, pelos nossos hospitais universitários. Acho que todo mundo está acompanhando a situação da saúde no Estado — aliás, não só da saúde, mas de todo o Estado. Mas a situação da saúde no Estado é mais dramática ainda. Talvez, segurança e saúde sejam hoje as duas grandes dores de cabeça que todos nós, Parlamentares do Rio, temos.

Sr. Presidente, entendi a boa vontade do Senador Davi Alcolumbre, mas teremos que destacar essas matérias. Não posso admitir, por exemplo, que tenhamos para o complexo hospitalar da UFRJ, que é Hospital Clementino Fraga Filho, um hospital importantíssimo no Estado, 900 mil reais. O que fazemos com 900 mil reais?

Para V.Exa. ter uma noção, para o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, que é referência no tratamento de AIDS no Rio de Janeiro, foram destinados 2 milhões e 900 mil reais. Com esse dinheiro não pagamos o custeio de 2 meses, Sr. Presidente.

O problema é que o Rio é grande demais, os problemas são grandes demais, até por ser a segunda capital do País. E os valores, infelizmente, talvez pudessem acudir alguns Estados, mas o nosso, tendo em vista a população, não acolhem ou acodem.

Então, Sr. Presidente, tanto eu como nosso coordenador, Deputado Hugo Leal, estamos aqui desesperados. Para V.Exa. ter uma noção, o valor de custeio para as universidades de nível superior não federais é de 871 mil reais. E temos três universidades: o Centro Universitário Estadual da Zona Oeste — UEZO, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro — UENF e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ. E todos temos acompanhado o que está acontecendo com a UERJ. Com esses valores será muito difícil para nós.

Então, faço esse apelo ao Relator-Geral, mas também ao Senador Davi Alcolumbre, para que possam rever os valores que foram autorizados, digamos assim, neste momento, para as emendas da bancada do Rio de Janeiro.

São essas as considerações, Sr. Presidente.

Sei que o dinheiro não é muito, sei que é sempre muito difícil, mas não é possível que, para o segundo Estado em população da Federação, se tenha apenas esses valores consignados, com a crise fiscal que lá se instalou.

Obrigado a V.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Obrigado, Sr. Presidente.

Estamos analisando o orçamento e todos sabemos que ele é curto. Quero aproveitar este momento aqui, na presença de todos os representantes de todos os partidos, para levarmos essa mensagem para os nossos Estados: isso não é só crise fiscal, mas crise de gestão nos Estados.

Estamos às vésperas de uma emenda da Previdência, e os Estados têm uma dívida maior do que a dívida do Brasil, mas as pessoas não estão levando isso a sério. Então, nós temos que aproveitar esses déficits aqui. Eu vejo o apelo da Deputada Laura Carneiro, que é muito justo, mas temos recebido pela televisão informações do quanto anda a gestão do Estado do Rio de Janeiro, que precisa ser acertada. É preciso estancar a corrupção, é preciso fazer uma reforma de Estado, e não só lá, mas também no meu Estado e em outros mais.

Acho que a mensagem que tem que ficar da aprovação do Orçamento é a de que não temos recursos. Acabou a farra! É preciso que encaremos isso com realidade. Estamos vendo que há uma dificuldade para discutir a reforma da Previdência. E tenho dito sempre que a questão da Previdência não é de estoque, não é aquilo que temos para receber ou cobrar. Aliás, estamos cobrando muito mais intensamente agora, como passou para a Receita Federal, o que o INSS não fazia de bom grado. Então, nós não temos um problema de estoque, nós temos um problema de fluxo.

Num passado muito recente, tínhamos nove inativos contribuindo para um ativo. Hoje, vamos chegar a 1,6 inativo para 1 ativo! E tem gente aqui que não está levando a sério essa reforma. Precisamos entender que o dinheiro acabou! Para melhorarmos a questão da infraestrutura e a questão desses custeios, vamos ter de aumentar o déficit, e o Brasil aceita... Muita gente aqui está com um discurso de que o Governo não quer financiar isso, não quer financiar aquilo... A economia do Brasil é conectada com a economia mundial. Ou sinalizamos que estamos partindo para um ajuste ou ficamos insolúveis. E o que acontece com o insolúvel? Não vê investimento para o Brasil.

Portanto, vamos aproveitar este momento de aprovar o Orçamento e fazer esta reflexão nesta Comissão: não há dinheiro! Para se ter dinheiro, ou se pega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

financiamento ou se corta na carne. Lamentavelmente, estamos tendo que cortar na ciência e tecnologia, na educação, na saúde, o que é muito ruim.

Era esse o registro que queria deixar nos anais da Comissão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dário Berger) - Agradeço a V.Exa. O comentário de V.Exa. é muito lúcido frente às nossas dificuldades, sobretudo às expectativas dos nossos Estados quanto ao desempenho desta Comissão. E certamente, em função da crise, do momento, da falta de recurso e do rombo que ainda temos nas contas públicas de 159 bilhões de reais, não será uma tarefa fácil para todos nós aqui elaborarmos um orçamento que faça frente às necessidades do povo brasileiro. Mas é uma fase; é preciso ter essa compreensão. E V.Exa. sintetizou muito bem os problemas que estamos vivendo e que precisam ser observados pelos membros desta Comissão.

Deputada Laura Carneiro, V.Exa. quer a palavra novamente? *(Pausa.)*

Em seguida, passarei ao Deputado Marcon e à Deputado Professora Dorinha Seabra Rezende. Poder ser? *(Pausa.)* Então, volto com V.Exa., que foi a primeira inscrita. O Relator-Geral já se encontra presente. Fiz essa deferência a V.Exa., mas lhe pergunto se permite que eu passe a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e, em seguida, a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, só quero fazer um registro. Quem dera estivesse ao meu alcance e do Deputado Hugo Leal acabar com a corrupção do Rio de Janeiro. Eu acho que é notório que essa não é uma questão de um ou de dois, no Rio de Janeiro, infelizmente. Mas os serviços judiciais estão tratando das investigações e das eventuais punições.

Mas não pode o Orçamento da União ficar refém disso. Se o Governo Federal não aceita o que está acontecendo no Rio de Janeiro, basta intervir. Intervém, aproveita e paga os 40 bilhões de débito! Isso já resolveria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, na verdade, de maneira geral — e acho que já foi comentado aqui por todos —, houve o decréscimo do orçamento para a educação. Eu fiz algumas anotações. E, embora o Relator não esteja presente, agradeço ao Deputado Misael a leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A minha maior preocupação é em relação à educação básica. Realmente houve um decréscimo significativo do orçamento do MEC. Logicamente, como fui Relatora, tenho ideia da situação que o Relator teve que enfrentar ao fazer cortes e reorganizar. Mas eu queria chamar atenção para o fato de que no Brasil há em torno de 40 milhões de alunos na educação básica. O ensino superior, a parte federal e os institutos federais realizam um grande trabalho. Todos nós estamos acompanhando os grandes desafios em relação ao atendimento. Quando o Ministro Mendonça assumiu o Ministério, ele encontrou uma dívida muito grande em relação a obras paralisadas, a benefícios não saldados, a programas, cuja dívida era enorme.

Não estou dizendo que não há esforço, mas a nossa preocupação é em relação à educação básica. Olhando todos os quadros dos programas contidos no relatório, há programa com decréscimo de 72%! Se observarmos a parte de investimentos, há quase 50% de redução de investimento. Em relação à proposta anterior, ou seja, do ano de 2017, que já não é um ano bom, houve uma redução de 3, 5 bilhões.

Quando olhamos o quadro da situação da educação básica, a única área em que houve crescimento é a de pessoal, que é um crescimento vegetativo. Cresceu muito! A despesa com os hospitais universitários também cresceu. A educação superior se mantém mais ou menos estabilizada. Não é um ano bom, mas ela está estabilizada. O orçamento para a educação básica vem caindo desde 2016 e agora houve nova queda de 7,5%.

Por que estou colocando essa situação, Relator? É que eu sei do maior desafio, tenho os números, os números de que estou falando não são novidade — e todo mundo está com o relatório em mãos — e temos um quadro fácil de comparação, mostrando crescimento de pessoal, queda de investimento, queda para a educação básica. Enfim, são situações que nós compreendemos, embora ache que precisem ser enfrentadas. Existe um plano nacional, que está sendo ignorado, o Custo Aluno-Qualidade também. Mas aonde eu quero chegar?

O Relator da receita, o Senador Ataídes Oliveira, trouxe no seu relatório o reconhecimento de um crescimento favorável em torno de 4,9 bilhões de reais. Com a Emenda à Constituição nº 95, nós temos um engessamento do ponto de vista orçamentário, mas, na educação, nós temos a possibilidade de usar a complementação do FUNDEB, que não entra no teto dos gastos. E vou entregar ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

senhor a sugestão feita pela assessoria de consultoria da Comissão de Educação. Com a complementação desse valor no FUNDEB, nós teríamos condição de melhorar o atendimento. Hoje, a lei diz que, no mínimo, são 10%, mas chegaríamos a 13%. Além de atender aos nove Estados mais pobres, que são os Estados do Nordeste que já são atendidos, nós teríamos a condição de incluir mais três Estados dentre os mais pobres do Brasil. Isso proporcionaria o atendimento à educação básica, onde há quase 40 milhões de estudantes, com queda no orçamento. E há uma abertura dentro, do ponto de vista legal, dentro de um orçamento, o que seria um ganho — e haveria essa condição —, e poderíamos direcionar para a educação básica.

Na verdade, estou pedindo ao Relator Setorial, um Relator *ad hoc,* que incorporasse essa recomendação a V.Exa., como Relator-Geral, para que faça esse estudo da viabilidade de atendimento nessa área, onde existe um amparo constitucional que é uma "folga de recursos" — entre aspas — que daria margem de atendimento à educação básica. Então, faço esse pedido ao Relator a que atenda essa recomendação — e V.Exa. vai estudar junto com a equipe de assessoria —, destacando a situação grave que vemos em todos os Ministérios e lembrando que a educação, como é uma área de direito subjetivo, tem uma série de implicações, além de todo o reconhecimento como área estratégica.

E faço um apelo ao nosso Presidente. Nós estamos demonstrando, desde ontem, uma boa vontade em relação aos relatórios setoriais, ao não cumprimento de prazos, à questão do não cumprimento do interstício, e isso tem uma implicação. Por exemplo, eu estou apresentando uma emenda de recomposição de uma emenda já apresentada pela Comissão de Cultura. Não estou diminuindo o que eles votaram em colegiado e não estou mudando o que foi deliberado. Eu estou tentando ajudar a Comissão de Cultura. Mas eu não posso ficar campeando Deputado ou Senador que não está Casa! Ou nós vamos para uma situação de obstrução para poder ganhar tempo de o Deputado ou Senador chegar à Casa, ou nós teremos a boa vontade de apresentar e colher assinatura até o final do dia, porque, senão, nós não temos como fazer isso.

Eu entendo perfeitamente que a resolução tentou proteger algumas coisas que já ocorreram que eram absurdas. Mas, no caso em que a emenda apresentada, o destaque apresentado, não fere o deliberado na Comissão, não fere o que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deliberado pela bancada, eu não vejo nenhuma incoerência em se aguardar. Eu não tenho é como buscar alguém que não está na Casa, que não atende ao telefone, para assinar um destaque de área que já foi deliberado e que estou simplesmente tentando ajudar.

Então, peço essa boa vontade do colegiado, porque é uma situação pela qual não sou só eu que estou passando. Eu quero apresentar um destaque de recomposição de algo que já foi deliberado no coletivo: ou numa Comissão ou numa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bom, primeiro, há algumas questões que nós temos que observar no Regimento e outras questões que nós podemos encaminhar através do entendimento. Parece-me que essa questão da apresentação de destaque para emenda de bancada...

Até aproveito a oportunidade para mencionar que estava aqui sentado, no início da nossa reunião, o Deputado Federal João Paulo Kleinübing, que é o Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e coordenador da bancada federal. Ele veio me trazer a preocupação com relação aos destaques que a bancada gostaria de apresentar.

Ora, vamos ser sinceros. O calendário do desenvolvimento dos trabalhos da Comissão de Orçamento foi distribuído. Os Líderes e os coordenadores de bancada deveriam ser os mais interessados nesta discussão. Ao mesmo tempo, eles não delegam essa responsabilidade. Basta eles mandarem uma mensagem pelo WhatsApp, um fax, um memorando, uma carta, um ofício, um *e-mail* ou sei lá o quê, que respaldaria, evidentemente, um membro desta Comissão para falar em nome da bancada. E o Regimento não prevê isso.

Eu fico com a preocupação de que, daqui a pouco, possamos ser chamados a dar explicação sobre um tema que, em minha opinião, é extremamente importante e relevante, haja vista que os Líderes e os coordenadores de bancada deveriam ser os primeiros a estar aqui, porque deles dependem os encaminhamentos dos trabalhos desta Comissão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, ontem...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, nós poderíamos pensar no Regimento, mas, se pensarmos no Regimento, nós não poderíamos estar fazendo o que estamos fazendo. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos fazendo um exercício de boa vontade. Eu nem poderia apresentar destaque sem ter conhecimento do relatório setorial. Então, nós abrimos mão.

Eu compreendo a fala de V.Exa., mas, se eu for cumprir o Regimento, todos nós teremos uma série de *kits* de obstrução para ganhar tempo de pegar uma assinatura, como quebra de interstício. Essa não é a nossa intenção, e sei que não é a sua também. Só queria que nós tivéssemos essa boa vontade, para encontrar, no meu caso, uma emenda de Comissão: uma de educação e uma de cultura. Mas nós não conseguimos falar com o Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Volto a insistir que, de bancada, é relativamente difícil; de Comissão, também é difícil. Mas vamos discutir esta matéria. Eu não sei se nós temos condições de deliberar esta questão no entendimento e também no acordo.

O que o Regimento diz — e V.Exa. aborda a questão — é o seguinte: o art. 136 ou 138, que é a questão do interstício, especifica que o interstício pode ser alterado se houver acordo da maioria dos membros desta Casa, o que não é o caso. Ele é omisso com relação à deliberação quanto à flexibilização dos coordenadores das bancadas estaduais.

Portanto, em minha opinião, uma coisa é relativamente diferente da outra situação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou ouvir a Professora Dorinha e, em seguida, ouço V.Exa.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, eu não estou dizendo que é a mesma coisa. Eu estou só dizendo que, se fôssemos seguir, teríamos que fazer uma votação de interstício com maioria absoluta, uma votação nominal. V.Exa. sabe disso.

E o que nós estamos querendo...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Estamos tentando achar uma solução.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - ...é encontrar uma alternativa. Nosso interesse aqui, por exemplo, é uma emenda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Comissão para uma emenda nacional. Então, eu não tenho uma preocupação individual.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, ontem, nós discutimos esse assunto à noite e chegamos à conclusão de que, no que diz respeito à bancada, precisaria da assinatura do coordenador. Mas não chegamos ao mesmo entendimento no que diz respeito à Comissão. Em princípio, sendo membro de uma Comissão, você pode apresentar o destaque!

Mas, apesar de adiantarmos o prazo de destaque, de adiantarmos a votação dos relatórios, fica difícil achar os Presidentes. Por exemplo, na Comissão da Mulher está tudo bem, pois sou a Vice-Presidente e vou apresentar. Mas quanto à da Seguridade, nós estamos aqui desesperados tentando achar o Presidente Iran. Mesmo que ele quisesse, não há voo para ele chegar. Ele só chega à noite. Mas já conseguiu delegar. É porque não tem voo de alguns Estados!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tudo bem, Deputada Laura. Só que é o seguinte: de Santa Catarina também não há voo. Eu vim 1 dia antes, então. Eu vim 1 dia antes! O que não pode é esta Comissão, que é formada por Senadores e Deputados, ficar na dependência de um Líder, de um coordenador de bancada, porque ele não tem avião para vir à Brasília. Desculpe-me, mas daí...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mesmo Comissão e mesmo emenda de bancada.

Quanto à questão das Comissões, parece-me que nunca faltou boa vontade desta Presidência com relação aos encaminhamentos, no que se refere aos procedimentos desta Casa. Nunca faltou boa vontade de minha parte. Pelo contrário. Há um excesso de boa vontade.

Então, quanto a essa questão da emenda de Comissão levantada pela Professora Dorinha, eu vou propor o seguinte: quando reiniciarmos a reunião, após o almoço, nós haveremos de ter uma solução para essa solicitação de V.Exa. De minha parte, eu não vejo objeção. Mas, evidentemente, vou precisar da aquiescência dos demais membros desta Comissão para assim proceder.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu entendo a boa vontade de V.Exa. Quero apresentar sugestão, para que possamos alterar essa resolução futuramente, porque nessa parte ela não tem nenhuma lógica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se nós estamos respeitando o que foi deliberado no coletivo, que foi na Comissão ou na bancada, não precisaria dessa suposta assinatura, senão entendo que estamos aqui quase que de enfeite. Mas a minha sugestão é que seja alterada. E gostaria de saber se o Deputado Misael atende à sugestão que eu fiz de colocar no relatório uma recomendação de análise, com a qual o Relator-Geral concordou. Tudo bem?

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Certamente o Deputado Misael acatará a recomendação de V.Exa., com absoluta certeza.

Com a palavra o Deputado Toninho Wandscheer.

O SR. DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER - Sr. Presidente, existe uma senha do coordenador da bancada que pode ser passada para alguém aqui da Comissão que pode fazer a emenda. É só falar com o coordenador, pegar a senha do coordenador, eu sei disso porque coordeno a bancada do Paraná. Então, pegue a senha e com ela entra no sistema. Sem a senha, não faz. Tem que ter a senha. É só ligar para o Líder da bancada ou para o assessor do Deputado que lidera a bancada, ele vai ter a senha, e, com a senha, é possível fazer isso, sem problema nenhum. Vejo que é possível solucionar essa questão dessa forma. É uma situação simples.

Por isso, precisa de autorização, e a autorização é o número da senha, para que a pessoa possa fazer, senão o sistema não aceita. E a senha pode ser pega por telefone. Eu acho que é uma forma de resolver esse problema rapidamente.

Eu só quero justificar a minha falta, Presidente. O Deputado Rubens Bueno ficará aqui defendendo o nosso destaque, porque eu tenho que ir à Comissão do Marco Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas, que eu presido, e vou ter que me ausentar. Então, só quero justificar a minha ausência aqui nesta reunião, durante o tempo que estiver lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa., que nos deu a grande contribuição, que é a questão de logística também. Embora nós possamos autorizar a apresentação da emenda, ela não entrará no sistema, e todo o trabalho que nós realizarmos aqui será inútil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, seria interessante que o coordenador de bancada pudesse mandar um *e-mail*, uma mensagem ou a senha, para que nós pudéssemos fazer aqui a alteração e propor a emenda necessária.

Vou passar a palavra agora ao Deputado Marcon e, em seguida, ao Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, estou vendo aqui que o cobertor é curto, porque o Governo não dá prioridade a investir nas questões sociais. O congelamento de 20 anos do orçamento da educação faz com que haja todos esses cortes nas emendas de Comissão e de bancada, e quem vai pagar esse custo é o Brasil, porque um País sem educação não tem desenvolvimento.

A bancada gaúcha, do Rio Grande do Sul, apresentou duas emendas para esse relatório setorial da educação. A primeira é para os institutos federais, dos quais, este ano, só no Rio Grande do Sul, já foi cortado o custeio em várias atividades em 43%. Muitos institutos federais são novos, estão em construção, estão sendo ampliados, foram criados há pouco tempo. E sei que o pedido da bancada foi em torno de 100 milhões de reais. Os institutos federais do Rio Grande do Sul ficaram com menos de 3 milhões de reais, mais precisamente 2 milhões, 899 mil e 669 reais. Com isso, sequer dá para fazer alguma coisa. Então, gostaria que o Relator-Geral ampliasse essa verba da bancada gaúcha em relação aos institutos.

Quanto à nossa universidade estadual, a UERGS, todos os anos a bancada gaúcha segue um critério: é indicada uma emenda para cada Senador. O Senador Paulo Paim sempre indicou à bancada essa emenda, que destina recursos para essa universidade pública e estadual. O pedido era de 60 milhões de reais, mas foram disponibilizados menos de 3 milhões de reais: 2 milhões e 890 mil reais. Com isso, não há a mínima condição de sustentarmos a nossa universidade, de ampliar em torno de 17 *campi* no Rio Grande do Sul que atendem a várias regiões.

Então, peço ao Relator Cacá Leão que aumente esses recursos e analise as duas demandas da bancada gaúcha, que foram votadas por unanimidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Concedo a palavra ao Deputado Valtenir Pereira. Depois, falarão os Deputados Hugo Leal e Rubens Bueno, e vamos encerrar a discussão desta matéria.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, nobres pares, só a título de contribuição, quero dizer que os destaques e as emendas de bancada e de Comissão só podem ser apresentadas pelos Presidentes das Comissões e pelos coordenadores da bancada.

Para mim, ainda a título de contribuição, nós podemos mudar a resolução, estabelecendo o seguinte: desde que não altere a natureza da emenda e seja para a recomposição. Percebo que todos estão inquietos e angustiados, porque não podem fazer o destaque imediatamente, assegurando-se o prazo, que já está praticamente vencendo, para poder fazer a recomposição, para buscar recurso maior no Orçamento para as programações.

A partir do momento em que nós estabelecermos, isso será possível. Por exemplo, eu tive que buscar a autorização do meu coordenador. Mas foi um deus nos acuda! Hoje, fiquei a manhã inteira correndo atrás do coordenador, para conseguir a sua autorização para uma única emenda. Mesmo assim, ouvi: *"Mas, por que tem que fazer isso, por que tem que fazer aquilo?"*. Foi uma perguntação...! A dificuldade é imensa. Então, se permitir isso na resolução, desde que seja para a recomposição e não mude a essência, nem a natureza da unidade programática, acredito que resolva o problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É muito importante a contribuição de V.Exa.

Eu continuo achando que os coordenadores têm que ter uma consciência diferente com relação à Comissão Mista de Orçamento. Nós não vamos perdoar quem dorme. Nós não podemos ficar esperando aqui pelo coordenador "x", "y" ou "z". Nós podemos alterar a resolução, e devemos alterá-la, na medida em que ela venha a fazer frente a uma dificuldade que nós encontramos aqui. Mas não posso permitir neste momento, um momento crucial de definição dos relatórios setoriais da Comissão Mista de Orçamento, a Comissão mais importante do Congresso Nacional, que nós fiquemos na dependência de um coordenador de bancada de qualquer Estado que seja. Francamente, eu acho que o coordenador tem que ser mais responsável nesse ponto. Deveria estar aqui presente inclusive, dando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

respaldo aos membros desta Comissão, para que efetivamente pudesse defender os interesses do seu Estado. Mas não. Inclusive some do circuito, e nós ficamos em situação difícil aqui para deliberar.

Concedo a palavra ao Deputado Hugo Leal, que está presente, e, em seguida, ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, a minha manifestação vem também apenas a título de contribuição. Sou membro desta Comissão e coordenador da bancada do meu Estado do Rio de Janeiro e, durante esses anos todos, pelo menos 6 anos, 7 anos, eu sempre me fiz presente, porque sei da importância desse dia de hoje, como são os dias de acompanhamento do relatório setorial. Mesmo que às vezes tenhamos dificuldade de recomposição de muitas dessas emendas ou rubricas, o trabalho da coordenação é exatamente esse. O trabalho da coordenação não é simplesmente reunir os Deputados e definir as emendas, mas principalmente estar aqui para fazer essa discussão e acompanhar tudo, mesmo quando não membro, porque os membros sempre têm algum detalhe especial ou algum destaque.

Aqui não resta dúvida de que, no caso do Rio de Janeiro, nós sempre tivemos esse cuidado de fazer esse acompanhamento *pari passu* de toda a questão, especialmente no momento crucial que é a votação do relatório setorial, porque, depois que se vota o relatório setorial, dificilmente nós podemos dar qualquer contribuição.

Eu também quero aproveitar, na mesma linha do que defendeu a Deputada Laura Carneiro, minha colega e companheira da Comissão Mista e também da coordenadoria da bancada do Rio de Janeiro, para destacar essa preocupação que nós temos com um complexo educacional no Estado do Rio de Janeiro, que é um complexo grande, de referência nacional, sem menosprezar quaisquer dos outros Estados da Federação. Mas, no Estado do Rio de Janeiro, há pelo menos cinco instituições federais, além da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, da UNIRIO, mais os institutos federais.

E o que vemos aqui, por mais esforço que temos feito com o Deputado Davi Alcolumbre, foi que a justificativa foi uma redução. Tudo bem, até já esperávamos a redução, mas foi uma redução muito radical, especialmente para a manutenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dessas universidades. Este ano, 2017, já estamos tendo grande dificuldade para fechar a questão do Orçamento.

E aí respondo ao Deputado Pedro Fernandes, mesmo não estando presente: é óbvio, vamos separar o que é um e o que é outro. O Deputado Pedro Fernandes está aqui? *(Pausa.)* Pedro, vou responder o que é um e o que é outro.

A questão da gestão do Estado do Rio de Janeiro é o Estado que vai responder, e a população terá a oportunidade de, no ano que vem, manifestar e colocar alguém que tenha mais responsabilidade com relação ao trato da coisa pública, não só com relação à corrupção, mas também e especialmente com relação à gestão de valores.

Com relação ao nosso plano, cabe a nós, Deputados Federais... Eu tenho consciência absoluta da importância do que houve na votação da PEC do Teto dos Gastos, que acho que foi importantíssima dentro dessa adequação. É claro que ninguém quer sair daqui fazendo gastos, sem o reconhecimento, sem a devida contrapartida. Porém, o que aconteceu por parte da União, especialmente na área de educação — e aí falo pelo meu Estado —, acho que foi além da expectativa, além do que poderia ser cortado. Não resta dúvida de que o diálogo com as universidades, com os reitores especialmente, tem sido um diálogo bastante realista, nem duro, nem flexível, mas bem realista quanto ao que trata a questão do orçamento público. Porém, o que presenciamos aqui, na avaliação do Relator Setorial, foi além do que se esperava na questão do mínimo necessário para a sobrevivência, não tem investimento, não, mas, para a sobrevivência das instituições federais no Estado do Rio de Janeiro.

Quero apenas deixar essa relevância. Obviamente, estamos fazendo os destaques e, na oportunidade devida, faremos novas manifestações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dário Berger) - Cumprimento V.Exa., Deputado Pedro Fernandes, que dá um exemplo, pois, como coordenador da bancada do Rio de Janeiro, está preocupado e está presente. E quero aproveitar para cumprimentá-lo e parabenizá-lo, pois V.Exa. tem a noção exata da dimensão e da importância desta Comissão. Por isso, evidentemente se faz presente.

Com a palavra o Sr. Deputado Rubens Bueno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, peço uma permissão ao Deputado Rubens Bueno.

O único lugar que fala de coordenador de bancada é a Resolução nº 01, justamente para atender a esta Comissão. Por isso, sempre digo no meu Estado que o coordenador tem que pertencer à Comissão. É o único lugar que fala dele; não se fala em outra parte de coordenador de bancada, a não ser na Resolução nº 01.

Então, não vamos mudar a resolução. Vamos fazer com que os coordenadores façam parte da bancada das Comissões de Orçamento. É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dário Berger) - Boa sugestão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, o nosso Coordenador Toninho Wandscheer já fez os destaques das emendas apresentadas pela bancada federal do Paraná. Nesses destaques — e temos aqui vários deles —, rapidamente me permito falar na defesa e justiça o que trata do aparelhamento da estrutura da segurança pública no Estado.

Quanto ao meio ambiente, está aqui a revitalização da bacia do rio Iguaçu, que são recursos que atendem a toda a Região Metropolitana de Curitiba. Temos aqui também a unidade permanente UOPECCAN — União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer, com sede em Umuarama, que são recursos para concluir obras importantes naquela região, que atende a milhares de pessoas. Temos ainda a construção do Hospital Oncopediátrico, destinado a combater o câncer infantojuvenil — isso aqui é do Hospital Erasto Gaertner —, que é muito importante para o atendimento de todo o Estado. Há outra que trata da questão do aparelhamento, da adequação e da ampliação do atendimento de hospitais especializados no Estado.

Sr. Presidente, nosso coordenador ainda apresenta destaque com relação ao contorno rodoviário de Campo Mourão. Quero só dizer ao Presidente e lembrar ao Relator que esse contorno rodoviário já estava no Orçamento no ano passado, e negociamos a mudança desse orçamento do contorno rodoviário de Campo Mourão para as obras em andamento na região oeste. Nós combinamos e acertamos de colocá-lo no Orçamento deste ano para o ano que vem. Por isso, eu faço o apelo ao nosso Relator, o Senador Valdir Raupp, para que atenda a essa demanda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

negociada. Até há um PLN que esta Presidência patrocinou recentemente sobre isso.

Também temos a questão da adequação da BR-376, no acesso a Ponta Grossa. Nós temos mais uma emenda que trata do trecho rodoviário, do acesso a Cascavel e do acesso a Marilândia, no Paraná. E outra, Sr. Presidente, trata do trecho Cascavel-Guaíra. Esse recurso também é importante, por isso o destaque dessa emenda. Finalmente, temos a que atende ao contorno rodoviário de Maringá, da BR na divisão Paraná-Santa Catarina, na ponte sobre o Rio Paraná, e também de Guaíra.

São esses os destaques apresentados pelo nosso Coordenador, Toninho Wandscheer, para os quais eu peço a atenção de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Hoje, estamos recebendo vários Parlamentares que não fazem parte da Comissão Mista de Orçamento, o que, para nós, é um prazer muito grande. É o caso do Deputado Caio Narcio, que me solicitou a palavra.

Eu lhe concedo a palavra, Deputado Caio Narcio, com muito prazer.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agradeço, Presidente, a oportunidade. Aqui o Parlamento tem a oportunidade de legislar sobre o Orçamento e, talvez, de cumprir a função mais importante do Parlamento, que é decidir como vão ser feitos os gastos do Governo Federal durante o ano seguinte.

Eu tenho aqui algumas análises do Orçamento executado deste ano. E nós temos aqui uma possibilidade já mencionada pela Deputada Professora Dorinha. Quero pedir sensibilidade ao Relator Cacá, ao Presidente e aos pares desta Comissão.

A partir do relatório de receitas, feito pelo nosso Senador Ataídes, há a possibilidade de exercemos uma suplementação, o que pode permitir que o FUNDEB enquadre, dentro de um panorama, mais de 4 bilhões de reais para o ano que vem.

Nós temos aqui um relatório que demonstra que os investimentos na educação têm caído sucessivamente, em boa parte comprimidos por questão de pessoal e de encargos. E a questão da Previdência é crescente. Isso acaba comprimindo a questão fundamental dos investimentos na educação. Percebe-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ainda uma curva mais maléfica para a educação em todo o Brasil. Trata-se do ensino superior em crescimento desproporcional ao da educação básica.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nós estamos pleiteando aqui que, a partir do relatório do Senador Ataídes, possamos fazer a suplementação. Isso nos permitirá utilizar esses 4 bilhões de reais, para dar um enquadramento à educação básica no FUNDEB, como a Deputada Professora Dorinha já fez. Assim, nós corregeríamos uma curva que vai em sentido contrário: sobe no ensino superior e desce na educação básica. Com essa reposição — essa é a única possibilidade diante do teto de gastos —, poderíamos, primeiro, direcionar esse recurso para a área da educação. Depois, redirecionaríamos a uma área que tem perdido a importância de receitas ao longo dos anos, que tem sido sempre comprimida. Trata-se da educação básica.

Eu, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados este ano, alertado pela colega Deputada Professora Dorinha e por outros Parlamentares, peço que tenhamos a sensibilidade de poder, a partir desse raciocínio, acolher a sugestão e, dentro dessa ótica do relatório de receita do Senador Ataídes, colocar essa receita dentro do FUNDEB.

Gostaria de pedir ao Presidente e ao Relator que acolham a nossa sugestão neste momento tão importante do trabalho que temos que fazer aqui.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Vou encerrar a discussão com essa matéria.

Está encerrada a discussão.

Ainda há tempo para apresentar os destaques, até o momento que nós definimos.

Encerrada a última discussão do relatório setorial da temática educação, quero propor a V.Exas. o seguinte... Na verdade, nós avançamos bastante. A conclusão dos nossos trabalhos estava prevista para bem mais cedo do que estamos concluindo nesta primeira etapa. De qualquer sorte, eu quero propor a V.Exas. o seguinte: o retorno às 14 horas.

(Não identificado) - Às 14h30min.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Às 14h30min, nós temos que fazer uma reunião *(ininteligível).*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Às 14h30min. Então, a minha proposta já começa a sofrer alteração.

(Não identificado) - Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Emenda.

Se houver consenso, retornaremos às 14h30min.

Então, às 14h30min, nós voltaríamos para analisar e discutir os destaques; discutir e votar os relatórios setoriais.

Há outra questão importante. Já que iniciaremos os nossos trabalhos às 14h30min, vamos deixar aberto o prazo para a apresentação dos destaques até às 14 horas. Há concordância de V.Exas.? É o tempo suficiente para a apresentação dos destaques.

(Não identificado) - Até as 14 horas?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Até as 14 horas. Tem que haver um prazo.

(Não identificado) - Às 14 horas está bom.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Veja bem, Deputada Professora Dorinha, está aberto o prazo para a apresentação de destaque desde ontem.

Agora, na condução dos trabalhos, eu até admito a justificativa de que as temáticas educação e cultura talvez pudessem necessitar de um tempinho a mais, mas as outras temáticas já deveriam estar concluídas há muito tempo. Dessa maneira, solicito a compreensão de V.Exas.

Concedo um aparte a V.Exa., Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nós queríamos a compreensão não somente do nobre Senador, mas também do Relator e dos demais membros. Está estabelecido o retorno às 14 horas. Tudo bem. Mas nem sempre V.Exa. se senta à mesa para abrir os trabalhos às 14 horas.

Já que todo o processo de emenda na área da cultura está pronto no sistema eletrônico, falta só a oficialização, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que cancele a reunião tão logo a inicie. O Deputado está no voo de Goiânia para cá. O voo é rápido. Se fosse do Ceará para cá, o voo ia demorar 2 horas e meia. Mas o voo de Goiás para cá é rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O relatório dele foi entregue às 18h30min ontem, junto com o da educação.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Então, eu queria a compreensão dos nobres pares para o cancelamento da reunião no momento em que V.Exa. abrir os trabalhos. Nem sempre nós estamos aqui às 14 horas. Certo?

Então, V.Exa., na hora em que abrir...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Aceito a sugestão de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas eu volto a... *(Falha na gravação)* imediatamente dessa reunião. Como é uma reunião rápida, eu espero, faça a nossa reuniãozinha ali na sala.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito! Eu só quero definir os encaminhamentos dos trabalhos a partir das 14h30min.

Nós vamos iniciar a discussão e a votação por aqueles relatórios setoriais aos quais, porventura, não tenham sido apresentados destaques. Daí, nós podemos inclusive fazer a votação, se for o caso, de forma rápida e em globo.

Em seguida, nós vamos deliberar observando a ordem de apresentação e leitura realizada ontem. Portanto, vamos iniciar com... Quem foi o primeiro ontem? *(Pausa.)* Minas e energia é o primeiro. Depois, vamos para a temática integração nacional e assim sucessivamente, até chegarmos à educação, que foi a última temática a apresentar o seu relatório.

Era essa a proposta que eu gostaria de fazer a V.Exas. Há concordância?

(Não identificado) - E os destaques também? V.Exa. vai combinar com os sem destaque?

(Não identificado) - Primeiro os sem destaque. Depois, segue-se a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pois é, foi o que eu falei. Primeiro, apreciaremos os relatórios sem destaque. Depois, obedeceremos a ordem de apresentação dos relatórios, o que iniciamos ontem.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Há quantos sem destaque?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Foi isso o que eu acabei de perguntar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Claudio Cajado, Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu só queria, Presidente, dar uma contribuição. Conforme a sugestão feita pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos, com a qual V.Exa. concordou, se o prazo para a apresentação dos destaques acabar no momento em que V.Exa. se sentar para reiniciar os trabalhos, os relatores setoriais terão que dar um parecer sobre esses destaques. Por isso, digo que deve haver um interregno de pelo menos meia hora, para que cada Relator possa apresentá-lo.

Porém, se V.Exa. fizer essa determinação de realmente reiniciarmos às 14 horas... Eu tenho uma informação de que há quatro relatórios aos quais não foram oferecidos destaques.

(Não identificado) - Pode haver ainda.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois, é, pode haver ainda. Se não houver destaque durante o prazo da discussão desses quatro iniciais, às 14h30min, seria um prazo de meia hora — acho que V.Exa. tinha que assinalar esse prazo de meia hora para a conclusão da análise do parecer dos destaques —, assim, poderíamos concluir ainda hoje. Mas é preciso dar o tempo ao Relator para que possa dar o parecer aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos dar o tempo necessário ao Relator, desde que não ultrapasse os 30 minutos. Se for possível dar o parecer logo nos primeiros minutos, isso facilitará o trabalho desta Comissão.

Não havendo mais matéria a deliberar neste momento, eu suspendo a nossa reunião, solicitando a atenção de todos para reiniciarmos os nossos trabalhos exatamente às 14h30min.

Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ao tempo em que reabro a reunião, aproveito para informar que o prazo para apresentação dos destaques está encerrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neste instante, suspendo a nossa reunião, que deverá ser reiniciada às 20 horas ou ao término das sessões deliberativas da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. Então, que fique claro que estou reconvocando a reunião para 20 horas.

Se por ventura a Ordem do Dia não tiver sido concluída, no âmbito da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, aguardaremos o término dela nessas duas Casas, só então reiniciaremos nossos trabalhos aqui na Comissão.

Portanto, está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

Em 05.12.2017, de 20h39min a 06.12.2017, às 2h06min.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Srs. Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vamos reiniciar a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias que constam na pauta. *(Pausa.)*

Eu gostaria de propor um entendimento quanto aos encaminhamentos dos trabalhos, com o objetivo único e exclusivo de agilizar a sua tramitação.

Nós temos aqui quatro áreas às quais não foram apresentados destaques. Então, a sugestão da Mesa é que nós apreciemos preliminarmente essas quatro áreas. Com isso, avançaríamos significativamente já no início dos nossos trabalhos. Se há concordância, fica estipulado que começaremos com as áreas temáticas a que não se apresentaram destaques.

Alguns relatórios setoriais ainda não foram entregues; outros já foram entregues. Então, a minha proposta é iniciar os trabalhos pela ordem de chegada deles à Comissão, com a exceção do relatório da Senadora Lídice da Mata, conforme compromisso que assumi com ela, porque só há um destaque a essa área, e o assunto dele inclusive não vai suscitar ampla discussão.

Portanto, eu começaria pela Senadora Lídice da Mata e, em seguida, continuaria por ordem de chegada dos relatores setoriais. Se há concordância, seguiremos assim, e à medida que os relatórios forem apresentados nós vamos ampliando a sua discussão.

Isto posto, podemos iniciar os nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos à apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XIII — Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas. A Relatora Setorial é a Senadora Lídice da Mata, que já apresentou o seu relatório. A discussão foi iniciada e encerrada preliminarmente. Ao relatório foi apresentado um destaque.

Portanto, devolvo a palavra à Senadora Lídice da Mata para que complemente, se for necessário, o seu relatório e para que, posteriormente, possamos apreciar o destaque e, depois, fazer a votação.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Destaque à Emenda nº 71200016.

Sr. Presidente, trata-se do destaque da querida amiga Deputada Laura Carneiro, que está coberta de razão. A bancada do Rio de Janeiro, seu Estado, apresentou uma emenda no valor de 100 milhões de reais. No entanto, Sr. Presidente, o Relator só disponibilizou 21 milhões de reais para todas as nossas emendas coletivas — três emendas de bancada e duas emendas de Comissão —, de maneira que eu dividi o valor igualmente entre as emendas de bancada, e gastamos nelas 70% dele.

Até por coincidência, com esta emenda de bancada, o Estado do Rio de Janeiro é o Estado que terá o maior acréscimo neste nosso relatório temático. Ao mesmo tempo, essa ação que a bancada do Rio de Janeiro indicou — a ação Promoção do Desenvolvimento Industrial — chegou às minhas mãos no valor de 3 milhões e 884 mil reais em âmbito nacional, e nós colocamos, só para o Rio de Janeiro, mais do que isso.

Portanto, eu não tenho outro encaminhamento, Sr. Presidente, que não seja o da rejeição do destaque, apelando à sensibilidade do Relator-Geral no sentido de que ele possa, de alguma maneira, compensar o Estado do Rio de Janeiro, ampliando o valor e fazendo com que possamos nos aproximar mais, no Relatório Geral, daquilo desejado pelo Estado.

Não tenho dúvida de que, se se tratasse do meu Estado, eu da mesma forma apresentaria destaque e lutaria por ele, mas infelizmente essa demanda ultrapassa as minhas possibilidades como Relatora.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Entendo V.Exa. Compreendo que realmente o cobertor está curto. Mágica ainda não conseguimos fazer. Fabricar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dinheiro está difícil. Mas quero cumprimentar V.Exa. sobretudo pela explicação que deu, reportando-se com muito respeito à autora do destaque, que mereceu esse tratamento respeitoso. Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à autora do destaque, a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu quero agradecer à Senadora Lídice da Mata. Sei da dificuldade que os Relatores estão tendo. É claro que a nós da bancada do Rio interessava a aprovação do destaque, mas sabemos que a Senadora não tem os recursos necessários para isso.

Ela já indicou ao Relator-Geral. Todo o desenvolvimento industrial no Rio de Janeiro é absolutamente necessário, tendo em vista, como todos estão acompanhando, a situação falimentar que vivemos. Até hoje, Sr. Presidente, a tal da recuperação fiscal não chegou. Estamos à espera de um documento da AGU. V.Exa. imagine: os servidores não receberam nem o 13º salário do ano passado, quanto mais deste, sem contar a questão salarial.

Então, a situação do Rio de Janeiro é muito difícil, e a única solução será, Sr. Presidente, a geração de empregos. É essa a razão desta emenda, do interesse da bancada.

Mas agradecemos o carinho da Senadora Lídice e vamos votar a favor do relatório dela, muito embora saibamos da rejeição do nosso destaque, o que era absolutamente natural, na medida em que ela não teve os recursos necessários.

Obrigada a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sou eu que agradeço a compreensão de V.Exa.

Vou passar à votação.

Em votação, então, o Relatório Setorial da Área Temática XIII — Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas, na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Rejeitado o destaque.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Já foi rejeitado o destaque. A assessoria está sendo perfeccionista demais, Deputado Bohn Gass.

Como, na verdade, eu inverti a lógica — eu deveria, primeiro, aprovar o relatório, ressalvados os destaques — e a Relatora rejeitou o destaque, cabe-me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colocar em votação o relatório já com a rejeição do destaque, para não votarmos o relatório e depois a rejeição do destaque. Já fizemos tudo numa oportunidade só.

Como eu estava mencionando, está em votação o Relatório Setorial da Área Temática XIII — Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas, rejeitado o destaque apresentado pela Deputada Laura Carneiro.

Está em votação, portanto, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Relatório Setorial da Área Temática XIII — Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas foi aprovado e vai para o Relator-Geral.

Agora gostaria de dar continuidade aos nossos trabalhos, informando a V.Exas. que o Relatório Setorial da Área Temática de Minas e Energia não recebeu nenhum destaque e, portanto, pode ser votado. O Relator Setorial foi o Deputado Vander Loubet, do PT do Mato Grosso do Sul.

De qualquer forma, como eu encerrei a discussão preliminarmente, abrindo a possibilidade de, no momento da votação, voltar a discutir esta matéria, eu consulto se há algum Parlamentar que queira voltar a discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação, submeto à votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal:

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Relatório Setorial da Área Temática de Minas e Energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Da mesma forma, o Relatório Setorial da Área Temática de Ciência, Tecnologia e Comunicação não recebeu também nenhum destaque. Consulto V.Exas. se posso colocá-lo em votação. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação, coloco em votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação também na representação do Senado Federal.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o Relatório da Área Temática de Ciência, Tecnologia e Comunicação.

Quanto ao Relatório Setorial da Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores, preliminarmente essa área teria recebido três destaques da Deputada Laura Carneiro, que os retirou.

Deputada, eu quero pedir a V.Exa. para confirmar a retirada dos destaques.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, primeiro, eu queria dizer que eu não posso ser relatora de uma matéria e destacá-la. Nós fizemos os destaques pela bancada do Rio de Janeiro. É verdade que a Deputada Rosangela Gomes, que é da nossa bancada, já tentou de todas as maneiras atender a isso. Um dos destaques inclusive diz respeito à Casa da Mulher.

Sr. Presidente, é importante que se deixe consignado em ata que houve um erro que eu não tenho mais como consertar como Relatora e que, portanto, tem que ser encaminhado ao Relator-Geral. Na ação Aquisição de Edifício-Sede para as Varas do Trabalho da Capital Rio de Janeiro — RJ, onde consta GND 4, que são investimentos, deve constar GND 5, que são inversões financeiras.

Então, há a necessidade de o Relator-Geral, no seu relatório, deixar consignado que nessa rubrica a ação não é GND 4, e, sim, GND 5. Isso seria uma forma de adendo. Eu não sei se eu posso colocar isso como adendo ao relatório. *(Pausa.)*

Então, podemos fazer isso como indicação ao Relator-Geral, tendo em vista a impossibilidade de fazê-lo como adendo. Eu vou encaminhar à Mesa esse adendo já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com o nome da Deputada Rosangela, porque ele é absolutamente vital para a execução dessa ação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pedimos um socorro agora, recomendando à nossa assessoria que alerte o Relator-Geral quanto a essa indicação feita por S.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Obrigada, Sr. Presidente.

Na verdade, o que tinha a dizer era isso. Os destaques eram meus; como eu estou relatando e tenho que retirá-los, está resolvido o problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito. Agradeço a compreensão de V.Exa.

Submeto à votação o Relatório Setorial da Área Temática...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É sobre o projeto, Deputado Domingos? *(Pausa.)*

Então, com muito prazer concedo a V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu quero apenas fazer um registro, que é também um apelo Relator-Geral.

No Relatório Setorial desta área temática, nós temos a oportunidade de garantir recursos para o Tribunal Superior Eleitoral, de modo que tenhamos o voto impresso já funcionando nas próximas eleições, uma vez que já há um comando legal.

Nós votamos a lei, que, pelo que me consta, a ex-Presidente vetou. Nós derrubamos o veto. Veja bem, isso é algo extremamente significativo do ponto de vista da vontade democrática, da ampla maioria, porque houve inclusive um processo de veto, e o veto foi derrubado na Câmara e no Senado, uma vez que é desejo do povo brasileiro ter uma segurança maior no processo basilar da democracia, que é a eleição.

Para que isso se materialize, tem que haver dotação orçamentária. A princípio, o Tribunal chegou a falar em bilhões de reais. Depois de uma análise mais realista, verificou-se que só é necessária uma adaptação e que, com 250 milhões de reais, viabiliza-se, já nas próximas eleições, a comprovação do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, não se trata de mudar todo o sistema, mas apenas de possibilitar ao eleitor a comprovação do seu voto, que ficará guardado para uma eventual recontagem, uma eventual confirmação.

Então, Presidente, em que pese a Relatora não tenha tido condições de acatar essa sugestão, o que é compreensível, pela limitação orçamentária — nós tivemos inclusive a manifestação da Deputada Laura no sentido de que ela compreende como relevante a matéria —, eu quero deixar aqui registrado este apelo ao Relator-Geral Cacá Leão, para que ele possa complementar o orçamento do Tribunal Superior Eleitoral com os recursos necessária para termos voto impresso, porque nós queremos uma democracia em que o brasileiro tenha a segurança de que o candidato em que ele votou é quem vai receber efetivamente seu voto para governar o País, o Estado ou Município ou representá-lo nas casas legislativas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu passo a palavra para a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sobre a mesma matéria, Sr. Presidente, em função do pedido do nobre Deputado Domingos Sávio, era importante que nós fizéssemos essa indicação formal ao Relator, tendo em vista a importância para todos nós do voto impresso. E o voto impresso não vai com o eleitor, não: ele fica numa urna separada para, no caso de recontagem, haver a possibilidade de verificação.

Sr. Presidente, apenas por uma questão especial, como dois destaques eram em nome da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da qual sou Vice-Presidente, quero dizer que, embora tenha feito os dois destaques, essa matéria foi atendida pela Deputada Rosangela Gomes com 30 milhões de reais — haviam sido pedidos 36 milhões. Por isso, foi possível a retirada desses dois destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Eu vou solicitar à Secretaria da Mesa que faça o expediente de indicação ao Relator-Geral quanto a essa questão do voto impresso, levantada pelo Deputado Domingos Sávio.

Realmente, esse é um tema que já suscitou amplas discussões e debates, sobretudo quanto a certa desconfiança que algumas pessoas ainda têm em relação à urna eletrônica propriamente dita. Se o cidadão brasileiro, na hora de votar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

receber o *ticket* do seu voto, evidentemente isso eliminará substancialmente, na minha opinião, qualquer dúvida que ainda possa pairar.

Como V.Exa. mencionou, preliminarmente se discutia que o custo dessa ação seria elevadíssimo, seria proibitivo, e que a Presidente da República inclusive teria vetado o projeto em função das dificuldades econômicas por que o País atravessava.

Agora, como esse tema voltou à discussão e os recursos, ao que me parece, não são relevantes, vamos recomendar ao Relator-Geral que, na medida do possível, viabilize os recursos necessários para que, na eleição do ano que vem, já representando uma nova era para este País, nós possamos, se Deus quiser, garantir o voto impresso para o nosso eleitor.

Então, parabenizo V.Exa. Essa questão foi muito bem lembrada. Que isto sirva de alerta, então, para o nosso Relator-Geral. Agradeço a V.Exa.

Vou colocar em votação o Relatório Setorial da Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.

Como a Deputada Laura Carneiro mencionou, essa área temática foi relatada pela Deputada Rosangela Gomes, também do Rio de Janeiro. Quanto aos destaques que a Deputada Laura apresentou, S.Exa. foi parcialmente atendida pela Deputada Rosangela Gomes e se sente satisfeita.

Isso posto, encerro a discussão e coloco em votação.

Em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto-o à votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Relatório Setorial da Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.

Passamos à apreciação do Relatório Setorial da Área Temática VII — Turismo, cujo Relator Setorial é nada mais, nada menos que o Deputado Domingos Sávio, do PSDB de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Relator Setorial apresentou seu relatório; a discussão foi iniciada e encerrada preliminarmente, como V.Exas. sabem. Não foram apresentados destaques.

Consulto se posso colocar o relatório em votação. *(Pausa.)*

Havendo concordância, submeto à votação o relatório apresentado pelo Deputado Domingos Sávio na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto-o à votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado, então, o Relatório Setorial da Área Temática VII — Turismo, relatado pelo Deputado Domingos Sávio, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu agradeço imensamente a V.Exa., bem como a todos os pares, Deputados e Senadores.

O fato de não termos tido nenhum destaque ao nosso relatório nos deixa extremamente felizes, porque houve a compreensão, por parte de todos, de que nós fomos ao limite de tudo que podíamos fazer para contemplá-los, de uma maneira justa e equânime, com equidade, não necessariamente com igualdade. Nesses casos, a equidade é o equilíbrio melhor.

Nós distribuímos os recursos entre as bancadas estaduais usando um critério desenvolvido pela assessoria desta Casa que sempre que possível deve ser adotado — digo sempre que possível porque nem sempre o é —, segundo o qual levam-se em conta a população do Estado, com um peso, e a renda *per capita*, com peso inverso, porque, quanto menor a renda *per capita* de um lugar, mais recurso precisamos colocar ali para gerar desenvolvimento. Portanto, nós usamos um critério universal, e acredito que as 17 emendas que tivemos a oportunidade de contemplar, com o pouco recurso que tínhamos — 51 milhões de reais —, foram contempladas com justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E eu quero fazer um agradecimento ao Deputado Cacá Leão, obviamente fazendo deste agradecimento uma lembrança. Ele se sensibilizou com esse nosso esforço e se comprometeu a fazer um estudo.

Nobre Relator, Deputado Cacá Leão, eu estou agradecendo a V.Exa. porque o Relatório Setorial da Área Temática VII — Turismo, no qual pudemos contemplar as emendas de bancada com 100% do recurso de que dispúnhamos, acaba de ser aprovado sem destaque, o que só foi possível porque dialogamos com o próprio Ministério e com V.Exa., para que as demais situações que surgissem pudessem ter o apoio de V.Exa., no sentido de que recompusesse o orçamento do Ministério do Turismo naquilo que lhe fosse possível.

Afinal de contas, turismo leva à geração de emprego e renda e ao desenvolvimento com qualidade de vida e acaba agregando nas cidades que o promovem um melhor IDH, um melhor padrão de vida, e esse deve ser o principal objetivo da ação política.

Agradeço ao Presidente também pela generosidade de me conceder este minuto para justificar o nosso relatório. Agradecemos muito a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou fazer um pedido a V.Exa.: faça diretamente ao nosso Relator-Geral a indicação ou a recomendação — indicação, porque o Deputado Cacá Leão não necessita de uma recomendação — com relação à impressão do voto, que poderá, dependendo das nossas ações, já ser implementado na próxima eleição. Se V.Exa. pudesse sintetizar rapidamente isso, eu ficaria satisfeito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu o farei de forma bem sucinta, pedindo mais 1 minuto do nosso Relator — peço a compreensão do colega Parlamentar.

Deputado Cacá Leão, eu mencionei, antes de V.Exa. chegar, quando aprovávamos o relatório da Deputada Laura Carneiro, que esse tema foi objeto de um projeto de lei, aprovado na Câmara e no Senado, que depois suscitou o veto da Presidência da República, como bem lembrado aqui pelo Senador Dário Berger, sob o argumento de que isso poderia custar bilhões de reais.

Verificando-se que esse fato não era verdade, que isso não custaria bilhões de reais — custaria um pouco mais de boa vontade e um valor orçamentário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

absolutamente compatível —, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal derrubaram o veto.

Portanto, a vontade da ampla maioria do povo brasileiro, expressa em pesquisas, em manifestações populares e também aqui na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, é que nós tenhamos o voto impresso como complemento. Não se trata de voltar no tempo, mas de manter a urna eletrônica e ter, concluído o voto, a impressão dele, que fica como registro e pode obviamente ser válido numa recontagem.

O custo estimado disso hoje é algo em torno de 250 milhões de reais, valor absolutamente insignificante quando comparado com o custo de cada eleição, porque, na verdade, trata-se de uma adaptação das urnas já existentes. Não se trata de comprar novas urnas, não se trata de montar todo um novo processo envolvendo *softwares*; trata-se de uma adaptação, com custos já estimados e absolutamente compatíveis.

É claro que alguém pode dizer: *"Mas era o Tribunal Superior Eleitoral quem deveria ter mandado a matéria"*. Bom, ele poderia ter mandado, mas cabe a esta Casa Legislativa dizer: *"Fizemos a lei, estamos garantindo dotação orçamentária; cumpra-se a lei"*. E eu não tenho dúvida de que o Tribunal Superior Eleitoral haverá de compreender que é hora de dar essa segurança jurídica e, eu diria, também democrática ao povo brasileiro.

Eu confio em V.Exa. Sei que a missão de V.Exa. é árdua, mas faço este apelo, pedindo que o atenda dentro do que lhe for possível. Se nós já pudermos ter voto impresso na próxima eleição, isso dará uma segurança até para o próximo Presidente assumir com o respaldo popular, não apenas da urna eletrônica e do voto, com a certeza de que não houve fraude de natureza alguma, porque é disso que nós precisamos no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Agradeço a V.Exa.

Na verdade, alega aqui o nosso Relator-Geral que nós temos um fato superveniente a esse processo todo, que é a questão do teto dos gastos. Mas fica aqui a indicação, fica aqui a recomendação.

Acho que foi oportuno e extremamente esclarecedor o fato de nós já estarmos aptos a implementar o voto impresso. Basta continuarmos o que temos feito aqui na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que é buscar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

todo momento o entendimento, para que os trabalhos possam seguir de maneira célere.

Passamos à deliberação do Relatório Setorial da Área Temática X — Esporte.

O Relator Setorial, o Senador Vicentinho Alves, do PR do Tocantins, apresentou seu relatório; a discussão foi iniciada e foi encerrada preliminarmente. Ao relatório não foram apresentados destaques.

Consulto se precisamos reabrir a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação, encerro a discussão e submeto o relatório à votação.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos ao próximo item da pauta.

Agora, altera-se um pouquinho o cenário, porque ao Relatório Setorial da Área I — Transporte foram apresentados 24 destaques. O Relator Setorial é o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia, que apresentou seu relatório e uma complementação de voto. A discussão foi iniciada e encerrada preliminarmente.

Como nós tínhamos acordado, se for necessário, se for de interesse dos Parlamentares que compõem esta Comissão, nós voltaremos a discutir o tema.

Concedo a palavra ao eminente Senador Valdir Raupp para as suas considerações quanto à apresentação dos destaques. *(Pausa.)*

Posso fazer o contrário: posso colocar o Relatório Setorial em votação, ressalvados os destaques. Vamos fazer assim? Eu acho que isso facilitaria o procedimento. *(Pausa.)*

Então, vou colocar em votação e, se for o caso, nós discutimos o projeto quando discutirmos os destaques.

O Relatório Setorial e a complementação de voto da Área Temática I — Transporte estão em votação na representação da Câmara dos Deputados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves e ressalvados os destaques.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O Relatório Setorial e a complementação de voto da Área Temática I — Transporte estão em votação na representação do Senado Federal, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves e ressalvados os destaques.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Agora, eu concedo a palavra ao Relator da Área Temática I — Transporte para que possa se manifestar quanto aos 24 destaques apresentados.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator-Geral, Deputado Cacá Leão, foram apresentados 24 destaques, 23 deles com o legítimo objetivo de levar ao atendimento das respectivas emendas.

Porém, ressalte-se que a condição básica de todo esse processo orçamentário é a escassez de recursos. Não nos é possível contemplar integralmente qualquer emenda, pois as quantias propostas ultrapassam em muito os recursos disponíveis, e já sacrificamos programações constantes do PLOA 2018 para albergar as meritórias iniciativas dos ilustres pares.

Exceção fazemos ao Destaque nº 23, em benefício da Emenda nº 50240001, de autoria da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados. A apropriação estava com o parecer pela rejeição, porquanto apresentava erro técnico e jurídico que obstava seu atendimento.

Por meio da Solicitação de Ajuste a Emendas nº 267, o Presidente da Comissão identificou fonte válida para cancelamento. Em virtude disso, propomos contemplá-la conforme o critério que prevaleceu para o acolhimento de todas as demais emendas de remanejamento de lavra das Comissões Permanentes: cancelamento compensatório limitado a 5% do valor da GND 4 do sequencial apontado nas fontes 100 e 111.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pelos motivos expendidos, propomos a aprovação parcial do Destaque nº 23, em favor da Emenda nº 50240001, nos termos propostos e a rejeição em globo dos demais destaques apresentados em favor das emendas que já contavam com parecer pela aprovação parcial.

Este é o voto do meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Agradeço ao Senador Valdir Raupp e consulto V.Exas. quanto à possibilidade de procedermos neste momento à votação dos destaques apresentados em bloco. *(Pausa.)*

Havendo concordância, coloco em votação os destaques...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. quer se manifestar?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Quero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, tem a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, eu preciso pelo menos registrar a preocupação da bancada de Santa Catarina, que é coordenada pelo nobre Deputado João Paulo Kleinübing, com relação aos destaques dessa bancada a esse relatório.

Peço para pinçar parte dos destaques, em especial os da bancada de Santa Catarina.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Esse vocábulo “pinçar” faz parte da Língua Portuguesa? *(Pausa.)* Faz parte. E da enfermagem também? *(Risos.)*

Então, vou colocar em votação.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2016, do Congresso Nacional, estabelece o seguinte: "*Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques".*

Portanto, eu considero prejudicada a solicitação de V.Exa. para pinçar os destaques apresentados pela bancada do Estado de Santa Catarina. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há tantos destaques aqui que fica difícil compreender, mas eu vou colocar em votação os destaques com voto pela rejeição: Destaques nºs 1 a 12, 18 a 22 e 24, todos pela rejeição.

Em votação os votos pela rejeição desses destaques que acabei de mencionar na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Agora, vou colocar em deliberação o Destaque nº 23, que recebeu aprovação parcial.

Em votação o voto pela aprovação parcial do Destaque nº 23 na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o voto pela aprovação parcial do Destaque nº 23.

Considerando que os Destaques nºs 13 a 17 foram pinçados pela Deputada Carmen Zanotto, oferto a palavra a S.Exa. — usando também um termo novo —, pedindo sua permissão para votar em globo também esses destaques.

Conceda a palavra à Deputada Carmen Zanotto, para que justifique o motivo pelo qual pinçou os Destaques nºs 13 a 17.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Nobre Presidente da nossa Comissão Mista de Orçamento, prezados colegas Deputados e Deputadas, nobre Relator Senador Valdir Raupp, eu também farei de forma global a minha fala com relação aos destaques apresentados pela bancada de Santa Catarina.

Compreendo que estamos vivendo um novo momento na peça orçamentária a partir da Emenda Constitucional nº 95, mas não posso deixar, na condição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

catarinense e membro desta Comissão, que tem todo o apoio do nosso Presidente, de manifestar a nossa preocupação com o acolhimento parcial de parte das nossas emendas de bancada.

Santa Catarina é um Estado que precisa estruturar a sua rede e a sua logística, em especial em alguns trechos fundamentais para o transporte de Santa Catarina, para o escoamento da nossa produção. Por isso, o nosso pedido de ampliação dos recursos, das emendas de bancada neste tema do Ministério dos Transportes, para que possamos continuar sendo um Estado desenvolvido, para que possamos escoar nossa produção com facilidade e para que possamos crescer e desenvolver o nosso Estado ainda mais.

Por isso, Sr. Presidente, repito: compreendo a situação que nós estamos vivendo, mas não posso me furtar ao registro, como representante da bancada do Estado de Santa Catarina, das emendas que foram apresentadas ao Orçamento por parte dessa bancada e do quanto essas emendas e esses trechos apresentados são importantes. Tenho certeza sobre o resultado, mas eu não poderia me furtar à defesa em nome do nosso Estado.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Sei que V.Exa., na condição de Presidente, está fazendo todo o esforço possível para que votemos os relatórios das áreas temáticas e avancemos com a aprovação do Orçamento. Mais uma vez, quero parabenizar-lhe pela condução como Presidente desta Comissão. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa.

A bem da verdade, quero me associar à defesa que V.Exa. faz aos destaques que, evidentemente, são de interesse do Estado de Santa Catarina, mas nós não somos diferentes dos outros Estados. Por isso, temos que nos curvar, vamos dizer assim, à autonomia desta Comissão Mista de Orçamento.

Portanto, retorno a palavra ao Relator da matéria, Senador Valdir Raupp, para que possa dar novo parecer aos destaques pinçados pela Deputada Carmen Zanotto.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vejam bem: dada a escassez dos recursos, eu recebi apenas duzentos e poucos milhões de reais para atender a todo o País.

Eu ainda tive o cuidado, Deputada Carmen Zanotto, de atender parcialmente a emenda do Rodoanel de São Paulo, destinando-lhe apenas 2,7 milhões de reais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aproximadamente, e abrindo uma janela para a possibilidade de complementação posterior.

Quanto às emendas da bancada de Santa Catarina, o Destaque nº 13 eu atendi com 10 milhões de reais; o Destaque nº 14 atendi também com 10 milhões de reais; o Destaque nº 15, igualmente, atendi com 10 milhões de reais; o Destaque nº 16 também atendi com 10 milhões de reais; e o Destaque nº 17 também atendi com 10 milhões de reais. O Aeroporto de Joaçaba eu atendi, dentro do meu relatório, com 25 milhões de reais.

Então, a bancada de Santa Catarina — acho que por ser a terra do nosso Presidente — foi uma das mais contempladas, considerando-se a escassez de recursos.

Peço desculpas, mas não há mais verbas para acatar os destaques.

O nosso voto é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) -Eu compreendo V.Exa.

Quero inclusive agradecer ao Senador Valdir Raupp, que deixou a janela aberta para aquilo que for possível, já que existe sempre expectativa.

Uma artista plástica de São José, quando eu era Prefeito nessa cidade, escreveu um livro intitulado *Sonhar Não Custa Nada.* Então, vamos continuar sonhando com um Brasil próspero, avançado, produtivo, com crescimento, geração de empregos e oportunidades. Dessa forma, certamente teremos outra realidade financeira para atender às justas e legítimas solicitações e reivindicações dos nossos Estados.

Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

Preciso colocar em votação? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, coloco em votação na representação da Câmara dos Deputados o parecer pela rejeição dos destaques pinçados pela Deputada Carmen Zanotto.

Os Deputados e as Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto à aprovação na representação do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Dando sequência, nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, anuncio a votação dos subtítulos referente às obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Da mesma forma, coloco em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os subtítulos referentes às obras com indícios de irregularidades graves.

Há uma sequência na minha lista, mas, no início dos nossos trabalhos, acordamos que a sequência seria determinada pela ordem de chegada. Pela ordem de chegada, consegui identificar, porque chegou junto comigo, que o Senador Valdir Raupp era o primeiro. Então, S.Exa. foi chamado para apresentar primeiro o seu relatório. Mas foi o único que eu consegui identificar. Não me lembro exatamente, mas acho que o Deputado Edio Lopes veio em seguida.

Então, conforme o combinado, vou submeter à apreciação o relatório do Deputado Edio Lopes. Trata-se do Relatório Setorial da Área Temática XV - Defesa e Justiça. O Relator Setorial, como mencionei, é o Deputado Edio Lopes, do PR de Roraima. O Relator Setorial apresentou seu relatório e também um complemento de voto. A discussão foi iniciada e foi encerrada preliminarmente. Ao Relatório foram apresentados 28 destaques.

Consulto V.Exas. quanto à discussão do Relatório propriamente dito.

Como combinado anteriormente, se for necessário fazer a discussão, nós a faremos, Deputado Edio Lopes, na discussão dos destaques.

Portanto, submeto à votação na representação da Câmara dos Deputados o relatório, ressalvados os destaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Deputados e as Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto à votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passarei a palavra agora ao eminente Relator, para que apresente parecer sobre os destaques.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, não temos muito o que comemorar, porque, na nossa relatoria setorial, recebemos apenas 262 milhões de reais como margem para suprimento das emendas apresentadas ao nosso trabalho. Ocorre, Sr. Presidente, que a nossa relatoria recebeu das Sras. Deputadas, dos Srs. Deputados, das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores 984 emendas. Ainda que este Relator quisesse atender às emendas apresentadas, teríamos que operar um verdadeiro milagre na nossa relatoria. Este Relator, Sr. Presidente, buscou, no seu trabalho, ser o mais justo possível. Não rejeitamos uma única emenda, com o princípio básico de que, ao acatarmos uma emenda, ainda que com um valor infinitamente inferior ao proposto, abrimos a possibilidade de o autor fazer uma suplementação no recurso por este Relator destinado — V.Exa. disse que devemos sonhar.

Recebemos agora 28 destaques, todos eles imbuídos da maior legitimidade que poderíamos ressaltar. Custa-nos muito dizer aos autores que esta relatoria, lamentavelmente, não tem como atender os destaques apresentados. Sendo assim, nosso parecer é pela rejeição dos 28 destaques a nós apresentados. Todos são legítimos e necessários, porém, a esta relatoria é impossível atendê-los.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O Deputado Edio Lopes dá parecer pela rejeição dos destaques apresentados.

Em discussão.

Deputado Hugo Leal, eu vou passar a palavra ao Deputado Paulão e depois a V.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Eu queria cumprimentar o Senador Dário Berger e, por seu intermédio, todos os colegas presentes.

Eu falava com o Deputado Edio Lopes, que é o Relator responsável por essa temática, que nós tivemos oportunidade de apresentar quatro destaques, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Eu acredito que são destaques relevantes. O Deputado Edio Lopes deixou uma janela para que possamos discutir com o Relator Cacá Leão. Ainda há uma flexibilidade para trabalharmos, mas não é fácil.

Eu queria discutir a prevenção à violência e à criminalidade em nível nacional. Esse é um tema recorrente em qualquer Estado, inclusive onde moro, no pequeno Estado de Alagoas, no qual o índice de violência é altíssimo. Para essa área foi definido um valor de 100 mil reais.

Para o fomento a ações afirmativas e outras iniciativas para o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial em âmbito nacional — está aqui o Secretário Executivo do Governo, e a Secretaria de Direitos Humanos está totalmente esvaziada —, foram destinados 100 mil reais.

A promoção, defesa e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes é um tema internacional. Inclusive, o Brasil ratificou convenções sobre isso. A nossa Constituição define a criança e o adolescente como prioridades, mas só foram aprovados 100 mil reais para essa questão.

Para demarcação e fiscalização de terras indígenas e proteção de povos isolados foram destinados 100 mil reais.

Com todo respeito que tenho ao Deputado Edio Lopes, porque temos um relacionamento em outras atividades, pela grandeza desses temas, acreditamos que eles poderiam ser albergados com valores maiores.

Eu destaco que foram destinados 98 milhões para que o Brasil continue nesse processo de defesa à paz. Claro que é importante o País ter relações internacionais, mas enquanto o Brasil investe quase 100 milhões nas forças de paz, nós não conseguimos dar proteção ao nosso Estado. Claro, eu compreendo que são necessárias a relação bilateral, as relações diplomáticas e as agências multilaterais, mas — repito — estamos destinando 100 milhões para as forças de paz e não estamos atendendo crianças e adolescentes, combate à violência, índios isolados e discriminação racial, que está na ordem do dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo. Sei que não é fácil, mas, com a experiência de V.Exa. e do Relator Cacá Leão, já que ainda há um prazo de 10 dias, queríamos flexibilizar e albergar mais valores para essas emendas da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CÉLIO SILVEIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Passo a palavra ao Deputado Hugo Leal e, em seguida, passarei a palavra a V.Exa., ao Deputado Caio Narcio e à Deputada Laura Carneiro. Vamos ouvir todos.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, Sr. Relator, é óbvio que nós estamos fazendo um esforço coletivo para achar alternativas, mesmo sob a égide de uma emenda constitucional que estabeleceu um teto de gastos.

Eu gostaria de chamar a atenção para algumas questões do próprio Relator Setorial Edio Lopes, que apresentou algumas dessas perspectivas. Ressalto que o Relator não zerou nenhuma emenda, e acho que isso é motivo de reconhecimento e de elogio.

No caso do Rio de Janeiro, há cinco emendas da área de segurança e defesa. Há uma emenda que sai de 30 milhões para 1 milhão de reais.

Outra emenda que chama atenção — eu pediria a avaliação do Relator Setorial — relaciona-se ao aprestamento da Marinha, que é fundamental para a manutenção da esquadra, que em grande parte está no Rio de Janeiro. Entendendo essa lógica nacional e a importância das Forças Armadas, especialmente da Marinha, cuja base principal é no Estado do Rio de Janeiro, a bancada do Rio sempre disponibiliza uma emenda para essa área. Dessa vez, dos 400 milhões que foram pedidos, obviamente dentro dessa perspectiva, foram concedidos 500 mil reais. Eu gostaria que isso fosse levado em consideração pelo Deputado Edio Lopes, porque essa é uma emenda que surge no destaque.

Além disso, há a questão da Polícia Rodoviária Federal. A Operação Égide, que está sendo executada no Rio de Janeiro pela Polícia Rodoviária Federal junto com outras forças de segurança, necessita urgentemente de recursos não só para a qualificação, mas também para o reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Deputado Edio Lopes, contando com a sua compreensão, com as dificuldades que lhe são impostas, nós nos manifestamos especificamente sobre esses três tópicos: Polícia Rodoviária Federal, Marinha e Corpo de Bombeiros.

Eu queria indagar ao Sr. Presidente como vamos fazer a interpretação dessa matéria. Cada bancada tem direito a emendas impositivas. Para formular essas emendas impositivas, as bancadas se reúnem e definem um valor para pelo menos duas emendas impositivas prioritárias. Quando a redução se dá nesse valor, qual é a interpretação que tem que ser feita? Quem fez a sugestão dos valores foi a própria Comissão.

Vou dar um exemplo. No caso do meu Estado, vamos supor que o valor sugerido para as emendas de bancada tenha sido de 160 milhões de reais. Nós dividimos esse valor para duas emendas, uma para a área de saúde, para os hospitais estaduais, e outra para a área de segurança. Essa da área de segurança sofreu uma redução de 30%. A emenda impositiva não teria que ser incluída com valor completo, já que, como o próprio nome diz, ela é impositiva? Eu tenho dificuldade para compreender a interpretação dada. Nós temos nos deparado com essa questão das emendas impositivas de 2 anos para cá. Como vamos proceder nessa circunstância? No caso do Rio de Janeiro, houve uma redução significativa da emenda impositiva que a bancada escolheu para a área de segurança pública, que para nós é fundamental e importantíssima. Aliás, o País todo reconhece que o Estado do Rio de Janeiro passa por enormes dificuldades com relação ao combate à violência.

Independentemente das outras áreas que nós tratamos aqui — Marinha, PRF e Corpo de Bombeiros —, a Emenda 71200002, que trata da área de segurança pública, da Polícia Militar e da Polícia Civil, sofreu essa redução. Qual é a interpretação que nós vamos dar para essa circunstância, no que diz respeito às emendas impositivas?

Eu gostaria de ouvir V.Exa. e também o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Barbaridade! Agora V.Exa. me apertou sem me abraçar. *(Riso.)*

Na verdade, acho que temos que repensar uma série de ações com relação aos procedimentos adotados pelas nossas bancadas quanto à efetivação do Orçamento propriamente dito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Paulão, V.Exa. tem total e ampla razão quanto às questões emergenciais do País. Agora, cabe ao Relator, dentro da sua limitação, deixar uma janela para que, na medida do possível, possamos estabelecer a prioridade necessária para atender aquilo que é mais prioritário para o momento, para o dia a dia de uma nação como o Brasil.

Portanto, eu queria fazer uma sugestão a V.Exas. em relação às emendas impositivas. Quem sabe não seria interessante refletirmos um pouco mais sobre elas, principalmente em momentos de crise como este que estamos vivendo, para destinar os recursos necessários para inflar um pouquinho mais áreas como as que V.Exas. acabaram de mencionar? Esse é um exercício de responsabilidade conjunta, comum. Uma vez que o Governo não priorizou essas áreas, vai nos caber fazer uma investida sobre o Relator-Geral, para sabermos qual a margem que ele teria, para não deixarmos áreas importantes e fundamentais à mercê, principalmente a área social, como acabamos de relatar. O Relator tem uma missão fundamental nessa questão. Aprovados os relatórios setoriais, passamos a uma segunda etapa, para que efetivamente possamos discutir quais seriam as prioridades e qual seria a margem do Relator para atender esses pleitos.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Inclusive as emendas impositivas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Claro.

Passo a palavra ao Deputado Célio Silveira. Posteriormente, passarei a palavra ao Deputado Caio Narcio — depois de concedê-la à Deputada Laura Carneiro, por prudência da minha parte.

O SR. DEPUTADO CÉLIO SILVEIRA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço a oportunidade e parabenizo V.Exa. pela sua brilhante condução da CMO.

Na mesma linha dos demais colegas, vejo a dificuldade que vivemos na segurança pública de todo o País, porque no meu Estado isso não é diferente. Goiás é um grande Estado, com 246 Municípios, e precisa de modernização de todas as instituições de segurança. Além disso, contamos com o Entorno de Brasília, uma região muito grande, com mais de 4 milhões de habitantes, que vive em constante crise de segurança pública.

Eu gostaria de pedir atenção especial do ilustre Deputado Edio Lopes para o Destaque nº 3, porque pedimos 100 milhões de reais para a aquisição de equipamentos visando a modernização das instituições de segurança pública no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Estado de Goiás, e houve aprovação parcial de apenas 1 milhão de reais, valor que certamente não melhora as condições de segurança pública do nosso Estado.

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

Conto com o apoio do nosso querido Relator Edio Lopes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro e, em seguida, ao Deputado Caio Narcio e ao Deputado Cabo Sabino.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, quero começar defendendo os destaques da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

A Comissão apresentou quatro emendas, como lhe cabia. O nobre Relator, meu querido amigo e Deputado Edio, contemplou a Comissão da seguinte maneira: 1 milhão de reais para o fortalecimento da segurança pública no que diz respeito à Polícia Militar; 100 mil reais no que diz respeito ao Corpo de Bombeiros; 100 mil reais para o aprestamento da Marinha e 60 milhões de reais para o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON.

Claro que eu gostaria que todos tivessem 60 milhões, mas não pode haver 60 milhões para o Exército, enquanto há apenas 100 mil para a segurança pública. Tem que haver uma...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas todos são estratégicos! Eu sei, o SISFRON é do Exército, e os outros são da segurança pública propriamente dita.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A ideia é da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O nosso objetivo é tratar das fronteiras. Acho até que o SISFRON é importante, só que este não é um dinheiro para se colocar para o Exército de uma maneira geral. Essa é outra relatoria, não é a relatoria da segurança pública. O dinheiro da segurança pública é da segurança pública.

Eu entendo, tenho muito respeito pelo Exército Brasileiro, mas não acho justo com a Polícia Militar, com a Polícia Rodoviária Federal, com a Polícia Civil e com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Polícia Federal que o dinheiro vá para o Exército a partir de um relatório que é da polícia. Conseguem entender?

Realmente, essa é uma questão complicada. Não quero que o Relator-Geral tenha que fazer um remanejamento, mas não concordo que um tenha 60 milhões de reais e que o outro tenha 100 mil reais, embora eu adore o Exército Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. poderia me esclarecer se essa emenda é para a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. É da Comissão de Segurança Pública, é geral, não tem nada a ver com o Rio de Janeiro. Por isso, estou dizendo: não é do Rio de Janeiro, é do País, de todas as polícias.

Uma das nossas emendas de segurança pública foi para o SISFRON, mas não para fazer o caça, como o Deputado Edio me disse ontem à noite. A questão do caça outra. Deve estar em outro relatório, e não neste. Neste deve haver dinheiro para o Sistema de Fronteiras, mas também deve haver dinheiro para a segurança pública. Não faz sentido pegar todos os recursos que seriam de uma Comissão e escolher uma emenda aleatoriamente.

Sr. Presidente, os destaques não são meus, os destaques são do Presidente da Comissão, Deputado Capitão Augusto. Mas, só para o Deputado Edio e V.Exa. poderem pinçar, são destaques...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Peço que tragam uma água para a Deputada Laura Carneiro, por favor.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Como V.Exa. e a Deputada Carmen Zanotto dizem, vamos pinçar os Destaques nºs 21, 22, 23 e 24, que são os quatro destaques que tratam das emendas da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Em função disso, tentaremos, de forma minimamente equânime, atender às emendas daquela Comissão.

No que diz respeito ao Rio, o Deputado Hugo Leal, nosso coordenador, já defendeu os nossos destaques, inclusive os destaques de minha autoria, Sr. Presidente.

Mas quero também fazer este registro. Imaginem, da mesma maneira, para a modernização do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, 1 milhão de reais. Onde nós pedimos 400 milhões de reais recebemos 500 mil reais. Onde pedimos 60 milhões de reais recebemos 1 milhão de reais. A outra emenda foi ao máximo —

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aquela específica e prioritária da bancada, a emenda impositiva de bancada. Essa não tem jeito, seu máximo mesmo são 56 milhões de reais.

Esses três outros destaques eu pediria ao nobre Relator — e eu sei das suas dificuldades — que entendesse, porque nós priorizamos com 400 milhões de reais a questão dos equipamentos da Marinha, com 60 milhões de reais a Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro e com 30 milhões de reais a modernização do Corpo de Bombeiros, mas com esses valores é impossível começar!

Sr. Presidente, a Polícia Rodoviária Federal no Rio controla as fronteiras do tráfico. Quem não percebe a importância disso não pode relatar a matéria de segurança pública! V.Exa. me perdoe, mas, nas fronteiras com São Paulo, nas fronteiras sul e norte, todos os grandes problemas de segurança pública, que trazem consequências a todo o Estado do Rio de Janeiro, dão-se pela falta de equipamentos e pela falta de manutenção dos equipamentos da Polícia Rodoviária Federal. É impossível não imaginar que entra por Itatiaia, de um lado de São Paulo, e entra pela Rio-Santos, do outro lado de São Paulo, se não toda a droga, grande parte da droga que chega ao Rio de Janeiro. O nosso Estado não produz, Sr. Presidente.

Nós do Rio de Janeiro — imaginem a situação — não podemos, com uma emenda, conseguir 56 milhões de reais para a Polícia Militar e 1 milhão de reais para o Corpo de Bombeiros. Ou priorizamos a segurança pública neste relatório ou não sei mais o que fazer, Sr. Presidente! Este é o único relatório que temos para priorizar a segurança pública. Esse é um tema para nós do Rio absolutamente vital. É claro que podemos fazer aqui indicações ao Relator, mas acho que ele deve revisar a equanimidade dos valores. Tenho certeza de que o Deputado Edio Lopes vai verificar a possibilidade de aprovar os nossos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu percebo que o Relator da matéria, Deputado Edio Lopes, está ouvindo atentamente as solicitações de V.Exas. e, depois, evidentemente, nós submeteremos novamente à avaliação do Deputado Edio Lopes, quanto à rejeição ou não dos destaques pinçados e apresentados.

O próximo orador inscrito é o Deputado Caio Narcio, a quem concedo a palavra. Em seguida, concederei a palavra ao Deputado Cabo Sabino, e, então, encerraremos a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Deputada Carmen Zanotto também deseja questionar o Relator Edio Lopes. Portanto, o Deputado Edio Lopes tem sido o protagonista desta noite, o mais questionado em relação ao seu relatório.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Da defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dário Berger) - Da defesa.

V.Exa. está devidamente resguardado.

Concedo a palavra, então, ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, caros amigos, quero aproveitar para dialogar com o meu colega Edio Lopes e dizer que eu comungo da posição do meu colega Paulão. O Deputado Paulão faz uma emenda e um destaque sobre o atendimento da questão da prevenção da violência e da criminalidade. Nós entendemos que deveria haver uma atenção maior em relação a isso. O que se percebe aqui e está na justificativa é que os dados da violência, em 2017, segundo estudo do IPEA, em parceria com o Fórum Brasileiro da Segurança Pública, mostram que é fundamental que haja um maior investimento na redução da violência por antecipação, na prevenção da violência e da criminalidade. Então, eu entendo que, nesse contexto, o Relator poderia — e nesse sentido eu peço que nós possamos apoiar esse destaque — dar uma atenção maior ao atendimento desse destaque, que fala sobre a prevenção da violência.

Quero, portanto, pedir ao Relator que atenda a solicitação desse destaque e nos ajude a dar uma atenção a esse problema que nós temos visto em todo o Brasil.

Quero também neste momento registrar a presença aqui conosco, na Comissão Mista de Orçamento, do Sr. Juvenal Araújo, Secretário de uma Pasta que tem se preocupado com a questão da desigualdade racial, inclusive propondo projetos inovadores, com a mobilização de orçamento para que se viabilizem atividades que promovam a igualdade racial. Temos, portanto, a preocupação com a prevenção da criminalidade também.

Nesse contexto, peço ao Relator que atenda o destaque do nosso colega Paulão. Eu acho que nós poderíamos encontrar em um meio-termo neste momento de fechamento do relatório. Nós sabemos que o cobertor é curto, mas é importante ressaltar que são temáticas fundamentais para o desenvolvimento do País que nós estamos tentando construir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, acho que essa pasta vem, de maneira inovadora, dar uma atenção específica e merece respaldo do Parlamento, do ponto de vista orçamentário, para encorajar, enaltecer e dizer da importância dessas atividades na construção de um País menos desigual e que possa trabalhar também e principalmente na questão da criminalidade. Trabalhar na prevenção é um caminho que economiza toda uma trilha. Então, peço a V.Exa. que nos atenda.

E peço que todos atentem para o fato de que hoje não houve antagonismo ou divergência partidária. Hoje estou defendendo o destaque do Deputado Paulão. Nós divergimos em diversas matérias e temos visões antagônicas, mas, no contexto atual, eu quero comungar da sensibilidade que o Deputado Paulão teve ao apresentar a emenda e o destaque e pedir ao nosso Relator que seja sensível no atendimento, até para que este Parlamento possa incentivar as atividades que estão com essa preocupação, que é totalmente relevante para o nosso País.

Sr. Presidente, agradeço pela palavra e solicito que o destaque seja atendido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Realmente, o Deputado Paulão sensibilizou a nossa plateia. Vamos aguardar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cabo Sabino.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei os Destaques nºs 1 e 2, como coordenador da bancada do Ceará, mas é um destaque que beneficia não apenas a bancada cearense, mas, na realidade, beneficiará aqui 20 bancadas. Dos 26 Estados e o Distrito Federal, 19 Estados e o Deputado Federal apresentaram emendas de bancada para segurança pública.

Por incrível que pareça, a soma total que ficou para a segurança pública foi 32,2 milhões para 19 Estados e o DF.

Vale ressaltar que, em 2016, nós tivemos 61.691 assassinatos no Brasil — esse é o número só de assassinatos.

Algumas bancadas foram além e colocaram nas suas emendas impositivas também para segurança pública. Não é muito relembrar que essas emendas, mesmo impositivas, já foram contingenciadas pela própria CMO com 30% de redução.

Na Comissão de Segurança Pública, para o SISFRON, nós temos 60 milhões. Eu não quero entrar na questão da importância, mas eu quero chamar atenção do Relator, inclusive do nobre Relator-Geral e de todos os meus pares, para o fato de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que praticamente não se executa emenda de Comissão. Por quê? Primeiro, os Deputados mudam. No ano seguinte, são outros Deputados e não há pressão política para se executar. Mas, quando as emendas são de bancada, são 20 bancadas que vão cobrar para que sejam executadas as emendas. Por que não podemos remanejar? Por que não pegamos 60 milhões de reais e os trazemos para as bancadas, levando esses 30 milhões de reais para o SISFRON? Pelo menos, nós vamos duplicar os valores. Esse valor será apenas remanejado de um local para outro. Se deixarmos isso como emenda da segurança pública, nós vamos queimar orçamento e deixar de contemplar 19 estados brasileiros mais o Distrito Federal.

Nós estamos falando de vidas. Nós estamos falando de pessoas que dependem desse orçamento, porque nós temos em vários Estados brasileiros policiais que não têm armamento, que não têm coletes. Há vários Estados em que está havendo problemas sérios de falta de equipamentos, de viaturas. A prova disso é que 19 Estados e o Distrito Federal apresentaram emendas de bancada para a segurança pública. O apelo é muito forte.

Eu queria pedir a sensibilidade tanto do meu amigo e companheiro de bancada, Edio Lopes, que é o Relator do tema, mas também do Relator-Geral, para que houvesse aqui um sentimento de poder remanejar de um local para outro, a fim de sanarmos essa diferença. E eu tenho por certo que sairão ganhando o SISFRON, esses 19 Estados e o Distrito Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a Vossa Excelência, Deputado Cabo Sabino.

Deputada Carmen Zanotto, tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Sr. Presidente.

Também quero destacar a fala do nobre Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a presteza com que destacou as emendas apresentadas pela Comissão.

Sr. Presidente, pode parecer simples, mas, talvez, na discussão de todas as matérias que envolvam vidas, nós vamos ter um número maior de Parlamentares se pronunciando. Sabemos o quanto uma rodovia é importante, sabemos o quanto a logística é importante, mas há algumas situações que não podem aguardar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós hoje, a cada 23 minutos, perdemos um jovem negro, vítima de violência. Então, nós precisamos fortalecer as políticas públicas, precisamos fortalecer a Secretaria de Igualdade Racial, como mostraram algumas falas aqui, em especial a fala da Deputada Laura Carneiro sobre a questão do combate às drogas.

Embora tenhamos recursos assegurados num valor um pouco mais expressivo, a violência no Brasil é grande e há necessidade de fortalecimento e de melhoria da peça orçamentária, porque essas políticas públicas são fundamentais. Sr. Presidente.

Eu quero agradecer ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o nobre Deputado Paulão, por ter apresentado os destaques dessa importante Comissão, com especial atenção à promoção da igualdade racial, ao enfrentamento do racismo, à redução da violência, ao combate a todas as formas de criminalidade.

Por isso, eu defendo que precisamos ampliar um pouco. E compreendo e digo ao Deputado Edio Lopes que não foi de graça que todos esses Parlamentares se pronunciaram. Isso se deu porque V.Exa. tem um relatório que não pode esperar. Talvez um buraco em uma rodovia possa aguardar, mas as vidas das pessoas muitas vezes não podem aguardar.

Por isso há esta ampla defesa nesta área, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e os colegas Parlamentares, em especial o Deputado Edio Lopes.

Sr. Presidente, o tema realmente vai exigir de V.Exa. paciência para nos ouvir a todos, porque acredito que este é um tema sobre o qual todos os brasileiros gostariam de falar e mostrar não só a sua preocupação, mas, eu diria, a sua indignação.

O que vivemos no Brasil hoje é uma verdadeira guerra. Este é um País em que morrem em torno de 60 mil pessoas assassinadas por ano. Esse é talvez um dos piores números da humanidade. É algo inaceitável. E esse problema, ao invés de amenizar, está agravando.

Acordamos hoje, em Minas, com a triste notícia de mais dois assaltos com vítimas em agências bancárias. Os assaltos em agências bancárias, em um primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

momento, sempre indignaram todos. Assalto em qualquer circunstância, assim como o furto, é um crime e tem que ser combatido. E não há que se ter tolerância alguma com bandido, com criminoso. Mas eu acho que, em um primeiro momento, às vezes, consideravam o seguinte: *"Estão roubando uma grande instituição financeira e não há vítima alguma"*. Hoje os assaltos são feitos por quadrilhas perigosíssimas que não têm escrúpulo algum. Chegam explodindo tudo com um esquema altamente sofisticado de armamento, matando quem aparece.

Isso foi o que aconteceu nessa madrugada em Pompéu, Minas Gerais, algo que nos deixa profundamente indignados. Havia um grupo fortemente armado, não apenas um ou dois ou três, não se tratava daquela coisa de amadorismo, não. Havia uma quadrilha extremamente preparada, de pessoas literalmente do mal. Há notícia de que em torno de 15 pessoas — pode ter sido mais — não só assaltaram a agência do Banco do Brasil como mataram de maneira fria um adolescente que se aproximou e dois policiais. Um policial morreu na hora e acabei de ter a notícia de que há mais um óbito.

No mesmo momento ou praticamente em poucas horas, na cidade de Oliveira, no distrito de Morro do Ferro, do lado da cidade em que eu nasci, em São Tiago, região de gente pacata, pessoas simples, do bem, de repente houve mais uma explosão e um soldado foi alvejado no peito. Ele está, portanto, em situação gravíssima. Essa virou a rotina do Brasil!

Os números nos deixam profundamente tristes. Eu acabei de levantar agora aqui no Orçamento. O Brasil tem uma receita de 1 trilhão e 201 bilhões de reais. Estou falando de receita corrente líquida apenas, não estou falando de receita bruta. O Brasil investe em segurança pública 0,78% do Orçamento — 0,78% do Orçamento. É uma vergonha!

Em todos os lugares a que vamos, Senador Dário Berger, todos os políticos de todos os partidos repetem o que o povo diz: *"Segurança pública é prioridade, ao lado de saúde e de educação"*. A saúde e a educação ainda padecem muito, mas já têm orçamentos definidos dentro da nossa Constituição.

Quando eu cheguei aqui em 2011, apresentei uma proposta de emenda à Constituição que, em poucos minutos, eu diria mesmo em poucos minutos, eu colhi — não coloquei preposto para colher, não — 300 assinaturas. Ela está protocolada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desde 2011, propondo que tenhamos pelo menos 5% da receita corrente líquida em segurança pública.

Muitas vezes quando falo dessa emenda alguns dizem: *"Mas só 5% para a segurança pública?"* Deputado Edio Lopes, não sabem que apenas 0,78% é o que se aplica em segurança pública. Por isso o Brasil virou uma carnificina, para combater esse assalto que virou rotina e que não é só para roubar o dinheiro, o que já é terrível, é claro, mas um assalto sem escrúpulos em que saem matando de maneira fria pessoas inocentes, fazendo explosões de verdadeira guerra no interior.

Hoje já não se consegue mais ter uma agência em uma cidade pequena. O Banco do Brasil não quer colocar agência, nenhum banco privado quer colocar, porque sabem que em alguns dias vão lá explodir tudo. O proprietário não quer alugar o imóvel, porque sabe que ele vai ser destruído. A nossa sociedade está refém de uma estrutura criminosa, e nós estamos parados.

É preciso haver uma programação dentro do Ministério da Justiça, fazendo isso de maneira articulada com todo o País, para um combate inteligente, preparado. Não se pode esperar e dizer: *"Olha, quando a quadrilha chegar, o soldado vai sair correndo atrás dela"*. Trata-se de pequenas cidades. Às vezes, há lá dois, três policiais militares. Eles vão enfrentar uma quadrilha de 15 homens armados com metralhadoras, com fuzis? É claro que não! Se forem fazer isso, vai ocorrer como com o policial lá de Pompéu.

Sr. Presidente, faço um apelo especial ao Relator-Geral, para que amplie o valor dos investimentos, porque isso não é despesa, é investimento em segurança pública para salvar vida. E mais do que isso: vamos conclamar o Presidente desta Casa e o do Senado a votarem a minha PEC, que estabelece um piso, um mínimo obrigatório para a segurança pública. É preciso fazer isso. Não basta só o discurso meu ou o de outros. É preciso dizer que a segurança pública é prioridade e que o Estado é obrigado a investir um mínimo constitucional, não importando quem for eleito Presidente da República.

Aliás, hoje, a discussão da Presidência da República está caminhando muito para isso. O povo está querendo desabafar quando diz que vai votar em A ou B: *"Eu quero alguém que combata o crime"*. E está certo o povo. É preciso haver alguém que combata o crime. Agora, esse alguém, para combater o crime, não basta ter discurso, pois isso é demagogia. Tem que haver orçamento, tem que haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prioridade do Congresso, tem que haver definição na Constituição. Assim como saúde é prioridade, educação é prioridade, segurança deve ser prioridade. Como é prioridade? Se o Governo quisesse mandar para cá zero, ele mandaria zero para a segurança pública. Anualmente isso vem se repetindo. Eu medi no ano passado. Era 0,8% e caiu para 0,78%.

É uma vergonha esse orçamento de segurança pública que nós estamos aprovando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Cumprimento V.Exa.

E agora, por derradeiro, concedo a palavra à Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, eu também vejo isso na mesma linha e também peço isso ao Relator, o Deputado Edio Lopes. Se esta Comissão, nesse período agora, tivesse se dedicado e até retirado investimentos de todos os outros planos para que tivéssemos aumentado investimento em segurança pública, nós estaríamos hoje realmente comemorando a votação do Orçamento, como vai acontecer, em condições melhores para o Brasil.

Eu não vou repetir tudo o que já foi dito aqui, mas é difícil entender que uma emenda de 100 milhões de reais destinada pela bancada do Ceará à segurança pública tenha sida contemplada com apenas 1 milhão de reais. Eu sei que o lençol é curto, mas, realmente, temos que ver isso.

Em especial, é preciso pensar o fechamento das nossas fronteiras, Sr. Presidente. Todo mundo sabe a causa de o Brasil estar sendo invadido. E eu não sei por que não se faz um trabalho e não se regateia para o fechamento das fronteiras.

Se nós tivéssemos tido uma dedicação maior com a segurança pública, poderíamos hoje estar contando uma história bem melhor.

Eu sei que o orçamento é curto, mas isso tem que ser revisto, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Vou proceder agora da seguinte maneira: vou devolver a palavra ao Relator, o Deputado Edio Lopes, para que ele possa novamente se manifestar com relação aos Destaques nºs 1 a 28, com exceção dos Destaques nºs 21, 22, 23 e 24, que foram pinçados pela Deputada Laura Carneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Os três da bancada do Rio? Mas não são esses?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou abrir o som para V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. não precisa nem pinçar o Destaque nº 17, não, porque o Relator não vai ter como atendê-lo — é aquela impositiva. V.Exa. tem que pinçar os Destaques nºs 18, 19 e 20, da bancada do Rio, e os Destaques nºs 21, 22, 23 e 24, que são os da Comissão. Da bancada do Rio são os Destaques nºs 18, 19 e 20.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, acrescento os Destaques nºs 18, 19 e 20, porque os Destaques nºs 21, 22, 23 e 24 eu já havia pinçado.

Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu creio que a discussão desta noite marcará, daqui para frente, uma nova fase na história da segurança pública deste País.

Nós estamos nos bombardeando por conta de recursos para a segurança pública. Ontem, quando eu li meu relatório, fiz questão de enfatizar que não se trata de ter orçamento, mas de usá-lo. Não cabe, neste momento, discutir se há, no aparelho de segurança pública estatal — que tem orçamento, tem recursos neste exercício, como tinha nos anteriores, mas não foi gasto, e eu vou provar —, incompetência de gestão ou dificuldades outras. Não é o momento apropriado para isso. Mas a discussão que temos que travar no País é essa.

Eu vou mostrar, por exemplo, Sr. Presidente, o caso de uma ação que foi bastante discutida, o Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública. O orçamento de 2017 para esse fim foi de 210 milhões de reais. Hoje, são 5 de dezembro, faltam 25 dias para o fim do ano, e houve zero de empenho, zero de execução. O Ministério da Justiça dispunha de 210 milhões de reais e não empenhou 1 centavo, não executou 1 real. Como querem V.Exas. que eu coloque mais recursos nessa ação e deixe de lado ações prioritárias como tantas outras que aqui discutimos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu creio, Sr. Presidente, que nós estamos marcando uma nova etapa na discussão da segurança pública. A questão não é falta de recurso.

Para ações referentes aos índios isolados, neste exercício, havia previsão orçamentária de 16 milhões de reais. Até agora, foram empenhados 11 milhões de reais. Ainda assim, nós aumentamos a previsão para 22 milhões de reais para 2018. Nós dobramos o que conseguiram empenhar até agora, quando faltam 25 dias para o fim do ano. Eu não creio que vá ser empenhado algo mais, porque a data final para isso é o dia 8 de dezembro.

Sras. e Srs. Deputados, a nossa questão é priorizar algumas coisas. Às vezes, ao fim do exercício, as áreas da saúde, da educação, de projetos estratégicos estão caçando moedas, enquanto 210 milhões de reais sequer foram empenhados em outra área.

Eu citei dois itens, mas V.Exa. pode observar os relatórios de todo o sistema de segurança nacional. Nenhuma área consegue empenhar nem sequer 80% do recurso disponível. Então, o erro não está na Comissão de Orçamento ou na Relatoria, o erro está na execução. Compete, daqui para frente, ao Congresso Nacional e ao Governo, em especial, buscar saber onde estão ocorrendo as falhas e corrigi-las.

Seria temerário, Sr. Presidente, como a Deputada Laura Carneiro repetiu aqui, deixar de alocar 60 milhões de reais em um projeto estratégico, necessário, indispensável e inadiável do Exército para colocar esse recurso em uma ação na qual o Governo nem sequer executa os recursos que já está disponível.

Essa é a missão que me foi dada. Não é com prazer, Deputado Paulão, que eu reduzo uma emenda de 100 milhões de reais para 1 milhão de reais. Eu tinha 262 milhões de reais disponíveis. Foi a margem que a Relatoria-Geral me deu. E eu tinha 984 emendas. Ainda que destinasse 250 mil reais a cada uma, eu não conseguiria atender a todas.

Então, nós queremos dizer, Sr. Presidente, que, por essas razões, não temos como acatar os destaques. Ainda que este Relator quisesse acatar algum destaque, ou melhor, ainda que ele pudesse — talvez o verbo mais adequado seja “poder”, e não “querer”, porque eu quero, mas não posso —, ele não poderia fazê-lo, porque todas as emendas foram canceladas pela rubrica da reserva de contingência, e essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

área está zerada. Então, não há como compensar. Se não há de onde tirar, não há o que pôr.

Por essa questão técnica, por essa razão instransponível, nós somos obrigados a rejeitar todos os 28 destaques, porque todas as emendas foram canceladas pela reserva de contingência. Não existe mais nada; está tudo zerado.

Eu estou certo de que eu tenho a compreensão dos meus pares. Todos nós queremos segurança pública — todos nós! Agora, o País precisa refazer sua política de gastos, de aplicação dos recursos do orçamento nessa área, porque, infelizmente, é trágica a forma como o País está tratando seu orçamento nessa área.

Nós vemos na Defesa, Sr. Presidente, a aplicação dos centavos finais que nós disponibilizamos no orçamento atual. Em outras áreas, *idem*. Mas, na segurança pública, parece que nós vivemos na Suíça, porque aqui não gastam aquilo de que dispõem.

Eram essas as minhas palavras. Espero que V.Exas. me compreendam e que nós, daqui para frente, façamos um pacto para corrigir essa situação e buscar saber onde estão as falhas, para que, no ano que vem, os que aqui estiverem aqui não estejam novamente batendo numa tecla que não os levará a lugar algum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Eu ia colocar a matéria em votação, mas, como Deputado Bohn Gass, em tempo hábil, solicitou a palavra, eu vou concedê-la a S.Exa.. Em seguida, concederei a palavra à Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Agradeço, Sr. Presidente.

Eu estou voltando do plenário e vejo que estamos votando aqui, o que, regimentalmente, não poderíamos estar fazendo, porque a sessão plenária está na Ordem do Dia. O que estamos debatendo aqui, todo esse esforço para conseguir 1 milhão de reais, 2 milhões de reais, 3 milhões de reais, o Congresso, lá no plenário, está entregando bilhões de reais. É isso que está em discussão lá neste momento.

Empresas petrolíferas de fora do País — a Shell, a British Petroleum, enfim, todas as empresas petrolíferas do mundo — estão, neste momento, ganhando isenções para virem para cá. Isso vai acabar com a exigência de conteúdo nacional no setor, o que significa que as empresas não terão mais que pagar ao Estado brasileiro, para o orçamento que estamos discutindo aqui, Senador, o IPI, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exemplo, porque ele não será mais pago pelas nossas empresas. E as empresas de fora estarão isentas de IPI e vão disputar conosco.

Estamos aqui discutindo migalhas para a segurança pública, para áreas importantíssimas — aliás, todas elas são importantes. Eu vou apresentar destaques depois para outras áreas, mas eu preciso dizer isto neste momento, porque, enquanto nós estamos nos esforçando aqui para conseguir recursos, lá no plenário, estão sendo votados os destaques à Medida Provisória nº 795, por meio da qual entregaremos bilhões de reais que não estarão no IPI, por exemplo, das empresas nacionais, para termos recursos do FPM para os nossos Municípios.

O Estado do Rio de Janeiro tem toda uma argumentação de que está quebrado e precisa de recursos para a área de segurança, mas nós Deputados estamos isentando empresas que virão destruir as empresas brasileiras. Daí, não haverá IPI, não haverá FPE nem FPM para os Municípios. E nós estamos aqui buscando recursos para ajudar os Municípios.

E o que o Temer faz? Os Prefeitos vêm aqui, os Governadores vêm aqui, e o Presidente sinaliza com uma ajuda de 3 bilhões de reais para os Municípios, mas, para isso, ele está pedindo aos Prefeitos que façam *lobby* com os Deputados para aprovar a reforma da Previdência. Se a reforma da Previdência for aprovada, os Municípios não terão mais aposentados, o comércio vai quebrar, não haverá arrecadação de imposto.

Ao mesmo tempo, nós estamos no plenário da Câmara — acabei de vir de lá — votando, pasmem, a isenção de PIS e COFINS para as empresas de fora que virão se instalar aqui ou dos produtos que virão de fora para cá. PIS e COFINS, colegas Deputados e Senadores, é dinheiro para a seguridade, é dinheiro que vai faltar à Previdência. Então, vamos judiar do agricultor, vamos judiar do segurado do Regime Geral da Previdência, para estimular outras empresas e isentá-las? E nós estamos aqui nos esforçando para ter 1 milhãozinho a mais para lá, um milhãozinho a mais para cá.

Então, eu preciso dizer isso, praticamente em forma desabafo, porque essa é uma contradição da Câmara dos Deputados. Nós deveríamos, na verdade, estar lá votando, não para termos menos orçamento para a União, mas para haver recurso para o FPE, para o FPM; e não para isentar PIS e COFINS e IPI das empresas. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não é isso que estamos votando lá. Nós estamos aqui buscando milhões de reais, e, ao mesmo tempo, lá nós estamos votando a perda de trilhões de reais para o Brasil.

Acho que temos de fazer esse debate, sob pena de nós termos todo o nosso esforço em vão. Trata-se de bilhões de reais. Neste momento, está em votação a Medida Provisória nº 795.

Concluo, dizendo que sou solidário a todos. Eu vou apresentar destaques depois, mas não posso deixar passar esta oportunidade, porque ela é central, estruturante. E, no que é estruturante, nós não mexemos. Nós mexemos, digamos assim, na periferia do valor real que precisa ser buscado para haver orçamento. Sem orçamento, vamos sempre buscar equacionar aqui e lá e, de fato, o cobertor vai ser curto. Agora, ele não é curto quando se trata de empresas multinacionais. Ele não é curto quando se fazem renúncias e isenções fiscais.

Essa é uma contradição deste Congresso.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Só quero lembrar aos Srs. Deputados que o microfone encontra-se aberto. Eu estou encontrando dificuldades de privacidade com relação a ele.

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Gostaria de parabenizar V.Exa. pelo consenso que conseguiu na Comissão, porque, com os microfones abertos e essa paz reinando aqui, de duas uma: ou está sobrando dinheiro, como muito bem falou o Deputado Bohn Gass, ou está todo mundo muito passivo com relação a isso.

A minha questão de ordem vem no seguinte sentindo, Sr. Presidente: os Relatórios Setoriais estão sendo aprovados, e todos os destaques estão sendo ressalvados para o Relatório Geral? Vai ser aberto um novo prazo para destaque durante a leitura do parecer pelo Relator-Geral? Pergunto porque isso criou uma contradição.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Quer dizer que vão valer esses destaques atuais, e eles poderão ser questionados de novo quando o Relator for ler o relatório? É isso?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não. Ou é todos, ou não é todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Na fase geral, segundo a minha assessoria...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Boa assessora a sua, por sinal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A Socorro está me socorrendo aqui.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sempre.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Na fase geral, reabrem-se todos novamente, discute-se novamente e se devolve ao Relator-Geral para que ele possa dar o parecer novamente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Então, o debate vai ficar para o relatório geral? É isso? Essa é a ideia?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Para concluir, com a palavra a Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*

Depois, farei os encaminhamentos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu entendo a posição do Deputado Edio, mas eu queria consignar pelo menos o que eu penso.

Eu não posso acreditar que o Ministro da Justiça não queira gastar o dinheiro da segurança pública. E eu não sei se ele recebe do Ministério do Planejamento o orçamentário, nem o financeiro, às vezes. Então, não adianta estar no orçamento, se não liberaram o dinheiro para ele. Eu duvido que haja um Ministro que, se pudesse, não gastaria o dinheiro. Não existe isso. Se não empenharam nessa rubrica, provavelmente empenharam em outra rubrica ou fizeram algum remanejamento. Não existe isso, senão você não teria nada. Ou, então, pior: não estão investindo como deveriam investir em segurança pública. Não deve ser por causa do Ministro da Justiça; deve ser, provavelmente, por causa do Ministro do Planejamento e da cabeça pensante do Governo, que pode não ter priorizado isso. Não há de ser o Ministro.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu continuo nas emendas. Entendo que eu não possa mais discutir as emendas da Comissão, mas as emendas da bancada do Rio continuam com o mesmo problema. Eu tenho um apreço enorme pelo Senador Valdir Raupp, por exemplo, mas não pode ser que uma emenda de Roraima tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

15 milhões, enquanto uma do Rio de Janeiro tenha 1 milhão. Não pode, Presidente! Tem que haver algum critério nesse trem. Não pode haver uma emenda da Comissão de 50 mil reais e outra de 2 milhões. Qual é o critério, Presidente?

Desde o começo, eu disse a mesma coisa. Eu não quero discutir. Se ainda fosse para o Estado dele, eu entenderia, porque é o Estado dele. É natural. O sujeito dá uma puxadinha, mas uma puxadinha, Presidente. Isso aqui é demais. Isso aqui é um puxadaço. Não é isso? Então, para alguns, um puxadaço; para outros, 100 mil reais! Dá para fazer alguma coisa com 100 mil reais na questão racial? Dá para fazer alguma coisa com 100 mil reais na Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro? Dá para fazer alguma coisa com 1 milhão, quando pedimos 60 milhões? Não dá, Presidente. Então, também não é justo.

Se verificarmos as emendas de bancadas, há algumas que têm um dinheirão — e eu não estou falando das impositivas, não, estou falando das outras —; e há outras que não têm dinheiro nenhum. Que diabo de critério é esse? É por que não conseguiram empenhar? Ora, não ter conseguido empenhar não é culpa da bancada também. Provavelmente, naquele ano, a bancada não apresentou. Só que nós do Rio de Janeiro, hoje, enfrentamos uma calamidade na questão da segurança pública e precisamos de dinheiro, sim. Eu não tenho nenhuma vergonha de falar isso aqui. Não é justo que algumas bancadas tenham valores enormes e a bancada do Rio de Janeiro não os tenha na área de segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, na verdade, são duas coisas.

Eu concordo plenamente com a Deputada Laura. Ontem ouvi essa expressão, como se o gestor tivesse essa liberdade. Mas nós sabemos que não é assim. Todos nós aqui lidamos com um lado, como Parlamentares, acompanhando e monitorando a quantidade de obras que está em andamento, mas não recebe dinheiro. Os Prefeitos estão dando andamento, e o dinheiro não sai.

Agora, para o Ministério é pior ainda. Ele depende de liberação de crédito pelo Ministério do Planejamento, pelo Ministério da Fazenda. Pior ainda é a questão da segurança pública, uma área mal atendida, com políticas inadequadas, onde falta armamento. E isso não se restringe ao Rio de Janeiro. Eu sou de um Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

relativamente pequeno da Região Norte. Lá não há armamento, não há colete, não há carro, não há estrutura nenhuma. Lá há uma série de precariedades.

Então, eu não penso que exista uma justificativa para dizermos que eles não gastaram ou não quiseram o recurso. Na verdade, nós temos uma crise, uma dificuldade de orçamento. E eu concordo com a Deputada quando diz que isso fica muito restrito à vontade do Relator. E aí não estou me referindo ao caso do Deputado Edio Lopes. Mas, de maneira geral, não há regramento para o atendimento das emendas.

A outra questão é a votação nominal. Nós estamos votando aqui, mas o plenário da Câmara está funcionando, com uma nominal atrás da outra. É complicado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Na verdade, nada é fácil. Se fosse fácil, nem precisariam de nós aqui.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O fato é que ele não pode dizer que está tirando dinheiro porque eles não deram conta de executar. Não é justo, não é verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sim, sim. Eu acho que são muitas justas essas manifestações, sobretudo porque nós representamos os nossos Estados e os nossos Municípios. Evidentemente é inaceitável que não se tenha o mínimo de recursos necessários para fazer frente a algumas necessidades tão emergenciais como as que nós estamos discutindo aqui.

Entretanto, os Relatores Setoriais são designados de acordo com o Regimento Interno, obedecendo à representação partidária, que, de certa forma, no meu entendimento, expressa uma grande relevância de representação da sociedade como um todo. Aí a questão não é personalizar o Relator. O problema é a escassez de recursos para que o Relator possa contemplar todos os interesses dos Estados brasileiros e dos nossos Municípios.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Quem está pedindo a palavra pela ordem? A Senadora Lúcia Vânia? *(Pausa.)*

Nós já estamos discutindo esta matéria há 1h22min.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É um pepino: segurança, idoso, criança...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu só estou relatando que nós já tivemos aqui 14 inscritos e que ainda temos de deliberar sobre os destaques que já receberam rejeição pelo Relator. Vou ter que pinçar os itens 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, que vão suscitar novamente uma discussão a respeito.

Então, vou passar novamente a palavra ao Relator, para que dê parecer aos destaques pinçados, a fim de que, depois, eu possa colocá-los em votação definitivamente.

Concedo a palavra, com muito prazer, à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, V.Exa. colocou que os Relatores são escolhidos por indicação partidária. Mas eu acredito que o relatório preliminar tem que estabelecer critérios. Um Relator não pode, à sua vontade, escolher os Estados que ele vai contemplar.

Eu vi dois ou três relatórios aqui com coisas que não têm sustentação. Acho que isso não é bom para esta Comissão, isso não é bom para o Parlamento, porque esses dois ou três relatórios que foram lidos não resistem à menor análise de uma pessoa séria, de uma pessoa que leve o Orçamento da União de forma mais responsável. Eu acho que isso que está sendo colocado nos relatórios parciais é muito ruim para o Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou fazer os encaminhamentos.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Já é a terceira vez que V.Exa. usa a palavra nesta...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Não, é a segunda vez nesta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, concedo a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Eu só quero fazer um registro, Sr. Presidente. O Deputado Edio Lopes tem tantas atribuições que a política do idoso também está no seu relatório. E o nobre Deputado Gilberto Nascimento, nosso Presidente da Comissão do Idoso, também fez dois destaques de duas emendas de Comissão que tratam da defesa da pessoa idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Precisamos lembrar que a nossa população está envelhecendo, envelhecendo muito. E precisamos garantir que esse envelhecimento seja com qualidade. Por isso, eu registro também as duas emendas apresentadas pela nossa Comissão do Idoso.

Repito: compreendo as dificuldades do Deputado Edio, mas também talvez tivéssemos que pensar alguns encaminhamentos, como um pedido de informação a esses Ministérios, para saber por que, conforme o relato feito pelo Deputado Edio, esses Ministérios não aplicaram ou não têm empenhado ainda os valores correspondentes ao que foi proposto a eles neste Orçamento. É o único conforto que nos cabe neste momento: tentar saber se foi contingenciamento ou algum outro impedimento que não permitiu que os orçamentos fossem executados.

Lembro que algumas dessas secretarias são jovens, como a que trata da política de igualdade racial e a que trata do idoso. Elas são muito incipientes ainda. Talvez esse seja um dos motivos da dificuldade de empenhamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Vou fazer os encaminhamentos.

Vou submeter à votação os destaques rejeitados pelo Relator, Deputado Edio Lopes, com exceção dos Destaques nºs 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24. Os demais estão em votação. O parecer do Relator é pela rejeição.

Em votação, então, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foram rejeitados. Portanto, não vão ao Senado.

Considerando que a Deputada Laura Carneiro pinçou os itens 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, concederia a palavra a ela para fazer a defesa dos destaques pinçados. Na ausência da Deputada Laura Carneiro, nós temos aqui nada mais, nada menos do que o Deputado Hugo Leal, que é o coordenador da bancada estadual do Rio de Janeiro, a quem concedo a palavra para fazer a defesa dos destaques pinçados.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, temos que incluir este dispositivo, esta menção ao pinçamento na Resolução nº 01, de 2006.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apenas para restabelecer aqui o que nós havíamos dito anteriormente, Sr. Presidente, Sr. Relator Setorial, Srs. Deputados e Senadores, o Estado do Rio de Janeiro pinçou, ou seja, escolheu algumas áreas temáticas que são fundamentais, dentre as quais nós colocamos como prioridade, especialmente no Fundo Nacional de Segurança Pública, como emenda impositiva, no valor de 80 milhões — o que foi reduzido. Isso foi objeto de destaque.

Houve dois outros núcleos. Quero fazer o destaque aqui do aprestamento da Marinha, que é a manutenção, o reaparelhamento. E não só o reaparelhamento, mas o que se refere à quase toda a esquadra do Brasil que se encontra no Estado do Rio de Janeiro. Quero fazer novamente este destaque e demonstrar a importância disso para as Forças Armadas e, obviamente, para a situação da nossa defesa. O outro núcleo é o prédio da Polícia Rodoviária Federal. Não só o prédio, não só a sua adequação, mas também todo o material que deve ser utilizado para esta circunstância.

Fazemos este pinçamento, como já foi denominado aqui, ou seja, este destaque do destaque, esta manifestação, exatamente porque o Estado do Rio de Janeiro passa por um momento extremamente delicado.

Eu, particularmente, como coordenador, fiz a sugestão à Procuradoria-Geral da República para que houvesse intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Fiz isso anteriormente à manifestação do Ministro da Justiça, Ministro Torquato Jardim, que disse que, para o caso do Rio de Janeiro, ele declinava e tinha receio de que o poder paralelo tivesse tomado grande parcela da segurança pública oficial do Estado. Ele deu declarações nesse sentido. Depois, ele esteve aqui na Comissão de Segurança Pública e disse que não era bem assim, apesar de ter visto fragilidades.

Mas o que acontece? Isto acaba se direcionando para as forças de segurança do meu Estado e acaba atuando também em cima do fator psicológico. Este fator psicológico, obviamente, pode ser atendido por outras demandas, pode ser reparado por ações específicas.

A bancada teve um cuidado muito especial ao escolher a segurança pública exatamente dada a fragilidade psicológica, a fragilidade das forças de segurança do Rio. Nós precisávamos demonstrar que a segurança era importante.

Poderíamos ter escolhido as universidades federais, que passam por dificuldade, as universidades estaduais. Mas nós escolhemos a segurança pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque vimos uma oportunidade de demonstrar, a bancada como um todo, a importância desse recurso, Sr. Presidente.

É óbvio que isso ocasiona mesmo uma celeuma, um debate. Não invejo a posição do nosso querido Deputado Edio Lopes, porque é tentar cobrir o frio com cobertor curto, com meio coberto e até sem cobertor.

Mas quero insistir nesse destaque do Fundo Nacional de Segurança Pública às emendas de bancada do Rio de Janeiro, para as forças de segurança do Estado e para a Polícia Rodoviária Federal.

Sem mais delongas, reafirmando o cuidado da bancada do Rio de demonstrar o que tem acontecido com a segurança, nós reforçamos o nosso pedido de ampliação dos recursos para área de segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Deputada Laura Carneiro, V.Exa. quer defender também...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu não vou, para não cansar os nossos parceiros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - ...os destaques pinçados que já foram defendidos...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vou defender os destaques pinçados da Comissão de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu até vou deixar de pinçar — V.Exa. pode dispensá-lo, se é que isso existe — o Destaque 23, na medida em que ele é dos 60 milhões. Então, não preciso recompor. Eu o havia destacado, para que o Relator pudesse utilizar esses recursos e redividi-los.

Sr. Presidente, volto a dizer, é impossível fortalecer a instituição de segurança pública com 1 milhão e 100 mil reais. Eu estou falando de todo o Brasil. Essa não é uma emenda para o Rio de Janeiro, como foi a que nós defendemos eu e o Deputado Hugo Leal, mas uma emenda para o Brasil.

Nós estamos falando de um momento em que as organizações criminosas se multiplicam nos Estados. V.Exa. está acompanhando e deve estar sentindo isso em Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se conversarmos com qualquer Deputado do Nordeste, ele vai dizer que já percebeu isso. Hoje eu conversei com a Deputada Gorete Pereira, e ela me disse o que está acontecendo no Ceará.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, não faz nenhum sentido o aprestamento da Marinha. A Deputada Christiane de Souza Yared, ao mesmo tempo em que coloca 70 milhões de reais para o Exército, coloca 100 mil reais para a Marinha. *(Riso.)* Nem que se dividissem as Forças, já que não se quer trabalhar a questão da segurança pública propriamente dita no Ministério da Justiça. Mas não, é tudo para o Exército.

Como eu disse, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON é maravilhoso! Acho até que o Relator, dos 260 milhões de reais que tinha, poderia ter colocado 60 milhões no SISFRON e quem sabe 5 milhões ou 10 milhões em cada uma das outras ações.

Agora, colocar 100 mil reais para a Marinha e 1 milhão e 100 em duas emendas de segurança pública, Sr. Presidente, é um pouco de menos, comparando-se os outros valores foram dados — desculpe! —, de forma indiscriminada, para outras bancadas, inclusive estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu acho que tem razão V.Exa., como já me manifestei, e acho podemos pensar em incluir, na resolução, algum tipo de critério que...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Temos que fazer isso, Presidente, nem que seja por população, por Estado. Mas algum critério é preciso haver.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sei.

Então, eu retorno a palavra ao Deputado Edio Lopes, para que S.Exa. se manifeste quanto aos destaques pinçados pela Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, por mais de uma vez, nós já destacamos a situação com a qual trabalhamos neste relatório. Então, seria enfadonho repetir essas razões aqui novamente. Contudo, ainda queremos insistir, Deputada Laura Carneiro, na questão do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Em 2016, nós tínhamos um orçamento de 468 milhões de reais. Só foram aplicados 187 milhões de reais. Então, nós voltamos à tecla em que batemos desde o início. Mas não vamos mais discutir essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero resumir o meu parecer, Sr. Presidente, sem entrar no mérito da discussão. Como dizem no Judiciário, por uma questão processual, todas as emendas foram canceladas na reserva de contingência. A reserva de contingencia é 00. Logo, não tendo de onde tirar, não há nada a colocar em lugar nenhum.

Por essa razão, pura e simples, nós rejeitamos os destaques pinçados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou colocar, então, em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o parecer sobre os destaques pinçados pela Deputada Laura Carneiro.

Os Deputados e as Deputadas que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer.

Rejeitados os destaques.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Registro o meu voto e o do Deputado Hugo Leal contra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Houve voto contrário da Deputada Laura Carneiro e do Deputado Hugo Leal.

Como foram rejeitados na Câmara, não vão a voto no Senado.

E eu cumprimento V.Exa., Deputado Edio Lopes, e lhe concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Só quero dar uma informação. Na política do idoso, para 2017, havia um orçamento de 17 milhões de reais. Foram liquidados até agora apenas 4 milhões de reais, ou 24% do orçamento. Então, nós precisamos reparar muita coisa em matéria de orçamento neste País, senão nós vamos ficar aqui discutindo o sexo dos anjos a vida inteira.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, V.Exa. já votou os destaques, mas eu quero fazer um registro.

Haveria algum sentido na explicação dada pelo Deputado Edio Lopes se ele não tivesse acolhido, em valores enormes, outras bancadas com a mesma rubrica. Então, esse não é um argumento aceitável. Quero deixar isso consignado. Basta V.Exa. ler o relatório e vai ver que, na mesma rubrica Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública, em outras bancadas, existem valores infinitamente superiores, sem qualquer critério.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Considerando que já são praticamente 23 horas, eu quero sugerir a redução do tempo de encaminhamento por parte de V.Exas. de 5 minutos para 3 minutos.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - V.Exa. está contingenciando até o tempo, Sr. Presidente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Se assim for, eu acho que nós podemos limpar a pauta hoje ainda.

Então, eu submeto à deliberação o Relatório Setorial da Área Temática IV — Integração Nacional.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sr. Presidente, são quatro emendas e quatro destaques na Área XI.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em seguida, será V.Exa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, ontem nós já tivemos a oportunidade de apresentar o nosso relatório e fazer a discussão. Então, seria o caso agora de aprovar o texto-base para depois eu me manifestar em relação aos destaques que foram apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, eu vou submeter à votação, na representação da Câmara dos Deputados, o Relatório Setorial e a complementação de voto que V.Exa. também expressou, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Da mesma forma, submeto-os à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, anuncio a votação, na representação da Câmara dos Deputados, do parecer sobre as obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto-o à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em seguida, passo à deliberação dos destaques.

Foram apresentados 17 destaques. Todos têm o voto do Relator pela rejeição.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se V.Exa. me permite, gostaria apenas de explicar os motivos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Permito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foram apresentados 17 destaques nessa área temática, sendo 14 destinados ao acréscimo de emendas coletivas e 3 relativos à recomposição de corte no projeto de lei.

O problema é que os Destaques nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 16 e 17, que propõem acréscimo de valores a emendas apresentadas nesta área temática, devem ser considerados rejeitados, pois indicam como fonte de cancelamento o sequencial de código 003012, a reserva de contingência.

O Deputado Edio já teve a oportunidade de falar que a reserva de contingência foi praticamente zerada. Não há como tirar da reserva de contingência. Portanto, neste sentido, a programação não tem recurso. Por isso, não há como fazer o acolhimento desses destaques, porque não há como cancelar nesta programação, já que não há recurso para isso. Os Destaques nºs 12, 13 e 14 propõem a recomposição de dotações do projeto de lei. Também neste caso não é possível. Portanto, o meu parecer é pela rejeição, tendo em vista que nós já fizemos essa redistribuição quando apresentamos o relatório e não temos mais margem adicional para fazer essas recomposições.

Apesar de tudo, eu remeto esses Destaques 12, 13 e 14 à apreciação de S.Exa. o Relator-Geral, para que sua S.Exa., com toda a sua capacidade, com toda a sua grandeza, possa analisá-los e, na medida do possível, fazer essas recomposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, é nesses termos o meu parecer em relação aos destaques apresentados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa., Deputado Nelson Pellegrino.

O Relator dá parecer pela rejeição dos destaques apresentados, e eu submeto...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Para formular uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Presidente, eu acho que nós estamos diante de uma temeridade. Eu não queria fazer este questionamento aqui porque tenho muito respeito por V.Exa. e pela Consultoria desta Comissão, mas nós não podemos ter duas votações paralelas dentro do mesmo Congresso ao mesmo tempo. Cabe suspeição desta reunião, porque os Regimentos não são análogos. Pode-se usar analogia, mas não se pode sobrepor o Regimento do Senado ao Regimento da Câmara. Essa é uma interpretação dúbia. Já estou há alguns anos nesta Comissão, e nós nunca fizemos em momento algum votação paralela. Nós já viramos madrugada aqui, já entramos pelo sábado e pelo domingo, mas nunca com votação paralela.

Segundo, o Deputado Nelson Pellegrino não pode, depois de V.Exa. ter dito que os destaques estavam ressalvados para o Relatório Geral, simplesmente negar os destaques. V.Exa. mesmo afirmou ao microfone, há poucos minutos, que todos os destaques seriam discutidos no Relatório Geral do Deputado Cacá Leão. Então, não pode haver essa contradita. Se S.Exa. o Deputado Nelson Pellegrino não acatar os destaques, S.Exa. vai simplesmente encerrar este debate. E há questionamentos.

Eu tenho um questionamento a fazer muito sério. O Ceará tem um problema na complementação do projeto de transposição, e da forma como estão distribuídos os recursos, a obra não vai ser concluída no Ceará. A obra não será concluída no Ceará, faltando menos de 8% para sua conclusão. Por quê? Porque os recursos foram retirados do projeto original do Ceará e foram alocados em outro Estado.

Não quero aqui criar briga de Estado contra Estado. Pelo contrário. Em todo o Nordeste há a mesma realidade. Temos que encontrar uma equação que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

paralise a obra, que não dificulte ainda mais a realização de uma obra sonhada há mais de 150 anos. E nós já estamos nessa obra há 10 anos.

Eu acho que o Deputado Nelson Pellegrino não pode de forma açodada simplesmente negar os destaques dessa forma. Pior ainda é nós aceitarmos passivamente uma situação como essa. Nós não podemos aceitar isso com passividade.

Então, com todo o respeito que tenho pelo nosso Presidente, cujo trabalho admiro, eu acho que cabe repensar tanto o encaminhamento dessas decisões, em que cabem questionamento, quanto esse procedimento, desfazendo inclusive o que S.Exa. tinha falado há poucos minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, a questão de ordem do Deputado Danilo Forte, com relação ao cabimento ou não da votação em paralelo, tem que ser decidida pela Presidência.

Em relação aos destaques, eu pude nominar aqueles que não podiam ser objeto de acolhimento porque foram buscar recurso na reserva de contingência, mas não há recurso na reserva de contingência. Os Destaques nºs 12, 13 e 14, que inclusive são da bancada do Ceará, eu estou remetendo para o Relator-Geral. Eu não fechei a porta. Eu os remeti para o Relator-Geral, que pode acolhê-los no seu relatório.

Isso está no meu parecer, que inclusive o Deputado devia ter ouvido.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Desculpe-me, mas eu estava em outra votação. É por isso que não pode haver duas votações paralelas. V.Exa. está corroborando a minha tese. Eu estava votando no Plenário. Como não tenho o poder da onipresença, ou estou lá ou estou aqui. Por isso, não pode haver votação paralela. V.Exa. está colaborando com o meu argumento.

Obrigado, Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. está satisfeito? Eu posso continuar ou V.Exa. quer que eu responda a questão de ordem de V.Exa.? *(Pausa.)*

Vou tentar responder a V.Exa.

Em primeiro lugar, esses destaques são inerentes aos relatórios setoriais. Portanto, se rejeitados, eles vão para o arquivo, pois perdem toda a sua eficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No entanto, nada impede que V.Exa. ou qualquer Parlamentar refaça os mesmos destaques ou outros destaques para o relatório geral.

Então, de certa forma, com relação aos destaques, penso ter esclarecido definitivamente a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas isso é uma contradita ao que V.Exa. disse anteriormente. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Ou eu me expressei equivocadamente ou V.Exa. entendeu equivocadamente. Então, peço desculpas.

Com relação às sessões paralelas, esse assunto já foi amplamente debatido e discutido. Eu queria que V.Exa. entendesse que nós ficamos aqui até a madrugada de ontem, mas não conseguimos apreciar todas as matérias. Hoje pela manhã, retornamos aos trabalhos. Muitos Parlamentares que compõem esta Comissão sequer tiveram tempo para almoçar. Nós, por exemplo, já estamos chegando ao dia seguinte.

Na verdade, nós temos prazo para efetivamente entregar o relatório. Para mim, seria muito triste não conseguir cumprir o calendário de entrega do relatório, para que possa ser apreciado e votado na sessão do Congresso Nacional.

V.Exa. conhece o Regimento muito melhor do que eu. Essa questão é superada em função do acordo de Lideranças e em função do entendimento proposto no início das nossas reuniões, nas quais assim encaminhamos e deliberamos, permitindo que, evidentemente, em caso de votação nominal, os Parlamentares se ausentem, votem e retornem. Considerando que é uma reunião extraordinária, o Regimento Interno do Senado permite que possamos fazer as duas reuniões concomitantemente.

Espero ter esclarecido a V.Exa. e conto com sua compreensão.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu deixarei os microfones abertos, desde que ordenemos os nossos trabalhos.

Vou passar a palavra ao Deputado Bohn Gass.

Em seguida, falarão a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e o Deputado Célio Silveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, o Relator já colocou os temas em relação ao mérito.

Eu queria dizer a todos os colegas Deputados e Senadores, especialmente ao Deputado Danilo Forte, que fiz esse mesmo encaminhamento pela bancada do PT, no início das atividades deste período legislativo. V.Exas. são testemunhas, o Presidente é testemunha. Inclusive, isso foi motivo de debate aqui. A intenção era que não houvesse reuniões concomitantemente a votações da Ordem do Dia.

Naquele momento, infelizmente, eu não tive apoio do Deputado Forte, mas eu quero e preciso, por uma questão de justiça, reconhecer e ser solidário a esse mesmo posicionamento. Naquele momento, eu fiquei sozinho pela bancada do PT. Ninguém me apoiou. Eu achava correto que as votações não fossem concomitantes. Volta e meia, eu vou para lá a fim de participar do debate. Volto a dizer que nós estamos arrumando milhões aqui e entregando trilhões lá!

Então, neste momento, por uma questão de coerência, por um método meu, mesmo não tendo recebido apoio naquele momento, eu apoio a questão de ordem que o Deputado Forte faz. Acho que nós devíamos suspender esta reunião, achar um outro momento para dar continuidade a ela e participar do debate, para termos dinheiro para o País, em vez de entregar o País, não ter dinheiro e ficar sem orçamento, que é o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa. e peço sua compreensão. V.Exa. me desculpe, mas, a essa altura do campeonato, V.Exa. é novamente um voto vencido. No início da nossa reunião, nós estabelecemos um critério...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Mas já existem dois votos. Antes era apenas um voto: o meu. Houve um aumento de 100%.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É verdade. Já ampliou. *(Riso.)*

V.Exa. está igual ao Deputado Paulão, que fez uma defesa bastante contundente...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nesse ritmo, daqui até o final da Legislatura, ele consegue fazer maioria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Acredito que sim.

Tem a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, quero apenas que fique claro que, para mim, não está pacificado.

Na verdade, nós estamos numa Comissão Mista, na qual valem tanto o Regimento do Senado quanto o Regimento da Câmara. De acordo com o Regimento da Câmara, não poderia haver nem reunião extraordinária nem ordinária. O que houve aqui foi uma boa vontade — eu entendo dessa forma — para seguirmos. Mas entendo que isso não está pacificado e tem que ser combinado. Esta é uma Comissão Mista. Não há sobreposição do orçamento do Senado. Existe uma clareza grande no art. 46, § 1º e § 2º. Na verdade, nós estamos com boa vontade.

Lembro que, quando estávamos na Oposição, muitas vezes nós conseguimos travar votação aqui, porque começava uma nominal lá no Plenário. Porém, existe uma boa vontade e um esforço coletivo para darmos conta dessa tarefa.

Então, trata-se de um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu não quero entrar nesse mérito, já que essa matéria é vencida, mas não posso me calar diante da insistência em relação a essa questão, que é recorrente. Parece que há um objetivo de emperrar a continuidade dos trabalhos.

Como V.Exas. sabem — conhecem o texto melhor do que eu —, aplica-se o Regimento do Senado. Preliminarmente, aplica-se o Regimento do Senado. Como o Regimento do Senado permite, nós estamos amparados não só em função do acordo, mas também regimentalmente.

Se formos discutir isso, nós não vamos avançar. Por isso, vou colocar em votação os destaques.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, não vá por aí, não! Não faz sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Qual é a proposição de V.Exa.?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Nenhuma. Não estou propondo, só estou dizendo que é um acordo. Só isso.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, posso fazer uma questão de ordem para ajudar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, estamos num acordo deliberando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem para ajudar V.Exa. a construir o consenso.

Sugiro que se aprovem os setoriais, para ganharmos o tempo que V.Exa. quer, mas V.Exa. remete todos os destaques ao relatório geral. Selecionar destaque não dá, porque alguém vai ficar prejudicado — quem está aqui e quem não está.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vai ter que reapresentar de qualquer jeito, Deputado Danilo Forte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Quem quiser pode reapresentar os destaques novamente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Há destaque de bancada, há emenda regimental.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, vale ressaltar que essa orientação não foi dada anteriormente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos ouvir o Deputado Nelson Pellegrino

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Primeiro, quero dialogar com o Deputado Danilo Forte, no sentido de que acho que o encaminhamento que o Presidente deu em relação ao destaque é satisfatório. Há a possibilidade de que — o Presidente já deixou isso claro —, regimentalmente, os destaques sejam reapresentados e encaminhados ao Relator-Geral, para serem apreciados.

Portanto, não há nenhum prejuízo nesse sentido. Estamos seguindo o Regimento.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deputado Nelson Pellegrino, o problema é que nem todos os destaques podem ser feitos individualmente. Há destaque de bancada, há destaque de Comissão.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O destaque de bancada pode ser feito pelo coordenador.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Individualmente, não; só pelos coordenadores de bancada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. acha que algum coordenador vai se negar a fazer? V.Exa. acha que algum coordenador vai deixar de fazer? Não vai deixar.

Antes de concluir, quero esclarecer duas coisas aqui. Acho que, agindo dessa forma, não atropelamos o Regimento, porque o Presidente já deu o encaminhamento conforme o Regimento.

Além disso, eu queria deixar registrada uma posição — acho que o Deputado Bohn Gass já o fez, inclusive como coordenador da nossa bancada — que vai ao encontro da posição da Deputada de que essa questão não é tão pacífica. O Regimento do Senado e o Regimento da Câmara dos Deputados devem ser aplicados. Acho que estamos dando seguimento por um acordo. Se esse acordo, em algum momento, não for de ordem geral, vai-se aplicar a regra de que não pode haver votações concomitantes, até porque seria incongruente haver uma votação lá e uma votação aqui ao mesmo tempo. Acho que estamos aqui dando seguimento à reunião por um acordo.

Eu quero deixar isso registrado, para fazermos uma jurisprudência para o futuro. Hoje somos Oposição, amanhã poderemos ser Governo, e vice-versa. Eu não gostaria que essa interpretação fosse consolidada, porque acho que é uma concessão que estamos fazendo, um acordo. Mas, no futuro, se alguém levantar essa questão, a sessão terá que ser suspensa.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Deputado Nelson Pellegrino, está mantido o acordo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Inclusive, é importante ressaltar o benefício que V.Exa. está fazendo ao País, porque eu já vi o PT irradiar muito nesta Comissão e não deixar votar nada. Hoje o PT está muito acomodado, ajudando o Governo do Brasil, o que é muito importante para esta Comissão.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hoje estamos praticamente inspirados no PSB de V.Exa., que colabora muito com este Governo. *(Riso.)*

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Estão ajudando o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou cortar os microfones de V.Exas. e vou estabelecer novamente a prioridade aqui, para que possamos dar encaminhamento aos trabalhos.

Por último, passo a palavra para o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nós fomos surpreendidos com o posicionamento de V.Exa. e desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas por que, se estamos agindo dessa forma desde o início?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Porque, há poucos minutos, V.Exa. estava sendo arguído pelo Deputado Danilo Forte — eu estava ao lado dele —, e foi dito que todos os destaques iriam ser remetidos ao Relator-Geral. Nós estamos pedindo a recomposição, o cancelamento, desses nossos três destaques, do Cinturão das Águas e da Transposição. Então, não é motivo para que possamos não atender...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se V.Exa. me permite, Deputado, eu remeti para o Relator-Geral esses destaques, no meu relatório.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Deixe-me concluir. Eu, como autor, seria pego de surpresa, sendo derrotado sem nem tomar conhecimento de que estava sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas como, Excelência?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Mas como? Então, desculpe-me, eu vou rasgar os destaques, porque eles não valem de nada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É difícil para V.Exa...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Deixe-me falar, por obséquio!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Os seus destaques foram como indicação...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Eles não servem de nada. Eu poderia esperar mandarem para o Relator-Geral. Então, que papel estamos fazendo aqui ao apresentar esses destaques? Diga-me, Deputada!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. não pode reapresentar os destaques?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas nós sempre fizemos assim! Se eles não têm dinheiro para pagar o destaque, nós aturamos e reapresentamos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Então, de que adianta corrermos para apresentar o destaque se não está valendo de nada, se vai tudo para o Relator-Geral?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outra coisa, por vários anos eu participei desta Comissão. Sistematicamente, cancelaria. Eu estava desconhecendo esse procedimento do Regimento do Senado. Mas nós ficávamos aqui até 4 ou 5 horas da manhã votando o Orçamento.

Era, assim, Deputada. V.Exa. participava também. Mas não ficávamos surpreendidos. Eu saí correndo do plenário e perdi uma votação. Depois vão dizer que estou votando lá, como disse o Deputado Danilo Forte. Vamos servir a dois senhores, a esta Comissão e ao Plenário? Eu acho que esse procedimento é improcedente, desculpe-me.

Se foi feito um acordo de procedimento, coloco a V.Exa. que o meu voto é contrário a esse acordo de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Considerando todas essas questões levantadas, vou colocar em votação.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - V.Exa. podia, pelo menos, suspender a reunião por 15 minutos para votarmos. Depois V.Exa. decide o que quer fazer, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - A reunião está suspensa por 5 minutos, para irem votar.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos dar continuidade à reunião, então? Há entendimento para continuarmos? *(Pausa.)*

Então, eu vou submeter à votação os destaques que receberam parecer pela rejeição do Relator Deputado Nelson Pellegrino.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, os números dos destaques precisam ser lidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Os destaques eu mencionei no início, quando V.Exa. não se encontrava aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado, eu já li todos.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas eu não estava aqui, Deputado Nelson Pellegrino! Eu estava na votação do Plenário. Eu preciso saber. Tem que ter um registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A formalidade do Direito é boa, porque é igual para todo mundo. Quando o Direito não tem formalidade, fica nisto: a Bahia ganha, e o Ceará perde. Não é isso que eu quero. V.Exa. fez um relatório tendencioso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado, V.Exa. sabe que tudo o que está sendo feito nesta sessão está sendo registrado. A partir do momento em que eu fiz a leitura do meu voto, isso passou a fazer parte dos Anais da Comissão. Faz parte do meu voto, está registrado, e V.Exa., no futuro, terá toda a documentação necessária.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Antes da votação, havia um entendimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. estava ausente aqui. O Direito é bom por isso também, porque V.Exa. está com o seu direito preservado. A partir do momento em que eu li meu voto, ele está consignado nos Anais da Comissão. V.Exa., se precisar dessa memória, pode ir lá e pegar, não tem problema algum.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Por isso é que precisa da formalidade.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. pode fazer isso pelo motivo que quiser.

Mas se V.Exa. quiser e se o Presidente permitir, eu posso nominar de novo, não há problema algum. Assim, posso atender a V.Exa. e aos outros que estavam ausentes.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Quem tem que ler é a Mesa. Ela tem que ler os números dos destaques que vão valer e dos que não vão valer. É a formalidade do Regimento. Isso é porque V.Exa. não tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu acho que será a décima vez que vou mencionar os destaques, que vão de 1 a 17.

Antes, eu concedo a palavra ao Deputado Célio Silveira, que me havia pedido.

O SR. DEPUTADO CÉLIO SILVEIRA - Eu quero pedir a atenção do Relator Setorial, porque a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno — RIDE é uma região muito próxima de Brasília e tem grandes dificuldades.

Tenho certeza, Deputado Nelson Pellegrino, de que na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, formada por 41 Municípios, inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alguns de Minas Gerais e Goiás, há inúmeros cearenses que foram bem recebidos. Certamente, assim como os cearenses, há tantos outros que se vieram em busca de acomodação no Distrito Federal e se dirigiram para essa região.

Essa região passou a ter uma grande densidade demográfica, sem a infraestrutura necessária em todas as áreas que V.Exa. possa pensar, como saneamento básico e asfalto. É uma região que conta com mais de 8 milhões de habitantes, com cidades de 300 mil habitantes, como Luziânia e Águas Lindas de Goiás, além de Valparaíso de Goiás, que tem quase 200 mil habitantes.

Foi feito um pedido aqui em favor da infraestrutura dessa região, tão importante para Goiás e para o Distrito Federal. Se não tomarmos medidas efetivas para o desenvolvimento dessa região, muito em breve todos os brasileiros que vivem em Brasília não terão mais segurança, devido às graves dificuldades da região integrada do Entorno. Foram solicitados 100 milhões de reais para projetos de infraestrutura dessa região, que conta com 41 Municípios, e destinados apenas 3 milhões de reais.

Gostaria de contar com a compreensão de V.Exa. para rever isso e convidá-lo para conhecer essa importante região de Goiás e do Distrito Federal, bem como de Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu tenho dois problemas. Um é de ordem metodológica. Eu repeti no meu parecer a dotação consignada pelo Relator-Geral no seu relatório preliminar. Então, tratei de forma igual todas as emendas de bancada. V.Exa. pode olhar no meu relatório que eu dei um tratamento isonômico a todas as emendas, destinando um valor igual. Esse é o primeiro problema.

O segundo problema é que a emenda que foi apresentada pela bancada está entre as emendas que vão buscar recurso justamente na reserva de contingência, na qual não se tem de onde tirar.

Por isso, o meu parecer, infelizmente, foi no sentido de não acolher.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Encerro a discussão.

Submeto a matéria à votação.

Em votação na representação do Senado Federal o parecer do Relator aos Destaques de nºs 1 a 17, que receberam parecer pela rejeição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na representação da Câmara dos Deputados...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não, Sr. Presidente, não foi o que ele falou, não. Não foi isso que ele falou, não.

Os Destaques nºs 12, 13 e 14, que são do Deputado Raimundo Gomes de Matos, ele ressalvou.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Quais são os rejeitados? Quantos destaques foram apresentados, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu remeti para o Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Dezessete.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Então, todos os 17 estão rejeitados?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Todos os 17 estão rejeitados.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não pode, Sr. Presidente. Ele acabou de dizer o contrário.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele rejeitou e indicou. Ele indicou.

Agora, não é mais como era antes. Eles não têm dinheiro. Então, ele está indicando. Ele diz: *"Olha, Relator..."*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. indica ao Relator-Geral.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele indicou os três de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Indica ao Relator-Geral...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Então, reafirmo o que eu disse anteriormente: nós estamos fazendo figura decorativa ao apresentar destaques. Nós otimizaríamos o tempo se V.Exa. e esta Comissão tivessem dito o seguinte: *"Não adianta apresentar destaque"*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não. O destaque pode ser aprovado.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Como se pode admitir...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O destaque pode ser aprovado. Ele não precisa ser rejeitado.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Quando há destaque para retirar recurso de reserva de contingência, isso é uma coisa. Mas quando se tira de uma programação de um Estado para outro Estado, sinceramente, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

extrapolar os limites da capacidade do Relator. Tirar mais de 150 milhões de um Estado e destiná-los para a Bahia é inadmissível!

Isso não vai ficar assim. Alguma coisa vai acontecer! A nossa bancada vai obstruir, a partir da próxima semana, essas votações no plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está bom.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Por mais justificativa que ele tenha dado ontem, de que precisa revitalizar o Rio São Francisco... Eu concordo. Eu concordo plenamente em tirar recursos do Ceará e destiná-los para Minas Gerais, onde nasce o Rio São Francisco. Não é só na Bahia que há o Rio São Francisco.

A arguição que o Deputado usou ontem foi de que esse recurso sairia, senão no Ceará não haveria água, porque não haveria revitalização nas margens do Rio São Francisco na Bahia. Tudo bem, concordo. Então, eu concordo em V.Exa. tirar do Estado do Ceará e remeter para Minas Gerais, que é onde nasce o Rio São Francisco, porque senão nem na Bahia vai haver água.

Não há justificativa, Deputado! Qual justificativa V.Exa. dá para fazer esse remanejamento?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Exa. quer uma justificativa? Eu posso lhe dar.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Quero.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Primeiro, V.Exa. não é novato, não é neófito nesta Comissão e sabe muito bem como é que ela funciona. O Relator Setorial só pode acolher ou emenda de bancada ou emenda de Comissão. Não tinha nenhuma emenda de bancada nem emenda de Comissão da bancada de Minas Gerais em relação a ações de revitalização do Rio São Francisco, mas tinha uma emenda da bancada da Bahia. A maior parte do Rio São Francisco passa no Estado da Bahia.

Volto a dizer, os estudos necessários para a revitalização custariam 800 milhões de reais por ano, durante 10 anos. Seriam 8 bilhões de reais necessários. É um primeiro esforço que está sendo feito.

Segundo, eu adotei um critério isonômico para não discriminar nenhuma bancada, a não ser as emendas que tinham um valor menor do que 1 milhão de reais. E aí eu não cortei de Estado nenhum, e de nenhum programa. Para não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prejudicar, eu fiz um corte linear para poder fazer os remanejamentos necessários em todos os Estados. Isso não compromete, V.Exa. sabe muito bem, inclusive porque o Regimento Interno estabelece qual é o percentual que pode ser cortado para não inviabilizar um programa. Estabelece inclusive qual é esse percentual. E esse percentual não foi sequer atingido, e muito longe inclusive desse percentual foi observado. A resolução coloca claramente até onde você pode cortar e até onde você não pode cortar para não prejudicar o programa. Então, não prejudica o programa, não prejudicará o programa. E o corte foi linear.

A emenda do Estado da Bahia foi acolhida porque existia uma emenda da bancada da Bahia.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Quanto foi cortado da Paraíba?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E não existia emenda da bancada do Ceará.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Quanto foi cortado da Paraíba?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Hein?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Quanto foi cortado da Paraíba?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Todos tiveram um corte linear de 20%. Houve um corte linear em todos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Os 150 milhões de reais não representam os 20%, Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em todos os programas foi feito um corte linear, com critério isonômico, para não discriminar nenhuma bancada, nenhum Estado, nenhum programa. O único critério que nós adotamos foi o de não cortar emenda a menos de 1 milhão de reais, porque era um corte *(ininteligível)*, uma coisa significativa.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Mas isso não era emenda da bancada do Ceará, mas da programação do Ministério. Não é emenda de bancada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não tinha emenda de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Não é emenda de bancada.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu estimulo inclusive a bancada de Minas Gerais a apresentar, no ano que vem, entre as suas 18 — não sei quantas, porque há uma variação de Estado para Estado —, uma emenda para a revitalização. Eu acho até que é necessário mesmo, porque é nascente do rio.

Então, eu acolhi porque havia uma emenda da Bahia, e foi o que me permitiu fazer. E V.Exa. sabe muito bem, só se pode acolher emenda ser for apresentada ou por bancada ou por Comissão. Eu trabalhei com o instrumental que tinha e procurei fazer da melhor forma possível

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deputado Nelson Pellegrino, só para ajudar...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu também quero ajudar, porque eu não sou de nenhuma das duas bancadas. Eu posso tentar ajudar, porque não sou de nenhuma das duas bancadas.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Deputado Nelson Pellegrino, primeiro, o que o Deputado Raimundo Gomes de Matos está colocando com muito vigor é o seguinte: V.Exa. não está inviabilizando o programa, V.Exa. está inviabilizando a transposição. Se não houver recurso para a transposição naquele primeiro trecho, que é uma emenda de 54 milhões de reais, ela não se conclui.

Segundo, todos desta Comissão sabem que há uma margem de manobra tanto dos Relatores Setoriais quanto do Relator-Geral, sempre houve. Então, caberia uma suspensão para uma conversa entre V.Exa. e o Deputado Cacá Leão para encontrarmos um consenso que pudesse pelo menos garantir essas obras, porque não adianta postergar mais ainda. V.Exa. não está inviabilizando o programa, mas está inviabilizando a transposição, dessa forma.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deputado, primeiro, eu acho que não está sendo inviabilizado nem o programa nem a transposição, porque 20% não inviabiliza.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Neste caso, está.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nós conhecemos muito bem o que é execução orçamentária. Muita coisa que está aqui e não vai ser nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

realizado. E nem se realizam 100%. Todo mundo aqui sabe disso, e V.Exa. é um dos mais experientes desta Comissão.

Agora, assim como nós fizemos o corte na programação do Ceará, houve corte também em outros Estados. Inclusive na Bahia, eu cortei também!

A questão concreta aqui é a seguinte: eu fiz a remissão para o Deputado Cacá Leão. Evidentemente, é uma sugestão. E estou até aberto a dialogar, num segundo momento, com o Deputado Cacá Leão e com a bancada do Ceará. Agora, neste momento, eu adotei um critério isonômico. Foi, portanto, neste sentido: as emendas outras não tinham como ser recompostas, porque a fonte indicada não tem recurso; e as outras três eu tive dificuldade de remanejar. Então, eu remeti para o Deputado Cacá Leão. Vamos, num segundo momento, dialogar com o Relator-Geral para verificar como podemos tentar fazer algum nível de recomposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeito. Se V.Exas. concordarem, eu encerro a discussão.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só para concluir, as três emendas representam 200 milhões de reais. Se tivesse sido colocado que uma das três era prioridade... Isso não foi colocado para o Relator Setorial em momento algum. Foram apresentadas três emendas, no total de 200 milhões de reais. Isso significa 40% do que eu tinha para tudo.

Então, também quero fazer uma observação crítica, fraterna, aos companheiros do Ceará, que poderiam ter chegado e dito: *"Olha, esse programa aqui é fundamental, 10 milhões ou 20 milhões aqui podem inviabilizar. Vamos ver isso aqui."* Em momento nenhum foi colocado isso para mim. Agora é que está sendo levantado. Realmente, se tivessem chegado e dito: *"Olha, se colocar 20 milhões aqui não inviabiliza"*, poderíamos até ter dialogado. É por isso que estou remetendo para o Relator-Geral, para tentarmos fazer esse ajuste mais adiante.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Encerro a discussão.

Vou colocar em votação.

Em votação os destaques, em globo, com o voto do Relator pela rejeição, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os rejeitam e acompanham o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Rejeitados, com o voto contrário dos Deputados Danilo Forte, Célio Silveira, Raimundo Gomes de Matos e Hildo Rocha.

Como os destaques foram rejeitados na representação Câmara dos Deputados, eles não precisam ser apreciados na representação do Senado Federal.

Vamos ao Relatório Setorial da Área Temática V - Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.

O Relator Setorial é o Deputado Evandro Roman, do PSD do Paraná.

O relatório setorial foi apresentado, a discussão foi iniciada e encerrada preliminarmente. Foram apresentados 12 destaques.

Antes de conceder a palavra ao Relator, o Deputado Evandro Roman, vou colocar em votação o relatório, ressalvados os destaques. Se desejarmos discuti-lo, nós discutiremos apreciando os destaques.

Em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o relatório na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Evandro Roman, para que possa proferir o seu parecer em relação aos destaques apresentados, que são os de nºs 1 a 12.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu só gostaria de dizer que esta Relatoria contou com um total de 853,1 milhões de reais recebidos do Relator-Geral para atendimento das emendas apresentadas, sendo 454,5 milhões de reais para emendas individuais e 313,2 milhões de reais para emendas de bancadas estaduais, consideradas obrigatórias, as impositivas, restando 85,4 milhões de reais para um trabalho de remanejamento entre as emendas de bancada e de Comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Levando em consideração essas ações e analisando todos os destaques, eu vou pela rejeição dos 12 destaques, por ter o entendimento de que não temos mais recursos, sabendo que ficaram 85 milhões de reais.

Eu priorizei um trabalho junto às Comissões e coloquei, num nível de coerência, um mínimo de 200 mil reais para as emendas de bancada — a todas, de maneira uniforme — para que deixássemos pelo menos a janela dela.

Sr. Presidente, meu voto é pela rejeição dos 12 destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em votação os destaques, em globo, com o voto do Relator pela rejeição, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu estou votando os destaques, Excelência.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. queria discutir os destaques?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, vou retornar para V.Exa. discutir.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não foi dada a oportunidade de discussão. V.Exa. foi direto para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Como eu percebi que ninguém tinha se manifestado, eu...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - *(Riso.)* É que não me foi dada a...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Presidente.

Na verdade, são duas emendas da nossa Comissão.

Eu gostaria de dizer que, além do debate geral que eu já apresentei antes, nós nos esforçarmos para termos mais recursos para o Orçamento, dialogamos com a nossa Comissão e compreendemos a situação posta aos Relatores Setoriais. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eu preciso registrar que esse foi um esforço da nossa Comissão. Fizemos juntos, sob a coordenação da própria Deputada Carmen Zanotto, que fez todo o esforço para inclusive ouvirmos os pareceres das demais Comissões em relação às emendas, que nós construímos entre nós. Na verdade, Senador, estou fazendo um apelo em relação à nossa emenda, que nós Deputados votamos.

Em relação a essas emendas, no tema do INCRA, que era promoção de educação no campo, nós havíamos solicitado 34 milhões de reais, mas, na verdade, temos 1 milhão de reais. De fato, para o programa nacional, 1 milhão de reais é muito pouco. Nós havíamos solicitado 34 milhões de reais pela Comissão.

O outro tema que nós havíamos colocado — e esse foi um tema recorrente aqui — é o apoio a tecnologias sociais de acesso à água para o consumo humano e para produção de alimentos na zona rural. Inclusive, esse é um tema em que toda a bancada do Nordeste trabalhou, para haver mais programas de acesso à água. Nós do Sul também colocamos uma emenda, porque se trata de água em agricultura familiar, o que é necessário em várias regiões do Sul do País. Esse não é só um tema do Nordeste, mas nacional. Nós também tínhamos alocado duas emendas, uma de 70 milhões de reais e outra de 164 milhões de reais, o que somava 234 milhões de reais. E nós temos aqui, na verdade, duas emendas de 100 mil reais. Então, nós temos 200 mil reais. V.Exas. hão de convir que esse valor vai fazer muito pouco para o País do ponto de vista da água. Eu sei que esse tema já foi debatido, mas eu precisava registrá-lo.

O meu grande tema aqui engloba dois aspectos. E nós precisamos debatê-los em relação ao Orçamento. Talvez, neste período, esta Comissão precise avançar para elaborá-lo. Eu vejo que há duas críticas e observações que engessam a questão. A primeira é o teto de gastos. A Consultoria vai dizer: *"Nós estamos no teto do gasto"*. A assessoria vai dizer: *"Não é possível colocar, porque há o teto de gastos"*. E o Deputado não pode extrapolar porque existe o teto de gastos.

Então, na verdade, — eu quero alertá-los e, por isso, já fiz duas vezes essa fala aqui — no primeiro dos 20 anos do teto de gastos, de congelamento, esta Comissão fazer um bem ao País, levar para o Congresso Nacional e dizer o seguinte: *"Sr. Temer, esta emenda constitucional do teto de gastos vai ajudar o programa fiscalista, que interessa aos banqueiros, paga os juros aos rentistas, mas não vai ajudar os programas que nós estamos debatendo aqui"*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senadores, hoje à noite nós só estamos debatendo que falta dinheiro para a segurança, para a agricultura, para a saúde, para a água. E vamos olhar os bilhões de reais que vão para áreas, como juros e rolagem da dívida. E o teto de gastos nos limita.

Eu quero insistir para que esta Comissão elabore uma análise que vai ser boa para o País, para nós acabarmos com essa posição. Este é o primeiro ano dos 20 anos. Nós temos mais 19 anos. Esse é o primeiro ponto.

E o segundo, para nós, de fato, acharmos que ainda vai ser feito um esforço pelo Relator — várias pessoas já estão falando isso —, e nós também vamos fazer esse esforço... Mas, nos dois programas em que a nossa Comissão trabalhou, que eram exatamente a educação no campo e água, cisternas e programas sociais, os recursos ficaram ínfimos.

Então, eu preciso fazer esse registro até para defender o que nossa Comissão aprovou para os nobres Relatores setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem, feito o registro, então, encerro a discussão.

Em votação em globo os destaques, com o voto do Relator pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas que rejeitam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados com o voto contrário do Deputado Bohn Gass.

Como foi rejeitado na Câmara dos Deputados, não é preciso ir à votação na representação do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Roman.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Quero só agradecer ao Deputado Bohn Gass pelo posicionamento. Eu entendi perfeitamente a linha do registro do Deputado.

Quero dizer que uma das emendas em que foram sugeridos 134 milhões de reais era uma emenda de remanejamento. Mas, na principal emenda — uma emenda junto ao INCRA para a obtenção de imóveis rurais e para a criação de assentamentos da reforma agrária —, dos 85 milhões de reais, nós colocamos 30 milhões de reais. Eu tenho certeza de que o Deputado Bohn Gass realmente viu a coerência a que nós submetemos a ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Só para ter o fechamento, eu diria que a colocação feita pelo Deputado Bohn Gass é pertinente. Com a lei do teto, que retirou um orçamento fictício por meio da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, nós passamos a ter, Sr. Presidente, um verdadeiro orçamento. Eu diria que antes trabalhávamos com algo chamado de pacto de mediocridade: o Governo fazia de conta que nos dava um orçamento, nós fazíamos de conta que tínhamos recursos e os distribuíamos conforme as emendas. Ninguém complicava a vida de ninguém. Numa linha bem mais popular, poderíamos utilizar até a chamada Lei Vampeta.

Por muitos anos, nós sofremos aqui de algo que não era verdadeiro. Hoje, estamos trabalhando com um orçamento verdadeiro, com os pés no chão. E tivemos a oportunidade de trabalhar de forma bastante coerente.

Agradeço realmente a colocação do Deputado. Eu entendo a sua sugestão. Desta forma, encerro a minha fala.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço ao Relator, o Deputado Evandro Roman, pelo relatório.

Seguindo com a nossa pauta, vamos deliberar agora o relatório setorial da temática VI.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E os destaques, já acabaram? *(Pausa.)* Então eu posso comentar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. quer comentar o quê?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É que havia o destaque do *(ininteligível).*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Os destaques já foram rejeitados. Eu já estou deliberando a temática desenvolvimento urbano.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Misael Varella, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Presidente, pela ordem, peço a V.Exa. que faça a inversão da pauta. Quero manifestar meu complemento de voto na frente dos demais companheiros, os Deputados Hildo Rocha e Nilton Capixaba.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu submeto à deliberação dos Srs. Parlamentares que compõem esta Comissão a possibilidade de inversão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pauta. A solicitação é do Deputado Misael Varella. Se houver concordância, ele vai apresentar o relatório da educação.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Quem é o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O Relator é o Deputado Misael Varella, que já foi Relator *ad hoc*. Ele está preparado e apto a apresentar o relatório. Eu consulto V.Exas. se há concordância.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Há concordância.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, eu queria só...

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Sr. Presidente, quero só um esclarecimento, por gentileza. Deputado Hildo Rocha, por gentileza, tenho só uma questão de procedimento. Eu queria saber em que momento nós vamos fazer a avaliação dos destaques da temática XI, do meio ambiente.

Eu concordo desde já que o Deputado Misael possa fazer a leitura da conclusão dos destaques da educação, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Presidente, eu concordo também, mas poderíamos seguir a ordem de ontem. Eu queria ler o meu depois do da educação. Eu concordo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos logo votar o do Deputado Misael?

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, vamos fazer tudo esta noite, quanto a esses destaques?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu concordo com a educação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos seguir a pauta, Deputado Misael, porque é melhor assim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Todo mundo concordou, chefe! Vamos votar logo a educação!

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Nós concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos seguir a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatório setorial, área temática Desenvolvimento Urbano. Relator: Deputado Hildo Rocha. O Relator Setorial apresentou seu relatório, a discussão foi iniciada e encerrada preliminarmente. Foram apresentados 13 destaques.

Vou colocar em votação o relatório do Desenvolvimento Urbano.

Como existem obras inacabadas nesse relatório, está em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados, ressalvadas as obras inacabadas e com indícios de irregularidades graves.

Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, sim, submeto à votação o relatório, ressalvados os destaques.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Como eu já mencionei, ao relatório do Deputado Hildo Rocha foram apresentados 13 destaques.

Passo a palavra ao Relator, para apresentar o seu parecer aos destaques.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - São 13.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, foram só 13 destaques. Nós rejeitamos todos os destaques apresentados, porque eles estão em busca de uma fonte para viabilizá-los, e a reserva de contingência os inviabiliza. Eu não posso usar verba de contingência, não tenho poder para isso. A fonte que eles apresentaram para que pudéssemos alocar recurso para atender às despesas constantes nesses destaques é justamente a reserva de contingência. Nós não temos competência para deslocar recursos dessa fonte, que é da reserva de contingência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, nós rejeitamos todos os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Como V.Exas. perceberam, o Relator, Deputado Hildo Rocha, apresenta parecer pela rejeição dos destaques.

Eu coloco em votação em globo os destaques com o voto do Relator pela rejeição, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados e as Deputadas que concordam com o parecer do Relator pela rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Como foi rejeitado o parecer na Câmara dos Deputados, não há necessidade de ir ao Senado Federal.

Agradeço ao Deputado Hildo Rocha.

Deputado Misael Varella, V.Exa. quer insistir na inversão de pauta?

Antes de V.Exa. se manifestar, eu consulto ao Plenário se há unanimidade com relação à inversão de pauta, porque, para mim, é o que menos importa neste momento. Se houver acordo, entendimento, eu já concedo a palavra a V.Exa., que terá a palavra para apresentar... Desculpe-me, Deputado.

Relatório Setorial da Área Temática nº 3. Educação e Cultura.

O Relator Setorial é o Deputado Misael Varella, que apresentou o seu relatório. A discussão foi iniciada e encerrada preliminarmente. Foram apresentados 39 destaques. O relatório setorial da área temática de educação e cultura está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados evidentemente os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu queria fazer uma observação. Eu quero discutir.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu também gostaria de discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas o relatório já foi lido, discutido, e já foi encerrada a discussão. A discussão poderá ser feita...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Nos destaques.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nos destaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Mas os destaques não estão em deliberação ainda. Eu estou aprovando...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O relatório, ressalvados os destaques.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu quero discutir os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Perfeitamente. Podemos discutir.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não só podemos, como devemos discutir. Mas eu estou seguindo a ritualística que nós iniciamos com todos os demais relatórios.

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Prossiga, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Há um complemento de voto que V.Exa. vai apresentar agora, que não apresentou na reunião anterior.

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Então, tem razão quem me abordou em função do complemento de voto.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Passo a palavra ao Relator, Deputado Misael Varella, para apresentar o seu complemento de voto.

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Obrigado, mais uma vez, Sr. Presidente Senador Dário Berger. Agradeço também aos demais companheiros aqui presentes.

Faço a minha complementação do voto do Relatório Setorial da Área Temática III:

"I - Dê-se a seguinte redação ao item 5.1, 6 e ao Anexo I do Relatório apresentado:

5-1 Dos recursos para o atendimento às emendas

(...)

Com exceção da descentralização de R$47,9 milhões da unidade orçamentária '26101— Ministério da Educação — Administração Direta' para as unidades federais de ensino superior, conforme mais adiante detalhado no item 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deste relatório, resolvemos preservar integralmente as programações dos Ministérios da Educação e da Cultura. Esses R$47,9 milhões foram utilizados para atender as ações de expansão e reestruturação das universidades objeto de emendas coletivas de bancada não impositivas, conforme explicitado no item 6.

(...)

6 - Acordo para assegurar dotações específicas para a reestruturação e expansão das unidades federais de ensino

Ao analisar a proposta orçamentária do MEC restou constatada, de forma inédita, a centralização na administração direta do MEC de quase a totalidade dos recursos destinados à reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior (ação '8282 Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior').

Entendemos que diante da escassez de recursos, na elaboração do projeto da lei orçamentária, optou-se por priorizar a unidade central do sistema. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que essa concentração, na magnitude que foi feita, reduz substancialmente a capacidade de organização e planejamento das unidades de ensino, o que pode trazer prejuízos à continuidade dos investimentos.

Essa questão foi objeto de discussão nas várias reuniões em que estivemos com diversos dirigentes de universidades federais. Ficou evidente a preocupação no sentido de encontrar uma solução para a falta de recursos em investimentos nas mencionadas instituições de ensino.

Desse modo, em atenção às reivindicações recebidas, e com o fundamental apoio do relator- geral, construímos um acordo para assegurar que cada unidade de ensino superior federal tenha uma dotação específica para continuar o processo de reestruturação e expansão de suas instalações.

Assim, propõe-se redistribuir parte dos recursos (R$47,9 milhões) alocados na administração direta do MEC às unidades orçamentárias das referidas instituições, de modo a assegurar que as universidades detenham ao menos 50% dos recursos para investimentos, conforme demonstrado no Anexo I.

Devido às limitações constantes do parecer preliminar, esta Relatoria Setorial só pôde atender, nesta fase do processo, àquelas unidades de ensino que receberam emendas das respectivas bancadas. As demais unidades serão atendidas na fase do Relator Geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, decidimos remanejar R$47,9 milhões da programação orçamentária '12.364.2080.8282.0001 — Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior — Nacional' da unidade orçamentária 26101 — Ministério da Educação — Administração Direta, para as universidades federais que receberam emendas no âmbito desta área temática e que não possuem subtítulo com destinação específica. O detalhamento dos valores redistribuídos para as universidades, por esta Relatoria Setorial, encontra-se relacionado na Tabela XIX.

Tabela XIX: Remanejamento de R$47,9 milhões da Unidade Orçamentária 26101 Ministério da Educação — Administração Direta, GND 4, funcional programática '12.364.2080.8282.0001 — Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior — Nacional'

(...)

É importante salientar que, dessa maneira, o saldo final do atendimento às emendas de bancada relacionadas na Tabela XIX resulta da soma do valor remanejado da administração direta do MEC com a parcela recebida pela emenda referente à distribuição dos recursos repassados a essa área temática pelo Relator Geral para atendimento das emendas coletivas (item 19.1 do parecer preliminar).

Quanto ao critério de repartição dos recursos entre as unidades orçamentárias, optamos por utilizar a mesma proporção utilizada pelo MEC, a qual leva em consideração o tamanho da estrutura e o número de estudantes matriculados nas instituições.

Pelas razões expostas, e dada a importância das instituições federais de ensino superior para o desenvolvimento do País, esperamos que o acordo aqui descrito receba o apoio dos nobres pares. Convém anotar que, para implementá-lo, será necessário autorizar o Relator Geral a efetuar o remanejamento dos recursos conforme apresentado no Anexo I deste relatório.

(...)

II. Inclua-se o seguinte item no relatório apresentado:

7. Recomendação ao Relator Geral

Em decorrência da reestimativa da receita do PLOA 2018 aprovada por esta Comissão, e considerando os limites para as despesas primárias impostos pelo art. 107 do ADCT, excetuadas as elencadas no § 6º do referido dispositivo, dentre as quais a complementação da União ao FUNDEB, esta Relatoria, com vistas ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento da educação básica e com fundamento nos itens 10.III.p, 10.III.u, 16.II e 18.III do parecer preliminar ao PLOA 2018, recomenda ao Relator Geral analisar a possibilidade de destinar recursos à dotação 0E36 — Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB — Nacional.

III. As alterações desta complementação de voto produzem efeitos nos anexos do relatório apresentado.

Sala da Comissão Mista, 6 de dezembro de 2017.

Relator Setorial"

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, eu queria fazer só um questionamento primeiramente.

Como foi lido só o numeral das rubricas, se o Relator pudesse identificar as unidades que estão nesses numerais, seria melhor para a nossa compreensão do local para onde foi destinado esse remanejamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. tem como atender a essa solicitação do Deputado Danilo Forte?

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Desculpe-me, Deputado Danilo Forte. Eu estava conversando com a assessoria e não ouvi a sua solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Danilo, V.Exa. poderia repetir a solicitação?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O nosso amigo da Consultoria fez o favor de trazer com presteza a relação. Então, fico satisfeito com o que estou lendo, mas acho que, para a compreensão dos demais, seria bom que ela fosse distribuída.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Enquanto V.Exa. lê, passo a palavra ao Deputado Caio Narcio e, em seguida, ao Deputado Bohn Gass e a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade de falar e cumprimentar o meu colega Deputado Misael Varella, que hoje cumpre a missão de substituir o Senador Davi Alcolumbre — e fico feliz que ele o faça.

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Obrigado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quero enaltecer a iniciativa do Relator Setorial, que inova ao fazer a transferência direta de recursos que vinham do Ministério da Educação anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por meio do quadro que foi lido aqui, percebe-se que houve uma pactuação para que parte desses recursos fosse diretamente voltada às universidades. O que eu estou entendendo com o relatório — corrijam-me se eu estiver equivocado — é que, no primeiro momento, a distribuição foi feita a partir do que foi pactuado, ou seja, se havia emenda e possibilidade de o Relator Setorial remanejar, ele assim o fez, e, na segunda etapa, o compromisso ficou com o Relator Deputado Cacá Leão, que eu quero cumprimentar porque, por diversas vezes, participou de audiências públicas conosco, atendendo às diversas demandas, tanto dos institutos federais quanto das universidades públicas federais. Eu entendo esse posicionamento como uma demonstração clara do interesse da Comissão Mista de Orçamento em garantir boa parte dos recursos, para que a execução ocorra. Quero cumprimentá-lo por essa iniciativa.

Gostaria de dialogar com o nosso Relator porque senti falta de um atendimento mais vigoroso com relação às emendas de Comissão.

As emendas de Comissão eu entendo que têm caráter nacional, atendem à Comissão Temática em que Parlamentares de todo o Brasil discutem prioridades para a educação. E eu entendi que esse atendimento ficou abaixo do esperado.

O nosso Deputado Bohn Gass me disse que fez uma emenda, um destaque, para que fosse reavaliada essa questão. E eu cito aqui emendas de Comissão da Câmara dos Deputados para as quais o atendimento foi quase simbólico, quando se fala em educação básica: atendimentos no valor de 1 milhão de reais, aquisição de veículos, fomento ao desenvolvimento da educação profissional no valor de 500 mil reais. Quer dizer, 1 milhão de reais também de atendimentos. A reestruturação das instituições federais superiores ficou com o atendimento de cerca de 10 milhões de reais.

Então, eu gostaria, se possível, a partir da sensibilidade do Relator, que pudéssemos, de alguma maneira, redistribuir com uma atenção maior as emendas de Comissão, que têm caráter nacional. A partir desse caráter nacional, elas dão uma visão do Parlamento, para que sejam atendidas essas áreas que são fundamentais.

Chamo a atenção para a educação básica, mencionada aqui no relatório de receitas do Senador Ataídes, para que, obviamente com a aquiescência do Relator Setorial, mas que só poderá ser consumado com o compromisso do nosso Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Geral, pudéssemos usar parte dessa receita para sinalizar dentro do FUNDEB um valor considerável para fazermos um contrabalanço.

Aí, sim, Sr. Relator, se V.Exa. cumprir esse ritual, V.Exa. vai dar um recado direto, juntamente com esta Comissão, de valorização da educação nos três âmbitos — educação superior, educação técnica e, com essa ferramenta, a educação básica do Brasil, que há muito tempo estava em diminuição.

Então, neste momento, eu queria agradecer a todo o mundo e pedir a sensibilidade no atendimento deste destaque.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Dando continuidade à discussão, concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass e, em seguida, ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, colegas Deputados, nobre Relator, eu acho que, sem dúvida, nos últimos anos, houve ampliação — não vou apresentar essa estatística aqui — do ensino superior, sem abandonar o ensino básico, fundamental e médio, no sentido dos institutos federais tecnológicos, o que dialoga bem, Deputado Caio Narcio, com a questão técnica; com as universidades, que passaram a ter ampliações em inúmeros programas; e também com cursos novos que apareceram, que foram construídos. Eu cito um, que é, por exemplo, o curso de Medicina.

Nós tínhamos neste País a obediência a uma coordenação conservadora, não em todos setores, mas no setor médico, que impedia que os Governos ampliassem, criassem cursos novos, por exemplo, de Medicina no País. Nós rompemos isso no Governo da Presidenta Dilma. Nós abrimos vários cursos de Medicina, tanto nas universidades federais, como em universidades comunitárias ou particulares. Agora eu vi, com tristeza, dias atrás, que o Governo Temer assinou uma medida para que, nos próximos 5 anos, não tenhamos novos cursos de Medicina. E o País precisa de médicos. Então, isso é uma contradição.

Nós defendemos e fizemos um destaque a esta emenda aqui porque nós queremos mais investimentos para estruturar e ampliar o ensino superior. E aqui está tendo congelamento de novo, cortes de novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então eu agradeço neste sentido. Eu estou defendendo emendas de Comissão, o que é regra aqui. Não estou defendendo emenda particular, absolutamente, aqui.

Eu não li o adendo, mas li a observação, e eu queria que o Relator pudesse me confirmar o que a ANDIFES fez. A ANDIFES são os nossos reitores das universidades País afora. Eles estavam aqui, e qual foi a observação que eles fizeram, que eu concordei com a crítica deles? Havia uma concentração de recursos no MEC, e não havia a distribuição desses recursos para as universidades.

Então se fosse preciso abrir, Deputada Professora Dorinha, um laboratório numa universidade, esse recurso se encontrava no MEC, não estava alocado para essa universidade. Então a gestão democrática das universidades, com a participação das universidades, desapareceu, porque os recursos ficaram concentrados, e ficaria muito ao arbítrio do Ministro liberar ou não. Nós queríamos um critério mais amplo, que foi construído, na própria Associação, na ANDIFES, como coordenação, em nome de todas as universidades do País.

Então, eu queria só dialogar, porque a nossa observação é essa: seria preciso aumentar o valor. O valor ficou em torno de 10 milhões de reais nessas rubricas para reestruturação e expansão das instituições federais. O pedido era de 500 milhões de reais numa e 400 milhões de reais na outra, então ficou muito aquém do solicitado, mas a descentralização...

E para isso, Senador Dário Berger, eu queria chamar a atenção, porque é muito importante que as nossas universidades, que têm uma gestão, que têm um conselho, que têm um planejamento dos cursos que ampliam, dos laboratórios que têm que ter, dos equipamentos que precisam ser comprados... Como uma reitoria vai se preparar se ela não sabe qual a designação que ela vai ter para o ano que vem? Vai estar genericamente no MEC. Esse é um processo...

Queria consultar, porque eu não tive acesso ao voto complementar do Relator, se ele incorporou. Eu ficaria agradecido, porque eu acho que essa é a construção que nós temos que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu vou repetir aqui um clichê, mas, se temos investimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

na educação, com certeza, temos futuro. E dentro de um País com tantos desequilíbrios, eu acho que uma forma de compensação com relação a esses desequilíbrios é exatamente priorizar as ações em educação nas regiões que têm menor volume de recursos e de investimentos, do ponto de vista do desenvolvimento econômico. E nós, do Nordeste, temos uma distorção muito grande, porque no Nordeste vive um terço da população brasileira, e respondemos por apenas 14% do PIB nacional. E a alternativa que nós temos para isso não é aprofundar o desequilíbrio ou a distância, é exatamente encontrar uma alternativa para esse equilíbrio regional. Eu não tenho dúvida, e acho que vários colegas aqui comungam desse mesmo sentimento, de que a educação é o principal fator de investimento, é exatamente onde identificamos oportunidades capazes de mudar essa realidade.

Eu tenho priorizado esse trabalho. Louvo muito o trabalho que está sendo desenvolvido pelo Deputado e Ministro Mendonça Filho, que tem tido uma atuação diferenciada no Governo Temer, tem tido uma preocupação e um atendimento extraordinário a todas as demandas com relação a essa área, inclusive inovando, enfrentando preconceitos, dogmas, que são muito comuns do ponto de vista corporativo, que impregnam inclusive conceitos na nossa educação, e na busca de uma pluralidade, na busca de um foco educacional que gere crescimento e desenvolvimento; o Ministro Mendonça Filho tem trabalhado muito bem.

Louvo também o trabalho do Relator, do Deputado Varella, que buscou, numa equação de equilíbrio, compatibilizar diversas regiões e diversos pedidos e diversos pleitos, principalmente no que diz respeito ao ensino universitário. Só que nós temos algumas áreas em que há mais investimento, portanto, há maior demanda de recursos. Por exemplo, na Universidade Federal do Ceará nós estamos implantando quatro *campi*, numa interiorização do ensino universitário no nosso Estado, que são o *campus* de Russas, o *campus* de Crateús, o *campus* de Sobral e o *campus* de Itapajé, o que demanda uma possiblidade maior de investimento. Então, o que eu rogo, o que eu peço aqui é que haja uma preocupação com isso, porque esses *campi* já estão sendo implantados, parte deles, inclusive, em fase já de conclusão, e demandam um volume de recursos maior do que essa equação numa razão aritmética em que foram distribuídos, inicialmente, esses recursos suplementares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, eu pediria uma revisão com relação a isso, para que houvesse, para as regiões onde há maior demanda, maior aplicação, um maior volume de recursos, necessário para a conclusão dessas obras, e a efetivação desses cursos, já que também estão implantando cursos de formação, e isso demanda professor, demanda servidor, demanda laboratório, demanda custeio, e é necessário que haja um investimento maior com relação a isso.

Eu pediria, então, se o Relator pudesse, que fizesse uma revisão conceitual com relação não só à razão aritmética com que foram distribuídos os recursos, mas também à razão de valorização, no sentido de dar eficiência a esses *campi* que estão em implementação, até porque nós temos emendas em volumes bem superiores aos que foram atendidos. O valor que foi atendido de suplementação, de apenas de 3,5 milhões de reais, no caso da Universidade Federal do Ceará, é quase insignificante para o volume de recursos que são necessários. Nós temos, na nossa emenda de bancada, uma solicitação de algo em torno de 70 milhões de reais. É lógico que eu sei que não se poderá atender no todo, mas se pudermos, pelo menos, nos aproximar de um valor que seja um ponto de equilíbrio... No ano passado, nós tivemos uma emenda de 46 milhões de reais. Se tivéssemos um valor aproximado com relação a isso, com certeza, haveria um conforto maior com relação à execução dessas obras e à entrega desses equipamentos para essa juventude, que tanto merece, que precisa de oportunidades para ter um futuro melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Danilo Forte.

Passo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, na verdade, o Deputado Caio Narcio reforçou, mas eu queria agradecer a inclusão no relatório do Deputado Misael de uma demanda que eu apresentei: que os recursos que foram apresentados no relatório de receita como suplementação, como recurso disponível — o Deputado Misael cumpriu o que foi acordado, fazendo uma recomendação ao Relator Geral — fossem destinados à complementação do FUNDEB, porque há a nossa preocupação com o corte de investimentos na educação básica. E com a possibilidade de esse recurso ser adicionado à complementação do FUNDEB, serão acrescidos, além dos Estados que já são atendidos na complementação, também o Rio Grande do Norte, Minas Gerais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mato Grosso. São os três novos Estados que receberiam complementação. E o Deputado Misael acolheu aqui, como foi acertado. Então quero agradecer essa atenção. Além dos pontos que foram levantados aqui, o Deputado Cacá já sinalizou a possiblidade de atendimento, dentro do que haverá disponível.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Concedo a palavra ao Deputado Misael Varella, Relator da Área Temática Educação e Cultura, para complementar as informações solicitadas pelos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Eu gostaria de agradecer as observações feitas pelos Deputados Caio Narcio, Bohn Gass, Danilo Forte e pela Deputada Professora Dorinha, e dizer que, conforme já está aqui no relatório, das emendas que tinham recursos, em média, de 3 milhões, uma delas já foi atendida, a da ANDIFES, foi atendida em 10 milhões. Já foi um passo considerável devido à situação em que se encontra a nossa economia.

Gostaria, se assim todos me permitirem, Sr. Presidente, de trazer à consideração de V.Exas. a conclusão do parecer da Área Temática 3, com a participação do assessor da Comissão, o Marcos, que me orienta a informar que todos os destaques foram rejeitados, por falta de recursos.

Eu aproveito a oportunidade e submeto o relatório aqui apresentado à apreciação de todos e pergunto se todos concordam com ele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou colocar em votação.

Em votação o Relatório Setorial apresentado pelo Deputado Misael Varella, com um complemento de voto, na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, coloco em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, com voto contrário do Deputado Bohn Gass.

Passamos, então, agora aos destaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou passar a palavra ao Relator para dar parecer aos destaques.

Deputado Misael Varella, V.Exa. tem a palavra para dar parecer aos destaques.

Foram apresentados 39 destaques, de 1 a 39. Todos eles estão com o voto do Relator pela rejeição.

Portanto, passo a palavra a V.Exa. para apresentar o voto de rejeição dos respectivos destaques.

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Sr. Presidente, conforme havia comentado anteriormente, todos os destaques foram rejeitados por falta de recursos. É a posição final que apresento aqui para todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, nós temos ainda uma instância, que é a instância da Relatoria Geral. Não se esgota aqui, de maneira nenhuma, a nossa atuação e a tentativa de viabilizar os recursos na medida do possível e que o Relator tenha condição de assim fazer.

Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu queria só argumentar no sentido da defesa do destaque da expansão da Universidade Federal do Ceará em um ponto específico, porque é um trabalho que está sendo muito benfeito. Para V.Exas. terem ideia, foi implantado um curso de Engenharia de Minas em Crateús, no Ceará. O Estado do Ceará implantou no ano passado uma siderúrgica, a Companhia Siderúrgica do Pecém.

No Ceará não havia produção de minério de ferro. Foi a partir do movimento em torno desse curso de Engenharia de Minas que se descobriu uma reserva mineral de ferro entre Quiterianópolis e Parambu, ali na Região dos Inhamuns, uma das regiões mais pobres do Estado do Ceará do ponto de vista de produção de riqueza. Tudo isto criou um ambiente propício para que nós entendamos que é fundamental a expansão da universidade.

Na minha cidade, na cidade de Itapajé, a primeira etapa do *campus* está praticamente pronta. Vão ser implantados cinco cursos. O que é mais preocupante? O Ceará construiu mais de cem escolas profissionalizantes de nível médio exatamente para capacitar, para preparar os estudantes, e 96% dos professores de Física dessas escolas profissionalizantes não são formados em Física. O número

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

chega a mais de 80% na área de Química. Na área de Biologia também supera a faixa dos 70%.

Então, esses cursos que a universidade está implantando no Município de Itapajé são cursos de licenciatura para a formação de professores habilitados a darem a esta juventude uma formação mais pontuada, mais dirigida para esse mercado de trabalho que advém com a implementação do complexo industrial do Porto de Pecém e outras indústrias que se estão implantando no Estado do Ceará.

Esse é um casamento perfeito, porque gera mão de obra qualificada, gera tecnologia e ao mesmo tempo evita que essas empresas tenham que importar técnicos — no caso das siderúrgicas vieram técnicos da Coreia e de outras regiões do País e do mundo — se houver uma formação local dando abrigo a esta juventude que se forma no *campus* da universidade.

Eu aqui ressalto a importância de continuarmos esta luta por este destaque, porque é muito importante para garantir a conclusão tanto do *campus* de Russas, que tem quatro cursos de engenharia, quanto do *campus* de Itapajé, onde serão implementados 11 cursos, sendo cinco já a partir do segundo semestre do ano que vem. O *campus* de Crateús tem mais quatro cursos de engenharia.

Desta forma poderemos proporcionar para esta juventude dos filhos do interior do Estado do Ceará uma nova perspectiva, que não seja apenas a de clamar por chuva, ou de esperar por uma melhor quadra invernosa, coisa totalmente superada pela condição climática em que o nosso Estado é obrigado a permanecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Cumprimento V.Exa. pela manifestação.

Consulto o Relator Misael Varella se gostaria de utilizar a palavra. *(Pausa.)*

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Gostaria de comentar algo com o nobre colega Danilo Forte. Acho que a tabela já está com V.Exa. A minha complementação de voto foi na Tabela 19. Para a Universidade Federal do Ceará foram destinados mais 3 milhões 154 mil 808 reais de recursos além do que já tinha. Os demais destaques não há como atender porque, como disse, foi somente uma complementação. O assessor Marcos está me orientando a dizer que houve essa complementação. Não há como atender.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vou colocar em votação em globo os destaques com o voto do Relator pela rejeição.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator pela rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a rejeição.

Rejeitado, com o voto contra da Deputada Laura Carneiro.

Rejeitado na Câmara dos Deputados, não há necessidade de ir ao Senado Federal.

Muito obrigado.

Eu quero cumprimentar o Deputado Misael Varella, que teve a difícil, porém honrosa, missão de relatar esta área temática de extrema importância não só para esta Comissão, mas para todo o Brasil, e o fez com destacada dedicação. Cumprimento V.Exa. pelo relatório e agradeço a atenção que nos foi dispensada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Presidente...

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Eu aproveito também para agradecer a confiança e a oportunidade de participar desta Relatoria.

Obrigado, Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, primeiro, eu queria parabenizar o Deputado Misael. Essa não foi uma tarefa simples, mas uma tarefa árdua. Na verdade, um dos relatórios mais importantes desta Comissão. O Senador Davi Alcolumbre não está presente. Eu sei o que o Deputado Misael deve ter passado para relatar uma matéria que ele não começou relatando. Na verdade, ele é um *ad hoc* como eu fui da Deputada Rosangela, com o diferencial de que é um relatório muito mais difícil, muito mais extenso, com muito mais emendas e destaques.

Talvez por isso, Sr. Presidente, eu não tenha discutido. A bancada do Rio de Janeiro apresentou oito emendas na área de educação, porque entendeu que a questão das universidades, dos hospitais universitários, todos eram nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prioridade, inclusive as universidades estaduais, sem contar as questões específicas da Secretaria de Estado, com uma emenda para robótica.

Eu não discuti os destaques em homenagem ao Deputado. Se fosse o Senador Davi Alcolumbre, não sei o que faria com ele. Mas, em homenagem ao Deputado Misael Varella, não era justo fazer a discussão, porque ele não construiu o relatório.

Agora, eu queria pedir a V.Exa., exatamente porque nós não estamos discutindo com o Relator original, que o Relator-Geral depois olhasse para esses destaques com algum carinho, tendo em vista que só...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, o Ministro da Educação apareceu? Então eu vou pedir a ele também. Que bom!

A bancada do Rio de Janeiro apresentou oito emendas nesta matéria. Já vou aproveitar e pedir ao Ministro que, por favor, nos ajude com a robótica do Estado do Rio de Janeiro, nos ajude com os hospitais estaduais e com as nossas três universidades estaduais, que estão numa situação de grande penúria. Basicamente é isso.

Quero parabenizar o Deputado Misael Varella, que não é o culpado pelos eventuais erros cometidos pelo Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DEPUTADO MISAEL VARELLA - Obrigado, Deputada Laura, pelas palavras e elogios. Vão servir de estímulo para que eu possa ter a oportunidade de fazer um relatório completo.

Muito obrigado, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com muita honra, recebemos e registramos a presença do Deputado Federal e Ministro da Educação, Mendonça Filho, que nos honra com a sua presença, o que demonstra evidentemente a sua ampla preocupação e a enorme responsabilidade que tem, sem dúvida nenhuma, com o tema, talvez, mais relevante e mais importante de uma nação, a educação.

Agradeço a presença a V.Exa., Ministro. É um prazer recebê-lo aqui.

Vou passar a palavra a um Líder que certamente vai querer saudá-lo também.

Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Ministro Mendonça Filho, eu faço questão de registrar, como já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

feito por outros companheiros da Comissão, a presença do Ministro de Estado da Educação, que teve a deferência e a atenção de vir a esta Comissão acompanhar a votação do relatório setorial da educação. Isso demonstra respeito com o Parlamento, com as nossas decisões e, acima de tudo, a disposição ao diálogo que sempre mantém enquanto Ministro. E sei que não faz isso apenas por ser Parlamentar, por ser Deputado Federal.

Eu tenho seis mandatos de Deputado Federal, Senador Valdir Raupp, e, antes do Governo Temer, muitos Ministros — não vou dizer que eram todos, mas eram muitos — não tinham o comportamento que os atuais Ministros Deputados estão tendo, não apenas com a base, mas também com a Oposição, um comportamento de respeito, um comportamento urbano e, na medida do possível, atencioso na resolução das demandas.

Por isso, Ministro Mendonça, eu faço, em meu nome, em nome da Liderança do Governo, em nome do Líder Andre Moura, os agradecimentos ao Governo Temer e a V.Exa., como Ministro do Governo Temer que realiza um trabalho extraordinário na Pasta da educação.

O Ministro Mendonça teve a coragem de mudar o modelo educacional do nosso País, de forma vitoriosa, Deputado Nilton Capixaba. Muitos criticaram a medida provisória que nós votamos aqui, da lavra do Presidente Temer e da mente brilhante do Ministro Mendonça e sua equipe, e hoje nós estamos vendo os avanços que foram firmados nessa área.

Portanto, Ministro Mendonça — eu não sei se V.Exa. gostaria de falar, mas talvez o Presidente, se a Comissão aquiescer, possa permitir —, em meu nome e no da Liderança do Governo Temer, agradeço muito a V.Exa. a presença e aos membros desta Comissão a aprovação do Relatório Setorial da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, agradeço ao Deputado Claudio Cajado, nosso Líder.

Considerando, Ministro, que a área temática da educação nos deu um trabalho relativamente grande, eu vou pedir a V.Exa. que ouça com atenção a minha querida colega de Santa Catarina, a Deputada Carmen Zanotto, para, em seguida, eu passar a palavra a V.Exa., para uma saudação a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Muito obrigada, Presidente Dário Berger. Quero saudar o Ministro Mendonça Filho e também o Relator desta importante matéria.

Eu tomei o cuidado de esperar para pedir a palavra após o processo de votação, para que nós pudéssemos avançar com a pauta, mas eu preciso registrar que a bancada de Santa Catarina também apresentou quatro emendas que foram contempladas, nobre Relator, mas foram contempladas com valores simbólicos. O que podemos registrar é que, para o Instituto Federal de Santa Catarina, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Universidade Federal, nós tentamos deixar uma fresta. Não dá nem para dizermos que a porta ou uma janela foi aberta, em hipótese alguma. Ficamos com uma frestinha para esses importantes setores.

Então queria pedir ao Ministro um olhar com muito carinho para o Brasil como um todo, mas também para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Aliás, Ministro, eu quero fazer um aparte para dizer que eu sou oriundo da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, quando ela ainda era escola industrial, em regime de internato. Entrei lá na 5ª série da época — não lembro exatamente como se chamava —, fiz o ensino fundamental, fiz o 2º grau e depois fui para a universidade federal. A Deputada Carmen levantou uma questão que me despertou, e eu precisava fazer esse registro na presença V.Exa.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Então, sabedores que somos todos os membros desta Comissão e desta Casa das dificuldades orçamentárias, nós renovamos as esperanças de que esses itens apontados possam ser contemplados durante o próximo exercício.

Mas quero lhe fazer um pedido especial. O Hospital Universitário de Santa Catarina, que já teve todo o processo de seleção para os servidores via EBSERH — Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, lamentavelmente teve que fazer a renovação dos contratos pela fundação, uma coisa que não deveria mais estar acontecendo.

Os hospitais universitários são, País afora, fundamentais para o Sistema Único de Saúde, porque é lá também que formamos recursos humanos na área da saúde com qualidade ímpar. Então nós precisamos manter os hospitais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

universitários nas duas vertentes, ensino e pesquisa, sem deixar de destacar a importância deles para a assistência ao Sistema Único de Saúde.

Então, Ministro, eu queria lhe agradecer por estar aqui conosco na madrugada e queria, mais uma vez, dizer ao nobre Relator *ad hoc*, o Deputado Misael Varella, que S.Exa. cumpriu com a árdua tarefa de apresentar este relatório.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço à Deputada Carmen Zanotto e passo a palavra ao Deputado Federal desta Casa e hoje Ministro da Educação, Mendonça Filho, para sua saudação.

O SR. MINISTRO MENDONÇA FILHO - Bom, quero saudar o Presidente da Comissão, o Senador Dário Berger, saudar toda a Comissão Mista de Orçamento e dizer da minha satisfação de poder já em plena madrugada acompanhar a votação do Relatório Setorial da Educação para o ano de 2018.

Eu me orgulho muito de ser membro do Congresso Nacional. Esta Casa Legislativa, mesmo muitas vezes mal entendida, é indiscutivelmente a Casa que representa a população brasileira, com todas as suas contradições e suas imperfeições. E aqui há transparência, legitimidade e fidelidade sempre à representação popular.

Eu, como Parlamentar e membro desta Casa, naturalmente visito sempre o Parlamento nos momentos mais importantes, nas votações mais representativas que dizem respeito à minha Pasta ou que tiveram relação direta com a minha Pasta. Eu estive no Congresso Nacional, nos plenários da Câmara e do Senado, quando da aprovação da MP do FIES e da MP do Ensino Médio, só para ficar nesses dois exemplos. É evidente que, mesmo considerando o fato de que não estarei, no ano de 2018, por todo o ano no Ministério da Educação — certamente eu serei obrigado a me afastar para disputar o processo eleitoral do próximo ano —, eu tenho a obrigação de zelar pelo orçamento da minha Pasta e trabalhar para que ela tenha a melhor eficácia possível nas políticas públicas que impactam a relação com Municípios, Estados e também com os órgãos federais vinculados ao Ministério da Educação, como o caso de institutos federais e universidades federais.

Eu me orgulho também de dizer que nesses quase 2 anos — pouco mais de 1 ano e meio na verdade: parte do exercício do ano passado e este exercício —, nós liberamos 100% do orçamento de custeio para as instituições federais de ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vinculadas ao MEC, o que é algo positivo, já que nos 2 anos anteriores à minha posse como Ministro isso não aconteceu. Esse fato mostra o prestígio e a valorização dessa área dentro do Governo do Presidente Temer.

Então agradeço muito a saudação e as palavras ao Senador Dário Berger; a saudação e os cumprimentos ao meu amigo Deputado Claudio Cajado; a todos aqueles que me acompanham na bancada do Democratas aqui no Parlamento; à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; ao Deputado Misael Varella, que foi designado Relator, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre; e a todos aqui que tiveram oportunidade de se pronunciar. Todos são amigos, pessoas pelas quais eu tenho um apreço muito grande e às quais eu quero aqui expressar de forma clara e objetiva o meu reconhecimento.

A Deputada Carmen Zanotto pode contar com o nosso apoio para incrementar as iniciativas relativas ao Instituto Federal de Santa Catarina, assim como aos institutos de todo o Brasil. Eu tenho sempre o privilégio de atuar nacionalmente — vejo aqui muitos Parlamentares que nos visitam no MEC —, e a nossa atuação é sempre respeitando a demanda nacional, que é muito pulverizada e, ao mesmo tempo, importante para todas as regiões do País.

Quero abraçar também o Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Cacá Leão, com quem tivemos a oportunidade de conversar e que foi e tem sido também muito importante na preservação do orçamento do Ministério da Educação.

Obrigado a todos e boa noite.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não agradeceu a mim.

O SR. MINISTRO MENDONÇA FILHO - Agradeço finalmente à estrela-mor que é a Deputada Laura Carneiro. Por isso deixei para o fim.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Nós agradecemos ao Ministro Mendonça Filho. Solicito ao Deputado Claudio Cajado que acompanhe o Ministro, enquanto nós damos continuidade aos nossos trabalhos.

Vamos analisar e deliberar sobre o relatório setorial da Área Temática XII — Fazenda e Planejamento.

A Relatora Setorial é Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do Democratas do Tocantins, que já apresentou seu relatório. A discussão foi iniciada e encerrada preliminarmente. Foi apresentado apenas um destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Concedo a palavra o Deputado Valdir Raupp, ou melhor, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. SENADOR VALDIR RAUPP - Sr. Presidente, já disse ontem que teria sido uma honra muito grande ter sido Deputado.

Estou aqui até este momento, em parte, garantindo o quórum do Senado, juntamente com o Presidente, e em parte para defender este destaque do Deputado Julio Lopes, que não pôde comparecer. Estou aqui até este horário para isso, além, como disse, de estar aqui garantindo o quórum do Senado, juntamente com V.Exa., Sr. Presidente. Estamos aqui solidários hoje durante toda a noite.

Fiz esse destaque a pedido do Deputado Julio Lopes, que não pôde aqui comparecer e me pediu que eu destacasse ou apartasse este destaque para defendê-lo por tratar de uma fundação muito importante, a Fundação Getulio Vargas.

Eu sei que a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende já o atendeu parcialmente, mas eu faço aqui esse destaque, em nome do Deputado Julio Lopes e de todo povo brasileiro, na defesa da Fundação Getulio Vargas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. quer a palavra?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quero agradecer à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Nós já vimos que esse destaque é da maior importância para o Estado do Rio de Janeiro, especialmente, Sr. Presidente, para a Fundação Getulio Vargas, uma instituição nacional, mas que fica no nosso Estado e que tem relevantes serviços prestados não só à educação, mas também a todo o sistema econômico do nosso Estado. Todos os grandes relatórios e grandes estudos são feitos pela Fundação Getulio Vargas. E nós temos a chance de ter nos quadros da Fundação o nosso Vice-Governador, o ex-Senador Francisco Dornelles.

Sr. Presidente, cheguei a esta Casa em 1994 e integrei esta Comissão de Orçamento até 2006. Em todos esses anos, o ex-Senador Dornelles sempre se preocupou em alocar os recursos necessários às ações fundamentais da Fundação Getulio Vargas.

Hoje é o Deputado Julio Lopes quem apresenta este destaque, mas eu diria que este é um destaque de toda a bancada do Rio de Janeiro, em homenagem ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ex-Senador Francisco Dornelles e em homenagem a essa Fundação, que tem prestado relevantes serviços ao Estado.

Quero agradecer à Deputada Professora Dorinha. Eu sei que não é fácil. Ela teve poucos recursos, mas tenho certeza de que fez o máximo que podia. Tenho certeza também de que o nosso Relator-Geral vai complementar as necessidades da Fundação Getulio Vargas. Assim ele me disse hoje. Não adiantaria isso, se não tivesse sido dito pelo próprio Relator a mim, ao representante do Estado do Rio de Janeiro e ao Vice-Governador Francisco Dornelles, com quem estivemos hoje.

Então eu quero parabenizar e agradecer especialmente à Deputada Professora Dorinha o atendimento das nossas demandas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende para apresentar o parecer ao destaque. *(Pausa.)*

Desculpem-me, vou colocar em votação o relatório, ressalvado o destaque.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto-o também a votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concedo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende para dar parecer ao destaque.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, em especial o Senador Raupp, que está aqui defendendo uma emenda do Deputado Julio Lopes, realmente a área da Fazenda e Planejamento tinha um volume pequeno de recursos.

A FGV nem estava prevista no relatório inicial. Houve uma complementação, e o Governo destinou 5 milhões de reais a ela. No Relatório Setorial, eu destinei à FGV mais 10 milhões de reais, o dobro da dotação inicial. Agora, a partir do pedido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Deputado Julio, eu concedi mais 5 milhões de reais, ou seja, agora são 20 milhões de reais no total.

Sei que está longe do ideal, mas fui uma das mais generosas, em termos de atendimento, porque a proposta da emenda era de 40 milhões de reais. Reconheço o trabalho e toda a ação da FGV no País como um todo, mas, infelizmente, eu não tenho volume de recursos suficiente para atender ao pedido, embora seja justo. Atendi parcialmente essa emenda da FGV com mais 5 milhões de reais. Agora o total é de 20 milhões de reais destinados à Fundação Getulio Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Coloco em votação o parecer da Relatora pela aprovação parcial do destaque.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto-o também a votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Cumprimento a Deputada Dorinha pelo relatório e também pela aprovação parcial da emenda apresentada pelo distinto amigo e Senador Valdir Raupp.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, só quero fazer um registro. Nós votamos 12 relatórios. Apenas a Deputada Professora Dorinha, a única mulher...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quem?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E o Senador Raupp. Mas também tinham feito tanta lambança que... *(Riso.)* Vamos ser justos. Ele tinha colocado mais dinheiro para o Estado dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Deputada Professora Dorinha não, ela reservou recursos para todos os Estados, porque a Fundação Getulio Vargas é de todos nós. E reservou dinheiro para emergência e usou no único destaque que havia, que esse para a Fundação. Isso só se faz quando se é mulher, porque somos organizadíssimas, Sr. Presidente.

Só queria deixar esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu penso que é de mulher para mulher, então. A representação feminina aqui está em alta.

Deputado João Fernando Coutinho, V.Exa. é o próximo Relator Setorial, e a área temática é Meio Ambiente.

O relatório de V.Exa. foi inicialmente apresentado pelo Deputado Gonzaga Patriota. A discussão foi realizada e encerrada preliminarmente. E foram apresentados ao relatório de V.Exa. quatro destaques.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Permito, desde que V.Exa. retorne rapidamente. E V.Exa. tem uma incumbência: traga o Deputado Julio Lopes. Se V.Exa. não conseguir, peça ajuda à Deputada Laura Carneiro. Assim, tenho certeza de que ele virá com a máxima urgência.

Vou submeter à votação o Relatório Setorial da área temática de Meio Ambiente, na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto agora à votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Como eu falei, essa área temática recebeu quatro destaques. Todos os quatro, preliminarmente, receberam do Relator parecer pela sua integral rejeição.

Concedo a palavra ao Deputado João Fernando Coutinho para proferir o parecer pela rejeição dos destaques apresentados.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Caro Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Senador Dário Berger, inicialmente quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos, ao longo de todo este ano legislativo, de maneira cordata, tranquila e eficiente, buscando sempre o consenso para que pudéssemos chegar a este momento, no final do ano, e discutir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

orçamento para o exercício de 2018. Aproveito para agradecer a V.Exa. a oportunidade que me dá de fazer este debate.

Confesso que é um tanto quanto triste ou decepcionante termos tão poucos recursos para fazer essa discussão em relação ao meio ambiente.

Em relação ao mérito, quero parabenizar, especialmente, o Deputado Bohn Gass, que tem sido um Deputado atuante e competente e tem trazido o debate à luz nesta Comissão, sobretudo fazendo ponderações que visam ao aperfeiçoamento do Orçamento da União para o próximo ano, não só na área de meio ambiente, como também em todas as demais áreas temáticas.

Nós recebemos quatro emendas nesses quatro destaques. O primeiro destaque é do Deputado Toninho Wandscheer, do Estado do Paraná, que defende maior volume de recursos para recuperação e preservação da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu, no Estado do Paraná. É meritória a ação. Mas, infelizmente, como já foi amplamente debatido nesta Comissão, o que nós podemos fazer é apenas apresentar e acatar ou não as emendas oriundas das Comissões e também das bancadas estaduais. Nós recebemos 11 emendas, e essas emendas foram aprovadas. No entanto, foram aprovadas com valores reduzidos, diante dos 33,5 milhões de reais apenas que o Relator-Geral, o Deputado Cacá Leão, nos disponibilizou.

Eu quero fazer um registro importante referente a uma das emendas que solicitavam mais recursos, a do Deputado Bohn Gass, para ação de preservação e controle de incêndios florestais nas áreas federais. Recentemente, nós passamos por um grande incêndio no Estado vizinho de Goiás, aqui no Cerrado brasileiro, quando a Chapada dos Veadeiros, esse grande patrimônio ambiental do nosso País, um destino turístico, um lugar em que há muita água, foi atingido de maneira severa por um incêndio durante quase 15 dias.

Portanto, dos 33,5 milhões de reais que nós tivemos disponíveis para alocar nas emendas, nós demos um pequeno diferencial exatamente para essa ação, apenas para demonstrar a nossa preocupação. E solicitamos que esse destaque seja remetido ao eminente Relator, o Deputado Cacá Leão, para, quem sabe, na discussão final do Orçamento Geral da União, possamos alocar um pouco mais de recursos financeiros aí, prevendo possíveis acidentes ou até incêndios criminosos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em áreas de proteção ambiental, exatamente para podermos fazer o combate a esses incêndios.

Eu queria também ressaltar o Destaque nº 4, que nós rejeitamos por ausência de recursos. Esse destaque trata de recuperação e preservação de bacias hidrográficas. Esse assunto já foi amplamente debatido, inclusive dentro da temática da Integração Nacional. O Deputado Nelson Pellegrino fez esse debate de forma aprofundada. De fato, não só a Bacia Hidrográfica do São Francisco é importante, mas também outras bacias. Eu queria registrar a importância de revitalizarmos a Bacia Hidrográfica do Rio Una, no Estado de Pernambuco. É uma bacia que, de tempos em tempos, tem trazido graves problemas à sociedade brasileira, na medida em que as enchentes tomam conta de muitos Municípios. Em 2010, tivemos mais de 120 mil pernambucanos desabrigados. Neste ano, em maio de 2017, tivemos, aproximadamente, 60 mil pessoas desabrigadas em mais de 10 Municípios na Zona da Mata, fruto do transbordamento do rio. Então, são importantes as obras de contenção de barragens, mas também é fundamental a revitalização das nascentes e da mata ciliar do Rio Una.

Portanto, eu quero agradecer aos nobres pares a atenção. Quero agradecer também ao Líder do Governo na Comissão Mista de Orçamento, o Deputado Claudio Cajado. Agradeço ainda a todos os pares, Deputados e Senadores, à Deputada Professora Dorinha, ao Deputado Nilton Capixaba, a todos os que até agora, mais de 1 hora da manhã, aqui estão debatendo o Orçamento Geral da União.

Concluo o parecer, rejeitando os destaques apresentados, mas os submeto ao Deputado Cacá Leão, para, quem sabe, na hora da discussão do Orçamento Geral, ele possa alocar mais recursos tanto para a ação de controle a incêndios florestais como para a preservação de bacias hidrográficas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa.

Em votação em globo, então, os destaques com voto do Relator pela rejeição, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que os rejeitam e acompanham o parecer do Relator pela rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer. Rejeitados os destaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Rejeitados os destaques, não há necessidade de serem submetidos à votação na representação do Senado Federal.

Em seguida, vamos deliberar quanto ao Relatório Setorial da Área Temática XIV —- Trabalho, Previdência e Assistência Social. O Relator é o eminente Deputado Nilton Capixaba, do PTB de Rondônia.

Peço desculpas a V.Exa. por imputar-lhe esse castigo de, já passando de 1 hora da manhã, exigir de V.Exa. que permanecesse aqui para podermos deliberar quanto aos destaques apresentados na sua área temática.

V.Exa., como todos nós sabemos, apresentou o relatório, e a discussão foi iniciada e encerrada.

Agora, eu preciso colocar em votação o parecer da Área Temática XIV — Trabalho, Previdência e Assistência Social, na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto também à deliberação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Como eu falei, essa área temática recebeu sete destaques. Todos os destaques têm voto preliminar pela rejeição. De qualquer forma, concedo a palavra a V.Exa., prezado amigo Deputado Nilton Capixaba, para exarar o seu parecer quanto aos destaques apresentados.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Sr. Presidente, a culpa por eu ter de ficar aqui até a essa hora, é do Líder do Governo, porque ele fez uma manobra e me deixou aqui. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Aliás, eu quero mencionar que V.Exa. era um dos primeiros da lista aqui.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Era!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Era um dos primeiros. Então, ele tem uma dívida com V.Exa. diferenciada.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Quero cumprimentar as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados e o Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, para o nosso relatório, conseguimos 33,5 milhões de reais, com o que contemplamos o Programa de Aquisição de Alimentos — PAA, que é importante para o Brasil e para a agricultura familiar, porque possibilita a comercialização dos produtos do agricultor familiar; os cursos de capacitação; e também o trabalho social com crianças, deficientes físicos e idosos. Foi isso que conseguimos contemplar, e o dinheiro praticamente acabou. Não deu para fazer muita coisa mais.

No PAA conseguimos até avançar bastante, porque nós tínhamos previstos 750 mil reais e esse montante foi para quase 200 milhões de reais. Então, foi um avanço razoável.

Os programas sociais estavam lá embaixo. Conseguimos avançar e temos 16 milhões de reais em alguns programas e 20 milhões de reais em outros. Mas ficou bem abaixo do que foi executado no orçamento anterior. Com tudo isso, nós conseguimos avançar.

Esperamos que o Relator-Geral faça um milagre. Que ele seja um homem milagroso e possa contemplar com um pouco mais de recursos esses programas sociais, porque são muito importantes para o Brasil. Espero que consigamos avançar um pouco mais.

Tivemos que rejeitar todos os destaques. O meu voto às sete emendas foi pela rejeição, porque não há mais limite nenhum, não há mais recursos, então, não temos o que fazer. Foi isso. E eu só tenho que agradecer a confiança e esse convívio que tivemos.

Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela postura e pela habilidade para conduzir os trabalhos. A cada dia aprendemos mais. Quando temos um professor como V.Exa., aprendemos mais. Parabéns, Senador!

Parabéns a todos os colegas! Eu acho que nós conseguimos fazer aquilo que podíamos fazer.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa. Penso que posso registrar que V.Exa. é um amigo que conquistei na Comissão Mista de Orçamento, como tantos outros, mas é alguém que eu queria destacar e cumprimentar pelo relatório. E quero agradecer a V.Exa. pelas imerecidas palavras com que me distingue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Coloco em votação, em globo, os destaques com voto do Relator pela rejeição.

V.Exas. querem falar?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim!

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sim, com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sério? Vou conceder, com muito prazer, a palavra. Só não sei a quem conceder primeiro. *(Pausa.)*

Deputada Carmen Zanotto, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero destacar o relatório do Deputado Nilton Capixaba, mas não posso me furtar de manifestar a minha preocupação com a área da assistência social. Apresentamos destaques, pela Comissão de Seguridade Social e Família, das emendas de Comissão. Para aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar foram sugeridos 250 milhões de reais, mas foram acolhidos apenas 10 milhões de reais. Na área da proteção social básica, foram sugeridos 1 milhão 514 mil reais, mas foram acolhidos apenas 500 mil reais.

Sr. Presidente, nós não vamos ter recursos, se nós não conseguirmos melhorar, tanto na área da proteção básica da assistência social como na questão da pessoa com deficiência. O Ministério do Desenvolvimento Social vai ter muita dificuldade de manter as estruturas de assistência social.

Portanto, eu quero fazer aqui um apelo. Eu sei que o relator setorial não tem disponibilidade de recursos do orçamento para poder atender essa demanda, mas eu quero aqui deixar consignado ao nobre Relator-Geral Cacá Leão que no Relatório Geral nós consigamos implementar os recursos para a assistência social.

Aquilo que eu disse na madrugada de ontem eu repito na madrugada de hoje: da proposta de orçamento apresentada para este relatório melhoramos muito, mas ele está longe daquilo que o Ministério precisa para uma área absolutamente sensível, como a da assistência social.

Eu sei que há mais um relatório, o da saúde, mas eu queria deixar consignado esse apelo ao nobre Relator-Geral Cacá Leão, para que possamos garantir mais recursos para as áreas prioritárias da proteção social.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu queria começar dizendo que eu gostaria que o Relator desta área temática não tivesse sido o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Deputado Nilton Capixaba, primeiro, porque, de todos os orçamentos, esse foi o que mais demorou a ser minimamente enviado, constituído.

Eu imagino que não deve ter sido fácil para o Deputado Nilton fazer um relatório de uma área tão importante como a área social brasileira com recursos infinitamente inferiores aos que foram utilizados, empenhados e efetivamente pagos durante o ano de 2017.

Isso é uma vergonha, Sr. Presidente! Mais uma vez, infelizmente, demonstra-se a falta de respeito, de comprometimento público com a causa dos mais pobres. Isso é uma coisa assustadora! Do mesmo jeito que aconteceu na área da ciência e tecnologia, agora acontece na área de assistência social.

Eu queria que o Deputado Nilton tivesse a capacidade de achar os recursos necessários.

Vamos dar um exemplo, Sr. Presidente. Os valores pedidos, seja na área de proteção básica, seja na área de agricultura familiar, seja na área de unidades de emergência da rede de assistência, são ínfimos, não porque S.Exa. gostaria, mas porque eles não existem.

Isso significa, Sr. Presidente, que as APAEs, as Pestalozzis, todos os programas voltados a idosos, deficientes, crianças e adolescentes deste País estão absolutamente comprometidos para o ano que vem. Então, há um comprometimento total da área de assistência social deste País.

O Ministro Osmar Terra é de uma qualidade imensa, mas não adianta ter um Ministro com a qualidade do Ministro Terra, termos um Relator como o Deputado Nilton Capixaba, se não temos um Ministro do Planejamento que entenda que a prioridade brasileira tem que ser efetivamente a área mais pobre deste País, que é exatamente a área que nós deixamos de atender neste relatório.

Eu vou votar a favor do relatório, mas, junto com a Deputada Carmen Zanotto, que fez os destaques em nome da Comissão, por delegação da Comissão de Seguridade Social e Família, nós vamos votar contra a rejeição dos destaques, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Nilton, V.Exa. foi muito elogiado, inclusive pela representação feminina desta Comissão. Então, evidentemente, sou obrigado a franquear a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO NILTON CAPIXABA - Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As Deputadas têm razão. A mulher é mais sensível e sabe da importância do trabalho social para o Brasil. Eu sei que essa é uma área muito importante, que todos os programas dessa área são importantes. Mas o que vamos fazer com 33 milhões de reais?

A Deputada usou a palavra e disse que, quando esse relatório veio do Governo, era um negócio horroroso! Ele praticamente eliminava todos os programas — todos! —, não sobrava nada.

Com muita luta, em muitas reuniões que tivemos com o Ministro do Planejamento, conseguimos melhorar a questão do PAA, que chegou a praticamente 200 milhões de reais, e programas sociais voltados a crianças, idosos e deficientes ficaram todos muito defasados.

Esperamos agora um milagre do nosso Relator. Que ele nos ajude para que os programas não fiquem tão defasados.

Então, é isso. O que eu pude fazer eu fiz. O resultado é lamentável, mas não houve maneira de fazer de forma diferente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Quer fazer um adendo? *(Pausa.)* Em nenhum destaque V.Exa. quer fazer?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Só no próximo, o da saúde.

Eu prometo dar a V.Exa. o dobro do tempo para questionar o Relator da saúde.

Agradeço mais uma vez ao Deputado Nilton Capixaba.

Submeto à votação, em globo, os destaques com o voto do Relator pela rejeição, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que rejeitam os destaques e acompanham o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer, com os votos contrários da representação feminina aqui, as Deputadas Laura Carneiro e Carmen Zanotto.

Rejeitados na Câmara, não vão a voto na representação do Senado Federal.

Agora, vamos, então, à última área temática, que, não por ser a última, talvez seja a mais importante, a área temática da saúde, que tem como Relator o destacado e ilustre Deputado Julio Lopes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como nós podemos observar, esta área já é um pouquinho mais complicada. Já tenho que pensar um pouquinho mais no encaminhamento.

Em deliberação o Relatório Setorial da Área Temática II, intitulada Saúde, cujo Relator Setorial é o Deputado Julio Lopes, do PP do Rio de Janeiro.

O Relator Setorial já apresentou seu relatório, e a discussão foi iniciada e encerrada preliminarmente. E o Relator também apresentou um complemento de voto.

Ao relatório foram apresentados 27 destaques.

Como há indícios de irregularidades graves, primeiro eu tenho que submeter à votação o Relatório Setorial e a complementação de voto da Área Temática II — Saúde, na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados as obras com indícios de irregularidades graves e os destaques.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação também na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Nos termos do art. 70, II, da Resolução nº 1, de 2006, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Da mesma forma, submeto à votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Foram apresentados, como já mencionei, 27 destaques.

Pelo que percebo aqui, o voto do Relator foi pela rejeição de todos os destaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, concedo a palavra ao ilustre Relator Deputado Júlio Lopes, para se manifestar acerca dos destaques apresentados.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, primeiro, eu quero manifestar mais uma vez a alegria e a satisfação de ter como Presidente V.Exa., que conduziu esta Comissão magistralmente e que nos dá o prazer do convívio com sua inteligência, com sua forma admirável de conduzir este Colegiado.

Quero também fazer uma referência ao Deputado Cacá Leão, com quem, inclusive, tentei, na Liderança, disputar esse cargo de Relator-Geral, porque, obviamente, todos nós temos essa pretensão. Mas eu queria reconhecer que o Deputado Cacá Leão teve um desempenho que eu não teria, em função do conhecimento, da dedicação e da forma contributiva com que se dedicou ao trabalho de todos.

Quero elogiar V.Exa., Deputado Cacá Leão, e dizer que para mim é uma alegria ter trabalho com V.Exa. até aqui. Espero que tenhamos novas oportunidades de trabalhar juntos.

Eu queria fazer a leitura do parecer sobre os destaques apresentados à Área da Saúde e dizer também dizer que, se a Deputada Laura Carneiro tivesse assumido essa relatoria, ela o faria com toda alegria e com meu endosso, porque certamente também faria melhor do que eu.

“Parecer dos destaques apresentados à Área Setorial da Saúde do PLOA 2018.

Em que pese a relevância dos pleitos apresentados, somos obrigados a propor a rejeição de todos os destaques apresentados à área temática da Saúde em função da indisponibilidade de recursos.

Todavia, indicamos ao Relator-Geral que busque dar atendimento a tais pleitos, em especial os afetos aos destaques de nos 009 e 011, referentes à recomposição de cortes efetuados por esta relatoria setorial nos sequenciais 001571 (ação 10GE — Implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário) e 001570 (ação 10GD — Implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água), no âmbito da FUNASA, para atendimento de emendas coletivas.”

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero lembrar que fui, na oportunidade, o Relator da Lei Geral de Saneamento do Brasil, e esses aspectos são, de fato, muito importantes para que continuemos avançando.

Então, fica aqui a recomendação ao Relator-Geral de examinar a possibilidade do atendimento desses pleitos.

Isto era, no momento, o que nós tínhamos, Presidente.

O nosso prezado, bri6lhante e já elogiado Consultor Mário falou aqui a respeito do tema que eu peço a V.Exa. submeter à votação, não hoje, mas numa próxima data.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão os destaques.

Adivinhe, Deputado Hildo Rocha, para qual Deptuada eu vou conceder a palavra preliminarmente. Para a Deputada Carmen Zanotto, que é a Deputada da saúde.

De quantos minutos V.Exa. precisa, Deputada?

Eu, outro dia, estava presidindo uma sessão do Senado, e o Senador que estava na tribuna já tinha esgotado totalmente o seu tempo, mas exageradamente, e eu, que, como V.Exa. percebe, sou uma criatura benevolente por natureza, tive a petulância de mencionar ao Senador que S.Exa. já havia ultrapassado muito o tempo. Mas esse Senador ficou nervoso demais! Eu perguntei para o Senador quanto tempo S.Exa. precisava para concluir o pronunciamento dele, e S.Exa. disse que precisava ainda...

Estou sentindo que V.Exas. não se interessaram pela minha história. Então, já que não se interessaram, eu vou conceder o prazo regimental para V.Exa., então.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, é que estavam tentando nos induzir a votar duas vezes a mesma matéria no plenário. Eu já votei a matéria, não vou dificultar o processo de votação do penúltimo relatório da manhã de hoje porque nós já estamos... É o último? Que bom.

Eu não vou dizer tudo aquilo que eu disse ontem porque eu preciso primeiramente agradecer ao nobre Relator Setorial, o Deputado Julio Lopes, por ter acolhido uma das nossas indicações na manhã de hoje, que foi a questão da redução das diferenças *per capita*, em especial na média e alta complexidade. Sobre este assunto já falamos bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero dizer que o Sistema Único de Saúde absolutamente avançou e precisa avançar mais. E eu gostaria de pedir ao Líder do Governo, o Deputado Darcísio Perondi, que também fique conosco, porque há um tema que também lhe interessa, eu vou pautá-lo agora.

Não, não, não. É importante.

A Comissão de Seguridade Social e Família — CSSF apresentou as emendas, que nós destacamos. O mesmo apelo que fiz à Área de Assistência Social faço ao nobre Relator Deputado Cacá Leão: nós vamos destacá-las novamente no Relatório Geral, porque nós precisamos de mais recursos para a manutenção das unidades de saúde.

Quando dizemos que 9 milhões de reais foram acolhidos, de 2 bilhões de reais, significa que foi um acolhimento bem parcial, assim como foi feito de forma muito singela na questão da estruturação dos serviços de atenção a urgências e emergências.

Gostaria de me deter em um assunto sobre o qual eu não falei ontem, Sr. Presidente, nobres Deputados, Senadores que estão ainda conosco: a inclusão de dotação orçamentária na LOA para atendimento à Lei nº 13.479, de 2017.

Esta casa e o Senado Federal já a aprovaram. Esta lei está vigente. E o texto da lei fala que nós estaríamos garantindo, no Orçamento de 2018 e nos subsequentes, o montante de 2 bilhões de reais, que serão consignados no Orçamento-Geral da União para viabilizar o cumprimento da Lei nº 13.479, de 5 de setembro de 2017, que cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas sem Fins Lucrativos, o Pró-Santas Casas, pois essas instituições participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde — SUS.

Eu formalizei o pedido ao nobre Relator-Geral; ao nobre Presidente desta Comissão, Senador Dário Berger; ao nobre Líder do Governo, Andre Moura — e aqui faço o mesmo ao Deputado Darcísio Perondi; ao Ministro Ricardo Barros e ao Ministro Dyogo, porque nós precisamos fazer a mágica de buscar este orçamento para consigná-lo no Relatório-Geral. Senão, a rede hospitalar filantrópica prestadora de serviço, que é a rede que mais atende a uma dessas emendas que aqui foram apresentadas e destacadas, que são os procedimentos de médio e alta complexidade no Sistema Único de Saúde — que diz respeito a toda a parte de internamento hospitalar —, não será atendida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu quero, com isso, consignar que precisamos garantir o cumprimento do Pró-Santas Casas.

Mais uma vez, quero dizer que compreendo todos os Relatores Setoriais. A nossa limitação é orçamentária. Mas eu quero lembrar que não podemos nos curvar apenas ao limite da Emenda Constitucional nº 95, que trata de teto, e, com isso, inviabilizar as grandes ações da saúde e da assistência social e as demais, sem que repensemos a forma como vamos fazer o próximo orçamento.

Este é o primeiro sob a égide mais ampla da Emenda Constitucional nº 95. Agora, não acredito que, para os próximos Orçamentos, será possível recebermos o volume de emendas que são apresentadas nas Comissões, as emendas individuais, para que tenhamos uma noite frustrada como esta, em que, por necessidade, 99% das emendas foram rejeitadas.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Agradeço mais uma vez a indicação, a acolhida no adendo do nobre Relator, Deputado Julio Lopes, para que busquemos reduzir as diferenças no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que vou ser rápida.

Primeiramente, eu gostaria de retirar os Destaques nºs 13, 14 e 15, todos da bancada.

É óbvio que o Deputado Julio Lopes, da nossa bancada, fez o que era possível.

Por outro lado, Sr. Presidente, nobre Relator, eu não sei como vamos conseguir fazer isso, mas conversei com o Deputado Julio Lopes, e é importante dizer que, em virtude de algumas indicações feitas pelo Secretário Estadual de Saúde, talvez possamos alterar recursos já alocados pelo Deputado Julio Lopes para outras emendas também de hospitais, mas do Ministério da Educação.

Então, eu retiro os Destaques nºs 13, 14, 15, porque não faria nenhum sentido o Relator, que é o do Rio de Janeiro, votar nesta matéria, considerando que ele fez o possível.

Mas queria discutir e pensar, portanto, em dois destaques, o Destaque nº 19 e o Destaque nº 20, ambos da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O primeiro destaque, Sr. Presidente, trata da implantação da Rede Cegonha, que é um programa nacional importantíssimo quando se fala do que acontece no Brasil com as mulheres.

O segundo, Sr. Presidente, é um projeto da FIOCRUZ, também de alcance nacional, de pesquisa de patologias de alta complexidade que acometem mulheres, crianças e adolescentes.

Essas são ações absolutamente vitais, que, infelizmente, não tiveram o acolhimento necessário de valores. Nós só conseguimos o acolhimento de 5 milhões e 300 mil reais para um destaque e de 5 milhões e 100 mil reais para o outro. Imaginem! Fazer pesquisa na FIOCRUZ com 5 milhões é quase impossível.

Por outro lado, a Rede Cegonha, Sr. Presidente, oferece atendimento em todo o Brasil. Portanto, 5 milhões e 300 mil reais é muito pouco. Não teremos a vazão e nem o comprometimento necessário desses recursos.

Eu sei que o Deputado Julio Lopes não tem os recursos necessários, mas, pelo menos, solicito que faça a indicação ao Relator-Geral, para que S.Exa. possa atender os Destaques nºs 19 e 20, referentes à Rede Cegonha e também à pesquisa que beneficiará crianças, adolescentes e mulheres acometidas de doenças infecciosas raras, para que nós possamos avançar na saúde pública.

É isso, Sr. Presidente.

Parabenizo V.Exa. e agradeço-lhe por nos aguentar até esta hora.

Parabenizo também o nosso Relator, que está acordado desde ontem aqui ao nosso lado, por ter, depois de um dia estafante — e eu sei que ele teve —, conseguido chegar com um relatório que nos possibilita avançar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - O Relator agora melhorou o semblante. Ele estava meio desfigurado. Não sei se é o adiantado da hora.

V.Exa. quer discutir os destaques? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, meus caros colegas, eu quero concordar com o Deputado Julio Lopes quando ele fala sobre o Deputado Cacá ser melhor do que ele.

Eu já fui Relator Setorial aqui da Casa e entendo que todas as vezes que nos é dada esta missão cabe ao Relator conseguir aglutinar o maior número de propostas e demandas. Afinal de contas, o Relatório Setorial reflete um sentimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inicial do conjunto do Parlamento em função das demandas necessárias por todo o Brasil.

Cabe ao Relator escutar as demandas dos Parlamentares e saber, da maneira possível, que lhe cabe, aglutinar e acomodar essas ideias e, assim, fazer um relatório que escute a Casa e que possa transmitir esse sentimento.

No caso do Relator Cacá Leão, todas as vezes que procurei por S.Exa. para discutir a questão do Orçamento do ano seguinte, eu tive a maior abertura possível. Infelizmente, junto com o Relator Setorial Julio Lopes, por quem tenho o maior respeito e admiração, não tive o mesmo acolhimento. Fui procurá-lo para falar a respeito de uma demanda do meu Estado, Minas Gerais, e infelizmente não houve ambiente em que pudesse ser acolhida a demanda, que — volto a dizer — não é do Deputado Caio Narcio. Quando um Parlamentar busca o outro na missão de relatar uma demanda, o que ele busca é que os votos, a região e o Estado que ele representa sejam ouvidos.

Eu, particularmente, na atuação que tenho como Parlamentar, tenho uma história vinculada ao câncer. Eu perdi a minha mãe para o câncer, perdi o meu avô para o câncer e tenho trabalhado desde que cheguei a esta Casa para fazer do combate ao câncer uma causa de todos nós.

Neste momento, na etapa do relatório setorial, consegui com o Coordenador da minha bancada, Deputado Fábio Ramalho, a sensibilidade de apresentar uma emenda de bancada que propõe uma rede de tratamento do câncer que faz com que possamos ter redes de acolhimento antecipado, de exames preventivos para fazer encaminhamentos para hospitais, assim melhorando a condição do paciente. Afinal, como todos sabem, o quanto antes se descobre o câncer, mais fácil é a possibilidade da cura.

Infelizmente, não tivemos a possibilidade do diálogo nesse sentido.

Portanto, estou aqui para dizer que não me sinto representado no relatório que está apontado aqui. Vejo disparidades inexplicáveis. Quero dizer que, com relação à questão do teto MAC, Minas Gerais, que tem 220 milhões, pela primeira vez fica abaixo da média nacional. Quero dizer também que tivemos uma redução PAB de 90 milhões para 89 milhões, o que prejudica o nosso Estado.

Por fim, quero dizer que não consigo compreender por que o Estado de Rondônia, no relatório do Deputado Julio Lopes, tem a possibilidade de ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entrega de 36 milhões de reais de atendimento, enquanto Minas Gerais, que é um Estado muito maior, tem apenas 31 milhões.

A causa é nobre. A causa não é do Deputado Caio Narcio, mas de milhares de pessoas que têm morrido por esse mal. Nesse contexto, eu fiz questão de ficar aqui até agora, para que esta Comissão possa entender que o papel dela é poder arbitrar sobre as demandas, interpretando o sentimento de todos os que estão aqui.

Quando um Parlamentar que tem a função de relatar uma Pasta não ouve os colegas, na verdade, não está prejudicando um Parlamentar, mas uma causa.

Então, vejo uma disparidade enorme. Não compreendo o critério que possa levar um Estado, por exemplo, como Rondônia a ter os seus 37 milhões de reais aprovados para a constituição do projeto, enquanto Minas Gerais, que é um Estado com três ou quatro vezes a população de Rondônia, tem o atendimento de 31 milhões, uma vez que para esse projeto da rede do câncer foram destinados 15 milhões de reais.

Então, nesta madrugada, quero dizer que tenho o maior apreço pelo Deputado Julio Lopes, inclusive sou admirador da sua eloquência e da participação que S.Exa. tem na Casa, mas o episódio da sua relatoria durante este ano foi uma decepção pessoal.

Gostaria de manifestar isso publicamente e pedir — já que S.Exa. pode não ter instrumentos e nem sei se vai querer ter instrumentos para reparar isso — que possamos contar, em momento posterior, com o compromisso do Relator Cacá Leão, para sanarmos o que, neste caso, entendo como um descaso com algo importante e relevantíssimo para todo o País. Acredito que não haja causa tão nobre. Pode haver causa parecida ou até igual, mas mais nobre do que essa, de fato, não consigo encontrar.

Ficam aqui minhas declarações.

Encerro dizendo que visivelmente estamos vendo o sacrifício desta Comissão — do Presidente, do Relator, do Líder do Governo, dos Parlamentares. Não temos nem mais quórum para deliberar. A minha vontade era até dizer que eu não gostaria de aprovar esse relatório, mas, em respeito a V.Exas. e à dedicação que tenho visto de cada um, deixo aqui o meu manifesto de protesto como uma sinalização de quem sentiu que o seu Estado foi abandonado na sua demanda, quando foi buscada e trazida por este Parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, primeiramente quero me desculpar com o Deputado Caio Narcio, porque tenho por ele também a maior admiração e respeito e de forma alguma gostaria de desatendê-lo.

Quero colocar que a bancada de Minas Gerais ficou com a terceira maior emenda, com 31 milhões. Na realidade, ela ficou numa situação pior do que a bancada de Rondônia e outras aqui em função de emendas impositivas, como S.Exa. poderá ver lá no dígito 7.

Obviamente eu não teria como não dispor, porque são imposições de bancada. O mesmo caso é o da Paraíba, que tem 90 milhões de emendas impositivas, que são da bancada, e o Maranhão também.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Deputado Julio Lopes, V.Exa. me concede um aparte?

V.Exa. tem razão quando diz que Rondônia tem emenda impositiva no valor de 29 milhões. No entanto, as outras, que não são impositivas, somam 36 milhões, e é nesse sentido que eu estou dizendo que o critério realmente fica inexplicável.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Quero me justificar com V.Exa. De fato, poderíamos até ter trabalhado melhor essa questão, mas está explicado por que houve disparidade. A disparidade se refere basicamente à questão das emendas impositivas.

Eu quero dizer a V.Exa. inclusive que o Estado de Minas Gerais ficou mais bem atendido do que o meu Estado, o Rio de Janeiro, que não pudemos atender na mesma proporção com que atendemos Minas Gerais.

Eu tomei muito cuidado para não trazer ao meu Estado um volume de emendas que fosse desproporcional, exatamente porque eu queria aqui dar equidade e tentar ser o mais justo possível. Se não o fui, eu lamento, Deputado. Farei todo o possível para reparar junto ao Relator-Geral.

De fato, nós poderíamos ter trabalhado melhor essa questão. Não o fiz em desfavor de V.Exa. nem por falta de empenho. Talvez nós não tenhamos tido oportunidade de, juntos, procurar uma solução maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É verdade. Eu tentei procurar harmonizar a solução de tudo aquilo que me foi possível tentar atender, porque em alguns casos nós não tínhamos veículo para atender, em alguns casos não tínhamos emenda para atender. E nesse caso talvez pudéssemos ter feito diferente, se V.Exa. e nós tivéssemos tido uma interação maior.

Deixo aqui, Deputado Cacá Leão, o meu pedido para que V.Exa. tente corrigir o meu equívoco.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Com o seu eu estou de pleno acordo. Já disse a V.Exa. que vou fazê-lo. E nós já providenciamos inclusive a emenda nesse sentido de transferir para os hospitais universitários esse valor.

Presidente, se V.Exa. concordar, eu queria aproveitar que nós estamos aqui neste final de noite para fazer a votação daquela indicação que nós sugerimos a V.Exa. de criar uma diretriz daqui para frente, para que nós possamos vincular os servidores da saúde aos atendidos por ela dentro de um cruzamento do CPF de quem atende com o CPF de quem é atendido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Júlio, deixe-me só concluir a votação dos destaques. Em seguida, nós tratamos do assunto.

Perdoe-me pela indelicadeza de cortar a palavra de V.Exa.

Submeto à votação em globo os destaques com o voto do Relator pela rejeição na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que acompanham o voto do Relator pela rejeição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o voto. Logo, rejeitados os destaques.

Rejeitados os destaques, não há necessidade de votação da representação do Senado Federal.

Cumprimento V.Exa. pela relatoria, pela disposição e pela capacidade de compreensão que teve, inclusive esclarecendo ao Deputado Caio Narcio a questão que evidentemente interessa a Minas Gerais, o seu Estado, a quem eu também expresso a minha solidariedade.

Eu só faço uma reclamação também. V.Exa. podia ter distinguido Santa Catarina. Realmente, eu estava esperando de V.Exa. algo que pudesse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu não poderia fazê-lo, Presidente, porque Santa Catarina não apresentou nenhuma emenda. *(Pausa.)* Só havia emenda impositiva, sobre a qual eu não tenho gestão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu inclusive tenho questionado essa questão da emenda impositiva de bancada na área da saúde. Nós estamos colaborando para que o Governo atinja o limite de aplicação em saúde com as emendas impositivas que nós mesmos estamos fazendo. Quer dizer, é um contrassenso. Mas ainda não consegui convencer a bancada de que nós deveríamos deixar essa questão da saúde para o Ministério e, evidentemente, aplicarmos a impositiva em outra área.

Deputado Julio Lopes, primeiro eu vou conceder a palavra ao nobre Relator, que tem precedência. Em seguida, passo a palavra para V.Exa., porque esse tema traz um brilho aos meus olhos bastante significativo.

Deputado Cacá Leão, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Presidente Dário Berger, eu queria cumprimentar os Deputados e Senadores aqui presentes e parabenizar os Relatores Setoriais pelo brilhante trabalho que realizaram.

Eu sei das dificuldades. Sou parceiro nas dificuldades. Entendo o arrocho que nós temos. Espero que, a partir deste momento, eu consiga atender, senão a todos, pelo menos os anseios, os desejos dos meus colegas desta Comissão.

Presidente, diversos Relatores Setoriais cujos relatórios foram aprovados nesta noite me solicitaram que fizesse algumas adequações nos seus textos, mas não me cabe essa condição. Para que deixemos bem claro esse propósito, gostaria que V.Exa. incluísse na pauta a Alteração nº 1 no Projeto de Lei nº 20, de 2017, para que eu venha a atender aos pleitos dos Relatores Setoriais.

Eu vou ler o texto. *(Pausa.)*

Isso eu já pediu para incluir na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - É evidente que está autorizado. V.Exa. pode proceder à leitura. Nós deliberaremos em seguida.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Passo à leitura do Parecer Preliminar ao PLOA 2018 acerca da Alteração nº 1, Sr. Presidente.

"Tendo em vista a aprovação dos relatórios setoriais pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, autorizando o Relator-Geral a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

realizar ajuste nas programações, a partir das indicações feitas pelos relatores setoriais, propomos alteração do Parecer Preliminar sobre o Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, PLOA 2018, aprovada nesta Comissão em 22/11/2017.

Inclua-se na Parte Especial:

44 - Fica o Relator-Geral autorizado a:

44.1 - realizar ajustes de programações afetas à reserva de contingência primária, subsídios e subvenções econômicas, defesa, integralização de cotas em organismos financeiros internacionais e as demais indicadas pelos relatores setoriais.

44.2 - alocar os recursos de acordo com as indicações constantes dos relatórios setoriais aprovados pela CMO e autorizações do item 10.III.

Sala da Comissão, 06 de dezembro de 2017.

Deputado CACÁ LEÃO

Relator-Geral"

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está em deliberação a Alteração nº 1 do Parecer Preliminar ao PLOA 2018, conforme explicitado pelo Relator-Geral, Deputado Cacá leão.

Alguém deseja discutir? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em deliberação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Cumprimento o Relator-Geral, Deputado Cacá Leão. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Nós temos ainda aqui... É muito rápido.

Não sei se acontece com V.Exas. também, mas há um determinado momento em que bate um sono. Passando aquele período, para retornar o sono... Eu estou nessa fase de ficar sem sono. Então, acho que nós podemos continuar deliberando.

Se V.Exas. concordarem de incluir na pauta um relatório do Deputado Julio Lopes, nós deliberaremos rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Alguém tem uma Bíblia aí? Senão, vamos começar a ler a Bíblia, e, mais tarde, deliberamos sobre esse parecer do Deputado Julio Lopes.

Peço a V.Exa. que faça um breve relato. Depois, submeto à deliberação e à aprovação do Plenário desta Comissão.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de comentar rapidamente sobre o assunto.

Deputada Laura Carneiro, como eu comecei a estudar este relatório, verifiquei que o orçamento para a saúde só quantifica e só acompanha procedimentos; nunca lincamos o procedimento a quem é atendido ou a quem atendeu.

Examinando isso, eu propus ao Presidente, Senador Dário Berger, e ao Relator-Geral, Deputado Cacá Leão, e, agora estou propondo a todas as S.Exas., aos Deputados e às Deputadas, que criemos uma diretriz — na realidade, não será uma obrigação, mas uma diretriz — muito importante para o Brasil.

O e-Saúde avançou muito, e os prontuários hoje têm uma lacuna para colocar o CPF de quem atendeu e o CPF de quem foi atendido. Só que isso jamais foi feito, Deputada Laura. Então, nós estamos propondo que a partir de hoje haja uma diretriz da Comissão Mista de Orçamento, principalmente para o setor de saúde, para que em todo atendimento à saúde, como reza e como está previsto no prontuário do e-Saúde, haja o CPF de quem atendeu e o CPF de quem foi atendido, a fim de que possamos monitorar e quantificar muito melhor todo o procedimento médico.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Claro que concedo um aparte a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Na verdade, tenho uma dúvida.

V.Exa. está propondo...

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Uma diretriz.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - ...que nós façamos uma recomendação para que seja cumprido o que já existe? É isso, em outras palavras?

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Não, porque não existia o prontuário eletrônico do e-Saúde. Está sendo feito agora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas no prontuário eletrônico do e-Saúde já há o espaço para o sujeito colocar o CPF do médico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Acabou de ser feito, Deputada Laura. Ainda não existe.

O e-Saúde é um programa do Governo Federal...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Isso, eu sei.

Dentro do e-Saúde já existem os dois campos.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então o que nós estamos fazendo é recomendando que preencham o campo. Em outras palavras, é isso.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Estamos recomendando que essa diretriz seja observada, de acordo com o que foi desenvolvido no e-Saúde. Não é porque foi feito o campo no prontuário que aquilo vai ser cumprido, vai ser feito.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas é um absurdo, se não for cumprido.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Desculpe-me. Para que V.Exa. tenha uma noção, eu vou dar uma informação, que V.Exa. deve saber.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu quero entender.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Por que eu estou falando disso? Porque o SUS, que foi criado para controlar o sistema nacional, não controla nada. No cartão do SUS há 194 milhões de CPFs, quando na realidade só existem ativos no Brasil, 154 milhões de CPFs. Então, o SUS não controla nada.

Foi feito, nesta gestão do Ministério da Saúde, um procedimento interno para reformular todo o processo eletrônico da saúde. Foi, então, criado o prontuário eletrônico.

Eu estou sugerindo que nós criemos uma diretriz tornando obrigatório o preenchimento correto do e-Saúde e fazendo com que esses cruzamentos sejam feitos.

Essa é a sugestão. Não é uma lei. É apenas uma diretriz para que seja observado o e-Saúde na integralidade do que foi proposto agora, por esta administração.

E nós vamos avançar muito se assim o fizermos, porque vamos poder saber quem foi tratado, quem tratou e poderemos fazer o cruzamento com o ICN, que é a Identidade Civil Nacional, que autentica que aquele cidadão é aquele cidadão mesmo, unívoca e inequivocamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, como isso também está sendo feito — e é uma lei com a qual eu tive a oportunidade de trabalhar —, nós vamos poder cruzar definitivamente isso e acertar o cartão do SUS, que eu acho que será o maior ganho que já se teve na saúde brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exas. entenderam a essência da proposta?

Eu tenho acompanhado com o Deputado Julio Lopes essa questão e, modéstia à parte, eu acho que eu sou um dos executivos do setor público que tem um relativo conhecimento da área de saúde.

Eu não vou ficar 20 minutos, como fiquei ontem, relatando esta questão da saúde, mas eu tenho a impressão de que uma atitude como essa, se na prática for operada, pode trazer milhões e milhões de reais de benefícios ao País.

Hoje, efetivamente, nós não conseguimos cruzar as informações de quem fez o atendimento, de quem recebeu o atendimento, nem saber de que forma aquela pessoa recebeu o atendimento e quais foram os procedimentos realizados. Com a inclusão do CPF, nós conseguimos avançar substancialmente.

Aliás, isso já deveria ser uma prática natural, mas há muita resistência, ainda, por parte dos servidores e por parte dos médicos com relação a essa questão.

Portanto, essa manifestação do Deputado Julio Lopes é apenas uma indicação, uma recomendação para que os órgãos públicos ligados à saúde possam começar a discutir a implantação do CPF, que é um número — e futuramente nós, brasileiros e brasileiras, vamos ter um número, nós vamos ter um prontuário único, um número único, que vai substituir a carteira de identidade, que vai substituir muita coisa, e nós vamos ter a alternativa de utilizar o nosso cadastro único inclusive no nosso celular.

V.Exa. quer falar de novo? *(Pausa.)*

Deputada Dorinha, eu já fui atropelado pelo Relator-Geral. Imagine, então...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu vou ter que conceder a palavra a V.Exa., que, pelo que eu posso imaginar, sem demérito aos demais amigos e companheiros, é uma das especialistas em saúde pública. Foi Secretária Estadual de Saúde e tem uma folha de serviços extremamente relevantes prestados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ao Estado de Santa Catarina, tanto é que já é Deputada Federal por alguns mandatos num partido relativamente pequeno, que é o PPS.

Eu já a convidei para ingressar no meu partido, mas ela acha que meu partido, no momento, não é a melhor alternativa para ela. *(Risos.)* Mas V.Exa. não pode pensar só no presente. V.Exa. tem que pensar, em relação ao meu partido, no passado e no futuro. Certamente, ele vai se recuperar, em razão da tradição que teve, da história e da origem. Não é verdade, Deputado Hildo Rocha?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - E por causa de membros como V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - E por causa de membros como V.Exa.

Concedo a palavra a V.Exa., Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer mais uma vez o convite para mudar de agremiação política, mas o meu PPS pode ser pequeno no número de Parlamentares, mas é grande também em Santa Catarina e grande aqui na Casa.

V.Exa. sabe o carinho e o respeito que eu tenho pelo PMDB de Santa Catarina. Trabalhamos junto com o nosso querido Luiz Henrique da Silveira, a convite de quem tive a oportunidade de ir para a Secretaria de Estado.

Na condição de gestora da saúde, primeiro eu preciso dizer que essa recomendação do Deputado Julio Lopes é bem-vinda. Só faço um adendo, Deputado: sugiro que o detalhamento aconteça de forma tripartite, porque a saúde tem três entes federados responsáveis: União, Estados e Municípios. Sugiro, então, que eles façam o detalhamento desse processo.

Destaco que nós temos um número maior de Cartões do SUS porque muitas vezes o paciente precisa dizer que mora num Município-sede de uma macrorregião de saúde para conseguir realizar procedimentos. Não é raro pacientes de Santa Catarina serem atendidos no Paraná com muito mais facilidade do que em nosso Estado para procedimentos cardíacos e oncológicos. Isso acontece porque em Santa Catarina há o teto financeiro para a média e alta e complexidades, uma vez que no passado não tínhamos esses procedimentos no Estado, e as nossas referências eram o Rio Grande do Sul e o Paraná. Então, é mais fácil acessar os serviços no outro Estado. É muito mais fácil — não vou detalhar isso neste horário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da manhã —, porque lá precisam ser realizados procedimentos para garantir a manutenção também dos recursos naquele Estado.

Então, eu queria fazer este pedido ao nobre Deputado: que o detalhamento desta sua recomendação fosse pactuado entre os três entes federados: Municípios, Estados e União.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Peço a V.Exa. que inclua isso no texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos fazer esse adendo, ou melhor, um destaque. Vamos incluir o destaque proposto por V.Exa.

Solicito ao Secretário que... Nós temos o nosso especialista, o Mário, nosso universitário especialista em saúde.

Submeto esta recomendação à votação dos membros desta Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com meu louvor.

Parabéns ao Deputado Julio Lopes.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

V.Exa. é o nosso Líder.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu só queria agradecer à Comissão, especialmente aos Relatores Setoriais, pelo acordo de procedimentos que fizemos para concluirmos nesta madrugada a votação de todos os relatórios.

Não poderia deixar de parabenizar todos os Deputados e Senadores que têm assento nesta Comissão.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, vamos encerrar a reunião, por favor.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Vamos encerrar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos encerrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu só quero alertar V.Exas. de que a audiência pública que estava marcada para o dia 7 de dezembro, quinta-feira, foi transferida para dia 12 de dezembro, terça-feira próxima.

Essa audiência tem por objetivo receber o representante do Ministério do Planejamento. Já confirmaram presença o próprio Ministro, o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Secretário da Previdência do Ministério da Fazenda e também o representante da ANFIP — Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Só queria lembrar V.Exas., ao tempo em que agradeço a todos e a todas, com destaque para a Deputada Laura Carneiro, a Deputada Professora Dorinha e a Deputada Carmen Zanotto, nossa representação feminina nesta Comissão. São Deputadas aguerridas, dedicadas e solidárias aos nossos trabalhos.

Agradeço ao Deputado Julio Lopes, ao Deputado Hildo Rocha, ao Deputado Cacá Leão, o nosso Relator-Geral, ao Deputado Raimundo Gomes de Matos e ao nosso Líder Cajado.

Agradeço também ao Mário, o nosso universitário da Saúde, aos nossos técnicos, ao nosso Secretário e a todos os demais presentes.

Está encerrada a nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA NONA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Hélio José (PROS/DF), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, e dos Deputados Jorge Solla (PT/BA) e Gorete Pereira (PR/CE). Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás; do Ministério da Integração Nacional; da Eletrobrás Eletronuclear; e ainda, representantes do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves (IGP) apontados pelo TCU, por meio do Acórdão nº 1.659/2017-TCU/Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos Órgãos supracitados, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2018, com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves, por solicitação do Senador Hélio José (PROS/DF), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, desta Comissão, em atendimento ao disposto no *§ 1º, do art. 121 da Lei nº 13.473, de 08/08/2017* (LDO/2018). Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Célio Silveira, Hugo Leal, Jaime Martins e Maia Filho; **Deputados suplentes:** Beto Rosado, Gorete Pereira, Jorge Solla e Renato Andrade; e **- Senador suplente:** Hélio José. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Odorico Monteiro e Wilson Beserra. **ABERTURA**: às dezessete horas e vinte e nove minutos, os trabalhos foram abertos pelo Senador Hélio José (PROS/DF), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional,* que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que seriam ouvidos os representantes da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás; do Ministério da Integração Nacional; da Eletrobrás Eletronuclear; e ainda, representantes do Tribunal de Contas da União. Em seguida, para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente em exercício comunicou que os palestrantes disporiam, cada um, de 10 minutos, para exporem as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não deveriam ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas. Informou, também, que conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Logo após, foi aberta a lista de inscrição para o debate. Em sequência, o Presidente em exercício convidou para comporem a Mesa o primeiro grupo, composto pelo Sr. Artur Roberto Couto, Assessor da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, e pelo Representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Bruno Martinello Lima, Secretário de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana, para prestarem esclarecimentos sobre a obra de Construção do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos – RJ. Os palestrantes realizaram a apresentação fazendo uso de projetor de multimídia. O Sr. Bruno Martinello Lima indicou as irregularidades encontradas pelo TCU e o Sr. Artur Roberto Couto, da FIOCRUZ, pronunciou-se sobre a obra. O Senador Hélio José fez questionamentos aos representantes do TCU e da FIOCRUZ. Ás 18h13min, o Deputado Jorge Solla (PT/BA) assumiu a direção dos trabalhos e fez questionamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aos representantes do TCU, da FIOCRUZ e da Hemobrás. Os palestrantes responderam aos parlamentares. Às 18h43min, o Senador Hélio José reassumiu a direção dos trabalhos e questionou o representante da Hemobrás, Sr. Gustavo Cavalcanti Simoni, e obteve os devidos esclarecimentos. O Deputado Odorico Monteiro (PT/CE) discursou sobre a FIOCRUZ e Hemobrás. Em continuidade, o Presidente em exercício finalizou o primeiro grupo e agradeceu a participação dos palestrantes. Foram convidados para comporem a Mesa o segundo grupo, composto pelo Sr. Gustavo Cavalcanti Simoni, Gerente de Administração, e Sr. Berlink Eneas Correia Araújo dos Santos, Gerente de Engenharia e Automação, ambos da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás, e pelo representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Bruno Martinello Lima, Secretário de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana, para prestarem esclarecimentos sobre a obra de Construção da Fábrica da Hemobrás. Os palestrantes realizaram a apresentação fazendo uso de projetor de multimídia.O Sr. Bruno Martinello Lima informou sobre as irregularidades apontadas pelo TCU e o Sr. Berlink Eneas Correia Araújo dos Santos apresentou as justificativas relativas a obra da Hemobrás, e o Sr. Gustavo Cavalcanti Simoni fez considerações finais sobre a obra. O Presidente em exercício finalizou o segundo grupo e agradeceu a participação dos seus integrantes. Em seguida, foram convidados para comporem a Mesa o terceiro grupo, composto pelo Sr. Stanley Rodrigues Bastos, Coordenador-Geral de Supervisão de Obras do Departamento de Projetos Estratégicos da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, pelo Sr. Thiago Botelho Neiva, Analista de Infraestrutura, ambos do Ministério da Integração Nacional; pelo Sr. Francisco Alzir Lima, Superintendente da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas; pelo Sr. Deusdete Queiroga Filho, Secretário Executivo da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos do Estado da Paraíba; e pelo representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Rafael Lucio Esteves, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração, para prestarem esclarecimentos sobre as obras do Canal do Sertão Alagoano, e do Canal Vertente Litorânea da Paraíba. Os palestrantes realizaram a apresentação fazendo uso de projetor de multimídia. O Sr. Rafael Lucio Esteves indicou as irregularidades encontradas pelo TCU, o Sr. Stanley Rodrigues Bastos apresentou considerações gerais sobre as obras, e o Sr. Sr. Thiago Botelho Neiva pronunciou-se sobre as providências adotadas pelo Ministério da Integração Nacional para sanar as irregularidades das obras. Houve ainda, a participação do Sr. Francisco Alzir Lima que pronunciou-se sobre a obra do Canal do Sertão Alagoano; e o Sr. Deusdete Queiroga Filho que discursou sobre a obra do Canal Vertente Litorânea da Paraíba. O Senador Hélio José fez questionamentos aos representantes do Ministério da Integração Nacional e do TCU. Em sequência, os expositores, Sr. Stanley Rodrigues Bastos, Sr. Francisco Alzir Lima, Sr. Deusdete Queiroga Filho e Sr. Rafael Lucio Esteves, prestaram os devidos esclarecimentos. Por fim, o Presidente em exercício encerrou o terceiro grupo e agradeceu aos participantes. Prosseguindo aos trabalhos, o Presidente em exercício convidou para compor a Mesa o quarto grupo, composto pelo Sr. Leonam dos Santos Guimarães, Diretor Presidente Interino da Eletrobrás Eletronuclear, e pelo representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Nivaldo Dias Filho, Diretor da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, para prestarem esclarecimentos sobre a obra da Usina Termonuclear de Angra 3. Os palestrantes realizaram a apresentação fazendo uso de projetor de multimídia. O Sr. Nivaldo Dias Filho indicou as irregularidades apontadas pelo TCU. Às 20h30min, a Deputada Gorete Pereira (PR/CE) assumiu a direção dos trabalhos. O Sr. Leonam dos Santos Guimarães relatou medidas adotadas pela Eletrobrás para sanar as irregularidades. A Deputada Gorete Pereira fez questionamentos aos representantes do TCU e da Eletrobrás e obteve as devidas respostas. Finalizando, a Presidente em exercício encerrou o quarto grupo e agradeceu aos palestrantes. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, a Presidente em exercício, Deputada Gorete Pereira (PR/CE), membro do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, agradeceu o comparecimento dos representantes da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás, do Ministério da Integração Nacional, da Eletrobrás Eletronuclear, e ainda, dos representantes do Tribunal de Contas da União, bem como dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

parlamentares presentes, e encerrou a reunião. Antes porém, comunicou a realização de Reunião de Audiência Pública, no dia 30 de novembro, quinta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, para ouvir os representantes do Tribunal de Contas da União, do Ministério dos Transportes, do Ministério das Cidades, do Ministério do Esporte e do Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, para discutir os indícios de irregularidades graves (IGP) apontados pelo TCU, por solicitação do Senador Hélio José (PROS/DF), Coordenador do COI. Os trabalhos foram finalizados às vinte horas e quarenta e sete minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Hélio José,** Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, **no exercício da Presidência**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 29.11.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 9ª Reunião de Audiência Pública do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, solicitada por esse Comitê.

A Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018, prevê, no § 1º do art. 121, que a Comissão Mista poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou do desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves.

Por esse motivo, esta Comissão convocou esta audiência pública, com a finalidade de ouvir representantes dos órgãos gestores e do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves, a IGP, apontados pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 1.659/2017 - TCU/Plenário, sob a responsabilidade de diversos órgãos e entidades.

Ontem, dia 28 de novembro, ouvimos os seguintes órgãos: Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT; Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT.

Hoje, ouviremos os representantes da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ; da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia — HEMOBRÁS; do Ministério da Integração Nacional e da ELETROBRAS Eletronuclear.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que cada um dos palestrantes disporá de 10 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devem ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas.

Segundo o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas as réplicas e as tréplicas pelo mesmo prazo.

Neste momento, convido para compor a Mesa o representante da FIOCRUZ, Sr. Artur Roberto Couto, Assessor do Bio-Manguinhos, e o representante do TCU relativamente ao projeto, o Sr. Bruno Martinello Lima.

Além disso, já para ganhar tempo, gostaria de compor a Mesa com o Gerente de Administração da HEMOBRÁS, Gustavo Cavalcanti Simoni, e o representante do TCU, pedindo-lhes para que se sentem na primeira fila. *(Pausa.)* O representante do TCU também será o Sr. Bruno Martinello Lima. Sejam bem-vindos!

Após a área de saúde, vamos compor a segunda Mesa com os representantes do setor elétrico e do setor de infraestrutura, este representado pelo Ministério da Integração Nacional.

É com muita satisfação que recebi a indicação para coordenar e presidir o COI — Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades, tendo consciência de que, neste momento, podemos debater assuntos fundamentais, para que possamos dar ao País condições de bem desenvolver e liberar as obras que estão encaminhadas. Isso deve ser feito o mais brevemente possível, resultando no bônus de que a população brasileira tanto necessita. Assim, que sejam feitas as liberações e a correção das irregularidades que, porventura, tenham sido apontadas pelo nobre TCU.

Srs. Parlamentares, senhores convidados, em primeiro lugar, quero agradecer a todos a presença e dizer da nossa satisfação, da nossa honra em tê-los conosco, para ajudar-nos na missão de avaliar essas obras.

Antes de seguir com as etapas regimentais da audiência, queria dizer umas breves palavras de apresentação — e serão realmente muito breves, porque esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

audiência e a da manhã são verdadeiras maratonas. Por isso, precisamos iniciar logo os trabalhos.

Já fiz esta pequena apresentação na audiência de ontem, mas trato do assunto hoje também, em atenção aos convidados e aos Parlamentares que nos visitam pela primeira vez hoje.

Essas maratonas são reflexo da importância do trabalho que desenvolvemos aqui na Comissão de Orçamento, que verifica os indícios de problemas na condução de tantas obras e serviços.

Eu, como Presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura Nacional, como servidor público concursado da área — sou Analista de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão —, como Senador da República, não posso deixar de discutir, com toda a ênfase, com toda a tranquilidade, as correções necessárias para que sejam realizadas obras boas, obras perenes na nossa sociedade.

É um trabalho difícil e, muitas vezes, pouco compreendido e muito criticado, mas é essencial ao País. Quando tratamos da possibilidade de bloqueio da execução de obras, por meio de orçamento, estamos falando de ação preventiva, para evitar que o prejuízo vire fato consumado e o País tenha que pagar por aquilo que não é devido, ficando anos a fio para recuperar essa perda.

Que se evite também, nobre Deputada Laura Carneiro, que um projeto com problema se transforme num esqueleto inacabado ou cause um dano ambiental irreparável. Nós só fazemos isso quando comprovamos que o prejuízo que se evita agora é bem maior do que os enormes custos que tem uma paralisação.

São decisões difíceis, mas o histórico dos trabalhos mostra que muitos prejuízos foram evitados e várias mudanças positivas na gestão das obras públicas foram induzidas pelo rigor do Congresso Nacional na avaliação das obras.

Nos casos em que o Congresso ou o Executivo ignoraram os nossos avisos preventivos, o resultado foi de prejuízos milionários e de escândalos de corrupção, que ainda abalam a vida política e econômica do nosso País.

Diante desse quadro, as audiências têm um papel central. Aqui, os principais pontos da fiscalização do TCU são apresentados e debatidos; os argumentos sobre os prejuízos e a paralisação são apresentados; e as dúvidas dos Parlamentares são levantadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Existem casos em que as audiências chegam até a descobrir fatos novos que a própria fiscalização desconhecia. Por exemplo, ano passado, nós detectamos em uma audiência que as garantias oferecidas à PETROBRAS pelas empreiteiras, para cobrir o prejuízo já comprovado, não estavam sendo executadas como deveriam.

Nossa pauta hoje é muito variada em termos de setores. É especialmente importante a discussão de obras estratégicas da área de saúde, que são projetos cuja conclusão é uma grande preocupação desta Comissão. Precisamos ajudar a saúde pública deste País. Então, precisamos de vacinas e, consequentemente, que a HEMOBRÁS funcione de forma adequada.

Por isso, o TCU está aqui. E nós Parlamentares vamos estar aqui para colaborar para que isso avance.

Nós pedimos aos senhores que apontem as questões principais, quais os indícios mais graves e que sugerem estarmos diante de prejuízos que podem ser irrecuperáveis. Se esses indícios, na visão do gestor, não representam irregularidades, quais as razões para isso, então? Quais as razões existentes para que, mesmo com as irregularidades, a obra continue?

Nós vamos formular também as nossas próprias perguntas aos participantes sobre cada obra, enfatizando as dúvidas e os pontos principais da deliberação do nosso Comitê.

Enfim, hoje, temos muito esforço diante de nós. Eu reitero as nossas boas-vindas e os nossos agradecimentos aos presentes.

Vamos, então, dar início à audiência.

Como serão os trabalhos? O TCU vai expor a crítica. No caso aqui, quero sugerir, já que se trata de duas obras da área de saúde, que o TCU faça a crítica às duas obras. Primeiro, comece com a obra da FIOCRUZ e, depois, com a da HEMOBRÁS, na sequência de sua fala. Depois, ouviremos o representante da FIOCRUZ; em seguida, o representante da HEMOBRÁS.

Logo após, a palavra vai ser franqueada aos nobres Parlamentares, para que possam fazer seus questionamentos. A Mesa também vai fazer aqui algumas perguntas. Depois, os convidados retornam para as conclusões finais, começando pela FIOCRUZ, pela HEMOBRÁS, concluindo-se com o TCU, como foi feito ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o nobre e jovem representante do TCU, Bruno Martinello Lima, que tem, teoricamente, 10 minutos para cada uma das falas. Se o senhor conseguir sintetizá-las em 15 minutos, melhor para a Mesa, que aqui ganha 5 minutos.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Boa tarde. Cumprimento o Exmo. Senador Hélio José; os Exmos. Parlamentares aqui presentes e os colegas da Mesa, senhores representantes da FIOCRUZ e da HEMOBRÁS. Agradeço a oportunidade que é dada ao TCU de apresentar o resultado de seus trabalhos.

Dando início com a FIOCRUZ, peço licença para fazer minha exposição em pé.

(Segue-se exibição de imagens.)

Inicio fazendo referência à construção do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos, um empreendimento que está sendo executado no Município do Rio de Janeiro. É gerido pela Fundação Oswaldo Cruz, mais especificamente pelo Instituto Bio-Manguinhos, que é uma unidade técnico-científica da FIOCRUZ. Simplificando, trata-se de uma fábrica de vacinas, fármacos, entre outros produtos que o empreendimento se presta a produzir. A estimativa inicial da obra, em 2010, era de 800 milhões de reais. Tal valor foi para o PPA de 2012/2015. Estudos atuais apontam para um valor estimado de 3,4 bilhões de reais, cerca de quatro vezes a mais do que o valor inicial. E vou comentar um pouco mais sobre isso durante os achados.

O prazo de execução da obra é indefinido, porque ainda há questões do projeto executivo sendo detalhadas. Dos contratos que já estão em vigor, alguns foram executados em parte — projeto conceitual, projeto básico executivo, aquisição do terreno, terraplanagem, estaqueamento, equipamentos, entre outros contratos em vigor.

Quanto ao modelo de financiamento, há previsão de recursos de 800 milhões de reais já no PPA, mas, tendo em vista que o valor estimado do empreendimento aumentou, o modelo de financiamento do restante está indefinido, embora haja estudos sobre isso.

Adentrando, então, nas irregularidades, o TCU identificou quatro irregularidades graves. Por meio do seu Plenário, o TCU entendeu que a irregularidade primeira, a não comprovação da viabilidade econômica e financeira do empreendimento, se enquadra como IGP, com recomendação de paralisação. Mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

devido às questões sociais, econômicas e financeiras que permeiam o empreendimento, o TCU a reclassificou para IGC, o que não prejudica a continuidade do empreendimento.

O que nós encontramos acerca desse achado? Ainda em 2010, houve a decisão de se construir o empreendimento em tela. Em 2011, começaram a ser feitas as contratações dos projetos. Em 2012, houve a alocação da previsão dos recursos no PPA. Em 2014, foi feita a aquisição de alguns equipamentos e a discussão do modelo de financiamento, que seria complementar — *built to suit*. Em 2015, houve a execução de terraplanagem e o estaqueamento. Somente ao final de 2015, houve a contratação de um estudo de viabilidade técnico-econômica para o empreendimento.

O estudo era para ter sido feito lá atrás, antes de ser tomada uma decisão. Passaram-se 5 anos antes que ele tivesse sido feito. E o TCU entendeu que a demora nesse estudo foi uma falha grave de planejamento.

O projeto executivo deficiente está atrelado ao achado anterior. Da mesma forma, o Tribunal entendeu que era razão para reclassificar a obra como IGC, devido às questões sociais e econômicas, como já mencionei.

As irregularidades foram relacionadas basicamente a deficiências no orçamento da obra; à ausência de composição de custos unitários; a serviços sem detalhamento de quantitativos, ou seja, definidos com unidade verba; ao BDI único para materiais e serviços; e à falta de referência ao SINAPI.

Essas questões relativas ao orçamento impedem que se tenha precisão do valor estimado da obra, como eu apontei lá atrás. Então, diante desse contexto, o TCU também entendeu que essa é uma irregularidade grave.

O terceiro achado foi a execução de etapas da obra, como a aquisição de equipamentos em desconformidade com o cronograma. No caso aqui, entendeu-se que foram antecipadas algumas etapas, precisamente em relação à aquisição de alguns equipamentos, que foram feitos mesmo antes do início das obras civis, sem que se tivesse um projeto executivo completo, sem a contratação e o modelo de financiamento dessas obras, razão pela qual alguns equipamentos podem vir a perder garantia, ficar obsoletos. Isso tem custo de manutenção.

O TCU entende que o fluxo normal do estudo de viabilidade, primeiro; depois, a realização do projeto básico; e, aí, sim, o detalhamento no executivo das obras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em paralelo eventualmente com aquisições, foi subvertido. Assim, no primeiro projeto básico, houve aquisições antes do início das obras e do detalhamento dos estudos de viabilidade do projeto executivo.

Por fim, o TCU entendeu que esse último achado é, sim, motivo para paralisação da obra — IGP —, que é a contratação irregular de fundação de apoio como intermediária. O Instituto Bio-Manguinhos estava se valendo de sua condição de fundação de apoio da FIOCRUZ, na verdade, para fazer subcontratações dos projetos, para projeto conceitual, executivo. Há um possível dano, na visão do Tribunal, de 4,2 milhões de reais, além de ausência de correlação entre o objeto contratado, na que estaria a ilegalidade, e atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional.

É o Acórdão nº 2.008, de 2017, do Plenário da Corte, da sessão de 13 de setembro. O Relator é o Ministro Benjamin Zymler. Como medida corretiva, foi deliberada a anulação do Contrato nº 70, de 2016, para ser retirada a chancela de IGP na visão do Tribunal.

Passo a tratar agora da HEMOBRÁS. A fábrica da empresa está sendo construída na cidade de Goiana, em Pernambuco. É gerida pela Empresa Brasileira de Hemoderivados, vinculada ao Ministério da Saúde. O contrato que estava vigorando era o de nº 2, de 2011, para o qual foi dada a IGP. O valor do contrato atualizado é de 373 milhões de reais.

Essa IGP foi dada no ano passado ainda. Nós estivemos aqui para falar sobre ela no ano passado, por meio do Acórdão nº 2.958, de 2016, do Plenário do TCU. E o que encontramos, ainda em 2016? Foram pagamentos de medições em desacordo com os critérios definidos. Houve a inversão de cronograma, critérios inadequados para recebimento dos bens ou que não estavam previstos no contrato; ou, de modo diferente, quantitativos que não estavam previstos e foram executados, assim como serviços com qualidade deficiente que foram recebidos indevidamente. Além dessas irregularidades, houve um grande atraso no empreendimento, não se trata de um mero atraso.

À época da fiscalização, em 2016, havia 70% de execução financeira, não se sabe se física, porque houve diversas questões relativas a adiantamento de pagamentos e a serviços que estavam sendo questionados. Por isso, certamente, a execução física era menor do que isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Era uma obra prevista para ser concluída em 2013, mas, em 2016, ela ainda estava com 70% de execução financeira. Pelo ritmo que vinha sendo executada, a projeção de conclusão seria 2023.

A última irregularidade era com relação aos termos aditivos e à planilha orçamentária, que não refletiam os serviços necessários para a conclusão da obra. Havia diversos serviços previstos e que não estavam abarcados no contrato. Eles não estavam fazendo a formalização por termos aditivos, executando esses serviços à margem da planilha contratada.

O acórdão que ratificou a IGP é o Acórdão nº 145, de 2017, também do Plenário do TCU. Data da sessão: 1º de fevereiro de 2017. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

A primeira medida corretiva já foi adotada pela HEMOBRÁS, que era não prorrogar a vigência desse contrato. Se não me engano, o prazo encerrou-se no final do ano passado e o contrato não foi prorrogado. Então, o Tribunal deu um prazo para a HEMOBRÁS tomar algumas medidas com relação a esse contrato. A IGP não está no empreendimento, mas, sim, nesse contrato, que já está com sua vigência expirada.

A medida corretiva foi instaurar e concluir processo administrativo para apurar e quantificar possíveis prejuízos advindos dessas irregularidades narradas e apresentar os procedimentos para o ressarcimento ao Erário.

Essa é a nossa visão a respeito desses dois empreendimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradeço ao Sr. Bruno Martinello. Parabéns pela apresentação.

Concedo a palavra ao Sr. Artur Roberto Couto, da FIOCRUZ, para fazer sua apresentação. O senhor tem até 10 minutos para contestar, para dizer o que for necessário, a fim de dar uma visão importante ao Brasil de como é a FIOCRUZ.

Se Deus quiser, nós vamos dar continuidade a essa obra tão importante como centro de distribuição de vacinas.

O SR. ARTUR ROBERTO COUTO - Quero cumprimentar o Senador Hélio José**,** o Gustavo, o Bruno e os Deputados presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós temos acompanhado o assunto por meio de nosso Vice-Presidente de Produção, Dr. Marco Krieger, de nosso chefe de gabinete e também do ex-Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional Pedro Barbosa.

Encontram-se aqui presentes um representante da Fundação Getúlio Vargas, que nos ajudou e vem nos apoiando nos estudos de viabilidade econômica, desde 2010, e também o representante Álvaro, do escritório Jacoby, que vem nos apoiando como modelo jurídico.

Vou fazer a apresentação do projeto e focar nos quatro pontos tratados pelo TCU. Acho importante passar uma visão geral da FIOCRUZ, sobre o projeto e o que nós estamos fazendo, porque esta é uma oportunidade interessante e vale a pena, mas vou procurar fazê-lo dentro dos 10 minutos.

(Segue-se exibição de imagens.)

O empreendimento de que nós estamos falando é o Novo Centro de Processamento Final de Bio-Manguinhos, que está localizado em Santa Cruz. Esse Centro vem, principalmente, para atender a uma demanda dos órgãos regulatórios, já que as nossas plantas atuais não estão em conformidade, mas elas estão sendo questionadas por alguns órgãos regulatórios. Então, nós fomos instados a buscar um novo centro, onde nós pudéssemos fazer a produção de nossas vacinas, de nossos biofármacos. Desse Centro, portanto, é que nós estaremos falando.

Esta é uma visão atual de como ele está hoje. Nós já fizemos, dos recursos que nós recebemos, via PPA, toda a parte de terraplanagem, estaqueamento. A obra está em pleno andamento. Nós estamos trabalhando com ela. Depois eu vou mostrar as etapas já concluídas desse projeto.

Neste eslaide apresento, de forma muito rápida, a nossa missão, a nossa visão e os nossos valores. Eu vou deixar a apresentação aqui para ser consultada depois pelos senhores

Aqui é o Bio-Manguinhos em números. É importante apresentá-los para os senhores. O Bio-Manguinhos é da FIOCRUZ. A FIOCRUZ hoje tem 13 mil funcionários e o Bio-Manguinhos, em torno de 1.600 funcionários. É um grupo qualificado, com 99 doutores, 220 mestres e 354 pós-graduados. Hoje, temos no nosso portfólio 10 vacinas, 15 reativos e 5 biofármacos. Trabalhamos numa área de aproximadamente 74 mil metros quadrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O nosso portfólio é composto de 10 de vacinas. Vale ressaltar que essas vacinas significam hoje quase 60% de todas as vacinas utilizadas no Programa Nacional de Imunizações. Temos um portfólio com 15 reativos para diagnóstico, também para atender às necessidades do Ministério da Saúde, e 5 biofármacos. É aí que começam os nossos problemas. Dada a demanda do Ministério da Saúde para atender às necessidades de várias Secretarias, a nossa planta hoje não a comporta mais e aí nós temos que buscar uma nova instalação.

Também atuamos no mercado internacional. Como nós somos o maior produtor de vacinas de febre amarela no mundo, nós atuamos no mercado internacional. Exportamos hoje para 74 países, principalmente para a África. Estamos atendendo diversos países.

Este aqui é o Novo Centro, onde vou tentar me ater. Esse centro, o que ele significa?

O terreno é de aproximadamente 580 mil metros quadrados em Santa Cruz, como eu disse. Esse Centro vai gerar em torno de 1.500 empregos quando estiver em plena operação. E, no momento de construção, nós estimamos que teremos, pelo menos, 5 mil postos de trabalho. Não só é um empreendimento importante para o País, como também para o Rio de Janeiro. A área construída será de 216 mil metros quadrados e o investimento total, como já foi mencionado aqui pelo Bruno, é estimado em 3,4 bilhões de reais. Só foi possível chegar a esse número depois que nós terminamos o nosso projeto executivo. E aí eu vou mostrar mais na frente como nós chegamos lá.

Quais foram as motivações que nós tivemos para fazer esse Centro?

Primeiro, como eu disse anteriormente, era necessário fazer a expansão da nossa atividade de produção. Hoje, onde estamos, não temos condições de produzir. Então, para aumentar a capacidade de produção, precisamos fazer esse Centro. Hoje não estamos em conformidade com os controles adicionais exigidos hoje pela ANVISA, FDA e EMA.

Temos necessidade de aumento de capacidade para atender às necessidades do Ministério da Saúde, com maior segurança operacional e, obviamente, menor custo de produção, além de flexibilidade na capacitação para expansões futuras.

Nesse projeto, o que fizemos até o momento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós já temos toda a modelagem econômica e jurídica. E aí, quando é apontado no Achado do TCU que essa modelagem não estava pronta, realmente, não estava. Depois que foi feita a inspeção, nós estamos trabalhando para responder ao TCU, dentro do prazo nosso, que é até o dia 4 de dezembro, com todas essas informações. Então, a modelagem jurídico-econômica está concluída.

A estruturação do *built to suit* é feita com o apoio do escritório Jacoby e com a FGF, e também já está concluída.

Nós temos o projeto básico e o projeto executivo concluídos. E, aí, entra mais uma informação. O projeto executivo, embora estivesse pronto, nós não podíamos apresentar o Capex da forma como a empresa americana que fez o projeto nos apresentou. Ele não seguia o que manda a Lei nº 8.666. Então, isso voltou para ele e nós terminamos o projeto, em 2016, com alguns detalhes para serem terminados, e o Capex não estava em acordo. Por isso, nós não aceitamos e pedimos que ele entregasse. Mas hoje temos o Capex totalmente pronto e conforme manda a lei.

Inventário florístico, licença ambiental, licença prévia, terraplanagem de primeira fase, sondagem, estaqueamento, prova de cargas, todas essas são etapas concluídas no projeto e estão em pleno andamento.

Linhas de equipamento. vou mostrar mais à frente por que nós fizemos isso, as aquisições das linhas de Várzea. Eu estou falando de grandes linhas de produção. Não são equipamentos de prateleiras, são equipamentos de produção que você não encontra, então, você precisa ter uma definição. Isso, nós tínhamos que definir e comprar.

Algumas etapas ainda estão em andamento: a submissão do projeto para a ANVISA — que o vem acompanhando, mas ela, em algum momento, vai ter que dar o o.k. —, a terraplanagem de segunda fase, a aquisição de isoladores, o edital para a chamada pública, que nós pretendemos colocar, no início do ano, já para modelo BTS. Já estamos com o edital, mas sob análise. É o edital para a contratação do investidor. E, neste momento, estamos trabalhando com a contratação dos blocos e cintas, para podermos fazer a última etapa dentro do PPA, como nós tínhamos previsto.

Nos Achados do TCU, o que nós temos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

No primeiro Achado, o TCU determina: *"Definir e detalhar o modelo de financiamento do empreendimento (se privado, público ou misto), pontuando, se for o caso, os direitos e obrigações do parceiro privado e do ente público (..)".*

O modelo com que estamos trabalhando é misto, já que nós temos dinheiro do PPA e nós estamos trabalhando com BTS para captar recursos de investidor para fazer essa obra.

Esse modelo está definido. Então, nós temos aqui: o modelo de contratação, que será uma licitação internacional, dentro do modelo de RDC com menor pagamento mensal. É um contrato de locação por construção ajustada em que o investidor privado terá que nos disponibilizar os recursos para poder construir o empreendimento, contratar a execução da obra e entregar o Novo Centro para o Bio-Manguinhos, e receber obviamente a amortização deferida no tempo.

Eu estou fazendo um resumo, mas esse trabalho vai ser entregue completo para o TCU dentro do prazo que nós estabelecemos.

E qual seria a obrigação do Bio-Manguinhos? Ceder o terreno, adquirir e instalar os equipamentos de produção, receber e operar o Novo Centro, que passa a ser obrigação nossa, e obviamente pagar a amortização diferida no tempo.

Esse cronograma que nós estamos estabelecendo, então, é o cronograma da obra. É o que indica que nós concluímos os projetos, EVTE e a modelagem agora, ainda no segundo semestre de 2017. Pretendemos começar a consulta pública da licitação no primeiro semestre de 2018. E aí tem todo o cronograma de construção, com todas as estratégias, inclusive com desembolso. Novamente digo que estou fazendo um resumo do que será apresentado. Mas esse é o cronograma do empreendimento conforme nós estamos trabalhando.

Contratação e modelo de financiamento — locação por construção ajustada. Ele é adequado para esse projeto por quê? Porque é um modelo internacionalmente consagrado para o tipo de negócio que se pretende construir, uma unidade fabril específica, sob medida, com diluição do custo de investimento em longo prazo.

Por que nós estamos fazendo isso, optamos por esse modelo e discutimos com o Ministro Benjamin Zymler?

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Peço que conclua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ARTUR ROBERTO COUTO - Sr. Presidente, eu vou precisar de mais uns 5 minutos para fechar.

Com a dificuldade de financiamento público, nós tínhamos que buscar um caminho, esse é um caminho que já está consagrado e aprovado por lei e hoje já existem alguns investimentos trabalhando com isso.

Outro achado do TCU é a conclusão do estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira para a implantação do novo CPFI. Aqui vale mais uma ressalva. O primeiro estudo que nós fizemos foi em 2010, quando nós estávamos trabalhando para a empresa pública Bio-Manguinhos. Nós fizemos um estudo que contemplava todos os investimos do Bio-Manguinhos e investimentos futuros, com a ajuda da FGV. Fizemos uma reavaliação desse estudo, em 2015, já com mais dados sobre esse empreendimento. E agora nós concluímos a revisão, em 2017, considerando todo o Bio-Manguinhos.

Qual era o ponto que o TCU colocava para nós? Que nós tínhamos que ter um estudo de viabilidade, que eles chamam de *greenfield*, ou seja, do campo. E nós achamos que não, porque não é uma planta separada, é uma planta que faz parte do conjunto de Bio-Manguinhos. Esse era o questionamento.

Mas o estudo de viabilidade está concluído e nós o temos aqui. Digo novamente que é um resumo, mas ele já mostra aqui, desde 2005, a nossa receita bruta. E aí tem um traço onde demonstramos, a partir da introdução do novo CPFI, como elevar o faturamento e, aí sim, nós podemos arcar com os custos do empreendimento com o pagamento do aluguel. Esse estudo está concluído e também será entregue ao TCU.

O TCU também coloca que nós somos muito dependentes das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo — PDP. Nesse estudo nós mostramos que as PDP são importantes e vão continuar sendo importantes para nós, mas elas não representam, em termos de receita, grandes coisas para nós. Elas representam hoje 12%, e pode ser que suba essa participação, mas não impacta significativamente no nosso resultado, porque nós temos hoje vacinas e biofármacos que já deram resultados. Então, não somos dependentes das PDP, nós as colocamos aqui porque foi um achado do TCU.

Outro ponto que o TCU coloca é em relação ao Capex. Como eu disse anteriormente, nós não tínhamos como aperfeiçoar o Capex, porque ele estava em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desacordo com o que diz a lei. Hoje esse Capex está concluído, nós o temos pronto e vamos entregá-lo também dentro do prazo. Ele contempla todo o projeto executivo, com todos os dados. Nós temos de todos os prédios que compõem esse complexo o novo CPFI, e vamos entregar para os senhores. Ele demonstra o custo, prédio por prédio, conforme manda a lei, e o valor de captação que nós vamos buscar no mercado, que é 2,4 milhões de reais.

Foi apontado, pelo TCU, o IGP. A FIOTEC, que é a nossa fundação de direito privado, está nos apoiando nesse empreendimento. Na realidade, nós estamos falando de um investimento de 3,4 bilhões de reais, e o nosso contrato com a FIOTEC é de 49 milhões — o Contrato nº 70/2016, que está apontado. Se nós considerarmos esses 49 milhões em cima dos dois PPA que nós recebemos, estaremos falando de 3,75%. Se nós o considerarmos em cima do empreendimento como um todo, isso significará 0,001%. Não é uma parcela significativa.

Entendemos o que o TCU coloca, mas vejam que não se trata de uma parcela significativa o empreendimento de que nós estamos falando. Na realidade, o desembolso que nós fizemos para o Contrato nº 70/2016 está em torno de 13 milhões de reais até o momento. O que nós pagamos como despesa administrativa à FIOTEC foi algo em torno de 810 mil reais.

Esse é o histórico que nós vamos apresentar. Nós já mandamos para o TCU a resposta sobre isso, que foi apontado como IGP. Nós demos prioridade a ele e o encaminhamos.

Esses serviços que nós contratamos, e para os quais pedimos apoio à FIOTEC, são de estruturação da equipe de engenheiros, acompanhamento do empreendimento, montagem do canteiro de obras, parte de consultoria e certificação de LEED, serviços de despachante para liberação de licenças de obras, entre outras coisas que esse contrato está ajudando a fazer nesse empreendimento.

Aquisição das grandes linhas de equipamentos. Como foi colocado para o TCU — e por isso eu quis trazer aqui apenas umas fotografias —, do que nós estamos falando na realidade? Isso foi uma precondição colocada pela empresa que fez o projeto, a IPS, uma empresa americana. Ela disse: *"Se você não definir os equipamentos que vão entrar nessa planta, eu não poderei fechar o projeto executivo".* Quem conhece um projeto executivo sabe que ele tem que ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

detalhamento de tudo o que vai caber ali dentro. Infelizmente, no serviço público, nós não podemos definir nenhum equipamento a não ser através de uma compra.

Então, o primeiro processo de compra foi feito para termos os projetos, e não para termos o equipamento. Mas de que equipamentos nós estamos falando? Nós estamos falando dessas linhas. Esta aqui é uma fotografia de um liofilizador. São oito os liofilizadores. A entrega desses equipamentos ocorre em 30 meses. Esses não são equipamentos que você vai ter no dia seguinte. Nós estamos falando de equipamentos de 63 toneladas. Então, se esses equipamentos não estiverem definidos previamente, para se poder fechar o projeto executivo, não há projeto executivo.

Na imagem, essa é uma das linhas e, a seguir, outra. Os senhores vejam que o tamanho dele é exatamente esse. Vejam o número de pessoas que têm que acompanhar sistematicamente os equipamentos.

Esta é outra linha que nós temos. Há quatro linhas de envase, linhas que vão demorar 36 meses para ser entregues. Nós estamos falando de 158 metros quadrados de caixas que vão vir para cá para carregar esse equipamento e de 38 toneladas de equipamentos.

Então, esses não são equipamentos simples que nós poderíamos comprar depois da obra. Isso não existe. Fazer isso comprometeria todo o nosso trabalho perante nosso investidor. Depois que o investidor concluir, nós temos um prazo de carência para poder pagar os aluguéis. Então, nós temos que ter isso definido e instalado na obra.

Portanto, essa foi a motivação para que nós cobrássemos esse valor.

Aqui estão algumas fotografias. Eu já ultrapassei meu tempo.

Como nós dizemos sempre, o nosso trabalho não é importante só para o Bio-Manguinhos, para a FIOCRUZ, mas para toda a sociedade, para o mundo. Assim, dizemos que há sempre um pouco de Bio-Manguinhos em cada brasileiro. Aqui, com certeza, todos têm um pouco de Bio-Manguinhos dentro de vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Obrigado, Sr. Artur.

Vou fazer duas perguntas da Mesa.

Convido o nobre Deputado Jorge Solla a presidir a reunião, porque eu tenho que ir até a Frente Parlamentar em Defesa da ELETRONORTE. Ele vai presidir os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhos, fazer as perguntas dele e passar a palavra para o representante do TCU e para o representante do Bio-Manguinhos, para que façam as suas considerações finais. Depois, a discussão seguinte será sobre a questão da HEMOBRÁS, quando já deverei ter terminado minha fala lá e terei retornado. Está certo, Deputado Jorge?

Nosso nobre Deputado Jorge Solla foi SAS — Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. Ele é profundo conhecedor da área, médico, Prefeito e com certeza tem muito a colaborar aqui no debate com relação a essa questão da saúde.

Nobre Sr. Artur e nobre Sr. Bruno, em nome do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, eu quero dizer que esse empreendimento é da maior importância para o País, daí a nossa preocupação com os problemas maiores de gestão do projeto que foram suscitados pela auditoria.

Segundo entendemos do relatório, do ponto de vista técnico a obra não tem projeto executivo pronto, nem orçamento, nem forma de construção — construção direta ou BTS — definida para uma parte importante das instalações. Do ponto de vista da viabilidade econômica de uma operação tão complexa, não conseguimos enxergar se a FIOCRUZ tem um projeto claro: se tem um modelo institucional de operação; se vai funcionar como uma empresa independente; se vai operar dentro da atual Fundação; se tem claro quais são os clientes para os quais vai destinar cada parcela da produção.

Vou formular as questões ao representante da FIOCRUZ, mas peço que o representante do TCU faça depois os comentários pertinentes a partir das informações e das avaliações obtidas nos trabalhos de fiscalização.

Passo a ler as minhas questões, que são, na verdade, questões do COI.

“Quanto ao contrato com a Fundação de Apoio, o que é que se faz por esse contrato que não se poderia obter em uma licitação normal junto a fornecedores de mercado? Qual é o estado exato do projeto executivo e do orçamento da obra no dia de hoje? Qual é o estado exato do estudo de viabilidade econômica hoje?”

Caso esse estudo esteja concluído, peço que descrevam o cenário, ou cenários concretos do projeto, principalmente no que se refere a três pontos: estrutura institucional da operação — empresa, autarquia, PPP, ou outra —; composição da produção — quanto de cada linha iria para exportação comercial e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quanto para a política de saúde —; e relações financeiras com o Orçamento da União quando de sua fase de exploração.

Quanto aos contratos de fornecimento de equipamentos já em andamento, peço que esclareça, para cada um deles, por que teria de ser executado antes da conclusão das obras de edificação.

Por fim, peço que esclareça para que etapas concretas do cronograma de obras ou serviços a FIOCRUZ prevê destinar os recursos orçamentários do projeto no ano de 2018.

Sei que são perguntas muito complexas e eu não tenho aqui, Artur, nenhuma necessidade objetiva de que você responda a tudo aqui. Faça as considerações que achar possível. Mas eu gostaria — até para poder colaborar em tudo que eu puder para que essa obra continue, porque é uma obra importantíssima para o nosso País e eu tenho consciência da importância da FIOCRUZ — que fossem encaminhadas ao meu gabinete o mais breve possível respostas concretas a essas perguntas que vou deixar com V.Sa.

Peço ao representante do TCU que também faça consideração, porque, pela relevância dessa obra, tudo o que eu puder fazer para colaborar para que ela continue eu vou fazer. No entanto, nós temos que ter dados concretos e objetivos para sanar as questões aqui colocadas pelo TCU, para encaminharmos com tranquilidade.

Então, eu queria que a assessoria tirasse cópias dessas perguntas para eu poder passá-las ao Sr. Artur e ao Sr. Bruno.

Chamo o nobre Deputado Jorge Solla para presidir o COI enquanto eu vou à Frente Parlamentar em Defesa da ELETRONORTE.

O nobre Deputado Jorge Solla é médico, profundo conhecedor da área, sabe da importância desse setor, sabe da importância da infraestrutura. Ele vai presidir e fazer suas perguntas. Os nobres Deputados que quiserem fazer perguntas poderão fazê-las. Depois serão ouvidas as considerações do Sr. Artur e do Sr. Bruno.

Obrigado, Deputado Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Solla) - Boa tarde a todos.

Agradeço ao Senador Hélio José, que nos convidou para substituí-lo provisoriamente enquanto vai a outra Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu já vou aproveitar para trazer alguns questionamentos que gostaria de fazer. A quem não nos acompanhou informo que, mais cedo, na reunião da Comissão Mista de Orçamento, estava na pauta o Aviso nº 21, do Tribunal de Contas da União, relacionado ao tema do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos.

No debate em questão, foi trazida, pelo Relator, Deputado Hildo Rocha, a proposição de que não se afigura prudente prejulgar emergencialmente a partir dos poucos elementos ora disponíveis e da necessidade de paralisação, que foi afastada, também emergencialmente, pelo próprio TCU.

O primeiro questionamento, Sr. Bruno, que eu queria fazer é se confere essa recomendação, ou seja, se a indicação do TCU é de que não deve haver neste momento nenhuma recomendação de paralisação desse projeto frente à insuficiência de elementos para uma decisão dessa natureza.

Por outro lado, há um questionamento, referente ao mesmo aviso, acerca do contrato da FIOCRUZ com a Fundação de Apoio FIOTEC. Nesse contrato, segundo o Tribunal de Contas, haveria a evidência, a necessidade e a conveniência de um bloqueio imediato do Contrato nº 70, de 2016. O Contrato nº 23, de 2011, com natureza semelhante, já teria sido 100% executado. E o Contrato nº 70/2016 teria recebido a recomendação de bloqueio diante da constatação de que a FIOCRUZ teria total viabilidade de realizar o gerenciamento das obras sem a intermediação da FIOTEC, ou seja, o TCU considera que seria completamente desnecessária essa intermediação da FIOTEC.

Então, eu gostaria de ter essa confirmação do Tribunal de Contas da União. E do Sr. Artur, representante do Bio-Manguinhos, eu também queria saber se concorda que não há necessidade de nenhuma outra intermediação, da FIOTEC ou de qualquer outra instituição, e que a FIOCRUZ teria total autonomia e condições técnicas para viabilizar o gerenciamento desse projeto.

Na verdade, quando se fala em obra, entendo que talvez o melhor termo seja projeto, porque inclui obras, equipamentos, modelo de operação, etc. É mais do que obra física o que está em questão.

Pela apresentação dos representantes do Tribunal e da FIOCRUZ, fica claro que se trata de um projeto arrojado, ousado, um projeto que buscou inclusive uma saída no âmbito legal, pelo que foi apresentado aqui, mas eu diria que pouco usual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nos marcos da nossa gestão pública tão conservadora, e, geralmente, nas opções que são utilizadas.

Essas são as primeiras observações que eu gostaria de fazer.

Só para concluir esse tema, digo que a recomendação do Relator seria a seguinte: suspender este contrato, com vistas a aprimorá-lo, ou buscar alternativa, em vez de bloquear a execução física, orçamentária e financeira do Contrato nº 70, de 2016.

Então, eu queria ouvir a posição também dos senhores acerca dessa questão.

O assunto não é exatamente este, mas, como eu não posso perder esta oportunidade, já que temos, há alguns meses, um debate nesta Casa acerca da condução do Ministério da Saúde e da FIOCRUZ sobre a produção pública de medicamentos, eu gostaria de ouvir a posição do Sr. Bruno e do Sr. Artur — nós fizemos inclusive uma denúncia ao Tribunal de Contas — acerca da produção da alfaepoetina.

A alfaepoetina é fruto de transferência tecnológica iniciada em 2004. A produção nacionalizada, com exceção do Ingrediente Farmacêutico Ativo — IFA, já vem acontecendo e sendo fornecida há alguns anos. A fábrica do IFA foi entregue pelo Ministro em dezembro do ano passado. Para surpresa nossa e de outros aqui nesta Casa, o Ministério fez uma compra emergencial, quando havia estoque desse medicamento na FIOCRUZ — estou falando bem resumidamente para não tomar muito tempo —, e nós fizemos uma denúncia ao Tribunal de Contas.

Eu queria aproveitar, Bruno, para parabenizar o Tribunal de Contas, porque essa denúncia gerou uma representação com pedido de medida cautelar. O Tribunal de Contas tomou essa decisão em 23 de agosto e determinou que o Ministério da Saúde não poderia deixar de adquirir a alfaepoetina de Bio-Manguinhos, salvo se Bio-Manguinhos não tivesse capacidade de entregar o quantitativo necessário que pudesse gerar um desabastecimento. Esta foi a única hipótese colocada.

Para nossa surpresa, o Ministério da Saúde, que antes já havia cometido o absurdo de fazer uma compra emergencial de um quantitativo idêntico ao saldo de produtos em estoque na FIOCRUZ, que é do próprio Ministério, soltou um edital, descumprindo a decisão do Tribunal de Contas da União, e, ontem, dia 28 de novembro, concluiu o registro de preço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vou dar um prêmio para quem adivinhar qual foi a empresa que ganhou o registro de preço! Quem ganhou o registro de preço foi a mesma farmacêutica da compra emergencial, a Blau, que é a mesma da compra emergencial da ribavirina, que foi feita com 3.000% de ágio em cima do preço de produção da FIOCRUZ.

Então, foi feito esse registro de preço, pouco quantitativo, suficiente para abastecer o Brasil por um ano inteiro. Ou seja, estão dizendo que vai ficar parada a fábrica de Bio-Manguinhos — que, pelas informações da FIOCRUZ, é a maior fábrica de medicamentos biológicos da América Latina e depende desse produto para funcionar. Caso contrário, hoje ela não tem como entrar em operação imediatamente com outros produtos.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para ouvir do representante do Tribunal de Contas que procedimento deve ser adotado quando o Tribunal de Contas toma uma decisão dessa natureza e o Ministério a descumpre. Pode ser imputada a responsabilidade ao Ministro? Como isso se desdobra em novos procedimentos? E gostaria de saber da FIOCRUZ se ela foi consultada, se havia impossibilidade de alguma natureza para entregar o produto.

Chamo a atenção dos senhores também para o seguinte. No mês de novembro deste ano, no dia 13, quando saiu essa matéria, já tinha havido uma recomendação do Tribunal de Contas para que o mesmo procedimento acontecesse — e aqui está o representante da HEMOBRÁS —, para que o mesmo procedimento fosse adotado em relação aos produtos que a HEMOBRÁS disponibiliza para tratamento de hemofilia e outras necessidades de hemoderivados. O Ministério também descumpriu a recomendação e fez o pregão à revelia da decisão do Tribunal de Contas da União. Felizmente, a 3ª Vara Federal de Pernambuco, no dia 13 de novembro, determinou a anulação do pregão para compra de hemoderivados, determinando que o Ministério formalizasse o pedido de aquisição de produtos na HEMOBRÁS.

Eu sei o que o senhor ainda não foi convidado a falar, mas, se puder, gostaria que confirmasse se a situação que aconteceu com a FIOCRUZ guarda semelhança com o que parece que aconteceu com a HEMOBRÁS.

Antes, vou passar a palavra para o Sr. Bruno.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Recapitulando, então, as perguntas, primeiramente, é bom fazer uma ressalva. O que S.Exa. trouxe faz sentido, porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tribunal não recomendou a paralisação do empreendimento. Essa informação procede. Devido a questões sociais, econômicas e financeiras, mesmo se enquadrando em irregularidades graves, com indicação de paralisação, o TCU entendeu que era o caso de não paralisar o empreendimento. Então, ela ficou classificada como irregularidade grave, situação em que pode ser continuado o empreendimento.

No caso específico do Contrato nº 70/2016, aí, sim, houve a indicação de paralisação desse contrato. O bloqueio foi só com relação ao Contrato nº 70/2016. Então, o impacto atinge somente esse termo.

Quanto à questão de que os serviços poderiam ser feitos pela própria FIOCRUZ, não via Fundação de Apoio, o TCU entendeu que, sim, esses serviços poderiam ser feitos pela própria FIOCRUZ. Além disso, há uma questão não só de a equipe que fez a fiscalização ter entendido que a Fundação de Apoio estava sendo uma intermediária, digamos, para fazer os contratos dos projetos, como também a de que havia uma ilegalidade por não haver arcabouço jurídico para que fossem feitos esses contratos via Fundação de Apoio. Então, não se trata só de ela ser necessária ou desnecessária, há aí também uma questão legal envolvida.

Acredito que os dois primeiros pontos foram respondidos. Com relação à denúncia a respeito da compra desse produto pelo Ministério da Saúde, mesmo com a determinação do Tribunal, digo que o Tribunal é dividido em secretarias especializadas em temas. No caso, existe a Secretaria de Controle Externo da Saúde, que responde por esse assunto. Certamente, vamos levar ao conhecimento deles esse registro de preço, para eles adotarem as medidas competentes possíveis, apurar eventuais responsabilidades, caso tenha havido ilegalidades.

Nesse caso, nós nos comprometemos a levar para eles e trazer uma resposta para os Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Solla) - Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Artur.

O SR. ARTUR ROBERTO COUTO - Primeiramente, eu gostaria de dizer que às colocações feitas pelo Senador eu não vejo problema em responder. Pelo contrário, porque essa resposta vem sendo elaborada e estava sendo encaminhada até a data limite que foi dada: 4 de dezembro. Nós responderemos a todas — não há problema —, porque o estudo de viabilidade, como eu disse anteriormente, está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concluído, e o projeto executivo está concluído. Todas as partes que foram apontadas pelo TCU estão concluídas ou estão sendo esclarecidas. Então, eu não vejo muito problema quanto a isso. Acho que isso é fácil de entender e compreender, dada a resposta que nós já fizemos.

Quanto à acusação relativa à fundação de apoio, dizer que não é necessária, que nós não poderíamos fazer, talvez não seja verdade. Qualquer instituição pública pode fazer isso.

O que nós buscamos é o entendimento que nós precisamos que o TCU tenha de que, quando se fala de empreendimento da monta de que nós estamos falando e que nós precisamos de agilidade e que qualquer prazo e tempo que se perde significa prejuízo para o próprio empreendimento, algumas ações são muito complicadas de fazer via o próprio serviço público. Fazer isso é uma dificuldade, infelizmente.

Para se conseguir uma licença de obra no Rio de Janeiro... Quem faz qualquer obra no Rio de Janeiro sabe da dificuldade que tem para isso. E não é com o processo normal de contratação de alguém para fazer isso que você vai conseguir uma licença. É possível que o seu empreendimento fique parado.

Então, há algumas ações necessárias. É importante ressaltar que o que nós levamos para a Fundação de Apoio são aquelas ações que nós julgamos que são importantes para o projeto, que não vão causar dificuldade e que não têm significado relevante em termos de valores. Isso que nós estamos fazendo serve para agilizar o empreendimento e minimizar qualquer prejuízo.

Não vou dizer que isso não pode ser feito. Pode. Eu não sei em qual tempo. A questão é avaliarmos a questão de tempo e de recursos. O problema de fundação de apoio é que pode ser questionada, mas qualquer atividade que qualquer fundação de apoio faça neste País pode ser feita por qualquer órgão. Não tenho dúvida disso. O que se busca com as fundações de apoio é agilizar alguns processos. É o que nós buscamos também.

Nós estamos explicando, estamos respondendo nessa linha. Se o TCU entender que não temos que fazer, vamos acatar a determinação, como sempre fizemos. Vamos acatar todas as recomendações do TCU, não vamos ficar brigando.

Mas eu acho que ela é importante, dado o empreendimento de que nós estamos falando. Nós estamos falando de um empreendimento de 3,4 bilhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reais. Então, em alguns momentos, a autarquia — infelizmente, nós somos uma autarquia — não tem a velocidade de que necessita para fazer um empreendimento desses andar como nós gostaríamos. É por isso que nós apelamos, em algumas coisas, para a Fundação de Apoio. Então, ela colabora e está dentro da legalidade e nós estamos respondendo isso para o TCU. Nós entendemos que ela está contratada dentro da legalidade, para o desenvolvimento institucional. Esse é um projeto de desenvolvimento institucional. Então, é o nosso entendimento, que, obviamente, está para ser apreciado pelos senhores, mas nós colocamos o nosso entendimento no processo, e, aí, vamos ver se nós recebemos resposta.

Quanto aos demais itens, conforme foi dito anteriormente, nós vamos responder todos, sem problema algum. Já estão sendo encaminhados para o TCU, e vamos aproveitar e mandar também para o Senador.

Quanto ao problema da alfaepoetina, realmente foi o que o Deputado falou, houve uma recomendação do TCU, o Ministério da Saúde nos solicitou uma cotação de preços, nós mandamos e depois nós percebemos que havia uma licitação em andamento. Não temos mais detalhes, porque isso aconteceu ontem. Então, nós não temos detalhes, não conversamos com eles. Mas é uma questão em que não cabe ao Bio-Manguinhos fazer nenhuma ação. Não é o Bio-Manguinhos que vai fazer isso.

Como o Deputado falou, nós temos hoje, realmente, uma fábrica concluída, em pleno processo de validação para a produção desse produto, e temos uma linha de envase, também, em plena produção desse produto. Isso é o que nós temos hoje e que nós podemos afirmar que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Solla) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Gustavo, para responder à pergunta que fiz.

Depois passarei a palavra para o Deputado Odorico Monteiro.

O SR. GUSTAVO CAVALCANTI SIMONI - Quero cumprimentar o Exmo. Deputado Jorge Solla, os Exmos. Senadores e Senadoras e os Exmos. Deputados e Deputadas aqui presentes, o Sr. Bruno, representante do TCU, o Sr. Artur, representante da FIOCRUZ.

A posição mais atualizada a respeito desse assunto é que a HEMOBRÁS recebeu um ofício do Ministério da Saúde solicitando proposta de preço para o fornecimento do medicamento. Se V.Exa. desejar, a HEMOBRÁS poderá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

encaminhar um breve relato, com o histórico de toda essa negociação com o Ministério da Saúde, que, neste momento, se encontra no fornecimento pela HEMOBRÁS de uma proposta de preço para que seja contratado o medicamento para o ano de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Solla) - Aguardo, então, receber a resposta por escrito.

Passo a palavra para o Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Obrigado, Presidente Jorge Solla. Quero saudar o Sr. Bruno Martinello, do TCU, o nosso querido Artur Couto, do Bio-Manguinhos, o Sr. Gustavo, o Sr. Valcler, Vice-Presidente da FIOCRUZ, que está aqui presente.

Quero dizer, Presidente Solla, que nós acompanhamos atentamente esse tema. Li o acórdão detalhadamente, nós temos acompanhado esse tema que envolve a FIOCRUZ, que envolve a questão do complexo produtivo da saúde, que envolve o parque tecnológico brasileiro, nesse esforço que temos que fazer para transferir tecnologia para o Brasil e para que possamos reduzir a nossa dependência do complexo farmacêutico.

Nós estamos, inclusive, debatendo esse tema em três Comissões. Estamos discutindo na Comissão de Seguridade Social, Saúde e Família. Fizemos um seminário e na semana passada houve uma audiência pública conjunta da Comissão de Seguridade Social e Família e Ciência e Tecnologia. Estamos discutindo na Comissão de Finanças e Controle e na Comissão de Inovação Tecnológica da Saúde.

Inclusive, fizemos uma visita *in loco* à FIOCRUZ, visitamos a fábrica. Por coincidência, em algumas missões oficiais, nós visitamos também outras fábricas fora do Brasil e percebemos claramente que esse investimento que está sendo feito na FIOCRUZ e no Bio-Manguinhos, sem dúvida, não deixa a desejar a nenhuma das fábricas de biológicos do mundo e isso é muito importante.

Eu tenho colocado aqui, com insistência, que nós perdemos no Brasil algumas janelas de oportunidades importantes no século XX. Considero que a mais rudimentar que nós perdemos foi a do trem. No mundo inteiro, por toda a Europa constituíram-se as grandes cidades garantindo-se a mobilidade urbana com metrôs, que é uma tecnologia importante. Nós perdemos essa janela de oportunidade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos pouquíssimos metrôs no País. Um dos grandes problemas da população urbana é a mobilidade. E nós não conseguimos embarcar tecnologia em uma locomotiva. No metrô de Fortaleza, que é o mais recente dos metrôs das cidades, talvez, Fortaleza e Salvador, a locomotiva vem da Itália. Durante o século XX inteiro nós não conseguimos produzir uma locomotiva de metrô. Isso mostra que não tivemos projeto estratégico de desenvolvimento tecnológico.

Hoje, o Brasil tem 300 empresas no campo de medicamentos. Temos um grupo grande de empresas que têm inclusive se beneficiado da política brasileira de genéricos, mas o que eles fazem, na sua grande maioria, é envelopar química fina, como sais da Índia. Nós não produzimos sais. Perdemos essa janela biológica.

O que nós conseguimos fazer ao longo desses anos, com o esforço da FIOCRUZ, com o esforço do Instituto Butantã, foi no sentido de garantir pelo menos o básico, que era a vacina para as nossas crianças. Se não fosse a FIOCRUZ, se não fosse o Instituto Butantã, nós estaríamos completamente dependentes na área de vacinas. E nós estamos prestes a perder a janela dos biológicos. Perdemos a química fina, perdemos o metrô, perdemos a janela de oportunidade na área de TI, perdemos a dos semicondutores e vamos perder, com certeza...

O conhecimento produzido na UNICAMP e na USP em relação aos semicondutores não se transformou em produto, não se transformou em pesquisa e desenvolvimento. Todo o conhecimento produzido em semicondutores que nós fizemos nos anos 1980 e 1990 na UNICAMP se esvaíram, porque o Vale do Silício chegou e nós perdemos. E vamos já perder a inteligência artificial e vamos consumir algoritmos produzidos fora do Brasil, o que é mais grave.

Eu estou colocando isso porque esse esforço — e sou testemunha, porque fomos *in loco* ver, discutir e debater — do nosso parque tecnológico público de incorporar tecnologia, de transferir tecnologia não pode ser desprezado.

Evidentemente, quanto a isso tem que ser levado em consideração todo o conjunto de coisas. Eu entendo até que o nosso arcabouço jurídico, o marco regulatório que nós temos hoje em relação às instituições públicas não é adequado à realidade que temos que dar à FIOCRUZ e ao Bio-Manguinhos.

Temos que pensar nisso. Já estou incluindo a assessoria legislativa da Casa, estamos discutindo isso. Temos que pensar num novo arcabouço jurídico, porque não estamos falando de uma instituição normal, que compra de acordo com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estabelecido na Lei nº 8.666, de 1993, empenha, liquida e recebe. Não, nós estamos falando de inovação, estamos falando de pesquisa e desenvolvimento, em que é preciso haver capacidade de flexibilização e estrutura. Isso até conseguimos para os hospitais universitários. Por que surgiu a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares — EBSERH? Porque a estrutura dos hospitais universitários, no modelo tradicional, não dava conta. Temos que pensar.

Sem dúvida nenhuma, fico feliz quando colocam inclusive essa questão do Contrato nº 070, do termo, do acordo. Ele não cancela, mas suspende. Acho importante que essa suspenção seja negociada, para que não haja prejuízo.

Esse é um outro problema. Quando se começa a desenvolver uma linha de pesquisa, não se pode interrompê-la, porque muitas vezes isso seria jogar conhecimento fora. Então, a flexibilidade que a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde — FIOTEC tem produzido na FIOCRUZ, do ponto de vista do desenvolvimento institucional, tem que ser levada em consideração.

Senador Hélio José, estou reforçando aqui a importância do encaminhamento dado por V.Exa., chamando a atenção para o que a FIOCRUZ representa para o Brasil.

Nós debatemos esse tema na Casa, Senador, em várias Comissões: na Comissão de Seguridade Social e Família, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, na Comissão de Inovação Tecnológica da Saúde e na Comissão de Ciência e Tecnologia. Fizemos inclusive visitas técnicas, fomos pessoalmente, num conjunto de Deputados, visitar o Bio-Manguinhos e ficamos maravilhados com o que encontramos.

Em outro momento, estive com o Ministro acompanhando a inauguração de parte da fábrica, entendendo que esse esforço de transferência tecnológica que está sendo feito pelo Bio-Manguinhos, pelo Instituto Butantan, pelo Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR e por um conjunto de instituições para reduzir a dependência brasileira no complexo produtivo da saúde é fundamental e estratégico para o País. Não tenho dúvida de que o apoio que foi colocado quando se pensou nessas fundações foi justamente na perspectiva do desenvolvimento institucional.

Evidentemente, o arcabouço jurídico que temos hoje é insuficiente. Temos que começar a pensar. No caso da HEMOBRÁS, já se pensou nessa empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Temos que pensar em como se cria uma estrutura pública, não necessariamente estatal, paraestatal ou autárquica. Temos que pensar como é a estrutura de suporte que temos que dar à FIOCRUZ e ao Bio-Manguinhos, considerando o campo de pesquisa e desenvolvimento e considerando que, em linhas de pesquisa, toda hora é preciso contratar pessoas. Estamos diante de uma situação de expansão. A FIOCRUZ está presente em 14 Estados. No caso do Ceará, inclusive, não só está em uma estrutura de expansão na área de pesquisa e desenvolvimento, mas também em uma expansão de Bio-Manguinhos. Então, toda a estrutura tem que ser pensada.

Acho que fica para nós, da Casa e do Governo, o desafio de ver como pode ser trabalhada essa temática.

Quero reforçar a questão que foi trazida pelo Deputado Jorge Solla sobre a alfaepoetina. Visitamos o estoque. Todo o processo de transferência tecnológica já foi concluído com autonomia, e é muito ruim que o Ministério da Saúde deixe de comprar da estrutura do próprio Ministério — a FIOCRUZ e o Bio-Manguinhos são do Ministério — para comprar da iniciativa privada. Quando se faz isso, enterra-se o projeto de transferência tecnológica de autonomia brasileira, porque a nova fronteira do conhecimento está nos biológicos.

Já criamos inclusive um grupo de trabalho, por meio de requerimento aprovado hoje na Comissão de Seguridade Social e Família, para que faça o acompanhamento do processo dos biossimilares, porque a compra de medicamentos está gerando um grande tensionamento entre os prescritores — o Ministério pode comprar um medicamento lá fora, mas ele não tem validade perante a sociedade médica.

Então, todas as vezes em que falarmos de medicamentos, principalmente medicamentos biológicos, que são a nova fronteira do conhecimento, temos que pensar no conjunto de pacientes. Os pacientes estão cada vez mais empoderados. Os pacientes da área de doenças reumáticas e inflamatórias estão empoderados, acompanham e discutem tudo. Os pacientes diabéticos também têm potencial, assim como os pacientes da área oncológica.

O conhecimento médico também tem que ser levado em consideração, porque nós não estamos falando mais de medicamentos químicos, estamos falando de medicamentos biológicos. Muitas vezes, pode haver alterações imunológicas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

paciente quando se muda de um medicamento desse tipo para o outro. Então, isso tem que ser acompanhado, e este é um tema que estamos desenvolvendo na ANVISA e no Bio-Manguinhos.

A FIOCRUZ já respondeu ao conjunto de recomendações que foram feitas no relatório e já fizemos uma série de reuniões. Entendemos que temos que fazer esse esforço agora, para dar mais autonomia à FIOCRUZ, a fim de que ela possa continuar se desenvolvendo, transferindo e incorporando tecnologia no Brasil para reduzir a nossa dependência no complexo produtivo da saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Quero agradecer ao nobre Deputado Odorico Monteiro e cumprimentá-lo.

Cumprimento também o Deputado Jorge Solla, ex-Prefeito de Vitória da Conquista, ex-Secretário de Assuntos Sociais de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, um Parlamentar muito preparado desta Casa.

Eu espero, sinceramente, como o nosso Deputado Odorico, que façamos as devidas recomendações e correções, para que não se prejudique o Brasil. É importante continuar essa obra e reconhecer a questão da FIOCRUZ.

Eu gostaria de saber se os representantes do TCU e da FIOCRUZ gostariam de fazer considerações em relação ao que foi colocado. *(Pausa.)*

Então, passaremos à HEMOBRÁS. Eu tenho algumas perguntas do COI para os representantes da HEMOBRÁS, a respeito da construção da fábrica de hemoderivados e biotecnologia de Pernambuco da HEMOBRÁS.

“Temos aqui um contrato que gerou prejuízos enormes, mas já foi formalmente encerrado e não tem mais qualquer atividade. A Comissão entendeu no ano passado que nessas condições não haveria sequer necessidade de colocar no quadro de bloqueio, porque não haveria o que bloquear. O TCU confirma que o contrato foi encerrado e a HEMOBRÁS está fazendo um levantamento de pendências. O que nós acompanhamos agora são providências de encerramento do contrato e recuperação de prejuízos.

Quanto a isso, pergunto ao representante da HEMOBRÁS: a empresa, segundo nós entendemos, já encerrou qualquer movimento operacional e financeiro do contrato de obras. Houve nesse tempo alguma tentativa administrativa ou judicial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do consórcio para continuar operando ou para receber mais algum pagamento da HEMOBRÁS? — essa é uma pergunta.

Existe algum saldo do contrato, ou seja, alguma parte do valor contratual não chegou a ser medida ou foi medida e não foi paga? Se existe, de quanto?

Como está a situação das garantias contratuais apresentadas pelo consórcio? Foram liberadas ou continuam retidas? Qual o valor dessas garantias?

Foram contratados alguns fornecimentos de equipamentos que estão em andamento. Como a empresa está contemplando o gerenciamento desses fornecimentos com o atraso do cronograma, no sentido de preservar os equipamentos, os prazos de garantia, etc.?"

Essas perguntas ficam para o senhor e para o representante do TCU.

Peço à minha assessoria que tire cópia das perguntas — ela já tirou — e passe para os dois representantes. Aquilo que não for possível ser respondido aqui hoje peço que me seja respondido por escrito, por gentileza, em 1 dia ou 2 dias, no máximo, porque eu preciso fazer as considerações para o relatório que estamos preparando.

Eu gostaria de passar a palavra aos nossos nobres Parlamentares, caso queiram fazer algumas considerações sobre a HEMOBRÁS.

Deputado Jorge Solla, V.Exa. gostaria de fazer alguma observação? *(Pausa.)*

E V.Exa., Deputado Odorico Monteiro?

Com a palavra o Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Eu quero ressaltar a importância da HEMOBRÁS como fábrica brasileira. É um grande desafio nosso tratar a questão do sangue. Esta é uma situação extremamente complexa, mas acho que temos de fazer um esforço no sentido de que a fábrica continue e de que possamos fazer essa transferência tecnológica.

Acho que uma das coisas mais importantes que aconteceram no Brasil em relação ao SUS, criado pela Constituição de 1988, foi o impacto causado pela Política Nacional de Sangue. Inclusive, o Betinho foi referência de vítima de sangue contaminado. Ele era hemofílico e morreu de AIDS.

A partir dessa Política, foi criada uma rede nacional de bancos de sangue, de hemocentros — essa rede hoje é um grife no País —, mas faltou fazer a transferência de tecnologias de última geração, que é o papel da HEMOBRÁS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Infelizmente, todo esse processo de transferência tecnológica não é uma coisa que se faça do dia para a noite. Estamos falando de contratos de 10 anos.

Por outro lado, temos que compreender a complexidade deste País em relação ao Ministério da Saúde. Nos últimos anos, Senador, tivemos um Ministro por ano. Dessa forma, não há política que se sustente, porque a instabilidade é muito grande. Em 2013, foi o Alexandre Padilha; em 2014, o Arthur Chioro; em 2015, o Marcelo Castro; em 2016 e 2017, o Ricardo Barros; em 2018, será outro, porque o Ricardo Barros será candidato; e, em 2019, outro tomará posse com o Presidente da República.

Eu sou o autor do Projeto de Lei nº 1.646, de 2015, que cria o Plano Decenal de Saúde. Nós precisamos ter estabilidade do ponto de vista da ossatura de uma política de Estado, e não de uma política de governo. A saúde não pode ser política de governo em nenhum país do mundo, tem que ser uma política de Estado.

A HEMOBRÁS tem sido vítima disso. A FIOCRUZ tem sido menos vítima, porque ela é madura, tem uma estrutura centenária, já tem todo o *know-how*, tem 1.500 doutores produzindo ciência a toda hora, publicando *paper*. Então, há uma rede de proteção da própria estrutura. A HEMOBRÁS, não. Ela tem sido vítima dessa instabilidade toda ao longo destes anos e da complexidade do processo de transferência tecnológica neste momento em que a obsolescência tecnológica é muito rápida.

Então, temos que ter autocrítica quanto à própria estrutura do Estado brasileiro e ser generosos, sem querer enterrar a HEMOBRÁS. Não estou passando a mão na cabeça de ninguém que cometeu qualquer tipo de irregularidade, que acho que tem que ser punido, pela estrutura legal do País.

Agora, a HEMOBRÁS é uma empresa brasileira. Eu tenho acompanhado inclusive as últimas resoluções do Conselho, eu acho que o Conselho tem sido fiel a essa questão de não aceitar que o contrato que foi feito com a HEMOBRÁS seja transferido para outro Estado só por interesse de um.

Então, nós temos que pensar nisso, e é nessa perspectiva que eu coloco que o atual Presidente da HEMOBRÁS e o Conselho têm feito um esforço para tentar colocar as coisas nos eixos. Aliás, a informação que eu tenho é a de que este ano a HEMOBRÁS deu lucro. Isto é importante lembrar: apesar de todas as dificuldades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ela já começa a dar lucro. Nenhum processo de transferência tecnológica se faz em menos de 10 anos, e a HEMOBRÁS precisa ter credibilidade para garantir isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Obrigado, nobre Deputado.

Deputado Jorge Solla, V.Exa. quer falar?

Tem a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sobre a HEMOBRÁS farei só um comentário muito rápido, porque, felizmente, o Ministério Público de Pernambuco, não sei se por bairrismo ou por razões de viabilidade e importância do projeto, conseguiu sustar uma decisão absurda que o Ministério da Saúde estava conduzindo, que era tirar todo o projeto de incorporação tecnológica nesta área da HEMOBRÁS para levar para o TECPAR, no Paraná.

Parece que o TECPAR agora é o centro de maior incorporação tecnológica em saúde do Brasil, do planeta provavelmente, não é? O TECPAR está pegando contratos que eram de outros laboratórios públicos e levando para lá, rompendo acordos anteriores.

Então, Senador, há algo muito estranho. Como é que um dos laboratórios de menor capacidade, de uma hora para outra, passa a ser aquele que recebe todos os olhares, investimentos e contratos? Acho que o TCU inclusive deveria investigar um pouquinho essa relação, considerando pelo menos o ocorrido no último ano ou 1 ano e meio. Por que contratos que estavam trabalhados com a FIOCRUZ, que estavam com a HEMOBRÁS, que estavam com outros laboratórios públicos passam a ser mobilizados para o TECPAR?

Apresento-lhe uma questão muito rápida, Senador, e o parabenizo por sua condução. Na hora em que V.Exa. não estava aqui, eu comentei que, mais cedo, na reunião da Comissão, nós solicitamos e conseguimos do Deputado Hildo Rocha e do Presidente o adiamento da decisão do Aviso nº 21, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Pelo que eu entendi, o Dr. Artur comentou que o Contrato nº 70, de 2016, com a FIOTEC, dá mais celeridade, agilidade e flexibilidade, mas não senti uma posição sua contrária à suspensão desse contrato ou contrária à possibilidade de pelo menos os próximos passos a FIOCRUZ tocar diretamente, sem intermediação da FIOTEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como este assunto vai voltar à pauta, Senador, eu gostaria de ter uma clareza maior para saber se na proposta do Deputado Hildo Rocha havia uma indicação anterior de bloqueio da execução do Contrato nº 70. A proposta do Deputado Hildo Rocha, que, infelizmente, não está aqui no momento, é suspender a execução deste contrato. Então, eu queria ouvir, especificamente do representante da FIOCRUZ, a sua opinião acerca desta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Concedo a palavra ao nobre Artur. Depois, vou liberá-los porque sei que os senhores têm horário de retorno.

O senhor pode fazer as suas considerações e, depois, estará liberado para sair.

Obrigado.

O SR. ARTUR ROBERTO COUTO - Obrigado, Senador.

Deputado, quando nós fizemos a contratação da FIOTEC, enxergamos que precisamos dela para nos ajudar a dar maior celeridade ao processo e ao empreendimento. Obviamente, se nós o fizemos foi porque nós queremos e gostaríamos de continuar. Não tenho dúvida disso.

Mas nós somos públicos e temos que atender a recomendações. Se vier uma recomendação... O TCU já aponta Indícios de Irregularidades Graves com Recomendação de Paralisação — IGP. Se por um acaso sair uma decisão, nós vamos ter que nos adaptar. Acho que não fizemos uma avaliação do prejuízo que isso pode causar. Falo de prejuízo em termos de celeridade do processo, de dificuldade que teremos para contratar. Se for possível manter esse contrato, será tudo o que nós queremos, porque, se nós os contratamos, era necessário. Mas, se tivermos que nos adaptar a uma realidade, nós vamos nos adaptar, sabendo que isso pode trazer alguma dificuldade naquilo que nós identificamos como problemático para o empreendimento.

Nós estamos falando, novamente, de um percentual irrisório em relação ao empreendimento. A maioria das grandes obras está sendo contratada de acordo com a Lei nº 8.666, com licitação, com tudo isso. E, quando nós estamos falando da FIOTEC, estamos falando de um apoio ao desenvolvimento institucional e a esse projeto.

Obviamente, estamos aqui para escutar, entender e acatar as decisões. Mas é lógico que nós queremos que seja possível manter isso. Nós contratamos porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisamos. Se tivermos que encerrar ou suspender o contrato por algum motivo, vamos ter que nos reorganizar e nos readaptar, até que tenhamos, quem sabe, mais tarde, um país que dê mais flexibilidade às atividades industriais. É disso que nós precisamos.

Eu tenho absoluta convicção de que, se nós tivéssemos mais flexibilidade, não precisaríamos de fundação de apoio. Continuo dizendo que nós temos uma autarquia que fatura 2,7 bilhões de reais, produz vacina, tem compromisso. É muito difícil manter tudo isso dentro de uma autarquia. Esse processo é complexo. O Ministro Benjamin diz: *"Não sei como vocês conseguem fazer uma façanha dessas. Realmente, vocês têm tudo para que as coisas deem errado, mas vocês conseguem fazer a coisa certa".*

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - O nobre Deputado Jorge Solla faz essa solicitação, e eu também gostaria que ela fosse incorporada na justificativa que os senhores vão passar para mim nos dois próximos dias. Isso virá à baila na discussão, e é importante termos um posicionamento sobre essa questão. Seus esclarecimentos já foram sólidos, importantes, convincentes. O senhor poderia aprofundar os detalhes: o que significaria a perda desse contrato com a FIOTEC para a obra como um todo. Isso vai ser esclarecedor para nós.

O senhor está liberado, como toda a equipe da FIOCRUZ.

Muito obrigado pela presença.

Tem a palavra o representante da HEMOBRÁS, para as suas considerações.

O SR. GUSTAVO CAVALCANTI SIMONI - Exmo. Senador Hélio José, a HEMOBRÁS entende que é importante fazermos a apresentação que nós preparamos. Ela é importante para dar uma visão geral do empreendimento da HEMOBRÁS. Nessa apresentação, nós falamos um pouco dos riscos do empreendimento alinhado com o que os Exmos. Deputados colocaram nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - O.k.

O SR. GUSTAVO CAVALCANTI SIMONI - Eu gostaria de começar a apresentação convidando o Gerente de Engenharia e Automação da HEMOBRÁS, que vai fazer a primeira parte dessa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Pois não. Fique à vontade aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Sr. Berlinck Enéas Araújo dos Santos, Gerente de Engenharia e Automação da HEMOBRÁS.

O SR. BERLINCK ENÉAS ARAÚJO DOS SANTOS - Boa noite! Cumprimento todos os Deputados e a Mesa.

(Segue-se exibição de imagens.)

Gostaria de iniciar lembrando sempre a função social da HEMOBRÁS — e todo mundo aqui já ressaltou sua importância do ponto de vista tecnológico — de promover melhorias na saúde da população brasileira.

Há uma série de benefícios da conclusão do empreendimento: a consolidação do Complexo Industrial da Saúde; o aproveitamento do plasma brasileiro, oriundo de doações de sangue da população — hoje o aproveitamento é feito com todo o processo de transformação tecnológica internacional —; a expressiva economia de recursos públicos que a operação no Brasil pode trazer; e o fortalecimento da Hemorrede.

Note-se que também foi apresentada aqui a estrutura de hemocentros que se desenvolveu durante esse tempo de criação do SUS. E, mais ainda, espera-se o incremento e o fortalecimento da Hemorrede, com a presença da HEMOBRÁS, que hoje já vem atuando em várias auditorias e fazendo todo um trabalho de qualificação da Hemorrede para o fornecimento de plasma em nível industrial.

Vamos às recomendações do TCU.

Como foi apontado aqui pelo Bruno Martinello, de fato, todas as recomendações e apontamentos foram feitos em 2016. É importante ressaltar que, naquela época, não havia recomendação de paralisação do empreendimento, mas, sim, especificamente naquele contrato. No Acórdão nº 2.344, essas recomendações perduram, mas apenas no item referente à apuração, ao impacto da forma de execução do contrato. Todas as outras recomendações de não continuidade do pagamento e não renovação do contrato foram cumpridas de imediato.

As ações adotadas pela HEMOBRÁS, desde 2016, foram as seguintes: não prorrogação do contrato, que se encerrou em 30 de novembro; e não realização de pagamentos ao consórcio, inclusive essa foi uma das questões do COI. Mesmo a última medição, que tinha alguns serviços já realizados, foi suspensa, até porque era necessário levantar todo o histórico das medições para que se identificasse a existência de algum pagamento irregular e qual seria o montante para o encontro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contas, o acerto de contas final. Então, desde a recomendação de 2016, nenhum pagamento foi feito.

Quanto às garantias, foi aberto um processo de penalização. Na verdade, existem também outros processos, que serão mostrados mais adiante. E a seguradora foi informada sobre isso. Espera-se chegar ao valor final para, aí sim, apontar para a seguradora qual o valor a ser restituído.

De imediato, foi elaborado o Plano de Conservação e Retomada das Obras. Devido à paralisação imediata, ações de manutenção foram adotadas para evitar prejuízos maiores aos vários serviços em andamento.

As ações desenvolvidas até agora seguem em duas frentes principais: o inventário da obra para encontro de contas e o plano de ação para retomada das obras. Nesse período, de 2016 para cá, temos, frequentemente, informado ao TCU os passos que damos. Por exemplo, no primeiro plano de retomada das obras, informamos ao TCU qual seria a estratégia para a divisão de lotes para recontratação e também a evolução do trabalho do inventário.

Esse trabalho é bastante complicado, porque toda a planilha da obra tem que ser revista. São mais de 7 mil linhas de itens, e, para cada item, tem que ser verificado tudo que foi efetivamente pago, se é preciso pagar mais alguma coisa ou se foi pago a mais. Esse trabalho já está sendo feito com uma equipe pequena. Todo mundo sabe da proibição de novas contratações de pessoal. Por isso, é um trabalho realmente complicado.

Quanto à conservação das obras e equipamentos, nós temos hoje uma equipe de manutenção na fábrica para a primeira fase do empreendimento, que já está em funcionamento. Trata-se de um bloco destinado à triagem de plasma e expedição para fracionamento externo. Essa equipe tem colaborado para fazer todas as intervenções necessárias para a conservação das obras já concluídas. E, obviamente, fizemos também outras contratações no sentido de conservar o canteiro inteiro.

Em relação ao inventário das obras, mostrando mais detalhadamente cada uma dessas etapas, nós o dividimos em duas fases: quantitativa e qualitativa.

Na fase quantitativa são verificados todos os itens de serviços que foram realizados e comparados com o projeto para identificar eventuais divergências. Essa fase foi concluída.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na fase qualitativa é verificado o estado em que está cada item de serviço, como ele pode ser recebido e o que é preciso para continuar. Essa fase também já foi concluída.

As duas últimas etapas referem-se a cotações e levantamento de custos novos, custos atualizados. Nós verificamos se é preciso indenizar ou cobrar de volta algum serviço específico. E isso cria dificuldades. Nós temos hoje o somatório do quanto seria reembolsado, digamos assim, porque essa conta final é a soma de várias parcelas, e cada uma delas tem uma forma de calcular, uma forma de indexar. Esse é realmente um trabalho complicado.

A elaboração do relatório final está em andamento, já começamos a escrevê-lo. A nossa previsão para conclusão desse trabalho é no dia 15 de janeiro.

Quanto à retomada das obras, nós pensamos na estratégia de trazer mais funcionalidade o mais rápido possível. As obras da HEMOBRÁS hoje estão num estado relativamente avançado, mas nós vamos priorizar algumas funções, como, por exemplo, a da logística de medicamentos. Como hoje há contratos com armazéns externos, precisamos concluir essa etapa o mais rápido possível, para que o custo com a contratação seja reduzido ou até mesmo eliminado. Para que isso aconteça, são necessárias obras de infraestrutura para energia elétrica. Então, nós priorizamos, inicialmente, todo o processo de licitação das subestações de energia, da subestação principal e sua ligação com todos os demais blocos.

Destaco que, nesse trabalho, foi refeita toda estrutura da planilha da obra. A planilha inicial não pôde mais ser aproveitada. Toda a planilha foi reestruturada, com muito mais detalhes e informações, principalmente com mais composições de custo. Era necessário informar aos contratados que parte do serviço tinha que ser concluída. Note-se que entre 50% e 60% da execução da obra da subestação está hoje concluída. Então, não é a mesma coisa contratar outra obra novamente.

A fase da subestação está em andamento. Em dezembro, teremos a abertura de propostas. O edital da Fase 2, que é a operação logística, está em elaboração, mas toda documentação técnica já foi concluída. A Fase 3, que é a parte de embalagem, importante também para avançar numa das fases de transferência de tecnologia, aguarda disponibilidade de recursos. Embora já previstos na sequência dos trabalhos, não temos ainda a certeza da disponibilidade de recursos, assim como nas demais fases.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esta é uma situação geral e atual das obras civis. Temos aqui a planta do parque inteiro, indicando quais blocos estão concluídos e o percentual de avanço para todos os demais.

As obras de recepção, triagem, estocagem do plasma, manutenção da planta industrial, depósito de resíduos, reservatórios de água e a portaria estão todas concluídas.

As obras de rotulagem e embalagem, estocagem e almoxarifado, laboratório do controle de qualidade, estocagem de produtos químicos, estocagem de etanol e uma linha de distribuição de utilidades, chamada de *Pipe Rack*, estão cerca de 70% concluídas, e as demais obras estão entre 50% e 70% concluídas. As obras do Bloco Administrativo e da Estação de Tratamento de Efluentes não foram iniciadas.

Relativamente ao Plano de Retomada das Obras, nós temos condições hoje de pôr em prática as Fases 1 e 2, relativas às subestações de energia e ao armazém, para redução dos contratos com armazém externo. Mas, para as demais fases, os recursos não foram liberados. Então, o plano de ação fica bem limitado a uma pequena parte indicada naquelas partes azuis. No entanto, faltando pouco tempo para terminar, os recursos estão bloqueados.

Em termos de integralização de capital, temos previstos recursos, mas ainda não realizados, na LOA de 2016 e 2017, na ordem de 344 milhões de reais. Trata-se de um recurso já aprovado em lei. Todavia, não temos o empenho de recursos para retomar as obras, não houve a liberação desses recursos.

Há outra possibilidade de aporte de recursos, via investimento de parceiro privado, na ordem de 250 milhões de reais, mas aguardamos a aprovação do projeto executivo. E, mais adiante, vou detalhar um pouco mais esse processo.

Especificamente ao contrato em questão, foram aplicadas uma multa, antes do apontamento do TCU de 2016, e uma advertência. Há outro processo em andamento, em que foi aplicada uma multa de 8% calculada sobre o valor do contrato. Aguarda-se, porém, todo esse processo envolvendo prejuízos para que ela seja bem dimensionada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Com a palavra o Sr. Gustavo Cavalcanti Simoni, para fazer o complemento dessa apresentação.

O SR. GUSTAVO CAVALCANTI SIMONI - Em relação à continuidade desse empreendimento, são necessários recursos para que possamos tocar todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ações levantadas pelo engenheiro Berlinck. Com a aprovação de 180 milhões de reais, previstos na LOA de 2016, a HEMOBRÁS recebeu aproximadamente 52 milhões de reais, em 2016, e 26 milhões de reais, em 2017, ainda restando 101 milhões de reais a receber referentes ao ano de 2016. Esses 101 milhões de reais hoje estão como Restos a Pagar.

No caso da LOA de 2017, para a HEMOBRÁS foram aprovados 243 milhões de reais aproximadamente. Desses 243 milhões de reais, nada foi repassado em 2017, e o valor não foi empenhado ainda. Então, nós não temos garantia de que esse recurso ficará em Restos a Pagar se, por acaso, não for integralizado este ano.

É importante colocar isso porque a HEMOBRÁS tem a receber hoje 344 milhões de reais, que são necessários para a conclusão do empreendimento.

Hoje a HEMOBRÁS tem uma proposta de investimento privado pelo laboratório Shire, que é nosso parceiro de transferência de tecnologia do medicamento fator VIII recombinante, via parceria para o desenvolvimento produtivo — PDP, em que o transferidor se compromete a colocar 250 milhões de dólares no projeto, para a conclusão de blocos que serão divididos entre as duas fábricas, tanto a fábrica de hemoderivados quanto a de recombinantes, e também para a implantação do bloco industrial para a produção do fator VIII recombinante.

A implantação da fábrica completa seria em 5 anos. E a gestão e a operação da fábrica ficariam a cargo da HEMOBRÁS.

O investimento privado — estamos falando dos 250 milhões de dólares privados — para os blocos compartilhados e o bloco de produção fator VIII recombinante, mais o investimento público do que já existe hoje aprovado na LOA de 2016 e 2017, seriam suficientes hoje para a HEMOBRÁS concluir o empreendimento. Mas, para isso, esses valores precisam ser repassados totalmente.

É importante colocar que a HEMOBRÁS solicitou que fossem disponibilizados recursos na LOA de 2018 para a obra. Mas foi decidido que não existiriam recursos para a HEMOBRÁS referentes à LOA de 2018, que ainda está em aprovação.

Para a HEMOBRÁS fazer esse investimento, e a Shire participar como investidor privado, a PDP que existe hoje entre as duas precisa ser mantida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A HEMOBRÁS apresentou, desde julho, um novo projeto executivo reestruturando essa PDP, o qual ainda se encontra em análise pelo Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde informou a suspensão da PDP da HEMOBRÁS com a Shire também no mês de julho.

Em outubro de 2017, através do Acordão nº 2.207, o TCU determinou que, cautelarmente, o Ministério da Saúde tornasse sem efeito a decisão de suspender a PDP com a HEMOBRÁS, até que o Tribunal se posicionasse sobre o mérito da questão. Mas, enquanto a PDP não for analisada e mantida pelo Ministério da Saúde, o investimento privado não ocorrerá.

Portanto, para conclusão da fábrica da HEMOBRÁS, o que é necessário? A HEMOBRÁS hoje possui um parceiro privado para transferência de tecnologia, disposto a investir na obra da fábrica. Como viabilizar isso? Com a integralização dos valores já aprovados na LOA e a manutenção da PDP de transferência de tecnologia com a Shire. Com os recursos já integralizados, a HEMOBRÁS concluirá o bloco B05, que é o armazém de insumos e medicamentos, e a subestação de 69 quilovolts.

Com a integralização dos recursos previstos nas LOAs de 2016 e 2017 e com o investimento privado, a HEMOBRÁS conclui a implantação do empreendimento. Sem a garantia dos recursos, não é possível licitar a contratação da finalização das obras.

Riscos da descontinuidade do empreendimento. Já foram investidos 700 milhões de reais, dinheiro que está em risco caso não se conclua a integralização de capital. Haverá a degradação dos equipamentos específicos já adquiridos. Haverá custos não previstos com manutenção e preservação das instalações de obras parcialmente entregues. Haverá a perda de todo o investimento em treinamento e qualificação de pessoal na tecnologia específica. Haverá gastos elevados com a aquisição internacional de medicamentos hemoderivados e recombinantes, haja vista o retardo na conclusão da fábrica da HEMOBRÁS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Quero agradecer ao Sr. Gustavo Cavalcanti Simoni.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Indago ao representante do TCU se deseja fazer alguma consideração sobre as duas apresentações. *(Pausa.)*

Então, desfaço a primeira Mesa, agradecendo a todos que vieram aqui, da HEMOBRÁS, da FIOCRUZ e do TCU. Estamos às ordens.

Espero receber, até no máximo segunda-feira, todas as respostas que pedimos, porque serão fundamentais para o nosso relatório.

Dando sequência, vamos compor imediatamente a segunda Mesa, porque o trabalho aqui urge.

Convido à Mesa o Sr. Stanley Rodrigues Bastos, servidor e representante do Ministério da Integração Nacional, Analista de Infraestrutura como eu, o que é uma honra. Vai falar, em nome do Ministério, sobre a obra do Canal do Sertão Alagoano, tão importante para o Nordeste brasileiro. Stanley é meu colega de profissão, colega de concurso, que tem feito um trabalho muito importante no Ministério da Integração Nacional.

Gostaria de convidar o Rafael Esteves, representante do TCU com relação a essa obra do Canal do Sertão Alagoano. Queira compor a Mesa conosco, Rafael, por gentileza. Seja muito bem-vindo! É mais um colega servidor público que nos honra muito com sua presença.

Gostaria de convidar o Sr. Leonam dos Santos Guimarães, Diretor-Presidente interino da ELETROBRAS Eletronuclear, para compor a Mesa. Seja muito bem-vindo! É muita satisfação tê-lo conosco.

Gostaria de convidar o Sr. Nivaldo Dias Filho, representante do TCU com relação à obra da Usina Nuclear Angra 3, tão importante. Seja muito bem-vindo! É uma honra tê-lo aqui, mais um servidor público concursado.

Vamos começar pelo Canal do Sertão Alagoano. E, como procedemos na oportunidade anterior, primeiro falará o representante do TCU, o Dr. Rafael Esteves, que vai colocar o que está acontecendo com essa obra tão importante, que já está com as Trechos 1, 2, 3 e 4 executados, precisando da conclusão do Trecho 5, porque não faz sentido que a água chegue a um pedaço e não chegue a outro. Nós precisamos resolver esse problema.

Então, com a palavra o Dr. Rafael Lúcio Esteves, por até 10 minutos.

Fique à vontade, Dr. Rafael, para iniciar a sua apresentação.

O SR. RAFAEL LÚCIO ESTEVES - Boa noite a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Exmo. Sr. Senador Hélio José, Exmos. Srs. Parlamentares presentes, senhoras e senhores, representante do Ministério da Integração Nacional, representante da Eletronuclear, vou falar sobre o Canal do Sertão Alagoano.

(Segue-se exibição de imagens.)

Trata-se de uma obra com recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional, da qual está em execução o Trecho 4. Para o Trecho 5, que é objeto dessa recomendação de paralização, embora ainda não haja o instrumento de repasse dos recursos, já há a previsão, no próprio edital de licitação, de que seriam utilizados recursos federais na obra. É um contrato de 2010, contratado originalmente pelo valor de 447 milhões de reais, que ainda não foi iniciado.

O TCU constatou que há um dano potencial ao Erário no valor de 48 milhões de reais, decorrente do achado de sobrepreço pela auditoria, de preços excessivos frente ao mercado. Esse achado já foi objeto de uma decisão de mérito após 5 anos da sua constatação inicial, em 2010, após todo o processo de contraditório e ampla defesa, de análise dos argumentos tanto da contratada quanto do órgão estadual. O Tribunal, em 2015, chegou a uma decisão que quantificou esse sobrepreço em 48 milhões de reais e determinou a repactuação do contrato, de forma a sanear isso.

Como eu disse, em 2015 houve uma decisão de mérito, dada pelo Acórdão nº 2.957, do Plenário. A medida corretiva para sanear esse sobrepreço e, consequentemente, a IGP seria a repactuação do contrato.

Situação atual dessa irregularidade. Foi interposto recurso contra esse acórdão que determinou a repactuação, o qual tem efeito suspensivo quanto à obrigatoriedade de se repactuar o contrato enquanto não chegue a julgamento. Porém, o Relator do recurso determinou, cautelarmente, que, para que se prossiga com a execução tanto do Contrato nº 5 quanto do Contrato nº 4, que também foi objeto de determinação de repactuação, fosse feita a retenção dos valores que estivessem com sobrepreço.

Paralelamente a isso, em outro processo do Tribunal, um órgão estadual, a Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas — SEINFRA/AL apresentou uma proposta de repactuação desse contrato do Trecho 5.

Após análise dessa proposta de repactuação, o TCU constatou nela um novo indício de irregularidade, que seria consubstanciado no projeto básico deficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso foi evidenciado pelas substantivas alterações necessárias na planilha orçamentária e no projeto do Trecho 5 da obra.

Constatou-se que o contrato originalmente firmado teria que sofrer supressões de 37% do seu orçamento, seguido de acréscimo de 39% da planilha contratual. Esse possível indício de irregularidade poderia acarretar a nulidade do contrato, devido à magnitude das alterações necessárias e, consequentemente, aos descumprimentos dos limites de alterações impostos na Lei nº 8.666.

Eu indago, Excelência, se continuo agora sobre a obra do Canal da Vertente Litorânea, que é outra obra do Ministério da Integração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Sim. O senhor continua fazendo a apresentação de todas as questões do Ministério da Integração. Está bom?

O SR. RAFAEL LÚCIO ESTEVES - Certo.

A obra seguinte, que também está com proposta de paralisação e é do Ministério da Integração Nacional, é o Canal da Vertente Litorânea Paraibana.

O objeto da proposta de paralisação é o contrato do Lote 3, de 200 milhões de reais, firmado em junho de 2010. O dano potencial constatado, além da possível não seleção da proposta mais vantajosa para a administração, seria também um sobrepreço de 11 milhões de reais na data-base de junho de 2016.

Também se constatou, nesse contrato do Lote 3, que, após a finalização do projeto executivo, seriam necessárias também alterações significativas com relação ao projeto inicialmente contratado, o projeto básico. Então, o projeto executivo implicaria supressões de 53% do orçamento original e acréscimos de 69% desse mesmo orçamento.

Igualmente ao caso do Canal do Sertão, essas alterações significativas implicariam o descumprimento dos limites permitidos pela Lei nº 8.666 para alteração de contratos e também uma possível nulidade do contrato.

Outra irregularidade constatada na fiscalização realizada neste ano de 2017 foi um sobrepreço decorrente dos reajustamentos necessários nesse contrato. Como o contrato é de 2010, ele prevê o reajustamento anual de preços com base em índices de mercado. Constatou-se, especificamente para os serviços de concreto e aço, que os índices nesses 6 anos em que se analisou, de junho de 2010 a junho de 2016, quase não sofreram alteração de preço de mercado. Inclusive, a maioria teve uma redução de preços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, como vemos demonstrado nesta planilha, os serviços de aço variaram com um aumento no preço de, no máximo, 2% nesses 6 anos, e alguns tipos de aço tiveram redução de 20% no preço de mercado. Já no caso do concreto, houve uma redução, em média, de 7% a 8% dos preços nesses anos. Por outro lado, o contrato previa, para esses serviços um reajustamento com base no INCC, que, no mesmo período, variou 52%. Essa diferença de reajuste previsto contratualmente implicaria um sobrepreço de 11 milhões e 800 mil reais.

Em relação a essas variações imprevistas de preços de mercado, o TCU entendeu, preliminarmente, que implicaria a necessidade de um reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para sanear aquilo que não contemplado pelo índice contratual.

Então, a situação atual dessa irregularidade é a seguinte: foi feita a análise dos argumentos apresentados pelo órgão estadual quanto à proposta de IGP; ao mesmo tempo, foi proposta nova oitiva tanto da empresa contratada quanto do órgão estadual, para haver uma decisão de mérito; e agora está se aguardando o pronunciamento do Ministro Relator.

Era isso o que tínhamos a expor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Quero agradecer ao Rafael Esteves.

Vou passar a palavra agora ao representante do Ministério da Integração Nacional, o nosso nobre Dr. Stanley Rodrigues Bastos, Analista de Infraestrutura do Ministério de Integração Nacional, que falará primeiro sobre o Canal do Sertão Alagoano.

O SR. STANLEY RODRIGUES BASTOS - Boa noite a todos, boa noite, nobre Senador Hélio, companheiro de carreira, companheiro de luta, Sras. e Srs. Parlamentares presentes.

As obras do Ministério de Integração que foram identificadas como IGPs para 2017 são duas: uma, a Vertente Litorânea, é feita em parceria com o Governo do Estado da Paraíba; e outra, o Canal do Sertão Alagoano, é um lote de continuação de contratos em parceria com Alagoas.

Todas as identificações feitas pelo Tribunal de Contas no relatório são relativas a contratos firmados entre o Governo do Estado e empresas, para a execução das obras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nesse sentido, a proposta do Ministério foi trazer aqui o Thiago, Analista de Infraestrutura que acompanha essas obras, para fazer uma apresentação resumida do que são essas obras e qual o *status* delas dentro do Ministério. Depois o Secretário de Obras de Alagoas, o Dr. Alzir, vai falar sobre o Canal do Sertão Alagoano, e o Secretário Deusdete vai falar sobre a Vertente Litorânea.

Portanto, queria pedir autorização para chamar o Thiago, que fará a apresentação do Ministério com relação ao nosso ponto de vista sobre essas obras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - A autorização está dada. Muito nos honra a presença do nosso amigo Thiago Neiva, também Analista de Infraestrutura, um colega de serviço e profissional altamente capacitado.

Seja muito bem-vindo, Thiago. Você pode pegar o microfone e fazer a sua apresentação.

O SR. THIAGO BOTELHO NEIVA - Boa noite a todos. Boa noite, Senador Hélio José. Boa noite a todos os demais presentes, Senadores e Deputados.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Canal do Sertão Alagoano é uma parceria que o Ministério da Integração tem com o Governo do Estado de Alagoas. É um empreendimento que tem 250 quilômetros de extensão. O canal faz a captação da água do Reservatório de Moxotó, em Delmiro Gouveia, e conduz essa água bruta até Arapiraca.

Dos 250 quilômetros de extensão previstos, já foram pactuados com o Ministério da Integração a execução de 123 quilômetros. Até o momento, 110 quilômetros já foram executados, e Municípios já estão sendo abastecidos. O investimento total previsto é de 2,24 bilhões de reais.

Aqui está o mapa do trajeto do canal, com a captação em Delmiro Gouveia e o final em Arapiraca. O canal foi dividido em vários trechos: os Trechos 1, 2 e 3 já foram concluídos; o Trecho 4 está com 74% de execução; o Trecho 5, classificado como IGP pelo TCU, não foi iniciado; e os Trechos 6, 7 e 8 nem foram licitados ainda.

O investimento total já pactuado, como eu disse, é de 2,24 bilhões de reais, incluídas as obras complementares de eletrificação e as comportas do canal.

A previsão de conclusão do Trecho 4 é em dezembro de 2018. Quando ao Trecho 5, se o Governo do Estado conseguir sanar as irregularidades, entendemos que deve ser iniciado de imediato, para não serem paralisadas as obras do canal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Cabe ressaltar que o Trecho 5 não foi pactuado com o Ministério da Integração Nacional. Por isso, nós trouxemos os representantes do Governo do Estado de Alagoas para falar sobre as providências que estão adotando para sanar as irregularidades, porque eles são os contratantes diretos da obra.

Esta é uma foto dos trechos do canal que já estão executados, que já está abastecendo alguns Municípios do Sertão de Alagoas.

A outra obra, a Vertente Litorânea da Paraíba, está com classificação de pIGP e teve recomendação de IGP pela unidade técnica do TCU, porém ainda não houve decisão do colegiado.

O Canal da Vertente Litorânea é um adutor de água bruta também. A captação da água ocorre no Açude Acauã, e a água é conduzida por 130 quilômetros até, mais ou menos, o Município de Curral de Cima. Quanto à área de abrangência do empreendimento, será abastecida uma população de aproximadamente 631 mil habitantes, com o custo de 1,04 bilhão de reais.

Para contratação, a obra foi dividida em três lotes: o Lote 1 já está com 90% de execução; o Lote 2 está com cerca de 30% de execução; e o Lote 3, que está com recomendação de IGP pelo TCU, ainda não foi iniciado. O total da extensão do canal é de 130 quilômetros.

Aqui está a execução física do empreendimento, que hoje, no total, está 50% executado.

Estes são os principais achados de irregularidade apontados pelo TCU: projeto básico deficiente, com a obra licitada pelo projeto básico, mas executada pelo projeto executivo; sobrepreço decorrente de preços superiores aos do mercado, com cerca de 5% de sobrepreço no Lote 2 e 3% no Lote 3; formalização de termos aditivos sem a manutenção do desconto da proposta original, nos termos do Decreto nº 7.983, de 2013; subcontratação irregular; e utilização de métodos construtivos incompatíveis com as especificações técnicas dos serviços contratados.

Sobre o achado de sobrepreço, há uma determinação do Tribunal de Contas da União para o Governo do Estado da Paraíba repactuar esses contratos, o qual já está adotando as providências para eliminar o sobrepreço.

Quanto ao projeto básico, como a obra está sendo executada de acordo com o projeto executivo, o TCU apontou que isso ocasionou muitas alterações em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

relação ao que foi licitado, gerando, potencialmente, o risco de se extrapolarem os limites de supressão ou acréscimo da Lei nº 8.666.

Em relação aos outros três últimos achados, o pessoal do Governo do Estado da Paraíba já está providenciando sanar as irregularidades.

Estas foram as duas recomendações que o TCU apontou: anulação do Contrato nº 6, de 2011, do Lote 3; e expedição de medida cautelar, para que o Governo do Estado da Paraíba se abstenha de realizar os pagamentos de serviços com preços unitários acima daqueles estabelecidos como referência.

A IGP ainda não foi configurada porque ainda não houve decisão do TCU.

Em relação ao sobrepreço, este acórdão aqui citado já havia determinado anteriormente que o Governo do Estado da Paraíba repactuasse o contrato, e ele já está tomando providências para sanar essas irregularidades.

Aqui é uma foto do empreendimento, da parte que já foi executada.

Agora os representantes do Governo do Estado da Paraíba vão detalhar as providências que eles estão adotando para sanar as irregularidades e poder dar a ordem de serviço desse contrato, caso ele se mostre viável.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Quero agradecer ao Thiago e solicitar que se sente à mesa ali, para responder aos nossos questionamentos depois.

Quero chamar o Secretário de Alagoas, o Dr. Alzir, para falar a respeito da questão do Canal do Sertão Alagoano.

O SR. ALZIR LIMA - Na realidade, eu sou Superintendente de Projetos Especiais e Infraestrutura Hídrica, da SEINFRA de Alagoas. Nós estamos aqui acompanhados do nosso Secretário-Executivo, Dr. Victor Vigolvino.

Eu quero dar meu boa-noite a todos, cumprimentar o Senador Hélio José, cumprimentar os Parlamentares presentes e os demais componentes da Mesa.

Quero começar a apresentação, Senador, fazendo um registro, dando um testemunho de como nós conseguimos um ambiente favorável, um ambiente positivo junto ao pessoal do TCU.

Esta obra do Canal do Sertão Alagoano, que é a mais importante do Estado e uma das mais importantes do Brasil, vem sendo auditada desde 2010. Foi composto um grupo de trabalho, e os auditores se dispuseram a ir ao local da obra, passaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

várias semanas fazendo aferições de produtividade e de equipamentos, realmente fazendo um trabalho exaustivo e transparente, sempre focado na proteção do Erário público.

Nós agora estamos tentando iniciar o Trecho 5, que é a continuação do canal. Como bem expôs o Dr. Thiago, já há 74% de execução do Trecho 4, beneficiando mais de 200 mil alagoanos.

A importância do Trecho 5 se dá porque uma das adutoras do Estado de Alagoas, da região da Bacia Leiteira e que abastece 19 Municípios, vai captar água do final desse trecho. Daí a grande importância de não haver a descontinuidade da obra.

Após a apresentação feita pelo Dr. Thiago, nós viemos basicamente relatar as providências que o Estado de Alagoas vem tomando para sanar essa IGP.

Quero frisar incialmente, como o Dr. Rafael falou, que a obra não foi iniciada. Nós estamos tentando garantir o recurso para iniciar a obra.

Tão logo saiu o acórdão do TCU determinando a repactuação desse contrato e que tratava dos Trechos 3, 4 e 5, um dos primeiros ofícios de 2016 da SEINFRA — mais precisamente o Ofício nº 2, parece-me que do primeiro dia útil daquele ano, de 4 de janeiro — encaminhou uma notificação de repactuação à construtora detentora do contrato, exatamente atendendo à determinação do Tribunal. Então, desde o início de 2016, o Estado trabalha tentando tirar essa IGP.

Nós continuamos com esse trabalho e, em maio de 2016, encaminhamos novo ofício ao TCU, que, na época, nos cobrou a conclusão do estudo. O Estado, na realidade, promoveu um grande estudo de viabilidade técnico-econômica com o apoio do consórcio gerenciador da obra. E, em junho de 2016, nós apresentamos a primeira versão desse estudo de viabilidade técnica.

O contrato, como o Dr. Rafael lembrou, é de 2010. E vale salientar que o Estado já cumpriu a determinação de não reajustar a obra pelo índice do contrato, e, sim, pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI, como se feita nova licitação para a obra hoje. Então, a obra foi totalmente adequada ao SINAPI.

O valor original da planilha, se atualizado, daria 686 milhões de reais. E, no primeiro estudo de repactuação, o Estado propôs 559 milhões de reais, já praticando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma redução de 18,46%. O Dr. Rafael mostrou, na sua apresentação, que o achado de sobrepreço na data-base do contrato era de 48 milhões de reais, ou seja, 12%.

Então, o TCU promoveu as primeiras análises desse estudo de viabilidade técnica e fez alguns apontamentos. No estudo, nós havíamos concedido as chamadas horas *in itinere*, que o TCU questionou. Nós conseguimos retirar essas horas *in itinere* e trouxemos o valor do contrato para 527 milhões de reais. Isso gerou uma redução de pouco mais de 23%, que é quase o dobro do achado do TCU.

No final de 2016, nós emitimos um novo ofício para o TCU esclarecendo mais alguns questionamentos. Na época, novamente pedimos o início imediato das obras. O TCU elaborou uma nota técnica em que, embora dissesse que os preços estavam, vamos dizer, dentro do normal, informava que, segundo a metodologia de cálculo deles, havia uma transfiguração do objeto, coisa que o Estado não entende, já que o objeto continuava o mesmo. O Trecho 5 continua com o mesmo ponto de partida e o mesmo ponto de chegada, no quilômetro 150, cumprindo rigorosamente o mesmo trajeto. Mas o Dr. Rafael focou a quantidade de serviços acrescidos e de serviços suprimidos.

Nós fizemos uma manifestação para o TCU justificando e explicando que grande parte dos serviços que o Tribunal classificou como suprimidos ou acrescidos eram, na realidade, já existentes na planilha, dos quais nós, aproveitando a *expertise* de já termos feito quatro trechos no canal, havíamos feito uma melhor divisão, o que não configurava acréscimo nem supressão de serviços. Nós apresentamos essa manifestação para o TCU, que está em análise.

É importante — eu já falei, mas vou frisar — repetir que, no último relatório produzido pela auditoria do TCU, eles classificaram o preço como aceitável e ainda identificaram um pequeno subpreço de quase 2% com relação aos valores dotados pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária — SEINFRAHidroFerrovia.

Senador, por enquanto é isso. Nós esperamos que consigamos retirar essa IGP, tendo em vista a importância do Canal do Sertão para todos alagoanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradeço ao Dr. Alzir, que faz parte da equipe do nosso nobre Governador Renan Calheiros Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra o Secretário Executivo de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia do Governo da Paraíba, o Sr. Deusdete Queiroga Filho, que faz parte da equipe do nobre Governador Ricardo Coutinho.

O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO - Exmo. Senador Hélio José, caro Stanley, Dr. Nivaldo, Dr. Rafael, representante da ELETROBRAS e demais presentes, rapidamente quero reforçar o que já foi apresentado aqui pelo Ministério da Integração.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Canal Acauã/Araçagi é uma obra importantíssima para a Paraíba, o Canal das Vertentes Litorâneas. Na verdade, é uma obra complementar ao PISF, a obra da Transposição do Rio São Francisco. O Canal capta água no Açude de Acauã e a leva até as proximidades da divisa com o Rio Grande do Norte.

Com um investimento de mais de 1 bilhão de reais, é não só a maior obra de infraestrutura da Paraíba, como também a maior obra de infraestrutura hídrica do Estado. A maior parte dos recursos é do Ministério da Integração, sendo a outra parte de contrapartida do Governo do Estado.

É um canal com 130 quilômetros de extensão e vazão máxima de 10 metros cúbicos por segundo. É uma minitransposição do São Francisco, uma vez que transpõe algumas bacias. A vazão do São Francisco é bem superior, mas é uma obra semelhante à transposição do Rio São Francisco. A obra vai dar segurança hídrica a 35 Municípios da Paraíba e beneficiar em torno de 631 mil pessoas no Estado.

Aqui há algumas fotos da obra. As funcionalidades e os benefícios da obra são: abastecimento de água nos Municípios; sustentabilidade hídrica; irrigação; desenvolvimento econômico na piscicultura; desenvolvimento da agricultura familiar e empresarial.

Podemos ver aqui outras fotos do canal que já tem, como foi colocado, mais de 50% da sua execução física.

Este é um trecho do aqueduto que cruza uma rodovia estadual.

Esta obra vem de um projeto básico que foi contratado pelo Ministério da Integração em 2004. O projeto básico foi concluído em 2007. Depois, quando a obra foi delegada ao Governo do Estado, foi contratado o projeto executivo e homologada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a licitação do projeto executivo, em fevereiro de 2012. O início das obras efetivamente ocorreu já no ano de 2012, com a ordem de serviço de outubro de 2012.

A obra foi dividida em 3 lotes: Lote 1, Lote 2 e Lote 3. O Lote 1 está 91% concluído; o Lote 2 está com pouco mais de 30%; e o Lote 3, que é praticamente o objeto que está sendo tratado nos achados do TCU, ainda não foi iniciado. Há um esforço por parte do Governo do Estado, já que há recursos assegurados para a obra, para que essa questão seja destravada e que nós possamos iniciar esta obra.

Estes são os dados financeiros. Nós temos, inclusive, no Ministério da Integração, a solicitação de 35 milhões de reais dos Lotes 1 e 2 de medições já executadas, o que possivelmente, no início deste mês de dezembro, será resolvido. O total a liberar da obra completa é em torno de 406 milhões de reais. Esse é o montante de recursos que ainda faltam ser liberados para a conclusão total desse importante empreendimento para os paraibanos.

É bom destacar, Senador e demais presentes, que, segundo acórdão, a construção do Canal das Vertentes Litorâneas está classificada como obra com IGP pendente de confirmação, até porque, como colocou o Dr. Rafael, na verdade, o Governo da Paraíba, através da Secretaria, apresentou uma defesa e parte dela foi acatada pela auditoria do TCU. Então, será aberta oitiva para que, novamente, o Governo do Estado, através da Secretaria, o Consórcio Acauã e o consórcio do Lote 3, possam, no prazo de 15 dias, receber essa notificação oficial, e assim possamos novamente apresentar nossa defesa e tentar esclarecer, de uma vez por todas, essas questões apontadas.

Eu vou tentar destacar, para ser breve, os pontos mais relevantes, como foi colocado já pelo Thiago, do Ministério da Integração.

Os achados são estes cinco: projeto básico deficiente; sobrepreço no Contrato nº 5, de 2011, relativo ao Lote 2 e no Contrato nº 6, de 2011, relativo ao Lote 3. Na apresentação do Dr. Rafael, nós nos ativemos à questão do Lote 3, que ainda não foi iniciado.

E os três últimos achados têm menor relevância. Mas, acima de tudo, eu gostaria de esclarecer que a Secretaria de Infraestrutura já adotou providências para sanar todas as três questões que são, eu diria, facilmente sanáveis, e isso já está ocorrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em relação ao Achado 1, o projeto básico deficiente, eu vou ler só a resposta da Secretaria de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia — SEIRHMACT, pois esse assunto já foi bem tratado pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério:

> *Com relação à manifestação do TCU, a SEIRHMACT, na defesa apresentada, contradisse os argumentos apresentados de que o projeto básico é deficiente.*
>
> *Os Contratos 4/2011 e 5/2011, em execução, e o 6/2011, ainda não iniciado, apontam para Aditivos Contratuais que terão impacto financeiro inferior a 20%, enquanto a Lei nº 8.666 tolera acréscimos de até 25%.*

O Dr. Rafael colocou a questão da compensação, mas, para esse contrato específico, já há uma decisão do TCU de que é possível a compensação, uma planilha de perda e ganho. Acrescentam-se alguns serviços e reduzem-se outros. Para as obras novas que foram contratadas já depois dessa decisão é que há realmente uma vedação legal para que haja a compensação. Mas essa obra está caracterizada como possível de haver compensação.

Então, se há o argumento de que o projeto básico é deficiente, apresentamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio Leite) - Dr. Deusdete, observa-se que, no Canal do Sertão, há a mesma questão.

O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio Leite) - Eu até conversei um pouco aqui com o nosso querido Rafael e acho que o bom senso para o Brasil é não paralisarmos a água no meio do caminho, ainda mais pelo tanto que é fundamental essa questão para o Nordeste. Precisamos levantar todas as questões históricas, as jurisprudências anteriores, para que possamos arrumar uma saída constitucional, uma saída legal, uma saída que nós servidores públicos possamos encontrar para que realmente tenha continuidade essa importante obra para a Paraíba, para Alagoas e para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO - Perfeitamente, Senador. E eu o parabenizo, por estar na Presidência desta importante Comissão. Acredito que nós, junto com o Tribunal de Contas da União, encontraremos soluções para destravar essas obras.

Concluindo a resposta da SEIRHMACT:

> *Os argumentos acima apresentados, e levando-se em consideração que todas as alterações visaram a melhoria técnica da obra, demonstram objetivamente que as alterações, com o advento do detalhamento do Projeto Básico (Projeto Executivo), não são significativas nem o desqualificam.*

O projeto básico foi feito à época, em 2008, com base em levantamento aerofotogramétrico. E aí é bom destacar — o Dr. Rafael deve conhecer o caso a fundo — que houve um equívoco por parte da própria auditoria do TCU, quando entendeu que o projeto básico previa 17 quilômetros de extensão para esse Lote 3 e teria aumentado para 34 quilômetros. Ou seja, haveria realmente o acréscimo do dobro. Aí estava caracterizado que era um projeto básico muito deficiente, mas a própria auditoria do TCU já entendeu que não houve isso, que o acréscimo é de apenas 4 quilômetros, numa extensão grande. Um acréscimo que foi necessário, como está dito, para melhorar e otimizar a execução da obra. Então, esperamos que essa questão de projeto básico deficiente não seja um impeditivo para que possamos dar início ao Lote 3.

Na questão do Achado 2, que fala dos sobrepreços, na verdade, existem aí dois acórdãos. Existe um primeiro acórdão do Tribunal de Contas da União que identificou um sobrepreço no Lote 2 de 29 milhões de reais. Depois foi feita a defesa, por parte do Governo do Estado e do consórcio vencedor da obra, justificando que o sobrepreço teria de ser verificado no contrato como um todo e não apenas em alguns itens. E aí há um acórdão do Tribunal, de 2017, que determina que a Secretaria adote como preço aqueles preços que o Tribunal encontrou.

Então, com relação a esse suposto sobrepreço — e isso está bem dito inclusive no acórdão —, caso haja sobrepreço, que seja feito o desconto. Esse suposto sobrepreço de 29 milhões de reais, na verdade, transforma-se num subpreço, ou seja, se adotarmos a determinação do TCU, em vez de haver um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sobrepreço de 29 milhões de reais, na verdade, teria que se aumentar o valor para a construtora em 1 milhão de reais. Então, isso está apresentado nesta planilha e espero ter a oportunidade de, junto ao TCU, justificar essa questão.

Outra questão que não está na apresentação, mas que foi colocada pelo Dr. Rafael, é a questão do reajustamento. O contrato é de 2010. Se os preços forem reajustados — e foi o que o TCU fez, reajustando-os para 2016 —, serão encontrados alguns itens, como foi colocado na apresentação, com sobrepreço, porque o preço reajustado está maior que o preço de mercado. Mas aí vem a questão: onde fica a segurança jurídica? Há o contrato de 2010, em que está definido um percentual de reajuste legal, que era o que se permitia no momento. Se, a cada auditoria, o TCU for comparar o preço reajustado com o preço de mercado, a cada ano, serão encontradas divergências. Alguns produtos sobem mais; outros, menos. E como já há uma jurisprudência e uma decisão do TCU para que isso seja feito globalmente, até a questão do reequilíbrio econômico-financeiro com o contrato tem que ser feita globalmente e não apenas nos itens em que forem identificadas essas divergências.

Então, com relação aos Achados 3, 4 e 5, como eu coloquei, para as demais irregularidades identificadas, a equipe de auditoria entendeu suficiente a expedição de determinações, e a Secretaria já adotou todas aquelas determinações que o TCU colocou.

Em resumo, era essa a exposição que a Paraíba gostaria de fazer. E peço, realmente, a compreensão do TCU no tocante à questão e o apoio do Senador Hélio José e de toda a Comissão, para nos ajudar a destravar essa importante obra para a Paraíba.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Muito obrigado, Dr. Deusdete.

Agradecemos a todos pelas apresentações. Um aplauso aos senhores.

Eu gostaria de colocar aqui as seguintes questões que são importantes para podermos executar o nosso relatório. Vou ler a posição e os questionamentos do COI sobre o Canal do Sertão. Não é a minha posição pessoal. Estou aqui colocando isso, porque essas informações são importantes para que possamos fazer o nosso relatório, e eu vou precisar dessas respostas precisas, para podermos caminhar e tentar, junto com o TCU e com o Congresso Nacional, não permitir que esses dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

importantes Estados brasileiros, sua população e o Nordeste como um todo tenham essas obras importantes paralisadas. Então, vamos todos procurar colaborar naquilo que é possível.

Passo à leitura das perguntas referentes ao Canal do Sertão.

"Ao examinar esta obra, o que nos preocupa mais é o cenário de irregularidades e prejuízos gravíssimos em todos os quatro trechos que já foram executados. Temos que tomar muito cuidado com o tratamento do único trecho que ainda não foi iniciado.

Pergunto ao representante do Ministério da Integração Nacional: o sobrepreço está apontado pelo TCU desde o começo de 2016, pelo menos. São questões objetivas, já convalidadas pelo Congresso, mas não vemos qualquer modificação no estado dos contratos nem qualquer iniciativa de correção. O que está impedindo isso? É o Ministério que entende que o sobrepreço não existe ou é a empresa que se recusa a formalizar as correções contratuais?"

A resposta a essas perguntas é importante. Mais uma vez digo que os senhores não têm obrigação nenhuma de nos dar essas respostas precisas agora, mas nós precisamos delas. Fiquem à vontade para responder. Quem puder dar a resposta aqui agora já nos ajudará, porque o tempo urge.

"Pergunto também ao representante do TCU: o Acórdão nº 2.060, de 2017, relata que está pendente de votação uma auditoria de revisão do projeto, na qual a unidade técnica propôs a anulação do contrato, por ter sido a licitação baseada em projeto básico com graves deficiências. Isso é um fator crucial na decisão de bloqueio, porque não teria sentido desconsiderar o sobrepreço e liberar a obra se daqui a poucos dias tomamos conhecimento de problemas ainda mais graves. Poderia nos dar detalhes maiores da situação atual dessa fiscalização, dos fatos que se têm apurados até agora sobre essa nova revisão do projeto pelo Tribunal?"

Então, essas são as perguntas com relação ao Canal do Sertão. Vamos concluir o Canal do Sertão, depois eu farei as perguntas sobre o Canal das Vertentes da Paraíba.

Estou com mais uma pergunta sobre o Canal do Sertão. Pergunto ao representante de Alagoas: os novos preços de junho de 2016 já estão formalizados em contrato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra ao representante do Ministério da Integração. Em seguida, falarão os nossos colegas de Alagoas.

O SR. STANLEY RODRIGUES BASTOS - Bom, com relação ao contrato que foi firmado pelo Governo de Alagoas para a execução do Trecho 5, esse é um contrato, cuja parceria do Governo do Estado com o Ministério da Integração não foi formalizada. Então, pelas parcerias que há nos outros trechos, temos acompanhado a evolução da negociação do Governo do Estado com a empresa que pretende executar o Trecho 5, e a impressão que eles nos têm passado, o *feedback* que temos tido do Governo do Estado, é que as negociações já estão avançadas e já se conseguiu superar essa questão dos sobrepreços, restando apenas para poder ser discutida, junto ao Tribunal, a questão da interpretação da legislação com relação a acréscimos e supressões. Na visão do Governo do Estado, existem decisões do Tribunal de Contas que o respalda a fazer a compensação entre os acréscimos e supressões. Por outro lado, a informação que temos tido do órgão de fiscalização é que não seria possível porque existiria algum impasse com relação a isso.

Então, Alagoas já apresentou ao Tribunal de Contas uma última justificativa, que, pelo que se sabe, ainda não houve um retorno com relação a isso, mas se pretende que seja a que vai sacramentar a decisão no sentido da continuidade do contrato do Lote 5.

Então, se os representantes de Alagoas tiverem algo a mais a complementar, algo que queiram acrescentar, fiquem à vontade para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Passo a palavra ao nobre Sr. Alzir, Superintendente de Alagoas.

O SR. ALZIR LIMA - Veja bem, Senador, hoje consideramos que o Canal do Sertão Alagoano tem cumprido fielmente as determinações do TCU. No Trecho 4, onde estamos com um avanço físico de 74%, já vimos cumprindo uma decisão cautelar do TCU, e já vimos pagando, há quase 2 anos, rigorosamente os preços apontados pelo TCU.

Paralelo a isso, nós já estamos em fase final de conclusão da repactuação desse contrato. Além de cumprir os preços determinados pelo TCU, o Estado está tentando, vamos dizer, um desconto a mais em cima desse contrato. Então, assim, o risco de prejuízo hoje ao Erário no Trecho 4 é zero, porque, como eu disse, já vimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cumprindo essa decisão cautelar do TCU e, tão logo seja concluída a repactuação, os preços estarão rigorosamente em conformidade com o TCU.

Com relação ao Trecho 5, como foi dito na minha apresentação, vimos trabalhando há quase 2 anos. O último passo do Estado de Alagoas foi fazer uma manifestação em cima de um relatório técnico da unidade técnica do TCU, justificando que não há uma transfiguração do objeto, como foi alegado pelo TCU.

Então, entendemos que todas as pendências estão sendo rigorosamente cumpridas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Eu gostaria de reforçar o pedido tanto ao representante do Ministério da Integração Nacional, quanto aos colegas das Alagoas — e já pedi para assessoria tirar cópia das perguntas aqui formuladas pelo COI — para nos encaminharem as respostas, se tiverem alguma complementação a fazer ou queiram colocar qualquer coisa.

O SR. ALZIR LIMA - Permita-me dizer, Senador, que nós encaminhamos, no último dia 27, para esta Comissão — como foi anteontem, possivelmente não deu tempo de chegar às suas mãos —, todas as ações feitas pelo Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Ainda não chegaram.

O SR. ALZIR LIMA - Elas foram protocoladas anteontem. Os senhores já têm isso em mão, e é lógico que estamos à disposição para algo mais que precisarem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - De qualquer forma, as perguntas aqui foram formuladas objetivamente.

Vamos ouvir agora o representante do TCU sobre a questão do Canal do Sertão, se ele tem mais alguma colaboração a dar. Inclusive, eu fiz uma pergunta direta a ele. Em seguida, passaremos às questões formuladas para o Canal das Vertentes.

Eu gostaria de saber se os representantes dos Estados ainda estarão amanhã por aqui. Eu gostaria de recebê-los todos no meu gabinete, com essas respostas, se tiverem condição fazer isso. Podemos acertar a hora para que eu possa recebê-los, para termos uma posição trabalhada e ver como é que todos nós colaboraremos para que, dada a importância da água, não paralisemos essas obras. Nós, aqui em Brasília, estamos vivendo uma crise hídrica sem tamanho, e sabemos como a água é fundamental para cada cidade do Sertão brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aí, realmente, precisaremos ter todo o cuidado necessário e, principalmente, precisamos cumprir a Lei nº 8.666 e a Constituição Brasileira. E temos que ver as jurisprudências legais para que possamos, de uma forma legal, ter condições de fazer com que as coisas avancem e continuem. O que estiver ao nosso alcance, no que diz respeito à colaboração, é óbvio que vamos fazer.

Então, amanhã, eu espero receber os representantes do Ministério da Integração Nacional e os senhores, em meu gabinete, para dialogarmos um pouco mais a respeito dessas questões. Peço aos senhores que já tentem formular com mais precisão as respostas ao que foi perguntado, porque nós do Congresso Nacional e o TCU precisamos ter subsídios realmente robustos, para que essa obra tenha continuidade.

Tem a palavra o Sr. Rafael Esteves.

O SR. RAFAEL LUCIO ESTEVES - Senador, só para esclarecer, a jurisprudência do TCU também é bastante sensível quanto a se evitar paralisações de obras, evitar todos os prejuízos advindos da desmobilização, dos danos causados às obras já feitas. Então, por isso, essas obras que nós estamos analisando aqui, tanto o Canal do Sertão quanto a Vertente Litorânea, estão em execução atualmente. O Trecho 4 do Canal do Sertão está em execução. Os Trechos 1 e 2 da Vertente Litorânea estão em execução, embora nesses contratos tenham sido detectadas também as mesmas irregularidades que foram encontradas nos contratos do Trecho 5, que não foi iniciado, e do Trecho 3, da Vertente, que também não foi iniciado.

Então, o que se fez foi, adotando a jurisprudência que existe de, excepcionalmente, nesse caso de acréscimo de supressões, poder-se compensar para contratos antigos em obras em execução, para evitar paralisações, tanto no Trecho 4 do Canal do Sertão quanto no Trecho 2 da Vertente Litorânea, o Tribunal não propôs nenhuma paralisação, apenas a repactuação dos contratos para corrigir eventuais sobrepreços.

Por enquanto, nós entendemos que, como o Trecho 4 do Canal do Sertão Alagoano, conforme apresentado pelo Ministério de Integração, tem previsão de conclusão para dezembro de 2018, haveria tempo hábil para solucionar as questões do Trecho 5, enquanto a obra avança sem paralisações até haver um saneamento desse contrato do Trecho 5, sem haver qualquer paralisação da obra como um todo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se considerarmos o empreendimento como um todo, e não cada contrato isoladamente.

Da mesma forma aconteceu em Vertente Litorânea. No Trecho 2, no Lote 2 do Canal Vertente Litorânea também houve grandes alterações da planilha, com acréscimos e supressões, mas considerando essa jurisprudência que admite excepcionalmente poder compensar, não propomos a paralisação do Trecho 2, que conta, atualmente, com cerca de 30% de execução. Então, também pensamos que haveria tempo hábil de, enquanto se executa o Trecho 2, poder sanear os problemas do contrato do Lote 3, para não haver qualquer prejuízo ao caminho das águas, nenhuma paralisação no caminho das águas por esses canais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Muito obrigado, Dr. Rafael Esteves. Com certeza, todas essas informações serão levadas muito em consideração. Eu também quero aguardar mais colaboração do senhor, que é um colega, um servidor público que está fazendo a sua tarefa brilhantemente.

Com certeza, como se colocou aqui, o TCU não tem interesse nenhum em paralisar obras, ainda mais sendo elas dessa magnitude e tão importantes para o nosso País. O interesse é que o recurso público seja utilizado da melhor forma possível. E esse é o nosso interesse aqui, o objetivo comum de todos nós.

O que foi colocado aqui com toda a clareza, pelo menos na minha compreensão, é que, se nós não conseguirmos sanar os problemas dessa obra já em construção, que falta um pedaço para acabar, se tivemos de recorrer, há toda uma situação, como a paralisação das etapas que teriam que ser feitas para poder iniciar a obra, pode haver prejuízos insanáveis e maiores depois. De repente, com uma nova licitação, o preço do metro linear vai ficar bem mais caro do que seria se resolvêssemos essa parada por aqui.

Então, é essa questão que nós precisamos analisar, com todo o cuidado, observando a legislação, com toda a legalidade possível, e ver ser há alguma saída. É isso o que pretendemos construir juntos, a quatro mãos: Governos envolvidos, Ministério envolvido, TCU e Congresso Nacional, Comissão Mista de Orçamento. Faremos o que pudermos — e eu tenho certeza de que o TCU será parceiro nisso — para avançar no sentido de atender essa obra que é capital, a principal obra do Estado de Alagoas, e essa outra obra que também é capital e principal obra do Estado da Paraíba. Brasília tem milhares de nordestinos, tanto de Alagoas quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Paraíba. Eu tenho certeza de que milhares de familiares dessa turma aí vão nos honrar muito se eu, como responsável por essa questão, e o senhor, também como responsável — porque somos servidores públicos — conseguirmos uma forma adequada de agilizar o expediente de maneira correta, transparente, lícita.

Então, é isso que nós esperamos construir. E, com certeza, nós chegaremos, a uma solução. Se tivermos que licitar, vamos licitar. Se houver uma saída, vamos ver a saída que é possível construir.

Obrigado. Eu fico muito agradecido.

Vamos passar para as questões do COI referentes à Vertente Litorânea, da Paraíba.

"Pelo que entendi, nós estamos tratando da obra do Lote 3, que ainda não foi iniciado e nem pode ser tocado porque há pendências de desapropriação — o Tribunal sugere que para os Lotes 1 e 2, estando muito avançados, não recomendaria paralisação. Existem problemas de preços superiores ao mercado, mas em pequena proporção frente ao valor do contrato.

O problema central foi que o projeto licitado estava tão mal feito que, na prática, foi licitada uma obra e contratada outra, de tão diferente que estão os serviços do contrato em relação às planilhas de licitação. Então, a questão que se coloca é respeitar o princípio constitucional da licitação, evitando que se manipulem as licitações para que os licitantes disputem uma coisa e, depois, a vencedora receba outra."

Pergunto ao representante do Ministério e ao representante do Governo da Paraíba.

"Existe um cronograma homologado, validado pelo Ministério, de execução pretendida das obras no ano de 2018, diante do quadro de impedimentos por desapropriação e dos questionamentos do TCU?"

Essa é uma pergunta que fica registrada. Queremos saber se existe esse cronograma homologado.

"O Ministério concorda com alterações, do projeto licitado, tão grandes como essas que verificamos — acréscimo de serviço de 69,77% e supressões de 53,61% em relação ao valor original? Que tipo de reflexo haveria nas suas próprias negociações com os gestores estaduais e municipais, caso eles verifiquem que o Governo Federal admite esse problema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pergunto também ao representante do TCU: que consequências têm para administração e o mercado de construção a tolerância com mudanças tão extensas de serviços entre o que foi licitado e o que foi contratado?"

Então, essas respostas, é óbvio, são importantes para a consultoria do Senado, para a consultoria da Câmara, pois vão nos ajudar a construir o relatório sobre essa IGP. Por isso os senhores receberão essas perguntas por escrito, terão direito agora a fazer as considerações que acham pertinentes, não se preocupando em ter que responder tudo aqui. O que eu preciso é da resposta escrita, fundamentada, para que nós possamos achar a melhor saída possível.

Assim, eu vou distribuir as perguntas aos representantes do Ministério, Governo da Paraíba, do TCU e do Governo das Alagoas.

Então, feitas as minhas perguntas, eu gostaria de passar a palavra ao representante do Ministério da Integração Nacional, para fazer suas considerações sobre o Canal da Vertente.

O SR. STANLEY RODRIGUES BASTOS - Com relação ao cronograma de execução das obras da Vertente Litorânea, é fato que ele tem sofrido alteração e tem sido postergada a nossa previsão do Canal da Vertente. Mas o entendimento do Ministério é que o que tem causado essa postergação na data de entrega é o impasse que existe com relação ao contrato do Lote 3, que já poderia ter sido iniciado. Como é uma obra linear, porque ele não depende de o Lote 2 estar concluído para dar início ao Lote 3, essa obra já poderia ter sido iniciada. Todavia, como existe uma insegurança jurídica com relação a um contrato, o Governo da Paraíba ainda não se sentiu à vontade para emitir a ordem de serviço para poder dar início às obras.

Com relação à questão de desapropriação, nós temos a experiência do Projeto de Integração do Rio São Francisco — PISF, e sabemos que fazer a execução de uma obra linear dessa extensão significa encontrar pontualmente uma ou outra dificuldade com relação à desapropriação. Mas, como foi dito, é uma obra linear. Você pode ir tocando outras frentes, enquanto uma equipe específica está resolvendo aquele problema. Então, o grande problema que vemos hoje, com relação à execução e ao prazo de finalização da Vertente Litorânea, é a questão da solução que vai ser dada para o contrato do Lote 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com relação à questão de acréscimos e supressões, realmente existem percentuais altos de acréscimos e supressões, mas uma vez que se faça a compensação de um com o outro, gera-se um impacto dentro do contrato inferior a 20%. Então, para nós isso está equacionado, porque o Ministério é o grande financiador dessa obra, é uma obra em parceria, existe recurso de Governos de Estado também, mas a grande parte dos recursos é do Governo Federal.

Então, dentro desses valores que têm sido apresentados pela Paraíba, de acréscimos financeiros para financiamento da obra, entendemos que está dentro da expectativa para uma obra dessa magnitude, que está sendo executada. Então, se o representante do Governo do Estado tiver algo a mais para poder complementar as informações que eu dei, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Passo a palavra ao Dr. Deusdete, em nome do Governador da Paraíba.

O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO - Muito rapidamente, complementando o que o Dr. Stanley colocou, a expectativa do Governo do Estado é que no final de 2018 essa obra possa estar efetivamente concluída. O prazo de contrato para esse Lote 3 é de 12 meses. Seria 1 ano a partir da ordem de serviço. Então, a expectativa nossa era poder conseguir isso.

Com essa insegurança que foi colocada por Dr. Stanley, por conta dos apontamentos do TCU, vem se protelando isso. Caso a decisão seja por uma nova licitação, o senhor há de convir as implicações que isso teria. O próximo ano é um ano eleitoral, teremos as vedações legais de não poder, em determinados períodos do ano, dar ordem de serviço, etc., e isso iria, sem dúvida, atrasar em praticamente 1 ano.

Então, a expectativa do Governo é que possamos fazer isso, sem trazer qualquer dano ao Erário, apenas tendo que fazer esse tipo de compensação, com o que concorda o próprio Ministério da Integração, que é grande financiador da obra, e também se houver o entendimento do TCU nesse sentido. Até porque o acréscimo, apesar de parecer sim realmente significativo — 69% de acréscimo e pouco mais de 50% de decréscimo — é acréscimo em itens de serviço. Mas todos os itens já estão previstos no contrato, são itens cujos preços já estariam predefinidos, até pelo acórdão anterior do TCU. Então, temos também o mesmo entendimento do Ministério da Integração de que isso não seria um problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se houver o destravamento e a possibilidade da ordem de serviço, no final de 2018, estaríamos com essa obra concluída, os Lotes 1, 2 e 3, trazendo benefícios, como ela trará, para a Paraíba e os paraibanos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Muito obrigado, Dr. Deusdete.

O TCU tem alguma consideração para fazer sobre a Vertente? *(Pausa.)*

Então, eu quero agradecer a todos e liberar os colegas do Ministério da Integração Nacional, do Governo da Paraíba e do Governo de Alagoas e também o nosso nobre Rafael Esteves.

Vamos para a última etapa.

Eu gostaria que o Dr. Leonam se sentasse aqui ao meu lado e que o nosso nobre Nivaldo também se sentasse mais perto, para terminarmos essa maratona de hoje.

Passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Nivaldo Dias Filho, pelo prazo de 10 minutos, para que apresente as questões relativas à Eletronuclear.

O SR. NIVALDO DIAS FILHO - Boa noite a todos.

Cumprimento o Senador Hélio José e as demais autoridades e Parlamentares, como também o representante da Eletronuclear e dos demais órgãos e entidades aqui presentes. Antes de tudo, agradeço por mais esta oportunidade de o TCU vir aqui apresentar os seus trabalhos nesta Casa.

Começo, sem mais demoras, falando sobre a Usina Termonuclear de Angra 3.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta ilustração mostra as várias unidades de que é composta esta obra, esta usina, sejam unidades nucleares, sejam as chamadas não nucleares.

A Usina Termonuclear de Angra 3 é uma usina de 1.405 megawatts e suas obras estão paralisadas desde outubro de 2015. Como está registrado ali, já foram investidos nesta obra cerca de 8,5 bilhões de reais e há um percentual executado declarado de 64%, de acordo com vistoria feita em 19 de abril de 2017 pelo TCU.

Estudos realizados demostraram que a descontinuidade desta obra implicaria custo de 12 bilhões de reais, a sua conclusão, 17 bilhões de reais, o que totalizaria 25,5 bilhões de reais ou cerca de três vezes o valor inicialmente orçado.

O foco do TCU na auditoria de 2017, tendo em vista que a obra está paralisada — esta é uma imagem de Angra 1 e Angra 2, visto que Angra 3 está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nesta situação aqui hoje —, era verificar se a Eletronuclear estava tomando as medidas para preservar as obras, os equipamentos e também mitigar os efeitos, melhor dizendo, dessa paralisação.

A boa notícia é que o Tribunal constatou que a Eletronuclear está, sim, fazendo isso de uma maneira satisfatória, bem como está tomando as medidas para o saneamento das irregularidades.

Temos três contratos com indicativos de irregularidades apontados pelo Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Nobre Nivaldo, só uma interrupção.

Eu tenho que me ausentar para receber agora uma homenagem dos servidores públicos do Brasil, e fui homenageado aqui com a presença da nobre Deputada Gorete Pereira, que vai presidir os trabalhos para nós agora.

Então, eu gostaria de passar a Presidência do COI neste momento para a nobre Deputada Gorete Pereira. Vou passar a S.Exa. também as perguntas do COI que precisam ser formuladas aos nossos nobres representantes da ELETROBRAS. S.Exa. fará as perguntas oficiais, além de outras que queira fazer.

Como está sendo o procedimento aqui, minha nobre Deputada guerreira? O representante TCU fará sua apresentação, por 10 minutos; em seguida, o Leonam, Presidente interino da ELETROBRAS, fará as considerações dele; e, por fim, V.Exa. fará suas considerações e perguntas, e devolverá a palavra a eles, está bom?

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Eu fico muito agradecido a V.Exa. por estar aqui comigo, ajudando-me nesta audiência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Dando continuidade aos trabalhos, continua com a palavra ao Sr. Nivaldo Dias Filho, Diretor da Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas — SEINFRA do TCU.

O SR. NIVALDO DIAS FILHO - Cumprimento também a nobre Deputada, assim como já fiz com os demais.

Continuando, esse contrato das obras civis tem indicativo de Indícios de Irregularidades Graves com Recomendação de Paralisação — IGP, com as características que vocês podem verificar na apresentação. Esse indicativo de IGP se deu por dois achados: ao superfaturamento de 303 milhões, valores iniciais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atualizados para 535 milhões; e à gestão fraudulenta do contrato. E foi confirmado por decisão monocrática do Ministro-Relator no finalzinho de 2016. Mais recentemente, após essa fiscalização de 2017 do TCU, foi confirmado pela estatal que o Contrato 223/83, contrato de obras civis, foi anulado pela Diretoria Executiva e, na época, estava pendente de homologação pelo Conselho de Administração.

Diante dessa informação, a unidade técnica já se manifestou favoravelmente à remoção do IGP desse contrato, e o processo aguarda deliberação do Plenário. Naturalmente, esta audiência pública é também uma oportunidade para termos notícias novas, caso a Eletronuclear, na sequência, as tenha.

Outro contrato é o chamado Pacote Civil 2, que apresentou irregularidades relacionadas ao procedimento licitatório, que estão detalhadas ali; e o Pacote Eletromecânico 2, que teve irregularidades relacionadas à execução do contrato, à pactuação de aditivos insuficientemente motivados e a indícios de descompasso físico-financeiro e de falhas na fiscalização contratual, que até mesmo já foram admitidas.

Diante desse cenário, em decisão monocrática, no final do ano de 2016, o Tribunal determinou a paralisação e também a retenção de valores, algo que foi confirmado pelo Acórdão nº 1.348, de 2017, do TCU-Plenário, que comunicou que persistiam os motivos iniciais apontados nesses dois contratos.

Sem nada mais a declarar, encerro e me coloco à disposição para perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Em discussão. *(Pausa.)*

Como não há quem queira discutir, passamos agora a palavra ao Sr. Leonam dos Santos Guimarães, Diretor-Presidente interino da ELETROBRAS.

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES - Primeiramente, Deputada, eu queria agradecer a oportunidade de nós trazermos essas informações aqui, complementando as informações que o TCU já apresentou. Também quero registrar que nós já apresentamos a nossa resposta ao pedido de informações. Hoje pela manhã nós a protocolamos e, inclusive, encaminhamos cópia ao TCU desse documento.

Na realidade, os indícios de irregularidade apontados pelo TCU se referem, como bem já falou o colega Nivaldo, ao contrato de obras civis, ao contrato de titularidade da construtora Andrade Gutierrez e aos contratos de projeto, tanto eletromecânico quanto civil, e de titularidade da empresa Engevix.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ora, independentemente dos achados de auditoria do TCU e anteriormente a isso, a Eletronuclear abriu processo administrativo para a anulação desses contratos, com base no oferecimento de denúncia pelo Ministério Público Federal, junto à 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, dentro do contexto da Operação Lava-Jato. Ou seja, esse processo administrativo para a anulação foi lançado com base não nos achados de auditoria, mas, sim, na denúncia feita e aceita pelo Juiz Bretas sobre essas duas empresas.

Na verdade, a criação dessas comissões especiais para o contrato da Andrade Gutierrez se deu em 3 de agosto de 2016. Também foram criadas comissões para esses dois contratos da Engevix. Esses processos administrativos tiveram andamento, com direito à ampla defesa, a todo o procedimento do rito legal, até que este contrato da Andrade Gutierrez foi declarado nulo em 15 de novembro de 2017, conforme publicado no *Diário Oficial* desse dia — estamos anexando as publicações do *Diário Oficial*. E os dois contratos da Engevix foram igualmente declarados nulos em 10 de outubro de 2017. Ambos os processos passaram pela declaração de nulidade da Diretoria Executiva e foram homologados pelo Conselho de Administração. Foi aberto prazo de recurso, houve recurso da Diretoria Executiva da construtora, recurso ao Conselho de Administração, mas ambos não foram acatados. O fato é que esses três contratos hoje são nulos de pleno direito.

A situação que nós vivemos, no caso desses três contratos, é de apuração de prejuízos e de busca de ressarcimento. Seguindo a própria orientação do TCU, numa instrução de 14 de outubro de 2016, a Eletronuclear instaurou uma avaliação independente a respeito dos prejuízos causados pela gestão fraudulenta desses contratos, do conluio entre os administradores da empresa e os administradores da contratada e da própria Eletronuclear. Só um parêntese: os administradores envolvidos nesse conluio ou nessas fraudes já foram julgados e estão aguardando o trânsito em julgado de suas respectivas sentenças, todos os envolvidos na gestão desses contratos.

Hoje nós estamos numa fase de avaliação de prejuízos para poder buscar ressarcimento na Justiça. Como a nulidade é feita em sede administrativa, a busca de ressarcimento terá que ser em sede judicial.

A aplicação de penalidades administrativas a esses contratos foi suspensa, porque o Ministério da Transparência avocou para si a fase de penalidades, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

medida em que esse Ministério estaria em processo de negociação de acordos de leniência com algumas dessas empresas envolvidas. Não sabemos exatamente quais seriam elas e nem o estágio disso, mas o fato é que esses processos administrativos foram concluídos, tiveram declarada sua nulidade e foram encaminhados em bloco — todo o conjunto do processo — para o Ministério da Transparência, por solicitação desse próprio Ministério. Então, não foram aplicadas penas administrativas por essa razão.

Nesse processo atual de apuração de prejuízos causados, tanto pela Andrade Gutierrez quanto pela Engevix, no caso da Andrade Gutierrez foi feita uma avaliação independente, como eu já disse, indicada pelo próprio TCU. Essa avaliação foi encaminhada e apresentada oralmente ao TCU pelo avaliador independente. Durante a reunião, o TCU acrescentou alguns itens, porque ele queria que fosse feita a avaliação desses prejuízos. Hoje encontra-se em processo de contratação de aditivo daquele contrato original, com avaliação independente, para que seja feita essa complementação determinada pelo TCU.

No caso dos dois contratos da Engevix, eles se encontram hoje em processo de contratação, com avaliação independente, para nos gerar esse tipo de avaliação do prejuízo causado, de forma que nós possamos entrar com ações buscando o ressarcimento.

Nós estamos discutindo a colocação dessas ações. Elas ainda não foram propostas, porque se está discutindo a possibilidade de propor essas ações antes mesmo de concluir essa avaliação do prejuízo. Eu não conheço bem os aspectos de direito envolvidos, mas existe essa possibilidade de a avaliação ser feita ao curso da ação. Então, nós deveremos entrar com essas ações de ressarcimento num prazo mais curto. Era uma discussão jurídica, mas isso ficou definido.

Nessas condições, eu acredito que os indícios de irregularidades já levaram à nulidade dos contratos e não induziriam, no nosso entendimento de leigo, no caso, a um indicativo de paralisação, dado que esses contratos não existem mais, eles foram anulados. Hoje, nós estamos, como eu disse, na fase de apuração de ressarcimento dessas empresas.

Só para concluir e não me alongar muito, nessa mesma carta nós colocamos que, na realidade, o problema de paralisação das obras de Angra 3 como um todo, e não exclusivamente desses três contratos, está muito mais ligado ao colapso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

podemos chamar assim, da estrutura de financiamento que foi montada para o empreendimento, nos idos de 2009, 2010, quando se considerou uma série de premissas que acabaram não ocorrendo, independente dessas irregularidades e até dessa gestão fraudulenta. Ou seja, o colapso, vamos chamar assim, da estrutura de financiamento precede o fato, a identificação dos crimes de que a Eletronuclear foi vítima por conluio entre contratados e dirigentes da própria empresa.

Então, nós anexamos, para efeito de informação a esta Comissão, o contexto geral da empresa hoje. As dívidas decorrentes dessa desestruturação do financiamento de Angra 3 — baseado em Angra 1 e Angra 2, que são usinas extremamente saudáveis, rentáveis, viáveis e de bom retorno — estão tão comprometedoras que podem levar até mesmo à descontinuidade operacional de Angra 1 e 2, por estarmos arcando com dívidas com as quais nós não temos condições de arcar.

Esse é um anexo que nós fazemos a essa apresentação. Ela não está ligada diretamente ao tema IGP, mas eu acho importante a Comissão conhecer essa situação atual.

Então, nós nos colocamos à disposição para esclarecer qualquer questionamento adicional. Acho que eu trouxe algumas informações que o colega do TCU não sabia em que pé estavam. Mas deixo claro: os três contratos estão anulados, com publicação já feita no *Diário Oficial* e sem alternativa administrativa.

Agradeço a atenção de todos e devolvo a palavra à Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Gostaria de agradecer ao Dr. Leonam, Presidente interino da ELETROBRAS, pela apresentação.

Gostaria de saber se o representante do TCU deseja fazer alguma observação. (*Pausa*.)

Como S.Sa. não deseja fazê-lo, informo a todos que existem duas perguntas a serem feitas. Uma delas é dirigida ao TCU.

O relatório do TCU dá conta de que a empresa está conduzindo todos os processos de anulação dos contratos paralisados — foi o que ele disse — e de apuração dos prejuízos, bem como tentando conservar os bens já produzidos ou recebidos na obra. As dificuldades nesse processo de recuperação são um exemplo gritante da importância do nosso bloqueio das despesas irregulares: se o prejuízo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não for barrado na saída do dinheiro, a recuperação posterior é um verdadeiro calvário.

Hoje o horizonte maior de nossas preocupações é a viabilidade de continuar o empreendimento.

Pergunto ao representante da Eletronuclear: os três contratos paralisados na lei orçamentária, um de obras civis e dois de engenharia, estão ainda cumprindo alguma das etapas do processo de formalização administrativa da anulação, correto?

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES - Já foram concluídos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Então, está correto.

Outra pergunta: algum deles já foi declarado formalmente anulado em última instância administrativa, sem que essa anulação tenha sido objeto de nenhum questionamento judicial?

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES - Como eu tinha dito anteriormente, o processo administrativo dos três contratos já foi esgotado, todos foram declarados nulos. E, até o momento, já faz algum tempo que essa declaração foi feita, as empresas não buscaram a via judicial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Então, não houve nenhum questionamento judicial.

Essa é uma pergunta para o TCU: como estão os trabalhos de verificação de orçamento e cronograma para a retomada da obra?

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES - Sobre esse tema nós realmente não falamos. Esse tema é objeto de estudos já há bastante tempo. Nos últimos tempos, avançamos bastante nesse sentido, na estruturação do novo modelo de negócio para a retomada de Angra 3.

Certamente, a retomada não será feita nos moldes originais. Quais são os moldes originais? A Eletronuclear recebe um financiamento público e contrata as obras. Esse modelo é inviável hoje, dadas as circunstâncias até de oferecimento de garantias para esse financiamento.

Hoje se está estudando e se desenvolvendo um modelo que envolve parcerias internacionais, que iriam entrar como sócias, garantidas as limitações constitucionais, do empreendimento, alocariam os recursos para a sua conclusão e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

receberiam, obviamente, o retorno da produção ao longo dos 40 anos de vida da usina.

Esses entendimentos estão bastante avançados. O problema de fechamento desse modelo é que ele tem uma forte dependência do contexto mais amplo, que é o da privatização da ELETROBRAS. Muito provavelmente, segundo o projeto de lei que deverá tramitar no Congresso, haverá a separação da Eletronuclear e da Itaipu, transformando-as em outra empresa pública, separando-as da ELETROBRAS.

Então, para fechar um modelo consistente que possa ser aplicado, nós aguardamos algumas definições cruciais sobre esse processo que se encontra em andamento e é bastante discutido hoje no País todo, especialmente no Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Exatamente.

Então, com essa sua manifestação, fica respondida mais uma pergunta que é a seguinte: existe também uma revisão do cenário econômico-financeiro para o projeto como um todo? É exatamente o que V.Sa. já respondeu.

Gostaria de fazer algum questionamento, Sr. Nivaldo?

O SR. NIVALDO DIAS FILHO - O TCU tem um processo que está monitorando justamente essas tratativas de reestruturação. Dessa forma, o Tribunal vai ter a oportunidade de acompanhar o desenrolar de toda essa situação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Como não há mais ninguém que queira fazer pergunta, vou encerrar a presente reunião.

Antes, porém, lembro que amanhã, dia 30 de novembro, neste plenário, às 14h30min, daremos continuidade à solicitação do COI, através da reunião de audiência pública, na qual serão ouvidos representantes do TCU e dos seguintes órgãos: Ministério dos Transportes, Ministério das Cidades, Ministério do Esporte e da PETROBRAS.

Agradeço a todos a presença.

Declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Hélio José (PROS/DF), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Ministério dos Transportes, do Ministério das Cidades, do Ministério do Esporte, da Petrobras; e ainda, representantes do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves (IGP) apontados pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1.659/2017 -TCU-Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos Órgãos supracitados, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2018, com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves, por solicitação do Senador Hélio José (PROS/DF), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, desta Comissão, em atendimento ao disposto no *§ 1º, do art. 121, da Lei nº 13.473, de 08/08/2017* (LDO 2018). Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputado titular:** Carlos Henrique Gaguim; **Deputado suplente:** Raimundo Gomes de Matos; e do **- Senador suplente:** Hélio José. **ABERTURA**: às quinze horas e três minutos, os trabalhos foram abertos pelo Senador Hélio José (PROS/DF), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional,* que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que seriam ouvidos os representantes do Ministério dos Transportes, do Ministério das Cidades, do Ministério do Esporte, da Petrobras; e ainda, representantes do Tribunal de Contas da União. Em seguida, para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente em exercício comunicou que os palestrantes disporiam, cada um, de 10 minutos, para exporem as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não deveriam ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas. Informou, também, que conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Logo após, foi aberta a lista de inscrição para o debate. Em sequência, o Presidente em exercício convidou para comporem a Mesa o primeiro grupo, composto pelo Sr. José Roberto Generoso, Secretário Nacional de Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades, e pelo Representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Bruno Martinello Lima, Secretário de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana, para prestarem esclarecimentos sobre as seguintes obras: BRT-Sul – Palmas/TO; e Corredor de Ônibus Radial Leste, Trechos 1 e 2 - SP. Os palestrantes realizaram a apresentação fazendo uso de projetor de multimídia. Inicialmente foi apresentada a obra da BRT-Sul – Palmas/TO, e posteriormente, tratou-se da obra do Corredor de Ônibus Radial Leste, Trechos 1 e 2 – SP, e em ambas houve indicação de suas irregularidades e das medidas saneadoras adotadas pelo órgão responsável. O Sr. Bruno Martinello Lima indicou as irregularidades encontradas pelo TCU e o Sr. José Roberto Generoso, do Ministério das Cidades, fez relatos sobre as obras. O Deputado Carlos Henrique Gaguim (PODE/TO) manifestou-se sobre a obra da BRT-Sul – Palmas/TO. O Senador Hélio José, Coordenador do COI, fez questionamentos aos representantes do Ministério das Cidades e do TCU, e obteve os devidos esclarecimentos. Prosseguindo aos trabalhos, o Presidente em exercício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

finalizou o primeiro grupo e agradeceu a participação dos expositores. Foram convidados para comporem a Mesa o segundo grupo, composto pelo Sr. Laurence Casagrande, Secretário de Logística Transportes de São Paulo e Diretor – Presidente da DERSA/SP, representando o Ministério dos Transportes; e pelo representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza, Secretário de Fiscalização da Secretaria de Infraestrutura Rodovia Aviação, para prestarem esclarecimentos sobre a obra de Construção do Rodoanel, Trecho Norte – SP. Os palestrantes realizaram a apresentação fazendo uso de projetor de multimídia. O Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza informou sobre as irregularidades apontadas pelo TCU e o Sr. Laurence Casagrande pronunciou-se sobre as providências adotadas pelo Ministério dos Transportes para sanar as irregularidades da obra. O Senador Hélio José fez questionamentos aos representantes do Ministérios dos Transportes e do TCU. Em sequência, os expositores, Sr. Laurence Casagrande e Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza, prestaram os devidos esclarecimentos. O Presidente em exercício finalizou o segundo grupo e agradeceu a participação dos seus integrantes. Em seguida, foram convidados para comporem a Mesa o terceiro grupo, composto pelo Sr. Antonio Henrique de Carvalho Pires, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério das Cidades, e pelo representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Bruno Martinello Lima, Secretário de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana, para prestarem esclarecimentos sobre a obra do Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho – RO. Os palestrantes realizaram a apresentação fazendo uso de projetor de multimídia. O Sr. Bruno Martinello Lima apresentou as irregularidades encontradas pelo TCU e o Sr. Antonio Henrique de Carvalho Pires prestou informações sobre a obra de responsabilidade do Ministério das Cidades. O Presidente em exercício finalizou o terceiro grupo e agradeceu a participação dos palestrantes. Em continuidade, foram convidados para comporem a Mesa o quarto grupo, composto pelo Sr. Mário Brasil do Nascimento, Coordenador - Geral do Departamento de Infraestrutura do Esporte, do Ministério do Esporte, e pelo representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Bruno Martinello Lima, Secretário de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana, para prestarem esclarecimentos sobre a obra de Construção da Vila Olímpica de Parnaíba – PI. Os palestrantes realizaram a apresentação fazendo uso de projetor de multimídia. O Sr. Bruno Martinello Lima evidenciou as irregularidades apontadas pelo TCU e o Sr. Mário Brasil do Nascimento apresentou relatos sobre a obra de reponsabilidade do Ministério do Esporte. O Senador Hélio José fez questionamentos aos representantes do Ministério do Esporte e do TCU, e obteve os devidos esclarecimentos. O Presidente em exercício encerrou o quarto grupo e agradeceu a participação dos expositores. Em prosseguimento, foram convidados para comporem a Mesa o quinto grupo, composto pelo Sr. Bernardo Braga Pasqualette, Gerente Setorial de Demandas Legais e Auditorias da Petrobras, e pelo representante do Tribunal de Contas da União, Sr. Nivaldo Dias Filho, Diretor da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, para prestarem esclarecimentos sobre a obra da Refinaria Abreu e Lima – Refinaria do Nordeste – Rneste. Os palestrantes realizaram a apresentação fazendo uso de projetor de multimídia. O Sr. Nivaldo Dias Filho apresentou as irregularidades indicadas pelo TCU e o Sr. Bernardo Braga Pasqualette prestou informações relativas a obra da Petrobras. O Senador Hélio José fez questionamentos aos representantes da Petrobras e do TCU e obteve os devidos esclarecimentos. Finalizando, o Presidente em exercício encerrou o quinto grupo e agradeceu aos palestrantes. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício, Senador Hélio José (PROS/DF), agradeceu o comparecimento dos representantes do Ministério dos Transportes, do Ministério das Cidades, do Ministério do Esporte e da Petrobras, e ainda, dos representantes Tribunal de Contas da União, bem como dos parlamentares presentes e encerrou a reunião. Os trabalhos foram finalizados às dezessete horas e quarenta e quatro minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senador Hélio José, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, **no exercício da Presidência**. **xxxx

preventivos, o resultado foi de prejuízos milionários e escândalos de corrupção que ainda abalam a vida política e econômica do nosso País.

Dentro desse quadro, as audiências têm um papel central. É aqui que os principais pontos da fiscalização do TCU são apresentados e debatidos, os argumentos sobre os prejuízos da paralisação são apresentados e as dúvidas dos Parlamentares são levantadas. Existem casos em que as audiências chegam até a descobrir fatos novos que a própria fiscalização desconhecia. Por exemplo, no ano passado, nós detectamos em uma audiência que as garantias oferecidas à PETROBRAS pelas empreiteiras para cobrir o prejuízo já comprovado não estavam sendo executadas como deveriam.

Nossa pauta hoje está concentrada em obras descentralizadas, executadas por Estados e Municípios, situação que coloca muitas dificuldades próprias na gestão da despesa. Em sua maioria, são obras de desenvolvimento urbano espalhadas pelo País que representam possivelmente o maior número de obras com dinheiro federal. Pelo volume financeiro, destaco o Rodoanel de São Paulo e o acompanhamento da execução das garantias na Refinaria Abreu e Lima, da PETROBRAS. Temos também a situação singular do sistema de esgotamento de Porto Velho que *a* Comissão de Orçamento entendeu que não deveria desbloquear, mesmo com informação do TCU nesse sentido.

Nós pedimos aos Srs. Parlamentares e aos Srs. Convidados que apontem as questões principais. Quais os indícios mais graves? Quais indícios sugerem que estamos diante de prejuízos que podem ser irrecuperáveis? Se esses indícios, na visão do gestor, não representam irregularidades, quais as razões para isso? Quais as razões para que, mesmo com irregularidades, a obra continue? Precisamos da resposta para tudo isso. E vamos formular também as nossas próprias perguntas aos participantes sobre cada obra, enfatizando as dúvidas e os pontos principais na deliberação do nosso comitê.

Enfim, temos hoje muito esforço diante de nós. E reitero as nossas boas-vindas e os nossos agradecimentos aos presentes. Vamos então dar início aos trabalhos.

Já realizamos duas grandes audiências públicas, uma ontem e outra antes de ontem, quando pudemos ouvir muito sobre obras apontadas com indícios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

irregularidades graves e ter a clareza da participação conjunta de vários Parlamentares também colaborando com esta discussão.

Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, que possui mais de 400 Parlamentares, entre Senadores e Deputados Federais. Para mim, que sou engenheiro eletricista e trabalho há anos nessa questão — e sou hoje um Analista de Infraestrutura concursado, servidor público do Ministério do Planejamento, trabalhando no Ministério de Minas e Energia —, é muito ruim termos que paralisar obras iniciadas. Nós procuramos objetivar aqui a possibilidade de resolver, sanear, cuidar do que for possível dentro da Lei nº 8.112, da Lei nº 8.666 e da Constituição brasileira, para que possamos trabalhar de forma efetiva para garantir o desenvolvimento do nosso País.

Eu aceitei esse grande desafio do COI — Comitê de Obras Irregulares, com indícios de irregularidades, exatamente com o intuito de contar com a colaboração boa e precisa do TCU, com a colaboração boa e precisa dos gestores públicos federais, estaduais e municipais e também com a colaboração importante da nossa consultoria. Estou aqui com o Fernando, que tem me ajudado muito nessa questão, com toda a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e com os nossos membros do COI. E juntos vamos deliberar a respeito dessas questões.

Tenho a honra de estar hoje acompanhado pelo meu amigo, o Deputado Carlos Henrique Gaguim, do Tocantins, assim como o Deputado Nilton Capixaba, de Rondônia, o Deputado Mandetta, do Mato Grosso do Sul, a Deputada Josi Nunes, do Tocantins, a Deputada Gorete Pereira, minha amiga, do Ceará, o Deputado Professor Victório Galli, do Mato Grosso, o Deputado Zeca Dirceu, do Paraná, e o nosso nobre Senador Jorge Viana, do Acre. Teremos a responsabilidade de, junto com a Comissão de Orçamento, dar cabo dessa questão indicada pelo TCU. E esperamos poder contribuir para que o Brasil volte a se desenvolver e volte a trabalhar bastante pesado na questão das obras de infraestrutura, porque o Brasil não pode parar. Precisamos de emprego. Há 14 milhões de desempregados!

A população pagadora de impostos é nosso patrão, do servidor público concursado, do Senador da República, do nosso nobre Deputado Federal Gaguim e de todos os Parlamentares aqui, e a sociedade não tem culpa por erros que possam ter sido causados. Cabe a nós, gestores públicos, a nós, Parlamentares, a nós, do TCU, resolver os problemas que existem e permitir que o País ande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Conforme a Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, no § 1º do art. 121, que "dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária em 2018", a Comissão Mista poderá realizar audiência pública com vista a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou do desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves.

Por este motivo, esta Comissão convocou esta audiência pública com a finalidade de ouvir representantes de órgãos gestores e do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves — IGP apontados pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1.659, de 2017, do TCU/Plenário, sob a responsabilidade de diversos órgãos e entidades.

Ontem, dia 29 de novembro, ouvimos os seguintes órgãos: Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia — HEMOBRÁS, Ministério de Integração Nacional e ELETROBRAS Eletronuclear. Hoje ouviremos os representantes dos Ministérios dos Transportes, das Cidades e do Esporte e, ainda, da PETROBRAS.

Eu tenho a honra de dizer que a mão de obra do Ministério dos Transportes é composta basicamente de 95% de pessoas da minha categoria, da carreira de Analista de Infraestrutura. São técnicos capacitados que fazem o trabalho do Ministério do Esporte, do Ministério dos Transportes e do Ministério das Cidades, onde mais de 160 servidores são servidores públicos federais concursados, da carreira de Analista de Infraestrutura, que acompanham as obras.

Então, nós estamos aqui para tentar ajudar o Brasil e a PETROBRAS, que é uma empresa pública do mais alto renome neste País. Precisamos trabalhar para recuperar a PETROBRAS e que ela não seja prejudicada por todos os ataques especulativos que sofreu e por todas as demais situações.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que os palestrantes disporão de 10 minutos cada um, para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devem ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas.

Segundo o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de até 3 minutos — e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

haverá problema se for um pouquinho mais —, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo.

Iniciando os nossos trabalhos de hoje, quero convidar para compor a Mesa o representante do Ministério das Cidades, o Sr. José Roberto Generoso, Secretário Nacional do Transporte e da Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades, aqui presente e acompanhado inclusive do meu colega, o Analista de Infraestrutura Ricardo Caiado, do Estado de Goiás. Seja bem-vindo, Generoso!

Convido o técnico do Tribunal de Contas da União — TCU, o nosso analista e também servidor público concursado, com muita honra, Sr. Bruno Martinello.

O Deputado Gaguim está me acompanhando aqui, porque vamos tratar de uma obra importante, que é exatamente o BRT de Palmas, do Estado de que ele já foi Governador. Vamos tratar também do Rodoanel de São Paulo.

Conforme feito na situação anterior, primeiro, serão concedidos 10 minutos para a exposição das problemáticas do TCU. Como são duas obras, a sua exposição é contínua, tal qual fiz ontem. Ao se terminar uma, encara-se outra. Primeiro, ouviremos sobre o BRT de Palmas e, depois, sobre o Rodoanel. *(Pausa.)*

Não? Então, não há problema. Vamos só para a exposição de Palmas.

Com a palavra o Sr. Bruno Martinello, cuja tempo é de até 10 minutos.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Boa tarde a todos! Cumprimento o Exmo. Senador Hélio José, o Exmo. Deputado Carlos Henrique Gaguim, todos os Exmos. Parlamentares aqui presentes, o Secretário Generoso. E agradeço mais uma vez pela oportunidade que o TCU tem de apresentar aqui os seus resultados.

Peço licença para ficar em pé. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Fique à vontade, meu amigo Bruno.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Obrigado.

Essa obra trata-se do empreendimento BRT Sul, de Palmas. Quem está gerenciando essa obra é a Secretaria Municipal de Acessibilidade, Mobilidade, Trânsito e Transporte de Palmas. Chegamos à fase da licitação, ainda um Regime Diferenciado de Contratação — RDC, com orçamento sigiloso, e a IGP foi dada no ano passado. Este ano ela foi confirmada novamente, mas a fiscalização ocorreu em 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Faço um breve histórico da fase da licitação. O edital foi lançado em fevereiro de 2016. Houve o recebimento de propostas em abril. Em maio, houve uma sentença judicial mandando cancelar o termo de compromisso que o Ministério das Cidades tinha com o Governo do Estado. E, mesmo com essa sentença judicial, em agosto, houve habilitação e convocação do vencedor da licitação, quando o Tribunal interveio, houve a expedição de medida cautelar e a proposta de IGP.

A irregularidade grave que o TCU encontrou lá, à época, foi a deficiência no estudo de viabilidade técnica e econômica. Algumas questões que eram demandadas no planejamento a respeito do estudo de viabilidade não foram comprovadas, como estudos de demanda da população por transporte público coletivo. Possíveis alternativas mais eficientes, menos onerosas ao Estado, que pudessem também atender a essas demandas, não foram calculadas, não foram estudadas. Por fim, a comprovação da viabilidade econômica do empreendimento, como se manteriam os custos operacionais, as fontes de financiamento, se aquilo se sustentava, se era viável ou não. Então, diante de um empreendimento de tão grande vulto e com essa falta de estudos profundos, o TCU entendeu que era uma irregularidade grave, com indicação de paralisação da obra.

O acórdão prolatado neste ano que confirmou mais uma vez o IGP, diante da falta de estudos, foi o Acórdão nº 460, de 2017, em uma sessão de 15 março, e o Relator desse processo, no âmbito do Tribunal, é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

Como medida corretiva, foi definida a elaboração de um novo estudo de viabilidade técnico-econômico-ambiental que contemple essas questões que foram levantadas durante a auditoria, como: estudos de demanda, para saber se há suficiente demanda para implementar um empreendimento de tão grande vulto; as alternativas que poderiam ser atendidas com menos recursos; a melhor solução; e a quantificação das despesas para operação do empreendimento.

Em suma, são essas as constatações do TCU.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradeço ao Bruno.

Dando sequência aos trabalhos, passo a palavra, por até 10 minutos, ao nosso nobre José Roberto Generoso, Secretário Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JOSÉ ROBERTO GENEROSO - Boa tarde a todos! Queria cumprimentar o Senador Hélio José, o Deputado Carlos Henrique Gaguim, o Bruno, do TCU, e dizer que nós estamos frente a um assunto que é recorrente no Ministério das Cidades, que é uma seleção malfeita. Na realidade, a partir de uma seleção malfeita, nós geramos esses problemas. Quando se fala de um projeto cuja demanda não é conhecida, vamos ver aonde isso vai chegar.

O que foi apresentado pelo Bruno aqui para um projeto de 30 quilômetros de BRT, esclarecendo que é um projeto orçado em 454 milhões de reais, sendo metade de financiamento e metade de OGU, quando vemos que nele não há estudo de demanda, não há o EVTE e que nós temos problemas na licitação, verificamos que, muitas vezes, enfrentamos uma situação dessas e nos perguntam por que o Ministério ou o Governo Federal mantém uma obra paralisada? Então, isso é fruto de um projeto malfeito, e inclusive é apontado nos estudos que o projeto executivo, o anteprojeto de engenharia, também apresenta deficiência. Logo, torna-se difícil colocar de pé um projeto desses. Portanto, o que nós estamos aguardando, fruto dessa colocação do TCU, é que sejam refeitos esses estudos, que seja efetivamente feito um estudo de demanda, que seja refeito o estudo de viabilidade, para que tenhamos condições de abrir uma licitação desse processo.

O Ministério das Cidades tem todo o interesse em desenvolver esse projeto. Por quê? Porque esses recursos estão congelados. Os recursos do Fundo de Garantia estão parados lá, separados para que isso aconteça. Quer dizer, não existe problema quanto a isso, não é um problema de recursos.

Eu sempre digo nas minhas colocações que nós não temos problema de recursos, nós temos problemas de bons projetos. E este é um caso claríssimo que estamos enfrentando.

Então, a posição do Ministério, que está coordenada com a do TCU, é a de aguardarmos que Palmas apresente esse estudo de demanda, o estudo de viabilidade, para que possamos efetivamente fazer uma licitação e retomar esse projeto. Essa é a posição do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - O.k.

Vou abrir a palavra agora para os Parlamentares. Eu tenho perguntas a fazer, mas vou priorizar os Parlamentares presentes. Está inscrito para falar o nosso nobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Deputado Carlos Henrique Gaguim. E, depois, se mais algum Parlamentar quiser se inscrever...

O Secretário Municipal de Palmas está por aqui? *(Pausa.)* Alguém de Palmas que possa falar sobre essa questão está por aqui? *(Pausa.)* Não?

Com a palavra o nosso nobre Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Boa tarde ao nosso Presidente, aos Parlamentares, ao Deputado Raimundo Gomes, ao nosso ex-Presidente da FUNASA, o Dr. Henrique, nosso futuro Deputado do Piauí, ao nosso Secretário Generoso, ao nosso jovem Bruno, do TCU.

Sr. Presidente, tenho só uma questão. A nossa preocupação, como disse o nosso Secretário do Ministério das Cidades, é que o dinheiro está em caixa e o País precisa de desenvolvimento. Eu não sou politicamente da área do Prefeito, sou oposição ao Prefeito. Mas essa é uma questão de Palmas, a capital mais nova deste País, uma capital de 28 anos que hoje é referência no Brasil. Com 28 anos, já tem mais de 300 mil habitantes. É uma cidade belíssima. É uma cidade que precisa da modernidade. E o nosso País precisa investir na questão da mobilidade, em ferrovias, em hidrovias, como outros países do mundo fazem, por exemplo, na Europa e em qualquer parte. Tive oportunidade, quando Governador, de percorrer a Índia por 1 mês, e vi que 80% do desenvolvimento daquele país se dava através das ferrovias e hidrovias. E o País precisa disso.

Eu gostaria de pedir ao Presidente desta Comissão que, junto com o Tribunal de Contas e o Ministério, pudéssemos ver qual é a forma mais rápida de resolver essa situação, atendendo às exigências do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, do TCU, que é um grande parceiro, e do Tribunal de Contas do Estado, que é outro grande parceiro. Quando Governador, tive a oportunidade de ter o auxílio desses parceiros. Essa obra é importante para Palmas.

Como disse, há 1 ano, sou favorável à construção em Palmas, que é um projeto meu, símbolo de campanha, de casas populares. Mas me parece que o Prefeito de Palmas já tem um projeto nesse sentido em andamento, de 4 mil casas, dentro do Ministério. A minha prioridade número um são casas. Esse é um projeto importante. Depois, gostaria de ouvir as defesas do Tribunal e do Ministério, para que pudéssemos analisar a possibilidade de que essa obra fosse efetivamente concluída. Nós não podemos perder esse dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu faço parte da CMO, em praticamente todos os anos tenho a oportunidade de estar aqui, e sei da dificuldade. Só do nosso Ministério das Cidades, foram cortados agora 3 bilhões e 800 milhões. Então, a nossa preocupação são esses cortes e a crise por que passa o País. Mas, se Deus quiser, o nosso Presidente da República Michel Temer, junto com os companheiros, vai fazer este País voltar a crescer independentemente do passado. Senador, eu sou um Deputado que não critico nenhum partido. Eu quero desenvolvimento para o País.

Então, eu vou esperar a Prefeitura de Palmas analisar os documentos, ver o que a Prefeitura tem e verificar a ação deles. Nós temos que ter uma decisão ainda este ano: ou continua a obra, ou para essa obra e licita outra. Mas o meu posicionamento é o de que essa obra é importante para Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Muito obrigado, nobre Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Mais algum Parlamentar gostaria de se inscrever para falar do tema? *(Pausa.)*

Não havendo mais inscritos para falar, a Mesa tem a seguinte ponderação a respeito. A situação dessa obra é absolutamente igual à do ano passado: deficiência de planejamento. A Comissão apontou, no ano passado, que um sistema de BRT acaba por ser a espinha dorsal da mobilidade urbana da cidade em que for implantado. Se isso acontece sem estudos adequados de demanda e de capacidade, como é o caso do projeto de Palmas, a cidade vai pagar para ter um transporte inadequado por décadas a fio. Pergunto apenas ao representante do Ministério se houve, nas últimas semanas, alguma movimentação do gestor municipal no sentido de iniciar a revisão dos estudos ou de adotar alguma outra providência, para direcionar melhor o investimento do BRT municipal.

Eu sou conhecedor de Palmas, uma cidade nova e moderna que carece muito, igual à maioria das cidades brasileiras, da questão da mobilidade urbana. Essa obra é fundamental para o desenvolvimento de Palmas, que eu conheço bem, porque minha esposa é de Tocantínia, cidade ao lado de Palmas, e vou muito lá. Posso ainda dizer, generoso e nobre colega Ricardo Caiado, que está acompanhando essa questão junto com o nosso Secretário e com o TCU, que, já que o recurso está disponibilizado, se nós pudéssemos fazer com que esse EVTE fosse o mais rápido possível corrigido e possibilitasse o andamento da obra, seria o ideal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com essas considerações, passo a palavra ao nosso representante do Ministério das Cidades e, depois, ao nosso representante do TCU, para fazerem as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ ROBERTO GENEROSO - Nós sabemos que está sendo refeito o estudo de viabilidade, o projeto também está sendo revisto. E eu proponho aqui, em público, marcar uma reunião com a equipe da Prefeitura de Palmas, na próxima semana, para trazer o estágio da situação, para que possamos verificar efetivamente o seu desenrolar.

Eu estive — e o Bruno lá estava, na ocasião — numa outra Comissão. Há quanto tempo faz isso, Bruno? *(Pausa.)* Faz quase 1 ano, e a coisa não andou. Então, nós precisaríamos ter um trabalho mais contínuo junto à Prefeitura, para que isso acontecesse. O Ministério está aberto a receber, na próxima semana, a equipe de lá, para que possamos efetivamente dar andamento ao trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Podemos ir, claro que podemos ir! O problema é que o COI tem até o dia 5 para dar cabo da questão.

Então, é necessário que o nobre Deputado Carlos Henrique Gaguim, que está viajando hoje para o seu Estado, procure as pessoas de Palmas e deixe claro que, até segunda-feira, nós precisamos ter um *feedback* definitivo sobre esse novo Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica — EVTE, para podermos dar uma posição.

Mas, vou passar a palavra ao Bruno, para que ele faça suas colocações.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Quero apenas ressaltar que, antes da entrega dos estudos de viabilidade, não há medida a ser tomada, nem pelo Ministério nem pelo TCU. Só de posse dessas informações, dos estudos de demanda e da avaliação de alternativas, por exemplo, se o BRT é o melhor empreendimento para aquele local, de acordo com a demanda, será possível chegar a uma conclusão sobre o assunto. Então, a iniciativa depende mais da Prefeitura de Palmas, no momento, do que dos outros atores envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Querido Deputado Carlos Henrique Gaguim, V.Exa. quer fazer alguma consideração?

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Primeiro, eu agradeço ao Secretário Ricardo pelo atendimento que nos deu no Ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Secretário e Bruno, eu quero ver se, na segunda-feira ou na terça-feira, nós podemos ir rapidinho ao Ministério ver qual documentação a Prefeitura tem e o que existe de novo, para tomarmos essa decisão, se o Presidente concordar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Eu gostaria de convidá-los para uma reunião, na segunda-feira, nesta Comissão de Orçamento. O Ministério das Cidades, o TCU, nós e o pessoal de Palmas nos reuniríamos para conversar a respeito da situação e dar cabo dela. Está bem? *(Pausa.)* Então, ficamos assim.

Deputado Carlos Henrique Gaguim, se V.Exa. puder continuar aqui, vai ser uma honra.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Eu agradeço, mas vou ver se ainda consigo pegar o voo.

Tenho um projeto para eliminar o absurdo que é para se mudar uma passagem. Sempre compro passagem para Palmas a 1.800 reais! Fui ver o preço de um voo para a China, e custa 2.400 reais. Há um projeto meu e de vários Deputados determinando que, quando houver remarcação do voo, a companhia não pode cobrar mais de 5%. Quando vamos remarcar, as companhias aéreas já ganham 5%. Isso é um descalabro, a cada momento, com o povo brasileiro. Vamos fazer esse projeto.

Eu fiz uma pesquisa, Senador, para desenvolver esse projeto, e vi que todos os dias morrem quase 100 pessoas no Brasil. Então, quando morre um parente no Maranhão, no Pará, no Piauí ou no Rio Grande do Sul e, se tem que se viajar em cima da hora, paga-se dez vezes mais. Em qualquer país do mundo, viajar em cima da hora é 70% mais barato.

Muito obrigado, Secretário, Bruno e Senador Hélio José, pela atenção com a cidade de Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Deputado Carlos Henrique Gaguim, sugiro que a nossa reunião seja aqui, às 11h30min, se possível. É uma sugestão. O meu gabinete está à disposição para qualquer mudança. É só ligar para o meu gabinete, que a Carmem, a minha secretária, vai cuidar disso.

Agradeço ao Bruno.

Convido para conversar sobre a construção do Trecho Norte do Rodoanel em São Paulo, o Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza, colega auditor e servidor público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concursado do TCU. Seja muito bem-vindo. Ururahy é nome indígena? Qual é a tribo?

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - Alguns dizem que sim, outros dizem que não, que não tem nada a ver com os índios. Mas existe um rio no norte do Estado do Rio de Janeiro que se chama Ururaí. Pode ser que venha de lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Bacana! É uma homenagem a um rio fluminense.

Além disso, quero convidar para compor a Mesa conosco o José Roberto Generoso, Secretário de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, e o Sr. Laurence Casagrande. *(Pausa.)*

Não é o Rodoanel? É a Radial Leste? *(Pausa.)* Então, eu vou concluir aqui. É a Radial Leste, e o Luiz Fernando me faz companhia.

Convido o Bruno, técnico do TCU, que falará da Radial Leste. Bruno, para mim, é uma satisfação estar em sua companhia. Todos nós servidores públicos dedicamos afinal a nossa vida à função pública. Por isso, precisamos ter todo o respeito do mundo. Não é, Bruno? Não podemos trabalhar a vida inteira e, depois, não termos nem direito de nos aposentar.

O Luiz Fernando continua nos acompanhando. O José Roberto Generoso falará sobre a Radial Leste de São Paulo.

Concedo a palavra, por 10 minutos, ao Bruno Martinello, o nobre representante do TCU.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Vou tratar do corredor de ônibus da Radial Leste. Primeiramente, vou falar do Trecho 1, que é um empreendimento à parte, e, na sequência, do Trecho 2, que apresenta praticamente as mesmas constatações.

O Trecho 1 é um empreendimento feito na cidade de São Paulo, cuja obra está sendo gerida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras — SIURB. É um contrato de 438 milhões de reais. Na época da fiscalização, a obra estava com 1% de execução física. Ela continua nesse estágio ainda, este ano, já que, desde o ano passado, houve seu bloqueio. Então, é uma ICP ainda do ano passado, por meio do Acórdão nº 1.923, de 2016.

Quais irregularidades o TCU encontrou lá? Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado, da ordem de 46 milhões de reais. É um percentual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

relevante de 20% na amostra analisada. No contrato, o percentual é de cerca de 10% em diversos serviços e itens com preço superior ao que se constata no mercado por meio dos sistemas referenciais de preços. Houve também restrição à competitividade, decorrente da adoção injustificada de uma pré-qualificação. Não havia motivos documentados para fazer uma pré-qualificação. Além disso, diversas empresas já teriam conhecimento dos participantes da licitação.

Alguns critérios inadequados de habilitação e julgamento fizeram com que poucas empresas pudessem participar do processo. Como exemplo de restrição, uma empresa ganhadora não podia participar da licitação de outros lotes, fazendo com que os descontos fossem irrisórios. Ademais, outras empresas eram impedidas de participar da licitação, se elas não tivessem participado dessa pré-qualificação.

Uma irregularidade grave, já com recomendação de continuidade, foi a ausência de aprovação do projeto básico pela autoridade competente, o que é uma exigência legal. Houve ainda quantificação inadequada dos serviços de armadura em aço. Então, não havia memória de cálculo e detalhamento das peças de aço dos serviços relacionados a esse material. A estimativa era feita por meio de taxas, o que é amplamente vedado pela jurisprudência do Tribunal. Além disso, foi adotado o critério inadequado de medição e pagamento de administração local. Já há jurisprudência no sentido de que a medição e o pagamento devem ser feitos proporcionalmente ao andamento da obra. Nesse caso, estava prevista a medição e o pagamento mensais.

O Acórdão nº 2.156, de 2017, confirmou esse ano a IGP, na sessão de 27 de setembro. O Relator do processo relativo a esse empreendimento é o Ministro Bruno Dantas.

Como medida corretiva para sanar essas irregularidades que foram observadas, foi sugerida a realização de nova licitação que assegure o princípio constitucional da isonomia, a ampla concorrência e a seleção da proposta mais vantajosa.

O Trecho 2 tem características bem similares. O contrato é menor, de 148 milhões de reais. Quando fizemos a fiscalização este ano, a obra ainda não tinha sido iniciada.

Novamente, houve sobrepreço decorrente de preços excessivos frente aos do mercado. Nesse caso, o sobrepreço foi de 23,9 milhões de reais, mas o percentual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

na amostra foi ainda superior ao do Trecho 1, sendo 28% da amostra analisada e 16% do contrato. São valores bastante expressivos.

Restrição à competitividade. Esse é mais um caso da adoção injustificada da pré-qualificação. Esse lote, junto com outros 14, fez parte dessa pré-qualificação. Houve também critérios inadequados de habilitação e julgamento.

Observou-se inadequação de providências para retomar a obra paralisada. Essa obra sequer foi iniciada, na verdade. Antes mesmo da fiscalização do TCU, a obra não estava andando. Trata-se de um contrato mais antigo. Até o momento, sequer foi dado início à obra.

O projeto básico é deficiente, com diversas questões que não estavam detalhadas no projeto. O orçamento também era deficiente. Além disso, havia ausência de análise sobre licitação pretérita.

Já há uma determinação do TCU para o Ministério das Cidades, segundo a qual, quando se formalizar um ajuste, um convênio ou um termo de compromisso com algum ente que já fez uma licitação anterior, para que essa licitação seja aproveitada, é necessário haver um parecer técnico dizendo que aquela licitação é válida, que ela pode ser utilizada no âmbito do ajuste, que ela pode receber financiamento público federal. Isso não foi feito nesse caso, o que, além de desrespeitar a determinação do TCU, sujeita o financiamento público a uma obra com diversas irregularidades.

A confirmação da IGP foi dada por um despacho monocrático, do Ministro Bruno Dantas, no dia 16 de agosto de 2017. E a medida corretiva, da mesma forma como a do Trecho 1, é a realização de nova licitação que respeite a ampla competitividade e cujo orçamento-base seja corrigido nos seus problemas de preços excessivos.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradeço ao nobre Bruno Martinello.

Passo a palavra ao nobre representante do Ministério das Cidades, o Sr. José Roberto Generoso.

O SR. JOSÉ ROBERTO GENEROSO - Da mesma forma que no outro projeto, há aí sobrepreço, não aprovação do projeto básico e outras questões. Nesse caso, nós fizemos várias reuniões com a Prefeitura de São Paulo e estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cancelando o projeto. Era um projeto de 600 milhões de reais de OGU, a ser desenvolvido em cima de um projeto básico não aprovado. Então, desses 600 milhões de reais, nós pactuamos com a Prefeitura a concessão de somente 8,5 milhões de reais, para que a Prefeitura faça um bom projeto executivo.

Seguir com esse procedimento seria encontrar problemas à frente. Todas as questões apontadas aqui pelo TCU mostram que havia também uma base muito ruim. Qualquer coisa que fosse construída ali encontraria problemas à frente.

Então, nós vamos fazer um bom projeto executivo para depois entrar com o financiamento do processo. Foi essa a decisão. E nós vamos fechar essa questão com a Prefeitura de São Paulo.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Com os esclarecimentos do Ministério das Cidades, eu queria saber se há aqui alguém da Prefeitura de São Paulo. *(Pausa.)* Não há.

Algum dos nobres Parlamentares quer fazer pergunta sobre essa questão? *(Pausa.)* Também não.

Então, o COI tem as seguintes considerações a fazer sobre essa questão:

"Obra: Controle do corredor de ônibus, São Paulo, Radial Leste, Trechos 1 e 2.

Os dois lotes do sistema urbano de São Paulo são inteiramente iguais, então eu trato dos dois ao mesmo tempo. É uma cena que se repete e que reflete dificuldades que o Ministério deve passar em centenas de casos todo ano: demandas com projetos deficientes, licitações com fortes indícios de desvio ou favorecimento, obras que acabam paralisadas ou nem começam. A descrição que o relatório do TCU faz sobre a escolha do projeto pelo Governo Federal para financiamento é muito sugestiva: primeiro a obra foi escolhida, depois é que se foi ver se o Município tinha um projeto e uma proposta de financiamento adequados." Ver isso depois é complicado.

"Não creio que haja grandes dúvidas sobre nenhum dos dois contratos questionados. Pergunto ao representante do Ministério se, diante de tantas constatações firmes, ele ainda enxerga alguma possibilidade de aproveitamento dessas duas estações para executar recursos federais."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu acho que já se respondeu a isso, mas eu vou retomar a questão, passando primeiro a palavra ao representante do Ministério das Cidades.

O SR. JOSÉ ROBERTO GENEROSO - Senador, como eu coloquei, esse projeto está morto, quer dizer, da forma como está colocado, ele foi cancelado. E ficamos de definir isso, por meio de um projeto executivo, para que um bom projeto executivo gere uma boa licitação, com preços adequados e boa concorrência.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Eu quero só aproveitar para ler algumas perguntas que recebemos aqui sobre o BRT de Palmas. Veja se o senhor tem condições de responder. As perguntas são se o BRT tem piso baixo ou acessível, se o motor é híbrido ou elétrico e se a bilhetagem é integrada. Essas são as três perguntas que me chegaram aqui. Eu vou aproveitar que o senhor está aqui para fazê-las.

O SR. JOSÉ ROBERTO GENEROSO - A característica básica do BRT é de acessibilidade. O ônibus para, e a cobrança é feita fora do ônibus. O piso da plataforma é exatamente no mesmo nível do ônibus. Inclusive nós exigimos a acessibilidade. Essa é uma exigência do Ministério das Cidades.

Quanto à propulsão, eu não sei foi definido isso, Ricardo. Eu não me lembro disso.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOSÉ ROBERTO GENEROSO - Como era RDC — Regime Diferenciado de Contratações Públicas, não tínhamos essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Perfeito.

O SR. JOSÉ ROBERTO GENEROSO - Qual é a terceira pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Se a bilhetagem é integrada.

O SR. JOSÉ ROBERTO GENEROSO - A bilhetagem tem que ser integrada. Uma característica básica de um BRT é um troncal alimentado por outros modos de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Muito obrigado, nobre José Roberto Generoso. Até segunda-feira, às 11h30min, para conversarmos sobre essa questão do BRT de Palmas e mais alguma questão também inerente ao Ministério das Cidades.

O SR. JOSÉ ROBERTO GENEROSO - Eu que agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Sr. Bruno, o senhor quer fazer mais alguma consideração sobre isso que ele falou?

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Já estão aqui conosco o Sr. Luiz Fernando Ururahy de Souza e o nosso querido Dr. Laurence Casagrande, Secretário Estadual de Logística e Transportes de São Paulo e Diretor-Presidente da DERSA/SP, indicado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Passo a palavra ao nobre Luiz Fernando Ururahy de Souza, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil do Tribunal de Contas da União — TCU.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - Boa tarde a todos. Inicialmente saúdo o Senador Hélio José e estendo a saudação aos demais Parlamentares.

Já entrando diretamente no tema, a ideia é falar sobre a obra do Trecho Norte do Rodoanel, que até o momento tem somente o indicativo de irregularidade grave com recomendação de paralisação, a IGP.

Inicialmente, vou passar algumas informações gerais. Para essa obra, há um convênio entre a União e o Estado de São Paulo para aportar recursos, que dá apoio a toda a construção do Rodoanel, e um pedaço desse convênio irriga essas obras do Trecho Norte.

E o foco da auditoria realizada este ano no Rodoanel pelo Tribunal foi o contrato de construção do Lote 2, que é um lote de aproximadamente 4,2 quilômetros, com várias obras de arte especiais, túneis. Então, a obra tem um valor elevado, até pela característica do Rodoanel, que tem quatro faixas de cada lado mais o acostamento. Então, essa é uma obra de monta, em termos rodoviários.

O valor desse contrato era de 627,5 milhões de reais, a valores de 2012. E em maio de 2017, quando foi feito o trabalho de auditoria, ele tinha praticamente 79% de execução física e financeira. As execuções física e financeira ocorreram *pari passu*.

Até o momento, quais foram as irregularidades classificadas como IGP pela equipe, ainda não deliberadas? Há mais três irregularidades no relatório que não foram classificados dessa maneira, mas eu vou abordar essas que são o motivo desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A primeira, basicamente, é de superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado; a segunda é também de superfaturamento, só que, nesse caso, houve pagamento indevido de despesas relativas a atrasos na execução da obra; e, por fim, alteração injustificada de quantitativos.

Vou explicar cada uma delas, tentando ser o mais breve possível.

O que aconteceu no primeiro caso, em que foi detectado superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado? Havia na obra, como eu falei, uma quantidade razoável de túneis. Então, o contrato previa diversos serviços de escavação em rocha e escavação de túneis, tendo em vista a condição geológica do local por onde passa esse trecho do Rodoanel.

O 3º Termo Aditivo Modificativo inseriu serviços relacionados a matacões no contrato. O que são matacões? São essas pedras de grande dimensão soltas no terreno. Não se consegue removê-las com equipamentos normais de terraplenagem. Normalmente, utilizam-se explosivos, assim como ocorre na escavação em rocha.

A princípio, esses matacões não foram uma surpresa durante a execução da obra. O projeto e as investigações geológicas feitas já indicavam uma grande quantidade desse material no trecho. Então, houve essa alteração de serviços. E o que aconteceu? Aqueles serviços lá, no contrato, atingiam a monta de 23,3 milhões de reais. Quando esses serviços migraram, eles atingiram 52,9 milhões de reais.

Esses serviços aqui que existiam, a princípio seriam suficientes para remunerar esses serviços de matacão. Então, não haveria essa necessidade de inclusão de serviços relacionados a matacão. Fizemos uma conta direta: isso aqui leva um sobrepreço de 29,6 milhões de reais, somente nesses serviços. Isso já foi pago.

O sobrepreço é aquele apontamento que o Tribunal faz sobre o preço do serviço. Quando esse serviço com sobrepreço é medido e pago, isso passa a ser o que nós chamamos de superfaturamento. Então, isso já virou um superfaturamento de 33,5 milhões de reais.

Por que essa diferença? Porque foram medidos, nesses serviços, quantitativos a mais do que os apresentados na alteração do termo aditivo. Por isso, o valor é maior. Esse foi o primeiro achado.

O segundo achado é um problema decorrente do atraso que houve na obra, que, a princípio, foi gerado por atrasos na liberação de frentes de obra. O contrato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tinha uma previsão inicial de 36 meses, salvo engano, terminando inicialmente em abril de 2016, e houve uma extensão de prazo de 20 meses. Então, ele passaria para outubro de 2017. A conta é mais ou menos essa.

O aumento passou de 36 meses para 56 meses, e houve um pleito da contratada de que houvesse um pagamento extra, por conta desse atraso, nessas rubricas aqui: administração local; administração central; seguro responsabilidade civil; e gestão de qualidade, segurança, medicina, mais EPI. Os valores dessas rubricas estavam embutidos no BDI da obra.

E que cálculo foi feito? Calculou-se o valor dessa rubrica durante todo o período inicial de 36 meses e dividiu-se por 36 para se chegar ao valor mensal dessa remuneração por esses serviços. E a premissa foi: *"Eu vou manter essa remuneração mensal".* Aí se multiplicou essa remuneração mensal pelos 20 meses em que houve acréscimo e foi feito um novo cálculo de quanto isso impactaria nos percentuais iniciais do BDI.

Então, o que aconteceu? Essas rubricas, que eram uma percentagem do BDI, originalmente, aumentaram de valor, porque o valor total pago por isso, de 36 meses para 56 meses, aumentou. Como isso é calculado em cima do custo direto, e não houve aumento do custo direto da obra, essas rubricas acabaram aumentando os seus percentuais. Foi feita essa conta e houve uma remuneração da contratada por isso.

A fiscalização do Tribunal fez essa conta e apontou, além do problema da forma do cálculo, que também os percentuais do início já estavam bem altos, bem acima dos valores dessas rubricas, conforme os acórdãos que o TCU tem.

Em suma, esses valores foram calculados em relação aos 36 meses originais como sendo de 29,4 milhões, e o apontado é que deveriam se limitar a 6,2 milhões. Além disso, houve outro cálculo para remunerar os 20 meses adicionais, o que corresponderia ao valor de 17,5 milhões, ainda a serem pagos, que deveriam se limitar a 3,7 milhões. Pois bem, fazendo a conta, isso aqui gera um sobrepreço de 23,2 milhões, e aqui de 13,8 milhões — é a subtração aqui direta. Parte dessa parcela aqui, que são 21,6 milhões, já foi paga. Aí, só quero lembrar que esses valores não são de 2012, já existe alguma coisa de reajuste contratual dentro desse valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por fim, a terceira irregularidade, eu posso dividir em duas. Vou começar pela da direita. O primeiro e o terceiro termos aditivos fizeram um acréscimo injustificado de quantidade de serviços, ou seja, vários serviços que estavam previstos contratualmente, ganharam um volume grande durante a execução do contrato, sem a correspondente alteração de projeto. A princípio não há — pelo menos não foi apresentada, até o momento — uma justificativa para esse aumento de quantitativos, sendo que o projeto continua intacto, original. Isso levou a um sobrepreço de 39,8 milhões, só nesse acréscimo de quantidade de serviços. E são serviços basicamente ligados à terraplanagem: escavação, carga e transporte de material.

O outro problema é que, durante a execução desse contrato, houve vários termos aditivos. Verificou-se que houve acréscimo de serviços novos e de quantidades de serviços existentes, durante a execução contratual. Quando analisados somente esses serviços, ou seja, serviços novos, mais acréscimo de serviços existentes, isso chega à monta de 218,5 milhões, aproximadamente 35% do valor original do contrato.

O que causa mais estranheza é que o valor do contrato continua inalterado. Como eu disse, o impacto disso no contrato é zero, ou seja, diversos serviços foram retirados do contrato para que ele absorvesse esse acréscimo de serviços novos e de quantidade de serviços já existentes. Serviços que, a princípio, são necessários. Por exemplo, os serviços no teto dos túneis, que foram retirados. Os túneis são necessários, ou seja, esses serviços terão que ser executados em algum momento, mas eles já não fazem mais parte do contrato, porque a princípio não houve nenhuma modificação no valor do contrato. Ora, isso é um caso que causa certa preocupação. Como é que vai ser o final desse contrato? Quando esses serviços necessários aparecerão e em que condições?

A situação atual do processo. Não houve deliberação do TCU sobre o relatório de auditoria, como eu falei. Ele havia sido pautado na sessão ontem, mas foi retirado de pauta. Houve uma sustentação oral na sessão, tanto da DERSA quanto da contratada, e ele foi retirado de pauta.

A manifestação preliminar da DERSA não enfrentou os achados 1 e 3 — basicamente a que foi apresentada e analisada pela equipe. Falou apenas do achado 2. É isso que consta na instrução da unidade técnica que analisou. Além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disso, documentos complementares foram juntados ao processo ontem. Trata-se de grande quantidade de documentos, que haviam sido, inclusive, mais de uma vez pedidos durante a fiscalização. Foi uma fiscalização relativamente longa, começou no ano passado, teve toda a parte de execução e de relatório este ano, mas o relatório terminou já no segundo semestre. Então, foi um tempo longo, mas essa documentação apareceu somente no dia de ontem.

Era isso o que eu tinha a dizer. Desculpem-me por ter avançado no horário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Obrigado, Luiz Fernando. Não tem problema ter avançado um pouco no tempo. Fique tranquilo.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Laurence Casagrande, Secretário Estadual de Logística e Transportes de São Paulo e Diretor-Presidente da DERSA.

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Senador Hélio José, quero, na sua pessoa, cumprimentar todos os Parlamentares presentes a esta audiência pública. Quero também aqui fazer um agradecimento à Diretoria do DNIT, que foi ela a convidada a participar, e nos estendeu esse convite, dando-nos a oportunidade de apresentar aqui as nossas contrarrazões ao que foi exposto.

Eu pedi à assessoria que colocasse um vídeo da obra em andamento, feito em outubro último. Eu queria aproveitar uma frase do Senador Hélio José, quando ele disse que uma das intenções desta Comissão é evitar que o projeto seja paralisado e vire o esqueleto de uma obra inacabada. Eu queria mostrar para os senhores uma obra que tem hoje, só em funcionários contratados, mais de 6.800 funcionários trabalhando.

(Exibição de vídeo.)

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Neste filme, que é extenso e vai passar durante toda a minha apresentação, os senhores vão ver o volume dessa obra que atualmente, só em atividades de obra, comporta mais de 6.800 postos de trabalho. Se computadas as atividades acessórias, nós chegamos próximos à monta de 10 mil postos de trabalho desenvolvidos numa obra gigantesca, na Região Metropolitana de São Paulo. Essa obra do Trecho Norte do Rodoanel é fundamental para organizar o tráfego de São Paulo, podendo aliviar o trânsito da Marginal Tietê, a principal avenida de São Paulo hoje, e organizar o tráfego de passagem pela cidade de caminhões de carga. A Região Metropolitana de São Paulo abriga os dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maiores aeroportos brasileiros, tem proximidade com o Porto de Santos e faz a ligação entre a Região Sul e as Regiões Norte e Nordeste do País, logo, comporta-se como principal conector logístico do Brasil.

Daí a importância de sensibilizar os senhores quanto à paralisação dessa obra fundamental, seja pelo volume de emprego que ela coloca, seja pelo benefício ao desenvolvimento econômico, não apenas do Estado de São Paulo, mas de todo o Brasil, uma vez que nós temos a Região Metropolitana de São Paulo como grande conector logístico brasileiro.

Isto posto, eu gostaria de esclarecer aos senhores que o Rodoanel Norte é um empreendimento de quase 10 bilhões de reais em valores de hoje. Os valores apontados pelo TCU em sua auditoria dizem respeito àqueles que compõem o nosso termo de compromisso com o Ministério dos Transportes, mas eles estão em valores referenciados a 2010.

Em valores presentes, nós estamos falando de um empreendimento de 9,8 bilhões, que tem dois sócios: o Governo Federal, que deveria participar com um terço do empreendimento, como o fez no Rodoanel Trecho Sul e Trecho Oeste; e o Governo do Estado de São Paulo, que cobre dois terços do empreendimento.

O Governo de São Paulo, para dar conta desse montante, realizou um empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, empréstimo esse no valor de 1 bilhão e 150 milhões de dólares, feito com o apoio do Senado Federal, cujos recursos são alocados diretamente no empreendimento. Mas, por força do contrato firmado com o banco, as contratações do Rodoanel Norte devem seguir as normas do BID.

Isso é autorizado pelo art. 42, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993, que diz que, quando a instituição internacional impuser, por meio de contrato, adoção de suas normas, essas podem ser feitas pela instituição mutuária do empréstimo. E assim foi feito pelo Estado de São Paulo.

Daí algumas questões levantadas pela fiscalização do Tribunal de Contas citadas aqui com estranheza não encontram um paralelo na legislação nacional, mas elas estão amplamente justificadas nas normas do banco, como eu vou demonstrar a seguir, e daí esclarecer essa suposta estranheza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu gostaria de retomar aqui uma posição colocada pelo Secretário de Fiscalização do TCU, o Luiz Fernando, dizendo que, de fato, o acaso do Rodoanel ainda pende de aprovação por parte do Plenário.

Então nós não temos aqui uma IGP autorizada, Sr. Presidente, pelo Tribunal de Contas ainda. Não há uma definição nesse sentido, e sim há uma propositura, uma recomendação por parte da fiscalização, que ainda pende de apreciação dos Srs. Ministros do Tribunal de Contas.

Esse relatório apresentado pelo Tribunal traz três propostas de classificação como IGP, como bem apresentou aqui o Luiz Fernando. A primeira delas diz respeito à inclusão de serviços de matacão, os quais, como entendeu a fiscalização do Tribunal de Contas, já previam a realização, ou seja, esses serviços já estavam previstos dentro da descrição de outros serviços contidos no contrato original; assim, a diferença entre o preço unitário contido no contrato original e aquele que foi colocado pela adição dos novos serviços, multiplicados pela quantidade desses serviços, gerou o cálculo de sobrepreço e, depois, do superfaturamento apontado aqui pelo Sr. Luiz Fernando.

Bom, o que acontece no caso específico desses serviços? São seis serviços que foram alterados. Ao longo do processo de obras, ou seja, a partir do início das obras, as construtoras dos Lotes 1, 2, 3, 4 e 5 — o Rodoanel tem seis lotes de obras, mas os cinco lotes, do lote 1 ao lote 5, que são os lotes mais próximos à Serra da Cantareira, dado que o Rodoanel se dá em região de serra montanhosa, daí o número de obras de artes e de túneis que o Luiz Fernando aqui apresentou —, as construtoras desses lotes começaram a apresentar pleitos de que havia uma quantidade muito grande de matacões, uma quantidade superior àquela que se poderia considerar normal, adequada e apresentada pelos documentos de licitação. E pleiteavam então, a inclusão de um serviço novo, dado que o trabalho com matacão, uma vez que são blocos de rocha, como bem demonstrou aqui o Luiz Fernando na foto, envoltos de solo. Portanto, as obras exigiam a limpeza desse solo, a fim de que possam eles ser desmontados e depois transportados.

Essa discussão e esse conflito com essas construtoras perduraram desde o início da obra, que se deu em março de 2013, até 2015, quando o DERSA fez um aditivo e incluiu seis preços novos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vale ressaltar que, pela norma do banco, existe uma figura que não encontra amparo na legislação brasileira, que é o preço provisório. E há outra figura também prevista em contrato — aliás, ambas estão previstas nos contratos assinados com as construtoras e seguem as normas do banco —, qual seja o fato de que todas as medições são consideradas provisórias até o encerramento do contrato. Apenas a última medição do contrato torna as demais medições definitivas, ou seja, as medições do contrato podem ser revistas a qualquer tempo, porque estas são cláusulas do próprio contrato.

Então, a DERSA, à época, aceitou a inclusão desses serviços para evitar a paralisação da obra e, em procedimento contínuo, contratou uma perícia do Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Os aditivos se deram em setembro e, na sequência, foi contratada uma perícia no Instituto de Pesquisas Tecnológicas. E, na resposta dessa perícia, que se deu no final do primeiro semestre de 2016, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas concluiu que não havia surpresas geológicas no aparecimento desses matacões.

A DERSA, ato contínuo, suspendeu um dos serviços automaticamente — e isso se deu em julho de 2016. Então, vale dizer que, desde julho de 2016, o serviço que tinha o maior volume, em termos de valor, foi suspenso. Ou seja, dos 63 milhões totais, ele responde por 21 milhões, ou um terço do valor total. Esse serviço teve seus pagamentos suspensos desde julho de 2016.

Na sequência da suspensão desse processo, as construtoras avocaram outra cláusula do contrato, que é a formação de uma junta de conciliação, porque elas não concordavam com a medida tomada. Então, ato contínuo, foi formada essa junta. Essa é uma junta eminentemente técnica, formada por professores altamente gabaritados e com um currículo extenso no campo da geotecnia. Essa junta foi formada e passou a estudar o caso e com forma a propor. A junta foi formada em agosto de 2017, quando conseguimos a concordância dos nomes dos peritos, e os peritos passaram a estudar o caso específico.

Quando recebemos o relatório da fiscalização do TCU, que incluía, além do item que estava sendo discutido na junta, outros cinco itens que se entendem ter relação com serviço de matacões, a DERSA automaticamente suspendeu o pagamento desses outros cinco itens, e esses outros cinco itens foram incluídos no objeto de análise dessa junta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neste momento, Sr. Presidente, no caso do Item 3.1 do relatório de fiscalização, não há nenhum pagamento dos serviços questionados pelo TCU. Isso já foi uma providência tomada, esses pagamentos já foram suspensos. E o assunto vem sendo analisado por uma junta composta por professores altamente gabaritados, que têm prazo até janeiro próximo para se manifestar acerca da razão da inclusão ou não desses serviços.

Com relação ao item 3.2, que é o reequilíbrio econômico e financeiro por atraso na liberação da frente de obra, a discussão se dá sobre o método de cálculo e não sobre o reequilíbrio. A fiscalização do TCU no primeiro relatório, na sua primeira manifestação, não questiona o reequilíbrio em si; ela questiona o cálculo feito para esse reequilíbrio, porque ela discorda de três pontos adotados pelo perito contratado pelo DERSA para que se fizesse essa apuração.

Vale ressaltar que esse perito, inclusive, já foi citado em alguns acórdãos do TCU, já prestou serviços, e o trabalho prestado por ele já serviu de base para alguns acórdãos tomados pelo TCU, um deles é o acordão paradigma — Acordão nº 2.662, se não me engano, de 2013 — que determina os valores de padrões para que se analise os BDIs dos contratos de obras no Brasil.

Esses três itens, esses três elementos, esses três componentes dos Benefícios e Despesas Indiretas — BDIs são: administração local, administração central e o seguro.

No caso do seguro e da administração central, a primeira manifestação do TCU vai no sentido de dizer que esses itens, pela norma estabelecida pelo Acordão nº 2.662 — talvez o número não esteja correto —, mas, pelo acórdão paradigma, são calculados em função do valor da obra, ou seja, são taxas, são percentuais do valor da obra e, por essa razão, não deveriam ter sido incorporados no cálculo de reequilíbrio.

Já o caso da administração local, a fiscalização entende adequada a consideração da administração local, mas discorda do percentual que continha o contrato de obras, porque se dizia, naquele momento, era muito alto.

Bom, quando nós apresentamos nossa primeira manifestação ao Tribunal de Contas, nós fizemos essa manifestação em outubro último, e essa manifestação continha dois conteúdos principais. O primeiro deles era um pedido de dilação de prazo para que se pudesse manifestar sobre todas as propostas de IGPs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apresentadas pela fiscalização com tempo hábil, haja vista, que nossos documentos de obras são documentos que prestam contas ora ao Banco Interamericano, ora ao Tribunal de Contas da União, ora ao Tribunal de Contas do Estado, e cada um dos nossos sócios, dos nossos financiadores, tem uma metodologia para receber e analisar essa documentação.

Então, nós pedimos ali para que pudéssemos fazer a devida adequação e apresentar isso no prazo.

Mas, naquela mesma manifestação nós nos defendemos em relação ao Item 3.2, que tratava do reequilíbrio, e demonstramos que a administração central e o seguro, sim, dependem do prazo de obras. Isso, inclusive, encontra guarida em alguns acórdãos do próprio Tribunal de Contas.

E, com relação à administração central, nós mostramos que, ao converter o modo como esses percentuais haviam sido calculados no contrato original, embora não sigam o padrão do Sistema de Custos Rodoviários — SICRO e do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI, esses percentuais seguem o padrão da tabela de preços unitários da Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo, que é uma regra imposta dentro do Estado de São Paulo para que sirva como preço base das licitações. Portanto, seguiu-se o formato de cálculo do BDI exato, conforme proposto pela legislação Estadual.

Lembro a todos os senhores que dois terços originalmente dessa obra são financiados, custeados, pelo Governo do Estado de São Paulo. E apenas um terço, em tese — porque, na realidade, o número atual é o de 19,7% —, é financiado pela União, porque nós temos, desde 2015, observado sucessivos atrasos nos repasses do Governo Federal ao empreendimento, não cumprindo aquilo que está no Orçamento e nem no plano de trabalho do próprio termo de compromisso.

Então, nós demonstramos que a nossa administração central não se encontrava nos percentuais que analisou a fiscalização, porque ela aplica uma metodologia diferente. E, quando essa conversão é feita para o percentual do Tribunal, nós estamos dentro do limite. Mesmo somando a administração central, qualidade, segurança, medicina e meio ambiente, nós estamos dentro do *range* ou dos quartis apontados no critério base.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Demonstramos, ainda, que a nossa administração central contém, dentro do item administração central, resquícios de alguns outros componentes que não existem na metodologia estadual, mas existem na metodologia federal.

Isto posto, apresentamos a nossa manifestação. A própria fiscalização do Tribunal de Contas fez uma análise desse material e se manifestou, Presidente, no seguinte sentido: reviu o cálculo de sobrepreço. Portanto, o cálculo de sobrepreço foi revisto. Ele era de 23 milhões 143 mil e 293 reais, mas caiu, nessa manifestação do útlimo dia 9 de novembro, para 20 milhões, 68 mil, 32 reais e 81 centavos, considerando aí a inclusão do item seguro. Além disse, sobre uma parcela da administração central, ainda persiste a discussão sobre a questão da administração local, mas, na discussão do mérito disso, esperamos dirimir e mostrar a correção do ato que foi feito.

Então, diante dessa redução de valor e da análise feita pela fiscalização, essa manifestação do último dia 9 de novembro propõe, inclusive, à Relatora a modificação da classificação de IGP para IGC do item 3.2.

Com relação ao item 3.3, que trata da alteração injustificada de quantitativos, nós discordamos de que ela seja injustificada. E, no último dia 27 — e não dia 29, eu queria fazer essa correção aqui —, nós protocolamos junto ao Tribunal uma grande quantidade de material. Só para se ter ideia, nós entregamos um HD que tem mais de 10 gibabytes de informação, com todas as justificativas, mostrando não só as alterações posteriores de projeto, mas também as memórias de cálculo que apresentam os valores desse projeto. Ou seja, quanto ao suposto sobrepreço, o TCU faz uma conta, como disse o Luiz Fernando, de subtração direta: ele pega aquilo que foi retirado, soma aquilo que foi adicionado e chega a 218,5 milhões de reais, ou 34,82% do contrato.

Nós demonstramos ao Tribunal que a alteração real é do valor de 61 milhões, 104 mil, 250 reais e 77 centavos, perfazendo 10,11% do valor do contrato original.

Nesse sentido, é importante dizer: *"Poxa, mas por que se fez o acréscimo de serviços e a subtração de outros que seriam necessários?"* De fato, o Luiz Fernando tem toda razão, pois são serviços necessários — e a própria instrução do DERSA, que cuidou da preparação desses ativos, diz que esses serviços são necessários; o relatório de fiscalização inclusive cita isso. Mas por que isso foi feito? Foi feito porque o Banco Interamericano de Desenvolvimento só aceita alterar o valor total do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contrato quando projeto executivo estiver pronto e se possa calcular a efetiva taxa interna de retorno daquele financiamento.

E isso foi feito. Nós tivemos a não objeção do banco ao projeto executivo em julho último, quando essas providências começaram a ser tomadas no sentido de se trazer os contratos aos valores reais.

Mas posso asegurar ao sehores que essa alteração não será da ordem de 218 milhões, mas sim de 61 milhões, efetivamente 10,11% do valor original do contrato, o que nos parece bastante razoável para uma obra que tem mais de 50% de seu trecho, no Lote 2, composto por túneis e obras de arte e uma terraplanagem realizada numa região de serra, numa região com uma topografia, um relevo bastante acentuado e bastante expressivo.

Isto posto, Sr. Presidente, quero só terminar, dizendo o seguinte: V.Exas. tiveram a oportunidade de ver no filme todo o gigantismo dessa obra; o contrato hoje está com 86% realizado —refiro-me ao contrato do Lote 2 —, e o empreendimento está na casa de 79% concluído.

Essa obra tem inauguração do trecho entre a Fernão Dias e o Rodoanel Oeste, que é o primerio segmento, prevista para o primeiro semestre do ano que vem; e o segundo segmento, que está entre a Fernão Dias e a Via Dutra, para o segundo semestre do ano que vem. É uma obra importantíssima.

Em que pese tenhamos tido menos recursos federais do que havíamos originalmemte acordado com o Governo Federal — e, nesse sentido, ainda há um saldo de repasse da ordem de 715 milhões —, os valores que se discutem nesta Casa para o ano que vem, que é o último ano de obra, são muito inferiores a esses 715 milhões de saldo.

O Estado de São Paulo tem-se proposto a cobrir a diferença, e assim o tem feito com recursos próprios, dada a importância disso. E, diante de todo esse esforço feito pelos paulistas é importantíssimo não só para São Paulo, mas para o Brasil, é que venho chamar atenção do Comitê e pedir que essa obra não seja paralisada, porque esses recursos são importantes para que ela possa ser concluída e efetivamente entregue à população.

Eu tenho certeza de que, ao final desse processo de análise do Tribunal de Contas, nós teremos todas essas alegadas estranhezas devidamente esclarecidas no acórdão que foi encaminhado a esta Casa pelo Tribunal de Contas. Uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vantagens apontadas de se encaiminhar uma proposta de IGP, ou seja, uma IGP que ainda não foi apreciada pelos Ministros, é a possibilidade de esclarecimento. Acho que estamos fazendo isso hoje. E saliento que, no acórdao enviado, há uma passagem que fala sobre uma questão bastante interessante, a qual eu gostaria de ler.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Estamos precisando que V.Sa. conclua, porque são só 10 minutos para cada um, e tenho mais três audiências para fazer.

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Apenas para terminar, quero dizer o seguinte: em 2016, foram encaminhadas ao Congresso Nacional cinco indicações do tipo IGP e que, no encaminhamento do relatório de 2017, três dessas PIGPs — ou seja, propostas de IGPs — já não constavam mais, porque já haviam sido saneadas ou reclassificadas para uma condição de menor gravidade.

E nós já tivemos, nesse caso específico, a própria fiscalização recomendando a reclassificação de pelo menos uma. Tenho ceteza de que, após a análise da documentação colocada no último dia 27, a fiscalização vai poder rever essa classificação, e o Congresso apreciará esse caso não como sugestão de paralisação, mas como outro tipo de classificação.

Muito obrigado e desculpem pela extensão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Eu vou ler, só para registro, as perguntas que eu teria de fazer para a responsável pelo Rodoanel. Segundo o Consultor, estão respondidas, mas eu vou fazer esse registro.

“O levantamento feito pelo TCU chegou a nos assustar. Se esses fatos se confirmarem, o que nós vemos são irregularidades milionárias, feitas de uma forma que chega a ser simplória na sua forma de execução. A obra está ainda na metade, e o dinheiro dos contribuintes paulistas e brasileiros parecem estar em grande risco.

Minhas questões ao Ministério e ao DERSA são simplesmente para que confirmem ou neguem os fatos apontados pelo TCU, porque esses fatos são gritantes. Vou detalhar os principais, sendo cada um deles de valor significativo diante do total do contrato.

O que justifica acrescentar serviços isolados de tratamento de “matacões” quando o projeto licitado já incluía explicitamente o tratamento desse tipo de ocorrência como parte das etapas de corte e escavação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O que justifica cobrar parcelas mensais fixas de administração central e seguro, quando esses valores são universalmente calculados apenas em função do valor da obra? Lembro que esse método de eternizar custos indiretos foi o esquema que causou os imensos prejuízos e desvios que ocorreram em Angra 3, hoje processados pela Lava-Jato e que nós também reexaminamos ontem.

O que justificaria fazer termos aditivos retirando quantitativos de serviços necessários e incluindo outros quantitativos injustificáveis de terraplenagem, tudo isso sem nenhuma justificativa de projeto?

Dentro deste último ponto, tratando ainda do aumento injustificável de quantitativos nos termos aditivos, o que justificaria prever em contrato que a empreiteira vai levar para o bota-fora mais material do que todo aquele que ela vai retirar da obra?"

Nobre Laurence, você fez aqui uma série de colocações, mas eu gostaria de receber por escrito a resposta a essas perguntas, para que possamos deliberar sobre elas no nosso comitê.

Indago se há algum Parlamentar que queira fazer considerações? *(Pausa.)*

Então, passo a palavra ao Laurence, que dispõe de 10 minutos para as considerações.

O SR. LAURENCE CASAGRANDE - Em primeiro lugar, a posição do Estado de São Paulo e da DERSA é de que não há irregularidade, pois tudo foi feito dentro dos limites traçados no contrato. Relembro a todos que esses contratos se afastam da tradição da Lei nº 8.666, de 1993, uma vez que seguem normativos do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Sr. Presidente, a obra não está na metade, ela está quase 80% concluída. O contrato, em tese — que é o contrato do Lote 2, aquele que foi analisado em detalhes pela fiscalização — está com mais de 86% de execução. Daí a importância do prosseguimento da obra.

Eu diria ao senhor que o dinheiro dos paulistas e dos brasileiros não está em risco. A nossa preocupação foi muito grande. E reafirmo que o nosso entendimento e a nossa convicção é a de que, ao final desse processo, isso será esclarecido e compreendido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com relação aos demais itens, eu vou atender ao seu pedido e respondê-los por escrito. De forma geral, acho que eu tratei de todos esses itens ao longo da minha explanação.

Eu só queria dizer que há uma grande diferença entre as obras de Angra 3 e as do Rodoanel Norte. Eu conheço Angra 3 pelo que li na imprensa e conheço muito bem a obra do Rodoanel Norte. Então, queria pedir aos senhores que fiquem muito tranquilos, porque essas alterações e todas essas gestões feitas são regulares e que esse contrato chegará ao final como uma grande obra de engenharia. Fiquem tranquilos porque se trata de uma obra que teve, desde o início, uma competição muito grande, com mais de 25 licitantes participando do certame. Houve um desconto expressivo no início desses contratos, superior a 20%, e os contratos finais continuarão econômicos e extremamente vantajosos para os paulistas e para os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradecido, Laurence.

Quero falar que, da minha parte, eu também tenho total interesse nessa obra tão fundamental para a capital de muitos brasileiros, que é São Paulo, a maior cidade do País. Espero que a gente possa dar continuidade aos trabalhos, com celeridade, para o mais breve possível terminarmos essa obra, sem dúvida.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Fernando, do TCU, para as considerações.

O SR. LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA - Eu acredito que o que foi mostrado no relatório está bem claro.

Eu queria comentar que esse problema detectado no Lote 2 se replica nos demais lotes, de nºs 1, 3, 4, e 5. É que nós ainda não tivemos a capacidade de fazer as mesmas análises para os outros lotes. Mas, a princípio, essa alteração de quantitativos e a colocação de matacões são replicadas nos outros lotes. Isso nos causou certa preocupação.

Outra coisa: quero dizer que a fiscalização adotou os parâmetros adotados normalmente em obras que têm recursos da União. Mas, independentemente disso, é interessante dizer que salta aos olhos esse problema de só ao final do contrato ver-se o preço final. Ou seja, houve essa variação de quantitativos durante as medições, não guardando, a princípio, uma ligação com o projeto existente. Até do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ponto de vista da engenharia, se não houver uma fiscalização e um controle muito grandes, isso pode gerar muitos problemas.

Bom, basicamente, era isso que eu queria falar.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e coloco-me à disposição para o esclarecimento de dúvidas.

Por fim, em relação ao comentário sobre a documentação que foi entregue esta semana, como o Dr. Laurence falou, ela foi por diversas vezes solicitada durante a fiscalização. Mas são 10 gigabytes de informação e, portanto, seria humanamente impossível fazer a sua análise de segunda até ontem, data do acórdão que seria do acórdão do Tribunal. Também não se conseguiria, em uma ou duas semanas, analisar essa vasta documentação que, provavelmente, são relatórios de medições, enfim. Eu queria apenas deixar isso bem claro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Nós do Comitê precisamos, Luiz Fernando e Laurence, de um *feedback*. Eu vou fazer esta reunião sobre o BRT de Palmas para tentar superar as questões. Acho que nós poderíamos tentar ver uma decisão para saber se vão fazer ou não o IGP com uma deliberação de vocês. Esta seria a forma de deliberarmos a questão.

Só um minuto, porque estou falando com o Líder. *(Pausa.)*

Para deliberarmos sobre esta situação, precisamos saber se seria possível, até segunda-feira ou amanhã o dia todo, este acórdão sair ou com IGP ou com IGC, enfim, como vocês resolveriam.

Seria muito importante termos este *feedback*. Será que é possível?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - A Ministra Ana Arraes é a Relatora.

Nós teríamos que ver com o Laurence. Precisaríamos marcar uma conversa com vocês, o TCU e esta Comissão. Sugiro que nos encontremos às 12 horas. Como às 11h30min, nós vamos nos reunir com o pessoal de Palmas, nós poderíamos nos encontrar às 12 horas para ver o que se encaminha a respeito desta questão. Está complicado.

(Pausa prolongada.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Dando continuidade aos trabalhos, quero agradecer ao Laurence e ao Luiz Fernando. Convido a fazer parte da Mesa o Sr. Bernardo Braga Pasqualette, Gerente Setorial de Demandas Legais e Auditorias da PETROBRAS, para discutirmos o sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho.

Agora, vamos ouvir o Sr. Cezar Eduardo Scherer, Gerente de Projetos de Saneamento Integrado do Ministério das Cidades, para discutirmos o sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - O.k., Secretário.

Qual é o nome do senhor?

O SR. ANTONIO HENRIQUE PIRES - Henrique Pires, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Seja bem-vindo!

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Bruno Martinello Lima, para expor a questão referente às obras do sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Em relação ao sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho, nós nos referimos ao Contrato nº 118, firmado em 2015, no valor de 484 milhões, com o consórcio Gel-MCEN, no Regime de Contratação Integrada — RDC. Foi feita uma licitação nestes moldes. Quanto ao investimento, ele possui aportes da União de cerca de 370 milhões — 138 milhões serão financiados por meio do FGTS.

A auditoria foi realizada em 2016, quando o IGP foi deliberado por meio de despacho monocrático do Ministro-Relator Bruno Dantas, além da expedição de medida cautelar para a destinação de recursos federais a este termo de compromisso.

O que o Tribunal encontrou no caso de irregularidades graves com indicação de paralisação? Sobrepreço no orçamento paramétrico. Como se trata de um RDC, não houve um orçamento detalhado, mas um orçamento estimado, parametrizado. Dentro deste orçamento que foi levado para licitação, a equipe de fiscalização encontrou um sobrepreço de 205 milhões, aproximadamente 70% do orçamento-base, um valor extremamente expressivo, devido à superestimativa de quantitativos, ao superdimensionamento de equipamentos a ser utilizados na obra, a preços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

unitários excessivos frente aos sistemas referenciais de mercado, no caso, o SINAPI, e a preços paramétricos sem fundamentação adequada.

Neste caso, diversos serviços não estavam sendo parametrizados, ou não havia justificativa para os parâmetros utilizados. Além disso, houve outro IGP, em vista do não atendimento dos requisitos caracterizados na lei do RDC, necessários à utilização de contratação integrada, como justificativa técnica e econômica, além de inovação técnico-tecnológica, possibilidade de execução com diferentes metodologias ou possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito.

Neste caso, vale a pena lembrar que o tribunal, em 2010, já havia deliberado um IGP nestes termos de compromisso, por deficiências no projeto básico da obra. Naquela oportunidade, o contrato à época tinha sido encerrado, anulado, quando foi retirado o IGP. Determinou-se que o projeto básico fosse refeito, por meio de melhores estudos, com mais detalhamentos, pois nele havia diversas deficiências.

Quando o tribunal retornou em 2016, verificou-se que não tinham sido feitos estudos aprofundados, não tinha sido feito um projeto mais bem desenhado, após 6 anos. Além disso, eles haviam utilizado um anteprojeto no âmbito de uma contratação integrada. Não só foram 6 anos para que os estudos fossem aperfeiçoados, mas também eles não fizeram, mas levaram um anteprojeto com diversas deficiências nos parâmetros utilizados para a licitação, o que gerou este sobrepreço extremamente expressivo.

A SGP foi confirmada neste ano, no Acórdão nº 1.308, de junho, de relatoria do Ministro Bruno Dantas.

Tendo em vista que o termo de compromisso teve a vigência expirada e não houve a renovação, o tribunal entendeu pela retirada do IGP e pela revogação da medida cautelar, já que não haveria mais desembolso de recursos federais para aquele contrato. Foi determinado, ainda, que o Ministério das Cidades se abstivesse de destinar novos recursos federais enquanto o contrato estivesse vigente. Assim, no âmbito do TCU, já foi deliberado que este contrato não pode receber recursos federais, medida que garante que não haja a continuidade deste contrato, pelo menos com recursos da União.

Além disso, determinou-se que a Caixa adotasse as providências em eventuais impactos que poderia haver no contrato de financiamento do FGTS, já que abarcava diversos problemas de sobrepreço na obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esta é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradeço ao nobre Sr. Bruno Martinello.

Concedo a palavra ao Sr. Antonio Henrique Pires, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

O SR. ANTONIO HENRIQUE PIRES - Boa tarde a todos e a todas.

Convido o Senador Hélio José a ressaltar a presença do Sr. Bruno Martinello, do TCU.

Senador Hélio José, as informações que o TCU acaba de explanar são um fato. Em fevereiro deste ano, já houve a rescisão dos contratos — eles não existem mais.

Eu estou surpreso. Gostaria de registrar a presença do nosso grande Cezar Scherer, cedido pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro — CEDAE. Ele está há quase 14 anos no Ministério, portanto tem uma memória viva. Cezar é nosso colega engenheiro. Eu fiquei muito feliz em saber que ele é engenheiro. Este País carece de engenheiros em postos de Senador e de Deputado.

Qual é a questão do PAC I, quando estas obras foram contratadas? A questão é que, à época, não se exigia projeto para a contratação. No PAC II, já se passou a ser exigir projeto. Assim, vários contratos caíram no PAC I, como no caso desses dois.

Não obstante um futuro que eu espero não esteja muito longe, o próprio Ministério alocou 9,1 milhões para que o Governo de Rondônia elaborasse os projetos. Na época, observou-se que não havia projeto, mas nós alocamos recursos para ele. Mais à frente, o projeto ficou pronto e esperamos que seja reapresentado na carteira do Projeto Avançar, para que a população não fique prejudicada. Este é o grande objetivo de qualquer obra do Governo Federal.

Infelizmente, as normas não deixam que o Banco Mundial, por exemplo, realize a contratação na pontuação 90/10. Portanto, a empresa que apresenta efetivamente as melhores condições é aquela que contrata o projeto.

Em vários orçamentos, tanto na FUNASA, que eu tive a honra de presidir, como no que vejo agora na Secretaria de Saneamento, observa-se a deficiência não digo do Governo, mas do Estado brasileiro, em implementar bons projetos. Por isso, as outras explanações que aconteceram aqui também na área de saneamento, que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sem sombra de dúvida, com toda a vênia, para mim é a mais importante da engenharia — não digo isso porque estou nela —, em vista da redução nos gastos com saúde, um dos principais ralos para onde vai o dinheiro público.

Sr. Senador, gostaria de mencionar dois casos interessantes.

Em 2005, o Deputado Milton Monti alocou recursos para a construção de uma barragem em Indaiatuba. Na FUNASA, nós temos condições até de fazer as convalidações. Finalmente, conseguimos, em 2011, liberar o primeiro recurso. Por que isso não foi feito antes? Por causa de uma documentação do terreno, por causa de uma briga. Não fosse a espera de 2005 até 2011, Indaiatuba teria tido problemas com a falta de água, diante da seca recente pela qual passou a Grande São Paulo.

O então Deputado Federal Davi Alcolumbre, colega de V.Exa., apresentou uma emenda em 2006. Hoje Macapá recebe equipamentos da ordem de 9 milhões para o tratamento de resíduos sólidos, graças a esta emenda de 2006. Se não pudéssemos realizar a convalidação, a população não estaria recebendo este benefício. Convém lembrar que hoje nós temos recursos para esta área em canto algum.

Eu digo isso, considerando a importância de uma Comissão como esta, em busca de soluções para que a população não fique mais uma vez prejudicada.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que a Organização Mundial da Saúde diz que, para cada valor investido em saneamento, economiza-se de 4 a 5 nos gastos com saúde. Na semana passada, o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, em reunião na Casa Civil, já passa a adotar 1 para 9. É espetacular esta redução nos gastos!

Quero registrar que estamos, no âmbito do Governo Federal, fazendo a revisão da legislação pertinente ao saneamento, exatamente para amenizar, reduzir ou até preservar ainda mais o Erário. Não só a sociedade civil organizada e as entidades do ramo, públicas ou privadas, mas também o Governo do Presidente Michel Temer estão trabalhando para que o tema seja encaminhado ao Congresso Nacional, e os legisladores possam dar a palavra final.

Da nossa parte, estamos à disposição para atender a esta Comissão e ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradeço ao Sr. Antonio Pires, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental. Concordo com ele quando diz que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investimento em saneamento é vida, é fundamental. Nós realmente precisamos reforçá-lo no nosso País. As atitudes de convalidação são muito importantes.

Eu gostaria de ler os seguintes comentários do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI.

"Sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho, Rondônia. Ministério das Cidades.

Este é um caso bem singular, e as contribuições dos presentes serão muito importantes para que a Comissão possa agir da forma mais eficiente possível.

Não há divergência nos fatos: as irregularidades no contrato de execução firmado pelo Estado são reconhecidas tanto pelo TCU, quanto pelo Ministério, e exatamente por isso o Ministério não liberou recurso nenhum.

O Tribunal retirou a indicação de paralisação porque não há mais convênio que permita repasse federal para a obra. Está correto. Mas a Comissão entendeu, votando o Aviso 13/17 agora em outubro, que o risco para a União continua, porque o contrato irregular feito pelo Estado continua vigente. Como esta obra é grande demais para a capacidade financeira do Estado e é importantíssima para a cidade de Porto Velho, daqui a muito pouco tempo o Ministério vai receber um novo pedido de recursos federais. O problema que foi atacado com o bloqueio não era o convênio federal: era o contrato estadual, e ele continua lá, mais vivo do que nunca.

Por outro lado, nós reconhecemos a situação burocrática difícil de bloquear uma obra para a qual não há mais previsão formal de emprego de recursos federais. Dá trabalho não só para o TCU, mas também para o Ministério e o Congresso Nacional.

Então, o que perguntamos a todos os participantes é a sua avaliação de como é que o risco de destinar recursos a esse contrato poderia ser enfrentado por meios alternativos, sem que esse contrato continue figurando no quadro de bloqueio da Lei Orçamentária."

Indago ao Sr. Bruno se tem algum comentário a fazer a este respeito.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Estas considerações são bem pertinentes. Realmente, seria um trabalho burocrático a mais colocar no quadro de bloqueios, tendo em vista que não se sabe quando este pedido chegará.

De outra forma, eu concordo que há uma preocupação com o contrato vigente e, tendo em vista que a cidade de Porto Velho tem um percentual de tratamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esgoto baixíssimo, perto de zero. Logo esse pedido vai chegar, já que há uma necessidade real, e o empreendimento é de suma importância.

Como medida alternativa, o TCU já fez esta determinação de que o Ministério não libere recurso enquanto esse contrato estiver vigente. Então um novo termo de compromisso não poderia ser abarcado para esse contrato. Agora, se o Ministério desrespeitasse essa determinação do TCU, poderia acontecer algum prejuízo para o Erário.

Eu acho que, se o Ministério, caso chegue o pedido, se comprometesse a avisar o Congresso e o TCU de que chegou esse pedido, quando for analisar, para que as instâncias de controle consigam acompanhar de perto se esse contrato foi anulado, se eventual pleito vai ser ainda para ele, a gente conseguiria tomar as medidas cabíveis e impediria que essa obra viesse a ser realizada no âmbito desse contrato — não que o empreendimento como um todo venha a ser repensado, ou venha a ser feito um novo projeto, ou venha a ser relicitado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - O senhor deseja fazer mais alguma consideração? *(Pausa.)*

Agradeço e libero-os, então, da composição da Mesa.

Vamos discutir aqui a obra de construção da Vila Olímpica de Parnaíba, no Piauí. O representante do Ministério do Esporte junto a essa obra é o Sr. Mário Brasil do Nascimento. Seja bem-vindo!

E o representante do TCU junto à obra de construção da Vila Olímpica de Parnaíba é o Bruno, que está com a bola cheia!

Tem a palavra, por 10 minutos, o Bruno Martinello Lima.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Há um projeto para construção da Vila Olímpica na cidade de Parnaíba. Quem está gerindo a obra é a Fundação dos Esportes do Piauí, no âmbito de um contrato de repasse com o Ministério do Esporte. Na verdade, são dois contratos de repasse: um para o projeto do estádio, que já foi cancelado — havia uma previsão de aporte de recursos para um futuro estádio, que, depois da atuação do Tribunal, veio a ser cancelado —, e outro contrato de repasse, esse de maior monta, no valor de 16 milhões, para a construção da Vila Olímpica, com diversos equipamentos esportivos no local.

(Segue-se exibição de imagens.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O TCU foi à obra. A recomendação de paralisação IGP foi dada em 2013 ainda, quando foi feita a primeira fiscalização do TCU. O que o TCU encontrou como irregularidade grave com indicação de paralisação foi principalmente a ausência de estudos de viabilidade técnica e socioeconômica; falta de previsão das atividades que seriam realizadas naquele local; falta de estimativa de custos de operação e manutenção, quanto aquilo custaria, quem iria pagar, quais as fontes de financiamento, se haveria fonte de receita; e falta de definição do órgão responsável pela operação e manutenção, ou seja, depois de concluída a obra, quem iria gerir, quem iria operar, quem iria mantê-la.

Vemos aqui um breve histórico. O primeiro acórdão é o Acórdão 2.394, de 2013, quando foi pela primeira vez incluída a obra no bloqueio da LOA. Isso foi confirmado em 2014, 2015, 2016, com diversas determinações. Ainda, em 2015, foi cancelado aquele contrato do estádio.

E este ano, por meio do Acórdão 1.975, foi confirmada novamente a IGP. O Relator desse processo é o Ministro-Substituto André Luis de Carvalho. E a medida corretiva neste ano foi a determinação para o Ministério do Esporte desconstituir esse contrato de repasse e adotar providências para garantir a funcionalidade das obras que já foram executadas, daquelas etapas que já tiveram execução concluída.

Esse é um panorama breve de uma obra que já está há 5 anos, praticamente, no quadro de bloqueio da LOA. Eu acho que desta vez houve uma determinação para que seja encerrado o caso, já que houve a deliberação de desconstituir esse contrato.

(Pausa prolongada.)

O SR. MÁRIO BRASIL DO NASCIMENTO - Senhoras e senhores, boa tarde.

A respeito desse empreendimento, o esclarecimento é muito simples. Em face da determinação do TCU para a descontinuidade do contrato, isso já foi determinado por intermédio da mandatária da União, já foi operacionalizado no dia 24 de outubro. Nós já temos o termo de rescisão de contrato, publicado no *Diário Oficial* de 25 de outubro.

Inicialmente, cumprimento o Senador.

Então, retomando, nós queremos informar que no tocante a esse empreendimento, por determinação do TCU, houve já a descontinuidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contrato. Isso ocorreu no dia 24 de outubro, com publicação já no *Diário Oficial da União* do dia subsequente.

O segundo passo é a questão da funcionalidade daquilo que foi executado, em torno de 11%. Então, nós estamos com a mandatária da União, a Caixa Econômica Federal, realizando as verificações, juntamente com a Fundação dos Esportes do Piauí — FUNDESPI, para a constatação daquilo que foi executado e a sua respectiva funcionalidade. Já havíamos acompanhado, e há indicativos de que isso vai acontecer.

Além disso, nós temos notícias de que o Governo do Estado e a própria FUNDESPI, com interesse na obra, devem dar prosseguimento a ela com seus próprios recursos.

Em face dessa situação, e logicamente motivado pela questão da necessidade do estudo de viabilidade técnica e econômica, como ação do Ministério nós desenvolvemos um procedimento padrão. São normas para um estudo de viabilidade não só técnico-econômico, mas também ambiental, social e legal para orientar aos futuros empreendimentos que realizem essas atividades preliminarmente aos seus pleitos, à execução das suas obras.

Da mesma forma, está em desenvolvimento a Política Nacional do Infraestrutura de Esporte, que vai direcionar os esforços do Ministério para atender tanto a oferta quanto a demanda, fazendo o jogo dessas duas variáveis, mas principalmente objetivando atender àquilo que está na Constituição: ampliar e garantir o acesso da população aos equipamentos de esporte no País.

São esses os esclarecimentos que nós trazemos ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Com relação a essa obra de construção da Vila Olímpica de Parnaíba, temos a seguinte questão: no caso de Parnaíba, há vários anos o Tribunal pede ao Estado e ao Ministério um planejamento mínimo de operação para se identificar como será sustentado financeiramente um centro esportivo de grande porte como esse. E a resposta recebida a cada ano é diferente, mas sempre inconclusiva, até porque é muito provável que a escassez de recursos realmente não permita que os diferentes órgãos envolvidos assumam esse compromisso de despesa, por mais boa vontade que tenham. Eu queria me concentrar agora no futuro imediato. Se não podemos levar adiante e manter esse centro esportivo, como parece, quais são as alternativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que o Ministério vê para aproveitar a pequena parcela de obras que foi executada? O Governo do Estado já fez alguma proposta concreta sobre isso?

Então, com a palavra o Ministério. Depois, para as considerações finais, falará o TCU.

O SR. MÁRIO BRASIL DO NASCIMENTO - Como eu já explanei, a parcela executada, em torno de 11%, está em vias de aferição pela Caixa, aliás, não só a aferição, mas também a verificação da funcionalidade.

Quanto ao prosseguimento e ao interesse do Governo do Estado, concretamente, para o Ministério, não houve esse posicionamento, mas nós temos notícia, por intermédio da mídia, de que existe essa intenção de prosseguimento.

De qualquer forma, uma das ações orçamentárias que o Ministério possui está relacionada com a manutenção de instalações que poderão integrar a chamada Rede Nacional de Treinamento. Então, essa parcela já executada poderá entrar num pleito de, posteriormente, ser apoiada pelo Ministério quanto a fomentar a base do esporte de alto rendimento naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Ok.

Passo a palavra ao Bruno, para fazer seus comentários.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Concluindo, trago uma questão que não é exclusiva da Vila Olímpica de Parnaíba, nem do Ministério do Esporte. Já vimos aqui diversos casos em que houve a formalização de termos de compromisso, ajustes, convênios, sem sequer haver projetos aprovados, sem estudos e viabilidade econômico-financeira. Precisamos começar a mudar essa realidade da nossa administração pública. Conforme o próprio Sr. Mário ressaltou, o Ministério já está com iniciativas de induzir o fomento de estudos de viabilidade no âmbito de seus entes parceiros, no âmbito de eventuais ajustes. Que isso possa ser propagado por toda a administração pública, tendo em vista que um dos grandes problemas na execução de obras públicas decorre justamente dessa falta de planejamento, dessa falta de bons estudos, de bons projetos.

Então, concluo e ressalto a importância desses elementos básicos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Então, o entendimento é de que não há mais essa obra. É isso? Está descontinuada. Então, para o TCU também eu acho que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Certo. Perfeito.

Eu quero agradecer ao nobre Mário Brasil do Nascimento e ao Bruno a exposição.

Vamos para a última Mesa de hoje: nossa audiência sobre a famosíssima Refinaria Abreu e Lima.

Eu convido, para compor a Mesa, o Sr. Bernardo Braga Pasqualette, Gerente Setorial de Demandas Legais e Auditoria da PETROBRAS; e o Sr. Nivaldo Dias Filho, representante do TCU, também servidor público concursado.

Sejam bem-vindos. Podem se sentar.

Passo, imediatamente, a palavra ao nosso nobre Dr. Nivaldo Dias Filho, representante do TCU, para sua apresentação, por até 10 minutos.

O SR. NIVALDO DIAS FILHO - Bem, o que temos aqui tem a ver com a Refinaria Abreu e Lima, a Refinaria do Nordeste, também chamada e RNEST.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este caso está sendo tratado no Processo 008.472/2008-3, do TCU. E ele passou para nossa Secretaria, a Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, mesmo depois de todo um trabalho desenvolvido pela Secretaria temática original, a SEINFRA Petróleo.

A Refinaria Abreu e Lima fica próxima de Recife, em Pernambuco, e seu orçamento original era da ordem de 2,3 bilhões, 2,4 bilhões de dólares, em 2004. E, em outubro de 2014, mais ou menos quando entrou em operação, estava orçada em 18,5 bilhões de dólares. Entrou em operação parcial, de acordo com informações da própria PETROBRAS, já que o Trem 1 foi ativado naquela oportunidade.

O próprio Senador se referiu a essa obra como “famosíssima” porque ela tem envolvimento com a Operação Lava-Jato. Tornou-se de conhecimento público que um diretor da Odebrecht tinha informações privilegiadas em relação ao orçamento, àquilo que a PETROBRAS se refere como estimativa. Então, o orçamento era algo em torno 150 milhões, 180 milhões de reais, e eles tinham a expectativa de que um novo número seria obtido, o que de fato aconteceu. Essa obra teve um orçamento referencial de 457 milhões, 458 milhões de reais. O fato é que o contrato terminou com o valor final de 534 milhões de reais.

A auditoria de 2008 do TCU apontou sobrepreço, convertido em superfaturamento de 69 milhões de reais, e por isso determinou a retenção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

valores. Essa foi uma análise que se mostrou conservadora, visto que um laudo da Polícia Federal revelou um sobrepreço de 106 milhões de reais.

Como era procedimento na época, e é até hoje, foi determinado, por intermédio do Acórdão 3.044, de 2008, a retenção dos pagamentos que fossem em valor montante suficiente para resguardar o risco potencial de sobrepreço. E como logo começou a ser praxe, garantias passaram a ser aceitas em substituição a essa retenção de pagamentos. O fato é que desses 69 milhões apontados a preços iniciais, portanto, na data-base de 2008, 50 milhões foram repactuados pela PETROBRAS e ficou um remanescente de 19 milhões, cujo valor atualizado supera 31 milhões, conforme um acórdão de 2013, que determinou a execução das garantias. Sobre essa decisão foi interposto um agravo, negado num acórdão de 2015. Em seguida, houve um pedido de reexame.

O *status* atual do processo é um pedido, um recurso feito pela PETROBRAS e também pela contratada. Ele já contou com a análise das unidades técnicas do TCU pertinentes a isso, e o processo hoje aguarda deliberação. Lembro que foram apresentados um memorial pelo consórcio e também novos elementos pela PETROBRAS.

Na audiência pública do ano passado ficou evidenciada uma questão que tem a ver com as garantias. Ficou publicizado nesta Casa que não se conseguiu executar as garantias, e também não se estava conseguindo renovar essas apólices, por um conjunto de circunstâncias.

Conforme informação trazida aos autos diligentemente pela PETROBRAS há alguns dias — salvo engano, em 20 de novembro —, o que, consequentemente, tornou-nos mais habilitados a trazer essas informações aqui ao Congresso Nacional, o fato é que as quatro empresas que compõem o consórcio fizeram propostas alternativas à apresentação desses seguros garantia. A Galvão Engenharia manifestou-se no sentido de que, como está em recuperação judicial, esses valores teriam que ser inseridos como crédito concursal no seu plano de recuperação judicial. A Camargo Corrêa ofereceu a penhora de bens móveis como uma forma de substituição ao seguro, envolvendo guindastes e gruas, como vemos escrito aqui. A Queiroz Galvão também ofereceu a penhora de bens móveis — estão descritos os bens que ela ofereceu —, assim como a Odebrecht. A PETROBRAS não aceitou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recusou essa proposta, e exigiu que fossem apresentadas novas garantias até a data de hoje.

Então, era o que eu tinha a comentar sobre essa obra. Talvez tenhamos novos esclarecimentos da PETROBRAS.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Obrigado, Nivaldo Dias Filho.

Passo a palavra, também por 10 minutos, ao nosso nobre representante da PETROBRAS, Dr. Bernardo Braga Pasqualette.

O SR. BERNARDO BRAGA PASQUALETTE - Boa tarde a todos.

Cumprimento o Exmo. Senador Hélio José e demais Parlamentares presentes à Casa; o colega Auditor Federal, Nivaldo; os demais colegas da PETROBRAS presente a esta reunião.

É importante começar a fala da PETROBRAS esclarecendo que embora esta seja uma reunião que trata da paralisação de obras, no caso da terraplanagem da RNEST não mais será possível. Por quê? Porque esse contrato foi um contrato findo em abril de 2011. A RNEST já está operando neste momento, já é uma refinaria em operação lá em Recife. Ela opera desde dezembro de 2014. Hoje ela processa na casa de 100 mil barris diários, e é líder, a maior produtora de *diesel* S-10 do País.

Então, remanesce, como o colega bem colocou, a questão do recurso pendente ainda no processo do TCU, e também a questão das garantias, que a PETROBRAS, diligentemente, vem aqui explicar aos senhores, e está, obviamente, aberta depois para esclarecer dúvidas.

O contrato de terraplanagem da RNEST foi celebrado sob o regime dos preços unitários. O que isso quer dizer? O que isso significa? Foi um contrato em que havia uma Planilha de Preço Unitário — PPU. Nessa PPU estavam previstos os serviços do contrato, e ela é uma forma de medição de pagamento, além de o contrato ser do tipo molhado, ou seja, é aquele contrato em que os custos das chuvas e suas consequências já estão diluídos nos preços da planilha.

Esse contrato por preços unitários, tanto o contrato quanto a estimativa de custos que o embasou, foi objeto de um longo processo no TCU, como bem exposto na apresentação do colega auditor, o Processo nº 008472/2008, um processo cujo andamento já dura quase 10 anos no TCU. E como o colega bem colocou, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fizeram vários apontamentos em relação, tanto à estimativa de custos quanto a aspectos práticos da execução do contrato.

Os primeiros apontamentos do suposto sobrepreço, superfaturamento, que eu vou colocar num bloco só, em valores da data base do contrato, versaram lá na casa de 148 milhões de reais. A PETROBRAS foi esclarecendo ao longo do processo, gradativamente, os pontos colocados pelos auditores do TCU. Ao mesmo tempo, a PETROBRAS foi acatando os posicionamentos do tribunal — é importante que isso seja dito nesta Comissão, o TCU é um grande parceiro da companhia. E paulatinamente a PETROBRAS foi acatando os seus posicionamentos. Fizemos inclusive um aditivo, senhores, repactuado preços da Planilha de Preços Unitários, conforme colocado pelo TCU, e obviamente que os apontamentos foram caindo. Então, hoje, na data-base do contrato há cerca de 19 milhões em discussão, em parte pelos esclarecimentos da PETROBRAS, em parte pelas colocações de posicionamentos do TCU que a PETROBRAS adotou, repactuando o contrato ao longo da sua execução.

E por que esse processo ainda não terminou? O que há de dependente ainda nesse processo? Como também bem colocado na apresentação do TCU, há um recurso ainda pendente de análise, pelo plenário do Tribunal de Contas da União, que versa sobre um aspecto fundamental da discussão técnica da terraplanagem, que é a questão da impeditividade. *Grosso modo*, e não querendo me alongar porque o tempo assim não me permite, impeditividade seria a improdutividade do operador, quando a máquina está disposta, está disponível para a sua operação, mas o operador por algum motivo não pode operá-la. Isso gera uma improdutividade, e esse conceito foi alocado na nossa estimativa de custos. Ao ver da engenharia da PETROBRAS, era correto que houvesse essa alocação na estimativa de custos, mas a unidade técnica do TCU discorda. É comum que isso aconteça em processos grandes, dessa natureza, onde há vários achados, e os procedimentos, Sr. Senador, vão sendo feitos ao longo do processo, e é comum também que haja uma divergência técnica entre os engenheiros da PETROBRAS e do TCU.

Na verdade, a divergência que remanesce hoje num processo muito grande é apenas sobre essa questão da impeditividade, que está no nosso pedido de reexame do nosso recurso e que vai ser avaliado pelo Plenário do Tribunal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Contas da União, esclarecendo também que a PETROBRAS é jurisdicionada do tribunal. O que isso significa? Que a PETROBRAS se sujeita às decisões administrativas do TCU. Conforme o próprio regimento do tribunal preceitua, embora se sujeite a essas decisões, a PETROBRAS tem algumas possibilidades de recorrer, quando não concorda tecnicamente com a decisão, e essa é uma das possibilidades.

Nós entendemos o posicionamento da unidade técnica, conservamos o nosso posicionamento de engenharia em relação a essa questão da impeditividade e aguardamos por uma decisão favorável — confiando nela — do Plenário do Tribunal de Contas da União à tese defendida pela engenharia da PETROBRAS. Se isso não ocorrer, se a decisão for desfavorável à companhia, não havendo mais a possibilidade de recurso, a PETROBRAS acatará a decisão do tribunal, como sempre o fez, até porque, como eu disse antes, é jurisdicionada do tribunal e assim deve fazê-lo.

Um esclarecimento muito importante ainda nessa questão do recurso é a diferença entre a questão debatida no processo do TCU, essa questão pendente que existe em relação à terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima — RNEST, e as discussões relativas à Operação Lava-Jato. Em relação à terraplanagem da RNEST, discute-se no TCU, no Processo 008472, uma questão técnica de engenharia: se é correto ou não alocar a impeditividade na estimativa de custo da PETROBRAS.

A discussão na Justiça Federal de Curitiba é uma discussão de corrupção, uma discussão que versa sobre cartel, versa sobre propina, versa sobre esse tipo de coisa. O recurso que a PETROBRAS apresentou ao TCU visa resguardar o gestor de boa-fé da empresa. E a própria 13ª Vara Federal de Curitiba já considerou a PETROBRAS vítima de um grande processo de corrupção.

Então, nesse sentido, caro Senador, caro colega do TCU, a PETROBRAS gostaria de esclarecer aos senhores que inclusive já ingressou no polo ativo de uma ação junto com a Advocacia-Geral da União — AGU, uma ação por ato de improbidade, visando ser ressarcida de todos os prejuízos que a corrupção causou à companhia. Então, a PETROBRAS ingressou junto com a AGU, ela participa de um litisconsórcio ativo, de uma ação por improbidade, está na Justiça Comum. Inclusive, esse contrato faz parte dessa ação — eu gostaria de deixar registrado isso nesta Comissão —, e a PETROBRAS está na Justiça comum, buscando ser ressarcida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desses prejuízos que toda a corrupção causou à nossa companhia e que difere completamente da questão específica, que é a questão técnica, a questão da impeditividade que se discute lá no TCU. Essa ação de improbidade está no início ainda, mas a PETROBRAS visa ser ressarcida, assim como a União Federal, de todos os prejuízos causados por propina, cartel e tudo que de errado aconteceu e que a Justiça Federal no âmbito criminal tem revelado ao Brasil.

Ultrapassando essas questões preliminares, eu queria um pouco, como o colega bem frisou, atualizar a questão das garantias relativas ao contrato de terraplanagem da RNEST. Conforme dito nesta Comissão, no ano passado, a empresa Galvão Engenharia não renovou a sua garantia, já há algum tempo, por estar participando de uma recuperação judicial, e isso ser então crédito concursal. Então, a PETROBRAS não poderia obrigá-la, ela não pode renovar, por estar nesse processo de recuperação judicial.

A PETROBRAS entende que isso configura sinistro. Ela inclusive já comunicou a seguradora desse fato, e, como houve a recusa da seguradora em pagar a indenização devida à companhia, a PETROBRAS está preparando medidas judiciais para resguardar os interesses da companhia. Isso é muito importante que se diga. Não basta apenas falar que a Galvão Engenharia está em recuperação judicial. Não. A empresa comunicou o sinistro e, ao comunicá-lo, entende que a indenização é devida. A seguradora, por motivos técnicos que não vale a pena desenvolver aqui, entende que não, e a PETROBRAS ingressará com as medidas judiciais cabíveis para resguardar os seus interesses.

As demais empresas mantiveram as garantias vigentes, válidas, até maio de 2017. Em maio de 2017, essas empresas então procuraram a PETROBRAS e comunicaram a companhia que não renovaram, que não conseguiram renovar, seria o termo correto, em virtude de um suposto desinteresse mercadológico das próprias seguradoras em renovar as garantias para as empresas em virtude de todo o contexto da Operação Lava-Jato e tudo que está acontecendo hoje no Brasil.

Como o colega também bem salientou, as empresas vieram com uma proposta alternativa para a PETROBRAS, propondo garantias alternativas, na verdade, penhor sobre bens móveis de propriedade das empresas — geralmente, como o colega também bem colocou, guindastes, gruas e até a inusitada usina de asfalto nos foram oferecidos aqui como garantia em troca daquelas garantias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

originais. A PETROBRAS recusou essa proposta das empresas, por dois motivos essenciais: o primeiro deles é porque isso não estava expresso no acórdão do TCU. O acórdão, se eu não me engano, é de 2008, e ele é muito claro e expressa que as garantias aceitas são aquelas preconizadas pela Lei nº 8.666. São elas: caução em dinheiro, seguro garantia e fiança bancária.

Como a decisão do TCU expressa, não cabe à PETROBRAS, como jurisdicionada do tribunal, inovar em sede de acórdão do Plenário dos Ministros do TCU. Então, a PETROBRAS não pode aceitar uma garantia alternativa diferente daquela determinada pelo Plenário do Tribunal de Contas da União.

Além desse motivo formal, além dessa questão relativa ao acórdão do TCU, é importante notar que a área técnica da PETROBRAS notou outros problemas em relação a essas garantias alternativas — um penhor sobre bens móveis, de terceiros, que estão sendo utilizados em obras. Por exemplo, poderia acontecer que no final da obra o equipamento estivesse muito depreciado pelo uso e até pelo próprio decurso do tempo, ou a liquidez futura desses equipamentos... Quem garante que, na época da futura execução dessa garantia, tais equipamentos terão a liquidez necessária para a PETROBRAS? Ainda, quando a PETROBRAS recebesse esses equipamentos, senhores, ela teria custos, como, por exemplo, custos de preservação, custos de armazenamento, e não só isso. Se a PETROBRAS aceitasse a usina de asfalto que nos foi oferecida, como ela iria gerir essa usina de asfalto até uma eventual alienação?

Havia questões muito complicadas para aceitarmos essas garantias alternativas, além do próprio acórdão do TCU, da sua literalidade, porque a PETROBRAS não poderia interpretar diversamente do que foi escrito pelo Tribunal de Contas da União.

Então, a única sugestão que a PETROBRAS tem em relação a isso é que, se as contratadas quiserem, elas que façam por si próprias um penhor em cima desses bens de sua propriedade, ou os alienem, e prestem uma caução em dinheiro para a companhia. A companhia não irá aceitar, Sr. Senador, nenhuma garantia alternativa e irá exigir o cumprimento de acordo com a literalidade do acórdão do Tribunal de Contas da União.

Posto isso, a PETROBRAS comunicou o sinistro às seguradoras, dizendo que as empresas não cumpriram aquilo que fora determinado pelo TCU, que estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disposto na apólice, e ainda não recebeu uma resposta dessas mesmas seguradoras sobre as indenizações. A PETROBRAS entende que, não renovando essa garantia, as seguradoras passam a ser devedoras das indenizações. A PETROBRAS aguarda por um resultado positivo, confia numa resposta positiva por parte das seguradoras. Se isso não acontecer, obviamente a companhia avaliará as medidas judiciais cabíveis para resguardar os seus interesses em sua plenitude e para que a decisão do Tribunal de Contas da União seja cumprida.

Era isso o que me devia esclarecer. Fico à disposição da Comissão para eventuais dúvidas.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradeço ao nobre representante da PETROBRAS, o Dr. Bernardo Braga Pasqualette, e também ao nobre representante do TCU, o Dr. Nivaldo Dias Filho.

O Comitê tem as seguintes considerações a fazer.

Os prejuízos dessa obra já foram confirmados pelo TCU, e em 2013 o Tribunal determinou que as garantias fossem executadas para que a empresa recuperasse o que perdeu com as irregularidades. Mas nós descobrimos na audiência do ano passado que essas garantias não foram honradas pelas seguradoras. O seguro que supostamente protegia a empresa dos danos, aquele que foi a razão de a execução não ser paralisada, na prática, não assegurava nada. Neste ano, nada se menciona sobre a questão das garantias no relatório de fiscalização.

Os pagamentos já foram todos feitos, de modo que não adianta mais bloquear coisa alguma. O que podemos fazer aqui é aprender com o assunto para evitarmos cair nos mesmos erros.

Minhas perguntas aos dois expositores: afinal, a PETROBRAS conseguiu executar as garantias relativas a esses contratos? Como está concretamente essa demanda?

Minhas perguntas específicas ao TCU: a obra tem indicação de IGR, ou seja, presume-se que haja garantias confirmadas pelo TCU que assegurem o ressarcimento dos danos. Qual o sentido de manter uma indicação dessas, se o Tribunal sabe desde o ano passado que as garantias não mais funcionam? Como está o andamento dos estudos já pedidos por esta Comissão no ano passado sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os critérios para a aceitação das garantias oferecidas para ressarcir os danos eventualmente apurados ao final das fiscalizações e que são o fundamento legal para o Tribunal classificar uma irregularidade como IGR?

Assim, a pergunta para o Sr. Pasqualette é: afinal, a PETROBRAS consegue executar as garantias relativas a esses contratos? Como está concretamente essa demanda?

O SR. BERNARDO BRAGA PASQUALETTE - Bom, essa pergunta eu acho que já foi respondida, de certa forma, na minha exposição, mas voltarei aqui ao tema.

Em relação à Galvão Engenharia, o fundamento para a recusa é a questão de ela estar em recuperação judicial e ter que habilitar um crédito concursal nesse processo. A PETROBRAS discorda, já comunicou isso à seguradora, porque no entendimento da companhia havia um sinistro. Como houve, Sr. Senador, uma resposta negativa por parte da seguradora, a PETROBRAS está preparando medidas judiciais para ingressar em juízo, resguardando os seus interesses, o que, no entendimento da companhia, significa receber a indenização devida, já que a apólice não foi renovada tal qual ela estabelecia originalmente.

Sobre as demais empresas, ainda está pendente a resposta da seguradora. Então, a PETROBRAS espera uma resposta positiva das seguradoras, com o pagamento devido da indenização. Se isso não acontecer, cai no primeiro caso. Não havendo essa resposta positiva ao pleito da companhia, com base no entendimento da companhia de que houve efetivamente o sinistro e que é devido à empresa o pagamento da indenização, a PETROBRAS vai estudar as medidas judiciais cabíveis para ingressar em juízo contra as seguradoras, possivelmente num litisconsórcio passivo, junto com as empresas que deixaram de prestar a garantia, a fim de que esse dinheiro volte para o caixa da companhia o mais rapidamente possível. Pretendemos, caso haja uma resposta negativa das seguradoras, ingressar em juízo. Caso haja uma resposta positiva, o prêmio será pago. Isso ainda está pendente de uma resposta definitiva por parte das seguradoras em relação às três empresas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Nivaldo Dias Filho, do TCU, para suas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. NIVALDO DIAS FILHO - Em relação às perguntas que me foram feitas, a primeira, sobre o sentido de se manter a indicação de IGR, foi parcialmente respondida pelo colega da PETROBRAS, no sentido de que essa não é uma posição definitiva. Pode ser que ainda se consiga que o ressarcimento ocorra por parte das seguradoras.

Em relação a como está o andamento dos estudos, informo que corre, no Tribunal, um processo de natureza administrativa tratando desse assunto, não de controle externo, o Processo nº 041.436.2012-1, que contém estudos e manifestações técnicas a respeito desse tema e está aguardando deliberação do Plenário da Casa.

Em relação a algumas considerações adicionais sobre este tema de que estamos tratando aqui, este caso é bastante pedagógico. O caso da terraplenagem da Refinaria Abreu e Lima evidencia — e não só a terraplenagem em si, mas o próprio empreendimento como um todo — as deficiências nos projetos e nos orçamentos da maneira como estavam sendo conduzidos.

Sem dúvida, a área técnica da PETROBRAS tem bastante a refletir em relação a este tema. É provável que algumas mudanças já tenham sido feitas e estejam a caminho. Realmente eu não tenho notícias sobre isso. Então, o que estou falando de repente é algo que a PETROBRAS já está fazendo ou já fez.

A necessidade de transparência sobre como os empreendimentos e as obras são orçadas se impõe como uma necessidade também para a companhia. Conforme foi revelado pela Operação Lava-Jato, algumas empresas tinham condições de ter informações privilegiadas. Então, o sigilo sobre o referencial acaba tendo essa externalidade negativa, na medida em que valoriza artificialmente ou ilegalmente o conhecimento sobre isso. Então, assumem-se um risco de vazamento da informação e uma consequente valoração dessa informação no mercado negro, pode-se dizer assim.

É também interessante que esse caso sirva de reflexão para a equipe técnica da engenharia de orçamentação da PETROBRAS, para haver a oportunidade de se harmonizar com os demais preceitos nacionais de orçamentação. Isso traria uma vantagem em termos de se poder comparar e até mesmo evitar determinadas divergências que por vezes ocorrem no âmbito técnico. Então, fica esse registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Outra questão pedagógica que este processo traz tem a ver com a efetividade das garantias. Não há uma perspectiva de que esse modelo de garantias de fato possa surtir os efeitos imaginados na época em que foi proposto, o que talvez possa servir de fundamentação para que esta Casa ou mesmo a CMO ou o COI estudem proposições legislativas alternativas em relação às IGRs. Quem sabe o tipo de garantia pode ter alguma previsão legal. Há elementos para isso nos estudos do TCU. E esta Casa tem, inclusive, a prerrogativa de ter cópia do processo, catalisando com isso esse movimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradeço ao Dr. Nivaldo Dias Filho, Diretor de Operações Especiais do TCU. Agradeço também ao Dr. Bernardo Braga Pasqualette, da PETROBRAS.

Agradeço a todos os presentes e a todos os que aqui vieram: Parlamentares, convidados, assistentes e colegas aqui do Senado e da Câmara.

Dou por encerrada a etapa de audiências públicas. Partiremos para a concretização de relatórios e apresentação das decisões ao COI, na próxima semana, para prosseguirmos com os trabalhos.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) e da Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), 1ª Vice-Presidente desta Comissão. Esta reunião que foi convocada com a finalidade de debater o déficit da previdência social brasileira, a reforma da previdência social e o reflexo na lei orçamentária anual, com representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Secretaria de Fiscalização de Previdência, Assistência e Trabalho do Tribunal de Contas da União, da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, em atendimento ao **Requerimento n.º 04/2017-CMO/Alterado**, de autoria do Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), aprovado na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 29.08.2017.Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Domingos Sávio, Evandro Roman, Hugo Leal, Jaime Martins, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Marcus Pestana, Professor Victório Galli, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vitor Valim e Zé Carlos; **Senador Titular:** Dário Berger; **- Deputados suplentes:** Carmen Zanotto, Danilo Forte, Edmar Arruda, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, Misael Varella, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade e Valtenir Pereira; e **- Senador suplente:** Hélio José. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Adelmo Carneiro Leão, Arnaldo Faria de Sá, Claudio Cajado, Darcísio Perondi, Edmilson Rodrigues, Evair Vieira de Melo, Geovania de Sá, João Daniel, Lobbe Neto, Mauro Pereira, Pollyana Gama e Rogério Marinho. **ABERTURA:** às dez horas e quarenta e oito minutos, os trabalhos foram abertos pelo Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional,* que declarou iniciada a reunião e transmitiu as escusas do Presidente da Comissão, Senador Dário Berger (PMDB/SC), pela sua ausência. O Presidente em exercício informou a finalidade da audiência pública e convidou para tomarem assento à Mesa de trabalhos o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Senhor Dyogo Henrique de Oliveira; o Secretário de Fiscalização de Previdência, Assistência e Trabalho do Tribunal de Contas da União, Senhor Fabio Granja; o Secretário da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, Senhor Marcelo Caetano, o Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, Senhor Floriano Martins de Sá Neto, e o Senador Hélio José (PROS/DF). Em seguida, para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente em exercício comunicou que os palestrantes disporiam de vinte minutos para fazerem sua exposição, só podendo serem aparteados desde que o permitissem. Informou, também, que conforme o estipulado no art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, os parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Logo após, o Presidente em exercício anunciou a abertura da lista de inscrições para o debate, e como autor do **Requerimento n.º 04/2017-CMO/Alterado,** teceu considerações gerais sobre a Previdência Social Brasileira, destacando os objetivos almejados com a abordagem do tema. Em sequência, fizeram o uso da palavra enaltecendo o evento, o Deputado Bohn Gass (PT/RS) e o Senador Hélio José (PROS/DF). Em continuidade aos trabalhos, foi iniciada a apresentação dos palestrantes, que fizeram uso de projetor de multimídia. Inicialmente, foi concedida a palavra ao primeiro palestrante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senhor Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, que discursou sobre o tema. Encerrada a primeira participação, a palavra foi facultada ao segundo palestrante, Senhor Marcelo Caetano, Secretário da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, que deu continuidade ao tema. Às 11h52min, a Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) assumiu a direção da reunião e concedeu alguns minutos ao palestrante para conclusão da exposição. Às 11h57min, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) reassumiu a condução dos trabalhos e, finalizada a segunda participação, facultou a palavra ao Senador Hélio José (PROS/DF) que discorreu sobre o tema em apreço, relembrando sua participação na CPI da Previdência no Senado Federal. Em prosseguimento, o Presidente em exercício passou a palavra ao terceiro palestrante, Senhor Fabio Granja, Secretário de Fiscalização de Previdência, Assistência e Trabalho do Tribunal de Contas da União, que exibiu relatos de auditoria sobre o tema, levantados por aquela Corte. Finalizada a terceira participação, o Presidente em exercício facultou a palavra ao quarto palestrante, Senhor Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que discursou sobre o tema e finalizou a exposição. Encerrada a apresentação, o Presidente em exercício acatou a sugestão da Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), e informou que passaria a palavra a todos os parlamentares escritos para o debate, e depois retornaria a palavra aos palestrantes para que respondessem aos debatedores. Em seguida, o debate foi iniciado e o Presidente em exercício concedeu a palavra ao Deputado Jorge Solla (PT/BA). Às 13h14min, a Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) assumiu a direção dos trabalhos e deu continuidade ao debate transferindo a palavra aos Deputados Pollyana Gama (PPS/SP), Claudio Cajado (DEM/BA), Bohn Gass (PT/RS) e Zé Carlos (PT/MA). Às 13h40min, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) retomou a condução dos trabalhos, e deu sequência ao debate facultando a palavra aos Deputados Laura Carneiro (PMDB/RJ), Darcísio Perondi (PMDB/RS), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Marcus Pestana (PSDB/MG), Lobbe Neto (PSDB/SP) e Mauro Pereira (PMDB/RS). Às 14h11min, a Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) reassumiu a direção dos trabalhos e, deu prosseguimento ao debate concedendo a palavra aos Deputados Rogério Marinho (PSDB/RN) e Adelmo Carneiro Leão (PT/MG). Finalizando, a Presidente em exercício transferiu a palavra aos palestrantes, Sr. Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Fabio Granja, Secretário de Fiscalização de Previdência, Assistência e Trabalho do Tribunal de Contas da União, e Sr. Marcelo Caetano, Secretário da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, que responderam aos questionamentos dos parlamentares e fizeram as considerações finais. Às 14h47min, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) retomou a direção dos trabalhos e agradeceu a presença dos convidados, ressaltando a importância dos segmentos que representam e fez uma breve reflexão sobre o evento realizado. Logo após, foi assegurada réplica à Deputada Pollyana Gama (PPS/SP). Às 14h52min, a Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) reassumiu a condução dos trabalhos e concedeu a palavra ao palestrante, Sr. Marcelo Caetano, que prestou os devidos esclarecimentos a debatedora. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, a Presidente em exercício, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), agradeceu o comparecimento do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Secretário de Fiscalização de Previdência, Assistência e Trabalho do Tribunal de Contas da União, do Secretário da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, e do Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, bem como dos parlamentares presentes, e encerrou a reunião. Os trabalhos foram finalizados às quatorze horas e cinquenta e três minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Domingos Sávio, no exercício da Presidência.**
**xxxx

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 12.12.2017.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Declaro iniciada a décima primeira reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Quero transmitir a todos as escusas do Presidente desta Comissão, o Senador Dário Berger, por sua ausência. Ele está em trânsito. Em tempo, eu informo que, a seu pedido, como membro desta Comissão e autor do requerimento, fui indicado por ele para presidir esta reunião, que tem por finalidade discutir o déficit da Previdência Social brasileira, a reforma da Previdência Social, e o reflexo na Lei Orçamentária Anual, em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2017, da CMO, com as alterações propostas pelos colegas.

Contamos com a presença de representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Tribunal de Contas, do Secretário da Previdência do Ministério da Fazenda e da ANFIP — Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Portanto, dando efetivamente início a esta reunião, registramos aqui a presença do Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a quem pedimos que tome assento à mesa. De pronto agradecemos ao Sr. Ministro pela sua boa vontade em atender o nosso convite. Sabemos da agenda pesada de V.Exa. e dos demais convidados, que também convidamos a tomar assento à mesa: Sr. Fábio Granja, Secretário de Fiscalização da Previdência Social do Tribunal de Contas da União; Sr. Marcelo Caetano, Marcelo que é o Secretário da Previdência, do Ministério da Fazenda — seja bem-vindo, Marcelo; Sr. Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da ANFIP — Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Para melhor ordenamento do trabalho, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, os palestrantes disporão... Aqui eu faço uma ressalva. Como temos quatro palestrantes e queremos fazer o debate com os demais colegas, vamos estabelecer 15 minutos, em princípio, com 5 minutos de possível prorrogação, para que tenhamos a apresentação dos convidados. Portanto, nós teremos as exposições iniciais feitas em 15 minutos com mais 5 de tolerância, totalizando 20 minutos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cada palestrante, para que tenhamos um pouco mais de tempo para o debate, o que, com certeza, vai enriquecer mais esta audiência.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 5 minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição já está à disposição dos senhores debatedores.

Registramos a presença de alguns colegas Parlamentares e convidamos os demais a se dirigirem a este plenário da CMO. Estão presentes o Senador Hélio José e o colega Deputado Bohn Gass, já destacando ao Senador Hélio José que fiz a leitura do requerimento, aprovado nos termos em que estava, mas que seguramente ele terá todo o tempo que lhe for conveniente para fazer sua exposição. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sr. Presidente, conforme acertado, entendido e deliberado na última reunião da CMO, confirmada por mim com o Presidente neste momento no Senado, a CPI da Previdência do Senado Federal é Mesa nesta audiência pública, com exposição. E, como Relator da CPI da Previdência, eu contesto peremptoriamente a questão desses números mentirosos do Governo. Então, tenho que fazer parte desta Mesa e expor o trabalho da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Senador, nós não vamos iniciar com uma polêmica absolutamente desnecessária. V.Exa. é membro natural, como eu já tentava antecipar, e tê-lo na Mesa só nos honra. Acredito que este debate tenha um único propósito: esclarecer à sociedade e ao Parlamento também. Portanto, a sua contribuição não só será muito bem-vinda, como também eu peço a V.Exa. que componha a Mesa, e terá seu tempo assegurado. E todos nós o faremos, com o propósito de trazer aqui informações esclarecedoras.

V.Exa. deve bem lembrar que, não só quando debatemos a aprovação do requerimento, como também quando V.Exa. manifestou o desejo de participar, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prontamente aquiesci, como membro desta Comissão que sou, alertando que este não é um debate — pelo menos não foi o propósito convocá-lo — para haver aqui qualquer propósito de natureza estritamente partidária ou que venha a acirrar ainda mais os ânimos, pois se trata de matéria de natureza nitidamente republicana. E já conversei a respeito com o Deputado Bohn Gass no início dos trabalhos.

Isso interessa a todos, até porque a Previdência pertence a todo o povo brasileiro, a todos os trabalhadores, a todos os aposentados. Cabe ao Governo nada mais do que a gestão desta matéria, e cabe ao Parlamento nada mais do que buscar dar as condições adequadas para que ela sirva bem ao povo brasileiro.

Antes de passar a palavra, como sou o requerente, o autor do requerimento, e cabe nesta circunstância ao autor do requerimento fazer a sua exposição, eu o farei de forma muito breve, porque o que realmente nos interessa é ouvir os expositores e, na sequência, passarmos ao debate. Mas esta é uma oportunidade primorosa para mim e, não tenho dúvida, também o é para todos os que, com responsabilidade, querem debater com clareza e tomar a melhor decisão para o País e obviamente para todos os cidadãos brasileiros no que diz respeito à Previdência.

Desde o primeiro momento que este assunto chegou a esta Casa sob a forma de proposta de emenda à Constituição brasileira, deixei claro que entendia que o início deste debate deveria ter como base um conhecimento profundo da realidade da Previdência. E, para tanto, fui autor de um requerimento pedindo que o Tribunal de Contas fizesse uma auditoria, trouxesse à luz os dados da Previdência com a imparcialidade que constitucionalmente lhe é imposta, pois é obrigação, é dever do Tribunal de Contas, e com a legitimidade de quem cuida de acompanhar e fiscalizar todos os dados da contabilidade pública do País.

Disse ainda que, uma vez identificada essa realidade fiscal da Previdência, que já era proclamada para todos — e obviamente a única razão de se tentar fazer uma reforma mais profunda —, havia ali um déficit, ou seja, um risco iminente de virem a faltar os recursos necessários para prover o pagamento dos aposentados, para prover os direitos às pensões e aos segurados de modo geral em seus benefícios na área da saúde. E, diante da possibilidade de haver um déficit, teríamos que nos aprofundar para verificar quais seriam as medidas mais justas, sempre levando em conta que é importante saber que o direito adquirido das pessoas deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ser respeitado, para que não tenhamos uma quebra dos princípios constitucionais elementares.

Pois bem, no decorrer de praticamente 1 ano de debates, nós percebemos um acirramento de posições, de um lado, com a afirmativa cada dia mais contundente de que o déficit não só existe como também está se agravando e colocando em risco o País, colocando em risco a garantia do pagamento no futuro aos aposentados e dos direitos aos trabalhadores e também a capacidade efetiva da área pública de sustentar as suas obrigações nas áreas da saúde, da educação e da segurança. Por outro lado, há a afirmação cada dia mais contundente também de que não há déficit, de que não há razão para fazer a reforma, o que no mínimo torna a matéria absolutamente inusitada. Um Governo querer fazer uma reforma que não é necessária, uma reforma de tamanho desgaste político, de tamanho constrangimento até, e dizer *"Eu preciso sacrificar* — e não há outra expressão — *um pouco mais aqui os segurados, os contribuintes, os trabalhadores, para evitar um mal maior"*, não é nada agradável! Mas, no mínimo, essa questão inusitada está posta.

De um lado, o Governo afirma: *"Há um déficit. A situação é grave"*. De outro lado, há afirmações cada dia mais contundentes: *"Não, não há déficit! Sobra dinheiro!"* Ora, não pode haver duas verdades absolutas sobre o mesmo tema de maneira tão antagônica. É preciso colocar uma luz em cima.

Portanto, eu concluo essa minha colocação inicial dizendo que o objetivo deste requerimento é trazer a verdade, sem paixões. São legítimas as defesas corporativas? Sim, sempre são! São legítimas! É o processo democrático. Mas elas não podem faltar com a verdade. É legítimo o esforço do Governo de tentar colocar em prática a sua proposta, o seu plano de ação? É legítimo! O Governo tem a missão de apresentar o seu plano, mas não pode faltar com a verdade!

Assim, esta reunião tem como propósito essencial, no meu entendimento, a verdade. Há déficit? Diante dele, o que fazer? O que é melhor para os trabalhadores, para os aposentados? O que é mais seguro? É isso que está em questão.

Sr. Secretário da Previdência, Sr. Ministro, Sr. Floriano, Presidente da ANFIP, e prezado Fábio, do Tribunal de Contas, nós assistimos hoje a uma desinformação tão grande que, às vezes, eu me deparo com aposentados na rua, e até com meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

familiares, dizendo: *"Você não vai votar a reforma da Previdência, não, né?"* Aposentado me disse isso! E eu perguntei a ele: *"Por que o senhor está me dizendo isso?"* E ele: *"Porque ela vai acabar com a minha aposentadoria"*. Até esse tipo de informação eu já cheguei a receber! Obviamente — e nem preciso me alongar — isso é o absurdo dos absurdos, porque, em momento algum, cogitou-se a possibilidade de se retirar algum direito ou qualquer coisa de quem está aposentado. Pelo contrário, o que se esperaria, numa análise no mínimo racional, é que ele dissesse: *"Se a situação realmente coloca em risco a continuidade do pagamento da minha aposentadoria, abra o olho lá, Sr. Deputado. Não vá deixar que nos levem à falência, porque eu coloquei o meu dinheirinho lá. A aposentadoria não é nenhum favor para mim, não! É meu direito! E eu preciso que esse direito continue sendo respeitado"*.

Mas o grau de desinformação é tamanho que eu entendi, Sr. Ministro Dyogo, que esta audiência presta um serviço ao País. Espero que o senhor coloque com clareza por que acredita que é preciso fazer a reforma e que há o déficit. Por outro lado, espero que a ANFIP também se posicione dizendo por que não acredita que ela deva ser feita ou, pelo menos, que não deva ser feita da forma proposta, e que tenhamos, na figura do Tribunal de Contas, a mediação. Da mesma forma, o Senador Hélio José, que, de forma muito peremptória, tem argumentado que não há déficit, terá a possibilidade de dizer por que chegou a essas conclusões e que números lhe dão essa convicção tão grande.

Sendo assim, quero de pronto iniciar o debate.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, peço a palavra, por um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Pois não, Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu só quero parabenizá-lo pela iniciativa da sua proposição na reunião da CMO. Naquele momento, eu havia sugerido que a ANFIP estivesse presente. Isso foi aceito, e ela está presente, além dos que foram indicados originalmente pelo Governo e pelo Tribunal. E eu havia feito o comentário de que seria importante que estivesse na Mesa também a Comissão. Naquele momento, entendeu-se que os Senadores poderiam falar a qualquer momento e que não estariam presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas V.Exa., dada a presença do Senador Hélio José, tomou a atitude de chamá-lo à Mesa, que era a minha sugestão inicial. Então, eu fico muito feliz por V.Exa. ter coordenado este trabalho. Eu só devo lhe render homenagens por termos uma Mesa plural para realizar este debate, que é exatamente o espírito proposto por V.Exa.

Portanto, quero parabenizá-lo pelo gesto de permitir que o Senador Hélio José esteja na Mesa, que era a minha propositura inicial e que se confirma neste momento. V.Exa. está coordenando os trabalhos de forma positiva. Quero fazer esse reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Muito obrigado, Deputado Bohn Gass. Este é meu dever, e vou contar muito com a colaboração de V.Exa. e dos demais pares, para que de fato façamos desta uma reunião de esclarecimento de altíssimo nível, o que, não tenho dúvida, é o desejo de todos os que aqui estão. E a capacidade não lhes falta.

Convido, para iniciar sua exposição, o Dr. Floriano Martins de Sá Neto, Presidente do Conselho Executivo da ANFIP, reiterando o meu agradecimento pela disposição de estar aqui e pelo desejo de contribuir com este debate.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, não quero interferir na ordem que V.Exa. vai seguir, mas a lógica normal seria o Governo apresentar a proposta, para, a partir daí, fazermos a nossa exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Claro.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não vejo muito sentido em iniciarmos com a ANFIP. Eu acho que o Governo deveria iniciar, porque o que nós vamos debater aqui é a proposta do Governo. Então, acho que o Governo tinha que apresentar a proposta e, depois, a ANFIP, o Senador Hélio José e os outros irão comentá-la. Não faz sentido começar pela ANFIP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Deputado Bohn Gass, não vou polemizar isso com V.Exa., mas aproveito para esclarecer uma coisa. Ficou muito claro em meu requerimento que nós vamos debater aqui se há ou não déficit na Previdência pública. Não se trata de trazer aqui o projeto do Governo e discuti-lo. Até não haveria a menor possibilidade disso, porque há uma Comissão Especial na Casa para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, essa sequência em nada vai alterar o nosso trabalho, porque, depois, vamos passar para o debate. Certo? E eu vou alternar. V.Exa. pode ficar tranquilo, porque não haverá nenhuma dificuldade para o Dr. Floriano vir a fazer em momentos seguintes qualquer contra-argumentação que desejar. Aqui não há a menor possibilidade, num debate franco, de isso alterar alguma coisa. A ordem dos fatores aqui seguramente não altera o produto final, que é trazer a verdade à luz.

Cada um aqui tem boa memória, e tudo é gravado. O que vai ser dito fica gravado, e o que posteriormente o Dr. Dyogo ou o Tribunal de Contas disser ficará gravado da mesma forma, e as réplicas ocorrerão.

Com a palavra o Dr. Floriano.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sr. Presidente, peço a palavra por um instante.

Não como Mesa, mas como Senador, membro da CMO e, consequentemente, como partícipe dessas decisões, eu quero fazer minhas as palavras do Deputado Bohn Gass e congratular-me com V.Exa. pelo trabalho de esclarecimento a toda a CMO e aos seus colegas e pela democracia do processo.

Ainda também como Senador da República e membro da CMO, quero agradecer a participação na CPI da Previdência, na qual fui Relator num processo intenso feito no Senado Federal que ouviu um sem-número de pessoas. Foram ouvidas quase 150 autoridades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e da sociedade civil e, depois de 6 meses de trabalho intenso, foi feito um relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Senador, V.Exa. deseja iniciar? Eu estipulo o seu tempo, e V.Exa. pode iniciar.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Não, não. Eu só quero cumprimentá-lo e fazer uso da palavra como membro que sou da CMO. No momento certo, farei, sim, uso da palavra regimental na Mesa, conforme acerto com V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Senador.

Com a palavra o Dr. Floriano Martins de Sá Neto, pelo prazo de 15 minutos, podendo ser prorrogado, caso queira, por mais 5 minutos.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO - Obrigado, Deputado Domingos Sávio, autor do requerimento, que hoje está conduzindo os trabalhos desta audiência pública. Quero cumprimentar o Sr. Ministro do Planejamento Dyogo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colega servidor público; o Secretário de Fiscalização da Previdência do Tribunal de Contas Fábio Granja, também servidor público; o Secretário da Previdência Social Marcelo Caetano, que seria o nosso Ministro da Previdência Social se o Ministério continuasse existindo, também servidor público; todas as senhoras e senhores aqui presentes, a imprensa e, na pessoa do Deputado Bohn Gass, todos os Deputados e Senadores aqui presentes.

A ANFIP é uma entidade que representa a categoria dos auditores fiscais, hoje Receita Federal do Brasil, que tem 67 anos de existência, e nós somos oriundos da Previdência Social. Hoje, a competência da Receita Federal é a fiscalização da contribuição do Regime Geral, dos Regimes Próprios de Previdência Social e da indústria inteira de previdência complementar. Então, não são poucas as nossas atribuições, as nossas responsabilidades.

O que a ANFIP tem feito ao longo da sua existência, particularmente desde 1988, a Constituição de 88, é acompanhar com carinho especial o orçamento da Seguridade Social, fazer com que ele se tornasse público, se tornasse conhecido, se tornasse debatido. Temos visto isso ao longo dos anos.

Antigamente não se falava em Seguridade Social, não se falava em Orçamento, muito menos em orçamento da Seguridade Social. É uma pena que todo este processo de regulação, de regulamentação do orçamento da Seguridade Social foi deixado de lado, e nós não tivemos na prática o orçamento da Seguridade Social. Ele é tratado como um puxadinho dos demais orçamentos ao orçamento fiscal.

A nossa apresentação vai ser uma apresentação pontual, bem rápida. Eu acho que as posições da ANFIP são claras. Nós temos essa publicação que nós distribuímos anualmente, que é basicamente uma metodologia desde 2005. É desta forma que a ANFIP calcula o famoso superávit da Seguridade Social, o resultado da Seguridade Social. É sobre este tema que me parece haverá o debate maior.

Então, vou começar a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Solicito à assessoria que possa nos auxiliar com a apresentação da projeção. Não é isso, Dr. Floriano? Aguardem mais alguns minutinhos que os técnicos estão ajustando. *(Pausa.)*

Por gentileza, pessoal da Secretaria, o que está havendo com a projeção? Vamos agilizar, por gentileza. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando falha, vemos ainda mais a importância da tecnologia. Nós nos habituamos a ela. Faltou, atrasa mesmo. *(Pausa.)*

Pronto, Dr. Floriano.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO - Bom, o título fala por si: o tão famoso, tão conhecido, tão falado déficit da Previdência Social.

Este é o sumário expositivo. Basicamente vamos falar sobre três coisas: a posição do Governo *versus* a posição da ANFIP; em segundo lugar, vamos falar sobre os reais problemas que dizem respeito ao financiamento da Previdência Social, em nossa visão; e finalmente sobre a questão da CPI da Previdência. Talvez eu até pule este assunto e deixe para o Senador essa questão da CPI da Previdência. Eu não sabia que o Senador iria apresentar. Então, este finalzinho nós pulamos. Depois, faremos algumas considerações finais.

As justificativas do Governo para a reforma são conhecidas e estão amplamente divulgadas, mas em linhas gerais nós temos de maneira simplificada o peso. Sempre se pesa, se fala muito do tamanho deste déficit da Previdência Social. A sua conjugação com o processo de envelhecimento natural, desejável da população brasileira. Somando-se uma coisa e outra, um mais dois, nós temos as necessidades das reformas. Uma delas já foi feita, a PEC 55/16, que hoje é a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, para ajustar as contas públicas; e a agora há a PEC 287/16.

Bom, o grande problema que nós encontramos hoje é essa questão da informação. Na nossa visão, há uma desinformação generalizada sobre esse assunto técnico que tem sido tratado nesse período de 1 ano — nós já estamos há 1 ano tratando da PEC 287.

Basicamente, há uma diferença de concepção, que, para nós, é vital. E é vital que saiamos deste debate aqui com esse norte. Parece-me que há uma mistura proposital entre o Regime de Previdência dos Servidores Públicos e o Regime Geral de Previdência Social. Nós precisamos aclarar isso, inclusive para a sociedade, que agora está sendo impactada pela recente propaganda oficial do Governo, que diz que a reforma é para combater os privilégios dos trabalhadores do serviço público, como se já não tivesse acontecido recentemente, no ano de 2003, uma grande reforma do sistema de aposentadoria dos servidores públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, nós temos que entender de uma vez por todas que estamos falando de previdência. Vamos fazer uma comparação com frutas: uma banana e uma laranja. Ambas são frutas, mas não dá para tirar de um pé de banana uma laranja e tirar de um pé de laranja uma banana. Não dá, são coisas diferentes. É a mesma coisa com os regimes de previdência. Eles estão em locais diferentes da Constituição Federal não é à toa, estão separados por uma distância grande. A aposentadoria do servidor público é tratada pelo art. 40, e a aposentadoria do Regime Geral é tratada pelos arts. 194, 195 e 201.

Esse debate tem que ser colocado às claras. Nós estamos tratando de duas coisas diferentes, de dois remédios diferentes, caso se identifique efetivamente que há problemas com as previdências. Não dá para somar as duas, como o Governo tem feito, e apresentar um resultado geral, e ainda mais compará-las, como tem sido feito agora: faz-se uma média e não se informa que o servidor público, no seu sistema de previdência, paga sobre o total da sua remuneração e continua pagando inclusive depois de aposentado. A população tem que ser informada efetivamente sobre que esses são sistemas diferentes. E mais: desde 2013 e 2014, há um teto muito claro: o servidor que entrou no serviço público a partir de 2012 se aposentará com o mesmo teto do INSS. Precisamos entender isso, precisamos deixar isso muito claro. Não podemos sair daqui hoje sem chegarmos a um acordo. Afinal, nós estamos tratando ou não de duas previdências diferentes, com duas características, com dois públicos que se conversam, na medida em que há contagem de tempo recíproca e que acertos são feitos? E isso não poderia ser diferente.

Assim, nós entramos na questão da Seguridade Social, que é a discordância de fundo que nós temos, quando se fala nessa conta simplória do déficit da Previdência, no caso do Regime Geral, que é você pegar o Orçamento da Seguridade Social, escolher uma fonte da Seguridade Social, que é a folha de salários e comparar com o total que se gasta com aposentadorias do regime geral. Não é isso o que diz a Constituição Federal. Nossa discordância de fundo, profunda, com a metodologia aprovada pelo Governo, decorre disso. A metodologia que a ANFIP aplica é o que eu leio na Constituição Federal, não tem nada excepcional. Eu faço a leitura do que pretendeu colocar no texto constitucional o Constituinte de 88.

Então, nós precisamos considerar que o regime geral tem que ser tratado dentro do âmbito do orçamento da Seguridade Social. É para isso que ele foi feito. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Constituinte de 88 não criou uma jabuticaba. No mundo inteiro, isso funciona dessa forma, e nós precisamos então fazer algo que nunca foi feito.

Eu já me antecipei um pouquinho. Nós temos a Seguridade Social, voltando a 1988, para os mais jovens. Antes de 88, nós não tínhamos a Seguridade Social. Nós tínhamos o Regime Geral, o INSS, sendo que a contribuição era basicamente única. A grande contribuição que nós tínhamos para a previdência privada, para a previdência do Regime Geral, hoje INSS, à época INPS, era a folha de salários. E, naquela época, nós já sabíamos que a própria contribuição da folha de salários não seria suficiente, inclusive havia uma parte dela que ia para a Saúde. Mas isso aí é outra história.

Hoje modernamente nós temos essas fontes todas de financiamento da seguridade social. Quando se faz essa conta do déficit do Regime Geral, escolhe-se a folha de salários como fonte de financiamento e se compara com o total de despesas do Regime Geral do INSS.

Agora entra a parte que a ANFIP faz. Nós somos auditores fiscais. Nós fazemos contas. O que a ANFIP tem feito ao longo desses anos, e essa publicação anual tem basicamente essa forma, essa metodologia, desde o ano de 2005, é uma conta de padaria. Nós colocamos de um lado as receitas e do outro lado as despesas, coisa muito simples. Eu faço a leitura da Constituição Federal, faço o acompanhamento, e dá um trabalho danado identificar. Talvez por isso haja pequenas diferenças entre esse acompanhamento do orçamento da Seguridade Social, porque dá muito trabalho. Nós temos que ir lá buscar, temos que fazer uma extração desses dados, e eles são conferidos e reconferidos, e isso demora. Isso é feito anualmente e nós estamos lá. Então, colocamos de um lado as receitas e do outro lado, as despesas.

Aqui está o ano de 2016. Vocês estão vendo aqui as principais, há mais uma folhinha, e nós chegamos ao resultado final de 2016. Em 2016 nós tivemos, pela primeira vez desde que a ANFIP acompanha o orçamento da Seguridade Social, um resultado negativo. O resultado negativo foi de 57 bilhões de reais, sendo que, ao longo de toda a existência dessa contabilidade feita pela ANFIP, o resultado sempre foi superavitário. No ano de 2016 aconteceu isso, e não poderia ser diferente. A ANFIP é fiel à sua metodologia. Nós trouxemos, isso está publicado e não há nenhum problema em nós divulgarmos esse número. Por quê? Porque isso não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nenhum desastre. A própria Constituição já prevê mecanismos que foram utilizados — 2016 passou e as contas foram pagas. O dinheiro que faltou, os 57 bilhões de reais, veio do orçamento fiscal. E isso está na Constituição, que é clara, quando, em seus arts. 194 e 195, determina que, não sendo suficientes as fontes de financiamento, a União bancará, com recursos do orçamento fiscal, o resultado da Seguridade Social. Em 2016, as aposentadorias não deixaram de ser pagas, os orçamentos da saúde e da assistência social, bem ou mal, foram executados. E assim acontecerá no ano de 2017. Essa é uma obrigação constitucional.

Fizemos uma retrospectiva histórica, retratando uma evolução de 2005 até 2016. É possível ver claramente, em azul, os resultados positivos ao longo dos anos. Em 2015, esse valor já foi muito pequeno. E, em 2016, houve o valor negativo de 57 bilhões de reais. Essa curva vermelha é a média. Na média, já computado o ano de 2016, há um resultado positivo de 50 bilhões de reais. Então, o déficit é um fator isolado. Só aconteceu uma queda durante a crise de 2008 e 2009 — houve uma tendência, e o País acabou se recuperando.

O que eu vou fazer aqui agora é basicamente mostrar a vocês por que isso aconteceu. Esta é a pergunta: como é que um modelo que até então vinha socorrendo o orçamento fiscal passou, em 2016, para essa situação? Nós vamos explicar passo a passo o que aconteceu em 2016 para que se chegasse a esse número.

Este eslaide mostra o PIB dos países do BRICS. Há uma variação. A linha verde refere-se ao Brasil, computando-se que neste ano o País tenha um PIB de pelo menos 0,7. Observemos principalmente as duas linhas de cima, que indicam o PIB da China e o da Índia, que têm resultados expressivos e constantes, enquanto o Brasil apresenta uma variação muito desconforme da maioria dos países do BRICS. O problema não é mundial. O problema é brasileiro. Não há mais condição de colocar a culpa numa crise mundial.

Sr. Presidente, vou precisar de um tempo maior do que 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Claro. Fique à vontade.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO - Outra coisa importante é a queda do investimento, e este gráfico demonstra isso. Vejam, é uma queda absurda. Então, começamos a entender por que isso tem efetivamente impactado as contas públicas. Por exemplo, vejam a queda que nós tivemos ao longo dos 3 últimos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Apesar da comemoração por causa da queda consistente da taxa de juros, ela ainda é bastante alta. Quando se tira a inflação, ainda fica um montante muito alto de taxa de juros. E isso acaba obviamente impactando a questão econômica.

Agora, eu vou pedir um pouquinho de atenção. A Previdência tem vinculação com o trabalho. Foi uma das primeiras coisas que aprendi como auditor fiscal da Previdência: olhar a questão do trabalho. O que aconteceu nos últimos anos? Uma queda expressiva no número de trabalhadores formais. Dois milhões de empregos, em que havia contribuição para a Previdência Social, foram perdidos. Isso não é uma coisa que pode ser deixada de lado ou ser esquecida. É importante que isso entre na nossa avaliação. Com menos trabalhadores, obviamente há menos contribuição previdenciária.

Houve aqui recentemente a comemoração da queda do desemprego. *"O desemprego está caindo, então a economia está melhorando."* O que nós fizemos? Verificamos onde o desemprego caiu e vimos que temos um problema — nós temos que falar sobre isso. O desemprego caiu, mas olhem para onde foi o emprego: para os trabalhadores subocupados, dos quais acaba não havendo contribuição previdenciária.

Então, alguma coisa está errada com o mercado de trabalho! E provavelmente essas medidas da reforma trabalhista aprovadas agora vão piorar ainda mais essa questão. Ainda mais trabalhadores não vão contribuir para a Previdência Social, não vão ter direito a contar esse tempo para a Previdência Social e não vão se aposentar. Se essa for a solução para a reforma da Previdência, ela está posta, é isso que está efetivamente acontecendo.

O desemprego continua com número elevado, e os empregos que estão sendo criados são desse naipe. Não adianta, pois isso não vai resolver o problema da Previdência Social, muito menos dos trabalhadores, que não terão acesso à Previdência.

Este eslaide refere-se à nossa área, a área que está sob a responsabilidade da Receita Federal do Brasil. Como auditor-fiscal, coloco isto: a queda real da arrecadação de tributos em âmbito federal é de 12% em comparação a 2 anos atrás! Isso nunca aconteceu na história do nosso País. Alguma coisa está errada! Não se trata só da queda da atividade econômica. Há muito que se fazer aqui: olhar essa queda e efetivamente buscar medidas para reverter isso. Não teremos expectativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nenhuma de melhora do nosso País se nós não recuperarmos as receitas públicas. Está aqui: 12% em 2 anos. Esse dado é assustador.

Eu vou passar rapidamente este eslaide que trata das questões das desonerações, das renúncias, da DRU. Tudo isso forma um sentimento, Deputado... Em 2 anos, houve praticamente três REFIS. Durante 2 anos nós ficamos discutindo, e o que os empresários fizeram? Ficaram esperando. Sempre há a expectativa de que um novo REFIS venha para resolver o problema das dívidas. Então, essa é uma sinalização muito ruim. Eu gostaria muito de que esse que foi aprovado agora fosse o último — o último! Dever impostos efetivamente compensa.

Da questão da DRU eu também não vou falar muito. Só vou dizer o seguinte: é inacreditável o que fez este Parlamento. Os Srs. Deputados e os Srs. Senadores fizeram uma loucura total para aprovar a DRU, em 2016, retroativa ao início do ano. Aprovaram no final do ano uma DRU retroativa ao início do ano, aumentando-a de 20% para 30%. Agora, na proposta que vai ser deliberada, a PEC 287, o Governo desiste da DRU sobre as contribuições sociais.

Então, essa questão da DRU é uma das que, com certeza, serão apontadas aqui, porque ela merece uma reflexão. Se o dinheiro é tirado dos recursos do Orçamento e tem que voltar, para que existiu a DRU? Para que deve continuar existindo a DRU? O próprio Governo agora, na PEC 287, já admite isso e pede para retirar a desvinculação.

É uma pena que não vai ser possível usar mais tempo, então vou falar da última questão.

Qual é o grande problema colocado para a reforma da Previdência? Argumenta-se que, em 2060, a quantidade de aposentados explodirá, porque o número de idosos é crescente daqui até 2060. O Brasil passou por uma transformação demográfica que nenhum país da Europa ou do resto do mundo passou nos últimos anos. Então, vai explodir a Previdência Social em 2060, e nós temos que fazer alguma coisa. É divulgado que a quantidade de idosos, ou seja, de pessoas acima de 65 anos, que era de 3,9% em 1978, vai passar para 27% da população brasileira em 2060. Eu estarei lá, tenho muita fé em Deus, estarei com 100 anos de idade e recebendo em dia. Se não tivermos condição — Parlamento, Governo e sociedade — de olhar com seriedade o sistema previdenciário, eu vou me preocupar. Mas eu tenho certeza de que vamos tratar disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Serão 27% de idosos. Mas o que é escondido, o que não é falado para a sociedade? O que importa quando se olha o espectro das pessoas que compõem a sociedade brasileira? O que importa é a parte da população que está trabalhando. Dados retirados do IBGE mostram que, em 1978, 57% da população brasileira tinha capacidade de trabalhar. De quanto vai ser essa porcentagem em 2060? Ela será de 60%. Nesses 80 anos desde 1980 até 2060, a proporção é mantida constante. Nós estamos perdendo a oportunidade de tratar dessa questão. Isso, sim, deveria estar sendo discutido, porque se trata de mercado de trabalho, de produção, de transformação do Brasil no país que efetivamente precisa ser construído.

Nós deveríamos estar fazendo políticas públicas voltadas para essa população que tem que trabalhar, que tem que produzir, que tem que gerar riqueza. Essa informação é escamoteada da nossa discussão de reforma da Previdência. Só se mostra a ponta dos idosos, que vai aumentar para 27% da população brasileira, esquecendo que diminui a porcentagem de pessoas que não estão em idade de trabalhar. Então, é isso, pessoal.

Eu teria mais coisas para falar. O Senador vai falar sobre a CPI. Eu lhes deixo essa reflexão. A ANFIP não se omite de fazer um debate sério sobre a reforma da Previdência. Nós apresentamos emendas, todo o conjunto de servidores apresentou mais de 200 emendas para discutir a reforma da Previdência de maneira séria. Nós somos os primeiros interessados em fazê-lo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Dr. Floriano Neto.

Vamos dar sequência à reunião. Eu gostaria agora de convidar para fazer sua exposição o Secretário da Previdência do Ministério da Fazenda, o Dr. Marcelo Caetano.

O SR. MARCELO CAETANO - Bom dia a todos. Minhas saudações a todos os membros da Mesa, especialmente ao Deputado Domingos Sávio, que requereu esta audiência; ao Senador Hélio José, a quem tive a oportunidade de conhecer na CPI; ao Dyogo Oliveira, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ao Fábio Granja, Secretário de Fiscalização da Previdência do TCU; e ao Floriano Martins de Sá, Presidente da ANFIPE. Naturalmente, estendo essa minha saudação a todos os Deputados e Senadores e a todos os participantes desta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Minha apresentação está dividida nas seguintes partes: primeiro, eu comentarei um pouco da demografia, principalmente indicando as perspectivas para o País, olhando para o futuro, partindo do que existe hoje e vendo como se portará no futuro; comentarei sobre o Regime Geral de Previdência Social, o regime do INSS, e sobre os Regimes Próprios; farei alguns rápidos comentários sobre a questão de igualdade e sustentabilidade e fecharei fazendo alguns comentários sobre a reforma da previdência.

(Segue-se exibição de imagens.)

Inicialmente comento sobre a demografia no Brasil. Existem dois fenômenos demográficos que explicam muito bem o que vai acontecer com o País dali para frente. O primeiro fenômeno é uma queda muito acentuada da taxa de fecundidade, que é o número médio de filhos que uma mulher ou que um casal tem ao longo da vida. Observamos que, nos anos 80, havia 4,1 filhos por mulher. Esse número vai se reduzindo, vai se reduzindo, até que, no início deste século, essa taxa de fecundidade já fica aquém da taxa de reposição.

O que isso quer dizer? Que o número médio de filhos que os casais têm sequer repõem os pais. De acordo com as projeções do próprio IBGE, esse número só tende a cair com o passar do tempo. Isso nós observamos na nossa própria realidade, no dia a dia da vida. Eu sou filho único, mas me lembro de que, quando criança, era comum, na escola, encontrar colegas meus com vários irmãos. Hoje, é comum ter um só filho. Eu tenho um casal de filhos, mas conheço vários amigos deles que são filhos únicos e também conheço vários casais que já têm mais de 40 anos e nem filhos têm.

Isso reflete a realidade do País. A taxa de fecundidade, esse número médio de filhos que os casais têm, vem caindo. O IBGE estima que, por volta da década de 2030, essa taxa de fecundidade vai convergir para 1,5 filho por mulher.

Então, isso tem um reflexo na Previdência ao indicar que, com o passar do tempo, cada vez menos pessoas vão ser contribuintes da Previdência. Hoje, tudo bem, são crianças, mas vejam que essa mesma geração, que no início deste século já nasceu em número que não repõe os próprios pais, já começa a entrar no mercado de trabalho.

Não temos só a realidade da queda da fecundidade, mas há também o aumento da expectativa de sobrevida das pessoas. O conceito de expectativa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sobrevida indica o número médio de ano que se estima, neste caso aqui, que um brasileiro venha a sobreviver após alcançar uma determinada idade.

Então, se consideramos a linha mais avermelhada, aos 65 anos se estimava que um brasileiro viveria 12 anos a mais. Agora, no período atual, estima-se que um brasileiro de 65 sobreviva em torno de 18,4 anos a mais e no futuro 21,2 anos a mais. Esses números que vemos aí são uma realidade, mas no nosso dia a dia também observamos isso.

Quando eu era criança eu me recordo que o meu avô faleceu com sessenta e poucos anos. Nós achávamos, lá no início dos anos 70, que falecer nessa idade era algo normal. Hoje, meu pai tem 83 anos, minha mãe 78. Eles estão muito bem. Esperamos que as pessoas venham a viver mais.

É uma característica positiva esse aumento da longevidade, mas, quando nós conjugamos os dois fatores, observamos — é importante dizer isso — que não é simplesmente um percentual de idosos. Eu utilizo um conceito de razão de dependência. O conceito de razão de dependência é um conceito demográfico que vai fazer a comparação do número de idosos. Os demógrafos convencionaram classificar como idosas pessoas com 65 anos ou mais e pessoas em idade ativa, as que têm entre 15 e 64 anos. Observamos que agora, no ano de 2017, há 11,9 idosos para cada cem pessoas em idade ativa. Com o passar do tempo, em virtude desses dois fenômenos, tanto da queda acentuada da fecundidade, como também do aumento da longevidade, esse número tende a crescer, crescer até que chegue em 2060 na magnitude de 43,8 idosos para cada cem pessoas em idade ativa.

Vejam que estou fazendo as grandezas comparativamente. Não estou só pegando um número de um grupo e de outro grupo. Os dois grupos crescem, mas só que o grupo de idosos cresce numa velocidade muito mais acentuada do que o grupo de pessoas ativas, e observamos essa relação.

Qual é o impacto que isso tem para a Previdência? É normal imaginarmos que isso vai ter impacto, sim, nas contas previdenciárias, porque haverá cada vez mais idosos, pessoas para receber os benefícios comparativamente ao grupo de pessoas em idade ativa.

Isso pode ser visto também em termos de outras estatísticas. Por exemplo, simplificando, hoje, há um idoso para cada grupo de 12 pessoas. Se, hoje, no Brasil, selecionamos um grupo de 12 pessoas, encontramos um idoso. Em 2060, para cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

grupo de quatro pessoas, haverá um idoso. Isso indica o processo de envelhecimento populacional pelo qual a nossa sociedade passa e que vai se refletir nas próprias pirâmides demográficas do País.

No ano 2000, havia uma base de pirâmide mais ampla, que, subindo ao topo, ficava mais estreita. Esse processo vai se alterando no sentido em que essa figura muda de formato: a base fica cada vez mais estreita e o ápice cada vez maior, o que indica que há cada vez menos contribuintes comparativamente ao número de beneficiários.

Algo bastante relevante para se abordar aqui é que o processo de envelhecimento populacional no Brasil é muito acelerado. Não se trata somente da questão de que a população envelhece, mas da rapidez com que se dá esse envelhecimento no País. Nós vamos convergir, de acordo com projeções da Organização das Nações Unidas — ONU, por volta da década de 2050, 2060, para um padrão demográfico europeu. Então, Brasil e países da Europa, no futuro de algumas décadas, serão demograficamente muito parecidos uns com os outros.

Isso tem um impacto na Previdência, sim, mas não somente na Previdência. Outras áreas também são impactadas, como a própria Seguridade Social. Quando consideramos saúde, também é normal observarmos que o gasto com saúde de idosos tende a ser bem superior ao gasto de saúde com pessoas mais jovens.

Mas essa não é somente uma questão de futuro. É também uma questão do momento atual. Vejamos os dados do Regime Geral de Previdência Social, basicamente a Previdência do INSS. Eu apresento aqui uma série histórica desde o ano de 1995, que vem de distintas administrações, que apresentam exatamente a mesma metodologia, corrigida pela inflação — considerando valores reais —, que aponta que o Regime Geral de Previdência Social já tinha, no ano de 1995, um déficit de 1 bilhão e 100 milhões de reais, resultado da diferença de uma despesa de 138 bilhões e 300 milhões de reais e uma arrecadação de 137 bilhões e 200 milhões de reais.

O que se observa é que esse déficit de 1,1 bilhão de reais, representado pela linha vermelha, vai crescendo com o passar do tempo, até que alcança, no ano de 2016, um valor total de 151 bilhões e 900 milhões de reais. O que essa linha vermelha indica? Que, pela mesma metodologia adotada por distintas administrações, diferentes governos dos últimos 20 anos, há, sim, a existência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desse déficit. E a questão não é só que o déficit existe, mas que uma série histórica longa, de mais de 20 anos, indica que esse déficit não só existe como também é crescente. Essa mesma metodologia não é só proposta pelo Executivo, mas também pelo Tribunal de Contas da União, que não apresentou ressalvas em relação a ela.

Mesmo quando consideramos esses números como proporção do PIB, de tudo aquilo que o País produz, observamos que o déficit também é crescente. Essa não é só uma questão dos valores corrigidos pela inflação, dos valores reais, mas é também uma relação da proporção desse déficit em relação a toda riqueza que o País produz ao longo de 1 ano. O Produto Interno Bruto — PIB representa o valor da riqueza produzida pelo País ao longo de 1 ano.

No ano de 1995, esse déficit totalizou 0,1 ponto percentual do PIB e vai crescendo de modo contínuo ao longo do tempo, de modo que em 2016 atinge a cifra de 2,4 pontos percentuais do PIB. Então, de novo, a mesma metodologia, em distintas administrações, alcançou esse resultado, mostrando que o déficit existe já de longa data e é crescente.

Nós mostramos aqui que o déficit existe, mas, mesmo se ele não existisse, a própria perspectiva da evolução demográfica indica que nos depararemos com uma questão bem séria a ser defrontada.

Mesmo quando pegamos também os resultados acumulados nos últimos 12 meses, de novembro de 2016 até outubro de 2017, o déficit do INSS também vai crescendo e atinge a cifra de 182 bilhões e 200 milhões de reais. O valor está mais de 30 bilhões de reais acima do apresentado no ano de 2016. Então, o déficit existe e é crescente. Neste ano, pelo menos é o resultado até agora, ele está mais de 30 bilhões de reais superior ao valor encontrado anteriormente.

O Regime Próprio de Previdência Social, que é o regime de previdência social dos servidores públicos, também apresenta uma problemática com a qual temos que nos defrontar. Apresento aqui dois resultados. Há o resultado financeiro, que é a diferença entre o que é arrecadado pelas contribuições e o que se paga com benefícios previdenciários naquele ano em particular, comparativamente ao resultado atuarial. O resultado atuarial leva em conta não somente o que se arrecada e se paga no ano, mas a perspectiva de se arrecadar de hoje até um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tempo à frente comparativamente ao que se espera pagar de benefício de hoje até um tempo no futuro.

Somando União, Estados e Municípios, alcança-se a cifra de 6 trilhões e 636 bilhões de reais em déficit atuarial. Ou seja, o valor é maior do que todo o PIB do País, só considerando os Regimes Próprios de Previdência Social. Esses déficits são os apresentados pelos próprios entes da Federação. O Município faz o seu cálculo atuarial e apresenta para a Secretaria, que soma os déficits atuariais apresentados por Municípios, Estados e Distrito Federal.

É uma quantia de mais de 6 trilhões e 600 bilhões de reais em déficit atuarial, valor superior ao próprio PIB do País. Não é somente uma realidade de o déficit atuarial, lá na frente, ser problemático. A situação atual já é problemática.

Essa tabela apresenta a relação hoje existente entre ativos e inativos, para União, Estados e Municípios. O conceito de inativos engloba aposentados e pensionistas. Na União, há 1,3 servidor ativo para cada inativo. Nos Estados e no Distrito Federal, há 1,1 servidor ativo para cada inativo e pensionista.

Lembro que, ao se considerar a situação de Estados e Municípios, está-se levando em conta um comportamento médio de Estados e Municípios. Se formos considerar a questão individualmente, já vamos ver hoje Estados em que o número de aposentados e pensionistas já supera o número de servidores ativos. Isso indica uma dificuldade de sustentação do regime previdenciário.

E não se trata somente de uma questão de sustentabilidade. Trata-se também de uma questão de igualdade em relação às diferenças que existem entre os dois regimes. Estes três regimes — Regime Geral de Previdência Social da União, Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos da União e o regime dos Estados e Distrito Federal — apresentam déficit. O regime dos Municípios, no momento atual, apesar do déficit atuarial, possui um superávit financeiro. Observamos, por meio desses dados, a existência de uma desigualdade, comparando-se o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos — RPPS com o Regime Geral de Previdência Social — RGPS, que pode ser sintetizada por meio do déficit *per capita*. Existem outros estudos que mostram isso também.

Em termos nominais, o déficit do RGPS, no ano de 2016, totalizou 149 bilhões e 700 milhões de reais. O número anterior estava corrigido pela inflação, esse é o valor nominal. Mas há, no RGPS, um total de beneficiários da ordem de 29 milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e 180 mil pessoas no final do ano passado, ou seja, o déficit *per capita* nesse regime totalizou 5 mil e 100 reais.

No Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, o déficit, de fato, foi menor — 77 bilhões e 200 milhões de reais —, mas beneficiou um grupo de aposentados e pensionistas inferior a 1 milhão de pessoas — exatamente 980 mil pessoas. O déficit *per capita* do RPPS da União totalizou, no ano de 2016, 78 mil e 600 reais, quer dizer, a sociedade como um todo transfere para...

(Não identificado) - Por servidor?

O SR. MARCELO CAETANO - Por servidor aposentado ou por pensionista.

Há aqui, sim, e não temos como negar isso, um problema de desigualdade entre os dois regimes previdenciários. O déficit *per capita* do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos da União é mais do que 15 vezes superior ao déficit *per capita* do Regime Geral de Previdência Social. Então, isso mostra que existe um caráter regressivo na Previdência Social brasileira que merece ser, sim, corrigido.

Podemos sintetizar alguns fundamentos por trás da reforma da Previdência. O primeiro deles é a existência de privilégios e distorções. Nós temos um sistema regressivo e procuramos, por meio dessa reforma da Previdência, corrigir essas distorções que existem em temos de equidade, para passar a dar um tratamento mais equânime entre os distintos regimes de Previdência Social.

Essa questão de igualdade está, sim, presente, mas não é somente isso. Como eu já disse anteriormente, também é uma questão fiscal, é uma questão de contas públicas. O problema já existe no presente e vai, sim, se agravar no futuro, por conta do processo de envelhecimento social. Não será só na Previdência, mas também na Seguridade Social como um todo, porque gasto com saúde é muito afetado pelo envelhecimento populacional também.

Quais são os fundamentos, então, da proposta tal como está na emenda aglutinativa? Há um primeiro fundamento, que é o da quebra de privilégios por meio da harmonização dos distintos regimes previdenciários.

Em 30 segundos, eu fecho.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu acho que ele tem que falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Será dada a todos uma tolerância, mas nós vamos manter a isonomia. O tempo que foi dado ao Floriano vai ser dado do Marcelo. Depois, nós vamos ter o debate, Deputada Laura. É só para haver esse equilíbrio. Mas nós vamos dar mais alguns minutos ao Marcelo, como foi dado ao Dr. Floriano.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas, se o Dr. Floriano quiser, também deve poder falar depois. Eu acho que o objetivo dos Deputados, Deputado Domingos, é exatamente entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Sem dúvida, mas é o que eu disse, Deputada Laura: depois eles terão outra oportunidade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só estou sugerindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Peço a sua compreensão, para que eu dê aos dois tratamento isonômico.

Concedo-lhe a palavra, para concluir, Marcelo. Fique à vontade. Você tem mais uns 2 minutinhos.

O SR. MARCELO CAETANO - Eu consigo resumir.

Estudos feitos por técnicos do IPEA indicam que essa proposta de reforma da Previdência atinge menos de 10% da população. Quem não é afetada é justamente a população de renda mais baixa.

Um dos princípios que está por trás é o princípio dos direitos adquiridos. Nós ainda temos tempo de fazer uma reforma da Previdência que mantenha direitos adquiridos. Houve países que se negaram a se defrontar com o problema, prorrogaram suas decisões — Portugal e Grécia podem ser citados como exemplos; outros casos estão aí — e tiveram que rever a própria noção de direito adquirido que existia. Nós ainda temos tempo para não fazer isso.

Essa reforma preserva todos os direitos adquiridos, isto é, nenhuma aposentadoria, nenhuma pensão já concedida se altera, nem se altera nada para aquelas pessoas que já completaram as condições de acesso a sua aposentadoria.

O processo de transição estabelecido é lento e gradual. Nós ainda temos tempo de fazer isso.

O Brasil é um dos raros países que não tem uma idade mínima de aposentadoria. Em todo o continente americano, somente dois países não adotam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

idade mínima da aposentadoria: o Brasil e o Equador. E, assim mesmo, no Equador, o tempo de contribuição é de 40 anos.

Estamos estabelecendo uma idade mínima de aposentadoria, sim, mas de forma lenta e gradual.

A idade mínima que passa a ser estabelecida, pela proposta de emenda constitucional, é, na aposentadoria por tempo de contribuição, de 55 anos para os homens e de 53 anos para as mulheres. Está prevista uma elevação gradual — 1 ano a cada 2 anos —, de modo que só se completa esse ciclo em 2038, daqui a pouco mais de 20 anos, quando a idade mínima será de 65 anos para os homens e de 62 anos para as mulheres.

É claro que na aposentadoria por idade já existe uma idade mínima de 65 anos, com um tempo de contribuição mais reduzido, que vai prevalecer. Mas, para a aposentadoria por tempo de contribuição, a idade mínima que se estabelece é de 55 anos para homens e de 53 anos para mulheres. Podem fazer comparações internacionais, caso queiram, e dificilmente vão encontrar países com idades mínimas inferioriza a essas.

Também houve, ao longo do processo de debate aqui no Congresso, a perspectiva de fazer uma reforma com responsabilidade fiscal, preservando as camadas mais baixas da população.

O tempo de contribuição da aposentadoria por idade permanece em 15 anos. Então, um homem urbano hoje se aposenta aos 65 anos de idade — é a regra existente hoje — e 15 anos de tempo de contribuição. Essa é a aposentadoria que os homens urbanos de renda mais baixa têm. Logo, permanece para eles exatamente a mesma regra de acesso: 65 anos de idade e 15 anos de contribuição.

BPC, LOAS, Benefício de Prestação Continuada.

A LOAS atinge a população de renda mais baixa, como os segurados especiais do campo, do meio rural. Eles também em nada são afetados.

O piso do salário mínimo é mantido nos benefícios...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Conclua, por favor.

O SR. MARCELO CAETANO - ...assistenciais e nos benefícios previdenciários como um todo.

Então, busca-se, sim, por meio dessa proposta de emenda, alcançar um equilíbrio entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para concluir, Deputado, o que eu quero colocar é o seguinte. É possível uma sociedade ter responsabilidade fiscal sem ter responsabilidade social, mas é impossível se alcançar a responsabilidade social sem responsabilidade fiscal.

Então, faz-se uma reforma previdenciária procurando preservar as camadas mais baixas da população e obtendo-se as economias por meio da quebra de privilégios.

Muito obrigado.

Desculpe-me pela extensão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - O senhor ficou dentro do limite de tolerância.

No debate, nós vamos voltar a dar oportunidade a todos os participantes.

Com a palavra o Senador Hélio José, que presidiu a CPI da Previdência no Senado.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Gostaria de cumprimentar V.Exa., Deputado Domingos Sávio — estou prevendo que V.Exa. será Senador. Que bom!; o Sr. Marcelo Caetano, Secretário da Previdência, que me antecedeu; o Sr. Dyogo, nosso Ministro do Planejamento; o nosso querido Floriano, Presidente da ANFIP; o Sr. Fábio Granja, representante do TCU; todos os nossos nobres Deputados e Senadores aqui presentes; os convidados, jornalistas e participantes desta importante audiência pública.

Quero lamentar que uma frequência tão grande como esta não tenha havido durante toda a CPI do Senado, que fizemos para mostrar para o Brasil a verdade dos fatos.

Esse foi o compromisso único e exclusivo daquela CPI, que foi constituída graças à assinatura de 62 Senadores da República do nosso País e foi composta por 12 Senadores da República. Trabalhamos intensamente durante praticamente 9 meses, período em que ouvimos mais de 150 autoridades públicas do Judiciário, do Executivo, do Legislativo e também da sociedade civil. Entre outras, ouvimos entidades sérias e importantes como a OAB, a CNBB, todas as centrais sindicais brasileiras, representantes importantes dos servidores públicos, como o Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, a ANFIP e o Sindicato do Fisco brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nela, pudemos fazer o que o Governo deveria ter feito, isto é, a discussão no Conselho Nacional da Previdência Social, respeitando o povo brasileiro e fazendo um levantamento compromissado com a verdade e com a realidade do Brasil.

Na nossa CPI da Previdência nós só tivemos um compromisso: o compromisso com a verdade, doesse a quem doesse. Eu, como Senador do PMDB, naquela oportunidade fui Relator da CPI da Previdência. Há havia sido Vice-Líder do Governo Dilma e do Governo Temer no Senado — fui Vice-Líder nos dois Governos. Lembro-me de quando discutimos esse tema no Governo Dilma e claramente foi acertado com todos que só se faria qualquer reforma da Previdência que atingisse as pessoas que entrassem no sistema previdenciário a partir da sua aprovação.

E veio o Governo Temer querendo fazer uma reforma única e exclusivamente para atender banqueiros, grandes capitalistas, sonegadores — os que não pagam a Previdência, as pessoas que devem milhões de reais para o povo brasileiro, para o Erário público!

Por isso, a nossa CPI convocou 5 grandes empresários de cada setor. Convocamos, do setor de frigoríferos, a JBS e outros; 5 grandes empresários do sistema bancário brasileiro e internacional que convivem no Brasil; 5 grandes devedores da indústria, das empresas de transportes; 5 grandes devedores da educação, para averiguar, para saber por que esses poderosos não pagam.

Esse final de semana, ouvi de um padre, numa igreja católica, que *"querem fazer igual fazem com os padres: não querem deixar o povo brasileiro se aposentar".* Querem agora matar o coitado do povo brasileiro, que contribui, vindo com propostas fáceis, ao invés de realmente pôr o dedo na ferida, como a nossa CPI indicou.

A nossa CPI indicou que é necessária uma reforma — ninguém é contra a reforma —, mas uma reforma cidadã, uma reforma que defenda o povo brasileiro. Nós indicamos quatro propostas de emenda constitucional, para defender o direito de todo o povo brasileiro — dos servidores públicos, dos trabalhadores, dos empresários, daquelas pessoas sérias que contribuem com a Previdência —, e não para favorecer banqueiro.

O Brasil não é o governo do Henrique Meirelles, o governo do banqueiro. O Brasil é muito maior do que o representante do banco. O Brasil tem uma população de mais de 200 milhões de habitantes, que precisa ser vista. É inadmissível ver a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

utilização de verba pública para mentir para a população brasileira, como ficou provado.

Eu queria que toda a imprensa nacional, que todo Deputado e que todo Senador lessem o relatório da nossa CPI, vírgula por vírgula. O nosso compromisso é com a verdade. A nossa CPI está toda embasada não no achismo, mas em mais de 30 reuniões e audiências públicas, nas quais pudemos ouvir todas as autoridades renomadas, professores catedráticos em cálculo atuarial e em cálculo demográfico e provar que os números que o Governo apresenta são falsos, são mentirosos, faltam com a verdade. Esse Governo quer enganar a população brasileira para agradar a banqueiro.

Eu quero deixar claro a cada Parlamentar que quem votar a favor dessa PEC 287 não volta para esta Casa. Essa PEC 287 é a PEC da Morte, porque é a PEC que prevê que a maioria da população brasileira vai morrer e não se vai aposentar. É a PEC da perseguição contra os servidores públicos do Brasil, que são tratados como Satanás, que são tratados como pessoas que não abdicaram da possibilidade de ser empresários, de ser ricos, de enriquecer à custa de seu trabalho, de sua inteligência, embora dediquem sua vida à máquina pública, à burocracia brasileira! Um servidor público não deve dar lucro, nem prejuízo.

Está aqui o Deputado Valtenir Pereira, um membro da Defensoria Pública. Ele sabe! Ele, como advogado dos pobres, sabe! Duvido, Deputado Valtenir, que V.Exa. volte a esta Casa, duvido que o seu Mato Grosso vá lhe dar mandato, se V.Exa. votar a favor dessa PEC da Morte que está aqui nesta Casa!

Então, não se engane, nobre companheiro! Não se engane! O povo brasileiro está atento. As redes sociais estão atentas para poderem fazer o enfrentamento.

A CPI da Previdência apresentou seu relatório, que está disponível no endereço eletrônico *www.senado.leg.br* e também na minha página, *www.senadorheliojose.leg.br*. Está lá, e com ele provamos por A mais B para as maiores autoridades desse País, inclusive do Governo, como o nosso nobre Marcelo Caetano, nosso nobre xerife da Previdência, que esteve conosco; o Jorge Rachid, que esteve conosco; o nosso nobre Presidente do INSS, Dr. Leonardo Gadelha, que também esteve conosco; para o representante da SOF, a Secretaria de Orçamento Federal; para o Tesouro Nacional; para todos os que estiveram conosco que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

números foram manipulados, que os números são falsos, que os números não condizem com a verdade!

Esse relatório foi aprovado por unanimidade — por unanimidade! —, pelos 12 membros da CPI! Inclusive o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que esteve presente, votou favoravelmente ao relatório da CPI da Previdência, comprovando que o compromisso da CPI da Previdência é com a verdade, doa a quem doer. Não estamos aqui para mentir, para enganar a população brasileira.

Aqueles que pensam que vão pegar carguinhos do Governo se votarem a favor da PEC da Previdência, porque carguinho do Governo daria dinheiro para facilitar as eleições, enganam-se, porque perderão milhares de votos quando a população verificar o seu posicionamento equivocado sobre essa proposta de PEC que aqui está, a PEC 287, a PEC da morte.

Senhores e senhoras aqui presentes, desculpem-me pela emoção. Como servidor público concursado que sou, com muito orgulho, todos os cargos que ocupei até hoje foram conquistas da minha caneta, e não do favor de A e de B, está certo? Portanto, eu tenho o compromisso de dizer a verdade ao povo brasileiro; ao servidor público; ao trabalhador rural; ao trabalhador da iniciativa privada; aos nossos empresários que pagam seus impostos e que estão sendo prejudicados porque o Governo fica fazendo favor ao dar REFIS aos sonegadores, aos não pagadores e deixa milhares de bons pagadores na fila, levando prejuízo pela concorrência desleal dos grandes empresários que não pagam os seus impostos, não pagam seus impostos para o povo brasileiro.

O Senado Federal do nosso País tem o orgulho — o orgulho! — de ter feito essa CPI, e de ter seu relatório aprovado pela unanimidade dos membros da CPI!

Então, não estamos aqui manifestando a posição individual do A ou do B, não; não é posição individual apaixonada de ninguém, não.

Quem tem dúvida, imprensa brasileira, olhe o relatório da CPI. Nós comprovamos lá que as contas demográficas são falsas, são distorcidas, não condizem com os dados reais da PNAD do Brasil!

Comprovamos lá que as projeções são falsas, não condizem com a condição do caixa brasileiro.

Comprovamos lá que a seguridade social é composta por três contas. Quais são as três contas da Seguridade Social? A Previdência, a saúde e a assistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

social. A seguridade social tem como receita uma cesta de contas. Quais são as contas que a seguridade tem como receita? A seguridade social tem jogos e prognósticos como receita; a seguridade social tem a CSLL, tem o PIS, tem a COFINS como receitas; a seguridade social tem a contribuição de um miserável, coitado, perseguido trabalhador, o servidor público, que contribui todo mês — porque esta contribuição está no contracheque; ninguém pode tirá-la! Mas tem que haver também a contribuição do patrão.

Os bons patrões pagam na folha de pagamento, todo mês. Agora, a maioria dos poderosos não pagam! E não querem pagar porque sabem que a Justiça é permissiva e que a legislação que nós temos hoje é ineficiente para fazer a execução adequada, dentro do prazo adequado para se resolver a cobrança dos não pagadores. Preferem sonegar, preferem aplicar no dinheiro fácil do juro e da especulação a pagar a Previdência Social no Brasil! E vêm aqui mentir para população brasileira!

Ainda bem que a Justiça brasileira determinou que a propaganda enganosa do Governo Federal fosse retirada do ar. Ainda bem que a Justiça definiu isso. Aí, lamentavelmente, agora os empresários não pagadores da Previdência fazem a propaganda, aliados com o Governo.

A verdade é essa, pessoal. Ou ninguém está assistindo à TV? Quem é que está pagando as propagandas enganosas sobre a Previdência? É quem não paga a Previdência, está certo? Porque a Justiça brasileira tirou do ar a propaganda enganosa do Governo que procurava satanizar e cristianizar o servidor público com essa história de privilégio.

Privilégio por quê? Porque um servidor público faz como eu, que sou servidor público há 37 anos e passei a vida trabalhando de forma honesta, correta, para poder andar de cabeça erguida e falar com o eleitor brasileiro, no ano que vem: *"Eleitor brasileiro, não vote em ficha-suja, não vote em corrupto, não vote nas pessoas que vendem o seu voto para entregar a alma do brasileiro!"?*

E nós aguardamos exatamente isso. O eleitor brasileiro, nas redes sociais, saberá, um a um, dos judas e dos traíras que por acaso vão querer cristianizá-lo, assassiná-lo, ao votar a favor dessa reforma da Previdência antipovo que nós, da CPI do Senado, provamos por A e B ser mentirosa e não ser necessária nos moldes colocados — nós deixamos claro que é necessária uma reforma, mas uma reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cidadã, uma reforma que nos propicie, realmente, condições de dar uma aposentadoria perene ao nosso povo brasileiro.

Eu vou aproveitar os 5 minutos a que tenho direito para falar das propostas importantes de reforma que a CPI da Previdência apresentou para o Brasil, porque eu acho que é necessário que o povo brasileiro saiba...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Senador, V.Exa. vai ter agora mais 5 minutos de acréscimo, dentro do limite do seu prazo.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - O.k.

Eu vou utilizá-lo para apresentar à nossa população brasileira que a CPI do Senado Federal...

Meu assessor me entrega um calhamaço de 16 questões para cada um dos membros da Mesa. Como eu não terei tempo de lê-las durante esta reunião, gostaria que os senhores as encaminhassem depois ao meu gabinete, para que nós entendamos a posição de cada um.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Posso, sim, Deputada Laura Carneiro. V.Exa. quer as perguntas? Eu posso mandar reproduzi-las.

Por favor, eu solicito à Mesa que sejam distribuídas a todos os Parlamentares as 16 questões que nós apresentamos a todos os convidados.

Eu estou querendo só achar onde estão, nos meus alfarrábios, as propostas, que são muitas. Eu não achei as proposições, que queria ler na íntegra, mas vou ler para V.Exas. o resumo. Pronto.

Soluções propostas.

Políticas de desoneração. O Governo tem que reavaliar toda a política de desoneração e de renúncias fiscais, de tal forma que a contribuição equitativa de todos os segmentos econômicos impacte positivamente no resultado da arrecadação.

Apoio às carreiras públicas. A administração pública federal, nobre Marcelo Caetano, nobre Ministro Dyogo, precisa apoiar as estruturas de arrecadação.

Cobrança da dívida ativa e da prestação de serviços aos segurados do RGPS. Deve-se ampliar o quantitativo de auditores fiscais, de Procuradores dedicados à arrecadação da seguridade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na área da tecnologia, nobre Ministro Dyogo, o Poder Executivo deve intensificar o uso das tecnologias de informação e inteligência na fiscalização tributária, de forma a aumentar a produtividade e a eficiência do Fisco.

Na área da legislação, nobres Senadores e nobres Deputados, é necessária a urgente modernização da legislação que rege a execução fiscal. Desde 2009, tramita aqui no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.080, com esta finalidade. O Executivo deve requerer a urgência constitucional, nobre Dyogo, para a tramitação da proposta, que está parada na Câmara.

Quanto ao TCU, meu nobre representante do Tribunal, um mutirão deve ser feito entre o TCU, o Ministério da Fazenda e a Receita Federal. Ele, em caráter emergencial, reforçar suas estruturas, promover mutirões para o julgamento de todos os recursos administrativos que envolvem contribuições sociais até o fim do ano de 2018.

Combate às fraudes. É recomendável a adoção de estratégia permanente e integrada de combate a fraudes e crimes contra a Previdência, nos moldes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, assim como a adoção de um mecanismo de verificação e revisão periódica de benefícios.

Deve ser proposta, nobre Presidente, a extinção do REFIS, a política de concessão de parcelamento de dívidas — REFIS deve ser revista. Na atual concepção, virou prática perniciosa à livre concorrência e passou a representar um estímulo à sonegação, ao deixar os contribuintes adimplentes em desvantagem.

A CPI elaborou quatro projetos de lei, quatro propostas de emenda à Constituição e um requerimento ao TCU que vão viabilizar algumas das sugestões apresentadas.

Por não dependerem da iniciativa do Chefe do Executivo, essas proposições já estão quase todas em tramitação no Senado Federal.

Além disso, é importante deixar claro que esse arremedo da PEC 287, conforme este panfleto, tão bem elaborado *(mostra panfleto)* e distribuído pela ANFIP, é altamente contraditória e não resolve os problemas do povo brasileiro.

Eu gostaria de endossar este documento feito pela ANFIP e deixar claro a todos os Parlamentares que é importante fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero agradecer a todos os presentes e dizer: acessem o *site* da CPI da Previdência, ou acesse o meu *site*, *www.senadorheliojose.com.br*, e entendam o relatório da CPI da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O calhamaço com as 15 questões será entregue a cada um dos membros das Mesa, para que, depois, se possível, possam respondê-las e encaminhar as respostas ao meu gabinete. E gostaria que fossem distribuídas também a cada Parlamentar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Eu agradeço ao Senador Hélio José.

Dando sequência aos trabalhos, vamos ouvir agora a exposição — que acredito ser bastante elucidadora — do Tribunal de Contas da União.

Eu me lembro de que fiz, há mais de 1 ano, a solicitação de uma auditoria do Tribunal de Contas. Obviamente, não tenho a pretensão de que tenha sido só sob influência do meu pedido, mas recebi um comunicado do Presidente do Tribunal de Contas, à época, informando que o assunto já estava em pauta; que o Tribunal de Contas promoveria, sim, uma auditoria. Essa foi realizada, e hoje a presença entre nós do Dr. Fábio Granja e Barros, com certeza, pode trazer mais luz a este debate.

Tem a palavra o Dr. Fábio, Secretário de Previdência, Assistência e Trabalho do Tribunal de Contas da União.

O SR. FÁBIO GRANJA E BARROS - Bom dia a todos.

Eu sou Fábio Granja, atual Secretário de Previdência, Assistência e Trabalho do Tribunal de Contas da União.

Na pessoa do Presidente da Comissão, eu gostaria de cumprimentar todas as autoridades, técnicos e jornalistas aqui presentes.

(Segue-se exibição de imagens.)

O trabalho que vamos apresentar, na verdade, é fruto de uma sequência de trabalhos que o Tribunal há muitos anos vem realizando. Desde 2012 o Tribunal já havia identificado a necessidade de um equacionamento, para que se garantisse a sustentabilidade da Previdência. Esse foi o Acórdão nº 2.059, de 2012.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na sequência, vários outros trabalhos foram realizados, exatamente nessa linha, buscando identificar as melhores práticas. Para isso foi feita uma análise comparativa com países da União Europeia e da OCDE.

Foi feito, depois, um trabalho também tentando vislumbrar não só o Regime Geral, não só o Regime Próprio, não só o dos militares, mas toda essa questão da Seguridade, o qual resultou no Acórdão nº 3.414, de 2016.

Como o Presidente da Comissão comentou, como fruto de muitas meias verdades, ou meias mentiras, gerou-se muita preocupação em relação ao debate que estava sendo realizado. E, por demandas do Congresso e por demandas do nosso Presidente, Ministro Raimundo Carreiro, foi realizado um levantamento, que resultou no Acórdão nº 1.295, de 2016.

Qual é a finalidade desse levantamento de dados previdenciários? Qualificar o debate, permitir um debate mais imparcial e com dados auditados. Esses dados são comparados com várias fontes do Governo e também de auditorias financeiras, basicamente, que nós fazemos. São auditorias em que nós verificamos se os números que estão sendo apresentados têm a credibilidade necessária. Então, os dados que nós temos são dados avaliados, dados cotejados com várias fontes e por essas auditorias.

Rapidamente, uma contextualização da seguridade social.

Ela é um conjunto de políticas públicas, como foi citado aqui várias vezes, que engloba essas três áreas: assistência, Previdência e saúde.

A diferença entre elas é brutal, porque a Previdência é a única que tem uma contribuição. Ela exige um equilíbrio financeiro e atuarial. As outras são orçamentárias. Em havendo necessidade, obviamente, a Previdência vai puxar os recursos das demais áreas, inclusive de investimentos.

Aí vem um primeiro quadro que já chama a atenção para a questão da Previdência.

Se nós pegarmos a linha verde, tratando Previdência como está na Constituição — um direito social, que prevê a prestação de assistência, em havendo algum tipo de risco para a população, para a pessoa, seja de doença, morte, invalidez ou desemprego —, o primeiro quadro que verificamos é uma estabilidade no gasto em relação ao seguro-desemprego; e a mesma coisa, com pequenas oscilações, para a assistência social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mas, quanto à Previdência, pegando de 2007 a 2016, nós já vemos que nos últimos anos o gasto — na verdade, a necessidade de financiamento... Eu não vou falar em déficit porque isso, algumas vezes, é controverso. No caso dos militares, por exemplo, eles não recebem contribuição patronal. Então, falar em necessidade de financiamento eu acho que é uma questão que abrange todos os regimes e fica mais claro para ser discutido.

Em relação à seguridade social se vislumbrou um gasto, uma necessidade de financiamento crescente e muito acelerada nos últimos anos.

Alguém pode perguntar: *"mas por que isso aconteceu de forma tão dramática?*" Aí talvez venha um dos pontos que mostra alguma divergência entre áreas que estão discutindo a reforma da Previdência.

Quando se trata do tema, não se pode falar só da questão estrutural; não se pode falar só da questão conjuntural da economia, que vem tendo forte retração nos últimos anos — mais de 7%; não se pode falar só de problemas de gestão, como inadimplência e sonegação. Na verdade, o conjunto da obra é que leva a esse quadro.

Existiu uma necessidade de financiamento, em 2016, da ordem de 264 bilhões de reais.

E por que esse número é tão díspar do que é apresentado por outras associações? Quatro Secretarias do Tribunal trabalharam nesse levantamento para poderem chegar a esta conclusão.

Quando se trata de despesa, não faz sentido você separar uma despesa que está no art. 40 da Constituição, que é o que trata do Regime Próprio, daquela que está no art. 194, porque a rubrica toda, na verdade, é de Previdência. Tratar isto de forma separada é não garantir a adequada transparência das informações.

Então, este número aqui mostra o gasto da Previdência, esteja ele no art. 40, no art. 194, isso não importa para o Tribunal. O que estamos buscando é a transparência do gasto em relação à despesa.

Do lado da receita, por que também batemos o martelo e definimos que a receita tem que considerar, sim, o que sai por causa da DRU? Porque há uma emenda constitucional que determina a saída desses recursos, e, portanto, não cabe ao Tribunal, diferentemente do que foi feito por algumas associações, dizer que os recursos retirados por causa da DRU não devem sair. Esses recursos saem, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com certeza. Em 2016, os recursos retirados em razão da DRU totalizaram 90 bilhões de reais. Então, ela sai. Só que, como vocês vão ver em quadros seguintes, ela sai, mas tem que voltar.

Esse quadro mostra um pouco isto.

Nós fizemos uma análise de 2007 a 2016, comparando o que saiu por causa da DRU com o que teve que voltar depois para financiar a seguridade.

Apenas em 3 anos — 2007, 2008 e 2011— o que saiu por causa da DRU foi maior do que o que teve que voltar do orçamento fiscal para financiar o orçamento da seguridade. Hoje em dia a diferença é muito grande.

Então, repito: o que saiu do orçamento da seguridade para o orçamento fiscal por causa da DRU foi maior em apenas 3 anos: 2007, 2008 e 2011. Atualmente, o que sai via DRU volta e mesmo assim têm que voltar muito mais recursos do orçamento fiscal para conseguir equilibrar o orçamento da seguridade.

Este é um quadro que gostamos de apresentar, mostrando a necessidade de financiamento *per capita*.

Então para o Regime Geral, que é o INSS, existe uma necessidade de financiamento *per capita* por ano da ordem de R$ 5.130,00; para o servidor público federal, da ordem de R$ 56.893,00; e para os militares, da ordem de R$ 89.925,00, sendo que esse número dos militares não considera a contribuição patronal. Então, o número é menor do que esse na verdade.

Esta também é uma informação muito importante: a idade de aposentadoria nos diversos regimes — nós temos três regimes: o Regime Geral — o INSS —, o Regime Próprio dos Servidores Públicos e o dos militares.

Em relação ao Regime Geral, entre 50 e 54 anos, existem 14% de pessoas aposentadas; no regime próprio, 17%; e no regime dos militares, 33%, sendo que, dos militares, 55% entram na inatividade entre 45 e 49 anos. Eles vão para a reserva e, depois, para a reforma.

Entre 60 e 64 anos se aposentam 34% dos atendidos pelo Regime Geral; 28% dos segurados do regime próprio e algo muito pequeno dos militares.

Então, a distorção — esse quadro que eu acabei de comentar é importante — , o privilégio, não é só de servidor público. Existe também muita aposentadoria precoce no Regime Geral e para os militares, garantindo que os militares têm uma característica diferente, que eu não vou discutir aqui. Para o Regime Geral a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aposentadoria por tempo de contribuição sem uma idade mínima também garante uma aposentadoria precoce, o que é, também, sim, uma distorção, se comparada a outros países.

Em relação ao resultado agregado, o que se observa é que em 2016 houve um déficit de 226 bilhões desses três regimes.

Eu falei no déficit da seguridade de 260 bilhões, sendo que, desse valor, 226 bilhões são relativos à Previdência — dos três Regimes: Geral, Próprio e da União, Plano de Seguridade dos Congressistas, que, na verdade está por fora, não é de nenhum regime, mas, na hora de se computar, entra no Regime Próprio. Isso foi uma criação alheia ao regime.

Esse é um dado importante também. Ao compararmos a receita de 2007 a 2016, vemos que a receita do Regime Geral cresceu 44%, enquanto a sua despesa, nesse período, cresceu 55%. No entanto, quando você compara com os outros regimes, essa realidade não se repete. Em relação ao Regime Próprio, a receita cresceu 35%, e a despesa, 13%. Para os militares, a mesma coisa; a receita cresceu 27% e a despesa, 18%.

Então, o problema do Regime Geral é muito grave e está sendo pouco questionado nessas discussões todas.

Agora, o mais importante — e que eu gostaria de ver em discussão — é o volume, o percentual da despesa da Previdência em relação ao PIB. Esse é o principal indicador. Essa questão de haver déficit ou não pode ser conjuntural ou não, mas isso aqui é o que os países sérios discutem, porque, se o percentual for muito alto, significa, numa população ainda não envelhecida, que o país está deixando de investir em outras áreas para financiar a aposentadoria. Para um país de renda média, isso pode ser muito preocupante.

E os dados que o Governo apresentou? Têm, sim, algumas inconsistências, e uma delas é esta aqui que a gente está apresentando. Foi feita uma projeção atuarial...

O que é a projeção atuarial? São cálculos de receitas e despesas feitos para 70 anos. Você traz isso para o valor presente e vê quanto ficaria para nós, se tivéssemos que arcar com isso de uma única vez. É o cálculo de uma necessidade de você se precaver para uma demanda, para um custo que vai existir lá na frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Governo apresentou, para o Regime Geral, um crescimento desse déficit atuarial — na verdade, da despesa — para 11% do PIB em 2060. Para o RPPS, ele começa com -1,1% e se reduz a 0,4%; e dos militares também começa com -0,18% e vai a -0,1%.

Então, o que se observa — e é importante ressaltar isto também — é que o custo para a Previdência dos servidores públicos é muito alto no presente, mas está equacionado no longo prazo. Pensando em estoque e fluxo, o estoque é o problema; o fluxo já foi resolvido com as últimas reformas que foram comentadas aqui.

Com relação ao Regime Geral...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deputado Domingos, eu posso interromper? Eu queria fazer uma pergunta sobre esse quadro.

Em outras palavras, você está dizendo que, por mais que se alterasse hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Deputada Laura, nós vamos ter essa oportunidade mais tarde. Se V.Exa. falar agora, o prazo dele vai se esgotar, e depois eu não terei como administrar isso.

O SR. FÁBIO GRANJA E BARROS - Depois eu respondo o que a senhora precisar.

O que nós estamos mostrando aqui é que os cálculos, de alguma maneira, não foram tão precisos. Por quê? No Regime Geral, nós verificamos que a projeção do PIB, no entendimento do Tribunal, estava subdimensionada; estava prevendo um gasto para o reajuste dos benefícios que envolvessem a inflação mais o crescimento do salário mínimo crescimento, sendo que essa regra, *a priori*, só duraria até 2019 — e vai precisar haver uma continuidade dessa lei. Isto foi citado no relatório.

Para o servidor público, houve um erro, no primeiro ano, na ordem de 43%, porque se imaginou, na hora de fazer a projeção atuarial, que a pessoa, ao ter o tempo de aposentadoria, aceitaria essa aposentadoria logo no primeiro ano, e não é o que acontece normalmente. É por isso que o gasto fica mais alto, e se errou tanto na estimativa.

E para os militares também houve um erro na estimativa, que é feita só para as pensões.

É muito importante esse quadro também. Ele mostra que a população realmente está envelhecendo muito aceleradamente. Até 2024, vamos perder o bônus demográfico. O que significa isso? A taxa de crescimento de idosos vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais acelerada do que a taxa de crescimento dos jovens. Então, a partir daquele momento, todos vão ser idosos? Não, mas a cada ano vai-se perder um pouco do que se tem de bônus.

Esse número que eu falei para vocês é muito importante: ao se comparar o percentual de idosos com o PIB, nós vemos que o Brasil tem uma taxa ainda pequena de idosos — marcada por esta área aqui. Então, são aproximadamente de 12% a 13% de idosos, e já se gasta — conforme esse quadro, que é antigo — 6% do PIB com aposentadorias, sendo que isso hoje — naquele outro quadro que eu mostrei —, ao se juntar os 8% do Regime Geral, mais 1% do RPPS, mais o valor de zero vírgula e alguma coisa dos militares, nós já estamos chegando à casa dos 9% — de 9% a 10%. Desse modo, nós já estamos com a mesma estrutura de gastos de todos esses países que têm uma população muito mais velha do que a nossa.

Vou falar rapidamente da trajetória das renúncias da seguridade e da Previdência, que cresceram muito.

Em relação às renúncias da Previdência, o valor que nós temos é de 57 bilhões, sendo que as principais rubricas são: o SIMPLES, as entidades filantrópicas e a desoneração da folha de pagamento.

É importantíssimo o que eu dizia sobre o problema de arrecadação, que envolve a sonegação — aquilo que a Receita Federal não conhece.

A Receita Federal fazia, até 2007, uma estimativa de sonegação. Parou de fazer essa análise. Em 2007, ela chegou à estimativa de que 70% do que se podia arrecadar com a contribuição para o benefício rural não era arrecadado.

Quanto à inadimplência, também existe uma estimativa da Receita de uma inadimplência de 32 bilhões para a Previdência, e para a seguridade, algum valor da casa de 10 milhões.

Em relação à gestão, nós vemos uma necessidade de melhora nesse quadro.

Em relação às contribuições da seguridade, havia uma inadimplência de 12,9% e, agora, ela é de 3,5%.

O mesmo não se observa em relação à Previdência: a inadimplência era de 7,6% e agora está na casa de 10,5%.

Em relação à dívida ativa, praticamente cinquenta e poucos por cento da dívida ativa total são créditos da seguridade e da Previdência. Nós temos, em 2017, 427 bilhões de reais de créditos previdenciários e uma arrecadação média anual de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1% disso, ou seja, algo como 4 bilhões de reais. É importante citar que 61% desses créditos têm mais de 5 anos de inscrição, o que dificulta a sua arrecadação.

Entre os 500 maiores devedores — nós fizemos algumas análises também —, 10% têm inscrição não ativa na Receita Federal; 9,2% já estão em recuperação judicial e falimentar.

Sanar deficiências na gestão são fundamentais para se resolver esse problema.

Nós falamos de arrecadação, que precisa melhorar, tanto no meio rural quanto na redução da inadimplência, na redução da sonegação.

Existe um problema em relação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social, identificado no Acórdão 1.749 do Tribunal de Contas, em que nós demonstramos que não está sendo feita a correta contabilização de algumas rubricas, entre elas os créditos previdenciários. Eles não estão no Fundo do Regime Geral; estão na PGFN. Deveriam estar neste Fundo, para garantir a transparência necessária.

Uma questão importantíssima, que eu também não estou vendo ganhar muito realce nas discussões, é a necessidade de uma unidade gestora para o regime próprio dos servidores. Fala-se muito em controle, mas hoje a União é o único ente que não tem unidade gestora do seu regime próprio. Não existe ainda — eu sei que é a intenção dos senhores — uma lei de responsabilidade previdenciária. Se se quer realmente mudar essa realidade, é preciso dar força para os órgãos de controle conseguirem fazer o trabalho. Hoje em dia isso não existe, e você tem esse desmantelo, principalmente entre Estados e Municípios.

Para finalizar, deixo uma mensagem. A Previdência usualmente precisa de ajustes no mundo inteiro, por conta das mudanças demográficas que ocorrem. Quanto mais se demora, mais imediata elas têm que ser e maior o custo social que elas vão ter que impor. Em havendo necessidade de se fazer esse corte, ele vai ser muito drástico no futuro, se ele não for feito de uma forma planejada.

A solução passa por essas três questões: trabalhar melhor a gestão; estudar a parte demográfica para conseguir planejar isso no médio e longo prazo; quanto à questão conjuntural, é fundamental o País crescer e aumentar a produtividade. Se nós vamos ter menos pessoas contribuindo para um sistema que é de repartição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

simples e se essas pessoas não tiverem uma alta produtividade, elas não vão conseguir financiar a nossa Previdência.

Era isso o que eu queria dizer.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Nós agradecemos muito ao Dr. Fábio pela sua exposição.

Vamos agora ouvir o Ministro do Planejamento, Dr. Dyogo Oliveira.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Bom dia, Srs. e Sras. Parlamentares, Deputados, Senadores.

Muito obrigado pelo convite.

É sempre uma satisfação vir à CMO, ainda mais quando o assunto é de tamanha relevância, como este que nós estamos tratando.

Os senhores têm acompanhado e sabem que eu venho fazendo continuamente declarações a respeito dessa matéria desde o ano passado, porque essa questão é fundamental para o crescimento do Brasil. Não vamos simplesmente achar que é uma questão fiscal, orçamentária, de números, de contabilidade. Não. A reforma da Previdência é fundamental para o crescimento do País.

Não existe País com crescimento e com desenvolvimento sem equilíbrio nas contas públicas — não existe! Quem propõe isso não tem base na realidade. Nenhum país deste planeta cresceu e se desenvolveu sem equilíbrio nas contas públicas. Isso é impossível, é irrazoável, é completamente descabido.

Nós não estamos tratando aqui de contas públicas, de números ou de contabilidade; nós estamos tratando aqui do futuro do Brasil — crescimento econômico, emprego e renda para a nossa população. É disso que trata a discussão que fazemos hoje aqui.

E, sobre isso, preciso dizer que o que o Governo tem feito está dando resultados claros, concretos, e já conseguimos recuperar a economia brasileira da maior recessão de sua história.

Não é trivial o que foi feito. Neste ano, já houve um crescimento acumulado do PIB de 0,6% em relação ao mesmo período do ano passado e teremos, até o final do ano, 1% de crescimento, depois de uma queda de mais de 7% do PIB nos 2 últimos anos. Neste ano, até outubro, foram gerados 302 mil empregos — não falo de subempregos nem empregos temporários, mas de empregos com carteira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assinada. Foram 302 mil, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — CAGED. Quando se nota que a taxa de desemprego caiu de 13,7% para 12,2%, verifica-se que pelo menos 1,5 milhão de pessoas conseguiram algum tipo de ocupação, mas aqui estou falando de 300 mil empregos com carteira assinada.

A inflação baixou. Este foi o menor nível de inflação: 2,8% até novembro, e com certeza fecharemos este ano com menos de 3% de inflação.

Quanto aos juros, temos a menor taxa de juros de todo o período do regime de metas de inflação: 7%, com tendência de queda. Vai continuar baixando.

E no que isso impacta? Impacta naquela variável que todos sempre contestam, que é a despesa do Governo com juros. O custo do financiamento da dívida pública caiu de 13,1% para 10,5%. Isso já representou uma economia de 87,8 bilhões de reais, quase 90 bilhões de reais de economia na despesa com juros.

Isso é resultado de uma política econômica correta e acertada. Não adianta querer baixar a despesa com juros no grito, na marretada. Despesa com juros se baixa com políticas econômicas corretas, que geram confiança, que geram credibilidade, que geram uma perspectiva de futuro sólida, consistente. Assim, quem está lhe emprestando dinheiro tem confiança de que você vai pagar, e a taxa de juros vai caindo.

Sabem quem empresta dinheiro para o Governo? A população brasileira, que coloca seu dinheiro na conta corrente, que coloca seu dinheiro na poupança, que coloca seu dinheiro num fundo de investimento. É esse o dinheiro que financia o Governo.

Quando falam nos credores da dívida pública, Deputada, as pessoas esquecem quem são os credores. Parece que são pessoas de outro planeta, mas não; são os cidadãos brasileiros os famosos credores da dívida pública — os cidadãos brasileiros!

Nós estamos agora em um momento particular, positivo. Estamos recebendo o prêmio reformas.

Este gráfico está mostrando qual é o juro futuro da dívida pública brasileira, comparado com o tamanho da dívida em relação à economia brasileira.

O que vemos? Historicamente, há uma proximidade; o juro futuro e a dívida bruta vão juntinhos, com algumas variações. Vejam o que acontece a partir de 2016:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o juro da dívida despenca, e a dívida continua subindo. Por que isso está acontecendo? Porque nós estamos discutindo reformas; porque nós estamos discutindo ações que melhoram a perspectiva da economia brasileira, que vão permitir que o Brasil cresça mais e que, portanto, tenha capacidade de pagar os seus compromissos. Isso faz com que o custo da dívida caia, enquanto o número real da dívida continue subindo — e subiu de 50%, há 4 anos, para 75%, atualmente.

Com a taxa de câmbio ocorre a mesma coisa. Por que a taxa de câmbio está controlada? Porque o Governo está agindo da maneira correta, adequada, para fazer a economia crescer. A dívida cresce, e a taxa de câmbio, que sempre foi ligada, amarrada, agora se descola.

Vejam o que acontece com o Risco País: a mesma coisa. Eu comparo o Risco País com o déficit nominal. Nós ainda temos um déficit elevadíssimo, de quase 160 bilhões de reais. E o déficit nominal é maior ainda, porque inclui todas as despesas com juros etc. O déficit nominal é de quase 9% do PIB, e, ainda assim, o Risco País cai. Por quê? Porque as pessoas estão acreditando que o País vai dar certo.

Mas isso pode mudar muito rapidamente, porque, assim como nós construímos um processo de confiança, ele pode ser destruído. Poucas decisões equivocadas podem mudar isso completamente. E quem vai pagar a conta? A população brasileira.

Aqui nós estimamos quanto cai a renda *per capita*, ou seja, a renda anual média de cada brasileiro, se os níveis de Risco País voltarem para os níveis que existiam antes do início das reformas.

Num cenário de risco mais elevado, em 3 anos, cada cidadão brasileiro perde 4.500 reais de renda. Por quê? Porque o PIB cai, porque a inflação sobe, porque o câmbio sobe, porque o desemprego aumenta. Por isso, a população perde renda. Mas qual população? Eu, que sou servidor? Não, Deputado; eu e o meu colega Floriano não vamos perder, mas a população comum vai perder, a população, que está lá nas ruas.

É importante passar esta mensagem para os Parlamentares que estão preocupados com a eleição. É evidente que todo Parlamentar está preocupado com a eleição. É evidente. Não eu, porque não sou político, não sou Parlamentar; eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tenho preocupações com isso. É importante dizer aos Parlamentares que os servidores representam 5% da população. Os outros 95% não são servidores.

A dívida, com a reforma, vai se estabilizar em cerca de 80% do PIB, o que é um nível elevado para um país como o Brasil. Você não pode comparar o Brasil com o Japão. O Japão tem 150% de dívida, mas tem uma taxa de juros de 0,5% ao ano, tem uma renda *per capita* de mais de 40 mil dólares por ano. Não dá para comparar. Os países semelhantes ao Brasil têm uma relação dívida-PIB de 40%, 50%, e nós já estamos em 75%, indo para 80%. Sem reformas, sem controle fiscal, sem ajustes, chegaremos a mais de 100% do PIB de dívida. Quem vai confiar o seu dinheiro a um país que deve 100% do PIB?

Bem, como eu mencionei, nós temos feito um processo de reformas, buscado trazer impactos concretos, reais, com base em ações efetivas na economia, melhorando os fundamentos da economia.

Garantir a sustentabilidade da Previdência melhora as contas públicas, e isso impacta diretamente a economia.

As expectativas fiscais possibilitam a queda das taxas de juros não só hoje, mas a longo prazo também. Menos juros significam mais investimentos.

A aprovação da reforma da Previdência possibilitará a geração de emprego e a elevação da renda, melhorando as condições socioeconômicas da população.

Segundo dados do IBGE, o bônus demográfico termina em 2024.

Economista gosta de complicar. Eu vou traduzir esse termo. Bônus demográfico significa o seguinte: é aquele período em que a população economicamente ativa vai aumentando em relação à população total. Ou seja, nós temos hoje mais adultos em atividade do que tínhamos 10 anos atrás, proporcionalmente, na população. Isso veio acontecendo até aqui e chegará até 2024. A partir dali, começa a cair essa proporção.

Esse é o mesmo número que o Floriano apresentou, é o mesmo número que o Marcelo apresentou; eu só estou traduzindo para uma linguagem mais simples.

Em 1980 existiam 13 adultos para cada idoso. Hoje, nós temos 9 adultos para cada idoso. Em 2060, serão 2,3 adultos para cada idoso. Ou seja, a proporção entre pessoas que estão contribuindo para a Previdência e as que estão recebendo da Previdência está mudando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É uma evidência concreta, e ninguém discute isso. É o mesmo número que foi apresentado. Só que quando você apresenta de um jeito ou de outro, parece que é uma coisa ou parece que é outra.

O Floriano disse que 60% da população será adulta. Sim, ela será adulta. O problema é que 27% da população será idosa. Então, a proporção, que era de 57% de adultos para 3,9% de idosos, passa a ser de 60% para 27%. Então, há uma mudança considerável. E nós não temos um sistema de capitalização. Nós temos um sistema de repartição, ou seja, as pessoas que trabalham hoje é que pagam os aposentados de hoje, e assim será em 2060. As pessoas que estiverem trabalhando em 2060 vão pagar os aposentados de 2060.

Por que temos que ter a reforma da Previdência? Por incrível que pareça, por vários fatores muito positivos, e nós todos contribuímos para que isso acontecesse. Primeiro, nós estamos vivendo mais. A expectativa de sobrevida do cidadão brasileiro cresceu consideravelmente. Segundo, porque estamos tendo uma renda melhor e, terceiro, porque mais pessoas estão afiliadas ao sistema. Há mais gente no sistema, o que é bom. Há mais formalização, as pessoas estão se aposentando, as pessoas estão ganhando mais e estão vivendo mais. Ninguém é contra nada disso. Pelo contrário, queremos que as pessoas vivam mais, ganhem mais e que haja mais pessoas na Previdência.

Mas é preciso que haja o dinheiro para pagá-las. E aqui eu chamo a atenção de todos os aposentados. Prestem atenção, porque essa reforma visa garantir o pagamento das aposentadorias de quem está aposentado, de quem pode se aposentar. Não é realidade, não é verdade, que vai acabar a aposentadoria, que será reduzido o aposento de quem está aposentado. Quem disse isso? É o contrário. As pessoas que mais deveriam defender essa reforma são exatamente os aposentados, porque isto aqui é o que vai garantir a aposentadoria.

Foi mostrado que há déficit para todo lado: na Previdência, na Seguridade Social. Isso está claro. Não há dúvidas. Mas nós temos que endereçar as questões, e a reforma que foi feita está bastante bem encaminhada.

Eu tenho mais 5 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Domingos Sávio) - Perfeitamente, Ministro. Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Cito um número muito importante que traduz as distorções do sistema. As pessoas que se aposentam ganhando um salário mínimo são exatamente as que se aposentam com mais idade. Elas se aposentam com 60 anos em média, o que quer dizer que muitas se aposentaram com mais de 60. As pessoas que se aposentam com seis a sete salários mínimos aposentam-se, em média, com 50 anos de idade. Essa é a realidade do sistema distorcido, distorcido, e quem a ele se opõe só pode ter um interesse: manter essas distorções. Só pode ser. Eu não consigo compreender.

Já se aposentam por idade 63,8% das pessoas, e, coincidentemente, são exatamente aquelas que ganham salário mínimo. As pessoas que ganham salário mínimo já se aposentam por idade. No Nordeste, esse número ainda maior: 85% já se aposentam por idade. Quem são esses outros 15%? Quem são? São aqueles que se aposentam com 50 anos de idade, os que ganham muito mais, que são os servidores públicos, que são os empregados de estatais, que são as pessoas que têm uma renda melhor. É o sistema que tira de quem ganha menos para quem ganha mais.

A reforma não mexe no Benefício da Prestação Continuada — BPC. A emenda aglutinativa, que está sendo preparada, preserva completamente o Benefício de Prestação Continuada, mantém o tempo mínimo de contribuição de 15 anos. Aquelas críticas que foram feitas foram sanadas.

Das aposentadorias, 63,7% ganham salário mínimo, como eu já disse, e 63,8% se aposentam por idade. Portanto, há uma confluência. Os que se aposentam por idade ganham salário mínimo. E, no Nordeste, 87% ganham um salário mínimo — 85% se aposentam por idade, 87% ganham um salário mínimo. Pelo que está previsto na reforma, nenhum benefício pode ser menor do que o salário mínimo. Então, todo mundo vai ganhar o salário mínimo. Não há discussão.

E aqui o principal: regra comum para todo mundo — Deputado, Senador, juiz, servidor público. Todo mundo vai ter uma regra comum de idade, regra de cálculo e de limite do teto. Justiça, simples assim.

O que é grave é o seguinte: diz-se que o trabalhador brasileiro trabalha 3 a 4 meses só para pagar imposto, o que é verdade. O que não se diz é que, desses 4 meses, 60% são usados só para pagar a Previdência, ou seja, o Brasil está trabalhando para pagar a Previdência e não está tendo recurso para investir no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

futuro do País, na infraestrutura, em ciência e tecnologia, na saúde, na educação. Não está tendo. Mas por quê? Porque 60% estão indo para a Previdência.

Vejam a comparação com outros países. A linha verde é a linha do gasto com Previdência na maioria dos países. Não dá nem para comparar! Enquanto o Brasil está gastando quase 60%, os outros países gastam 20%.

Por fim, há a questão do déficit, que já ficou clara aqui. Eu separei a receita da Previdência e da Seguridade Social. Então, vejam: receita da Previdência, 391 bilhões; receita da Seguridade Social, 613 bilhões. Despesa da Previdência, 618 bilhões de reais. Então, há uma receita de 391 e uma despesa de 618, conforme dados referentes a 2016, que coincidem com os dados que já foram apresentados. E a Seguridade Social tem uma receita de 613 bilhões e uma despesa de 871 bilhões. Portanto, há um déficit na Previdência de 227 bilhões; e, na Seguridade Social, de 258 bilhões.

Mas de onde vem essa metodologia, esses números que eu estou apresentando? Da Constituição e da Lei Orçamentária Anual. Cada um pode fazer a metodologia que quiser, mas estão aqui o TCU, a CGU, Lei e a Constituição para dizerem como é que se faz essa conta. Você pode discordar da Lei, o que você não pode fazer é o que não está nela. E o que está na Lei é um orçamento da Seguridade Social com um fragoroso déficit.

Mesmo que se retire a DRU... E por que nós estamos tirando a DRU? Nós estamos tirando a DRU devido ao que o próprio Fábio mostrou há pouco. O que nós estamos colocando de volta na Seguridade Social é muito maior do que a DRU.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que a DRU?

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Por isso é que nós a estamos tirando a DRU da Seguridade Social. A DRU não faz sentido na Seguridade Social. Ela faz sentido nas outras receitas de outras vinculações que existem, mas não na Seguridade Social. Então, está claro isso, mais uma vez.

Eu queria pedir que olhassem as páginas 48 e 49 do livro que a própria ANFIP distribuiu, porque agora eles atualizaram para 2016. A versão anterior, no último debate que nós tivemos, ainda não constava o ano de 2016, só constava 2015.

Primeiro, Previdência. Está lá: *"Receitas da Previdência"*, a receita previdenciária. Na primeira linha da tabela está escrito que a despesa da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Previdência em 2005 foi de 146 bilhões de reais. A receita da Previdência em 2010 foi de 211 bilhões. A despesa da Previdência em 2010 foi de 254 bilhões de reais, e assim vai... Esse é o número da ANFIP. Embora a metodologia para as outras coisas não esteja correta, está aqui o número.

Mesmo quando fala da Seguridade Social — atualizou para 2016 —, ele já mostrou 57 bilhões de déficit. Qual é a projeção para 2017? Déficit de novo! E para 2018? Também! E para 2019? Também! É déficit, déficit, déficit...

Sras. e Srs. Parlamentares, como é que nós vamos solucionar isso; como é que nós vamos governar um país; como é que nós vamos construir o futuro do nosso País com déficit, déficit, déficit? É preciso fazer reformas.

E aí dizem: "*Mas é só acabar com a sonegação. É só acabar com a sonegação que está tudo resolvido".* Como é que se acaba com a sonegação? A Receita Federal tem 30 mil servidores. A AGU tem 3 mil advogados. Todos estão cobrando dívidas da União, cobrando ações na Justiça, autuando. Só o CARF tem 600 bilhões de reais em autos de infração sendo discutidos. E a dívida ativa? Há 400 bilhões de dívida ativa. Isso é moeda podre de empresa falida, empresa da qual não adianta cobrar porque ela não tem patrimônio! O que se consegue cobrar dá 1% ao ano desse estoque!

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Ministro, mas eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Deputado Danilo, por gentileza, o Ministro está concluindo, e depois nós vamos entrar... Imediatamente vou inscrevê-lo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu só queria dar uma ideia para diminuir a sonegação. Não pode um processo passar 11 anos no CARF para depois entrar no processo judicial; assim não pode, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Vou pedir ao Ministro, até porque o tempo já se esgotou... Já estou inscrevendo V.Exa. É importante a sua colocação.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - O que eu quero deixar claro é o seguinte: o Governo está combatendo continuamente, diuturnamente, a sonegação. Os auditores são prova disso, porque são eles que vão lá e autuam, aplicam multa, vão ao CARF e tudo mais. Isso está sendo feito todo dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas nós temos um sistema administrativo de recursos, nós temos a Justiça. Trata-se de leis, senhores, que foram aprovadas por este Congresso Nacional e por este País e que estão em vigor. Podemos mudá-las? Até acho que devemos. Mas isso não pode ser escusa para nós nos confrontarmos com a realidade.

Então, se a sonegação não existisse, sim; mas ela existe. Se ninguém questionasse os autos de infração, sim; mas é um direito do contribuinte questionar. Nós vamos tirar do contribuinte o direito de questionar os autos? É isso que se propõe? É evidente que não.

Então, a nossa, digamos assim, inquietação é a realidade que nós temos, comprovada por vários órgãos. Você pode chamar, numa audiência aqui, cem economistas deste País, e provavelmente 95 deles vão confirmar tudo isso que foi dito hoje.

Eu acho que o momento é de decisões difíceis. Eu sei que os Parlamentares vão enfrentar eleição ano que vem, mas asseguro que é muito melhor enfrentar uma eleição — inclusive, eu digo isso para quem pretende governar o Brasil no futuro — com essa questão resolvida. É muito melhor!

O Governo assumiu o desgaste de fazer isso. Este Governo assumiu isso, por que será? Não é porque este Governo gosta de ter desgaste — imagino —, é porque a realidade é esta. Cada vez que nós mostramos os números e enfrentamos as dificuldades, os números ficam claros, e o Governo sabe que não há outro jeito, não há outro caminho. Se houvesse, eu acredito que se buscaria um caminho mais fácil, mais tranquilo. Mas não há. Este Governo teve a disposição de enfrentar este que é um dos maiores problemas, um dos maiores entraves do nosso País.

Eu acredito que, para todos, será muito melhor passar o ano que vem com essa questão resolvida do que tratar disso num ambiente político conturbado e conflagrado. Inclusive, falo isso com alguns colegas da Oposição, porque acho que, se os senhores têm um projeto de governo, eu acho que querem governar um país que tenha as contas arrumadas e ajustadas.

Agradeço mais uma vez e peço escusas por alongar a exposição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Agradeço, Ministro Dyogo, que também esteve dentro do tempo, com a tolerância natural concedida a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós vamos iniciar o debate, e eu proponho que nós atuemos na mesma linha que tivemos em todas as audiências. Faremos três intervenções e, na sequência, a resposta dos Ministros. Vocês estão de acordo com fazermos assim?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Posso sugerir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Pois não, Deputada Laura.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Agora são 13 horas. Se nós falarmos de três em três, nós vamos entrar no tempo da reunião da Comissão de Orçamento, que se inicia às 14 horas.

As perguntas, eu diria, são quase iguais. Se se fizer só pergunta e não declaração de vontade, nós poderíamos fazer todas as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Todas as perguntas?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Perguntas! Não é ilação, são perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Estão todos de acordo?

Então, nós vamos abrir a palavra...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Defina o tempo, e cada um fala o que quiser, porque tem que perguntar praticamente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - É claro, o tempo de 5 minutos vai ser assegurado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu quero desmentir e desmoralizar esse discurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - O tempo de 5 minutos está assegurado a cada um. Apenas nós vamos estabelecer que os convidados façam as anotações e ao fim se manifestem.

Nós vamos iniciar com o Deputado João Daniel.

Com a palavra o Deputado João Daniel.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - V.Exa. poderia dizer que Deputados estão inscritos, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Sim. Deputado João Daniel, Deputado Jorge Solla, Deputada Pollyana Gama, Deputado Claudio Cajado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Deputado Bohn Gass, Deputado Zé Carlos, Deputada Laura Carneiro, Deputado Darcísio Perondi, Deputado Edmilson Rodrigues, Deputado Danilo Cabral e Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MAIA FILHO - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a minha inscrição, Deputado Maia Filho, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Perfeitamente, Deputado Maia Filho.

O Deputado João Daniel é o primeiro. Como ele não está presente, o Deputado Jorge Solla está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Sr. Presidente, só há um probleminha: eu pedi inscrição antes dos dois Deputados. Mas, sem nenhum problema aqui, fica a ordem que está mesmo. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - V.Exa. vem logo na sequência, depois do Deputado Bohn Gass. A assessoria me trouxe...

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Eu pedi inclusive antes, mas não há problema nenhum.

Deputado Bohn Gass, tenha a bondade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu também pedi.

Vamos em frente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Agradeço a compreensão.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu acho que, antes de qualquer coisa, tem que ficar claro que, por trás de todo esse debate, de todos os números e de todos os diagnósticos, há uma discussão maior, que é: qual é o País que nós queremos? E aí há um confronto claro entre os que defendem um Estado de Bem-Estar Social, em que a prioridade do Orçamento público tem que garantir a vida das pessoas, tem que garantir investimentos em saúde, tem que garantir investimentos em qualidade de vida, e aqueles que acham que o Estado deve servir apenas para garantir o privilégio da elite econômica e, para isso, tem que preservar o Orçamento público para assegurar os lucros, o rentismo, os interesses da elite do País, mesmo que a maioria da população se exploda, mesmo que a maioria da população perca a sua saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mesmo que a maioria da população perca os seus direitos. É esse o debate que está por trás.

E vocês não deram um golpe de Estado para preservar direitos de população nenhuma! Vocês deram um golpe de Estado, tiraram uma Presidenta honesta e botaram uma quadrilha no poder para preservar os interesses da elite econômica deste País. Tem que ficar bem claro quem foi que financiou o golpe. É esse o pano de fundo.

E quando vamos discutir o orçamento da Seguridade Social, jogam de lado conceitos-chaves. Nenhum país desenvolvido, Ministro Dyogo, banca a Previdência só com as contribuições dos trabalhadores e dos empresários. A média da Europa é bancar 45% do custeio da Previdência com impostos, o senhor sabe disso. Essa média varia de 33%, na Alemanha, a 75%, na Dinamarca. E vocês querem que o Brasil banque a Previdência só com a receita das contribuições de trabalhadores e empresários?

Não cabe em nenhuma consciência que isso seja possível, quanto mais com o modelo de país que vocês estão fazendo acontecer. Ao destruir os direitos trabalhistas, ao reduzir a contribuição previdenciária, ela vai cair. Se menos trabalhadores contribuem regularmente, se o trabalho intermitente vai prevalecer, se o pagamento por hora vai prevalecer, a contribuição previdenciária vai se reduzir.

Então, vocês estão reduzindo a capacidade de um modelo impossível de ser praticado. Se esse modelo não se sustenta só com as contribuições de empregados e empregadores, ele se sustentará menos ainda no cenário de baixa empregabilidade formal que os senhores estão criando neste País. Esse é o primeiro aspecto.

Em segundo lugar, os diagnósticos juntam o financiamento da Previdência urbana com a rural. É bom lembrar que a urbana só teve déficit em 2016. Então, não dá para querer compensar o financiamento da Previdência rural com o financiamento da Previdência urbana. A DRU eu nem vou comentar mais, porque tirar 30%... Já tirava 20%, agora vai tirar 30%. Os dados da ANFIP são muito claros: 52 bilhões de reais por ano; em 12 anos, 630 bilhões de reais. O déficit do fluxo de caixa se deu muito mais recentemente.

A ANFIP trouxe um dado interessante relativo a esse debate população economicamente ativa *versus* população não economicamente ativa. Isso é central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando falamos de um Estado de Bem-Estar Social, estamos falando de uma população que está em atividade econômica e de um conjunto da população que tem — não é "pode", não, Sr. Ministro — que ser acolhida e assistida pelo Estado. Estou falando de crianças e idosos. Esse é um debate importante.

Não dá para assumir três discursos que vocês estão fazendo: o discurso da fé no mercado; o discurso do medo de que não vai haver como pagar a Previdência — estão preocupados até com a aposentadoria de Temer, se vai ter dinheiro para pagar a aposentadoria dele, precocemente aposentado —; e o discurso de execração dos servidores públicos, como se fossem privilegiados.

Se vocês estivessem preocupados com os privilégios do serviço público, não deixariam os militares de fora; não estariam negociando pelos corredores com o Judiciário. Estão negociando com o Judiciário para deixá-lo de alguma forma protegido e vão me dizer que a culpa é dos professores, é dos trabalhadores da saúde, é dos servidores do Executivo. Esses são os "privilegiados". É muito interessante esse processo.

Acho que é importante nós entendermos quais são as vantagens e por que este Governo está tão empenhado nisso: porque quer aumentar o mercado da previdência privada. Até a BRASILPREV já está anunciando produtos para ocupar esse espaço. Ela já aumentou a captação da previdência privada só com o debate, Deputada Laura, imagine quando isso for aprovado.

O discurso é claro. Os senhores estão dizendo a um trabalhador que ganha um pouquinho melhor. *"Não dependa da Previdência pública. Faça seu plano de capitalização"*. Esse é o alvo principal: é gerar um mercado gordo para a previdência privada. Esse é o interesse.

O outro interesse, é claro, é igual ao da Emenda 95: diminuir os gastos públicos que vão para a população — especialmente o da Previdência, que é o maior —, para sobrar mais dinheiro para os senhores pagarem mais juros, aumentarem os lucros daqueles que os ajudaram a dar o golpe de Estado.

Obrigado. *(Palmas na plateia.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada, Deputado Solla.

Concedo a palavra à Deputada Pollyana.

V.Exa. tem 5 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. DEPUTADA POLLYANA GAMA - Primeiramente, eu gostaria de expressar aqui que tenho considerado muito os estudos de várias partes que chegam até mim — Governo, associações, institutos —, e algo me chama a atenção. Nós precisamos de fato olhar isso de frente.

Quando eu ouço algumas Lideranças colocarem que nós não temos que considerar a questão da população que está nascendo *versus* a expectativa de vida que nós temos, isso de fato me preocupa.

Eu pergunto a todos aqui, aos Deputados, aos servidores — eu sou servidora pública também, professora da rede municipal de ensino da minha cidade: quantos de nós aqui temos mais de quatro filhos? Alguém tem? *(Pausa.)* Mais de três filhos, por favor? *(Pausa.)* Dois filhos? *(Pausa.)* Um pouco mais. Um filho? Quantos não têm filhos? Dá tempo ainda. *(Risos.)*

Esse é um exercício que eu coloco muitas vezes para nós observarmos que isso é uma realidade. Nós temos, num futuro muito próximo, essa situação de haver mais gente que vai precisar do sistema de Previdência e menos contribuintes.

Houve um dado também que me chamou a atenção durante a reforma trabalhista: o fato de haver aproximadamente 138 milhões de brasileiros em idade de trabalho; com carteira assinada, apenas 38 milhões. E esses 100 milhões de brasileiros? Como ficam? Quando completarem a idade, a Previdência vai ter que dar assistência a eles também. Tudo isso passa pelas minhas indagações e reflexões.

No entanto, observo pela exposição do próprio Tribunal de Contas da União pouca transparência nos gastos com militares inativos. Observo também uma situação que não me convenceu ainda, que é o motivo por que não se acumularem as pensões até o teto da Previdência. Essa é uma situação que também me preocupa pelo fato de eu ser professora — e professora pública —, que não está entre os privilegiados. A média de salário de um professor público no Brasil, pelos dados que nós temos, é de 3.300 reais. Na iniciativa privada, a média é de 2.950 reais.

Eu olho para uma situação em que se propõe adequar a idade mínima para professores em 60 anos, tanto de homem quanto mulher, uma profissão que é essencialmente exercida, na maior parte, por mulheres. De mais de 1,9 milhão de professores no Brasil, 1,5 milhão de mulheres estão exercendo a profissão, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sua dupla ou com a sua tripla jornada. Iguala-se a idade entre professores e professoras. No restante, nós temos a diferenciação da idade: 65 anos para homem e 62 para mulher; mas para professores, não.

Então, acho que fica um pouco desconectado da coerência um discurso com que se busca dizer que estamos todos num grande esforço pelo desenvolvimento e sustentabilidade do nosso País. Isso também passa por uma política educacional. Se quisermos avançar no desenvolvimento do nosso País de fato, em termos de competitividade perante outros países, precisamos valorizar a educação, e isso exige a valorização dos seus profissionais.

A situação do nosso País é que a maior parte dos nossos jovens não quer ser professor, em virtude da desvalorização social. Eu sei que eu trago aqui outra questão dentro da discussão da Previdência, mas eu estou preocupada com a questão da sustentabilidade do País também, com a formação dos profissionais, que passa pelos professores.

Por que saltar a idade mínima das professoras, que hoje é 50 anos, para 60 anos e a dos professores homens de 55 anos para 60? Por que não se mantém, então, essa diferença que é existente hoje? Só quem é professor sabe como é. Se juiz chegou aonde chegou; se Deputado chegou aonde chegou; se todos aqui — ministro, general, coronel — chegaram aonde chegaram, foi porque passaram por um professor.

Quando dizer que se valoriza o professor neste País vai ser de fato prática e atitude? Aliás, vai deixar de ser discurso para ser prática e atitude? Pode parecer o seguinte: *"Você está falando isso, Pollyana, porque você é professora"*. Não, eu digo isso porque eu sou professora, fui aluna de escola pública, sou professora de escola pública e entendo que a situação do professor do Brasil precisa ser considerada nesta discussão da Previdência, não pode ser deixada de lado e não pode ser tratada dessa forma.

Se passamos para 60 anos... Tudo bem, foi apresentada a regra de transição, mas realmente não me convenci ainda a respeito deste ponto, sabendo da realidade que o professor vive hoje no Brasil. Nós não conseguimos nem implantar a lei de um terço em toda a Nação brasileira, para conferirmos o trabalho, as atividades dos professores — preparo de aula, correção, atendimento aos pais. Quantos professores levam trabalho para casa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu gostaria que isso fosse considerado. Acredito que há possibilidade.

E quero dizer o seguinte: o professor não é privilegiado. A maior parte é professor público. O professor tem prestado um serviço de grande valia para a nossa população, com todas as dificuldades pelas quais tem passado. Sabemos que a qualidade precisa melhorar muito, mas é preciso ter um reconhecimento por parte do Governo neste sentido. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada.

Eu vou pedir aos Deputados... É difícil para mim — todo mundo sabe como eu sou — tirar a palavra das pessoas. Mas, se cada um falar por 10 minutos, não vamos chegar ao final nunca. E temos uma reunião da Comissão às 14 horas.

Deputado Claudio Cajado, V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sra. Presidente Laura Carneiro e demais companheiros do Parlamento da CMO; Sr. Ministro Dyogo Oliveira; Sr. Floriano Martins, Presidente do Comitê Executivo da ANFIP; Sr. Fábio Granja, Secretário de Fiscalização da Previdência Social do TCU; Dr. Marcelo Caetano, Secretário da Previdência Social, meus cumprimentos.

Eu ouvi atentamente as explicações, as explanações dos expositores, e digo que, no nosso caso, como Parlamentares que somos, eu, que sou bacharel em Direito, aprendi que contra fatos não há argumentos. A retórica do discurso, no Parlamento, é natural. Mas o fato é que foi mostrado que há um déficit na Previdência. E ainda que ideologicamente nós discordemos do Governo, discordemos do Ministro, o técnico do TCU, no mínimo, me parece ser uma pessoa imparcial, porque os números que foram mostrados atestam claramente que há um déficit, que a receita não cobre a despesa e que, se continuarmos com esta situação, nós vamos ter problemas mais graves do que os que estamos tendo.

Então, eu poderia entender os meus colegas que discordam da necessidade da reforma, por problema político-eleitoral ou por problemas relativos ao modo como se pode fazê-la. Mas gostaria que indicassem como resolvermos o déficit, porque assim a discussão ficaria mais objetiva. Teríamos um debate — como, aliás, foi proposto — no intuito de, colocada a situação, definirmos como resolveremos este problema.

Esse não é problema do atual Governo. Esse é um problema do Governo passado — tanto que o Presidente Lula fez uma reforma —, é um problema do atual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Governo e será um problema do futuro Governo, seja ele qual for. Aliás, o Ministro Dyogo até disse isso.

Então, eu queria apenas deixar colocado que a necessidade da reforma é clara para mim. Não há discussão sobre isso. E a forma como ela poderá se dará, como poderá ser feita, é que penso que devamos debater, discutir. Essa é a responsabilidade que todos nós, que possuímos mandatos, temos.

Eu aprendi que, na política, não se deve apenas dizer o que as pessoas querem ouvir, mas o que as pessoas precisam ouvir. E ter essa responsabilidade no exercício do mandato nunca é tão fácil quanto parece.

E se, Ministro Dyogo, o grande opositor da reforma for a ANFIP, ou pelo menos se os dados que são mostrados claramente estiverem certos na atualização, ao colocar esta posição na fala, quero fazer também uma pergunta. Eu gostaria de saber se os números que o Ministro expôs, que a própria ANFIP reconhece como deficitários hoje ao atualizar os dados, procedem ou não.

E, por outro lado, se o próprio TCU confirmar que a Previdência é deficitária, gostaria de saber se esses números foram cotejados com o próprio Governo, se foram tirados da ANFIP, ou seja, devemos deixar claros se os números são ou não verdadeiros, porque essa discussão ideológica, no caso de matemática, não pode proceder! Não pode!

Há um problema? Há. E quem é contra resolve como? Qual é a sugestão? Qual é a solução que se dá?

Então, eu gostaria que essa objetividade fosse tida não apenas aqui, na Comissão de Orçamento, mas também lá no plenário, porque o Presidente Rodrigo Maia vai pautar esta matéria, queiramos ou não. Ele é o Presidente e pode fazê-lo, inclusive com a anuência de vários Líderes partidários. E a discussão começa nesta quinta-feira já. Depois de amanhã começa o debate sobre a Previdência. Se vamos ter número para votar, se vamos ter o quórum para procedermos ao processo de votação, isso é outro problema, mas é importante ela seja pautada e que nós comecemos a discutir, sim, porque a população desconhece os números.

Eu recebi aqui, Sr. Ministro — não deu tempo de ler, mas eu vou lê-lo —, o *Bate-pronto da Previdência*. Eu acho que todos nós teríamos que ler esse documento elaborado e fazermos uma discussão, uma autocrítica. O que procede e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o que não procede? E, em cima disso, nós nos posicionaríamos de forma clara, independentemente do momento eleitoral que se aproxima no ano que vem.

Eu quero dizer uma coisa: os números da sua exposição, o fato de nós estarmos hoje com o câmbio sob controle, estarmos com a inflação com o índice mais baixo dos últimos anos, com o Risco Brasil baixo, tudo isso não é a banca que diz.

Quando eu entrei na Câmara, eu ouvia uma discussão infértil sobre a globalização: *"Isso é um absurdo! Não podemos aceitar a globalização!"* Talvez, Sr. Ministro, os mais antigos — até que minha cara engana a idade — possam se lembrar dessa discussão infértil sobre a globalização. Muita gente era contra a globalização, e ela se impôs como um fato de que é impossível se distanciar. Ocorre a mesma coisa agora.

Vamos discutir de forma séria, de forma absolutamente construtiva, para que o debate se aprofunde e cheguemos a uma solução ou vamos deixar que os fatos não se mostrem imperativos sobre o futuro que se aproxima?

Antevendo a agonia da nossa Presidente Laura Carneiro por causa da reunião que teremos agora, às 14 horas, eu apenas queria deixar isso claro, além da minha pergunta. Se eu puder ter a resposta, eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sra. Presidente, Sr. Ministro, senhores debatedores, senhor representante da ANFIP, colegas Deputados, o Governo faz um esforço gastando muito dinheiro, que falta em outras áreas, para passar a seguinte ideia para população: estamos combatendo privilégios. Essa é a imagem que o Governo quer passar, e ela é mentirosa.

Eu vou usar um dado que o próprio Ministro Dyogo usou aqui. Ele apresentou um gráfico que mostra que, com 60 anos de idade, em média, as pessoas se aposentam com um salário mínimo, aí ele pulou para o último gráfico que traz a média de 6 a 7 salários mínimos e em que as pessoas se aposentam com 50 anos, em média. Mas ele pulou um outro gráfico que mostra as pessoas, Sr. Ministro, que se aposentam com até 2 salários mínimos e com 57 anos, em média. Eu não acho que quem recebe até dois salários seja privilegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Depois S.Exa. pulou o gráfico que mostra os que se aposentam com 2 a 3 salários mínimos, com idade de 56 anos, em média. Eu não acho que quem recebe até três salários seja privilegiado. E pulou também o gráfico que traz os que se aposentam com 3 ou 4 salários mínimos, com 54 anos, em média. E ainda tem o gráfico dos que se aposentam com 57 anos, recebendo de 4 a 5 salários mínimos.

É bom que mostremos tudo, porque, para esses que recebem salário mínimo, sabem o que o Governo está propondo? Esse, que recebe salário mínimo e tem 60 anos para se aposentar, esse privilegiado, para o Governo, vai ter que trabalhar até 65 anos. É isto que o Governo propõe: 62 anos para a mulher e 65 para o homem.

É bom lembra que Temer queria colocar 65 para todos, mas, depois que houve um movimento social, isso foi revisto e a idade das mulheres ficou em 62 anos. Mas Temer queria, se pudesse, jogar para 70 anos. Queria inclusive mudar a idade para quem recebe o BPC, que hoje está fora, para assistência social. Essa é a maldade do Temer. Então quem recebe BPC seria privilegiado!

Eu estou aqui falando de pessoas. Ontem eu fiz um *live* na Internet, e Edith, de São Paulo, com 53 anos de idade e 23 anos de contribuição, participou preocupada, assim como o Ednaldo, de Pernambuco, com 54 anos de idade e 34 anos de contribuição, a Vivian, com 57 anos e 28 anos de contribuição. Todos entraram querendo saber: Deputado, como vai ficar minha aposentadoria? Bom, eu tive que informar: pelo que propõe Temer, a senhora que tinha 29 anos de contribuição e ia se aposentar no ano que vem, vai se aposentar daqui a 11 anos. Daqui a 11 anos! Deputada Laura, é disso que nós estamos falando. A mulher, com 29 anos de contribuição e que ia se aposentar no ano que vem, vai se aposentar daqui a 11 anos. O homem, com 34 anos de contribuição e que ia se aposentar no ano que vem, não! Temer está dizendo que não, que ele recebe um salário mínimo, por isso é um privilegiado e vai ter mais 6 anos de trabalho. E já colocam um gatilho que, automaticamente com a sobrevida, vai aumentar a cada ano.

Por isso eu quero parabenizar o Tribunal de Contas, que foi citado aqui e em cuja imparcialidade eu acredito. Ele disse que os cálculos do Governo estão errados. O Tribunal de Contas está dizendo isto: os números do Governo estão superdimensionados ou subdimensionados. Na verdade, esse é o debate que nós estamos fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero aqui dizer muito claramente que a reforma da Previdência, o déficit... O Deputado Claudio Cajado sugeriu de onde tirar o dinheiro. Eu tenho uma sugestão concreta: enterrou com a votação que o Senado fez há poucos dias, porque hoje estamos aqui discutindo milhões, e lá estão se entregando trilhões de reais! Trilhões estão sendo entregues lá no Senado nesse momento, com a votação da Medida Provisória nº 795, que é a da medida provisória da Shell. *(Palmas.)*

Na verdade, se nós não estamos mais taxando quem vai vir para cá, se nós estamos tirando o PIS e o COFINS, faltará dinheiro na seguridade. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil — ANFIP disse claramente isso. Por isso eu confio nos dados que a ANFIP está apresentando.

O que nós precisamos fazer? Nós precisamos pensar nas pessoas. E o que o Governo está fazendo? O Governo está jogando quem tem salário pequeno, quem tem salário baixo, para se aposentar com 65 anos. Automaticamente vai subir mais. O Governo está fazendo com que o cálculo de contribuição rebaixe. Pessoal, o benefício das pessoas não vai ser mais a média das 80% melhores contribuições. Vocês podem me confirmar depois. Qual é a proposta? É a média integral. Então, vai rebaixar o cálculo! É bom que as pessoas calculem. E ainda vai levar as pessoas a contribuírem mais.

Eu vou dizer quem é o privilegiado que o Governo quer atacar. Agora eu vou dizer: o filho do trabalhador vai entrar no mercado de trabalho aos 16 anos de idade. Para ele chegar a 65 anos, ele vai trabalhar 49 anos! Mas quando ele chegar a 65 anos, não será mais 65 anos, porque há um gatilho que aumenta na sobrevida, vai ser 67 anos, 68 anos. Ele vai trabalhar mais de 50 anos.

O filho do rico vai fazer uma faculdade e entrar no mercado de trabalho. Vai migrar para quê? Para acabar com a Previdência pública. Temer quer acabar com a Previdência pública. Quem no Brasil está a favor desta reforma? Responda-me. O Governo; o banqueiro; a mídia, que está ganhando fortunas para mentir; o setor privado. Há alguém da sociedade a favor, além desses órgãos? Ninguém!

Temer está agradando banqueiros! A mídia está mentindo porque está ganhando dinheiro! E o povo, gente? Estou falando das pessoas acima de 65 anos que não vão se aposentar, que vão ter que trabalhar 40 anos. Eu nem estou falando, pessoal, da reforma trabalhista, porque trabalho intermitente, aquele que não rende

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para a Previdência até um salário mínimo, não será contabilizado para a Previdência.

O Governo quebra a Previdência e a culpa é do trabalhador? E o discurso é que está querendo tirar privilégios! Eu não posso aceitar, de forma alguma, essa situação!

Por isso, obviamente, nós somos contra. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Com a palavra o Deputado Zé Carlos.

Eu vou pedir ao Deputado Domingos Sávio que assuma a Presidência, porque depois de V.Exa. sou eu. E eu não quero fazer as perguntas como Presidente.

O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS - Obrigado, Deputada.

Em nome de V.Exa., que está na Mesa ainda, quero cumprimentar todos os congressistas e os convidados presentes, a imprensa e os nossos companheiros da Casa.

Ministro, V.Exa., na sua fala, fez duas assertivas com as quais eu concordo. A primeira que se trata de equilíbrio de contas públicas. E a segunda, que as nossas taxas de juros são as menores.

Obviamente eu não posso discordar disso. Entretanto, eu discordo das intenções. E digo a V.Exa. o porquê. Primeiro, há controvérsia na questão de a Previdência ser deficitária ou não. A controvérsia é grande. E esse estudo que está sendo feito dessa deficiência que o Governo prega é em virtude do cálculo atuarial? É isso? Ou é deficiência de gestão?

O nosso Secretário Fábio, na sua última fala, disse que é preciso ter eficiência de gestão. Então, antes de qualquer coisa, há que se ter uma diferença entre causa e efeito.

O companheiro Deputado Jorge Solla já disse claramente como os países da Europa que foram citados como exemplo tratam a questão da Previdência. O Brasil não pode, no intuito de retirar direitos dos trabalhadores, querer tratar a relação de equilíbrio das contas da Previdência apenas com arrecadação. Isso não é o que os países evoluídos fazem, não é o nosso caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, concordo com a assertiva de que não é só uma questão da Previdência, mas do equilíbrio de contas do País. No entanto, a intenção do Governo é retirar direitos, sem dúvida nenhuma.

Com relação a taxas de juros, é verdade. Por que temos as menores taxas, Ministro? Porque o povo não pode comprar. Não é porque o País está em franco desenvolvimento e equilíbrio geral que as coisas não aumentam. A inflação não aumenta porque o povo não pode ir à rua comprar.

Em qualquer sinal de trânsito em que paramos se vê o que não havia antigamente: pedintes vendendo bombom ou pedindo esmola, porque não há emprego neste País. Portanto, a questão é de causa e efeito.

Na contramão de tudo isso, no equilíbrio de contas, o Governo opta por retirar direitos dos trabalhadores e, na contramão e em contradição, apresenta esses pacotes de bondades que aqui já foram citados. Eu cito aquele, negociado na primeira denúncia do Temer com a bancada ruralista do qual quase 10 bilhões foram da Previdência. Refiro-me também à mesma bancada daqueles que têm dívidas por crimes ambientais. Aqui o Deputado Bohn Gass falou recentemente da MP da Shell.

Temos que ter consciência de não confundir causa e efeito e não retirar direitos como soluções para fortalecer os direitos adquiridos.

O Deputado Claudio Cajado fez uma provocação correta a todos nós, e deve ser feita mesmo, a quem contesta essa forma de agir. E eu posso fazer, com todo respeito a V.Exa., Deputado Claudio Cajado, não só uma, como o Deputado Bohn Gass diz, mas três sugestões.

A primeira delas, como já disse, é fazer como todo país europeu desenvolvido faz, ou seja, equilibrar as contas da Previdência com recurso do Governo e não apenas com arrecadação. A segunda, como foi dito aqui pelo Secretário Fábio, é a gestão correta e eficiente das contas públicas do Governo, não só da Previdência. E a terceira é acabar com os pacotes de bondades.

Não se pode conceber que se corte dinheiro da educação, que se corte dinheiro da segurança, que se corte dinheiro da saúde e que se paute nesta Casa esta imensidão de pacotes de bondade do Governo para se segurar no poder e ter seus corpos fora dos presídios.

É isso o que este Governo não pode fazer, e que a bancada que preza o trabalhador, que respeita esse povo não pode aceitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu faria duas perguntas a V.Exa., mas pelo adiantado do tempo não quero prejudicar os demais Deputados que estão inscritos, até porque temos reunião da CMO já marcada para às 14 horas.

Agradeço a V.Exa. a gentileza de ter vindo, já que muitos do seu Governo não têm a coragem de vir aqui encarar a nossa bancada. V.Exa. teve, mas não posso concordar com as intenções que estão por trás dessas ações deste Governo golpista.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Agradeço ao Deputado Zé Carlos por ter ficado dentro do limite do seu tempo.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, ainda é possível a inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Perfeitamente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu queria começar dizendo que fiquei com pena por não ter ouvido os representantes da ANFIP, mas feliz por ter ouvido o Fábio, e claro, não menos, o Ministro e o Marcelo.

Eu não tenho dúvida de que existe um déficit. Eu não tenho dúvida da responsabilidade que esta Casa tem de achar uma solução, mas tenho outra dúvida. Eu queria que cada um de nós aqui tentasse se colocar no lugar de algumas figuras da população. Por exemplo, no lugar daquele cidadão que é funcionário público, que eventualmente sofre de uma doença degenerativa, e, a partir de agora, eu digo a ele: "*Companheiro, você que se vire. Você não pode mais se aposentar como se aposentaria*".

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Igualzinho a acidentado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não! Não é acidentado, não. Não estou falando que ele foi acidentado. Mas vamos lá... Não é a mesma coisa, e vou dizer por que. Esse é o caso de um médico, que ganhava no serviço público os seus 10 mil reais, mas que vai passar a ganhar 5 mil reais, achando bom. E vire-se! E vou fazer outra construção.

Você vai dizer para aquele cidadão que começou a trabalhar antes de 2003 e que hoje não tem mais condições de estudar, de fazer um novo concurso, de mudar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de atividade para aumentar sua renda: *"Companheiro, vamos fazer o seguinte: você esqueça que você trabalhou e que você contribuiu, porque a Previdência está quebrada. Então, você esqueça isso tudo e vai passar a ganhar 5 mil reais no teto, considerando que você vai ganhar os 5 mil reais no teto".* Você diz àquele trabalhador que pensou que fosse trabalhar 40 anos, já com a mudança: "*Não são bem 40 anos, não, pode chegar a 50 anos, a 52 anos, depende da sua idade".*

Você chega para aquela mulher policial e diz: *"Olha só, tem transição para todo mundo. Mas, como você é mulher policial, não tem para você. Você ia se aposentar ano que vem? Vamos fazer o seguinte? Fique mais uns 8 anos matando bandido na rua, no Rio de Janeiro. Que tal em Duque de Caxias?"*

Você chega para o professor ou para a professora da Pollyana e diz assim: *"Querida, você trabalhou pouco. Cuidar de 20, 30, 40 meninos num CIEP do Rio de Janeiro não é nada de mais! É coisa simples, básica! Eles nem mexem com maconha, nem com cocaína, nem com arma".* Entendeu, Perondi? *"Você nem corre o risco de apanhar. Nada disso! Besteira! No Rio de Janeiro? Besteira!"* Daí vão dizer o seguinte: "*Fique aí mais uns 10 anos, e está tudo bem"*. E a programação de vida daquela mulher não era aquela; a daquele homem não era aquela.

Eu não estou discutindo a reforma. Eu acho que nós temos que fazer alguma. Eu tenho que ter a responsabilidade de dizer que nós precisamos dar algum jeito, claro! Não interessa se os números são da ANFIP, se são do Marcelo, se são do Fábio, não me interessa. Os números existem, e o déficit também existe. Eles podem divergir um pouquinho, mas, no fundo, todos nós sabemos que ele existe. Então, temos que dar uma solução para isso? Sim! Eu não sou contra a reforma. Eu sou contra a forma com que a reforma está apresentada.

"Ah, mas nós tiramos o BPC". Claro! Mas, será que paramos para pensar o que faz aquela viúva, que não trabalhou, que pode ser a minha mãe ou a sua mãe, Domingos, que tem 70 anos, 80 anos? *"Não, companheiro, agora vamos fazer o seguinte: sua pensão está reduzida a dois salários".* Como dizer isso para as pessoas? O que vocês estão querendo que a gente faça? Eu entendo...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Mas não vai ser reduzido.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É isto, sim: dois salários.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não vai ser reduzido, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro que vai, amor. Claro que vai. Leia aqui, eu te mostro. Leia aqui. Então, o que você diz?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quem tem não vai ser reduzido.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, vai ser reduzido para os próximos, meu amor, não a quem tem.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quem tem não vai ser reduzido, Laura.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ora, pelo amor de Deus! Ninguém aqui é criança. É claro que não é para quem tem, é para quem tem o direito de. É para quem está quase chegando lá.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Ah, então, fale claro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É para quem está quase chegando lá. É óbvio que, se eu sou aposentada, não perco nada! Eu, Laura Carneiro, não perco nada.

Mas o que me preocupa é: temos que fazer a reforma? Temos, Ministro, juro por Deus, com a maior tranquilidade, mas não da forma como estamos construindo: com uma transição que achata o servidor. E mais, o Fábio provou claramente que a culpa não é só do servidor. Então, se queremos fazer uma reforma decente, vamos efetivamente sentar, ver os três tipos de previdência e analisar como consertamos o rombo, que ele sugere será maior em 2060, mesmo sem a reforma, não no regime dos funcionários públicos, nem no dos militares, mas especialmente no Regime Geral.

Obrigada a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Deputada Laura.

Eu quero compartilhar e tomar uma decisão com o conjunto do Plenário da nossa CMO e com os nossos convidados. Nós temos nove Deputados ainda inscritos. Nós temos uma reunião da CMO com prazo para iniciar e um prazo de tolerância de 30 minutos. Portanto, mesmo que usemos o prazo de tolerância da CMO, não dá para todo mundo falar por 5 minutos. Logo, eu quero propor aqui que reduzamos o tempo para, no máximo, 3 minutos. E peço a compreensão dos colegas, para que todos possam falar, pois, ainda assim, ficaremos com as respostas bem reduzidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, com a compreensão de todos, passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Darcísio Perondi, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu quero cumprimentar o nível da Mesa. Parabéns! Parabéns!

Gostaria de dizer que senti tristeza com a apresentação do Senador Hélio José, que deu uma demonstração de despreparo, de desqualificação, de ofensa aos funcionários públicos, que ele mesmo veio aqui defender, por ignorar documentos consagrados, como o relatório mesmo confirmou. Acho isso profundamente lamentável! Penso que os adjetivos que ele citou na sua fala deveriam ser retirados. É lamentável o que ocorreu, mas cada um dá o que pode, cada um dá o que sabe. Considero isso extremamente lamentável.

Eu até ia fazer uma pergunta a ele e vou fazer ao Floriano. É engraçado que, no relatório, que diz que não há déficit — e lá estavam os homens da ANFIP —, não está dito qual é o superávit. Engraçado, não é? Não tem déficit, mas o relatório não fala em superávit.

Segunda pergunta para o Floriano: por que, na CPI, os senhores não declararam esse déficit, que os senhores já sabiam, que eu sabia, que boa parte das pessoas já sabia? Por que vocês não falaram? Vocês já sabiam disso em 2016, mas fizeram uma campanha de que não havia déficit. Essa foi uma campanha nada de verdade para a população! Arrancaram com uma campanha pesada de que não havia déficit, e na CPI também disseram que não havia déficit. Mas, agora, no relatório dos senhores, das págs. 39 a 43, vocês dizem que existe déficit. Faltou a verdade! O que houve? O que houve que nem no relatório está? Pena que o Deputado Bohn Gass foi embora.

A questão dessa medida provisória é exatamente o contrário — é exatamente o contrário. Ela vai beneficiar o conteúdo local. Aquelas empresas que exploravam pagavam todos os impostos lá fora, agora vão pagar aqui. Aliás, o REPETRO foi criação do FHC, o Lula e a Dilma o mantiveram e nós também vamos mantê-lo, com uma melhora. Então, por favor, Deputado Bohn Gass, estude um pouco mais e não minta para a população sobre esse assunto.

Apenas três, quatro ou cinco países na América Latina e dois ou três no mundo adotam a idade mínima. Acabar com o tempo de contribuição é que estimula a precocidade, o que a Oposição nunca, nunca admitiu! Agora, o Floriano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

timidamente, admitiu a questão da demografia, uma ciência que os Deputados do PT não reconhecem.

Outro detalhe básico está aqui na Constituição: a ordem dos artigos não altera a natureza jurídica do seu conteúdo. Não importa se está na primeira página ou na última página. Quanto ao abono salarial, o art. 7º mostra os direitos, e o abono salarial consta dos arts. 39 e 40. Se está na Constituição, vale. E vocês mistificam.

Olhem, eu estou sendo delicado — delicado. Eu acho que, se houvesse contabilidade internacional, a ANFIP seria processada. Essa reforma é fundamental exatamente para os pobres: haverá dinheiro para a política pública.

Encerrando, tenho uma pergunta para o Ministro Dyogo, que foi brilhante, como foram brilhantes o representante do TCU e o Caetano. Se nós não fizermos a reforma da Previdência, haverá dinheiro amanhã, depois de amanhã, daqui 1 ano, 2 anos, 3 anos, para os repasses aos Prefeitos, para a saúde, para a ciência, para a juventude, mas principalmente para as emendas parlamentares? Parabéns pela exposição!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Primeiramente, é importante que se diga que o nosso País é um país muito injusto.

Aqui não há nenhuma criança. Eu deixei de crer em Papai Noel há muito tempo. E as famílias pobres não têm muito direito de iludir suas crianças para que elas entrem no mundo da desilusão logo após, mas me parece que o Governo e os seus Ministros querem fazer a população brasileira crer eternamente em Papel Noel.

Estou até vendo a Xuxa, quando fazia muito sucesso, iludindo as crianças das favelas brasileiras, para adoecerem de tristeza. Quem, ao assistir aos grandes meios de comunicação e aos comunicadores mais amados pelas crianças, vai conseguir entender, aos 5 anos de idade, aos 6 anos de idade, que o mesmo Papai Noel que dá um *videogame* de 3 mil reais ou outro presente caro, como uma viagem com a família inteira para a Disneylândia, não consegue dar, no dia do Natal, um bolo desses que se compra quase pronto no supermercado.

No ano passado, foi presa uma mãe que tinha três filhos menores de 10 anos e um no ventre, que foi parido dentro da cela. Uma juíza canalha manteve a prisão dela na mesma semana em que liberou a mulher do Cabral, alegando que esta tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dois filhos, com 11 anos e 14 anos, que não podiam ficar sozinhos — ela roubara milhões e milhões. A mulher pobre foi presa porque, num supermercado, escondeu algumas barras de chocolate e 2 quilos de frango, para tentar levar para os seus filhos no período da Páscoa.

É a este País que a Oxfam se refere quando diz que seis famílias conseguem ter uma renda equivalente à de mais de 100 milhões de brasileiros e que 5% dos mais ricos detêm a renda de 95%, ou seja, de quase 200 milhões de brasileiros.

O que os senhores têm que dizer é que estão aí fazendo campanha enganosa e divulgando números falaciosos porque querem manter essa ordem perversa, querem aprofundar a concentração de renda em favor dos muito ricos, dessa minoria próspera, que, no entanto, não pode dormir eternamente o sono dos injustos, porque a multidão está cada vez mais inquieta. *(Palmas.)*

Saibam disto: mesmo que tenham conseguido, com a manipulação via meios de comunicação e com as desilusões posteriores ao golpe, desmobilizar os movimentos mais tradicionais, a sociedade ferve e o ranger dos dentes dos pobres, favelados, negros, assassinados todos os dias, obrigados a enfrentar a fome todos os dias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Para concluir, por gentileza, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...será ouvido por essa minoria, que, no Estado brasileiro, ao invés de defender a justiça e um desenvolvimento real, resolve fazer políticas para destruir a dignidade do nosso povo.

Com todo o respeito, Ministro Dyogo, V.Exa. falou uma única verdade — foi jogado um bando de bodes na sala e depois foi retirado —, no que diz respeito a um único item, que foi o PDC. O resto é tudo falácia.

Até para recolocarem os “15 anos” como idade mínima para solicitar a aposentadoria — até para isso! —, exigiu-se um novo cálculo, que faz com que o cidadão inicie só com 65% do salário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Peço que conclua, Sr. Deputado Edmilson Rodrigues, por gentileza.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Há outra verdade que o Governo falou: a grande maioria vive de salário mínimo ou de um pouco mais —

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esse um pouco mais é que vai ser retirado, para se nivelar por baixo. Este será o País dos assalariados mínimos, por causa de uma reforma que quer fazer salários abaixo do mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Essa reforma é complementar à reforma trabalhista, que agora já legitimou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...desconto baseado no mínimo, mas pagamento abaixo do mínimo para quem é trabalhador contratado com base no trabalho intermitente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Agora a palavra já está com o próximo colega.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - V.Exa. mudou a regra no meio do caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Não mudei. Eu apresentei a regra a todo o conjunto do Plenário.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Então, permita-me concluir em 20 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - O Deputado que antecedeu V.Exa. já se submeteu a essa regra, que é para o bem do coletivo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Peço 20 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Então, por gentileza, conclua.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu quero citar um único dado, se V.Exa. me permitir.

Não há como desmentir. Sejam honestos! Neste ano de 2017, 23% da arrecadação total do nosso País, o que equivale a 271 bilhões de reais, é o montante de renúncia fiscal. E os senhores falam em déficit da Previdência?! Vão culpar a Justiça, quando enfraquecem a ação da advocacia pública, para que as ações não prosperem, para que a J&F, o Itaú, pobrezinhos, tão falimentares...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues. V.Exa. pediu 20 segundos e já falou por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - A maior parte da dívida não é dos pequenos, é das grandes empresas, inclusive da JBS...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...que foi presidida pelo Sr. Meirelles, que, aliás, é a principal devedora da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Deputado Edmilson Rodrigues, respeite os demais colegas! Respeite os demais colegas!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Tenham vergonha na cara! Não queiram destruir a dignidade do nosso povo! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Respeite os demais colegas!

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana. *(Pausa.)*

Eu vou desconsiderar as agressões desnecessárias e absurdas colocadas.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não houve agressão. Agressão é o que vocês estão fazendo contra o povo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...são as malas, é a cocaína em helicóptero, são os olhos fechados aos bandidos ricos e poderosos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. esbraveja, perde a compostura, desrespeita este Plenário...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Querem tirar a forra no pobre, no desempregado! Isso é desrespeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - ...e desrespeita o propósito do debate. Em respeito a todos os trabalhadores, a todos os aposentados, espera-se que todos se manifestem, não só V.Exa.

V.Exa. já excedeu o tempo.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, senhores participantes desta Mesa de debate, a discussão sobre a reforma previdenciária tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma dimensão e um alcance estratégicos de longo prazo. É uma questão tão central na realidade brasileira que não devia servir para linguagem de palanque.

Essa tem que ser uma discussão serena, clara, transparente e séria. Algumas coisas que ouvi aqui eu vou deletar, pela sua agressão...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Porque a verdade dói!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. teve...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Foi 1 bilhão e 100 milhões de reais para as petroleiras. Dói reconhecer!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. teve a palavra respeitada. V.Exa. pare de desrespeitar os outros, por gentileza! V.Exa. não sabe respeitar as pessoas? V.Exa. não sabe respeitar? Quer resolver no grito? V.Exa. quer resolver no grito? Isso é ridículo para V.Exa.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Eu estou querendo preservar a imagem de V.Exa., porque está sendo ridículo o comportamento de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É a segunda vez que o Deputado Edmilson Rodrigues faz essa confusão em uma audiência pública. Nós o ouvimos calados.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É impressionante!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Desrespeita todo o mundo. Acha que é no grito! Joga para uma plateia que gosta de assistir a S.Exa. fazer isso e desrespeita a todos. Eu acho que o Deputado Edmilson Rodrigues, infelizmente, está prejudicando não só o debate, mas também a própria imagem.

Por gentileza, reponham o tempo do Deputado Marcus Pestana.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu acho que é preciso haver serenidade. É incrível como o Deputado Edmilson Rodrigues é uma pessoa superafável no contato bilateral, mas se transforma ao microfone, quando há plateia!

Este é um tema estratégico. A Seguridade Social, que foi consolidada no século XX, surgiu no final do século XIX como um sistema de proteção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seguridade social para os trabalhadores e era um instrumento do Estado do Bem-Estar Social para proteger os mais pobres. Essa é a essência, é o espírito do sistema previdenciário.

Há o pressuposto de que a população de mais alta renda e a população de média renda acumularam algum patrimônio, alguma poupança financeira, e têm acesso à previdência complementar. Assim, nós precisamos resguardar, na verdade, o trabalhador, o cidadão de baixa renda.

Eu queria fazer duas perguntas — uma para o Sr. Dyogo, outra para o Sr. Marcelo. Ao estudar este tema, eu aprendi que um sistema tem duas condições essenciais: tem que ser justo e tem que ser sustentável.

Então, eu queria perguntar ao Ministro Dyogo: hoje a Seguridade, a Previdência e os benefícios sociais são 54% dos gastos primários. Ao longo do tempo, se não tivermos a coragem e a lucidez de ajustar o sistema e de fazer a reforma, como será a evolução e qual será a consequência sobre a educação, a saúde, a segurança, a ciência e tecnologia, o meio ambiente, as relações exteriores? Como vai se dar a dinâmica orçamentária a partir do crescimento explosivo das despesas previdenciárias? O que eu estou perguntando é se esse sistema é sustentável.

A outra pergunta é para o Sr. Marcelo. Eu aprendi, como social-democrata que sou, que previdência é instrumento de justiça social. Qual é o benefício médio no Congresso Nacional, no Judiciário, no Ministério Público, nas Forças Armadas, no restante do funcionalismo federal e no INSS, por tempo de contribuição ou por idade? Qual é a média? Isso é justo? Ficam bradando aqui a favor da equidade social e da justiça social, mas quero saber, para além da retórica demagógica, o que os números revelam.

São essas as duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Deputado Marcus Pestana.

Com a palavra o Deputado Maia Filho. *(Pausa.)* Parece-me que o Deputado Maia Filho está ausente. Nós recuperaremos o tempo de S.Exa., que foi votar.

Com a palavra ao Deputado Lobbe Neto.

O SR. DEPUTADO LOBBE NETO - Rapidamente, quero cumprimentar os debatedores e a Presidência da sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Todos nós sabemos que alguma mudança tem que ser feita. No entanto, entendemos que a PEC veio equivocada. Houve várias transformações, mas continuam existindo alguns problemas sérios.

Um dos problemas é o que a própria Deputada Laura levantou: a questão do casal, da pensão. Eu queria fazer uma pergunta sobre isso. Por exemplo, um casal tem a expectativa de manter a somatória do rendimento das duas partes no futuro, mesmo após o falecimento de um ou de outro, porque o condomínio, o IPTU, os medicamentos, enfim, todas as despesas do casal não vão cair pela metade, todas as necessidades vão continuar. Daí ele vai ter só dois salários mínimos para fazer tudo isso.

É uma questão da sua expectativa de vida. O seu planejamento de vida está sendo totalmente interferido pelo Congresso Nacional e por uma ação governamental. Essa é uma situação que me contraria muito, como disse a Deputada Laura Carneiro.

Outra questão é a dos professores. No discurso, em todas as campanhas, falamos sobre os professores, que precisamos melhorar a educação, a ciência e a tecnologia, isto e aquilo. Do jeito que nós vamos fazer não vai melhorar nada, muito pelo contrário. Vamos piorar e desestimular aqueles que querem o magistério.

Eu deixo aqui uma pergunta para o representante do Governo. Aquela medida provisória que trata da isenção, da Frente Parlamentar Ruralista, o FUNRURAL — e o projeto está para ser votado —, parece que tem uma isenção grande. É claro que isso não vai reforçar o caixa totalmente. No que se refere à questão da gestão, da seriedade com a qual as contas devem ser enfrentadas, nós temos dívidas ativas que não são resgatadas e a liberação de várias concessões. Foi liberada a previdência para time de futebol, para banco, para microempresário, ou o SIMPLES. Isso não vai acarretar o mesmo problema que nós tivemos na questão do rural?

Essas são algumas questões que nos deixam muito contrariados em relação ao voto dessa PEC. Por isso, pergunto: o microempreendedor individual não vai ser no futuro a mesma questão para a Previdência e para toda a arrecadação, como o que aconteceu com o rural que entrou no sistema? Como o Governo se posicionou na questão do território de Rondônia, antigo território e hoje Estado, quando 30 mil cidadãos entraram no sistema? Isso não teve nenhuma contrariedade do Governo na questão da gestão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso me causa muita estranheza. Por um lado, tem que ser severo; por outro, as concessões continuam tendo andamento neste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Obrigado, Deputado Lobbe Neto.

Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Domingos Sávio, cumprimento o Ministro Dyogo, o Sr. Floriano Martins de Sá Neto, o Sr. Marcelo Caetano e também o Sr. Fábio.

As bancadas do Partido dos Trabalhadores e do PCdoB não estão aqui, mas gostaria de dizer, em especial para o pessoal que está aqui, para os convidados, inclusive muitos aplaudiram o pessoal do PT, que, em 2015, como Deputado Federal aqui — e a Presidenta Dilma estava no comando —, eu estava nesta mesma sala, neste mesmo ambiente, e veio o Ministro da Previdência do Partido dos Trabalhadores, Carlos Eduardo Gabas, para falar, durante 6 horas, sobre a Previdência e só faltou pedir para que, em nome de Jesus, votássemos a reforma da Previdência. É só pegar o videoteipe e ver as imagens.

Na mesma época tive a oportunidade de apertar a mão dos Ministros do PT, porque era difícil apertar a mão dos Ministros do PT. Aí tive a oportunidade de conhecer Ricardo Berzoini, Jaques Wagner, Giles Azevedo, que, por sinal, é muito gente boa, e pude ver a humildade do Guimarães, que continua humilde.

Esse povo só faltava pedir pelo amor de Deus para votarmos aquela reforma da Previdência. A diferença que há entre mim, que sou do PMDB do Rio Grande do Sul, os petistas, o PCdoB, a REDE, o PSOL e o PDT é que, na época, votei favoravelmente, porque era pelo bem do Brasil, tanto é que amenizou, mas não solucionou.

Quero dizer para os servidores públicos, que estão batendo palmas para quem está dizendo que vai votar contra e para os que não querem votar, que eles estão preparando o maior golpe para a sociedade brasileira.

Aqui nos bastidores é normal um Deputado chegar até mim e dizer: *"Maurão, vamos deixar essa reforma pra lá, não vamos votá-la, vamos esperar as eleições, depois nós a votamos"*. Depois, quando vier o déficit e a coisa piorar, vai-se cortar na carne do servidor público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para ser servidor público, tem que passar em concurso público e ser inteligente. Então, meus amigos servidores públicos, não caiam nessa ladainha e nesse lero-lero de petista. Esse povo é oportunista! Para atingir o objetivo deles, eles entregam a mãe. E as pessoas ficam acreditando nessa gente.

Eu quero dizer, Secretário Caetano, que o meu voto ainda não está decidido. Há algumas coisas que precisamos mudar, especialmente em relação aos servidores públicos. Nós temos que ver bem o lado dos servidores públicos, que passaram em concurso público. Agora, muitos deles querem resolver o problema, mas não querem ser afetados de forma muito brusca. Nós temos que fazer isso.

Quero dizer à sociedade brasileira para não cair na ladainha de PT, PCdoB e PDT, porque eles só estão querendo tapear a sociedade brasileira ao dizer que votam "não". Não querem votar agora, porque querem o voto de vocês na próxima eleição. Eles se elegem, chegam aqui, beijam a mão do próximo Presidente e dizem o seguinte: *"O que o senhor quer que eu vote, Presidente Lula?"* Ou sei lá quem vai ser o Presidente. É isso que eles vão fazer, e as pessoas ficam batendo palmas para eles.

Desculpem-me, mas o servidor público tem que ser mais inteligente e saber com quem está lidando.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sra. Presidente, primeiro quero cumprimentar todos os debatedores, os Deputados que remanescem aqui, aqueles que ainda virão e os convidados.

Quero fazer apenas algumas colocações nesses 3 minutos. É impressionante a veemência do discurso que ouvimos aqui, no plenário e nas redes sociais dos mesmos integrantes do Governo anterior. Eles dizem, por exemplo: *"Vamos acabar com os devedores ou com as isenções que estão sendo dadas e que poderiam resolver a questão da Previdência"*. A Presidente Dilma, em apenas 4 anos, concedeu 452 bilhões de reais em isenções, certamente com uma política equivocada que significou a destruição de fundamentos macroeconômicos no País. E eles vêm aqui dizer que está havendo isenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A reforma vai ter que acontecer por bem ou por mal. Não estou fazendo nenhuma ameaça, estou constatando um fato. A reforma previdenciária e trabalhista em Portugal ocorreu entre 2011 e 2012. Nesse período, 5% da população portuguesa deixou o País. Se isso acontecesse no Brasil, imagino que seriam 10 milhões de brasileiros saindo do País para trabalhar em outros lugares do mundo.

A reforma aconteceu lá por mal. O direito adquirido foi retirado, houve redução em 20% das previdências, o direito adquirido de mais de 30 anos do trabalhador português foi cortado, porque a solução do problema foi adiada.

É muito fácil fazer um discurso conveniente, mas, na hora em que passa o processo eleitoral — e o Deputado Mauro Pereira disse com muita clarividência —, as pessoas se esquecem do compromisso feito em praça pública. É melhor dizer a verdade e ter responsabilidade, porque quem está aqui tem responsabilidade para com o País, não apenas com o que é eleitoreiro e demagogo.

Quem fez a reforma na Grécia não foi a Direita, mas o PSOL de lá. É uma pena que o Deputado Edmilson Rodrigues tenha saído. Quem fez a reforma na Grécia foi o SYRIZA, partido da extrema-esquerda, e a fez cortando os 20% das previdências existentes e passando 6 meses sem pagar o salário da população.

Há um fato inquestionável, que é o cálculo atuarial. O mundo está mudando. Quando ele muda, muda inclusive com a melhoria da situação daqueles que vivem no planeta, e as pessoas vivem mais.

Não é possível haver castas de privilegiados que percorrem o corredor desta Câmara e do Congresso Nacional com o dinheiro pago pelos sindicatos, porque a população brasileira não está aqui dentro, mas todo dia está aqui a casta de servidor público que se aposenta com menos de 50 anos de idade e com a integralidade dos seus vencimentos, muitas vezes acima de 30 mil reais, quando mais de 70% da população brasileira se aposenta com menos de dois salários mínimos.

Aqui não está se falando em mexer em direito adquirido, está se falando em equalizar uma situação que é uma bomba-relógio. Este ano o recurso discricionário disponibilizado no Orçamento da União talvez tenha sido menos de 30 bilhões de reais, isso para prover as necessidades do conjunto da população brasileira na saúde, na educação e na segurança pública.

Em contrapartida, mais de 55% do recurso foi para pagar a Previdência. Em um País onde se investe 50 vezes mais na sua população idosa e investe muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

menos nas suas crianças, nos seus jovens e nos adolescentes, alguma coisa está precisando ser equalizada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão, como último inscrito.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Muito obrigado. Quero saudar a Deputada Laura Carneiro e os demais componentes da Mesa.

A primeira consideração que faço é para o colega Darcísio Perondi, que, na sua fala, acusa de mentiroso o meu companheiro Bohn Gass.

Eu não sei quantos mentem aqui e quantos falam a verdade. O problema é que estamos vivendo contradições muito profundas. Nesta mesma mesa, os dados apresentados mostram diferenças conflitantes. Quem está falando a verdade e quem está falando mentira?

Quando o Deputado tratou dessa questão, e nós voltamos à Medida Provisória nº 795, de 2017, o Governo admite que, nessa medida provisória, na realidade vai haver renúncia fiscal. Vai ou não? Quem fala a verdade?

Eu não quero aqui alterar a minha voz para que ela não esconda o conteúdo que eu quero colocar aqui. Primeiro que está muito ruim esta Casa em função das agressões genéricas, generalizadas, desqualificadas, como aconteceu agora, muito recentemente, ao ouvir o Deputado Mauro Pereira tratar do PT. Eu sou do Partido dos Trabalhadores, sei que existem muitos problemas que nós temos que vencer, muitas correções, equívocos, erros que precisam ser superados, mas não dá para ouvirmos de um colega, que compõe um partido que também tem os seus equívocos, as suas contradições, fazer acusações dessa natureza. Isso não nos ajuda, isso não nos fortalece. Na realidade, esse é um discurso que desqualifica esta Casa.

Esta Casa tem um papel fundamental na construção do Estado Democrático de Direito, na construção do Estado de justiça. É lamentável convivermos e vivermos numa relação apequenada, agressiva, desqualificada. É muito ruim diante de uma situação de crise grave que nós estamos vivendo e cujas mudanças são absolutamente necessárias. As reformas — política, tributária, previdenciária, trabalhista — são necessárias. Mas nós não imaginamos que isso vai ser consertado de um dia para outro e que nós vamos levar lá para o plenário da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Câmara, onde o discurso, o debate é limitado, questões que ainda não estão resolvidas aqui. O debate sobre a reforma previdenciária precisa ser aprofundado.

Esse discurso dos privilégios precisa ser qualificado, ou seja, nós precisamos conceituar privilégio, porque nós estamos fazendo um discurso sofista. Estamos utilizando a palavra privilégio, eventualmente, para agredir direitos fundamentais das pessoas que mais precisam. Estamos propondo a reforma previdenciária numa lógica em que também vão pagar os mais pobres, os que têm mais dificuldade, os que têm acesso ao trabalho mais cedo, os que têm dificuldade de acesso à educação, à saúde e até mesmo a um salário digno. Como é que eu posso tratar de privilégio, qualificar privilégio e justificar a reforma previdenciária se nós vamos atingir o salário mínimo?

Nós estamos discutindo a questão, Deputada Laura Carneiro, de idade média para efeito de aposentadoria? E aqui o Deputado Pestana fez uma pergunta muito pertinente: quanto é a contribuição de cada um neste País, em que na cidade de São Paulo, nos bairros Jardim Ângela e Jardim Paulista, a vida média varia em torno de 24 anos? Isso é um absurdo! O que nós estamos fazendo aqui é um discurso desqualificado, superficial, tangencial. Embora estejamos tratando das questões fundamentais, das nossas crianças, da educação e da saúde, nós estamos tangenciando, com esse discurso, para sustentar o sistema prevalente no Brasil, que é o modelo de exclusão. Isso é absolutamente inaceitável.

Por isso, neste momento, em função de um Governo que não tem legitimidade para fazer essa reforma, no final desse processo, não é admissível, não é aceitável nós tratarmos como questão finalista a questão da Previdência Social. (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sra. Presidente, só 1 minuto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O jornalista ouviu os 3 minutos e meio da minha fala, nos quais em nenhum momento eu chamei o Deputado Bohn Gass de mentiroso nem que faltou com a verdade. Eu pedi que ele estudasse para que tivesse clareza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada a V.Exa. Ficou registrado.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Agora, vamos passar às respostas. Eu vou conceder 5 minutos prorrogáveis por mais 5 minutos a cada um dos componentes da Mesa. E, eventualmente, se vocês precisarem de mais tempo, eu vou conceder mais tempo do mesmo jeito, não tenham nenhuma dúvida. Vocês estão aqui para explicar, e é bom que tenham tempo para falar.

Concedo a palavra ao Dr. Floriano.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO - Deputado Darcísio Perondi, aqui nós nos conhecemos, de longa data, na Comissão de Seguridade Social. Naquela época, o nosso livrinho era, com certeza, o seu livro de cabeceira, e ele continua sendo.

V.Exa. me citou nominalmente e me fez perguntas. Então, eu vou responder primeiro. Na CPI da Previdência Social — e não me lembro da data do início de seu funcionamento — a ANFIP foi uma das primeiras a ser ouvida. O nosso conterrâneo Vilson Romero, que era o ex-Presidente, foi ouvido. Àquela época, no livro que tínhamos em mãos os dados eram de 2015. Este aqui, de 2016, foi divulgado no final de outubro. Nós fizemos aqui na Comissão de Seguridade Social o lançamento dele e também no Senado.

Então, sob esse ponto de vista, a ANFIP não se furtou em nenhum momento a divulgar a publicação aqui nesta Casa, principalmente. Então, eu considero respondida essa questão.

Quero dizer, de forma geral, para não respondermos aqui individualmente, o que é interessante deixar para o final para quem está nos ouvindo até agora. Há uma questão importante. Eu vou falar alguns números, prestem atenção. O Governo, quando encaminhou a PEC 287 aqui nesta Comissão Especial — e não me lembro se foi o Ministro Dyogo, acho que foi o Secretário Caetano —, usou o número de déficit da Seguridade Social de 258 bilhões de reais para justificar o encaminhamento da proposta de reforma da Previdência Social.

Agora nós temos aqui a emenda aglutinativa, e o Governo reconhece, candidamente, que não vai mais colocar a conta da DRU no resultado da Seguridade Social. E o que isso significa? Está aqui na apresentação do Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dyogo, a quem parabenizamos pela transparência. Em função da emenda aglutinativa, vai para quanto o déficit? Vai para 167 bilhões de reais.

Então, quero só dizer que estamos vivendo hoje uma realidade paralela. Temos que deixar as coisas claras. Aqui já são quase 100 bilhões de reais. Isso é muito dinheiro em qualquer lugar do mundo. E aí nós chegamos aos 57 bilhões de reais que foram apurados pela ANFIP no ano de 2016.

A meu ver, essas coisas têm que ficar muito claras. Não dá para termos uma emenda constitucional deste tamanho, que aumenta a Constituição. Qual é a grande crítica que se faz à Constituição Federal? Ela é muito grande, é muito extensa. Aí eu venho agora e aumento a Constituição Federal, colocando regras que petrificam mais ainda a situação de momento por que estamos passando.

A minha apresentação buscou demonstrar, de uma maneira muito clara, que há duas maneiras de resolver essa questão: pelo lado da despesa e pelo lado da receita.

O que demonstrei aqui na condição de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil? Uma queda brutal na arrecadação de tributos. Pessoal, vamos olhar isso. Aponte-me, nessa PEC, alguma coisa que vai melhorar a arrecadação, que vai melhorar a cobrança da dívida. Pessoal, eu me sinto absolutamente impotente de pensar que os débitos que eu levantei, lá atrás, enquanto estava à frente da atividade como auditor fiscal, não servem para nada.

Sabem quanto o corpo de servidores da Receita Federal tem condições de produzir no seu dia a dia em termos de autuações, com a condição que nós temos hoje? Nós sofremos, Ministro Dyogo, a mesma situação de todo o serviço público com a falta de área, com postos de fronteira fechados. Nós conseguiríamos, Deputados, arrecadar tranquilamente 200 bilhões de reais por ano — por ano. Agora, temos 1%. E parabenizo o TCU por ter colocado isso no seu relatório. Então, eu vou levar 100 anos para arrecadar esses 200 bilhões de reais.

Então, pessoal, há duas formas de resolver o problema. Na nossa avaliação, antes de retirar os direitos, temos que dizer claramente para quem está nos ouvindo que não caiam nessa propaganda oficial de que só o servidor público que é o privilegiado que será atingido. Todos os trabalhadores brasileiros serão atingidos, assim como o rural. O rural também será atingido, principalmente o segurado especial. Agora não é mais o núcleo, é individual. Se não houver a comercialização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do produto suficiente para gerar uma contribuição previdenciária, ele vai ter que completar. É isso, é simples. Então, mexe, sim, com quem já está aposentado, porque a pensão vai ser muito modificada, vai ser modificada demais.

Então, em linhas gerais, era isso. A ANFIP não se furta a discutir o sistema. Nós apresentamos emendas. Recuperem as emendas que a ANFIP apresentou, que todos os servidores e as Centrais Sindicais apresentaram.

Há, sim, por parte da sociedade, o entendimento de que essa questão tem que ser, sim, discutida, mas não desse jeito, com a faca na gente, com esse terrorismo, querendo dizer que é até segunda-feira ou que o País vai quebrar. Nós entendemos que a saída passa pelo lado da Receita. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu vou passar a palavra agora, então, na ordem, para o Ministro.

Com a palavra o Ministro Dyogo, por 5 minutos.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - A título de palavras finais, vou comentar também algumas perguntas, algumas questões que foram levantadas, embora a maioria dos Parlamentares tenha optado por fazer discurso ao invés de buscar esclarecimento.

De toda forma, esta audiência para mim foi extremamente proveitosa, porque uma pergunta básica, fundamental, ficou respondida por todos aqui da Mesa. Existe um déficit na Previdência que é grande e está crescendo rápido. A própria ANFIP, na audiência em que eu participei lá na Comissão da Previdência, não havia ainda reconhecido, mas agora já o reconhece. É um avanço, é um avanço importante. Os fatos vão se colocando, e a realidade vai se impondo.

Em relação às palavras, ao discurso e à eloquência, cabe qualquer argumento. Eu posso não concordar com a Lei da Gravidade, mas não vou conseguir comprovar matematicamente que ela não existe. Porém, eu posso chegar aqui e dizer que ela não existe, que é uma mentira, etc., qualquer um pode dizer isso. As palavras podem dizer, mas a realidade, os fatos se impõem.

A questão que temos hoje diante de nós vai ao encontro do que o Deputado Jorge Solla perguntou: *"Qual é o País que queremos?"* Nós queremos um País que cresça, que se desenvolva e que tenha equilíbrio nas suas contas, porque é só assim que se cresce e se desenvolve. Isso vale para os países, para as famílias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para as empresas. Uma família que acumula déficits não se desenvolve, não cresce. Assim acontece com as empresas e com os países.

O Deputado Jorge Solla também perguntou*: "Qual é a prioridade?"* Eu aprendi que a prioridade é onde está dinheiro. Se você observar o Orçamento do Brasil hoje, saberá claramente qual é a prioridade dele. A prioridade do Brasil hoje é pagar aposentadoria. Essa é a prioridade do Brasil. Nosso País está gastando 57% do seu Orçamento com aposentadoria.

Pode-se dizer: *"Mas temos a área social do País."* Tudo bem. Somando-se saúde, educação, previdência, assistência social, programas de distribuição de renda, etc. isso vai para mais de 80%. Então, a prioridade do Orçamento do Brasil é o gasto social, isso está claro. Só que há um deles que está "comendo" os outros: a Previdência, que era 48% da Seguridade Social, hoje já está em quase 58%. Ela está "comendo" espaço de outras áreas, como a social. Essa é uma opção.

Nós estamos numa grande encruzilhada: ou pegamos o trilho dos países que se desenvolvem, que avançam, ou pegamos o trilho que muitos países pegaram, mas que se perderam no caminho e nunca mais se encontraram.

Perguntaram: *"Então, como pagar a Previdência?"* É evidente que o que estamos propondo aqui não vai zerar o déficit da Previdência. O que está sendo proposto aqui é uma reforma gradual, em que a idade mínima comece em 55 anos e chegue a 65 anos daqui a 20 anos; que haja uma regra de transição; que não retire direitos de quem já está aposentado ou de quem já pode se aposentar; que não corte aposentadorias. É isso que está sendo proposto.

Há duas formas de se resolver isso, como disse o Floriano. Uma delas é enfrentar a realidade, ver como o mundo é e as coisas que podem ser feitas. A outra é mágica: é dizer que o Governo é quem tem que pagar.

E por que existe uma diferença de 100 bilhões de reais entre o cálculo do déficit da ANFIP e o do Governo? Porque no da ANFIP não entra o pagamento da aposentadoria dos servidores públicos nem o pagamento da dos militares. Essa é a diferença. E quem vai pagar? O recurso vai cair de onde?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - É o povo.

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - É o povo que vai pagar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E dizem: *"Bom, mas a solução não é essa".* Então, qual é a solução? É aumentar imposto. É isso o que estão dizendo, só que ninguém tem coragem de afirmar isso claramente. Quem está aqui dizendo que não tem que haver reforma da Previdência está dizendo que tem que haver aumento de imposto. Essa é a tradução do que se diz.

E falam das desonerações — se eu conseguisse abrir aqui, eu poderia ler. Os senhores sabem qual é a maior desoneração que nós temos? É o SIMPLES. A maior desoneração que nós temos, de 80 bilhões por ano, é o SIMPLES. É para acabar com o SIMPLES? A segunda maior desoneração é aquela faixa de isentos do Imposto de Renda. É para acabar com isso? Essa é a proposta, a segunda forma? A outra é a Zona Franca de Manaus, 25 bilhões. Há também as desonerações da cesta básica, das entidades sem fins lucrativos, das deduções do Imposto de Renda, da folha de pagamento, que, aliás, foi feita pelo Presidente Lula e pela Presidente Dilma, e há um projeto de lei aqui para acabar com ela.

E há mais: o benefício dos trabalhadores representa uma desoneração de mais de 10 bilhões; a redução dos medicamentos; a desoneração da poupança; a desoneração do desenvolvimento regional; a desoneração da Lei da Informática, da pesquisa científica. Essas são as desonerações. É para acabar com elas? É isso o que vocês estão propondo? Não pode ser. Nós temos alternativas, realmente temos duas formas de resolver essa questão: uma é enfrentar a realidade; a outra é acreditar que existe Papai Noel e que ele vai prover o Governo de recursos para pagar tudo a todos.

Eu não acredito em Papai Noel e também não acredito que existe dinheiro do Governo. O Governo não tem dinheiro. O Governo tira dinheiro das pessoas para dar a outras pessoas; tira dinheiro dos contribuintes para pagar às pessoas que recebem benefício da Previdência, salário, aposentadoria, para dar à população infraestrutura, etc. É isso. Esta é a noção natural da criação do Estado: é um sistema em que se coletam recursos e se transferem recursos.

Em cada processo deste Governo, em cada sistema há o mínimo de equilíbrio. E não estou falando de zerar o déficit da Previdência. Esta reforma não vai zerar o déficit, o Governo vai ter que continuar colocando recurso. O que nós estamos dizendo é que temos pelo menos que estabilizá-la. É só isto que nós estamos propondo com essa reforma: estabilizar a Previdência. O Governo vai ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que continuar colocando cento e tantos bilhões de reais por ano na Previdência, na Seguridade Social e assim por diante. Mas que Governo? Quem é o Governo? Eu não sou o Governo. Eu sou o Ministro do Planejamento, mas não sou eu que coloco o dinheiro. Com o meu dinheiro eu pago as minhas contas. O dinheiro do povo, da população brasileira, que paga impostos, é que vai para lá.

O que nós precisamos ter, a esta altura do campeonato, é serenidade para tratar as coisas com profundidade, com clareza, com discernimento, e colocar os números claramente. O próprio Floriano fez referência a isso. Eu falei para ele aqui ao lado: *"Floriano, é o mesmo eslaide que eu apresentei na Comissão no ano passado"*. É o mesmo! Eu apresentei o resultado da Seguridade com DRU e sem DRU.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - Pode ir lá pegar. É o mesmo número. E agora nós estamos propondo retirar a DRU. Sabem por quê? Para não haver mais esse argumento. Esse argumento é falacioso, não significa nada. *"Ah, mas é porque tem a DRU na Seguridade".* Sim, mas saem 90 e entram 160.

Então, a DRU não representa problema para a Seguridade, não mesmo. Vai mudar o que para o Governo? Não vai mudar nada tirar a DRU da Seguridade, porque nós já estamos colocando muito mais dinheiro.

Agora, do dia 1º até o dia 5 de cada mês, nós temos que colocar dinheiro na conta de cada pessoa que recebe previdência. Aí não há contabilidade, não há mágica, não há segunda forma. Tem que haver dinheiro no caixa! A realidade, senhores, é que nós não temos dinheiro no caixa. Nós temos um déficit de 159 bilhões de reais no Governo Federal.

Nós estamos tomando dinheiro emprestado para pagar a aposentadoria das pessoas. Até quando será possível tomar dinheiro emprestado para pagar as contas do mês? Essa é a pergunta que teremos que responder durante a discussão da Previdência.

Acho que comentei as principais questões que foram colocadas aqui. Mais uma vez, quero agradecer e pedir desculpas pelo pouco de empolgação nas palavras, Senador Dário Berger, mas é que eu não vejo essa questão na perspectiva de interesses corporativos, particulares e individuais. Eu vejo isso como uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

encruzilhada para o desenvolvimento do Brasil. Ou nós adotamos o equilíbrio, o crescimento sustentável e equilibrado, ou fracassaremos enquanto Nação.

Eu tenho a mais inteira convicção de que o Brasil está designado a ser uma das maiores nações do mundo. Não há país comparável ao Brasil neste planeta. Nós só precisamos tomar as decisões corretas.

Espero que, com esta audiência, as informações que nós trouxemos tragam luz, para que todos os Parlamentares tenham a convicção de adotar as decisões corretas de que este País tanto precisa.

Muitíssimo obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Passo a palavra ao Sr. Fábio Granja e Barros, Secretário de Fiscalização da Previdência Social do Tribunal de Contas da União.

O SR. FÁBIO GRANJA E BARROS - Serei breve.

Primeiro, respondendo ao Deputado Cajado, temos total convicção dos números que apresentamos, porque eles fazem parte de vários trabalhos de auditoria. Quatro Secretarias do Tribunal trabalharam nesse levantamento de dados, e isso não foi detectado. Não quer dizer que não haja distorção, mas nada foi detectado. Em havendo, isso vai ser corrigido. Temos convicção a respeito dos números que foram apresentados e da metodologia que foi aplicada.

A mensagem que eu gostaria de deixar é que alguns grupos puxam a necessidade de equacionamento da Previdência só pela gestão, outros pelo lado de reformas paramétricas que ajudem ou que corrijam distorções que acontecem por questões estruturais, e outros puxam para o lado da conjuntura, mostrando que se a economia estivesse crescendo, com certo nível de formalização, isso não estaria sendo discutido. A minha mensagem é que, de qualquer forma, essas três questões têm que ser trabalhadas. A gestão tem que melhorar muito. A arrecadação tem que melhorar. A inadimplência e a sonegação têm que diminuir. É possível fazer muito mais do que é feito hoje. O controle na concessão de benefícios está sendo feito de forma muito séria pelo INSS, pela CGU e pelo TCU. Isso pode melhorar também, mas está sendo feito.

Quanto à conjuntura, não há caminho que não seja crescer, aumentar a formalização e investir em educação, porque, sem aumentar a produtividade, não será possível pagar a Previdência no futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa é a mensagem que o Tribunal gostaria de deixar. Nós nos colocamos à inteira disposição de quaisquer dos senhores que queiram ou precisem de alguma informação extra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Deputado, todo o material já está disponibilizado na página da Comissão. Então, quem eventualmente não pegou a transparência em papel, que não é colorida, pode providenciá-la no nosso *site.*

Com a palavra o Dr. Marcelo Caetano, Secretário de Previdência do Ministério da Fazenda.

O SR. MARCELO CAETANO- Agradeço o convite recebido. Creio que, do conjunto de perguntas, o Ministro Dyogo já respondeu a grande parte delas. Vou fazer algumas complementações.

Eu já estava muito convencido da existência do problema e saio mais convencido ainda hoje, porque sei que um déficit de 56 bilhões de reais em 1 ano não é para ser comemorado. Isso indica a existência de um problema, independentemente da metodologia que está para ser adotada. Essa é uma questão de hoje. Como fica no futuro? Só vai aumentar, principalmente na questão da Seguridade, que não é só a Previdência, mas a saúde também.

A questão demográfica está aí. As projeções do IBGE e as projeções da ONU são parecidas. Elas estão aí e apontam que a população vai envelhecer. Isso vai gerar muitos impactos, seja na questão previdenciária, que estamos debatendo aqui, seja na questão da saúde. Dependendo do país em que se dê a discussão dos impactos do envelhecimento populacional — a Europa centra mais na questão previdenciária, tal como nós aqui; nos Estados Unidos, o grande debate sobre demografia se dá muito mais na área da saúde do que na previdenciária —, isso vai afetar. O problema já existe e independe de metodologia. Com o passar do tempo, esse problema só vai crescer.

Isso tudo indica que negar a existência do problema não é a solução. Nós não conseguiremos resolver um problema que existe hoje simplesmente afirmando que ele não existe. O problema existe e só se agrava com o passar do tempo.

Daí se pergunta: reconhecendo a existência do problema, reconhecendo o agravamento do problema com o passar do tempo, quais as alternativas que existem? Qualquer reforma da Previdência tem que conjugar dois fatores: a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sustentabilidade, de um lado, e a adequação, de outro lado. Há a questão de equidade e de igualdade, de um lado, e a questão da sustentabilidade fiscal, de outro lado.

O Deputado Marcus Pestana perguntou qual o valor médio dos benefícios. Dependendo do Poder, podemos encontrar aposentadorias de mais de 20 mil reais, e, dependendo da situação, pessoas que se aposentam com 40, 50 anos. Isso não é sustentável, não entra no conceito de igualdade e não entra no conceito de adequação.

Então, a alternativa que se propõe hoje consegue fazer uma transição lenta para as regras permanentes. A idade mínima de aposentadoria que passa a se estabelecer a partir da promulgação da emenda constitucional é de 55 anos para homens e 53 anos para mulheres. Algumas categorias com idades até mais baixas do que essas foram citadas, como a categoria de professores. Podem fazer a comparação com qualquer outro lugar do mundo. Vejam se há idade mínima de 55 anos, de 53 anos. Isso não existe. Essa é uma condição que vai crescendo ao longo do tempo. Então, essa é uma proposta extremamente razoável.

O piso da aposentadoria e o piso da pensão estão mantidos em um salário mínimo. Mais 60% dos beneficiários do RGPS no Brasil recebem exatamente um salário mínimo. Os benefícios dos segurados especiais — vamos corrigir coisas que foram faladas aqui — permanecem exatamente como estão. Não é verdade falar que os benefícios dos segurados especiais estão alterados. Não adianta inventarmos uma história para tentar derrubar uma proposta. Eles não estão sendo alterados. O Benefício da Prestação Continuada também não está sendo alterado.

Ainda temos tempo de fazer uma reforma previdenciária que respeite os direitos adquiridos. Ainda temos tempo de não entrar em uma situação tal qual aquela em que entraram Portugal, de um lado, e Grécia, de outro lado, países que tiveram que cortar o valor de benefício. Só que, para fazer essa reforma, é preciso urgência. A realidade está aí. O País envelhece. O País envelhece muito, muito rapidamente. Precisamos tocar essa reforma da Previdência o quanto antes, para garantirmos, sim, a existência do regime previdenciário.

A rota mais certa e segura para a destruição do Estado de bem-estar social é não reconhecer o problema e não fazer nada. Então, de fato, se nós queremos ter um Estado de bem-estar social, temos que reconhecer o problema e temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tomar as atitudes para isso. Não fazer nada é destruir, é jogar para baixo o Estado de bem-estar social que construímos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Quero apenas explicar que vou passar rapidamente a palavra ao Deputado Domingo Sávio, que é o autor do requerimento. Em seguida, vou encerrar, porque, regimentalmente, temos até as 15 horas para começar a reunião ordinária da Comissão.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Deputada Laura.

Eu quero agradecer a todos os convidados que aqui vieram e aos colegas que participaram deste que, de fato, foi um momento muito rico na nossa CMO.

Quero cumprimentar o Presidente, Senador Dário Berger, que me deu a honra de presidir os trabalhos até que aqui chegasse e, com muita alegria, a Deputada Laura pudesse dar sequência.

Faço aqui uma breve reflexão sobre o seguinte: nós temos uma responsabilidade com o País e não vamos nos furtar a isso. Quando eu digo nós, refiro-me a todos. Eu não quero aqui fazer distinção partidária. Em que pese alguma exaltação de um ou de outro, se houve alguém querendo fazer discurso para a plateia ou não, isso é legítimo. É direito de cada Parlamentar exercer à sua maneira, ao seu critério, aquilo que o povo lhe delegou. Mas acho que a uma coisa nós não temos direito. Eu não tenho o direito de me omitir à minha responsabilidade.

Às vezes, alguns dizem o seguinte: *"Se votar, não volta".* Para mim, em primeiro lugar, está a minha consciência. Eu não coloco na balança a minha consciência e a minha reeleição, não. Nunca vou colocar isso! Se a minha reeleição custar sacrificar a minha consciência, o meu compromisso com a verdade ou com o País, essa reeleição deixa de existir até como hipótese. Eu não seria digno de estar aqui neste Parlamento, se eu quisesse simplesmente garantir o meu mandato e não a minha responsabilidade com as pessoas.

Isso não significa também que eu venho para cá dizer amém àquilo que o Governo mandar. Por isso, esse debate foi e continua sendo imprescindível. Por isso, foi importante a vinda da ANFIP, que representa um segmento importante composto pelos fiscais e auditores da Previdência. Foi importantíssima a presença dos Ministros, a presença do Ministro Dyogo, a quem eu agradeço muito. Sabemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como é a agenda do Ministro do Planejamento num momento como este. Sabemos como é a agenda do Ministro da Previdência, do Secretário Nacional, do Tribunal de Contas, que veio aqui com imparcialidade própria.

Vou concluir dizendo o que me impressionou na fala final do Dr. Fábio. Ele disse: *"De três coisas que ouvi aqui, todas são necessárias".* Foi isso, Dr. Fábio? Tanto melhorar a gestão quanto melhorar a eficiência da economia, para que se empregue mais e se arrecade mais na Previdência, quanto fazer as mudanças estruturais.

O País mudou. Os gráficos mostrados pela ANFIP são os mesmos mostrados pela Fazenda e pelo Tribunal de Contas. O Brasil está envelhecendo, e nós chegaremos, não muito distantes, a uma relação de dois por um: 2 trabalhadores para sustentar 1 aposentado, enquanto hoje temos algo próximo de 13 por 1. Dá para ignorar isso? Dá para não levar isso a sério? A própria ANFIP disse hoje, pela primeira vez, que, em 2016, no ano passado, houve 57 bilhões de reais em déficit. Esses cálculos foram feitos pela ANFIP no ano passado. E em 2017? Possivelmente será maior, ao que tudo indica.

Então, o problema existe. O que eu não vou fazer é votar um projeto que tire direito do trabalhador rural, do cidadão que é deficiente físico ou que receba o Benefício da Prestação Continuada, ou que traga prejuízo aos mais humildes, mas voto um projeto para acabar com privilégios, começando com os de Deputados. Eu não vou me aposentar pela Previdência da Câmara, mas quem for se aposentar pela Previdência da Câmara tem que se contentar com a regra que vale para todo brasileiro. Não pode haver uma regra com privilégios. Não pode haver uma regra com privilégios no Judiciário. Não pode haver uma regra com privilégios no Executivo ou no Legislativo. Essa reforma da Previdência eu quero votar.

Hoje eu estou consciente de que há déficit e de que a reforma precisa ser votada. Portanto, agora é votar aquilo que seja melhor para o Brasil. Dizer que não há problema é mentir para os brasileiros.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu queria...

A SRA. DEPUTADA POLLYANA GAMA - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Desculpe-me, Deputada! Ninguém respondeu à questão da professora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. DEPUTADA POLLYANA GAMA - Eu não me senti contemplada com relação à questão dos professores. Nós temos a situação hoje de 50 anos de idade para mulher e 55 para homens, e haverá um salto para 60 anos. Para todos, há diferenciação entre homem e mulher. Para professor, não está havendo diferenciação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Deputada Pollyana, se V.Exa. voltar a falar, eu não vou conseguir encerrar a reunião. Eu tenho exatos 8 minutos para encerrá-la, e o Presidente abrir a próxima.

Eu vou conceder 2 minutos, no máximo, ao Marcelo, para que ele possa responder à pergunta da Deputada Pollyana.

O SR. MARCELO CAETANO - Então, quando falamos da aposentadoria para os professores, existem regras de transição. As idades são de 60 anos tanto para homens quando para mulheres, mas temos que ver que não se alcançarão esses 60 anos logo após a promulgação da emenda. Quer dizer, a idade de partida vai ser de 48 anos para os homens e 46 anos para as mulheres, e vai crescendo gradativamente.

Mesmo a idade de 60 anos é mais baixa do que a idade mínima que se estabelece mesmo para o setor urbano, que seria de 65 anos para homem — para professor está em 60 anos — e de 62 anos para mulher — para professora está em 60 anos.

Então, como é uma categoria...

A SRA. DEPUTADA POLLYANA GAMA - Mas você concorda comigo que, sendo as mulheres a maior parte do professorado do Brasil, elas estão saltando 10 anos?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Desculpe-me, Deputada Pollyana, mas nós vamos perder a reunião da Comissão de Orçamento. Isso é complicado.

Bom, eu queria agradecer a presença de todos e desde já convidar o Presidente para que possa assumir a nova reunião. Nós vamos tentar manter o quórum, mesmo não podendo votar nada, só para abrir a reunião e encerrá-la.

Então, agradeço a todos pela presença e convido o nobre Presidente a abrir a próxima reunião.

Está encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 12 E 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Aos doze e treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Neste período foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Célio Silveira, Domingos Sávio, Edio Lopes, Evandro Roman, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Júlio Lopes, Laudivio Carvalho, Laura Carneiro, Maia Filho, Marcus Pestana, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Rubens Bueno, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Vitor Valim e Zé Carlos; **- Senadores titulares**: Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Dário Berger, Davi Alcolumbre, Jorge Viana, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Valdir Raupp e Vicentinho Alves; **- Deputados suplentes**: Beto Rosado, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Delegado Francischini, Edmar Arruda, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Hildo Rocha, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, Josi Nunes, Lindomar Garçon, Marcon, Misael Varella, Nelson Pellegrino, Pedro Fernandes, Professora Marcivania, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade e Valtenir Pereira; **- Senadores suplentes**: Hélio José e Lúcia Vânia. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Adelmo Carneiro Leão, Afonso Hamm, Arnaldo Faria de Sá, Caio Narcio, Claudio Cajado, Danilo Cabral, Darcísio Perondi, Evair Vieira de Melo, Franklin, Geovania de Sá, João Daniel, João Paulo Kleinübing, Lobbe Neto, Luiz Lauro Filho, Marcelo Álvaro Antônio, Marinha Raupp, Mauro Pereira, Pollyana Gama, Rogério Marinho, Wilson Beserra, Xuxu Dal Molin e Zé Augusto Nalin e o Senador Wellington Fagundes. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Elmar Nascimento, Hugo Motta, Nilton Capixaba, Orlando Silva e Weverton Rocha; e os **Senadores:** Acir Gurgacz e Kátia Abreu. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, do dia doze de dezembro de 2017, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que anunciou o aproveitamento do painel das presenças registradas eletronicamente na 11ª Reunião de Audiência Pública, realizada pela CMO, encerrada às 14h53min, conforme dispõe a *Orientação Técnico-Legislativa nº 04/2017, do Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados*. Em seguida, anunciou que suspenderia a reunião para a realização de reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. No dia 13 de dezembro, quarta-feira, às 10h25min, os trabalhos foram reiniciados pela 1ª Vice-Presidente, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional.* EXPEDIENTE. A Presidente em exercício solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 28 de novembro a 13 de dezembro de 2017, tendo em vista que essas informações foram publicadas na página da CMO na internet. AVISO. A Presidente em exercício comunicou o recebimento do **Relatório nº 1/2017,** do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, que se refere ao levantamento das obras inacabadas em âmbito nacional, informando os motivos da paralisação. Esclareceu que o Relatório foi solicitado pela CMO, tendo em vista questionamentos suscitados pelos Senadores Jorge Viana (PT/AC) e kátia Abreu (PMDB/TO), em reunião desta Comissão, realizada no dia 26 de setembro. E informou, que o mesmo estava disponível na página da CMO na Internet para consideração dos membros desta Comissão. Em seguida, a Deputada Rosângela Gomes (PRB/RJ), Relatora Setorial da Área Temática XVI – Previdência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores, do Projeto de Lei Orçamentária para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2018, justificou a sua ausência no dia da apresentação de seu Relatório e agradeceu à Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ) por tê-lo apresentado, e fez comentários sobre o teor do mesmo. **ORDEM DO DIA**: Pauta. Item 01. Conforme o disposto no *art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente em exercício submeteu à apreciação do Plenário o **Relatório nº 3/2017, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI**, que **"**propõe Atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com indícios de irregularidades Graves constantes do **Projeto de Lei nº 20/2017-CN**", (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018). Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Coordenador do COI: Senador Hélio José (PROS/DF). Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação deste Relatório, com proposta de atualização do Anexo VI do **Projeto de Lei nº 20/2017-CN**, (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018), nos termos do Anexo 2 que contempla o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira das seguintes obras e serviços limitado exclusivamente aos empreendimentos, contratos, convênios, editais e outros elementos semelhantes nominados na coluna "Objeto" do quadro de bloqueio constante do voto: - Obras de Construção da BR-040/RJ; - Obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS; - Adequação da Travessia Urbana em Juazeiro - BRs 235/407/BA; - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no Estado do Rio de Janeiro; - BRT de Palmas/TO; - Controle do Corredor de Ônibus – SP – Radial Leste – Trecho 1; - Controle do Corredor de Ônibus – SP – Radial Leste – Trecho 2; - Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho – RO; - Aplicação de recursos federais de várias origens na Ferrovia Transnordestina. E não foram incluídos no Anexo VI da LOA 2018 as obras/serviços: - Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 – RJ; - Construção da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia – PE; - Obras de construção da BR-235/BA; - Construção da Vila Olímpica - Parnaíba/PI; - Canal do Sertão – Alagoas; - Canal Adutor Vertente Litorânea; - Obras de construção do Rodoanel de São Paulo - Trecho Norte; - BRT de Palmas/TO. Foram propostas também as seguintes providências adicionais à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional: **I)** Manifestar ao Presidente da República e ao Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a surpresa e a decepção ao ver que a iniciativa de criação do Sistema de Obras do Governo, viu-se substituída pela constatação da ausência de medidas para a efetiva implantação do Cadastro, conforme descrito nos Acórdãos TCU 2449/2017 – Plenário e 2451/2017 – Plenário, reiterando a expressão de que a CMO considera a implantação de tal cadastro medida imprescindível à probidade e eficiência da gestão dos investimentos públicos federais; **II)** Convocar audiências Públicas da Comissão: a. Para oitiva dos Ministros de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Transparência e Controladoria-Geral da União, com a participação do TCU, tendo como objetivo discutir as medidas de implementação do Cadastro Geral de Obras do Governo Federal e dos obstáculos à sua continuidade; b. Para discutir as propostas em andamento de transformação da operação da produção industrial da Fundação Oswaldo Cruz e do complexo de Biomanguinhos em uma empresa pública, com a participação de representantes da Fundação, do Ministério da Saúde e da Casa Civil da Presidência da República, juntamente com as Comissões temáticas ligadas à saúde na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; **III)** Solicitar ao TCU cópia integral do processo administrativo TC 041.236/2012 mencionado no item 33 do Voto condutor do Acórdão TCU 2060/2017 – Plenário, bem como de quantos outros destinarem-se a atender ao subitem 9.5 do Acórdão 1.332/2009-TCU-Plenário e à solicitação constante da alínea I do Voto do Relatório COI 02/2016; **IV)** Levar à consideração do futuro Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 a recomendação de que o prazo para envio de informações pelo TCU, seja modificado de "até setenta dias após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária" para "até cinquenta e cinco dias após o encaminhamento do Projeto de Lei orçamentária". O Coordenador do COI apresentou o **Relatório** e a **Errata**. Discutiram a matéria os Deputados Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e Danilo Forte (PSB/CE). O Coordenador do COI respondeu aos questionamentos dos parlamentares. Em votação, o **Relatório** e a **Errata** foram **aprovados** nas representações da Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e do Senado Federal. Item 02. Conforme o disposto no *art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, a Presidente em exercício submeteu à apreciação do Plenário o **Relatório nº 2/2017, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - CO**I, sobre "informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, pendentes de deliberação da CMO, em 30/11/2017, em atendimento ao disposto no art. 122 da Resolução nº 1/2006-CN, aos seguintes Avisos do Congresso Nacional": - **Aviso nº 9/2017-CN,** que "encaminha cópia do Acórdão nº 1002/2017, referente a auditoria realizada nas obras do sistema de esgotamento sanitário de Parnamirim/RN". Voto: propor o desbloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira do objeto listado neste decreto vinculado ao Programa de Trabalho 17.512.2068.1N08.0020/2017 – Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em municípios com População Superior a 50 mil habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento – Na Região Nordeste – Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) – Parnamirim/RS, constante da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), vinculado à Unidade Orçamentária 56101 – Ministério das Cidades. **- Aviso nº 12/2017-CN,** que "encaminha cópia de despacho exarado no processo nº TC-025.760/2016-5, que trata do Relatório de Auditoria, referente às obras de construção na BR-235/BA (km 282 ao km 357,4)". Voto: não propor o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos contratos 05 00202/2014 e 05 00239/2014 da obra de construção na BR-235-BA. **- Aviso nº 19/2017-CN,** que "encaminha cópia do Acórdão nº 1975/2017, dos autos do processo TC-012.774/2017-0, que trata de auditoria realizada sobre as obras de construção da Vila Olímpica de Parnaíba/PI". Voto: propor o desbloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira do objeto listado neste decreto vinculado ao Programa de Trabalho 27.812.2035.5450.0001/2017 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer Nacional - Construção da Vila Olímpica- Parnaíba/PI, constante da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), vinculado à Unidade Orçamentária 51101 Ministério do Esporte. **- Aviso nº 20/2017-CN,** que "encaminha cópia do Acórdão nº 2089/2017-TCU-Plenário, que trata de auditoria no âmbito do Fiscobras-2017, sobre as obras do BRT Sul, no Município de Palmas-TO (TC 012.557/2017-0)". Voto: manter o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira do Edital 1/2015 das obras do BRT de Palmas – TO e propor o desbloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira do objeto listado neste decreto vinculado ao Programa de Trabalho 15.453.2048.10SS.0001/2017 – Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano Nacional - BRT de Palmas/TO, constante da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), vinculado à Unidade Orçamentária 56101 Ministério das Cidades. **- Aviso nº 21/2017-CN,** que "encaminha cópia do Acórdão nº 2.008/2017-TCU-Plenário, que trata de relatório de auditoria relativa à construção do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos (TC 007.991/2017-7)". Foi apresentada 01 emenda. Voto: no sentido que a Comissão tome conhecimento do Aviso nº 21/2017-CN e determine o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira do Contrato 70/2016 vinculado ao Programa de Trabalho 10.572.2015.13DW.0033/2016 - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no estado do Rio de Janeiro, da Unidade Orçamentária 36.201 Fundação Oswaldo Cruz, com fundamento no art. 121, combinado com o § 4º do art. 125, ambos da Lei nº 13.408, de 2016 (LDO 2017), nos termos do Projeto de Decreto Legislativo. E pela **rejeição** da emenda apresentada. **- Aviso nº 22/2017-CN,** que "encaminha cópia do Acordão nº 2156/2017, do TC- 012.565/2017-2, que trata de Auditoria realizada nas obras de implantação do Corredor de Ônibus Radial Leste - Trecho 1, no município de São Paulo/SP". Voto: manter o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira do contrato 043/SIURB/13 e do edital 01/2012 das obras do Corredor de ônibus Radial Leste – trecho 1 - SP. **- Aviso nº 23/2017-CN,** que "encaminha cópia do Acórdão nº 2367/2017 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 006.216/2012-9, que trata de Embargos de Declaração opostos contra deliberação que apreciou Relatório de Auditoria nas obras do Canal Adutor do Sertão Alagoano e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aplicou multa aos recorrentes, na Sessão Ordinária de 18/10/2017". Voto: manter o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira do contrato 58/2010 das obras do Canal do Sertão - Alagoas. **- Aviso nº 24/2017-CN,** que "encaminha cópia do Acórdão nº 2344/2017 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 018.121/2017-9, que trata de auditoria realizada na Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, no âmbito do Fiscobras 2017, na Sessão Ordinária de 18/10/2017". Voto: não propor o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira do contrato 02/2011 das obras da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia. **- Aviso nº 25/2017-CN,** que "encaminha cópia do Acórdão nº 2398/2017 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 006.617/2017-4, que tratam de Relatório de Auditoria referente às obras de Adequação da Travessia Urbana em Juazeiro - BRs 235/407/BA, no município de Juazeiro-BA, de responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Na Sessão Ordinária de 25/10/2017". Voto: propor o bloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira dos objetos listados neste decreto vinculados ao Programa de Trabalho 26.782.2087.14LV.2143/2017 – Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - Nas BRs 235/407/BA no município de Juazeiro - BA, constante da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), vinculado à Unidade Orçamentária 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.**- Aviso nº 28/2017-CN,** que "encaminha despacho do Ministro Relator do Processo, nº TC- 007.452/2017-9, que trata das obras de implantação do Corredor de Ônibus, Radial Leste - Trecho 2, no município de São Paulo/SP". Voto: propor o bloqueio da execução física orçamentária e financeira dos objetos listados neste decreto vinculados ao Programa de Trabalho 15.453.2048.10SS.0001/2017 - Apoio a sistemas de transporte público coletivo urbano - Nacional - Construção do corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 2, constante da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), vinculado à Unidade Orçamentária 56101 - Ministério das Cidades. **- Aviso nº 29/2017-CN,** que "encaminha cópia do Acórdão nº 845/2017, referente a auditoria realizada nas obras para a construção do Hospital Regional de Queimados-RJ". Voto: propor o desbloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos objetos listados neste decreto vinculados ao Programa de Trabalho 10.302.2015.8535.0033/2017 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde no Estado do Rio de Janeiro - Construção do Hospital Regional em Queimados/RJ, constante da Lei nº 13.414, e 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), vinculado à Unidade Orçamentária 36901 - Fundo Nacional de Saúde. Relator: Comitê de Avaliação das Informações Sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Coordenador do COI: Senador Hélio José (PROS/DF). O Coordenador do COI apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e Danilo Forte (PSB/CE). Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em prosseguimento, a Presidente em exercício, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), informou que, apesar do disposto no *§ 3º do art. 16 da Resolução nº 1, de 2006-CN,* facultar a dispensa de designação de relatores para as matérias relacionadas no *inciso III, alíneas a, c, d e e, e no inciso IV do art. 2º* da mesma Resolução, o Presidente da CMO, mesmo assim, optou por designar relatores para todas essas matérias, com a finalidade de se preservar a competência regimental desta Comissão, que é a de examinar todas as proposições que lhe são submetidas. Dessa forma, apreciou-se todas as matérias cujos relatórios foram apresentados na Comissão. As demais matérias, que não tiveram seus relatórios apresentados pelos relatores em tempo hábil por alguma razão, ficaram pendentes de apreciação. Nesse caso, a Presidente em exercício, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), **propôs** ao Plenário o arquivamento dessas matérias, pela ausência dos seus relatórios, e são a seguir relacionadas: - **Mensagem nº 04/2017-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 13.408/2016, art. 58, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas - extemporâneo."- **Mensagem nº 07/2017-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 13.408/2016, art. 58, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 2º bimestre de 2017." - **Mensagem nº 10/2017-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 58 da Lei nº 13.408/2016, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 3º bimestre de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2017." - **Mensagem nº 11/2017-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 58 da Lei nº 13.408/2016, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 4º bimestre de 2017." - **Mensagem nº 13/2017-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 58 da Lei nº 13.408/2016 (LDO 2017), o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao 5º (quinto) bimestre de 2017." - **Aviso nº 16/2017-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao parágrafo único do art. 148 da Lei nº 13.408/2016 (LDO 2017), as Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao 1º semestre de 2017." - **Ofício nº 15/2017-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao § 6º do art. 1º da Lei nº 11.948/2009, ao § 8º do art. 1º da Lei nº 12.096/2009 e ao § 3º do art. 2º da Lei 12.453/2011, o Relatório Gerencial do BNDES, referente ao 3º trimestre de 2017." - **Aviso nº 13/2016-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 5°, inciso I, da Lei n° 10.028, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 1° quadrimestre de 2016." - **Aviso nº 21/2016-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei n° 10.028, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 2° quadrimestre de 2016." - **Aviso nº 14/2017-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 10 da Lei nº 11.887/2008, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil referente ao 1º trimestre de 2017." - **Aviso nº 18/2017-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art.10 da Lei nº 11.887/2008, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao 2º trimestre de 2017." **- Relatório de Gestão Fiscal - (LRF/LDO) – Quadrimestral – Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.** - **Mensagem n° 09/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar º 101/2000, Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2014." - **Mensagem n° 11/2014-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril do exercício de 2014." - **Mensagem n° 16/2014-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tesouro Nacional referente ao período de janeiro a agosto (2º quadrimestre) do exercício de 2014." - **Mensagem n° 17/2014-CN**, que "Encaminha, conforme o disposto no artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2014." - **Mensagem nº 01/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei Complementar 101/2000 - art. 54, Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2014." - **Mensagem n° 02/2015-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2014." - **Aviso nº 17/2014-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2378/2014 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2014, em cumprimento aos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 bem como ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000 (TC 015.015/2014-9)".- **Aviso nº 06/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei 12.919 de 2013, art. 115, Acórdão nº 138/2015, proferido pelo Plenário da Corte, sobre os Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, correspondentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2014." - **Aviso nº 16/2015-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2884/2015-TCU-Plenário, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2014 (TC 002.399/2015-6)." - **Aviso nº 17/2015-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2891/2015-TCU-Plenário, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2015 (TC 011.704/2015-6). - **Aviso nº 16/2016-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2118/2016-TCU-Plenário, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2015 (TC 006.167/2016-0)." - **Aviso nº 08/2017-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 553/2017-TCU-Plenário, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2015 (TC 026.476/2015-0)." - **Ofício nº 18/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao primeiro quadrimestre de 2014." - **Ofício**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nº 19/2014-CN, que "Encaminha, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2014, de que trata o art. 54 da Lei Complementar n° 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça, em vista do que estabelece o art. 5° da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000." - **Ofício nº 20/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao 1º quadrimestre de 2014." - **Ofício nº 21/2014-CN**, que "Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 1º quadrimestre de 2014." - **Ofício nº 22/2014-CN**, que "Encaminha, cumprindo determinação expressa no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 1º quadrimestre de 2014." - **Ofício nº 25/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2014." - **Ofício nº 26/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 101 de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao 1º quadrimestre de 2014." - **Ofício nº 27/2014-CN**, que "Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5° da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre de 2014." - **Ofício nº 32/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao artigo 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao segundo quadrimestre de 2014." - **Ofício nº 33/2014-CN**, que "Encaminha, conforme o disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao segundo quadrimestre de 2014". - **Ofício nº 34/2014-CN**, que " Encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre de 2014, de que trata o art. 54 da Lei Complementar n° 101/2000, do Superior Tribunal Militar, publicada no Diário Oficial da União n° 186, Seção I, páginas 227 e 228, de 26 de setembro de 2014." - **Ofício nº 35/2014-CN**, que "Encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei 10.208, de 19/10/2000, referente ao período de setembro de 2013 a agosto de 2014."- **Ofício nº 36/2014-CN**, que "Encaminha, cumprindo determinação expressa no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao 2º quadrimestre de 2014." **Ofício nº 37/2014-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao 2º quadrimestre de 2014." - **Ofício nº 38/2014-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral referente ao 2º quadrimestre de 2014. " - **Ofício nº 39/2014-CN**, que "Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 2º quadrimestre de 2014." - **Ofício nº 01/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento à Lei 10.028/00 - art. 5º, I, Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2014." - **Ofício nº 02/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2014." - **Ofício nº 04/2015-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5° da Lei 10.028/00, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2014." - **Ofício nº 05/2015-CN**, que "Encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao terceiro quadrimestre de 2014." - **Ofício nº 06/2015-CN**, que "Encaminha, conforme o disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2014." - **Ofício nº 07/2015-CN**, que " Encaminha, conforme o disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Justiça referente ao terceiro quadrimestre de 2014." Em votação, a **Proposta** pelo arquivamento das matérias supracitadas foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, passou-se ao Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Relatório** apresentado pelo **Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**. Autor: Deputado Bilac Pinto (PR/MG). A Presidente em exercício **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. Às 11h35min, o Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC) assumiu a condução dos trabalhos. EXTRAPAUTA. Conforme o disposto no *art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente submeteu à apreciação o **Relatório de Atividades** apresentado pelo **Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, sobre o "Exame de admissibilidade das emendas de Relator-Geral apresentadas ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN** – PLOA 2018. Relator: Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Coordenador do CAE: Deputado Bilac Pinto (PR/MG). Voto: pela admissibilidade de todas emendas de Relator-Geral apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018. Ausente o Coordenador do CAE, a Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), membro do CAE, apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 11h42min, o Presidente informou que suspenderia os trabalhos por alguns minutos. Às 12h31min, do mesmo dia, a reunião foi reaberta pela 1ª Vice-Presidente, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ). Em seguida, passou-se ao Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** PLOA/2018. Autor: Deputado Cacá Leão (PP/BA). A Presidente em exercício **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório Final** e **Complementações de Voto de nºs 1 e 2** apresentados ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018". (Projeto de Lei Orçamentária para 2018). Relator-Geral: Deputado Cacá Leão (PP/BA). Foram apresentadas 8.347 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma do Substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. O Relator-Geral apresentou o **Relatório Final** e teceu agradecimentos ao Presidente, a 1ª Vice-Presidente, aos Membros da CMO, ao Líder e Vice-Líder do Governo, aos Consultores de Orçamento, e aos assessores do seu gabinete. A Presidente em exercício informou que o prazo para apresentação de destaques iniciou-se no dia 12 de dezembro e seria finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o *inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.* Discutiram a matéria o Senador Jorge Viana (PT/AC) e os Deputados João Fernando Coutinho (PSB/PE), Luiz Lauro Filho (PSB/SP), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Bohn Gass (PT/RS). Às 13h20min, a reunião foi suspensa por alguns minutos. Às 13h24min, a reunião foi reaberta pela 1ª Vice-Presidente, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), que deu continuidade à discussão e concedeu a palavra aos Deputados Edio Lopes (PR/RR), Claudio Cajado (DEM/BA), Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e Caio Narcio (PSDB/MG). Às 13h43min, o Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC) reassumiu a direção dos trabalhos e suspendeu a reunião. Às 13h57min, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, que deu sequência à discussão da matéria, transferindo a palavra aos Deputados Laura Carneiro (PMDB/RJ), João Paulo Kleinübing (PSD/SC), Afonso Hamm (PP/RS), Evandro Roman (PSD/PR), Carmen Zanotto (PPS/SC), Marcon (PT/RS), Jorge Solla (PT/BA), Danilo Forte (PSB/CE), Danilo Cabral (PSB/PE), Domingos Sávio (PSDB/MG) e a Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO). Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 131 destaques. O Presidente informou que suspenderia os trabalhos para que o Relator-Geral fizesse a análise dos destaques. Antes porém, passou ao Requerimento para inclusão na pauta, no sentido de apreciar o **Relatório** apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2017-CN**. Autor: Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG). O Presidente **deferiu** a inclusão da matéria na Pauta. EXTRAPAUTA. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2017-CN**, que "Altera a Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2018." Relator: Deputado Hugo Motta. Foram apresentadas 84 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apresentado, com indicação pela **aprovação** das emendas de nºs 8, 23, 26, 41, 43, 47, 52, 53, 58, 59, 60, 61, 73 e 76, e pela **rejeição** das demais emendas apresentadas. O Presidente informou que o Deputado Hugo Motta (PMDB/PB) era o relator da matéria, mas não apresentou o Relatório. E assim, designou o Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG) para relatar a matéria. O relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Bohn Gass (PT/RS) e Domingos Sávio (PSDB/MG). O Deputado Bohn Gass manifestou-se contrário ao contingenciamento das despesas do Programa Mais Médicos e informou que apresentou emenda nesse sentido, entretanto foi rejeitada. Em votação, o Relatório foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 15h56min, o Presidente suspendeu os trabalhos. Às 16h52min, a reunião foi reaberta pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que deu continuidade a apreciação do **Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2017-CN,** PLOA/2018. O Relator-Geral apresentou as **Complementações de Voto de nºs 1** e **2.** As Complementações de Voto foram comentadas pelos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Jorge Solla (PT/BA), Bohn Gass (PT/RS), Carmen Zanotto (PPS/SC) e Laura Carneiro (PMDB/RJ), e pelos Senadores Wellington Fagundes (PR/MT) e Hélio José (PROS/DF). Em votação, o **Relatório Final** e as **Complementações de Voto 1 e 2** foram **aprovadas** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Bohn Gass (PT/RS), Jorge Solla (PT/BA) e Zé Carlos (PT/MA), ressalvados os destaques. Em votação, na representação do Senado Federal foram **aprovadas,** ressalvados os destaques. Apreciação dos 131 destaques. 1. Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral. Em votação, a proposta foi **aprovada** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2. Destaques com voto do Relator-Geral pela **rejeição:** destaques de nºs 1 ao 131. Em votação em globo, as matérias objetos dos destaques foram **rejeitadas** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Bohn Gass (PT/RS), Jorge Solla (PT/BA) e Zé Carlos (PT/MA). Não foram apreciadas na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art.43, do Regimento Comum*. Finalizando, fizeram o uso da palavra os Deputados Hildo Rocha (PMDB/MA), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Bohn Gass (PT/RS), Rosangela Gomes (PRB/RJ), Marinha Raupp (PMDB/RO), Bilac Pinto (PR/MG), Danilo Forte (PSB/CE), Gonzaga Patriota (PSP/PE) e os Senadores Wellington Fagundes (PR/MT) e Pedro Chaves (PSC/MS), que teceram considerações elogiosas ao Presidente da CMO, Senador Dário Berger (PMDB/SC) e ao Relator-Geral do Orçamento para 2018, Deputado Cacá Leão (PP/BA). **ENCERRAMENTO:** concluída a apreciação do Relatório Final apresentado **Projeto de Lei nº 20/2017-CN**, Proposta Orçamentária para 2018, o Presidente agradeceu aos Membros da CMO, aos Relatores Setoriais, ao Relator do PLDO/2018, Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG), ao Relator-Geral do Orçamento para 2018, Deputado Cacá Leão (PP/BA), a 1ª Vice-Presidente, Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), aos Parlamentares, aos consultores das Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ao Secretário Executivo da CMO, Sr. Walbinson Tavares, aos jornalistas, enfim, a todos os que com o seu trabalho e dedicação contribuíram para o bom êxito no fechamento dos trabalhos desta Comissão, durante o exercício de 2017. O Presidente encerrou os trabalhos, às dezoito horas e vinte e três minutos do dia treze de dezembro de 2017. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 12.12.2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, sobretudo porque vamos aproveitar o quórum da audiência pública anterior, declaro iniciada a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes da pauta, ao mesmo tempo em que a suspendo, para realização da reunião de Líderes que faremos aqui ao lado, na sala da Comissão.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. Eu, por exemplo, não dei presença, mas consta a minha presença.

Na verdade, nós tínhamos uma reunião de audiência pública. Eu não entendi isso. Eu não tenho nenhuma autorização e não quero furar o Regimento. Nós demos presença para a audiência pública, que diz respeito a outro quórum.

Perdoe-me, mas eu não posso concordar que o quórum da audiência pública seja transferido para esta nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Excelência, regimentalmente pode ser aproveitado o quórum da audiência pública, e assim o fizemos.

Vamos suspender a reunião e vamos discutir, como tínhamos combinado na reunião de Líderes.

Eu não vejo problema nenhum nessa questão. Nós não vamos votar agora o Orçamento, o que será amanhã. Mas nós precisamos conversar, para acertar com os Líderes os próximos encaminhamentos.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, permita-me. Eu já sei do passo seguinte: será suspensa a sessão, para que haja a votação de amanhã. Eu já sei que essa tem sido a prática aqui.

Então, eu já estou registrando que não estou dando acordo para que se utilize o quórum da audiência pública, que é totalmente diferente do quórum para a nossa sessão. São duas coisas diferentes.

O que vai acontecer depois? Eu vou, ao final, como tenho feito, pedir que V.Exa. encerre a sessão. E V.Exa., com todo respeito, vai dizer: *"Nós vamos suspender a sessão".* E aí nós vamos suspender a sessão com o quórum da audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou sugerir a V.Exa. o seguinte: nós mantemos o quórum; suspendemos a reunião; fazemos a reunião de Líderes; e aí eu venho e encerro, se for o caso, esta reunião de hoje.

Pode ser assim? Isso atende a V.Exa. E nós faremos a reunião e daremos continuidade ao nosso trabalho. *(Pausa.)*

Sendo assim, agradeço a V.Exa.

Então, está suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)

Em 13.12.2017.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação das matérias constantes da pauta.

Expediente.

Solicito que sejam declarados como lidos expedientes recebidos pela Comissão, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da Comissão Mista de Orçamento na Internet.

Ordem do Dia.

Apreciação dos relatórios do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI.

Antes de iniciarmos a apreciação dos relatórios, informo que o COI apresentou o Relatório nº 1, de 2017, que se refere a levantamento das obras inacabadas em âmbito nacional, informando os motivos da paralisação. Esse relatório foi solicitado por esta Presidência, tendo em vista questionamentos suscitados pelos Senadores Jorge Viana e Kátia Abreu, na reunião da Comissão realizada no dia 26 de setembro do ano passado. O relatório está disponível na página da Comissão na Internet para consideração de seus membros.

Concedo a palavra, pela ordem, à nobre Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Agradeço a V.Exa., Sra. Presidente, a oportunidade de falar agora, para fazer uma deferência especial, porque, na semana passada, eu não estava no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estava em Portugal, juntamente com a Deputada Benedita e a Deputada Shéridan, no Parlamento dos Países de Língua Portuguesa, representando a Rede de Mulheres, que eu presido.

Eu elaborei um Relatório Setorial, mas não pude defendê-lo aqui. Pedi a V.Exa. que o defendesse, e V.Exa., com muita maestria, sensibilidade e humildade, empenhou-se na tarefa e o aprovou nesta Comissão, com muita dedicação.

Eu pude receber, Sra. Presidente, aqui na Câmara Federal, representantes de diversos setores: da Advocacia-Geral da União, do Ministério Público, do Poder Judiciário, do Ministério de Trabalho, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, do Itamaraty. Nós ouvimos todos os setores de que a minha área temática tratava e, dentro de um consenso e com muita segurança, atendemos tanto quanto possível cada solicitação e, dentro do que nos coube também, em alguns outros setores, acrescentamos um pouco mais de recursos. Trabalhamos com Orçamento apertado, porém real. E fico feliz, por, mais uma vez, ter atendido diversos setores do Judiciário no País inteiro, de forma não direcionada.

Eu quero fazer uma referência especial ao Rio de Janeiro, Estado para o qual pude assegurar recursos para a aquisição do novo prédio do Tribunal Regional do Trabalho e, também, para ações em Volta Redonda, Campos de Goytacazes, Barra Mansa e Nova Iguaçu, a minha cidade de origem.

Também pude assegurar recursos para políticas para as mulheres no Brasil inteiro, e isso é muito importante, Sra. Presidente, porque V.Exa. defende políticas para as mulheres, eu também defendo, a bancada feminina defende, e nós pudemos aqui, em parceria, eu e V.Exa., defender orçamento para que possamos combater e coibir a violência de gênero.

Também tive a oportunidade de fazer essa explicação no Senado de Portugal, diante de representantes dos nove países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP.

Falamos de forma até um tanto quanto contundente, dura, em relação a alguns questionamentos que foram feitos por delegações com relação ao Brasil, que assumiu a Presidência da CPLP, mas, como foi um ano atípico, no qual tivemos a troca do Presidente da Câmara, troca do Presidente do nosso País, denúncias, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também pudemos nos posicionar de forma firme e falar do nosso compromisso com as políticas para as mulheres.

Então, quero agradecer a cada Deputado, a cada Deputada, a cada Senador e a cada Senadora que aprovou o nosso Relatório Setorial. Também fiz questionamentos aqui duríssimos com relação aos recursos da assistência que foram retirados do Orçamento Geral, como recursos do Bolsa Família, dos Centros de Referência de Assistência Social — CRAS e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS.

E nós pudemos, através do Deputado Cacá Leão e do Relator Setorial da Assistência Social, fazer um pleito ao Ministro Osmar Terra, a quem pudemos pedir que fizesse retornar o Orçamento elaborado pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Não alcançamos 100% de recomposição, mas 80% de retorno do recurso solicitado. Assim, eu acho que nós demos uma contribuição também bastante significativa na questão da assistência social, sobretudo para o povo mais sofrido e carente do nosso País.

Eu quero agradecer de forma muito respeitosa e carinhosa a V.Exa. por ter defendido o nosso relatório aqui e, com maestria, tê-lo aprovado com o consenso dos demais Parlamentares desta Casa.

Eram essas as nossas considerações.

Parabenizo V.Exa. pela direção dos trabalhos nesta manhã.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu quero agradecer a V.Exa., dizendo que foi simples aprovar o relatório que V.Exa. fez. Provavelmente, se eu o tivesse feito, não teria sido tão fácil. V.Exa. fez um trabalho excepcional e, principalmente, atendeu, com a maioria dos recursos que lhe foram concedidos, especificamente a questão da mulher brasileira. Portanto, para mim, foi uma honra relatar a matéria aqui.

No que diz respeito especificamente à questão da assistência, ontem o Ministro Osmar Terra esteve com vários membros da Comissão na reunião de Líderes e apresentou as suas dificuldades, que são absolutamente compreensíveis para nós que trabalhamos na área de assistência e sabemos que essa é uma alteração grande e necessária. São necessários talvez 1 bilhão e 200 mil reais. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esses recursos só poderão ser realmente efetivados se vierem através do próprio Governo. Infelizmente não caberá ao Relator-Geral essa modificação.

Nós estamos falando numa modificação de conceito, numa modificação de implementação junto ao SUAS — Sistema Único de Assistência Social de valores que possibilitem atendimento de APAEs, de clínicas de idosos e de serviços de assistência que existem na ponta. Então essa é uma dificuldade grande do Ministro Osmar Terra.

O Presidente Dário Berger, o Relator Cacá Leão e o Relator Nilton Capixaba estão tentando achar uma solução com a ajuda de V.Exa. e de tantos outros Deputados e Senadores desta Comissão.

Queria agradecer a V.Exa., então, e passar ao item 1 da pauta.

Item 1. Conforme o disposto no art. 24 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o Relatório n° 3/COI/CMO, de 2017, e errata, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, que propõe Atualização do Anexo VI — Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de irregularidades Graves integrante do Projeto de Lei n° 20/2017-CN — PLOA 2018.

Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI.

Coordenador do COI: Senador Hélio José, do PROS do Distrito Federal, a quem eu concedo a palavra para suas considerações.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Gostaria de cumprimentar V.Exa., nobre Deputada Laura Carneiro, uma pessoa que tem batalhado muito pelo dia a dia desta Casa e uma pessoa que goza do respeito de todos nós.

Quero cumprimentar também a nobre Deputada Rosangela Gomes, sempre na luta pelas comunidades mais carentes, mais vulneráveis da sociedade. Quero cumprimentá-la pelo seu trabalho no Rio de Janeiro, pelo trabalho na liderança das mulheres. Parabéns, Deputada!

Quero cumprimentar o Senador Pedro Chaves, um batalhador, um lutador pelo querido Estado do Mato Grosso do Sul.

Por fim, quero cumprimentar toda a equipe de assessoria da Comissão de Orçamento; cumprimentar os consultores Fernando Moitinho e Rafael, que junto comigo trabalharam de forma intensa em meu gabinete, para podermos possibilitar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

realização das audiências públicas necessárias para ouvir todos os técnicos envolvidos nas obras inacabadas com indícios graves de irregularidades, além de fazermos todas as audiências públicas para ouvir o TCU, o Governo Federal, os Governos dos Estados, os Governos Municipais e a sociedade, os colegas Parlamentares membros da CMO e os não membros também, enfim, ouvir todos.

O nosso gabinete teve um sem-número de reuniões com todos os interessados em fazer com que o Brasil dê continuidade ao desenvolvimento sustentável, pautado na lisura, na ética e na boa forma de fazer acontecer as questões importantes, que são as obras que o nosso povo contribuinte, que paga imposto, tanto almeja para o desenvolvimento de suas regiões. São estradas, portos, aeroportos, institutos de fabrico de vacinas e várias outras obras importantes para a sociedade que foram e que estão sendo aqui debatidas.

Sra. Presidenta, nobre Deputada Laura Carneiro, vou começar pelo Relatório 3. Se V.Exa. me permitir, gostaria de ler o resumo de cada um dos relatórios, para não ficar cansando e para ser mais ágil, a fim de que todos compreendam o processo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - V.Exa. pode falar à vontade.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Obrigado.

"Relatório 3/COI/CMO, de 2017 (resumo)

Sr. Presidente, em função do grande volume do relatório, peço a permissão de V.Exa. para ler de forma resumida as suas conclusões.

Este Relatório contém as propostas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI para atualização do "Anexo VI — Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves" integrante do Projeto de Lei do Congresso Nacional — PLN 20/2017 (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017). As propostas se fundamentam nas informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União — TCU, ao Congresso Nacional por meio do Acórdão 2449/2017 — Plenário, bem como nos esclarecimentos prestados pelos gestores em audiências públicas promovidas pelo COI em 28, 29 e 30/11/2017.

Antes do voto, gostaria de mencionar de forma muito breve, para garantir a transparência, as considerações relativas a algumas poucas obras importantes e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

razões da decisão do Comitê. Três obras foram retiradas do quadro de bloqueio, porque os contratos e convênios correspondentes foram anulados ou extintos, não havendo mais o que bloquear: Usina de Angra 3, Fábrica da HEMOBRÁS e Vila Olímpica de Parnaíba.

Das obras que não foram boqueadas, registro que para o Rodoanel de São Paulo as informações e esclarecimentos solicitados pelo TCU foram prestados em caráter preliminar pelo Governo do Estado somente à última hora, sem a possibilidade de exame completo pelo Tribunal. Neste caso, pelo tamanho e grau de adiantamento da obra, seria temerário optar por uma paralisação sem que o Tribunal tenha podido fazer uma crítica, por mais rápida que seja. Assim, decidimos não propor a paralisação, sem prejuízo de que a análise do Tribunal possa trazer recomendações posteriores de bloqueio com base em análises mais firmes. Outro caso importante é o do BRT de Palmas, que tinha sido licitado sem qualquer estudo de viabilidade: recebemos da Prefeitura as informações de que esse estudo já está sendo elaborado para direcionar futuras contratações. Assim, nós decidimos propor o desbloqueio do convênio federal, para que o Ministério das Cidades possa ajudar, caso entenda conveniente, nessa etapa crucial do planejamento; nesse caso, mantemos bloqueada apenas a licitação original, já que ela não poderia ter sido realizada sem esses estudos prévios que somente agora começam a ser feitos.

No caso do Canal do Sertão, tivemos grande preocupação, pois se trata de uma obra com vários de seus trechos anteriores maculados de irregularidades gravíssimas comprovadas pelo TCU e sendo investigadas em operações da Polícia Federal. Por isso, é preciso explicar que o trecho que está sendo examinado é exclusivamente o trecho de número *5,* que ainda não teve a obra iniciada. Em todos os elementos que recebemos do Tribunal e nos que pudemos acessar nas notícias oficiais e de imprensa sobre as demais investigações, não encontramos absolutamente nada que dissesse respeito ao trecho *5,* sendo todos referidos aos trechos 1 a 4. Entendemos, pela argumentação minuciosamente exposta no relatório, que as providências corretivas solicitadas pelo TCU no contrato do trecho *5* foram adotadas pelo Governo Estadual, por meio de um novo projeto de engenharia e de uma nova proposta de planilha de preços apresentada ao Tribunal e aceita pela contratada. Existem outras questões sendo levantadas pelo Tribunal sobre o futuro do contrato, mas os motivos originalmente suscitados para a recomendação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

paralisação não mais são objeto de questionamento. Portanto, e com base exclusivamente no que foi levantado para o trecho *5,* o Comitê entendeu que cabia levantar a decisão original de paralisação porque aqueles pontos que representavam o seu fundamento foram esclarecidos. Aqui também o Tribunal vai poder aprofundar as dúvidas que agora tem sobre a continuidade do projeto e, se entender necessário, poderá recomendar novamente a paralisação em função de novos questionamentos.

Em relação ao novo complexo farmacêutico de Bio-Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz, examinamos em profundidade as providências de planejamento do projeto e consideramos que a sua implantação não deve ser objeto de paralisação: o bloqueio está limitado a um pequeno contrato de serviços administrativos celebrado sem licitação, que está em frontal desacordo com a lei e que não é imprescindível à realização do projeto. No caso da travessia urbana de Juazeiro, o que foi bloqueado é o atual contrato de obras, que já está paralisado desde o começo do ano, que a empresa já pediu para rescindir e que o DNIT confirma que pretende rescindir. Assim, não há obstáculo à continuidade da obra mediante nova licitação. Por fim, o exame do Comitê esmiuçou os imensos problemas levantados pelo TCU na participação federal na Ferrovia Transnordestina. Esse foi um negócio feito majoritariamente com recursos públicos, mas controlado por uma empresa privada, que é passível de anulação da concessão pelo próprio TCU por fuga à licitação, e que não tem ainda nenhuma estrutura de controle ou de gestão por parte dos órgãos federais que nele comprometem o seu orçamento. A paralisação do comprometimento de recursos federais neste caso é inevitável, como medida mínima de cuidado, até que os receios sobre a legalidade da concessão sejam afastados e a concessionária privada organize minimamente um projeto econômico e de engenharia que permita enxergar viabilidade no empreendimento.

2. Voto

Propomos o bloqueio da execução fisica, orçamentária e financeira das seguintes obras e serviços no Anexo VI da LOA/2018, limitado exclusivamente aos empreendimentos, contratos, convênios, editais e outros elementos semelhantes nominados na coluna 'Objeto' em qualquer programa de trabalho orçamentário, conforme abaixo especificado:

(vou ler a obra, o órgão responsável e o objeto)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obra/Serviço:	Objeto
Obras de construção da BR-040/RJ - ANTT	Termo Aditivo 12/2014, de 30.12.2014, ao contrato PG-13*8/95*-00, de 31/10/1995
Obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS - ANTT	Termo Aditivo 13 ao Contrato PG-016/97-00
Adequação da Travessia Urbana em Juazeiro -BRs 235/407/BA - DNIT	Contrato 01177/2014
Construção do Centro de Processamento Bio-Manguinhos - FIOCRUZ	Contrato 070/2016
BRT de Palmas/TO - Ministério das Cidades:	Edital 1/2015
Controle do corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 1 - Ministério das Cidades	Contrato 043/SIURB/13 Edital 01/2012
Controle do corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 2 - Ministério das Cidades	Contrato 044/SIURB/l 3 Edital 02/2013
Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho - RO - Ministério das Cidades	Edital 005/2015 Contrato n° 118/PGE-2016
Aplicação de recursos federais de várias origens na Ferrovia Transnordestina - VALEC, Ministério dos Transportes, ANTT e FDNE	Acordo de Acionistas TLSA Empreendimento

As razões para inclusão dos elementos acima especificados encontram-se detalhadas no Anexo 1 a este relatório.

De outro lado, propomos que não sejam incluídos no Anexo VI da LOA 2018 as obras/serviços abaixo especificados, que também foram discutidos neste relatório:

Obras/Serviço:	Objeto
Usina Angra 3 - ELETRONUCLEAR	Contrato CT.NCO 223/83
	Contrato GAC.T/CT - 4500146846
	Contrato GAC.T/CT - 4500160692

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Construção da Fábrica de Hemoderivados - HEMOBRAS	Contrato 02/2011
Obras de construção da BR-235/BA - DNIT	Contrato: 05 00202/2014
Construção da Vila Olímpica - Parnaíba/PI. - Ministério do Esporte	Contrato de repasse 334.262-25/2010/ME/CAIXA
Canal do Sertão - Alagoas - Ministério da Integração Nacional	Contrato 58/2010-CPL/AL, Trecho 5
Canal Adutor Vertente Litorânea - Ministério da Integração Nacional	Contrato 6/2011
Obras de construção do Rodoanel de São Paulo - Trecho Norte - Ministério dos Transportes	Contrato 4.349/2013 - Lote 02
BRT de Palmas/TO - Ministério das Cidades	Termo de Compromisso 683171

Diante do exposto, votamos pela aprovação deste relatório, com proposta de atualização do Anexo VI do PLN 20/2017 do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018), nos termos do Anexo 2 a este relatório, e o submetemos à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, com as seguintes propostas de providências adicionais à CMO.

I) manifestar ao Presidente da República e ao Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a surpresa e a decepção ao ver que a iniciativa de criação do Sistema de Obras do Governo, saudada no exercício anterior como medida da maior importância, viu-se substituída pela constatação da ausência de medidas para a efetiva implantação do Cadastro, conforme descrito nos Acórdãos TCU 2449/2017 — Plenário e 2451/2017 — Plenário, reiterando a expressão de que a CMO considera a implantação de tal cadastro medida imprescindível à probidade e eficiência da gestão dos investimentos públicos federais;

II) convocar audiências públicas da Comissão:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a) para oitiva dos Ministros de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Transparência e Controladoria-Geral da União, com a participação do Tribunal de Contas da União, tendo como objetivo discutir as medidas de implementação do Cadastro Geral de Obras do Governo Federal e dos obstáculos à sua continuidade;

b) para discutir as propostas em andamento de transformação da operação da produção industrial da Fundação Oswaldo Cruz e do Complexo de Bio-Manguinhos em uma empresa pública, com a participação de representantes da Fundação, do Ministério da Saúde e da Casa Civil da Presidência da República, convidando-se para promovê-la conjuntamente as Comissões temáticas ligadas à saúde na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;

III) solicitar ao Tribunal de Contas da União, com base no art. 71, inc. VII, da Constituição Federal, cópia integral do processo administrativo TC 041.236/2012 mencionado no item 33 do voto condutor do Acórdão TCU 2060/2017— Plenário, bem como de quantos outros destinarem-se a atender ao subitem *9.5* do Acórdão 1.332/2009-TCU-Plenário e à solicitação constante da alínea “1” do voto do relatório COI 02/2016;

IV) levar à consideração do futuro relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 a recomendação de que o prazo para envio de informações pelo Tribunal de Contas da União, atualmente constante do art. 119, inc. II, da mencionada Lei, seja modificado de “até setenta dias após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária” para “até cinquenta e cinco dias após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária.”

Sra. Presidenta, este é o Relatório 3, que trata das liberações ou bloqueio das obras do Anexo VI.

Quero dizer a todos os presentes e a todos os Parlamentares que fizemos uma análise criteriosa de engenharia ouvindo todos os interessados, e a conclusão mais adequada, mais proba encaminhada foi essa aqui. Conto com o apoio de todos.

Consulto V.Exa. se posso fazer a leitura dos Relatórios 1 e 2, que são bem menores, para concluirmos tudo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - V.Exa. pode ler os relatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Obrigado.

Relatório 2.

Deputado Danilo Forte, V.Exa. quer falar antes?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu não vi, em nenhum momento, nada com relação à obra da transposição do Rio São Francisco, que para nós é fundamental. Eu acho importante saber se no relatório consta essa obra ou não.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Deputado Danilo, V.Exa. tem toda razão. Trata-se de uma obra muito importante, mas o TCU não mencionou nenhuma irregularidade relativa a essa obra tão importante para o Brasil, em especial para o Nordeste brasileiro. Por isso, não foi objeto de análise do COI essa obra especificamente.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Quando V.Exa. concluir a leitura dos relatórios, eu vou tecer comentários sobre essa questão.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Passo à leitura do relatório.

"Relatório nº 2 do COI/CMO, de 2017 (resumo)

Sr. Presidente, em função do grande volume do relatório, peço permissão de V.Exa. para ler de forma resumida as suas conclusões.

O presente relatório tem por objetivo analisar os avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ao Congresso Nacional, relativos a obras com indícios de irregularidades graves para o exercício de 2017, e que no último dia útil de novembro encontravam-se pendentes de apreciação pela Comissão. Neste caso, tais matérias são remetidas ao nosso Comitê e são por ele examinadas em relatório único (art. 122 da Resolução nº 1, de 2006, do CN).

Reitero que as decisões aqui propostas são relativas ao orçamento do ano corrente, ao orçamento para 2017. As decisões relativas ao orçamento para 2018 são abordadas no Relatório de número 3 deste COI, que também apresentamos nesta ocasião."

Gostaria que a nossa assessoria preparasse um chá de gengibre para mim, por favor. Eu estou muito gripado e estou tentando ler aqui, mas está complicado.

"Em qualquer caso, o Comitê aproveitou neste relatório todas as informações que levantou nas audiências públicas e nos relatórios relativos recebidos do TCU para subsidiar as decisões sobre o orçamento de 2018, que descrevemos quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da apresentação do Relatório nº 3. Assim, embora muitos dos avisos analisados neste relatório estejam há meses pendentes de apreciação pela Comissão, a avaliação sobre os casos leva em conta as informações mais atuais possíveis."

Foi aberto prazo para apresentação de emendas às deliberações propostas. Recebemos apenas a emenda do nobre Deputado Jorge Solla. A participação desse combativo Parlamentar, que tanto admiramos, mostra que está sempre atento aos temas da saúde pública. Infelizmente o objeto da emenda é impraticável, e tenho que propor a sua rejeição. A intenção da emenda é substituir no decreto legislativo o termo "bloqueada" por "suspensa", talvez buscando outro tipo de intervenção na execução dessas despesas, mas esse novo tipo não está previsto na LDO 2017, explicando melhor a única situação que a LDO reconhece é a de bloqueio ou não bloqueado. São as duas únicas situações que o Congresso tem instrumentos na LDO para gerenciar a situação de obra ao contrato. Por isso que, lamentavelmente, rejeitei a emenda do nobre Deputado Jorge Solla. Não existe uma terceira situação que tenha efeito legal sobre a despesa.

Assim, um decreto legislativo que menciona uma situação diferente daquela que está prevista na lei criará forte insegurança jurídica para os administradores e para as autoridades do próprio Congresso.

Devo, então, propor a rejeição da emenda, não sem antes agradecer à preocupação do nobre autor, Deputado Jorge Solla, com a saúde pública de nosso País.

"II. Voto

Feitos esses registros, este Comitê, após examinar os apontamentos feitos pelo TCU, as medidas corretivas adotadas ou a adotar pelos gestores, conforme consignado no Anexo 1, e a importância socioeconômica dos empreendimentos, decide:

NÃO PROPOR O BLOQUEIO da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes objetos:

Obras de construção na BR-235 - BA. Contratos 05 00202/2014 e 05 00239/2014 (AVN 12/2017);

Construção da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia – PE. Contrato 02/2011 (AVN 24/2017).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PROPOR O DESBLOQUEIO nos termos do projeto de decreto legislativo anexo a este parecer, da execução física, orçamentária e financeira do seguinte objeto:

Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Parnamirim/RN. Contrato 003/2015 e Edital 001/2015 (AVN 9/2017);

Construção da Vila Olímpica - Parnaíba/PI: Contrato de repasse 334.262-25/2010/ME/CAIXA (AVN 19/2017);

Construção do Hospital Regional em Queimados/RJ. Contrato 029/2015 e Edital 022/2014 (AVN 29/2017);

BRT de Palmas/TO: Termo de Compromisso 683171 (AVN 20/2017).

MANTER O BLOQUEIO da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes objetos já presentes no Anexo VI da LOA/2017:

BRT de Palmas/TO: Edital 1/2015 (AVN 20/2017);

Canal do Sertão – Alagoas: Contrato 58/2010 (AVN 23/2017);

Corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 1: Contrato 043/SIURB/12 e Edital 01/2012 (AVN 22/2017);

PROPOR O BLOQUEIO, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo a este parecer, da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes objetos:

Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no Estado do Rio de Janeiro. Contrato 070/2015 (AVN 21/2017).

Adequação da Travessia Urbana em Juazeiro - BRs 235/407/BA. Contrato SR-05/01177/2014 (AVN 25/2017);

Corredor de ônibus – SP – Radial Leste – Trecho 2. Contrato 044/SIURB/13 e Edital 02/2016 (AVN 28/2017).”

O último relatório é o Relatório nº 1, que é mais curtinho para a minha garganta que agradece e também para o ouvido de vocês. É muito ruim ouvir uma pessoa que está adoentada falando dessa forma tão ranhenta como estou falando.

Passo à leitura do relatório:

“Relatório 1/COI/CMO, de 2017

Sr. Presidente, em função do grande volume do relatório, peço a permissão de V.Exa. para ler de forma resumida as suas conclusões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por meio do ofício 136/2017/CMO, o Exmo. Sr. Presidente da Comissão solicita a este Comitê um levantamento das obras inacabadas em âmbito nacional, informando os motivos da paralisação.

A demanda formulada pela Comissão põe em evidência uma imensa lacuna na administração pública federal: a ausência de um cadastro das obras em andamento sob responsabilidade da União ou com recursos federais. Parece inacreditável, mas ainda em 2017 o Governo Federal desconhece quantas e quais obras têm a seu cargo.

Para contornar essa lacuna, o Comitê pesquisou eventuais levantamentos parciais que tenham sido feitos sobre a existência e situação de obras inacabadas, selecionando os que eram adequados à demanda formulada. Algumas iniciativas recentes do Governo Federal nesse sentido podem atender da forma possível à necessidade da Comissão. Trata-se de levantamentos procedidos entre o final de 2016 e o começo de 2017 pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e pela Comissão Especial das Obras Inacabadas do Senado Federal" — da qual eu fui Vice-Presidente. "São levantamentos relativamente recentes, com abrangência bastante considerável em relação ao total de obras custeadas pelo orçamento federal, e já validados pelo Executivo. Embora evidentemente apresentem lacunas e omissões, devidas exatamente à ausência de um registro único das obras federais em andamento, as informações aqui reunidas servem como a melhor aproximação possível daquilo que deseja a Comissão.

Conclusão

Diante do exposto, submetemos o presente relatório à consideração da Comissão. Nos Anexos, são apresentados (em papel e em formato de planilha eletrônica):

a) Anexo I - Relação, levantada em novembro de 2016, de todas as obras do PAC compreendidas entre R$ 500 mil e R$ 10 milhões que estavam paralisadas (1.600 obras);

b) Anexo II - Relação, levantada em fevereiro de 2017, de todas as obras informadas no Anexo I que foram consideradas pelo Executivo como merecedoras de continuidade e encontravam-se inconclusas em 31 de dezembro de 2016 (357 obras);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

c) Anexo III - Relação, levantada em fevereiro de 2017, de todas as obras informadas no Anexo I que foram consideradas pelo Executivo como já concluídas em 31 de dezembro de 2016 (79 obras)."

Srs. e Sras. Parlamentares, o Senado Federal, em consonância com essa preocupação, constituiu a Comissão Especial das Obras Inacabadas no ano passado. Coube ao Senador Ataídes Oliveira a Presidência, a mim a Vice-Presidência e ao Senador Wilder Morais a Relatoria.

Esse relatório, feito pela nossa Comissãso, foi muito útil para todas as conclusões do COI.

Espero, como engenheiro e membro desta Casa, ter contribuído da melhor forma possível para a elucidação das dúvidas, ter seguido as recomendações do TCU e dado condição para que o Brasil se desenvolva.

Muito obrigado, Sra. Presidenta, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada, Senador. Com certeza, através de seus relatórios, V.Exa. elucidou as nossas dúvidas, tanto que temos apenas o Deputado Raimundo Gomes de Matos inscrito para discutir.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu também quero me inscrever.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - O Deputado Danilo Forte também vai se inscrever.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nobre Senador Hélio, inicialmente nós queremos ressaltar a importância do trabalho de V.Exa. na Comissão, como também de todos os membros. A nossa indagação é em relação à Transnordestina.

Nós coordenamos aqui uma Comissão externa que acompanha os trabalhos da Transnordestina. Ainda ontem tivemos audiência com a equipe do Ministério do Planejamento, até porque o Governo oficializou um Comitê interministerial para propor alternativas para as obras da Transnordestina, e esse prazo já foi encerrado. E, ontem, na Comissão, foi apresentado o relatório da Transnordestina avaliando todos os investimentos da VALEC, as recomendações do TCU e também os possíveis investidores internacionais para a Transnordestina.

O Presidente da Transnordestina, o Dr. Sérgio Leite, esteve presente justamente apresentando a proposta de investidores internacionais, que, no próximo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mês de fevereiro a março, deverá ser oficializada e concretizada. Pelo seu relatório apresentado e bem construído, acatando também a decisão da Comissão e do TCU, permanecem impeditivos os investimentos para a Transnordestina até que a concessionária equalize uma proposta e atenda a todos esses acórdãos, como também os TACs que foram pactuados.

A Transnordestina necessita de um investimento de mais 7 bilhões. Quem assumir essa missão de construir os 800 quilômetros restantes terá que renegociar toda a dívida já contraída e fazer esse investimento. Então, nesse caso mais específico, na peça orçamentária continua a funcional programática em relação à Transnordestina. O que existe de impedimento é a liberação de recursos pelo BNDES e BNB, através dos fundos constitucionais, para a concessionária. Isso não inviabiliza a retomada do projeto. Creio que os demais membros desta Comissão irão concordar com esse relatório na perspectiva de que há, sim, uma construção dessa obra a ser concretizada, que irá ligar o Porto do Pecém e o Porto de Suape a Eliseu Martins.

E, já nesse relatório feito pelo Ministério do Planejamento, existe todo um estudo da viabilidade econômica do transporte de minério e grãos, para que possamos ter, acima de tudo, a concretização dessa ferrovia. Só o que nos espanta é o prazo, pois é uma obra que foi iniciada em 2005, e a previsão é de que a conclusão da Transnordestina ocorra em 2021, o que inviabiliza muitos outros projetos complementares, não só do Piauí e do Ceará, mas também de Pernambuco.

Então, nós só queremos que V.Exa. reafirme que há, sim, a permanência da funcional programática, do programa no Orçamento, para que isso não seja motivo de impedimento das negociações internacionais que estão sendo feitas da Transnordestina com os investidores. Se o Governo Federal tirar isso da sua peça orçamentária, qual investidor internacional fará investimentos no Brasil e na Transnordestina? O próprio Governo não está contemplando, no seu orçamento, essa obra. Então, como é que o investidor internacional vai alocar recursos numa obra que está inviabilizada pelo próprio Governo? Então, nessa indagação é importante a palavra de V.Exa., para que até os investidores internacionais tenham firmeza de que efetivamente, vencidos esses obstáculos, essa compatibilização com o que os acórdãos do TCU estão solicitando, e com essa articulação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concessionária de buscar investimentos internacionais, nós possamos ter a Transnordestina, obra de suma importância para o Nordeste brasileiro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Com a palavra, para discutir a matéria, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, corroborando aqui com a colocação do Deputado Raimundo Gomes de Matos, eu acho que o Nordeste padece de uma atenção maior no que diz respeito às duas principais e mais importantes obras estruturantes do Nordeste: a Transnordestina, tão bem reivindicada pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos; e a transposição do São Francisco, porque é um clamor secular.

Há mais de 2 anos inclusive eu apregoei que, diante da falência da construtora responsável pelo trecho da chegada da obra ao Estado do Ceará, fosse convocado o Batalhão de Engenharia de Construção do Exército brasileiro para concluir a obra, porque inclusive tinha sido o batalhão de engenharia que tinha realizado a parte mais difícil da obra, que foi a captação de Cabrobó, em Pernambuco.

E agora, no trecho final, faltando menos de 8% para a conclusão, para a água chegar a Jati, era necessário que nós tivéssemos firmeza. Inclusive tivemos duas reuniões no Tribunal de Contas da União, junto com os Governadores dos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, exatamente no sentido de buscar agilizar a complementação, a conclusão dessa obra.

Infelizmente, a opção feita pelo Ministério da Integração foi de uma licitação. E a licitação, num primeiro momento, deu um problema de escolha, na medida em que a primeira e a segunda empresas eram inclusive empresas cearenses. Se elas tivessem sido contratadas, com certeza essa obra já teria sido concluída. Mas se preferiu contratar uma terceira empresa do Estado de Goiás.

E a moral da história é que a obra continua parada e a conclusão não foi feita. O Estado do Ceará padece da conclusão dessa obra, porque inclusive o Castanhão, que é o nosso maior reservatório, hoje tem apenas 3% do armazenamento de água. Se não chover até o início de janeiro, nós vamos entrar no volume morto, correndo o risco de prejudicar o abastecimento de água para a região metropolitana de Fortaleza. Mais de 4 milhões de pessoas no Estado do Ceará ficarão impedidas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ter acesso ao abastecimento de água. Nós já temos cidades no interior do Ceará em colapso total de abastecimento de água na sede do Município, como Acopiara e Pedra Branca.

E tudo isso seria resolvido, tudo isso estaria num outro momento se a transposição do São Francisco tivesse sido concluída e se pelo menos houvesse uma data prevista agora para o início do ano, já que ela foi prometida para o início deste ano, depois para o meio do ano, depois para setembro. Agora já nem data temos mais, porque sequer a construtora que assinou o contrato com o Ministério da Integração está executando as obras. E já se fala inclusive em rescisão desse contrato.

Então, eu acho que é importante também que esse comitê tenha uma observação e um cuidado especial para com a transposição, porque ela é fundamental para o Estado do Ceará.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass, que é o último inscrito para...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Deputada, só quero fazer uma questão de ordem. O Presidente Eunício Oliveira já abriu a sessão do Congresso. Automaticamente, nós pedimos celeridade para que nós possamos... Ele suspendeu lá por 20 minutos, para que nós possamos otimizar aqui a conclusão do debate e a votação deste importante relatório.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - É o tempo de nós conseguirmos votar. Só posso fazer isso terminadas as inscrições.

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - É que a minha questão é uma questão de ordem. Então, eu sugiro que nós apreciemos a votação e depois eu faço a questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Claro, Deputado. Está certo.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Nobre Deputada Presidente, eu quero cumprimentar o Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos, o Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A obra da Transnordestina é fundamental para o Nordeste brasileiro. A interligação do Porto de Pecém ao Porto de Suape e a Eliseu Martins representa um grande desenvolvimento. A salvação dessa obra é, de fato, a captação de recursos internacionais para que possamos agilizá-la. Realmente, o nosso relatório não inviabiliza o projeto em nada. Muito pelo contrário, exigimos que esse planejamento que V.Exa. muito corretamente coloca aqui seja concluído e aprovado pelo Congresso, para que se possa captar esses recursos internacionais.

Então, cumprimento V.Exa. e deixo claro que está devidamente atendida essa proposta que V.Exa. tão bem aqui traz, nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Nobre Deputado Danilo Forte, é com muita satisfação que cumprimento V.Exa. pela lembrança dessa obra tão importante que é a transposição do Rio São Francisco. V.Exa. sabe que eu sou um concursado público federal da carreira de Analista de Infraestrutura e tenho quase 100 colegas dessa carreira cuidando da obra do São Francisco. E nós sabemos da importância capital dessa obra. Não é possível paralisá-la. Temos que concluí-la o mais breve possível.

Então, os recursos previstos para a conclusão permanecem na Lei Orçamentária. No caso da transposição, não houve apontamentos do TCU sobre irregularidades com relação a questões graves da obra, não havendo, portanto, intervenção do Comitê sobre essa obra. No entanto, concordamos com a preocupação de V.Exa. Acho que cabe ao COI — Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves acompanhar o processo dessa pequena licitação que está tendo problema, para concluir o mais rápido possível esse pequeno pedaço do canal e poder atender essa região do vosso Ceará.

Quero agradecer a V.Exa. também pela intervenção, elogiosa e correta, trazida a esta Comissão. Obrigado, Deputado. Estamos juntos nessa luta!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O Relatório nº 3 e sua errata estão em votação na representação da Câmara dos Deputados. Os Senhores Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação no Senado Federal. Os Senhores Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Vamos diretamente ao item 2, que trata do Relatório nº 2/COI/CMO, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves acerca da AVN 9/2017-CN, AVN 12/2017-CN, AVN 19/2017-CN, AVN 20/2017-CN, AVN 21/2017-CN, AVN 22/2017-CN, AVN 23/2017-CN, AVN 24/2017-CN, AVN 25/2017-CN, AVN 28/2017-CN e AVN 29/2017-CN, por meio das quais o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

O Relator já apresentou o Relatório nº 2, ao qual foi apresentada uma emenda, que foi rejeitada.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados o Relatório nº 2. Os Srs. Deputados que aprovam o relatório do nobre Senador permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. Os senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sra. Presidente, solicito uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Bohn Gass.

Mas, antes, se V.Exa. me permitir, vou ler os avisos.

Em que pese o §3º do art. 16 da Resolução nº 1, de 2006-CN, facultar a dispensa de designação de Relatores para as matérias relacionadas no inciso III, alíneas “a”, “c", “d” e “e”, e no inciso IV do art. 2º da mesma Resolução, esta Presidência, mesmo assim, optou por designar Relatores para todas essas matérias, com a finalidade de se preservar a competência regimental desta Comissão, que é a de examinar todas as proposições que lhe são submetidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Dessa forma, pudemos apreciar todas as matérias cujos relatórios foram apresentados à Comissão.

As demais matérias, que não tiveram seus relatórios apresentados pelos Relatores em tempo hábil por alguma razão, ficaram pendentes de apreciação. Nesse caso, proponho ao Plenário o arquivamento dessas matérias, pela ausência de seus relatórios.

Para conhecimento do Plenário, as matérias são as seguintes:

Avaliação de Receitas e Despesas: Mensagens nºs 4, 7, 10, 11 e 13/2017-CN;

Demonstrações Financeiras do Banco Central: Aviso nº 16/2017-CN;

Relatório Gerencial Trimestral do BNDES: Ofício nº 15/2017-CN;

Relatório de Gestão Fiscal do TCU: Avisos nºs 13 e 21/2016-CN;

Relatório de Gestão Fiscal: Avisos nºs 17/2014-CN, 6, 16 e 17/2015-CN, 16/2016-CN, 8/2017-CN, Mensagens 9, 11, 16 e 17/2014-CN, 1 e 2/2015-CN e os Ofícios nºs 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39/2014-CN; 1, 2, 4, 5, 6 e 7/2015-CN;

Relatórios de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil: Avisos nº 14 e 18/2017-CN.

O envio das matérias para o Arquivo está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação na representação do Senado.

Os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Bohn Gass para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sra. Presidenta Deputada Laura Carneiro, eu quero sugerir, mediante o acordo que nós construímos ontem, que façamos a suspensão desta sessão, que está ainda com o quórum da sessão de ontem. Há muitas tratativas em relação a emendas, a EMBRAPA está sendo incluída e várias outras tratativas estão sendo feitas. Se conseguirmos concluir todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

procedimentos, nós vamos, no retorno, não encerrar a sessão, mas validar sua continuidade. Se não conseguirmos, vale o acordo que construímos ontem.

Então, esta é uma sugestão que quero fazer: que se suspenda esta sessão com este quórum — até porque há sessão do Congresso —, e, estando incorporados todos os temas, vale o que acordamos ontem; não estando incorporados, nós vamos valer o acordado ontem, que é haver uma nova sessão.

Então, eu acredito que é melhor suspender agora, porque há a possibilidade de mantermos o quórum. Se encerrarmos agora, ficaremos com dificuldade, porque não está tudo concluído nos processos das emendas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Antes de passar a palavra ao Deputado Claudio Cajado, eu queria lembrar que o Senador Eunício Oliveira acabou de dizer isto em plenário: ele suspendeu a sessão do Congresso por 20 minutos, mas mandou se encerrarem todas as Comissões que estivessem em funcionamento, menos a CMO. Então, nós estamos regularmente funcionando e poderíamos continuar automaticamente.

Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sra. Presidente Laura Carneiro, Sr. Presidente Senador Dário Berger, eu queria apelar ao Deputado Bohn Gass, aos demais Parlamentares aqui presentes e ao nosso querido Relator para que iniciássemos a discussão. Por quê? Porque o relatório do Deputado Cacá Leão poderá ainda sofrer alguns ajustes. Poderá! Até agora ele está sendo procurado por uma série de órgãos, por uma série de Ministros.

Eu quero manifestar minhas condolências, não digo por causa de alguma ocorrência de morte, mas de forma figurativa, em virtude do que passa o Deputado Cacá. Ele está sem poder atender aqueles que o procuram, diante da restrição financeira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Condolências?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Ele não morreu ainda, mas se continuar assim, não sei se ele vai sobreviver.

Eu queria apelar ao Deputado Bohn Gass para que tenha sentimento, e que nós pudéssemos iniciar a discussão e suspender a reunião após a discussão, porque assim nós adiantaríamos o processo, Senador Dário Berger. E abriríamos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prazo para eventuais destaques, concluiríamos todo esse processo e ficaríamos aguardando tão somente, Deputado Danilo Forte, a votação do relatório final, ultrapassada essa fase.

Hoje é quarta-feira. Eu estou em quatro Comissões — quatro! Acabei de ler dois projetos na Comissão de Relações Exteriores, estou indo para a Comissão de Ciência e Tecnologia, mas a prioridade é a Comissão Mista de Orçamento, como é a prioridade do Deputado Bohn Gass, como é a do Deputado Danilo Forte, como é a da Deputada Laura Carneiro.

Então, nós poderíamos iniciar essa discussão e, obviamente, se não nos prolongássemos, abriríamos o prazo, Senador Dário Berger, dos destaques; concluiríamos num horário a apresentação dos destaques — vamos supor, às 13 horas; e aí, Deputado Bohn Gass, concluindo o prazo para apresentação dos destaques, nós ficaríamos com o relatório pronto para podermos votar. E, enquanto isso, procura-se o Relator para se fazerem os ajustes finais.

Isso é muito mais inteligente do que deixarmos suspensa a sessão sem a leitura do relatório, sem o início da apresentação dos destaques e sem o encerramento da discussão. Vamos ficar amarrados a quê? Vamos suspender para quê? Não faz sentido.

Faria sentido se nós abríssemos a discussão, começássemos o relatório, abríssemos o período para apresentação de destaques. Concluído o relatório, daríamos um prazo para encerramento dos destaques e das discussões e, a partir daí, poderíamos pensar em suspender. Agora eu não vejo sentido na suspensão. Não tem nenhum objetivo claro a suspensão da presente sessão neste momento.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Quero só facilitar.

Eu acho que tanto o desejo do Deputado Claudio Cajado é pertinente como também a preocupação do Deputado Bohn Gass. Então, para somar os dois, eu acho que poderíamos fazer o seguinte: abriríamos a leitura do relatório, e o período da leitura seria o período dos destaques, em seguida se suspenderia a reunião para fazer o arremate final, e aí teríamos a decisão final do Relator. E, depois dessa conversa, que é republicana e saudável para o bom andamento da Casa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

voltaríamos com o compromisso de não fazer questionamento sobre o veto ou não aos destaques. Aí, teríamos celeridade na votação final, porque já sabemos do esforço do Deputado Cacá, que tem feito uma relatoria harmoniosa, muito democrática, pois ouviu todo mundo. Sabemos da dificuldade financeira e fiscal que o País atravessa, e sabemos também do compromisso que o Deputado teve de buscar atender às demandas da Comissão.

Diante disso, então, eu acho que daríamos celeridade ao processo. Faríamos a leitura agora, o período da apresentação de destaques seria só durante a leitura, que é o prazo, inclusive, que o Regimento coloca, suspenderíamos a reunião após a leitura e voltaríamos no final da tarde, ou no começo da noite, ou de madrugada, para concluirmos a votação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Eu vou fazer uma sugestão tanto ao Deputado Cajado como ao Deputado Danilo, e especialmente ao Deputado Bohn Gass. Se V.Exas. puderem olhar para frente e ouvir...

Deputado Cajado, faço uma sugestão ao Plenário. Nós temos ainda que votar o relatório do CAE — Comitê de Admissibilidade de Emendas, sem o qual é impossível a votação do todo. Nós faríamos o seguinte: neste momento, passaríamos a votar o relatório do CAE, o Deputado Bilac estaria aqui, e, depois da votação do relatório do CAE, provavelmente teremos que parar porque teremos a sessão do Congresso. Assim, ganharemos tempo, até lá o Relator já terá chegado, estará aqui conosco, e, quem sabe, nós já teremos avançado ainda mais na nossa discussão.

Se nós avançarmos, resolveremos o problema, por exemplo, da agricultura, da EMBRAPA, que tem destaque do Deputado Bohn Gass, destaque meu, do Deputado Evandro, enfim, de todos nós, porque todos concordamos com o tema. Se conseguirmos avançar, poderemos fazer uma votação mais rápida, digamos assim.

De todo modo, os destaques estão sendo apresentados desde ontem, Deputado Danilo. Desde ontem ao meio-dia, todos já puderam apresentar seus destaques. Então nós apenas...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas o período se encerra no início da votação, da discussão do relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Sim, por isso não começou ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Por isso, se lermos logo o relatório, o período termina logo e fazemos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Por isso é que eu pergunto a V.Exas. se concordam, então, que agora nós passemos à votação do CAE.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla, pela ordem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente Laura, enquanto não se iniciar a Ordem do Dia do Congresso, podemos ir tocando aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Então, é o que eu estou sugerindo. Mas, como é extrapauta, eu quero combinar publicamente.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Deputada, a sessão do Congresso já começou...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Mas nós estamos autorizados.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sei disso, e eu concordo com o seu encaminhamento. Só queria registrar o seguinte: eu gostaria que o Relator pudesse... Pode ser que só eu não tenha tido acesso ainda. Nós tivemos emendas aprovadas na CMO, tivemos emendas aprovadas nas Comissões Permanentes. Eu, por exemplo, tive oportunidade de apresentar emendas que foram aprovadas na Comissão de Seguridade Social e na CMO, e, até onde sei, não foram atendidas nas setoriais e pelo Relator.

Então, Deputada Laura, eu concordo com o seu argumento, mas eu não posso apresentar um destaque sem saber se o Relator atendeu ou não. A não ser que me digam assim: *"Apresente o destaque independentemente de saber o que o Relator apresentou".*

Então, eu gostaria que o Relator pudesse ter a oportunidade de apresentar aqui na Comissão, ouvir os questionamentos, para que nós possamos fazer os destaques posteriormente, senão eu vou fazer o destaque sem saber qual é a posição dele. Eu acho que não é o mecanismo mais adequado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Deputado Solla, deixe-me explicar a V.Exa. Na verdade, desde ontem, todos os Parlamentares, durante toda a tarde, fomos pedir explicações à Assessoria Técnica da Comissão de Orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, por exemplo, as dúvidas de cada um de nós quanto à leitura do relatório apresentado ao meio-dia foram retiradas, e por isso alguns conseguiram fazer destaques. Eu entendo a posição de V.Exa., mas temos que cumprir o Regimento, e o Regimento determina o momento em que se encerram os destaques. Com certeza, V.Exa. terá tempo para isso.

Agora eu quero pedir que passemos ao Relatório do CAE, porque com relação não há problema para V.Exa.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Por enquanto, fica assim. Nós vamos apenas trabalhar com o CAE. Enquanto isso, nós conversamos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Com o CAE, foi exatamente o que eu sugeri.

Informo ao plenário que há requerimento para inclusão na pauta do Relatório do CAE. De acordo com o art. 214, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento não vai à apreciação de plenário, e, por isso, defiro o presente requerimento.

Peço ao nobre Senador e meu Presidente Dário Berger que assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Portanto, conforme disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o Relatório das Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas —, CAE/CMO, sobretudo quanto ao seu exame de admissibilidade pela Relatoria-Geral apresentada ao Projeto de Lei nº 20, de 2017, Projeto de Lei Orçamentária para 2018.

O voto do Relator do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, Coordenador Deputado Bilac Pinto, do PR de Minas Gerais, é o de que todas as emendas apresentadas pelo Relator Geral sejam consideradas admitidas.

A Deputada Laura Carneiro é membro atuante efetivo do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro, como membro do Comitê, para a leitura do seu relatório.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu vou ler o relatório de lavra, é claro, de todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

nós, mas especialmente do Deputado Bilac Pinto, que está se aproximando da Comissão.

"Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas

Exame de Admissibilidade das Emendas Apresentadas ao PLOA 2018

I - Relatório

1. Conforme art. 25 da Resolução n° 1/2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos Projetos de Lei Orçamentária Anual, de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

2. O exame de admissibilidade de emendas corresponde ao exame preliminar, anterior ao de mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução n° 1/2006-CN. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição em tramitação na CMO que contrariar norma constitucional, legal ou regimental será inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade (arts. 15, inciso XI, e 25 da Resolução n° 1/2006-CN.)

3. Em relação às emendas de Relator, vale salientar que o art. 144 da Resolução n° 1, de 2006-CN, assim disciplina a matéria:

> *'Art. 144. Os Relatores somente poderão apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de:*
>
> *I - corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal;*
>
> *II - recompor, total ou parcialmente, dotações canceladas, limitada a recomposição ao montante originalmente proposto no projeto;*
>
> *III - atender às especificações dos Pareceres Preliminares.*
>
> *Parágrafo único. É vedada a apresentação de emendas que tenham por objetivo a inclusão de*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

programação nova, bem como o acréscimo de valores a programações constantes dos projetos, ressalvado o disposto no inciso I do 'caput' e nos Pareceres Preliminares.'

4. Em relação ao item III, o Parecer Preliminar ao PLOA 2018 aprovou uma série de situações que autorizam a apresentação de emenda de iniciativa do Relator-Geral.

5. Na análise efetuada pelo Comitê acerca da admissibilidade das emendas de Relator-Geral não se constatou infringência à norma constitucional, legal e regimental.

II - Voto

6. Diante do exposto, somos pela admissibilidade de todas as emendas do Relator-Geral apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2018."

Assinam nosso Coordenadores: Deputado Bilac Pinto, Deputado Toninho Wandscheer, Deputada Laura Carneiro, Deputada Carmen Zanotto, Deputado Jaime Martins, Deputado Domingos Sávio, Deputado Zé Carlos, Deputado Cidinho Santos e Deputado Benedito de Lira.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, submeto-o à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e Deputadas que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto-o à aprovação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço à Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*

Conforme entendimento estabelecido por membros desta Comissão em reunião de Líderes, nós podemos iniciar a leitura do relatório. Entretanto, como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Relator ainda está fazendo os últimos ajustes e detalhes, eu vou suspender a reunião por alguns minutos. Retornaremos em seguida.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu fico pensando se não era melhor, Deputado Bohn Gass, simplesmente nós encerrarmos a reunião, abrirmos um novo painel, e as pessoas virem aqui para dar presença.

Na verdade, nós podemos discutir com seis Deputados e dois Senadores. E há esse número, aqui, neste momento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu já tinha encaminhado isso na questão da suspensão. Vamos aguardar o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Suspensão é mais apropriada agora. É até mais seguro, para não termos problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está suspensa a reunião por 10 a 15 minutos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Havendo número regimental, declaro reiniciada a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação das matérias na pauta.

Como esta provavelmente é a nossa sessão mais importante, antes de iniciar a Ordem do Dia, eu gostaria de agradecer o auspicioso trabalho que desenvolvemos durante este ano à Coordenação Audiovisual; à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados; ao Departamento de Taquigrafia; às Consultorias Legislativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, às assessorias de todas as Lideranças da Câmara e do Senado, às senhoras copeiras, aos senhores garçons, enfim, a todos aqueles que, com dedicação, com trabalho, com carinho, contribuíram para o bom êxito dos trabalhos desta Comissão.

Agora vamos passar à matéria mais importante desta semana. Como a matéria não constava da pauta, primeiro, vamos incluí-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Informo ao Plenário que há requerimento de inclusão na pauta do relatório final. De acordo com o art. 214, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento não vai à apreciação do Plenário. Portanto, eu o defiro, para que possamos votar a matéria.

Inicia-se a Ordem do Dia.

Passa-se à apreciação do Relatório Geral apresentado ao Projeto de Lei nº 20-CN, de 2017, Projeto de Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, e da complementação de voto do nobre Relator-Geral, Deputado Cacá Leão.

Foram apresentadas ao relatório 8.347 emendas. O voto do nobre Relator é pela aprovação do PLN 20/17, na forma do substitutivo que será apresentado, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas.

Informo que o prazo para apresentação de destaques iniciou-se no dia 12 de dezembro e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Tem a palavra o Deputado Cacá Leão, para a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, nobre Senador Dário Berger, minha querida Vice-Presidente desta Comissão, Deputada Laura Carneiro, que conduz os trabalhos neste momento, queria cumprimentá-los e a todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras aqui presentes.

Meu querido Presidente, Senador Dário Berger, sei que V.Exa. tem um compromisso e volta daqui a pouco, mas, antes de iniciar a leitura do relatório, eu não poderia deixar de lhe agradecer pela parceria, pela confiança e pela forma como conseguimos trabalhar ao longo dos últimos quase 90 dias. A amizade e a relação de confiança que nós construímos foram das melhores coisas que me aconteceram nesta Casa, Senador. Eu tenho certeza absoluta de que vão durar para sempre. Espero, dentro de muito pouco tempo, ter novamente a oportunidade de trabalhar com V.Exa., em uma nova Comissão Mista ou em qualquer outra ocasião

Sei que V.Exa. tem um compromisso, mas, antes de iniciar a leitura do relatório, não poderia deixar de lhe prestar os meus agradecimentos e esta singela homenagem.

Vamos à leitura do nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Relatório Geral sobre o Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018'.

1. Relatório

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 1, de 2006-CN, submetemos ao Plenário da Comissão Mista de Orçamento — CMO o Relatório Geral sobre o Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, que 'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018', enviado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 324, de 31 de agosto de 2017, posteriormente alterado pela Mensagem nº 424, de 30 de outubro de 2017.

Indicado pela Liderança partidária e designado pelo ilustre Presidente desta Comissão, coube-nos a honrosa tarefa de exercer as funções relativas à Relatoria Geral. Desde logo, aproveitamos a oportunidade para expressar nossos agradecimentos ao Presidente desta Comissão, nobre Senador Dário Berger, aos Relatores Setoriais e ao Relator da Receita, aos membros deste colegiado e ao conjunto de parlamentares que compartilharam do esforço de conciliação necessário à elaboração do Substitutivo que ora apresentamos.

Nesse contexto, vale também consignar que o trabalho desta Comissão e das relatorias, com o auxílio dos Comitês, pautou-se pela observância das normas pertinentes à matéria.

O presente Relatório Geral, que abrange os efeitos do Relatório da Receita e dos Relatórios Setoriais aprovados, foi elaborado em consonância com os critérios, condições e parâmetros fixados por esta Comissão quando da aprovação do Parecer Preliminar.

1.1. Visão Geral do Substitutivo ao PLOA 2018

O valor total da despesa constante do Substitutivo apresentado é de R$ 3.575 trilhões dos quais R$ 1.157 trilhão refere-se ao refinanciamento da dívida pública.

O Orçamento da União líquido de refinanciamento da dívida totaliza R$ 2.418 trilhões. Desse total, R$ 68,8 bilhões correspondem ao orçamento de investimento e R$ 2,349 trilhões bilhões aos orçamentos fiscal e da Seguridade Social.

No âmbito dos orçamentos fiscal e da Seguridade Social, o aumento da despesa em R$ 5,6 bilhões é suportado pela reestimativa da receita primária bruta no mesmo valor, conforme Relatório da Receita.

1.2. Teto de Gastos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, fixou limites para as despesas primárias.

Na Mensagem original, por meio da qual o Poder Executivo encaminhou o PLOA 2018, a programação era cerca de R$ 41,3 bilhões inferior ao teto de gastos. A reprogramação constante da Mensagem Modificativa, porém, fixou despesas num montante que ficou apenas R$ 170,7 milhões abaixo do valor máximo de programação.

Esta Relatoria defrontou-se, portanto, com o desafio de elaboração da peça orçamentária sem contar com praticamente nenhuma margem de aproveitamento da revisão nas projeções de receitas aprovada por esta Comissão.

Em razão dos limites individualizados e dos valores máximos de programação, houve pouca liberdade para locação de recursos provenientes do aumento líquido de estimativa da receita primária, o qual alcançou R$ 4,9 bilhões, conforme o relatório da receita. Somente se pôde aumentar despesa sujeita ao teto de gastos no âmbito do Poder Executivo, que apresentava uma pequena folga (R$ 170,7 milhões) relativa ao respectivo valor máximo de programação.

O saldo do aumento da estimativa líquida, de R$ 4,7 bilhões, foi apropriado em programações não sujeitas ao teto de gastos: Fundos Constitucionais, reservas financeiras vinculadas ao FAT e ao FNDCT (R$ 270,7 milhões); implementação do voto impresso (R$ 250 milhões); complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB (R$ 1,5 bilhão); participação da União no capital da Empresa Gerencial de Projetos Navais — EMGEPRON (1,0 bilhão); e reserva de contingência (R$ 1,7 bilhão).

1.3. Saúde

A Emenda Constitucional nº 86 de 2015 dispôs que, até 2020, a União deveria aplicar ao menos 15% da receita corrente líquida (RCL) do exercício em ações e serviços públicos de saúde (ASPS).

Todavia, a EC 95/2016 antecipou a incidência do percentual de 15% para o exercício de 2017 e determinou que o montante apurado constitua o valor mínimo a ser aplicado a partir de então corrigido anualmente pelo IPCA. Dessa forma, para 2018, o mínimo a ser aplicado em ASPS corresponde ao montante de R$ 117,4 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Neste Relatório Geral encontra-se consignado o montante de R$ 119,3 bilhões no orçamento do Ministério da Saúde, especificamente para aplicação do ASPS, o que supera a aplicação mínima em R$ 1,17 bilhão.

1.4. Educação

O PLOA estima que a aplicação mínima em manutenção e desenvolvimento do ensino — MDE para 2018 deverá alcançar R$ 49,6 bilhões.

Na proposta orçamentária em exame, o volume das despesas classificadas como MDE alcançou R$ 85,9 bilhões. O Substitutivo, por sua vez, prevê a aplicação de R$ 89,0 bilhões em MDE, o que representa aporte adicional de R$ 3,1 bilhões em relação à proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo.

Com relação à complementação da União ao FUNDEB, esta deve ser de no mínimo 10% do total de recursos que compõem os respectivos fundos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, o que está estimado em R$ 14,1 bilhões para 2018, distribuídos proporcionalmente ao número de matrículas nos Estados que não alcançarem o valor mínimo por aluno, definido nacionalmente.

Atualmente, são beneficiados nove Estados das regiões Norte e Nordeste, com acréscimo de R$ 1,5 bilhão no Substitutivo e a redefinição do valor mínimo por aluno, além da elevação da complementação efetuada em favor dos Estados já contemplados, os Estados do Rio Grande do Norte e de Minas Gerais também serão beneficiados.

Outra questão importante diz respeito aos recursos para o ensino superior. Ao analisar a proposta orçamentária do MEC, constatou-se que parcela expressiva dos recursos destinados a investimentos das instituições federais de ensino superior estava centralizada na administração direta do MEC.

Em atenção a reivindicações recebidas, construiu-se um acordo para assegurar a cada universidade uma dotação específica de modo a garantir a continuidade do processo de reestruturação e expansão de suas instalações.

O referido acordo prevê remanejamento de R$ 166,4 milhões. Desse total, R$ 47,9 milhões foram realocados no relatório setorial da Educação e Cultura. No presente relatório, a descentralização envolve os R$ 118,5 milhões restantes.

1.5. Segurança Pública

Em relação às ações da área de segurança pública, as dificuldades financeiras e orçamentárias por que passam várias Unidades da Federação têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prejudicado o combate à criminalidade, levando a uma escala de violência sem precedentes na nossa história recente. Sensível a esses problemas, o Substitutivo que ora submetemos à apreciação desta Comissão contempla recursos adicionais para algumas ações que entendemos de fundamental importância para auxiliar os Estados a devolver a paz e segurança aos nossos cidadãos.

Nesse sentido, o montante dos recursos para a segurança pública, notadamente no âmbito de Administração Direta do Ministério da Justiça e do Fundo Nacional de Segurança Pública, foi majorado, cabendo destacar o programa — Justiça, Cidadania e Segurança Pública, que foi acrescido em R$ 512,5 milhões sobre os recursos de R$ 2,2 bilhões que vieram no projeto. O orçamento total do Ministério da Justiça e Segurança Pública, onde se insere de forma bastante significativa o orçamento da segurança pública, passou de R$ 15,3 bilhões para R$ 15,8 bilhões.

1.6. Assistência Social

A proposta orçamentária para 2018, em relação à proposta para 2017, apresenta redução de cerca de 26,5% nas despesas discricionárias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o que pode vir a prejudicar a prestação dos serviços destinados à população em situação de risco e vulnerabilidade social. A fim de incrementar recursos que contribuam para o bom funcionamento do sistema, propomos, com base na autorização do parecer preliminar, uma emenda de R$ 300,0 milhões à Ação 2037 — Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Neste tópico, merece destaque também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que utiliza mecanismos para favorecer a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, contribuindo para uma renda mínima aos produtores rurais. Além disso, cumpre também importante papel na assistência aos grupos menos favorecidos, uma vez que os produtos adquiridos são distribuídos à população em situação de insegurança alimentar e nutricional, buscando manter sua efetividade, este Relatório Geral propõe emenda de R$ 190,0 milhões nas dotações desse programa, o que elevará seu valor total para R$ 375,9 milhões.

1.7. Despesas com Pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Mensagem Modificativa do PLOA 2018 previu R$ 322,7 bilhões em gastos com pessoal e encargos sociais, o que representa um acréscimo de 3,9% em relação ao valor autorizado para 2017.

Os gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, inclusive Defensoria Pública da União — DPU e do Ministério Público da União — MPU, estão dentro dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.9. Correções e Ajustes

Em alguns casos, os pareceres das emendas comportam correções e ajustes realizados pelos Relatores Setoriais e por este Relator-Geral, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua aprovação ou ulterior execução.

1.10. Emendas de Relator-Geral

Conforme o parecer preliminar, as emendas de Relator foram destinadas à correção de erros, omissões ou inadequações de ordem técnica ou legal verificados no PLOA 2018, ou decorrentes do processo de emendamento, bem como às finalidades previstas no item 10 da Parte Especial do aludido Parecer. Com fundamento nesse item, procuramos ajustar a peça orçamentária às necessidades institucionais e de oferta de serviços públicos, com destaque para os seguintes acréscimos:

- Educação (R$ 1.7 bilhões, sendo R$ 1, 5 bilhões para a complementação da União ao FUNDEB;
- Saúde (R$ 598,0 milhões para estruturação e manutenção de unidade de saúde;
- Segurança (R$ 240,0 milhões para segurança pública e policiamento nas rodovias federais;
- Desenvolvimento social (R$ 320 milhões, sendo R$ 300 milhões para a proteção social básica);
- Infraestrutura de transporte, turística, esportiva e hídrica (R$ 1,7 bilhão);
- Organização fundiária e assentamentos rurais (R$ 260 milhões);
- Promoção do desenvolvimento regional e territorial (R$ 666,5 milhões);
- Obras preventivas de desastres naturais (R$ 200 milhões);
- Agricultura (R$ 90,0 milhões, para a concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e fomento ao setor agropecuário);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Ciência e tecnologia (R$ 44,0 milhões);
- Saneamento (R$ 180,0 milhões para sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos).

1.11. Pareceres às Emendas

À despesa foram apresentadas 8.325 emendas individuais e coletivas. A tabela 9 informa quantas dessas emendas foram aprovadas ou aprovadas parcialmente, rejeitadas ou inadmitidas, bem como os montantes dos atendimentos.

As emendas individuais foram atendidas pelo valor solicitado. Já as emendas de bancada impositivas foram atendidas até o alcance do limite de 70% de reserva específica constante do PLOA 2018, uma vez que os restantes 30% foram destinadas ao atendimento de despesas necessárias ao custeio de campanhas eleitorais. O atendimento das demais emendas de bancada e das de Comissão fez-se com base nas análises criteriosas realizadas pelos Relatores Setoriais e pelo Relator-Geral, necessárias para se decidir sobre a alocação de recursos escassos.

Em todos os casos, o atendimento das emendas levou em conta as restrições impostas pela legislação vigente, em especial as regras do Parecer Preliminar e da Resolução nº 1, de 2006-CN. Na Relatoria-Geral, foi examinado o mérito de cada demanda, buscando-se verificar o potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

2. Voto

Em face do exposto, somos pela aprovação do PL nº 20, de 2017-CN, (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018), na forma do Substitutivo que ora apresentamos, o qual contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas.”

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

Nossa assessoria está terminando a complementação do voto, conforme foi acordado ontem na reunião de Líderes aqui da CMO. Saímos ontem já na madrugada. Atendi a todos os Parlamentares que me procuraram. Procurei, dentro do limite possível, atender a todos os pleitos que me foram apresentados.

É um novo modelo, um novo formato de relatório. Vivemos sob a Emenda Constitucional nº 95, que não permite se utilizar a reestimativa de receita para também fazer o atendimento aos pleitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Queria agradecer a compreensão de todos os meus colegas, de todos os membros desta Comissão Mista de Orçamento, pelo entendimento da dificuldade que tivemos em alocar recursos neste Orçamento.

Quero agradecer a parceria com que foi feita, também, através da Liderança do Governo, através do Deputado Andre Moura e do Vice-Líder nesta Comissão, o Deputado Claudio Cajado, que também foi um grande parceiro nos nossos trabalhos.

Eu já agradeci a minha querida Deputada Laura Carneiro pela força, pela atenção que sempre foi dispensada. Ela esteve ao nosso lado e ao lado do Senador Dário Berger ao longo desses 3 meses, praticamente, de trabalhos nesta Comissão. Tenho certeza, Deputada Laura, que nossa relação será para o resto da vida. O laço que nos uniu não nos separará jamais.

E quero agradecer também aos técnicos da Comissão Mista de Orçamento. Talvez essa tenha sido a grata surpresa. Agradeço ao Tiago, aqui ao meu lado. Todas as vezes que eu precisei de uma resposta, ele estava pronto e me dava toda a segurança para responder sabendo que a resposta que eu estava dando era a correta. Queria estender este agradecimento ao Wagner, ao Diogo, ao Marcelo, ao Aritan, a todos os técnicos da Comissão Mista de Orçamento e também ao Eduardo e ao Rafael, que trabalham comigo, que viraram as últimas madrugadas para que conseguíssemos chegar ao melhor trabalho possível.

Queria, Deputada Laura Carneiro, que V.Exa. abrisse a discussão enquanto o complemento de voto chega, para que venhamos a atender ao restante dos acordos que foram feitos na Comissão na noite de ontem, para que depois passemos à apresentação dos destaques.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Agradeço a V.Exa. Todos nós aqui verificamos o seu esforço. Talvez tenha sido o único relatório, nos últimos anos, que tenha aumentado tão substancialmente as três áreas mais importantes: saúde, educação e, especialmente, a área de assistência.

É verdade que V.Exa. não conseguiu resolver todos os problemas, porque recebeu um Orçamento mais magro do que o normal, com cortes importantes em áreas, no nosso entendimento, que são vitais, como a área de assistência, entre outras, mas V.Exa. fez um trabalho exemplar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Então, vamos passar à discussão da matéria. Antes, porém, passo a palavra ao Senador Jorge Viana para um esclarecimento.

O SR. SENADOR JORGE VIANA - Eu agradeço, Sra. Presidente. Eu queria, obviamente, cumprimentar o Deputado Cacá Leão, o Presidente da Comissão e todos os que trabalharam intensamente, assim como a equipe de suporte, e também os colegas desta Comissão.

Teremos que ir à sessão do Congresso para votar. Mas quero, primeiramente, fazer um registro importante: nós vamos experimentar a aplicação de uma medida — contra a qual eu votei — que eu acho que vai ser muito problemática, que é a proposta de emenda à Constituição que trata do limite dos gastos públicos.

Isso é muito grave. O Parlamento tem que ficar atento aos gravíssimos problemas que poderão vir pela frente.

Sei que V.Exa. fez o que pôde: ouviu-nos, atendeu-nos e levou em conta nossos pedidos. Mas quero fazer um registro específico, porque lutei muito por isso, que é a questão da FUNAI, dos índios isolados inclusive. Por isso, sou contra que se passe uma régua nos gastos. E V.Exa. conseguiu fazer algo.

Ainda há pouco, falei com o Presidente da FUNAI. Por não viver na Amazônia, talvez V.Exa. não tenha noção — mas somos todos descendentes de nordestinos — do quanto esta Comissão está sendo importante por causa dessa medida. São 40 milhões de reais que podem tirar o Brasil do noticiário internacional por conta de um desastre que aconteceria, principalmente com os índios não contatados.

A última questão é sobre a área de ciência e tecnologia, na qual existe uma situação gravíssima. Isso vai da EMBRAPA ao supercomputador lá em Petrópolis, ao não lançamento de dois satélites no ano que vem. Eu, que sou Sub-Relator dessa área, quero dizer que tenho limitações, não posso fazer alterações, mas sei que V.Exa. tentou. Entretanto, isso representa um problema para o nosso País. Isso vai levar o Brasil para trás, vai atrasá-lo.

Acho que tudo isso fica como um problema para seguirmos tratando nos destaques, no plenário. Eu queria fazer essa observação, mas não sem antes cumprimentar o Presidente desta Comissão, Senador Dário Berger; a Vice-Presidente, que agora conduz os trabalhos; e especialmente o Relator, porque V.Exa. realmente foi plural e abriu espaço. Por isso, talvez, hoje ainda se resolva o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assunto aqui na Comissão e vá a plenário, o que não é usual, porque fazer um Orçamento, numa época dessa, e ainda sair algum entendimento é algo que vai constar no currículo de V.Exa., Deputado Cacá Leão.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada, Senador.

Antes de passar a palavra ao nobre Deputado João Fernando Coutinho, declaro, conforme o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator em seu voto.

Com a palavra o Deputado João Fernando Coutinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Minha querida Presidenta Laura Carneiro, que ora preside a Comissão Mista de Orçamento; nobre Relator-Geral, Deputado Cacá Leão; assessoria, parabenizo a todos pelo trabalho, pelo empenho, pela dedicação ao longo de todo este ano, mais um ano de discussão, buscando apresentar um Orçamento diante das limitações, tanto as limitações impostas pela legislação como em relação à disponibilidade de recursos financeiros.

Eu quero parabenizar o Deputado Cacá Leão, mas eu não posso deixar de defender aqui alguns pontos importantes em relação aos destaques apresentados pela nossa bancada de Pernambuco e também em relação a alguns destaques de minha autoria, enquanto Parlamentar e membro desta Comissão.

Nós apresentamos os Destaques nºs 29 a 37, mas eu queria destacar, dentre esses, o Destaque nº 30, que é sobre uma obra extremamente importante e relevante para Pernambuco, que é a Adutora do Agreste. Hoje, pela manhã, o Ministro Helder Barbalho, juntamente com o Presidente Michel Temer, assinou o repasse dessa emenda, que foi uma emenda impositiva da bancada de Pernambuco do ano de 2017. Precisamos passar pelo PLN 14/17, do qual fui Relator aqui nesta Comissão, contando com a apoiamento de todos os nobres pares.

Essa ação é fundamental, e o próprio Governo mandou na sua proposta original o montante de 179 milhões e 883 mil reais. Na verdade, nós queremos pedir a recomposição, para que a proposta original que veio do Governo possa ser mantida nessa ação específica, que é a Adutora do Agreste, uma obra que vai levar água a 68 Municípios pernambucanos no Agreste, no Semiárido nordestino, uma região que tem uma população considerável, inclusive é onde fica a cidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Caruaru, que tem mais de 300 mil habitantes, e todo o seu entorno. Sessenta e oito Municípios receberão águas da transposição do Rio São Francisco através dessa adutora.

Também queria destacar outra ação fundamental para os moradores da Zona da Mata pernambucana, especialmente a Mata Sul, região onde dei meus primeiros passos na vida pública, que são os Destaques nºs 35, 36 e 37.

Nós sabemos das limitações, mas peço que, eventualmente, na complementação de voto, eles possam ser atendidos mesmo que parcialmente, Deputado Cacá Leão, considerando que essa região, a cada período, sofre com as grandes enchentes.

Em 2010, nós tivemos uma enchente que deixou 120 mil pessoas desabrigadas. Agora em maio de 2017, tivemos mais uma enchente que inundou vários Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Una, deixando mais de 60 mil pessoas desabrigadas. Houve um trabalho iniciado lá atrás, na época do Governador Eduardo Campos, que foi a Barragem de Serro Azul, concluído na gestão do Governador Paulo Câmara, uma barragem que tem capacidade para acumular mais de 300 milhões de metros cúbicos de água, mas somente ela não resolve o problema das enchentes desse Município.

Portanto, Deputado Cacá Leão, eu peço a V. Exa. que, além do Destaque nº 30, considere o 35, o 36 e o 37, que são exatamente para construir três novas barragens, considerando também que outras duas são as duas emendas impositivas. Mas essas ações serão essenciais para acabar de uma vez por todas com o risco de inundamento e de enchentes nessa região sofrida e também servirão para ajudar na complementação de água para o Agreste pernambucano.

Portanto, eu agradeço aos nobres pares. Temos ainda outras emendas: na área de segurança, na área de infraestrutura urbana, na área de contenção de morros. E, para concluir, temos também a conserva das BRs em Pernambuco.

Portanto, Deputada Laura, nós temos que cumprir aqui o nosso papel de defensor do povo pernambucano. Eu fui, durante os 3 últimos anos, Coordenador da bancada do nosso Estado.

Hoje é um dia de alegria para nós pernambucanos por termos recebido os recursos da nossa emenda impositiva deste ano de 2017. Esperamos que, em 2018,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também possamos conseguir e que, eventualmente, o nosso Relator atenda esse pleito do povo pernambucano.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - V.Exa. é um grande representante não só da bancada, como também da população de Pernambuco. V.Exa. tem sido, nesta Comissão, um daqueles defensores *master*, e nós não estamos acostumados a ver tantos defensores do porte de V.Exa.

Eu queria pedir desculpa ao Deputado Luiz Lauro Filho, mas eu tenho uma lista de inscrição que eu vou ter que manter. Portanto, primeiro, falará a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; depois, o Deputado Bohn Gass; depois, o Deputado Raimundo Gomes de Matos; depois, o Deputado Edio Lopes; depois, o Deputado Luiz Lauro Filho; depois, o Deputado Caio Narcio; e, depois, eu.

O SR. DEPUTADO LUIZ LAURO FILHO - Sra. Presidenta, quero fazer uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Tem a palavra V.Exa. para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO LUIZ LAURO FILHO - Sra. Presidenta, eu gostaria de pedir a palavra como Líder do PSB, porque assim eu teria a prerrogativa de falar antes. E eu vou falar durante poucos minutos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - V.Exa. tem prioridade.

Tem a palavra o Deputado Luiz Lauro Filho.

O SR. DEPUTADO LUIZ LAURO FILHO - Agradeço a V.Exa. Quero parabenizar a Presidenta, Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sra. Presidente, peço minha inscrição, por favor — Deputado José Airton.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Sim, Excelência.

O SR. DEPUTADO LUIZ LAURO FILHO - Sra. Presidente, na condição de Vice-Líder, falando como Líder do PSB, agradeço a V.Exa. pelo cumprimento do nosso Regimento.

Quero parabenizar o Deputado Cacá Leão pelo relatório e dizer a V.Exa., Deputado, que não tive a honra ainda de ser nem membro desta Comissão. E parabenizo V.Exa., Relator-Geral do Orçamento, não só pela leitura do relatório, pelo trabalho feito hoje, mas também pelo trabalho realizado durante o decorrer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deste ano. Certamente não é fácil administrar os interesses do Brasil, um país de dimensões continentais, com muitas diferenças entre as suas regiões.

V.Exa. fez um ilustre trabalho. Quero parabenizá-lo, aproveitar e fazer aqui um apelo a V.Exa. Eu não tive a honra de ser membro desta Comissão ainda, mas tenho a honra de ter sido escolhido como Coordenador da bancada paulista, que é nesta Casa, numericamente falando, a maior bancada, com 73 Parlamentares. Eu, ainda Parlamentar de primeiro mandato, tenho tido essa honra. Estou aqui ao lado do Antonio Carlos Pannunzio, um grande Prefeito de uma grande cidade do nosso Estado, a cidade de Sorocaba, que hoje representa aqui o Governo do Estado de São Paulo.

Quero fazer um apelo, portanto, a V.Exa., Deputado Cacá Leão, Relator-Geral, em relação às Emendas nºs 120, 121, 122 e 123. Esses são os destaques que se referem às emendas de nºs 120 a 123.

Nós sabemos que, dentre as emendas de bancada, duas são impositivas. E a nossa bancada escolheu as áreas de saúde e agricultura, para que possamos distribuir recursos de forma igual entre os Parlamentares da bancada paulista, o que será inédito em nossa bancada. As emendas do ano passado foram destinadas ao Governo do Estado — apenas para o Metrô — e à Prefeitura de São Paulo, para a área de saúde.

Eu fiz um trabalho para que sejam as emendas distribuídas de forma geral e igualitária entre os Parlamentares, nas áreas de saúde e agricultura.

E a terceira emenda — e quero agradecer a V.Exa. pelo valor colocado, de 35 milhões de reais — foi destinada à segurança pública, no Ministério da Justiça. Caso consigamos articular no ano que vem o limite, o empenho, os Deputados poderão indicar Municípios que receberão viaturas da Polícia Militar ou viaturas para as guardas municipais. Agora, após um decreto assinado pelo Governador Geraldo Alckmin, podemos também enviar recursos para as guardas municipais.

Portanto, nobre Presidente, Deputada Laura Carneiro; Relator-Geral, Deputado Cacá Leão, deixo registrado este apelo do Deputado Luiz Lauro Filho, na condição de Coordenador da bancada paulista, para que possamos aprovar os destaques para alteração do voto do Relator e remanejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente, sabemos que as emendas impositivas são apenas duas; as demais são emendas que ficam no orçamento e, para que tenham limite de pagamento, dependem de um trabalho da bancada.

Repetindo, para que não haja confusão e erro: os destaques são para as Emendas de nºs 120, 121, 122 e 123. Agradeço aqui também pela ajuda e pelo papel da assessoria técnica da Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Obrigada a V.Exa.

Com a palavra a Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia a todos.

Gostaria de, inicialmente, cumprimentar o Deputado Cacá Leão pelo esforço realizado no contexto atual. Trata-se do primeiro orçamento feito com o controle da Emenda nº 95.

Deputado Cacá Leão, o esforço que V.Exa. fez no sentido de designar um volume maior de recursos para o FUNDEB não só é muito importante para a educação básica, mas é a primeira vez na história do FUNDEB, criado em 2007, que o Governo Federal colocou um centavo a mais, além da complementação dos 10%, que é o percentual mínimo. Nunca o Governo Federal colocou um centavo a mais.

Então, logicamente, eu gostaria que a reserva de contingência também tivesse sido colocada na contribuição, mas não seria justo deixar de registrar que é a primeira vez, na história do FUNDEB, em mais de 10 anos, que, além dos 10% mínimos, foram colocados em complementação recursos para educação básica.

E o que é mais importante: não colocamos, no desenho, esses recursos para o Ministério da Educação. Isso vai permitir melhorar o *per capita* do País inteiro no FUNDEB e atender novos Estados: Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Mato Grosso.

E eu até fiz uma brincadeira quando disse que V.Exa. deveria ter cuidado melhor da Bahia, porque, se V.Exa. atendesse nosso pleito para aumentar o recurso — apesar de ter atendido parcialmente, o que historicamente nunca aconteceu —, seu Estado, a Bahia, seria o que mais ganharia. Mas V.Exa. fez uma distribuição de recursos para áreas estratégicas. Eu gostaria de deixar esse registro.

V.Exa. também atendeu o IPHAN. Em outo momento eu havia dito sobre a dificuldade do IPHAN. Sabemos que aquele órgão ainda precisa de mais recursos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas foi atendido com recursos para cidades históricas — 18 milhões —, valores que, acho, atendem de maneira geral o País como um todo.

Fiz também um apelo para a saúde indígena, uma área que V.Exa. também está atendendo. Assim como foi colocado aqui pelo Senador Eduardo Braga, o atendimento à FUNAI e, agora, o atendimento à SESAI permitem um atendimento a uma população que tem uma negativa de direitos bastante significativa no Brasil, que é a população indígena. Portanto, V.Exa. atendeu essa população através da FUNAI e também da Secretaria Especial de Saúde Indígena.

Então, eu gostaria de destacar que, além da preocupação com o atendimento a todas as bancadas, V.Exa. também admitiu pleitos de diferentes áreas. Estou mencionando apenas essas, porque foram ações que tomei como defesa: a área da educação, a área da saúde indígena e, em especial, o IPHAN, com o patrimônio histórico.

Tenho certeza de que foi um esforço enorme, por falta de recursos e muitas prioridades. Mas eu gostaria de destacar, principalmente, esse atendimento do FUNDEB.

Do ponto de vista histórico, é a primeira vez que mais de 10% é colocado, o que mostra uma sinalização: o Governo pode avançar em relação à educação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Com a palavra o nobre Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sra. Presidenta, Deputada Laura Carneiro; nobre Relator, Deputado Cacá Leão, quero também fazer uma manifestação.

Nós nos cruzamos nos corredores e em plenário, mas não tivemos a oportunidade de conversar diretamente. Então, quero parabenizar V.Exa. pela postura que teve no tratamento conosco todas as vezes que as entidades vinham e que nós vínhamos para conversar. É bastante elogiável essa atitude de V.Exa.

Quero fazer este registro porque, de fato, o problema não está aqui na Comissão ou no Relator, mas no processo orçamentário do Governo Temer, que enviou uma medida que resultou na Emenda Constitucional nº 95, que faz o congelamento dos recursos.

Eu quero agradecer ao nosso assessor, Dr. Mário Capri, que fez um estudo para mim no sentido de mostrar quão nociva é para o orçamento deste ano — e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para os próximos 19 anos — a emenda constitucional que prevê o teto dos gastos. Eu peguei, acompanhado da assessoria, o exemplo das funções. E vou dar um exemplo: para as Relações Exteriores, em 2017, o orçamento era de 3 bilhões e 429 milhões de reais. Em 2018, o orçamento deles será de 2 bilhões e 882 milhões de reais. Ou seja, serão menos 547 milhões de reais.

Se a lógica for continuar o congelamento por 20 anos, tal como foi aprovado pela base do Governo — e nós votamos contra —, para a área de Relações Exteriores, ao final, a seguir essa lógica, o orçamento chegará a 10 bilhões a menos. Se formos pegar uma área tão importante, como é a da saúde — e aqui todos, Senadores e Deputados, defendem a saúde —, a consequência foi uma redução de 2 bilhões e 373 milhões de reais. Se replicarmos esse modelo para os próximos 19 anos, vamos ter neste período do congelamento 47 bilhões de reais a menos. Repito: serão 47 bilhões de reais a menos.

Deputado Caio, nós trabalhamos juntos o tema da educação. V.Exa. esteve aqui esses dias trabalhando na emenda da educação que defendemos juntos. Parabéns também pelo esforço da Comissão, porque se trata de uma emenda de Comissão!

Neste ano, foram 2 bilhões e 831 milhões de reais a menos. O cálculo que estou apresentando é da redução, em nome do teto de congelamento, do ano passado para cá. Foram 2 bilhões de reais na educação. Ao final dos 20 anos, Deputado José Carlos, na sequência, tentando fazer o congelamento, a perda será de 56 bilhões de reais.

Eu não vou ter tempo para me aprofundar aqui. Voltarei a este ponto num outro momento, mas quero dizer que vamos chegar a um total de 685 bilhões de reais a menos no Orçamento, por causa da Emenda Constitucional nº 95. Esse é o crime que estamos cometendo, porque, com isso, serão oferecidos menos programas sociais à nossa população. E os Senadores estavam aqui falando que teria que ser o da água ou o dos índios ou o do PAA ou outros programas.

Eu apresentei aqui os dados do PLOA de 2017 comparados com os do PLOA de 2018, para compararmos temas comparáveis. Esse foi o nosso critério. E voltarei a trabalhar esse tema, porque, para mim, este é o centro, Deputada Laura, do debate aqui. Depois, não adianta nós reivindicarmos um milhãozinho aqui, um milhãozinho lá, se houver um congelamento geral imposto, o que, repito, seguindo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

lógica deste ano, representará, em 20 anos, 685 bilhões de reais a menos no Orçamento.

Especificamente sobre o relatório de hoje aqui, eu quero dialogar com o nobre Relator. Até levantei uma questão ontem na reunião do Colégio de Líderes. Na verdade, nós estamos em sessão e precisamos votar. Talvez fosse melhor suspendermos esta reunião e voltarmos para o plenário, porque também preciso votar. Aí eu retomo a fala na sequência.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Eu posso dar uma sugestão diferente?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - V.Exa. já está encerrando os seus 5 minutos. Ainda faltam 15 segundos para completar os seus 5 minutos. Peço que V.Exa. encerre. Depois disso, eu...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Então, pela benevolência da Mesa, que foi generosa com todos os colegas e também vai ser comigo, eu concluo a minha fala.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Como sempre! Eu sou sempre generosa com V.Exa.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Muito obrigado, Deputada.

Nobre Relator, eu só quero ter segurança quanto às alterações que o Governo fará. A assessoria está aqui conosco. Sobre o orçamento enviado pelo Governo, a redação continha que ele poderia fazer 100% das alterações.

Nós queremos que conste na redação — e foi isso o que nós conversamos ontem — que o Governo, se quiser, poderá alterar até 40% de cada subtítulo das alterações que a CMO fez, ou seja, do que nós votamos aqui. Construímos esse acordo ontem. Eu só quero ter a segurança de que isso esteja registrado, porque aí o Governo vai ter que pedir a aprovação desta Casa para alterar mais de 40% de cada subtítulo. Esse é um ponto.

O segundo ponto é que, em RP1, eu quero ter a garantia de que haverá a possibilidade de alterar apenas 20%. Nós havíamos conversado sobre isso ontem.

Vou passar rapidamente sobre os outros pontos das emendas, porque nós queremos que... E o Relator aceitou parcialmente os nossos desejos. Deputado Cacá, ele aceitou 20 milhões de reais para o tema da água em relação ao DNOCS; 20 milhões de reais para as experiências participativas também no tema da água; 1 milhão de reais a mais para o tema da educação no campo, que tinha apenas 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

milhão de reais. O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica — PLANAPO tinha apenas 200 mil reais. Isso foi alterado para 5 bilhões de reais. Obviamente, pelo engessamento que está posto, isso é altamente insuficiente.

O tema de obtenção de terras para o INCRA, o tema de compra de alimentos do PAA e o tema de licenciatura para os nossos estudantes ainda não foram atendidos. Acho que é esse o debate que nós temos de fazer aqui. Não temos como votar favoravelmente a um relatório que faz cortes tão substanciais nessas áreas.

Nós estamos com uma construção para a inclusão da EMBRAPA na área de pesquisa. Acho que esse é um tema importante, e a representação da EMBRAPA está aqui. Isso é algo que nós também queremos consignado. Vários Deputados trabalharam juntos por isso.

Por último, eu tenho uma observação da bancada gaúcha. Encero em 1 minuto, nobre Presidenta. O Rio Grande do Sul precisa de mais recursos para a área do entorno de Santa Maria. O Deputado Marcon está aqui com a mesma reivindicação pela bancada gaúcha. Trata-se de uma obra que está em andamento, onde as empresas estão trabalhando. Para isso, é precisa haver mais recursos. O Governo sinalizou apenas com 8,36 milhões de reais.

A emenda gaúcha que colocamos para a BR-116, que é prioridade da bancada gaúcha, está consignada a ponte na fronteira com a Argentina, em Porto Xavier, e a BR-116. Só que o Governo estava trabalhando na BR-116 com 50 milhões de reais. Aí a emenda de 81 milhões de reais, com o corte dos 30% que são para o Fundo Eleitoral, ficou em 56 milhões de reais. O que acontece? O Governo não manteve os 50 milhões de reais que inicialmente estavam postos. Com a emenda impositiva de mais 56 milhões de reais, deveria haver um valor de cento e tanto milhões de reais. O que o Governo fez? Só manteve a emenda impositiva. Nós não podemos concordar com isso, porque queremos mais recursos. Ao mesmo tempo, o Deputado Afonso Hamm está aqui para tratar da nossa BR-290, no Rio Grande do Sul, que é da frente parlamentar. Eles próprios vão falar sobre isso.

Então, eu quero concluir a minha fala agradecendo a tolerância em relação ao tempo e dizendo que esses temas precisam receber outra consideração por parte do Governo. É por isso que realmente temos discordâncias em não se levar em consideração o que foi construído aqui pela bancada, o que foi construído pelas Comissões, que são cortes em função da emenda constitucional que congela os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recursos e representa uma perda, se projetada para 20 anos, de 685 bilhões de reais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Agradeço a V.Exa.

Eu vou suspender a sessão por 3 minutos, que é o tempo de o Deputado Cacá e eu podermos ir lá votar. Não adianta ninguém falar sem o Relator aqui. Como ele foi votar, suspendo a sessão por 3 minutos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Está reaberta a reunião.

Vamos continuar.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - V.Exa. vai fazer uma permuta com o Deputado Edio?

Com a palavra Deputado Edio Lopes.

Antes, eu queria fazer uma ponderação ao Plenário. Como nós temos vários Deputados inscritos, eu sugiro, se vocês concordarem — claro que temos toda vontade de votar esta matéria ainda hoje, se for possível, se nós conseguirmos diminuir ao máximo o nosso tempo de fala, será possível acelerar os nossos trabalhos e, quem sabe, votá-la em plenário.

Tem a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sra. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, na condição de Sub-Relator, auxiliado pelo trabalho desenvolvido pelo Relator, sei o quanto foi difícil para V.Exa. e para nós, Sub-Relatores, apresentarmos os nossos relatórios finais.

Nós tivemos, além de outras dificuldades orçamentárias, que nos ater à lei do teto de gastos. Foi o primeiro orçamento discutido nesta Casa sob a égide desse novo marco regulatório. Talvez tenhamos encontrado uma das mais sérias e quase que intransponíveis, senão intransponíveis, situações a serem ultrapassadas.

Eu sei da dificuldade e da dedicação do Relator, mas solicito a V.Exa. que dê atenção especial ao Destaque nº 16.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós sabemos da necessidade inadiável de concluirmos o projeto do avião de transporte de carga e tropa da Força

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aérea Brasileira. E, por mais que tenhamos buscado, não conseguimos contemplar com o mínimo necessário o orçamento para a certificação dessa aeronave.

Sra. Presidente, Sr. Relator, todos nós somos conhecedores dos desdobramentos de não possuirmos um orçamento adequado para a conclusão deste projeto. Nós sabemos do atraso que isso acarretará, sobretudo na questão da certificação, onde milhões e milhões de dólares terão que ser investidos novamente por não termos cumprido o prazo necessário.

Talvez a maior inteligência que esta Comissão possa ter nessa questão, além de desenvolvermos um projeto audacioso, um projeto que coloca o Brasil dentro de um conceito de não mais do que dez nações, já seria motivo suficiente para redobrarmos aqui os nossos esforços para atender minimamente a esse projeto. Mas o projeto vai além dessa necessidade, Sra. Presidente.

O projeto sobre o qual estamos falando para o nosso futuro, o nosso avião KC-390, não é só um projeto estratégico, necessário e inadiável para as necessidades do nosso País, como também abre uma janela de mercado extraordinária.

A fábrica montada pela EMBRAER em Gavião Peixoto, Sra. Presidente, está preparada para a produção de mais de 20 aeronaves desse tipo por ano, com perspectiva de exportação de mais de 2 bilhões de dólares por ano.

Por isso, faço um apelo para a sensibilidade de V.Exa., Sr. Relator, a fim de que, no apagar das luzes, no fim da tinta da sua caneta, contemple minimamente esse projeto estratégico e necessário para o desenvolvimento econômico do Nação brasileira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Antes de passar a palavra ao Deputado Raimundo Gomes, já que são 13h30min, vou dar apenas 10 minutos para quem quiser se inscrever, sob pena de não acabar a lista de inscrição. Se não acabarem as inscrições, não serão apresentados os destaques. Se não forem apresentados os destaques...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Presidente.

V.Exa. poderia assinalar um prazo de encerramento para a apresentação dos destaques e continuar as discussões.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não. Eu não posso...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pode!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Se todos concordarem...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É melhor. Sabe por quê, Presidente? À guisa de argumentação...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - O problema é que o Relator precisa analisar os destaques.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Exatamente por isso! Se todos concordarem...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Mas aí nós discutimos no destaque o que nós estamos fazendo agora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Então, vamos fazer o seguinte. Não vou encerrar a lista de inscrições, mas vou encerrar os destaques...

O SR. DEPUTADO MARCON - Que horas?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Em exatos 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCON - Não, não. Em 10 minutos, não!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Isso. Mas quem tinha que apresentar, Deputado Marcon...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - É a apresentação de destaques, Deputado Marcon!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Em 20 minutos, está bem?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Em 10, 15 minutos. Nem para lá, nem para cá, em 15 minutos. Fechado! Então, às 13h46min.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Relator, entre esse período de encerramento de destaques até a votação, eu quero um particular com V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Não, nada de particular! Acabou o particular! *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nobre Deputada Laura Carneiro, que preside esta sessão, estimado Relator, Senador Dário Berger, demais membros desta Comissão, todos nós temos consciência de que a peça orçamentária é bastante complexa: cada Ministério apresenta o seu planejamento, as suas demandas, a compatibilização de receitas e despesas, a enormidade de programas e projetos em âmbito nacional, buscando também o fortalecimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pacto federativo. É de suma importância, a partir dessa nova metodologia, que haja essa transparência dos debates e do orçamento a ser votado neste mês para que entre em vigor em 2018.

Na peça orçamentária há vários itens: saúde, educação, estrutura, segurança, a parte das Forças Armadas, a parte de infraestrutura...

Ao apresentar novamente esses três destaques, quero falar de uma área que é de suma importância para a sobrevivência do ser humano. O ser humano pode sobreviver se várias outras obras não forem executadas, mas as obras de recursos hídricos são fundamentais para, acima de tudo, a sobrevivência do ser humano.

No Relatório Setorial do Ministério da Integração, nós apresentamos três destaques. Dos mais de 150 destaques que S.Exa. vai receber, esses meus três destaques são muito simples: os Destaques nºs 100, 101 e 102. Eles praticamente não gerarão nenhum adicional de despesa. Do contrário, eles vão ao encontro daquilo que o Ministério do Planejamento e o Ministério da Integração planejaram. Um órgão como o Ministério da Integração não vai propor uma peça orçamentária fictícia, de uma obra que não vai executar. O Ministério do Planejamento não vai propor um orçamento de um projeto inexequível, que não vai executar.

A nossa solicitação é a de recomposição dos recursos do Cinturão das Águas, de transposição no leito do Rio Jaguaribe e de manutenção dos recursos para essa transposição. Esse pedido não terá dificuldade alguma de ser atendido por V.Exa., porque estamos solicitando que seja recomposto somente aquilo que foi planejado com o Governo do Estado do Ceará, que é o Cinturão das Águas, com o Ministério do Planejamento e com o Ministério da Integração, que é efetivamente a transposição.

É claro que, na época, o nobre Deputado Nelson Pellegrino, alegou que há a necessidade, sim, de se revitalizar as margens do São Francisco na Bahia. Eu concordo plenamente que há a necessidade, sim, mas não inviabilizando um segundo projeto.

Aproveito inclusive para convocar o Deputado Caio Narcio, que está aqui presente, que, em vez de esse recurso se destinar para a Bahia, que seja para Minas Gerais, já que é para revitalizar o rio. Estão tirando mais de 160 milhões de reais das obras de transposição no Ceará para adicionar 160 milhões de reais para obras de revitalização na Bahia — nem sei que projetos são. O Ministério do Meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ambiente ou o Ministério da Integração não propuseram esse adicional para a Bahia.

Esses três destaques de nossa autoria têm por objetivo viabilizar efetivamente essas obras, para que não fiquem inacabadas, como é o caso da Transnordestina e de várias outras obras no Nordeste. Hoje, mais de 2 mil obras estão paralisadas e inacabadas por vários motivos. Isso vai penalizar todo o esforço da bancada do Nordeste, do Governo do Estado e dos nossos Senadores, que vêm lutando pela garantia hídrica não somente para consumo humano, mas também para a irrigação, garantindo o desenvolvimento econômico e industrial do nosso Estado do Ceará.

Deputado Cacá Leão, creio que V.Exa. nos permitirá fazer essa recomposição. Dos mais de 150 destaques que V.Exa. vai apreciar, os Destaques nºs 100, 101 e 102 talvez sejam os três mais fáceis de serem atendidos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Laura Carneiro) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, nobre Relator, eu gostaria que, no momento do fechamento do Orçamento Geral da União do ano de 2018, fosse feita justiça ao trabalho realizado pelo Relator Cacá Leão em parceria com o nosso Presidente, o Senador Dário Berger, que cumpriram durante toda essa etapa uma missão difícil — pela primeira vez, desenvolver um relatório sob a ótica do teto de gastos, e, sob essa ótica, mudar grande parte da formatação do Orçamento Geral da União.

Para isso, foi importante a sensibilidade de ouvir os Parlamentares, foi importante a necessidade e habilidade da paciência de poder comungar todos os esforços dos Parlamentares em todo o País, tentando, a partir desse esforço, contemplar interesses nacionais em um momento de cobertor curto.

Eu gostaria de fazer algumas ressalvas, na condição de Presidente da Comissão de Educação neste ano. Não foram raras as vezes que nós pedimos e solicitamos uma atenção especial do Relator Cacá Leão, que esteve inúmeras vezes com diretores de institutos federais, com diretores de *campus* avançados de instituições federais, com reitores de universidades federais de todo o Brasil, com educadores de todo o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós fizemos audiências públicas, fizemos reuniões objetivas, em que, de fato, naquele momento em que a insegurança que tantos diziam que a lei do teto de gasto faria mal ao Brasil, reduziria investimentos na educação, reduziria investimentos saúde, o que se pôde perceber aqui foi um relatório que cumpriu a missão de ouvir a educação neste País.

O último atendimento do Relator, a partir do relatório de receitas vislumbrado pela Deputada Professora Dorinha, foi a recuperação de 1,5 bilhão de reais para a educação básica deste País.

É válido lembrar que a continuidade orçamentária do Brasil, nos últimos anos, tem sido ouvir o ensino superior e técnico em detrimento da educação básica. Portanto, essa recomposição de 1,5 bilhão de reais em favor da educação básica é uma sinalização definitiva da relatoria desta Comissão, dando atenção a um setor mais relevante na estruturação deste País.

Não foi diferente também com a inovação no relatório do Deputado Cacá Leão, que permitiu que em 50% do atendimento das instituições superiores constasse diretamente no relatório inicial — instituições federais, institutos federais, ensino superior. A sensibilidade desta Comissão em ouvir as demandas principais da educação neste País deve ser enaltecida, porque fomos ouvidos de fato.

Os problemas são inúmeros, e só serão resolvidos quando o País voltar a crescer. No entanto, mesmo com o cobertor curto, houve a sensibilidade do Relator, em priorizar no seu relatório a educação brasileira. Na condição de Presidente da Comissão da Educação, não poderia deixar de fazer este reconhecimento a S.Exa. pela sensibilidade e pelo compromisso.

Por fim, no âmbito da saúde, especificamente do meu Estado, houve uma observância da falha do Relator Setorial da saúde, o Relator-Geral do Orçamento reconheceu um projeto estruturante nosso, que visa a combater o mal do século, o câncer. O Relator-Geral soube reconhecer a importância de um projeto estruturante no combate ao câncer, seja no diagnóstico antecipado, na criação de uma rede que ajude a melhorar o atendimento àqueles que estão em tratamento, encurte as distâncias e possa, sim, transformar essa doença tão ruim e tão triste para aqueles que estão sendo tratados.

Como já ultrapassei meu tempo, vou concluir. Quero parabenizar o Relator, que tem as características e as qualidades de seu pai, que esteve nesta Casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

juntamente com o meu. Grandes histórias demonstram que o DNA passou ao longo da sua estrada, demonstrando a habilidade de S.Exa. concatenar os interesses deste orçamento em razão do Brasil.

Meus parabéns ao Presidente e ao Relator desta Comissão, que voltaram os olhos para o Brasil como um todo, caminhando para um acordo em torno dessa peça orçamentária e que vislumbra um País diferente a partir de 2018. Meus parabéns também toda a assessoria. Sabemos que, sem ela, não seria possível a continuidade e o andamento dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa., Deputado Caio Narcio, as manifestações justas e legítimas com referência ao nosso Relator-Geral, que realmente teve um exaustivo trabalho nesses últimos 90 dias, ao qual quer me associar e, desde já, cumprimentá-lo pelo desempenho à frente da Relatoria-Geral do Orçamento.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, antes que o meu tempo comece a correr, quero fazer duas sugestões: V.Exa. poderia suspender a reunião por 2 minutos, para que haja uma nova votação nominal na Câmara. Esses 2 minutos seriam os minutos finais do prazo de destaque, porque já são 13h33min. Então, na reabertura, V.Exa. já consideraria encerrados os destaques, e aí eu volto a falar. Isso se V.Exa. concordar, para que possamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está suspensa a reunião pelo prazo de 10 minutos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Dois minutos são suficientes? Vai dar tempo? Então, suspendo a reunião por 2 minutos, podendo ser prorrogado por mais 2 minutos, podendo ser prorrogado por igual tempo, sucessivamente, até a chegada dos Parlamentares.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está reaberta a nossa reunião.

Comunico aos Srs. Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que o prazo para a apresentação de destaque está encerrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Na medida do possível, gostaria de agilizar os trabalhos, considerando encerradas as inscrições — ainda temos oito inscrições —, para, efetivamente, votarmos o Orçamento.

Se há acordo do Plenário, assim procederei. *(Pausa.)*

Então, agradeço a V.Exas. e concedo a palavra à distinta amiga, querida Deputada e Presidente deste trabalho, Deputada Laura Carneiro, a quem quero antecipadamente agradecer. Tive a impressão de que não fiz nenhuma falta aqui. V.Exa. conduziu com maestria os trabalhos da Comissão neste período em que eu não pude comparecer.

Obrigado e parabéns a V.Exa., a quem concedo a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Inicialmente, quero dizer a V.Exa. que isso não é verdade. Ninguém preside como V.Exa., com a tranquilidade de V.Exa., que é sempre paz e amor, e eu nem sempre sou assim.

Este é o meu 13º ano na Comissão de Orçamento, e eu nunca vi — digo isso a V.Exa. de coração — uma tranquilidade igual a esta.

Para V.Exa. ter noção, hoje, dia 13, nós estamos votando o Orçamento e só temos um PLN pendente. Se formos comparar este período a qualquer outro período de qualquer outro Presidente ou Relator desta Casa, veremos que isso nunca existiu. Eu já votei nas madrugadas do dia 23 de dezembro, se V.Exa. quer saber, o Orçamento e já deixei de votá-lo muitas vezes.

Então, não tenho dúvida de que o trabalho de V.Exa. e o trabalho do Relator Cacá Leão, especialmente porque este é um ano absolutamente diverso de todos, com a Emenda Constitucional nº 95, são trabalhos absolutamente brilhantes, sem contar a questão ainda do Fundo Eleitoral, que o Deputado Cacá Leão — coitado — teve que se virar para resolver uma questão que não era culpa dele e não era culpa de nenhum de nós, mas uma decisão do Plenário das nossas Casas.

Então, Sr. Presidente — sei que V.Exa. não vai me repor o tempo, mas não há problema, vou falar do mesmo jeito —, agora volto ao tema.

Começo pedindo a V.Exa. que acate o Ofício nº 122. Ontem, discutindo com o Deputado Cacá Leão, percebemos um erro redacional, digamos assim, numa emenda da bancada do Rio de Janeiro, que foi sugerida pelo Secretário de Educação do Estado e consta como se apenas pudesse ser gasta no Município do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Rio de Janeiro e não em todo o Estado, como era o interesse da bancada. Esse ofício foi entregue ontem à Comissão.

Eu queria dividir a minha fala, Sr. Presidente, em duas partes. Primeiro, eu vou falar das questões da bancada do Rio de Janeiro em geral e, depois, dos temas que eu acho absolutamente vitais não só para o meu Estado, como para todos os Estados da nossa Nação.

Eu apresentei, Sr. Presidente, em nome da bancada do Rio, portanto, em nome do Deputado Hugo Leal, da Deputada Rosangela Gomes, do Deputado Julio Lopes, que é também desta Comissão, e de vários Deputados, destaques que tratam especificamente das nossas universidades e dos nossos hospitais universitários não apenas os hospitais federais e universitários, mas também os estaduais como o Hospital Universitário Antônio Pedro, o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle e o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

Essas, Sr. Relator, são as emendas de maior importância que não receberam recursos mínimos, no nosso entendimento, para que pudessem efetivamente auxiliar a saúde e a educação pública do Estado do Rio de Janeiro.

Para V.Exa. ter uma noção, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro está em situação quase falimentar. Da mesma maneira, a UEZO — Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste e a UENF — Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Consequentemente, Sr. Presidente e nobre Relator, essa é a situação por que passam os hospitais universitários, como, por exemplo, o Hospital Universitário Pedro Ernesto, que é um dos grandes hospitais de referência em vários temas, com os maiores ambulatórios genéricos que existem em Vila Isabel. Efetivamente, os hospitais estão sofrendo de maneira dramática. Então, apresentei os Destaques nºs 124 a 130, tratando, especificamente, desses temas.

Agora, Sr. Relator, eu queria tratar de três assuntos que eu acho essenciais. Sei que V.Exa. fez o que pôde, mas não poderia deixar de destacá-los e, ao mesmo tempo, comentar isso.

Eu vou começar pela questão da EMBRAPA. Nós apresentamos os Destaques nºs 81 e 82, destaques também apresentados pelo Deputado Evandro, no sentido de resguardar os recursos da EMBRAPA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V.Exa. vai dizer: *"Mas V.Exa. é uma Deputada urbana".* É verdade. Nosso Estado não é um Estado tão rural quanto o de V.Exa., mas eu conheço o trabalho da EMBRAPA, que é ali perto de todos nós. Só no Rio de Janeiro, nós temos três EMBRAPAS. Então, nós sabemos da excelência do trabalho de pesquisa que eles desenvolvem.

Houve um corte, nobre Relator, de 76 milhões de reais. Por isso, nós pedimos a recomposição. Por isso, nós pedimos, minimamente, que 32 milhões de reais sejam recompostos, sob pena de a pesquisa desenvolvida por todas essas entidades ser simplesmente perdida e não haver a continuidade necessária na qualidade de serviço; na qualidade dos insumos; na qualidade do treinamento que é dado através da EMBRAPA; na qualidade dos alimentos que são, de alguma maneira, vistoriados pela EMBRAPA. Enfim, eles desenvolvem um trabalho absolutamente essencial para a saúde e para a agricultura deste País.

Portanto, é muito importante a aprovação desses destaques, e eu faço este destaque para tratar do assunto. Eu sei que, para V.Exa., será muito difícil restabelecer esses valores. Não é sua culpa. V.Exa. não fez nenhum corte. Esse corte, infelizmente, foi feito por irresponsabilidade do Governo.

Nós estamos falando dos recursos necessários para o Instituto Nuclear Brasileiro. Como disse o Senador Jorge Viana, que já passou pelo mesmo caso, não há recursos suficientes para produzir o combustível necessário — isso é muito grave para o Estado do Rio de Janeiro — para Angra 1 e Angra 2.

Isso significa que Angra 1 e Angra 2 vão parar. Isso significa que não vai haver energia no segundo semestre do ano que vem no meu Estado.

Sr. Presidente, isso é de uma irresponsabilidade enorme. São necessários ainda 170 milhões de reais para recompor o Orçamento em relação ao ano passado.

Eu sei que o Relator não tem como atender isso. Não sei qual é a solução. Da mesma maneira, nós estamos sofrendo quanto à Assistência, com 1 bilhão de reais a menos. Na verdade, são 1 bilhão e 300 milhões de reis. O Relator conseguiu recompor 300 milhões de reais, mas ainda faltam 1 bilhão de reais para a assistência.

Sem recursos para a assistência e sem 170 milhões de reais, haverá prejuízos enormes não só no Rio de Janeiro, mas também em todo o Programa Nuclear Brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso é de uma irresponsabilidade enorme! Não adianta dizer: *"Nós cortamos 2 bilhões de reais da ciência e tecnologia"* Isso significa que nós não temos responsabilidade com a ciência e tecnologia neste País.

Isso é muito grave, Sr. Presidente!

Nós fizemos o Destaque nº 74 para tentar, mesmo sabendo que é impossível essa recomposição por parte do Relator, pelo menos, chamar a atenção deste Plenário e do Plenário do Congresso Nacional para o absurdo de constarem apenas 102 milhões de reais, enquanto esse custo é de 270 milhões de reais.

Ontem conversei com o Ministro Kassab. Nós temos apenas nessa rubrica 170 milhões de reais, eu diria, de desrespeito ao Estado do Rio de Janeiro e à situação nuclear brasileira.

Queria completar dizendo que, talvez — talvez, não —, por um erro de todos nós, temos que encontrar uma solução. V.Exa. poderia tentar encaminhar isso junto ao Ministro Dyogo.

Nós aprovamos nesta Casa a medida provisória da ANCINE. Aprovamos o projeto de conversão no plenário da Câmara num grande esforço. V.Exas. o aprovaram no Senado num grande esforço. Maravilhoso! Só que não há nenhuma rubrica que mantenha esse programa para o ano que vem, ou seja, nós aprovamos a lei, mas não há dinheiro para suprir a questão da ANCINE. O Relator, infelizmente, pelo relatório preliminar, não tem como resolver o problema.

Então, Sr. Presidente, essa é mais uma missão para V.Exa., que terá de conversar com o Ministro Dyogo de Oliveira e solicitar que ele mande rapidamente, urgentemente, uma rubrica para que se possa resolver o problema. E, ao mesmo tempo, decidir o que poderemos cancelar para que, efetivamente, o Relator possa cumprir essa questão da ANCINE. O Relator não pode resolver a questão da ANCINE, salvo por acordo. E eu acho que o caminho será através do poder do Governo.

Tanto a questão da ANCINE quanto a questão da ciência e tecnologia e o 1 bilhão de reais que falta ao Sistema Único de Assistência Social — SUAS, Sr. Presidente, é uma responsabilidade que não é desta Comissão, mas que nós temos que mencioná-la, porque essa é a nossa função de Parlamentares.

Então, Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que, oficialmente, acho que em nome da Comissão, encaminhe esses três assuntos, que são insolúveis por nossa parte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas que são de responsabilidade absoluta do Governo, e ele tem que assumi-la e resolver o problema

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente, e peço ao nobre Relator que possa acatar essas sugestões. Eu sei que, formalmente, V.Exa. não poderá acatar o Destaque nº 74, mas que deixe no seu relatório consignado que tanto o 1 bilhão de reais da assistência, quanto os 170 milhões de reais do urânio e a questão específica da ANCINE, V.Exa. gostaria de cumprir, mas, infelizmente, não lhe é possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, eu quero só cumprimentar V.Exa. pela sua manifestação, que demonstra sobretudo o conhecimento que V.Exa. tem do seu Estado, das dificuldades peculiares dele, e pelo alerta que V.Exa. faz ao Governo Federal quanto a alguns serviços essenciais que podem sofrer sem continuidade. V.Exa. demonstra também um amplo conhecimento desse assunto, considerando o Orçamento propriamente dito.

Então, quero louvar a atitude de V.Exa. em defesa do seu Estado, que é justa e legítima.

Eu também, como Presidente da Comissão, não me senti atendido, aliás, senti-me longe, muito longe de ser atendido como eu gostaria, não por vontade própria, muito menos por vontade do meu querido e estimado Relator, mas, exatamente, pelas circunstâncias que a vida nos impõe na atual conjuntura econômica.

Então, é preciso ter esse discernimento e, efetivamente, não esperem de mim — eu já dou um recado para Santa Catarina —, como Presidente da Comissão, aquilo que efetivamente, neste momento, eu não posso fazer, assim como V.Exa. também não pode.

Seguindo a lista dos oradores inscritos, passo a palavra ao coordenador da bancada catarinense, meu querido amigo, Deputado Federal João Paulo Kleinübing.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING - Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria, de forma muito breve, chamar a atenção para os destaques apresentados pela bancada catarinense.

Os Destaques nºs 75, 77, 78 e 79 tratam de recomposição de valores de obras em rodovias federais do nosso Estado, que o senhor muito bem tem acompanhado, Sr. Presidente. Todas elas são obras em andamento, com licitações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

realizadas. É preciso reconhecer o esforço do Relator no sentido de procurar atender, da melhor maneira possível, esses pleitos da nossa bancada, porque não se trata de obra nova; trata-se, na verdade, de poder obter recursos mínimos frente a licitações que já foram realizadas. São obras que estão absolutamente paradas ou andando em velocidade muito lenta e todas são fundamentais para o desenvolvimento do nosso Estado.

Então, gostaria de chamar a atenção para essa questão, mas, ao mesmo tempo, reconhecer, Deputado Cacá Leão, o esforço de V.Exa. no atendimento delas.

Eu gostaria ainda, Sr. Presidente, de chamar a atenção para o Destaque nº 76, que, na verdade, se trata de um remanejamento. O Destaque nº 76 é remanejamento. Dentro da própria bancada catarinense, nós estamos transferindo 10 milhões de reais de uma ação para outra, em comum acordo com a bancada.

Então, peço a V.Exa. que faça essa incorporação no Destaque nº 76, já que não é aumento, mas apenas remanejamento de valores colocados pela própria bancada de Santa Catarina.

Eram essas as minhas considerações.

No mais, cumprimento-o, Sr. Presidente. Como V.Exa. muito bem colocou, acho que ninguém será atendido da forma que gostaria, mas tenho certeza de que, com o trabalho de V.Exa. e o trabalho de nosso Relator, conseguiremos chegar a bom termo em todas as nossas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado João Paulo, a ideia é obter o mínimo necessário para tocar aquelas obras impactantes que já deveriam ter sido concluídas há 10 anos. Aliás, Deputado Cacá, Presidentes da República foram lá, lançaram, relançaram a obra e deram um prazo para a inauguração, mas as obras continuam em ritmo bastante lento.

Portanto, Deputado João Paulo Kleinübing, para a BR- 280, a BR-470, a BR - 285 e a BR-282 conseguimos o mínimo do mínimo necessário, que, se implantado, haverá depois outra encrenca com relação à liberação dos recursos. Então, a primeira parte foi feita. Se nós avançarmos com o que foi colocado no Orçamento, eu tenho a impressão de que vamos dar um passo significativo, haverá grande avanço. E ano que vem, com a economia crescendo, nós teremos outra oportunidade para buscar os recursos necessários para Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, agradeço a V.Exa. a participação. Muito obrigado por participar. V.Exa. foi um coordenador que esteve sempre atento à Comissão, que teve a Deputada Carmen Zanotto e eu como representantes, e nós encaminhamos, na medida do possível, todos os nossos pleitos referentes a essa peça orçamentária de 2018.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, cumprimento V.Exa., cumprimento também o Relator, nosso colega progressista, Deputado Cacá Leão, e os demais colegas membros da Comissão.

Eu não sou membro da Comissão, mas estou aqui hoje porque nós da bancada gaúcha estamos fazendo esforços muito grandes em relação às obras prioritárias para o Estado do Rio Grande do Sul, e eu estou presidindo a Frente Parlamentar Mista, da Câmara e do Senado — inclusive o próprio Senador é também membro da Frente Parlamentar —, em defesa da obra mais estruturante e necessária, a prioridade número um, que é a conclusão da BR-116, no trecho sul, Guaíba-Pelotas, no contorno de Pelotas e no acesso ao Porto do Rio Grande, que é o segundo maior porto em movimentação de cargas do Brasil. E não é um porto utilizado só pelo Sul do País; é um porto estratégico para o País, por onde boa parte da produção, inclusive de outras regiões, é escoada.

Eu tive a oportunidade de conversar sobre a duplicação da obra com o nosso Relator, que foi muito sensível e nos recebeu em três oportunidades. Em duas delas, eu estava acompanhado de outros Líderes e de colegas Parlamentares, inclusive do Rio Grande do Sul e do Sul do País.

Eu quero fazer um esforço didático para falar da necessidade e da urgência. Eu fiz, junto com a bancada gaúcha, um apanhado importante principalmente sobre os 2 últimos anos, e nós percebemos que, em relação às emendas impositivas, não nos bastava dizer para o Governo, para a Presidência nem para a Relatoria do Orçamento buscarem e alocarem recursos. Nós da bancada gaúcha conseguimos priorizar esse trecho da BR-116 e alocamos 81 milhões de reais, a metade do valor. A outra metade foi para outra obra.

Naturalmente, pelo que está previsto na lei, vai haver um corte linear de 30%, segundo foi dito. Dessa forma, esses 81 milhões de reais se transformarão em 56 milhões e 873 mil reais. É dinheiro novo, para o Orçamento de 2018, obtido por meio da competência da bancada gaúcha. Definimos prioridade e alocamos recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aí vem a parte do Governo. O Governo fez uma proposição orçamentária — é a parte da proposição do Governo — de apenas 42 milhões de reais para a duplicação do trecho, mas são necessários 650 milhões de reais para a obra ser finalizada. Ele alocou apenas 42 milhões e 756 mil reais. Para o Contorno de Pelotas, ele destinou apenas 12 milhões e 857 mil reais.

Nós reunimos o recurso que alocamos, os recursos alocados pelo Governo são muito tímidos e modestos. Se o Governo destinar 10% da necessidade, teoricamente — nós não vamos conseguir todo ano colocar uma emenda de bancada —, vamos levar 10 anos para concluir a principal obra.

E o que nos surpreende e nos surpreendeu... Eu tenho tentado uma audiência com o Ministro Maurício Quintella Lessa. Já estivemos também no Ministério do Planejamento, já estivemos com o Ministro da Casa Civil, já estivemos com o Ministro Eliseu Padilha. Nós estamos fazendo um esforço que não é de contestação; é um esforço de priorização.

E o que acontece? O que nos surpreendeu...

Eu queria ter a atenção do Relator Cacá Leão, do Presidente e de todos, porque para nós essa é uma questão fundamental para o Rio Grande do Sul ter capacidade competitiva. Nós precisamos, de fato, avançar em relação a essa obra.

O que acontece? O Governo anunciou, 2 ou 3 semanas atrás, no Rio Grande do Sul, no Projeto Avançar, que garantia, nos Orçamentos de 2017 e de 2018, a destinação de 240 milhões para a segunda Ponte do Guaíba. É importante a segunda Ponte do Guaíba, mas na região não está havendo mortes. Por outro lado, segundo a PRF, por causa de acidentes frontais por causa das obras paradas, houve 43 mortes, só no trecho de duplicação para o qual queremos alocar recursos. Mais de 150 pessoas estão nos hospitais, segundo dados que levantamos. Há, também, uma perda diária, segundo o Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral — SISEPOT, de 1,8 milhão. Se esse valor for multiplicado e calculado em relação aos 40 mil veículos e caminhões que transitam pela estrada, há uma perda anual de 600 milhões, 650 milhões, que é o recurso necessário para a realização da obra. Observem!

Eu conversei com o nosso Presidente, Senador Dário Berger — já havia tentado —, e acredito que está sensibilizado o nosso Relator. Peço o apoio para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sensibilizar o Governo, porque no relatório aparecem para a segunda ponte apenas 50 milhões, embora o Governo tenha garantido 240 milhões de reais.

Nós queremos que continuem as obras da ponte, mas, se for preciso, que sejam realocados recursos, e nós temos que estabelecer o que é de fato prioridade no Rio Grande do Sul.

Inclusive contamos com o grupo RBS, com as rádios, os meios de comunicação, com a Aliança Pelotas, com a Aliança Rio Grande, da área empresarial, com a Prefeita Paula, de Pelotas, com o Prefeito de Camaquã e com todos os Prefeitos daquele eixo, porque na verdade é uma obra necessária.

O meu objetivo é mostrar na Comissão Mista de Orçamento que nós precisamos de mais recursos para esta obra — é claro que em conjunto com o Governo. Mas, já que a diretriz orçamentária é dada exatamente por esta Comissão de competência, a Comissão Mista de Orçamento, nós estamos pedindo aqui.

Antes de concluir, eu gostaria de dizer que também fiz um pedido ao Relator, que não pôde atender de forma direta, para que analise a destinação de apenas 8 milhões — atestada pelo DNIT — para a manutenção da duplicação do acostamento do terminal do TECON, para o acesso ao Porto do Rio Grande.

Eu tenho aqui o ofício que nós fizemos em nome da Frente Parlamentar para tratar desses recursos.

Nós sabemos das dificuldades, mas temos que priorizar o que é prioridade. E a prioridade é esta. Ela não é estabelecida por mim; é dita pelo Rio Grande do Sul. Ela é dita pelo próprio Governo do Estado. Ela é dita pelos líderes. Cem por cento do escoamento de soja de qualquer ponto do Rio Grande do Sul e de parte do centro-sul do País precisam desse acesso.

Então, eu reitero o pedido ao Relator, que fez o que era possível, nos deu as explicações, foi gentil, cordial; peço ao Presidente e a toda a Comissão para darmos resolutividade, ou seja, fazermos o encaminhamento necessário para a destinação de recursos.

É claro que há a travessia de Santa Maria, cujo recurso foi contemplado. Há a BR-287, o acesso ao São José dos Ausentes. A BR-290 foi contemplada apenas com 2 milhões. Portanto, a destinação de recursos para as rodovias está modesta e, comparativamente com o que foi destinado a outras bancadas, nossos recursos são poucos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por isso, eu queria solicitar um esforço, não de última hora, mas no cenário desse planejamento estratégico em conjunto com o Governo.

É essa a minha solicitação. Por isso, apelo para a boa vontade de todos.

Faço essa manifestação como Líder e como Presidente da Frente Parlamentar, devido à demanda que está havendo.

Eu estive em Pelotas e em Camaquã esta semana, e lá todos esperam algo. Aliás, ficaram surpresos, porque o Governo priorizou isso, garantiu 240 milhões de reais, e eu não vejo onde estão os 240 milhões. Aqui eles não aparecem; só aparecem 51 milhões de reais. Para nós, somando com os recursos da emenda de bancada, metade do Governo e mais ou menos metade nossa, nós teríamos 112 milhões de reais.

Então, é esse o apelo que faço.

Agradeço a atenção e espero apoio, devido à importância desse porto para o Brasil. O Porto do Rio Grande e a conclusão da duplicação da estrada no trecho sul da BR-116 são estratégicos para a competitividade do Brasil.

Buscamos a retomada do desenvolvimento econômico e social de todo o País, e essa obra é de grande importância para as pessoas que transitam por essa estrada, pois muitas delas estão perdendo a vida, uma vez que as obras estão em fraco andamento. Nós precisamos mudar isso, encurtar o tempo e propiciar a conclusão dessa obra estratégica para o Brasil e para o sul do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu cumprimento V.Exa. pela preocupação justa e legítima com o seu Estado.

Quero já hipotecar minha voz no sentido de que, na medida do necessário, eu possa auxiliar V.Exa. e a bancada do Rio Grande do Sul no remanejamento de verbas, recursos e dotações orçamentárias, para que a obra possa ter continuidade, em função da relevância exposta por V.Exa.

Eu sou catarinense, mas também conheço essa realidade e sei da necessidade emergencial da conclusão dessas obras.

Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá esteve aqui em determinado momento e disse que, se fosse necessário, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estaria à disposição. Eu sugiro a V.Exa. que convoque o Senador Romero Jucá, porque nós só temos uma solução para os três grandes problemas do relatório.

O Ministro Dyogo prometeu que até o meio-dia enviaria uma retificadora com a questão da ANCINE, mas não o fez. Da mesma maneira, ontem o Ministro Kassab e o Ministro Osmar Terra estiveram com ele.

Para V.Exa. ter uma noção dos números do Ministério, nós estamos falando de 18 milhões de pessoas que ficarão sem atendimento no ano de 2018, se comparado com 2017.

Então, nós temos três graves problemas: a questão do combustível; a questão da ANCINE, cuja retificadora viria ao meio-dia e nunca chegou; e a questão do Ministério.

Essas matérias, como disse a V.Exa., não estão mais na alçada do nobre Relator, mas também tornarão difícil votarmos o relatório com a brevidade que gostaríamos, talvez não na Comissão, mas com certeza em plenário.

Então, Sr. Presidente, V.Exa. poderia convocar o Senador Romero Jucá, para que ele possa, como Líder do Governo e juntamente com o Presidente da República e com o Ministro Dyogo, verificar quais são as possibilidades de cumprimento dessa matéria, mesmo que na ANCINE seja possível abrir a rubrica. Se não mudarmos isso, o cinema brasileiro no ano que terá acabado — só para V.Exa. ter uma noção da gravidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Evandro Roman.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, vou iniciar parabenizando o Presidente, Senador Dário Berger, pela forma como conduziu os trabalhos, e o Relator, Deputado Cacá Leão. Ambos tiveram uma paciência muito grande, tranquilidade e serenidade para conduzir os trabalhos.

Estamos chegando ao final com a oportunidade de realização de várias ações, Deputado Cacá Leão e Senador Dário Berger, e com uma solução o mais prudente e pacífica possível.

Este relatório é o primeiro relatório após termos aprovado a PEC do Teto.

Eu, particularmente, pela primeira vez, Deputada Laura Carneiro... Eu sinto que nós todos vivemos — até brinco — no mundo de Pollyanna, em que tudo estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muito bom, muito certo, não havia nada de errado. E nós tínhamos um Orçamento fictício, porque nós o aumentávamos e tratávamos de uma forma irreal ou virtual tremenda. Quer dizer, para você colocar 5 milhões ou 6 milhões de reais de uma emenda que não iria sair, não havia problema mesmo, pois o Orçamento iria acomodando qualquer número que estivesse pela frente.

E veio agora a realidade, e todos acabaram tendo que se enquadrar a essa realidade, o que é difícil. São milhões de reais que faltam para todos os lados; é recurso que não se encontra, porque nós temos hoje um limitador. Antes, o céu era o limite, e agora nós temos um número que nos dá o limite. Em cima desse limite, nós temos de ter a responsabilidade de uma lei que nós aprovamos e que temos que seguir.

Esse choque de realidade faz com que todos voltem a colocar os pés na terra e entendam que, por mais que antes tivesse sido de outra forma, a partir deste ano, nós temos essas limitações — o Orçamento do ano retrasado ou passado tinha recursos elevados? Tinha, porque nós não tínhamos essas limitações que hoje temos.

A partir deste momento, nós temos uma forma diferente de fazer o Orçamento, e isso nos dá uma responsabilidade muito grande.

Dentro desta ação, eu gostaria de falar sobre o Destaque nº 52, junto à EMBRAPA, que nós tivemos a oportunidade de encaminhar — a Deputada Laura Carneiro também fez um encaminhamento de outros destaques nessa situação.

Gostaria de falar sobre a possível recomposição, Relator, Deputado Cacá Leão, do valor que foi encaminhado, que são os 306 milhões de reais.

Nós já tivemos uma conversa, inclusive com a EMBRAPA, mas eu fortaleço o pedido de encaminhamento do Destaque nº 52, para que nós possamos chegar o mais próximo possível desse encaminhamento na questão da EMBRAPA, que é fundamental para a pesquisa, principalmente a pesquisa em relação ao pequeno e ao médio produtores.

Outro aspecto é que foram destinado 60 milhões de reais para o fomento junto ao Ministério da Agricultura, e nós sabemos que, se esses 60 milhões forem para atender a uma única bancada, isso praticamente será impossível. Nós da bancada do Paraná apresentamos uma emenda impositiva de 85 milhões que mal dá para atender os 30 Deputados e os três Senadores. Pediria a V.Exa. que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

buscasse o entendimento. Sabemos de todas as dificuldades, conforme eu relatei. No entanto, eu diria que talvez este seja o momento mais oportuno, porque esta Comissão, Senador Dário Berger, tem um dos maiores valores porque vamos elencar nela as prioridades.

Antes era uma situação em que se negociava com dinheiros virtuais e depois se tentava brigar politicamente durante o ano. Agora, não. Agora nós temos este teto, e as prioridades têm que ser colocadas por nós. Dentro desta ação, quero agradecer realmente por ter sido o Relator Setorial do orçamento da agricultura e agradecer a forma como fomos tratados.

Desde já, deixo registrado que já fiz no encaminhamento uma observação da possível recomposição deste recurso da EMBRAPA como também da questão de fomento junto ao Ministério da Agricultura.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu também agradeço a V.Exa. as legítimas preocupações.

Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, nobre Senador Dário Berger, do meu belo Estado de Santa Catarina, que preside esta Comissão como um gigante, como disse a nobre Deputada Laura Carneiro, estamos concluindo os trabalhos dentro do prazo. Isso é mérito da sua condução e dos acordos que V.Exa. conseguiu fazer dentro das mais variadas opiniões da Casa, fazendo com que esta Comissão Mista de Orçamento pudesse avançar.

Nobre Relator, Deputado Cacá Leão, compreendo todas as dificuldades que deve ter vivido e está vivendo ainda para apresentar o seu relatório final nesta reunião. Mas não poderia, nobres colegas Deputados, Deputadas, prezados Senadores e Senadoras da República, deixar de me furtar de fazer algumas considerações relativas às preocupações que teremos e às situações que poderemos iremos viver no ano que vem se aprovarmos esta peça orçamentária da forma como está.

Antes de destacar dois pontos, quero fazer também minhas as palavras do nosso Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense com relação às defesas e aos destaques das emendas de bancada do Fórum Catarinense, o nobre Deputado João Paulo Kleinübing.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senhoras e Senhores, vamos aos números. O primeiro ponto trata de um tema menos árduo do que o orçamento da saúde, que, com certeza, também terá dificuldades no próximo ano. Nobre Relator, o Deputado Cacá Leão, preciso de garantia com relação à Lei nº 13.479, de 5 de setembro de 2017. Esta Casa, o coletivo de Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, acabou de derrubar o veto que restringia a busca do recurso de financiamento que nós conhecemos, a partir desta lei, como o Pró-Santas Casas, cujo veto impedia que as instituições inadimplentes pudessem buscar o financiamento.

Estas instituições só estão buscando financiamento porque nós do Sistema Único de Saúde não remuneramos adequadamente os procedimentos realizados, em especial na área hospitalar e ambulatorial de média e alta complexidade deste País. A diária de um hospital é infimamente mais barata do que uma refeição aqui em Brasília, só para dar um exemplo do quanto essa tabela está defasada.

Se os hospitais filantrópicos e Santas Casas precisam recorrer ao sistema financeiro e estão inadimplentes é exatamente porque os serviços remunerados não estão respaldados pelas respectivas despesas.

Por isso, nobre Presidente, preciso da segurança, porque o texto legal pede que se garantam consignados os recursos necessários para o cumprimento dessa lei no Orçamento Geral da União para o exercício de 2018.

No texto legal está até 2 bilhões de reais. Precisamos de uma posição clara do nobre Relator, até porque encaminhamos um ofício, no dia 30 de novembro, ao Exmo. Sr. Ricardo Barros, nosso Ministro de Estado da Saúde.

Tenho uma posição muito clara sobre todo o avanço e todo o trabalho dele à frente do Ministério da Saúde, habilitando serviços que estavam parados por muitos e muitos anos no Ministério, garantindo o acesso à população brasileira.

Formalizamos pedido ao Ministro Ricardo Barros, ao nobre Relator, Deputado Cacá Leão, ao nosso Presidente, Senador Dário Berger, e ao Ministro do Planejamento, Dyogo Henrique de Oliveira, enfim, alertamos todos de que precisamos desses recursos para cumprir o que está no texto legal da Lei nº 13.479, de 2017, que trata da inclusão da dotação orçamentária na LOA de 2018.

O segundo ponto, senhoras e senhores, é tão ou mais grave que o orçamento da saúde. Digo mais grave, porque o nobre Relator Cacá Leão já nos orientou de que está garantida no texto legal — ele vai deixar claro para todos nós, até para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

conste em ata essa questão do financiamento do Pró-Santas Casas. Refiro-me ao orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

O Ministro Osmar Terra esteve nesta Casa várias vezes. O País viveu um momento de constrangimento, em especial na área da assistência social, com aquela primeira versão que veio do orçamento, uma versão absolutamente equivocada na área da assistência social, onde seria impossível trabalharmos.

A segunda versão já veio um pouquinho melhorada. O nobre Relator Cacá Leão conseguiu consignar mais 300 milhões de reais ao orçamento da assistência social, em especial para a manutenção das políticas da assistência social.

Porém, senhoras e senhores, preciso alertar que temos 8.306 Centros de Referência de Assistência Social básica no País, 2.596 Centros de Referência Especializados de Assistência Social, 228 Centros POPs, 5.981 Unidades de Acolhimento, entre governamentais e não governamentais, 8.714 Centros de Convivência, entre governamentais e não governamentais, e 1.345 Centros-Dia.

Da forma como está o orçamento, mesmo com a recomposição da segunda versão e última, todo o sacrifício, dedicação e esforço do nobre Relator Cacá Leão não serão suficientes.

Quando discutimos sobre a questão do teto nesta Casa, sempre disse que ninguém pode gastar mais do que arrecada, mas não dava para aprovarmos aquele texto legal sem primeiro fazermos algumas adequações ao orçamento.

Naquele momento eu me debrucei muito na área da saúde, até porque fui Relatora da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2015, do nobre Deputado Vanderlei Macris, que foi aprovada em primeiro turno na Câmara, por unanimidade, e não conseguimos mais que ela tramitasse. Entendia eu, assim como outros colegas Deputados, que precisava primeiro se fazer um ajuste no orçamento antes de dizermos o valor do teto e que, a partir disso, ninguém poderia gastar mais. Fomos vencidos. E a beleza do Parlamento é respeitar a decisão da maioria do Plenário.

Pois bem, estamos sob a égide da Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Pergunto: como vamos fazer com os CRAS e os CREAS? Não haverá recursos para atender as áreas de prevenção, o CRAS, para pessoas e famílias em situação de risco, e nem para os CREAS, para o atendimento das pessoas que já vivem o risco,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que já foram vítimas de violência física, de violência sexual, de negligência, de abandono, de ameaça, de maus-tratos e de discriminação social.

Senhoras e senhores, eu sei que neste País lamentavelmente é melhor uma obra física. *"Eu prefiro uma ponte a salvar uma vida, porque a ponte é inaugurada"*. O serviço feito pelos Centros de Atendimento Social neste País e pelo conjunto das Prefeituras pode não ter visibilidade, ou melhor, não tem. Por não ter visibilidade, os recursos são ínfimos.

Digo isso com dor no coração, mas não dá para priorizar estruturas e não priorizar a vida de pessoas em situação de risco. Não dá, nobre Relator — sei de todo o seu sacrifício, sei de que esta Comissão fez e todo o seu esforço —, nobre Presidente, Senador Dário Berger, para imaginar que não haverá recursos suficientes para o atendimento dessa população que é acolhida, atendida e prevenida pela área da assistência social com os recursos hoje postos no orçamento.

Por isso, reapresentei uma emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, emenda esta destacada. É claro que 1,5 bilhão de reais pode parecer um absurdo, mas não é, porque precisamos no mínimo de mais 1,2 bilhão de reais

Eu até aceito que o nobre Relator diga: *"Carmen, V.Exa. está pedindo demais, porque 1,5 bilhão é muito, mas nós vamos te dar 1,2 bilhão".* Mas menos que 1,2 bilhão de reais não dá, porque somados aos seus 300, vamos ter 1,5 bilhão de reais que precisamos.

Da reserva de contingência, dos 4,7 bilhões de reais — da estimativa líquida —, conseguimos atender o FUNDEB, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com 1,5 bilhão de reais. É importante dizer também que nós conseguimos — a Marinha sabe que tenho todo o respeito por ela — colocar 1 bilhão de reais na participação da União no capital de Empresa Gerencial de Projetos Navais.

Sei qual a explicação que vai dar o nobre Relator. No entanto, digo que nós temos que conseguir um mecanismo para salvar a assistência social deste País. Nós conseguimos incluir a implementação do voto impresso, entre outros itens que V.Exa. tomou o cuidado de incluir. Sei que V.Exa. deixou milhares de pedidos de fora, entre emendas de bancada, emendas de Comissão e emendas individuais não obrigatórias, não impositivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas não posso, na condição de profissional da área da saúde que sou, de membro da Comissão de Seguridade Social e Família, deixar de fazer esse destaque e deixar de lutar até o último minuto.

O nobre Deputado Eduardo Barbosa está aqui ao meu lado, assim como a nobre Deputada Laura Carneiro. Na sessão anterior, nós duas votamos contra ao não acolhimento do destaque da Comissão de Seguridade Social e Família, apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Social, exatamente por essa preocupação.

Deputada Laura, ele colocou 300 milhões, mas eu preciso deixar claro nesta Comissão, deixar claro para o coletivo de homens e mulheres que representam as duas Casas, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, que, quando nós votamos a PEC do teto, sabíamos da necessidade de se fazer alguns ajustes. Eu me lembro bem que fui muito criticada, inclusive pelo meu partido, porque votei contrariamente à PEC do teto. Eles diziam: *"Carmem, é só na hora do orçamento cada um brigar pelas matérias e pelas áreas que defende"*. Quem está brigando agora? Quem está brigando? Não dá uma mão cheia. Não dá uma mão cheia, porque nós temos limites agora impostos pela Constituição.

Portanto, para encerrar, quero fazer um apelo, mas é um apelo mesmo. Se existir a menor possibilidade, nem que seja de 0,001%, que lutemos até o último minuto para recompor o orçamento da assistência social deste País, porque nenhum Prefeito e nenhum secretário de assistência social darão conta de manter esta política sem mais recursos neste orçamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente Dário Berger, gostaria de saudá-lo pelo trabalho que tem feito à frente da Comissão, sempre dialogando, negociando e ouvindo os demais membros desta Comissão, bem como o Relator, o Deputado Cacá Leão. Gostaria também de saudar o nosso Líder da nossa bancada, o companheiro Deputado Bohn Gass, pelo trabalho e pelo bom debate nesta Comissão de Orçamento.

Sr. Presidente, a peça orçamentária que veio do Governo Federal está deixando de fora as questões sociais. Em primeiro lugar, quero me agregar à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reivindicação, apresentada no destaque da Deputada Carmen Zanotto, de Santa Catarina: a área social para atender a quem precisa é realmente uma importante pauta. O Estado tem que servir aqueles que mais precisam. É preciso que esse destaque da Deputada seja analisado com carinho, porque o povo não tem sido ouvido por este atual Governo Federal. Por isso ela tem o nosso apoio.

Presidente Dário Berger, gostaria também de falar aqui — o companheiro Deputado Bohn Gass ontem falou muito, eu estava junto — sobre a questão social, sobre o programa de acesso à água. Nós havíamos apresentado uma emenda de Comissão de 164 milhões de reais, ela foi reduzida para 70 milhões de reais, depois foi cortada. Agora, estamos tentando elevar em mais 20 milhões de reais. Este programa foi construído ainda na época do Ministro Patrus Ananias, do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Quem não tem água, Sr. Presidente, é quem não tem condições financeiras de ter a água em casa, de ter água potável para beber, fazer comida, tomar banho e assim por diante. Acho que nós temos também que tratar com carinho esse assunto.

Outra questão é o corte da peça do orçamento que veio do Governo Federal para aquisição de terra. Em 2014, havia 880 milhões de reais. Para 2018, são 43 milhões. Esse recurso foi cortado em torno de 95% e o aumento foi zero. Queremos, Deputado Cacá Leão, que V.Exa. olhe para isso com carinho.

Quem acompanha de perto esse problema de aquisição de terra, quem foi acampado como nós, sabe o que é viver em um acampamento. Por isso, peço que nós tratemos com carinho essa questão.

Houve também uma emenda de Comissão do Senado, da qual o nobre Senador foi Relator, em torno de 23 milhões de reais para educação do campo. Ficou 1 milhão de reais e agora mais 1 milhão, o que também é pouco, Sr. Presidente. A educação do campo busca qualificar os nossos jovens agricultores para que eles possam permanecer na terra, que eles possam permanecer no meio rural. É para isso que nós queremos esse recurso.

Sobre a EMBRAPA, da qual vários Deputados aqui falaram, sabemos que ela é importante para a pesquisa. Sabemos que o Governo Federal quer terminar com aquilo que é público, que a intenção dele é que a EMBRAPA vá para a Monsanto, vá para as multinacionais, que servem para os grandes e não para os pequenos. No entanto, queremos colocar mais recursos para a EMBRAPA, para que ela faça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pesquisa voltada à agricultura familiar, à reforma agrária, àqueles que mais precisam.

Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos, Sr. Presidente, em que a CONAB, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social, compra os produtos dos agricultores familiares, digo que ele é excelente.

Infelizmente, o Governo não resolveu o problema da compra de leite, e agora está incentivando a compra de leite do Uruguai. Parece-me que amanhã, lá no Rio Grande do Sul, o Ministro Osmar Terra vai anunciar a compra de 10 milhões de reais de leite. Isso não serve para nada, não serve para nada. É fácil fazer a conta: com 10 milhões de reais dá para comprar 800 toneladas de leite.

O Programa de Aquisição de Alimentos — PAA pode não só desafogar essa política quando precisa, mas também comprar das agroindústrias, da agricultura familiar, dos quilombolas, da reforma agrária. Mas nós não fomos atendidos nesse quesito da aquisição de alimento.

Ainda há a questão da infraestrutura das rodovias no Rio Grande do Sul. Sei que colegas aqui falaram sobre a situação da BR-116. Na peça orçamentária que o Governo enviou para esta Casa, havia 50 milhões de reais. A bancada gaúcha articulou toda a Região Sul, o comércio, a indústria, os políticos, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, os Prefeitos de todas as siglas partidárias.

Nós colocamos uma emenda, e só ficou a emenda de bancada — só ficou a emenda de bancada. Foram tirados os 50 milhões de reais da peça orçamentária inicial. Isso mostra que o Governo Federal não quer investir onde precisa desenvolver, como na Região Sul. Só há a emenda de bancada nessa peça orçamentária. Isso é perseguição! Isso significa que a BR-116 não deve ser duplicada.

Há empresa instalada, há obra andando a passo de tartaruga. Então, não precisa fazer licitação, não precisa haver licença ambiental. Está lá o parque de máquina instalado, e nós deveríamos ampliar esse recurso, assim como já foi dito aqui.

A BR-290 de Eldorado a Pantano Grande dois trechos estão em andamento, mas o recurso que está na peça orçamentária é de 2 milhões e 700 mil reais. Isso é piada! É piada o dinheiro disponível para a BR-290: 2 milhões e 700 mil reais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Deputado Cacá Leão. Esse dinheiro não dá para 1 semana! Por que o Governo Federal persegue o Rio Grande do Sul dessa forma?

Sr. Presidente, estive em Santa Maria há 30 dias. A BR-153, se não me falha a memória, que vem de Júlio de Castilhos, atravessa Santa Maria até o sul da região, tem que ser duplicada. É preciso que sejam feitos os viadutos. De Porto Alegre até o norte de Santa Maria a estrada é duplicada. Não são 15 quilômetros, e há 8 milhões e 300 mil reais.

Este ano houve redução de mais de 40 milhões de reais. No ano que vem, serão 8 milhões e 300 mil reais. É preciso que seja dada continuidade a essa obra do contorno de Santa Maria. São menos de 15 quilômetros, Sr. Presidente. A situação é mais ou menos igual à da BR-285, que só tem 12 milhões de reais. A obra não foi iniciada, porque é preciso que seja feita licitação. Depois dá para brigar por mais dinheiro.

Mas, no contorno de Santa Maria, as máquinas estão trabalhando. Há duas frentes, acho que são duas empreiteiras, duas equipes que estão trabalhando no contorno de Santa Maria, e o montante para o ano que vem é de 8 milhões e 300 mil reais.

Eu apresentei um requerimento ao Relator. Acho que precisamos ter bom senso e tirar algum recurso do DNIT, que tem recurso para conservação, em grande quantidade. Talvez não seja tão grande, mas é bem mais do que isso. Então, nós poderíamos tirar dali algum recurso. Ou tirar dos recursos para o pagamento de juros que o Governo faz e destinar para o DNIT do Rio Grande do Sul aplicar na BR-116, para a BR-290 e para o contorno de Santa Maria, porque o que está aí é uma vergonha, não dá para dizer que não tem dinheiro.

Então, quero agradecer e dizer que sou parceiro nas demandas sociais, sou parceiro nas questões que envolvem principalmente a camada de baixo da pirâmide.

Quero ainda registrar a minha opinião: eu acho que a bancada governista do Rio Grande do Sul articulou as emendas de bancada por interesses eleitorais. Esse registro eu quero fazer aqui, porque há obras que não têm projeto, não têm licitação e receberam um rio de dinheiro. E há outras obras que têm licitação, têm máquinas trabalhando, mas não foram levadas em conta. Eu quero registrar que a bancada governista do Rio Grande do Sul agiu de má-fé, no Orçamento da União, para com o nosso Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia. Em seguida, usarão da palavra os Deputados Jorge Solla, Danilo Forte e Danilo Cabral, respectivamente.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de retomar aqui a fala da Deputada Carmen Zanotto. Na verdade, este é o primeiro Orçamento que nós fazemos após a aprovação do limite de gastos.

Eu não poderia deixar de cumprimentar V.Exa., Sr. Relator, pelo esforço, pela dedicação e, acima de tudo, pela sua aplicação de estar sempre presente, ouvindo e discutindo o projeto.

Cumprimento também o Presidente da Comissão, que sabiamente tem conduzido esta reunião.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de retomar aqui a questão do limite dos gastos. Apesar de todo o esforço do Relator que eu já mencionei aqui, acredito que o que foi colocado pela Deputada é extremamente importante. Nós temos o limite de gastos, mas não estabelecemos critérios para a distribuição dos recursos. Isso leva aqueles que mais demandam a conseguir maior montante, o que provoca um desacerto, provoca um descompasso no próprio Orçamento.

Se pegarmos a média dos últimos três Orçamentos por Estados, nós veremos que ela está na ordem de 360 milhões de reais por bancada. A média dos três últimos Orçamentos não ultrapassa 552 milhões de reais para a maior bancada. No entanto, hoje, com o limite de gastos, nós temos o montante máximo da ordem de 753 milhões de reais, e uma média muito baixa em relação aos demais Estados.

Então, eu acredito que isso vai provocar uma dificuldade enorme e, principalmente, vai intensificar as desigualdades regionais.

Eu gostaria que o Relator pudesse me ouvir. *(Pausa.)*

Eu disse, Sr. Relator, que a média de valores para as bancadas nos três últimos Orçamentos, sem limite de gastos, variava. O maior montante de recursos dos três últimos Orçamentos não ultrapassava 500 milhões de reais. Agora, com o limite de gastos, o maior montante de recursos é de 700 milhões de reais. Como não há critérios de distribuição, obviamente, com isso nós vamos provocar ainda mais as desigualdades regionais. A minha bancada, a bancada de Goiás... *(Pausa.)*

Eu lhe agradeço, Deputada Laura, por deixar o Relator me ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A minha bancada, a bancada de Goiás, ficou bem aquém da média dos três últimos Orçamentos.

Sr. Relator, eu tenho uma emenda que trata do contorno de uma cidade produtiva da Região Centro-Oeste, localizada no Estado de Goiás. Eu apresentei o Destaque nº 10, pedindo a V.Exa. que pudesse reconsiderar o valor, que está muito baixo, embora eu saiba que não possa ultrapassar muito o valor que foi alocado. Mas eu pediria a V.Exa., para equilibrar um pouco essa questão da bancada, para que esse anel viário de uma cidade importantíssima da região sudoeste do Estado fosse atendida. É o Destaque nº 10.

Eu queria também voltar à questão da assistência social. Eu fui Secretária Nacional de Assistência Social, responsável pela implantação da LOAS, e vejo com muita tristeza o que está acontecendo com a assistência social neste relatório. É muito importante que todos nós possamos nos lembrar de que estamos convivendo com 12 milhões de desempregados. À medida que estamos convivendo com esse número de desempregados, obviamente a assistência social precisa ser instrumentalizada de maneira que venha a dar uma cobertura a essas famílias que estão à mercê da ajuda do poder público. Portanto, quero fazer coro com a Deputada Carmen Zanotto, no sentido de pedir a V.Exa. que pense e repense sobre a questão da assistência social. Acredito que V.Exa. não teria muitos recursos para nos atender, mas V.Exa. teria sim argumento a dar ao nosso Ministro do Planejamento, para que ele possa entender que, num período de desemprego tão alto, nós precisamos fortalecer a assistência social no País.

Deixo a V.Exa. os meus cumprimentos pelo seu esforço, como eu já disse aqui, pela sua aplicação, pela sua dedicação, estendendo-os ao nosso Presidente, o colega Senador que nos preside.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dário Berger) - Agradeço a V.Exa., Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra agora ao próximo orador inscrito, o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, eu entendo o esforço do Relator, imagino que deve ter sido uma jornada difícil e sei do empenho que ele teve para tentar minimizar uma série de problemas dessa proposta orçamentária que foi enviada pelo Governo. Basta lembrar que, na proposta remetida pelo Governo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estavam bem claras as intenções neste que é praticamente o primeiro Orçamento a ser construído dentro das limitações da Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

Eu quero, Sr. Presidente, voltar a insistir: essa medida não vai prosperar. Não tem como o País ficar por 20 anos cumprindo essa diretriz orçamentária. É um desastre social que se avizinha. Mesmo que este Governo que está aí consiga ter continuidade — e tenho certeza de que a população brasileira não irá permitir isso —, ainda assim em 2 anos ou 3 anos, não dou mais do que isso de prazo, o próprio Governo que aprovou essa Emenda nº 95 vai chegar à conclusão do absurdo que foi feito e propor a sua alteração. É impossível.

O Orçamento que veio para cá reduzia o orçamento da saúde em 2,6%. Pelo que entendi, Sr. Relator — e corrija-me depois se eu estiver errado —, V.Exa. conseguiu ampliar esse orçamento, mas mesmo assim é 1,8% de aumento. Isso não repõe a inflação baixa, a média geral, quanto mais a inflação do setor saúde que é maior do que o IPCA. Na educação também reconhecemos o esforço que V.Exa. fez, mas, mesmo com as alterações, esse Orçamento vai deixar as universidades públicas sem nenhuma capacidade de chegar ao final do ano 2018.

Na assistência social, isso é ainda mais grave. Eu queria também reforçar o destaque apresentado pela Deputada Carmen. Inclusive, nós apresentamos uma emenda na Comissão de Seguridade Social e Família que foi aprovada por unanimidade. O Relator aportou, se não me engano, 300 milhões de reais, mas ficou faltando 1,214 bilhão de reais para fazer a recomposição do orçamento da Rede SUAS.

É bom lembrar que esta emenda só se debruçou sobre uma parte da Rede SUAS. Ela não abrange toda a rede, apenas a parte da proteção social básica. O que significa isso? Essa é a parcela da Rede SUAS que atende à população mais vulnerável, mais excluída, aquela parcela da população que mais precisa do apoio do Governo e da assistência social.

Então, eu queria reforçar a necessidade desse destaque e também reforçar um destaque que nós apresentamos, o Destaque nº 131. Agradeço ao nosso Presidente, o Senador Dário Berger, que concordou com este destaque, para recompormos parte do orçamento das universidades federais, especialmente no que diz respeito aos recursos para investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Todas as universidades federais estão com obras paradas. Algumas delas ainda estão em processo de implantação. Então, precisamos dar um aporte de recursos que permita pelo menos diminuir as obras que estão paralisadas e não interromper o processo de implantação, afinal, há cursos que já começaram, com alunos matriculados, e novas turmas serão agregadas. E eu queria defender esse destaque, porque acho que ele vai ser muito importante para que possamos minimizar o problema nas nossas universidades federais.

Da mesma forma, voltando à assistência social, como já foi comentado, o valor que foi recomposto no orçamento do PAA não vai permitir nem de perto manter essa ação tão importante, tão essencial em curso.

No entanto, não podemos nos esquecer de que, para pagar juros da dívida, para pagar os lucros do rentismo e os banqueiros, não há limite na Emenda Constitucional nº 95. Está liberado o orçamento para pagar juros, seja quanto for o valor de renegociação da dívida. Não há limite. Não se pode nem dizer que o céu é o limite, Presidente. Não há limite. Nem o céu é limite para esse pagamento. A Emenda Constitucional nº 95 deixa de fora apenas os valores que são aportados para essa finalidade. Obviamente, comprime todas as ações que são destinadas principalmente à população.

Para concluir, quero lembrar que a proposta orçamentária desnuda porque o Governo está tão empenhado em destruir a chance de o brasileiro se aposentar, por que se se mantiver a Emenda Constitucional nº 95 e não se destruir a possibilidade de o brasileiro se aposentar, daqui a 3 ou 4 anos vai acontecer o que eu falei no início: vai ficar impossível manter um mínimo das ações de Governo.

Então, destruir a Previdência pública é o complemento da PEC 95, faz parte da essência do Governo, que tirou a Presidenta honesta e tomou o poder, para claramente mudar as prioridades da aplicação dos recursos.

A forma melhor de entender a concepção de governo não é o discurso, não são os documentos; é o orçamento. O orçamento é que desnuda qualquer governo, que mostra quais são as prioridades de governo, que mostra quem um governo representa. E isso fica claro aí no Orçamento, por mais esforço que o Relator tenha tido. Ao limitar, ao criar as barreiras da PEC 95, S.Exa. deixou claro qual é a prioridade do Governo: viabilizar aos banqueiros, aos rentistas, à elite econômica brasileira a garantia de continuarem auferindo enormes, gigantescos lucros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Obviamente, a cada ano vai diminuir a possibilidade de o Estado brasileiro fazer o que deveria ser a sua prioridade: garantir o bem-estar da sua população o máximo possível. Mas este Governo já mostra que não é essa a sua prioridade — deveria ser, mas não é —, porque até a Previdência, até o direito da aposentaria este Governo está querendo destruir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Deputado Jorge Solla, que faz realmente um diagnóstico interessante e com quem eu quero concordar.

Essa questão da PEC certamente vai merecer de nossa parte uma reflexão em breve, não porque ela não seja importante do meu ponto de vista, mas porque traz um engessamento de 20 anos, o que vai ser insuportável para o Orçamento brasileiro.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Se o primeiro ano está assim, Presidente, imagine daqui a algum tempo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, o que engessa não é o teto, é a situação fiscal. É o contrário. É igual a marido traído culpar o sofá. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, depois do que o psicólogo e Deputado Marcus Pestana falou aqui, espero que a revisão seja em função do crescimento da economia, e não do desgaste que a economia vivia com o País quebrado e um Orçamento fictício.

Na realidade, hoje nós louvamos o trabalho desse jovem Relator, que, com muita dedicação e, inclusive, superando até alguns preconceitos iniciais dos que diziam que ele era muito jovem para enfrentar tamanha competência, conseguiu harmonizar uma proposta orçamentária que cabe na situação real que o País tem hoje.

Mas nós temos — não buscando exatamente o superfaturamento das receitas ou exaltando o que não se tinha, o virtual — que priorizar o que de fato é cabível dentro do Orçamento. Inclusive, nós sabemos que, nas próprias determinações, muitas vezes obtidas por irrealidades que são construídas ao longo do processo, cabe um espaço para permutas, para mudanças, para retificações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É exatamente com esse desejo que eu trago aqui algumas preocupações. A primeira e a maior de todos nós nordestinos é, sem sombra de dúvida, a questão do fortalecimento do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social — MDS.

O Deputado e Ministro Osmar Terra esteve conosco ontem, e o apelo, que inclusive está assinado pela Deputada Carmen Zanotto, é real. Nós precisamos fortalecer os programas sociais. O Nordeste brasileiro precisa disso, e muito, em função da discrepância que tem em relação ao todo da economia do País. Nós somos um terço da população do Brasil e respondemos por menos de 15% da produção da riqueza. Essa desigualdade precisa ser suprida exatamente por políticas públicas, que passam necessariamente pelos programas sociais dirigidos pelo MDS.

Então, cabe uma pressão junto à equipe econômica, principalmente ao Ministério do Planejamento, na busca de uma solução para minimizar os efeitos nocivos, porque um Orçamento como este pode trazer sequelas. Refiro-me principalmente a nós lá do eixo Ceará/Rio Grande do Norte/Paraíba/Pernambuco, que sofremos o sexto ano consecutivo de seca. São 6 anos de seca. E um Orçamento deficitário com relação a esses programas vai ter um desdobramento muito grande nas atividades paralelas, referentes ao comércio no interior do Nordeste, que cresceu muito.

Há a possibilidade — falei disso anteriormente — de um colapso no abastecimento de água em algumas regiões do Ceará, pela ausência da conclusão da transposição do São Francisco no Eixo Norte, que vai para o Ceará. Tal fato pode trazer ainda mais flagelo, mais sofrimento para o nosso povo.

Precisamos precisa suprir isso com políticas sociais. E é fundamental que a emenda da Deputada Carmen Zanotto seja atendida, se não no todo, pelo menos em parte, para minimizar os efeitos nocivos da falta do orçamento do MDS.

Por outro lado, há também a questão regional, local. O Ceará, entre as suas emendas, colocou aqui — não vou nem falar de todos os destaques que fiz — o Destaque 58, que é fundamental para a harmonia do trânsito na Região Metropolitana de Fortaleza, cujo anel viário está em obra há mais de 10 anos. E o montante que ficou para a emenda do anel viário é insignificante para a construção de uma obra daquela envergadura. É uma obra que já sofreu o abandono de uma primeira empresa, que não teve suporte financeiro para conduzi-la; e de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

segunda, que estava envolvida na Lava-Jato e teve de sair do processo de licitação. Agora há uma terceira empresa que está iniciando os seus trabalhos, mas, infelizmente, com esse montante irrisório, não terá condições de sequer construir a entrada do conjunto em Nova Metrópole, em Caucaia.

Imaginem uma obra de mais de 40 quilômetros de extensão, de interligação dos 17 Municípios da Região Metropolitana e de todas as saídas de Fortaleza, que imobiliza toda a cidade. Eu costumo dizer, quando saio de Fortaleza, que você anda mais dentro da Capital do que no percurso que faz de lá até a minha cidade de Itapajé, a 122 quilômetros. Por quê? Porque o trânsito fica inviável sem a conclusão dessa obra do anel viário.

Sr. Relator, é necessário e urgente que haja um entendimento para que possamos fazer um remanejamento entre aquelas obras de que já falei a V.Exa., que não têm viabilidade nem vão gastar os recursos que estão para elas alocados. E devemos garantir, de fato, essa obra necessária e urgente para a mobilidade urbana na Capital cearense.

Outra preocupação que eu trago comigo há muito tempo — já falei que nós estamos atravessando o sexto ano consecutivo de seca no Ceará — é no sentido de fortalecermos o orçamento da Fundação Nacional de Saúde, que eu tive o prazer de presidir e sei da sua importância principalmente para os pequenos Municípios brasileiros. O abastecimento da água é fundamental na busca de alternativas, já que a transposição não está concluída, e os reservatórios não suportam mais garantir recursos hídricos até para consumo humano, para consumo doméstico.

O fortalecimento do orçamento da Fundação Nacional de Saúde, constante do Destaque nº 57, é de fundamental importância para atender também os Municípios do Eixo Leste do Rio São Francisco, na Bahia, que sofrem muito com a falta d'água.

Eu acho que são questões pertinentes e que o Relator tem sensibilidade para buscar uma alternativa.

Esperamos votar o Orçamento o mais rápido possível, até para que possamos garantir ao País uma situação fiscal melhor do que a encontrada no início deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu cumprimento o Deputado Danilo Forte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Danilo Cabral é o derradeiro e último orador. Também serão concedidos 5 minutos ao Deputado Marcus Pestana, para que ele possa relatar o PLN 19.

Deputado Marcus Pestana, antes eu vou ouvir o Deputado Danilo Cabral, que está inscrito. Em seguida ouço V.Exa. Eu sei que V.Exa. tem uma audiência. Vou dar-lhe um passaporte, para possa ser atendido depois do horário.

Com a palavra o Deputado Danilo Cabral.

O SR. DEPUTADO DANILO CABRAL - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, eu queria cumprimentar V.Exa., o Deputado Cacá Leão e todos os Deputados aqui presentes.

Por dever de ofício, quero também fazer aqui o devido registro de louvor à condução que V.Exa., Senador, assim como o nosso nobre Relator Cacá Leão deram, até aqui, a este debate da construção do Orçamento de 2018.

Por tudo o que já foi dito, a carga de responsabilidade é enorme num ambiente reconhecidamente de restrição fiscal. Trata-se de um cenário novo para esta Casa. Nós estamos aprendendo a conviver com este novo cenário, sobretudo em função daquilo que foi deliberado.

Reforço algumas falas que já foram feitas por alguns companheiros em torno da chamada PEC do Teto dos Gastos Públicos. Nós tivemos a oportunidade de participar, na época, da Comissão que discutiu esse tema, quando falamos muitas vezes — sempre houve uma negativa do outro lado — que ela teria consequências danosas, sim, para o povo brasileiro, pois se trata de um ambiente de restrição fiscal num horizonte de 20 anos.

Aqui eu falo como alguém que defende a importância do equilíbrio fiscal, com um olhar exclusivamente para o lado mais fraco, digamos, o lado que vai pagar a conta deste equilíbrio fiscal. Foi esse o grande questionamento que fizemos no debate.

Na época, foi dito, de forma muito objetiva — inclusive com documentos daqui da Casa —, que o ambiente da educação, da saúde e da assistência social iria ter uma redução de 300 bilhões de reais na sua capacidade de investimento quando da implantação da PEC do Teto dos Gastos. Isto foi negado. Em que pese o fato de alguns Parlamentares terem dito que isto não vem ocorrendo, as restrições estão, sim, trazendo consequências graves para o dia a dia do cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu vi o Presidente da Comissão de Educação, o Deputado Caio Narcio, aqui falar sobre isso, uma pessoa por quem tenho um respeito enorme — também sou membro da Comissão. Mas o fato é que vimos agora, por exemplo, o FIES ter uma redução de 50% das vagas ofertadas em relação ao ano passado, decorrente da PEC do Teto dos Gastos.

Quanto ao ambiente da saúde, agora há pouco nós estávamos saindo para votar pela preservação do espaço das filantrópicas, que estavam com risco de sofrer perdas. Agora há pouco, saímos daqui para derrubar um veto sobre isso.

No âmbito da assistência social, já foi relatada aqui por muitos a importância de preservarmos um espaço que é uma conquista da sociedade brasileira.

Nós não estamos aqui fazendo um discurso em torno daquilo que era defendido antes da Constituição de 1988, quando assistência social era tida como um favor. Não! A partir de 1988, com a Constituição Cidadã, vimos a assistência social ser elevada à condição de um direito. E, de 1988 até hoje, houve um conjunto de avanços que transformaram — pelo menos era essa a expectativa e a leitura que nós tínhamos — a assistência social numa política de Estado. Isso ocorreu lá na Constituição; ocorreu com a Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, que completou 24 anos no último dia 7; e ocorreu com a instalação do Sistema Único da Assistência Social — SUAS a partir de 2003, fruto de um debate da Conferência Nacional de Assistência Social.

Eu estive com V.Exa., Sr. Presidente, como estive também com o Deputado Cacá Leão. Cheguei aqui na condição de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, criada a partir do movimento que vivenciamos aqui — e este debate é sequência do movimento —, quando houve o corte de 98% do orçamento do Sistema Único de Assistência Social.

A primeira proposta que chegou aqui veio com esse corte. E eu quero destacar que a Comissão, no decorrer do debate e fruto de diálogos que foram construídos, recompôs uma parte desse orçamento. Mas o fato é, nessa versão final, há ainda um espaço fiscal que está descoberto e precisa ser recomposto.

Nós estivermos com V.Exa. e com o Relator. As entidades estiveram inclusive com o Ministro Osmar Terra. O FONSEAS — Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social, o CONGEMAS — Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, o Fórum Nacional dos Usuários do SUAS e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

próprio Conselho Nacional de Assistência Social dialogaram com esta Comissão e com o Governo Federal.

Houve, Deputado Cacá Leão — isso foi verbalizado inclusive no seio da Comissão —, um anúncio, uma sinalização de que iria haver a recomposição plena do orçamento para essa área. Eu não vou discorrer, pois já foi feito por vários Parlamentares aqui, sobre a importância disso na vida de milhões de brasileiros que estão no limite da vulnerabilidade social e que precisam ser protegidos e ter preservados seus direitos à assistência social.

O apelo que nós fazemos aqui é para que façamos, neste *sprint* final, um esforço para recompor plenamente esse orçamento. Isso foi um compromisso colocado de forma pública pelo Governo. O Governo não pode quebrar a sua palavra. Foi dito aos representantes dessas entidades, pelo próprio representante do Governo — e eu sei do compromisso que tem o Ministro Osmar Terra —, que isso seria recomposto.

Nós tivemos o cuidado de trazer as entidades para uma conversa com a Comissão, para que ouvissem da própria Comissão essa mesma preocupação, esse mesmo compromisso, que sei que V.Exa. demonstrou em toda a trajetória.

Há ainda a possibilidade de fazermos com que essa rede ampla — repito, que é uma política de Estado — seja preservada num momento em que mais precisamos proteger o cidadão brasileiro. Essa crise tem penalizado duramente o cidadão brasileiro. O momento é de proteger, e não de se afastar dele. Há espaço para isso, além daquelas propostas que estão postas e foram colocadas pela Deputada Carmen Zanotto, dos destaques que estão na relatoria setorial, da própria Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da própria proposta final. Eu queria fazer uma reflexão sobre isso.

Deputado Cacá Leão e Senador Dário Berger, na própria proposta final, ainda estão preservados 570 milhões de reais para o Programa Criança Feliz, de desenvolvimento integral da primeira infância. Trata-se de uma proposta nova, um programa que tem a coordenação da Primeira-Dama, a Dra. Marcela Temer.

Eu não tenho nenhum tipo de preconceito em relação a isso. Agora, é importante destacar que a assistência social já deixou de ser, há muito tempo, uma proposta e um programa de primeira-dama. Eu sei que a iniciativa é louvável, tem um foco importante naquelas crianças de 0 a 3 anos, que dialogam com o Bolsa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Família. Mas nós não podemos deixar de preservar uma coisa que está funcionando — e funcionando bem e estruturada —, para fazer a opção por uma coisa nova, com todo o respeito e todo o mérito que essa proposta tem.

São 600 milhões de reais destinados a essa proposta, mas que podem suprir, no limite, metade do pretenso déficit que há hoje no orçamento do SUAS. Dos 1,2 bilhão de reais que nós estamos discutindo aqui, há 600 milhões de reais destinados a esse Programa Criança Feliz. Como eu vou trocar uma estrutura que já atende, que está consolidada, que tem a legitimidade da sociedade, que as pessoas conhecem, que está lá nos CRAS, nos CREAS, nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, por uma nova medida, num momento em que nós estamos preservando ou procurando preservar as conquistas do povo brasileiro?

É hora, então, de inovar? Nós temos feito este debate do conjunto das políticas públicas procurando preservar as conquistas. E aqui nós estamos falando de uma coisa nova, com todo o respeito, repito, à proposta que está posta, à figura que está defendendo a proposta. Agora, eu acho que nós temos que ter um olhar especial e uma prioridade. Se é para fazer um debate — agora a única alternativa, infelizmente, é esta — em torno da priorização, vamos priorizar o que já está posto.

Vou aqui concluir a minha fala. É por essas e outras razões que nós apresentamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, já aprovada na CCJ. Estivemos inclusive com o Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, que vai instalar a Comissão agora, antes ainda do recesso. Essa PEC propõe, que 1% — só 1% — da Receita Corrente Líquida da União seja destinado para a preservação da gestão e do serviço do SUAS.

Deputada Carmen Zanotto, propomos que 1%, que representa hoje algo em torno de 7,5 bilhões de reais, seja reservado no Orçamento, para que nós protejamos e preservemos, de forma definitiva, a assistência social como uma política de Estado.

O fato é que nós vivenciamos aqui, depois de tantos avanços que houve na assistência social — Constituição, LOAS, SUAS, planos decenais —, a ameaça de que uma simples canetada pode acabar com toda essa política.

Eu sei que há outras iniciativas. O Deputado Eduardo Barbosa, que está aqui, é também um representante desse setor e tem uma proposta no mesmo sentido. Mas nós queremos, com a nossa proposta, preservar a assistência social como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

política de Estado. Não podemos admitir mais retrocesso, sobretudo no ambiente que nós vivemos hoje, de uma crise profunda e que tem afetado, sobretudo, a vida dos mais vulneráveis no Brasil.

Por isso, eu quero me juntar a todos os que se manifestaram aqui em defesa da assistência social e dos destaques que foram apresentados, para que nós recomponhamos esse importante espaço fiscal que foi cortado, Senador Dário Berger e Deputado Cacá Leão, com toda a sensibilidade que V.Exas. demonstraram até aqui.

Era isso o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Encerradas as inscrições, o entendimento é que nós façamos a suspensão da nossa reunião, para que o Deputado Cacá Leão possa fazer um complemento de voto na medida do possível. S.Exa. vem analisando, com os seus assessores, as propostas e os destaques apresentados e precisa de pelo menos 10 ou 15 minutos para analisar as questões e apresentar um complemento de voto.

Trata-se de mais uma atitude louvável do nosso Relator, que merece ser mencionada. *(Palmas.)* S.Exa. vem sendo aplaudido em todos os aspectos.

Há uma questão que eu queria colocar para deliberação do Plenário. O único PLN pendente no âmbito desta Comissão é o PLN 19/2017. Para V.Exas. entenderem, é aquele PLN dos vetos que foram, voltaram e nós discutimos, etc. e tal, sobre a LDO. Eu queria pedir licença a V.Exas. para incluir na pauta e não deixar pendente esse PLN, para não ficar na biografia desta Comissão que nós ficamos com isso sem analisar, ou seja, sem aprovar ou rejeitar.

Se há concordância, eu submeto o requerimento de apreciação de inclusão do PLN na pauta. É aquela questão de sempre: o requerimento não vai à apreciação do Plenário, por isso eu o defiro.

O Relator desse PLN era o Deputado Hugo Motta, que não apresentou o seu relatório. Então, eu designei o Deputado Marcus Pestana, que já foi o Relator da LDO, para que pudesse fazer um relatório breve, rápido e sucinto, como é de sua capacidade, como já observamos à época da LDO. S.Exa. irá fazer uma manifestação e uma apresentação sucinta do seu relatório, para que nós deliberemos sobre a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Marcus Pestana, a quem eu quero agradecer respeitosamente por ter aceitado mais esta importante missão.

O Deputado Cacá Leão já vai se dirigindo à sala de reuniões, para tratar dos destaques e do complemento de voto. Em seguida...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Pela ordem, concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Presidente. O Deputado Marcus Pestana concordou que eu falasse, porque serão 30 segundos e eu preciso do Deputado Cacá Leão.

Eu observei — a minha assessoria me informou — e já havia recebido uma sinalização. Sei que houve toda a boa vontade do Deputado Cacá Leão de atender a uma solicitação que nos chegou através do Ministério da Ação Social, no sentido de que a área do combate aos preconceitos e do trabalho nas políticas de igualdade racial pudesse ser suplementada em duas emendas de Comissão. Só que assessoria e, possivelmente, o Relator não perceberam que havia emenda de Comissão e entenderam, portanto, que nem tinha como suplementar.

No ano que vem vai ocorrer a Conferência Nacional da Igualdade Racial. Se não houver dotação orçamentária, ou seja, se essa emenda da Comissão de Direitos Humanos não estiver devidamente suplementada pelo menos no mínimo necessário, pode não haver a conferência que está programada e é uma política importante na defesa da igualdade racial e do combate aos preconceitos.

Então, eu insisto e peço ao Relator que reveja isso. Eu deixei por escrito, formalizado, o pedido do próprio Ministério dos Direitos Humanos que me chegou, como também o nosso pleito para que essa emenda da Comissão de Direitos Humanos possa ser contemplada.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Deputado Marcus Pestana, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas.

Caro Presidente, quero registrar o seu prestígio, porque só de falar, sem telefonar para o Ministro, ele já adiou a nossa audiência de 3 horas e meia para as 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

horas e meia. O Ministro atendeu ao pedido de V.Exa., tal o seu prestígio, para permitir que eu participasse da audiência sobre a terra de JK, que está com uma crise hospitalar.

Trata-se aqui do PLN 19. Dentro de uma negociação e um diálogo com o Congresso, capitaneado pelo Presidente, o Senador Dário Berger, conseguimos que o Poder Executivo revertesse uma série de vetos à LDO.

Com relação à LDO, como eu disse durante todo o tempo, o sistema de planejamento tem uma lógica, tem uma visão estratégica: primeiro vem o PPA, em seguida vem a LDO e, daí, as Leis Orçamentárias anuais.

Nós cometemos alguns absurdos durante alguns anos, de votar o Orçamento paralelamente com a LDO, o que não faz nenhum sentido. Isso poderia se aplicar a este PLN, se ele não versasse sobre regras de execução e de transparência. Ele não gera nenhum comando para o Relator do Orçamento, o que nem faria sentido. Tanto é que S.Exa. pôde se retirar, visto que e a aprovação do PLN não terá nenhum impacto na configuração do Orçamento. Ele versa sobre normas de transparência e execução.

Eu não vou cansá-los. Cito, por exemplo, a emenda do Deputado Rubens Bueno permitindo aporte de emendas parlamentares não de 250 mil reais, mas de 100 mil reais, para evitar desperdícios e superfaturamento. Isso foi acolhido.

Há uma série de emendas dos Deputados Bohn Gass, Domingos Sávio e Pauderney Avelino, sobre transparência e informação na execução orçamentária.

Nem tudo foi atendido. Eu mesmo acho um absurdo o veto a investimentos no terceiro setor. É uma visão atrasada de Estado que, lá em 1997, no Plano Diretor da Reforma do Estado, já foi resolvida pelo Ministro Bresser Pereira, sobre o espaço público não estatal.

É um absurdo abrigos de idosos e APAEs não poderem receber investimentos. Eles não têm poupança para fazer ampliação de instalações. E nós nos Estados — eu, por 8 anos, fui Secretário de Saúde — fazemos várias parcerias com as APAEs, com os abrigos de idosos na área de saúde. Mas a burocracia federal tem uma visão jurídica que eu acho equivocada e ultrapassada. Isso não foi corrigido.

Então, vou direto ao voto do Relator.

"III - Voto do Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ante todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19, de 2017-CN, e das Emendas nºs 8, 23,26, 41, 43 47, 52, 53, 58, 59, 60, 61, 73 e 76, na forma do substitutivo; e pela rejeição das demais emendas."

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou abrir a discussão.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente e nobre Relator, essas são as emendas que nós havíamos construído conjuntamente, com a presença das Lideranças do Governo.

Quando nós votamos, por unanimidade na época, nós tínhamos o entendimento de que não houvesse contingenciamento em algumas áreas importantes. Eu me lembro do Programa Mais Médicos, por exemplo, e do programa em relação às águas da transposição do Rio São Francisco, que eram importantes.

Ao votarmos aqui, a compreensão que todos tínhamos era de que, no momento em que Lideranças do Governo votaram conosco, tais áreas não sofreriam veto por dois motivos. Um motivo é o conteúdo, visto que assinamos embaixo das nossas medidas que foram vetadas, todos nós concordamos.

Então, no mérito, eu tenho contrariedade ao veto, a minha orientação vai ser "não".

Outro motivo é o método. No momento em que nós seguimos um método em que as Lideranças do Governo participaram e deram anuência para essa construção que fizemos conjuntamente — era o final de uma sessão, eu lembro como foi o debate que nós construímos —, esse método também tem que ser respeitado.

Então, eu acho que a Comissão, para se valorizar, tem que manter a construção que fez e derrubar o veto. A orientação que eu defendo é que a CMO, na sua instância, faça o encaminhamento de derrubada do veto, porque ele entrará logo em sequência, na sessão do Congresso.

Eu quero solicitar a indicação do voto "não", portanto, contrário ao parecer — porque nós vamos votar o parecer do nobre Relator. Eu vou votar e orientar contrariamente ao parecer, para que se derrube o veto que o Presidente colocou.

São programas que dispensam aqui que façamos defesa do conteúdo que nós votamos conjuntamente. Por isso, eu sou sintético nesta exposição registrando o nosso voto contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Registre-se que o Deputado Bohn Gass foi o mais contemplado em número de emendas no meu relatório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Gostaria de me posicionar, Presidente, só para encaminhar.

Eu não sei se entendi bem, mas é óbvio que, com relação ao veto, eu acho que todos nós discordamos. Ao elaborarmos um projeto de lei de emendas a LDO, para resgatarmos aquilo que consideramos fundamental, estamos dando uma demonstração não só de que discordamos do veto, mas de que estamos sendo bem habilidosos, estratégicos, pois acredito que a nossa ação propositiva tenha muito mais chance de ter êxito.

É muito importante que aprovemos esse PLN. Essa relatoria do Deputado Pestana não só vai nos contemplar, vai contemplar o País. Isso é óbvio, porque nós estamos dando mais transparência na execução orçamentária, permitindo, por exemplo, que o mínimo para obras não fique fixo em 250 mil reais. Se, para terminar uma pequena obra de uma pequena creche, de uma quadra coberta, faltam 100 mil reais para a Prefeitura, pode-se contemplar a cidade com esses 100 mil reais. A verdade é que estaríamos racionalizando o bom uso do dinheiro público.

Outra emenda de minha autoria é para que possa haver convênios com as associações microrregionais, de Municípios, com os consórcios microrregionais, que hoje se mostram muito eficientes.

Em síntese, acredito que vamos ganhar muito com a aprovação deste PLN e acredito que, talvez, tenha havido uma má interpretação. Compreendo a posição do colega Bohn Gass de ser contra o veto, mas acho que nada impede que todos sejamos a favor deste PLN, que retrata a vontade desta Comissão de aprimorar a LDO. Aliás, foi isso que fizemos com as emendas, e parte delas foram vetadas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa.

Deputado Pestana, na verdade, acho que posso afirmar — se eu estiver errado, V.Exa. me corrija — que nós somos pioneiros nessa questão de rediscutir com o Governo algumas diretrizes que não podemos aceitar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E de que não abrimos mão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - De que não abrimos mão e que foram aprovadas nesta Comissão por unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Veja bem, nós abrimos, em minha opinião, uma janela importante. Nós criamos uma espécie de jurisprudência. *(Riso.)* Certamente a próxima Comissão poderá trabalhar, na medida em que a LDO vier para cá, já aprimorada com esses temas.

Cito, por exemplo, o fracionamento dos recursos em menos de 250 mil reais. A explicação, eu imagino, para não atender a esse pleito é de que, em vez de se fazer um processo de 250 mil reais, teria que se fazerem dois ou até três processos, o que daria, evidentemente, mais trabalho aos tecnocratas de plantão. Essa foi uma justificativa que eu acabei ouvindo nos corredores do Palácio, o que é inadmissível, inaceitável.

Na verdade, Deputado Domingos Sávio, V.Exa. tem razão. Muitas vezes uma escola precisa trocar o telhado, precisa de pequenas reformas que chegam a 50 mil reais ou a 100 mil reais. Mas, aí, não há condições de passar esse recurso, porque o limite mínimo é de 250 mil reais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Está parecendo que está sobrando dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Olha, francamente, está parecendo que está sobrando dinheiro.

Embora não tenhamos avançado como gostaríamos, Deputado Bohn Gass, nós avançamos e, acho, criamos um novo conceito e aprimoramos a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quero parabenizar, sobretudo, o nosso mais competente Relator da LDO, o Deputado Marcus Pestana, a quem quero, mais uma vez, agradecer. Consulto V.Exa. se gostaria ainda de falar sobre este assunto.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu estou aqui do lado do Relator. Nós estamos conversando exatamente sobre isso.

Tenho em mãos agora o parecer porque, neste momento, foi designada a relatoria. Eu estou recebendo o parecer neste momento.

Estou olhando os aspectos. De fato, como V.Exa. mesmo relatou, o próprio Ministro veio falar conosco. E o nobre Relator incorpora vários aspectos de transparência e de divulgação. Mas não está a questão de que não possa haver contingenciamento. Isso não foi incorporado pelo nobre Relator.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas está lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sim. Isso está, como disse antes, na sessão do Congresso para derrubar o veto.

Neste caso, eu perguntaria aos nobres universitários, os nossos assessores, se é possível que eu faça um destaque ainda agora ou não. *(Pausa.)*

Não é mais possível fazer. Então, eu vou ter que agir no plenário, porque recebi o parecer agora também.

Portanto, eu reoriento minha posição aqui e vou votar favoravelmente, fazendo o destaque no sentido de que fique registrado em ata...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Na discussão agora. Mas eu faço um encaminhamento para resolver esse impasse aqui.

Eu voto favoravelmente, mas quero que seja consignado em ata que, sobre uma das emendas que nós havíamos aprovado aqui, da qual sou autor, para que não houvesse contingenciamento no Programa Mais Médicos, eu tenho uma contrariedade óbvia. Depois, na sessão do Congresso, quando apreciarmos o veto, nós nos manifestaremos contrários. Eu não tenho mais o que fazer aqui neste momento, nesta altura do campeonato.

Então, nesse sentido, vou votar a favor. Apenas peço que a nossa contrariedade sobre esse ponto fique consignada em ata. Quanto aos demais, o próprio Relator estava me informando que há emendas que apresentamos e que foram incorporadas.

Portanto, por uma questão de justiça também, vou votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Solicito à nossa assessoria que deixe consignada em ata a solicitação do Deputado Bohn Gass com relação à emenda que ele apresentou sobre o Mais Médicos, que eu acho muito justa e legítima.

Deputado Bohn Gass, eu vou me associar a V.Exa. em plenário. V.Exa. pode contar com meu voto, porque efetivamente essa questão da saúde traz um brilho muito especial aos meus olhos. Quando fui Prefeito, eu me dediquei muito a essa área, muito mesmo. Inclusive, em Florianópolis, eu recebi cinco médicos do Programa Mais Médicos.

Havia uma discussão de que Florianópolis não precisava do programa. Mas eu fiz questão de dizer que precisava e fiz questão de receber os médicos, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

achava que essa era uma ação política, uma ação social das mais relevantes possíveis, não para as capitais, mas para o interior. Muitas cidades pequenas nem sequer tinham um médico, nelas as pessoas eram consultadas por enfermeiros ou outros profissionais que não tinham habilitação para isso.

Realmente, registro o meu apoio a esse programa que acho extremamente importante, que salvou muitas vidas e merece de nossa parte uma ampla e completa reflexão.

Em votação o relatório apresentado pelo Deputado Marcus Pestana.

Submeto-o à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto-o à votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Mais uma vez, meus justos, legítimos e sinceros agradecimentos ao Deputado Marcus Pestana.

Deputado Marcus Pestana, no momento em que nós estamos quase terminando os trabalhos desta Comissão, quero mencionar que, para mim, V.Exa. foi uma surpresa muito agradável. Pude compartilhar dos seus conhecimentos, dos seus ensinamentos, de sua postura democrática e acolhedora, o que foi o pré-requisito e o início de todos os encaminhamentos, nos quais buscamos o entendimento desta Casa para votar em tempo hábil não só a LDO, como também o Orçamento.

Segundo o Senador Eunício Oliveira, se eu não estou equivocado, havia 10 ou 15 anos que a LDO não era votada no tempo necessário. A LDO nada mais é do que uma lei de diretrizes, ela define as diretrizes básicas, os caminhos, as prioridades por meio das quais o Governo Federal vai estabelecer o seu desejo na peça orçamentária.

Ora, na medida em que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não é aprovada antecipadamente, ela perde completamente a sua essência. Esse era o grande motivo das nossas discussões. Nós discutimos muito a esse respeito, que tínhamos que fazer isso, porque há muito tempo não era feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por isso, Deputado Marcus Pestana, eu quero parabenizar V.Exa. pela capacidade de síntese e pela aula que deu aqui quando apresentou o seu relatório.

Portanto, aqui ficam os meus sinceros agradecimentos e meus votos de sucesso a V.Exa. e de que V.Exa., se for candidato à reeleição, possa voltar a esta Casa! Eu estarei aqui esperando V.Exa., porque ainda tenho mais 4 anos de mandato e não vou concorrer nesta eleição. Mas gostaria muito de contar com V.Exa. e de tê-lo como companheiro e sobretudo como um amigo que conquistei aqui na Comissão de Orçamento.

Muito obrigado.

Eu iria suspender a reunião por 10 minutos. Como já se passou um tempo, vou suspender a reunião por 5 minutos, prorrogáveis por mais 5 minutos, se for necessário, para que o Relator-Geral possa fazer o seu complemento de voto.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está reaberta a nossa reunião.

Vou solicitar ao nosso Relator-Geral que ocupe o seu lugar, mas, antecipadamente, menciono que foram apresentados 131 destaques. Nós vamos ler um por um, observando inclusive as suas justificativas.

Portanto, eu vou passar a palavra ao nosso Relator, para que ele possa apresentar a complementação do voto, em seguida, submeteremos à votação do relatório com o complemento de voto apresentado pelo Relator.

Deputado Cacá Leão, Relator-Geral do Orçamento, passo a palavra a V.Exa. para apresentar a complementação de voto, que já foi publicada e distribuída.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente, nobre Senador Dário Berger, estamos chegando à reta final, como acertado ontem na reunião de Líderes, após exaustiva noite de negociações que tivemos. Eu e a assessoria só saímos daqui somente depois que o último Parlamentar veio dialogar conosco. Fizemos um esforço grande.

Neste momento, eu não poderia deixar de agradecer a compreensão dos meus pares e o entendimento que todos os colegas tiveram da nossa dificuldade em alocar os recursos e em atender, prioritariamente ou na totalidade, todos os pleitos.

Eu procurei ser, como manda a minha índole, sincero na totalidade. Ao que eu não tinha condição de atender eu disse que não iria fazê-lo. Tudo o que eu disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que poderia fazer por meio de remanejamento se encontra neste complemento de voto, que nos dará condições depois de rejeitar todos os destaques que foram apresentados. Todas as demandas que recebemos, e que eu disse que poderia atender, encontram-se no anexo deste complemento de voto, que já foi publicado e deve estar sendo distribuído pela Secretaria da Comissão.

Passo a ler a complementação de voto do relatório final apresentado ao PLN 20/2017-CN.

"Item 1 - No Anexo deste documento, há correções de classificadores da despesa e alterações dos valores das programações constantes dos Volumes II e Volume IV do Relatório Geral. Para suportar o aumento de dotações, foram utilizados recursos indicados no próprio Anexo e recursos oriundos da redução do atendimento das emendas 81000217, 81000253, 81000259, 81000262, todas do Relator-Geral.

Justificativa:

As alterações visam à correção de erros verificados na elaboração do Relatório Geral e ao aperfeiçoamento das decisões adotadas no referido relatório.

Item 2 - Alteração do texto da Lei, na forma seguinte.

Onde se lê**:**

'Art. 4º (...)

II - (...)

a) (...)

1. anulação de dotações orçamentárias consignadas em RP 1;

(...)

V - para a recomposição do valor dos subtítulos integrantes desta Lei até o limite dos valores que constam do respectivo Projeto, mediante a anulação de dotações orçamentárias.'

Leia-se:

'Art. 4º (...)

II - (...)

a) (...)

1. anulação de 20% (vinte por cento) das dotações orçamentárias consignadas em 'RP 1';

(...)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V - para a recomposição dos valores dos subtítulos integrantes desta Lei até o limite dos valores que constam do respectivo Projeto, mediante a anulação de dotações orçamentárias, limitada, no caso de emenda não impositiva, a 40% (quarenta por cento) do valor acrescido em cada subtítulo.

Justificativa:

A alteração visa ao aperfeiçoamento das decisões adotadas no referido relatório.

Item 3. Fica acrescido o atendimento da Emenda nº 50300002, conforme o quadro a seguir, com recursos oriundos da Emenda de nº 81000259.

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Emenda: 50300002.

Unidade Orçamentária: 81101 - Ministério dos Direitos Humanos - Administração Direta.

Ação: 210H - Fomento a ações afirmativas e outras iniciativas para o enfrentamento ao racismo e a Promoção da Igualdade Racial.

Acréscimo: R$ 5.000.000,00.

Item 4. Haja vista a inegável necessidade de recursos adicionais de determinadas programações orçamentárias, recomendamos ao Poder Executivo que promova acréscimos nas seguintes ações, as quais não puderam ser atendidas por esta Relatoria-Geral em razão da insuficiência de recursos disponíveis:

1) Adequação de trecho rodoviário, km 714/km 725, na BR-364, em Rondônia, construção do Trecho do Roque, travessia urbana de Porto Velho e 5 viadutos;

2) Construção de ponte sobre o Rio Madeira, no Distrito de Abunã, em Porto Velho, BR-364;

3) Construção de ponte na BR-425, em Rondônia, construção de pontes sobre os Rios Ribeirão e Araras;

4) Construção da Ponte Internacional Brasil/Bolívia, em Guajará-Mirim, BR-425, em Rondônia;

5) Construção de trecho rodoviário, entroncamento BR-364/entroncamento RO-478, Fronteira Brasil/Bolívia, Costa Marques, com a construção de 15 pontes;

6) Construção de terminais fluviais na Região Norte, Guajará Mirim, em Rondônia;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

7) Construção de trecho rodoviário, entroncamento BR-153, divisa Minas Gerais/Goiás, na BR-364, em Minas Gerais;

8) Construção de trecho rodoviário, Porto Camargo/Campo Mourão, na BR-487, no Paraná;

9) Construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos de interesse regional, aeroporto de Chapecó, em Santa Catarina;

10) Ações da Assistência Social e da Ciência e Tecnologia.

Item 5. Recomendamos ao Poder Executivo que inclua na Lei Orçamentária Anual dotação para cumprimento da Lei nº 13.479, de 2017, que cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (Pró-Santas Casas) para atender instituições filantrópicas que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde.

Por fim, em decorrência das alterações constantes deste adendo, fica o Relator-Geral autorizado a promover eventuais correções em Identificadores de Uso e de Resultado Primário, assim como ajustes nas fontes de recursos."

Há aqui também um pleito de alteração de Emenda de Bancada nº 71120004.

> *Sr. Presidente, cordiais cumprimentos. Venho solicitar alteração na Emenda de Bancada nº 71120004, em decorrência de um equívoco no objeto, no qual foi indicada uma ação de 'construção do trecho rodoviário, divisa MS/MT, na BR-163, em Mato Grosso' para 'adequação de trecho rodoviário, divisa MS/MT — divisa MT/PA, na BR-163, em Mato Grosso'.*
>
> *Pelo exposto, solicitamos a alteração da emenda para contemplar a funcional programática nº 26.782.2087.7M76.0051 — Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163/MT, no Estado de Mato Grosso —, com o intuito de resgatar o interesse original da bancada de dar continuidade às obras de duplicação em curso e outras ações de melhoria da rodovia.*
>
> *Respeitosamente, solicitamos especial atenção para o pleito e renovamos voto de consideração e apreço.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É um pleito oral, que vamos anexar à nossa complementação de voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Como o Deputado Cacá Leão já apresentou o complemento de voto, penso que podemos colocar a matéria em votação. V.Exas. concordam? Nós não vamos discutir tudo de novo. Vamos discutir só o complemento.

Vou sugerir a V.Exas. que o tempo seja de 3 minutos. Antes, eu deixei o microfone aberto e alguns Parlamentares falaram por 10, 12 minutos, etc. Como nós já discutimos exaustivamente a questão, vamos, então, estipular mais 3 minutos agora, se, porventura, V.Exas. quiserem abordar o complemento de voto apresentado pelo Deputado Cacá Leão.

O primeiro a pedir a palavra foi o Deputado Domingos Sávio.

V.Exa. quer falar?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu quero me inscrever, mas, primeiro, peço uma informação acerca da sequência. Nós vamos discutir agora o relatório complementar, é isso? E depois vamos discutir os destaques? Como ficará isso?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O acordo, Deputado Solla, foi que os destaques seriam todos rejeitados e que a complementação de voto contemplaria todas as modificações possíveis.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Não há espaço para apreciarmos algum destaque em separado? Peço que me inscreva, Presidente. Os destaques foram apresentados. O que eu estou perguntando é se há alguma possibilidade de que algum destaque possa ser analisado em separado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agora essa matéria está recomposta e vencida.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu, por diversas vezes, tive a oportunidade de estar nas reuniões da Comissão Mista de Orçamento. Nesta minha fala, já quero cumprimentar V.Exa. pela condução dos trabalhos. Desejo saudar ainda o Relator pelo esforço, especialmente em um ano em que nós temos, pela primeira vez, a experiência de trabalharmos com um limite de gastos, o que é saudável para a economia brasileira. O resultado está aí: a inflação caiu, os juros caíram. Nós temos a perspectiva de que este País

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

volte a crescer, a gerar empregos — é obrigação de todos nós, independentemente de partido, trabalhamos para isso.

A Comissão de Orçamento tem um papel nesse processo. Portanto, responsabilidade fiscal não é algo que pode ficar só na teoria; tem que acontecer na prática. É preciso, entretanto, essa atitude de diálogo do Relator conosco, para que possamos exercer responsabilidade, mas também sermos sensíveis às diversas demandas, racionalizando o bom uso do dinheiro público.

Eu agradeço ao nobre Relator por acolher — nós fizemos a manifestação no final do debate — uma causa muito justa. Eu não tenho dúvida de que é unânime. Nós vimos a necessidade de que o Relator pudesse nos atender, suplementando, dentro do Ministério dos Direitos Humanos, os recursos para a área de fomento às ações afirmativas e outras iniciativas de enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial. Por quê? O Orçamento veio aquém das necessidades, e no ano que vem está prevista a realização da Conferência Nacional da Igualdade racial.

O racismo e o preconceito, infelizmente, ainda existem. Isso tem que ser salientado. Não adianta tentar tapar o sol com a peneira. É preciso termos políticas públicas de promoção da igualdade racial, de respeito ao direito de todos os cidadãos.

É preciso investimento para isso. O Relator nos atendeu com a inclusão de mais 5 milhões de reais. Não é tanto dinheiro, mas ajuda a termos políticas efetivas de respeito a todos os cidadãos e de valorização de todos os nossos irmãos, de todos os compatriotas, indiferentemente da cor, do credo, da raça. Porém, principalmente na questão da igualdade racial, essa é uma luta ainda muito grande que teremos pela frente.

Também agradeço a V.Exa. a preocupação com o item das Santas Casas, do Pró-Santas Casas, que já aprovamos hoje e cujo veto derrubamos no plenário. Coincidentemente, hoje derrubamos o veto à lei que vai garantir financiamento para as Santas Casas e hospitais filantrópicos. Precisamos apenas que o Governo a regulamente. E, para isso, era importante o Orçamento ter um comando nesse sentido, de que há uma destinação orçamentária, de que há a compreensão do Parlamento de que o Orçamento tem que atender a essa lei, que diz que o Governo tem que financiar de maneira justa as Santas Casas e os hospitais filantrópicos, os quais estão à beira de um colapso, da falência. Essas unidades de saúde estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pagando juros altíssimos; outras vezes, estão inadimplentes, sem condições de receber o material básico para atender aos pacientes. Se as Santas Casas não estiverem funcionando — quando falo em Santa Casa é o hospital filantrópico, é a rede de parceiros do SUS —, é o caos absoluto na saúde.

Eu concluo, agradecendo ao Relator nesses dois aspectos, que simbolizam vários outros que eu lhe pedi, como aqueles ligados à área do turismo, e S.Exa. prontamente atendeu as nossas sugestões.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns à Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Obrigado a V.Exa.

Vou passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Wellington Fagundes.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, eu gostaria, primeiramente, de agradecer a V.Exa. a atenção e, também, ao Deputado Cacá Leão e à Consultoria, tanto do Senado quanto da Câmara, no atendimento a esta emenda do Estado de Mato Grosso. Disse que foi um erro nosso da bancada. Então, quando V.Exas. dizem isso, quero só deixar bem claro que a BR-163 é a estrada troncal do Brasil; consequentemente, de Mato Grosso. É a que liga toda a Região Amazônica ao Centro-Sul do País. E essa estrada foi concessionada da divisa de Mato Grosso do Sul até a divisa do Pará, no Estado de Mato Grosso, sendo que, no trecho de Rondonópolis a Cuiabá, a responsabilidade da duplicação é do Ministério do Transportes, do DNIT — isso, dentro da concessão.

A obra está em ritmo bastante acelerado. Esse é o trecho onde acontecem os maiores acidentes frontais do Brasil. Então, eu quero fazer um apelo aqui a todos, ao Presidente, ao Relator, ao Plenário: se a construção dessa estrada parar, há possibilidade de cair inclusive a concessão, porque a população está pagando pedágio e as obras precisam ser concluídas, principalmente naquilo que é de responsabilidade do Ministério.

Sr. Relator, Deputado Cacá Leão, eu sei que V.Exa. enfrenta várias dificuldades, mas tudo o que se podia falar de Mato Grosso, se pudesse ser colocado apenas e tão somente nessa emenda, até a transferência, é o que mais atende ao Estado.

Foi um erro nosso, e eu peço a V.Exas. atenção a essa possibilidade — claro, se pudesse atender na sua integralidade, seria o ideal. Eu acabei de sair de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reunião com o Ministro dos Transportes, que até já ligou para o Relator, dada a situação extrema dessa estrada.

No ano passado, um dos maiores problemas que houve no trânsito brasileiro foi a interrupção havida no lado do Pará, porque todo o escoamento da região norte de Mato Grosso para os portos do Arco Norte se dá pela BR-163.

Eu quero fazer um apelo — se for preciso, até oração —, para que V.Exas. tenham essa sensibilidade, porque isso iria resolver um problema de Mato Grosso — aliás, não só de Mato Grosso, mas do Brasil, porque Mato Grosso é o Estado hoje que mais tem aumentado sua produção, é uma fronteira agrícola. Por isso essa estrada é fundamental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço ao Senador Wellington Fagundes, querido amigo do Senado Federal, a participação.

Deputado Jorge Solla, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Sr. Presidente.

Pelo que eu consegui observar ao passar o olho rapidamente nas planilhas e do que eu acompanhei no debate pela manhã, dos pontos mais importantes trazidos aqui pelos diversos Parlamentares que se manifestaram, parece-me — corrija-me, por favor, se eu estiver errado — que o nobre Relator incorporou uma ampliação substancial de recursos para o PAA, de 50 milhões de reais. Nós tínhamos, na versão anterior, 5 milhões e 190 mil reais, e passou para 55 milhões de reais. É isso? Parece-me que foi o único item que sofreu um acréscimo substancial; os demais são alterações em projetos mais específicos, de demandas de Estados, mais localizadas.

Eu gostaria de insistir na nossa preocupação com a situação. Primeiramente, em relação à Rede SUAS, entendo o esforço do relator, mas os 300 milhões de reais aportados não vão permitir que a Rede de Proteção Social funcione, nem apenas a rede social básica — quanto mais as demais unidades. Insisto que esses são serviços essenciais para a população mais excluída em nosso País.

Em segundo lugar, o recurso previsto para as universidades não vai permitir que as obras paralisadas sejam concluídas. Os novos cursos e as universidades em implantação também enfrentarão dificuldades — como é o nosso caso, na Bahia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com a Federal do Oeste e a Federal do Sul, principalmente essas duas mais novas, e a UNILAB. Com 1,5 milhão de reais, elas não vão conseguir viabilizar esse valor.

Por fim, não adianta manifestar preocupação com as Santas Casas e ter um orçamento do SUS que aumenta apenas 1,8% no geral. Nós vamos ter muita dificuldade do financiamento da rede no próximo ano com o Orçamento que está sendo aprovado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, todo o esforço está sendo feito aqui para, digamos assim, corrigir o incorrigível. Vou dar um exemplo bem concreto: a EMBRAPA, para repor a que era a designação anterior de uma rubrica na área da pesquisa, precisava de 27 milhões de reais — inclusive os diretores e a assessoria parlamentar da EMBRAPA estão aqui. O que se conseguiu fazer neste momento? A reposição de 14 milhões de reais. E 27 milhões de reais seria o valor do ano passado. O Governo sequer a mencionou. Não fosse o alerta que a EMBRAPA fez aqui e o esforço conjunto dos Parlamentares, com o Relator incorporando 14 milhões de reais, ela teria menos 27 milhões de reais. Assim, ainda vai ficar a diferença de 14 milhões de reais para 27 milhões de reais.

Por mais que se faça o esforço para corrigir o incorrigível, a nossa crítica é que a lógica do Governo Temer, ao impor a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, vai nos obrigar a não termos condições de fazer um Orçamento que seja bom para o País.

Já falei na sessão da manhã que nós temos agora, do envio da PLOA 2017 até o envio da PLOA 2018, uma diferença a menor de 85 bilhões de reais, aproximadamente — 85 bilhões de reais! E olhem que o Governo, que se apresentou como organizador das finanças — muita gente deu o golpe, acusando a Dilma de ter um *déficit* muito grande —, mantém um *déficit* de 159 bilhões de reais! Por causa do teto, do congelamento — e foi essa a resposta que nós ouvimos —, não se pode fazer nada, porque já se está no limite. São menos 85 bilhões de reais, repito!

Fiz um cálculo com a assessoria, para pegar esses 85 bilhões de reais, e vamos jogar isso daqui a 19 anos ainda, porque votamos aqui a Emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Constitucional nº 95, que valerá para 20 anos. Então, se nós já temos um prejuízo neste ano enorme, e não se pode atender às demandas — o Relator dá prova viva da sinceridade dele —, serão 700 bilhões de reais em 20 anos faltantes, para incentivar as áreas sociais, as áreas de obras e as áreas de incremento produtivo.

O Governo não avança na ideia de ter um consumo maior. Lembrem-se que o salário mínimo que estava prescrito na LDO era de 979 reais, mas vai ficar em 965 reais. São 14 reais de diferença, que somam 182 reais por ano para cada trabalhador e aposentado, quantia a menos que não vai entrar na economia. Nós vamos reduzir a produção, a atividade econômica, e, por isso, vamos ter menos recursos para os futuros orçamentos.

O que eu calculei aqui da perda em 20 anos de 700 bilhões de reais, Deputado Solla, talvez seja muito maior, porque nem estou acrescentando a inflação. E uma atividade econômica retraída vai ser pior ainda.

Nós estamos aqui, de fato, a fazer esta crítica, mesmo reconhecendo o esforço que todos nós fizemos para alguma rubrica ou outra a alterar, mas, de fato, não é razoável que possamos ter a aprovação na forma como há retirada de recursos.

E eu queria, por último, Senador Dário Berger, nosso Presidente, sugerir algo para as próximas Comissões. Neste momento, temos uma dinâmica um pouco diferente. Nós acabamos de receber a complementação do voto do nobre Relator, e todos nós estamos lidando com esses valores. Nós precisaríamos pensar em uma lógica para as várias emendas de destaques que foram apresentadas. O Deputado Jorge Solla acabou de citar uma, e nós não as temos imediatamente aqui. Deveríamos ter um tempo maior para, em cima do complemento, ainda dispormos de alguma possibilidade de diálogo e podermos fazer destaques. Então, é apenas uma sugestão para os outros momentos.

Mas a nossa crítica maior é que o Governo não organiza as contas, e prejudica a economia do País, faz cortes substanciais — e nós sabemos onde são, nos programas sociais —, mantêm juros da dívida, pagamentos. Outros temas estão mantidos, inclusive, recursos para comunicação. E os programas sociais, que queríamos vê-los mais atingidos e substancialmente contemplados, infelizmente, não o foram.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Passo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, quero destacar, mais uma vez, o trabalho do nobre Relator Cacá Leão, em especial, por ter acolhido a questão proposta pelo colega Deputado Domingos Sávio com relação à igualdade racial, pois, pelo menos, vamos conseguir, a partir da emenda da Comissão Direitos Humanos, realizar a conferência, por parte do Governo Federal, para essa população que precisa efetivamente de políticas afirmativas.

Segundo, há recomendação ao Poder Executivo na Lei Orçamentária Anual para o cumprimento da Lei nº 13.479, no sentido de que precisamos garantir e assegurar o financiamento, com juros, como sempre disse, do Pró-Santas Casas, decentes, pela primeira vez, para que os hospitais filantrópicos prestadores de serviço do SUS e as instituições, como as APAEs, possam buscar esses recursos para complementar aquilo que deveria ser pago no procedimento.

Mas eu não posso me furtar de manifestar ainda mais uma vez a minha preocupação com este Orçamento, que é o primeiro na vigência da Emenda Constitucional nº 95, a que limita o teto de gastos.

Eu reafirmo que compreendo que nós não podemos gastar mais do que arrecadamos, mas também não conseguimos exercitar, nesta Comissão, e na Câmara e no Senado como um todo, a definição de prioridades, porque tudo é prioridade; depende do olhar de cada um. Mas reafirmo a minha preocupação com os recursos para a área de assistência social, em especial, para a manutenção dos Centros de Referência de Assistência Social — CRAS e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, porque, sem este destaque, porque todos os destaques de emendas foram rejeitados, nós não teremos como manter os serviços a partir do segundo semestre do ano que vem.

Eu vou renovar as minhas esperanças, acreditando que o Governo tenha esta como uma política de prioridade, mandando PLNs ou outra forma de complementação do orçamento da assistência social. Mas não posso e não vou me furtar de dizer que acolho o relatório de V.Exa., porém, não acolho a rejeição ao destaque da assistência social.

E, com toda a sinceridade, nobre Senador Dário Berger, nós aprendemos a gostar das pessoas, é a convivência que nos faz gostar delas. E preciso registrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que em todas as demandas e em todas as vezes que nós procuramos o nobre Relator Cacá Leão, junto com as entidades ou isoladamente, fazendo os pleitos, houve boa vontade. Compreendo, nobre Relator, que não é V.Exa. que vai resolver esse problema e que não foi falta de vontade de sua parte.

Agora reafirmo: precisamos mexer no coração de quem cuida da Fazenda, não tem jeito. Fazenda e Planejamento para o resto da vida, lamentavelmente, vão ver política sociais, tanto da saúde como da assistência social, como despesa, e não investimento na vida das pessoas, na qualidade de vida da sociedade brasileira.

Torço muito para que o Ministro do Planejamento, no início do ano, já de imediato, mande uma alteração para esta Casa, envie um instrumento jurídico, que terá que ser um PLN, para recompor o orçamento da área da assistência social, em especial, porque o da assistência social nós teremos que fazer no primeiro semestre. Os demais podem ficar para o segundo semestre, como acompanhamos aqui de rotina na Casa.

Nobre Relator, mais uma vez, muito obrigada pela sua compreensão, mas preciso, devo e vou manifestar meu voto contrário à rejeição do veto dos recursos da área da assistência social desse destaque, compreendendo que não é V.Exa., mas seria o Governo que nos deveria enviá-lo, em especial, o Ministro do Planejamento. Mas eu acredito que ele, com o passar do tempo, vai perceber que terá que de retirar de outras áreas e priorizar as áreas citadas para a continuidade dessas políticas públicas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito obrigado a V.Exa..

Com a palavra o próximo inscrito, Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sr. Presidente, Dário Berger, meu vizinho, meu amigo, meu companheiro, quero primeiro externar minha satisfação de ter participado da CMO de 2017, dirigida por V.Exa. sempre com elegância, sempre com amizade, mesmo na divergência, tratando as pessoas com todo o respeito que elas merecem. Isso só engrandece o seu trabalho e demonstra o acerto do Congresso Nacional na sua indicação para ser o Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

O nobre Deputado Cacá Leão é uma revelação para aqueles que não o conheciam. Para nós que já o conhecíamos e sabíamos da sua inteligência e da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

capacidade, foi simplesmente uma constatação. É uma pessoa generosa, que conversou com todos. Se não pode atender, foi por causa de uma impossibilidade, mas procurou encaminhar o pleito da melhor forma possível.

Então, quero cumprimentar V.Exa. Eu sei o tanto que foi disputada a indicação do vosso cargo, mas também sei o tanto que V.Exa. fez por merecê-lo. E está aqui hoje com este relatório, que receberá o meu voto, como Líder do PROS, favorável, e o receberá aqui com louvor da sua sempre generosidade e delicadeza de receber todo mundo e conversar na exaustão.

Quero agradecer a esta Comissão e ao Presidente, que me indicou para coordenar e relatar o COI, o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, como engenheiro e como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura Nacional. Ouvimos todo mundo e fizemos o melhor para ajudar o Brasil a continuar levando o desenvolvimento para todos os rincões do País. Aprovamos, por unanimidade, o relatório. Agradeço a V.Exas. pelo encaminhamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela deferência, e obrigado também aos servidores da CMO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu é que agradeço a V.Exa. e cumprimento-o pelos trabalhos. V.Exa. teve uma tarefa bastante árdua e difícil aqui como Presidente do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Eu aproveito para parabenizar V.Exa., querido amigo, vizinho, destacado Senador. Foi uma honra compartilhar com V.Exa. esses 90 dias aqui na Comissão de Orçamento. Obrigado.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, muito rapidamente, até porque o Deputado Claudio Cajado está aqui no meu ouvido dizendo que o Presidente Eunício Oliveira pede que terminemos a votação para votar a matéria ainda em plenário.

Quero, primeiro, pedir ao nobre Relator que conserte um erro. Infelizmente não é possível acrescer os 4 milhões de reais que tiramos de outra emenda, também da área de saúde, ao Hospital Gaffrée e Guinle, tendo em vista que o hospital já está no seu teto de possibilidade. Peço a V.Exa., então, que destine essa quantia ao Hospital Clementino Fraga, que também é um hospital da UFRJ. É claro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

só para esclarecer, que esses recursos foram retirados da própria bancada. Não há acréscimo algum de nenhum real à bancada do Rio de Janeiro.

Quero ainda pedir a V.Exa. que, no item 5 do seu relatório, quanto às recomendações ao Poder Executivo, possa incluir a questão do urânio, a questão da ciência e tecnologia, de forma geral, e, especialmente, a questão da assistência, ou seja, 1 bilhão necessários à complementação do SUAS.

Da mesma maneira, V.Exa. fez com a questão das instituições filantrópicas como recomendação e ainda a questão da ANCINE. São três questões: ANCINE, a do Urânio, que é INB, e SUAS. São os três temas que nós aqui não temos como resolver, mas que o Poder Executivo, pelo menos, tem de ter desta Comissão o entendimento de que é o nosso objetivo.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Está acolhida a sugestão de V.Exa., Deputada. Irão constar aqui do relatório.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Embora V.Exa. não tenha destinado os 27 milhões de reais à EMBRAPA, V.Exa. atendeu com os 14 milhões de reais, que era o que podia.

Então, agradecemos, em nome da pesquisa da agricultura, aquela desenvolvida pela EMBRAPA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou submeter à votação o relatório final, a complementação de voto e a complementação de voto 2.

Estão em votação, ressalvados os destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, com os votos contrários dos Deputados Jorge Solla, Bohn Gass e Zé Carlos.

Da mesma forma, submeto à votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Aprovado, então, o Orçamento, ressalvados os destaques. (*Palmas*.)

Prezados amigos, prezados Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, estabelece: *"Não será aceita solicitação para votação em separado de*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

destaque, após a aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques". Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em bloco em destaque por tipo de voto do Relator.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, submeto à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Destaques com voto do Relator pela rejeição.

Em votação em globo os destaques com voto do Relator pela rejeição na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com voto contrário da bancada do PT — Deputados Bohn Gass, Jorge Solla e Zé Carlos.

Os destaques foram rejeitados.

Portanto, não há necessidade de submeter à votação no Senado Federal.

Então, está aprovado o projeto de lei.

Está aprovado o Orçamento para 2018.

A matéria vai ao Congresso Nacional. *(Palmas.)*

Antes de concluir a reunião, quero passar a palavra ao nosso distinto, competente e dedicado Relator-Geral do Orçamento, Deputado Cacá Leão.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Serei bem rápido, Senador.

Queria, novamente, fazer os agradecimentos que fiz no início dos trabalhos.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a parceria, a cumplicidade, o apoio, toda a força que nos foi dada ao longo desse processo.

Agradeço também aos membros desta Comissão, tantos os Deputados quanto os Senadores, o apoio que me foi dado, principalmente a compreensão das dificuldades na destinação de recursos que tivemos na execução da primeira Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamentária Anual sob a égide da Emenda Constitucional nº 95, a PEC do Teto dos Gastos Públicos.

Não poderia deixar de fazer também um agradecimento especial ao meu partido, ao meu Presidente, Senador Ciro Nogueira, ao meu Líder, Deputado Arthur Lira, pois, pela primeira vez na história, foi dada a oportunidade de assumir o cargo de Relator-Geral do Orçamento da União a um Deputado de primeiro mandato, com apenas 37 anos de idade. Além de ser o mais jovem, tive a honra de ter essa oportunidade. Pela primeira vez um Deputado, no seu primeiro mandato, tem a oportunidade de relatar a Lei Orçamentária Anual. Devo isso ao meu partido, ao meu Líder, Deputado Arthur Lira, e ao meu Presidente, Senador Ciro Nogueira.

Agradeço à Liderança do Governo, ao Líder Andre Moura, à Liderança do Deputado Claudio Cajado.

Também agradeço aos técnicos da Comissão Mista de Orçamento, como falei há pouco.

Eu espero ter a oportunidade de trabalhar mais com essa turma. A segurança do "sim" e a segurança do "não" que me foi dada em todos os momentos de que precisei, realmente me confortaram e fizeram com que conseguíssemos ver e vencer essa tarefa.

Muito obrigado a todos!

Agora, vamos ao plenário, para quem sabe, até no dia de hoje, conseguirmos superar essa condição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sr. Presidente, faço uso da palavra apenas para parabenizar V.Exa., que muito bem conduziu os trabalhos desta Casa.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vou pedir mais 1 minuto de silêncio. Esta parte é tão importante quanto a aprovação do projeto, afinal de contas é uma conquista. Conseguimos, através de entendimento, de acordo, seguir em frente. Cumprimos o cronograma. Todos nós estamos nos sentindo, de certa forma, realizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu quero pedir a atenção, principalmente das pessoas interessadas e das que nos assistem, que permaneçam no local e em silêncio para nós encerrarmos a nossa sessão.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Obrigado, Presidente Dário Berger. Cumprimento V.Exa. mais uma vez porque fez um extraordinário trabalho frente a esta Comissão, que é a mais difícil de conduzir. Ela está constituída de Senadoras e Senadores, de Deputadas e Deputados. É a única Comissão Permanente que é mista. Logo se vê que é a mais importante de todas. Ela é que decide o destino dos tributos que o cidadão paga todos os anos. É ela que diz para em que serão revertidos os tributos que o cidadão paga. Essa é a principal função do Poder Legislativo.

Nos Estados Unidos, uma sessão como esta nossa de hoje, de votação do orçamento prévio — porque ainda há a votação no plenário —, é motivo de festa. V.Exa. sabe disso. Então, quero parabenizá-lo por ter conduzido muito bem a apreciação do Orçamento.

Quero parabenizar o Relator, o mais novo Relator-Geral do Orçamento. Eu fui Relator Setorial, e nós tivemos um bom entrosamento. Todas as vezes em que foi solicitado, ele nos prestou toda a assistência e toda a atenção que deveriam ser dadas ao Relator Setorial de um setor importante como o do Desenvolvimento Urbano.

Conseguimos fazer um Orçamento muito bom, apesar de toda a crise que nós estamos vivendo. Todas as políticas públicas estão preservadas. Se o Governo achar por bem ampliá-las, estão lá. Portanto, nós não fechamos as janelas para nenhuma das políticas públicas. Logicamente, nós vivemos sob a égide de um novo modelo de gestão fiscal — uma PEC foi aprovada —, o que dificultou demais o serviço do Deputado Cacá Leão, mas eu posso dizer que ele já fez escola, Sr. Presidente. A previsão era a de ele sair daqui com vários inimigos, mas, de maneira bastante clara, de maneira bastante transparente, ele recebeu a todos — membros da Comissão e não membros da Comissão, todos os Ministros, presidentes de autarquias. Os que o procuraram ele recebeu a todos. Ele se dedicou, durante este ano, integralmente, a essa missão que lhe foi conferida por V.Exa., Sr. Presidente, com a anuência, logicamente, da Liderança do partido dele. E nós votamos aqui a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

favor de V.Exa., já sabendo que o Relator-Geral seria o Deputado Cacá Leão, por entender que, mesmo novo, é um Deputado da Bahia que tem-se destacado aqui. Os baianos costumam colocar gente boa aqui, de boa qualidade.

Parabenizo a Assessoria da Comissão, sempre prestativa, por conhecer realmente o trabalho que é desenvolvido aqui.

Portanto, as minhas palavras finais são de agradecimento, porque a tudo que eu pedi para o Maranhão o Relator atendeu. Não a tudo, quero deixar bastante claro. *(Risos.)* Tudo aquilo que eu esperava. É lógico que nós pedimos muito. Dentro das possibilidades, ele não pôde atender a tudo. E eu compreendo isso, porque nós vivemos um momento de contenção de despesas, não podemos mais ter a irresponsabilidade de fazer receitas fictícias e criar despesas que, obrigatoriamente, terão que ser pagas e endividarmos mais ainda o País. Isso poderia gerar inflação, que é o maior tributo que o cidadão pode pagar, ou seja, perder o poder aquisitivo do seu salário a cada mês.

Portanto, Sr. Presidente, parabenizo V.Exa., o Relator-Geral, todos os Relatores Setoriais, os membros desta Comissão e a Assessoria da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu é que agradeço a V.Exa., que sempre foi um parceiro, um amigo, um conselheiro inclusive, experiente que é aqui na Comissão de Orçamento. Como Presidente desta Comissão, quero agradecer a participação de V.Exa. Espero que, no futuro, possamos estar juntos — quem sabe aqui novamente? — para discutir o Orçamento, que define as políticas públicas do País. No momento em que estamos com dificuldades financeiras, ressalte-se a compreensão de todos os Parlamentares que compõem esta Comissão. Dentre eles, V.Exa. é o destaque. Muito obrigado pelo apoio e pelo carinho de sempre, todos os dias aqui.

Com a palavra a Senadora Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Adoro! Ele só me chama de Senadora.

Já estou triste, Sr. Presidente, porque vai acabar a minha chance de ouvir que eu sou Senadora. *(Riso.)* Não complique mais a guerra do Rio, pelo amor de Deus.

Vamos lá! Primeiramente, eu queria agradecer a toda a equipe da Comissão de Orçamento, na pessoa do Walbinson. Essa é uma equipe de excelência, a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consultoria, seus profissionais de campo, do dia a dia conosco. Cito também a Socorro. Enfim, não tenho dúvida de que essa é uma equipe exemplar para esta Casa.

Queria agradecer, neste momento, ao nosso Leão, mais do que tudo. Não são os 37 anos de idade que representam a sua competência. V.Exa. poderia ter 20 anos de idade e ter a mesma competência. V.Exa. tem essa competência não só pelos seus méritos, mas também por ser filho de outro Leão, que lhe ensinou como se faz orçamento nesta Casa.

Tive a chance de trabalhar ao lado do Deputado Leão, hoje Vice-Governador, nesta Casa, nesta Comissão. Tenho certeza de que não foi diferente na sua gestão. Embora estejamos em tempos diferentes — e talvez graças a Deus estejamos, porque a situação hoje é muito mais clara, muito mais transparente —, V.Exa. foi exemplar na condução do Orçamento.

Eu dizia brincando que nunca tinha visto — e disse isto hoje pela manhã — um momento como este. A votação do seu relatório não se deu apenas pelas circunstancias tão simples, mas também pela sua absoluta transparência na condução do processo de definir onde colocar os recursos. V.Exa. poderia, como alguns ainda pensam em fazer ou já pensaram em fazer, ter auxiliado apenas o Estado da Bahia. Não é verdade. V.Exa. trabalhou pelo Brasil, de forma equânime tentando atender a todos os Estados, e não virado para o seu próprio umbigo. V.Exa. teve responsabilidade com o Brasil. É isso que faz com que, neste momento, eu esteja elogiando V.Exa. de verdade, até porque V.Exa. sabe que não sou de elogiar quem não acredito que mereça o meu elogio.

Parabéns, Excelência! Sei que foi difícil fazer esse relatório. V.Exa. foi o único, em toda a história desta Casa, que ampliou em 3 bilhões o orçamento da educação — não foi apenas 1 bilhão para a educação básica, foram 3 bilhões para a educação deste País. V.Exa. transformou o orçamento da saúde: ampliou para 15%; portanto, em 117 bilhões. Esse trabalho não se deu à toa, ele se deu pela sua competência, pela sua coerência e, especialmente, pelo seu espírito público. Então, parabenizo V.Exa. Fico orgulhosa de ter tratado com um baiano da estirpe de V.Exa. e de seu pai.

Quero, finalmente, agradecer ao meu Presidente, que mandou o tempo todo em mim, com a sua delicadeza, com o seu carinho, com a sua forma doce de falar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de dizer, mas também de mandar. É a primeira vez na minha vida que um homem manda em mim sem uma briguinha *(risos)*, é a primeira. Ele é de uma delicadeza tão grande que somos incapazes de dizer "não" a ele. Podemos até discordar, mas ele é tão delicado que acabamos aquiescendo as suas vontades.

Foi um prazer enorme ter sido sua Vice-Presidente. Mesmo que eu não tivesse nenhum compromisso com esta Casa nem com o Brasil, seria muito feliz apenas por ter sido sua Vice. Parabéns, Excelência!

Parabéns, Relator! Parabéns, equipe de Walbinson!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Obrigado, minha querida Vice-Presidente.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, eu quero cumprimentá-lo, assim como o Deputado Cacá Leão.

Eu percebi que aqui valeu a ternura. Eu tenho também a experiência de muitos anos na Comissão de Orçamento, como Deputado. Este ano quero também falar como Líder do Bloco Moderador.

Estive em poucas reuniões, mas a confiança era tanta no Senador Dário Berger que eu tinha certeza de que iríamos chegar aonde chegamos, a um relatório apresentado com tranquilidade. As reuniões todas foram conduzidas com total tranquilidade.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar a Assessoria, através do Secretário Walbinson. Ninguém faz nada sozinho. E é exatamente a Assessoria, com a Consultoria, que nos dá o lastro, o respaldo para fazermos um trabalho tecnicamente bem feito. Quero, portanto, parabenizá-los. Foi um trabalho benfeito. E o trabalho benfeito tem sempre respaldo técnico e diálogo.

O Senador Dário tem sido o meu conselheiro. *(Riso.)* Então, como aconselhado, eu quero parabenizá-lo. É claro que cada um luta pelo seu Estado. A defesa que acabei de fazer agora há pouco foi motivada pelo fato de que realmente a BR-163 é a estrada troncal do Estado de Mato Grosso. A nossa Deputada Marinha Raupp sabe disso, porque essa estrada também tem a sobreposição da BR-364 e da BR-070. Nesse trecho, são três BR juntas. Por isso eu disse que é o trecho em que ocorre o maior número de acidentes frontais do Brasil. Então, Mato Grosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalha com Rondônia, Mato Grosso trabalha com o Pará, exatamente porque a nossa produção depende também desses dois Estados. Mas o mais importante neste momento é parabenizá-los.

Deputado Cacá, V.Exa. falou aqui da sua inexperiência, por ser o seu primeiro mandato, mas nem tamanho é documento nem idade é competência. Essa é uma demonstração de que este País agora passa por um momento de muita renovação, não só renovação de idade, mas também renovação de procedimentos, de competência, de esperança. Acho que esta é uma boa demonstração: a experiência do Senador Dário Berger e a de V.Exa. Com certeza, é disso que o Brasil precisa, ou seja, chegar aonde chegamos. Tenho certeza de que vamos aprovar o Orçamento ainda hoje, porque o Brasil precisa disto, da demonstração de que o Congresso Nacional está fazendo a sua parte, exatamente para que o mercado confie e invista no Brasil. A demora para aprovar o Orçamento, como já aconteceu — já chegamos ao mês de junho do ano seguinte sem o Orçamento aprovado —, traz uma incerteza muito grande.

Então, parabenizo V.Exas., porque até agora cumpriram o seu papel. E daqui a pouco, no plenário, eu não tenho dúvida, a ternura vai fazer com que todos nós possamos votar com tranquilidade o Orçamento, a peça orçamentária brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes, companheiro, amigo, guerreiro que nos honra com a sua presença, pelas palavras imerecidas, mas as aceito, porque realmente foram 90 dias de muito trabalho.

Passo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu leio daqui a seguinte manchete: *Reforma da Previdência é adiada para fevereiro*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Boa notícia.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Então comemoremos esse feito.

Fiquei feliz por ver o semblante sorridente da nossa Deputada Laura *(risos)*, que estava na torcida também, como eu, querido Presidente Dário Berger.

Eu sempre disse aos meus amigos: *"Eu quero um Natal feliz"*. Com a reforma da Previdência, vendo que muitos irmãos brasileiros não iam se aposentar, eu não podia ter um Natal feliz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sei que muita gente está nos assistindo, está acompanhando os trabalhos da nossa Comissão. Trago esse tema a esta Comissão exatamente porque não se trata, com esta reforma que está em curso, de combater privilégios. Trata-se, sim, de tirar direitos e de fazer com que a mulher, principalmente — e daqui vejo colegas Deputadas —, seja a mais prejudicada. Igualar a idade — com a luta que houve, ficou definida em 62 anos, mas a proposta era de 65 anos —, com a contribuição, representa aposentadoria depois de 40 anos de serviço. Isso é cruel.

Dou o exemplo, Senador, de uma mulher com 29 anos trabalhados, que está feliz porque no ano que vem vai se aposentar. Com o que nós vamos votar aqui, ela não vai se aposentar no ano que vem, ela vai se aposentar daqui a 11 anos, para completar a contribuição por 40 anos. É disso que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Não pode. Há uma regra de transição.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Tudo bem, mas serão 40 anos de contribuição.

E o pior: vai ser reduzido o benefício. Hoje se faz a média das 80 melhores contribuições, de junho de 1994 para cá; agora vai ser feita a média com 100% das contribuições, ou seja, vai ser incluído o menor salário. Portanto, vai ser reduzido o valor do benefício.

E mais: já está calculada a sobrevida. Aquele cidadão que começou a trabalhar aos 16 anos de idade e que vai chegar, aos 65 anos de idade, com 49 anos trabalhados, vai ter que calcular a sobrevida, o que significa que vai aposentar com 66 anos ou com 67 anos de idade.

Então, eu estou feliz. Não votar a reforma da Previdência este ano significa não votá-la também no ano que vem. No ano que vem, aí sim, é que não vai ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Permite-me, Deputado? *(Pausa.)*

Eu concordo em trabalhar, em tempo de contribuição de 40 anos, de 50 anos, desde que, por decreto, ou por lei, ou por projeto, ou por medida provisória, V.Exas. possam também ampliar a minha existência para 90 anos, 100 anos, 110 anos, 120 anos de idade. Estaria tudo bem para mim. *(Riso.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Parece que estavam projetando até 140 anos de idade para as pessoas, mas não é o que efetivamente acontece ainda. *(Riso.)*

Eu também desejo uma vida longa, mas com qualidade. E, para ter qualidade, é preciso ter uma boa previdência.

Sr. Presidente, é a primeira vez que participo da CMO. Eu quero dizer que aprendi muito no convívio com o Relator, com quem tive várias conversas. E todos já manifestaram, sobre ele, a autenticidade, digamos assim, a lealdade ao tratar das questões, a clareza com que as tratou e a habilidade na coordenação do trabalho.

Eu estava louco para fazer obstrução, mas o jeito habilidoso de Dário Berger até me inibia de fazer obstrução. *(Risos.)* Eu tive que exercer o meu papel. Fiz um esforço para isso. O convívio aqui realmente foi muito respeitoso. E com os colegas também. Tivemos embates, todos eles salutares. E nós chegamos a esta equação.

Quando nós tínhamos uma votação lá na outra Casa, eu nunca achava que ia se refletir tão fortemente aqui. É essa a reflexão que eu queria fazer neste momento com os colegas. Falo aqui hoje que o País está perdendo por causa da Emenda Constitucional 95, que votamos em plenário. Eu dizia lá que isso prejudicaria o Orçamento, mas não tinha me dado conta da real dificuldade que isso ocasionaria para nós. Por isso, preciso insistir em traçarmos um movimento a partir daqui para revogar essa medida. Ela é ruim para o País. Esse é um tema que fica como uma tarefa importante.

O segundo tema são as renúncias fiscais, as isenções fiscais que votamos. São recursos que não estão não mão do Deputado Cacá para serem destinados aos programas. Eu acho que esse é outro tema sobre o qual temos que refletir, ou seja, definição de critério melhor para renúncias fiscais.

Ontem o Ministro disse: *"Microempresa é renúncia fiscal"*. Eu achei ruim da parte dele e gostaria de ter dito isso na frente dele. É uma opção de governo fazer uma contribuição menor para o microempresário, para ele poder se desenvolver. Não é renúncia. É totalmente diferente da renúncia de um grande latifundiário, de uma grande empresa, de um banqueiro. Eu não pude dizer isso ontem ao Ministro, porque ele fez a declaração nas considerações finais. Não fez sentido. Eu não considero o apoio a microempresa uma renúncia fiscal. O conceito de renúncia fiscal é beneficiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho que, quando votamos emenda constitucional, quando votamos isenções fiscais, quando votamos a entrega da economia nacional, como se faz com a Medida Provisória nº 795, que está sendo votada agora, quebramos a nossa indústria, e são menos impostos arrecadados, é menor a arrecadação, o que prejudica também o nosso Orçamento.

Essas são as reflexões que temos que fazer conjuntamente. Digo isso de forma tranquila, porque este lugar aqui precisa ter mais dinheiro. E esse dinheiro tem que vir de quem pode contribuir. Não podemos onerar o pobre ou deixá-lo com menos programas sociais, para não mexer nas alíquotas de cima.

Eu fiz uma cartilha recentemente, chamada *Precisamos Falar sobre Impostos*. No Brasil, esse é o tema. Sobre lucros e dividendos não se paga imposto. O Imposto de Renda começa a incidir a partir do salário de 1.900 reais; a partir de 5 mil reais paga-se alíquota maior, de 27,5%. Nós precisamos mexer nessas coisas. Esse é um debate que podemos fazer.

Eu queria encerrar dizendo que estou feliz por ter tido esse aprendizado junto com V.Exas. Mais feliz ainda estou porque a reforma da Previdência não vai ser votada este ano.

Que possamos continuar debatendo esses grandes temas que interessam ao País. Eu quero continuar aprendendo junto com V.Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Sou eu que agradeço a V.Exa. Talvez a amizade que nós construímos tenha sido em virtude das nossas ideias. Muitas delas inclusive são muito convergentes. Eu quero parabenizar V.Exa.

Deputada Rosângela, perdoe-me. Eu vi que V.Exa. estava ouvindo atentamente. Passo a palavra a V.Exa. com muita honra.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a Comissão, na pessoa do Presidente Dário Berger e do nosso querido Relator, o Deputado Cacá Leão.

Sr. Presidente, junto com os meus pares, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, quero enaltecer o trabalho desta Comissão. Não podemos esquecer o Deputado Marcus Pestana, que desenvolveu um papel brilhante junto com o Deputado Cacá Leão e V.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para mim também foi uma experiência muito positiva fazer parte, pela primeira vez, da Comissão de Orçamento. Aqui também pude aprender muito.

Esta Comissão me deu a oportunidade de me aproximar de uma pessoa muito especial: o Senador Dário Berger. Também passei a respeitá-lo e a amá-lo. Por que não? Do Deputado Cacá também, Deputado que via muito no plenário, mas do qual não tinha aproximação. Através da Comissão passei a me aproximar dele, com muito respeito e muito carinho.

Saiba V.Exa. que mora no meu coração, Deputado Cacá. Todas as vezes em que fui até V.Exa. pedir ajuda e orientação V.Exa. não se furtou a fazê-lo.

V.Exa. também, Senador, quando tive interesse público, não pessoal, em defender um relatório, de um PLN especial que tratava, especificamente, de algumas ações no Estado do Rio de Janeiro. Já falei disso mais cedo. Por isso usei pouco a palavra. Eu abri os trabalhos da Comissão hoje, falando, enquanto a Deputada Laura Carneiro a presidia. Pude ser relatora de PLNs importantes. Um deles foi o relativo à aquisição de prédio do Ministério do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, na minha cidade, que eu amo, na minha cidade querida de Nova Iguaçu, em Volta Redonda, em Campos dos Goytacazes, todas no meu Estado. Foi graças ao meu partido.

Também agradeço ao meu Líder, o Deputado Cleber Verde, ao meu Ministro Marcos Pereira, que me deram a oportunidade de atuar nesta Comissão e aqui defender os interesses públicos do meu Estado.

Quero falar da minha satisfação de participar do trabalho com os nobres pares que aqui estão, que já se manifestaram.

Quero falar da minha preocupação com a Assistência Social, a minha área de atuação. Hoje eu vi as Deputadas Laura Carneiro e Carmen Zanotto se debruçarem sobre a questão dos recursos para a Assistência e já agarrei o Deputado Cacá Leão, no bom sentido, no corredor. Cobrei dele a questão dos recursos retirados, como fiz desde o início, quando recebi o Conselho Nacional de Assistência Social na minha sala, no meu gabinete, e me comprometi a ajudar.

Fui até o Ministro Osmar Terra, que me garantiu que mandaria uma nova proposta para cá e repôs 2 bilhões no Orçamento. Infelizmente, não chegamos aos 4 bilhões finais, do que precisávamos, mas foi incluído, por recomendação, mais 1 bilhão. São recursos importantes para CRAS, CREAS, Programa Bolsa Família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós teremos que dar continuidade ao trabalho, junto com os companheiros desta Comissão, para efetivamente garantir esses recursos tão importantes para o nosso povo, para a nossa gente, do nosso País, sobretudo para aqueles que mais precisam.

Eu agradeço ao Senador, ao Deputado Cacá Leão e a todos os membros desta Comissão por terem-me recebido e me acolhido.

Quero dizer da minha alegria e da minha satisfação de ter participado desta Comissão. Hoje a Comissão será desfeita. Com certeza, no ano que vem virão outros membros. Eu gostaria de deixar aqui a minha palavra de acolhimento, de amor, de carinho, de respeito.

Fizemos o bom debate nesta Comissão, às terças-feiras, nas audiências públicas, na recepção dos Ministros. Enfim, o bom debate foi feito aqui, o debate proativo, o debate que acolhe a demanda da Oposição e da Situação e daquele que é neutro. Disso resultou o Orçamento, que, se não ficou perfeito, foi o melhor possível, para que possamos no ano de 2018 dar um atendimento digno ao nosso povo, à nossa gente.

Muito obrigada a todos. Boas festas! Que possamos voltar no ano que vem mais revigorados, oxigenados, e concluir o nosso mandato com dignidade, hombridade, o que o povo brasileiro espera de nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Nós que agradecemos a V.Exa.

Passo a palavra agora à Deputada Marinha Raupp.

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, quero parabenizá-lo, assim como muitos colegas aqui se posicionaram, pela forma como conduziu os trabalhos desta Comissão. Ao seu lado está a nossa Vice-Presidente, a Deputada Laura Carneiro, uma mulher aguerrida, determinada, que se posicionou de forma equilibrada nos encaminhamentos desta Comissão.

Deputada Laura Carneiro, receba o nosso abraço, o abraço das mulheres deste Parlamento, que têm muita honra da sua forma de fazer política, da sua experiência e também da forma como consegue olhar para os brasis.

Deputado Cacá Leão, nós da Região Amazônica, do Estado de Rondônia, sabemos da suma importância de uma relatoria no ano de 2018. Ao seu lado está o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nosso amigo, o Senador Wellington Fagundes, que foi nosso colega, como Deputado Federal, e tem essa missão de desenvolver a Amazônia.

Os brasis, Senador Dário Berger, integram justamente o nosso Estado de Rondônia ao Estado de Mato Grosso, fazem ali, na nossa infraestrutura de logística, a integração da produção e do escoamento dessa produção.

O Senador Wellington Fagundes já falou da importância da BR-364, da BR-174, da BR-163, que ligam a nossa região. Temos projetos de futuro. Não quero ficar com ciúmes da FIOL, de forma de alguma, mas quero também no futuro ver a nossa ferrovia. As ferrovias, que foram um projeto de desenvolvimento do Brasil no passado, já estão na pauta como prioridade, para estudos, para projetos e para obras. Nós da Comissão de Viação e Transportes nos posicionamos com esse projeto importante para a Bahia.

Aqui, Presidente Dário Berger, Relator, Deputado Cacá Leão, quero fazer uma referência específica à BR-364. A BR-364 hoje é considerada a “BR da morte”. Ela está no PAC, mas as obras precisam de adequação. A BR não é duplicada tampouco tem terceira faixa. Imaginem V.Exas. que a soja de Sapezal, no Estado de Mato Grosso, sai em direção ao Estado de Rondônia, e passa por Vilhena e Porto Velho, onde está o porto. A primeira PPP foi instalada neste País quando o Senador Valdir Raupp era Governador, numa parceria com o Grupo Maggi, do hoje Ministro Blairo Maggi. Foi instalado o porto público. É o único porto público que nós temos hoje na Região Norte. Aliás, barcaças saem pela Hidrovia do Madeira-Amazonas e vão até o Município de Itacoatiara. É bem verdade que isso levou desenvolvimento ao Estado de Rondônia, mas também levou muitas mortes. Todas as semanas há mortes.

E aqui está uma emenda de adequação da capacidade da BR-364 que eu quero apresentar, em nome do povo de Rondônia, que tem na nossa BR-364 o eixo de integração com o Brasil, com o Sul, com o Centro-Oeste e com o Norte. Agora, nós esperamos que, como ela está em RP3, em PAC, tenhamos condições de executar. Esperamos também que ela não seja mais a BR da morte e, sim, a BR da vida.

Esta Comissão nos orgulha por ter tido essa posição de encaminhamento. Parabenizo os seus membros, o Relator-Geral e o Relator Setorial, que é o Senador Valdir Raupp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sr. Presidente e Sr. Relator, eu quero agradecer. Eu acho que muita gente sabe pedir, mas também tem que haver o momento de agradecer. Neste momento Rondônia agradece a todos os membros da Comissão, ao Presidente e ao Relator-Geral.

Vamos cuidar das vidas no nosso querido Estado de Rondônia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Muito obrigado a V.Exa. Mando um abraço ao Senador Valdir Raupp, o nosso querido amigo Relator Setorial nesta Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Senador, amigo e imortal. *(Riso.)* Vou tratar V.Exa. de alteza agora, não mais de Excelência. *(Risos.)* Eu imagino que seu genro deva estar preocupado, porque considerar V.Exa. imortal é uma situação boa por um lado, mas, por outro lado, deve preocupar algumas pessoas. *(Riso.)* É só uma brincadeira que faço com V.Exa.

O SR. SENADOR PEDRO CHAVES - Eu tive o prazer de assumir a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras há 2 dias. Lá fui denominado de imortal. Então, meu genro ficou bastante preocupado por ter um sogro imortal. *(Riso.)* Ele não vai poder usufruir dos resultados, do legado que eu vou deixar para ele. *(Riso.)*

Estou aqui especialmente para agradecer e para parabenizar o Senador Dário Berger, Presidente exemplar desta Comissão, bem como o Deputado Cacá Leão, o Relator, porque ambos conciliaram as diferenças.

O importante na vida é conviver com as diferenças. E o Senador Dário tem essa capacidade de conciliar, de forma tranquila, de fazer com que as pessoas se entendam realmente.

É muito difícil fazer um orçamento num país tão diversificado como é o Brasil. Atender a todos os Estados, a todos os Municípios é uma coisa realmente muito difícil, porque cada um cuida dos seus interesses, mas V.Exa. conciliou todo mundo e fez um trabalho magistral. Nós só podíamos esperar isso de V.Exa., pelo seu desempenho no próprio Senado, onde é amado por todos os seus pares.

Então, mais uma vez quero parabenizá-lo e quero repetir as palavras dos que me antecederam: que V.Exa. e o Deputado Cacá fizeram a grande diferença nesta Comissão. Ontem V.Exa. falava que o Deputado Cacá é jovem, mas que é um Relator excepcional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V.Exa. teve um grande companheiro, Deputado Cacá. Ele falou isso publicamente, diante de diversos Senadores. Isso mostra a grandeza do Presidente, que divide o sucesso dele com os seus pares.

Parabéns! Que V.Exa. continue assim!

Estou muito feliz. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Como V.Exas. puderam observar, esse é o meu querido amigo Senador Pedro Chaves, o imortal, preocupação para o genro, mas alegria para todos nós. *(Risos.)*

Um abraço para V.Exa.

Com a palavra o Deputado Bilac Pinto.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, Senador Dário Berger, ilustre Relator, Deputado Cacá Leão, quero cumprimentá-los.

Quero cumprimentar Walbinson também e, na sua pessoa, todos aqueles que nos auxiliaram, que nos ajudaram na Comissão Mista do Orçamento.

Quero dizer aqui algumas palavras que eu considero extremamente relevantes num momento como este. Pegamos um orçamento profundamente restritivo, no momento em que o País passa por grandes dificuldades, e conseguimos, de certa forma, com muita maturidade, graças às características, aos adjetivos de ambos — a paciência, a tolerância, a humildade, o diálogo, a convergência —, fazer com que esta Comissão trabalhasse dentro de uma sintonia, acredito eu, nunca vista numa Comissão Mista de Orçamento, para aprovar um orçamento, repito aqui, num momento delicado de receitas públicas no nosso País.

Atendemos os Estados federados como um todo, as instituições de ensino como um todo. Enfim, as grandes obras do País foram contempladas meritoriamente, graças ao trabalho desta Comissão, ao trabalho de V.Exas. aqui, graças a todos os que aqui estiveram, participaram, deram a sua contribuição.

Então eu quero, neste momento, agradecer a V.Exas. por terem feito desta Comissão um local de trabalho do qual saímos hoje, com a votação do Orçamento, revigorados, sabendo que fizemos aquilo que pôde ser feito, com a consciência tranquila.

Que possamos todos, daqui para a frente, continuar trabalhando. Que o ano que vem estejamos aqui comemorando e realizando.

Parabéns, Senador Dário Berger!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parabéns, Deputado Cacá Leão!

Parabenizo também o Deputado mineiro Marcus Pestana, que fez um trabalho extraordinário nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Bilac Pinto, V.Exa. foi um destaque para nós aqui e nos engrandeceu muito, trouxe um relevo importante. V.Exa. foi coordenador de um comitê importantíssimo, o de Admissibilidade de Emendas. Foi o primeiro designado por mim. Recebi referências enormes de V.Exa. Realmente me encheu de prazer conviver, durante esse período aqui, com V.Exa. Eu lhe agradeço.

Passo a palavra ao Deputado Danilo Forte. Depois falará o Deputado Gonzaga Patriota, e vamos encerrar a nossa reunião.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pelo belo trabalho que V.Exa. fez à frente da Comissão, ao lado do jovem talento Cacá Leão. Fiquei muito feliz pela reconstrução da República Juliana, pela aliança que V.Exa. fez com Bohn Gass *(risos)*, que pode inclusive trazer de novo para o Brasil uma luta importante e interessante para a cultura nacional.

Sr. Presidente, foi esquecido aqui, no adendo que foi colocado — e aí cabe uma retificaçãozinha por parte do Líder, só como indicativo, até para mostrar o esforço que temos feito —, a defesa do Anel Viário de Fortaleza. O Anel Viário de Fortaleza poderia entrar aqui, numa retificaçãozinha, no adendo que vai ser encaminhado, porque é de fundamental importância para o crescimento da cidade.

E, por último, quero dizer-lhe, Sr. Presidente, que, se V.Exa. quiser, ainda pode trabalhar um pouquinho em fevereiro, porque a Comissão só se extingue quando se instala outra. E nós ainda temos a auditoria no Banco do Nordeste e no FNE para aprovar, além de algumas demandas.

Se o Governo quiser, no contingenciamento, fazer algum remanejamento, e a Comissão ainda estiver instalada, sob a sua Presidência, V.Exa. ainda terá condições de ser o nosso maestro no início do ano que vem. Porque conduziu tão bem a Comissão este ano, em 2018, com certeza, será profícuo no seu reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito obrigado, Deputado Danilo Forte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Quero cumprimentar o meu querido Presidente Dário Berger e o Cacau de João Leão.

Hoje eu me encontrei com uns dez Deputados, filhos e netos de colegas que foram Deputados aqui. Pensei: *"Acho que eu já tenho que parar, porque estou ficando meio velhinho"*.

Outra coisa: eu fiquei por mais de 10 anos ou 15 anos nesta Comissão de Orçamento, o que era permitido antes da Resolução nº 1. Podíamos ficar todos os anos. Eu me lembro agora de que, neste ano em que V.Exa. preside a Comissão, eu, Líder do PSB, o meu partido, participei das reuniões lá atrás e nenhuma vez procurei perguntar como fazer ou não fazer, porque isso estava nas mãos de V.Exa. e do menino de João Leão, junto com os Setoriais e com esta bancada da Comissão de Orçamento. Orçamento feito num ano difícil. Sabemos que entre apresentar propostas em agosto e votá-las em dezembro há uma grande diferença para a arrecadação do ano que vem.

Parabenizo V.Exa., Sr. Presidente, os Relatores Setoriais, o Relator Cacá Leão, os servidores desta Comissão, porque, graças a Deus, fechamos em dia um orçamento que eu acho que será executado, porque foi feito com cuidado. Nós reclamamos que está faltando um pouquinho aqui, que tem que levar mais um pouquinho para o Agreste. Eu deixava Joao Fernando Coutinho fazer essas reclamações e ficava de fora.

Nessas minhas palavras, quero parabenizar V.Exa. e, na sua pessoa, todos os colegas, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa. pelo convívio.

Bem, restou-me fazer agora uma pequena manifestação. Em primeiro lugar, eu queria dizer que chegamos à hora de agradecer e também, de certa forma, de pedir desculpas. Esta é a hora de agradecer, indistintamente, a todos os membros desta Comissão, a todas as Deputadas e a todos os Deputados, a todas as Senadoras e a todos os Senadores, a todos os suplentes também que participaram de forma efetiva, a todos os Relatores Setoriais — dentre eles V.Exa., Deputado Bilac Pinto. É hora de agradecer sobretudo e de maneira especial ao Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Marcus Pestana, que foi Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ali nós iniciamos um amplo entendimento, construímos algo que até então não tinha sido construído. Então, por dever de ofício, por satisfação e por orgulho próprio, quero agradecer ao Deputado Marcus Pestana.

Quero agradecer também à Deputada Laura Carneiro, a nossa Vice-Presidente, uma pessoa estimada por todos aqui, uma pessoa intempestiva às vezes, eventualmente, mas uma pessoa companheira, amável, dedicada, disposta. Foi uma grande Vice-Presidente, e eu quero efetivamente agradecer-lhe.

Quero agradecer ao Walbinson, o nosso Secretário, e, na sua pessoa, agradecer a todos, indistintamente, a todos os competentes e dedicados assessores que compõem a Comissão Mista de Orçamento. Realmente, entender a mecânica da linguagem "orçamentês" não é tarefa fácil. Tivemos na Assessoria um grande alicerce, um grande trabalho. Quero agradecer-lhe.

Agora, quero agradecer mesmo, do fundo do meu coração, ao Deputado Cacá Leão, que, muito mais do que um Relator, foi um leão. Homem aplicado, dedicado, inteligente, competente e acessível, ele atendeu a todas as pessoas que o procuraram. Os objetivos que ele tinha eram o de construir uma peça orçamentária e o de escrever o seu nome aqui na Comissão de Orçamento, não apenas como mais um Relator, mas também como o Relator que, apesar de jovem, demonstrou a sua competência, a sua capacidade de articulação e a sua forma democrática de agir. Em determinados momentos, eu me ofereci para ajudá-lo, se necessário. Ele me dizia sempre que eu era bem-vindo para ajudar, embora não o tenha ajudado muito, porque o Relator faz um trabalho realmente extraordinário.

Quero dizer que, ao longo da nossa vida pública — e eu tenho idade bem mais avançada que V.Exa., Deputado Cacá —, nós conhecemos muitas pessoas. Algumas pessoas acabam muito próximas de nós; outras pessoas, a distância, torcem pelo nosso sucesso, ficam tristes pelos nossos fracassos. E assim a vida segue, principalmente a vida pública. V.Exa. é uma pessoa que ficou muito próxima de mim, que se transformou num amigo cordial, leal, num companheiro de primeira hora. Eu espero manter isso para o resto da minha vida.

Mais uma vez eu agradeço a V.Exa. pela competência e pela dedicação. V.Exa. é orgulho para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Imaginem, Sras. e Srs. Parlamentares, a minha honra e o meu orgulho, por chegar a este momento com esta missão cumprida dentro do calendário estabelecido, em harmonia, numa Comissão difícil de ser tocada, de ser administrada. Em nenhum momento, de todas as nossas reuniões, houve um conflito que não fosse democrático, republicano, que não fosse uma discussão de altíssimo nível.

Eu quero aproveitar a oportunidade para agradecer à Minoria, à Oposição, que sempre, respeitosamente, discutiu as questões relevantes para todos.

Agradeço aos espectadores, aos interessados, à imprensa, a todos vocês e a Deus por ter-me dado esta oportunidade.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2018.

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senador Dário Berger (PMDB/SC). A reunião foi convocada para ouvir o Senhor Ministro de Estado da Saúde, Ricardo Barros, para prestar esclarecimentos sobre os Relatórios Quadrimestrais de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS referentes aos 2º e 3º quadrimestres de 2017, correspondentes aos períodos de maio a agosto de 2017 e setembro a dezembro de 2017, em atendimento ao disposto *no art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012.* Foram convidadas as Comissões de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados e de Assuntos Sociais, do Senado Federal. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares:** Bilac Pinto, Cacá Leão, Domingos Sávio, Edio Lopes, Julio Lopes, Laudivio Carvalho, Professor Victório Galli, Rubens Bueno e Toninho Wandscheer; **- Senadores titulares:** Dário Berger e Valdir Raupp; **- Deputados suplentes:** Carmen Zanotto, Danilo Forte, Hildo Rocha, Jorge Solla, Mandetta, Marcon, Misael Varella, Pedro Fernandes, Raimundo Gomes de Matos, Renato Andrade e Valtenir Pereira. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Alex Canziani, Alfredo Kaefer, Darcísio Perondi, Evair Vieira de Melo, Fausto Pinato, Hiran Gonçalves, Jorginho Mello, Leandre, Osmar Serraglio, Paulo Foletto, Rubens Pereira Júnior e Vanderlei Macris. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta minutos, o Presidente declarou iniciada a reunião e convidou para compor a Mesa os Senhores Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde e Arionaldo Bonfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde. Tomaram assento também os Deputados Cacá Leão (PP/BA), Relator-Geral do Orçamento para 2018 e Hiran Gonçalves (PP/RR), Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente avisou que, de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal,* o palestrante disporia de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permitisse. Ainda conforme o estipulado no *art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, com tolerância de mais 1 minuto concedida pelo Presidente, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. Foi anunciada a abertura da lista de inscrição para o debate. Logo após, o Presidente passou a palavra ao Ministro de Estado da Saúde, Senhor Ricardo Barros, que em atendimento ao disposto no *art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012,* apresentou os Relatórios Quadrimestrais de Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS referentes aos 2º e 3º quadrimestres de 2017, correspondentes aos períodos de maio a agosto de 2017 e setembro a dezembro de 2017, fazendo uso de projetor de multimídia. Concluída a apresentação, o Presidente registrou a presença dos parlamentares, homenageou a equipe técnica do Ministro e em seguida deu início aos debates, informando que ouviria de 3 em 3 os inscritos, com o expositor respondendo ao final de cada sequência. Participaram dos debates os Deputados Carmen Zanotto (PPS/SC), Leandre (PV/PR), Jorge Solla (PT/BA), Pedro Fernandes (PTB/MA), Alex Canziani (PTB/PR), Edio Lopes (PR/RR), Cacá Leão (PP/BA), Hiran Gonçalves (PP/RR), Vanderlei Macris (PSDB/SP), Marcon (PT/RS), Mandetta (DEM/MS) e Hildo Rocha (PMDB/MA). **ENCERRAMENTO:** após conceder a palavra a todos os inscritos, o Presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e trinta e quatro minutos. Antes, porém, agradeceu a presença de todos os parlamentares e destacou, em especial, o comparecimento do Ministro de Estado da Saúde, além de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cumprimentar o Deputado Hiran Gonçalves, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidente**. **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

Em 13.03.2018.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Declaro iniciada a primeira reunião de audiência pública de 2018 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Dr. Ricardo Barros — que eu ia chamar para compor a Mesa, mas, como V.Exa. é da Casa, é nosso Deputado Federal e serve o Brasil como Ministro de Estado da Saúde, já se antecipou —, cujo objetivo é fazer a apresentação dos relatórios quadrimestrais da prestação de contas do gestor federal do SUS, referente ao 2º e ao 3º quadrimestre de 2017, em atendimento ao disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Registro também a presença do Sr. Arionaldo Bomfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, que já se encontra sentado à mesa.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Mas nós na Comissão não fixamos rigorosamente o tempo, muito menos para V.Exa., Ministro Ricardo Barros.

Conforme estipulado pelo art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares deverão fazer a sua inscrição para, ao final, interpelar o expositor. E poderão fazê-lo dentro do prazo costumeiro e sistemático de 5 minutos, que já é de conhecimento de todos nós. Também é permitida a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos. Tenho certeza de que nós não vamos ter dificuldade com relação a este assunto.

Informo aos Srs. Parlamentares que a lista de inscrição está aberta aos Parlamentares que desejarem fazer uso da palavra para interpelar o Ministro de Estado da Saúde. O termo interpelar é meio estranho para mim. Então, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parlamentares poderão fazer uso da palavra para perguntar, para discutir, para dialogar com o Ministro de Estado da Saúde, Dr. Ricardo Barros.

Ofereço a palavra ao Ministro de Estado da Saúde, Dr. Ricardo Barros, para fazer a sua apresentação.

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Primeiro quero saudar os companheiros. É uma alegria estar aqui de novo nesta Casa, neste plenário que por tantos anos frequentei, em especial na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que é a Comissão a que mais me dedico nesta Casa Legislativa.

Saúdo o Senador Dário Berger e o Relator do Orçamento, Deputado Cacá Leão; o Arionaldo, nosso Secretário de Planejamento e Orçamento; os Srs. Parlamentares e as Sras. Parlamentares presentes aqui.

Nós faremos uma apresentação do relatório de prestação de contas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós temos 150 milhões de brasileiros que dependem do SUS. Nós os chamamos de SUS dependentes, aqueles que precisam do atendimento do SUS porque não têm o financiamento privado, o plano de saúde.

A saúde representa 9,1% do PIB. Ela representava 8% no ano passado — crescemos, portanto. O financiamento privado, que era 55% no ano passado, também cresceu para 57%. Então, nós estamos com mais recursos privados na saúde.

O financiamento público é de 246 bilhões de reais por ano, sendo que a União deveria se responsabilizar por 50% dos gastos da saúde, os Municípios por 25% e os Estados por 25%. A União, ao longo dos últimos 10 anos, se afastou do financiamento — está financiando apenas 43% do total de gastos públicos na saúde. E os Municípios avançaram muito, já que estão aplicando 31% dos recursos na saúde.

Essa é a previsão legal de que trata a nossa audiência. Há garantia de recursos crescentes para a saúde. Desde a PEC 95, nós ficamos com um piso de 15% da receita corrente líquida — o piso era 13,2%. Então a nossa participação subiu de forma significativa.

Executamos 98% do orçamento, o que é um recorde de execução orçamentária. Também batemos o recorde nos investimentos. Como V.Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

lembram, esta Comissão aprovou créditos que retiraram recursos da compra de medicamentos e passaram para investimentos, recursos que nós economizamos na compra de medicamentos, como vamos demonstrar a seguir. E 6 bilhões e 600 milhões de reais são o nosso total de investimentos empenhados no ano passado.

Essa é a execução do Orçamento. Nós executamos 126 bilhões e 912 milhões de reais contra 116 bilhões de reais do ano passado. Portanto, houve um crescimento muito significativo da execução orçamentária.

Neste eslaide podemos ver a execução da despesa por fonte de recurso. V.Exas. podem ver quanto foi a despesa paga, empenhada e os 126 bilhões de reais realizados. Pela nossa regra, execução orçamentária é valor empenhado.

Em relação a transferências para Estados e Municípios, quanto às Ações e Serviços Públicos de Saúde — ASPS, 66 bilhões de reais foram pagos, de 73 bilhões de reais empenhados. Nós tivemos muitos recursos que ficaram ao final do ano sem empenho por problemas com o *Diário Oficial* e por limite de prazo do SIAFI.

Nós tínhamos 14 bilhões de reais referentes a restos a pagar inscritos e este ano entregamos com 6 bilhões e 987 milhões de reais. Portanto, praticamos reduzimos à metade os restos a pagar no Ministério da Saúde.

Em relação a oferta e produção de serviços, esses são os recursos que estão aplicados nos hospitais federais do Rio de Janeiro — hospitais federais, Grupo Hospitalar Conceição e Institutos. Na verdade, o Ministério da Saúde não devia ter hospitais, essa não é a nossa finalidade. São os Estados e Municípios que deveriam ter os hospitais, mas estamos ainda trabalhando para conseguir transferir esses recursos. Então, V.Exas. estão vendo que é uma produção muito grande de serviços feitos nesses hospitais.

Em relação à execução de emendas obrigatórias, Fundo Nacional de Saúde, 20.600 propostas, no valor de 4 bilhões 848 milhões de reais, foram analisadas e cadastradas no sistema, e empenhamos 16.000 propostas. Para V.Exas. terem uma ideia, em 2005, o sistema analisou 4.900 propostas. Então, aumentou muito a nossa capacidade de avançar nesta direção.

Houve um aumento de 74% no empenho de emendas individuais, com um novo recorde de 97,6% de emendas parlamentares individuais empenhadas. O total das nossas emendas parlamentares individuais é 3 bilhões e 900 milhões de reais, e as emendas de bancada totalizaram 1 bilhão de reais. Não existiam emendas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bancada. Agora a Comissão já tem duas impositivas por bancada, e a Saúde tem sido privilegiada nesse sentido.

A FUNASA tinha 400 milhões de reais de orçamento, quando assumimos, e passou para 800 milhões de reais. Ainda assim, como cada real investido em água representa 4 reais de economia na saúde, nós devemos tornar bilionário o orçamento da FUNASA, como é o da Saúde.

O orçamento deste ano totaliza 130 bilhões de reais, 6,9 bilhões de reais acima do mínimo constitucional. Então, é um orçamento bastante significativo. Agradeço o empenho da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que fez crescer a nossa dotação durante a tramitação do orçamento nesta Casa.

Tivemos a fiscalização que é exigida da nossa equipe. Realizamos 819 auditorias. Tivemos 53 verificações do Termo de Ajuste Sanitário — TAS. Realizamos 484 visitas técnicas. Esses são os objetos da fiscalização do Ministério.

Esses são os principais resultados no período, em relação à Atenção Básica. No Programa Mais Médicos, continuamos com 18 mil conveniados. Tivemos 1.188 Unidades Básicas de Saúde — UBS concluídas; 48 novos Centros de Especialidades Odontológicas — CEOs; 42.119 Equipes de Saúde da Família — ESF; 25.890 Equipes de Saúde Bucal — ESB; 999 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar — EMAD; e 973 polos de academia da saúde. Todas as ações feitas com recursos orçamentários estão aí descritas.

Na Rede de Urgências e Emergências de Média e Alta Complexidade, nós tivemos um recorde de transplantes. O País vem crescendo muito na área de transplantes, e 95% desses transplantes são feitos com recursos do Orçamento da União. O SAMU já alcança 82% da população. Temos feito crescer bastante a atenção do SAMU para salvar cada vez mais vidas.

No que diz respeito à saúde da mulher, nós tivemos como principais resultados a adequação em maternidades, a realização de mamografias, os exames citopatológicos, a prevenção de câncer e 195 mil recém-nascidos beneficiados com o Banco de Leite Humano. O Brasil é líder mundial absoluto nessa técnica do Banco de Leite Humano.

Vigilância em saúde - principais resultados. Das pessoas em tratamento de HIV/AIDS, 91% têm apresentado carga viral suprimida. A nossa meta é 90%, 90%,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

90%: 90% das pessoas diagnosticadas; 90% das pessoas tratadas; e 90% das pessoas com carga viral zerada. Então, temos que trabalhar nessa linha e também apoiar as comunidades rurais.

Atenção à saúde indígena - Estamos mudando o modelo de contratação da mão de obra para a saúde indígena, bem como os contratos de hora/voo, de infraestrutura e de locação de automóveis, e temos conseguido resultados bastante significativos de melhoria da qualidade, com uma eficiência de economia de recursos muito alta.

Complexo industrial da saúde - É importante fabricarmos aqui os medicamentos de alto custo que adquirimos pelo Ministério. Com isso, podemos ter uma economia significativa. As PDPs ou as Encomendas Tecnológicas reduzem, de imediato, em 30% o valor dos medicamentos e, em seguida, temos 5% de redução ao ano. Portanto, essa é uma ação importante.

Finalmente, educação, valorização dos trabalhadores e democratização das relações de trabalho - Nós temos os residentes médicos, os profissionais e gestores qualificados, especialmente pela UNA-SUS, e os beneficiados pelo Programa Jovem Aprendiz.

Eu vou fazer uma rápida passagem pela nossa gestão. Fechamos agora 5,3 bilhões de reais de eficiência na gestão. Nosso App registra cada contrato novo, e, com isso, nós vamos atualizando a eficiência da gestão. Por conta disso, aproveito para agradecer aos nossos Secretários, que colaboram com a nossa ação: o Francisco Figueiredo, a Gerlane, o Abdalla e o Adeílson, que estão aqui prestigiando este evento conosco na bancada. Para nós, esta é a prioridade da gestão: eficiência e transparência.

Nós estamos colhendo muito bons resultados. Revisamos quase 2 mil contratos, baixando preços. O nosso App, que acompanha cada lançamento de contrato, está aqui com 5,3 bilhões de reais — a marca dos 5 bilhões virou na sexta-feira. Os senhores viram ali que já economizamos 3,7 bilhões de reais só em medicamentos. Publicamos nesse *site* tudo o que compramos, de quem compramos e quanto pagamos. Isso está sendo permanentemente atualizado. E evidentemente a indústria farmacêutica nos oferece produtos mais baratos ou melhores pelo mesmo preço. Então, dá para fazermos muito mais com os recursos que temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os senhores veem aqui que 13 bilhões de reais correspondem a compras centralizadas da saúde. Portanto, em praticamente 2 anos que estamos à frente do Ministério, houve 26 bilhões de reais em compras centralizadas, com 3,5 bilhões de reais de economia só em medicamentos. Isso é significativo. Nós temos praticamente 15% de economia com a política de compra agressiva que estamos adotando no mercado de medicamentos. Assim, é possível fazer mais com o mesmo recurso de que dispomos.

Sobre a hepatite C, nós estamos tratando agora todos os últimos pacientes diagnosticados com a doença. O tratamento agora é para todos os níveis de comprometimento do fígado, do F0 ao F4, e também reduzimos os preços significativamente: o tratamento custava 9 mil dólares e, agora, custa 3 mil dólares. Com a aprovação em breve pela ANVISA de novos medicamentos pós-genótipos, nós vamos fazer a compra da cura, e não a compra do medicamento.

Portadores de HIV - Nós incorporamos o melhor medicamento do mundo, o dolutegravir. Já reduzimos o preço em 82%, desde 2015, quando assumimos o Ministério, em 2016, e já tratamos 300 mil pessoas com esse medicamento, com o mesmo recurso que antes dedicávamos ao medicamento menos elaborado, que é o 3 em 1.

Em 1 ano, a distribuição do teste de HIV cresceu 60%. Nós temos estimadamente, no Brasil, 130 mil brasileiros portadores do vírus que não o sabem. Portanto, estão transmitindo a doença involuntariamente. É preciso encontrar esses brasileiros, e a testagem é fundamental. E o Ministério tem ações específicas também para esses portadores de HIV.

A compra de medicamentos é o principal resultado da nossa gestão. Temos aqui a asparaginase, que teve redução significativa: de 34 milhões, a compra caiu para 7 milhões. O mercado quer nos vender Peg-asparaginase, que é um produto que custa 4.000% mais caro, tentando descontinuar a fabricação de asparaginase. Por isso é que nós temos que ter laboratórios públicos que nos garantam manter no mercado esses produtos, que são eficazes e de baixo custo.

A alfaepoetina nós comprávamos de Cuba, via FIOCRUZ. Fizemos um pregão, e ganhou uma empresa nacional: foram 128 milhões por ano de economia. O micofenolato de sódio, da mesma forma: 54 milhões de economia. Quanto aos MAbs, nós fizemos um novo protocolo de diretrizes terapêuticas da artrite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reumatoide e estamos reduzindo também o preço desses produtos. E fizemos uma compra também agressiva do tracolimo, que é um imunossupressor, com 83% de desconto e 122 milhões de economia. Isso é permanente, porque nós ganhamos esse valor todos os anos. O Secretário Adeílson, que compra muito, sabe como é o nosso trabalho de fazer a compra eficiente dos medicamentos.

Este eslaide mostra o spinraza, que nos remete a doenças raras; são medicamentos de alto custo, pois custam mais de 1,5 milhão de reais por ano e por paciente. Temos reduzido também esses preços e feito a gestão de recursos humanos, valorizando os servidores: reduzimos os cargos DAS do Ministério, reformamos todas as instalações do Ministério, colocamos todos no mesmo ambiente de trabalho, o que aumenta muito a produtividade.

Médicos da Atenção Básica - Sessenta e três mil médicos têm produzido apenas 49% das consultas que deveriam entregar, por dois motivos: primeiro, porque há o descumprimento da carga horária por alguns profissionais; segundo, porque alguns dos usuários não comparecem, o que inviabiliza a realização da consulta. Para isso, nós estamos fazendo a biometria do usuário e do funcionário no sistema. Todo o nosso sistema é informatizado.

A nova Política Nacional de Atenção Básica — PNAB foi pactuada. Toda vez que vocês virem aquele carimbo ali com a palavra “pactuado”, verão que é uma decisão da Comissão Tripartite. Tivemos um importante avanço na Política de Atenção Básica. Os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias fazem o mesmo trabalho; uma única visita familiar resolve as questões. O Ministério da Saúde transformará 250 mil agentes comunitários em técnicos em enfermagem, que é um grande programa de formação profissional, para que a visita domiciliar seja resolutiva. Ou seja, as pessoas terão em suas casas uma pessoa qualificada para resolver os problemas de saúde.

Investimos 1 bilhão na Atenção Básica. Estamos com várias novas equipes de saúde da família, equipes de saúde bucal. Vocês veem que o número de equipes novas — 22 mil nesse nosso período — também é fruto da economia, e nós podemos investir mais. Para a saúde bucal, 5 mil novos gabinetes odontológicos com Raios X foram entregues aos Municípios. Com relação à saúde indígena, 750 mil indígenas foram beneficiados com o orçamento previsto de 1,4 bilhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós estamos padronizando as Unidades Básicas de Saúde do Ministério da Saúde. Havia um padrão único de UBS, que é este que vocês veem do lado esquerdo. Nós flexibilizamos na Amazônia, onde se pode fazer de madeira, porque é muito mais prático, e diminuímos pela metade essa UBS, que era para 750 mil. Existe agora uma menorzinha para localidades de mil, 1.500 pessoas, onde não é necessária uma estrutura grande. E, através da nova PNAB, passamos a reconhecer as equipes de saúde da família que estão nessas localidades, que têm 3, 4, 5 profissionais, e que não eram reconhecidas pelo Ministério, portanto, não recebiam financiamento. Agora, são reconhecidas e recebem a nossa parte de financiamento.

Aos Parlamentares do Norte do Brasil, informo que são muitas as unidades fluviais que estamos entregando em todo o País. Recentemente, estive entregando uma em Abaetetuba, com a nossa colega Deputada Elcione Barbalho e com o Deputado Beto Salame. E entregamos mais veículos novos para a saúde indígena.

A questão da tecnologia no Ministério - Todo o Ministério está sem papel. Hoje, você pode iniciar e terminar um processo no Ministério sem usar papel, fazendo tudo eletronicamente.

Este aqui é outro grande avanço que nós conseguimos: a informatização das Unidades Básicas, com prontuário eletrônico. São 18 mil unidades que já têm prontuário eletrônico; um grande crescimento de 60% neste ano. E teremos todas as unidades informatizadas até o fim do ano. Compramos 10 mil *links* de satélite, do satélite brasileiro, para as unidades mais distantes.

E vou lhes fazer um alerta: só essa ação de informatização das UBS vai nos permitir economizar 20 bilhões de reais por ano, não repetindo exames, consultas e entregas de medicamentos, porque o prontuário eletrônico estará disponível ao cidadão. A qualquer lugar que ele for, ele coloca a digital, e o médico vê todo o seu histórico: o último exame de sangue, o último exame de imagem, o medicamento que ele já recebeu, todas as informações. Então, isso vai economizar muito para o sistema e dar segurança também no atendimento a esse cidadão.

Este eslaide mostra o grande objetivo final de toda a nossa política que está no programa Avançar e que é uma cobrança do nosso Presidente Temer: que as pessoas, através dos seus celulares, saibam o seu lugar na fila da cirurgia, da consulta, possam ser chamadas para uma consulta de última hora, possam avisar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que não vão à consulta do dia seguinte e outro possa seja chamado, mas principalmente que possam avaliar cada serviço de saúde que o SUS lhes prestar. A pessoa dá a sua avaliação a cada serviço de saúde, e essa mensagem de avaliação é enviada. Isso porque o nosso sistema é descentralizado. São os Municípios que executam as ações de saúde, e cada Município tem uma gestão diferente da do outro. Então, a qualidade do que se pratica lá na ponta é variável, e nós temos que conhecer essa variação.

Pactuamos também o nome DigiSUS para todas as ações de digitalização do SUS. Então, tudo o que envolve a digitalização no sistema terá esta marca DigiSUS.

A nova Relação Nacional de Medicamentos Essenciais — RENAME registra 1.098 medicamentos distribuídos gratuitamente a todos os brasileiros. E aumentamos o piso da Atenção Básica.

Estamos renovando toda a frota do SAMU. O Presidente esteve conosco recentemente em três entregas, inclusive em Sorocaba. A renovação da frota atinge todos os Estados do Brasil, e serão renovadas 65% de todas as ambulâncias. Essas 300 ambulâncias que entregamos em Sorocaba estavam renovando a frota de 2011. Imaginem uma ambulância com 7 anos de uso! Então, até o final deste ano, todas as ambulâncias terão menos de 3 anos de uso, com as compras que já fizemos.

Também voltamos a adquirir ambulâncias e *vans* com recursos do Ministério da Saúde, o que, desde aquele episódio dos Sanguessugas, estava proibido. E nos empenhamos para que os Municípios adquirissem ambulâncias com seus recursos e com os recursos que foram transferidos do Ministério a cada Município.

Vemos neste eslaide o castramóvel, que utiliza uma política que não havia no Ministério e que nós adotamos: evitar que animais se transformem em vetores de transmissão de doenças.

Fizemos a pactuação do sistema HÓRUS, para o controle informatizado da assistência farmacêutica e para o estoque de medicamentos em todas as farmácias públicas, o que nos permitirá economizar 1,5 bilhão de reais.

Todas as compras da saúde vão para o banco de preços. Portanto, os Municípios e os Estados podem identificar quanto outros estão pagando por aquele insumo ou por aquele medicamento, para que haja uma referência de preço.

Com a máfia das órteses e próteses, o faturamento anual no setor é de 20 bilhões por ano. Nós publicamos a Ata de Registro de Preços das principais órteses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e próteses, para que haja uma referência nacional de preços. A implantação de um *stent* coronariano varia 500% de um serviço para outro, e a do marca-passo varia 1.000%! Dessa forma, nós daremos um balizamento ao usuário.

Quanto à desburocratização, 17 mil portarias do Ministério da Saúde foram consolidadas em 6 mil, divididas por busca digitalizada, por temas. Qualquer pessoa pode usá-lo, pois é um sistema *on-line*.

Aqui temos outra conquista importante para os Municípios: a simplificação do repasse dos recursos. O Prefeito recebia 800 tipos de repasse, com conta específica para cada repasse e com depósito: dinheiro para malária, dinheiro para *Aedes aegypti*, dinheiro para cada coisa. Agora, será só custeio e investimento. A decisão será dos Municípios de como aplicar nos blocos de média e alta complexidade, na assistência farmacêutica, na vigilância e tal. É preciso aprovação do Conselho Municipal de Saúde, do Plano Municipal de Saúde da Câmara de Vereadores. Portanto, o controle social estará presente. E os Secretários Municipais, assim como eu estou aqui a cada 4 meses prestando contas dos recursos da saúde, também têm que estar a cada 4 meses na Câmara Municipal, e os Secretários Estaduais, na Assembleia. Então, há um grande controle social na saúde. E essa simplificação de repasse é preciosa para os Municípios, pois empodera o poder mais próximo das pessoas, que é o Poder Municipal, e nos dá a segurança maior de que os recursos serão bem aplicados.

O Ministério da Saúde também faz repasses em parcela única para as obras. Convenia-se uma obra, manda o dinheiro na frente. Quando a licita, já se sabe que o dinheiro está na conta. A obra fica mais barata e tem prazo para ser entregue. Todos podem ser fiscais das obras do SUS. Qualquer um pode fotografar uma obra, mandar uma mensagem.

A fila única para cirurgias e exames está em andamento. Nós estamos repassando 250 milhões de reais para realização de mutirões. Metade desse valor já foi gasto no ano passado em mutirão de cirurgias. Nós queremos uma fila única porque é necessário que a população se inscreva em apenas uma fila. Senão, a pessoa vai à fila do hospital municipal, à do hospital estadual, à da Santa Casa, e, daí, pensamos que tem muita gente para ser operada, quando, na verdade, são os mesmos que estão tentando ver qual é a fila que anda mais rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Essa imagem é sobre as obras do Ministério: são 6.200 mil obras, que somam 1 bilhão e 600 mil reais. Já reduzimos essa demanda bastante, pois estávamos com 8.5 bilhões de reais em obras quando assumimos.

Esse mapa mostra que 1.138 Unidades Básicas de Saúde estão prontas, equipadas e paradas. Não funcionam por falta de capacidade de financiamento do gestor local. Também induzimos essa questão, porque as emendas impositivas dos Parlamentares só podiam financiar investimento e equipamento, então, os Prefeitos foram fazendo as obras, e agora não têm como utilizá-las.

Então, nós, a Confederação Nacional dos Municípios, o TCU e o Ministério da Saúde, vamos propor a alteração da lei que diz "*havendo mudança do objeto do convênio, tem que devolver o dinheiro integralmente*", para que se permita que, dentro da mesma área de atuação, aquele prédio possa ser utilizado para outra finalidade. Quem construiu uma UPA, mas não quiser que aquele espaço funcione como UPA, poderá utilizá-lo para centro de especialidade, para posto de saúde.

O mesmo pode ocorrer na área da educação, Deputado Alex Canziani. Se o Prefeito tiver uma supercreche, cujo custo não consegue suportar, ele poderá utilizá-la para outra finalidade. Assim ocorrerá em cada área de atuação do Governo Federal.

Flexibilizamos o custo das UPAS para que cada uma possa funcionar da forma que der, e mais 206 UPAs já estão em funcionamento.

A judicialização da saúde é uma questão grave para nós, porque não há orçamento de judicialização. A judicialização desloca recursos de outras áreas. Sete bilhões de reais por ano é o valor que Estados, Municípios e União recebem, via sentenças judiciais, para ser cumprido.

Temos um acordo com o Conselho Nacional de Justiça. Disponibilizamos para os magistrados os pareceres médicos dos medicamentos mais utilizados. Se o magistrado quiser consultar essa informação, ela estará no banco de dados do Conselho Nacional de Justiça com recursos do Ministério da Saúde.

A nossa fiscalização encontrou muitas irregularidades na distribuição de medicamentos judicializados. Vejam estes dados: para esse medicamento, que custa 1 milhão e meio de reais por ano, foram 414 liminares, mas só 362 pacientes foram localizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós fizemos um esforço para reduzir o preço dos medicamentos. Só com esse medicamento conseguimos 222 milhões de reais por ano de economia. No ano de 2016, ocuparam-se 600 milhões de reais do Orçamento para 400 pacientes. Portanto, é um desafio que nós temos que enfrentar em relação à integralidade, à universalidade que está na Constituição.

Esse é o sistema S-CODES, de gerenciamento da judicialização, feito pelo Estado de São Paulo. Estados, Municípios e União vão implantar esse sistema. E nós identificaremos, por meio dele, quando um mesmo cidadão demandar um medicamento contra o Estado, o Município, a União e o plano de saúde, porque, às vezes, a pessoa ganha mais de uma liminar e vende o medicamento no mercado paralelo.

Cento e oito pacientes, fiscalizados pelo DENASUS, desistiram da liminar. Por enquanto. A pessoa tem uma liminar para receber um medicamento que custa 1 milhão e meio de reais por ano e, quando a auditoria a visita para lhe pedir um laudo para comprovar a doença, a pessoa desiste da liminar. Essa é apenas uma evidência clara de que temos fraude no modelo que está estabelecido.

Essas são as medidas de gestão que estamos fazendo. Georreferenciamos todos os doentes de câncer que precisam de radioterapia e localizamos os novos equipamentos mais próximos das pessoas, para que elas viagem menos. Entregamos 13 aceleradores lineares e mais 25 serão entregues este ano. No final de 2019 serão, no total, de 136 aparelhos para dar cobertura necessária para cumprirmos a lei dos 60 dias, que diz que "*alguém diagnosticado com câncer tem que começar o tratamento em 60 dias*". Para isso, é preciso ter estrutura para fazer essa ação, e estamos estruturando os serviços de radioterapia.

Com a economia que fizemos, credenciamos 8.500 mil novos serviços ambulatoriais e hospitalares; passamos a ofertar 4.460 novos leitos hospitalares; as vacinas tiveram as faixas etárias ampliadas; e reforçamos o Programa Saúde na Escola, que é fundamental.

O Programa Saúde na Escola permite que a equipe de saúde vá à escola, cuide da saúde bucal, auditiva, visual, faça a regularização da caderneta vacinal e palestras para todos os tipos de prevenções que são necessárias à saúde.

Também pactuamos que, terminado o prazo de atendimento do público alvo das campanhas vacinais, como a da H1N1, todos possam ser vacinados, desde que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tenham indicação evidentemente. Isso para não perdermos, como perdíamos, as vacinas no posto de saúde, porque o funcionário só podia aplicá-la em determinado público, mas o público não comparecia, e a vacina ficava perdida.

Sobre as APAEs, destinamos recursos a mais para essas instituições. Dobramos o valor dos procedimentos de fisioterapia mais utilizados pelas APAEs e qualificamos o seu financiamento.

Em relação à saúde mental, também fizemos um grande debate sobre a Política de Saúde Mental. O assunto figurou, por 5 meses, na pauta da tripartite. Entrou e saiu até chegarmos a um excelente acordo. Ampliamos o financiamento e vamos priorizar as residências terapêuticas.

No programa Mais Médicos temos hoje 38% a mais de brasileiros. E brasileiros formados no exterior também estão tendo prioridade.

Quanto à biópsia do câncer de mama, nós dobramos o valor para estimular a detecção precoce do câncer de mama.

Estamos monitorando partos normais e cesarianas, para que possamos diminuir cada vez mais o número de cesarianas.

O Ministério também colocou um código de transferência para pacientes de hemodiálise que viajam, para que possam receber o tratamento em outra localidade.

São 29 modalidades agora de práticas integrativas que foram lançadas ontem, num congresso no Rio de Janeiro, e que foram muito bem debatidas. Nós entendemos que esse é o caminho. Nós estamos falando de promover a saúde, e não só de cuidar da doença. Então, as práticas integrativas caminham na direção preventiva, ou seja, de o poder público financiar essas atividades para que as pessoas não fiquem doentes, e não apenas que o Estado trabalhe na cura das pessoas que ficaram doentes. É claro que vamos curar as que ficaram doentes, mas nós temos que focar em trabalhar para que as pessoas não fiquem doentes.

Todos os hospitais filantrópicos também estão recebendo um auxílio de gestão. Quem quiser consultoria, pode pedir que é de graça. O Ministério a está patrocinando. Os hospitais filantrópicos fazem 53% dos atendimentos de saúde, portanto, se tiverem melhor gestão, vão produzir melhor resultado.

O CEBAS — Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que antes tinha uma fila de 2, 3 anos, hoje sai em 15 dias. Fizemos um mutirão e resolvemos essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os 2.000 Municípios que não possuem maternidade agora podem registrar cidadãos como naturais de do Município, pois a houve flexibilização da lei, e os pais escolhem onde registrar o filho.

Aumentamos o preço pago pela penicilina, para garantir a sua produção e, com isso, o fim da epidemia de sífilis.

O Presidente Temer comanda pessoalmente a campanha Sexta-Feira sem Mosquito. Houve uma queda de 83% do número de casos de dengue, de 33% do número de casos de *chikungunya* e de 92% do número de casos de zika.

Este eslaide mostra o Levantamento Rápido do Índice de Infestação por Aedes Aegypti — LIRAa e os Municípios com os quais nós pactuamos neste ano. Vejam que, quando nós recebemos mais informações, podemos fazer um melhor planejamento e que a nossa decisão de dar autonomia aos Municípios é acertada. Se todos os Municípios recebessem dinheiro para o combate ao *Aedes aegypti*, em alguns, não seria usado, em outros, ainda faltaria. Então, cada um cuida dos recursos da saúde como achar mais eficiente.

Nós vamos completar em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia a vacinação de febre amarela com doses fracionadas, alcançando 23 milhões de pessoas.

Promover saúde reduz o risco de doenças. O que eu sempre pergunto é: se ninguém ficasse doente por 30 dias seguidos seria bom ou ruim? *(Pausa.)* Seria bom, não é? Só que hospitais e laboratórios quebrariam. Não sobraria nada em pé, porque o nosso sistema está errado: ele financia a cura das pessoas, em vez de evitar que elas fiquem doentes. Nós temos que mudar o modelo. Faremos isso depois de informatizar tudo e saber exatamente quais são as necessidades do sistema.

O Brasil assumiu um compromisso para combater a obesidade, que é um grande problema aqui e na maioria dos países desenvolvidos.

Eu já falei sobre o Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde. Fabricamos no Brasil medicamentos de alto custo, que deixam de ser importados. Com isso, geramos emprego e desenvolvimento no País e alcançamos a redução de custos com a transferência de tecnologia.

Esse eslaide traz uma visão do futuro. O próximo passo é a regionalização da saúde. Haverá regiões de saúde, que não serão necessariamente divisas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Estados. Cada uma delas terá o conjunto total dos credenciamentos necessários. Depois de estabelecidas as regiões e alcançada a informatização, nós poderemos dispor dos serviços de forma orçamentada. Quanto menos for usado de um serviço disponível, mais recurso sobrará. Quanto mais investirmos houver em promoção e prevenção de saúde, menos gastaremos com atendimento às pessoas. Faremos o círculo virtuoso da saúde, que hoje não é o modelo que o SUS estabelece. Após a informatização, iniciaremos a discussão sobre a regionalização e teremos esse processo em andamento.

Como Ministro, eu viajei por 150 Municípios. Andei o máximo que pude em todos os Estados.

O art. 37 da Constituição fala em publicidade e eficiência. O gestor público tem que pautar sua atuação pela eficiência, que é mandamento constitucional do serviço público. A biometria é um caminho para a eficiência, assim como a publicidade das compras. Nós estamos fazendo de tudo para que o poder público possa cobrar eficiência, especialmente dos recursos humanos, que representam o grande ativo do SUS. São 4 milhões de colaboradores, de quem nós devemos cuidar, para que prestem à população o melhor serviço, com a melhor qualidade, com o melhor acolhimento.

Neste eslaide, está a equipe que nos ajuda na gestão do Ministério da Saúde.

Está aqui o meu WhatsApp. Se alguém quiser mandar alguma sugestão ou reivindicação, eu estou à disposição para recebê-la.

Obrigado, Sr. Presidente.

Estou à disposição para responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vencida essa etapa, mais uma vez, agradecemos a presença ao Ministro de Estado da Saúde, Dr. Ricardo Barros, que, com toda a sua equipe, presta contas a esta Comissão Mista de Orçamento. Permita-me, Sr. Ministro, registrar, com muito prazer, o relevo que a sua participação traz ao nosso encontro de hoje.

Registro a presença do nosso Relator-Geral do Orçamento, Deputado Cacá Leão, que nos honra sempre com a sua participação, e do Deputado Hiran Gonçalves, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero registrar também o comparecimento dos Parlamentares que nos honram hoje com a sua presença nesta audiência pública: Deputado Rubens Bueno, Deputado Misael Varella, Deputado Edio Lopes, Deputado Osmar Serraglio, nosso Ministro, Deputado Hildo Rocha, Deputado Marcon, Deputado Jorginho Mello, que por aqui passou, Deputado Bilac Pinto, Deputado Julio Lopes, Deputado Toninho Wandscheer, Deputada Carmen Zanotto, dileta amiga de Santa Catarina, Deputada Leandre, Deputado Jorge Solla, Deputado Pedro Fernandes, Deputado Alex Canziani, Deputado Renato Andrade e Deputado Darcísio Perondi, nosso Líder, que também vejo aqui.

Feitos esses registros, homenageio também todos os secretários e auxiliares do Ministro e todos os demais que participam desta audiência pública.

A lista de inscrição continua aberta. Já há alguns inscritos, e a primeira, em homenagem a Santa Catarina, é a brilhante Deputada Carmen Zanotto, a quem eu concedo a palavra.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Muito obrigada, nobre Senador catarinense Dário Berger. Saudando V.Exa., quero saudar todos os colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que estão na nossa Comissão Mista de Orçamento, em especial o nosso Relator-Geral, Deputado Cacá Leão, e o nosso Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, Deputado Hiran Gonçalves.

Por intermédio do Arionaldo, quero saudar todos os técnicos e secretários do Ministério da Saúde. E quero saudar especialmente o Ministro Ricardo Barros por mais uma vez estar na nossa Casa. É a terceira vez, se eu não estou equivocada, nos últimos dias. Já esteve conosco na Comissão de Seguridade; na semana passada esteve no Senado; e agora apresenta a esta Comissão o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas.

Eu não vou fazer muitos questionamentos, porque tive a oportunidade de fazê-los em nossa Comissão de Seguridade Social. Eu gostaria de destacar alguns pontos. Sempre falamos da importância de que haja mais recursos para a saúde e de que seja aprimorada a sua gestão. A economia de recursos causou um grande impacto, permitiu a habilitação de inúmeros serviços que estavam parados no Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso precisa ser registrado, Ministro. É impressionante o que vivemos nos Estados — não é, Senador Dário? —, em especial em Santa Catarina. Tivemos algumas habilitações publicadas em dezembro e agora concluímos as tarefas junto ao DERAC e aos setores competentes, que vão desde os serviços em casos de acidente vascular cerebral até a ampliação de leitos de UTI, alta complexidade em oncologia, alta complexidade em cardiologia. Isso vai reduzir, consequentemente, o tempo de espera da nossa população. Isso é importante, Ministro.

Eu sou a primeira autora da Lei dos 60 Dias. Naquele momento, nós pedíamos que fossem 30 dias. Eu apresentei o PL em 2011; a Deputada Flávia Morais, em 2012. E foi o nosso substitutivo que foi apresentado e relatado pelo nobre Deputado Darcísio Perondi no plenário, porque ele foi apensado a um do Senador Osmar Dias.

Em todos os eventos sobre o câncer que tenho acompanhado no País como Presidente da Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, vemos que a expectativa da população por redução do tempo de espera é gigantesca. E a política de ampliação do parque radioterápico vai fazer com que esse tempo de espera dos nossos pacientes seja reduzido.

Eu torno a fazer um pedido a V.Exa., já que sua equipe técnica está aqui conosco. Olhe em que fase já estamos: já estamos lutando para que aquele serviço que tem um acelerador linear possa ter dois, para que, quando um for para manutenção, os pacientes não fiquem 15 a 20 dias sem sessões de radioterapia.

Então, parabéns por habilitar os serviços no País afora! Foram mais de 4 bilhões de reais no ano passado, e isso com certeza impacta a prestação de serviços.

Faço também um registro com relação às UPAs. Os nossos prefeitos, os nossos secretários de saúde estão muito angustiados. O grupo técnico — V.Exa. nos deu mais esclarecimentos hoje — foi constituído para garantir que, em relação aos patrimônios públicos que não estão sendo utilizados como UPAs, os prefeitos não sejam penalizados, mas que esses patrimônios tenham um destino seguro, em especial para a saúde.

Agora, é preciso compreender que existem UPAs em cidades de pequeno porte que têm um hospital aberto 24 horas e que não conseguem garantir o custeio do hospital e da UPA aberta durante esse período com toda a equipe técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, a partir desse GT e da tomada de decisão legislativa, é fundamental assegurar que esse patrimônio possa permanecer, sem devolução dos recursos, em outras atividades da saúde.

Eu recebi a demanda de uma colega Deputada, que não pôde estar aqui, preocupada com a questão da indicação de valores para *van*. Tinha sido previsto o valor de 170 mil a 180 mil reais, para a liberação das *vans*. E agora, na hora da habilitação, está em torno de 250 mil reais a *van* com plataforma. Nós sabemos que as Prefeituras não têm como colocar sua contrapartida. Qual seria a luz, o caminho que V.Exa. nos apontaria? Preciso dar essa resposta. Fui demandada aqui agora.

Quero também reforçar o pedido das nossas ambulâncias do SAMU de Santa Catarina. Eu sei que o processo de redistribuição dessas viaturas já está sendo organizado pelo Ministério. Ontem, inclusive, houve uma reunião no nosso Estado, e a preocupação de quem presta esse serviço se deve ao estado crítico em que algumas unidades estão.

Por último, quero mais uma vez parabenizá-lo pela atuação à frente do Ministério. Essa é uma Pasta absolutamente difícil, mas nós não podemos negar os avanços do Sistema Único de Saúde. Eu acho que a intenção, o interesse e a vontade de todos nós é que, nesses 30 anos do SUS, ele se fortaleça ainda mais, porque quem ganha com isso é a população brasileira que precisa ser assistida por um sistema público de saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

É costume, nas audiências públicas, ouvirmos três Parlamentares — depois passaremos a palavra ao Ministro —, até para que possamos ganhar tempo. Todos nós temos outros compromissos.

Então, passo a palavra, de pronto, se houver concordância, à Deputada Leandre. *(Pausa.)*

V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA LEANDRE - Senador, boa tarde. Boa tarde a todos os Parlamentares. Ministro, eu gostaria que V.Exa., se pudesse, explicasse um pouco melhor sobre a questão de os Municípios solicitarem os castramóveis, se haverá um programa à parte ou se terá que ser, necessariamente, por emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero só fazer um acréscimo na sua apresentação, que acho que vale a pena — talvez V.Exa. tenha se esquecido de fazer menção. O Brasil hoje é o terceiro país do mundo que envelhece mais rapidamente. Em 2030, seremos a sexta maior população de idosos do planeta. Também acreditamos que, próximo a 2060, teremos mais de 30% da população brasileira com mais de 60 anos. V.Exa. fez um convênio com a Pastoral da Pessoa Idosa, que eu acredito que vá trazer um benefício muito grande para a população com mais de 60 anos, principalmente para aquelas pessoas que têm um alto nível de dependência e que, muitas vezes, recebem cuidados apenas da Pastoral. Antes de V.Exa. sair do Ministério, entendendo que V.Exa. tem, assim, uma visão a longo prazo e conseguiu, a exemplo de muitas propostas que nós havíamos solicitado a V.Exa., como o transporte sanitário, a questão das APAEs e agora essa questão dos castramóveis, antes de V.Exa. concluir a sua gestão, V.Exa. poderia deixar algo encaminhado nesse sentido, de que nós pudéssemos trabalhar também a questão do envelhecimento aqui no Brasil. Eu acredito que é uma pauta extremamente importante, porque hoje um idoso doente dá muito mais custo para a saúde do que um jovem doente, seguramente.

No mais, quero parabenizar V.Exa. principalmente pelo CEBAS. Eu acho que foi notória a desenvoltura que o departamento teve e também a resolutividade que ele trouxe.

Quero também agradecer todo o trabalho prestado ao nosso Estado. Acho que o nosso Estado deu soluções a muitos problemas que nós tínhamos há muito tempo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu é que agradeço.

Ofereço a palavra ao Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Presidente. Quero saudar o Ministro, os demais membros da Mesa desta Comissão e os participantes. Eu teria várias questões a apresentar, mas, como o tempo é sempre muito curto, Presidente, vou tentar priorizar alguns aspectos.

O primeiro, Ministro, é que tenho uma dúvida acerca de uma questão orçamentária. V.Exa. apresentou dados com orçamento de 119 bilhões de reais, correto? No entanto, houve, com a queda da receita corrente líquida, uma frustração de 30 bilhões de reais na receita, e, com isso, o mínimo obrigatório diminuiu. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

qual é, efetivamente, o orçamento que nós vamos ter, 119 bilhões de reais ou 112 bilhões de reais? Ou 117 bilhões de reais, que era a outra estimativa?

Uma coisa é o que está previsto no orçamento, outra coisa é o que a regra, infelizmente, da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, estabeleceu, limitando os gastos com o conjunto das políticas públicas e, obviamente, oprimindo o orçamento da saúde.

Outro aspecto que eu quero questionar, que eu acho que é importante, é que nós, com certeza, vivemos uma gigantesca ampliação, infelizmente, da ocorrência de casos e óbitos de febre amarela. V.Exa. chegou a dar uma declaração, em 23 de janeiro deste ano, de que não estava havendo um surto de febre amarela e de que havia vacina suficiente. No entanto, o Ministério optou pelo fracionamento da vacina, utilizando como argumento a recomendação da OMS.

Ministro, a recomendação da OMS para usar o fracionamento se aplica aos casos onde existe surto e onde falta vacina. É explícita a recomendação da OMS. Então, optou-se por isso. Eu queria confirmar com V.Exa. se houve surto. No meu entendimento, não há mais dúvida, apesar da sua declaração, em 23 de janeiro, de que o fracionamento foi utilizado obviamente não só por ter tido surto como também por ter faltado vacina em quantidade suficiente.

Não vou poder me ater a todas as questões complicadas em relação a medicamentos. Mas, Ministro, eu fico preocupado: V.Exa. dá uma ênfase tão grande à economia nessa área, e nós passamos por tantas dificuldades em relação a compras de medicamentos questionadas pela ANVISA, a problemas de fornecimento e desabastecimento.

Faltou ali a evolução do preço da ribavirina, que teve um aumento gigantesco — talvez até diminuísse esse balanço positivo.

Eu tenho uma preocupação, Ministro. Em janeiro agora, pude constatar a falta da L-asparaginase na maioria dos Estados. Um paciente jovem de Salvador precisava do medicamento. Eu pessoalmente me mobilizei na busca, contatando vários Estados. Conseguimos o medicamento a duras penas em um hospital que tinha uma reserva. Mas é preocupante a falta desse medicamento em todas as secretarias onde fizemos contato.

Nós já estamos fazendo, há algum tempo, o debate da alfaepoetina. Eu não posso deixar de me referir ao fato de que nenhum laboratório no Brasil, neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

momento, produz a matéria-prima. Então, o Ministério deixou de usar a matéria-prima produzida em Cuba, entregue pela própria FIOCRUZ, e optou por utilizar a matéria-prima de um laboratório privado, a Blau, que vem da China. A minha pergunta: a matéria-prima chinesa é melhor do que a cubana?

Outra coisa: não dá para comparar o preço da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo — PDP, onde está embutido todo o investimento na transferência de tecnologia, na construção da fábrica, diga-se de passagem, a maior fábrica de medicamento biológico da América Latina, com a mera entrega do medicamento puro.

Ministro, nós temos um parecer agora do Ministério Público Federal. O TCU já tinha feito isto, o Ministério não cumpriu. Agora nós conseguimos do Ministério Público Federal um parecer, na ação que nós ajuizamos, que determina que o Ministério compre da FIOCRUZ a alfaepoetina. Espero que, dessa vez, o Ministério utilize essa recomendação na prática.

Infelizmente o meu tempo não vai ser suficiente. Só quero registrar a minha preocupação com o desfinanciamento associado à desregulamentação. Tirar as prioridades do modelo do Saúde da Família, tirar as determinações de alocação de recursos para a atenção básica e para a vigilância à saúde — ou seja, desregulamentar — não vai dar mais segurança para que os recursos sejam mais bem aplicados. Eu discordo. Muito pelo contrário, diante da falta de recursos, da falta de alternativas, os prefeitos e secretários municipais de saúde vão ser constrangidos a tirar os recursos da atenção básica e da vigilância para garantir o atendimento da urgência e da emergência, que os pressionam, quando a vida está em jogo — o senhor sabe disso.

Foram 20 anos de luta para chegamos ao patamar da atenção básica e da vigilância de saúde que temos hoje. Insisto na nossa preocupação de que possamos retroagir na questão dos agentes comunitários de saúde. Nós vamos trabalhar, Ministro, para derrubar os vetos do Presidente à lei dos agentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Completadas as falas dos três oradores, Ministro, ofereço a palavra a V.Exa.

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Obrigado a todos pelas contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Deputada Carmen Zanotto questiona as UPAs. De fato, muitos Municípios não poderiam ganhar UPAs, já que não tinham a população necessária para justificar uma UPA, mas ganharam. Quero lembrar que, quando houve o lançamento das UPAs no Brasil, eram 500 UPAs para todo o País. Foram liberadas 1.400. Elas viraram moeda de troca. O que de fato existe é o seguinte: o Município tem o hospital filantrópico, a Santa Casa, o hospital municipal e a UPA. Se ele põe para funcionar a UPA, ele quebra a Santa Casa, porque ele tira o financiamento fundamental para que ela funcione.

O dilema dos prefeitos realmente é muito grande em relação a isso. Nós estamos avançando na linha de flexibilizar a utilização desses prédios, inclusive de unidades básicas e de outros prédios. Está bem, Deputada Conceição? Nossa ex-Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família. Está aqui o atual Presidente, o Deputado Hiran Gonçalves. Nós temos essa determinação de dar utilidade aos prédios, até porque muitos estão em construção. Muitos prédios estão 99% prontos e não ficam 100% porque, se ficarem 100%, têm prazo para funcionar. Então o prefeito não termina a obra para não ser pressionado pelos órgãos de controle. Nós vamos resolver isso com mudanças legislativas. É o único caminho.

V.Exa. falou das *vans*. As *vans* que nós distribuímos custam 190 mil reais cada uma. Nós alteramos para 250 mil reais, que é o preço que vai custar uma *van* adaptada com plataforma. Então, no nosso sistema, isso já está alterado para 250 mil reais.

Nós estamos com as ambulâncias do SAMU em fabricação. Entregamos 300 e temos já compradas mais 400. Além disso, fizemos uma ata de 1,5 mil para comprarmos mais 620 este ano, que é o suficiente para que toda a frota dure até 3 anos. Não vamos renovar ambulâncias com menos de 3 anos. Embora tenhamos os recursos, isso também não é adequado. Vamos colocar o rastreador em todas as ambulâncias para que os secretários municipais de saúde acompanhem todos os deslocamentos para evitarmos tráficos. Há muitas ambulâncias fazendo tráfico de cigarros, de drogas, de armamentos, e isso não é controlado. Aliás, há muitas ambulâncias *fakes*. A maioria é ambulância *fake*, que eles prendem especialmente com cigarros.

A Deputada Leandre fala do Castramóvel. Eu pedi, o ano passado, que fosse criada uma rubrica para o Castramóvel, está lá na Secretaria de Vigilância em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Saúde, com o Secretário Adeilson. Nós alocamos uns 24 milhões de reais e empenhamos 198 unidades do Castramóvel no ano passado. Este ano, há emendas parlamentares no valor de 17 milhões de reais para essa unidade. Não há um programa do Ministério; virá um crédito para o Congresso nos próximos dias, para que cumpramos o empenho daquelas ambulâncias, de *vans* e de tudo o que estava comprometido no ano passado e não foi empenhado por falta de tempo hábil.

O *Diário Oficial* do dia 30 de dezembro, um sábado, atrasou. Era para ter sido disponibilizado às 10 da manhã, mas só o foi às 5 horas da tarde. Então, não tivemos tempo de empenhar tudo no SIAFI. Haverá um crédito. Então sugiro que os Srs. Parlamentares coloquem recursos para o Castramóvel nesse crédito, porque os recursos que do orçamento hoje são apenas dos Parlamentares que apresentaram emendas.

A Deputada Leandre fala da Pastoral da Pessoa Idosa.

Quanto ao seu pedido, Deputada Leandre, nós liberamos 3 milhões de reais para a Pastoral da Pessoa Idosa. Para a Pastoral da Criança, liberamos mais de 1 milhão de reais. Estadiômetros e balanças compramos em grande quantidade para apoiar a Pastoral da Criança. Renovamos o convênio e, quanto ao recurso, haverá repasse de 60 milhões de reais por ano para a Pastoral da Criança. Não tenho dúvida de que é um caminho e uma necessidade ampliarmos a atenção aos idosos.

Uma experiência muito interessante que nós devemos estudar é a de creches que promovem a convivência entre idosos e crianças. É muito interessante isso. Existe creche para idoso, mas o que eu estou dizendo é que a experiência de convívio entre idosos e crianças no mesmo ambiente é muito produtiva, é muito interessante, porque os idosos geralmente não têm carinho, e isso as crianças têm de sobra.

Deputado Solla, o nosso orçamento é de 131 bilhões de reais. Anteriormente, era de 1 bilhão e 100 acima do mínimo constitucional. Com a efetivação da receita corrente líquida do ano passado, reduzirmos a previsão, hoje é de 6 bilhões de reais acima do mínimo constitucional. Nosso orçamento está aprovado, as ações estão em andamento. Se não houver recuperação da economia, nós, de qualquer forma, garantiremos os valores mínimos do orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu não *(falha na gravação)* de crescimento este ano é de 3%. Eu não tenho nenhuma dúvida de que nós avançaremos para a execução orçamentária do que foi aprovado, dos 131 bilhões de reais.

V.Exa. pergunta também sobre a febre amarela.

Há ciclo de febre amarela. Pode haver surto de febre amarela também. Nós estamos trabalhando com a política de bloqueio das populações das novas áreas em que o vírus está circulando e temos tido muito sucesso. A Organização Mundial de Saúde — OMS e a Organização Pan-Americana da Saúde — OPAS têm elogiado a forma como temos tratado essa questão. Para o ano, decidiremos sobre vacinação. Completaremos os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia com vacinação fracionada.

Recentemente, os CDC — Centers for Disease Control Prevention publicaram um estudo que aponta 98% de eficácia para a vacina fracionada. A FIOCRUZ publicará um estudo que garante a mesma eficácia na vacina fracionada e na integral. Mas nós faremos uma política nova para o ano para vacinar aquela população de 35 milhões de brasileiros que ainda não foram vacinados, já que estão em área em que nunca houve a circulação do vírus da febre amarela.

Essa será uma decisão conjunta entre as vigilâncias estaduais de saúde, o Ministério, a Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde — OPAS/OMS, porque as vigilâncias estaduais são, de fato, as responsáveis por essa decisão.

Nós comprávamos a Ribavirina da FIOCRUZ, que descontinuou a linha de produção. Tivemos que fazer uma compra no mercado. O preço da drágea pela FIOCRUZ estava em 18 centavos; o preço do mercado foi de 5 reais contra os 18 centavos da FIOCRUZ. Fizemos essa compra pelo fato de ter havido uma mudança de protocolo, que dispensou a Ribavirina. A FIOCRUZ tirou esse produto de linha e depois mudou de novo o protocolo. Nós reincluímos a Ribavirina. Atualmente, estamos comprando da FIOCRUZ a 18 centavos. A FIOCRUZ precisou de 120 dias para retomar a linha de produção a certificados, e já está nos fornecendo a 18 centavos.

Portanto, isso é um sinal claro de que eu estou na direção certa, de que as margens da indústria farmacêutica são realmente muito excessivas e de que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

podemos continuar apertando que vamos comprar muito mais baratos os medicamentos.

A L-Asparaginase é um produto pago no procedimento do tratamento de câncer. Nós pagamos por esses produtos na realização do procedimento e não pelo produto. Nós passamos a comprar a L-Asparaginase de forma centralizada, porque a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica — SOBOPE alegou que os hospitais tinham dificuldade em adquirir o medicamento, já que vários laboratórios descontinuavam a produção.

O laboratório Medac, que tinha os Laboratórios Bagó do Brasil como representantes, cancelou o registro que havia no Brasil, e nós abrimos compra internacional, compramos um produto chinês de muito boa qualidade. Aliás, causou menos efeitos adversos do que o produto comprado anteriormente, que era um produto japonês, embalado na Alemanha. Fizemos nova licitação e ganhou outro fornecedor chinês diferente daquele. Nós estamos falando da diferença de 25 para 170. A própria FIOCRUZ fez os exames de qualidade e atestou a eficácia do produto chinês.

De qualquer forma, nós não temos obrigação de comprar a L-Asparaginase. Esse produto está pago no procedimento do tratamento de câncer. Nós temos feito as compras para os hospitais públicos porque isso para nós é mais eficiente. Mas os hospitais privados filantrópicos têm liberdade de comprar o produto que quiserem e pagar o preço que quiserem, não são obrigados a usar o produto que nós compramos.

Quanto à Alfaepoetina, nós continuamos com esse medicamento. Eu estive em Cuba e visitei a fábrica BioCubaFarma, que é muito boa, aliás, excelente empresa. Estou impressionado. Ela deve representar umas dez vezes a FIOCRUZ. Os cubanos são muito qualificados, muito competentes. Eles fizeram uma oferta reduzindo o preço que estavam praticando aqui para o preço desse último pregão, em que ganhou a Blau, uma empresa nacional, que fabrica o produto aqui. Aí ele abaixou o preço, ficando um pouquinho menor do que o da Blau. Agora, a Blau abaixou também e o preço ficou um pouquinho menor do que o deles. Estamos no caminho certo, pois o preço está abaixando, e é isso que nos interessa. Estamos falando do mesmo produto, não estamos discutindo a qualidade do produto. Estamos falando de comprar mais barato o mesmo produto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nesse sentido, eu vou continuar resistindo às interferências do Judiciário na aquisição de medicamentos, quando determina o que o fornecedor deve fazer e o preço que deve ser feito.

Nós temos uma liminar agora para comprar hemoderivados da HEMOBRAS. O juiz alega que a HEMOBRAS está em dificuldade, e, por isso, nós temos que comprar dela. Enquanto eu tenho uma UI ofertada, com protocolo no Ministério, a 74 centavos, eu estou pagando 1 real e 11 centavos para a HEMOBRAS. Tenho que pagar isso só porque é a HEMOBRAS? Só porque é uma fábrica na qual investimos 1 bilhão de reais e não produz nada? Só porque ela não tem um prédio terminado e tem 250 funcionários que todos os dias vão lá para não produzir nada? Isso não é possível! A ideologia tem que ser eliminada desse processo. Não dá para judicializar ideologia. Preço é preço; produto é produto. Vamos comprar o melhor produto pelo menor preço.

Como recebi decisão judicial, mandei fazer a compra, mas também mandei de imediato abrir procedimento para recuperar os 146 milhões de reais que pagaremos a mais nesse produto de quem determinou que a compra fosse feita dessa forma.

Finalmente, quero falar da descentralização que o senhor critica com o empoderamento dos Municípios, do Conselho Municipal de Saúde, do Plano Municipal de Saúde, da Câmara de Vereadores e da Câmara Municipal. Eu fui Prefeito, Deputado Jorge Solla, e posso assegurar ao senhor que não estamos correndo risco nenhum. Pelo contrário, tenho absoluta certeza de que os recursos da saúde serão mais bem utilizados por quem está lá na ponta fazendo a aplicação deles. Esse modelo que estabelecemos, considerando que tudo é igual no Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, evidentemente é um grande equívoco.

Quanto à questão da lei dos agentes comunitários, nós fizemos uma nova Política Nacional de Atenção Básica — PNAB, como eu já disse aqui na explanação inicial. Os agentes comunitários farão todo o atendimento em cada residência. Eles serão formados em técnicos de enfermagem e melhorarão muito a resolutividade nas visitas domiciliares. É isto que nós queremos: 80% dos problemas da saúde têm que ser resolvidos na visita domiciliar e na atenção básica.

São essas as respostas aos questionamentos que foram feitos até então.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Vamos, então, a uma nova sequência de debatedores.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes. Em seguida, falarão os Deputados Alex Canziani e Edio Lopes. Depois teremos mais uma rodada.

Tem a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a Mesa e, em particular, o Ministro Ricardo Barros. Eu o conheço há 20 anos, e há 20 anos nesta Comissão. Quando eu o vejo, eu me lembro muito da Resolução nº 01, feita pelo Deputado Ricardo Barros. *(Riso.)*

Deputado, a questão da saúde, da educação e várias outras questões brasileiras são muito complexas. São absurdamente grandes os problemas existentes na saúde. Nós vemos às vezes uma potencialidade muito grande na informação ruim da prestação do serviço, mas nós vemos também a complexidade.

E aqui eu quero dar um testemunho sobre o trabalho do Deputado Ricardo Barros à frente do Ministério da Saúde na questão da gestão: não se leva uma saúde de qualidade neste Brasil, principalmente, descentralizando, se não investirmos na gestão. Foi o que fez o Deputado Ricardo Barros.

É claro que o Ministério da Saúde, ao longo do tempo, criou a sua própria *expertise*, em razão das suas especialidades. Mas o Deputado Ricardo Barros fez bem ao Ministério da Saúde. Isso é uma verdade.

E nós precisamos também — e aí eu quero aplaudir a proposta — levar a gestão aos Estados e Municípios. Só com gestão poderemos fazer mais com menos e fazer mais com menos também com qualidade.

V. Exa. nos deu um dado que já sabíamos: 600 milhões para 400 pacientes. Nós vivemos num País com mais de 200 milhões de pacientes que precisam da atenção à saúde. Então, precisamos de gestão.

Eu quero aqui só dar este meu testemunho, Deputado Ricardo Barros: V.Exa. realmente fez bem ao Ministério da Saúde. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está indo rápido.

Bem, só para esclarecer: o Ministro tem agenda, tem compromisso, pois concederá uma entrevista ao vivo. Então, se os Parlamentares concordarem, poderíamos reduzir para 3 minutos a interpelação de cada Deputado. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se todos estiverem de acordo, faremos todas as inscrições, encerrando-as, e o Ministro responderia aos questionamentos feitos por todos os inscritos, por enquanto.

Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero saudar o Presidente e o Relator-Geral, Deputado Cacá Leão, pelo trabalho que fizeram durante o ano passado. Eu não fiz parte da Comissão, farei parte dela agora nessa nova composição, mas acompanhamos os trabalhos. Portanto, parabenizamos V.Exas. pelo belo trabalho que fizeram à frente desta Comissão.

Quero saudar aqui o Ministro Ricardo Barros, nosso conterrâneo do Paraná. Parabéns, Ministro, pelo trabalho que fez à frente do Ministério da Saúde!

Na pessoa do Ariovaldo, cito e cumprimento toda a equipe do Ministério da Saúde.

Ministro, realmente, o trabalho que V.Exa. fez no Ministério da Saúde é elogiável, não só pelos Parlamentares — e acho que essa é uma opinião praticamente unânime na Câmara e no Congresso como um todo —, mas também pelos Secretários Municipais, pelos Secretários Estaduais, pelas entidades e por todos aqueles que acompanharam o grande trabalho que V.Exa. fez naquela Pasta.

V.Exa. atendia Deputados e entidades às 8h, às 9h, às 11h, à meia-noite. Enfim, V.Exa. estava sempre atento e à disposição para atender aqueles que o procuravam. Mais do que isso: V.Exa. viabilizou vários projetos importantes.

Quantos recursos estavam lá represados no Ministério, e V.Exa. resolveu! Quantas melhorias foram feitas em vários Estados, não só no Paraná, mas no Brasil inteiro! E V.Exa. fez, realmente, junto com sua equipe, um trabalho elogiável, sem dúvida alguma. Eu o cumprimento por isso.

Foram aplicados mais de 5 bilhões; houve informatização na área da saúde. E, ainda, quanto à questão dos recursos, havia aquela quantidade imensa de contas que os Municípios precisavam fazer para utilizar o dinheiro. Hoje ou é custeio ou é investimento. Acabou aquela conversa toda. Então, V.Exa. está de parabéns!

E há uma questão, Ministro, sobre a qual já falamos reiteradas vezes — e V.Exa. também falou sobre ela agora. Refiro-me às UPAs que foram construídas e que não podem ser utilizadas. Não há por que se colocar em funcionamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

algumas UPAs. E eu cito um caso específico de Santo Antônio da Platina, onde há uma UPA pronta. O Prefeito, até por haver outra instituição na cidade — e não há por que colocar aquela UPA em funcionamento —, quer destinar a UPA sabe para o que, Sr. Ministro? Sei que V.Exa. sabe, mas falo aos outros companheiros: o Prefeito quer destiná-la ao Hospital do Câncer, que quer fazer na região um espaço para atender aquela comunidade.

Então, Ministro, quero deixar a seguinte sugestão a V.Exa.: tão logo V.Exa. volte, apresente esse projeto, o qual será denominado "Lei Ricardo Barros", para que possamos resolver tantos problemas que temos — e não só na saúde, mas também na educação — com tantas obras neste País que estão prontas e não são utilizadas.

Parabéns a V.Exa.! Parabéns à Comissão de Orçamento!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Edio Lopes, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, alegra-me saber, Ministro, que V.Exa. já foi Prefeito. E hoje um dos grandes problemas dos pequenos Municípios é justamente em relação ao teto constitucional e à folha de pagamentos. Os MPs foram pressionando os Prefeitos de tal maneira que eles foram fazendo concursos públicos. E agora a maioria das pequenas Prefeituras está sem saber o que fazer, porque só a folha de concursados já ultrapassa os 54%.

Nessa direção, Sr. Ministro, seria muito importante para os pequenos Municípios que o Ministério — e aí eu creio que V.Exa., de forma unilateral, poderia fazê-lo — os autorizasse a deduzir os encargos com a folha de pagamento dos recursos repassados pelo Governo Federal para programas destinados a pagamentos de profissionais em programas de saúde. Hoje isso não é possível, mas aliviaria, de imediato, algo ao redor de 22% a 24% dessa questão.

Outra questão, Sr. Ministro — e já a discutimos no passado, mas volta de novo a ser uma decisão que precisa ser tomada —, é alargar o leque das ações que poderiam ser custeadas com as emendas obrigatórias. Refiro-me, especialmente, aos Estados com menor número de Municípios e cito o exemplo de Roraima, que tem apenas 15 Municípios: se Roraima cumprir todo o teto do Componente Piso da Atenção Básica — PAB nos 14 Municípios do interior, apenas dois Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

supririam tudo. Quer dizer, ficamos numa situação difícil na destinação das emendas.

Por último, é crença, pelo menos no meu Estado, que os agentes comunitários de saúde não podem ser demitidos. A crença é que há uma decisão que fora tomada no âmbito do Ministério através de algum acerto com o Ministério Público. Pelo menos no meu Estado não há nenhum Prefeito que ouse mexer com agente comunitário de saúde. E aí o senhor já deve imaginar como é essa prestação de serviços.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradecemos ao Deputado Edio Lopes.

Vamos ouvir agora o Deputado Cacá Leão.

O SR. DEPUTADO CACÁ LEÃO - Sr. Presidente Dário Berger; querido Ministro Ricardo Barros; Presidente da Comissão de Saúde, nobre colega progressista Deputado Hiran Gonçalves, boa tarde.

Serei muito breve nas minhas palavras. Na verdade, quero apenas elogiar e agradecer ao Ministro Ricardo Barros pela atenção que teve, ao longo da sua passagem de cerca de 600 dias pelo Ministério da Saúde, não só com esta Comissão, mas com esta Casa. Acho que é a primeira vez na história que um Ministro cumpre com o seu dever constitucional de vir a todas as prestações de contas quadrimestrais, sempre disposto.

Dentro de muito pouco tempo, nós vamos ter a oportunidade de ter V.Exa. de volta ao gozo da convivência diária conosco nesta Casa.

Por fim, quero agradecer a atenção dada ao meu Estado, a Bahia, com relação à questão da regionalização da saúde e o carinho com que atende a todos os Parlamentares pelos quatro cantos do Brasil. Hoje mesmo tenho audiência com V.Exa. quase às 22 horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agora iremos ouvir o Deputado Hiran Gonçalves, que é o Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO HIRAN GONÇALVES - Presidente Dário Berger, Deputado Cacá Leão, Arionaldo, meu querido amigo Ministro Ricardo Barros, Sras. e Srs. Deputados, secretários nacionais presentes, boa tarde.

Eu quero fazer o registro da presença do meu amigo Roberto da Cerr, que é Vice-Prefeito da nossa querida cidade de Bonfim, que fica na fronteira com a Guiana. Seja bem-vindo, em nome de todos os Parlamentares presentes!

Ministro, eu quero ressaltar e reforçar o que já foi falado, particularizando o nosso Estado de Roraima, que tem dois representantes nesta reunião, eu e o Deputado Edio Lopes. Eu quero agradecer, em nome do povo de Roraima, a sua dedicação e a sua atenção com a questão imigratória que vivemos já há quase 2 anos.

Vou fazer um relato. Como Presidente da Comissão de Seguridade, dei ciência a S.Exa. do que acontecia no nosso Estado, e, ao final de 2016, o Ministro Ricardo começou a ir a Roraima. Ele se preocupou com a situação e se inteirou de tudo o que acontecia em relação a essa imigração, que é fruto de um governo tirano que vive a Venezuela. Nesses quase 2 anos de gestão frente ao Ministério da Saúde, o Ministro esteve lá por seis vezes, e nos atendeu nos pleitos para aumentar os nossos recursos para a saúde de média e alta complexidade, dando muita atenção a todos os Municípios.

Eu acho que V.Exa. teve a oportunidade de conviver com todos os secretários municipais de saúde da capital e do interior e de ver a gratidão por seu reconhecimento da importância do trabalho que eles fazem na assistência básica, de forma que só me resta parabenizá-lo pela sua gestão, galgada na eficiência e na economicidade, o que nos orgulha muito como progressistas.

Também quero fazer um convite a todas as Sras. e os Srs. Deputados. Por solicitação do Ministro Ricardo, nós vamos fazer uma reunião temática no próximo dia 21 de março, quando estará presente na Câmara dos Deputados o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde — OMS, o Dr. Tedros Adhanom, que realizará uma discussão sobre a OMS, com a participação da Comissão de Seguridade, da Comissão de Relações Exteriores, da Frente Parlamentar da Saúde. Esse convite é extensivo a todas as Sras. e os Srs. Deputados.

Quero também enfatizar e enaltecer o trabalho dos secretários nacionais que hoje estão aqui presentes. Agradeço a atenção com que fomos tratados pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Adeilson; pelo Francisco; pela Dra. Gerlane; pelo Abdalla; pelo Toccolini, da saúde indígena, que não está aqui presente; e também pelo Secretário-Executivo Nardi, que também não se encontra presente, mas foi um grande parceiro da sua gestão.

Ministro, parabéns! Espero que V.Exa. tenha o reconhecimento do Governo brasileiro e que, na nossa próxima Legislatura, V.Exa. consiga nos brindar com a sua gestão eficiente.

Um grande abraço! Tudo de bom!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ministro Ricardo Barros, eu gostaria de cumprimentá-lo e parabenizá-lo por sua presença sempre importante aqui no Congresso Nacional, onde V.Exa. tem raízes. Não só nesta Comissão mas também em outras, quando é solicitado, V.Exa. vem sempre com presteza para debater sobre as questões da saúde.

Sr. Ministro, em determinado momento desta Legislatura, apresentamos a PEC 1/15, que, de maneira muito competente, foi relatada pela Deputada Carmen Zanotto, que está aqui conosco, num momento em que a saúde do País atravessa situação bastante difícil. Eu tenho a impressão de que V.Exa. votou favoravelmente a essa PEC.

Nós aprovamos essa emenda por quase unanimidade de todos os partidos do Congresso Nacional, estabelecendo a aplicação de recursos anuais da União em ações de serviço público de saúde de forma escalonada. Os percentuais da receita corrente líquida para o financiamento da saúde saem de 14,8%, e sobem para 15,5%, 16,2%, 16,9%, 17,6%, 18,3% e 19,4%.

Sr. Ministro, eu fui o autor dessa PEC 1/15, que, como disse, foi muito bem relatada pela Deputada Carmen Zanotto. Foi importante o debate que realizamos nesta Casa sobre o financiamento da saúde, quando V.Exa., de maneira muito competente, falou sobre as dificuldades. Tendo em vista a aprovação do teto de gastos, isso ficou para um debate posterior, mas é um debate que não pode sair de pauta.

V.Exa. tem feito um esforço extraordinário para viabilizar recursos para o financiamento da saúde quando promove chamamentos, mais do que isso, promove licitações para diminuir os gastos com o Ministério da Saúde, tendo em vista o teto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

existente para os gastos nessa área. Queria saber a opinião de V.Exa., tendo em vista que a economia brasileira começa a dar sinais de recuperação e que, portanto, nós teremos aumento de recursos também na arrecadação do País. E como V.Exa. vê, Sr. Ministro, com o aumento da arrecadação, a possibilidade de agasalhar uma proposta como essa, para votarmos em segundo turno o aumento escalonado ano a ano, durante sete anos seguidos, um aumento do financiamento da saúde, saindo de 14,8 para 19,4? Esta é a única pergunta, Sr. Senador, que eu gostaria de fazer ao Sr. Ministro.

E agradeço a presteza ao Ministro, bem como a sua presença, sempre que chamado aqui no Congresso Nacional. Eu digo o seguinte, quando uma Pasta está sob fogo cruzado, em crise, reuniões como esta vivem crises também, e não é o caso neste momento. Isso mostra bem a competência de V.Exa. na passagem pela Pasta da Saúde de nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Para encerrar os oradores inscritos, concedo a palavra ao Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, saúdo todos os Deputados e o Ministro da Saúde Ricardo Barros.

Serei bem rápido, Sr. Ministro. Eu gostaria que V.Exa. dissesse como está o Programa Mais Médico, ele foi cortado ou está mantido? E como está a questão do remédio judicializado?

No Rio Grande do Sul, um cidadão me procurou, no final de janeiro, e disse: "*Olha, o Ministério cortou o meu remédio*". Cortar o remédio de um cidadão que precisa, mas não tem condição de comprá-lo, porque o preço é alto, é botar em risco a vida desse cidadão.

A outra pergunta refere-se às UBS — Unidades Básicas de Saúde recebidas pelo Município em 2014. Em 2016 houve troca de Prefeito, o que causou a licitação deserta. Haverá ou não reajuste de valor sobre essa Unidade Básica de Saúde que está sendo construída em Municípios pequenos? Inclusive, alguns Prefeitos nem iniciaram a obra de seus Municípios.

A outra questão refere-se ao tratamento de câncer. Há uma lei, cuja autoria é da Deputada Carmen Zanotto e o Deputado Darcísio Perondi foi Relator, que foi aprovada, mas os hospitais não a cumprem. Essa lei determina que em 60 dias tem que ser iniciado o tratamento de câncer. Nós temos que ver melhor essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há também a questão das ambulâncias. Mesmo sendo da oposição, fui um Deputado que fez propaganda do Ministério para que os Municípios cadastrassem as demandas das ambulâncias. Mas o que saiu no *Diário Oficial* da União no final do ano... Parece-me que os critérios que eram do Ministério da Saúde, quando o Município quis se inscrever, não é a realidade que saiu no *Diário Oficial* da União. Por que Municípios com 2 mil ou 3 mil habitantes ganharam 2 ou 3 ambulâncias e Municípios com 60 mil, 70 mil ou 100 mil habitantes não receberam nenhuma? O que houve no caminho para que os critérios iniciais para a distribuição das ambulâncias não tenham prevalecido?

Então, eu queria fazer essas perguntas práticas, mas também elogiar, sim, as atitudes positivas que o Ministério teve. Nós reconhecemos isso, porém, temos que avançar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. está com a palavra, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Agradeço aos Srs. Parlamentares as contribuições.

Quero saudar a Hilda e os agentes comunitários de saúde, a quem nós estamos propiciando cursos de formação técnica em enfermagem.

O Deputado Pedro Chaves falou sobre a gestão. Agradeço a ele as citações.

Deputado Alex Canziani, afirmo que vamos resolver a questão da destinação dos prédios. De fato, precisamos avançar nessa direção.

Deputado Edio Lopes, eu fui Prefeito de Maringá, cidade onde nasci. Por isso é que temos certa direção para tudo. Prefeito cuida de todas as questões.

Quero dizer, no entanto, que quanto ao assunto do teto da folha, eu não tenho concordância com V.Exa. Penso que a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando determinou o limite para o gasto com pessoal, o fez porque não adianta o médico sem o remédio, o pedreiro sem o tijolo e o motorista sem o combustível. É preciso pagar o servidor, mas também é preciso que o serviço dele produza resultado para a população. Então, deve haver um tanto de recursos para também dar insumos a este servidor, que é remunerado pelo contribuinte brasileiro.

A questão de ampliar as ações que poderiam ser custeadas por emenda impositiva eu acho que está correta. De fato, temos hoje um volume muito grande de emendas. Quando fui Relator do Orçamento, implementamos emendas de custeio, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a situação melhorou muito. Mas existe realmente o Piso de Atenção Básica — PAB e o teto de Média e Alta Complexidade — MAC, e para isso, Deputado Edio, nós temos que eventualmente rever as regras. O fato é que cada vez mais Parlamentares colocam dinheiro no custeio e não no investimento.

O Deputado Pedro Fernandes já falava da questão da gestão, e a sua fala, Deputado, foi praticamente toda no sentido de que a gestão tem que ser também colocada para os Estados e Municípios, que praticam a saúde lá na ponta. Nessa lógica, incluímos na nova Política Nacional de Atenção Básica — PNAB o gerente das Unidades Básicas de Saúde. Normalmente a enfermeira se transformava em gerente, e aí a unidade ficava sem enfermeira, porque ela, ao se dedicar à atividade de gestão, deixava de fazer a sua atividade enfermagem. Então, temos procurado corrigir essas questões que afetam o nosso dia a dia.

Sobre a questão de os agentes comunitário de saúde, os ACS, poderem ou não ser demitidos, isso depende do regime em que cada Município os contratou. Há vários regimes em todo o Brasil. Cada cidade teve uma forma de contratação. Aí é preciso entender o assunto analisando caso a caso e descobrir qual seria o problema efetivo com relação a isso. Não há norma no Ministério que trate dessa questão, porque esse trabalho não é função nossa.

O Deputado Cacá falou também do nosso trabalho no Ministério. Lembro aqui que a Bahiafarma é hoje uma grande parceira do Ministério no fornecimento de produtos que nos interessam no sistema, especialmente de testes rápidos, assim como vários outros laboratórios.

Deputado Hiran, eu fui seis vezes a Roraima e duas vezes a Pacaraima, onde há migração de venezuelanos. Com isso, nós esperamos ter atendido um pouco da necessidade, mas o volume de migração aumentou muito e nós estamos agora cooperando com o Grupo Interministerial que o Presidente da República criou para tratar dessa questão.

O Presidente da Organização Mundial da Saúde estará aqui conosco semana que vem, e está aberto para o debate com todos. Também a Presidente da Organização Pan-Americana da Saúde está conosco hoje participando de reuniões com todos os representantes de todos os países que compõem a Organização, para uma semana de trabalho aqui. Inclusive, participou conosco ontem do Congresso de Práticas Integrativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Macris fala da Emenda nº 1. Deputado Macris, eu vou reafirmar o meu discurso e a minha prática: enquanto não tivermos absoluta certeza de que o recurso da saúde está sendo bem aplicado, não é justo pedir mais recursos ao contribuinte. Eu estou convencido disso. Acho que podemos economizar muitos bilhões de reais com a regionalização da saúde, especialmente com a disposição dos serviços orçamentados, evitando pagar por procedimento, que provoca uma série de demandas desnecessárias. Nós podemos fazer muito para a saúde com os recursos existentes.

Quanto à questão do financiamento da saúde, à época do Presidente Itamar Franco, o SUS foi criado para obter 30% dos recursos da Seguridade Social. Naquele momento, o Presidente Itamar Franco tirou 10% e mandou para o financiamento da aposentadoria do trabalhador rural. Desde então, nós temos o que se chama de subfinanciamento da saúde, que nós estamos todos gerenciando ao longo desse tempo.

O Deputado Marcon falou do Programa Mais Médicos. Nós o renovamos. Inclusive, hoje, assinei junto à Organização Pan-Americana da Saúde a renovação de um contrato guarda-chuva. Nós renovamos há 2 anos o contrato da quantidade de contratados. São 11 mil médicos cubanos. Reduziremos para 7, em 3 anos — já estamos quase nesse número. E estão mantidos 18 mil bolsistas totais no sistema. O Programa tem grande aprovação da população e dos gestores.

Quanto à questão das UBS, não há aditivos nos convênios. O Tribunal de Contas não permite que se façam aditivos financeiros a convênios em andamento.

Com relação à Lei dos 60 dias, eu já mostrei aqui que estamos implantando 136 aceleradores lineares, justamente para que haja estrutura para cumprir essa lei.

Quanto à questão das ambulâncias, também fizemos ampla distribuição desses recursos para os Municípios e cada um comprará as ambulâncias conforme a sua necessidade, cada um com seu tipo. Evidentemente, nem todos os Municípios foram contemplados. Muitos não conseguiram abrir o sistema, pois tiveram problemas técnicos na hora de implantar suas propostas, mas virá um crédito para o Congresso para empenhar, entre ambulâncias, vans e gabinetes odontológicos, mais 3.500 itens que foram comprometidos, cadastrados e não empenhados no ano passado e que serão empenhados este ano, após aprovação, para cumprir a política que foi estabelecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu quero saudar de novo os agentes comunitários, os quais nós temos buscado valorizar e com eles dialogar da melhor maneira possível.

Quero pedir licença aos senhores, porque eu tenho uma entrevista ao vivo e preciso me deslocar. Se a entrevista não fosse ao vivo, seria mais fácil. Mas eu realmente preciso sair para esse compromisso que eu já havia adiantado a todos acerca da minha presença.

Deputado Mandetta, se V.Exa. quiser falar, por 1 minuto... Mas eu realmente estou muito apressado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Mandetta, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Ministro, apenas para perguntar o seguinte. O veto ao projeto de lei deles não tem nada a ver com o impacto financeiro — não é sobre a PEC; é sobre a regulamentação da profissão — e o texto foi acordado no Senado, nós não o alteramos, e houve 16 vetos. E como os vetos devem demorar a ser apreciados, V.Exa., se eventualmente deixar o Ministério e retornar a esta Casa, poderia ser o nosso grande mediador para restabelecermos o equilíbrio do texto?

É um pedido que faço, pelo respeito e admiração que tenho por a V.Exa. no Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Hildo Rocha tem a palavra.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Quero agradecer ao Senador Dário Berger e cumprimentar e parabenizar o Ministro Ricardo Barros pelo excelente trabalho que fez à frente dessa Pasta.

O Maranhão, por exemplo, foi muito beneficiado e eu queria agradecer pelo que foi feito. A nossa Casa de Parque de Buriticupu finalmente passou a receber custeio. O Prefeito bancou um ano, mas V.Exa. conseguiu resolver o problema. Todos os problemas que nós levamos e eram da sua alçada, V.Exa. resolveu.

Mas eu queria fazer uma sugestão: que aqueles Municípios que estão produzindo, como é o caso de Buriticupu, 210% do teto da Média e Alta Complexidade — MAC passem a receber dentro do orçamento destinado ao Maranhão. Nós temos 1 bilhão destinado para a MAC. Mas há Municípios que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atingem 60%. Aqueles Municípios que, passados 2 anos, não atingirem os 60%, que sejam retirados, porque acaba que ficam só no plano orçamentário.

Então, nós queríamos melhorar isso até para acelerar e deixar mais justa a distribuição dos recursos para o nosso País.

Parabéns a V.Exa.! E parabéns ao nosso Presidente Senador Dário Berger!

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu agradeço a V.Exa., Deputado. E quero agradecer a presença a todos os Parlamentares, a todos aqueles que usaram da palavra e a todos os interessados nesta audiência pública.

Quero cumprimentar, de maneira especial e representando todos os Parlamentares, o Deputado Hiran Gonçalves, que é o Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família desta Câmara dos Deputados.

E em nome do Deputado Cacá Leão, que é o Relator-Geral do Orçamento, eu quero cumprimentar todas as Deputadas e todos os Deputados.

De maneira bastante cordial quero agradecer, sobretudo, o Ministro de Estado da Saúde Ricardo Barros, pelo comparecimento, mais uma vez, e cumprimentá-lo pela exposição.

Só quero acrescentar, Sr. Ministro, que eu também fui Prefeito durante muitos anos, agora sou Senador, e já participei de muitas audiências públicas. A audiência pública de que V.Exa. participa sempre foi a mais concorrida, a mais prestigiada e, sobretudo, a mais elogiada. Portanto, dispensa comentário de minha parte. Gostaria de cumprimentar V.Exa., mais uma vez, e desejar-lhe sucesso nas futuras empreitadas que tiver pela frente.

Concedo a palavra a V.Exa., Sr. Ministro, para as despedidas.

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Deputado Mandetta, nós fizemos um diálogo muito franco com os agentes comunitários. A Ilda sabe, nem sempre falamos o que vocês querem ouvir, mas fazemos o que tem que ser feito. E vocês têm contribuído muito para que possamos avançar nesse debate.

A Senadora Marta Suplicy fez um bom trabalho no relatório do projeto que ela relatou, e aqui na Câmara também. O importante para nós é podermos contar com a boa vontade, com a colaboração, com o empenho, mas, principalmente, com o comprometimento dessa valorosa categoria dos agentes comunitários para cuidar da saúde da nossa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu estarei no Ministério. Se vocês quiserem ir ao auditório do Ministério, eu estarei lá por uma hora e poderemos fazer um diálogo. Ou na oportunidade que vocês quiserem, eu estarei presente para contribuir para o debate e buscar a melhor solução para essa questão, olhando sempre para o usuário em primeiro lugar, porque é bom para aquele cidadão que está em casa esperando a visita de vocês.

Obrigado, Senador Dário Berger, pela oportunidade.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Muito obrigado, Sr. Ministro, pela gentileza. Em uma hora estaremos no Ministério.

O SR. MINISTRO RICARDO BARROS - Obrigado pela oportunidade, Mandetta. Vou estar à disposição.

Se os Parlamentares desejarem acompanhar os agentes comunitários no plenário, faremos realmente um debate. Eu peço desculpas, mas eu preciso caminhar.

Obrigado a todos pelo pronunciamento da visita.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Está encerrada a nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018.

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Bilac Pinto, Bohn Gass, Cacá Leão, Carlos Henrique Gaguim, Domingos Sávio, Hugo Leal, Julio Lopes, Laura Carneiro, Nilton Capixaba, Professor Victório Galli, Professora Dorinha Seabra Rezende, Rosangela Gomes, Rubens Bueno e Zé Carlos; **- Senadores titulares:** Dário Berger e Pedro Chaves; e - **Deputados suplentes**: Beto Rosado, Carmen Zanotto, Danilo Forte, Hildo Rocha, Jorge Solla, Pedro Fernandes, Renato Andrade e Veneziano Vital do Rêgo. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados: Evair Vieira de Melo, Junior Marreca e Zenaide Maia. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Célio Silveira, Edio Lopes, Elmar Nascimento, Evandro Roman, Hugo Motta, Jaime Martins, João Arruda, João Fernando Coutinho, José Airton Cirilo, Laudivio Carvalho, Maia Filho, Marcus Pestana, Orlando Silva, Toninho Wandscheer, Vander Loubet, Vitor Valim e Weverton Rocha; e **- Senadores**: Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Jorge Viana, Kátia Abreu, Lídice da Mata, Valdir Raupp e Vicentinho Alves. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos, do dia vinte e sete de março de 2018, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional,* os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Dário Berger (PMDB/SC), que informou não haver *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal. **EXPEDIENTES.** O Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, de 13 de dezembro de 2017 a 27 de março de 2018, tendo em vista que essas informações encontravam-se publicadas na página da CMO na internet. O Presidente deu continuidade a reunião e concedeu a palavra ao Deputado Bohn Gass (PT/RS) que manifestou-se contrário ao aumento da taxa administrativa cobrada pela Caixa Econômica Federal, por serviços relativos à liberação de recursos provenientes de emenda parlamentar. Em manifestações de apoio ao parlamentar, fizeram o uso da palavra os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Pedro Fernandes (PTB/MA), Rubens Bueno (PPS/PR), Carmen Zanotto (PPS/SC), Jorge Solla (PT/BA), Rosangela Gomes (PRB/RJ) e o Senador Pedro Chaves (PSC/MS). Em concordância com os parlamentares presentes, o Presidente determinou à Assessoria Técnica da CMO as seguintes providências: 1. Análise sobre a competência dos parlamentares para proporem projeto de decreto legislativo sobre o tema abordado, e se for possível, deixa-lo proposto para a futura Comissão que será instalada; 2. Encaminhamento de expediente para alertar ao Presidente da República sobre o fato e para as consequências que trarão aos municípios brasileiros; e 3. Requerimento de Auditoria ou inspeção, por parte do Tribunal de Contas da União, para verificar a legalidade efetiva da situação perante a Caixa Econômica Federal. Prosseguindo aos trabalhos, o Presidente apresentou levantamento das atividades da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em 2017, informando que foram realizadas 25 reuniões após a eleição da nova composição da Mesa, sendo 11 audiências públicas, 10 reuniões ordinárias, 3 reuniões extraordinárias e 1 audiência pública conjunta. Foram realizadas também, 19 reuniões do Colégio de Representantes das Lideranças Partidárias na CMO, 2 do Comitê de Exame de Admissibilidade de Emendas, 3 do Comitê de Avaliação das Informações de Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Nos 7 meses de trabalho, foram analisadas 136

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

matérias, ou seja, uma média de 20 matérias por mês. E foram apresentadas 12.005 emendas à Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 — PLDO/2018 e à Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2018 — PLOA/2018. O Presidente informou que todas as matérias que entraram na Comissão Mista de Orçamento, até o início de dezembro, foram apreciadas e tiveram sua tramitação concluída. Entre elas, houve 37 projetos de lei do Congresso Nacional, 14 avisos do TCU referentes a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, 6 outros avisos, 3 mensagens do Congresso Nacional, 3 ofícios, 7 pedidos de decretos legislativos do Congresso Nacional e 9 requerimentos de informação ou pedidos de audiência. Em 12 de julho, dentro do prazo regimental, foi aprovada a Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 — PLDO/2018, **Projeto de Lei nº 01/2017-CN**. E em 13 de dezembro, foi aprovada a Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2018 — PLOA/2018, **Projeto de Lei nº 20/2017-CN**. No transcorrer da reunião, houve pronunciamentos dos Deputados Bohn Gass (PT/RS), Laura Carneiro (PMDB/RJ), Carmen Zanotto (PPS/SC), Rosangela Gomes (PRB/RJ) e do Senador Pedro Chaves (PSC/MS) que teceram considerações elogiosas ao Senador Dário Berger por seu desempenho na presidência da CMO. O Deputado Bohn Gass (PT/RS), ainda, teceu considerações sobre o Orçamento da União sob a égide da Emenda Constitucional nº 95. Finalizando, o Presidente informou que teve orgulho de ter conduzido os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e agradeceu a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, auxiliaram nos trabalhos na CMO, especialmente ao Deputado Cacá Leão (PP/BA), Relator-Geral do Orçamento para 2018; à Deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ), 1ª Vice-Presidente; à dois Relatores Setoriais, Deputado Bilac Pinto (PR/MG) e Deputada Rosangela Gomes (PRB/RJ); ao Secretário Executivo da CMO, Sr. Walbinson Tavares de Araujo; à Assessora, Sra. Ana Cláudia; e por fim, a todos os parlamentares, os assessores, os técnicos, e os servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ao final dos trabalhos, as matérias constantes da Pauta **deixaram de ser apreciadas,** em virtude da inexistência de *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, sendo a seguir relacionadas: Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 13 de março de 2018. PAUTA. Item 01 **–** Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 823/2018,** que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), para os fins que especifica". Relatora: Deputada Laura Carneiro. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Item 01 **-** Relatório apresentado ao **Aviso nº 2/2018-CN,** que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2779/2017, referente a pedido de Reexame de valores pagos, para a implantação de sistema de abastecimento de água em Araci/BA". Relatora: Deputada Laura Carneiro. Não foram apresentadas emendas. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio ao arquivo. Item 03 **–** Relatório apresentado ao **Ofício nº 7/2017-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827/1989, relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2016". Relator: Senador Davi Alcolumbre. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. Item 04 **–** Relatório apresentado ao **Ofício nº 24/2015-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 5º, o relatório de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste referente ao Exercício de 2014". Relator: Deputado Danilo Forte. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio ao arquivo, determinando-se à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que, doravante, promova o encaminhamento a esta Comissão de todas as informações exigidas pelo § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Item 05 **–** Relatório apresentado ao **Ofício nº 8/2016-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, § 5º, o Relatório de Resultados e Impactos referente ao exercício de 2015". Relator: Deputado Danilo Forte. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio ao arquivo. Item 06 **–** Relatório apresentado ao **Ofício nº 4/2017-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 14, IV, e art. 20, § 4º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE referente ao 1º semestre de 2016, e a programação de Financiamento para o exercício de 2017". Relator: Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Danilo Forte. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio ao arquivo, determinando-se à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, sob a pena de descumprimento da legislação de regência da matéria, que, quando do encaminhamento, a esta Comissão, de documentação exigida pela Lei 7.827, de 1989, por meio de instrumentos de economia processual, o faça de forma direta e específica. Item 07 **–** Relatório apresentado ao **Ofício nº 8/2017-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827/1989, relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) referente ao exercício de 2016, e alterações na Programação de Financiamento 2017". Relator: Deputado Danilo Forte. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio ao arquivo, determinando-se à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que: 1) Na hipótese de envio a esta Comissão de qualquer informação complementar pertinente ao exame de matéria de sua competência, por meio de endereço eletrônico de internet, o faça de modo direto e específico, sob pena de deseconomia processual; 2) Inclua em seus relatórios de atividades os progressos obtidos em decorrência do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD); 3) Proponha ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução que contemple, na agenda de encontros bimestrais do exercício de 2018, no mínimo um encontro destinado a avaliar a boa e regular aplicação dos recursos do FNE, contemplando a dimensão da efetividade do gasto, em especial em termos de redução de desigualdades, geração de emprego e renda e aumento da produção na área de atuação do Fundo; e que 4) Aprove a realização de audiência pública para debater o plano de ação a que se refere o Acórdão nº 2127/2017-TCU-Plenário, destinado a sanar falhas e inconsistências sistêmicas que comprometem a eficiência e a efetividade de ações, políticas públicas, planos e programas de governo federal. Item 08 **–** Relatório apresentado ao **Aviso nº 10/2017-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Constituição Federal de 1988, art. 71, § 4º, Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre de 2017". Relator: Deputado Mandetta. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio ao arquivo. Item 09 **–** Relatório apresentado ao **Ofício nº 29/2015-CN,** que "Encaminha, em cumprimento à Lei 12.396/2011, art. 6°, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referente ao 1° semestre de 2015". Relatora: Deputada Laura Carneiro. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio ao arquivo. Item 10 **–** Relatório apresentado ao **Ofício nº 5/2016,** que "Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/2011, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 2º semestre de 2015". Relatora: Deputada Laura Carneiro. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio ao arquivo. Item 11 **–** Relatório apresentado à **Mensagem nº 13/2016-CN,** que "Encaminha, em cumprimento ao parágrafo único do art. 29 da Lei nº 12.780 de 2013, a prestação de contas dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, referentes aos resultados parciais das renúncias fiscais e aumento de arrecadação, de 2013 a 2017". Relatora: Deputada Laura Carneiro. Voto: pelo conhecimento da matéria e envio ao arquivo. Item 12 **– Requerimento nº 1/2018-CMO,** que "Requer realização de Audiência Pública com o intuito de discutir as propostas em andamento de transformação da operação da produção industrial da Fundação Oswaldo Cruz e do complexo de Biomanguinhos em uma empresa pública". Autor: Senador Hélio José. **ENCERRAMENTO:** em virtude da inexistência de *quórum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião. Os trabalhos foram finalizados às dezesseis horas e sete minutos. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Dário Berger, Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em 27.03.2018.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 1ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação das matérias da pauta.

Nós temos quórum para iniciar, mas não temos para deliberar. De qualquer maneira, darei continuidade à reunião, já passando a palavra a V.Exas.

Havendo concordância do Plenário, como sempre de costume, proponho a dispensa da leitura da ata da 1ª reunião de audiência pública realizada no dia 13 de março de 2018, por ter sido distribuída antecipadamente. No entanto, evidentemente, não há quórum para votá-la. Por isso, vamos sobrestá-la.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da Comissão Mista de Orçamento na Internet.

Como o momento da despedida sempre é muito mais difícil do que o momento da chegada, estamos com certa dificuldade para completar o quórum para deliberar sobre as últimas e derradeiras matérias que ainda constam na pauta.

Não sendo possível, evidentemente isso fica sob responsabilidade da próxima Comissão, que deverá assumir nos próximos dias. Até imaginava que nós pudéssemos fazer agora essa transição, para que a próxima Comissão de Orçamento pudesse seguir com as suas atribuições. Entretanto, nós não recebemos ainda o expediente do Presidente do Congresso Nacional, o Senador Eunício Oliveira.

Portanto, vamos dar sequência às nossas atribuições. A posse da nova Comissão será evidentemente realizada oportunamente, como de costume acontece aqui na Comissão. Isso ocorreu comigo. Assumi a Presidência da Comissão também 2, 3 ou 4 meses depois do prazo regimental. Certamente, com a próxima Comissão não será muito diferente do que aconteceu naquela oportunidade.

Neste momento me pede a palavra o Deputado Bohn Gass, a quem eu a concedo com muito prazer.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado.

Quero saudar o Presidente, Senador Dário Berger, o nosso nobre Relator-Geral, Deputado Cacá Leão, e demais colegas Deputadas, Deputados e Senadores aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu queria fazer um apelo preliminar, já que este é o nosso último dia de trabalho aqui na Comissão. Na sessão plenária — conversamos inclusive sobre isso, Deputado Domingos Sávio — fui à tribuna me manifestar para pedir que nós da Câmara e do Congresso tomemos uma posição. Os colegas Deputados sugeriram que façamos um decreto legislativo para anular as ações do Governo relativas à seguinte questão administrativa: a Caixa vai abocanhar boa parte das nossas emendas parlamentares.

Eu fiz um levantamento aqui. Se hoje faço uma emenda parlamentar no valor de 100 mil reais para determinado Município comprar equipamento — independentemente do equipamento que vou comprar — a taxa administrativa hoje está em torno de 2,5%. Ficam para o Município 97 mil e 500 reais. Isso serve para todos os partidos, sem distinção, pois todos terão a mesma lógica. Com a contrapartida dele, que geralmente é pequena — de 3% a 4% —, isso cobre, e o valor com o qual ele consegue comprar o equipamento está em torno de 100 mil reais.

Com a nova instrução do Governo — nesse caso é o Governo mesmo e não adianta tergiversar, pois é o Governo Temer que está acordando esse processo, uma vez que essas instruções normativas vêm do Ministério do Planejamento —, no caso dos 100 mil reais, eu fiz um cálculo exato com a minha assessoria, isso resulta em uma despesa de 11,94%. Em vez de o Município ganhar 97 mil e 500 reais, ele ganha 88 mil reais e 60 centavos. São 12 mil reais a menos no caso dos 100 mil reais.

Eu pedi à assessoria que fizesse um levantamento com o valor de 250 mil reais, porque para um projeto de engenharia civil esse é o valor mínimo necessário. A taxa era 2,5%. Em vez de 250 mil reais, entrariam para a Prefeitura 243 mil e 750 reais. Com a medida do Governo Temer, vão entrar 222 mil reais, sendo que aqui nós liberaríamos 250 mil reais.

Se a emenda fosse de 500 mil reais — considerei essas três faixas —, com o desconto da taxa de 2,5%, daria um valor de 487 mil e 500 reais, total que o Município receberia dos 500 mil reais. Agora, com 8% nesse caso, o valor recebido será de 460 mil reais. São menos 40 mil reais.

Proponho aqui uma iniciativa porque isso está fora da lei. Por que está fora da lei? Porque eu me socorro aqui da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO que esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Casa votou, Deputada Laura Carneiro. Nós a votamos aqui. O art. 74, Seção II, Das transferências voluntárias, é claro: *"(...) um décimo por cento e quatro por cento, para Municípios com até cinquenta mil habitantes".*

Sendo assim, esta normativa está fora da lei. Porém, eu fui consultar, e falando com os colegas Deputados, percebi que, quando um gabinete tenta fazer o registro para lançar esse valor, se ele não lançar na prerrogativa dos 100 mil reais, ou seja, se ele não colocar a contrapartida, o sistema não aceita. Desse jeito, não dá.

Por isso, estou fazendo um apelo preliminar. Acredito que isso seja de concordância de todos nós. Nós temos que tomar uma atitude. Isso não pode permanecer — não pode permanecer.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu queria sugerir a V.Exa. que a Comissão, que hoje encerra seus trabalhos aqui, levante a voz, e faça esse encaminhamento. Eu notei que houve apoio da Liderança de todas as bancadas, quando falei agora há pouco da tribuna no plenário. Uns já haviam falado e me procuraram e, de público, se manifestaram. O Deputado Esperidião Amin foi ao microfone e disse: *"Bohn Gass, eu sugiro que seja feito um decreto legislativo que anule essa medida"*.

Assim sendo, solicito a ajuda de V.Exa., na condição de Presidente desta Comissão, que nós consideramos a mais importante e ainda existente. É por isso que ela existe: pela sua importância. Gostaria que nós tivéssemos um encaminhamento concreto e objetivo para anular essa medida do Governo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente Senador Dário Berger, prezados colegas Parlamentares, eu inicio minha fala manifestando, em primeiro lugar, a satisfação que tive de poder participar, no ano de 2017 e neste início de 2018, desta Comissão e aqui testemunhar o esforço feito de maneira suprapartidária para que pudéssemos contribuir para o nosso País, ajudando-o a superar essa fase difícil de grave fiscal e econômica que vivenciamos e que hoje se repercute de maneira muito dura, muito triste, nos Municípios, nos Estados e, consequentemente, no cidadão.

É claro que o nosso esforço foi feito na busca de contribuirmos com medidas macroeconômicas. Votamos muitas matérias aqui nesse sentido, como o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orçamento, a própria LDO. Mas a nossa ação no sentido de acudirmos as emergências com emendas parlamentares e de bancada também tem um papel extremamente relevante, eu diria até que é quase um remédio emergencial. Algum tempo atrás, as emendas nem despertavam muito interesse, porque, na maioria das vezes, não eram sequer pagas ou, quando eram pagas, muitas vezes estavam sujeitas a discricionariedade com influência, em alguns aspectos, de natureza política.

Hoje houve um avanço na democracia para o qual o Congresso Nacional contribuiu. Em alguns momentos, alguns setores da imprensa não entenderam, ou fingiram que não entenderam, e quiseram passar a ideia de que esta Casa estava querendo fazer uso político do dinheiro. Mas hoje está provado que a emenda constitucional que aprovamos, tornando impositivas as emendas parlamentares, foi e está sendo um instrumento de democratização do orçamento público, um instrumento de participação popular. Na verdade, a emenda nada mais é do que fruto da demanda feita pela comunidade, do anseio e, às vezes, do desespero.

Cito, por exemplo, a área da saúde. A ampla maioria das emendas neste último ano foi direcionada para o custeio da saúde. Ao contrário da prática que havia com frequência, de o Deputado inaugurar uma obra, entregar um veículo, uma ambulância, passou-se a destinar a emenda para o custeio da saúde. Isso significa o quê? Sobrevivência, Deputada Laura Carneiro. Na verdade, significa o desespero pela falta de remédio no posto de saúde, o desespero pela falta de dinheiro para pagar o servidor público.

Essas nossas emendas têm socorrido. Eu, por exemplo, destinei uma emenda de 1 milhão de reais para a UPA de Divinópolis, que estava em situação de emergência quando os médicos anunciaram greve porque não tinha sido pago o salário deles, diante do atraso do Governo do Estado de Minas Gerais, que não repassou o dinheiro da saúde. O Município não consegue pagar, o médico para e o cidadão morre. Chegou a emenda parlamentar do Deputado Domingos Sávio naquele momento de emergência.

Eu estou fazendo essa recapitulação porque percebemos agora também um pouco de descompromisso, eu diria, por parte de alguns setores do Governo com relação a emendas parlamentares, a emendas de bancada, por exemplo. Elas precisam ter adequações orçamentárias, e isso vem se adiando. É preciso que haja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

responsabilidade, porque nós estamos falando de dinheiro para chegar à ponta, para salvar situação emergencial.

O Senador falava agora há pouco do pesadelo das obras inacabadas. Você faz uma emenda, que seja uma pequena emenda de 500 mil ou de 1 milhão de reais, para atender uma pequena obra. A pequena empreiteira que ganha aquela obra naquela cidade mesmo ou na cidade vizinha começa. Ela recebe 100 mil reais ou cento e poucos mil reais da primeira medição e continua trabalhando. Não vem a segunda medição, e a empresa, que é pequena ou é microempresa, quebra! Ela quebra e ainda deixa a obra inacabada. Então, é preciso ter mais responsabilidade.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo coro com as palavras do Deputado sobre a decisão da Caixa Econômica com respaldo do Governo.

Eu proporia que nós fizéssemos a formulação, sob a forma de requerimento — a nossa Assessoria poderia nos ajudar —, de um ofício ou de uma nota votada, porque eu acredito que isso tenha mais agilidade. Concordo até com a tese de um decreto legislativo como última alternativa, mas acho que é preciso primeiro alertar o Governo.

É um absurdo inaceitável, na crise em que nós vivemos, essa atitude de agiotagem em relação às emendas, que são feitas para corrigir o desequilíbrio do pacto federativo. Por que emendas? Porque os Municípios no Brasil inteiro e, muitas vezes, os Estados estão sucateados com um pacto federativo injusto, perverso, que deixa os Municípios com uma série de demandas de natureza social, de natureza educacional e de saúde e um volume de recursos que não chega a 15% do que se arrecada no País. É insignificante o que fica na mão dos Municípios. Os Estados ficam pouco mais de 20%, e a União fica com quase 50% de tudo o que se arrecada no Brasil. Há um desequilíbrio, que se corrige com as emendas.

Agora a Caixa Econômica Federal, que por sinal tem deixado a desejar com relação à qualidade a à agilidade do serviço de análise dos projetos, faz um verdadeiro saque nessas emendas.

Ora, pelo amor de Deus! Quando você destina 100 mil reais para comprar equipamento, o que a Caixa tem que fazer, quando muito, é observar o processo licitatório e liberar o pagamento e mais nada! Vai cobrar 12% para fazer uma mera operação burocrática?! Isso é um absurdo! Cobrar 12% do Município que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

penando, que precisa do dinheiro para comprar uma ambulância! O caso da ambulância não passa pela Caixa, porque a transferência é feita de fundo a fundo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Um trator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Para comprar uma máquina agrícola, um trator, para atender ao pequeno produtor agrícola, para fazer uma pequena obra de 250 mil reais, tira 12%. É um absurdo!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A taxa relativa a obra é de 10,86%.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É próxima até de 12%.

É um absurdo! Acho que nós deveríamos fazer a votação, ainda que simbólica, de um requerimento dirigido ao Sr. Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Presidente da Caixa Econômica, dizendo que, além de ilegal, é absolutamente inoportuno, num momento como este, aumentar essas tarifas. Elas devem ser mantidas como estão.

Que a Caixa atue com austeridade, com responsabilidade. Os servidores que estão ali são servidores públicos. Não é preciso adicional nisso.

E digo mais, Sr. Presidente. Se a Caixa insistir nessa tese, vamos defender que esses recursos sejam objeto de licitação, para verificar que instituição financeira quer operar com esse dinheiro. Vai haver fila de instituição financeira devidamente credenciada no Banco Central para fazer a mesma operação por 1%, não será nem por 2,5%, que é o que ela cobra hoje. Só o *floating*, o tempo que esse dinheiro fica parado dentro da instituição financeira, gera lucro que daria para pagar o custo operacional que ela tem. Mesmo com 1%, vai haver fila de instituições financeiras querendo fazer esse movimento.

Que a Caixa não transfira para os Municípios sacrificados a sua incompetência de gestão, saqueando os Municípios. É hora de ter responsabilidade. E isso tem que começar com quem dirige, com quem está no comando do País.

Portanto, o nosso apelo para V.Exa. é que proponha, como Presidente, um documento, que eu terei a honra de subscrever, porque esse é um pensamento de toda a bancada do PSDB — toda a bancada —, no Senado e na Câmara. Não aceitamos a decisão absurda da Caixa de aumentar esses valores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu quero cumprimentar o Deputado Bohn Gass, que iniciou essa conversa e denunciou esse abuso que vem ocorrendo, corroborado pelo Deputado Domingos Sávio.

Realmente, isso é extremamente preocupante e inaceitável. V.Exa. acabou de me mostrar o lucro recorde da Caixa Econômica Federal e, ao mesmo tempo, uma atitude, certamente respaldada por uma instrução normativa ou por uma portaria, majorando os valores, o que foi tão bem explicitado pelo Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Deputado Pedro Fernandes, V.Exa. quer falar sobre o tema? Primeiro deixe-me passar a palavra, até por uma questão de gentileza, à Deputada Laura Carneiro, que já havia me solicitado a palavra.

Vou continuar ouvindo os Srs. Parlamentares, mas aceito de antemão a provocação, no bom sentido, e já vou sugerir fazermos um requerimento ou um expediente ao Presidente da República ou ao Ministro da Fazenda ou ao Ministro do Planejamento, com cópia para o Presidente da República, relatando essa questão e dizendo que nós não podemos aceitar essa majoração.

Eu não sou advogado, não sou jurista, Deputado Pedro Fernandes, mas me parece que isso infringe a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que disciplinou essa matéria do mínimo e do máximo que a instituição bancária pode cobrar. Parece-me que a Caixa Econômica Federal está inserida numa improbidade administrativa ou coisa do gênero, agindo sem o devido respaldo legal.

Portanto, ofereço a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu queria corroborar com as palavras que foram ditas, dando os parabéns aos Deputados Bohn Gass, Domingos Sávio e a V.Exa. sempre. Quero dar alguns números, que são o mais assustador.

Máquinas e equipamentos. Se a máquina custar 100 mil reais, a taxa é de 11,94%. Se ela custar 200 mil reais, a taxa é de 7,05%. Se custar 300 mil reais, a taxa é de 5,41%. Se custar 500 mil reais, a taxa é de 4,11%. Se ela custar 1 milhão de reais, é 3,33%. Então, ela decresce em vez de crescer. Vai entender...

Obras. Ocorre da mesma maneira. Para obra de 250 mil reais, a taxa é de 10,86%; para 500 mil reais é de 7,81%; para 1 milhão de reais é de 8,81%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Além de isso ser uma excrescência, tendo em vista a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ainda faz o contrário: pela obra menor, o Município que tem menos condições, que conseguiu aquela emendinha para eventualmente fazer uma pequena obra, vai pagar mais ainda. E aquele que recebeu 1 milhão vai pagar menos. O que receber 4 milhões vai pagar muito menos ainda. A questão é que não há nenhum sentido, digamos, social nessa medida.

Sr. Presidente, eu queria apenas dizer, corroborando com os demais, que infelizmente não cabe projeto de decreto legislativo, porque não é um decreto. Portanto, não temos a possibilidade de entrar com PDL. Talvez pudéssemos fazer uma proposta de fiscalização financeira, que poderia ser complementar. Talvez valesse a pena apresentarmos, como Comissão de Orçamento, um requerimento à Comissão de Fiscalização e, ao mesmo tempo, à Presidência da República, através dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Sr. Presidente, essas as sugestões que faço, solidarizando-me com todos os Municípios brasileiros, que, por um lado, “ganham” — entre aspas — 2 bilhões do Congresso Nacional e do Presidente da República, para se recuperar e, por outro lado, têm suas emendas ceifadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Cumprimento V.Exa. mais uma vez e ofereço a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, a propósito dessas cobranças da Caixa, há muito tempo luto para que credenciemos outros agentes, como o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste. A concorrência seria muito salutar, para que a Caixa Econômica até melhorasse a prestação de serviços.

Nós somos 5.571 Municípios. A Caixa não tem pulverização para atender 5.571 Municípios e atrasa os projetos. Se nós passássemos isso para o Banco do Brasil, para o Banco da Amazônia, para o Banco do Nordeste e para outros bancos, nós melhoraríamos, e muito.

A Caixa Econômica é perdulária, Sr. Presidente. Eu quero chamar a atenção dos Deputados que andam pelo aeroporto de Brasília. Entre o portão 12 e o portão 10, há um painel da Caixa dos dois lados. Nos últimos 12 meses ele já foi trocado três ou quatro vezes — eu bato foto porque acho bonito —, sem nenhuma necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Caixa Econômica precisa ser fiscalizada. Está aí o escândalo dos diretores, está aí muito dinheiro do Geddel. Nós precisamos ver como está o patrocínio dos times de futebol. É muito melhor arranjar um orçamento e patrocinar o futebol do que passar recursos via Prefeitura para a Caixa Econômica. Esses Municípios não suportam pagar esses times de futebol, Sr. Presidente.

Se nós credenciássemos o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, nós iríamos criar concorrência, o que faz bem. Sou amigo de muita gente da Caixa, gosto muito da Caixa, mas ela atrasa, e muito, a aplicação desses recursos.

Era essa a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Agradeço a V.Exa.

Ofereço a palavra ao Senador Pedro Chaves e, em seguida, ao Deputado Rubens Bueno. O Senador Pedro Chaves já havia me solicitado a palavra quando estava ao meu lado.

Tem a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. SENADOR PEDRO CHAVES - Serei rápido.

Quero me associar a todos os Deputados que falaram. Realmente, a Caixa é um problema grave. Nós vimos a dispensa dos Vice-Presidentes, e ela continua cobrando taxas inclusive progressivas de impostos. Quanto menos a pessoa ganha, mais ela paga.

Por outro lado, estou usando o microfone para parabenizar o Presidente pela condução da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização durante os anos de 2017 e 2018. Ele pacificou, negociou nesta Comissão de forma extremamente tranquila, conseguiu unir as forças, não houve problemas e o Orçamento foi aprovado antes de terminar o ano, coisa rara no Congresso Nacional.

Então, meus parabéns!

Nós vamos sentir muita saudade sua. Um abraço para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Isso é bondade do meu querido amigo Senador Pedro Chaves, que virou imortal. Depois que virou imortal, ele ficou mais simpático ainda, mais agradável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Realmente é uma honra conviver com V.Exa., não só aqui na Comissão, como também no Senado Federal e nas outras tantas Comissões das quais participamos.

Agradeço a V.Exa. as imerecidas palavras e transmito-lhe também um abraço cordial pelo resultado dos trabalhos que conseguimos apresentar aqui.

Ofereço agora a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, estou ouvindo aqui atentamente os comentários sobre esta medida administrativa que a Caixa Econômica tomou com relação aos valores percentuais a serem cobrados das Prefeituras Municipais, valores que chamam a atenção, porque o valor mínimo cobrado do percentual aqui indicado é 3,39%, quando hoje o valor atual é de 2,5%. Então, veja V.Exa. que aqui há um absurdo. Parte-se de 3,39% para se chegar a 11,94%.

As Prefeituras não estão nadando em dinheiro; muito pelo contrário, acabamos de votar uma medida provisória que deu uma ajuda financeira aos Municípios no valor de 2 bilhões de reais. Ora, se nós estamos votando isso é porque há dificuldades de toda ordem nos Municípios, até porque os encargos só aumentam e não há a efetiva compensação desses encargos aumentados, nem pela União, nem pelos Estados.

Então, temos que discutir isso melhor. Eu não sei se cabe ou não decreto legislativo, mas eu conversei com o Deputado Bohn Gass e acho que tem que haver pelo menos uma atitude desta Casa ou, melhor ainda, desta Comissão Mista de Orçamentos para atuarmos junto à Direção da Caixa Econômica, para que isso tenha uma resposta à altura.

Imaginem que, para obras que vão custar 50 mil reais, que é o valor mínimo para se colocar emenda no Orçamento, o valor cobrado é de 10,86%.

Ora, se é este o percentual a ser cobrado, não pode continuar assim. Não podemos imaginar, num contrato de 1 milhão de reais de recursos provenientes de emendas ou do que quer que seja, que se cobrem 8,81% de administração da Caixa Econômica. Isso está fora de qualquer propósito.

Nós não podemos, de forma alguma, deixar que, de repente, uma instituição da importância da Caixa Econômica Federal, com obras importantíssimas — Habitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil, hoje Minha Casa, Minha Vida, enfim, tantas obras importantes —, vá agora aumentar esses valores.

E eu me lembro, Sr. Presidente, de que, na última conversa que nós tivemos com a Caixa Econômica, inclusive sobre recursos para o Minha Casa, Minha Vida, disse o Diretor, à época, o seguinte: *"Nossa inadimplência não chega a 5%"*. Ora, se a inadimplência, junto à Caixa Econômica, do Minha Casa, Minha Vida não chega a 5%, são altamente rentáveis para a Caixa os 2,5% que cobrava de taxa de administração.

Então, estão fora de qualquer propósito os valores e os percentuais que estão aqui colocados. Era o que eu gostaria de registrar, em nome dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Agradeço a V.Exa.

Vou conceder, incialmente, a palavra à Deputada Carmen Zanotto, de Santa Catarina.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Nobre Presidente, Senador Dário Berger, quero iniciar parabenizando V.Exa. pela condução dos trabalhos que nós tivemos aqui na Comissão Mista do Orçamento e por ter pautado uma reunião para hoje, em especial para nós tratarmos desse tema. V.Exa. também deve ter recebido, como catarinense que é, a demanda da nossa Federação Catarinense dos Municípios e a nota de repúdio com relação a esses valores absurdos da Caixa.

Eu não quero ser repetitiva. O Deputado Rubens Bueno foi muito feliz quando disse que até parece que os Municípios estão nadando em recursos financeiros — muito pelo contrário.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Deputada Carmen, permita-me fazer uma observação, por gentileza. Esses 2,5% vêm sendo cobrados há mais de 20 anos, há mais de 20 anos. Diante de uma crise como essa nos Estados e Municípios, especialmente nos Municípios, vai se tirar de onde? Vai se tirar de quem não tem, para faltar na saúde, na educação?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Em alguns casos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, quando se tratava de obras para agricultores familiares, incorporava para ele esse custo integralmente.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Então, nobre Senador, como eu estava dizendo, eu tenho convicção de que nós, como Parlamento, não podemos aceitar isso. Os Municípios não terão os recursos para concluir aquilo que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cadastrado, porque isso vai fazer falta. Se nós colocarmos esse impacto em uma obra de pavimentação, cujo valor mínimo é 250 mil reais, pois é uma pequena obra, essa diferença já é significativa. Mas e quando a obra é de um milhão e meio? O que justifica esses valores e essas taxas nessa proporção, lembrando que nós estamos falando de uma instituição pública? Nós não estamos aqui nem discutindo com o mercado. Nós estamos falando com aqueles que têm que zelar pelo Erário público, olhando, como instituição pública, para o conjunto dos Municípios. A grande maioria dos Municípios trabalha com as contas e as folhas de pagamento nessas instituições. Mas também, se não trabalhassem, não haveria nenhum problema.

É inadmissível, nós não podemos aceitar, enquanto Comissão Mista de Orçamento, enquanto Parlamentares desta Casa, que, de um momento para outro, haja um reajuste das taxas dos recursos das emendas nessa proporção. Não dá para aceitar. Acho que temos que elaborar mesmo o documento. Mas já estamos trabalhando as emendas. Então, não temos muito prazo.

E faço aqui essa fala em nome da Prefeita Milena, lá do Município de Vargem, que disse: *"Por favor, nos socorram, só vocês podem nos socorrer, para que essa taxa absurda não seja mantida".* Então, é um pleito dos Municípios do Estado de Santa Catarina e do País como um todo que consigamos, junto ao Governo Federal, reverter essa situação.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que esse é um ano atípico e que essa é uma semana também atípica. Mas, em uma semana de Páscoa, há muitos Deputados e Deputadas e muitos Senadores e Senadoras trabalhando na nossa Casa, diferentemente do que alguns pensam. Deveríamos todos estar trabalhando, mas o grande coletivo está aqui. Precisamos registrar que grande parte desta Casa e deste Parlamento, mesmo numa semana atípica, está trabalhando, deliberando no Plenário e em algumas Comissões e realizando seminários, como o importante seminário que está acontecendo agora no Auditório Freitas Nobre, com relação ao câncer colorretal, porque precisamos enfrentar também esse problema no País, garantindo à população acesso ao diagnóstico e ao tratamento.

Parabéns, mais uma vez, pela condução dos trabalhos.

Tenho certeza de que parte dos resultados que Santa Catarina está tendo com relação à sua produção é fruto também do seu trabalho frente a esta Comissão, visto que, no ano passado, conseguimos aprimorar os estudos e mostrar o quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Santa Catarina produz na saúde sem o respectivo repasse ministerial. Agora o Ministro Ricardo Barros reconhece parte desses recursos, a partir da produção de serviços apresentados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - V.Exa. está de parabéns.

Eu ofereço a palavra ao Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu queria me somar a essa denúncia sobre as alterações naquilo que a Caixa Econômica cobra em relação às emendas. É importante também chamar a atenção para o fato de que a Caixa Econômica não está preparada para dar conta, em tempo hábil, da análise de projetos.

Sr. Presidente, eu sou calouro aqui, estou no meu primeiro mandato. Nos 2 primeiros anos, nós perdemos emendas destinadas a projetos de pavimentação e a projetos com o Ministério das Cidades, porque sua tramitação na Caixa Econômica sofreu uma postergação tão grande que fez com que os prazos fossem perdidos. E eu lhe digo uma coisa: estou no meu primeiro mandato, mas fui Secretário Municipal de Saúde, Secretário de Saúde do Estado da Bahia e Secretário de Atenção à Saúde no Ministério da Saúde. Sei que, desde que o Ministério da Saúde passou a responsabilidade de analisar seus projetos à Caixa Econômica — antes o próprio Ministério fazia isso —, a tramitação piorou, sem sombra de dúvida: a Caixa Econômica, dependendo da agência que faz a supervisão dos projetos, leva às vezes 1 ou 2 anos para analisá-los, como é o caso de projetos que eu acompanhei, porque esses projetos vão e voltam, outra pessoa os analisa, e não há critério adequado. Isso é um problema grave!

E cobrar essa agiotagem... Realmente sabemos que o Governo atual está mais preocupado com os lucros financeiros do que com os lucros sociais. Não podemos permitir isso!

Para completar, e por falar em emendas, Sr. Presidente, eu resisti muito a colocar emenda para ambulância do SAMU. Por quê? Porque eu acho que é obrigação do Governo Federal repor a frota. Isso é um compromisso que o Governo Federal assume quando fecha com o Estado e o Município a implantação do SAMU. Então, não teria por que condicionarmos a renovação da frota a emendas, que devem ser destinadas a ações mais pontuais, mais esporádicas, e não a processos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contínuos. Então, eu resisti muito. Mas, diante do grau de sucateamento da frota da região de Senhor do Bonfim, e atendendo ao pedido dos Prefeitos de Senhor do Bonfim, Itiúba e Andorinha, eu apresentei as emendas.

Sabe o que o Ministério da Saúde fez, Sr. Presidente? Sinalizou o preço de 185 mil reais. Botamos uma emenda de 185 mil reais. Agora, quando o Município foi fazer o projeto, a proposta, eles passaram o preço para 235 mil reais, e, depois de muita pressão, caiu para 205 mil reais. E não temos nem como complementar. O Ministério não aceita complementar e nem aceita, pasmem V.Exas., que o Município coloque o complemento.

É uma situação esdrúxula: as frotas estão ficando sucateadas; o Ministério, que deveria fazer a renovação da frota periodicamente não o faz; as ambulâncias passaram a ser moeda de troca com o Parlamento; e nós tentamos contribuir com um processo desses, mas estão lá três emendas paradas, só no meu caso. Imagino que deve haver outros colegas Parlamentares que também estão nessa situação. Então, acho que essas são questões importantes que precisamos resolver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem. Eu quero fazer um encaminhamento de todas as sugestões.

V.Exa. quer usar palavra sobre esse tema ainda, Deputada Laura Carneiro? *(Pausa.)*

Então, vamos ver se eu consigo fazer esse encaminhamento. Peço a compreensão e a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares.

Há uma dúvida quanto à apresentação de uma proposta de decreto legislativo. Então, solicito que a nossa assessoria analise isso, para saber se temos competência mesmo para propor um projeto de decreto legislativo, a fim de que ele seja aprovado por esta Casa. Já que não temos quórum para aprová-lo aqui, que ele seja aprovado pela futura Comissão, que deve assumir nos próximos dias.

De qualquer forma, eu já quero pedir que em todos os encaminhamentos que fizermos aqui tenham aprovação por unanimidade dos presentes, para termos força para encaminhá-los. Essa é a primeira proposta que faço e, pelo que vejo, posso contar com o apoio de V.Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A segunda proposta é fazer um ofício para alertar o Presidente da República para esse problema e para as consequências que isso trará aos Municípios brasileiros.

A terceira sugestão é requerer ao Tribunal de Contas da União que faça uma inspeção nessa portaria para verificar a sua legalidade e verificar em que circunstâncias ela se deu. Entendo que se aprovamos essa questão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o Governo, por meio de portaria ou instrução normativa, majorou esses valores, certamente isso implica, no mínimo, improbidade administrativa. Não se pode alterar uma lei por meio de uma portaria, pelo menos é o que sempre entendi e continuo entendendo.

Agiríamos, então, em três frentes. Evidentemente esse é um assunto que vai ser recorrente no âmbito do Congresso Nacional, entre Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Quero também demonstrar aqui a minha indignação com relação a essa atitude que merece de nossa parte uma resposta rápida e objetiva, uma vez que é de conhecimento de todas as senhoras e de todos os senhores que estamos vivendo tempos difíceis. E essas atitudes aumentam as nossas opiniões divergentes sobre o atual momento e o futuro que queremos para este País. Isso divide cada vez mais o Brasil, o que é muito ruim. Precisamos unir o Brasil, e não vamos conseguir fazer isso com atitudes dessa natureza, que nos trazem pressão em todos os momentos e em todas as localidades, por parte de Prefeitos, sobretudo pela injustiça da tabela, que cobra mais de quem ganha menos.

Não tem a menor lógica essa alteração de cobrança de serviço pela Caixa Econômica Federal. Os Governos, infelizmente, continuam cada vez mais burocráticos e ineficientes. Por isso, há a necessidade de se cobrar cada vez mais recursos para, de repente, cobrir o rombo e o furo no déficit em função das incompetências dos governos, no nosso caso, o Governo Federal.

Diante disso, não sei se posso contar com a colaboração de todos os Srs. Parlamentares e de todas as Srs. Parlamentares para que tomemos essas três atitudes. A primeira atitude é a análise do decreto para deixá-lo proposto para a futura Comissão. A segunda é o encaminhamento de um expediente ao Presidente da República com a aprovação de todos os presentes — e não são poucos os Deputados e Senadores que passaram por aqui. E a terceira é o requerimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

auditoria ou inspeção, por parte do Tribunal de Contas União, para verificar a legalidade efetiva dessa situação.

Posto isso, declaro aprovadas as sugestões e determino que a assessoria técnica da Comissão de Orçamento assim proceda.

V.Exa. me pediu a palavra, Deputado Bohn Gass?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu pedi também.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, concordamos com os três encaminhamentos, mas, com relação à primeira parte — e nisso eu queria que a assessoria nos ajudasse também —, com relação à Instrução Normativa nº 2, de 2018, do Ministério do Planejamento, gostaria de saber qual é a atitude formal que poderíamos tomar aqui no sentido de anular isso. Trata-se de um ato administrativo, e é nisso que temos que focar. Antes eu falei muito do decreto legislativo como medida máxima, mas precisamos pensar formalmente nessa atitude.

Entendam, a partir da Instrução Normativa nº 2, de 2018, aberto um processo licitatório para que os bancos e as empresas se apresentassem, tendo a Caixa se apresentado e sido a vitoriosa, a pressão maior é a pressão política sobre o Governo. Essa é a maior questão.

Por isso, é importante esse segundo encaminhamento, no sentido de irmos à Presidência para revogar isso e termos uma nova modalidade, voltando ao que sempre tivemos durante todos esses vinte e tantos anos. Acho que a maior pressão é essa. Mas que realmente se estudem todos os meios de derrubar legalmente o que veio a orientar essa instrução normativa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, quero aproveitar nossa última sessão para dizer que estou muito triste porque não vamos conseguir votar os créditos, tendo em vista a falta de Senadores — não a de Deputados, já que alcançamos o quórum de Deputados —, e não vamos conseguir votar a medida provisória que trata da abertura de crédito de 190 milhões de reais para dar assistência àqueles que vieram da Venezuela e hoje estão em Roraima, um Estado que se encontra numa situação dificílima, especialmente a Prefeitura, que lida com isso, tendo em vista o número de venezuelanos que lá se encontram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mesmo assim, Sr. Presidente, eu queria parabenizar V.Exa. e aproveitar esses minutos para agradecer a oportunidade de ter sido a sua Vice-Presidente e agradecer a condução dos trabalhos feita por V.Exa., com a sua tranquilidade. Nunca vi uma Comissão de Orçamento tão tranquila nesta Casa. V.Exa. pode perguntar isso a todos os servidores da Comissão, aos quais agradeço e parabenizo também por meio de V.Exa.

Quero ainda agradecer ao Deputado Cacá Leão a oportunidade de ter trabalhado ao seu lado na relatoria e a todos os Deputados e todas as Deputadas desta Comissão. Houve Deputados combativos, como sempre, mas com a tranquilidade necessária para chegarmos a bom termo na votação do Orçamento, mesmo no momento político e econômico tão difícil pelo qual passa o nosso País. Quero deixar bem claro que a questão política também foi relevada em função das necessidades econômicas e da necessidade de condução dos bons trabalhos desta Casa.

Então, Sr. Presidente, eu queria dizer que isso tudo se deve à sua tranquilidade, à sua paciência, ao seu jeito especialíssimo de ser e ao carinho com que V.Exa. tratou todos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas nesse período, nesta Comissão.

Parabéns, a toda a equipe e a V.Exa., especialmente pela forma como conduziu os trabalhos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Eu que agradeço a V.Exa.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, eu gostaria muito rapidamente de relatar o balanço das atividades da Comissão Mista de Orçamento em 2017. Imagino que será bem rápido. Não vou cansar V.Exas.

Foram realizadas 27 reuniões — após, evidentemente, a eleição da nova composição da Mesa, que se deu em 16 de maio —, das quais foram 9 audiências públicas, 12 reuniões ordinárias, 3 reuniões extraordinárias e 1 audiência pública conjunta. Foram realizadas também 19 reuniões do Colégio de Líderes, 2 do Comitê de Exame de Admissibilidade de Emendas, 3 do Comitê de Avaliação das Informações de Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Nos 7 meses de trabalho, foram analisadas 136 matérias, ou seja, uma média de 20 matérias por mês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Srs. Deputados, Sra. Deputada, Srs. Congressistas, esta é, disparado, a Comissão do Congresso Nacional que mais recebe propostas sob a forma de emendas, o que demonstra sua importância e a necessidade de os Parlamentares atenderem às suas respectivas regiões. Foram 12.005 emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e à Lei Orçamentária Anual — LOA. A Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo, a segunda no *ranking*, recebeu pouco mais de mil emendas. Digo isso só para se ter um comparativo dessas duas importantes Comissões.

Todas as matérias que entraram na Comissão Mista de Orçamento até o início de dezembro foram apreciadas e tiveram sua tramitação concluída. Entre elas, tivemos 37 projetos de lei do Congresso Nacional — PLNs, 14 avisos do TCU referentes a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, 6 outros avisos, 3 mensagens do Congresso Nacional, 3 ofícios, 7 pedidos de decretos legislativos do Congresso Nacional e 9 requerimentos de informação ou pedidos de audiência.

Em 12 de julho, portanto dentro do prazo regimental, depois de mais de uma década, foi aprovada a LDO de 2018, por meio do PLN 1/18. Foi, na verdade, um fato histórico, depois de muitos anos, termos conseguido aprovar a LDO no prazo regimental, coisa que não acontecia. Sejamos sinceros e objetivos, mas aprovar a LDO com o Orçamento significa desqualificar completamente a direção que nós do Poder Legislativo e sobretudo o Poder Executivo desejamos dar às políticas públicas e à destinação de recursos da União.

Em 13 de dezembro, foi aprovado o relatório final da LOA de 2018. Havia mais de uma década não se conseguia votar, antes do dia 15 de dezembro, a LOA na Comissão Mista de Orçamentos.

Passo aos grandes números do PLOA DE 2018: o Orçamento total foi de 3,57 trilhões de reais, dos quais 1,157 correspondem à rolagem da dívida. O orçamento fiscal foi de 2,49 trilhões de reais; o orçamento da Seguridade Social, 1 trilhão de reais; e o orçamento das estatais, 68,8 bilhões de reais.

As receitas correntes, fiscal e de seguridade, foram de 1,54 trilhão de reais, sendo 489,4 bilhões de reais em impostos e 864,5 bilhões de reais em contribuições. As receitas de capital, fiscal e de seguridade, foram de 1,54 trilhão de reais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As despesas, fiscal e de seguridade, foram de 3,5 trilhões de reais. As despesas, fiscal e de seguridade, foram de 1,72 trilhão de reais, sendo: de pessoal e encargos sociais, 322,8 bilhões de reais; outras despesas correntes, 1,25 trilhão de reais; investimentos, 29,9 bilhões de reais, sendo 17,4 bilhões de reais para obras do PAC; inversões financeiras, 82,4 bilhões de reais.

Os serviços da dívida, fiscal e de seguridade, foram de 1,78 trilhão de reais, sendo: para juros e encargos, 316,2 bilhões de reais; e para amortização da dívida, incluindo rolagem, 1,46 trilhão de reais.

O total das despesas primárias, fiscal e de seguridade, foi de 1,35 trilhão de reais; e o déficit primário, de 159 bilhões de reais. As despesas com a Previdência foram de 596 bilhões de reais; e o déficit da Previdência, 193 bilhões de reais. As despesas da LOA foram de 54,9 bilhões de reais. O seguro-desemprego foi de 44,9 bilhões; bolsa-família, 28,2 bilhões; Lei Kandir, que ainda perdura, 1,9 bilhão; Programa Minha Casa, Minha Vida, 5,2 bilhões; salário mínimo previsto, 965 reais.

Este foi o balanço das nossas atividades neste período em que, com muito orgulho, estive à frente desta Comissão. Na verdade, eu poderia fazer mais um amplo e duradouro discurso, mas, sinceramente, não vejo necessidade, a não ser de voltar a palavra a V.Exas. e, depois, apresentar minhas despedidas da Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, eu solicitei a palavra porque imaginava que V.Exa. iria encerrar os trabalhos com sua fala final.

Eu queria falar da satisfação por que passei. Eu estou no meu segundo mandato, e a primeira vez que participamos de uma reunião da CMO nos esforçamos bastante para apontar os equívocos do Governo Temer neste plano de projeto orçamentário. Em relação ao nosso convívio, eu só tenho a agradecer e fazer referência à condução dos trabalhos, aos colegas que, mesmo com os debates fortes que travamos, nós sempre mantivemos, diferentemente da intolerância das manifestações que estamos vendo agora na nossa caravana do Lula, com agressões horríveis, fascistas, que buscam semear o ódio, a realização de debates sobre diferentes ideias.

Acho que a condução de V.Exa. nos permitiu este entendimento. Este é o meu reconhecimento ao trabalho e à condução de V.Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto ao tema, há dois aspectos que eu preciso registrar. Este é o primeiro orçamento sob a égide da Emenda Constitucional nº 95. Quero dizer que o Brasil não está aguentando nem o primeiro ano, que dirá mais 19 anos! Às Prefeituras, menos repasses na educação e na saúde; os programas dos estudantes do PIBID, do ProUni, do FIES, cortados; as universidades, sem condições de manter suas estruturas; o agricultor nas piores condições, com juros reais mais altos; menos compras públicas; menos programas do PAA.

Volta e meia, nós votamos, e o Governo, como aconteceu no último PLL, votado na sessão do Congresso Nacional, para ajudar os Municípios, retira dos Municípios porque, ao retirar do PAA, retira o apoio que poderia dar, Senador Dário Berger, aos nossos produtores do leite que estão num sufoco, e o Governo não dá nenhuma ajuda para comprar leite e melhorar o preço para os agricultores.

O resultado da Emenda Constitucional nº 95, como havíamos dito, é nocivo para o País. Nós precisamos fazer um movimento, e este é o segundo desafio que quero lançar hoje — o primeiro foi aceito por V.Exa. —, no sentido de trabalharmos pela revogação deste tema em que os Municípios têm os recursos confiscados. O Presidente Michel Temer está confiscando os recursos dos Municípios e destruindo a Caixa Econômica Federal, em se tratando da sua política social. A imagem que a Caixa Econômica passa a ter é de um banco para dar lucro. Hoje são 12,5 bilhões de lucros anunciados, mas não há programas sociais. O Programa Minha Casa, Minha Vida está derretendo e, agora, está cobrando e confiscando o dinheiro dos Municípios. É um absurdo!

Tudo isso é consequência de uma lógica fiscalista. *"O Governo tem que fazer o controle fiscal como se fosse uma empresa privada."* É o Estado, é a política social, é a política pública. Esta gestão com qualidade, obviamente, precisa ser feita, mas não onerando os programas sociais, os Municípios e a sociedade.

Eu queria lançar uma segunda sugestão para todos nós aqui: que esta Comissão, pela importância que tem, levante sua voz em relação à Emenda Constitucional nº 95. Nós precisamos derrubá-la. Eu repito: se não aguentamos um ano, imaginem 19 anos!

Já está em tramitação nesta Casa — eu fui atrás disso — emendas constitucionais para a revogação da EC 95. Ainda ontem eu falei com o Relator desta Comissão — está na Comissão de Constituição e Justiça —, e eu vou subir à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tribuna, a cada momento, para falar disto: nós precisamos derrubar a Emenda Constitucional nº 95.

O segundo aspecto que eu quero lamentar profundamente é que hoje nem sequer vamos apreciar uma proposta do Governo. Nós temos nossos irmãos colombianos e venezuelanos que estão em Roraima e precisam da nossa ajuda. Nós da Oposição estamos aqui para votar, e o Governo não traz a sua base. O pior é que, na proposta que o Governo mandou, são 190 milhões, Senadores e colegas Deputados. Sabem de onde ele retira este montante? Do FAT, do seguro-desemprego! Mas onde está escrito que nós podemos tirar do seguro-desemprego? Que pegue da área da responsabilidade fiscal, do superávit primário, do déficit que ainda está abaixo do que nós votamos aqui que ele pode usar, dentro das metas fiscais, ou que pegue da extraordinária publicidade que faz para mentir para o povo brasileiro de que a reforma da Previdência tem que ser feita! Retire de outro lugar, mas não do seguro-desemprego nem do FAT!

É claro que agora não queira mais socorrer. É bom registrar que, no ano passado, foram fechadas mais de 600 vagas de trabalhos formais e mais de 1 milhão de vagas no trabalho informal, consequência da reforma trabalhista. O mercado informal não contribui para a Previdência. De acordo com a *Folha de S.Paulo* de ontem, o Governo estaria reavaliando o crescimento do PIB de 3 pontos para 2,5 porque quem está no mercado informal não pode fazer consignado, não pode fazer prestação, não tem dinheiro para ter crédito. O Governo não terá contribuição para a Previdência.

A consequência disso é maléfica. Com isso, o Governo está retirando dinheiro do FAT.

Mesmo que não apreciemos hoje, porque não há quórum — como a base do Governo não compareceu, não há quórum —, nós alertamos que nos oporemos ao valor e à origem da retirada de recursos. Precisamos ajudar. Nós votaremos favoravelmente, mas vamos apresentar aqui que o Governo indique outra fonte. Talvez esta seja uma sugestão concreta, já que V. Exa. também pode encaminhar pela Comissão para buscar outra fonte. Mas não é possível que se continue retirando do trabalhador.

Encerro minha fala parabenizando e agradecendo o convívio dos colegas, principalmente sob a coordenação de V.Exa., Sr. Presidente, que, a meu ver, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muito respeitosa. Porém, não posso deixar de passar a política equivocada do Governo Temer. Quanto ao congelamento, isso é para acabar com qualquer programa social, e não é por nada que este País está vivendo estas dificuldades. O Brasil foi tirado do Mapa da Fome. Infelizmente, o Presidente Temer vai ficar com a marca de recolocar o País novamente no Mapa da Fome.

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Bem, este foi o Deputado Bohn Gass. *(Risos.)* Eu quero lhe assegurar meu respeito na nossa convivência, que sempre foi harmônica, nem sempre convergente, mas, com muito respeito, conseguimos buscar o entendimento para avançarmos. Eu respeito a posição de V.Exa., que tem sido muito importante, principalmente para alertar esses governos que são ineficientes e burocráticos, que não estão dando o recado que precisam dar para que efetivamente possamos reconstruir nossa estrutura e fazer com que os governos tenham um projeto de desenvolvimento nacional, um projeto industrial, um projeto de longo prazo para o agronegócio, coisa que não temos mais.

Deputado Bilac Pinto, nós não temos mais um projeto de nação. Nós não sabemos mais o que vai acontecer no ano que vem. Nós estamos nos preocupando com o presente, mas não com o futuro. Não estamos olhando para o futuro, numa nação como a nossa, num país continental como o nosso, com a natureza exuberante e as riquezas naturais que possui.

Nós não temos um projeto de desenvolvimento nacional nem um projeto estratégico, ao passo que qualquer pequeno Município do interior de Santa Catarina, ou no Brasil inteiro, tem um planejamento estratégico de anos, e é obrigado a fazê-lo para os próximos 10 ou 30 anos. Nós, infelizmente, não temos.

A vida segue, e nós vamos continuar discutindo. É bom que façamos este alerta, que olhemos para estes detalhes, para que possamos conviver de forma mais harmônica, mais pacífica, mais feliz, de modo que a insensatez não faça mais parte do nosso dia a dia, a divisão seja substituída pela união. Aí, efetivamente, nós começaremos a reconstruir o que precisa ser reconstruído.

Eu ofereço a palavra à Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Boa tarde, Sr. Presidente e Senador Dário Berger. Boa tarde ao nosso Secretário da Mesa, à Deputada Laura e aos Deputados aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quero fazer uma referência: minhas palavras também são de agradecimento. É a primeira vez que participo da Comissão de Orçamentos. Fui Deputada Estadual e nunca tive a oportunidade de participar da Comissão de Orçamentos, uma Comissão tão relevante como esta, se não for a mais importante desta Casa. Esta Comissão tem a responsabilidade de direcionar e fiscalizar os recursos da nossa Nação, da União.

Eu fui indicada pelo meu partido e tive a grata satisfação de ser Relatora setorial. Eu vou falar sobre este fato. Desta forma, eu libero V.Exa. para sair.

Eu tive a oportunidade de ser Relatora do parecer relativo à Presidência, ao Ministério de Relações Exteriores, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público. Fiz um relatório, junto com a nossa assessoria, bem enxuto, bem responsável. No dia em que foi apresentado, não pude estar aqui para defendê-lo, porque eu sou Presidente da Rede de Mulheres da CPLP e tinha que participar de uma plenária no Senado de Portugal. Eu liguei para a Deputada Laura Carneiro e pedi a ela que apresentasse o relatório. Ela o fez. A altas horas da madrugada ela me mandava "zap". Quando o relatório foi aprovado, ela me mandou um "zap" dizendo: *"Seu relatório acaba de ser aprovado".*

Muito obrigada, Deputada Laura. V.Exa. é minha companheira de Estado, é uma Deputada antiga e muito atuante no Rio de Janeiro. Teve a humildade e a simplicidade de apresentar o relatório de uma Deputada de primeiro mandato. Muito obrigada, Deputada Laura? Muito obrigada mesmo.

Senador Dário Berger, por diversas vezes liguei para V.Exa. para tratar de um PLN importante, que fazia referência a alguns Estados, dentre eles o Rio de Janeiro, sobre a questão do Tribunal do Trabalho.

Eu fui homenageada no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro e também na minha cidade, Nova Iguaçu, porque tive a oportunidade de estar na Comissão certa, no setor certo, na hora certa, para ajudar o Ministério do Trabalho não só do Brasil, como também do meu Estado. Isso só foi possível porque tive uma conversa franca com V.Exa., Senador Dário, e falei da minha pretensão, se não fosse atrapalhar os colegas. E V.Exa., de pronto, atendeu-me e me ajudou. Também o nosso querido Deputado Cacá Leão, que não está aqui, foi sensível.

Sr. Presidente, para ver o quanto é importante o trabalho integrado, independentemente de visão partidária — o Deputado Bohn Gass saiu daqui, e eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não estou fazendo o contraponto —, quero dizer que V.Exa. tocou num tema fundamental: qual é o projeto de Nação que nós temos para o nosso País, sobre o qual poderemos falar daqui a 1 década, ou 2 décadas, para os brasileiros e brasileiras? Eu acho que esse é o verdadeiro discurso que esta Casa precisa enfrentar e fazer.

Quero dizer a V.Exa. que no nosso mandato nós temos como bandeira cuidar de políticas públicas para as mulheres. E aqui, nesta Comissão, nós podemos nos debruçar sobre propostas, políticas e o Orçamento e, com muita alegria, podemos trabalhar no sentido de dobrar o orçamento do setor das mulheres no Brasil inteiro. A Ministra Fátima Pelaes tem dado esse depoimento, esse testemunho, por onde passa.

Quanto a esse contratempo em relação à Caixa Econômica, eu tenho certeza de que a Comissão saberá, como sempre soube durante o ano inteiro, trabalhar para resolver, seja com decreto legislativo ou não.

Eu estou indo embora também da Comissão, mas quero falar da minha experiência de trabalhar aqui, que foi muito positiva e muito feliz. Agradeço o carinho, agradeço a atenção. Aqui eu participei de debates profundos, mas com muito respeito.

Lembro-me do dia em que discuti um pouco com o Ministro Dyogo Henrique, porque ele fazia um corte no setor da assistência, que era talvez o corte mais perverso de todo o nosso Orçamento. Nós não voltamos 100%, mas S.Exa. voltou praticamente 70% dos recursos da assistência.

Enfim, nós demos uma contribuição positiva, não só eu como também todos os Deputados e todas as Deputadas que fazem parte desta Comissão.

A Comissão termina, finda o seu trabalho, assim como também termina o nosso mandato. Em 31 de dezembro, praticamente, nós estaremos entregando o nosso mandato a esta Casa. Se Deus permitir, muitos voltarão; outros, não. Isso faz parte da democracia. Faço questão de registrar o grande aprendizado, a grande alegria de ter participado da Comissão mais importante desta Casa, a CMO.

Muito obrigada, Senador. Obrigada a todos os meus pares, embora não haja ninguém aqui. Quero deixar o registro da minha alegria pelo meu partido ter confiado a mim o assento nesta Comissão.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Dário Berger) - Muito bem.

Eu cumprimento V.Exa., Deputada. Realmente, foram momentos bastante ricos e interessantes os que vivemos juntos aqui. Recebi as reivindicações dos membros que compõem esta Comissão, especialmente as de V.Exa., que desempenhou suas atividades e funções de maneira exemplar.

O Rio de Janeiro está de parabéns por ter uma Deputada tão dedicada e tão empenhada como V.Exa., que reúne também essas qualidades básicas que eu acho necessárias, que carrega dentro de si o espírito da compreensão, do entendimento e do respeito. Portanto, por isso, agradeço a V.Exa.

Preciso também fazer um agradecimento a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, nos auxiliaram neste pequeno período em que aqui estivemos.

Quero prestar a minha mais justa e legítima homenagem especialmente ao Deputado Cacá Leão, que foi o Relator-Geral do Orçamento. Nós mesmos já relatamos aqui que, pela primeira vez na história, elaboramos uma peça orçamentária observando, inclusive, a PEC 95, que é a tradicional e famosa PEC dos Gastos Públicos, o que, de certa forma, engessa muito substancialmente a elaboração do Orçamento.

Portanto, foi preciso muita dedicação, muito estudo, muito aprendizado para que nós pudéssemos chegar, no tempo em que chegamos, para aprovar o nosso relatório e o nosso Orçamento. Então, muito obrigado mesmo ao Deputado Cacá Leão.

Quero agradecer também à Deputada Laura Carneiro, que foi minha Vice-Presidente aqui e que foi sempre uma guerreira, uma grande parceira, uma grande companheira.

Quero agradecer a todos os Parlamentares. Eu o faço em nome de dois Relatores Setoriais: o Deputado Bilac Pinto, que aqui se encontra e a quem eu agradeço sensibilizado com a presença de S.Exa., e também a Deputada Rosangela Gomes, que foi Relatora Setorial e deu uma bela e magnífica contribuição à continuidade dos nossos trabalhos.

Agradeço, em nome de S.Exas., a todos os Senadores, a todas as Senadoras, a todas as Deputadas e a todos os Deputados que fizeram parte desta importante Comissão do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Agradeço ainda ao meu assessor de bancada, o Sr. Walbinson. Agradeço à Sra. Ana Cláudia, nossa assessora, que também nos ajuda. Em nome deles, quero agradecer a todos os assessores, a todos os técnicos, a todos os servidores tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, que nos auxiliaram nesta caminhada. Todos são extremamente qualificados, habilitados e deram uma grande contribuição para a consecução dos nossos trabalhos.

Agradeço, enfim, de coração mesmo, a todos por esta oportunidade. Agradeço também a todos aqueles que nos prestigiam.

Dou por encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia doze de dezembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Parlamentares Garibaldi Alves Filho, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, José Agripino, Regina Sousa, Otto Alencar, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Sergio Souza, Leonardo Monteiro, Thiago Peixoto, Roberto Sales, José Pimentel, Telmário Mota, Dário Berger, Vicentinho Alves, José Medeiros, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Romero Jucá, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Acir Gurgacz e Airton Sandoval. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **Finalidade:** Apresentação do Relatório Anual das Atividades Desenvolvidas pela Comissão (art. 9ª, parágrafo único, Res. nº 4/2008-CN). O Deputado Sérgio Sousa faz a leitura do Relatório Anual de 2017 da Comissão que, colocado em votação, é aprovado por unanimidade. **2ª Parte - Deliberativa**. RMC nº 22/2017, de autoria do Deputado Federal Sergio Souza e do Senador Jorge Viana, que, colocado em votação, é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e três minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e das anteriores, que são aprovadas. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Viana

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/12/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião tem como objetivo a apresentação do relatório anual das atividades desenvolvidas pela comissão, com base no art. 9º, parágrafo único, Resolução nº 4/2008, do Congresso Nacional.

Eu estou aguardando a chegada do Relator, Deputado Sergio Souza, para que ele possa apresentar seu relatório. Por outro lado, eu quero aproveitar o início desta reunião para fazer uma justificativa ou até trazer os números do trabalho que desenvolvemos na Presidência desta Comissão ao longo deste ano, Senadora Regina.

Nós, em 2017, com o apoio da Secretaria, dos servidores e das servidoras do Senado, da Assessoria também dos nossos gabinetes, especialmente a minha, realizamos 15 reuniões. Foram 11 audiências públicas. Trouxemos 135 convidados e apresentamos 23 requerimentos aqui na Comissão. Apresentamos 7 emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e tivemos 2 emendas aprovadas pela Comissão. As emendas que apresentamos foram para demarcação, fiscalização de terras indígenas e proteção dos povos indígenas e isolados, recuperação e preservação de bacias hidrográficas – a primeira para a Funai, de 50 milhões, a segunda de 300 milhões – e depois iniciativas para a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, com R$100 milhões, apoio à Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul, R$100 milhões.

Queria aproveitar para fazer menção à nossa participação, na condição de Presidente desta Comissão, que é uma das poucas comissões mistas que temos no Senado Federal, no Congresso brasileiro. Tivemos uma participação diferenciada na COP em Bonn, na Alemanha. Nós realizamos um evento no Espaço Brasil, algo também inédito, com o apoio da Assessoria. O Gustavo trabalhou conosco. Tivemos também a contribuição da Paula Groba nos ajudando no trabalho de divulgação. Eu queria fazer a apresentação deste relatório de maneira sucinta, que, de alguma maneira, traduz o importante trabalho que fizemos durante a COP 23, na Alemanha, em 2017.

A Conferência das Partes são encontros anuais dos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, criada em 1992, após a realização da Rio-92, oriunda do evento que nós tivemos aqui no Brasil, em 92, com o objetivo de discutir e firmar compromisso para combater o aquecimento global e seus efeitos na Terra.

Os dois mais importantes marcos do clima firmados no âmbito da Convenção-Quadro são o Protocolo de Quioto, firmado na COP 3, em 1997, e o Acordo de Paris. Eu não poderia deixar de mencionar a Emenda Doha. O Protocolo de Quioto possui dois períodos de vigência: o primeiro, de 2008 a 2012, e o segundo, proposto pela Emenda Doha, que altera o protocolo para incluir um segundo período de compromisso de redução das emissões, de 2013 até 2020. Vale ressaltar que essa foi uma das conquistas que tivemos depois da COP, já na volta ao Brasil, com a aprovação do que se conhece como Emenda Doha.

Porém, para o último período de compromisso, apenas 95 dos 144 países ratificaram a emenda conhecida como Emenda Doha. E o Brasil era um dos países que não a tinha ratificado. Esse era um processo que estava pendente, atrasado, mas que agora...

Agradeço também a presença do Senador Fernando Bezerra, que tem tanto ajudado na condução dos trabalhos e com a sua frequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Coordenação de Comissões Mistas

Estou aqui fazendo um relato da participação na COP. Daqui a pouco, o Deputado Sergio Souza fará a leitura do relatório final. Já prestei conta aqui das audiências que tivemos, do número de convidados que tivemos e das decisões que deliberamos aqui.

Agora, presto conta de que nós conseguimos, num trabalho conjunto com o Ministro do Meio Ambiente, com as lideranças do próprio Governo, com o Presidente da Câmara e com o Presidente do Congresso, aprovar, como é conhecida, a Emenda Doha. Nós a aprovamos na Comissão de Relações Exteriores, onde eu fui Relator, e foi aprovada na última quinta-feira no plenário do Senado. E, com isso, o Brasil se recompõe. Recompõe sua autoridade perante a comunidade internacional, porque não tinha ratificado o acordo que criava e ampliava os compromissos assinados em Quioto até a entrada em vigor do Acordo de Paris.

Isso faz com que eu inclusive possa mandar uma correspondência para a Srª Patrícia Espinosa, que é Secretária da Convenção que trata das mudanças climáticas, e esse foi um dos apelos que ela fez, de que a ratificação por parte do Congresso brasileiro ajudaria inclusive a fazer com que tivéssemos também a aprovação pelos países da Europa, o que já está ocorrendo. Com isso, nós não vamos ter nenhuma lacuna na participação do Brasil na busca de combater as mudanças climáticas.

Com relação ao período de pós-2020, o Acordo de Paris estabelece como meta principal limitar o aumento médio da temperatura, até 2100, em 2 graus, mas todos nós sabemos que isto já passou a ser um fato concreto, o aumento da temperatura 1,5 grau Celsius acima dos níveis pré-industriais. E, para viabilizar um regime de combate a essa mudança, cada nação apresenta sua Contribuição Nacionalmente Determinada, as NDCs, como são conhecidas, que estabelecem não só os percentuais de redução das emissões de gases de efeito estufa, mas também ações que serão adotadas para alcançar esse fim.

O Acordo de Paris está vigente, foi ratificado por 170 nações, e até o momento foram apresentadas 165 NDCs. O Brasil tem uma das NDCs mais ambiciosas. É bom que se diga, Senador Fernando, que já foi Presidente desta Comissão, já foi Relator, que as NDCs brasileiras, ou seja, os compromissos de redução de emissões que o Brasil apresenta, cujo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas é coordenado pelo Alfredo Sirkis, são dos mais ambiciosos e trazem uma perspectiva de sucesso para o Acordo de Paris com sua implementação.

O desafio lançado pelas COPs seguintes à COP 21 é estabelecer o livro de regras para dispositivo de Acordo de Paris, regulamentando essas regras, tais como o financiamento das ações climáticas, a cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, os mecanismos de desenvolvimento sustentável, a transparência na cooperação entre as partes e o diálogo facilitado, entre outros aspectos.

Nesse contexto, as negociações realizadas na COP 23 se concentraram nesses elementos, porém com avanços ainda muito tímidos. Em nossa avaliação...

Seja bem-vindo, Deputado e Relator Sergio Souza.

Temos ainda muito trabalho pela frente. Quero aqui dizer que foi com satisfação que, de alguma maneira, coordenamos a comitiva de Parlamentares que participou da COP 23, que, além da minha pessoa, contou com a presença de Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; a Senadora Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Kátia Abreu e Deputados Nilto Tatto, Leo de Brito, Arnaldo Jordy, João Daniel, Nelson Pellegrino, Arthur Maia, Claudio Cajado, João Bacelar, Alex e Ricardo Tripoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Coordenação de Comissões Mistas

Para nos auxiliar, tínhamos dois assessores que cumpriram um papel importante. A repercussão nos instrumentos de divulgação do Senado Federal, do Congresso, foi ainda maior do que na COP no Marrocos, quando o Senador Fernando Bezerra trabalhou a ida de dois assessores daqui, a Paula e, na época, o Habib, que fizeram um extraordinário trabalho também.

Desta vez, o trabalho se ampliou mais ainda. Nós tivemos uma movimentação muito grande. Eu participei da União Interparlamentar, eu e um grupo de colegas, já no dia 12 de novembro. Tivemos também a participação da comitiva no que se conhece como *bone zone*, na COP. No Evento nº 1, novos avanços ao retirar o desmatamento da cadeia de suprimentos. Nós participamos também de novas plataformas da ação florestal, povos indígenas e lideranças religiosas. Fizemos uma visita técnica muito importante, oferecida pela Abiquim, num dos maiores parques petroquímicos do mundo, em Leverkusen, e onde pudemos conhecer os diferentes materiais resultados dos avanços tecnológicos, visando a ter também na petroquímica uma aliada na redução das emissões. Tivemos uma reunião com representantes do Parlamento alemão, participamos do Dia da Amazônia, quando o Governador do Acre, Tião Viana, os Governadores de Rondônia, de Mato Grosso, do Pará tiveram papel preponderante na realização de um dos eventos mais importantes. E, no Espaço Brasil, também participamos de um evento com a indústria química como solução para adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Uma audiência exclusiva com a Secretária-Executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas, a Srª Patrícia Espinosa, onde tratamos da atualização das contribuições do Brasil no Secretariado e também da importância de aprovarmos a Emenda Doha.

Na abertura de segmento de alto nível da COP 23, tive o privilégio de participar também ouvindo o discurso da Primeira-Ministra da Alemanha, Angela Merkel, e também o do Presidente da França, Emmanuel Macron.

Tivemos ainda uma série de reuniões com os interlocutores brasileiros, destacando o Ministro do Meio Ambiente, Zequinha Sarney, e o Embaixador Marcondes, que foram colaboradores com os trabalhos dos colegas Parlamentares durante a COP 23.

E o evento de maior sucesso, Senador Fernando Bezerra, Senadora Regina, colega Deputado Sergio Souza, mais prestigiado e com maior participação na COP deste ano foi o que nós conseguimos realizar pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas e com a colaboração da Comissão de Meio Ambiente da Câmara e Comissão de Meio Ambiente do Senado, tendo aqui o Davi Alcolumbre como Presidente e, lá, o Deputado Nilto Tatto.

Foi extraordinário. O tema que nós levamos era Agenda do Parlamento Brasileiro e a Implementação do Acordo do Clima pelo Brasil. Foi fantástico, um diálogo, tanto que deu resultado. O Ministro Zequinha Sarney estava lá, e já conseguimos aprovar a Emenda Doha, fazendo uma articulação com a Câmara e vários Deputados que são aliados desta causa, e já aprovando aqui no Senado, resolvendo um problema de anos que o Parlamento não conseguia.

Então, foi algo extraordinário. Eu espero que todos os anos possamos ter um evento realizado e coordenado por esta Comissão nas COPs, discutindo qual a prioridade que o Parlamento deve ter para que a implementação do Acordo de Paris, o Acordo do Clima, possa acontecer tendo sempre o Brasil como protagonista.

Devo destacar que, graças também a um movimento que o próprio Ministro fez em nome do Governo do Brasil, o Brasil se candidatou para sediar a COP de 2019. A COP do próximo ano será na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Coordenação de Comissões Mistas

Polônia, mas o Brasil se ofereceu para sediar a COP 25, que ocorrerá em 2019. E eu imediatamente me manifestei favoravelmente, porque acho que seria muito importante se o Brasil voltasse a sediar. O Brasil tem um papel importante nessa matéria para ser a sede desse debate visando à implementação do Acordo do Clima e adoção de medidas de combate às mudanças climáticas.

Quero também dizer que participamos do evento Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e, neste evento, o Alfredo Sirkis apresentou as propostas, são 255 ações e medidas, tendo 41 priorizadas para implementar as NDCs brasileiras. Foi a primeira vez. Eu inclusive o convidei para trazer ao Senado Federal a apresentação dessas metas, desses propósitos de materializar os compromissos assumidos pelo Brasil de redução das emissões.

Então, já concluindo aqui, queria dizer que, no retorno ao Brasil, nós conseguimos dar sequência ao trabalho, aprovando a Emenda Doha e, ao mesmo tempo, criando as condições para que se possa seguir trabalhando numa articulação Congresso, Ministério das Relações Exteriores e o Governo brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente.

O relatório traz um detalhamento de todas as reuniões que fizemos, que foram inúmeras. Há também um relatório fotográfico da nossa participação, que digo que foi intensa e que, por conta do esforço das colegas e dos colegas Parlamentares, foi de grande êxito.

Mais uma vez queria agradecer aos colaboradores e também os que nos ajudaram durante a realização da COP, especialmente aos colegas Parlamentares, ao Presidente da Comissão de Meio Ambientem Davi Alcolumbre e ao Presidente da Comissão da Câmara dos Deputados de Meio Ambiente, Nilto Tatto, que foram fundamentais na participação coordenada das comissões que têm compromisso e responsabilidade na implementação do Acordo do Clima, assinado em Paris.

Era essa a exposição.

Agora, passo imediatamente ao colega Deputado Sergio Souza para que possa apresentar o seu relatório. Obviamente nós estamos em situação difícil, com votação nominal. O Senador Fernando também é Relator e está sendo cobrado toda hora. Vamos tentar fazer aqui o melhor possível nesse pouco tempo que temos.

Falta ainda mais um colega para que tenhamos quórum aqui na Comissão.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR. Como Relator.) – Muito obrigado a S. Exª, o Presidente, Senador Jorge Viana.

Senadora Regina, Senador Fernando Bezerra, todos os presentes, assessoria desta Comissão, vai ser bem rápido, são 144 páginas de relatório, que já está disponível no meio eletrônico a todos os colegas desta Comissão, e também está sobre a mesa.

Nós fizemos aqui um resumo bastante sucinto, mas acho importante nós destacarmos aqui os principais pontos dos trabalhos desta Comissão, que não é deliberativa, é temática, e que é uma das principais comissões do Congresso Nacional, onde só temos duas permanentes, sendo uma delas esta. E poucos compreendem a importância desta Comissão na atualidade principalmente para as futuras gerações. Nós não nos apercebemos ainda, mas mudanças não são advento do futuro, elas são um advento do presente, é só olharmos os reservatórios do Centro-Oeste, especialmente de Brasília neste momento, nós voltarmos há um, dois anos e olharmos os da região de São Paulo e Rio de Janeiro, olharmos para a maior seca da história do Nordeste, nós olharmos para o sul do País, especialmente o meu Estado do Paraná, que teve uma seca agora de quase 90 dias nos momentos anteriores ao plantio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Coordenação de Comissões Mistas

atrasando o plantio da safra verão no Brasil quase como um todo, que necessariamente atrasará o plantio de inverno. E não tenho nenhuma dúvida de que nós não chegaremos nem perto daquilo que nós colhemos em termos de toneladas de grãos na safra 2016/2017. Nós não colheremos a mesma coisa na safra 2017/2018, foram 242 milhões de toneladas. Nesse período, não chegaremos a 230, é a estimativa. Olha a diferença e o tamanho do prejuízo que podem causar as mudanças climáticas.

Então, Sr. Presidente, caros colegas, o presente relatório é uma prestação de contas à sociedade do esforço que o Congresso Nacional tem dedicado às políticas públicas sobre mudanças climáticas no sentido de diminuir a vulnerabilidade a essas alterações, bem como de consolidar um modelo de desenvolvimento econômico com menores emissões de gases de efeitos estufa.

Ao longo de 2017, conforme Plano de Trabalho aprovado, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas desenvolveu diversas atividades, incluindo a realização de audiências públicas e a participação na 23ª Conferência das Partes (COP-23) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

O foco dos trabalhos foi debater a implementação da Contribuição Nacionalmente Determina (NDC) brasileira, seja por meio da elaboração de políticas públicas, seja pela alteração legislativa, com uma meta absoluta de mitigação: a de reduzir em 43% as emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2030 e, de forma escalonada, a redução de 37% até o ano de 2025, com base nas emissões do ano de 2005.

Outro desafio enfrentado nos debates desta Comissão e de extrema importância para o País é o de conciliar a retomada do crescimento econômico brasileiro – todos nós aqui sabemos o cenário de dificuldades que o Brasil ainda enfrenta e que, principalmente nos anos de 2015, 2016 e início de 2017 enfrentou – de maneira sustentável com as emissões de carbono em patamares iguais ou inferiores àqueles previstos na Política Nacional de Mudança do Clima e na NDC brasileira.

Discutimos a precificação do carbono, sobre os desafios e perspectivas da criação de um mercado de carbono e de uma economia de baixo carbono no cenário mundial.

No setor agrícola e de uso do solo e florestas foram debatidos os desafios para o alcance das metas de recuperação de 12 milhões de hectares de florestas, de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, além do aumento em 5 milhões de hectares da área de integração lavoura, pecuária e floresta por meio da implementação do Código Florestal e do fortalecimento do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, conhecido como Plano ABC.

Também realizamos um evento dedicados às boas práticas na agricultura de baixo carbono, com destaque para a moratória da soja, cujos resultados têm sido essenciais no controle do desmatamento da Amazônia brasileira.

No setor de energia, debates intensos sobre como alcançar, até 2030, 45% de participação de energias renováveis na matriz energética brasileira e 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico. Ainda, a meta nacional prevê o aumento da participação de bioenergia sustentável na matriz energética brasileira para aproximadamente 18% até 2030, aumentando a parcela de biocombustíveis avançados e o uso biodiesel.

Também foram realizadas duas audiências de acompanhamento sobre a situação da crise hídrica na região do Vale do São Francisco e do reservatório da Barragem de Sobradinho, organizadas pelo Senador Fernando Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Coordenação de Comissões Mistas

Destaco, finalmente, a participação de representantes desta Comissão na 23ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 23), em Bonn, na Alemanha.

O relatório da participação da comitiva de Parlamentares também compõe o relatório desta Comissão sobre o qual, acredito, o nosso Presidente, Jorge Viana, apresentou aqui os detalhes de forma resumida, mas mostrando uma participação ímpar na Comissão de Mudanças Climáticas e deste Parlamento na Convenção para o Clima, na Alemanha.

Agradeço, por fim, a intensa participação dos membros desta Comissão. Entendemos, Senador Fernando Bezerra, Senadora, a dificuldade, no dia a dia, para estar presente nesta Comissão. Todos nós temos as nossas atividades nas nossas casas, em outras comissões. Mas esta Comissão, mesmo com as dificuldades que tivemos, com a dedicação especial de alguns colegas, conseguiu fechar um ano muito produtivo do ponto de vista de indicações que trazemos neste relatório, que servirá de base aos colegas Parlamentares, inclusive, para os debates e para a construção de uma legislação e de um País mais desenvolvido, pautado pela responsabilidade ambiental, econômica e social.

Para encerrar, Senador Jorge Viana, recebi com muita felicidade, com muito orgulho – de paranaense que sou –, a colocação do Brasil, a sugestão do nome do Brasil para sediar a COP 25, em 2019, na cidade de Foz do Iguaçu.

Não tenho dúvidas de que Foz do Iguaçu terá a honra e toda a estrutura. Foz do Iguaçu é uma das cidades do Brasil, salvo engano, a segunda, com o maior parque hoteleiro do Brasil, com um aeroporto internacional. Parece-me que Itaipu Binacional está envolvida também nesse processo.

Gostaria aqui de registrar a presença, pela primeira vez, de Itaipu Binacional na COP, com um estande na COP da Alemanha. Isso é muito importante.

A Alemanha tem difundido, no mundo inteiro, as suas tecnologias em energias renováveis, especialmente a eólica. É muito importante que o Brasil mostre para o mundo o que ele tem de energia renovável, como a hídrica. Não existe nenhum exemplo melhor do que a Usina de Itaipu, que é uma usina de passagem e não de reservatórios, não alaga grandes extensões de terras e aproveita, inclusive, todas as águas das demais usinas a montante. Há lá pelo menos uma dezena delas vindo de São Paulo, de Goiás, de Minas. Canalizam-se todas no Rio Paraná, chegando lá próximas à cidade de Foz do Iguaçu, nessa que é uma das maravilhas modernas do Planeta. Inclusive, é a usina de maior geração hidrelétrica do mundo, chegando a bater recordes a cada ano, mesmo em anos de dificuldades hídricas, como foi o ano passado.

Então, fica aqui o nosso relatório que submeto à apreciação dos colegas.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Agradeço e cumprimento V. Exª, Senador Sergio Souza.

Queria agradecer também ao Senador Sérgio Petecão, que conseguiu trazer o quórum para deliberação da Comissão. Muito obrigado. Neste dia em que nós estamos com votação, sem almoço, no plenário do Senado Federal.

O SR. SERGIO SOUZA (PMDB - PR) – Senador Jorge, só uma conclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero fazer uma deferência, aqui, à consultoria dessa Comissão. Tanto no Senado quanto da Câmara dos Deputados, se não fossem os nossos assessores – e alguns deles acompanharam, inclusive, a missão até a Alemanha – nós não chegaríamos a um resultado tão prático como esse. Muito obrigado a todos os assessores e consultores desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Sem dúvida.

Vamos ouvir agora o Senador Fernando Bezerra. Depois, vamos concluir os trabalhos porque temos, agora, quórum para deliberar.

Com a palavra V. Exª, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr. Relator, Deputado Sergio Souza, uma breve intervenção apenas para registrar e reconhecer o trabalho que vocês dois, o Relator e o Presidente, fizeram, ao longo deste ano, nesta Comissão de Mudanças Climáticas.

Aqui, os relatórios apresentados mostram a intensidade do trabalho e, mais do que isso, os resultados que foram colhidos a partir das audiências públicas, a partir do debate, a partir das intervenções, a partir das presenças em eventos fora de Brasília, inclusive no exterior, levando o compromisso do Congresso brasileiro, do Congresso Nacional, com essa pauta que é importante e relevante para os destinos da nossa civilização: os efeitos da mudança climática e todo o esforço que estamos fazendo para promover a economia de baixo carbono e evitarmos o aquecimento global.

Evidentemente, nessa caminhada poderemos, aqui e ali, ter posições divergentes em algumas políticas, mas isso não nos afasta das nossas convergências principais.

Gostaria, inclusive, de fazer o registro de um projeto que nasceu na Câmara e que está sendo apreciado hoje no plenário do Senado Federal. Teve, também, um forte envolvimento por parte do Poder Executivo Federal através do Ministério de Minas e Energia, que é a política voltada para a área de biocombustíveis, o nosso RenovaBio, que hoje deverá merecer a aprovação do Senado Federal e ser encaminhado para a sanção do Senhor Presidente da República, que inaugura um novo ciclo na política de biocombustíveis deste País, dando previsibilidade, segurança jurídica, incorporando o que outras nações já vêm fazendo, como é o caso dos Estados Unidos, que hoje é o maior produtor de biocombustíveis do mundo. O Brasil, hoje, já é o segundo. A nossa esperança é a de que, com essa política pública e com a expansão agrícola que o Brasil vem experimentando, tenhamos tudo para retomar a nossa liderança no setor de biocombustíveis.

Queria, portanto, assinalar essa iniciativa que contou, sem dúvida nenhuma, com o entusiasmo desta Comissão mostrando, mais uma vez, o compromisso do Congresso Nacional com essa matéria.

Finalmente, Sr. Presidente, quero também destacar os leilões que se aproximam do dia 18 e 20 de dezembro, de energia nova, para o Brasil. Existe uma expectativa muito grande de um papel relevante que possam vir a ter as energias renováveis, notadamente a energia solar e a energia eólica.

De qualquer forma, como é energia nova, ela vai competir também com as outras fontes de energia. Aí, eu destaco a energia do gás, sobretudo para a implantação de importantes usinas termelétricas de base, porque elas é que irão viabilizar que a nossa matriz energética possa receber, cada vez mais, energia proveniente da energia solar e da energia eólica. Por causa da sua intermitência, é importante que a gente possa ter uma forte geração de energia de base a partir de termelétricas movidas a gás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Coordenação de Comissões Mistas

Com o desenvolvimento da área do nosso pré-sal, o Brasil será cada vez mais importante produtor de gás. É importante, portanto, que a gente diversifique. Inclusive, Sr. Presidente, acho que nós deveríamos trabalhar para ter uma diretriz mais clara por parte do Governo Federal para a gente abandonar as usinas termoelétricas movidas a óleo. Deveríamos ter prazo. Esta Comissão deveria patrocinar iniciativa legislativa para que, num horizonte de muito curto prazo, a gente possa fechar todas as nossas usinas térmicas movidas a óleo combustível, a óleo pesado, e substituir essas usinas térmicas por gás natural, que é uma energia mais limpa.

Portanto, quero aqui parabenizar o Senador Jorge Viana pelo brilhantismo na condução dos nossos trabalhos, pela Presidência que exerceu, pelo fato de que ele já é um líder natural nesse tema, seja como Governador, Prefeito, Senador. Ele merece o reconhecimento não só desta Casa, mas, sobretudo, da sociedade brasileira nos mais diversos fóruns que ele costuma frequentar.

Tenho a alegria de poder ser o seu companheiro aqui, no Senado Federal. Tenho aprendido muito com a sua lucidez, com o seu discernimento e, sobretudo, com a sua capacidade para criar consenso, promover o diálogo, promover o bom debate para que essa agenda de mudanças climáticas possa, de certa forma, prevalecer na pauta do debate político aqui, no Brasil.

Portanto, parabéns, Presidente Jorge Viana! Parabéns, Deputado Sergio Souza!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Nós estamos com votação nominal.

A SRª REGINA SOUSA (PT - PI) – Eu quero fechar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Eu passo para a Senadora Regina Souza...

A SRª REGINA SOUSA (PT - PI) – Eu só quero parabenizar os dois aí...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – ... para que ela fale um pouquinho e eu vou encerrar a nossa reunião.

A SRª REGINA SOUSA (PT - PI) – ... porque a gente sabe a dificuldade de a Comissão funcionar, e vocês têm conseguido juntar gente aqui, tanto que esta é a...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – A 15ª.

A SRª REGINA SOUSA (PT - PI) – Então, a gente sabe a dificuldade de se reunir.

Também informo que o Piauí detém hoje o maior parque solar da América Latina, com 930 mil placas, produzindo 292 megawatts de energia já. Isso foi instalado em 14 meses

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Parabéns, Senadora Regina. De fato, merece destaque a opção por energia renovável solar que o Estado do Piauí faz.

Eu queria, agradecendo a participação de todos, colocar em votação o relatório apresentado pelo Relator, Deputado Sergio Souza.

Os Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, Deputadas e Deputados, que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há sobre a mesa o Requerimento nº 22, que trata também de buscar informações sobre agricultura de baixo carbono, de autoria do Deputado Sergio Souza, e que eu também subscrevo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há quem queira discutir.

Encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Coordenação de Comissões Mistas

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Agradeço a presença de todos. Agradeço a todos que nos acompanharam.

Lamentavelmente, como estamos na correria aqui de comissão para comissão e também trabalhando no plenário – todos temos que voltar ao plenário da Casa –, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos que nos auxiliam na consultoria e a todos também que viabilizam a nossa comunicação através da Rádio e da TV Senado e dos outros veículos de comunicação do Senado Federal.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 288EB68C0025CEA0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.